ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLII Nº 39

Brasília - DF, sexta-feira, 27 de fevereiro de 2015

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 3
Atos do Congresso Nacional 4
Atos do Poder Executivo 4
Presidência da República 11
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 13
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 13
Ministério da Cultura 15
Ministério da Defesa 18
Ministério da Educação 19
Ministério da Fazenda 26
Ministério da Integração Nacional 99
Ministério da Justiça 100
Ministério da Pesca e Aquicultura 103
Ministério da Previdência Social 107
Ministério da Saúde 108
Ministério das Comunicações 138
Ministério de Minas e Energia 141
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 153
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . 153
Ministério do Esporte 153
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 153
Ministério do Trabalho e Emprego 154
Ministério dos Transportes 163
Conselho Nacional do Ministério Público 165
Ministério Público da União 169
Tribunal de Contas da União 171
Poder Judiciário 188
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 213

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE 27 (1)
ORIGEM : ADC - 27 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : ASSOCIACAO NACIONAL DAS FRANQUIAS POSTAIS DO BRASIL
ADV.(A/S) : MARCELO ARTHUR MENEGASSI FERNANDES E OUTRO(A/S)
REQDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
REQDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, referendou a decisão proferida na medida liminar. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Roberto Barroso. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 04.02.2015.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.358 (2)
ORIGEM : ADI - 34982 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : MARCELLO ALENCAR DE ARAUJO E OUTRO
INTDO.(A/S) : CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 842/1994, com a redação dada pela Lei nº 913/1995, ambas do Distrito Federal, bem como o art. 2º da Lei nº 913/1995. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Roberto Barroso. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 04.02.2015.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.063 (3)
ORIGEM : ADI - 63674 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-RS - PAULO PERETTI TORELLY E OUTROS
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou improcedente a ação direta. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 11.02.2015.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.072 (4)
ORIGEM : ADI - 65861 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE- RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : RÉGIS A. FERRETTI E OUTRO

Decisão: O Tribunal, apreciando pedido do requerente à Relatora, adiou o julgamento do feito. O Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, manifestou-se de acordo com o adiamento. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 29.10.2014.

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto da Relatora, julgou parcialmente procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei nº 11.367/1999, do Estado do Rio Grande do Sul; prejudicada a ação quanto aos artigos 3º e 4º e improcedente quanto aos artigos 1º, 5º e 6º, todos da Lei nº 11.367/1999, do Estado do Rio Grande do Sul, vencidos, em parte, os Ministros Marco Aurélio e Luiz Fux, que a julgavam integralmente procedente. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Roberto Barroso. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 04.02.2015.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.433 (5)
ORIGEM : ADI - 41164 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO NORTE
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ADV.(A/S) : ESEQUIAS PEGADO CORTEZ NETO
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SISJERN
ADV.(A/S) : FELIPE MONNERAT SOLON DE PONTES RODRIGUES E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou parcialmente procedente o pedido formulado na inicial para declarar inconstitucionais os §§ 3º, 4º e 6º do art. 231 da Lei Complementar nº 167/1999, do Estado do Rio Grande do Norte, com a redação emprestada pela Lei Complementar estadual nº 174/2000, confirmando a liminar quanto a esses preceitos, e conferir interpretação conforme a Constituição Federal ao § 2º do citado artigo, a fim de assentar a abrangência da norma tão somente aos escrivães que vinham acumulando funções notarial e registral além das atinentes ao cargo efetivo alcançado mediante concurso público, considerados os juízos. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Roberto Barroso. Falou, pelo *amicus curiae* Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte - SISJERN, o Dr. Rafael Barroso Fontelles. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 04.02.2015.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.580 (6)
ORIGEM : ADI - 107533 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO BRASIL - ANOREG/BR
ADV.(A/S) : FREDERICO HENRIQUE VIEGAS DE LIMA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ação para, no tocante ao concurso de ingresso, declarar a inconstitucionalidade do inciso I do art. 17 da Lei nº 12.919, de 29 de junho de 1998, do Estado de Minas Gerais, e da expressão "e apresentação de temas em congressos relacionados com os serviços notarias e registrais", constante do inciso II do referido artigo. Em relação ao concurso de remoção, fixou interpretação conforme à Constituição Federal no sentido de que a consideração dos títulos referidos no inciso I do art. 17 e na expressão "e apresentação de temas em congressos relacionados com os serviços notarias e registrais", constante do inciso II do mesmo artigo, deve ter como marco inicial o ingresso no serviço notarial e de registro. Quanto à modulação da decisão, o julgamento foi suspenso para aguardar *quorum* para deliberação. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Roberto Barroso. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 04.02.2015.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.628 (7)
ORIGEM : ADI - 144079 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : AMAPÁ
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ
ADV.(A/S) : PGE-AP - RUBEN BEMERGUY
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ

Decisão: Após o voto do Ministro Dias Toffoli (Relator), que julgava procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 110 da Lei nº 915/2005, do Estado do Amapá, pediu vista dos autos o Ministro Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Ministro Roberto Barroso. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 05.02.2015.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.757 (8)
ORIGEM : ADI - 91299 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - CONFENEN

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS				
Páginas	Distrito Federal		Demais Estados	
de 02 a 28	R$	0,30	R$	1,80
de 32 a 76	R$	0,50	R$	2,00
de 80 a 156	R$	1,10	R$	2,60
de 160 a 250	R$	1,50	R$	3,00
de 254 a 500	R$	3,00	R$	4,50
- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107				

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ADV.(A/S) : RENÉ DOTTI E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Decisão: Após o voto do Ministro Dias Toffoli (Relator), julgando procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade de toda a Lei nº 14.808/2005, do Estado do Paraná, pediu vista dos autos o Ministro Roberto Barroso. Ausentes o Ministro Ricardo Lewandowski (Presidente), em viagem oficial a Roma, na Itália, para participar do "8º Congresso Internacional da Anamatra" e de audiências com diversas autoridades daquele país, e, justificadamente, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia (Vice-Presidente). Plenário, 12.02.2015.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.802 (9)
ORIGEM : ADI - 141202 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CONAMP
ADV.(A/S) : ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA - ANPR
ADV.(A/S) : RAFAEL BARROSO FONTELLES E OUTRO(A/S)

Decisão: Após o voto do Ministro Dias Toffoli (Relator), que julgava improcedente a ação direta, pediu vista dos autos o Ministro Marco Aurélio. Falou, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros. Ausentes, justificadamente, o Ministro Roberto Barroso e, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 05.02.2015.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.813 (10)
ORIGEM : ADI - 154029 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INTDO.(A/S) : FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DE ARROZEIROS DO RIO GRANDE DO SUL - FEDERARROZ
ADV.(A/S) : PLINIO ETCHEPARE GUERRA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

BERGMANN RODRIGUES TELES
Coordenador de Produção Substituto

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Decisão: Retirado de pauta por indicação da Presidência. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Eros Grau. Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 10.09.2009.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 12.427/2006, do Estado do Rio Grande do Sul. Ausentes o Ministro Ricardo Lewandowski (Presidente), em viagem oficial a Roma, na Itália, para participar do "8º Congresso Internacional da Anamatra" e de audiências com diversas autoridades daquele país, e, justificadamente, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia (Vice-Presidente). Plenário, 12.02.2015.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.848 (11)
ORIGEM : ADI - 5868 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente o pedido formulado na ação para declarar a inconstitucionalidade do § 6º do art. 89 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, indeferido o pleito de modulação. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 11.02.2015.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.920 (12)
ORIGEM : ADI - 110311 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO
ADV.(A/S) : PGE-MT - MARIA MAGALHÃES ROSA E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, rejeitou as preliminares e julgou procedente o pedido formulado na inicial para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 6.841, de 5 de dezembro de 1996, do Estado de Mato Grosso. Impedido o Ministro Dias Toffoli. Ausente, justificadamente, o Ministro Roberto Barroso. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 05.02.2015.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.942 (13)
ORIGEM : ADI - 127586 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : DEMOCRATAS - DEM
ADV.(A/S) : FABRICIO JULIANO MENDES MEDEIROS
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, julgou improcedente a ação direta. Impedido o Ministro Dias Toffoli. Ausente, justificadamente, o Ministro Roberto Barroso. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 05.02.2015.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.013 (14)
ORIGEM : ADI - 11108 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : TOCANTINS
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : PARTIDO VERDE - PV
ADV.(A/S) : JUVENAL KLAYBER COELHO E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS

Decisão: Após o voto da Senhora Ministra Cármen Lúcia (Relatora), que conhecia em parte do pedido e, na parte conhecida, julgava procedente a ação direta, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Dias Toffoli. Ausente o Senhor Ministro Joaquim Barbosa, licenciado. Falou pelo requerido, Governador do Estado, o Dr. Fernando Pessoa da Silveira Mello. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 09.06.2010.

Decisão: Após o voto-vista do Ministro Dias Toffoli, que conhecia em parte do pedido e, na parte conhecida, julgava improcedente a ação direta, no que foi acompanhado pelos Ministros Roberto Barroso, Teori Zavascki e Ricardo Lewandowski (Presidente), o julgamento foi suspenso. Plenário, 11.02.2015.

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.726 (15)
ORIGEM : ADI - 4726 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : AMAPÁ
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, deferiu a medida cautelar para conferir interpretação conforme a Constituição Federal aos artigos 5º, alínea "*c*", 9º, alínea "*e*", 14 e 17 da Lei nº 1.598/2011, do Estado do Amapá, assentando que as alusões ao salário mínimo devem ser entendidas como a revelarem o valor vigente na data da respectiva publicação, vedada qualquer vinculação futura por força do inciso IV do art. 7º da Carta da República, e para suspender a eficácia dos artigos 3º, 10 a 13 e 16 do diploma atacado, por violação aos artigos 25 e 61, § 1º, inciso II, alínea "*e*" da Constituição Federal. Ausente, neste julgamento, o Ministro Dias Toffoli. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 11.02.2015.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.791 (16)
ORIGEM : ADI - 4791 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. TEORI ZAVASCKI
REQTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JÚNIOR E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou parcialmente procedente o pedido formulado, apenas para declarar a inconstitucionalidade das expressões "*processar e julgar o Governador... nos crimes de responsabilidade*", presente no art. 54, e "*...ou perante a própria Assembleia Legislativa, nos crimes de responsabilidade*", esta última contida na segunda parte do art. 89, ambos da Constituição do Estado do Paraná, vencido o Ministro Marco Aurélio, que julgava improcedente a ação em relação à atribuição da Assembléia quanto aos crimes de responsabilidade, e procedente para afastar a necessidade de licença para ter-se a persecussão criminal contra Governador nos crimes comuns. Ausentes o Ministro Ricardo Lewandowski (Presidente), em viagem oficial a Roma, na Itália, para participar do "8º Congresso Internacional da Anamatra" e de audiências com diversas autoridades daquele país, e, justificadamente, o Ministro Gilmar Mendes. Falaram, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB, o Dr. Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior, OAB/DF 16.275, e, pelo Ministério Público Federal, a Dra. Ela Wiecko Volckmer de Castilho, Vice-Procuradora-Geral da República. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia (Vice-Presidente). Plenário, 12.02.2015.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.792 (17)
ORIGEM : ADI - 4792 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADV.(A/S) : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JÚNIOR
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto da Relatora, julgou parcialmente procedente o pedido formulado para declarar a inconstitucionalidade do inciso XXI do art. 56 ("*processar e julgar o Governador e o Vice-Governador do Estado nos crimes de responsabilidade e os Secretários de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles*"), e da segunda parte do art. 93 ("*ou perante a Assembleia Legislativa, nos crimes de responsabilidade*"), ambos os artigos da Constituição do Estado do Espírito Santo, vencido o Ministro Marco Aurélio, que julgava improcedente a ação em relação à atribuição da Assembleia quanto aos crimes de responsabilidade, e procedente para afastar a necessidade de licença para ter-se a persecussão criminal contra Governador nos crimes comuns. Ausentes o Ministro Ricardo Lewandowski (Presidente), em viagem oficial a Roma, na Itália, para participar do "8º Congresso Internacional da Anamatra" e de audiências com diversas autoridades daquele país, e, justificadamente, o Ministro Gilmar Mendes. Falaram, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB, o Dr. Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior, OAB/DF 16.275, e, pelo Ministério Público Federal, a Dra. Ela Wiecko Volckmer de Castilho, Vice-Procuradora-Geral da República. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia (Vice-Presidente). Plenário, 12.02.2015.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.800 (18)
ORIGEM : ADI - 4800 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RONDÔNIA
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JUNIOR
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto da Relatora, julgou parcialmente procedente o pedido formulado para declarar a inconstitucionalidade do inciso XVI do art. 29 (redação originária e redação da Emenda Constitucional nº 43/2006), e da segunda parte do art. 67 ("*ou perante a Assembleia Legislativak, nos crimes de responsabilidade*"), ambos os artigos da Constituição do Estado de Rondônia, vencido o Ministro Marco Aurélio, que julgava improcedente a ação em relação à atribuição da Assembleia quanto aos crimes de responsabilidade, e procedente para afastar a necessidade de licença para ter-se a persecussão criminal contra Governador nos crimes comuns. Ausentes o Ministro Ricardo Lewandowski (Presidente), em viagem oficial a Roma, na Itália, para participar do "8º Congresso Internacional da Anamatra" e de audiências com diversas autoridades daquele país, e, justificadamente, o Ministro Gilmar Mendes. Falaram, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB, o Dr. Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior, OAB/DF 16.275, e, pelo Ministério Público Federal, a Dra. Ela Wiecko Volckmer de Castilho, Vice-Procuradora-Geral da República. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia (Vice-Presidente). Plenário, 12.02.2015.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.900 (19)
ORIGEM : ADI - 4900 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. TEORI ZAVASCKI
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : PARTIDO SOCIAL LIBERAL - PSL
ADV.(A/S) : JOSÉ SARAIVA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação para declarar a inconstitucionalidade dos artigos 2º e 3º da Lei nº 11.905/2010, do Estado da Bahia, vencido, em parte, o Ministro Teori Zavascki, que apenas conferia interpretação conforme, sem redução de texto, ao art. 2º da referida lei, de forma a excluir de sua incidência os magistrados vinculados ao Tribunal de Justiça. Os Ministros Teori Zavascki (Relator), Dias Toffoli e Marco Aurélio não modularam os efeitos da decisão, não sendo atingido o *quorum* para este fim. Redigirá o acórdão o Ministro Roberto Barroso. Falou, pelo requerente, o Dr. José Saraiva, OAB/DF 6.242. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 11.02.2015.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.925 (20)
ORIGEM : ADI - 4925 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. TEORI ZAVASCKI
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISTRIBUIDORES DE ENERGIA ELETRICA - ABRADEE
ADV.(A/S) : LYCURGO LEITE NETO E OUTRO(A/S)

Decisão: Resolvida a questão de ordem suscitada pelo Relator no sentido de converter o julgamento da cautelar em julgamento de mérito, o Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei nº 12.635/2007, do Estado de São Paulo. Ausentes o Ministro Ricardo Lewandowski (Presidente), em viagem oficial a Roma, na Itália, para participar do "8º Congresso Internacional da Anamatra" e de audiências com diversas autoridades daquele país, e, justificadamente, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia (Vice-Presidente). Plenário, 12.02.2015.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.967 (21)
ORIGEM : ADI - 4967 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARÁ
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : FEDERAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES DE OFICIAIS MILITARES ESTADUAIS - FENEME E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ANA PAULA REIS CARDOSO E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, não conheceu da ação direta por falta de legitimidade ativa *ad causam*, vencido, em parte, o Ministro Marco Aurélio, que reconhecia a legitimidade apenas da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais - FENEME. Ausentes, justificadamente, o Ministro Roberto Barroso e, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 05.02.2015.

REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.091 (22)
ORIGEM : ADI - 5091 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, referendou a concessão da medida cautelar. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Roberto Barroso. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 04.02.2015.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.154 (23)
ORIGEM : ADI - 5154 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARÁ
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT
ADV.(A/S) : IAN RODRIGUES DIAS E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), julgando parcialmente procedente a ação direta, no que foi acompanhado pelas Ministras Cármen Lúcia, Rosa Weber e pelo Ministro Dias Toffoli, e o voto do Ministro Teori Zavascki, que julgava improcedente a ação, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Falou, pelo Governador do Estado do Pará, o Dr. José Aloysio Cavalcante Campos, Procurador do Estado. Ausente, justificadamente, o Ministro Roberto Barroso. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 05.02.2015.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO 6 (24)
ORIGEM : ADO - 18841 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REQTE.(S) : DEMOCRATAS - DEM
ADV.(A/S) : FABRICIO JULIANO MENDES MEDEIROS
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DOS POLICIAIS MILITARES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS - AMAI
ADV.(A/S) : JOSÉ LAGANA E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DO PARANÁ - ADEPOL/PR
ADV.(A/S) : WLADIMIR SERGIO REALE
AM. CURIAE. : SINDICATO DAS CLASSES POLICIAIS CIVIS NO ESTADO DO PARANÁ - SINCLAPOL
ADV.(A/S) : NAOTO YAMASAKI E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, Ministro Ricardo Lewandwski (Presidente), julgou prejudicada a ação direta. Impedido o Ministro Dias Toffoli. Falaram, pelo *amicus curiae* Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas - AMAI, o Dr. Marcelo Braga, OAB/AL 4.577, e, pelo *amicus curiae* Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná - ADEPOL/PR, o Dr. Wladimir Sérgio Reale, OAB/RJ 3.803. Plenário, 11.02.2015.

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.460 (25)
ORIGEM : ADI - 36905 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. TEORI ZAVASCKI
EMBTE.(S) : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - FENAJUFE
ADV.(A/S) : CEZAR BRITTO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, não conheceu dos embargos de declaração. Ausentes o Ministro Ricardo Lewandowski (Presidente), em viagem oficial a Roma, na Itália, para participar do "8º Congresso Internacional da Anamatra" e de audiências com diversas autoridades daquele país, e, justificadamente, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia (Vice-Presidente). Plenário, 12.02.2015.

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.940 (26)
ORIGEM : ADI - 95190 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADV.(A/S) : PGE-ES - GALDYS JOUFFROY BITRAN E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 259, de 9 de dezembro de 2002, do Estado do Espírito Santo. Ausente, justificadamente, o Ministro Ricardo Lewandowski (Presidente), em viagem à Itália para participar da "101ª Sessão Plenária da Comissão de Veneza". Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia (Vice-Presidente). Plenário, 11.12.2014.

DIPLOMA LEGAL - ÓRGÃO DO EXECUTIVO - CRIAÇÃO -INICIATIVA - VÍCIO FORMAL. Surge vício de iniciativa quando o diploma legal teve origem na própria Assembleia e versa a criação de órgão vinculado à Secretaria de Estado da Saúde.

AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.971 (27)
ORIGEM : ADI - 103411 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RONDÔNIA
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL - CSPB
ADV.(A/S) : JOAQUIM PEDRO DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA
AGDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao agravo regimental. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio, que participa, a convite da Academia Paulista de Magistrados e da Universidade de Paris 1 - Sorbonne, do 7º Colóquio Internacional sobre o Direito e a Governança da Sociedade de Informação - "O Impacto da Revolução Digital sobre o Direito", na Universidade de Paris 1 - Sorbonne, na França. Ausente, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 06.11.2014.

E M E N T A: **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE** - *INSTRUMENTO DE AFIRMAÇÃO DA SUPREMACIA DA ORDEM CONSTITUCIONAL* - **O PAPEL** DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL **COMO LEGISLADOR NEGATIVO** - **LEI COMPLEMENTAR Nº 224/2000**, DO ESTADO DE RONDÔNIA (ART. 64, "*CAPUT*" E PARÁGRAFO ÚNICO) - **A NOÇÃO** *DE CONSTITUCIONALIDADE/INCONSTITUCIONALIDADE* **COMO CONCEITO DE RELAÇÃO** - A QUESTÃO PERTINENTE *AO BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE* - **POSIÇÕES DOUTRINÁRIAS DIVERGENTES** *EM TORNO DO SEU CONTEÚDO* - **O SIGNIFICADO** *DO BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE* **COMO FATOR DETERMINANTE** DO CARÁTER CONSTITUCIONAL, *OU NÃO*, DOS ATOS ESTATAIS - **NECESSIDADE DA VIGÊNCIA ATUAL**, *EM SEDE DE CONTROLE ABSTRATO*, **DO PARADIGMA CONSTITUCIONAL** *ALEGADAMENTE VIOLADO* - **SUPERVENIENTE** *MODIFICAÇÃO/SUPRESSÃO* **DO PARÂMETRO DE CONFRONTO E DO TEXTO DA NORMA ESTATAL IMPUGNADA - HIPÓTESE DE PREJUDICIALIDADE - EXTINÇÃO ANÔMALA** DO PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO NORMATIVA ABSTRATA - **PRECEDENTES** DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - **AÇÃO DIRETA JULGADA PREJUDICADA - PARECER DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA PELO NÃO PROVIMENTO - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO**.

Secretaria Judiciária
JOÃO BOSCO MARCIAL DE CASTRO
Secretário

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.102, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999.

Faço saber que a **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** adotou a Medida Provisória nº 658, de 2014, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 83. .....

§ 1º A exceção de que trata o **caput** não se aplica às prorrogações de parcerias firmadas após a entrada em vigor desta Lei, exceto no caso de prorrogação de ofício prevista em lei ou regulamento, exclusivamente para a hipótese de atraso na liberação de recursos por parte da administração pública.

....." (NR)

"Art. 88. Esta Lei entra em vigor após decorridos 360 (trezentos e sessenta) dias de sua publicação oficial." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 26 de fevereiro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Atos do Congresso Nacional

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 85

Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 23. .....

.....

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;

....." (NR)

"Art. 24. .....

.....

IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

....." (NR)

"Art. 167. .....

.....

§ 5º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa prevista no inciso VI deste artigo." (NR)

"Art. 200. .....

.....

V - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação;

....." (NR)

"Art. 213. .....

.....

§ 2º As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público." (NR)

"CAPÍTULO IV
DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO"

"Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

§ 1º A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

.....

§ 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

.....

§ 6º O Estado, na execução das atividades previstas no **caput**, estimulará a articulação entre entes, tanto públicos quanto privados, nas diversas esferas de governo.

§ 7º O Estado promoverá e incentivará a atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação, com vistas à execução das atividades previstas no **caput**." (NR)

"Art. 219. .....

Parágrafo único. O Estado estimulará a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas, bem como nos demais entes, públicos ou privados, a constituição e a manutenção de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação, a atuação dos inventores independentes e a criação, absorção, difusão e transferência de tecnologia." (NR)

Art. 2º O Capítulo IV do Título VIII da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 219-A e 219-B:

"Art. 219-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei."

"Art. 219-B. O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

§ 1º Lei federal disporá sobre as normas gerais do SNCTI.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios legislarão concorrentemente sobre suas peculiaridades."

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 26 de fevereiro de 2015.

Mesa da Câmara dos Deputados	Mesa do Senado Federal
Deputado EDUARDO CUNHA Presidente	Senador RENAN CALHEIROS Presidente
Deputado WALDIR MARANHÃO 1º Vice-Presidente	Senador JORGE VIANA 1º Vice-Presidente
Deputado GIACOBO 2º Vice-Presidente	Senador ROMERO JUCÁ 2º Vice-Presidente
Deputado BETO MANSUR 1º Secretário	Senador VICENTINHO ALVES 1º Secretário
Deputado FELIPE BORNIER 2º Secretário	Senador ZEZE PERRELLA 2º Secretário
Deputada MARA GABRILLI 3ª Secretária	Senador GLADSON CAMELI 3º Secretário
Deputado ALEX CANZIANI 4º Secretário	Senadora ÂNGELA PORTELA 4ª Secretária

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 669, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta; a Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011, a Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, quanto à tributação de bebidas frias; e a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º Poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do **caput** do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, à alíquota de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento):

....." (NR)

"Art. 8º Poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, à alíquota de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do **caput** do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, as empresas que fabricam os produtos classificados na Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, nos códigos referidos no Anexo I.

....." (NR)

"Art. 9º .....

.....

§ 13. A opção pela tributação substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa a janeiro de cada ano, ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada, e será irretratável para todo o ano-calendário.

§ 14. Excepcionalmente, para o ano de 2015, a opção pela tributação substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa a junho de 2015, ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada, e será irretratável para o restante do ano.

§ 15. A opção de que tratam os §§ 13 e 14, no caso de empresas que contribuem simultaneamente com as contribuições previstas no art. 7º e no art. 8º, valerá para ambas as contribuições, e não será permitido à empresa fazer a opção apenas com relação a uma delas.

§ 16. Para as empresas relacionadas no inciso IV do caput do art. 7º, a opção dar-se-á por obra de construção civil e será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa à competência de cadastro no CEI ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada para a obra, e será irretratável até o seu encerramento." (NR)

Art. 2º A contribuição de que trata o **caput** do art. 7º da Lei nº 12.546, de 2011, permanecerá com a alíquota de dois por cento até o encerramento das obras referidas:

I - no inciso II do § 9º do art. 7º da Lei nº 12.546, de 2011;

II - no inciso III do § 9º do art. 7º da Lei nº 12.546, de 2011, nos casos em que houve opção pelo recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta; e

III - no inciso IV do § 9º do art. 7º da Lei nº 12.546, de 2011, matriculadas no Cadastro Específico do INSS - CEI até o dia anterior à data da vigência do art. 1º desta Medida Provisória.

Art. 3º A Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º A Secretaria da Receita Federal do Brasil poderá exigir a aplicação do disposto no art. 35 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, aos estabelecimentos envasadores ou industriais fabricantes de outras bebidas classificadas no Capítulo 22 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, não mencionadas no art. 14 da Lei nº 13.097, de 2015." (NR)

Art. 4º A Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.13. .....

.....

II - dos equipamentos contadores de produção de que tratam os arts. 27 a 30 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e o art. 35 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.

.....

§ 2º .....

.....

IV - R$ 0,03 (três centavos de real) por unidade de embalagem de bebidas controladas pelos equipamentos contadores de produção de que trata o art. 35 da Lei nº 13.097, de 2015.

.....

§ 4º A taxa deverá ser recolhida pelos contribuintes a ela obrigados, mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federais - Darf em estabelecimento bancário integrante da rede arrecadadora de receitas federais:

I - previamente ao recebimento dos selos de controle pela pessoa jurídica obrigada à sua utilização; ou

II - mensalmente, até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês, em relação aos produtos controlados pelos equipamentos contadores de produção no mês anterior.

.....

§ 6º O fornecimento do selo de controle à pessoa jurídica obrigada à sua utilização fica condicionado à comprovação do recolhimento de que trata o inciso I do § 4º, sem prejuízo de outras exigências estabelecidas na legislação vigente.

§ 7º A não realização do recolhimento de que trata o inciso II do § 4º por três meses ou mais, consecutivos ou alternados, no período de doze meses, implica interrupção pela Casa da Moeda do Brasil da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos contadores de produção, caracterizando prática prejudicial ao seu normal funcionamento, sem prejuízo da aplicação da penalidade de que trata o art. 30 da da Lei nº 11.488, de 2007.

§ 8º A Secretaria da Receita Federal do Brasil poderá expedir normas complementares para a aplicação do disposto neste artigo." (NR)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 5º A Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

.....

§ 4º A isenção concedida nos termos deste artigo será aplicável, também, a bens duráveis:

I - cujo valor unitário, apurado segundo as normas do Artigo VII do Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, seja igual ou inferior a R$ 5.000,00 (cinco mil reais); ou

II - em relação aos quais seja assumido compromisso de doação formalizado em benefício de qualquer dos entes referidos nos incisos II e III do **caput** do art. 6º.

.....

§ 6º Os bens objeto do compromisso de doação referido no inciso II do § 4º deverão ser transferidos aos donatários até 31 de dezembro de 2017.

§ 7º Até a data prevista no § 6º, o doador poderá revogar compromisso de doação de bem em benefício da União, desde que realize de forma concomitante nova doação desse bem em favor de entidade relacionada no inciso III do **caput** do art. 6º.

§ 8º Para a fruição da isenção prevista neste artigo não se exige:

I - o transporte das mercadorias em navio de bandeira brasileira; e

II - a comprovação de inexistência de similar nacional.

§ 9º A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda poderá disciplinar os despachos aduaneiros realizados com fundamento neste artigo." (NR)

"Art. 5º A isenção de que trata o art. 4º, ressalvadas as hipóteses previstas no seu § 4º, não se aplica à importação de bens e equipamentos duráveis destinados aos Eventos, que poderão ser admitidos no País sob o Regime Aduaneiro Especial de Admissão Temporária, com suspensão do pagamento dos tributos incidentes sobre a importação.

§ 1º O Regime de que trata o **caput** pode ser utilizado pelos entes referidos no § 2º do art. 4º, alcançando, entre outros, os seguintes bens duráveis:

.....

III - equipamento médico;

IV - equipamento técnico de escritório; e

V - embarcações destinadas a hospedagem de pessoas que atuarão na organização e execução dos Eventos.

....." (NR)

"Art. 12. .....

.....

§ 4º Deverá constar nas notas fiscais relativas às operações beneficiadas com a isenção de que trata o **caput** a expressão: "Saída com isenção do IPI", com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas." (NR)

"Art. 13. .....

.....

§ 4º Deverá constar nas notas fiscais relativas às operações beneficiadas com a suspensão de que trata o **caput** a expressão: "Saída com suspensão do IPI", com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas." (NR)

"Art. 14. .....

.....

§ 2º A suspensão de que trata este artigo será convertida em isenção depois da comprovação da utilização ou consumo nas finalidades previstas no **caput** das mercadorias ou serviços adquiridos, locados ou arrendados e dos direitos recebidos em cessão com a aplicação da mencionada suspensão.

§ 3º Ficam as pessoas mencionadas no **caput** obrigadas a recolher, na condição de responsáveis, as contribuições não pagas em decorrência da suspensão de que trata este artigo, acrescidas de juros e multa, na forma da legislação específica, calculados a partir da data da aquisição ou contratação, caso não utilizem as mercadorias, serviços e direitos nas finalidades previstas nesta Lei.

§ 4º A suspensão prevista neste artigo aplica-se somente aos bens adquiridos, locados ou arrendados, serviços contratados, e direitos recebidos em cessão diretamente de pessoa jurídica previamente licenciada ou nomeada pelo CIO ou pelo RIO 2016 e habilitada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, nos termos do art. 19.

.....

§ 7º A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda poderá limitar a aplicação dos benefícios previstos neste artigo em relação a determinados bens, serviços ou direitos.

§ 8º O disposto neste artigo aplica-se também no caso de locação e arrendamento mercantil (**leasing**) de bens e de cessão de direitos a qualquer título para as pessoas mencionadas no **caput** para utilização exclusiva na organização ou na realização dos Eventos.

§ 9º Deverá constar nas notas fiscais relativas às operações beneficiadas com a suspensão de que trata este artigo a expressão: "Venda efetuada com suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins", com a especificação do dispositivo legal correspondente." (NR)

"Art. 15. Sem prejuízo das isenções de que tratam os arts. 8º a 10, a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins incidentes sobre receitas decorrentes de atividades diretamente vinculadas à organização ou realização dos eventos serão apuradas pelas pessoas jurídicas mencionadas no § 2º do art. 4º, quando domiciliadas no Brasil, na forma do art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003." (NR)

"Art. 18. Aplica-se o disposto no art. 14 aos patrocínios sob a forma de prestação de serviços, de locação, arrendamento mercantil (**leasing**) e empréstimo de bens, e de cessão de direitos efetuados por patrocinador dos Jogos domiciliado no País para as pessoas jurídicas mencionadas no § 2º do art. 4º.

....." (NR)

Art. 6º A Secretaria da Receita Federal do Brasil disciplinará o disposto nesta Medida Provisória.

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor:

I - no primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação, quanto ao art. 1º;

II - a partir de 1º de maio de 2015, quanto aos arts. 3º e 4º; e

III - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

Art. 8º Ficam revogados a partir de 1º de maio de 2015, os arts. 52 a 54 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Brasília, 26 de fevereiro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Joaquim Vieira Ferreira Levy

DECRETO Nº 8.413, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Altera o Decreto nº 8.378, de 15 de dezembro de 2014, para prorrogar o prazo de remanejamento de parte dos cargos em comissão de que trata o parágrafo único do art. 11 da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 8.378, de 15 de dezembro de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Ficam remanejados, até 29 de julho de 2015, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a Casa Civil da Presidência da República, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS:

I - dois DAS 101.4;

II - um DAS 101.3; e

III - um DAS 101.2.

....." (NR)

Art. 2º Os ocupantes dos cargos em comissão excluídos do **caput** do art. 1º do Decreto nº 8.378, de 2014, por este Decreto ficam automaticamente exonerados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o inciso IV do **caput** do art. 1º do Decreto nº 8.378, de 15 de dezembro de 2014.

Brasília, 26 de fevereiro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Nelson Barbosa

DECRETO Nº 8.414, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Institui o Programa Bem Mais Simples Brasil e cria o Conselho Deliberativo e o Comitê Gestor do Programa.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Bem Mais Simples Brasil, com a finalidade de simplificar e agilizar a prestação dos serviços públicos e de melhorar o ambiente de negócios e a eficiência da gestão pública.

Art. 2º São objetivos do Programa Bem Mais Simples Brasil:

I - simplificar e agilizar o acesso do cidadão, das empresas e das entidades sem fins lucrativos aos serviços e informações públicos;

II - promover a prestação de informações e serviços públicos por meio eletrônico;

III - reduzir formalidades e exigências na prestação de serviços públicos;

IV - promover a integração dos sistemas de informação pelos órgãos públicos para oferta de serviços públicos;

V - celebrar o "Pacto Bem Mais Simples Brasil" com os demais Poderes da União e com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e

VI - modernizar a gestão interna da administração pública.

§ 1º O Programa Bem Mais Simples Brasil deverá contemplar a atuação integrada e sistêmica na prestação de serviços públicos, com a aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento ao cidadão, às empresas e às entidades sem fins lucrativos, mediante a utilização de linguagem simples e compreensível.

§ 2º O Programa observará as diretrizes previstas no art. 1º do Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009.

§ 3º O Programa será implementado de forma a garantir a integração com outras ações e programas desenvolvidos no âmbito do Poder Executivo federal.

Art. 3º Fica criado o Conselho Deliberativo do Programa Bem Mais Simples Brasil, ao qual compete formular, monitorar e avaliar as ações do Programa e definir estratégias de articulação com os demais Poderes da União e com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 1º O Conselho Deliberativo será composto pelos titulares dos seguintes órgãos:

I - Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, que o coordenará;

II - Casa Civil da Presidência da República;

III - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

IV - Ministério da Justiça;

V - Ministério da Fazenda; e

VI - Controladoria-Geral da União.

§ 2º Quando as ações do Programa envolverem matérias de competência de outros Ministérios, o coordenador do Conselho Deliberativo convidará os respectivos titulares para participarem das reuniões.

§ 3º Poderão ainda ser convidados para as reuniões do Conselho Deliberativo os titulares de órgãos e entidades dos demais Poderes da União e da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, em especial o Presidente do Tribunal de Contas da União, o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 4º Os Ministros de Estado titulares do Conselho Deliberativo serão substituídos em suas ausências ou impedimentos pelos respectivos Secretários-Executivos.

Art. 4º Fica criado o Comitê Gestor do Programa Bem Mais Simples Brasil, instância diretiva do Programa, com as seguintes competências:

I - cumprir as orientações do Conselho Deliberativo;

II - definir os eixos temáticos de atuação do Programa;

III - definir, monitorar e avaliar a execução das ações a serem desenvolvidas no âmbito do Programa;

IV - promover a articulação necessária à execução de ações conjuntas no âmbito do Poder Executivo federal, com os demais Poderes da União e com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e

V - estabelecer seu regimento interno, que deverá ser aprovado por maioria absoluta de seus membros.

§ 1º O Comitê Gestor será integrado por um representante, titular e suplente, de cada órgão que compõe o Conselho Deliberativo e coordenado pelo representante da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República.

§ 2º Os membros do Comitê Gestor deverão ocupar cargo de Secretário ou equivalente.

§ 3º Os membros do Comitê Gestor serão indicados pelos seus respectivos órgãos e serão designados pelo Ministro de Estado da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República.

§ 4º No exercício de suas atribuições, o Comitê Gestor poderá propor a criação de grupos de trabalho temáticos, que será feita por meio de ato conjunto dos Ministros de Estado afetos aos temas envolvidos.

§ 5º O Comitê Gestor poderá convidar para participar das reuniões representantes de outros órgãos e entidades, públicos e privados, e especialistas em assuntos afetos às ações do Programa.

Art. 5º A Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República fornecerá o suporte administrativo para o funcionamento do Conselho Deliberativo e do Comitê Gestor.

Art. 6º A participação na composição do Conselho Deliberativo e do Comitê Gestor é considerada serviço público relevante, não remunerada.

Art. 7º As despesas relativas às ações desenvolvidas no âmbito do Programa, para o exercício de 2015, correrão às expensas do orçamento já atualmente previsto para os órgãos responsáveis.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de fevereiro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo
Joaquim Vieira Ferreira Levy
Nelson Barbosa
Valdir Moysés Simão
Guilherme Afif Domingos

DECRETO DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Reabre, em favor de empresas estatais, créditos extraordinários no valor de R$ 294.907.723,00, abertos pela Medida Provisória nº 666, de 30 de dezembro de 2014.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, combinado com o art. 167, § 2º da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 47 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam reabertos ao Orçamento de Investimento, em favor de empresas estatais, créditos extraordinários aprovados pela Medida Provisória nº 666, de 30 de dezembro de 2014, pelos saldos apurados em 31 de dezembro de 2014, no valor de R$ 294.907.723,00 (duzentos e noventa e quatro milhões, novecentos e sete mil, setecentos e vinte e três reais), para atender à programação constante do Anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de fevereiro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Nelson Barbosa

ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

05- Defesa Nacional	231.490
20- Agricultura	2.228.000
23- Comércio e Serviços	3.203.023
25- Energia	273.120.888
26- Transporte	16.124.322
TOTAL GERAL	294.907.723

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122- Administração Geral	5.186.244
126- Tecnologia da Informação	654.140
694- Serviços Financeiros	390.129
752- Energia Elétrica	272.552.888
784- Transporte Hidroviário	16.124.322
TOTAL GERAL	294.907.723

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

05- Defesa Nacional	231.490
122- Administração Geral	231.490
20- Agricultura	2.228.000
122- Administração Geral	2.228.000
23- Comércio e Serviços	3.203.023
122- Administração Geral	2.158.754
126- Tecnologia da Informação	654.140
694- Serviços Financeiros	390.129
25- Energia	273.120.888
122- Administração Geral	568.000
752- Energia Elétrica	272.552.888
26- Transporte	16.124.322
784- Transporte Hidroviário	16.124.322
TOTAL GERAL	294.907.723

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0781- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	390.129
0807- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	5.840.384
2033- Energia Elétrica	272.552.888
2074- Transporte Marítimo	16.124.322
TOTAL GERAL	294.907.723

QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO

22000- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.228.000
25000- Ministério da Fazenda	3.203.023
32000- Ministério de Minas e Energia	273.120.888
52000- Ministério da Defesa	231.490
68000- Secretaria de Portos	16.124.322
TOTAL GERAL	294.907.723

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495- Recursos do Orçamento de Investimento	294.907.723
TOTAL GERAL	294.907.723

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	294.907.723
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	286.108.397
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	286.108.397
6.2.0.0.00.00 - Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	3.709.478
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	3.709.478
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	3.709.478
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	5.089.848
6.3.1.0.00.00 - Internas	5.089.848
TOTAL GERAL	294.907.723
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	286.108.397
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	8.799.326

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

20 - Agricultura	2.228.000
TOTAL GERAL	2.228.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	2.228.000
TOTAL GERAL	2.228.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

20 - Agricultura	2.228.000
122- Administração Geral	2.228.000
TOTAL GERAL	2.228.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	2.228.000
TOTAL GERAL	2.228.000

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

22208 - Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS	2.228.000
TOTAL GERAL	2.228.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	2.228.000
TOTAL GERAL	2.228.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	2.228.000
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	2.228.000
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	2.228.000
TOTAL GERAL	2.228.000
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	2.228.000
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	0

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22208 - Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS
ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

20 - Agricultura	2.228.000
TOTAL GERAL	2.228.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	2.228.000
TOTAL GERAL	2.228.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

20 - Agricultura	2.228.000
122- Administração Geral	2.228.000
TOTAL GERAL	2.228.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	2.228.000
TOTAL GERAL	2.228.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	2.228.000
TOTAL GERAL	2.228.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	2.228.000
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	2.228.000
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	2.228.000
TOTAL GERAL	2.228.000
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	2.228.000
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	0

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22208 - Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS

ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais							2.228.000
		Atividades							
20 122	0807 4102	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos							528.000
20 122	0807 4102 0031	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado de Minas Gerais							528.000
			I	4-INV	2	90	0	495	528.000
20 122	0807 4105	Manutenção e Adequação da Infraestrutura Operacional							1.700.000
20 122	0807 4105 0031	Manutenção e Adequação da Infraestrutura Operacional - No Estado de Minas Gerais							1.700.000
			I	4-INV	2	90	0	495	1.700.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									2.228.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	3.203.023
TOTAL GERAL	3.203.023

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	2.158.754
126 - Tecnologia da Informação	654.140
694 - Serviços Financeiros	390.129
TOTAL GERAL	3.203.023

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	3.203.023
122- Administração Geral	2.158.754
126- Tecnologia da Informação	654.140
694- Serviços Financeiros	390.129
TOTAL GERAL	3.203.023

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0781 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	390.129
0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	2.812.894
TOTAL GERAL	3.203.023

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

25202 - Banco da Amazônia S.A. - BASA	2.548.883
25289 - Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF	654.140
TOTAL GERAL	3.203.023

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	3.203.023
TOTAL GERAL	3.203.023

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	3.203.023
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	3.203.023
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	3.203.023
TOTAL GERAL	3.203.023
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	3.203.023
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	0

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25202 - Banco da Amazônia S.A. - BASA

ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	2.548.883
TOTAL GERAL	2.548.883

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	2.158.754
694 - Serviços Financeiros	390.129
TOTAL GERAL	2.548.883

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	2.548.883
122- Administração Geral	2.158.754
694- Serviços Financeiros	390.129
TOTAL GERAL	2.548.883

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0781 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	390.129
0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	2.158.754
TOTAL GERAL	2.548.883

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	2.548.883
TOTAL GERAL	2.548.883

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	2.548.883
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	2.548.883
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	2.548.883
TOTAL GERAL	2.548.883
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	2.548.883
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	0

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25202 - Banco da Amazônia S.A. - BASA

ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0781	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais							390.129
		Atividades							
23 694	0781 4106	Manutenção da Infraestrutura de Atendimento							390.129
23 694	0781 4106 0001	Manutenção da Infraestrutura de Atendimento - Nacional							390.129
			I	4-INV	4	90	0	495	390.129
	0807	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais							2.158.754
		Atividades							
23 122	0807 4101	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis							2.158.754
23 122	0807 4101 0001	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional							2.158.754
			I	4-INV	4	90	0	495	2.158.754
TOTAL - INVESTIMENTOS									2.548.883

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25289 - Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	654.140
TOTAL GERAL	654.140

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

126 - Tecnologia da Informação	654.140
TOTAL GERAL	654.140

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

23 - Comércio e Serviços	654.140
126- Tecnologia da Informação	654.140
TOTAL GERAL	654.140

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	654.140
TOTAL GERAL	654.140

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	654.140
TOTAL GERAL	654.140

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	654.140
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	654.140
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	654.140
TOTAL GERAL	654.140
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	654.140
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	0

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25289 - Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF

ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais							654.140
		Atividades							
23 126	0807 4103	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento							654.140
23 126	0807 4103 0001	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional							654.140
			I	4-INV	2	90	0	495	654.140
TOTAL - INVESTIMENTOS									654.140

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	273.120.888
TOTAL GERAL	273.120.888

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	568.000
752 - Energia Elétrica	272.552.888
TOTAL GERAL	273.120.888

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	273.120.888
122- Administração Geral	568.000
752- Energia Elétrica	272.552.888
TOTAL GERAL	273.120.888

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	568.000
2033 - Energia Elétrica	272.552.888
TOTAL GERAL	273.120.888

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

32223 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	25.715.632
32224 - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	113.815.408
32226 - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	128.500.000
32363 - Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE	5.089.848
TOTAL GERAL	273.120.888

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	273.120.888
TOTAL GERAL	273.120.888

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	273.120.888
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	268.031.040
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	268.031.040
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	5.089.848
6.3.1.0.00.00 - Internas	5.089.848
TOTAL GERAL	273.120.888
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	268.031.040
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	5.089.848

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32223 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS
ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	25.715.632
TOTAL GERAL	25.715.632

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

752 - Energia Elétrica	25.715.632
TOTAL GERAL	25.715.632

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	25.715.632
752- Energia Elétrica	25.715.632
TOTAL GERAL	25.715.632

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica	25.715.632
TOTAL GERAL	25.715.632

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	25.715.632
TOTAL GERAL	25.715.632

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	25.715.632
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	25.715.632
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	25.715.632
TOTAL GERAL	25.715.632
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	25.715.632
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	0

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32223 - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS
ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2033	**Energia Elétrica**							**25.715.632**
		Projetos							
25 752	**2033 126T**	**Interligação Elétrica Brasil - Uruguai - (Atividades Eletrobrás)**							**25.715.632**
25 752	2033 126T 0001	Interligação Elétrica Brasil - Uruguai - (Atividades Eletrobrás) - Nacional							25.715.632
		Obra realizada (percentual de execução física): 1	I	4-INV	4	90	0	495	25.715.632
TOTAL - INVESTIMENTOS									**25.715.632**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32224 - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE
ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	113.815.408
TOTAL GERAL	113.815.408

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	568.000
752 - Energia Elétrica	113.247.408
TOTAL GERAL	113.815.408

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	113.815.408
122- Administração Geral	568.000
752- Energia Elétrica	113.247.408
TOTAL GERAL	113.815.408

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	568.000
2033 - Energia Elétrica	113.247.408
TOTAL GERAL	113.815.408

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	113.815.408
TOTAL GERAL	113.815.408

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	113.815.408
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	113.815.408
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	113.815.408
TOTAL GERAL	113.815.408
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	113.815.408
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	0

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32224 - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE
ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**568.000**
		Projetos							
25 122	**0807 111G**	**Instalação de Edifício-Sede**							**568.000**
25 122	0807 111G 0053	Instalação de Edifício-Sede - No Distrito Federal							568.000
			I	4-INV	4	90	0	495	568.000
	2033	**Energia Elétrica**							**113.247.408**
		Atividades							
25 752	**2033 2C49**	**Reforços e Melhorias nos Sistemas de Transmissão dos Sistemas Isolados**							**2.700.000**
25 752	2033 2C49 0010	Reforços e Melhorias nos Sistemas de Transmissão dos Sistemas Isolados - Na Região Norte							2.700.000
			I	4-INV	4	90	0	495	2.700.000
25 752	**2033 4462**	**Manutenção de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Norte**							**10.000.000**
25 752	2033 4462 0010	Manutenção de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Norte - Na Região Norte							10.000.000
			I	4-INV	4	90	0	495	10.000.000
		Projetos							
25 752	**2033 14MI**	**Implantação da Estação Retificadora de Porto Velho (500 kV / CC / 3150 MW) (RO)**							**28.804.204**
25 752	2033 14MI 0011	Implantação da Estação Retificadora de Porto Velho (500 kV / CC / 3150 MW) (RO) - No Estado de Rondônia							28.804.204
		Estação implantada (percentual de execução física): 82	I	4-INV	5	90	0	495	28.804.204
25 752	**2033 14MJ**	**Implantação da Estação Inversora de Araraquara 2 (500 kV / CC / 2950 MW) (SP)**							**28.804.204**
25 752	2033 14MJ 0035	Implantação da Estação Inversora de Araraquara 2 (500 kV / CC / 2950 MW) (SP) - No Estado de São Paulo							28.804.204
		Estação implantada (percentual de execução física): 82	I	4-INV	5	90	0	495	28.804.204
25 752	**2033 7V16**	**Implantação de Linha de Transmissão Rio Branco - Cruzeiro do Sul e de Subestações Associadas (AC)**							**42.939.000**
25 752	2033 7V16 0012	Implantação de Linha de Transmissão Rio Branco - Cruzeiro do Sul e de Subestações Associadas (AC) - No Estado do Acre							42.939.000
		Linha implantada (percentual de execução física): 38	I	4-INV	4	90	0	495	42.939.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**113.815.408**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32226 - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF
ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	128.500.000
TOTAL GERAL	128.500.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

752 - Energia Elétrica	128.500.000
TOTAL GERAL	128.500.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	128.500.000
752- Energia Elétrica	128.500.000
TOTAL GERAL	128.500.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica	128.500.000
TOTAL GERAL	128.500.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	128.500.000
TOTAL GERAL	128.500.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	128.500.000
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	128.500.000
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	128.500.000
TOTAL GERAL	128.500.000
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	128.500.000
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	0

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32226 - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF
ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2033	**Energia Elétrica**							**128.500.000**
		Projetos							
25 752	**2033 12OR**	**Implantação do Parque de Geração de Energia Eólica Casa Nova (BA) - 180 MW**							**115.500.000**
25 752	2033 12OR 0029	Implantação do Parque de Geração de Energia Eólica Casa Nova (BA) - 180 MW - No Estado da Bahia							115.500.000
		Parque implantado (percentual de execução): 12	I	4-INV	5	90	0	495	115.500.000
25 752	**2033 146A**	**Implantação de Parques Eólicos de Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste**							**13.000.000**
25 752	2033 146A 0020	Implantação de Parques Eólicos de Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste - Na Região Nordeste							13.000.000
		Parque implantado (percentual): 6	I	4-INV	4	90	0	495	13.000.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**128.500.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32363 - Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE
ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

25 - Energia	5.089.848
TOTAL GERAL	5.089.848

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

752 - Energia Elétrica	5.089.848
TOTAL GERAL	5.089.848

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

25 - Energia	5.089.848
752- Energia Elétrica	5.089.848
TOTAL GERAL	5.089.848

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2033 - Energia Elétrica	5.089.848
TOTAL GERAL	5.089.848

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	5.089.848
TOTAL GERAL	5.089.848

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	5.089.848
6.3.0.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	5.089.848
6.3.1.0.00.00 - Internas	5.089.848
TOTAL GERAL	5.089.848
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	5.089.848

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32363 - Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE
ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2033	**Energia Elétrica**							**5.089.848**
		Projetos							
25 752	**2033 14XC**	**Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul**							**5.089.848**
25 752	2033 14XC 0040	Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul - Na Região Sul							5.089.848
			I	4-INV	4	90	0	495	5.089.848
TOTAL - INVESTIMENTOS									**5.089.848**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

05 - Defesa Nacional	231.490
TOTAL GERAL	231.490

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral	231.490
TOTAL GERAL	231.490

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

05 - Defesa Nacional	231.490
122- Administração Geral	231.490
TOTAL GERAL	231.490

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	231.490
TOTAL GERAL	231.490

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

52231 - Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON	231.490
TOTAL GERAL	231.490

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	231.490
TOTAL GERAL	231.490

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	231.490
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	231.490
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	231.490
TOTAL GERAL	231.490
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	231.490
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	0

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52231 - Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON
ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0807	**Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**							**231.490**
		Projetos							
05 122	**0807 15CS**	**Implantação de Melhorias no Pátio de Treinamento do Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval**							**231.490**
05 122	0807 15CS 0033	Implantação de Melhorias no Pátio de Treinamento do Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval - No Estado do Rio de Janeiro							231.490
		Instalação construída/reformada (percentual de execução física): 93	I	4-INV	2	90	0	495	231.490
TOTAL - INVESTIMENTOS									**231.490**

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	16.124.322
TOTAL GERAL	16.124.322

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	16.124.322
TOTAL GERAL	16.124.322

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	16.124.322
784- Transporte Hidroviário	16.124.322
TOTAL GERAL	16.124.322

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo	16.124.322
TOTAL GERAL	16.124.322

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	4.645.493
68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	6.000.000
68210 - Companhia Docas do Pará - CDP	5.478.829
TOTAL GERAL	16.124.322

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	16.124.322
TOTAL GERAL	16.124.322

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	16.124.322
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	12.414.844
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	12.414.844
6.2.0.0.00.00 - Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	3.709.478
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	3.709.478
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	3.709.478
TOTAL GERAL	16.124.322
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	12.414.844
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	3.709.478

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA
ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	4.645.493
TOTAL GERAL	4.645.493

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	4.645.493
TOTAL GERAL	4.645.493

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	4.645.493
784- Transporte Hidroviário	4.645.493
TOTAL GERAL	4.645.493

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo	4.645.493
TOTAL GERAL	4.645.493

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	4.645.493
TOTAL GERAL	4.645.493

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	4.645.493
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	4.645.493
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	4.645.493
TOTAL GERAL	4.645.493
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	4.645.493
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	0

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68206 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA
ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2074	**Transporte Marítimo**							**4.645.493**
		Projetos							
26 784	**2074 143F**	**Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Vitória (ES)**							**4.645.493**
26 784	2074 143F 0032	Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Vitória (ES) - No Estado do Espírito Santo							4.645.493
		Obra executada (percentual de execução física): 5	I	4-INV	2	90	0	495	4.645.493
TOTAL - INVESTIMENTOS									**4.645.493**

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA
ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	6.000.000
TOTAL GERAL	6.000.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	6.000.000
TOTAL GERAL	6.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	6.000.000
784- Transporte Hidroviário	6.000.000
TOTAL GERAL	6.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo	6.000.000
TOTAL GERAL	6.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	6.000.000
TOTAL GERAL	6.000.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	6.000.000
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	6.000.000
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	6.000.000
TOTAL GERAL	6.000.000
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	6.000.000
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	0

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68207 - Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA
ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2074	**Transporte Marítimo**							**6.000.000**
		Projetos							
26 784	**2074 14WO**	**Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Salvador (BA)**							**6.000.000**
26 784	2074 14WO 0029	Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Salvador (BA) - No Estado da Bahia							6.000.000
		Obra executada (percentual de execução física): 20	I	4-INV	2	90	0	495	6.000.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**6.000.000**

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68210 - Companhia Docas do Pará - CDP
ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	5.478.829
TOTAL GERAL	5.478.829

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

784 - Transporte Hidroviário	5.478.829
TOTAL GERAL	5.478.829

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	5.478.829
784- Transporte Hidroviário	5.478.829
TOTAL GERAL	5.478.829

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2074 - Transporte Marítimo	5.478.829
TOTAL GERAL	5.478.829

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	5.478.829
TOTAL GERAL	5.478.829

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	5.478.829
6.1.0.0.00.00 - Recursos Próprios	1.769.351
6.1.1.0.00.00 - Geração Própria	1.769.351
6.2.0.0.00.00 - Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	3.709.478
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	3.709.478
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores	3.709.478
TOTAL GERAL	5.478.829
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	1.769.351
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	3.709.478

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Portos
UNIDADE: 68210 - Companhia Docas do Pará - CDP
ANEXO — **Reabertura de Crédito Extraordinário**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2074	**Transporte Marítimo**							**5.478.829**
		Projetos							
26 784	**2074 144E**	**Adequação de Instalações de Circulação no Terminal de Miramar (PA)**							**1.269.351**
26 784	2074 144E 0015	Adequação de Instalações de Circulação no Terminal de Miramar (PA) - No Estado do Pará							1.269.351
		Obra executada (percentual de execução física): 17	I	4-INV	2	90	0	495	1.269.351
26 784	**2074 144H**	**Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Vila do Conde (PA)**							**3.709.478**
26 784	2074 144H 0015	Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Vila do Conde (PA) - No Estado do Pará							3.709.478
		Obra executada (percentual de execução física): 28	I	4-INV	2	90	0	495	3.709.478
26 784	**2074 144T**	**Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Terminal de Miramar (PA)**							**500.000**
26 784	2074 144T 0015	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Terminal de Miramar (PA) - No Estado do Pará							500.000
		Obra executada (percentual de execução física): 12	I	4-INV	2	90	0	495	500.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**5.478.829**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 43, de 26 de fevereiro de 2015. Encaminhamento ao Congresso Nacional do relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário

Nºs 44 e 45, de 26 de fevereiro de 2015. Comunica à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, respectivamente, que se ausentará do País nos dias 28 de fevereiro e 1º de março de 2015, em visita a Colônia do Sacramento, por ocasião da inauguração do Parque Eólico Artilleros, e a Montevidéu, por ocasião da Cerimônia de Posse do Senhor Tabaré Ramón Vásquez Rosas no cargo de Presidente da República Oriental do Uruguai.

Nº 46, de 26 de fevereiro de 2015. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 669, de 26 de fevereiro de 2015.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 26 de fevereiro de 2015

Entidade: AR BRASILMG
CNPJ: 20.380.623/0001-44
Processo Nº: 00100.000051/2015-06

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 46/49), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro AR BRASILMG, operacionalmente vinculada à AC VALID BRASIL, com fulcro no item 2.2.3.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.7, de 06 de junho de 2014. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

Entidade: AR CERTCOM
CNPJ: 18.035.557/0001-23
Processo Nº: 00100.000053/2015-97

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 24/27), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro AR CERTCOM, operacionalmente vinculada à AC VALID RFB, com fulcro no item 2.2.3.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.7, de 06 de junho de 2014. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

SECRETARIA DE PORTOS

PORTARIA Nº 38, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Autoriza a realização de investimentos não previstos no Contrato de Arrendamento PRES/028.1998.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, e o art. 2º, inciso V, do Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, considerando o que consta do Processo nº 00045.002617/2014-57, resolve:

Art. 1º Autorizar a realização de investimentos não previstos no Contrato de Arrendamento PRES/028.1998, celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo- CODESP e a Ecoporto Santos S.A. (antiga TECONDI- Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A.).

Art. 2º Os investimentos de que trata o art. 1° serão realizados por conta e risco da arrendatária e totalizam o montante de R$ 142.024.000,00 (cento e quarenta e dois milhões e vinte e quatro mil reais).

Art. 3º A presente autorização não garante o direito a reequilíbrio econômico-financeiro em favor da arrendatária.

§ 1º Há possibilidade do Poder Concedente negar, total ou parcialmente, a utilização dos investimentos previamente autorizados na composição do reequilíbrio contratual.

§ 2° A arrendatária abre mão do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme Termo de Risco de Investimento que consta no Processo nº 00045.002617/2014-57, exceto em caso de futura aprovação dos investimentos por esta SEP/PR.

Art. 4° Caso o investimento, no todo ou em parte, seja declarado inoportuno, a critério do Poder Concedente, a arrendatária deverá alterar o empreendimento ou restabelecer as condições de uso originais da área.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDINHO ARAÚJO

PORTARIA Nº 39, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Estabelece as diretrizes e procedimentos para monitoramento dos empreendimentos realizados com recursos de Participação da União no Capital das Companhias Docas Federais, por parte da Secretaria de Portos da Presidência da República

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do artigo 87 da Constituição Federal, o art. 24-A da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o Decreto nº 8.088, de 02 de setembro de 2013, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, Na Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013 e no Capitulo I da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidas as competências e procedimentos para monitoramento, acompanhamento, avaliação e manifestação técnica para repasse de recursos financeiros, por parte da Secretaria de Infraestrutura Portuária, da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR), às Companhias Docas vinculadas, para a execução de obras e serviços de engenharia que envolvam a transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, como Participação da União no Capital das Companhias Docas Federais - PUC.

§ 1º Para cada empreendimento sob a gestão das Companhias Docas, será designado um técnico responsável e um suplente.

§ 2º O técnico responsável será servidor do Departamento de Estudos e Projetos, quando na fase de projeto e do Departamento de Obras e Serviços, na fase de contratação e execução da obra, tendo como suplente, o Coordenador-Geral do respectivo Departamento, para a execução das competências a eles atribuídas.

§ 3° Cabe à Companhia Docas, gestora do empreendimento, designar um técnico e um suplente que atuarão como interlocutores perante os servidores responsáveis designados pela SEP/PR.

§ 4° As atividades de monitoramento dos recursos repassados e de instrução processual, tanto para empenho como para repasses financeiros, serão exercidas pelos servidores designados pela SEP/PR, nos termos do § 1º deste artigo.

Art. 2º Compete aos Departamentos da Secretaria de Infraestrutura Portuária, implementar a execução de investimentos em obras e serviços de engenharia e subsidiar a elaboração de proposição orçamentária e do plano plurianual de investimentos em portos administrados por empresas vinculadas à SEP/PR.

Art. 3º Compete aos servidores designados pela Secretaria de Infraestrutura Portuária, no que se refere aos anteprojetos, projetos de engenharia, orçamentos e execução de obras de engenharia e de serviços de fiscalização em portos administrados por empresas vinculadas à SEP/PR:

I - acompanhar, monitorar e avaliar a execução físico-financeira dos anteprojetos, projetos, obras e serviços de infraestrutura;

II - acompanhar a aplicação dos recursos, manifestando-se, quanto à pertinência ou não da solicitação de empenhos e repasses alocados na Lei Orçamentária;

III - vincular a instrução dos processos de solicitação de empenhos e de repasses financeiros à apresentação, pelo gestor do empreendimento, de demonstrativos financeiros envolvendo aplicação de recursos repassados e a repassar, despesas com pagamentos de reajustes contratuais de obras e serviços de fiscalização, e relativos aos aditivos dos contratos correspondentes; e

IV - instruir os processos de solicitação de créditos suplementares e extraordinários.

§ 1º As propostas de alterações de projetos de engenharia, de modificações de orçamentos e de especificações técnicas, aprovadas pela Companhia Docas, gestora do empreendimento, notadamente que resultem em solicitação de créditos suplementares ou extraordinários, serão fundamentadas e justificadas em relatórios técnicos de engenharia e deverão ser submetidas à SEP/PR.

§ 2º As parcelas de repasses de recursos financeiros para o empreendimento, no decorrer do exercício fiscal, serão propostas pelas empresas vinculadas à SEP/PR, devendo ser considerados no mínimo com 3 (três) previsões de desembolsos anuais, os quais deverão corresponder a valores de etapas de serviços estabelecidos no cronograma de obras.

Art. 4º Cabe à Companhia Docas, gestora do empreendimento, promover os encaminhamentos à SEP/PR de documentação técnica da obra e de serviços de fiscalização, composta de editais de licitação, termos de referência, projetos de engenharia, especificações técnicas, memoriais descritivos, composições de preços unitários, planilhas orçamentárias, contratos e cronogramas físico-financeiros, e eventuais alterações nos projetos de engenharia e termos aditivos aos instrumentos contratuais.

Parágrafo único. Os relatórios mensais de andamento da execução das obras e de serviços de fiscalização e os certificados de medições mensais correspondentes, deverão ser encaminhados à Secretaria de Infraestrutura Portuária até o décimo dia do mês subseqüente da realização das obras e serviços.

Art. 5º Compete aos Diretores dos Departamentos das Secretarias de Infraestrutura Portuária e Executiva, em conformidade com suas atribuições específicas, acompanhar a execução orçamentária e financeira, a elaboração de projetos de engenharia e orçamentos e a contratação das obras e serviços, monitorar a execução de obras e serviços de engenharia dos empreendimentos realizados com recursos de Participação da União no Capital das Companhias Docas, mediante:

I - designação dos técnicos responsáveis no âmbito de seu Departamento;

II - coordenação do monitoramento da aplicação dos recursos e dos resultados;

III - comunicação e notificação quanto aos atos administrativos e técnicos acerca da execução física e financeira do empreendimento;

IV - notificação quando da não apresentação dos documentos mencionados no Artigo 4º e outros de interesse da SEP/PR;

V - aprovação da solicitação de empenho e de repasse financeiro; e

VI - encaminhamento, ao Secretário competente, do processo instruído com vistas à liberação dos recursos financeiros.

Art. 6º Compete aos Secretários de Infraestrutura Portuária e da Secretaria Executiva, no âmbito de suas atribuições específicas:

I - autorizar a liberação de recursos financeiros nos termos propostos pelos Departamentos; e

II - acompanhar a execução de obras e serviços e a realização orçamentária e financeira dos empreendimentos.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDINHO ARAÚJO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 4, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015

Processo nº 50310.001811/2014-14

Empresa penalizada: TECON Salvador S.A., CNPJ nº 03.642.342/0001-01. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do recurso interposto, vez que tempestivo, e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a aplicação da penalidade de advertência, alterando a tipificação da conduta imputada para a infração prevista no inciso XXVII, do art. 32, da Resolução 3.274-ANTAQ, de 6/2/2014.

ALEXANDRE GOMES DE MOURA
Superintendente Substituto

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 5, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015

Processo nº 50309.001957/2014-91

Empresa penalizada: J. Macedo S.A., CNPJ nº 14.998.371/0001-19. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do recurso interposto, vez que tempestivo, e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a aplicação da penalidade de advertência, pelo cometimento das infrações tipificadas nos incisos XI e XVI, art. 32 e inciso XII do art. 34, ambos da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 6/2/2014.

ALEXANDRE GOMES DE MOURA
Superintendente Substituto

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 6, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015

Processo nº 50312.001927/2014-25.

Empresa penalizada: Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, CNPJ nº 27.316.538/0001-66. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do recurso interposto, vez que tempestivo, e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a aplicação da penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 118.800,00, pela prática da infração tipificada no inciso XXXII, do art. 32, da Resolução 3.274-ANTAQ, de 6/2/2014.

ALEXANDRE GOMES DE MOURA
Superintendente Substituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 7, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Processo nº 50312.002681/2013-28

Empresa penalizada: Bravamar Serviços Marítimos Ltda., CNPJ nº 02.774.157/0001-08. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do recurso interposto, por ser tempestivo, e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a aplicação da penalidade de multa no valor de R$ 2.475,00, pelo cometimento da infração tipificada no inciso IV, art. 21 da norma aprovada pela Resolução nº 2.510-ANTAQ, de 19/6/2012.

BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO
Superintendente

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 9, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

Processo nº 50310.001415/2014-89

Empresa penalizada: Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS, CNPJ nº 33.000.167/1124-14. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do recurso interposto, vez que tempestivo, e, no mérito, conceder-lhe provimento parcial, convertendo a aplicação da penalidade de multa em advertência, pelo cometimento da infração tipificada no inciso I, art. 34 da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 6/2/2014.

BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO
Superintendente

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 7, DE 29 DE JANEIRO DE 2015

Processo nº 50310.001392/2014-11

Empresa penalizada: Intermarítima Terminais Ltda., CNPJ nº 96.825.575/0001-12. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do recurso interposto, para, no mérito, conceder-lhe provimento parcial, convertendo-se a penalidade de multa em advertência, pela prática da infração tipificada pelo inciso XVI do art. 32 da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 06/02/2014.

RAFAEL MOISÉS SILVEIRA DA SILVA
Gerente Substituto

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 11, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Processo nº 50302.002334/2014-11

Empresa penalizada: Rodrimar S/A Transp. Equip. Industriais e Arm. Gerais, CNPJ nº 52.223.427/0001-52. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do recurso interposto, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a aplicação da penalidade de advertência, pela prática da infração tipificada pelo inciso XI do art. 32 da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 06/02/2014.

NERIMAR GOMES DE BRITO
Gerente

UNIDADE REGIONAL DE BELÉM

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 58, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

Processo nº 50305.002506/2014-19.

Empresa penalizada: A. P. Oliveira - ME, CNPJ nº 04.658.431/0001-09. Objeto e Fundamento Legal: Aplicação de penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 1.496,88, pela prática das infrações tipificadas nos incisos XXI e XXX, do art. 20 da norma aprovada pela Resolução nº 912-ANTAQ, de 23/11/2007.

RONI PEREZ DE MELLO
Chefe Substituto

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 63, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

Processo nº 50305.001751.2014-17.

Empresa penalizada: Amazon Norte Transporte e Navegação Ltda., CNPJ nº 09.522.903/0001-07. Objeto e Fundamento Legal: Aplicação de penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 660,00, pela prática das infrações tipificadas nos incisos II, VIII e XIX, do art. 20 da norma aprovada pela Resolução nº 912-ANTAQ, de 23/11/2007.

RONI PEREZ DE MELLO
Chefe Substituto

UNIDADE REGIONAL DE FORTALEZA

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 3, DE 27 DE JANEIRO DE 2015

Processo nº 50309.001760/2013-71

Empresa penalizada: HB Navegação Ltda. - EPP, CNPJ nº 03.637.689/0001-58. Objeto e Fundamento Legal: Aplicação de penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 3.500,00, pelo descumprimento do TAC 1/2014-UARFT, item "a" da Cláusula Primeira - Do Objeto e do item "e" da Cláusula Quarta, Parágrafo Primeiro.

EVELINE DE MEDEIROS MIRANDA
Chefe

UNIDADE REGIONAL DE PORTO VELHO

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 4, DE 19 DE JANEIRO DE 2015

Processo nº 50307.002567/2014-58

Empresa penalizada: J. Lopes Braga - ME, CNPJ Nº 05.035.851/0001-93. Objeto e Fundamento Legal: Aplicação de penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 6.125,00, por cometimento da infração tipificada no art. 24, inciso XX, da norma aprovada pela Resolução nº 1.558-ANTAQ de 3/2/2009.

PAULO SÉRGIO DA SILVA CUNHA
Chefe

UNIDADE REGIONAL DO RECIFE

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 2, DE 14 DE JANEIRO DE 2015

Processo nº 50304.002226/2014-11

Empresa penalizada: Orion Serviços Marítimos e Portuários Ltda. - ME, CNPJ nº 16.702.332/0001-58. Objeto e Fundamento Legal: Aplicação de penalidade de advertência, pela prática das infrações tipificadas nos incisos III e V, do art. 21 da norma aprovada pela Resolução nº 2.510-ANTAQ, de 19/6/2012.

RAFAEL DUARTE FERREIRA DA SILVA
Chefe

UNIDADE REGIONAL DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 2, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Processo nº 50301.000702/2014-81

Empresa penalizada: Oceanic Rio Mar Serviços Marítimos Ltda. - ME, CNPJ nº 08.100.457/0001-80. Objeto e Fundamento Legal: Aplicação de penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 1.125,00, pela prática da infração tipificada no inciso IV do art. 21 da norma aprovada pela Resolução nº 2.510-ANTAQ, de 19/06/2012.

ALEXANDRE PALMIERI FLORAMBEL
Chefe

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 6, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2014

Processo nº 50301.001310/2014-39

Empresa penalizada: Sepetiba Tecon S.A., CNPJ nº 02.394.276/0001-27. Objeto e Fundamento Legal: Aplicação de penalidade de advertência, pela prática da infração tipificada no inciso XXI do art. 32 da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 6/2/2014.

ALEXANDRE PALMIERI FLORAMBEL
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

PORTARIA Nº 3, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

A SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo § 1º do art. 5º, c/c o disposto no inciso V do art. 51, ambos do Regimento Interno, com base no disposto na Norma para Homologação de Acordo Operacional entre Empresas Brasileiras e Estrangeiras de Navegação para Troca de Espaços no Transporte Marítimo Internacional, aprovada pela Resolução nº 194-ANTAQ, de 16 de fevereiro de 2004 e, tendo em vista o que consta do Processo nº 50300.000185/2015-31, resolve:

Art. 1º HOMOLOGAR o Acordo Operacional de Transporte Marítimo para Troca de Espaços, na navegação de longo curso, firmado entre as empresas de navegação Mercosul Line Navegação e Logística Ltda. e A. P. Moller - MAERSK A/S.

Art. 2º Na forma do disposto no Acordo Operacional celebrado entre as empresas de navegação contratantes fica a empresa Mercosul Line Navegação e Logística Ltda. designada Agente de Ligação para representar as empresas de navegação partícipes do Acordo Operacional perante a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, ficando solidariamente responsável com cada empresa participante pelas informações que prestar em seu nome.

Art. 3º Nos termos do Acordo Operacional firmado, o escopo geográfico abrangido refere-se à escala de e para os seguintes portos: Rotterdam (Holanda); Bremerhaven (Alemanha); Antuerpia (Bélgica); Algeciras (Espanha); Santos (Brasil); Paranaguá (Brasil); Itajaí (Brasil); Rio Grande (Brasil); Buenos Aires (Argentina); Montevideo (Uruguai); Pecém (Brasil); e, com a embarcação Juliana, os seguintes portos: Puerto Madryn (Argentina); Puerto Deseado (Argentina); San Antonio Este (Argentina); Montevideo (Uruguai) e Rio Grande (Brasil), excluindo-se o transporte na navegação de cabotagem brasileira.

Art. 4º A empresas de navegação Mercosul Line Navegação e Logística Ltda., como Agente de Ligação, deverá apresentar, até o dia 20 de cada mês, a programação de viagens do conjunto dos participantes do Acordo para o mês subsequente, assegurando que o espaço total utilizado pela empresa brasileira de navegação não exceda a sua capacidade própria de transporte, por ciclo de operação.

§ 1º A Mercosul Line Navegação e Logística Ltda. deverá enviar mensalmente à ANTAQ declaração da carga total transportada, discriminando o espaço correspondente às cargas transportadas por cada empresa participante, inclusive os espaços utilizados pelas empresas de navegação estrangeiras em navios operados pela empresa brasileira de navegação participante do Acordo Operacional em questão, tudo acompanhado da relação dos manifestos emitidos pela empresa brasileira de navegação, devendo manter em arquivo cópias dos mesmos pelo prazo de um ano.

§ 2º A Mercosul Line Navegação e Logística Ltda. comunicará à ANTAQ qualquer ocorrência de mudança dos representantes legais ou de endereço da sede das empresas participantes do Acordo Operacional, assim como a interrupção do serviço ou alterações de qualquer natureza na composição da frota indicada para operar no Acordo Operacional, na forma do disposto no art. 12, da Norma aprovada pela Resolução nº 194-ANTAQ, de 16.02.2004.

Art. 5º É vedada a entrada em vigor de qualquer alteração no Acordo Operacional antes da sua respectiva homologação pela ANTAQ, assim como depende de prévia aprovação a substituição de embarcação indicada pela empresa brasileira de navegação.

Art. 6º As empresas de navegação participantes do Acordo Operacional para Troca de Espaços deverão obedecer às disposições da Norma aprovada pela Resolução nº 194-ANTAQ, de 2004, e à legislação federal.

Art. 7º A presente homologação terá prazo de validade de dois anos, desde que devidamente regularizados os afretamentos das embarcações indicadas pela empresa brasileira de navegação.

Art. 8º Revogar a Portaria nº 03/SNM, de 04 de novembro de 2013, bem como as portarias que homologam seus aditivos.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLAVIA MORAIS LOPES TAKAFASHI

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 252, de 3 de fevereiro de 2015, publicada em resumo no Diário Oficial da União de 4 de fevereiro de 2015, Seção 1, página 2, **onde se lê:** "Portaria nº 252, de 3 de fevereiro de 2015", **leia-se:** "Portaria nº 252, de 30 de janeiro de 2015".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 467, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, resolve:

Art 1º Tornar pública a emissão dos Certificados Suplementares de Tipo (CST) abaixo relacionados, emitidos nas datas respectivamente indicadas:

Nº CST	Detentor do CST	Descrição	Aplicabilidade - Aereonaves	Data
2015S02-05	New Flight Corporation - EUA	SA3891NM (Modification for increased ramp, takeoff, landing, and maximum zero fuel weights.)	Mitsubishi Heavy Industries modelo MU-300	19.02.2015
2015S02-06	Vision Safe Corporation - EUA	ST01057WI (Installation of Emergency Vision Assurance System.)	Bombardier modelos BD-700-1A10 and BD-700-1A11	19.02.2015
2015S02-07	McCauley Propeller Systems - EUA	SA495CH (Installation of McCauley Propeller Systems propeller model B3D36C429/82NPA-6.)	Cessna Aircraft modelo 172RG	19.02.2015
2015S02-08	FreeFlight Systems - EUA	SR09635RC Installation of Radar Altimeter RA 4500 with RAD-40 Display.)	Bell Helicopter Textron Canada modelo 407	20.02.2015

Art. 2º O inteiro teor das aprovações encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/certificacao/PST/index_pst.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO TARQUINIO JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO
DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 468, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, considerando o que consta do processo nº 00065.124434/2014-53, resolve:

Art. 1º Renovar a homologação dos cursos práticos de Piloto Privado de Avião e Piloto Comercial de Avião do AEROCLUBE DE PORTO NACIONAL, por 5 (cinco) anos, situado à Av. Castelo Branco, nº 2, Hangar 2, Aeroporto Municipal, Bairro Setor Aeroporto, , em Porto Nacional (TO), CEP 77500-000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 469, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 3375/SPO, de 20 de dezembro de 2013, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 119 (RBAC nº 119) e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o que consta do processo nº 60800.024254/2010-18, resolve:

Art. 1º Tornar pública a revogação do Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA) nº 2003-05-002/STE, emitido em 26 de maio de 2003, em favor da empresa SKYLIFT TÁXI AÉREO LTDA, determinada nos termos da decisão proferida no processo nº 00065.019533/2015-76, com base na seção 119.40(a)(2)(d) do RBAC nº 119, a partir da comunicação à interessada por meio do Formulário Operacional - FOP 121 nº 1/2015/GTPO-RJ/GOAG/SPO, a contar de 13 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAVIO DI PABLO SALIBA FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO
ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO
DE MERCADO

PORTARIA Nº 466, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO, no uso da competência outorgada pelo art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno da ANAC, com a redação dada pela Resolução nº 134, de 19 de janeiro de 2010, tendo em vista o disposto na Portaria n°536/GC-5, de 18 de agosto de 1999 e considerando o que consta do processo n° 00058.036119/2013-88, resolve:

Art. 1º Aprovar a mudança do nome empresarial da sociedade empresária PASSAREDO TRANSPORTES AÉREOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CNPJ nº. 00.512.777/0001-35, com sede social em Ribeirão Preto (SP), autorizada a explorar o serviço de transporte aéreo público regular de passageiro e carga pela Decisão nº. 90, de 16 de junho de 2010, para PASSAREDO TRANSPORTES AÉREOS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, constante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 28 de julho de 2014, submetida à anuência prévia desta Agência Reguladora.

Art. 2º A empresa deverá requerer a substituição dos Certificados de Matrícula e de Aeronavegabilidade das aeronaves de sua responsabilidade ao Registro Aeronáutico Brasileiro - RAB, no prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena de sanções previstas na legislação em vigor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Permanecem em vigor todas as disposições contidas na Decisão nº. 90, de 16 de junho de 2010.

RICARDO BISINOTTO CATANANT

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Diretor do Departamento de Sanidade Vegetal - DSV, de acordo as atribuições que lhe confere o art. 15 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, o art. 2º da Instrução Normativa nº 06 de 17 de maio de 2005 e tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, Portaria 215, de 27 de abril de 2001 e ainda o que consta do Documento nº 21000.000970/2015-70 resolve:

Art. 1º Alterar o requisito fitossanitário de autorização prévia de embarque R0, obrigatória, tornando-o facultativo (R0) para os produtos de categoria 2 e 3 listados nas Instruções Normativas abaixo:

I - Instrução Normativa nº 25, de 31 de julho de 2006; ameixa (Prunus domestica);

II - Instrução Normativa nº 47, de 20 de dezembro de 2006; café (Coffea spp);

III - Instrução Normativa Nº 26, de 31 de julho de 2006; damasco (Prunus armeniaca);

IV - Instrução Normativa nº 24, de 31 de julho de 2006; pessegueiro (Prunus persica);

V - Instrução Normativa nº 66, de 22 de dezembro de 2008; pimentão (Capsicum annuum);

VI - Instrução Normativa nº 45, de 18 de dezembro de 2006; soja (Glycine max);

VII - Instrução Normativa nº 27, de 31 de julho de 2006; videira (Vitis vinifera);

Art. 2º A Coordenação-Geral de Proteção de Plantas providenciará a revisão dos referidas Instruções Normativas citadas no art. 1º, em todas as instâncias necessárias, para o ajuste no texto alterando o requisito de autorização prévia de obrigatório para facultativo.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e fica válida até a alteração definitiva das Instruções Normativas citadas no art. 1º, a serem publicadas pelas autoridades competentes.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 80, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Habilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.005994/2013-90, de 17/12/2013, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Volt Equipamentos Eletrônicos - EIRELI, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 11.664.103/0001-72, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação dos seguintes bens:

I - Conversor estático de corrente alternada para corrente contínua com funcionamento de unidade ininterrupta de energia quando conectado a um acumulador estático;

II - Conversor estático de corrente alternada para corrente contínua, baseado em técnica digital;

III - Conversor estático de corrente contínua para corrente contínua, baseado em técnica digital;

IV - Conversor estático de corrente alternada para corrente contínua (fonte chaveada POE), próprio para conexão de aparelhos em rede por fio, baseado em técnica digital;

V - Aparelho para gerenciamento de equipamentos de redes de dados, baseado em técnica digital; e

VI - Relé eletrônico, baseado em técnica digital.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.005994/2013-90, de 17/12/2013.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO REBELO
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

ARMANDO MONTEIRO
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 81, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Habilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.002666/2014-12, de 01/07/2014, resolvem:

Art. 1º Habilitar a empresa Peccinin Portões Automáticos Industrial Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 60.938.404/0001-52, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Controle remoto digital, por rádio-frequência (RF).

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.002666/2014-12, de 01/07/2014.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO REBELO
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

ARMANDO MONTEIRO
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 82, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Habilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.005970/2013-31, de 16/12/2013, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Kidasen Indústria e Comércio de Antenas Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 84.978.485/0001-82, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Antena móvel VHF.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 488, de 25 de junho de 2010.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.005970/2013-31, de 16/12/2013.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO REBELO
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

ARMANDO MONTEIRO
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.405/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 178ª Reunião Ordinária, ocorrida em 04 de dezembro de 2014, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.003966/1996-49
Requerente: Monsanto do Brasil Ltda.
CNPJ: 64.858.525/0001-45
Endereço: Avenida das Nações Unidas, 12901, Torre Norte 7º Andar, São Paulo SP.
Assunto: Alteração de CIBio.

A CTNBio, após apreciação do pedido de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, concluiu pelo seu DEFERIMENTO, nos termos deste Parecer Técnico. A nova Comissão será formada por: Presidente: Geraldo U. Berger, Membros da Secretaria Executiva: Fabio S. Tagliaferro, Angela Ferrari, Fabiana Correia, Francine Ferreira, Renata Gomes Rolim; Membros do Núcleo Principal: Claudiomir Abatti, Luciano Fonseca, Alcides Maroli, Gustavo Adolfo Astúa Monge, Maria Arminda O. C. Grazziotin, Marco Antonio Guimarães, Marcelo Garcia da Silveira; Membros do Núcleo de Técnicos Principais: Gustavo Dias da Silveira, Renata Moreschi Mesquini, André Belo, João A. Oliveira Jr, Anderson Pereira, Antonio Ferreira, Maria Isabella Leite, Wladecir Salles de Oliveira, Glaucia Sossai Malvestiti, Patrick Marques Dourado, Renato Assis de Carvalho, Marcia O. M. A. José, Ibene Kawaguchi, Daniel Jorge Soares, Hallison Vernisio Vertuan, Marcela Scarso, Marcella Viana de Sousa, Priscila N. Rangel, Ana Paula Mijone, Josy H. M. Botan, Michelle da F. Santos, Leandro Silva, Adolar Freitag Júnior, Paula Fernandes de Oliveira Farjalla, José F. L. Figueiredo, Ricardo Leite Pina Pereira, Cynthia Vieira, Marina Silva, Otavia Tiago Villela, Marcos Bosqueiro, Altair Arlindo Semeão, Nicolas Zendonadi dos Santos, Luciane Gauer, Membros do Núcleo das Estações Experimentais e Unidades Operativas: Eduardo Lambert, Janaina Fabris Marinho, Wagner R. Motomiya, Elvio Lorençato Uzuele, Daniel de Sordi, Luiz Francisco Bellini, Rogério Carlos Gasparin, Ivan Zorzo, João B. Lima, Marcelo Cunha Marques, Luciana Verardino, Fabio Bezerra dos Santos, Marcelo Junior Gimenes, Eduardo Crespo Mantuani, Mário Marcello Anjos, Natalia Cipolini Oliveira, José Alfredo Martucci, Jennifer Cinaglia Lopes e José Mauro Garcia Ferreira.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA

PORTARIA Nº 7, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Divulgação do resultado do Edital MCTI/SEPIN/Start-Up Brasil Nº 03/2014, de qualificação de Aceleradoras de Empresas de Software e Serviços de Tecnologias da Informação.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA, na qualidade de Coordenador do Programa de Aceleração de Empresas de Software e Serviços de Tecnologia da Informação - Start-Up Brasil, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 4º da Portaria Ministerial MCTI Nº 721, de 10 de outubro de 2012, que instituiu o Programa supracitado, e no que consta nos termos do item 2.10 e 2.11 do Edital MCTI/SEPIN/Start-Up Brasil Nº 03/2014, processo MCTI 01200.005231/2014-20, resolve:

Art. 1º Acatar a recomendação da banca de seleção registrada em ata específica que indica, por consenso, as seguintes instituições qualificadas ao Programa, ordenadas por ordem alfabética e com a respectiva indicação de número do processo registrado no MCTI:

a) 21212 - (01200.000634/2015-63)
b) Aceleratech - (01200.000631/2015-20)
c) Wayra - (01200.000648/2015-87)
d) Fumsoft - (01200.000627/2015-61)
e) Gema Ventures - (01200.000636/2015-52)
f) Ventiur - (01200.000630/2015-85)
g) Baita - (01200.000628/2015-14)
h) WOW - (01200.000626/2015-17)
i) Techmall - (01200.000622/2015-39)
j) Acelera Cimatec - (01200.000637/2015-05)
k) Jump Brasil - (01200.000675/2015-50)
l) CESAR Labs - (01200.000623/2015-83)

Art. 2º Acatar a recomendação da banca de seleção registrada em ata específica que indica, por consenso, as seguintes instituições para comporem lista reserva ao Programa, ordenadas por ordem alfabética e com a respectiva indicação de número do processo registrado no MCTI:

a) 85 Labs - (01200.000625/2015-72)
b) Start You Up - (01200.000632/2015-74)
c) Outsource Brazil - (01200.000635/2015-16)
d) Fabriq - (01200.000681/2015-15)

Art. 3º Qualificar as doze (12) instituições indicadas no Art. 1º como aceleradoras na 3ª Edição do Programa relativa ao biênio 2015-2016.

Art. 4º O Período de qualificação coincidirá com o período de duração da terceira edição do Programa prevista para o biênio 2015 e 2016, a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 5º Dar assentimento às instituições qualificadas, bem como a seus responsáveis, do compromisso firmado por estas ao submeter às respectivas propostas, conforme responsabilidades listadas no item 1.4 do edital. A Coordenação do Programa entende que a qualificação implica em compromisso de investimentos e suporte às empresas startups a serem selecionadas e apoiadas pelo Programa durante o período de vigência da qualificação.

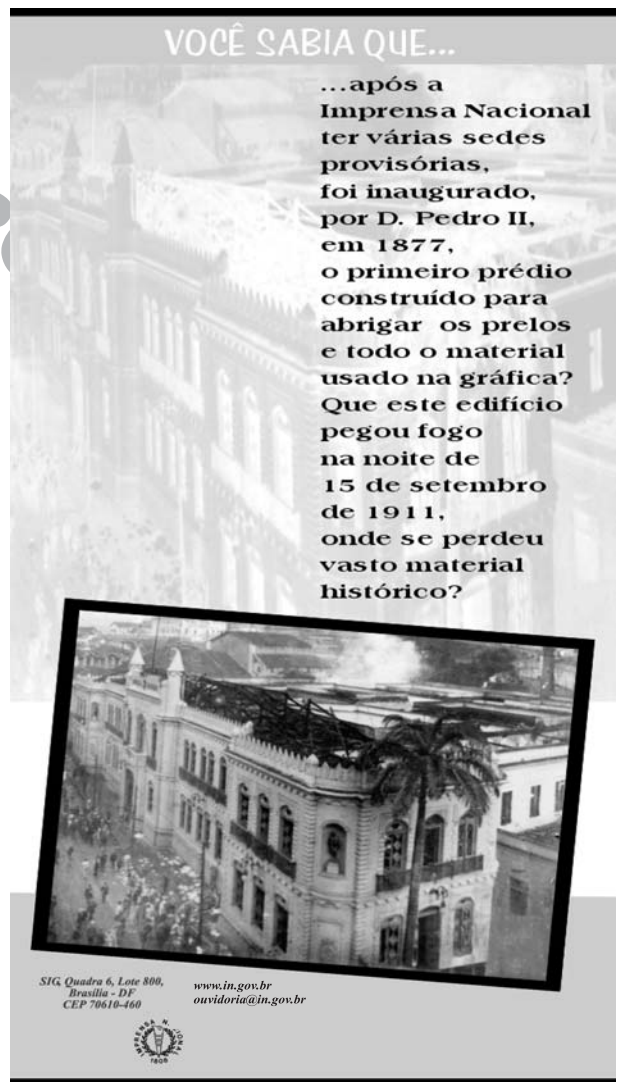
Art. 6º A qualificação constitui uma similaridade com parcerias-público-privada e o MCTI se reserva no direito de, a qualquer tempo, e por meio de um processo de acompanhamento contínuo e avaliação dos resultados, desqualificar as aceleradoras que não estejam de acordo com os princípios e objetivos do Programa, ou que de alguma forma apresentem qualquer tipo de débito junto ao Governo Federal, ou, ainda, que não tenham conduta de negócio apropriada que sustente a permanência desta no Programa.

Art. 7º As aceleradoras qualificadas, caso não desejem mais participar desta edição do Programa, deverão formalizar, a qualquer tempo, por meio de carta devidamente assinada pelo responsável da instituição aceleradora, o pedido de exclusão.

Art. 8º A banca de avaliação foi composta pelos seguintes membros: Alexandre Guilherme Motta Sarmento (Academia/Governo) o qual coordenou a reunião; Diones dos Santos Lima (OSCIP); Felipe Matos (Setor Empresarial/Ecossistema de startups), posteriormente substituído por Vitor Andrade; Edleno Silva de Moura (Academia); Filipe Borsato da Silva (Setor Empresarial/Mercado Financeiro); Maria Rita Spina Bueno (Setor Empresarial/Ecossistema de Empresas de TI); Vanderléia Radaelli (Setor Empresarial/Mercado Financeiro) e Samuel Meireles Dias e Sousa (Governo/MDIC).

Art.9º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIRGÍLIO ALMEIDA



COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

PORTARIA Nº 16, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe confere os incisos III e XII do artigo 13, do anexo I do Decreto n.º, 8.283, de 03 de julho de 2014, bem como o disposto no inciso III, do Artigo 17, do Regimento Interno da ANCINE e, considerando o disposto na Portaria ANCINE n.º 1 de 05 de janeiro de 2015, resolve:

Art. 1° - Divulgar a relação dos solicitantes do apoio financeiro, regularmente inscritos, a participação no evento "South by Southwest", dentro do limite de vagas e dos critérios de elegibilidade dispostos no Anexo I ("Regulamento") a Portaria ANCINE n.º 1 de 05 de janeiro de 2015, conforme abaixo discriminado e obedecendo a ordem de pontuação segundo os critérios expostos no mesmo regulamento:

PROGRAMA DE APOIO À PARTICIPAÇÃO DE PRODUTORES BRASILEIROS DE AUDIOVISUAL EM EVENTOS DE MERCADO E RODADAS DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS - 2015 SOUTH BY SOUTHWEST RELAÇÃO DOS INSCRITOS APTOS PARA CONCESSÃO DO APOIO FINANCEIRO .	
1	Francesco Alessandro Civita
2	Alexandre Guimarães Mehedff
3	Felipe Guimarães Briso
4	Alexandre Miranda de Freitas
5	Letícia Friedrich
6	Leandro Henrique Bezerra Lara
7	Rita de Moraes Braga
8	Mario Henrique Peixoto da Silva

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de fevereiro de 2015

Nº 38 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de coprodução nos termos do art. 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

14-0318 - Paixão, Suor e Graxa - Os Pioneiros do Automobilismo Brasileiro
Processo: 01580.050210/2014-31
Proponente: Lighthouse Produções Cinematográficas Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 11.280.934/0001-40
Valor total aprovado: R$ 115.800,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 110.000,00 para R$ 37.000,00
Banco: 001- agência: 7002-5 conta corrente: 6.460-2
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 73.000,00
Banco: 001- agência: 7002-5 conta corrente: 6.671-0
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 2º Prorrogar o prazo de captação e aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

10-0267 - A Fera na Selva
Processo: 01580.029041/2010-47
Proponente: Prole de Adão Produção Artística Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 49.079.395/0001-59
Valor total do orçamento aprovado: R$ 1.483.985,50
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 150.000,00
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 22.532-0
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.409.786,22 para R$ 1.159.786,22
Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 18.312-1
Prazo de captação: 01/01/2015 até 31/12/2015.

Art. 3º Este Despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE VOGAS

RETIFICAÇÃO

No Despacho decisório nº. 37 de 25/02/2015, publicada no DOU nº. 38 de 26/02/2015, Seção 1, página 3, em relação ao projeto "Angústia", para considerar o seguinte:

onde se lê:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

leia-se:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos arts. 1º e 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PORTARIA Nº 74, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

A PRESIDENTA DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 21, Inciso V, anexo I, do Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009, considerando o disposto na Portaria nº. 92, de 05 de julho de 2012, publicada no DOU de 09 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º - Convocar o aprovado e classificado no Processo Seletivo Simplificado, do qual trata o Edital nº. 1/2013, publicado no DOU de 22 de outubro de 2013, com o resultado final homologado pelo Edital nº 7, publicado no DOU de 27 de março de 2014, constantes no Anexo I, para contração após confirmação de recebimento da correspondência de que trata o Item 13.1 do Edital nº 1/2013.

Art. 2º - O candidato terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para realização de procedimentos pré-admissionais e exames médicos complementares, contados a partir do prazo de que trata o Item 13.1 do Edital nº 1/2013.

Art. 3º - A relação dos exames médicos, documentos, formulários a serem preenchidos e endereços das unidades organizacionais do IPHAN, para entrega da documentação para fins de contratação, estão disponíveis no sitio: http://www.iphan.gov.br.

Art. 4º - A documentação necessária para contratação deverá ser entregue na Sede das Superintendências Estaduais do IPHAN, localizadas nas capitais das Unidades da Federação em que foram aprovados ou na Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - Sede Nacional.

Art. 5º - Eventuais dúvidas serão esclarecidas pelos endereços eletrônicos: cogep@iphan.gov.br e coap@iphan.gov.br.

Art. 6º - Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

JUREMA MACHADO

ANEXO I

UF	Cidade	Classificação	Nome	CPF
Código/Área de Atuação - 10 1 / LOGÍSTICA, CONVÊNIOS E CONTRATOS				
GO	GOIÂNIA	2º	PAULO RICARDO PEREIRA CAMARGO	019.935.561-71

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 119, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 77 de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL VALADARES ALVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

1414169 - "POVO DO SOL - FILHOS DO VENTO" (título provisório)
TIARAJU PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 19.094.858/0001-90
Processo: 01400092878201427
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 2.970.810,16
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Produção, montagem e temporada inicial de oito semanas na cidade de São Paulo, 02 semanas na cidade do Rio de Janeiro e 02 semanas na cidade de Curitiba do espetáculo teatral musical cigano "POVO DO SOL - FILHOS DO VENTO" (título provisório), com um total de 48 apresentações (sessões de quinta a domingo).

1414204 - A Pena Carioca
ATORES DE LAURA PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 05.347.985/0001-40
Processo: 01400092916201441
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 703.861,24
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 30/10/2015
Resumo do Projeto: O projeto consiste na produção do espetáculo A PENA CARIOCA que será uma homenagem dos Atores de Laura ao carioca Martins Pena (1815-1848), fundador da comédia de costumes brasileira, no ano em que comemorar-se-á o bicentenário de seu nascimento e os 450 anos de fundação da cidade do Rio de Janeiro.

1414152 - Amores Urbanos
D&N PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA-ME
CNPJ/CPF: 10.529.948/0001-92
Processo: 01400092860201425
Cidade: Osasco - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 1.038.937,90
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Produção e temporada de apresentação da peça Amores Urbanos. O espetáculo abordará o amor contemporâneo, sua fluidez e mudanças na era tecnológica. O ensaio será dividido em três pequenas peças que retratarão casos distintos de amores e desamores através da incessável busca do ser humano pela realização sentimental. A peça será dirigida por três renomados diretores brasileiros visando criar um olhar sobre a cultura nacional da temática em questão. Serão realizadas 26 apresentações teatrais.

1414073 - Circo.teatro.Oficinas itinerante A bOla
Flávia Dias da Cunha de Moraes Fernandes
CNPJ/CPF: 18.716.939/0001-12

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo: 01400092781201414
Cidade: Pirenópolis - GO;
Valor Aprovado R$: R$ 28.000,00
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 01/08/2015
Resumo do Projeto: Realizar 16 ações, sendo 08 oficinas de teatro mímico para crianças e 08 apresentações do Espetáculo de Circo/teatro "A bOla" com itinerância pelo CCBNB Juazeiro (02 oficinas e 02 apresentações), CCBNB Fortaleza (02 oficinas e 02 apresentações), CCBNB Cariri (02 oficinas e 02 apresentações) e na Biblioteca Municipal em Barbalha/CE (02 oficinas e 02 apresentações), promovendo assim a difusão, e circulação da arte e cultura popular brasileira.

1412610 - CITY LOVE
C & F SERVIÇOS ARTÍSTICOS LTDA ME
CNPJ/CPF: 15.007.452/0001-72
Processo: 01400081329201427
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 347.415,00
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 18/12/2015
Resumo do Projeto: Produção e realização de temporada da peça teatral "City Love" do autor inglês Simon Vinnicombe, em São Paulo, capital, em 2015, com 24 apresentações. A direção do espetáculo é de Rodrigo Fregnan, no elenco Sérgio Guizé e Michelle Boesche.

1414130 - COMEÇARIA TUDO OUTRA VEZ - Titulo Provisorio
Mais e Melhores Produções Artística Ltda.
CNPJ/CPF: 02.903.916/0001-87
Processo: 01400092838201485
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 867.320,00
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 30/11/2015
Resumo do Projeto: Montagem do espetáculo COMEÇARIA TUDO OUTRA VEZ - Título Provisório, trajetória de MORENA, menina/mulher que sai do Sertão em busca de realização profissional: cantar. Larga família e o amor da infância. Embarca numa aventura por um Brasil diverso, múltiplo, conhecendo personagens que vão esculpir a profissional madura que estreia no Rio de Janeiro. O texto de Sheila Aragão tem como trilha sonora a obra de Gonzaguinha, que completaria 70 anos em setembro de 2015. Todo o processo de construção do espetáculo será experimentado em oficinas de Interpretação, música, dança, circo, direção de arte (cenários, figurinos e adereços) e produção, que irão acontecer em Catalão, Goiás, com 3 ensaios abertos e 2 pre estreias e temporada de 2 meses no Rio (24 espetáculos).

1413032 - Dança e Espaço: diálogos itinerantes
Francisca Danielle Ferreira Freitas
CNPJ/CPF: 016.400.923-07
Processo: 01400081786201411
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado R$: R$ 83.996,20
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 30/11/2015
Resumo do Projeto: O projeto prevê a remontagem e a itinerância do espetáculo de Dança,Espaço Incomum, do Coletivo [In]Fluxo, a itinerância está voltada para a programação do Centro cultural Banco do Nordeste nas cidades de Juazeiro do Norte (Cariri), Fortaleza e em Souza na Paraíba. Além das apresentações, o projeto busca fazer a manutenção do coletivo e seu espetáculo com a compra de materiais e equipamentos.

1413104 - Dança Minas
BRF ENTRETENIMENTO LTDA.
CNPJ/CPF: 11.469.250/0001-91
Processo: 01400081874201413
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 1.376.500,00
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O Dança Minas é um projeto que pretende demonstrar as mais diversas formas de manifestação cultural presentes em nosso estado. É construir um raciocínio de elementos desta historia e deixa-la viva e presente. E apresentar aos mineiros esta pujança cultural em todas as suas formas e expressões. Grandes academias e grupos folclóricos do estado se apresentam em locais públicos com base nas diversas manifestações da dança.

1414192 - Melhores Comédias de Todos os Tempos
Modernarte Espetáculos e Eventos LTDA
CNPJ/CPF: 07.343.555/0001-85
Processo: 01400092904201417
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 3.543.010,00
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 30/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto tem o objetivo de realizar 24 apresentações no eixo Rio de Janeiro e São Paulo das maiores comédias apresentadas nos palcos brasileiros nos últimos 10 anos. O projeto levantará os maiores espetáculos usando na pesquisa críticas e quantidade de público com uma agenda de 24 apresentações e fará uma homenagem aos grandes humoristas brasileiros. Para realização do projeto um curador, juntamente diretor artístico serão responsáveis por convidar os espetáculos.

1412941 - Millôr Imposível
Smille Produções Artísticas LTDA
CNPJ/CPF: 08.080.928/0001-35
Processo: 01400081676201450
Cidade: Niterói - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 419.900,00
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto tem como proposta principal a circulação da peça "Millôr Impossível", levando a diversas cidades a voz desse que foi um dos maiores humoristas do Brasil, produzindo humor e reflexão através da apresentação do espetáculo dirigido por Eduardo Wotzik. Serão realizadas 24 apresentações durante os meses de março e abril de 2015, nas cidades de Belém, São Sebastião, Fortaleza, Manaus, Coari, São Francisco do Sul (SC).

1413607 - NA SELVA DAS CIDADES - Entre tempos e espaços
Porto Guimarães Produções Artísticas Ltda. ME
CNPJ/CPF: 09.465.197/0001-09
Processo: 01400082415201457
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 1.517.740,00
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Temporada de 24 sessões da peça NA SELVA DAS CIDADES, de Bertolt Brecht, a ser realizada pela mundana companhia, com tradução de Christine Röhrig, direção de Cibele Forjaz, podendo ocupar espaços alternativos na cidade de São Paulo.

1414096 - O BAÚ DOS MEUS PAIS
Cena 27 Produções Artísticas ME
CNPJ/CPF: 16.972.577/0001-03
Processo: 01400092804201491
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 1.995.900,00
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Montagem de espetáculo Musical infantil,O Baú dos Meus Pais, com texto e direção de Lazaro Ramos. Faremos temporada de 3 meses no Rio de Janeiro e 3 meses em São Paulo, totalizando 48 apresentações. Iremos nos apresentar em teatros privados.

1412287 - O FANTASTICO SALAO DA DONA IRACY - SP
MOTA E PIASSA LTDA
CNPJ/CPF: 09.374.363/0001-61
Processo: 01400080982201479
Cidade: Indaiatuba - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 459.180,00
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 30/11/2015
Resumo do Projeto: Montagem e turnê do espetáculo "O FANTASTICO SALAO DA DONA IRACY" texto e direção de Renato Andrade. O projeto terá 2 meses de temporada em São Paulo (24 apresentações) e 01 mês de ensaio. O elenco será formado por Diego Amaral, Márcio Cardoso, Stella Miranda e será selecionado mais duas atrizes para compor o elenco.

150173 - Tecer Histórias
Ana Luisa de Mattos M. Lacombe Produções Artísticas ME
CNPJ/CPF: 10.341.894/0001-37
Processo: 01400000204201595
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 410.239,50
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: A proposta deste projeto é proporcionar a grupos de crianças, adolescentes e/ou adultos a oportunidade de compartilhar a escuta e a narração de histórias. O projeto prevê oficinas, palestras, exposição e doação de kits educacionais para promover a multiplicação do ato narrativo e, por conseguinte, o estímulo à leitura e o refinamento da competência verbal oral e escrita. Todas as ações serão oferecidas gratuitamente.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

1414298 - 2ª EDIÇÃO - PORTO ALEGRE JAZZ FESTIVAL
UM GESTAO E PROJETOS CULTURAIS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 08.876.642/0001-60
Processo: 01400093015201477
Cidade: Novo Hamburgo - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 694.695,00
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 11/12/2015
Resumo do Projeto: Realização da 2ª edição do Festival de Jazz de Porto Alegre, nos dias 07, 08, 09, 10 e 11 de Outubro de 2015. O evento contará com 14 atrações, com apresentações de música instrumental em espaços como o Centro de Eventos do BarraShoppingSul e o Parque Farroupilha (Redenção). Estima-se um público de 1.000 pessoas por noite no evento, que apreciará shows de renomados músicos nacionais e internacionais.

1414218 - Ciclovia Musical II
Giane Matos Martins
CNPJ/CPF: 08.116.979/0001-70
Processo: 01400092930201445
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 494.450,00
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 31/10/2015
Resumo do Projeto: A "Ciclovia Musical" será realizada no dia 29 de Agosto de 2015, sábado, das 10h às 16h, no Bairro da Barra Funda. 12 pontos do bairro terão concertos gratuitos de música de câmara de 30 grupos musicais, entre os mais expressivos no cenário musical paulista. Os repertórios selecionados serão variados, com ênfase na música erudita e instrumental. 8 roteiros com saída do Memorial da América Latina e Estacionamento Scala Park serão traçados pela produção do evento para ser seguido de bicicleta, de modo que, com ajuda de monitores, os participantes possam percorrer os pontos e assistir aos concertos. Realizaremos a ação musical para 111 ciclistas "Uma Brisa" do compositor Mauricio Kagel. Esta será a segunda edição deste evento. A primeira, aconteceu em agosto de 2013.

1413923 - Festival Instrumental TF In Concert
Look Consultoria Empresarial, Promoções e Entretenimento Ltda.
CNPJ/CPF: 68.314.384/0001-50
Processo: 01400082809201413
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 5.349.420,00
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto "Festival Instrumental TF - In concert traz uma turnê de 06 apresentações das mais consagradas orquestras brasileiras, convidando grandes músicos brasileiros e seus respectivos grupos instrumentais, com o objetivo de mostrar as maiores trilhas musicais de todos os tempos , no sistema IN CONCERT.. ao grande público brasileiro

1411279 - GOYAZ FESTIVAL - MOSTRA DE MUSICA INSTRUMENTAL
INSTITUTO CRUZEIRO DO SUL
CNPJ/CPF: 15.253.686/0001-08
Processo: 01400074708201461
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado R$: R$ 387.903,45
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 30/11/2015
Resumo do Projeto: Realizar o GOYAZ FESTIVAL - MOSTRA DE MÚSICA INSTRUMENTAL, possibilitando à cidade de Goiânia apresentar aos seus habitantes e turistas uma opção de lazer, cultura e entretenimento . Oferecer quatro dias de uma programação artística de alto nível e, ao mesmo tempo, popular em seu acesso, no Palácio da Música no Centro Cultural Oscar Niemeyer, no ano de 2015

1412602 - III Bienal de Música Hoje
Vlaanderen Produções Culturais S/S Ltda.
CNPJ/CPF: 08.290.149/0001-64
Processo: 01400081320201416
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 895.259,99
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 15/11/2015
Resumo do Projeto: Realização de uma semana com concertos diários divulgando a produção atual da música de concerto em suas variadas formas e estéticas; promoção de oficinas, palestras e discussões acerca de questões envolvendo a música erudita contemporânea brasileira e sua inserção em um panorama internacional, ministradas por compositores e intérpretes.

1412865 - MÚSICA CLÁSSICA NAS ESCOLAS
ANANIAS ALVES DE ALMEIDA 25551698904
CNPJ/CPF: 15.096.168/0001-10
Processo: 01400081591201471
Cidade: Joinville - SC;
Valor Aprovado R$: R$ 198.017,50
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 30/11/2015
Resumo do Projeto: MÚSICA CLÁSSICA NAS ESCOLAS visa a levar a música clássica instrumental a alunos e professores de escolas públicas, bem como à comunidade local, músicas essas executadas ao vivo, ao Violão Clássico, Piano, Violino, Viola de Orquestra, Violoncelo, e Orquestra. Serão realizados 45 (quarenta e cinco) concertos em 15 (quinze) Municípios de Santa Catarina que são:Itapoá, Garuva, Joinville, São Francisco do Sul, Araquari, Barra do Sul, São João do Itaperiú, Itajaí, São José, Florianópolis, Imbituba, Laguna, Capivari de Baixo, Tubarão, Criciúma.

1414165 - Sinfonia Patrulhense - 2015
MJ Produtora de Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 10.911.103/0001-67
Processo: 01400092874201449
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 244.700,00
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 29/05/2015
Resumo do Projeto: O projeto destina-se agregar a ExpoSAP, realizada anualmente em Santo Antônio da Patrulha/RS, uma programação artística e cultural de qualidade, através da realização do evento 'Sinfomia Patrulhense'. A programação será voltada para a música instrumental. Serão realizadas apresentações gratuitas dos músicos Renato Borghetti e Samuca do Acordeom.

1413899 - Turnê Orquestra Juvenil da Bahia - EUA 2016
NICLO CONSULTORIA DE MARKETING E COMUNICACAO LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 09.023.910/0001-64
Processo: 01400082780201461
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado R$: R$ 1.643.220,00
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: A Orquestra Juvenil da Bahia estará nos Estados Unidos em 2016 realizando uma turnê de 15 concertos. Sob a regência do maestro Ricardo Castro e com a presença do violinista Midori Goto e do artista Caetano Veloso.

1413614 - Uma noite de Cinema com The Hollywood Ensemble
SU PRO ART & PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA.
CNPJ/CPF: 11.144.858/0001-46
Processo: 01400082422201459
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 1.964.800,00
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: A proposta tem como objetivo realizar a circulação do show musical "Um noite de Cinema com The Hollywood Ensemble" , por meio de uma seleção de trilhas sonoras inesquecíveis, apresentado pelo grupo "The Hollywood Ensemble" formado por músicos especializados em repertório de trilhas sonorar hollywoodianas.O Grupo foi formado pelos brasileiros; Marcelo Cesena e por Waldir Bertipaglia, com intuito de levar música de alto nível, resgantando clássicos de hollywood com arranjos exclusivos.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

1412461 - A ARTE EM ESPAÇOS PÚBLICOS
identidade cultural projetos e eventos ltda epp
CNPJ/CPF: 18.769.367/0001-30
Processo: 01400081174201429
Cidade: Novo Hamburgo - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 360.187,50
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 31/12/2015

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Resumo do Projeto: Revitalização de espaços públicos através da criação, confecção e instalação de 10 painéis em mosaico e/ou pintura artística (muralismo) com a temática de preservação da natureza, com ênfase na água. Os painéis de 2,5 x 3,5 metros serão instalados em áreas públicas como passeios, praças ou parques de 10 cidades gaúchas: Santa Maria, Alegrete, Canoas, Santo ângelo, Rio Grande, Passo Fundo, Osório, Rosário do Sul, Bento Gonçalves e Porto Alegre.

1414172 - LUGARES
ARTEBR LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.421.068/0001-60
Processo: 01400092880201404
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 1.089.709,80
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Realização de 8 exposições da artista plástica Stela Barbieri em escolas públicas no interior do Estado de de São Paulo, onde há pouco acesso a museus, galerias e arte e instituições culturais. Cada mostra tem a duração de aproximadamente 40 dias. As cidades onde o projeto Lugares acontece serão definidas juntamente com o governo do Estado. A sugestão das cidades que carecem de programação cultural que sugerimos são: 1. Cabreúva 2. Iperó 3. Jumirim 4. Salto 5. Tietê 6. Jales 7. São Roque 8. Ibiúna. A proposta é que a própria escola seja um ponto de encontro e de difusão cultural. Essas mostras são exposições/ateliês que promovem encontros de ações colaborativas e diálogos com artistas, educadores, jovens e adultos sobre a vida e a arte contemporâneas e a educ

1310766 - Natureza e Conhecimento
Marina Lopes Coelho
CNPJ/CPF: 283.990.578-78
Processo: 01400038081201301
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 188.765,50
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: O projeto Natureza e Conhecimento consiste na realização de uma série de seis exposições de sete artistas estrangeiros, sendo cinco individuais e uma de um duo de artistas. Os artistas serão convidados para virem a São Paulo para instalar as obras no espaço independente de arte contemporânea KUNSTHALLE São Paulo.

1412897 - O FANTÁSTICO MUNDO DO LIVRO INFANTIL
ESSEGAROTO AOUILA PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 10.935.065/0001-82
Processo: 01400081629201414
Cidade: Saquarema - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 1.493.500,00
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: O projeto O FANTÁSTICO MUNDO DO LIVRO INFANTIL é uma exposição que contará a história do livro infantil, no mundo e no Brasil. Esta exposição serárealizada em 3 cidades, a cada 2 meses, sendo respectivamente Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. A exposição é dividida em 3 fases, 1- mostraremos os escritores, ilustradores e personagens; 2- contaremos como é a produção do livro ; 3- por fim, o que fazer com o produto "livro" depois de pronto.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)

144634 - Construção e Instalação do Museu Histórico e Cultural de Rio Claro Ulysses Guimarães
Fundação Pública Municipal de Rio Claro Ulysses Silveira Guimarães
CNPJ/CPF: 04.139.199/0001-94
Processo: 01400012753201421
Cidade: Rio Claro - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 37.208.668,62
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Construir e instalar um museu para abrigo, conservação e exposição do acervo da cidade de Rio Claro - SP. Projetado pelo Arqto Oscar Niemeyer o Museu terá três edifícios: Palácio das Artes, Memorial Ulysses Guimarães e um auditório de múltiplos usos. O Museu pretende expor, preservar e interagir com toda sociedade local. Ele também será a sede da Rede Municipal de Museus que unificará as linguagens e comunicação dos museus da cidade para aumento do potencial cultural e turístico.

148180 - RESTAURAÇÃO DA IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO - PARAÍBA DO SUL/RJ
Holorama Consultoria e Tecnologia LTDA
CNPJ/CPF: 12.315.623/0001-32
Processo: 01400040713201470
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 3.645.855,49
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Restauração do imóvel, na íntegra, utilizando materiais e técnicas de restauro adequadas, buscando a originalidade do monumento. Estão previstas alternativas ecológicas quanto à infraestrutura de esgotos, água e energia, além de exposição temporária, com material arqueológico proveniente das escavações, contextualização histórica e ações pedagógicas. O projeto pretende exortar a comunidade a zelar pelo seu patrimônio arquitetônico, de inestimável valor histórico e religioso. A ação será, portanto, um trabalho basilar que pretende mudar a relação da cidade com sua história, prevendo uma urbanização de vanguarda, estacionamento, calçadas e rampas, ampliando a acessibilidade e mobilidade urbana.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

1411107 - ATLAS BRASILEIRO DA ARTE DESIGN
ARTEST Associação de Artesanato e Estilo
CNPJ/CPF: 06.269.362/0001-69
Processo: 01400074514201465
Cidade: Londrina - PR;
Valor Aprovado R$: R$ 3.614.112,50
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: O objetivo geral da produção do ATLAS BRASILEIRO DA ARTE DESIGN é congregar as principais expressões de arte design do país, segmentadas por região, tipologia, origem, cultura e expoentes artísticos, oferecendo aos leitores a melhor das visões da arte design brasileira. O ATLAS a ser produzido terá grande utilidade para o desenvolvimento cultural do país, bem como será uma importante fonte de referência para o estreitamento de contatos entre artistas, apreciadores e compradores. A publicação do ATLAS terá o alcance direto de 135 artistas plásticos, bem como a realização de 5 eventos de lançamento nas cidades de Brasília, Curitiba, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro, com expectativa de público convidado de 1.000 pessoas (lançamento) e de público aberto de 1.500 pessoas (visitação).

1410415 - Bacia Hidrográfica do Rio Doce: Desenvolvimento, narrativas e contexto ambiental
Prefácio Comunicação Ltda.
CNPJ/CPF: 86.713.211/0001-97
Processo: 01400064504201411
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 408.474,00
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Este livro terá uma abordagem histórica e cultural da ocupação territorial da Bacia Hidrográfica do Rio Doce a partir dos rios que a constituem. O ponto de partida será a narrativa oral da comunidade do entorno dos rios e seu registro imagético, como formação de memória. Destacando a bacia como uma nova forma de se pensar o território e conduzir a construção da identidade de um povo. Para tanto os registros inéditos serão comparados a dados e narrativas históricas resgatadas em pesquisa.

1414232 - Eva, a Lagartixa Brasileira
IELD LOCAÇÃO, EDIÇÃO E VENDAS DE LIVROS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 14.785.690/0001-46
Processo: 01400092944201469
Cidade: Ribeirão Preto - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 54.678,00
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Publicar 3 mil exemplares do livro "Eva, a Lagartixa brasileira", no formato aberto 48x22 centímetros, formato fechado 24x22 centímetros, miolo com 32 páginas em cor e miolo 4x4 cores, acabamento grampeado, com fotos e ilustrações. O livro será escrito e ilustrado por Giuliano Vieira.

1413917 - No Camarim de Elias Andreato
Estação Design Grafico S/C Ltda
CNPJ/CPF: 03.499.394/0001-62
Processo: 01400082803201438
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 274.945,00
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: "No Camarim de Elias Andreato" é um projeto de elaboração, desenvolvimento e publicação de livro homônimo de autoria do jornalista Dirceu Alves Junior. O livro será composto por cerca de 240 páginas, trazendo texto e imagens. Serão produzidas 3.000 unidades do livro com previsão de lançamento na cidade de São Paulo.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)

1414187 - 28º Festival Universitário da Canção - FUC e 11ª edição FUC - Regional
FUNDACAO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CIENTIFICO E TECNOLOGICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - FAUEPG
CNPJ/CPF: 08.574.460/0001-35
Processo: 01400092899201442
Cidade: Ponta Grossa - PR;
Valor Aprovado R$: 355300.00
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 27/07/2015

Resumo do Projeto: SÍNTESE DO PROJETO Festival de música popular brasileira, de caráter competitivo, realizado em duas etapas, regional e nacional, com apresentação de até 12 músicas na etapa regional e de até 24 na etapa nacional, bem como, realização de apresentações nas escolas, oficinas e de shows com músicos de renome regional e nacional, no período de 24 a 27 de junho de 2015. PERÍODO DE REALIZAÇÃO FASE: PRÉ PRODUÇÃO Etapa Período Abertura de edital e inscrições 27/02 a 22/03/2015 Lançamento oficial do Festival 27/02/2015 Divulgação do festival 09/02 a 22/03/2015 Seleção / curadoria 30/03 a 10/04/2015 Divulgação dos resultados Até 17 de abril FASE: PRODUÇÃO/ EXECUÇÃO Etapa Período FUC - Etapa Regional 24/06/2015 FUC - Etapa Nacional 25,

1413986 - DVD - TRAZENDO A ARCA "O Sexto Passo do Rei"
JEFERSON ROCHA NETO - ME
CNPJ/CPF: 20.936.239/0001-85
Processo: 01400082873201496
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado R$: 1239000.00
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: - Gravar um DVD da Banda Trazendo a Arca com 14 músicas e Prensar 2.000 cópias; - Realizar um show de lançamento do DVD; - Fortalecer o estilo musical Gospel e a diversidade do cenário musical brasileiro; - Garantir ao público em geral acesso a música Gospel no Estado de Goiás;

1410418 - JOYCE MORENO
Discreta Produções Artísticas LTDA
CNPJ/CPF: 14.385.295/0001-76
Processo: 01400064507201455
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: 1078945.07
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Gravação de DVD, turnê por 8 cidades brasileiras, criação de site, organização de um Cancioneiro virtual (songbook) e 20 vídeo-aulas dessas canções com a obra da cantora, violonista e compositora Joyce Moreno. Serão realizados 8 shows, 1 por cidade.

1414010 - ZEPA ACÚSTICO
Seta Produções LTDA
CNPJ/CPF: 10.992.843/0001-75
Processo: 01400082903201464
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: 417853.70
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 31/10/2015

Resumo do Projeto: "Zepa Acústico" é um projeto musical idealizado pelo produtor Daniel Torrieri Baldi e dirigido por Hudson Glauber. Influenciado pelo estilo samba rock misturado com o refinamento do piano e metal, o show trará um acabamento harmônico e diferenciado, atrelado a elementos teatrais, tais como cenário, luzes bem marcadas, figurinos. Serão 08 apresentações (uma vez por semana) num teatro de cerca de 200 lugares ou mais, na cidade de São Paulo.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 26 , § 1º)

1412988 - Asas Cenográficas
FULANOS PRODUCÕES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 18.764.771/0001-10
Processo: 01400081725201454
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: 469460.00
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 05/11/2015

Resumo do Projeto: Asas Cenográficas é um projeto que propõe uma instalação artística não linear e atemporal que permeia o universo de poesias, mitos, ditos populares e sensações relacionadas aos significantes das palavras "Asas" e "Voar", feitos a partir de diferentes ações performáticas de mulheres brasileiras. Através de oficinas gratuitas para mulheres, serão confeccionados objetos cenográficos, pinturas, figurinos, colagem e painéis de tecidos, com tingimento a partir de elementos vegetais, animais e minerais, expressando nessas confecções suas reverberações sonoras, corporais e imagéticas a partir do tema. Com oito meses, o projeto contempla oficinas, organização e criação de uma instalação artística aberta ao público.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26 , § 1º)

1413622 - XIV FÓRUM INTERNACIONAL DE CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO - XIV FICI
Fundação Brasil Criativo
CNPJ/CPF: 04.079.829/0001-82
Processo: 01400082457201498
Cidade: Aracaju - SE;
Valor Aprovado R$: 145250.00
Prazo de Captação: 27/02/2015 à 30/11/2015

Resumo do Projeto: O FICI é um evento de reconhecimento internacional focado na disseminação dos conceitos sobre criatividade e inovação contando com palestrantes nacionais e internacionais. A sua agenda integra atividades artísticas (teatro, música, dança e pequenas intervenções culturais) e todas essas atividades fazem conexão de como a criatividade pode ser aplicada e explorada nos mais diferentes espaços (comunidades, empresas e territórios).

PORTARIA N° 120, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 77 de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL VALADARES ALVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18)

14 10698 - MUSEU TEATRO CASA SUSTENTÁVEL E PLANETÁRIO
EDUCAÇÃO E ENTRETENIMENTO INFANTIL NO BRASIL EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 11.678.940/0001-50
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2015 a 31/12/2015

14 11205 - MPB EM CENA
Jornaleiro Participações e Serviços Teatrais Ltda
CNPJ/CPF: 05.942.459/0001-28
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2015 a 31/12/2015

14 7353 - I FESTIVAL INTERNACIONAL DE CAIXAS DE TEATRO LAMBE-LAMBE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Companhia de Teatro Entre Linhas Ltda
CNPJ/CPF: 04.283.283/0001-87
RS - Novo Hamburgo
Período de captação: 01/01/2015 a 31/12/2015
14 4873 - Recontando Contos: A Roupa Nova do Imperador
Marina Medeiros Branco
CNPJ/CPF: 335.764.868-79
SP - Campinas
Período de captação: 01/01/2015 a 31/12/2015
13 10470 - Festival For Fun 2014
Dialogo 3 Apitos Marketing Cultural e Esportivo Ltda.
CNPJ/CPF: 14.293.235/0001-23
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2015 a 31/12/2015
12 5023 - A Volta ao Mundo em 80 dias
SOLAS DE VENTO PRODUÇÃO CULTURAL E ARTISTICA S/S
LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.917.731/0001-12
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2015 a 31/12/2015
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18)
12 6246 - MEU CORAÇÃO BRASILEIRO
Mario Wuaden
CNPJ/CPF: 231.142.409-25
PR - Curitiba
Período de captação: 01/01/2015 a 31/12/2015
14 8799 - Gustavo Figueiredo Trio - Turnê pelo Brasil
Gustavo Barbosa Figueiredo
CNPJ/CPF: 048.328.986-80
MG - Contagem
Período de captação: 01/01/2015 a 31/12/2015
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
13 1087 - Espaço Cultural - Parque Multifuncional
Instituto Cenibra
CNPJ/CPF: 05.522.474/0001-17
MG - Belo Oriente
Período de captação: 26/02/2015 a 31/12/2015
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
14 13006 - AFA-Pirassununga-1960
COMANDO DA AERONÁUTICA
CNPJ/CPF: 00.394.429/0002-91
SP - Pirassununga
Período de captação: 01/01/2015 a 31/12/2015
13 2119 - Locomotivas Elétricas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro
Sociedade de Pesquisa para Memória do Trem
CNPJ/CPF: 68.697.044/0001-56
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2015 a 31/05/2015

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
14 11374 - CULTURA ARTE & SOM
CARLOS ALBERTO DA SILVA CASTRO
CNPJ/CPF: 126.951.968-90
MG - Turmalina
Período de captação: 01/01/2015 a 31/12/2015
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 26)
14 11480 - 4º FESTIVAL INTERNACIONAL DE ESCULTURA EM PEDRA - CIDADE DA PEDRA
Instituto Vertentes de Assessoria e Consultoria Ltda - ME
CNPJ/CPF: 02.387.012/0001-46
MG - São João del Rei
Período de captação: 01/01/2015 a 31/12/2015

PORTARIA N° 121, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 77 de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL VALADARES ALVES

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18)
14 12703 - Orquestra Jovem das Gerais - Novos tempos de cidadania
Orquestra Jovem de Contagem
CNPJ/CPF: 02.280.984/0001-37
MG - Contagem
Valor reduzido em R$: 297.829,41

PORTARIA Nº 122, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 77 de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Tornar público a relação de projetos, incentivados por meio da Lei 8.313/91, que DESCUMPRIU(RAM) o objeto no âmbito deste Ministério, conforme determina o parágrafo 4º, do artigo 80 da Instrução Normativa/ MinC nº 01 de 24/06/2013, publicada no Diário da Oficial União de 01/07/2013, constantes no anexo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL VALADARES ALVES

ANEXO

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	CNPJ / CPF	Objeto
128370	Teatro nas Estradas	PACATU CULTURA, EDUCACAO E AVIACAO LTDA. - ME	72.783.608/0001-40	Realizar a exibição gratuita de uma peça de teatro, estimulando a disseminação das artes cênicas e promovendo o acesso facilitado à cultura para os caminhoneiros, uma vez que essa atividade cultural acontecerá em postos de abastecimento de combustível. Ao longo de 4 meses, o espetáculo será itinerante pelas rodovias de 8 cidades, levando o encanto do teatro a uma população normalmente excluída desse tipo de atividade por estar sempre em trânsito. Serão realizadas 96 apresentações do espetáculo.
134221	Arte para Caminhoneiros	PACATU CULTURA, EDUCACAO E AVIACAO LTDA. - ME	72.783.608/0001-40	Promover a disseminação das artes cênicas por meio da realização de 96 apresentações teatrais gratuitas para caminhoneiros, divulgando, dessa maneira, essa manifestação cultural e facilitando o acesso desse público itinerante, uma vez que a peça será encenada em uma tenda montada em postos de combustível de 8 cidades diferentes, movimentando a cultura pelo país.

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL

ATA DA 6.954ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2015

Às 13h30min, presentes os Exmos. Srs. Juízes, FERNANDO ALVES LADEIRAS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, SERGIO BEZERRA DE MATOS, NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO e GERALDO DE ALMEIDA PADILHA foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31, do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

23.241/2008 da Exma. Sra. Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha; 27.158/2012, 28.187/2013, 28.291/2013, 28.338/2013 do Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras; e 25.950/2011, 26.402/2011, 27.447/2012 do Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha.

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS

Nº 28.956/2014 - Acidente e fato da navegação envolvendo as LM "P5" e "LEME 02", não inscrita, ocorridos na baía de Guajará, no canal de acesso ao porto de Belém, Pará, em 14 de outubro de 2013.

Relatora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Emerson Richas da Silva Barros (condutor da LM "P5").

Nº 28.225/2013 - Acidente e fato da navegação envolvendo a draga "PETRAX II", de bandeira panamenha, ocorridos na praia de Jacuecanga, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, em 10 de janeiro de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Luciano do Nascimento Silva (coordenador de produção do estaleiro SRD Offshore).

Nº 28.848/2014 - Acidente da navegação envolvendo o navio gaseiro "TAUROGAS", de bandeira panamenha, ocorrido no canal de saída do porto de Rio Grande, Rio Grande do Sul, em 26 de junho de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Renato da Silva Resende (prático) e Sandro Zegarra Vascones (comandante).

Nº 28.226/2013 - Acidente e fato da navegação envolvendo o navio "SANTA CATARINA" e o Rb "BIZÃO II", ocorridos no berço 302 do Terminal Sepetiba TECON, porto de Itaguaí, Rio de Janeiro, em 10 de outubro de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representada: Sepetiba TECON S/A.

Nº 28.990/2014 - Acidente e fato da navegação envolvendo a draga "PÉROLA NEGRA" e uma canoa sem nome, não inscrita, ocorridos no rio Mamoré, Guajará-Mirim, Rondônia, em 02 de maio de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Luiz Carlos Rodrigues de Araujo (comandante da draga "PÉROLA NEGRA") e Osvaldo Oro Nao (proprietário da canoa sem nome).

JULGAMENTOS

Nº 26.070/2011 - Acidente da navegação envolvendo a lancha "MARIA DANADA", ocorrido nas proximidades da praia da Amendoeira, ilha da Gipóia, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, em 14 de agosto de 2010.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Dennys da Rosa Rocha (condutor), Adv. Dr. Celso Azoury Telles de Aguiar (DPU/RJ). Decisão unânime: julgar o acidente da navegação como decorrente da imperícia e imprudência do representado, condenando-o à pena de multa de R$ 1.000,00 (mil reais) e pagamento das custas, na forma dos artigos 14, alínea "a" e 121, inciso VII, da Lei nº 2.180/54.

Nº 27.427/2012 - Acidente e fato da navegação envolvendo a moto aquática "FOUR GOLD" e um passageiro, ocorridos no rio Mearim, Pedreiras, Maranhão, em 17 de setembro de 2011.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Fernando Borges das Chagas (responsável pela moto aquática). Adv. Dr. Ricardo Schettini Azevedo da Silva (DPU/RJ). Decisão unânime: julgar o fato da navegação constante do art. 15, alínea "e" (exposição das vidas de bordo a risco) como decorrente da negligência e da imprudência do representado, Sr. Fernando Borges das Chagas, aplicando-lhe pena de multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com fulcro no art. 121, inc. VII, c/c o art. 124, inc. IX e §1°, art. 127, §2° e 135, inc. II, todos artigos da Lei 2.180/54. Custas na forma da lei pelo representado. Medidas preventivas e de segurança: oficiar a Capitania dos Portos do Maranhão para as providências cabíveis contra o representado, por não ter transferido a propriedade da embarcação para seu nome (RLESTA, art. 16, inc. I) e por não possuir apólice de seguro obrigatório DPEM (RLESTA, art. 19, inc. I, c/c o art. 15, da lei 8.374/91).

Nº 27.827/2013 - Fato da navegação envolvendo a lancha "RABO AZEDO", o bote inflável "FOCA I" e um mergulhador, ocorrido nas proximidades do canal de São Sebastião, São Paulo, em 31 de março de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Sandro dos Santos Vicente (condutor inabilitado da lancha "RABO AZEDO"), Fernando Marques da Costa (proprietário da lancha "RABO AZEDO"), Felipe Eric Biondi Gomes (proprietário do bote inflável "FOCA I"/mergulhador inabilitado), Pedro Bragança Santos de Araujo (condutor inabilitado do bote inflável "FOCA I") e José Arambasic Marques da Costa (mergulhador inabilitado), Advª Drª Deise Aparecida Arenda Ferreira Monteiro (OAB/SP 206.932). Decisão unânime: indeferir as preliminares e julgar o fato da navegação previsto no art. 15, alínea "e", da Lei n° 2.180/54, exculpando os representados Sandro dos Santos Vicente, Fernando Marques da Costa, Felipe Eric Biondi Gomes, Pedro Bragança Santos de Araújo e José Arambasic Marques da Costa, sem nexo de causalidade com o infortúnio da vítima, arquivando-se os autos. Medidas preventivas e de segurança: oficiar à Delegacia da Capitania dos Portos em São Sebastião, agente local da Autoridade Marítima, as seguintes infrações e respectivos responsáveis: Sandro dos Santos Vicente, art. 11 e art. 22, inciso IV, do RLESTA; Fernando Marques da Costa, art. 11 do RLESTA; Felipe Eric Biondi Gomes art. 11 e art. 23, inciso VI, do RLESTA e art. 15 da Lei n° 8.374/91 (DPEM); Pedro Bragança Santos de Araújo, art. 11 e art. 23, inciso VI, do RLESTA; José Arambasic Marques da Costa (RLESTA art. 23, inciso VI).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ARQUIVAMENTOS

Nº 28.806/2014 - Fato da navegação envolvendo o navio supridor de plataformas marítimas "VEGA CRUSADER", de bandeira norueguesa, e um tripulante, ocorrido na bacia de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, em 29 de julho de 2013.

Com Representação de autoria da Procuradoria Especial da Marinha contra Larry Pacis Hidalgo (eletricista) e Elison T. Corotan (chefe de máquinas) e com despacho do Exmo. Sr. Juiz-Relator pela publicação de Nota para Arquivamento.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei n° 2.180/54, como de origem desconhecida. Não receber as representações em face de Larry Pacis Hidalgo e Elison T. Corotan, por insuficiência de provas e mandar arquivar os Autos.

Nº 28.583/2014 - Acidentes e fato da navegação envolvendo a LM "ICHIBAN", não inscrita, com o píer flutuante da empresa Valeverde Turismo, ocorridos na baía de Guajará, Belém, Pará, em 14 de abril de 2013.

Com Representação de autoria da Procuradoria Especial da Marinha contra Roger Ribeiro de Carvalho (proprietário/condutor da LM "ICHIBAN") e com despacho do Exmo. Sr. Juiz-Relator pela publicação de Nota para Arquivamento.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: não receber a representação, mandando arquivar os autos, em razão de a narrativa inicial contrariar as provas colhidas durante o IAFN. Medidas preventivas e de segurança: oficiar a Capitania dos Portos da Amazônia Oriental para que tome as providências cabíveis em face do Sr. Roger Ribeiro de Carvalho, proprietário da lancha "ICHIBAN", em razão de não ter inscrito a embarcação em seu nome (art. 16, inc. I, do RLESTA), não possuir apólice de seguro obrigatório DPEM (art. 15, da Lei nº 8.374/91 c/c o art. 19, inc. I, do RLESTA) e não ter comunicado o acidente à Autoridade Marítima (art. 8º, da LESTA).

REPRESENTAÇÃO RECEBIDA NOS TERMOS DO ART. 64, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Nº 27.683/2012 - Fato da navegação envolvendo o bote/baleeira "IRMÃOS VIEIRAS", ocorrido na praia do Porto, Imbituba, Santa Catarina, em 25 de agosto de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Wagner Souza de Campos (proprietário) e Nivaldo Teixeira da Costa (condutor inabilitado). Decisão: recebida a unanimidade.

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Nº 28.756/2014 - Acidente da navegação envolvendo o NM "GREAT BLOSSOM", de bandeira chinesa, ocorrido no fundeadouro nº 07 do porto de São Francisco do Sul, Santa Catarina, em 13 de novembro de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM.

Nº 28.886/2014 - Acidente da navegação envolvendo a balsa "EBMA I", ocorrido no rio Mariarí Grande, município de Breves, Pará, em 22 de novembro de 2011.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM. Medidas preventivas e de segurança: oficiar à Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, agente local da Autoridade Marítima, a infração ao art. 15, da Lei nº 8.374/91, cometida pelo proprietário da embarcação, para as providências cabíveis, com fundamento no art. 33, parágrafo único, da Lei nº 9.537/97.

Esteve presente, pela Procuradoria, a 1º Ten (T) Juliana Moura Maciel Braga.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição e nada mais havendo a tratar, às 16h05min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretora-Geral da Secretaria.

Tribunal Marítimo, de 24 de fevereiro de 2015.
Vice-Almirante (RM1) MARCOS NUNES DE MIRANDA
Juiz-Presidente

DINÉIA DA SILVA
Secretária

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 26 de fevereiro de 2015

Processo nº: 23218.000100/2014-08
Interessado: EGE Construtora Ltda.
Assunto:Aplicação de penalidade.

DECISÃO:Vistos os autos do processo em referência, e considerando as conclusões proferidas na Nota Técnica nº 16/2015/CGCC/SAA/SE-MEC, às fls. 797/800, oriunda da Coordenação-Geral de Compras e Contratos, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação, resultante das recomendações exaradas pela Consultoria Jurídica deste Ministério, no uso das atribuições a mim conferidas, e tendo em vista o disposto no art. 87, IV e § 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações, DECIDO pela aplicação da sanção administrativa de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em face da Empresa EGE Construtora Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.191.312/0001-31, em razão da sua conduta no contrato nº 15/2010, firmado com o Instituto Federal Goiano, por intermédio do campus Rio Verde, pelo prazo de dois anos, podendo ser requerida a reabilitação após dois anos de sua aplicação.

Processo nº:23218.000102/2014-99
Interessado:EGE Construtora Ltda.
Assunto:Aplicação de penalidade.

DECISÃO:Vistos os autos do processo em referência, e considerando as conclusões proferidas na Nota Técnica nº 15/2015/CGCC/SAA-MEC, às fls. 523/525, oriunda da Coordenação-Geral de Compras e Contratos, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação, resultante das recomendações exaradas pela Consultoria Jurídica deste Ministério, no uso das atribuições a mim conferidas, e tendo em vista o disposto no art. 87, IV e § 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações, DECIDO pela aplicação da sanção administrativa de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em face da Empresa EGE Construtora Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.191.312/0001-31, em razão da sua conduta no contrato nº 01/2012, firmado com Instituto Federal Goiano, por intermédio do campus Rio Verde, pelo prazo de dois anos, podendo ser requerida a reabilitação após dois anos de sua aplicação.

CID FERREIRA GOMES

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

PORTARIA Nº 186, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA, no uso de suas atribuições e de acordo com a da Lei n° 8.745/93 e com suas alterações nas Leis 9849/99, de 26/10/1999 e 10.667 de 14/05/2003 e conforme consta do processo n° 23063.003621/2014-87, resolve:

Art. 1º - Homologar e tornar público o resultado final do Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vagas de Professor Substituto de que trata o Edital n° 003/2015 de 5 de janeiro de 2015, publicado no DOU de 15/01/2015, seção 3, página 25, de acordo com a seguinte classificação:

CAMPUS MARACANÃ
Área de Conhecimento: História

Insc.	nome	nf	classificação
012	Ingrid Ferreira de Souza	8,76	1º
021	Alcidesio de Oliveira Junior	7,74	2º
007	Lidiane Monteiro Ribeiro	7,64	3º
023	Renata Rodrigues de Freitas	7,52	4º
005	Luís Felipe Bantin Assumpção	7,44	5º
022	Denize Ramos Ferreira	6,76	6º

CARLOS HENRIQUE FIGUEIREDO ALVES

PORTARIA Nº 187, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA, no uso de suas atribuições e de acordo com a da Lei n° 8.745/93 e com suas alterações nas Leis 9849/99, de 26/10/1999 e 10.667 de 14/05/2003 e conforme consta do processo n° 23063.000080/2015-42, resolve:

Art. 1º - Homologar e tornar público o resultado final do Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vagas de Professor Substituto de que trata o Edital n° 006/2015 de 8 de janeiro de 2015, publicado no DOU de 16/01/2015, seção 3, página 31, de acordo com as seguintes classificações:

CAMPUS NOVA IGUAÇU
Área de Conhecimento: Biologia

Insc.	nome	nf	classificação
007	Adriana Mattos Pinto	8,10	1º
014	Daniela Bueno Sudatti	7,86	2º
026	Luane Gomes Carneiro	7,60	3º
029	Jacqueline Darc da Silva Thomé	7,12	4º

Área de Conhecimento: Espanhol

Insc.	nome	nf	classificação
022	Grazieli Ferreira dos Anjos	7,66	1º
010	Milene Barros Guimarães de Souza	4,52	2º

CARLOS HENRIQUE FIGUEIREDO ALVES

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DE PARECERES

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 26, 27, 28 e 29 DE JANEIRO/2015

CONSELHO PLENO

Processo: 23001.000018/2015-91 Parecer: CNE/CP 1/2015 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessado: Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno - Brasília/DF Assunto: Proposta de revisão da Resolução CNE/CP nº 2, de 16 de maio de 2011, que dispõe sobre a aplicação do disposto no artigo 24 da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação Voto do relator: Diante do exposto, propõe-se ao Conselho Pleno a aprovação do Projeto de Resolução anexo, que trata de alteração da Resolução CNE/CP nº 2, de 16 de maio de 2011, que dispõe sobre a aplicação do disposto no artigo 24 da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Processo: 23001.000195/2014-97 Parecer: CNE/CES 1/2015 Relator: Erasto Fortes Mendonça Interessada: Mariana Augusta Silveira Moyle - Vassouras/RJ Assunto: Solicitação de autorização para cursar 50 % (cinquenta por cento) do regime de internato do curso de Medicina da Universidade Severino Sombra, no Estado do Rio de Janeiro, fora da unidade federativa em que está matriculada, a se realizar no Hospital Belo Horizonte, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente à autorização para que Mariana Augusta Silveira Moyle, portadora da cédula de identidade RG nº 13005279, expedido pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 071.439.372-22, aluna do curso de Medicina da Universidade Severino Sombra, situada no Município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro realize, em caráter excepcional, 50% (cinquenta por cento) do Estágio Curricular Supervisionado (Internato) no Hospital Belo Horizonte, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, devendo a requerente cumprir as atividades de estágio curricular previstas no projeto pedagógico do curso de Medicina da Universidade Severino Sombra, cabendo a esta a responsabilidade pela supervisão do referido estágio. Proponho, outrossim, a convalidação dos atos acadêmicos eventualmente desenvolvidos a propósito desta autorização, até a data de homologação deste Parecer Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000073/2014-09 Parecer: CNE/CES 5/2015 Relator: Yugo Okida Interessado: Thomaz de Oliveira Silva - Araguari/MG Assunto: Solicitação de autorização para cursar o regime de internato do curso de Medicina da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Araguari (UNIPAC Araguari), no Município de Araguari, no Estado de Minas Gerais, fora da unidade federativa de origem, a se realizar no Hospital de Urgências de Aparecida de Goiânia (HUAPA) no Município de Aparecida de Goiânia, no Estado de Goiás Voto do relator: Voto favoravelmente à autorização para que Thomaz de Oliveira Silva, portador da cédula de identidade RG nº 3.672.818 SSP-GO, e inscrito no CPF sob nº 939.845.451-34, aluno do curso de Medicina da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Araguari (UNIPAC Araguari), situada no Município de Araguari, Estado de Minas Gerais, realize, em caráter excepcional, mais que 25% (vinte e cinco por cento) do Estágio Curricular Supervisionado (Internato), no Hospital de Urgências de Aparecida de Goiânia (HUAPA), no Município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, devendo o requerente cumprir as atividades do estágio curricular previstas no projeto pedagógico do curso de Medicina da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Araguari (UNIPAC Araguari), cabendo a esta a responsabilidade pela supervisão do referido estágio. Proponho, outrossim, a convalidação dos atos acadêmicos eventualmente desenvolvidos a propósito desta autorização até a data de homologação deste Parecer Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000208/2014-28 Parecer: CNE/CES 6/2015 Relator: Yugo Okida Interessados: Rafael Guimarães Vianna e Marília Nenilde Sales Vieira - Campina Grande/PB Assunto: Solicitação de autorização para cursar 100% (cem por cento) do regime de internato do curso de Medicina da Universidade Federal de Campina Grande, fora da unidade federativa de origem, a se realizar na rede conveniada da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, no Município de Fortaleza, Estado do Ceará Voto do relator: Voto favoravelmente à autorização para que Rafael Guimarães Vianna, inscrito no CPF sob o nº 036.165.983-03 e portador do RG nº 2004009102683 - SSP/CE e Marília Nenilde Sales Vieira, inscrita no CPF nº 026.081.173-41 e portadora do RG nº 2005009257634 - SSP/CE, alunos curso de Medicina da Universidade Federal de Campina Grande, situada no Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, realizem, em caráter excepcional, 100% do Estágio Curricular Supervisionado (Internato) nas unidades de Saúde da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, situadas no Município de Fortaleza, Estado do Ceará, devendo os requerentes cumprir as atividades de estágio curricular previstas no projeto pedagógico do curso de Medicina da Universidade Federal de Campina Grande, cabendo a esta a responsabilidade pela supervisão do referido estágio. Proponho, outrossim, a convalidação dos atos acadêmicos eventualmente desenvolvidos a propósito desta autorização, até a data de homologação deste Parecer Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

e-MEC: 200808034 Parecer: CNE/CES 8/2015 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: APEC - Associação Piauiense de Educação e Cultura - Teresina/PI Assunto: Recredenciamento do Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba, com sede no Município de Teresina, Estado do Piauí Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba, com sede na BR 343, Km 4, Estrada Teresina - Altos, nº 68, Centro, no Município de Teresina, Estado do Piauí, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201014957 Parecer: CNE/CES 9/2015 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessado: CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda. - João Pessoa/PB Assunto: Recredenciamento da Faculdade Maurício de Nassau de João Pessoa, com sede no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Maurício de Nassau de João Pessoa, com sede Rua Almirante Barroso, nº 883, Centro, no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20071406 Parecer: CNE/CES 10/2015 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessado: Instituto Educacional Oswaldo Quirino Ltda. - São Paulo/SP Assunto: Recredenciamento das Faculdades Oswaldo Cruz, com sede no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento das Faculdades Oswaldo Cruz, com sede na Rua Brigadeiro Galvão, nº 540, Barra Funda, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200815524 Parecer: CNE/CES 11/2015 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessado: Instituto Ensinar Brasil - Caratinga/MG Assunto: Recredenciamento das Faculdades Unificadas de Leopoldina, com sede no Município de Leopoldina, no Estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento das Faculdades Unificadas de Leopoldina, situada na Rua Getúlio Vargas, nº 635, Centro, no Município de Leopoldina, no Estado de Minas Gerais, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20077921 Parecer: CNE/CES 15/2015 Relator: Luiz Fernandes Dourado Interessado: Instituto Educacional do Estado de São Paulo (IESP) - São Paulo/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdade Birigui, com sede no Município de Birigui, no Estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Birigui, com sede na Rua João Escanhuela, nº 133, bairro Jardim Capuano, no Município de Birigui, no Estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20076928 Parecer: CNE/CES 16/2015 Relator: Yugo Okida Interessada: Empresa Brasileira de Ensino Pesquisa e Extensão S.A. (EMBRAE) - Vitória/ES Assunto: Recredenciamento da Faculdade Brasileira, com sede no Município de Vitória, no Estado do Espírito Santo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Brasileira (MULTIVIX), com sede na Rua José Alves, nº 301, bairro Goiabeiras, no Município de Vitória, no Estado do Espírito Santo, observando-se tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201115685 Parecer: CNE/CES 17/2015 Relator: Yugo Okida Interessado: Instituto Tocantinense de Educação Superior e Pesquisa Ltda. - ME. - Palmas/TO Assunto: Recredenciamento da Faculdade ITOP, com sede no Município de Palmas, no Estado do Tocantins Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade ITOP, com sede na Quadra ACSUSE 40, Conjunto 2, Lote 16 S/N, bairro Centro, no Município de Palmas, no Estado de Tocantins, observando-se tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201100373 Parecer: CNE/CES 19/2015 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Cervantes Faculdade Politécnica de Ribeirão Preto Ltda. - Ribeirão Preto/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade Cervantes Politécnica de Ribeirão Preto (FCPRP), a ser instalada no Município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo Voto do relator: Voto desfavoravelmente ao credenciamento da Faculdade Cervantes Politécnica de Ribeirão Preto (FCPRP), que seria instalada na Rua Amapá, nº 332, bairro Sumarezinho, no Município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201206099 Parecer: CNE/CES 20/2015 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Sociedade Universitária Mileto Ltda. - Natal/RN Assunto: Credenciamento da Faculdade Talles de Mileto (FAMIL), a ser instalada no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Talles de Mileto (FAMIL) - Sede Dragão do Mar, a ser instalada na Rua Antônio Gentil Gomes, nº 408, bairro Cambeba, no Município de Fortaleza, no Estado do Ceará, observando-se tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos de Enfermagem, com 200 (duzentas) vagas totais anuais; Farmácia, com 200 (duzentas) vagas totais anuais; Psicologia, com 200 (duzentas) vagas totais anuais e Biomedicina, com 100 (cem) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201205091 Parecer: CNE/CES 22/2015 Relator: Luiz Fernandes Dourado Interessado: Instituto Superior de Administração e Economia do Mercosul - Curitiba/PR Assunto: Credenciamento da Faculdade ISAE Brasil, a ser instalada no Município de Curitiba, no Estado do Paraná Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade ISAE Brasil, a ser instalada na Avenida Visconde de Guarapuava, nº 2.943, bairro Centro, no Município de Curitiba, no Estado do Paraná, observando-se tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, com 80 (oitenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200710787 Parecer: CNE/CES 26/2015 Relator: José Eustáquio Romão Interessada: Fundação José Elias Tajra - Teresina/PI Assunto: Credenciamento do Instituto José Elias Tajra (IJET), a ser instalado no Município do Teresina, no Estado do Piauí Voto do relator: Voto desfavoravelmente ao credenciamento do Instituto José Elias Tajra (IJET), que seria instalado na Avenida Dr. Nicanor Barreto, nº 4381, bairro Vale Quem Tem, no Município de Teresina, no Estado do Piauí Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201112855 Parecer: CNE/CES 29/2015 Relator: Erasto Fortes Mendonça Interessada: UNIBRAS Serviços Educacionais Ltda. - Cariacica/ES Assunto: Credenciamento da Faculdade Lusocapixaba, a ser instalada no Município de Cariacica, Estado do Espírito Santo Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Lusocapixaba, a ser instalada na Rua Engenheiro José Himério, nº 11, bairro Campo Grande, no Município de Cariacica, Estado do Espírito Santo, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos de Gestão de Recursos Humanos (tecnológico) e Logística (tecnológico), com a oferta de 100 (cem) vagas totais anuais para cada curso Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201202627 Parecer: CNE/CES 30/2015 Relator: Erasto Fortes Mendonça Interessada: Escola Técnica Profissional Ltda. - ME - Curitiba/PR Assunto: Credenciamento da Faculdade Profissional (FAPRO), a ser instalada no Município de Curitiba, Estado do Paraná Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Profissional (FAPRO), a ser instalada na Rua Engenheiro Rebouças, nº 2.213, bairro Rebouças, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta do curso de Eletrotécnica Industrial (tecnológico), com a oferta de 50 (cinquenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201208975 Parecer: CNE/CES 31/2015 Relator: Erasto Fortes Mendonça Interessada: Instituições de Ensino Reunidas Tietê Ltda. (IERT) - Barra Bonita/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade Galileu, a ser instalada no Município de Botucatu, Estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Galileu, localizada à Rua Reverendo Francisco Lotufo, nº 198, bairro Vila Nogueira, Município de Botucatu, Estado de São Paulo, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos de graduação em Administração (bacharelado), Arquitetura e Urbanismo (bacharelado), ambos com 50 (cinquenta) vagas totais anuais, e de Engenharia de Produção (bacharelado) e Engenharia Civil (bacharelado), ambos com 100 (cem) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201304697 Parecer: CNE/CES 32/2015 Relator: Erasto Fortes Mendonça Interessada: Faculdade de Educação de São Mateus Ltda. - São Mateus do Maranhão/MA Assunto: Credenciamento da Faculdade de Educação de São Mateus, localizada no Município de São Mateus do Maranhão, Estado do Maranhão Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Educação de São Mateus, localizada na Rua da Mangueira, lotes 1 a 9, quadra D2, Centro, Município de São Mateus do Maranhão, Estado do Maranhão, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos de graduação em Administração (bacharelado) e Pedagogia (licenciatura) ambos com a oferta de 100 (cem) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000154/2014-09 Parecer: CNE/CES 37/2015 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda. (SESPS) - Aracaju/SE Assunto: Recurso contra decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 342, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 30 de maio de 2014, autorizou o curso de Engenharia Química, bacharelado, da Faculdade Tobias Barreto, com a redução de 240 (duzentos e quarenta) para 120 (cento e vinte) vagas totais anuais Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio da Portaria nº 342, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 30 de maio de 2014, autorizou o curso de Engenharia Química, bacharelado, da Faculdade Tobias Barreto, localizada no Município de Aracaju, Estado de Sergipe, com a redução de 240 (duzentos e quarenta) para 120 (cento e vinte) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000040/2014-51 Parecer: CNE/CES 43/2015 Relator: Erasto Fortes Mendonça Interessada: Associação Baiana de Ensino Superior Ltda. - Salvador/BA Assunto: Recurso contra ato do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio da Portaria nº 568/2013, de 7/11/2013, publicada no Diário Oficial da União de 8/11/2013, autorizou o curso de Engenharia de Produção (bacharelado) reduzindo o número de vagas totais anuais requeridas pela Faculdade Maurício de Nassau de Salvador, com sede no Município de Salvador, Estado da Bahia Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior expressa na Portaria SERES/MEC nº 568/2013, de 7/11/2013, publicada no Diário Oficial da União de 8/11/2013, que autorizou a oferta de 120 (cento e vinte) vagas totais anuais do curso de Engenharia de Produção (bacharelado) da Faculdade Maurício de Nassau de Salvador, localizada na Avenida Tamburugy, nº 88, bairro Patamares, Município de Salvador, Estado da Bahia Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000124/2013-11 Parecer: CNE/CES 44/2015 Relator: Erasto Fortes Mendonça Interessado: Centro Nacional de Ensino Superior Ltda. - João Pessoa/PB Assunto: Recurso contra ato do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio da Portaria nº 180/2013, de 8/5/2013, publicada no Diário Oficial da União de 9/5/2013, autorizou o curso de Engenharia Civil (bacharelado) reduzindo o número de vagas totais anuais requeridas pela Faculdade Maurício de Nassau de João Pessoa, com sede no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior expressa na Portaria SERES/MEC nº 180/2013, de 8/5/2013, publicada no Diário Oficial da União de 9/5/2013, que autorizou a oferta de 180 (cento e oitenta) vagas totais anuais do curso de Engenharia Civil (Bacharelado) da Faculdade Maurício de Nassau de João Pessoa, localizada na Avenida Epitácio Pessoa, nº 1.213, bairro dos Estados, Município de João Pessoa, Estado da Paraíba Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000197/2014-86 Parecer: CNE/CES 45/2015 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessada: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Brasília/DF Assunto: Reconhecimento dos programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior da CAPES em sua 154ª Reunião, realizada em 11 de setembro de 2014 Voto do relator: Endosso as recomendações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e voto favoravelmente ao reconhecimento, com prazo de validade determinado pela sistemática avaliativa, dos cursos de pós-graduação stricto sensu, abaixo relacionados, aprovados pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior da Capes em sua 154ª Reunião, realizada em 11 de setembro de 2014 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Curso	Nível	Nota de avaliação	Instituição	Estado
Engenharia de Produção	Mestrado Profissional	3	Universidade Federal Fluminense	RJ
Gestão do Trabalho para a Qualidade do Ambiente Construído	Mestrado Profissional	3	Universidade Santa Úrsula	RJ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e-MEC: 201202278 Parecer: CNE/CES 46/2015 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessada: Universidade Federal de Lavras/MEC - Lavras/MG Assunto: Recredenciamento da Universidade Federal de Lavras, com sede no Município de Lavras, no Estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Universidade Federal de Lavras, sediada no Município de Lavras, no Estado de Minas Gerais, observados tanto o prazo máximo de 10 (dez) anos, conforme o artigo 4º, da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7°, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201101265 Parecer: CNE/CES 47/2015 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessado: Centro de Ciências de Jussara Ltda. - Jussara/GO Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Jussara, com sede no Município de Jussara, Estado de Goiás Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Jussara, instalada na Rodovia BR 070, Km 24, saída para a cidade de Goiás, Zona Rural, Município de Jussara, Estado de Goiás, observando-se tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201011604 Parecer: CNE/CES 48/2015 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessada: Associação de Arte e Ensino Superior - São Paulo/SP Assunto: Recredenciamento da Escola Superior de Artes Célia Helena, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Escola Superior de Artes Célia Helena, instalada na Avenida São Gabriel, 462, Itaim Bibi, São Paulo, Estado de São Paulo, mantida pela Associação de Arte e Ensino Superior, sediada no mesmo Município, observando-se tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201360153 Parecer: CNE/CES 49/2015 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessado: Centro de Ensino Superior Almeida Rodrigues Ltda. - Rio Verde/GO Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio do Despacho nº 209 de 5 de dezembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 6 de dezembro de 2013, aplicou medida cautelar de suspensão de ingressos de novos alunos no Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, da Faculdade Almeida Rodrigues, com sede no Município de Rio Verde, Estado de Goiás Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos do Despacho SERES nº 209, de 5 de dezembro de 2013, publicado no DOU de 6 de dezembro de 2013, que aplicou a medida cautelar de suspensão de ingresso de novos discentes em face do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, da Faculdade Almeida Rodrigues (FAR), situada na Rua Quinca Honório Leão, nº 1030, bairro Morada do Sol, Município de Rio Verde, Estado de Goiás Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201360677 Parecer: CNE/CES 50/2015 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: APES - Associação Procopense de Ensino Superior S/S Ltda. - Cornélio Procópio/PR Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio do Despacho nº 209 de 5 de dezembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 6 de dezembro de 2013, aplicou medida cautelar de suspensão de ingressos de novos alunos no curso de Direito, bacharelado, da Faculdade Cristo Rei, com sede no Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos do Despacho SERES nº 209, de 5/12/2013, publicado no DOU em 6/12/2013, que aplicou a medida cautelar preventiva de suspensão de ingresso de novos discentes em face do Curso de Direito, bacharelado, da Faculdade Cristo Rei (FACCREI), situada na Rodovia Pr 160, Km 4, bairro Conjunto Universitário, Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201360629 Parecer: CNE/CES 51/2015 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: União das Escolas Superiores de Jaboatão (UNESJ) - Jaboatão dos Guararapes/PE Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio do Despacho nº 209 de 5 de dezembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 6 de dezembro de 2013, aplicou medida cautelar de suspensão de ingressos de novos alunos no curso de Comunicação Social, bacharelado, da Faculdade Metropolitana da Grande Recife, com sede no Município de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos do Despacho SERES nº 209, de 5/12/2013, publicado no DOU em 6/12/2013, que aplicou a medida cautelar preventiva de suspensão de ingresso de novos discentes em face do Curso de Comunicação Social, bacharelado, da Faculdade Metropolitana da Grande Recife (UNESJ), situada na Avenida Barreto de Menezes, nº 809, bairro Piedade, Município de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201014029 Parecer: CNE/CES 53/2015 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Fundação Paulista de Tecnologia e Educação - Lins/SP Assunto: Recredenciamento do Centro Universitário de Lins, com sede no Município de Lins, Estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Centro Universitário de Lins (UNILINS), com sede na Avenida Nicolau Zarvos, nº 1925, Município de Lins, Estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, quanto a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto no 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.017894/2011-33 Parecer: CNE/CES 54/2015 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessada: Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura - São Gonçalo/RJ Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio do Despacho nº 124, de 8 de julho de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2014, determinou a redução de 80 (oitenta) vagas no curso de Nutrição, bacharelado, da Universidade Salgado de Oliveira, com sede no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, revogando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio do Despacho nº 124, de 8 de julho de 2014, publicado no DOU de 11 de julho de 2014, determinou a redução de 80 (oitenta) vagas no curso de Nutrição, bacharelado, da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), com sede no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, reestabelecendo a oferta de 400 vagas anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000137/2013-82 Parecer: CNE/CES 55/2015 Relator: José Eustáquio Romão Interessada: Fundação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Brasília/DF Assunto: Reconhecimento dos programas de pós-graduação stricto sensu (Mestrado e Doutorado), recomendados pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC/ES) da CAPES, na 145ª, 147ª e 1ª Reunião Extraordinária, realizadas, respectivamente, nos períodos de 22 a 25 de abril, de 1º a 5 de julho e 15 e 16 de julho de 2013 Voto do relator: Voto favoravelmente ao reconhecimento, com prazo de validade determinado pela sistemática avaliativa, dos cursos de Doutorado, Mestrado e Mestrado Profissional, recomendados pela CAPES, na 145ª, 147ª e 1ª Reunião Extraordinária do CTC/ES, ocorridas, respectivamente, nos períodos de 22 a 25 de abril, 1º a 5 de julho e 15 e 16 de julho de 2013, contidos nas relações dos Quadros I, II e III anexos a este Parecer Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 2º, da Portaria Normativa MEC nº 40/2007. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília, 26 de fevereiro de 2015.
THAÍS NINÔMIA PASSOS
Secretária Executiva
Substituta

ANEXO DO PARECER CNE/CES 55/2015

145ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CTC/ES
22 a 25 de abril de 2013

Quadro I
PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS
145ª REUNIÃO CTC/ES
22 a 25 DE ABRIL DE 2013

Seq	Área	Nome Programa	Nível	Nota CTC	SIGLA	IES	UF	Região
1	Ciências Biológicas II	Bioquímica e Biologia Molecular *	ME	4	SBBq	Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular	SP	Sudeste
			DO	4				
					UNIFESP	Universidade de São Paulo (EACH, campus Leste)	SP	Sudeste
					IFRJ	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (campus Rio de Janeiro e Nilopólis)	RJ	Sudeste
					UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina (campus Lages)	SC	Sul
					UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (campus Mossoró)	RN	Nordeste
					UFAL	Universidade Federal de Alagoas (campus Maceió)	AL	Nordeste
					UFBA	Universidade Federal da Bahia (campus Salvador)	BA	Nordeste
					UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (campus Campo Grande e Chapadão do Sul)	MS	Centro-Oeste
					UFSJ	Universidade Federal de São João Del Rei (campus Divinópolis)	MG	Sudeste
					UFPR	Universidade Federal do Paraná (campus Pelotina)	PR	Sul

Fonte: Capes Legenda: ME = MESTRADO (Acadêmico) DO = Doutorado

Quadro II
PROPOSTAS CURSOS NOVOS
147ª REUNIÃO CTC/ES
1º a 5 DE JULHO DE 2013
Período 2012

Seq	Área	Nome Programa	Nível	Nota CTC	SIGLA	Nome IES	UF	Região
1	Educação	Educação, Culturas e Identidades	ME	3	UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco	PE	Nordeste
2	Filosofia/ Teologia	Ciências da Religião	ME	3	FUFSE	Fundação Universidade Federal de Sergipe	SE	Nordeste

Período 2013

Seq	Área	Nome Programa	Nível	Nota CTC	SIGLA	Nome IES	UF	Região
1	Administração	Gestão de Cooperativas	MP	3	PUC/PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PR	Sul
2	Administração	Gestão Pública	MP	3	UnB	Universidade de Brasília	DF	Centro-Oeste
3	Administração	Empreendedorismo	MP	3	USP	Universidade de São Paulo	SP	Sudeste
4	Biotecnologia	Biotecnologia e Atenção Básica de Saúde	MP	3	FACID	Faculdade Integral Diferencial	PI	Nordeste
5	Ciência da Computação	Engenharia de Software	MP	3	UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	RN	Nordeste
6	Ciência da Computação	Computação Aplicada	MP	3	UPF	Universidade de Passo Fundo	RS	Sul
7	Ciências Agrárias I	Olericultura	MP	3	IFGoiano	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	GO	Centro-Oeste

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8	Ciências Biológicas II	Ciências Aplicadas ao Sistema Musculoesquelético	MP	3	INTO	Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia	RJ	Sudeste
9	Ciências Biológicas III	Microbiologia Aplicada	MP	5	UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	MG	Sudeste
10	Enfermagem	Enfermagem	MP	3	HIAE	Hospital Israelita Albert Einstein	SP	Sudeste
11	Ensino	Ensino de Ciências e Matemática	MP	3	UFAC	Universidade Federal do Acre	AC	Norte
12	Ensino	Ensino de Ciências e Matemática	MP	3	UPF	Universidade de Passo Fundo	RS	Sul
13	História	História, Ensino e Narrativas	MP	3	UEMA	Universidade Estadual do Maranhão	MA	Nordeste
14	História	História	MP	3	UFG	Universidade Federal de Goiás	GO	Centro-Oeste
15	História	História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas	MP	3	UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	BA	Nordeste
16	História	Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania	MP	3	UFV	Universidade Federal de Viçosa	MG	Sudeste
17	Interdisciplinar	Planejamento e Análise de Políticas Públicas	MP	3	UNESP/FR	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Franca	SP	Sudeste
18	Interdisciplinar	Processos Tecnológicos e Ambientais	MP	3	UNISO	Universidade de Sorocaba	SP	Sudeste
19	Letras	Ensino de Línguas	MP	3	UNIPAMPA	Fundação Universidade Federal do Pampa	RS	Sul
20	Odontologia	Odontologia em Saúde Pública	MP	4	UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	MG	Sudeste

Quadro III
PROPOSTAS CURSOS NOVOS
1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CTC/ES
15 a 16 DE JULHO DE 2013
Período 2012

Seq	Área	Nome Programa	Nível	Nota CTC	SIGLA	Nome IES	UF	Região
1	Educação	Educação	MP	3	IPF	Instituto Paulo Freire	SP	Sudeste

Período 2013

Seq	Área	Nome Programa	Nível	Nota CTC	SIGLA	Nome IES	UF	Região
1	Ciência Política	Estudos Marítimos	MP	3	EGN	Escola de Guerra Naval	RJ	Sudeste
2	Ensino	Ensino de Ciências	MP	3	UEG	Universidade Estadual de Goiás	GO	Centro-Oeste
3	Ensino	Docência na Educação Básica	MP	3	UNESP/Bau	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Bauru	SP	Sudeste
4	Ensino	Ensino em Educação Básica	MP	4	UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	RJ	Sudeste
5	Ensino	Docência em Educação em Ciências e Matemáticas	MP	4	UFPA	Universidade Federal do Pará	PA	Norte
6	Medicina I	Ciências das Imagens e Física Médica	MP	4	USP/RP	Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto	SP	Sudeste
7	Medicina II	Prevenção e Assistência a Usuários de Álcool e Outras Drogas	MP	4	HCPA	Hospital de Clínicas de Porto Alegre	RS	Sul
8	Medicina Veterinária	Clínicas Veterinárias	MP	3	UEL	Universidade Estadual de Londrina	PR	Sul
9	Saúde Coletiva	Saúde Pública	ME	3	FURG	Universidade Federal do Rio Grande	RS	Sul
10	Saúde Coletiva	Saúde, Ambiente e Sociedade na Amazônia	ME	3	UFPA	Universidade Federal do Pará	PA	Norte

Fonte: Capes Legenda: ME = Mestrado DO = Doutorado MP = Mestrado Profissional

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA N° 607, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando de suas atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 27 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2013, resolve:

I - HOMOLOGAR o resultado do processo seletivo, objeto do Edital de Seleção nº 009/2015, conforme segue:

Unidade	Curso/ Departamento	Disciplinas	Carga Horária	Classe/ Padrão	Candidato	Classificação
CAUA	Centro de Arte	Violino e Teoria Musical	40h	Professor Auxiliar Nível 1	Elidielson Lourenço dos Santos	1º
		Piano, Teclado e Teoria Musical			Anderson Cavalcante de Farias	1º
FT	Design e Expressão Gráfica	Desenho básico; Tópicos Especiais em Design III (Cerâmica), Geometria Descritiva			Não houve candidato aprovado.	

II - ESTABELECER que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do ato de homologação no Diário Oficial da União.

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DO PRÓ-REITOR
Em 16 de janeiro de 2015

Nº 1 - O PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO da UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD), no uso das atribuições legais e regimentais constantes da Portaria/RTR nº 793, de 18 de outubro de 2012.

CONSIDERANDO que a Empresa XEMLAB COMERCIAL LTDA. - EPP, CNPJ nº 07.711.900/0001-96, sagrou-se vencedora no processo licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 71/2012 e, como consequência, firmou a Ata de Registro de Preços assinada em 19 de novembro de 2012, para fornecimento de equipamentos de acordo com as especificações técnicas constantes dos autos do Processo nº 23005.001641/2012-89, assim como as normas e regras prevista no edital.

CONSIDERANDO que essa Empresa não cumpriu suas obrigações e responsabilidades assumidas, mais especificamente com relação à entrega dos equipamentos registrados na ARP.

CONSIDERANDO que no dia 23/09/13 foi enviada a notificação à empresa, por meio do Ofício nº 0135/2013 - DICEP/COGESP/PRAD/UFGD, via postal, o qual foi recebido em 04/10/13, por Aline Isidoro, cientificando a empresa sobre a obrigatoriedade da entrega dos itens adquiridos.

CONSIDERANDO que a mesma notificação foi enviada, via correio eletrônico, à empresa nas datas de: 27 de novembro de 2013; 23 de janeiro de 2014 e 12 de março de 2014, sem que a empresa tenha se manifestação a respeito.

CONSIDERANDO que DESPACHO da Coordenadoria de gestão patrimonial de 19/03/14, que solicita abertura de processo administrativo por inexecução do objeto pactuado por meio da NE nº 2012NE801262.

CONSIDERANDO que foram empreendidos diversos contatos com a empresa, via ofícios e correios eletrônicos, nos endereços constantes dos autos, objetivando sanar as pendências existentes.

CONSIDERANDO que todas as tentativas de negociação por parte da Administração Pública não obtiveram êxito.

CONSIDERANDO que essa Empresa, sem qualquer justificativa legal e lícita, escrita ou verbal, excedeu os prazos de entrega dos itens licitados, e dessa forma fica restado o descumprimento se suas obrigações.

CONSIDERANDO que a Empresa até o presente momento não se manifestou a respeito.

CONSIDERANDO que a conduta da Empresa importa em descumprimento do objeto contratado, o que implica a aplicação de penalidades cabíveis de acordo com a legislação em vigor.

CONSIDERANDO que os equipamentos em tela são de suma importância para ações da UFGD, sobretudo, porque impacta diretamente nos resultados de sua atividade finalística.

CONSIDERANDO que tais fatos implicam, em tese, na tipificação de situações que levam a Administração a exercer o seu poder-dever de apurar o fato e, sendo o caso, aplicar eventuais penalidades administrativas à Empresa, na forma do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, do art. 28 do Decreto nº 5.450/2005 e dos respectivos instrumentos contratuais.

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de se oportunizar à empresa em questão o exercício do contraditório e da ampla defesa sobre os fatos acima relatados, resolve:

Art. 1º Fica determinada a instauração de processo administrativo para apurar e responsabilizar, caso seja comprovada a sua culpa, a conduta da Empresa XEMLAB COMERCIAL LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 07.711.900/0001-96, pelos fatos acima referenciados.

Art. 2º O processo iniciará seu trâmite na Pró-Reitoria de Administração (PRAD).

Parágrafo único. Na instrução e condução do processo, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

I - após a autuação e numeração do caderno processual, juntar cópia deste ato e anexar em seguida, de forma ordenada, cópias dos seguintes documentos:

a) documentos que indiquem a materialidade dos fatos imputados à empresa;

b) edital de licitação;

c) contrato celebrado com a empresa; e

d) outros documentos que sejam pertinentes ao fato;

II - cumprido o inciso anterior, notificar à empresa, via sedex com AR, para que apresente defesa escrita e instruída com documentos no prazo de 10 (dez) dias, assim como para que se requeira, no mesmo prazo, eventuais provas que pretenda produzir;

III - a notificação à Empresa para apresentar sua defesa deve ser acompanhada de uma cópia deste ato. Deverá ainda constar a informação de que os autos se encontram à sua disposição na sede da UFGD;

IV - apresentada a defesa, ou decorrido o seu prazo sem apresentação, produzidas as provas eventualmente requeridas e depois de intimada a Empresa para apresentar alegações finais, caso tenha havido produção de provas após a apresentação da defesa, a Pró-Reitoria de Administração (PRAD) decidirá sobre a aplicação de eventuais penalidades à Empresa, ou encaminhará os autos à autoridade superior, caso o seu conteúdo leve à aplicação da penalidade de "inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública";

V - na sequência, a Empresa será comunicada da decisão por meio do Diário Oficial da União, caso em que caberá recurso ao Magnífico Reitor, no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 3º Este despacho decisório produzirá efeitos a partir de sua publicação no Boletim de Serviço da UFGD.

SIDNEI AZEVEDO DE SOUZA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

PORTARIA Nº 1.072, DE 19 DE JANEIRO DE 2015

O Reitor da Universidade Federal de São Carlos, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando o "ad-referendum" da Presidência do CoAd, em 16/01/2015, resolve:

Art. 1º - Criar o Serviço de Apoio Administrativo ao Usuário - SerAU, vinculado ao DeAMO/ProACE.

Art. 2º - Atribuir ao Chefe do SerAU, uma Função Gratificada nível 6.

Art. 3º - Compete ao Chefe do SerAU as seguintes atribuições:

- Atender, solicitar registro do serviço procurado e agendar consultas ao público;
- Atender e orientar pacientes quanto aos encaminhamentos;
- Manter atualizadas as agendas médicas do setor;
- Receber atestados médicos dos servidores e agendar perícias médicas em colaboração com a DiSST;
- Comunicar ao SeSST/DiSST os acidentes de trabalho para que seja providenciado o preenchimento do CAT (Comunicado de Acidente de Trabalho);
- Cadastrar, atualizar, arquivar e manter organizado o prontuário médico do usuário;
- Identificar, coletar, sistematizar e dar visibilidade aos dados administrativos e estatísticos relacionados aos atendimentos na área da saúde.

TARGINO DE ARAÚJO FILHO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 382, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.020489/2014-78; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Economia/Campus Universitário Prof. José Aloísio de Campos, objeto do Edital nº. 026/2014, publicado no D.O.U. de 22/09/2014 e no Correio de Sergipe em 20/09/2014, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Introdução à Análise Econômica
Disciplinas	Introdução à Análise Econômica, Metodologia da Análise Econômica.
Cargo/Nível	Professor Assistente-A - Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Resultado Final	1º LUGAR: LUIZ CARLOS DE SANTANA RIBEIRO - 75,60 2º LUGAR: FÁBIO RODRIGUES DE MOURA - 71,64 3º LUGAR: LILIAN LOPES RIBEIRO - 67,74 4º LUGAR: DIEGO ARAUJO REIS - 65,58 5º LUGAR: MARCOS VINÍCIUS NASCIMENTO GONZALEZ CASTANEDA - 59,74

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

PORTARIA Nº 107, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

O Reitor da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, no uso das suas atribuições conferidas pelo Decreto de 24 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2012, e tendo em vista o disposto no item 10.02 do Edital nº. 45, de 03 de outubro de 2013, publicado no DOU nº. 193, de 04 de outubro de 2013, resolve:

PRORROGAR, por 01 (um) ano, a contar de 13 de março de 2015, o prazo de validade do Concurso Público para Professor Efetivo da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, com o resultado homologado através do Edital nº. 21 de 12 de março de 2014, publicado no DOU nº. 49, de 13 de março de 2014. (Processo nº. 23402.001501/2013-17)

TELIO NOBRE LEITE
Vice-Reitor
No Exercício do cargo de Reitor

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

PORTARIA Nº 43, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

O Diretor Geral do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Portaria MPOG nº 242, de 04 de julho de 2013, na Portaria SE/MEC nº 1.107, de 11 de julho de 2013, no Edital INES nº 29, de 27 de dezembro de 2013, e no Edital INES nº 16, de 13 de junho de 2014, retificado em 15 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1º Declarar o encerramento do concurso público regido por meio do Edital INES nº 29/2013, publicado no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2013, para provimento em caráter efetivo de 16 (dezesseis) vagas de Professor da Carreira do Magistério Superior do quadro permanente do Instituto Nacional de Educação de Surdos, observadas as subáreas constantes do Anexo I.

Art. 2º Declarar que, para as 16 (dezesseis) vagas oferecidas nas subáreas constantes do Anexo I, ao final do concurso público mencionado, somente 8 (oito) candidatos ao cargo de Professor da Carreira do Magistério Superior foram classificados e nomeados, sendo que, destes, somente 5 (cinco) foram empossados.

Art. 3º Declarar que 11 (onze) vagas do cargo de Professor da Carreira do Magistério Superior oferecidas por meio do Edital nº 29/2013 não foram preenchidas por ausência de candidatos classificados ou por desistência de candidatos, conforme discriminado no Anexo I.

MARCELO FERREIRA DE VASCONCELOS CAVALCANTI

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR NÃO PROVIDAS E/OU DESERTAS APÓS ENCERRAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO - Edital nº 29/2013.
Autorização concedida pela Portaria MPOG nº 242, de 04/7/2013, publicada no DOU de 05/7/2013.

SUBÁREA	VAGAS OFERECIDAS	CANDIDATOS HABILITADOS	CANDIDATOS NOMEADOS	TOMARAM POSSE	VAGAS NÃO PROVIDAS / DESERTAS
Políticas Públicas	1	Não houve candidatos aprovados	Não houve candidatos aprovados	----	1
Didática	2	Não houve candidatos aprovados	Não houve candidatos aprovados	----	2
Alfabetização e Letramento	2	2	2	----	2
Ensino de Estudos Sociais	1	Não houve candidatos aprovados	Não houve candidatos aprovados	----	1
Educação Especial	1	1	1	----	1
Artes	1	Não houve candidatos aprovados	Não houve candidatos aprovados	----	1
Ensino de Matemática	1	Não houve candidatos inscritos	Não houve candidatos inscritos	----	1
Educação Infantil	2	1	1	1	1
LIBRAS	5	4	4	4	1
TOTAL	16	8	8	5	11

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 223, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

A Pró-Reitora de Recursos Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora no uso de suas competências delegadas pela Portaria nº 1.182, de 15 de setembro, resolve:

HOMOLOGAR e tornar público o resultado do processo seletivo simplificado para contratação temporária de Professor Substituto, conforme abaixo discriminado:

1 - Edital nº. 02/2015 - GRST/CFAP/PRORH - Seleção de Professor Substituto

1.1 - FACULDADE DE LETRAS

1.1.1 - Seleção 25: Depto. de Letras - Processo nº 23071.000298/2015-12 - Nº Vagas: 01(uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	HENRIQUE SILVA MORAES	8,5
2º	LUIZ PEDRO DA SILVA BARBOSA	8,1
3º	EDUARDO LACERDA FARIA ROCHA	7,4

1.2 - CAMPUS GOVERNADOR VALADARES

1.2.1 - Seleção 40: Depto. de Farmácia - Processo nº 23071.020371/2014-83 Nº Vagas: 01(uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	FERNANDA APARECIDA DE ANDRADE SORIANO	6,239
2º	ANA CAROLINA DA SILVA CAIAFA	5,056

2 - Edital nº. 04/2015 - GRST/CFAP/PRORH - Seleção de Professor Substituto

2.1 - FACULDADE DE LETRAS

2.1.1 - Seleção 47: Depto. de Letras Estrangeiras Modernas - Processo nº 23071.000299/2015-59 - Nº Vagas: 01(uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	CAROLINA ALVES MAGALDI	8,1
2º	BARBARA ANDRADE DE SOUZA	7,0

2.2 - CAMPUS GOVERNADOR VALADARES

2.2.1 - Seleção 48: Depto. de Farmácia - Processo nº 23071.020373/2014-72 Nº Vagas: 01(uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	BARBARA NERY ENES	9,68

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GESSILENE ZIGLER FOINE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

PORTARIA Nº 166, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, no exercício da Reitoria, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Tornar público o resultado do Processo Seletivo Simplificado realizado por esta Universidade, para contratação de docente por tempo determinado, Professor Substituto, para o Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas - Campus de Cruz das Almas (BA), regulado pelo Edital n° 03/2015, publicado no D.O.U. n° 19, Seção 3, página 90, de 28 de janeiro de 2015.

Área de conhecimento: Saúde Animal

Matérias: Cirurgia de Grandes Animais; Técnicas de Redação Científica

Jornada de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

1° Lugar: MARCUS PAULO DE MATOS MATURINO

SILVIO LUIZ DE OLIVEIRA SOGLIA

PORTARIA Nº 167, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Homologação das Inscrições do Concurso Público Regulado pelo Edital nº 01/2015

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB), no exercício da Reitoria, no uso de suas atribuições estatutárias, Resolve:

Homologar as inscrições do Concurso Público de Provas e Títulos realizado por esta Universidade, para os cargos da carreira do Magistério Superior, do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB), conforme Edital nº 01/2015, de 02/01/2015, publicado no DOU de 05/01/2015 e no sítio www.ufrb.edu.br/concursos:

MATÉRIA/ÁREA DE CONHECIMENTO: CIRURGIA VETERINÁRIA COM ÊNFASE EM GRANDES ANIMAIS

Nome do Candidato	Situação	Motivo da Não Homologação
ANA MARIA GUERREIRO BRAGA DA SILVA	HOMOLOGADO	-
ANDRÉ FLÁVIO ALMEIDA PESSOA	HOMOLOGADO	-
ANTÔNIO MATOS NETO	HOMOLOGADO	-
ENDRIGO ADONIS BRAGA DE ARAÚJO	HOMOLOGADO	-
MARCUS PAULO DE MATOS MATURINO	HOMOLOGADO	-
MARIANA MARCANTONIO CONEGLIAN	NÃO HOMOLOGADO	Não atende ao item 2.11.3 do Edital 01/2015
SIDNEI NUNES DE OLIVEIRA	HOMOLOGADO	-
TIAGO JOSÉ CAPARICA MODOLO	HOMOLOGADO	-

MATÉRIA/ÁREA DE CONHECIMENTO: DIREITO E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Nome do Candidato	Situação	Motivo da Não Homologação
ALINE CRISTINA NOGUEIRA DE FREITAS	HOMOLOGADO	-
ALINE MARON SETENTA	HOMOLOGADO	-
ANDRÉ LUIZ DE ARAÚJO OLIVEIRA	HOMOLOGADO	-
CIANI SUELI DAS NEVES	HOMOLOGADO	-
CHRISTINA DE OLIVEIRA MASCARENHAS	HOMOLOGADO	-
DIOGO ASSIS CARDOSO GUANABARA	HOMOLOGADO	-
FELIPE VENTIN DA SILVA	HOMOLOGADO	-
FERNANDO JOSÉ DA HORA LOPES	HOMOLOGADO	-
FRANKLIM DA SILVA PEIXINHO	HOMOLOGADO	-
JULIANA NEVES BARROS	HOMOLOGADO	-
KAMILA ASSIS DE ABREU NEIVA	HOMOLOGADO	-
KARLA REGINA CARDOSO	HOMOLOGADO	-
LEILA ANDRADE DE CARVALHO	HOMOLOGADO	-
LORENA PEREIRA OLIVEIRA BOECHAT	HOMOLOGADO	-
MANOEL NASCIMENTO DE SOUZA	HOMOLOGADO	-
MARALUCE MARIA CUSTÓDIO	NÃO HOMOLOGADO	Não atende ao item 2.7 do Edital 01/2015
MARIA AMÉLIA CAVALCANTE MACÊDO	HOMOLOGADO	-
RAFFAEL HENRIQUE COSTA DINIZ	HOMOLOGADO	-
RUBENS SÉRGIO DOS SANTOS VAZ JÚNIOR	HOMOLOGADO	-
TAMARA LUZ MIRANDA REGO	HOMOLOGADO	-
WALKYRIA CHAGAS DA SILVA SANTOS	HOMOLOGADO	-

MATÉRIA/ÁREA DE CONHECIMENTO: ECONOMIA, COMERCIALIZAÇÃO E MARKETING COM ÊNFASE EM MARKETING

Nome do Candidato	Situação	Motivo da Não Homologação
ALINE FONSECA GOMES	HOMOLOGADO	-
FABIHANA SOUZA MENDES MIRANDA	HOMOLOGADO	-
FÁBIO VINÍCIUS DE MACÊDO BERGAMO	HOMOLOGADO	-
PAULO HENRIQUE DE ALMEIDA	HOMOLOGADO	-

MATÉRIA/ÁREA DE CONHECIMENTO: EDUCAÇÃO DO CAMPO E PRÁXIS PEDAGÓGICA

Nome do Candidato	Situação	Motivo da Não Homologação
NÃO HOUVE INSCRITOS	-	-

MATÉRIA/ÁREA DE CONHECIMENTO: ESTATÍSTICA APLICADA COM ÊNFASE EM MODELAGEM

Nome do Candidato	Situação	Motivo da Não Homologação
NÃO HOUVE INSCRITOS	-	-

MATÉRIA/ÁREA DE CONHECIMENTO: ESTATÍSTICA EXPERIMENTAL APLICADA ÀS CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Nome do Candidato	Situação	Motivo da Não Homologação
ALANA BATISTA DOS SANTOS	HOMOLOGADO	-
BRUNO PORTELA BRASILEIRO	HOMOLOGADO	-
CAMILA MAIDA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO	HOMOLOGADO	-
CLAÚDIO LUIZ MELO DE SOUZA	HOMOLOGADO	-
DOUGLAS SANTOS PINA	NÃO HOMOLOGADO	Não atende ao item 2.12.1 do Edital 01/2015
ELAINE COSTA CERQUEIRA PEREIRA	HOMOLOGADO	-
ELOI MACHADO ALVES	HOMOLOGADO	-
EMANUEL FERREIRA MARTINS FILHO	NÃO HOMOLOGADO	Não atende ao item 2.12.2.3 do Edital 01/2015
EMERSON DECHECHI CHAMBÓ	HOMOLOGADO	-
EVA MARIA RODRIGUES COSTA	HOMOLOGADO	-
FRANCY JUNIO GONÇALVES LISBOA	HOMOLOGADO	-
GABRIELA LUZ PEREIRA MOREIRA	HOMOLOGADO	-
GLEIBSON DIONÍZIO CARDOSO	HOMOLOGADO	-
KÁTIA NOGUEIRA PESTANA	HOMOLOGADO	-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MARIANE DE JESUS DA SILVA DE CARVALHO	HOMOLOGADO	-
MURILLO ANDERSON GONÇALVES BARBOSA	HOMOLOGADO	-
NELSON GERALDO DE OLIVEIRA	HOMOLOGADO	-
VANESSA DE OLIVEIRA ALMEIDA	HOMOLOGADO	-
VICENTE IMBROISI TEIXEIRA	HOMOLOGADO	-
WILLIAN MOURA DE AGUIAR	HOMOLOGADO	-

MATÉRIA/ÁREA DE CONHECIMENTO: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO I

Nome do Candidato	Situação	Motivo da Não Homologação
CRISTINE LIMA PIRES	HOMOLOGADO	-

MATÉRIA/ÁREA DE CONHECIMENTO: GEOLOGIA GERAL COM ÊNFASE EM MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Nome do Candidato	Situação	Motivo da Não Homologação
ÁQUILA FERREIRA MESQUITA	HOMOLOGADO	-
CARLOS VICTOR RIOS DA SILVA FILHO	HOMOLOGADO	-
CLEVERTON CORREIA SILVA	HOMOLOGADO	-
EDSON ANTÔNIO DA SILVA OLIVEIRA	NÃO HOMOLOGADO	Não atende ao item 2.12.2.3 do Edital 01/2015
GISELLE CHAGAS DAMASCENO	HOMOLOGADO	-
LUCAS TEIXEIRA DE SOUZA	HOMOLOGADO	-
MARCUS VINÍCIUS COSTA ALMEIDA JÚNIOR	HOMOLOGADO	-
RAFAEL OLIVEIRA SANTANA	HOMOLOGADO	-
VICTOR MUNIZ ALVES CRUZ	HOMOLOGADO	-

MATÉRIA/ÁREA DE CONHECIMENTO: LEGISLAÇÃO, PERÍCIAS E ÉTICA PROFISSIONAL COM ÊNFASE EM LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, AMBIENTAL, FLORESTAL E SEGURANÇA DO TRABALHO

Nome do Candidato	Situação	Motivo da Não Homologação
KÁSSIA WATANABE	HOMOLOGADO	-
KÁTIA KAROLINO	HOMOLOGADO	-
LUCAS RÊGO SILVA RODRIGUES	HOMOLOGADO	-
MIRNA SILVA OLIVEIRA	HOMOLOGADO	-
WALKYRIA CHAGAS DA SILVA SANTOS	HOMOLOGADO	-

MATÉRIA/ÁREA DE CONHECIMENTO: MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA COM ÊNFASE EM MODELAGEM DE SISTEMAS AMBIENTAIS E GEOESTATÍSTICA

Nome do Candidato	Situação	Motivo da Não Homologação
GUILHERME LEITE NUNES COELHO	HOMOLOGADO	-
MAGNEL LIMA DE OLIVEIRA	HOMOLOGADO	-
ORLANDO MELO SAMPAIO FILHO	HOMOLOGADO	-
WILLIAN MOURA DE AGUIAR	HOMOLOGADO	-

SILVIO LUIZ DE OLIVEIRA SOGLIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PORTARIA Nº 1.197, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O Diretor da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Ângelo Maia Cister, no uso de suas atribuições delegadas pelo Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da Portaria nº 7990 de 15 de Julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 135 de 16/07/2013, resolve:

Tornar público o resultado final do processo seletivo aberto para contratação de Professor Substituto 20h referente ao Edital 384 de 24/10/2014 publicado no DOU 207 de 27/10, retificado no Edital 396 de 29/10/2014, apresentando o nome do candidato classificado e da candidata aprovada:

Departamento: Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação.

Setorização: Biblioteconomia e Documentação/ História Memória e Documento

01 Vaga

1 - BIANCA RIHAN RIBEIRO AMORIM

ÂNGELO MAIA CISTER

PORTARIA Nº 1.198, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O Diretor da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Ângelo Maia Cister, no uso de suas atribuições delegadas pelo Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da Portaria nº 7990 de 15 de Julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 135 de 16/07/2013, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de Professor Substituto do Departamento de Administração referente ao edital nº 23 publicado no DOU nº 22 de 02/02/2015. divulgando em ordem de classificação, os nomes dos 2 candidatos aprovados:

1.Clarice Nina de Oliveira Santos

2.Claudio Ramos Conti

ÂNGELO MAIA CISTER

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE INSTITUTO DE BIOQUÍMICA MÉDICA

PORTARIA Nº 1.194, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O Coordenador do Programa de Pós-graduação em Química Biológica da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições conferidas através da portaria 1495, de 18/03/2011, publicada no Diário Oficial da União de 21 de Março de 2011, resolve:

Ttornar público o término da seleção dos candidatos ao curso de mestrado do edital nº 465, de 09 de dezembro de 2014, publicado no D.O.U 241, seção 3, página 74, de 12/12/2014, bem como no BUFRJ 51, de 18/12/2014, informando que a relação dos candidatos aprovados encontra-se disponível no endereço: http://www.bioq-med.ufrj.br/resultado-selecao-mestrado-2015-1.

ROBSON DE QUEIROZ MONTEIRO

PORTARIA Nº 1.196, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O Coordenador do Programa de Pós-graduação em Química Biológica da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições conferidas através da portaria 1495, de 18/03/2011, publicada no Diário Oficial da União de 21 de Março de 2011, resolve:

Tornar público o término da seleção dos candidatos ao curso de mestrado do edital nº 464, de 09 de dezembro de 2014, publicado no D.O.U 241, seção 3, página 74, de 12/12/2014, bem como no BUFRJ 51, de 18/12/2014, informando que a relação dos candidatos aprovados encontra-se disponível no endereço: http://www.bioq-med.ufrj.br/resultado-selecao-doutorado-2015-1.

ROBSON DE QUEIROZ MONTEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 324, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

A Diretora em exercício do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.074947/2014-13 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Programa de Pós-Graduação em Nutrição - PPGN/CCS, instituído pelo Edital nº 013/DDP/2015, de 29 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial da União nº 21, Seção 3, de 30/01/2015.

Área/Subárea de conhecimento/ Área de Concentração: Epidemiologia e Estatística

Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva

N° de Vagas: 01 (uma)

NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO.

MICHELE AMORIM LIMA HENRIQUES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Fazenda

BANCO DO BRASIL S/A
UNIDADE DE CONTADORIA
BB LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL
C.N.P.J 31.546.476/0001-56

Exercício encerrado em 31.12.2014

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhor Acionista,

Apresentamos as demonstrações contábeis da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (BB Leasing), relativas ao exercício findo em 31.12.2014, de acordo com os dispositivos estatutários e legais estabelecidos pelos órgãos reguladores, inclusive o Banco Central do Brasil (Bacen).

A EMPRESA

A BB Leasing, subsidiária integral do Banco do Brasil S.A. (BB), com sede e foro em Brasília, localizada no Setor Bancário Sul Quadra 01, Lote 32, Bloco G, 24º Andar, CEP 70073-901, é uma empresa autônoma registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o número 31.546.476/0001-56.

A Empresa está inserida no contexto do planejamento estratégico corporativo do BB e se alinha aos objetivos estratégicos do Conglomerado BB, na perspectiva financeira, de maneira a oferecer solução voltada para investimentos em modernização e ampliação das empresas brasileiras.

A Empresa tem como principal objeto a prática de operações de arrendamento mercantil de bens móveis e imóveis, na forma das normas aplicáveis, bem como a realização de operações de subarrendamento, cessão e aquisição de contratos de arrendamento mercantil, cessão e aquisição de direitos creditórios decorrentes de contratos de arrendamento mercantil e todas as demais operações facultadas às sociedades da espécie.

Os negócios da Empresa são regidos pela Lei 6.099/74, que dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil, e pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 2.309/96, que disciplina e consolida as normas relativas às operações de arrendamento mercantil.

A estratégia de atuação frente ao mercado de arrendamento mercantil nacional está focada nos negócios com o segmento de pessoas jurídicas, o que pode ser observado em sua carteira que, em dezembro de 2014, tinha 98,8% de sua composição em negócios com esse público.

O principal produto oferecido pela empresa é o Leasing Financeiro Pessoa Jurídica, modalidade em que a arrendatária tem a intenção de adquirir o bem ao final do contrato, pagando o Valor Residual Garantido (VRG) antecipadamente ou de forma diluída ao longo do contrato. A BB Leasing oferece, ainda, o Leasing Finame, que repassa recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Empresa, de capital fechado, não possui Conselho de Administração. A Diretoria Executiva é composta por um Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor Gerente e possui Conselho Fiscal próprio para assegurar a fiscalização dos atos de gestão administrativa.

A Instituição, por decisão da Assembleia do Acionista de 26.04.2005, aderiu ao Comitê de Auditoria do Conglomerado BB.

EMISSÕES DE DEBÊNTURES

Em 2014, foram emitidas 20 milhões de debêntures não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação e prazo de dez anos, no valor total de R$ 20 bilhões, repetindo a estratégia do primeiro semestre de 2013.

MERCADO DE LEASING

De acordo com informações da Associação Brasileira das Empresas de Leasing (ABEL), o mercado de leasing vem apresentando queda tanto na quantidade de contratos quanto no montante de valor presente.

Os negócios com o segmento de pessoas jurídicas representam o maior volume da carteira do mercado, sendo que o setor de atividade mais expressivo é o de serviços.

O crescimento da participação dos arrendamentos de máquinas e equipamentos vem sendo observado há algum tempo e demonstra o potencial do leasing para fomentar a produção da indústria nacional.

CARTEIRA

Em 31.12.2014, a carteira de Leasing Pessoa Jurídica totalizava 4.085 operações ativas, representando um saldo de R$ 533,2 milhões. O Leasing Pessoa Física, por sua vez, contava com 334 operações ativas e saldo de R$ 6,6 milhões.

A representatividade da carteira, por segmento, ficou distribuída em 45,8% para serviços, 32,0% para indústria, 21,0% para comércio e 1,2% para pessoas físicas. Veículos e afins se destacaram com 50,3% e máquinas e equipamentos apresentaram 34,7%.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Em 2014, a BB Leasing distribuiu 25% do lucro líquido disponível, após a destinação às reservas legais, sob a forma de dividendos ao seu acionista.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O lucro da Empresa no período foi de R$ 232.131 mil. Esse desempenho deveu-se às Receitas de Intermediação Financeira, com destaque para o resultado com instrumentos financeiros derivativos, das operações de arrendamento mercantil e operações com títulos e valores mobiliários.

GESTÃO DE RISCOS

A administração da Empresa adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As aplicações das disponibilidades são realizadas com o Banco do Brasil, seu controlador, o que minimiza os riscos incorridos e proporciona o alinhamento com as políticas de gerenciamento de risco adotadas pelo Conglomerado BB.

O Banco do Brasil considera a BB Leasing S.A - Arrendamento Mercantil nas atividades de gerenciamento de risco do Conglomerado financeiro e realiza a avaliação dos riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional da empresa, de forma individualizada, com periodicidade semestral.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras ou econômicas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. Inclui o risco das variações das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das commodities.

No exercício de 2014 não houve exposição relevante ao risco de mercado na BB Leasing. Adicionalmente é importante destacar que eventuais exposições da empresa ao risco de mercado, não relacionadas à sua estratégia, são transferidas para o BB Banco Múltiplo.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é a ocorrência de descasamento entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando em conta as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O Banco do Brasil, por meio da Diretoria de Finanças (DIFIN), faz a gestão de caixa da BB Leasing.

RISCO DE CRÉDITO

As exposições referentes às operações de leasing são consideradas na carteira de crédito do Banco Múltiplo. As políticas de crédito, estratégias, tolerância a risco de crédito definidas para o BB consideram as exposições de leasing. Os processos, procedimentos e sistemas adotados no processo de crédito do Banco Múltiplo abrangem também as operações de leasing.

O saldo em operações de leasing totalizou R$ 539,8 milhões em dez/14, o que representa um aumento de 3,04% em relação a dez/13. O índice de inadimplência a partir de 90 dias, registrou aumento de 0,02 p.p. em relação ao mês de dez/13, passando de 3,11% para 3,13% em dez/14.

RISCO OPERACIONAL

A Empresa possui convênio com o BB para rateio/ressarcimento de despesas e custos utilizando quadro de pessoal, espaço físico e demais recursos do BB. Nesse sentido, adota as políticas, normas e procedimentos definidos para o BB.

A Unidade de Risco Operacional orienta a Empresa para aprimoramento do processo de gestão do risco operacional, bem como a identificação e análise das perdas operacionais, visando à implementação de ações para redução desse risco.

AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer do ano de 2014, a KPMG Auditores Independentes não prestou outros serviços à BB Leasing além daqueles relacionados à auditoria externa.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Buscar a otimização do resultado da BB Leasing S.A.
- Utilizar os recursos do Conglomerado para avaliação das melhores oportunidades negociais, mantendo os padrões de qualidade e imagem da Instituição.
- Buscar o crescimento do crédito voltado para investimentos em modernização e ampliação das empresas brasileiras.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a confiança do acionista, de seus clientes e da sociedade.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em milhares de Reais
Balanço Patrimonial

ATIVO		31.12.2014	31.12.2013
CIRCULANTE		48.681.075	24.566.164
Disponibilidades	(Nota 4)	160	1
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 5)	3.350.501	3.164.488
Aplicações no mercado aberto		3.350.501	3.164.488
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		45.330.691	21.405.682
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6.b)	45.330.691	21.405.682
Operações de Arrendamento Mercantil		(15.982)	(16.254)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado	(Nota 7.a)	134.200	143.302
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	(Nota 7.a)	(132.849)	(140.008)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil)	(Nota 7.f)	(17.333)	(19.548)
Outros Créditos	(Nota 8.a)	13.837	11.094
Diversos		13.837	12.053
(Provisão para outros créditos)	(Nota 8.b)	--	(959)
Outros Valores e Bens		1.868	1.153
Outros valores e bens	(Nota 9.a)	913	907
(Provisões para desvalorização)	(Nota 9.a)	(373)	(373)
Despesas antecipadas	(Nota 9.b)	1.328	619
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		284.738	314.927
Operações de Arrendamento Mercantil		(8.981)	(5.043)
Arrendamento e subarrendamentos a receber - setor privado	(Nota 7.a)	164.401	161.343
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	(Nota 7.a)	(164.401)	(161.343)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil)	(Nota 7.f)	(8.981)	(5.043)
Outros Créditos	(Nota 8.a)	293.407	319.299
Diversos		294.493	319.299
(Provisão para outros créditos)	(Nota 8.a)	(1.086)	--
Outros Valores e Bens		312	671
Despesas antecipadas	(Nota 9.b)	312	671
PERMANENTE		852.513	1.081.126
Investimentos		--	--
Outros investimentos		520	520
(Provisão para perdas)		(520)	(520)
Imobilizado de Arrendamento	(Nota 10.a)	852.513	1.081.126
Bens arrendados		973.189	1.220.875
(Depreciação acumulada)	(Nota 10.c)	(120.676)	(139.749)
TOTAL DO ATIVO		49.818.326	25.962.217

PASSIVO/ PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.12.2014	31.12.2013
CIRCULANTE		164.390	97.065
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais		418	607
Finame	(Nota 12.a)	418	607
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.992	378
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6.b)	1.992	378
Outras Obrigações		161.980	96.080
Sociais e estatutárias	(Nota 13.a)	29.187	39.900
Fiscais e previdenciárias	(Nota 13.b)	120.738	32.651
Diversas	(Nota 13.c)	12.055	23.529
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		45.760.741	22.148.958
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		45.307.873	21.404.623
Recursos de debêntures	(Nota 11.a)	45.307.873	21.404.623
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais		972	1.352
Finame	(Nota 12.a)	972	1.352
Outras Obrigações		451.896	742.983
Fiscais e previdenciárias	(Nota 13.b)	138.153	182.804
Diversas	(Nota 13.c)	313.743	560.179
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.893.195	3.716.194
Capital		3.261.860	3.261.860
De domiciliados no País	(Nota 16.a)	3.261.860	3.261.860
Reservas de Lucros	(Nota 16.b)	631.335	454.334
TOTAL DO PASSIVO		49.818.326	25.962.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		2.783.721	4.548.628	2.286.189
Operações de crédito	(Nota 7.g)	3.872	6.964	10.311
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 7.b)	200.276	451.089	727.884
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 5.b)	176.472	330.632	244.959
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6.c)	2.403.101	3.759.943	1.303.035
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(2.560.795)	(4.131.646)	(1.950.659)
Operações de captação no mercado	(Nota 11.b)	(2.386.791)	(3.739.834)	(1.302.566)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(Nota 12.b)	(22)	(48)	(123)
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 7.b)	(157.569)	(367.493)	(635.894)
Provisões para arrendamentos/outros créditos		(16.413)	(24.271)	(12.076)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		222.926	416.982	335.530
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		(19.850)	(40.863)	(39.430)
Despesas de pessoal	(Nota 14.a)	(882)	(2.071)	(1.632)
Outras despesas administrativas	(Nota 14.b)	(4.127)	(6.970)	(4.396)
Despesas tributárias	(Nota 17.c)	(12.516)	(23.355)	(25.183)
Outras receitas operacionais	(Nota 14.c)	5.392	10.692	5.206
Outras despesas operacionais	(Nota 14.d)	(7.717)	(19.159)	(13.425)
RESULTADO OPERACIONAL		203.076	376.119	296.100
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(Nota 15)	1	(1)	63
Receitas não operacionais		1	1	70
Despesas não operacionais		--	(2)	(7)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		203.077	376.118	296.163
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 17.a)	(80.182)	(143.987)	(79.088)
LUCRO LÍQUIDO		122.895	232.131	217.075
Número de Ações		3.000.000	3.000.000	3.000.000
Lucro por Ação (R$)		40,97	77,38	72,36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	203.077	376.118	296.163
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	151.901	358.427	615.488
Reforço de provisão para operações de arrendamento mercantil	16.356	24.145	11.976
Reforço de provisão para outros créditos	57	127	99
Depreciações de bens arrendados	106.393	210.918	260.048
Amortização de perdas	11.925	25.999	27.010
Superveniência de depreciação	14.884	90.170	313.160
Reforço de provisões cíveis e fiscais	2.286	7.068	3.195
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	354.978	734.545	911.651
Variações Patrimoniais	(2.505.435)	(24.277.756)	(22.277.957)
Redução em Operações de arrendamento mercantil	735	1.944	1.974
(Aumento) em Instrumentos financeiros derivativos	(2.403.101)	(23.923.395)	(21.406.778)
Redução em Outros créditos líquidos dos créditos tributários	68.745	83.423	162.476
(Aumento) em Despesas antecipadas	(219)	(357)	3.527
(Redução) em Imposto de renda e contribuição social pagos	(22.879)	(79.677)	(297.813)
(Redução) em Outras obrigações	(148.716)	(359.694)	(741.343)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	(2.150.457)	(23.543.211)	(21.366.306)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado de arrendamento	(139.953)	(320.735)	(234.639)
Alienação de imobilizado de arrendamento	82.417	199.840	401.124
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(57.536)	(120.895)	166.485
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento em Obrigação por emissão de debêntures	2.386.770	23.903.250	21.404.623
(Redução) em Obrigações por empréstimos e repasses no país - instituições oficiais	(249)	(569)	(1.990)
Dividendos pagos	(26.460)	(52.403)	(23.271)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2.360.061	23.850.278	21.379.362
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	152.068	186.172	179.541
Início do período	3.198.593	3.164.489	2.984.948
Fim do período	3.350.661	3.350.661	3.164.489
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	152.068	186.172	179.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS		Capital Realizado	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
			Legal	Estatutária		
Saldos em 31.12.2012		3.261.860	18.939	269.876	--	3.550.675
Lucro Líquido do Exercício	(Nota 16.c)	--	--	--	217.075	217.075
Destinações:						
Reservas	(Nota 16.c)	--	10.853	154.666	(165.519)	--
Dividendos (R$ 17.185,33 por lote de mil ações)	(Nota 16.c)	--	--	--	(51.556)	(51.556)
Saldos em 31.12.2013		3.261.860	29.792	424.542	--	3.716.194
Mutações do Exercício		--	10.853	154.666	--	165.519
Saldos em 30.06.2014		3.261.860	35.254	502.373	--	3.799.487
Lucro Líquido do Semestre	(Nota 16.c)	--	--	--	122.895	122.895
Destinações:						
Reservas	(Nota 16.c)	--	6.145	87.563	(93.708)	--
Dividendos (R$ 9.729,00 por lote de mil ações)	(Nota 16.c)	--	--	--	(29.187)	(29.187)
Saldos em 31.12.2014		3.261.860	41.399	589.936	--	3.893.195
Mutações do Semestre		--	6.145	87.563	--	93.708
Saldos em 31.12.2013		3.261.860	29.792	424.542	--	3.716.194
Lucro Líquido do Exercício	(Nota 16.c)	--	--	--	232.131	232.131
Destinações:						
Reservas	(Nota 16.c)	--	11.607	165.394	(177.001)	--
Dividendos (R$ 18.376,67 por lote de mil ações)	(Nota 16.c)	--	--	--	(55.130)	(55.130)
Saldos em 31.12.2014		3.261.860	41.399	589.936	--	3.893.195
Mutações do Exercício		--	11.607	165.394	--	177.001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS

1 - A BB LEASING E SUAS OPERAÇÕES

A BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (BB Leasing) é uma sociedade controlada pelo Banco do Brasil S.A. (subsidiária integral), constituída em 1987, tendo por objetivo a prática de operações de arrendamento mercantil de bens móveis e imóveis. Está localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 01, Lote 32, Bloco G, 24º andar, Ed. Sede III - Brasília, Distrito Federal, Brasil.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen).

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Bacen recepcionou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB Leasing, quando aplicável: CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 23/02/2015.

Informações para efeito de comparabilidade

Foi realizada, para fins de comparabilidade e de forma a evidenciar melhor a essência das operações, a reclassificação da rubrica "Outras despesas operacionais", relativa à reversão/baixa de provisão para passivos contingentes, para a rubrica "Outras receitas operacionais".

Demonstração do Resultado

R$ mil

	Exercício/2013		
	Divulgação Anterior	Ajustes	Saldos Ajustados
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS			
Outras receitas operacionais	3.943	1.263	5.206
Outras despesas operacionais	(12.162)	(1.263)	(13.425)

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas - posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, visando atender recursos de curto prazo (Nota 4).

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado, por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros (Nota 6.b).

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado - os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa - para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

e) Operações de Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Arrendamentos a receber - registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificadas no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.

Rendas a apropriar de arrendamento a receber - são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF n.º 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As operações classificadas como nível H assim permanecem por 180 dias, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 7.e).

Superveniência/(Insuficiência) de depreciação - o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas "Superveniências/Insuficiências de Depreciações" do Imobilizado de Arrendamento Financeiro, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular n.º 1.429/1989 do Bacen e computado no resultado.

As operações de arrendamento operacional não requerem ajuste a valor presente e seus valores não são incorporados à carteira de crédito de arrendamentos classificados por não terem característica de concessão de créditos.

Resultado na alienação quando da opção de compra:

Lucro - reconhecido por ocasião do exercício da opção de compra.

Prejuízo - a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamentos a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular nº 1.429/1989, do Bacen.

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda - IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	15%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (Créditos Tributários - Nota 17.e) e os passivos fiscais diferidos (Nota 17.d) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterada pelas Resoluções CMN n.ºs 3.355/2006 e 3.655/2008, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

g) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à Empresa ocorrerão em períodos futuros (Nota 9.b). As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas na medida em que forem sendo realizadas.

h) Ativo Permanente

O Imobilizado de arrendamento é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às taxas anuais previstas na Instrução Normativa SRF n.º 162, de 31.12.1998: aeronaves - 10%, instalações - 10%, embarcações - 5% a 20%, veículos e afins - 10% a 25%, máquinas e equipamentos - 10% a 33,3%, imóveis - 4%, móveis - 4% a 10%, aceleradas em 30%, quando aplicável (Nota 10).

Os valores registrados no grupo "perdas em arrendamentos a amortizar", apuradas por ocasião do vencimento dos contratos de leasing, são amortizados no prazo de vida útil remanescente dos bens arrendados.

i) Redução do Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Imparidade

A BB Leasing avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB Leasing estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de imparidade, a BB Leasing elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

j) Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável (Nota 20.a) o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas (Nota 20.b), e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

k) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB Leasing é o Real (R$).

l) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB Leasing adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da Empresa, bem como proporciona o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo conglomerado Banco do Brasil.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

R$ mil

	31.12.2014	31.12.2013
Disponibilidades	160	1
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	3.350.501	3.164.488
Total	3.350.661	3.164.489

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

R$ mil

	31.12.2014	31.12.2013
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	3.350.501	3.164.488
Total	3.350.501	3.164.488
Ativo circulante	3.350.501	3.164.488

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

R$ mil

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Rendas de aplicações. no mercado aberto - posição bancada	176.472	330.627	244.959
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	--	5	--
Total	176.472	330.632	244.959

6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Em 31.12.2014 não houve aplicação em operações de Títulos e Valores Mobiliários - TVM.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

A BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil utiliza Instrumentos Financeiros Derivativos para reduzir o risco de mercado das operações.

Os valores relativos aos contratos de opções - Box Duas Pontas referem-se à aplicação dos recursos provenientes da captação pela emissão de debêntures (Nota 11.a) e têm a característica de aplicação de renda fixa.

As operações de Swap, representadas pela diferença de taxas CDI/pré, são contratadas a título de instrumento de proteção.

O valor de mercado dos derivativos foi estimado de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do mês.

Nas técnicas de avaliação utilizadas são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

R$ mil

	31.12.2014			31.12.2013		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Posição ativa	89.862.986	45.305.331	45.330.691	42.632.748	21.390.080	21.405.682
Contratos de opções - de compra - Pré	44.931.493	629.174	797.577	21.316.374	299.750	424.168
Contratos de opções - de venda - Pré	44.931.493	44.676.157	44.533.114	21.316.374	21.090.330	20.981.514
Ativo circulante	--	--	45.330.691	--	--	21.405.682
Posição passiva	45.305.331	5.436	1.992	21.390.080	6.045	378
Contratos de *swap*- CDI/Pré	45.305.331	5.436	1.992	21.390.080	6.045	378
Passivo circulante	--	--	1.992	--	--	378

b) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

R$ mil

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Mercado de opções- box duas pontas	2.404.250	3.762.363	1.329.652
Swap	(1.149)	(2.420)	(26.617)
Total	2.403.101	3.759.943	1.303.035

7 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Operações de Arrendamento a Receber

R$ mil

	31.12.2014	31.12.2013
Operações de arrendamento e subarrendamento a receber	298.601	304.645
Arrendamentos financeiros a receber - recursos internos	298.601	304.645
Ativo circulante	134.200	143.302
Ativo realizável a longo prazo	164.401	161.343

R$ mil

	31.12.2014	31.12.2013
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(297.250)	(301.351)
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(297.250)	(301.351)
Ativo circulante	(132.849)	(140.008)
Ativo realizável a longo prazo	(164.401)	(161.343)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) Resultado Financeiro das Operações de Arrendamento Mercantil

R$ mil

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Receitas de Arrendamento Mercantil	200.276	451.089	727.884
Arrendamentos financeiros	200.276	451.089	727.884
Despesas de Arrendamento Mercantil	(157.569)	(367.493)	(635.894)
Arrendamentos financeiros	(157.559)	(367.425)	(635.777)
Arrendamentos operacionais	(10)	(68)	(117)
Total	42.707	83.596	91.990

c) Composição da Carteira por Setor de Atividade

R$ mil

	31.12.2014	%	31.12.2013	%
Setor Privado - no país	539.830	100	523.913	100,0
Serviços	246.987	45,8	246.588	47,1
Indústria	172.529	32,0	160.600	30,6
Comércio	113.661	21,0	83.120	15,9
Pessoas Físicas	6.653	1,2	33.605	6,4

Em atendimento às normas do Bacen, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

R$ mil

	31.12.2014	31.12.2013
Arrendamentos financeiros a receber - recursos internos	298.601	304.645
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(297.250)	(301.351)
Imobilizado de arrendamento financeiro (Nota 10.a)	852.513	1.081.057
Credores por antecipação de valor residual	(314.046)	(560.438)
Outros créditos	12	--
Valor presente dos contratos de arrendamentos financeiros/outros créditos	539.830	523.913

d) Composição da Carteira Segregada por Níveis de Risco e Prazo

R$ mil

Operações em Curso Normal											
										31.12.2014	31.12.2013
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Parcelas Vincendas											
01 a 30	14.766	2.778	4.840	667	19	1.282	34	27	150	24.563	27.606
31 a 60	15.169	2.919	5.070	642	36	1.277	42	31	160	25.346	28.840
61 a 90	13.461	2.687	4.465	565	36	1.155	41	21	144	22.575	24.343
91 a 180	40.063	7.863	13.611	1.731	109	2.606	120	73	345	66.521	70.473
181 a 360	68.220	13.802	21.534	2.110	192	4.347	191	112	608	111.116	109.240
Acima de 360	156.810	39.008	56.433	4.318	553	4.815	411	84	638	263.070	238.723
Parcelas Vencidas											
Até 14 dias	2	1	7	2	3	4	--	--	15	34	11
Subtotal	308.491	69.058	105.960	10.035	948	15.486	839	348	2.060	513.225	499.236

R$ mil

Operações em Curso Anormal											
										31.12.2014	31.12.2013
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Parcelas Vincendas											
01 a 30	--	--	163	84	31	120	81	54	497	1.030	1.420
31 a 60	--	--	152	94	31	136	116	54	488	1.071	1.368
61 a 90	--	--	150	69	31	72	37	52	456	867	1.215
91 a 180	--	--	437	233	67	258	221	153	1.333	2.702	3.297
181 a 360	--	--	796	424	123	444	245	284	2.215	4.531	4.271
Acima de 360	--	--	1.908	1.300	348	845	535	599	4.692	10.227	4.875
Parcelas Vencidas											
01 a 14	--	--	--	23	8	56	7	17	266	377	440
15 a 30	--	--	168	59	21	65	77	39	309	738	1.048
31 a 60	--	--	5	36	26	119	87	56	573	902	1.216
61 a 90	--	--	--	1	24	76	46	50	531	728	1.024
91 a 180	--	--	--	--	--	39	157	102	1.063	1.361	1.818
181 a 360	--	--	--	--	--	--	--	38	1.421	1.459	1.723
Acima de 360	--	--	--	--	--	--	--	--	612	612	962
Subtotal	--	--	3.779	2.323	710	2.230	1.609	1.498	14.456	26.605	24.677
Total	308.491	69.058	109.739	12.358	1.658	17.716	2.448	1.846	16.516	539.830	523.913

e) Constituição da Provisão por Níveis de Risco

R$ mil

Nível de Risco	% Provisão	31.12.2014 Valor das Operações	31.12.2014 Valor da Provisão	31.12.2013 Valor das Operações	31.12.2013 Valor da Provisão
AA	--	308.491	--	310.286	--
A	0,5	69.058	345	39.886	199
B	1	109.739	1.097	119.572	1.196
C	3	12.358	371	19.458	584
D	10	1.658	166	1.925	192
E	30	17.716	5.315	11.572	3.472
F	50	2.448	1.224	2.821	1.410
G	70	1.846	1.292	2.850	1.995
H	100	16.516	16.516	15.543	15.543
Total		539.830	26.326	523.913	24.591

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

R$ mil

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Saldo inicial	22.335	24.591	52.989
Reforço/(reversão)	16.368	24.156	11.976
Compensação como perdas	(12.377)	(22.421)	(40.374)
Saldo final	26.326	26.326	24.591
Ativo circulante	17.333	17.333	19.548
Ativo realizável a longo prazo	8.993	8.993	5.043

g) Informações Complementares

R$ mil

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Montante dos créditos renegociados	--	449	2.137
Montante recuperado dos créditos baixados como prejuízo (1)	3.872	6.964	10.311

(1) Registrado no resultado em Receitas de Operações de Crédito, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001.

8 - OUTROS CRÉDITOS

a) Composição

R$ mil

	31.12.2014	31.12.2013
Diversos		
Ativo fiscal diferido - crédito tributário (Nota 17.e)	276.869	304.023
Devedores por depósitos em garantia (Nota 20.c)	28.604	24.462
Impostos e contribuições a compensar	436	436
Outros	2.421	2.431
Subtotal	308.330	331.352
(Provisão para outros créditos sem característica de concessão de crédito) (1)	(1.074)	(959)
(Provisão para outros créditos com características de concessão de crédito)	(12)	--
Total	307.244	330.393
Ativo circulante	13.837	11.094
Ativo realizável a longo prazo	293.407	319.299

(1) Trata-se de provisão para recebimento de títulos precatórios do Governo do Estado de São Paulo no valor de R$ 1.023 mil (R$ 908 mil em 31.12.2013) e desvalorização de incentivos fiscais - Finor, no valor de R$ 51 mil (R$ 51 mil em 31.12.2013).

b) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

R$ mil

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Saldo inicial	1.029	959	860
Reforço/(reversão)	45	115	99
Saldo final (1)	1.074	1.074	959
Ativo circulante	--	--	959
Ativo realizável a longo prazo	1.074	1.074	--

(1) Corresponde ao saldo da provisão para outros créditos sem características de concessão de crédito.

9 - OUTROS VALORES E BENS

a) Bens Não de Uso Próprio

R$ mil

	31.12.2014	31.12.2013
Máquinas e equipamentos	558	559
Veículos e afins	269	262
Bens em regime especial	86	86
Subtotal	913	907
(Provisão para desvalorizações) (1)	(373)	(373)
Total	540	534
Ativo circulante	540	534

(1) Trata-se de provisão para bens reintegrados pela Empresa.

b) Despesas Antecipadas

R$ mil

	31.12.2014	31.12.2013
Despesas de comercialização de seguros (1)	1.287	407
Comissões pela colocação de debêntures	352	207
Comissões para intermediação de crédito (2)	1	676
Total	1.640	1.290
Ativo circulante	1.328	619
Ativo realizável a longo prazo	312	671

(1) Refere-se a despesas de seguros de bens arrendados embutidas nos contratos de arrendamento, apropriadas de acordo com a vigência dos contratos que deram origem ao crédito. Os pagamentos são feitos antecipadamente de acordo com os normativos que regem os contratos de leasing e opção do arrendatário quanto à inclusão do seguro no contrato.

(2) Refere-se a comissões pagas a lojistas - leasing de veículos. As despesas são apropriadas de acordo com a vigência dos contratos que deram origem ao crédito.

10 - IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de Arrendamento

R$ mil

	31.12.2014	31.12.2013
Arrendamento financeiro		
Bens arrendados	971.505	1.215.759
Veículos e afins	417.848	598.808
Máquinas e equipamentos	432.210	475.614
Aeronaves	28.510	35.208
Móveis	17.474	18.790
Instalações	11.700	14.128
Imóveis	7.862	7.862
Embarcações	9.643	5.677
Outros	46.258	59.672
Perdas em arrendamentos a amortizar (1)	104.174	108.167
Outros bens	1.950	1.950
Amortização acumulada (1)	(59.866)	(50.445)
Superveniências de depreciações	315.697	552.207
Depreciação acumulada	(436.373)	(691.956)
Diferido	1.684	5.047
Perdas em arrendamentos a amortizar	16.258	30.878
Amortização acumulada do diferido	(14.574)	(25.831)
Subtotal	852.513	1.081.057

(1) Adequação à Resolução CMN n.º 3.617/2008, de 30.09.2008, pelos valores acumulados de 01.10.2008 até 31.12.2014.

R$ mil

	31.12.2014	31.12.2013
Arrendamento operacional		
Diferido		
Perdas em arrendamentos a amortizar	--	819
Amortização acumulada do diferido	--	(750)
Subtotal	--	69
Total do Imobilizado de Arrendamento	852.513	1.081.126

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

b) Ajuste da Carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamentos financeiros (superveniências/insuficiências de depreciações) foi apurado conforme disposto na Nota 3.e, apresentando a seguinte posição:

R$ mil

	31.12.2014	31.12.2013
Valor presente	853.864	1.084.351
Credores por antecipação de valor residual	314.046	560.438
Valor presente das operações de arrendamento	539.818	523.913
(-) Valor contábil das operações	538.167	532.144
Arrendamentos financeiros a receber - recursos internos	298.601	304.645
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(297.250)	(301.351)
Valores residuais a realizar	353.755	315.491
Valores residuais a balancear	(353.755)	(315.491)
Bens arrendados	971.505	1.215.759
Depreciação acumulada de arrendamento financeiro	(436.373)	(691.956)
Perdas em arrendamentos a amortizar	16.258	30.878
Amortização acumulada	(14.574)	(25.831)
(=) Aumento do ativo permanente (superveniências de depreciações)	315.697	552.207

c) Depreciação Acumulada

R$ mil

	31.12.2014	31.12.2013
Depreciação acumulada de arrendamento financeiro	(436.373)	(691.956)
(-) Superveniências de depreciações	315.697	552.207
(=) Depreciação acumulada	(120.676)	(139.749)

d) Outras Informações

O seguro do Imobilizado de Arrendamento é efetuado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

11 - RECURSOS DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES

a) Recursos de Debêntures

As debêntures emitidas em março/2013 (2ª emissão) e maio/2014 (3ª emissão) são do tipo simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, nominativas e escriturais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, e foram adquiridas em sua totalidade pelo Banco do Brasil S.A.

O pagamento do principal e encargos ocorrerá no vencimento.

R$ mil

Emissão	Valor da Operação	Vencimento	Remuneração	Valor Contábil 31.12.2014	31.12.2013
Março/2013	20.000.000	2023	100% CDI	23.717.790	21.404.623
Maio/2014	20.000.000	2024	100% CDI	21.590.083	--
Total				45.307.873	21.404.623
Passivo exigível a longo prazo				45.307.873	21.404.623

b) Despesas de Captação no Mercado

R$ mil

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Remuneração - juros (1)	(2.386.771)	(3.739.800)	(1.302.524)
Outros	(20)	(34)	(42)
Total	(2.386.791)	(3.739.834)	(1.302.566)

(1) Remuneração calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures, ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures desde a data de emissão até a data de seu efetivo pagamento, que deve ocorrer na data de vencimento.

12 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Composição por Prazo de Exigibilidade

R$ mil

Programa	Taxa de Atualização	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	de 5 a 15 anos	31.12.2014 Total	31.12.2013 Total
BNDES/Finame	1,50% a.a. a 8,3 % a.a. ou TJLP + 2,3% a.a. a 5,5% a.a.	114	304	491	427	54	1.390	1.959
Passivo circulante							418	607
Passivo exigível a longo prazo							972	1.352

A garantia das operações consiste em penhor, ao BNDES/Finame, dos direitos creditórios representados pelos contratos de arrendamentos, conforme Circular BNDES nº196 - item 9.

b) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

R$ mil

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Despesas de obrigações por repasses - BNDES/Finame	(22)	(48)	(123)
Total	(22)	(48)	(123)

13 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

R$ mil

	31.12.2014	31.12.2013
Dividendos e bonificações a pagar (Nota 16.c)	29.187	39.900
Total	29.187	39.900
Passivo circulante	29.187	39.900

b) Fiscais e Previdenciárias

R$ mil

	31.12.2014	31.12.2013
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 17.d)	150.960	193.691
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	88.150	8.418
Provisão para riscos fiscais (Nota 20.a)	17.625	12.238
Impostos e contribuições a recolher	2.156	1.108
Total	258.891	215.455
Passivo circulante	120.738	32.651
Passivo exigível a longo prazo	138.153	182.804

c) Diversas

R$ mil

	31.12.2014	31.12.2013
Credores por antecipação de valor residual (1)	314.046	560.438
Provisão para demandas cíveis (Nota 20.a)	6.346	4.663
Credores diversos - país (2)	3.783	13.073
Valores a pagar a sociedades ligadas (3)	1.623	5.534
Total	325.798	583.708
Passivo circulante	12.055	23.529
Passivo exigível a longo prazo	313.743	560.179

(1) Valor residual garantido recebido dos arrendatários.
(2) Inclui o montante de R$ 3.111 mil (R$ 12.273 mil em 31.12.2013), referente a recursos a liberar a fornecedores de bens arrendados.
(3) Inclui o montante de R$ 1.359 mil (R$ 5.153 mil em 31.12.2013), referente a valor a pagar ao Banco do Brasil por adiantamentos a fornecedores.

14 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Despesas de Pessoal

R$ mil

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Proventos	(516)	(1.213)	(888)
Encargos sociais	(257)	(612)	(479)
Honorários - Conselho fiscal	(71)	(152)	(177)
Benefícios	(38)	(94)	(88)
Total	(882)	(2.071)	(1.632)

b) Outras Despesas Administrativas

R$ mil

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Serviços do sistema financeiro	(3.397)	(5.608)	(2.931)
Remuneração de agenciamento e corretagem	(221)	(450)	(606)
Seguros	(209)	(330)	(297)
Emolumentos judiciais e cartorários	(115)	(170)	(224)
Outras	(185)	(412)	(338)
Total	(4.127)	(6.970)	(4.396)

c) Outras Receitas Operacionais

R$ mil

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Reversão de provisão para passivos contingentes	3.992	8.327	3.116
De devedores por depósitos em garantia	1.032	1.857	1.413
Recuperação tributária - Benefício Fiscal (1)	--	--	279
Outras	368	508	398
Total	5.392	10.692	5.206

(1) Em 2013, efeito líquido pela adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários - Refis (Nota 20.d).

d) Outras Despesas Operacionais

R$ mil

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Provisão para passivos contingentes	(6.279)	(15.397)	(6.310)
Atualização monetária de dividendos	(516)	(1.401)	(400)
BB - suporte operacional	(258)	(605)	(542)
Registro de contratos	(280)	(471)	(110)
Remuneração a lojistas - leasing veículos	(73)	(675)	(3.742)
Atualização de impostos e contribuições sobre lucros	--	--	(1.665)
Outras	(311)	(610)	(656)
Total	(7.717)	(19.159)	(13.425)

15 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

R$ mil

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Receitas não operacionais	1	1	70
Recebimento extrajudicial	--	--	56
Lucros na alienação de valores e bens	1	1	12
Reversão de provisão não operacional	--	--	2
Despesas não operacionais	--	(2)	(7)
Desvalorização de outros valores e bens	--	--	(2)
Prejuízo em transações com valores e bens	--	(2)	(5)
Total	1	(1)	63

16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, de R$ 3.261.860 mil em 31.12.2014 e 31.12.2013 está dividido em 3.000.000 de ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. O Patrimônio Líquido de R$ 3.893.195 mil (R$ 3.716.194 mil em 31.12.2013) corresponde a um valor patrimonial de R$ 1.297,73 por ação (R$ 1.238,73 por ação em 31.12.2013).

b) Reservas de Lucros

R$ mil

	31.12.2014	31.12.2013
Reserva legal	41.399	29.792
Reserva estatutária	589.936	424.542
Margem operacional	589.936	424.542
Total	631.335	454.334

A Reserva Estatutária de Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, podendo ser constituída por até 100% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 100% do Capital Social.

c) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

R$ mil

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Base de cálculo:	116.750	220.524	206.222
- Lucro Líquido	122.895	232.131	217.075
- Reserva Legal constituída no período	6.145	11.607	10.853
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	29.187	55.130	51.556
Total destinado ao acionista	29.187	55.130	51.556
Reserva Estatutária	87.563	165.394	154.666
Lucro líquido ajustado após as destinações	--	--	--

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Os dividendos serão corrigidos com base na variação da taxa Selic, da data do balanço até o dia do efetivo pagamento.

17 - TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

R$ mil

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Valores correntes (1)	(91.352)	(204.387)	(251.728)
IR e CSLL no País	(91.352)	(204.387)	(251.728)
Valores diferidos	11.170	60.400	172.640
Passivo fiscal diferido	4.642	44.513	108.258
Operações de leasing - ajuste da carteira	17.217	59.127	157.873
Marcação a mercado	(12.575)	(14.614)	(49.615)
Ativo fiscal diferido	6.528	15.887	64.382
Diferenças intertemporais	--	--	22.871
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	--	--	9
Marcação a mercado	6.528	15.887	41.502
Total	(80.182)	(143.987)	(79.088)

(1) Em 2013, contempla efeitos tributários da adesão ao Refis - Lei 12.865/2013.

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

R$ mil

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Resultado antes dos tributos e participações	203.077	376.118	296.163
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (15%)	(81.231)	(150.447)	(118.465)
Ativos e passivos fiscais diferidos - parcela não ativada	1.039	5.580	41.861
Efeito tributário do Refis - Lei nº 12.865/2013 (Nota 20.d)	--	--	1.639
Outros valores	10	880	(4.123)
IR e CSLL do período	(80.182)	(143.987)	(79.088)

c) Despesas Tributárias

R$ mil

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Cofins	(9.489)	(17.489)	(18.177)
ISSQN	(1.485)	(3.024)	(4.052)
PIS/Pasep	(1.542)	(2.842)	(2.954)
Total	(12.516)	(23.355)	(25.183)

d) Passivo Fiscal Diferido

R$ mil

	31.12.2014	31.12.2013
Decorrentes do ajuste da carteira de arrendamento	78.900	138.028
Decorrentes de marcação a mercado	72.060	55.663
Total	150.960	193.691
IR	119.043	169.037
CSLL	24.086	18.605
Cofins	6.736	5.203
PIS/Pasep	1.095	846

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado

R$ mil

	31.12.2013	Exerc/2014 Constituição	Baixa	31.12.2014
Diferenças temporárias	69.433	249.830	(232.005)	87.258
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.842	13.625	(15.387)	15.080
Provisões passivas	5.879	14.667	(12.904)	7.642
Marcação a mercado	46.563	221.538	(203.714)	64.387
Outras provisões	149	--	--	149
Superveniência de depreciação	234.590	--	(44.979)	189.611
Total	304.023	249.830	(276.984)	276.869
IR	274.824	142.277	(177.326)	239.775
CSLL	24.139	83.478	(77.520)	30.097
Cofins	4.353	20.709	(19.043)	6.019
PIS/Pasep	707	3.366	(3.095)	978
Diferenças temporárias	69.433	249.830	(232.005)	87.258

Não Ativado

R$ mil

	31.12.2014	31.12.2013
Diferenças temporárias	81.772	87.353
Total	81.772	87.353
IR	51.103	54.591
CSLL	30.669	32.762

f) Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2014, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação projetada para o período de apuração.

R$ mil

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2015	33.110	30.515
Em 2016	29.929	24.893
Em 2017	42.684	32.383
Em 2018	35.808	25.174
Em 2019	38.762	25.380
A partir de 2020	96.576	56.179
Total	276.869	194.524

No exercício de 2014, observou-se a realização dos créditos tributários na BB Leasing no montante de R$ 276.984 mil, correspondente a 785,48% da respectiva projeção de utilização para o período de 2014, que constava no estudo técnico elaborado no encerramento de 2013 (R$ 35.263 mil).

18 - PARTES RELACIONADAS

Os custos com benefícios de curto prazo atribuídos ao Conselho Fiscal da BB Leasing foram de R$ 152 mil (R$ 177 mil no exercício de 2013).

A BB Leasing não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

A BB Leasing realiza com seu controlador Banco do Brasil S.A. transações bancárias tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações em depósitos interfinanceiros, empréstimos e operações com instrumentos financeiros derivativos. Há, ainda, contratos de prestação de serviços e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Essas transações entre partes relacionadas são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

Saldos das operações ativas e passivas da BB Leasing com o Controlador em 31.12.2014 e 31.12.2013 e seus respectivos resultados:

R$ mil

		31.12.2014	31.12.2013
Ativos			
Disponibilidades	(Nota 4)	160	1
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	(Nota 5 .a)	3.350.501	3.164.488
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6.b)	45.330.691	21.405.682
Valores a receber de sociedades ligadas		215	240
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6.b)	1.992	378
Recursos de debêntures	(Nota 11.a)	45.307.873	21.404.623
Valores a pagar a sociedades ligadas	(Nota 13.a)	29.187	39.900
Dividendos e bonificações a pagar	(Nota 13.c)	1.623	5.534

Demonstração do Resultado		2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 5.b)	176.472	330.632	244.959
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6.c)	2.403.101	3.759.943	1.303.035
Despesas de captação no mercado	(Nota 11.b)	(2.386.791)	(3.739.834)	(1.302.566)
Despesas de pessoal	(Nota 14.a)	(882)	(2.071)	(1.632)
Remuneração de agenciamento e corretagem de contratos	(Nota 14.b)	(221)	(450)	(606)
BB-suporte operacional	(Nota 14.d)	(258)	(605)	(542)
Outras despesas administrativas		(113)	(172)	(419)
Atualização monetária de dividendos	(Nota 14.d)	(516)	(1.401)	(400)
Emolumentos judiciais e cartorários	(Nota 14.b)	(115)	(170)	(224)

19 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

A BB Leasing não possui quadro próprio de empregados, nem remunera seus administradores, uma vez que suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa do Banco do Brasil S.A. A BB Leasing ressarce ao Banco as despesas correspondentes (Nota 18).

20 - PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Passivos Contingentes - Prováveis

Ações Fiscais

As demandas de natureza fiscal referem-se, principalmente, a ações movidas por municípios com pedidos de cobrança de ISSQN sobre as receitas de contraprestações de operações de leasing.

Ações Cíveis

A maioria das ações cíveis movidas contra a BB Leasing refere-se a ações ordinárias revisionais e de repetição de indébito.

Movimentações nas provisões para demandas Fiscais e Cíveis classificadas como prováveis

R$ mil

	2º Sem/2014	Exerc/2014	Exerc/2013
Demandas fiscais			
Saldo inicial	16.695	12.238	10.028
Constituição	4.112	12.320	2.962
Reversão da provisão	(3.182)	(6.933)	(752)
Baixa por pagamento	--	--	--
Saldo final	17.625	17.625	12.238
Demandas cíveis			
Saldo inicial	4.989	4.663	3.679
Constituição	2.167	3.077	3.348
Reversão da provisão	(810)	(1.394)	(2.364)
Baixa por pagamento	--	--	--
Saldo final	6.346	6.346	4.663
Total	23.971	23.971	16.901

b) Passivos Contingentes - Possíveis

Ações Fiscais

As demandas de natureza fiscal classificadas com risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão e referem-se, principalmente, a ações movidas por municípios com pedidos de cobrança de ISSQN sobre as receitas de contraprestações de operações de leasing.

Ações Cíveis

A maioria das ações cíveis movidas contra a BB Leasing refere-se a ações ordinárias revisionais e de repetição de indébito.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis:

R$ mil

	31.12.2014	31.12.2013
Demandas cíveis	607.121	571.386
Demandas fiscais	70.028	50.974
Total	677.149	622.360

c) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências:

R$ mil

	31.12.2014	31.12.2013
Demandas cíveis	23.293	19.491
Demandas fiscais	5.311	4.971
Total	28.604	24.462

d) Obrigações Legais

Em novembro de 2013, a BB Leasing utilizou-se da prerrogativa do artigo 17 da Lei nº 12.865/2013 (programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários), que reabriu, até 31 de dezembro 2013, o prazo para adesão ao programa previsto na Lei nº 11.941/2009.

Na BB Leasing, o processo incluído nesse programa refere-se ao questionamento sobre a dedutibilidade da CSLL na base de cálculo do IRPJ, que pleiteava calcular e recolher o imposto de renda devido, deduzido da despesa de CSLL na base de cálculo respectiva, determinada pelo artigo 1º, da Lei nº 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória à empresa.

O total líquido resultante da adesão ao programa foi de R$ 1.918 mil (Notas 14.c e 17.b).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

21 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Imparidade

No exercício de 2014, o estudo realizado não identificou ativos com indícios de desvalorização que justificasse o reconhecimento de perdas, conforme determina o CPC 01.

b) Lei nº 12.973 (Conversão da MP nº 627/2013)

A Lei n.º 12.973, de 13.05.2014, objeto de conversão da Medida Provisória n.º 627/2013, altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins, em especial com o objetivo de:

- revogar o Regime Tributário de Transição (RTT);
- alterar as normas relativas à tributação dos lucros do exterior; e
- disciplinar os aspectos tributários em relação aos critérios e procedimentos contábeis determinados pelas leis 11.638/2007 e 11.941/2009, as quais buscaram criar mecanismos que possibilitassem o alinhamento das normas contábeis brasileiras às internacionais.

Para a realização de uma análise mais conclusiva a BB Leasing aguardará a regulamentação integral pela Receita Federal do Brasil, na forma prevista pela Lei 12.973/2014. Entretanto, de acordo com estudos preliminares e à luz do texto vigente da mencionada Lei e instruções normativas relacionadas, não se esperam impactos significativos nas demonstrações contábeis. A BB Leasing não exerceu a opção pela sua aplicação no exercício de 2014 e observará a aplicação dos seus dispositivos a partir do exercício de 2015.

c) Lei nº 13.097 (Conversão da MP 656/2014)

A Lei 13.097, de 20.01.2015, alterou os valores dos limites para fins de dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos inadimplidos a partir de 08.10.2014 (data de publicação da MP). Para as operações inadimplidas até 07.10.2014, prevalecem os limites anteriores.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Diretoria e ao Acionista da
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (BB Leasing), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

Administração da BB Leasing é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da BB Leasing para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da BB Leasing. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

A BB Leasing registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na Nota Explicativa às demonstrações contábeis nº 10.b. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do semestre e exercício do patrimônio líquido findo em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília, 23 de fevereiro de 2015.
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP014428/O-6 F-DF

CARLOS MASSAO TAKAUTHI
Contador CRC 1SP206103/O-4

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Para cumprimento da Resolução CMN n° 3.198/2004, o Banco do Brasil optou pela constituição de Comitê de Auditoria único para o Banco Múltiplo e para as subsidiárias integrais.

O Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria único foi divulgado em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil S.A.

Brasília-DF, 13 de fevereiro de 2015.
EGIDIO OTMAR AMES
Coordenador

ANTÔNIO CARLOS CORREIA

ELVIO LIMA GASPAR

HENRIQUE JÄGER

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA BB LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, os quais foram aprovados, nesta data, pela Diretoria.

Com base nos exames efetuados, no Relatório dos auditores independentes, nas informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria e/ou seus prepostos durante as reuniões mensais do Conselho Fiscal, realizadas no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil.

Brasília-DF, 23 de fevereiro de 2015.
RICARDO BOTELHO
Presidente

CLAUDIA DA COSTA MARTINELLI WEHBE
Conselheiro

RODRIGO ESTRELA DE CARVALHO
Conselheiro

Diretoria
PRESIDENTE

ANTONIO MAURICIO MAURANO
VICE-PRESIDENTE

JOSÉ MAURÍCIO PEREIRA COELHO
Diretor-Gerente

SANDRO JOSÉ FRANCO

Conselho Fiscal

RICARDO BOTELHO
Presidente

CLAUDIA DA COSTA MARTINELLI WEHBE

RODRIGO ESTRELA DE CARVALHO

Comitê de Auditoria

EGIDIO OTMAR AMES
Coordenador

ANTÔNIO CARLOS CORREIA

ELVIO LIMA GASPAR

HENRIQUE JÄGER

Contadoria

EDUARDO CESAR PASA
Contador Geral
Contador CRC-DF 017.601/O-5
CPF 541.035.920-87

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA COLEGIADA
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E CONTROLE DE OPERAÇÕES DO CRÉDITO RURAL

ATO Nº 541, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Guarumoto Administração de Consórcios S/C Ltda. - Em liquidação extrajudicial - prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos.

O Diretor de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural do BANCO CENTRAL DO BRASIL, substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18, inciso IV, do Regimento Interno, com base no art. 41, parágrafo 2º, da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e no art. 7º, §2º e §3º do Regulamento Anexo à Portaria nº 82.265, de 9 de setembro de 2014, resolve:

Fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, a contar de 1º de março de 2015, o prazo para conclusão do inquérito instaurado na Guarumoto Administração de Consórcios S/C Ltda. - Em liquidação extrajudicial (CNPJ 51.260.933/0001-59), com sede na cidade de Guarulhos (SP).

ANTHERO DE MORAES MEIRELLES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Balanço caixa

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

O presente documento baseia-se nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da CAIXA em 31 de dezembro de 2014, e faz referências e declarações sobre estimativas de crescimento e projeções de resultado. Tais declarações baseiam-se nas atuais expectativas da Administração sobre acontecimentos futuros e tendências financeiras que possam afetar os negócios da Empresa.

Essas referências e declarações não são garantia de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas que podem extrapolar o controle da Administração e, dessa forma, resultar em saldos e valores diferentes daqueles aqui antecipados e discutidos.

A partir de 30 de junho de 2010, as informações apresentadas neste relatório estão consolidadas e abrangem as demonstrações da Instituição Financeira CAIXA e da empresa CaixaPAR, subsidiária integral da CAIXA.

As demonstrações gerenciais relativas aos períodos anteriores podem ter sido reclassificadas para fins de comparabilidade, gerando eventuais diferenças com as publicações contábeis em razão de eventuais realocações ou agrupamento de itens, os quais visam fornecer um melhor entendimento ou visão da evolução de ativos, passivos e resultados, ou ainda preservar a comparabilidade dos dados entre os períodos.

Os números indicados como totais em algumas tabelas podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem devido a ajustes de arredondamento. Todos os índices e variações apresentados foram calculados com base nos números efetivos, podendo haver divergência quando o cálculo for efetuado sobre os valores arredondados.

INTRODUÇÃO

Em 1861 nasceu a CAIXA. O seu maior desafio era mudar a vida dos brasileiros. Na ocasião, havia apenas 6 empregados que com dedicação ajudaram-na a crescer e a se tornar o banco da poupança e da casa própria. Aos poucos, a CAIXA foi se espalhando pelo Brasil inteiro e hoje é o terceiro maior banco em ativos do País, o maior banco 100% público da América Latina.

Aos 154 anos e com mais de 100 mil empregados, a CAIXA consolidou-se como Instituição que busca promover o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Em 2014, as atividades da Empresa foram responsáveis por injetar R$ 689,6 bilhões na economia brasileira por meio de contratações de crédito, distribuição de benefícios sociais, investimentos em infraestrutura própria, remuneração de pessoal, destinação social das loterias, dentre outros.

Além disso, a CAIXA é o banco que tem a maior participação na vida dos brasileiros, alcançando, no ano de 2014, 100% dos municípios do País, com 67,7 mil pontos de atendimento, entre unidades próprias, lotéricos e rede compartilhada, 18 unidades itinerantes e 2 agências-barco. Tudo isso para gerar conforto e conveniência aos mais de 78,3 milhões de clientes.

Na execução dos programas governamentais, durante o ano, foram pagos R$ 28,0 bilhões em benefícios sociais e R$ 199,9 bilhões em benefícios aos trabalhadores, evoluções respectivas de 5,6% e 11,2%, em 12 meses. Com o Minha Casa, Minha Vida, a CAIXA contribuiu para que mais de 8,3 milhões de pessoas realizassem o sonho da casa própria, desde o início do programa até o final de 2014.

Como resultado de sua atuação, em 2014, a CAIXA auferiu lucro líquido de R$ 7,1 bilhões, 5,5% superior ao registrado em 2013, e alcançou o melhor índice de eficiência operacional dos últimos anos, 55,9%, fruto das ações de aumento da eficiência operacional e do início da maturação dos investimentos realizados nos últimos anos.

A carteira de crédito ampliada atingiu o saldo de R$ 605,0 bilhões, evolução de 22,4%, em 12 meses, com destaque para o crédito habitacional, 25,7% superior, atingindo o saldo de R$ 339,8 bilhões, o que representa 67,7% do mercado.

Este relatório apresenta os resultados da CAIXA em 2014, que referendam seu papel de instituição financeira e agente de políticas públicas, e justificam o reconhecimento pela sociedade como uma das instituições que mais contribuem para o crescimento do País e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

CLIENTES E CANAIS DE ATENDIMENTO

Em 2014, a base de clientes da Instituição alcançou 78,3 milhões de correntistas e poupadores, alta de 9,3%, em 12 meses. A carteira de pessoas físicas atingiu 76,1 milhões, e a de pessoas jurídicas, 2,2 milhões, evoluções respectivas de 9,2% e 12,3% em relação a 2013.

A CAIXA busca aperfeiçoar e ampliar o relacionamento com seus clientes investindo na melhoria de seus produtos e serviços e na expansão dos canais em prol da excelência no atendimento.

Atualmente, a rede de atendimento CAIXA conta com 67,7 mil pontos. São 4,2 mil agências e pontos de atendimento; 31,5 mil correspondentes CAIXA Aqui e Lotéricos; 32,0 mil máquinas distribuídas pelo País; 2 agências-barco e 18 caminhões-agência. Além disso, os clientes têm à sua disposição 16,2 mil terminais da rede Banco24Horas.

No ambiente virtual, a CAIXA oferece aos seus clientes aplicativos de acesso à conta via smartphones e tablets e o Internet Banking CAIXA, que alcançaram, em 2014, uma base com 1,9 milhão e 12,1 milhões de usuários, respectivamente.

Além disso, a CAIXA possui o site de banco mais acessado do Brasil, com 56 milhões de visitais mensais, que foi reformulado ouvindo os principais usuários – clientes, trabalhadores, beneficiários de programas sociais e apostadores.

O novo site, lançado em 11 de janeiro, possui navegação mais dinâmica e conteúdo mais objetivo. Outro diferencial é que o site é responsivo, ou seja, pode ser acessado tanto pelo computador, tablet ou celular, adaptando-se às telas.

Além disso, a CAIXA disponibiliza o Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC, que recebeu, em 2014, cerca de 23,5 milhões de chamadas e o Atendimento CAIXA ao Cidadão, 44,2 milhões de ligações, que trataram sobre PIS, Seguro Desemprego, FGTS, Cartão Social e Serviço de Informação ao Cidadão.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em dezembro de 2014, os ativos administrados pela CAIXA somaram R$ 1,8 trilhão, crescimento de 18,2% se comparado a 2013, com destaque para o FGTS, com saldo de R$ 410,7 bilhões, e os Fundos de Investimento, R$ 235,2 bilhões, evoluções respectivas de 12,4% e 3,6%, em 12 meses.

Patrimoniais (em R$ bilhões)	2012	2013	2014
Ativos Caixa	703	858	1.065
Carteira de Crédito Ampliada	361	494	605
Poupança	176	210	237
Recursos Administrados (de terceiros)	558	657	726

Os ativos da CAIXA totalizaram R$ 1,1 trilhão, aumento de 24,0% na mesma comparação. A carteira de crédito ampliada representava 56,8% desse total, com R$ 605,0 bilhões, e os títulos e valores mobiliários, com R$ 168,0 bilhões, correspondiam a 15,8%.

Do total dos passivos, 39,4% consistiam em depósitos e 29,2% correspondiam a captações no mercado aberto e letras. Os depósitos a prazo, com saldo de R$ 143,1 bilhões, apresentaram crescimento de 26,0%, e os à vista totalizaram R$ 27,0 bilhões, evolução de 7,3% em relação ao ano anterior.

No ano, a CAIXA auferiu lucro líquido de R$ 7,1 bilhões. Os fatores que mais influenciaram o resultado foram o crescimento de 42,7% das receitas de operações de crédito e o aumento de 52,9% no resultado de títulos, valores mobiliários e derivativos. O resultado operacional foi de R$ 6,6 bilhões, alta de 27,7% em relação ao registrado em 2013.

O patrimônio líquido da CAIXA apresentou saldo de R$ 62,1 bilhões, incluindo R$ 35,9 bilhões em Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida elegíveis a compor o capital principal em Basileia III. O retorno sobre o patrimônio líquido médio foi de 15,2% nos últimos doze meses.

O índice de Basileia, ao final de 2014, correspondeu a 16,1%, superior em 5,1 p.p. ao valor mínimo exigido de 11%.

Em decorrência das ações destinadas a aumentar a eficiência operacional, aliadas ao início da maturação dos investimentos realizados nos últimos anos, a CAIXA melhorou o índice de eficiência operacional em 4,4 p.p., quando comparado ao mesmo período de 2013, alcançando 55,9% em dezembro de 2014.

Os resultados obtidos refletiram diretamente as metas estabelecidas pela Empresa que objetivaram promover a eficiência na gestão de seus recursos, levando-a a novos patamares de eficiência operacional que contribuem com a manutenção de resultados sustentáveis.

Indicadores (em %)	2012	2013	2014
Retorno sobre Ativo Médio (acum. 12m)	0,9	0,8	0,7
Retorno sobre o PL Médio (acum. 12m)*	25,7	24,8	15,2
Índice de Solvabilidade – Basileia	13,0	15,1	16,1
Endividamento Setor Público	29,0	24,7	28,4
Cobertura de Desp. Administrativas (acum. 12m)	64,6	64,0	63,9
Cobertura de Desp. de Pessoal (acum. 12m)	105,6	102,7	103,0
Índice de Eficiência Operacional (acum. 12m)	61,2	60,3	55,9

*Conforme a Resolução CMN nº 4.192/13, inclui o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, no valor de R$ 8,0 bilhões, a partir de dezembro de 2013, e mais R$ 27,9 bilhões, a partir de julho de 2014.

OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Ao final de 2014, a carteira de títulos e valores mobiliários apresentava saldo de R$ 168,0 bilhões, dos quais R$ 149,8 bilhões representados por títulos públicos federais e R$ 17,3 bilhões correspondentes a títulos privados.

O resultado das operações com TVM e derivativos atingiu R$ 30,1 bilhões, 52,9% superior ao registrado no ano de 2013, influenciada, principalmente, pela Taxa SELIC e pelo aumento da carteira.

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN 3.068/2001, a CAIXA declara ter a intenção de manter os títulos classificados na categoria III, os quais totalizaram R$ 49,3 bilhões, em dezembro de 2014, até os seus respectivos vencimentos, bem como possuir capacidade financeira para tanto.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

CARTEIRA DE CRÉDITO AMPLIADA

A carteira de crédito ampliada da CAIXA cresceu 22,4% no ano, alcançando saldo de R$ 605,0 bilhões. As contratações totais apresentaram aumento de 6,8% e totalizaram R$ 502,9 bilhões. Destaca-se a carteira de crédito comercial, com R$ 190,3 bilhões de saldo, e R$ 259,4 bilhões contratados no período, valores 10,8% e 7,8% superiores aos registrados em 2013, respectivamente.

As operações com pessoas físicas atingiram o saldo de R$ 94,0 bilhões, alta de 16,2% em 12 meses. Já as contratações avançaram 11,4%, somando R$ 143,9 bilhões no ano de 2014.

Entre os produtos do segmento pessoa física, destaca-se o crédito consignado, com volume contratado de R$ 31,0 bilhões e saldo de R$ 52,9 bilhões. A participação de mercado foi de 21,0%, em dezembro de 2014, com evolução de 0,39 p.p. em 12 meses.

O segmento PJ, no final do período, apresentou saldo de R$ 96,3 bilhões e R$ 115,5 bilhões em contratações, com os respectivos crescimentos de 6,0% e 2,7%, em 12 meses.

As operações de saneamento e infraestrutura apresentaram, no final de dezembro de 2014, saldo de R$ 56,7 bilhões, crescimento de 52,8% em relação a 2013. As contratações para esse segmento atingiram a soma de R$ 33,3 bilhões, alta de 11,7%, em 12 meses.

Desses valores, R$ 7,1 bilhões foram contratados em saneamento básico; R$ 8,5 bilhões em financiamentos de energia e logística; R$ 4,8 bilhões em operações de mobilidade urbana; R$ 5,9 bilhões em infraestrutura urbana; R$ 5,3 bilhões para construção naval e R$ 1,7 em atividades multisetoriais no segmento.

A carteira de crédito imobiliário alcançou, no final de 2014, o saldo de R$ 339,8 bilhões, 25,7% superior a 2013. A CAIXA permanece na liderança desse mercado, com 67,7% de participação, excluídos os certificados de recebíveis imobiliários.

As contratações da carteira de crédito habitacional somaram R$ 128,8 bilhões, até dezembro de 2014, dos quais R$ 40,9 bilhões com recursos do FGTS, incluindo subsídios, R$ 79,4 bilhões com recursos do CAIXA/SBPE e R$ 8,5 bilhões contratados com outros recursos.

No Programa Minha, Casa Minha Vida, em 2014, foram contratados pela CAIXA R$ 35,9 bilhões, totalizando 389,2 mil unidades habitacionais. Dessas, 35,6% foram destinadas à Faixa I, que atende aos beneficiários com renda de até R$ 1,6 mil em modalidades integralmente subsidiadas pelo programa.

O Crédito Rural CAIXA atingiu saldo de R$ 4,9 bilhões em dezembro de 2014, evolução de 146,1%. As contratações do período atingiram a soma de R$ 5,0 bilhões. Os recursos são destinados ao custeio agrícola e pecuário, às operações de investimentos em máquinas e equipamentos, à aquisição de animais e a projetos de infraestrutura rural.

A qualidade da carteira de crédito continuou elevada no período, com aproximadamente 92% do seu total classificada nos ratings de AA-C. O índice de inadimplência foi de 2,56%, demonstrando queda de 0,17 p.p na comparação com o trimestre anterior, permanecendo abaixo da média de mercado, de 2,88%.

DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES DE RECURSOS

As captações totais apresentaram saldo de R$ 816,4 bilhões em dezembro de 2014, evolução de 18,3% em relação a 2013.

Os depósitos da CAIXA alcançaram o saldo de R$ 419,0 bilhões, crescimento de 16,2% em 12 meses. Merece destaque a poupança, com R$ 236,8 bilhões de saldo, 13,0% superior a dezembro de 2013, e captação líquida de R$ 12,7 bilhões, equivalente a 53,0% do valor captado no SFN, o que confirma a liderança da CAIXA nesse mercado.

No ano, foram abertas 8,9 milhões de contas de poupança, totalizando 58,3 milhões ao final do período, evolução de 12,2%.

A base de contas-correntes aumentou 4,9% em 2014, evoluindo para 26,7 milhões, assim distribuídos: 24,5 milhões de contas Pessoa Física, das quais 10,0 milhões de contas simplificadas (CAIXA Fácil), e 2,2 milhões de contas Pessoa Jurídica.

Os depósitos à vista totalizaram R$ 27,0 bilhões e os depósitos a prazo, R$ 143,1 bilhões, com crescimento de 26,0% em relação a dezembro de 2013. Os recursos em CDB/RDB representavam 62,7% dos depósitos a prazo, contabilizando R$ 89,9 bilhões, aumento de 29,5% em relação ao mesmo período de 2013.

Os depósitos judiciais obtiveram acréscimo de 20,6% em 12 meses, apresentando saldo de R$ 53,5 bilhões. Os demais depósitos somaram R$ 12,1 bilhões de saldo.

Em dezembro de 2014, as Letras Imobiliárias, Financeiras e Agrícolas totalizaram captação líquida de R$ 39,6 bilhões e saldo de R$ 127,0 bilhões, aumento de 63,9%, se comparado a dezembro de 2013, e 10,7% de aumento em relação ao terceiro trimestre de 2014.

Destaque para as letras imobiliárias, que evoluíram 69,0%, atingindo saldo de R$ 87,3 bilhões no ano, correspondendo a 54,1% de participação no mercado. As Letras Financeiras, por sua vez, somaram R$ 37,9 bilhões, evolução de 61,8% no ano.

Em relação às captações internacionais, a CAIXA totalizou R$ 16,2 bilhões de saldo, avanço de 69,7% em 12 meses, incluindo as emissões internacionais e os empréstimos no exterior.

Durante o ano de 2014, a CAIXA conquistou a confiança dos investidores e consolidou-se no mercado internacional após sucessivas emissões, ganhando, assim, maior visibilidade e diversificando suas fontes de recursos.

No ano de 2014, a CAIXA foi o primeiro banco da América do Sul a realizar uma captação internacional de recursos subordinados em conformidade com Basileia III.

FUNDOS DE INVESTIMENTOS

O patrimônio líquido dos fundos de investimentos e carteiras administradas alcançou o saldo de R$ 488,6 bilhões em 2014, incluindo FI de FIC e FI FGTS. O saldo dos fundos exclusivos totalizou R$ 102,5 bilhões, e os fundos de rede, R$ 101,4 bilhões, alta de 9,1% em relação ao exercício de 2013.

Os fundos de renda fixa, no período, apresentaram saldo de R$ 186,7 bilhões, aumento de 4,6% se comparado a 2013.

No final de dezembro, a Instituição participava com 8,5% dos fundos do mercado, segundo a Anbima.

Em dezembro de 2014, a CAIXA administrava 443 produtos de investimento, sendo 418 fundos de investimento, dos quais 36 FI de FIC, e 25 carteiras administradas. No último trimestre de 2014, foram lançados 6 fundos de investimento.

CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO

Os clientes dos cartões CAIXA realizaram, em 2014, 1,3 bilhão de transações, representando um volume financeiro de R$ 102,9 bilhões. A evolução das transações foi de 23,3%, enquanto o valor movimentado apresentou crescimento de 26,8%, em 12 meses.

A base de cartões de débito atingiu 86,6 milhões nas bandeiras MasterCard, VISA Electron e Elo, aumento de 8,4% em relação a 2013. Foram realizadas mais de 1,0 bilhão de transações, demonstrando um aumento de 25,2%, em 12 meses, com um volume financeiro de R$ 64,1 bilhões.

Os cartões de crédito atingiram a base de 9,6 milhões nas bandeiras MasterCard, VISA e ELO. Foram realizadas mais de 324,2 milhões de transações, representando um volume de R$ 38,7 bilhões.

Somente a base de cartões da bandeira Elo alcançou a marca de 26,6 milhões, sendo 25,8 milhões de débito e 713,7 mil de crédito, evolução de 102,4% e 48,2%, em 12 meses, respectivamente.

SERVIÇOS BANCÁRIOS

Em 2014, foram realizadas 7,4 bilhões de transações bancárias, evolução de 12,4% se comparado ao ano de 2013. Somente o Internet Banking CAIXA alcançou 1,3 bilhão de transações entre consultas a saldos, extratos, pagamentos e transferências, correspondendo a 17,4% do total de transações. As transações via celulares e smartphones apresentaram aumento de 126,7%, em 12 meses.

As receitas de prestação de serviços e tarifas totalizaram R$ 18,4 bilhões em 2014, evolução de 12,6% em relação ao ano anterior. Dessas, destacam-se os serviços bancários, com R$ 6,0 bilhões, aumento de 12,6% em doze meses.

Com o objetivo de atender às necessidades de seus clientes, a CAIXA, em parceria com o Grupo CAIXA Seguros, disponibiliza produtos como seguros de vida, residencial e auto, títulos de capitalização, previdência privada e consórcios, que movimentaram recursos de R$ 3,5 bilhões, valor 5,3% superior ao volume transacionado em 2013.

SERVIÇOS DE GOVERNO

A CAIXA, como principal agente operador dos programas sociais do Governo Federal, contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira. Em 2014, foram pagos cerca de 176,0 milhões de benefícios sociais, correspondendo a R$ 28,0 bilhões.

O principal programa de transferência de renda, Bolsa Família, pagou cerca de 161,7 milhões de benefícios no período, totalizando R$ 26,0 bilhões, aumento de 8,4% em doze meses.

Em relação aos programas voltados ao trabalhador, a Instituição foi responsável por realizar 173,5 milhões de pagamentos de benefícios em 2014, que totalizaram R$ 199,9 bilhões. Entre eles, o Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS, correspondendo a R$ 48,1 bilhões, evolução de 5,7% em comparação com o ano anterior.

As aposentadorias e pensões aos beneficiários do INSS totalizaram 66,3 milhões, somando R$ 67,4 bilhões, crescimento de 12,4%, em doze meses.

A arrecadação do FGTS atingiu R$ 104,7 bilhões e os saques, R$ 84,3 bilhões. No final do ano, o Fundo era composto por 132,7 milhões de contas ativas.

A CAIXA lançou campanha para adesão dos trabalhadores ao serviço de envio do extrato do FGTS via SMS. Atualmente, o serviço já é realizado para 2,7 milhões de trabalhadores em todo o Brasil.

Além de ser uma opção que incentiva a sustentabilidade, por reduzir a emissão de extratos em papel, o trabalhador tem a comodidade de receber a informação mais rápida sobre sua conta vinculada, sempre que ocorre alguma movimentação, seja depósito, saque ou rendimento.

O cidadão pode aderir ao serviço pelo endereço eletrônico www.fgts.caixa.gov.br ou pelo 0800 726 0207, opção 3.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

LOTERIAS
Os produtos e processos geridos pelas Loterias da CAIXA são mundialmente reconhecidos como de excelência e certificados quanto à segurança pela World Lottery Association – WLA (Associação Mundial de Loterias). Em 2014, a CAIXA passou a integrar, por meio de eleição direta, a segunda vice-presidência do Comitê Executivo dessa Associação para o período de 2015 a 2016. Com isso, as loterias brasileiras ganham maior destaque na entidade e aumentam a atuação e participação nas suas decisões.
A CAIXA também possui certificação em responsabilidade social corporativa e jogo responsável pela CIBELAE, associação formada por loterias de estado de países da América Latina, Portugal e Espanha. Dentre outras funções, a entidade fomenta a troca de experiência entre os países-membros, com o intercâmbio entre funcionários das diversas loterias, fortalece o papel do Estado como regulador e operador de loterias e apostas, além de promover debates em seminários e congressos sobre loterias.
Em 2014, a arrecadação das Loterias da CAIXA foi de R$ 13,5 bilhões, superior em 18,6% ao total arrecadado no ano anterior. Destaque aos produtos Timemania, Loteria Instantânea e Lotogol, que apresentaram aumentos respectivos de 68,8%, 27,7% e 24,2%, em relação a 2013.

Destinação das Loterias (em R$ milhões)	2012	2013	2014
Destinação Social	3.780	4.162	5.248
Prêmios	3.750	4.046	4.421
Tributos	933	1.009	1.131
Despesas de Custeio e Manutenção	2.028	2.198	2.733
Arrecadação Total	**10.490**	**11.415**	**13.533**

Além de alimentar os sonhos de milhões de apostadores por seus prêmios milionários, as Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento social. Dos valores arrecadados do portfólio de produtos das Loterias, no período, aproximadamente R$ 5,2 bilhões foram transferidos aos programas sociais do Governo Federal nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde.

PARTICIPAÇÕES ESTRATÉGICAS
A CAIXA Participações S/A – CAIXAPAR, fundada em 2009, subsidiária integral da Instituição, é parceira estratégica nos negócios através de participações em outras sociedades, atuando em setores da economia e em atividades complementares e similares aos negócios da Instituição.
As principais atividades estão relacionadas à prospecção de novos negócios, à gestão e à governança das participações societárias investidas, contribuindo para a expansão e a diversificação dos negócios da CAIXA.
Entre as empresas que constam da carteira de participações da CAIXAPAR, destacam-se: CAIXA Seguros, Banco PAN, Capgemini e Elo Serviços.

Composição da Carteira de Participações (em R$ milhões)	2012	2013	2014
CAIXA Seguros Holding S.A.	1.919	2.082	2.437
Banco PAN	802	495	1.021
Capgemini	299	269	237
Elo Serviços	11	13	15
Cia. Bras. de Securitização – CIBRASEC	8	7	7
Caixa Seguros Participações – CSP	-	41	-
Crescer	-	9	-
Branes	-	2	2
BIAPE	1	1	1
FGO – Fdo. Garantia de Operações	-	202	92
FGHAB – Fdo. Garantidor Hab. Popular	-	167	211
Fundo de Investim. em Participações	-	39	39
TECBAN	-	-	59
PAN Corretora	-	-	24
Outros Investimentos	239	14	43
TOTAL	**3.279**	**3.341**	**4.188**

ATUAÇÃO INTERNACIONAL
A atuação internacional da CAIXA está alinhada à expectativa do Governo Federal de apoiar tanto os brasileiros residentes no exterior quanto as instituições dos diversos países, por meio da oferta de serviços, produtos e o envio de remessas para o Brasil.
Com o auxílio do Programa de Remessas Internacionais, clientes residentes no exterior podem enviar recursos ao Brasil. O Programa captou, em 2014, R$ 383,9 milhões por meio dos bancos correspondentes (SWIFT) e dos bancos parceiros, valor 18,5% superior ao registrado em 2013.
No segmento de comércio exterior, a CAIXA realizou, em 2014, R$ 5,3 bilhões em operações de câmbio e capital de giro para financiamento à exportação. Destaca-se também, o incremento de 238,4% na contratação de operações de ACC/ACE em relação ao ano anterior, o que reflete o empenho da CAIXA no aumento da participação das empresas brasileiras no comércio internacional.
Em 2014, o serviço de saque do FGTS foi ampliado para atender brasileiros e estrangeiros residentes no exterior. Assim, passa a estar disponível para mais de 2,8 milhões de brasileiros que vivem no exterior, totalizando 41 postos consulares de atendimento.
Em abril, a CAIXA assinou Memorando de Entendimento com o Iwata Shinkin Bank - ISB com o objetivo de viabilizar operações de negócios com empresas japonesas que pretendem investir no Brasil. O acordo permitirá a realização de investimentos no Brasil por meio do ISB, por empresas e instituições de capital japonês, que resultem no fortalecimento dos vínculos comerciais entre o Brasil e Japão.
No âmbito da Cooperação Internacional, a CAIXA formalizou, em agosto, memorando de entendimento com o Escritório Regional da ONU, Habitat da América Latina e Caribe. O documento define a parceria entre as entidades para realização de intercâmbio de experiências e cooperação mútua em projetos de desenvolvimento urbano sustentável, cooperação técnica internacional e ações no âmbito do Programa Caixa Melhores Práticas em Gestão Local.
A CAIXA assinou também acordo de cooperação bilateral com o grupo público francês Caisse des Dépôts et Consignations, com validade de 2 anos, no qual as duas instituições preveem a troca de experiências nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação social, mercado imobiliário e oportunidades de negócios.

GOVERNANÇA CORPORATIVA
A CAIXA mantém a sua atuação visando tornar-se referência em práticas de governança corporativa, seja pelo Modelo de Gestão vigente, que tem a governança como um de seus componentes, seja pela adoção de práticas de gestão alinhadas a princípios como transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade social empresarial, conformidade, gestão estratégica de riscos e sustentabilidade, princípios que se concretizam em instrumentos variados de gestão, como o Código de Ética e as Políticas de Atuação da CAIXA.
A sua governança corporativa está estruturada em um sistema que privilegia a decisão colegiada ágil e descentralizada, mediante a instrumentalização da decisão estratégica, da organização dos níveis decisórios, da agenda de trabalho e da visão dos temas essenciais à gestão.
A CAIXA dispõe de colegiados e unidades específicas que executam as atribuições relativas à supervisão e fiscalização da gestão dos administradores da CAIXA, além dos órgãos de fiscalização e controle externos.
Como parte de seu sistema de governança, a Empresa dispõe de instrumentos que asseguram a inibição de conflitos de interesses entre suas diversas instâncias de gestão. Além das regras relativas à não participação dos Vice-Presidentes das áreas segregadas como membros do Conselho Diretor, o Estatuto da CAIXA contém outras regras de segregação de funções que devem ser observadas pelos órgãos de administração.
A CAIXA disponibiliza informações sobre a sua governança corporativa na página http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/governanca-corporativa.

CONTROLES INTERNOS
O Sistema de Controles Internos da CAIXA é composto por políticas, normas, padrões de conduta e cultura adotados pela Instituição para que alcance seus objetivos, forneça informações gerenciais e financeiras consistentes, tenha todas as suas atividades realizadas em conformidade com as leis, normas internas e externas, e reduza o risco de danos à sua imagem.
A Política de Controles Internos e Compliance da Instituição tem o objetivo de estabelecer princípios e diretrizes que promovam condições para assegurar a efetividade do seu Sistema de Controles Internos, estruturada de acordo com os cinco componentes do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO: ambiente de controle, avaliação de risco, atividades de controle e compliance, monitoramento, informação e comunicação.
A verificação do cumprimento da referida Política é realizada por meio do monitoramento do sistema, que consiste na avaliação de um conjunto de indicadores desenvolvidos a partir dos princípios e diretrizes da Política, mensurados e pontuados de forma a evidenciar o grau de maturidade dos controles internos da Instituição.
Das atividades de controle, destacam-se a prevenção à lavagem de dinheiro, o combate ao financiamento ao terrorismo e à corrupção. As diretrizes dessa atividade estão consolidadas na Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo.
Os modelos de avaliação dos riscos de mercado, de crédito e operacional são monitorados, para a conformidade e controle, observando as diretrizes, princípios e procedimentos aprovados pelo Comitê de Risco e Capital, bem como as normas externas publicadas pelo BACEN e Banco de Compensações Internacionais.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

O processo de registro de informações sobre as atividades de Controles Internos desenvolvidas pelas diversas unidades da Instituição encontra-se automatizado, subsidiando o monitoramento do sistema e a elaboração dos relatórios de controles internos para atendimento à Resolução CMN 2.554/1998, à Circular BACEN 3.467/2009 e ao Comunicado Técnico IBRACON 003/2010, bem como à Instrução CVM 505/2011.

GESTÃO DE RISCOS E CAPITAL

A gestão de riscos e capital da CAIXA está pautada em práticas de mercado e no cumprimento das normas do Conselho Monetário Nacional – CMN e Banco Central do Brasil – BACEN, realizada por meio de estruturas de gerenciamento compatíveis com a dimensão da exposição aos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez e demais riscos aos quais a CAIXA está exposta.

Essas estruturas são compostas por políticas, processos, práticas, procedimentos, modelos e sistemas adequados à natureza e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos pela Empresa.

As atividades de administração de risco são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

O controle do risco de crédito ocorre por meio do monitoramento de indicadores de atraso, perda, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos de carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros.

Com base no acompanhamento, observa-se que os indicadores de inadimplência, a provisão para devedores duvidosos e a perda da carteira se mantiveram dentro do esperado.

Em 2014, foram concluídas diversas ações que permitiram a melhoria na composição do capital da CAIXA, refletido no Patrimônio de Referência, quais sejam:

- Aprovação, pelo Banco Central do Brasil, da adequação de R$ 28,0 bilhões de seus Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida para Basileia III como Capital Principal;
- Negociação com o Conselho Curador do FGTS para conversão de R$ 10 bilhões de dívidas existentes em dívidas subordinadas elegíveis a capital de Nível II, das quais R$ 7,0 bilhões foram contratadas em 2014;
- Emissão de US$ 500 milhões em bônus elegível a capital de Nível II no exterior;
- Captação em Letras Financeiras Subordinadas – LFS elegíveis a capital de Nível II no mercado interno, totalizando R$ 228,9 milhões.

Nesse sentido, a CAIXA inovou como o banco brasileiro que realizou a primeira transação de bônus elegível a capital nível II de acordo com as regras Basileia III no mercado de capitais internacional.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A CAIXA possui Política Ambiental e de Responsabilidade Socioempresarial normatizadas e atua como indutora de práticas sustentáveis. Por meio do Fundo Socioambiental, desde 2010, a Instituição destina recursos correspondentes a até 2% do lucro para apoiar projetos e investimentos objetivando consolidar e ampliar a sua atuação no incentivo a ações que promovam o desenvolvimento sustentável.

Em 2014, o Fundo investiu R$ 14,6 milhões em projetos relacionados à gestão ambiental, geração de energia eólica e solar, trabalho e renda, cultura, saúde e educação, dentre outras áreas, beneficiando prioritariamente a população de baixa renda.

Entre os projetos apoiados pelo Fundo, destaca-se o projeto de geração de renda e energia cujo objetivo é auxiliar famílias de baixa renda por meio da instalação de sistemas de microgeração eólica e solar, além de promover o cooperativismo e a troca de experiências e soluções que maximizem a renda auferida pela geração de energia.

A CAIXA disponibiliza em seu site o Relatório de Sustentabilidade 2013, que apresenta dados com base em indicadores setoriais e de responsabilidade socioambiental. O Relatório pode ser acessado no endereço http://www1.caixa.gov.br/relatorio_sustentabilidade_2013.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A CAIXA investe em melhoria, inovação e aprimoramento dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação. Em 2014, foram aplicados R$ 1,9 bilhão em novas plataformas, expansão, aumento de capacidade, melhorias no desempenho e disponibilidade, manutenção e atualização do parque tecnológico.

Em novembro, foi realizada a última grande etapa de migração de dados e sistemas para o Centro Tecnológico Datacenter Cidade Digital, em Brasília. O ambiente de processamento do Datacenter Cidade Digital, considerado um dos mais modernos centros de processamento do País, integra as atividades que antes eram realizadas em outros sítios de tecnologia em várias partes do Brasil.

A próxima grande etapa do Projeto Alta Disponibilidade se dará a partir da entrega do Centro Tecnológico Caixa – CTC, que está em fase final de construção.

GESTÃO DE PESSOAS

Ao final dezembro de 2014, a CAIXA possuía em seu quadro de pessoal 101,5 mil empregados concursados e 16,3 mil estagiários e aprendizes. Foram contratados 3,9 mil empregados no último ano.

A folha de pessoal somou R$ 17,9 bilhões em 2014, contemplando os benefícios proporcionados aos colaboradores e seus dependentes no valor de R$ 2,2 bilhões, além das remunerações dos empregados somadas aos encargos.

Outro benefício que a Instituição oferece aos empregados é a possibilidade de complementar sua renda, após a aposentadoria, por meio de patrocínio a planos de benefício de previdência complementar administrados pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF.

Em 2014, a Fundação completou 37 anos de serviços prestados aos seus participantes e alcançou a participação de cerca de 99,4% do quadro de empregados ativos no período, com 137,0 mil associados no total. Desse número, 100,4 mil são ativos, 29,6 mil aposentados e 7,0 mil pensionistas.

Além dos diversos programas voltados à saúde e à segurança dos empregados, a Instituição busca integrar a educação corporativa à gestão do desempenho e das competências e à gestão do conhecimento, por meio de incentivos à capacitação, da criação e manutenção de sistemas e processos de disseminação do conhecimento e do desenvolvimento de habilidades. Durante o ano de 2014, a CAIXA investiu R$ 71,0 milhões em programas de capacitação e elevação de escolaridade.

APOIO À CULTURA E AO ESPORTE

A CAIXA, importante incentivadora do esporte brasileiro, atua em sintonia com as diretrizes do Governo Federal, e contempla em seu planejamento estratégico ações de marketing cultural orientadas para os seguintes aspectos: inclusão social, desenvolvimento humano, valores nacionais, democratização, descentralização e transparência.

Durante o ano de 2014, foram investidos cerca de R$ 89,4 milhões em 560 eventos culturais, incluindo os programas de ocupação cultural de seus espaços, artesanato, festivais, patrimônio, além de projetos em parceira com órgãos governamentais e eventos ligados à cultura popular.

Além disso, a CAIXA se destaca como importante patrocinadora do esporte brasileiro, investindo em modalidades de destaque no cenário nacional e internacional, como o patrocínio às Confederações Brasileiras de Atletismo, Ginástica, Lutas Olímpicas, Comitê Paraolímpico Brasileiro, os circuitos de corridas e corridas de rua em todo o País, além das Confederações Brasileiras de Ciclismo e tiro esportivo.

A Instituição também atua no futebol, patrocinando clubes, arenas e campeonatos. No segmento esportivo, foram investidos, aproximadamente, R$ 236,0 milhões em 2014.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Durante o ano de 2014 a CAIXA recebeu diversos prêmios e reconhecimentos que confirmam a sua importância junto aos seus clientes. Destaque para o ranking das marcas mais valiosas do mundo, publicado pela consultoria britânica Brand Finance, em que a CAIXA figurou entre as mais valiosas do segmento "bancos", em âmbito mundial.

A Instituição também recebeu o prêmio "Melhor Banco para Investir (MBI) na Categoria Renda Fixa". Idealizado pelo Centro de Estudos em Finanças da FGV, o MBI tem como objetivo premiar os bancos que ofereceram os melhores serviços e produtos de investimentos para os públicos de varejo e varejo seletivo.

Outra premiação recebida foi o Top Of Mind 2014 como a marca mais lembrada na categoria Caderneta de Poupança, em pesquisa anual do Instituto Datafolha. Com 50% das lembranças, a CAIXA atingiu o melhor desempenho da marca desde que a categoria foi criada, em 2002. O percentual é cinco vezes maior que o segundo colocado no ranking e seis pontos a mais em relação à edição passada.

A CAIXA também foi eleita a instituição de maior prestígio no setor financeiro do Brasil. A informação é da Revista Época Negócios, realizado pelo Grupo Troiano Branding. Além de eleita a marca de maior prestígio do setor, a CAIXA ainda ascendeu no ranking geral. Está entre as 10 empresas de maior prestígio do Brasil.

Além disso, a busca contínua pela excelência na gestão e operacionalização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS rendeu à CAIXA o reconhecimento do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade – PGQP, pelo quinto ano consecutivo.

De acordo com o ranking inédito elaborado pela agência de relações públicas Imagem Corporativa, das 100 maiores empresas brasileiras que participaram do ranking, a CAIXA é a segunda que melhor se comunica. Foram analisados 58 critérios relacionados às páginas das "salas de imprensa" das principais companhias listadas na edição de 2013 do ranking "Valor 1000", do jornal Valor Econômico. A avaliação incluiu itens como ritmo de atualização do conteúdo, integração com redes sociais, recursos multimídia e até acesso a informações básicas, como um número de telefone.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de reais)

ATIVO	Individual		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE	**513.203.252**	**400.149.115**	**514.548.403**	**400.931.075**
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	**13.242.976**	**11.480.407**	**13.242.976**	**11.480.407**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	**120.506.953**	**44.904.342**	**120.600.940**	**44.904.342**
Aplicações no mercado aberto	113.973.136	37.232.669	114.067.123	37.232.669
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.534.954	7.672.360	6.534.954	7.672.360
Provisões para perdas	(1.137)	(687)	(1.137)	(687)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	**119.936.329**	**112.639.473**	**120.997.389**	**113.261.241**
Carteira própria - livre	75.083.769	58.724.773	76.144.829	59.346.541
Vinculados a compromissos de recompra	41.152.003	53.649.345	41.152.003	53.649.345
Instrumentos financeiros derivativos	905.638	260.317	905.638	260.317
Vinculados ao Banco Central	-	-	-	-
Vinculados a prestação de garantias	2.794.919	5.038	2.794.919	5.038
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**93.879.294**	**86.740.369**	**93.879.294**	**86.740.369**
Pagamentos e recebimentos a liquidar	83.229	73.327	83.229	73.327
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	93.345.132	86.188.520	93.345.132	86.188.520
Correspondentes	450.933	478.522	450.933	478.522
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**561.884**	**593.239**	**561.884**	**593.239**
Recursos em trânsito de terceiros	192	220	192	220
Transferências internas de recursos	561.692	593.019	561.692	593.019
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	**129.249.192**	**104.418.611**	**129.249.192**	**104.418.611**
Setor público	4.518.988	3.817.686	4.518.988	3.817.686
Setor privado	138.256.038	109.483.015	138.256.038	109.483.015
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	748.074	585.312	748.074	585.312
Provisão para operações de créditos	(14.273.908)	(9.467.402)	(14.273.908)	(9.467.402)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	**34.268.440**	**38.317.229**	**34.458.544**	**38.477.421**
Créditos por avais e fianças honrados	29.185	26.042	29.185	26.042
Carteira de câmbio	2.506.525	686.732	2.506.525	686.732
Rendas a receber	2.778.664	2.019.622	2.971.952	2.180.487
Negociação e intermediação de valores	2.766	864	2.766	864
Créditos específicos	765.593	716.094	765.593	716.094
Diversos	28.443.766	35.143.263	28.440.582	35.142.590
Provisão para outros créditos	(258.059)	(275.388)	(258.059)	(275.388)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	**1.558.184**	**1.055.445**	**1.558.184**	**1.055.445**
Outros valores e bens	1.602.632	1.020.169	1.602.632	1.020.169
Provisões para perdas	(90.591)	(31.614)	(90.591)	(31.614)
Despesas antecipadas	46.143	66.890	46.143	66.890
NÃO CIRCULANTE	**551.471.544**	**458.326.241**	**550.135.001**	**457.394.261**
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	**46.995.168**	**50.026.983**	**46.995.168**	**50.026.983**
Carteira própria - livre	8.062.680	14.200.836	8.062.680	14.200.836
Vinculados a compromissos de recompra	36.289.543	31.542.429	36.289.543	31.542.429
Vinculados ao Banco Central	1.046	944	1.046	944
Vinculados a prestação de garantias	2.641.899	4.282.774	2.641.899	4.282.774
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**25.145.776**	**20.797.571**	**25.145.776**	**20.797.571**
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	25.145.776	20.797.571	25.145.776	20.797.571
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	**441.339.273**	**357.426.648**	**441.339.273**	**357.426.648**
Setor público	43.451.441	33.611.053	43.451.441	33.611.053
Setor privado	405.528.944	334.360.959	405.528.944	334.360.959
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	4.605.327	3.629.761	4.605.327	3.629.761
Provisão para operações de créditos	(12.246.439)	(14.175.125)	(12.246.439)	(14.175.125)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	**25.565.848**	**20.241.981**	**25.565.848**	**20.241.981**
Diversos	25.594.041	20.290.362	25.594.041	20.290.362
Provisão para outros créditos	(28.193)	(48.381)	(28.193)	(48.381)
PERMANENTE	**12.425.479**	**9.833.058**	**11.088.936**	**8.901.078**
INVESTIMENTOS (Nota 11)	**5.524.993**	**4.272.753**	**4.188.450**	**3.340.773**
Participações em coligadas e controladas:	5.215.229	3.897.399	3.878.686	2.965.419
- No país	5.214.610	3.896.611	3.878.067	2.964.631
- No exterior	619	788	619	788
Outros investimentos	499.753	455.720	499.753	455.720
Provisão para perdas	(189.989)	(80.366)	(189.989)	(80.366)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	**3.754.040**	**3.026.322**	**3.754.040**	**3.026.322**
Imóveis de uso	1.258.361	770.513	1.258.361	770.513
Reavaliações de imóveis de uso	739.998	743.272	739.998	743.272
Outras imobilizações de uso	6.709.767	5.667.682	6.709.767	5.667.682
Depreciações acumuladas	(4.954.086)	(4.155.145)	(4.954.086)	(4.155.145)
INTANGÍVEL (Nota 13)	**3.146.446**	**2.533.983**	**3.146.446**	**2.533.983**
Ativos intangíveis	4.262.780	3.617.578	4.262.780	3.617.578
Amortizações acumuladas	(1.116.334)	(1.083.595)	(1.116.334)	(1.083.595)
TOTAL	**1.064.674.796**	**858.475.356**	**1.064.683.404**	**858.325.336**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Individual		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE	**620.999.102**	**526.346.591**	**621.007.710**	**526.196.571**
DEPÓSITOS (Nota 14)	**341.760.050**	**304.015.240**	**341.467.033**	**303.729.806**
Depósitos à vista	27.013.964	25.170.971	27.013.964	25.170.971
Depósitos de poupança	236.836.068	209.573.848	236.836.068	209.573.848
Depósitos interfinanceiros	3.223.817	2.226.373	3.223.817	2.226.373
Depósitos a prazo	66.209.815	56.888.921	65.916.798	56.603.487
Depósitos especiais e de fundos e programas	8.476.386	10.155.127	8.476.386	10.155.127
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	**165.935.128**	**115.453.523**	**165.935.128**	**115.368.762**
Carteira própria	69.854.249	82.694.499	69.854.249	82.609.738
Carteira de terceiros	96.080.879	32.759.024	96.080.879	32.759.024
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	**45.743.859**	**43.595.248**	**45.743.859**	**43.595.248**
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	45.743.859	37.263.075	45.743.859	37.263.075
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	6.332.173	-	6.332.173
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**335.101**	**526.624**	**335.101**	**526.624**
Recebimentos e pagamentos a liquidar	319.759	507.669	319.759	507.669
Correspondentes	15.342	18.955	15.342	18.955
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**1.533.644**	**2.043.376**	**1.533.644**	**2.043.376**
Recursos em trânsito de terceiros	1.501.545	1.525.075	1.501.545	1.525.075
Transferências internas de recursos	32.099	518.301	32.099	518.301
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	**4.918.919**	**893.112**	**4.918.919**	**893.112**
Empréstimos no exterior	4.918.919	893.112	4.918.919	893.112
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	**2.090.507**	**2.124.038**	**2.090.507**	**2.124.038**
TESOURO NACIONAL – PIS	195.885	641.650	195.885	641.650
BNDES	334.821	618.401	334.821	618.401
FGTS	1.486.099	861.689	1.486.099	861.689
Outras	73.702	2.298	73.702	2.298
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	**53.718**	**89.171**	**53.718**	**89.171**
Instrumentos financeiros derivativos	53.718	89.171	53.718	89.171
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	**58.628.176**	**57.606.259**	**58.929.801**	**57.826.434**
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	342.885	264.352	342.884	264.352
Carteira de câmbio	342.662	39.318	342.662	39.318
Sociais e estatutárias	1.874.197	4.523.044	1.874.197	4.523.044
Fiscais e previdenciárias	1.750.362	1.993.050	2.044.388	2.212.856
Negociação e intermediação de valores	70.597	44.592	70.597	44.592
Recursos para destinação específica:	10.107.859	8.852.307	10.107.859	8.852.307
- Obrigações de operações com loterias	1.483.765	1.310.495	1.483.765	1.310.495
- Obrigações por fundos e programas sociais	8.074.813	7.268.366	8.074.813	7.268.366
- Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	549.281	273.446	549.281	273.446
Instrumentos híbridos de capital e dívida	1.900.636	-	1.900.636	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	851.580	842.957	851.580	842.957
Diversas	41.387.398	41.046.639	41.394.998	41.047.008
NÃO CIRCULANTE	**381.584.971**	**296.755.402**	**381.584.971**	**296.755.402**
DEPÓSITOS (Nota 14)	**77.578.706**	**57.039.948**	**77.578.706**	**57.039.948**
Depósitos interfinanceiros	440.060	127.189	440.060	127.189
Depósitos a prazo	77.138.646	56.912.759	77.138.646	56.912.759
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	**6.834.756**	**1.120.867**	**6.834.756**	**1.120.867**
Carteira própria	6.834.756	1.120.867	6.834.756	1.120.867
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	**92.005.218**	**40.227.746**	**92.005.218**	**40.227.746**
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	81.227.368	40.227.746	81.227.368	40.227.746
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	10.777.850	-	10.777.850	-
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	**531.120**	**2.338.821**	**531.120**	**2.338.821**
Empréstimos no exterior	531.120	2.338.821	531.120	2.338.821
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS-INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	**175.341.091**	**156.198.141**	**175.341.091**	**156.198.141**
TESOURO NACIONAL – PIS	584.695	17.912	584.695	17.912
BNDES	29.370.625	23.012.645	29.370.625	23.012.645
FGTS	143.547.345	131.870.736	143.547.345	131.870.736
Outras	1.838.426	1.296.848	1.838.426	1.296.848
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	**29.294.080**	**39.829.879**	**29.294.080**	**39.829.879**
Fiscais e previdenciárias	144.104	154.242	144.104	154.242
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	19.325.625	39.675.637	19.325.625	39.675.637
Diversas	9.824.351	-	9.824.351	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	**62.090.723**	**35.373.363**	**62.090.723**	**35.373.363**
Capital social:	22.054.802	22.054.802	22.054.802	22.054.802
- Capital de domiciliados no país	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000
- Capital a realizar	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)
Instrumento elegível ao capital principal	35.867.958	8.000.000	35.867.958	8.000.000
Reservas de capital	167	167	167	167
Reserva de reavaliação	408.392	392.929	408.392	392.929
Reservas de lucros	6.873.097	4.902.396	6.873.097	4.902.396
Ajuste de avaliação patrimonial	(3.113.693)	23.069	(3.113.693)	23.069
Lucros/Prejuízos Acumulados				
TOTAL	**1.064.674.796**	**858.475.356**	**1.064.683.404**	**858.325.336**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Em milhares de reais)

	Individual				Consolidado			
	2014		2013		2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	1º Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	**58.365.676**	**105.761.424**	**40.623.532**	**73.049.092**	**58.409.772**	**105.809.642**	**40.623.532**	**73.049.092**
Operações de crédito (Nota 8 (f))	35.919.247	66.348.709	25.668.444	46.493.678	35.919.247	66.348.709	25.668.444	46.493.678
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	15.334.117	28.626.519	10.530.574	17.096.125	15.378.213	28.674.737	10.530.574	17.096.125
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (j))	2.352.989	1.460.518	653.503	2.611.687	2.352.989	1.460.518	653.503	2.611.687
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	4.693.625	8.936.308	3.587.139	6.486.070	4.693.625	8.936.308	3.587.139	6.486.070
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	65.698	389.370	183.872	361.532	65.698	389.370	183.872	361.532
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	**(48.115.747)**	**(84.062.237)**	**(30.631.892)**	**(53.870.322)**	**(48.092.343)**	**(84.018.530)**	**(30.615.808)**	**(53.844.463)**
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b) e 16 (b))	(31.076.033)	(55.261.337)	(20.366.512)	(34.887.435)	(31.052.629)	(55.217.630)	(20.350.428)	(34.861.576)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (c))	(6.635.744)	(12.086.030)	(4.975.180)	(9.092.432)	(6.635.744)	(12.086.030)	(4.975.180)	(9.092.432)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	(1.329.934)	(1.029.957)	(263.267)	(448.753)	(1.329.934)	(1.029.957)	(263.267)	(448.753)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(2.348.044)	(2.529.252)	(157.927)	(251.067)	(2.348.044)	(2.529.252)	(157.927)	(251.067)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (j))	(6.725.992)	(13.155.661)	(4.869.006)	(9.190.635)	(6.725.992)	(13.155.661)	(4.869.006)	(9.190.635)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**10.249.929**	**21.699.187**	**9.991.640**	**19.178.770**	**10.317.429**	**21.791.112**	**10.007.724**	**19.204.629**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**(7.390.838)**	**(15.102.388)**	**(7.924.263)**	**(14.000.579)**	**(7.424.655)**	**(15.156.234)**	**(7.924.208)**	**(14.009.607)**
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	7.881.377	15.104.677	7.035.824	13.610.414	7.881.377	15.104.677	7.035.824	13.610.414
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	1.754.644	3.299.643	1.484.296	2.741.518	1.754.644	3.299.643	1.484.296	2.741.518
Despesas de pessoal (Nota 24)	(9.340.738)	(17.870.249)	(8.412.679)	(15.926.629)	(9.341.996)	(17.872.603)	(8.413.549)	(15.928.394)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(5.610.689)	(10.917.848)	(5.109.768)	(9.624.458)	(5.611.445)	(10.919.588)	(5.110.073)	(9.626.397)
Despesas tributárias (Nota 29)	(1.440.528)	(2.891.952)	(1.281.968)	(2.409.999)	(1.447.806)	(2.899.286)	(1.285.560)	(2.413.643)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	436.076	741.298	207.315	360.793	359.236	645.456	166.786	309.699
Outras receitas operacionais (Nota 26)	6.254.249	11.223.081	4.908.744	10.225.081	6.307.507	11.277.453	4.954.095	10.274.495
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(7.325.229)	(13.791.038)	(6.756.027)	(12.977.299)	(7.326.172)	(13.791.986)	(6.756.027)	(12.977.299)
RESULTADO OPERACIONAL	**2.859.091**	**6.596.799**	**2.067.377**	**5.178.191**	**2.892.774**	**6.634.878**	**2.083.516**	**5.195.022**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	**(328.760)**	**(614.650)**	**(4.951)**	**(19.650)**	**(328.760)**	**(614.650)**	**(4.951)**	**(19.650)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**2.530.331**	**5.982.149**	**2.062.426**	**5.158.541**	**2.564.014**	**6.020.228**	**2.078.565**	**5.175.372**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (c))	**2.015.000**	**2.304.446**	**2.203.339**	**2.628.137**	**1.981.317**	**2.266.367**	**2.187.200**	**2.611.306**
Tributos correntes	(5.420)	(877.614)	44.452	(548.571)	(38.792)	(915.390)	28.309	(565.408)
Ativo fiscal diferido	2.288.662	2.970.500	2.267.631	3.508.063	2.288.663	2.970.509	2.267.635	3.508.069
Passivo fiscal diferido	(268.242)	211.560	(108.744)	(331.355)	(268.554)	211.248	(108.744)	(331.355)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	**(843.013)**	**(1.194.810)**	**(682.995)**	**(1.063.306)**	**(843.013)**	**(1.194.810)**	**(682.995)**	**(1.063.306)**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**3.702.318**	**7.091.785**	**3.582.770**	**6.723.372**	**3.702.318**	**7.091.785**	**3.582.770**	**6.723.372**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	**22.054.802**	-	-	**423.165**	**1.669.327**	**1.023.737**	**(114.087)**		**25.056.944**
AJUSTES DE PRÁTICAS CONTÁBEIS (Nota 3 (s))							(584.217)	(426.446)	(1.010.663)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Nota 3 (s))	**22.054.802**	-	-	**423.165**	**1.669.327**	**1.023.737**	**(698.304)**	**(426.446)**	**24.046.281**
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		8.000.000							8.000.000
MOVIMENTAÇÃO GANHOS E PERDAS ATUARIAIS CPC 33(R1) (Nota 3 (s))							584.217		584.217
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							137.156		137.156
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				8.383					8.383
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(27.217)	(27.217)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(38.619)				38.619	
AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR								(1.234)	(1.234)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								6.723.372	6.723.372
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					336.169			(336.169)	
Reserva de Loterias (Reservas de Lucros)						526.699		(526.699)	
Reserva de Capital			167						167
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						1.346.464		(1.346.464)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(1.216.534)	(1.216.534)
Dividendos propostos								(2.881.228)	(2.881.228)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	**22.054.802**	**8.000.000**	**167**	**392.929**	**2.005.496**	**2.896.900**	**23.069**	-	**35.373.363**
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		27.867.958							27.867.958
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(3.136.762)		(3.136.762)
AJUSTES NA RESERVA DE REAVALIAÇÃO				22.410					22.410
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(6.947)				6.947	
RESERVA DE LUCROS – REVERSÃO						(1.441.901)			(1.441.901)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								7.091.785	7.091.785
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					319.830			(319.830)	
Reserva de Loterias (Reservas de Lucros)						704.654		(704.654)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						2.388.118		(2.388.118)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(1.298.567)	(1.298.567)
Dividendos propostos								(1.692.379)	(1.692.379)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(695.184)	(695.184)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	**22.054.802**	**35.867.958**	**167**	**408.392**	**2.325.326**	**4.547.771**	**(3.113.693)**	-	**62.090.723**
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	**22.054.802**	-	-	**413.750**	**1.826.357**	**1.236.581**	**(1.420.908)**	**1.501.970**	**25.612.552**
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		8.000.000							8.000.000
AJUSTES DE EXERCÍCIO ANTERIOR								(427.680)	(427.680)
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							1.443.977		1.443.977
DIVIDENDOS ANTECIPADOS 1º SEMESTRE								581.157	581.157
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				3.847					3.847
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(21.822)	(21.822)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(24.668)				24.668	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								3.582.770	3.582.770
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					179.139			(179.139)	
Reserva de Loterias (Reservas de Lucros)						313.856		(313.856)	
Reserva de Capital			167						167
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						1.346.464		(1.346.464)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(597.691)	(597.691)
Dividendos propostos								(2.803.913)	(2.803.913)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	**22.054.802**	**8.000.000**	**167**	**392.929**	**2.005.496**	**2.896.900**	**23.069**	-	**35.373.363**
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	**22.054.802**	**8.000.000**	**167**	**388.622**	**2.174.969**	**1.709.115**	**(209.255)**	**2.126.099**	**36.244.519**
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		27.867.958							27.867.958
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(2.904.438)		(2.904.438)
AJUSTES NA RESERVA DE REAVALIAÇÃO				24.399					24.399
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(4.629)				4.629	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								3.702.318	3.702.318
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					150.357			(150.357)	
Reserva de Loterias (Reservas de Lucros)						450.538		(450.538)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						2.388.118		(2.388.118)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(644.299)	(644.299)
Dividendos propostos								(1.602.992)	(1.602.992)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(596.742)	(596.742)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	**22.054.802**	**35.867.958**	**167**	**408.392**	**2.325.326**	**4.547.771**	**(3.113.693)**	-	**62.090.723**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

	Individual				Consolidado			
	2014		2013		2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS								
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**10.879.288**	**22.000.916**	**9.234.706**	**20.699.834**	**10.873.165**	**22.405.782**	**9.371.829**	**20.945.495**
Lucro Líquido	3.702.318	7.091.785	3.582.770	6.723.372	3.702.318	7.091.785	3.582.770	6.723.372
Ajustes ao Lucro Líquido:	7.176.970	14.909.131	5.651.936	13.976.462	7.170.847	15.313.997	5.789.059	14.222.123
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/Passivos)	(117.451)	882.489	(74.661)	1.595.866	(117.451)	882.489	(74.661)	1.595.866
(Ganho)/Perda em Investimentos	49.035	89.058	(76.544)	53.011	(34.239)	397.779	20.053	247.583
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	-	-	(308.777)	(88.485)	-	-	(308.777)	(88.485)
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	795.096	(6.355)	(15)	(15)	795.096	(6.355)	(15)	(15)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.012.244	13.441.913	5.192.775	9.514.404	7.012.244	13.441.913	5.192.775	9.514.404
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	419.290	838.586	533.428	885.420	419.290	838.586	533.428	885.420
Depreciações e Amortizações	751.926	1.474.152	597.504	1.169.280	751.926	1.474.152	597.505	1.169.281
Impostos Diferidos	(2.020.420)	(3.182.060)	(2.158.887)	(3.176.708)	(2.020.109)	(3.181.757)	(2.158.891)	(3.176.714)
Despesas com provisões para causas judiciais	394.495	879.801	686.059	1.058.865	394.495	879.801	686.059	1.058.865
Resultado de Participação em Coligadas	(436.076)	(741.298)	(207.315)	(360.793)	(359.236)	(645.456)	(166.786)	(309.699)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	328.831	1.232.845	1.468.369	3.325.617	328.831	1.232.845	1.468.369	3.325.617
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	**8.322.048**	**40.976.861**	**(29.586.235)**	**(52.046.749)**	**8.235.976**	**41.011.287**	**(29.636.791)**	**(52.169.086)**
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	282.130	1.137.856	10.141.154	(3.650.196)	282.130	1.137.856	10.141.154	(3.650.196)
(Aumento) Redução em TVM para negociação	787.721	(4.483.956)	388.878	(24.971.335)	787.721	(4.483.956)	388.878	(24.971.335)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(2.340.756)	(7.156.612)	(5.686.063)	(13.989.014)	(2.340.756)	(7.156.612)	(5.686.063)	(13.989.014)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(3.993.008)	(4.522.041)	(127.058)	(1.737.460)	(3.993.008)	(4.522.041)	(127.058)	(1.737.460)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	138.710	(478.377)	1.078.764	778.416	138.710	(478.377)	1.078.764	778.416
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(58.234.724)	(121.898.867)	(65.428.129)	(137.013.594)	(58.234.724)	(121.898.867)	(65.428.129)	(137.013.594)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(3.699.961)	1.620.730	(8.527.655)	(9.741.699)	(3.946.138)	1.590.515	(8.611.950)	(9.758.709)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(1.050.877)	(496.384)	6.308	(100.015)	(1.050.877)	(496.384)	6.308	(100.015)
(Redução) Aumento em Depósitos	27.570.656	58.283.568	17.866.761	41.275.092	27.740.389	58.275.985	17.855.053	40.989.788
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	26.847.110	56.195.494	(19.747.073)	22.466.412	26.936.118	56.280.255	(19.745.807)	22.581.060
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	26.710.910	53.926.083	18.903.245	34.819.800	26.710.910	53.926.083	18.903.245	34.819.800
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	(241.632)	(35.453)	88.647	88.632	(241.632)	(35.453)	88.647	88.632
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	5.287.675	21.327.525	20.704.235	37.773.372	5.287.675	21.327.525	20.704.235	37.773.372
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	(9.105.375)	(10.993.742)	894.676	2.603.326	(9.204.011)	(11.006.279)	938.857	2.668.655
Imposto de renda e contribuição social pagos	(636.531)	(1.448.963)	(142.925)	(648.486)	(636.531)	(1.448.963)	(142.925)	(648.486)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**19.201.336**	**62.977.777**	**(20.351.529)**	**(31.346.915)**	**19.109.141**	**63.417.069**	**(20.264.962)**	**(31.223.591)**
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS								
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	(1.986.273)	(1.237.068)	84.653	(234.286)	(1.894.078)	(1.676.360)	(1.914)	(357.610)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	(2.587.237)	(2.563.267)	(6.311.731)	(454.228)	(2.587.237)	(2.563.267)	(6.311.731)	(454.228)
Aquisição de Investimentos	(600.000)	(600.000)	-	-	(600.000)	(600.000)	-	-
Alienação de Imobilizado de Uso	7.356	6.432	13.742	86.228	7.356	6.432	13.742	86.228
Aquisição de Imobilizado de Uso	(901.239)	(1.559.701)	(683.844)	(1.455.260)	(901.239)	(1.559.701)	(683.844)	(1.455.260)
Baixa de Intangível	284.319	295.083	14.946	14.946	284.319	295.083	14.946	14.946
Aquisição de Intangível	(1.171.277)	(1.556.147)	(504.102)	(997.409)	(1.171.277)	(1.556.147)	(504.102)	(997.409)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(6.954.351)**	**(7.214.668)**	**(7.386.336)**	**(3.040.009)**	**(6.862.156)**	**(7.653.960)**	**(7.472.903)**	**(3.163.333)**
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS								
Captação/resgate de instrumento híbrido de capital e dívida	27.867.958	27.867.958	-	8.000.000	27.867.958	27.867.958	-	8.000.000
Dividendos complementares dos exercícios de 2012 e 2013	-	(1.441.901)	-	-	-	(1.441.901)	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	(2.148.848)	(2.990.946)	(2.820.447)	(4.097.762)	(2.148.848)	(2.990.946)	(2.820.447)	(4.097.762)
Remuneração IHCD	(695.184)	(695.184)	-	-	(695.184)	(695.184)	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**25.023.926**	**22.739.927**	**(2.820.447)**	**3.902.238**	**25.023.926**	**22.739.927**	**(2.820.447)**	**3.902.238**
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**37.270.911**	**78.503.036**	**(30.558.312)**	**(30.484.686)**	**37.270.911**	**78.503.036**	**(30.558.312)**	**(30.484.686)**
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA								
Caixa e Equivalentes no início do período	41.232.125	48.713.076	79.271.388	79.197.762	41.232.125	48.713.076	79.271.388	79.197.762
Caixa e Equivalentes no fim do período	78.503.036	127.216.112	48.713.076	48.713.076	78.503.036	127.216.112	48.713.076	48.713.076
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**37.270.911**	**78.503.036**	**(30.558.312)**	**(30.484.686)**	**37.270.911**	**78.503.036**	**(30.558.312)**	**(30.484.686)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de reais)

	Individual								Consolidado							
	2014				2013				2014				2013			
DESCRIÇÃO	2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício	
	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
1. RECEITAS	**65.871.261**		**120.588.558**		**49.178.440**		**90.230.335**		**65.968.614**		**120.691.146**		**48.960.523**		**90.016.481**	
Intermediação financeira	57.035.742		104.731.467		40.623.532		72.863.606		57.079.838		104.779.685		40.360.265		72.600.339	
Prestação de serviços com tarifas	9.636.021		18.404.320		8.520.121		16.351.933		9.636.020		18.404.319		8.520.121		16.351.933	
Provisão para devedores duvidosos – constituição	(6.725.992)		(13.155.661)		(4.869.006)		(9.190.635)		(6.725.992)		(13.155.661)		(4.869.006)		(9.190.635)	
Outras	5.925.490		10.608.432		4.903.793		10.205.431		5.978.748		10.662.803		4.949.143		10.254.844	
2. DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**40.059.821**		**69.876.619**		**25.762.886**		**44.494.201**		**40.036.417**		**69.832.912**		**25.483.535**		**44.205.075**	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**11.496.634**		**21.896.257**		**10.671.241**		**20.281.464**		**11.498.333**		**21.898.943**		**10.671.545**		**20.283.402**	
Materiais, energia e outros	1.137.820		2.221.916		1.055.016		2.047.939		1.137.881		2.222.070		1.055.113		2.048.664	
Processamento de dados e comunicações	1.011.813		1.915.588		875.135		1.711.781		1.011.813		1.915.588		875.135		1.711.781	
Propaganda, publicidade e promoções	471.822		870.851		503.697		794.000		471.822		870.851		503.697		794.000	
Serviços de terceiros e especializados	1.126.947		2.227.562		1.045.618		1.969.464		1.127.642		2.229.147		1.045.825		1.970.677	
Serviços de vigilância e segurança	423.003		869.301		435.747		780.980		423.003		869.301		435.747		780.980	
Outras	7.325.229		13.791.039		6.756.028		12.977.300		7.326.172		13.791.986		6.756.028		12.977.300	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	1.378.394		2.536.777		728.546		1.415.508		1.378.394		2.536.777		728.546		1.415.508	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	1.152.844		2.175.340		1.012.758		2.015.174		1.152.844		2.175.340		1.012.758		2.015.174	
- Descontos de operações de crédito	420.272		560.654		229.435		391.357		420.272		560.654		229.435		391.357	
- Despesas com cartão de crédito/débito	742.429		1.298.523		579.512		1.035.228		742.429		1.298.523		579.512		1.035.228	
- Benefício pós-emprego	419.290		862.739		533.428		885.420		419.290		862.739		533.428		885.420	
- Provisões operacionais diversas	1.868.927		3.838.761		2.790.767		5.566.720		1.868.927		3.838.761		2.790.767		5.566.720	
- Demais	1.343.073		2.518.245		881.582		1.667.893		1.344.016		2.519.192		881.582		1.667.893	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	**14.314.806**		**28.815.682**		**12.744.313**		**25.454.670**		**14.433.864**		**28.959.291**		**12.805.443**		**25.528.004**	
5. RETENÇÕES	**752.026**		**1.474.252**		**597.504**		**1.169.280**		**752.026**		**1.474.252**		**597.504**		**1.169.280**	
Depreciação, amortização e exaustão	752.026		1.474.252		597.504		1.169.280		752.026		1.474.252		597.504		1.169.280	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	**13.562.780**		**27.341.430**		**12.146.809**		**24.285.390**		**13.681.838**		**27.485.039**		**12.207.939**		**24.358.724**	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**436.076**		**741.298**		**207.315**		**360.793**		**359.236**		**645.456**		**166.786**		**309.699**	
Resultado da equivalência patrimonial	436.076		741.298		207.315		360.793		359.236		645.456		166.786		309.699	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	**13.998.856**		**28.082.728**		**12.354.124**		**24.646.183**		**14.041.074**		**28.130.495**		**12.374.725**		**24.668.423**	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**13.998.856**	**100,00**	**28.082.728**	**100,00**	**12.354.124**	**100,00**	**24.646.183**	**100,00**	**14.041.074**	**100,00**	**28.130.495**	**100,00**	**12.374.725**	**100,00**	**24.668.423**	**100,00**
Pessoal	8.927.131	63,77	16.628.038	59,21	7.972.044	64,53	14.851.063	60,26	8.928.390	63,59	16.630.394	59,12	7.972.914	64,43	14.852.828	60,21
- Remuneração direta	6.687.119		12.353.412		6.023.495		11.150.744		6.688.316		12.355.653		6.024.325		11.152.423	
- Benefícios	1.830.917		3.482.839		1.588.307		3.011.696		1.830.917		3.482.839		1.588.307		3.011.696	
- FGTS	409.095		791.787		360.242		688.623		409.157		791.902		360.282		688.709	
Impostos, taxas e contribuições	682.148	4,87	3.024.527	10,77	202.259	1,64	1.920.735	7,79	723.107	5,15	3.069.938	10,91	221.990	1,79	1.941.209	7,87
- Federais	403.423		2.451.150		(53.215)		1.386.755		443.774		2.495.953		(33.484)		1.407.222	
- Estaduais	215		649		160		618		215		649		160		618	
- Municipais	278.510		572.728		255.314		533.362		279.118		573.336		255.314		533.369	
Remuneração de capitais de terceiros	687.259	4,91	1.338.378	4,77	597.051	4,83	1.151.014	4,67	687.259	4,89	1.338.378	4,76	597.051	4,82	1.151.014	4,67
- Aluguéis	687.259		1.338.378		597.051		1.151.014		687.259		1.338.378		597.051		1.151.014	
Remuneração de capitais próprios	2.844.033	20,32	3.686.130	13,13	3.401.604	27,53	4.097.762	16,63	2.844.033	20,26	3.686.130	13,10	3.401.604	27,49	4.097.763	16,61
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	2.247.291		2.990.946		3.401.604		4.097.762		2.247.291		2.990.946		3.401.604		4.097.763	
- Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital	596.742		695.184		-		-		596.742		695.184		-		-	
Lucros retidos	858.285	6,13	3.405.655	12,13	181.166	1,47	2.625.609	10,65	858.285	6,11	3.405.655	12,11	181.166	1,46	2.625.609	10,64

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários. Inclui ainda a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito.

Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio da Caixa Seguros Holding S/A, uma investida da subsidiária Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR.

Como forma de financiamento de longo prazo de suas operações, a CAIXA emite títulos de dívida no mercado internacional por meio de Notas Sêniors e de Bônus Subordinados elegíveis a compor o Capital de Nível II sob as regras de Basileia III.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação. Sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

Conforme Lei n° 11.908/2009, a fim de cumprir seu objeto social, a CAIXA está autorizada a constituir empresas subsidiárias, integrais ou controladas para cumprir seu objeto social, por meio de sua subsidiária integral CAIXAPAR.

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

(a) Contexto

As demonstrações contábeis individuais (INDIVIDUAL) e consolidadas (CONSOLIDADO) da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 10 de fevereiro de 2015 e pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2015.

A reclassificação entre circulante e não circulante referente aos saldos da emissão externa de títulos de dívida, créditos tributários e devedores por depósitos em garantia nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014 não apresenta materialidade para reclassificação do período comparativo de 31 de dezembro de 2013.

(b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis n° 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e n° 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis n° 11.638/07 e n° 11.941/09, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; a ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas, e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

(c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas, que incluem a CAIXA e sua subsidiária CAIXAPAR, foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da subsidiária adquirida ou alienada durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação na investida. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As principais empresas de que a CAIXA detém participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas na Nota 11.

(d) Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas

Carteira de participações societárias CAIXAPAR

Descrição	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
Banco PAN	262.164.544	112.732.358	49,00	40,35
Branes	37.250.186	-	37,25	37,25
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.278.822	-	48,21	48,21
Capgemini	63.764.544	-	24,19	22,05
Cia. Brasileira de Securitização – CIBRASEC	6.000	-	9,09	9,09
Crescer	17.640.000	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.779	837.031.603	0,01	33,33
TECBAN	375.508.013	-	10,00	10,00
PAN Corretora	149.940	-	49,00	49,00

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(b) Apuração do resultado
Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.
As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa
Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa.
Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis. Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.
A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa são apresentados na Nota 4.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável. Nas operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.
A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

(e) Títulos e valores mobiliários
São inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.
A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição, e suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo.
O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:
• **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativa e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;
• **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
• **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado, quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria são acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.
Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados pro rata dia, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.
A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:
- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;
- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.
A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

(f) Instrumentos financeiros derivativos
A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e de câmbio em moeda estrangeira detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil, contabilizados conforme a Circular BACEN n° 3.082/2002.
Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.
Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.
Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:
• ***Hedge de Risco de Mercado:*** Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
• ***Hedge de Fluxo de Caixa:*** A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.
Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.
A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.
A CAIXA aplica a metodologia de hedge contábil e classifica os instrumentos financeiros derivativos na categoria hedge de risco de mercado. As variações no valor justo desses derivativos designados e qualificados como hedge de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto ajusta o valor escriturado do item coberto em contrapartida ao resultado do período. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização, o ajuste no valor contábil, avaliado ao custo, de um item protegido por hedge é amortizado no resultado durante o período até o vencimento do instrumento financeiro. Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.
A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6 (e) e (f).

(g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros
O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.
O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.
Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 33.

(h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo em dobro(1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

(1) Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60° dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas por, no mínimo, cinco anos em contas de compensação.
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos relevantes novos justificarem a mudança do nível de risco, ocorrerá a reclassificação da operação para a categoria de menor risco.
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.
A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.
As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa, são apresentados na Nota 8.

(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n° 3.355/2006.
Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.
A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A CSLL é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.
A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

(j) Despesas antecipadas
As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente quando se correlacionarem às receitas (Nota 10).

(k) Investimentos
Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição.
Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN. A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.

(l) Imobilizado de uso
O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e depreciados pelo método linear sem valor residual.
A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	25 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.
Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.
As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.
Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado. Os custos de serviços diários de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão de obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.
A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização estão apresentados na Nota 12.

(m) Intangível
O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir do qual a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme estabelecem as Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 3.642/2008.

Eles podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de software e de aquisição de folhas de pagamento.

Os intangíveis relacionados à aquisição de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica 'depreciação e amortização', em outras despesas administrativas, e possuem as seguintes taxas de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – *software*	5 anos
Aquisição de folha de pagamento	Até 5 anos

A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

(n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a CAIXA verifica o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, tais como *softwares* em desenvolvimento, e dos ágios na aquisição de investimentos. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda ou valor de realização deduzido das respectivas despesas, ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

A CAIXA não apresenta redução ao valor recuperável em ativos classificados como imobilizados de uso.

(o) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata dia*.

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses têm seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

Para as operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, considerando tratar-se de taxa prefixada, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente, conforme detalhamento na Nota 15 (b).

(p) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

• **Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;

• **Passivos contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa com uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas;

• **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independentemente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

(q) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 695/2012.

No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício, bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado, é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição variável, durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo contribuição definida. Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo benefício definido, devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e a cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

A Deliberação CVM nº 695/2012 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados e estabeleceu para os planos de benefício definido alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego, como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

juros remuneratórios dos ativos dos planos. A adoção do Pronunciamento ocorreu a partir de 1 de janeiro de 2013 e implicou o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta "outros ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.
O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 32.

(r) Outros ativos e passivos
Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base *pro rata dia* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata dia*.

(s) Reapresentação de Saldos Comparativos
O valor de abertura da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 31/12/2012 apresentado para fins de comparação foi ajustado e está sendo reapresentado em razão de mudanças de práticas contábeis conforme discriminação a seguir:
Mudança de prática contábil – Benefícios a Empregados
Até 31 de dezembro de 2012, o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o "método do corredor". A partir de 2013, foi aplicada a norma revisada do CPC 33 (R1), onde os eventuais ganhos/perdas atuariais passaram a ser reconhecidos, respectivamente, como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis, tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido.
Mudança de prática contábil – Contas Encerradas por Inconformidades Cadastrais
Em novembro de 2013, a CAIXA recepcionou ofício, emitido pelo BACEN, contendo orientação específica para tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais. O atendimento ao estipulado implicou a ocorrência de mudança da política contábil adotada pela CAIXA referente ao tratamento conferido ao saldo dessas contas.
Anteriormente ao recebimento do ofício, a CAIXA classificava o saldo oriundo das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais como passivos contingentes devido à remota possibilidade de desembolsos futuros desses valores, que dessa forma eram reconhecidos em resultado em contrapartida à baixa do passivo. Todavia, com o advento da orientação do regulador, os valores em questão passaram a ser reconhecidos em rubricas contábeis representativas de depósitos.
Em cumprimento aos procedimentos previstos no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a nova prática contábil foi aplicada de forma retrospectiva e os efeitos de sua alteração foram reconhecidos em contrapartida ao patrimônio líquido, sendo os saldos comparativos recompostos para fins de apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias.
Os efeitos nas contas patrimoniais de 31/12/2012 relativos à aplicação do CPC 33 (R1) e da mudança de prática contábil referente ao tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais são demonstrados a seguir, destacando-se que os impactos dos ajustes do CPC 33 (R1) na base de créditos tributários são imateriais, considerando a realização em 10 anos.

Descrição	31/12/2012					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
Ativo	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Circulante	350.905.556	351.547.176	312.626	312.626	351.218.182	351.859.802
Outros créditos	29.091.187	29.234.363	312.626	312.626	29.403.813	29.546.989
Diversos[1]	26.779.048	26.781.887	312.626	312.626	27.091.674	27.094.513
Não circulante	352.034.110	351.347.795	-	-	352.034.110	351.347.795
Total do Ativo	**702.939.666**	**702.894.971**			**703.252.292**	**703.207.597**
Passivo e Patrimônio Líquido	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Circulante	442.342.112	442.297.417	1.323.289	1.323.289	443.665.401	443.620.706
Depósitos	279.990.109	279.989.979	739.072	739.072	280.729.181	280.729.051
Depósitos à vista[2]	27.381.103	27.381.099	4.468	4.468	27.385.571	27.385.567
Depósitos de poupança[2]	175.566.036	175.566.036	732.586	732.586	176.298.622	176.298.622
Depósitos especiais e de fundos e programas[2]	9.265.546	9.265.546	2.018	2.018	9.267.564	9.267.564
Outras obrigações	50.374.218	50.529.062	584.217	584.217	50.958.435	51.113.279
Diversas[3]	34.081.591	34.081.866	584.217	584.217	34.665.808	34.666.083
Não circulante	235.540.610	235.540.610	-	-	235.540.610	235.540.610
Patrimônio líquido	25.056.944	25.056.944	(1.010.663)	(1.010.663)	24.046.281	24.046.281
Ajuste de avaliação patrimonial[3][4]	(114.087)	(114.087)	(584.217)	(584.217)	(698.304)	(698.304)
Lucros acumulados[5]	-	-	(426.446)	(426.446)	(426.446)	(426.446)
Total do Passivo e PL	**702.939.666**	**702.894.971**			**703.252.292**	**703.207.597**

[1] Impostos a compensar e créditos tributários relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas.
[2] Reconhecimento de passivos relativo à mudança de prática contábil das contas encerradas.
[3] Ajustes pela mudança de prática de benefícios a empregados.
[4] Em março de 2013, foi registrado R$ 233.687 a título de efeito tributário sobre o ajuste pela prática de benefícios a empregados, que foi revertido em dezembro de 2013.
[5] Impactos relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas, líquidos dos efeitos tributários.

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Total de Disponibilidades (caixa)	13.242.976	11.480.407
Disponibilidade em moeda nacional	8.572.363	8.208.226
Disponibilidade em moeda estrangeira	4.670.613	3.272.181
Aplicações interfinanceiras de liquidez[1]	113.973.136	37.232.669
Total	**127.216.112**	**48.713.076**

[1] Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Aplicações no mercado aberto – posição bancada – Notas do Tesouro Nacional", que em 31/12/2014 apresenta o montante de R$ 93.987 na demonstração consolidada.

INDIVIDUAL				
Descrição	**1 a 90 dias**	**91 a 180 dias**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Aplicações no mercado aberto				
- posição bancada	17.862.468	-	17.862.468	4.473.645
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	100.997
Letras do Tesouro Nacional	17.862.468	-	17.862.468	2.637.397
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	1.735.251
Aplicações no mercado aberto				
- posição financiada	96.110.668	-	96.110.668	32.759.024
Letras Financeiras do Tesouro	6.878.300	-	6.878.300	11.103.849
Letras do Tesouro Nacional	34.770.744	-	34.770.744	10.315.230
Notas do Tesouro Nacional	54.461.624	-	54.461.624	11.339.945
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.910.105	623.712	6.533.817	7.671.673
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.855.642	120.007	5.975.649	7.672.360
Aplicações em depósitos interfinanceiros - Crédito Rural[1]	55.600	503.705	559.305	-
Provisão para Perdas em Aplicação em DI	(1.137)	-	(1.137)	(687)
Total - ativo circulante	**119.883.241**	**623.712**	**120.506.953**	**44.904.342**

[1] Inclui acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações firmado entre a CAIXA e o Banco SICRED, no montante de R$ 151.283 em 31/12/2014, conforme Resolução CMN nº 3.263/05.

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez
Compõe "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" na Demonstração do Resultado.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	**2014**		**2013**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Rendas de aplicações no mercado aberto	7.673.076	12.377.998	3.975.378	6.918.465
Posição bancada	1.244.811	1.863.332	483.757	1.476.740
Posição financiada	6.428.265	10.514.666	3.491.621	5.441.725
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	309.224	599.929	189.592	296.056
Total	**7.982.300**	**12.977.927**	**4.164.970**	**7.214.521**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Composição

INDIVIDUAL

Descrição	Carteira Própria - Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos Públicos – Brasil	74.754.512	69.633.416	5.436.818	1.046	-	149.825.792
Letras Financeiras do Tesouro	338.922	-	-	-	-	338.922
Letras do Tesouro Nacional	65.313.887	41.256.271	5.434.275	1.046	-	112.005.479
Notas do Tesouro Nacional	9.092.957	28.377.145	2.543	-	-	37.472.645
Tesouro Nacional/ Securitização	8.746	-	-	-	-	8.746
Títulos – Empresas	8.391.937	7.808.130	-	-	-	16.200.067
Debêntures	624.961	7.277.413	-	-	-	7.902.374
Letras de Crédito Imobiliário	259.096	-	-	-	-	259.096
Letras Financeiras	219.074	-	-	-	-	219.074
Cotas de Fundos	141.836	-	-	-	-	141.836
Certificado de Recebíveis Imobiliários	478.062	530.717	-	-	-	1.008.779
Ações	6.668.908	-	-	-	-	6.668.908
Outros	-	-	-	-	905.638	905.638
Total em 31/12/2014	**83.146.449**	**77.441.546**	**5.436.818**	**1.046**	**905.638**	**166.931.497**
Total em 31/12/2013	**72.925.609**	**85.191.774**	**4.287.812**	**944**	**260.317**	**162.666.456**

CONSOLIDADO

Descrição	Carteira Própria - Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos Públicos – Brasil	74.754.512	69.633.416	5.436.818	1.046	-	149.825.792
Letras Financeiras do Tesouro	338.922	-	-	-	-	338.922
Letras do Tesouro Nacional	65.313.887	41.256.271	5.434.275	1.046	-	112.005.479
Notas do Tesouro Nacional	9.092.957	28.377.145	2.543	-	-	37.472.645
Tesouro Nacional/ Securitização	8.746	-	-	-	-	8.746
Títulos – Empresas	9.452.997	7.808.130	-	-	-	17.261.127
Debêntures	624.961	7.277.413	-	-	-	7.902.374
Letras de Crédito Imobiliário	259.096	-	-	-	-	259.096
Letras Financeiras	219.074	-	-	-	-	219.074
Cotas de Fundos	455.260	-	-	-	-	455.260
Certificado de Recebíveis Imobiliários	478.062	530.717	-	-	-	1.008.779
Ações	7.416.544	-	-	-	-	7.416.544
Outros	-	-	-	-	905.638	905.638
Total em 31/12/2014	**84.207.509**	**77.441.546**	**5.436.818**	**1.046**	**905.638**	**167.992.557**
Total em 31/12/2013	**73.547.377**	**85.191.774**	**4.287.812**	**944**	**260.317**	**163.288.224**

(b) Classificação da carteira por prazo

INDIVIDUAL

Posição em 31/12/2014 Descrição	Custo	Ajuste Resultado(1)	Ajuste Patrimônio líquido(2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	1 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos Públicos – Brasil	151.398.910	(1.572.172)	(946)	149.825.792	149.841.072	-	19.119.550	21.467.550	5.649.891	103.588.801
Letras Financeiras do Tesouro	338.741	181	-	338.922	338.922	-	5.034	-	7.028	326.860
Letras do Tesouro Nacional	113.568.838	(1.563.359)	-	112.005.479	111.881.708	-	18.904.846	17.127.289	5.642.863	70.330.481
Notas do Tesouro Nacional	37.479.241	(8.994)	2.398	37.472.645	37.611.696	-	209.670	4.340.261	-	32.922.714
Tesouro Nacional/Securitização	12.090	-	(3.344)	8.746	8.746	-	-	-	-	8.746
Títulos – Empresas	18.686.254	44.362	(2.530.549)	16.200.067	16.198.554	6.810.744	159.728	34.927	83.003	9.111.665
Debêntures	7.873.526	44.346	(15.498)	7.902.374	7.902.374	-	16.241	-	-	7.886.133
Letras de Crédito Imobiliário	259.069	-	27	259.096	259.096	-	89.651	34.927	-	134.518
Letras Financeiras	219.038	-	36	219.074	219.074	-	53.836	-	83.003	82.235
Cotas de Fundos	141.836	-	-	141.836	141.836	141.836	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	929.386	16	79.377	1.008.779	1.007.266	-	-	-	-	1.008.779
Ações	9.263.399	-	(2.594.491)	6.668.908	6.668.908	6.668.908	-	-	-	-
Total – TVM	**170.085.164**	**(1.527.810)**	**(2.531.495)**	**166.025.859**	**166.039.626**	**6.810.744**	**19.279.278**	**21.502.477**	**5.732.894**	**112.700.466**
Para negociação (3)	103.225.746	(1.527.810)	-	101.697.936	101.697.936	19.596	13.195.866	17.127.289	5.649.891	65.705.294
Disponíveis para Venda	17.571.304	-	(2.531.495)	15.039.809	15.039.809	6.791.148	143.487	34.927	83.003	7.987.244
Mantidos até o Vencimento (4)	49.288.114	-	-	49.288.114	49.301.881	-	5.939.925	4.340.261	-	39.007.928
Instrumentos Financeiros Derivativos	**905.638**	-	-	**905.638**	**905.638**	-	**48.955**	**54.979**	**80.075**	**721.629**
Total – TVM e Derivativos	**170.990.802**	**(1.527.810)**	**(2.531.495)**	**166.931.497**	**166.945.264**	**6.810.744**	**19.328.233**	**21.557.456**	**5.812.969**	**113.422.095**

(1) Ajuste a Valor de Mercado no resultado;

(2) Ajuste a Valor de Mercado no Patrimônio Líquido. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (1.448.268); 31/12/2013 – (470.697); líquido dos efeitos tributários.

(3) Os títulos da categoria Para Negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(4) Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

CONSOLIDADO

Posição em 31/12/2014 Descrição	Custo	Ajuste Resultado(1)	Ajuste Patrimônio líquido(2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	1 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos Públicos	151.398.910	(1.572.172)	(946)	149.825.792	149.841.072	-	19.119.550	21.467.550	5.649.891	103.588.801
Letras Financeiras do Tesouro	338.741	181	-	338.922	338.922	-	5.034	-	7.028	326.860
Letras do Tesouro Nacional	113.568.838	(1.563.359)	-	112.005.479	111.881.708	-	18.904.846	17.127.289	5.642.863	70.330.481
Notas do Tesouro Nacional	37.479.241	(8.994)	2.398	37.472.645	37.611.696	-	209.670	4.340.261	-	32.922.714
Tesouro Nacional/Securitização	12.090	-	(3.344)	8.746	8.746	-	-	-	-	8.746
Títulos – Empresas	19.031.496	44.362	(1.814.731)	17.261.127	17.259.614	7.871.804	159.728	34.927	83.003	9.111.665
Debêntures	7.873.526	44.346	(15.498)	7.902.374	7.902.374	-	16.241	-	-	7.886.133
Letras de Crédito Imobiliário	259.069	-	27	259.096	259.096	-	89.651	34.927	-	134.518
Letras Financeiras	219.038	-	36	219.074	219.074	-	53.836	-	83.003	82.235
Cotas de Fundos	455.260	-	-	455.260	455.260	455.260	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	929.386	16	79.377	1.008.779	1.007.266	-	-	-	-	1.008.779
Ações	9.295.217	-	(1.878.673)	7.416.544	7.416.544	7.416.544	-	-	-	-
Total – TVM	**170.430.406**	**(1.527.810)**	**(1.815.677)**	**167.086.919**	**167.100.686**	**7.871.804**	**19.279.278**	**21.502.477**	**5.732.894**	**112.700.466**
Para negociação(3)	103.225.746	(1.527.810)	-	101.697.936	101.697.936	19.596	13.195.866	17.127.289	5.649.891	65.705.294
Disponíveis para Venda	17.916.546	-	(1.815.677)	16.100.869	16.100.869	7.852.208	143.487	34.927	83.003	7.987.244
Mantidos até o Vencimento(4)	49.288.114	-	-	49.288.114	49.301.881	-	5.939.925	4.340.261	-	39.007.928
Instrumentos Financeiros Derivativos	**905.638**	-	-	**905.638**	**905.638**	-	**48.955**	**54.979**	**80.075**	**721.629**
Total – TVM e Derivativos	**171.336.044**	**(1.527.810)**	**(1.815.677)**	**167.992.557**	**168.006.324**	**7.871.804**	**19.328.233**	**21.557.456**	**5.812.969**	**113.422.095**

(1) Ajuste a Valor de Mercado no resultado;

(2) Ajuste a Valor de Mercado no Patrimônio Líquido. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (732.450) - 31/12/2013 – (179.176); líquido dos efeitos tributários.

(3) Os títulos da categoria Para Negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(4) Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Os papéis que compõem a carteira de TVM da CAIXA não foram reclassificados entre as categorias I, II e III, nos períodos apresentados.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2014								31/12/2013		
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado(1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado(1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	13.179.625	17.127.289	5.649.891	64.708.371	102.237.348	(1.572.172)	100.665.176	100.473.254	(1.774.312)	98.698.942
LFT	-	5.034	-	7.028	326.860	338.741	181	338.922	1.625.709	(9)	1.625.700
LTN	-	12.964.921	17.127.289	5.642.863	61.993.765	99.292.197	(1.563.359)	97.728.838	95.143.030	(1.772.513)	93.370.517
NTN	-	209.670	-	-	2.387.746	2.606.410	(8.994)	2.597.416	3.704.515	(1.790)	3.702.725
Títulos - Empresas	19.596	16.241	-	-	996.923	988.398	44.362	1.032.760	42.591	257	42.848
Debêntures	-	16.241	-	-	995.145	967.040	44.346	1.011.386	14.361	217	14.578
Cotas de Fundos	19.596	-	-	-	-	19.596	-	19.596	25.569	-	25.569
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	1.778	1.762	16	1.778	2.661	60	2.701
Total	**19.596**	**13.195.866**	**17.127.289**	**5.649.891**	**65.705.294**	**103.225.746**	**(1.527.810)**	**101.697.936**	**100.515.845**	**(1.774.055)**	**98.741.790**

(1) Ajuste a Valor de Mercado no resultado.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

INDIVIDUAL

Descrição	31/12/2014								31/12/2013		
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado[1]	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado[1]	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	-	-	-	16.029	16.976	(947)	16.029	19.064	(1.822)	17.242
NTN	-	-	-	-	7.283	4.886	2.397	7.283	4.728	2.193	6.921
Tesouro Nacional/ Securitizados	-	-	-	-	8.746	12.090	(3.344)	8.746	14.336	(4.015)	10.321
Títulos – Empresas	6.791.148	143.487	34.927	83.003	7.971.215	17.554.328	(2.530.548)	15.023.780	17.743.193	(820.933)	16.922.260
Debêntures	-	-	-	-	6.890.988	6.906.485	(15.497)	6.890.988	7.009.647	(68.414)	6.941.233
Letras de Crédito Imobiliário	-	89.651	34.927	-	134.518	259.069	27	259.096	582.007	(77)	581.930
Letras Financeiras	-	53.836	-	83.003	82.235	219.038	36	219.074	211.709	(6)	211.703
Cotas de Fundos	122.240	-	-	-	-	122.240	-	122.240	32.960	-	32.960
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	863.474	784.097	79.377	863.474	618.515	31.545	650.060
Ações	6.668.908	-	-	-	-	9.263.399	(2.594.491)	6.668.908	9.288.355	(783.981)	8.504.374
Total	**6.791.148**	**143.487**	**34.927**	**83.003**	**7.987.244**	**17.571.304**	**(2.531.495)**	**15.039.809**	**17.762.257**	**(822.755)**	**16.939.502**

[1] Ajuste a Valor de Mercado. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (1.448.268); 31/12/2013 – (470.697); líquido dos efeitos tributários.

CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2014								31/12/2013		
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado[1]	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado[1]	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	-	-	-	16.029	16.976	(947)	16.029	19.064	(1.822)	17.242
NTN	-	-	-	-	7.283	4.886	2.397	7.283	4.728	2.193	6.921
Tesouro Nacional/ Securitizados	-	-	-	-	8.746	12.090	(3.344)	8.746	14.336	(4.015)	10.321
Títulos – Empresas	7.852.208	143.487	34.927	83.003	7.971.215	17.899.570	(1.814.730)	16.084.840	17.840.833	(296.805)	17.544.028
Debêntures	-	-	-	-	6.890.988	6.906.485	(15.497)	6.890.988	7.009.647	(68.414)	6.941.233
Letras de Crédito Imobiliário	-	89.651	34.927	-	134.518	259.069	27	259.096	582.007	(77)	581.930
Letras Financeiras	-	53.836	-	83.003	82.235	219.038	36	219.074	211.709	(6)	211.703
Cotas de Fundos	435.664	-	-	-	-	435.664	-	435.664	32.960	-	32.960
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	863.474	784.097	79.377	863.474	618.515	31.545	650.060
Ações	7.416.544	-	-	-	-	9.295.217	(1.878.673)	7.416.544	9.385.995	(259.853)	9.126.142
Total	**7.852.208**	**143.487**	**34.927**	**83.003**	**7.987.244**	**17.916.546**	**(1.815.677)**	**16.100.869**	**17.859.897**	**(298.627)**	**17.561.270**

[1] Ajuste a Valor de Mercado. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (732.450); 31/12/2013 – (179.176); líquido dos efeitos tributários.

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2014						31/12/2013	
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Títulos Públicos	5.939.925	4.340.261	-	38.864.401	49.144.587	49.159.865	46.328.668	45.740.302
LFT	-	-	-	-	-	-	3.545.568	3.545.716
LTN	5.939.925	-	-	8.336.716	14.276.641	14.152.869	10.051.095	10.015.601
NTN	-	4.340.261	-	30.527.685	34.867.946	35.006.996	32.732.005	32.178.985
Títulos – Empresas	-	-	-	143.527	143.527	142.016	396.179	396.179
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	143.527	143.527	142.016	396.179	396.179
Total	**5.939.925**	**4.340.261**	**-**	**39.007.928**	**49.288.114**	**49.301.881**	**46.724.847**	**46.136.481**

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	2014		2013		2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Ativos financeiros para negociação	3.919.323	8.556.363	3.589.485	4.099.362	3.919.323	8.556.363	3.589.485	4.099.362
Ativos financeiros disponíveis para venda	923.798	1.728.906	561.897	872.543	967.894	1.777.124	561.897	872.543
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.508.168	5.367.628	2.216.061	4.914.656	2.508.168	5.367.628	2.216.061	4.914.656
Outros	528	(4.305)	(1.839)	(4.957)	528	(4.305)	(1.839)	(4.957)
Total	**7.351.817**	**15.648.592**	**6.365.604**	**9.881.604**	**7.395.913**	**15.696.810**	**6.365.604**	**9.881.604**

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de *swaps*.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de *swap* são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos e os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso, há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(f) Hedge Contábil

(f.1) Emissão Externa – Notas Sêniores 1ª, 2ª e 4ª séries

No dia 05/11/2012, a CAIXA realizou a emissão externa de duas séries de títulos com vencimento em 2017 (1ª série – US$ 1 bilhão) e 2022 (2ª série – US$ 500 milhões), em dólares americanos e com pagamento de juros prefixados semestrais de 2,375% a.a. e 3,5% a.a., respectivamente. No dia 06/05/2014, foi finalizada a emissão da 4ª série, no montante de US$ 1,3 bilhão e juros semestrais de 4,25%.

Adicionalmente, as remunerações semestrais incluem o pagamento de 15% sobre cada parcela de juros a título de tributos.

Das séries emitidas, o saldo integral da 1ª e 2ª séries e parte do saldo da 4ª série (US$ 600 milhões) foram internalizados e protegidos com a realização de operações de swap.

Os recursos mantidos no país da emissão geram exposição ao risco de variação do cupom de dólar. Quando são internalizados, é adicionado o risco da variação do câmbio, cuja proteção ocorre por meio de operações de *swap* formalizadas como hedge de valor justo conforme abaixo:

• Ponta Ativa *Swap:* variação do Dólar + cupom;

• Ponta Passiva *Swap:* % da variação do DI.

O hedge de valor justo tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar das notas sêniores, objeto do hedge, conforme descrito:

• Variação cambial do cupom:

o 1ª série, 2,375% a.a. sobre US$ 1 bilhão ou US$ 11,9 milhões semestrais, com vencimentos entre 2014 e 2017;

o 2ª série, 3,50% a.a. sobre US$ 500 milhões ou US$ 8,8 milhões semestrais, com vencimentos entre 2014 e 2022;

o 4ª série, 4,25% a.a. sobre US$ 600 milhões ou US$ 12,8 milhões semestrais, com vencimentos ente 2014 e 2019.

• variação cambial do principal:

o 1ª série, US$ 1 bilhão, com vencimento em 2017;

o 2ª série, US$ 500 milhões, com vencimento em 2022;

o 4ª série, US$ 600 milhões, com vencimento em 2019.

• variação cambial do imposto devido de 15% sobre o cupom a pagar:

o 1ª série, US$ 2,1 milhões semestrais;

o 2ª série, US$ 1,5 milhões semestrais;

o 4ª série, US$ 2,25 milhões semestrais.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Valor Justo do Objeto do Hedge

Notas Sêniores	31/12/2014	31/12/2013
1ª Série	2.634.878	2.357.153
2ª Série	1.367.430	1.153.619
4ª Série	2.565.844	-
Total	**6.568.152**	**3.510.772**

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade da operação se manteve em 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN n° 3.082/2002.

(f.2) Letras Financeiras – Cupom IPCA

Desde agosto de 2013, a CAIXA realiza a captação de recursos por meio de emissão de Letras Financeiras indexadas ao IPCA, protegendo a variação do valor justo do passivo com a contratação de operações de Swap.

As operações foram formalmente classificadas como hedge contábil de valor justo e têm como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, conforme descrito:

• Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;

• Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Valor Justo do Objeto do Hedge

Letra Financeira	31/12/2014	31/12/2013
15/05/2017(1)	48.309	-
16/06/2017(1)	52.418	-
07/05/2018(1)	3.769	-
31/07/2018(1)	3.097	-
11/02/2019(1)	1.120	-
13/02/2019(1)	5.393	-
19/09/2019(1)	1.988	-
23/09/2019(1)	2.447	-
10/02/2020(1)	1.532	-
23/12/2020	11.444	10.316
11/01/2021(1)	5.698	-
01/02/2021(1)	5.845	-
15/08/2023	221.610	195.550
18/09/2023	33.643	29.789
13/11/2023	386.884	345.899
03/06/2024(1)	222.948	-
15/08/2024(1)	3.503	-
Total	**1.011.648**	**581.554**

(1) Os títulos emitidos a partir de JAN/14 somam R$ 326.460 mil se considerados os valores de emissão (em 31/12/2014 somam R$ 358.067 mil em valor justo).

Por haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade do hedge manteve-se em 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN n° 3.082/2002.

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, demonstrada pelo seu valor referencial e patrimonial:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	Conta de Compensação/ Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/A Pagar (Pago)	Ajustes ao Valor de Mercado (Res./PL)	Valor Patrimonial	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013
Contratos de Futuros						
Compromissos de Compra	-	**269.200**	-	-	-	-
Cupom Cambial	-	269.200	-	-	-	-
Compromissos de Venda	**99.146.777**	**93.353.595**	-	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	99.066.737	93.043.712	-	-	-	-
Moeda Estrangeira	80.040	309.883	-	-	-	-
Contratos de *Swaps*						
Posição Ativa	**8.715.390**	**5.787.185**	**981.280**	**(75.642)**	**905.638**	**260.317**
Índices	898.571	572.165	12.591	(12.402)	189	-
Moeda Estrangeira	7.816.819	5.215.020	968.689	(63.240)	905.449	260.317
Posição Passiva	**8.715.390**	**5.787.185**	**7.251**	**46.467**	**53.718**	**89.171**
Índices	898.571	572.165	1.521	44.692	46.213	37.619
Moeda Estrangeira	7.816.819	5.215.020	5.730	1.775	7.505	51.552

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
	31/12/2014							31/12/2013
Descrição	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste Valor de Mercado (Resultado/ Patrimônio Líquido	Valor Patrimonial	01 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial
Posição Ativa:								
Contratos de *Swaps* - Ajuste a Receber	**981.280**	**(75.642)**	**905.638**	**48.956**	**54.979**	**80.074**	**721.629**	**260.317**
BM&FBOVESPA	12.591	(12.402)	189	-	-	-	189	-
Inst. Financeiras	968.689	(63.240)	905.449	48.956	54.979	80.074	721.440	260.317
Posição Passiva:								
Contratos de *Swaps* - Ajuste a Pagar	**7.251**	**46.467**	**53.718**	**92**	**-**	**7.760**	**45.866**	**89.171**
BM&FBOVESPA	1.174	44.692	45.866	-	-	-	45.866	37.155
Empresas	347	-	347	-	-	347	-	464
Inst. Financeiras	5.730	1.775	7.505	92	-	7.413	-	51.552

(i) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor referencial:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
	1 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2014	31/12/2013
Conta de Compensação / Valor Referencial						
Contratos Futuros	13.244.487	17.122.411	5.642.366	63.137.513	99.146.777	93.622.795
Contratos de *Swaps*	382.173	303.339	1.903.811	6.126.067	8.715.390	5.787.185

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(j) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Swap	1.119.722	691.443	143.000	175.396
Futuro	1.233.267	769.075	510.503	2.436.291
Total realizado	**2.352.989**	**1.460.518**	**653.503**	**2.611.687**

(k) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias
A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento dos contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Títulos públicos	**5.437.864**	**4.288.756**
Notas do Tesouro Nacional	2.543	5.039
Letras do Tesouro Nacional	5.428.684	4.280.627
Letras Financeiras do Tesouro	6.637	3.090

Nota 7 – Relações interfinanceiras
(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto, não são considerados equivalentes de caixa.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	Remuneração	31/12/2014	31/12/2013
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	5.386.280	5.248.104
Compulsório sobre depósito de poupança[1]	TR + 6,17% a.a.	47.223.375	41.509.247
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	7.207.801	10.127.075
Recursos do crédito rural	Não remunerado	-	1.021.462
Compulsório adicional	Taxa SELIC	33.527.676	28.282.632
Total		**93.345.132**	**86.188.520**

[1] Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
	Total Crédito	Total Crédito
FGTS a ressarcir	**85.207**	**81.879**
FCVS a receber	**28.028.495**	**23.903.656**
Não habilitados[1]	2.053.613	1.359.783
Habilitados e não homologados[2]	9.274.758	7.139.629
Habilitados e homologados[3]	16.700.124	15.404.244
Provisão FCVS a receber	**(2.967.926)**	**(3.187.964)**
Total (líquido de provisão)[4]	**25.145.776**	**20.797.571**

[1] Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.
[2] Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.
[3] Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.
[4] Variação em 2014 representada essencialmente pelo recebimento de R$ 3.068.077 de créditos FCVS, com deságio de R$ 1.411.087 (Nota 9 (b)) pela cessão de créditos com a EMGEA.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.
A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	1º Exercício
Créditos vinculados ao BACEN	3.876.248	7.308.196	2.952.769	5.052.264
Créditos vinculados ao SFH	817.377	1.628.112	634.370	1.433.806
Total	**4.693.625**	**8.936.308**	**3.587.139**	**6.486.070**

Nota 8 – Carteira de crédito

(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e Títulos descontados	29.531.614	60.941.906	23.602.229	19.091.233	5.580.752	3.617.184	1.177.181	1.037.100	6.045.640	150.624.839	141.039.919
Financiamentos	10.492.230	13.244.854	2.882.426	3.740.005	3.181.281	1.121.702	736.374	552.616	3.943.510	39.894.998	31.005.465
Financiamentos rurais e agroindustriais	729.029	1.398.786	1.174.917	1.382.879	140.804	17.405	14.258	26.713	30.228	4.915.019	1.997.399
Financiamentos Imobiliários	186.119.783	55.692.376	40.183.808	36.806.444	12.481.541	1.137.315	810.565	590.709	6.016.100	339.838.641	270.392.302
Financiamentos de Infraestrutura	28.740.945	25.035.120	1.027.086	554.879	190.385	887.115	1.005	6.057	39.322	56.481.914	36.837.628
Cessão de créditos	5.213.701	-	60.456	34.042	21.094	10.477	4.138	3.499	5.994	5.353.401	4.215.073
Outros Créditos (Nota 8 (d))	786.771	5.107.610	820.614	525.526	350.561	152.434	20.796	15.040	135.033	7.914.385	8.749.294
Total	**261.614.073**	**161.420.652**	**69.751.536**	**62.135.008**	**21.946.418**	**6.943.632**	**2.764.317**	**2.231.734**	**16.215.827**	**605.023.197**	**494.237.080**
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	-	(807.103)	(697.515)	(1.864.050)	(2.194.642)	(2.083.090)	(1.382.158)	(1.562.214)	(16.215.827)	(26.806.599)	(23.966.296)
Total líq. de provisões em 31/12/2014	**261.614.073**	**160.613.549**	**69.054.021**	**60.270.958**	**19.751.776**	**4.860.542**	**1.382.159**	**669.520**	-	**578.216.598**	-
Total líq. de provisões em 31/12/2013	**54.675.049**	**269.967.341**	**59.769.058**	**70.125.055**	**10.457.162**	**3.704.357**	**1.042.806**	**529.956**	-	-	**470.270.784**

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO										
Operações de Crédito	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e títulos descontados	(304.710)	(236.022)	(572.737)	(558.075)	(1.085.155)	(588.591)	(725.970)	(6.045.640)	(10.116.900)	(7.809.150)
Financiamentos	(66.224)	(28.824)	(112.200)	(318.128)	(336.511)	(368.187)	(386.831)	(3.943.510)	(5.560.415)	(3.028.291)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(6.994)	(11.749)	(41.486)	(14.080)	(5.222)	(7.129)	(18.699)	(30.228)	(135.587)	(33.107)
Financiamentos imobiliários	(278.462)	(401.838)	(1.104.193)	(1.248.154)	(341.195)	(405.283)	(413.496)	(6.016.100)	(10.208.721)	(12.109.996)
Financiamentos de infraestrutura	(125.176)	(10.271)	(16.646)	(19.039)	(266.135)	(503)	(4.240)	(39.322)	(481.332)	(633.356)
Cessão de créditos	-	(605)	(1.021)	(2.109)	(3.143)	(2.069)	(2.449)	(5.996)	(17.392)	(28.627)
Outros créditos (Nota 8 (d))	(25.537)	(8.206)	(15.767)	(35.057)	(45.729)	(10.396)	(10.529)	(135.031)	(286.252)	(323.769)
Total	**(807.103)**	**(697.515)**	**(1.864.050)**	**(2.194.642)**	**(2.083.090)**	**(1.382.158)**	**(1.562.214)**	**(16.215.827)**	**(26.806.599)**	**(23.966.296)**

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco
(c.1) Operações de crédito em Curso Normal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2014	31/12/2013
01 a 30 dias	4.370.916	10.759.349	3.262.451	3.165.097	874.141	194.945	67.847	58.163	416.547	23.169.456	16.596.864
31 a 60 dias	3.049.036	5.401.751	1.632.835	1.631.753	436.291	117.401	31.749	25.016	231.516	12.557.348	10.662.566
61 a 90 dias	2.721.904	4.963.470	1.516.108	1.529.740	392.769	107.758	28.344	21.696	208.091	11.489.880	9.748.258
91 a 180 dias	8.625.058	12.959.120	4.480.944	3.911.862	1.091.714	312.633	78.629	57.972	581.277	32.099.209	26.607.940
181 a 360 dias	14.129.249	19.559.759	6.516.204	5.536.909	1.713.993	505.204	96.917	71.717	687.008	48.816.960	42.989.482
Ac. de 360 dias	224.535.637	103.714.353	40.503.044	33.693.300	9.347.912	2.367.728	338.032	272.512	3.822.382	418.594.900	343.330.425
Total	**257.431.800**	**157.357.802**	**57.911.586**	**49.468.661**	**13.856.820**	**3.605.669**	**641.518**	**507.076**	**5.946.821**	**546.727.753**	**449.935.535**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2014	31/12/2013
Parcelas Vencidas	**74.235**	**74.561**	**597.091**	**1.304.623**	**1.604.347**	**1.932.595**	**1.204.929**	**1.108.309**	**6.584.059**	**14.484.749**	**6.725.866**
01 a 30 dias	74.235	74.561	470.376	253.821	146.963	46.011	24.981	14.891	95.074	1.200.913	1.529.006
31 a 60 dias	-	-	126.715	696.151	230.444	91.112	47.741	34.278	184.180	1.410.621	889.890
61 a 90 dias	-	-	-	218.661	900.042	800.477	108.526	62.005	441.388	2.531.099	828.776
91 a 180 dias	-	-	-	135.990	326.865	797.357	836.873	833.382	1.354.857	4.285.324	1.726.348
181 a 360 dias	-	-	-	-	33	197.638	186.808	163.753	4.175.636	4.723.868	1.715.073
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	332.924	332.924	36.773
Parcelas Vincendas	**4.108.038**	**3.988.289**	**11.242.859**	**11.361.724**	**6.485.251**	**1.405.368**	**917.870**	**616.349**	**3.684.947**	**43.810.695**	**37.575.679**
01 a 30 dias	37.503	68.822	212.853	256.041	107.278	41.796	24.304	12.836	84.870	846.303	752.507
31 a 60 dias	35.957	59.749	190.641	198.668	98.109	29.353	17.923	12.396	75.410	718.206	691.109
61 a 90 dias	35.839	59.472	187.683	196.026	97.131	29.718	17.418	11.923	73.688	708.898	675.763
91 a 180 dias	104.898	175.855	542.036	565.780	281.445	84.407	50.429	34.126	211.937	2.050.913	1.936.228
181 a 360 dias	203.795	344.038	1.004.457	1.019.815	526.093	153.900	92.808	62.178	385.096	3.792.180	3.527.509
Acima de 360 dias	3.690.046	3.280.353	9.105.189	9.125.394	5.375.195	1.066.194	714.988	482.890	2.853.946	35.694.195	29.992.563
Total	**4.182.273**	**4.062.850**	**11.839.950**	**12.666.347**	**8.089.598**	**3.337.963**	**2.122.799**	**1.724.658**	**10.269.006**	**58.295.444**	**44.301.545**

(d) Outros créditos com característica de concessão de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Créditos	**7.914.385**	**8.749.294**
Cartão de crédito	7.171.685	6.279.297
Créditos adquiridos[1]	684.730	2.422.528
Diversos	57.970	47.469
Provisão	**(286.252)**	**(323.769)**
Cartão de crédito	(229.054)	(218.995)
Créditos adquiridos[1]	(52.631)	(77.487)
Diversos	(4.567)	(27.287)
Créditos - líquidos de provisão	**7.628.133**	**8.425.525**

[1] Créditos adquiridos com co-obrigação dos Bancos PAN, Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso e BMB.

(e) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
SETOR PÚBLICO	**47.934.072**	**37.076.753**
Administração Direta	25.215.734	20.202.347
Administração Indireta – Petroquímico	11.269.806	11.241.113
Administração Indireta – Saneamento e Infraestrutura	3.863.358	3.643.837
Administração Indireta – Outros	7.585.174	1.989.456
SETOR PRIVADO	**557.089.125**	**457.160.327**
PESSOA JURÍDICA	122.272.415	104.196.494
Comércio varejista	25.626.361	23.923.477
Construção civil	15.104.225	11.450.176
Siderurgia e metalurgia	9.615.257	9.520.536
Energia elétrica	9.655.847	7.845.936
Serviços financeiros	5.840.081	5.081.949
Outras indústrias	8.442.422	6.800.733
Transporte	9.038.161	6.729.159
Agronegócio e extrativismo	3.688.586	4.156.287
Comércio atacadista	5.872.840	4.989.191
Saúde	3.647.364	3.393.988
Saneamento e infraestrutura	3.518.471	2.713.321
Petroquímico	2.321.577	2.190.992
Têxtil	2.106.974	1.979.412
Comunicação	1.564.542	1.672.045
Alimentação	1.924.034	1.808.854
Serviços pessoais	375.437	344.604
Outros serviços	13.930.236	9.595.834
PESSOA FÍSICA	434.816.710	352.963.833
Total	**605.023.197**	**494.237.080**

(f) Receitas de operação de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	19.400.509	36.105.307	13.847.803	24.971.831
Financiamentos rurais e agroindustriais	94.164	154.477	26.325	30.929
Financiamentos imobiliários	14.200.818	26.287.120	10.540.603	19.280.128
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	2.220.126	3.794.730	1.249.843	2.201.374
Outros créditos	3.630	7.075	3.870	9.416
Total	**35.919.247**	**66.348.709**	**25.668.444**	**46.493.678**

(g) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

A CAIXA realiza operações de aquisição, venda ou transferência de ativos financeiros como estratégia de negócio em suas operações.

A cessão de crédito está alinhada à estratégia operacional da Instituição resultando no reconhecimento das receitas e despesas dessas operações no resultado da intermediação financeira.

(g.1) Carteiras cedidas

Descrição	Créditos Ativos	Créditos Baixados Prejuízo	Valor total da Cessão	Valor Pago
EMGEA[1]	2.409.162	4.810.217	7.219.379	1.529.086
Renova Securitizadora S.A.	764.075	286.894	1.050.969	50.236
Total	**3.173.237**	**5.097.111**	**8.270.348**	**1.579.322**

[1] Valor de venda apurado após reposicionamento dos valores dos contratos cedidos, em nov/14.

Resultado com cessão de carteiras				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Receitas	**2.164.868**	**2.164.868**	**-**	**-**
Lucros em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros[1]	-	-	-	-
Valor Recuperado Prejuízo[1]	617.948	617.948	-	-
Reversão de Provisão[1]	1.546.920	1.546.920	-	-
Despesas	**(2.348.044)**	**(2.529.252)**	**(157.927)**	**(251.067)**
Despesas vinculadas a cessões[2]	(231.835)	(413.043)	(157.927)	(251.067)
Prejuízos de obrigações por operações vinculadas à cessão[1]	(2.116.209)	(2.116.209)	-	-
Resultado	**(183.176)**	**(364.384)**	**(157.927)**	**(251.067)**

[1] Cessão de créditos, sem co-obrigação, para a EMGEA e Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A.

[2] Cessão de créditos, com co-obrigação, para securitizadoras.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

No decorrer do 2º semestre de 2014, foi firmado entre a CAIXA e a Empresa Gestora de Ativos – EMGEA cessão de créditos sem co-obrigação no valor de R$ 7.219.379, gerando um resultado líquido positivo de R$ 139.806. Ainda nesse período, foi também firmado entre a CAIXA e a Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A cessão onerosa de crédito no valor de R$ 1.050.969.

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, a Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

A classificação como retenção substancial dos riscos e benefícios, nas operações de cessões de crédito, configura-se pela co-obrigação nas cessões de crédito. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

No decorrer do 2º semestre de 2014, foram realizadas junto a RB Capital Securitizadora Residencial S/A, cessões de créditos de operações imobiliárias com co-obrigação no valor de R$ 1.783.082.

(g.2) Carteiras adquiridas

Resultado com carteiras adquiridas				
Descrição	**2014**		**2013**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Modalidade Com Coobrigação[1]	**4.319**	**13.224**	**14.581**	**35.847**
Rendas de Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	4.603	14.011	14.822	36.520
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	(284)	(787)	(241)	(673)
Modalidade Sem Coobrigação[2]	**919.081**	**1.702.106**	**641.075**	**1.130.287**
Rendas de Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	928.666	1.712.026	641.518	1.130.842
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	(9.585)	(9.920)	(443)	(555)
Resultado	**923.400**	**1.715.330**	**655.656**	**1.166.134**

[1] Carteiras adquiridas no período dos bancos Cruzeiro do sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Banco PAN.

[2] Carteiras adquiridas no período do Banco PAN.

(h) Concentração dos principais devedores

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	**31/12/2014**	**%**	**31/12/2013**	**%**
Principal devedor	11.269.806	1,86	11.241.113	2,27
10 maiores devedores	42.036.699	6,95	37.348.218	7,56
20 maiores devedores	56.786.112	9,39	48.329.868	9,78
50 maiores devedores	77.560.357	12,82	62.507.566	12,65
100 maiores devedores	89.805.708	14,84	71.162.847	14,40

(i) Movimentação da carteira de renegociação

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	**2014**		**2013**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Operações Renegociadas	**5.255.152**	**10.456.823**	**3.324.989**	**6.021.599**
Operações Comerciais	4.734.691	9.575.947	3.210.449	5.629.490
Operações Habitacionais	520.461	880.876	114.540	392.109
Operações Recuperadas	**1.527.097**	**2.117.307**	**571.360**	**929.284**
Operações Comerciais	985.575	1.527.527	543.468	843.836
Operações Habitacionais	541.522	589.780	27.892	85.448

(j) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa (Individual / Consolidado)

Descrição	**2014**		**2013**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Saldo inicial	**(25.411.010)**	**(23.966.296)**	**(21.638.011)**	**(19.921.098)**
Constituição de provisão no período	(12.306.980)	(21.637.366)	(7.289.730)	(13.256.408)
Reversão de provisão no período	5.580.988	8.481.705	2.420.724	4.065.773
Transferência para prejuízo	5.330.403	10.315.358	2.540.721	5.145.437
Saldo final	**(26.806.599)**	**(26.806.599)**	**(23.966.296)**	**(23.966.296)**

Nota 9 – Outros créditos

(a) Composição

INDIVIDUAL		
Descrição	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Créditos por Avais e Fianças Honrados	29.185	26.042
Carteira de Câmbio – Nota 9 (c)	2.506.525	686.732
Rendas a Receber	2.778.664	2.019.622
Convênios setor privado	93.957	121.777
Convênios setor público	352.279	462.927
Administração de fundos de investimento	48.089	107.829
Administração de fundos e programas sociais	1.988.092	1.098.764
Repasses OGU	190.080	178.788
Outras rendas a receber	106.167	49.537
Negociação e Intermediação de valores	2.766	864
Créditos Específicos	765.593	716.094
Diversos – Nota 9 (b)	54.037.807	55.433.625
Provisão para Outros Créditos	(286.252)	(323.769)
Total	**59.834.288**	**58.559.210**
Ativo circulante	34.268.440	38.317.229
Ativo não circulante	25.565.848	20.241.981

CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Créditos por Avais e Fianças Honrados	29.185	26.042
Carteira de Câmbio – Nota 9 (c)	2.506.525	686.732
Rendas a Receber	2.971.952	2.180.487
Dividendos e JCP a receber	193.288	160.865
Convênios Setor Privado	93.957	121.777
Convênios Setor Público	352.279	462.927
Administração de Fundos de Investimento	48.089	107.829
Administração de Fundos e Programas Sociais	1.988.092	1.098.764
Repasses OGU	190.080	178.788
Outras rendas a receber	106.167	49.537
Negociação e Intermediação de valores	2.766	864
Créditos Específicos	765.593	716.094
Diversos – Nota 9 (b)	54.034.623	55.432.952
Provisão para Outros Créditos	(286.252)	(323.769)
Total	**60.024.392**	**58.719.402**
Ativo circulante	34.458.544	38.477.421
Ativo não circulante	25.565.848	20.241.981

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(b) Outros créditos - diversos

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Créditos tributários – (Nota 20)	25.189.572	20.165.547	25.189.610	20.165.575
Devedores por depósitos em garantia – (Nota 30 (c))	12.625.576	11.290.593	12.625.576	11.290.593
Adiantamentos e antecipações salariais	190.724	172.667	190.724	172.667
Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio	1.400.065	4.097.762	1.400.065	4.097.762
Impostos e contribuições a compensar	1.051.828	488.536	1.051.828	489.991
Cartão de crédito(1)	7.313.709	6.353.846	7.313.709	6.353.846
Prêmio em aquisição de carteiras	1.188.447	1.117.851	1.188.447	1.117.851
Seguros a receber	125.950	102.601	125.950	102.601
Créditos adquiridos	684.730	2.422.528	684.730	2.422.528
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	280.194	3.179.808	280.194	3.179.808
Valores a receber – royalties(2)	17.260	2.458.311	17.260	2.458.311
Valores a receber – FND	410.761	386.846	410.761	386.846
Valores a receber - correspondentes bancários	146.546	196.488	146.546	196.488
Valores a receber - resgate de bônus	97.994	91.515	97.994	91.515
Valores a receber - convênios de arrecadação e pagamentos	47.118	35.083	47.118	35.083
Valores a receber - créditos administrados	25.630	28.246	25.630	28.246
Valores a receber - planos de saúde autogestão	22.224	20.220	22.224	20.220
Valores a receber – TVM no exterior	344.967	-	344.967	-
Valores a apropriar	3.976.640	2.560.068	3.976.683	2.560.068
Outros devedores	380.218	322.138	376.953	319.982
Desconto em outros ativos financeiros (Nota 7 (b))	(1.411.087)	-	(1.411.087)	-
Provisão para perdas - diversos(3)	(71.259)	(57.029)	(71.259)	(57.029)
Total	**54.037.807**	**55.433.625**	**54.034.623**	**55.432.952**
Ativo circulante	28.443.766	35.143.263	28.440.582	35.142.590
Ativo não circulante	25.594.041	20.290.362	25.594.041	20.290.362

(1) Inclui R$ 7.171.685 (31/12/2013 – 6.279.297) de créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8 (d)) e anuidades de cartões de crédito, que não possuem característica de concessão de crédito.

(2) Variação em 2014 refere-se à liquidação do contrato de aquisição de royalties e participações especiais decorrentes da exploração de petróleo e gás natural da RIOPREVIDÊNCIA.

(3) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

(c) Carteira de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Ativo - Outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar – Moeda Estrangeira	19.581	5.366
Direitos sobre vendas de câmbio – Moeda Nacional	2.488.705	687.540
(-) Adiantamentos recebidos – Moeda Nacional	(1.761)	(6.174)
Ativo circulante (Nota 9 (a))	**2.506.525**	**686.732**
Passivo - Outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar – Moeda Estrangeira	165.694	21.402
Obrigações por compras de câmbio – Moeda Nacional	176.968	17.916
Passivo circulante (Nota 18 (a))	**342.662**	**39.318**

(c.1) Resultado de operações de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	**2014**		**2013**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Receitas	**11.480.074**	**17.762.329**	**3.863.648**	**5.452.090**
Disponibilidade em moeda estrangeira	7.947.290	11.808.336	2.097.944	3.070.420
Títulos emitidos no exterior	3.509.266	5.921.462	1.755.718	2.368.485
Outras	23.518	32.531	9.986	13.185
Despesas	**(12.810.008)**	**(18.792.287)**	**(4.126.915)**	**(5.900.843)**
Despesas de variações e diferenças de taxas	(7.231.725)	(11.222.967)	(1.987.466)	(2.870.918)
Títulos emitidos no exterior	(5.578.022)	(7.568.876)	(2.139.257)	(3.029.623)
Outras	(261)	(443)	(192)	(302)
Resultado de câmbio	**(1.329.934)**	**(1.029.957)**	**(263.267)**	**(448.753)**

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável.
Também é composto por despesas antecipadas relativas, essencialmente, à antecipação das contribuições ordinárias ao FGC e pelo estoque de material de consumo.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Bens não de uso próprio	**1.567.595**	**993.843**
Imóveis patrimoniais não de uso	224.992	146.510
Imóveis adjudicados/arrematados	1.342.603	847.333
Despesas antecipadas	**46.143**	**66.890**
Material de consumo	**35.037**	**26.326**
Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	**(90.591)**	**(31.614)**
Total	**1.558.184**	**1.055.445**

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	**2014**		**2013**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Saldo inicial	**(30.371)**	**(31.614)**	**(26.291)**	**(103.028)**
Constituição	(70.026)	(95.274)	(14.158)	(24.193)
Baixas	9.806	36.297	8.835	95.607
Saldo final	**(90.591)**	**(90.591)**	**(31.614)**	**(31.614)**

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

(a) CAIXA Individual
Os investimentos em controladas e coligadas na CAIXA – Individual são compostos essencialmente pela Caixa Participações S/A (CAIXAPAR).

Descrição	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial			
	31/12/2014	31/12/2013	2014		2013	
			2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CAIXAPAR	5.214.610	3.896.611	436.074	741.505	207.162	360.793
Câmara Interban. de Pagamento – CIP	2.967	2.967	-	-	-	-
BIAPE	619	788	2	(207)	153	-
FGO – Fdo. Garantia de Operações	91.943	201.552	-	-	-	-
FGHAB – Fdo. Garantidor Hab. Popular	210.991	166.958	-	-	-	-
Outros Investimentos(1)	3.863	3.877	-	-	-	-
Total	**5.524.993**	**4.272.753**	**436.076**	**741.298**	**207.315**	**360.793**

(1) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(b) CAIXA Consolidado

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas coligadas e com controle conjunto sobre as quais a CAIXAPAR exerce influência significativa ou possui controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Descrição	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial			
	31/12/2014	31/12/2013	2014		2013	
			2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.437.271	2.082.025	358.778	739.346	328.050	642.050
Banco PAN	1.020.949	494.554	22.562	(31.162)	(145.541)	(295.557)
Capgemini	236.891	269.345	(13.316)	(45.267)	(11.737)	(29.244)
Elo Serviços	14.931	13.318	1.677	1.612	3.505	2.531
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	6.880	6.832	103	194	116	325
Caixa Seguros Participações - CSP	-	41.138	(2.192)	-	3.105	3.105
Crescer	-	9.323	(11.380)	(21.782)	(10.301)	(11.849)
Branes	1.841	1.897	(19)	(56)	(122)	(303)
BIAPE	619	788	(305)	(207)	153	-
FGO – Fdo. Garantia de Operações	91.943	201.552	-	-	-	-
FGHAB – Fdo. Garantidor Hab. Popular	210.991	166.958	-	-	-	-
Fundo de Investim. em Participações	39.059	39.029	(467)	(1.017)	(442)	(1.359)
TECBAN	58.976	-	3.795	3.795	-	-
PAN Corretora	24.500	-	-	-	-	-
Outros Investimentos[1]	43.599	14.014	-	-	-	-
Total	**4.188.450**	**3.340.773**	**359.236**	**645.456**	**166.786**	**309.699**

[1] Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

Ágios na aquisição de investimentos

Descrição	Acumulado 2014	Acumulado 2013
Saldo anterior	**272.719**	**354.058**
Amortizações	(46.560)	(81.339)
Saldo atual	**226.159**	**272.719**

Nota 12 – Imobilizado de uso

Em junho/2014, a CAIXA alterou o critério de apuração da depreciação dos imóveis de uso, em conformidade com as determinações do COSIF - Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional. Esse ajuste não apresenta materialidade para reapresentação dos valores comparativos dos períodos de 31/12/2013.

Com o índice de imobilização apurado de 14,43% (31/12/2013 – 12,85%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência a partir de 31/12/2002.

Informações do imobilizado de uso

Descrição	31/12/2014			31/12/2013		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Imóveis de uso	1.258.361	(355.224)	903.137	770.513	(182.191)	588.322
Edificações	1.196.546	(355.224)	841.322	713.871	(182.191)	531.680
Terrenos	61.815	-	61.815	56.642	-	56.642
Reaval. de imóveis de uso	739.998	(178.338)	561.660	743.272	(157.772)	585.500
Edificações	540.437	(178.338)	362.099	543.219	(157.772)	385.447
Terrenos	199.561	-	199.561	200.053	-	200.053
Outras imobilizações de uso	6.709.767	(4.420.524)	2.289.243	5.667.682	(3.815.182)	1.852.500
Imobilizações em curso	32.401	-	32.401	41.928	-	41.928
Inst., móveis e equip. de uso	1.434.613	(762.772)	671.841	1.293.557	(664.611)	628.946
Sistema de comunicação	91.922	(74.215)	17.707	91.387	(70.177)	21.210
Sistema de proc. de dados	4.771.998	(3.321.961)	1.450.037	3.919.076	(2.856.838)	1.062.238
Sistema de transporte e segurança	378.833	(261.576)	117.257	321.734	(223.556)	98.178
Total	**8.708.126**	**(4.954.086)**	**3.754.040**	**7.181.467**	**(4.155.145)**	**3.026.322**

Movimentação do imobilizado de uso

Descrição	31/12/2013	Transferências	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2014
Imóveis de uso	588.322	12.548	500.663	(301)	(198.095)	903.137
Edificações[1]	531.680	11.975	496.018	(256)	(198.095)	841.322
Terrenos[1]	56.642	573	4.645	(45)	-	61.815
Reaval. de imóveis de uso	585.500	-	-	(1.704)	(22.136)	561.660
Edificações	385.447	-	-	(1.212)	(22.136)	362.099
Terrenos	200.053	-	-	(492)	-	199.561
Outras imobilizações de uso	1.852.500	(12.548)	1.059.038	(4.326)	(605.421)	2.289.243
Imobilizações em curso	41.928	(12.548)	3.884	(863)	-	32.401
Inst., móveis e equip. de uso	628.946	(305)	142.733	(1.304)	(98.229)	671.841
Sistema de comunicação	21.210	-	534	-	(4.037)	17.707
Sistema de proc. de dados	1.062.238	305	854.626	(2.009)	(465.123)	1.450.037
Sist. de transp./segurança	98.178	-	57.261	(150)	(38.032)	117.257
Total	**3.026.322**	-	**1.559.701**	**(6.331)**	**(825.652)**	**3.754.040**

[1] Inclui nas adições o valor de R$ 62.780 referente à reversão de impairment.

Nota 13 – Intangível

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2014				31/12/2013			
	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Liquido	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Liquido
Aquisição de folha de pagamento	2.797.650	(825.011)	(6.168)	1.966.471	2.572.857	(909.854)	(6.887)	1.656.116
Outros ativos intangíveis	370.855	(45.987)	-	324.868	324.200	(29.715)	-	294.485
Projetos logiciais - Software	1.100.443	(245.336)	-	855.107	727.408	(144.026)	-	583.382
Total	**4.268.948**	**(1.116.334)**	**(6.168)**	**3.146.446**	**3.624.465**	**(1.083.595)**	**(6.887)**	**2.533.983**

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2013	31/12/2014			
	Liquido	Movimentação			Liquido
		Adições	Baixas	Amortizações	
Aquisição de folha de pagamento	1.656.116	1.116.986	(295.083)	(511.548)	1.966.471
Outros ativos intangíveis	294.485	46.655	-	(16.272)	324.868
Projetos logiciais - Software	583.382	392.506	-	(120.781)	855.107
Total	**2.533.983**	**1.556.147**	**(295.083)**	**(648.601)**	**3.146.446**

Nota 14 – Depósitos

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos à vista – sem remuneração	27.013.964	25.170.971	27.013.964	25.170.971
Pessoas físicas	12.323.481	10.193.256	12.323.481	10.193.256
Pessoas jurídicas	11.550.896	11.822.111	11.550.896	11.822.111
Vinculados	1.842.482	1.791.248	1.842.482	1.791.248
Governo	918.168	1.055.10 5	918.168	1.055.105
Moedas estrangeiras	11.023	4.980	11.023	4.980
Instituições do sistema financeiro	60.575	40.902	60.575	40.902
Entidades públicas	170.142	152.943	170.142	152.943
Outros	137.197	110.426	137.197	110.426
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	236.836.068	209.573.848	236.836.068	209.573.848
Pessoas físicas	234.391.366	205.688.360	234.391.366	205.688.360
Pessoas jurídicas	2.442.270	3.882.990	2.442.270	3.882.990
Vinculados	2.432	2.498	2.432	2.498
Depósitos interfinanceiros	3.663.877	2.353.562	3.663.877	2.353.562
Depósitos a prazo	143.348.461	113.801.680	143.055.444	113.516.246
Remuneração prefixada	67.065.402	50.530.631	66.772.385	50.245.198
Depósitos a prazo em moeda nacional	67.065.402	50.530.631	66.772.385	50.245.198
Remuneração pós-fixada	76.283.059	63.271.049	76.283.059	63.271.048
Depósitos a prazo em moeda nacional	22.826.263	18.942.280	22.826.263	18.942.280
Depósitos judiciais com remuneração	53.456.796	44.328.769	53.456.796	44.328.768
Depósitos especiais e de fundos e programas	8.476.386	10.155.127	8.476.386	10.155.127
Sem remuneração	263.759	243.494	263.759	243.494
Remuneração prefixada	494.003	452.372	494.003	452.372
Remuneração pós-fixada	7.718.624	9.459.261	7.718.624	9.459.261
Total	**419.338.756**	**361.055.188**	**419.045.739**	**360.769.754**
Passivo circulante	341.760.050	304.015.240	341.467.033	303.729.806
Passivo não circulante	77.578.706	57.039.948	77.578.706	57.039.948

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos à Vista	27.013.964	-	-	-	27.013.964	25.170.971	27.013.964	25.170.971
Depósitos de Poupança	236.836.068	-	-	-	236.836.068	209.573.848	236.836.068	209.573.848
Depósitos Interfinanceiros	-	2.018.021	1.205.796	440.060	3.663.877	2.353.562	3.663.877	2.353.562
Depósitos a prazo	53.484.592	3.863.348	8.861.875	77.138.646	143.348.461	113.801.680	143.055.444	113.516.246
CDB	13.114	3.863.348	8.861.875	77.138.646	89.876.983	69.447.549	89.583.966	69.162.115
Depósitos Judiciais	53.456.796	-	-	-	53.456.796	44.328.768	53.456.796	44.328.768
Outros	14.682	-	-	-	14.682	25.363	14.682	25.363
Depósitos especiais e de fundos e programas (Nota 14 (d))	8.476.386	-	-	-	8.476.386	10.155.127	8.476.386	10.155.127
Total	**325.811.010**	**5.881.369**	**10.067.671**	**77.578.706**	**419.338.756**	**361.055.188**	**419.045.739**	**360.769.754**

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	INDIVIDUAL			
	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos de Poupança	(7.685.242)	(14.517.622)	(6.089.293)	(10.963.146)
Depósitos Interfinanceiros	(186.586)	(295.465)	(38.866)	(78.765)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(4.696.681)	(8.359.215)	(3.149.983)	(5.363.500)
Depósitos judiciais	(1.438.818)	(2.682.538)	(1.091.516)	(1.969.409)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(542.655)	(1.063.910)	(466.987)	(1.059.422)
Outras captações	(311.209)	(589.046)	(255.903)	(481.754)
Total	**(14.861.191)**	**(27.507.796)**	**(11.092.548)**	**(19.915.996)**

Descrição	CONSOLIDADO			
	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos de Poupança	(7.685.242)	(14.517.622)	(6.089.293)	(10.963.146)
Depósitos Interfinanceiros	(186.586)	(295.465)	(38.866)	(78.765)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(4.678.257)	(8.324.735)	(3.137.647)	(5.347.683)
Depósitos judiciais	(1.438.818)	(2.682.538)	(1.091.516)	(1.969.409)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(542.655)	(1.063.910)	(466.987)	(1.059.422)
Outras captações	(311.209)	(589.046)	(255.903)	(481.754)
Total	**(14.842.767)**	**(27.473.316)**	**(11.080.212)**	**(19.900.179)**

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	2.901.111	4.719.449
Depósitos – Especiais com remuneração	1.824.348	1.729.558
Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (d.2)	1.763.026	1.794.679
Depósitos – FISANE	9.010	8.428
Depósitos – PRODEC	52.047	49.682
Programa de Integração Social – PIS	22.671	122.945
Fundo Garantia Safra – FGS	9.083	30.527
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	69.166	76.925
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	383.860	334.259
Depósitos – Pró-frota Pesqueira	7.945	8.114
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS	10.447	4.526
Depósitos – PREVHAB	623.966	523.094
Saúde CAIXA	263.759	243.494
Outros	535.947	509.447
Total	**8.476.386**	**10.155.127**

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	**Taxa de Remuneração**	**2014**		**2013**	
		2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Depósitos – FGTS	Selic	(272.544)	(558.091)	(256.074)	(488.593)
Depósitos – FAT	Selic e TJLP	(49.298)	(95.128)	(53.573)	(109.354)
Depósitos – FISANE	TR	(303)	(582)	(258)	(492)
Depósitos – PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(1.760)	(2.409)	(1.611)	(3.086)
Depósitos – PIS	Extra mercado	(27.216)	(50.924)	(14.921)	(27.069)
Depósitos – FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(2.116)	(3.141)	(3.612)	(5.289)
Depósitos – FAR	Selic	(20.295)	(36.234)	(11.371)	(27.716)
Depósitos – FDS	Selic fator dia	(20.969)	(39.376)	(16.298)	(30.684)
Depósitos – Tesouro Nacional	Selic	(16.978)	(31.333)	(12.192)	(21.145)
Depósitos – FAS	TR	(51)	(76)	(7)	(7)
Depósitos – PREVHAB	Selic	(33.179)	(61.600)	(24.757)	(43.278)
Depósitos – Caução	TR	(5.052)	(8.145)	(3.726)	(183.091)
Depósitos – FCA	Extra - mercado	(22.149)	(41.457)	(17.374)	(30.206)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(31.177)	(56.248)	(19.807)	(31.581)
Outros		(39.568)	(79.166)	(31.406)	(57.831)
Total		**(542.655)**	**(1.063.910)**	**(466.987)**	**(1.059.422)**

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT, enquanto disponíveis, são remunerados, *pro-rata* dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e, à medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT n° 439/2005 e n° 489/2006.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO										
	Devolução de Recursos do FAT				31/12/2014			31/12/2013		
Descrição	**Res/ TADE**	**Forma**	**Data**	**Data Final**	**Disponível**	**Aplicado**	**Total**	**Disponível**	**Aplicado**	**Total**
Programas					462.236	1.226.330	1.688.566	136.093	1.584.128	1.720.221
Proger urbano					374.230	844.004	1.218.234	67.245	1.116.098	1.183.343
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	374.230	844.004	1.218.234	67.243	1.111.422	1.178.665
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	-	-	-	26	26
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	-	-	-	2	4.650	4.652
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007	-	-	-	-	1.120	6.735	7.855
FAT infraestrutura				-	64.789	378.609	443.398	66.779	458.011	524.790
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	64.789	378.609	443.398	66.779	458.011	524.790
FAT – PNMPO				-	23.217	3.717	26.934	949	3.284	4.233
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	23.217	3.717	26.934	949	3.284	4.233
Linhas de crédito especiais					300	74.160	74.460	299	74.159	74.458
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	-	300	74.160	74.460	299	74.159	74.458
Total					**462.536**	**1.300.490**	**1.763.026**	**136.392**	**1.658.287**	**1.794.679**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 15 – Captações no mercado aberto

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Carteira Própria[1]	**76.689.005**	**83.815.366**	**76.689.005**	**83.730.605**
Letras Financeiras do Tesouro	-	4.627.738	-	4.627.738
Letras do Tesouro Nacional	41.115.381	49.660.494	41.115.381	49.660.494
Notas do Tesouro Nacional	27.661.569	26.052.299	27.661.569	25.967.539
Debêntures	7.380.696	3.474.835	7.380.696	3.474.834
Certificados de Recebíveis Imobiliários	531.359	-	531.359	-
Carteira de Terceiros	**96.080.879**	**32.759.024**	**96.080.879**	**32.759.024**
Letras Financeiras do Tesouro	6.876.951	11.103.849	6.876.951	11.103.849
Letras do Tesouro Nacional	34.742.305	10.315.230	34.742.305	10.315.230
Notas do Tesouro Nacional	54.461.623	11.339.945	54.461.623	11.339.945
Total	**172.769.884**	**116.574.390**	**172.769.884**	**116.489.629**
Passivo circulante	165.935.128	115.453.523	165.935.128	115.368.762
Passivo não circulante	6.834.756	1.120.867	6.834.756	1.120.867

[1] Valores calculados considerando o "PU de Garantia" do papel vinculado.

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	INDIVIDUAL			
	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Carteira própria	(4.139.571)	(7.376.051)	(3.002.098)	(5.198.342)
Carteira de terceiros	(6.064.102)	(10.161.535)	(3.396.625)	(5.151.258)
Carteira de livre movimentação	(114.669)	(114.669)	-	-
Total	**(10.318.342)**	**(17.652.255)**	**(6.398.723)**	**(10.349.600)**

Descrição	CONSOLIDADO			
	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Carteira própria	(4.134.591)	(7.366.824)	(2.998.350)	(5.188.300)
Carteira de terceiros	(6.064.102)	(10.161.535)	(3.396.625)	(5.151.258)
Carteira de livre movimentação	(114.669)	(114.669)	-	-
Total	**(10.313.362)**	**(17.643.028)**	**(6.394.975)**	**(10.339.558)**

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos

(a) Recursos de letras

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Depósitos	Vencimento Indexador	Vencimento				31/12/2014	31/12/2013
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Letra Hipotecária	IGP-M	-	-	-	622.177	622.177	600.065
Letra Hipotecária	INPC	-	-	-	13.522	13.522	12.723
Letra Hipotecária	TR	1.344	498	-	-	1.842	9.913
Letra de Crédito Imobiliário	IGP-M	-	-	-	9.011	9.011	8.691
Letra de Crédito Imobiliário	CDI	8.678.499	10.494.725	18.137.025	49.331.523	86.641.772	51.031.388
Letra Financeira	CDI	1.269.223	571.479	5.607.209	29.627.414	37.075.325	22.816.089
Letra Financeira	IPCA	-	-	-	800.129	800.129	587.701
Letra de Crédito do Agronegócio	CDI	236.806	40.277	706.774	823.592	1.807.449	2.424.251
Total		**10.185.872**	**11.106.979**	**24.451.008**	**81.227.368**	**126.971.227**	**77.490.821**
Passivo circulante						45.743.859	37.263.075
Passivo não circulante						81.227.368	40.227.746

(b) Despesas com recursos de letras

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Letras Imobiliárias	(3.722.380)	(6.294.664)	(1.786.131)	(2.750.348)
Letras Hipotecárias	(43.150)	(90.118)	(52.358)	(92.223)
Letras Financeiras	(2.012.100)	(3.481.578)	(962.973)	(1.655.056)
Letras de Crédito do Agronegócio	(118.870)	(234.926)	(73.779)	(124.212)
Total	**(5.896.500)**	**(10.101.286)**	**(2.875.241)**	**(4.621.839)**

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

A CAIXA realizou a emissão de títulos no exterior com o objetivo de construir uma fonte alternativa de captar recursos de longo prazo para financiamento de suas operações ativas. Até 31/12/2014, foram realizadas cinco emissões internacionais, sendo 4 tranches seniores e 1 subordinada, cujas características são apresentadas a seguir:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Notas Seniores	Moeda	Valor emitido	Remun. a.a.	Data Captação	Vencim.	31/12/2014[1]	31/12/2013[1]
1ª série	US$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	2.519.469	2.302.609
2ª série	US$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.259.734	1.151.303
3ª série	US$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	3.424.702	2.878.261
4ª série	US$	1.300.000.000	4,25%	mai/14	mai/19	3.573.945	-
Total						**10.777.850**	**6.332.173**

[1] Valores em milhares de R$.

(d) Resultado com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Marcação a mercado de TVM no exterior	9.453	(126.841)	192.446	152.788
Juros e deságio com TVM no exterior	(42.126)	(42.126)	(83.836)	(126.825)
Administrativas e tributárias	(220.916)	(374.910)	-	(10.986)
Total	**(253.589)**	**(543.877)**	**108.610**	**14.977**

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
Repasses no país	**177.431.598**	**158.322.179**
FGTS	145.033.444	132.732.425
BNDES	29.705.446	23.631.046
Tesouro Nacional – PIS	780.580	659.562
Outras instituições	1.912.128	1.299.146
Empréstimos no exterior	**5.450.039**	**3.231.933**
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	2.020.285	896.512
Demais linhas de crédito	3.429.754	2.335.421
Total de obrigações por empréstimos e repasses	**182.881.637**	**161.554.112**
Passivo circulante	7.009.426	3.017.150
Passivo não circulante	175.872.211	158.536.962

(a) Repasses no país

Compostos, principalmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

(b) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto, substancialmente por empréstimos tomados junto a instituições financeiras no exterior sujeitos a juros de até 2,052% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, com vencimentos até 2016. Os demais recursos tomados no exterior referem-se à captação de linhas de crédito, sujeitos à taxa de juros de até 1,3853% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2015.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(c) Despesas com obrigações por empréstimos/repasses

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
FGTS	(5.288.106)	(9.790.907)	(4.011.402)	(7.437.294)
BNDES	(762.199)	(1.562.852)	(588.712)	(1.082.045)
Tesouro Nacional – PIS	(26.940)	(49.895)	(21.691)	(42.169)
Empréstimos no exterior	(315.072)	(384.084)	(108.203)	(191.823)
Fundo Marinha Mercante	(195.418)	(219.845)	(91.995)	(168.844)
Outras instituições	(48.009)	(78.447)	(153.177)	(170.257)
Total	**(6.635.744)**	**(12.086.030)**	**(4.975.180)**	**(9.092.432)**

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	342.885	264.352
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	342.662	39.318
Sociais e estatutárias	1.874.197	4.523.044
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	1.894.466	2.147.292
Negociação e intermediação de valores	70.597	44.592
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	10.107.859	8.852.307
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	1.900.636	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	20.177.205	40.518.594
Diversas (Nota 18 (e))	51.211.749	41.046.639
Total	**87.922.256**	**97.436.138**
Passivo circulante	58.628.176	57.606.259
Passivo não circulante	29.294.080	39.829.879

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	342.884	264.352
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	342.662	39.318
Sociais e estatutárias	1.874.197	4.523.044
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.188.492	2.367.098
Negociação e intermediação de valores	70.597	44.592
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	10.107.859	8.852.307
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	1.900.636	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	20.177.205	40.518.594
Diversas (Nota 18 (e))	51.219.349	41.047.008
Total	**88.223.881**	**97.656.313**
Passivo circulante	58.929.801	57.826.434
Passivo não circulante	29.294.080	39.829.879

(b) Fiscais e previdenciárias

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Tributos sobre salários a recolher	420.826	370.617
Tributos sobre serviços a recolher	244.495	279.247
Tributos sobre lucros a recolher	260.452	176.992
Imposto de renda	89.502	-
Contribuição social	38.627	-
COFINS	113.878	152.285
PASEP	18.445	24.707
Tributos diferidos	804.729	1.066.177
Reavaliação – edificações	144.104	154.242
Contratos futuros	627.790	734.097
Benefícios pós-emprego	-	116.805
Tarifas a receber da União	32.835	61.033
Prov. riscos fiscais (Nota 30 (a))	163.964	254.259
Total	**1.894.466**	**2.147.292**
Passivo circulante	1.750.362	1.993.050
Passivo não circulante	144.104	154.242

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Tributos sobre salários a recolher	420.826	370.617
Tributos sobre serviços a recolher	244.495	279.247
Tributos sobre lucros a recolher	280.632	186.598
Imposto de renda	98.780	2.772
Contribuição social	43.032	3.308
COFINS	119.216	155.182
PASEP	19.604	25.336
Tributos diferidos	1.078.575	1.276.377
Reavaliação – edificações	144.104	154.242
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	273.846	210.200
Contratos futuros	627.790	734.097
Benefícios pós-emprego	-	116.805
Tarifas a receber da União	32.835	61.033
Prov. riscos fiscais (Nota 30 (a))	163.964	254.259
Total	**2.188.492**	**2.367.098**
Passivo circulante	2.044.388	2.212.856
Passivo não circulante	144.104	154.242

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela CAIXA.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Fundos e programas sociais	8.074.813	7.268.366
FGTS	4.100.400	3.664.692
Minha Casa, Minha Vida	2.876.925	2.567.678
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	281.990	269.911
Programas de transferência de renda	140.812	223.537
Outros fundos e programas	674.686	542.548
Fundos financeiros e de desenvolvimento	549.281	273.446
PIS	497.803	272.032
FAT	50.060	8
FINSOCIAL	1.418	1.406
Operações com loterias	1.483.765	1.310.495
Total	**10.107.859**	**8.852.307**

(d) Instrumentos de Dívida elegíveis a capital

(d.1) Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II

Em 2014, a CAIXA contratou 10 Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II, sendo 2 dívidas subordinadas, 07 letras financeiras subordinadas e 01 Nota Subordinada no Exterior, conforme detalhamento nos itens subsequentes. O valor total captado passou a compor o capital da instituição, refletindo positivamente no PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Letras Financeiras Subordinadas – LFS

Em 2014, a CAIXA realizou captação de R$ 228.900, em um total de 07 Letras Financeiras Subordinadas no mercado local para composição do Nível II do Patrimônio de Referência – PR. Todas as LFS foram consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

Nota Subordinada – NS

A CAIXA concluiu com sucesso uma captação de US$ 500.000 mil (quinhentos milhões de dólares) no mercado internacional, no dia 16/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (call) no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% ao ano.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro, e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem reset de cupom após o 5º ano e cláusula de "absorção de perdas" com eventual write off de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital Principal menor do que 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) determinação pelo Banco Central de não viabilidade do banco.
Em outubro de 2014, o BACEN considerou a NS elegível. Assim, a partir de outubro de 2014, o instrumento passou a compor o Nível II do Patrimônio de Referência da CAIXA.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Vencimento	Rem. a.a.	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amort.	Saldo devedor 31/12/2014	Saldo devedor 31/12/2013
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS							
20/02/2020	6,300%	out/05	3.439.717	2.514.492	(1.549.900)	4.404.309	5.212.848
20/04/2026	5,996%	ago/11	3.000.000	708.587	-	3.708.587	3.469.062
20/07/2032	5,082%	jun/12	3.000.000	434.019	-	3.434.019	3.240.169
20/12/2033	5,15%	out/14	3.000.000	7.518	-	3.007.518	-
20/02/2038	4,80%	dez/14	4.000.000	-	-	4.000.000	-
Letra Financeira elegível – Nível II							
03/06/2020	110% CDI	jun/14	10.000	699	-	10.699	-
02/07/2019	110% CDI	jul/14	18.000	451	-	18.451	-
20/12/2021	110% CDI	dez/14	1.500	13	-	1.513	-
03/06/2024	100% IPCA	jun/14	200.000	13.388	-	213.388	-
TVM no exterior elegível – Nível II							
23/07/2024	7,25%	jul/14	1.106.450	272.271	-	1.378.721	-
Total						**20.177.205**	**11.922.079**

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida
O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar.
A CAIXA possui 06 (seis) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD) autorizados à composição do seu Capital Principal e não possui instrumentos subordinados contratados com características de Capital Complementar.
A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como Instrumento Híbrido de Capital e Dívida – IHCD, conforme definido, à época, pela Resolução CMN nº 3.444/2007. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular nº 348 celebrado entre a União e a CAIXA.
Em 13 de outubro de 2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada, no montante de até R$ 6.000.000. Dessa forma, em outubro de 2009, a CAIXA firmou o contrato IHCD nº 504, com a liberação dos valores em duas tranches: R$ 2.000.400 em outubro de 2009 e R$ 3.999.600 em janeiro de 2010.
Em 20 de setembro de 2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada, no montante de até R$ 13.000.000, em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como capital. Nesse sentido, a CAIXA assinou os contratos IHCD nº 752 e nº 754, em setembro de 2012, nos valores de R$ 6.800.000 e R$ 6.200.000, respectivamente.
Os IHCDs nº 348, 504, 752 e 754 foram contratados durante a vigência da Resolução CMN nº 3.444/07, com cláusulas aderentes à qualificação como Capital a ser utilizado no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência, observados os limitadores existentes à época.
Haja vista a implementação das regras de Basileia III a partir de outubro de 2013, a CAIXA assinou, em novembro de 2013, aditivos aos contratos nº 348, 504, 752 e 754 para adequação à Resolução CMN nº 4.192/13, sendo realizada nova solicitação ao Banco Central do Brasil – BACEN para elegibilidade da dívida como Nível I – Capital Principal.
Enquanto aguardava-se a autorização do BACEN para a classificação destes instrumentos híbridos como Nível I – Capital Principal, a partir de outubro de 2013 os contratos passaram a ser considerados como Nível I – Capital Complementar e tiveram o percentual de 10% a.a. aplicados como redutor, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.192/13.
Em julho de 2014, o BACEN considerou os contratos nº 348, 504, 752 e 754 elegíveis ao Nível I – Capital Principal do PR da CAIXA. Assim, o valor integral dos contratos passou a constar no Capital Principal da instituição o redutor de 10% a.a. aplicado até junho de 2014 deixou de ser aplicado.
Ainda, a CAIXA contratou, em junho de 2013, R$ 8.000.000 através dos IHCDs nº 868 (R$ 3.000.000) e nº 869 (R$ 5.000.000).

A Resolução CMN nº 4.192/13 determina, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de Capital Principal. Assim, informações adicionais sobre os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal podem ser verificadas na Nota 19 (b).

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Discriminação	31/12/2014	31/12/2013
IHCD - elegíveis a capital	**-**	**27.867.701**
Contrato 348	-	7.303.575
Contrato 504	-	7.453.528
Contrato 752	-	6.800.000
Contrato 754	-	6.310.598
Contratos 868 e 869	-	-
IHCD - não elegíveis a capital	**1.900.636**	**728.814**
Total	**1.900.636**	**28.596.515**

(e) Diversas

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	11.665.078	7.218.765
Saúde Caixa	9.346.949	6.211.755
Auxílio e cesta alimentação	861.147	751.678
Planos de benefícios - Previdência privada	1.456.982	255.332
Provisões para pagamentos a efetuar	4.098.673	3.857.448
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	15.289.661	12.996.143
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30 (a))	2.836.810	3.086.733
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30 (a))	2.575.029	2.642.634
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30 (a))	-	52.599
Financiamentos imobiliários a liberar	7.926.702	5.830.105
Recursos vinculados a operações de crédito	60.531	301.567
Recursos vinculados a cessão de crédito	5.496.219	4.323.518
Obrigações por convênios	622.597	296.761
Obrigações por contribuições ao SFH	67.681	30.442
Recursos do FGTS para amortizações	450.660	298.937
Valores a pagar a sociedades ligadas	122.019	110.182
Credores diversos exterior	89	805
Total	**51.211.749**	**41.046.639**

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	11.665.078	7.219.134
Saúde Caixa	9.346.949	6.212.124
Auxílio e cesta alimentação	861.147	751.678
Planos de benefícios - Previdência privada	1.456.982	255.332
Provisões para pagamentos a efetuar	4.099.103	3.857.447
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	15.289.661	12.996.143
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30 (a))	2.836.810	3.086.733
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30 (a))	2.575.029	2.642.634
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30 (a))	-	52.599
Financiamentos imobiliários a liberar	7.926.702	5.830.105
Recursos vinculados a operações de crédito[1]	60.531	301.567
Recursos vinculados a cessão de crédito[2]	5.496.219	4.323.518
Obrigações por convênios	622.597	296.761
Obrigações por contribuições ao SFH	67.681	30.442
Recursos do FGTS para amortizações	450.660	298.937
Valores a pagar a sociedades ligadas	129.189	110.182
Credores diversos exterior	89	806
Total	**51.219.349**	**41.047.008**

[1] Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

[2] Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3.533/2008.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(f) Credores diversos – País

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Cartões de crédito	7.328.476	6.130.233
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)[1]	59.256	255.135
Fornecedores	885.967	919.673
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	536.121	499.328
Crédito comercial – repasses	153.984	118.693
Crédito imobiliário – repasses	961.460	778.327
Obrigações com a União – repasses	41.607	37.899
Outros credores – poupança simplificada	500.195	499.852
Contas a pagar	158.468	1.110.288
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	54.695	43.282
Valores a restituir – penhor	144.601	142.265
Valores a apropriar	4.152.811	2.071.678
Outros credores diversos	312.020	389.490
Total	**15.289.661**	**12.996.143**

[1] EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

Nota 19 – Patrimônio líquido

(a) Capital social
O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28 de março de 2013, aprovou o Estatuto da CAIXA. Em seu artigo 7º instituiu o Capital Social, no montante de R$ 22.054.802, exclusivamente integralizado pela União Federal.

(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal
Em seu artigo 16, a Resolução CMN nº 4.192/13 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados, desde que atendam a requisitos elencados na norma, como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (going-concern).
Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações financeiras.
Em observação às Medidas Provisórias 600/12 e 620/13 e em atenção aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 4.192/13, em junho de 2013, a CAIXA e a União assinaram dois Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD no valor total de R$ 8.000.000 (Contrato nº 868 de R$ 3.000.000 e nº 869 de R$ 5.000.000).
Assim, os R$ 8.000.000 contratados em junho de 2013, aderentes aos requisitos elencados na Resolução CMN nº 4.192/13 para integrar o Capital Principal foram autorizados em agosto de 2013 pelo Banco Central do Brasil a compor integralmente o Nível I – Capital Principal do PR, onde passaram a compor também o PL da CAIXA para fins de evidenciação.
Em julho de 2014, o BACEN considerou os IHCDs nº 348, 504, 752 e 754 elegíveis à Nível I – Capital Principal, data em que passam a compor também o PL da CAIXA para fins de evidenciação.
Tais contratos foram aditados com cláusulas semelhantes aos contratos nº 868 e 869 e eram mantidos como Capital Complementar enquanto aguardavam autorização do BACEN para reclassificação ao Capital Principal.
Dessa forma, todos os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida da CAIXA são classificados como Capital Principal e, portanto, compõem o Patrimônio Líquido da CAIXA para fins de evidenciação. A tabela a seguir apresenta a posição dos contratos.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Discriminação	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Contrato 348	7.303.701	-
Contrato 504	7.453.659	-
Contrato 752	6.800.000	-
Contrato 754	6.310.598	-
Contratos 868 e 869	8.000.000	8.000.000
Total	**35.867.958**	**8.000.000**

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à Atualização Monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)
Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 16,07% (Nota 33), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(d) Reservas de reavaliação e de lucros
As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.
As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.
A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reservas de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

Descrição	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Reservas de Reavaliação	408.392	392.929
Reservas de Lucros	6.873.097	4.902.396
Reserva legal	2.325.326	2.005.496
Reserva estatutária – loterias	2.159.653	1.454.999
Reservas margem operacional	2.388.118	1.441.901

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio
São assegurados dividendos sobre o lucro líquido ajustado de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.
Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio proporcionou redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R$ 519.427 em 2014 (R$ 486.614 em 2013).

Descrição	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Lucro líquido	7.091.785	6.723.372
Ajuste de exercício anterior	-	(427.680)
Reserva legal	(319.830)	(336.169)
Realização de reserva	6.947	11.402
Reserva de loterias	(704.654)	(526.699)
Remuneração de IHCD	(695.184)	-
Base para cálculo dos dividendos	5.379.064	5.444.226
Dividendos declarados	2.990.946	4.097.762
Juros sobre o capital próprio	1.298.567	1.216.534
Dividendos	1.692.379	2.881.228

Em 2014:
• foi repassado à União o montante de R$ 95.437 a título de dividendos complementares do exercício de 2012, e de R$ 1.346.464, a título de dividendos complementares do exercício de 2013, perfazendo um montante total de R$ 1.441.901; e
• o montante de R$ 2.990.946, a título de antecipação de dividendos do exercício de 2014.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

(a) Créditos tributários

A rubrica "créditos tributários" possui como valores relevantes:

• créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001;

• créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25%; créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15%; e

• créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo, atualizados para 31/12/2014 estão representados a seguir:

VALOR CONTÁBIL				
Ano de Realização	**Prejuízo Fiscal**	**Crédito a 18% - 1998**	**Diferença Temporal**	**TOTAL**
2015	280.976	123.941	11.999.284	12.404.201
2016	28.669	-	5.841.312	5.869.981
2017	152.798	-	925.620	1.078.418
2018	281.280	-	501.791	783.071
2019	435.975	-	512.372	948.347
2020	376.392	-	522.269	898.661
2021 a 2024	-	-	3.206.893	3.206.893
Total	**1.556.090**	**123.941**	**23.509.541**	**25.189.572**
Valor Presente	**1.252.692**	**122.593**	**20.780.844**	**22.156.129**

Composição dos Créditos Tributários - IRPJ/CSLL

Descrição	31/12/2014			31/12/2013		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	TOTAL
Diferenças Temporárias:	**13.255.440**	**7.757.169**	**21.012.609**	**11.054.286**	**6.427.359**	**17.481.645**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.686.523	5.078.505	13.765.028	7.065.635	4.075.228	11.140.863
Passivos Atuariais	1.420.024	852.015	2.272.039	1.209.280	725.568	1.934.848
Provisões Trabalhistas	709.202	425.521	1.134.723	771.683	463.010	1.234.693
Provisões Cíveis	703.304	421.982	1.125.286	678.728	407.237	1.085.965
Provisão para Perdas - FCVS a receber	481.141	288.685	769.826	-	-	-
Ajuste a Vr de Mercado de Títulos p/ Negociação	409.154	245.493	654.647	457.814	274.689	732.503
Provisão p/ Desvalorização de Bens Não de Uso	8.106	4.864	12.970	7.904	4.742	12.646
Provisões Fiscais	31.130	18.678	49.808	52.115	31.268	83.383
Outros[1]	806.856	421.426	1.228.282	811.127	445.617	1.256.744
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL:	**1.556.090**	**123.941**	**1.680.031**	**1.837.590**	**402.908**	**2.240.498**
Prejuízo Fiscal a Realizar	1.556.090	-	1.556.090	1.837.590	-	1.837.590
Base Negativa de CSLL a Realizar	-	-	-	-	158.348	158.348
Crédito de CSLL a 18% a Realizar	-	123.941	123.941	-	244.560	244.560
Total dos Créditos com Impacto no Resultado	**14.811.530**	**7.881.110**	**22.692.640**	**12.891.876**	**6.830.267**	**19.722.143**
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	603.445	362.067	965.512	196.125	117.675	313.800
Perdas Atuariais CPC 33	836.243	501.747	1.337.990	-	-	-
Total dos Créditos com Impacto no Patrimônio Líquido	**1.439.688**	**863.814**	**2.303.502**	**196.125**	**117.675**	**313.800**
Total dos Créditos Tributários	**16.251.218**	**8.744.924**	**24.996.142**	**13.088.001**	**6.947.942**	**20.035.943**
Total dos Créditos Não Constituídos	**995.283**	**590.955**	**1.586.238**	**1.551.288**	**918.943**	**2.470.231**

[1] Os créditos tributários de IRPJ e de CSLL possuem informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Outros", que apresenta o montante de R$ 1.228.320 (31/12/2013 – R$ 1.256.773) na demonstração consolidada.

Composição dos Créditos Tributários - PASEP/COFINS

Descrição	31/12/2014			31/12/2013		
	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	TOTAL
Total dos Créditos com Impacto no Resultado	**10.584**	**65.131**	**75.715**	**12.769**	**78.577**	**91.346**
Ajuste a Mercado	10.584	65.131	75.715	12.769	78.577	91.346
Total dos Créditos c/ Impacto no Patrim. Líquido	**16.455**	**101.260**	**117.715**	**5.348**	**32.910**	**38.258**
Ajuste a Vr de Mercado Títulos Disp. para Venda	16.455	101.260	117.715	5.348	32.910	38.258
Total	**27.039**	**166.391**	**193.430**	**18.117**	**111.487**	**129.604**

(b) Movimentação do crédito tributário

Movimentação do Crédito Tributário			
Descrição	**Valor Bruto**	**Provisão**	**Total**
Saldo em 31/12/2013	**22.635.778**	**(2.470.231)**	**20.165.547**
Constituição de Diferenças Temporárias de IRPJ e CSLL no Período[1]	3.530.965	-	3.530.965
Constituição de Provisão	(883.993)	883.993	-
Reversão PASEP/COFINS	(15.632)	-	(15.632)
Constituição com impacto no PL	2.069.158	-	2.069.158
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(281.501)	-	(281.501)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(158.346)	-	(158.346)
Baixa de Crédito Tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(120.619)	-	(120.619)
Saldo em 31/12/2014	**26.775.810**	**(1.586.238)**	**25.189.572**

[1] A demonstração da movimentação do crédito tributário possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Constituição de diferenças temporárias no período", que apresenta o montante de R$ 3.530.975 na demonstração consolidada.

(c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

INDIVIDUAL								
Descrição	**2014**				**2013**			
	2º semestre		**Exercício**		**2º semestre**		**Exercício**	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Resultado antes dos tributos e participações	**2.530.331**	**2.530.331**	**5.982.149**	**5.982.149**	**2.062.426**	**2.062.426**	**5.158.541**	**5.158.541**
Encargo IRPJ (25%) e CSLL (15%)	(632.571)	(379.549)	(1.495.513)	(897.322)	(515.594)	(309.364)	(1.289.611)	(773.781)
Efeitos tributários adições e exclusões	116.234	82.996	(210.497)	(113.098)	221.668	133.321	124.872	75.573
Juros sobre o capital próprio	310.261	186.157	498.438	299.063	149.422	89.654	304.133	182.480
Participação dos empregados nos lucros	210.754	126.452	298.703	179.222	170.748	102.449	265.826	159.496
Ativo fiscal diferido – Realização de PF e BN	(20.286)	(24.608)	253.782	250.692	(7.870)	(8.191)	178.441	181.678
Incentivo fiscal	15.774	-	49.529	-	14.757	-	33.520	-
Reserva de reavaliação	1.854	1.112	5.867	3.520	2.158	1.294	5.502	3.300
Despesa corrente	**2.020**	**(7.440)**	**(599.691)**	**(277.923)**	**35.289**	**9.163**	**(377.317)**	**(171.254)**
Ativo fiscal diferido	**1.425.214**	**863.448**	**1.919.655**	**1.050.845**	**1.408.287**	**859.344**	**2.268.474**	**1.239.589**
Diferenças temporárias	1.432.646	867.114	2.201.156	1.329.810	1.400.418	851.154	2.352.920	1.421.268
Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	(7.432)	-	(281.501)	(158.346)	7.869	4.818	(84.446)	(106.870)
CSLL a 18%	-	(3.666)	-	(120.619)	-	3.372	-	(74.809)
Passivo Fiscal Diferido	**(167.652)**	**(100.590)**	**132.225**	**79.335**	**(67.965)**	**(40.779)**	**(207.097)**	**(124.258)**
Despesa diferida/marcação a mercado	(167.652)	(100.590)	132.225	79.335	(67.965)	(40.779)	(207.097)	(124.258)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	**1.259.582**	**755.418**	**1.452.189**	**852.257**	**1.375.611**	**827.728**	**1.684.060**	**944.077**

CONSOLIDADO								
Descrição	**2014**				**2013**			
	2º semestre		**Exercício**		**2º semestre**		**Exercício**	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Resultado antes dos tributos e participações	**2.564.014**	**2.564.014**	**6.020.228**	**6.020.228**	**2.078.565**	**2.078.565**	**5.175.372**	**5.175.372**
Encargo IRPJ (25%) e CSLL (15%)	(640.991)	(384.602)	(1.505.033)	(903.034)	(519.639)	(311.785)	(1.293.829)	(776.306)
Efeitos tributários adições e exclusões	237.035	155.490	(12.508)	5.710	(292.754)	(175.974)	(270.557)	(162.984)
Juros sobre o capital próprio	310.260	186.156	498.438	299.063	149.422	89.654	304.133	182.480
Participação dos empregados nos lucros	210.753	126.452	298.703	179.222	170.748	102.449	265.826	159.496
Ativo fiscal diferido – Realização de PF e BN	(20.285)	(24.608)	253.782	250.692	(7.870)	(8.191)	178.441	181.678
Incentivo fiscal	15.774	-	49.529	-	14.757	-	33.520	-
Reserva de reavaliação	1.855	1.113	5.868	3.521	2.158	1.294	5.502	3.300
Part. em coligadas e controladas	81.687	50.278	156.349	93.809	59.328	35.596	136.487	81.892
Outros	(220.333)	(124.826)	(317.247)	(272.254)	447.272	271.844	250.786	154.727
Despesa corrente	**(24.245)**	**(14.547)**	**(572.119)**	**(343.271)**	**23.422**	**4.887**	**(389.691)**	**(175.717)**
Ativo fiscal diferido	**1.425.213**	**863.450**	**1.919.662**	**1.050.847**	**1.408.289**	**859.346**	**2.268.478**	**1.239.591**
Diferenças temporárias	1.432.646	867.115	2.201.163	1.329.812	1.400.420	851.156	2.352.924	1.421.270
Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	(7.433)	-	(281.501)	(158.346)	7.869	4.818	(84.446)	(106.870)
CSLL a 18%	-	(3.665)	-	(120.619)	-	3.372	-	(74.809)
Passivo Fiscal Diferido	**(167.881)**	**(100.673)**	**131.996**	**79.252**	**(67.965)**	**(40.779)**	**(207.097)**	**(124.258)**
Despesa diferida/marcação a mercado	(167.881)	(100.673)	131.996	79.252	(67.965)	(40.779)	(207.097)	(124.258)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	**1.233.087**	**748.230**	**1.479.539**	**786.828**	**1.363.746**	**823.454**	**1.671.690**	**939.616**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

INDIVIDUAL				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado de operação de crédito	35.919.247	66.348.709	25.668.444	46.493.678
Operações compromissadas	7.673.076	12.377.999	3.975.378	6.918.465
Ativos financeiros mantidos para negociação	3.919.323	8.556.363	3.589.485	4.099.362
Ativos financeiros disponíveis para venda	923.798	1.728.906	561.897	872.543
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.508.168	5.367.628	2.216.061	4.914.656
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	2.352.989	1.460.518	653.503	2.611.687
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	3.876.248	7.308.196	2.952.769	5.052.264
Créditos vinculados ao SFH	817.377	1.628.112	634.370	1.433.806
Outras	375.450	984.993	371.625	652.631
Total	**58.365.676**	**105.761.424**	**40.623.532**	**73.049.092**

CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado de operação de crédito	35.919.247	66.348.709	25.668.444	46.493.678
Operações compromissadas	7.673.076	12.377.999	3.975.378	6.918.465
Ativos financeiros mantidos para negociação	3.919.323	8.556.363	3.589.485	4.099.362
Ativos financeiros disponíveis para venda	967.894	1.777.124	561.897	872.543
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.508.168	5.367.628	2.216.061	4.914.656
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	2.352.989	1.460.518	653.503	2.611.687
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	3.876.248	7.308.196	2.952.769	5.052.264
Créditos vinculados ao SFH	817.377	1.628.112	634.370	1.433.806
Outras	375.450	984.993	371.625	652.631
Total	**58.409.772**	**105.809.642**	**40.623.532**	**73.049.092**

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

INDIVIDUAL				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações com clientes	(20.028.450)	(36.249.707)	(13.461.936)	(23.399.648)
Operações com instituições financeiras	(186.586)	(295.466)	(38.866)	(78.765)
Operações compromissadas	(10.318.342)	(17.652.255)	(6.398.723)	(10.349.600)
Empréstimos, cessões e repasses	(6.635.744)	(12.086.030)	(4.975.180)	(9.092.432)
Resultado com câmbio	(1.329.934)	(1.029.957)	(263.267)	(448.753)
Depósitos especiais e fundos e programas	(542.655)	(1.063.909)	(466.987)	(1.059.422)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(6.725.992)	(13.155.661)	(4.869.006)	(9.190.635)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(2.348.044)	(2.529.252)	(157.927)	(251.067)
Total	**(48.115.747)**	**(84.062.237)**	**(30.631.892)**	**(53.870.322)**

CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações com clientes	(20.010.025)	(36.215.227)	(13.449.599)	(23.383.832)
Operações com instituições financeiras	(186.586)	(295.466)	(38.866)	(78.765)
Operações compromissadas	(10.313.363)	(17.643.028)	(6.394.976)	(10.339.557)
Empréstimos, cessões e repasses	(6.635.744)	(12.086.030)	(4.975.180)	(9.092.432)
Resultado com câmbio	(1.329.934)	(1.029.957)	(263.267)	(448.753)
Outros dep. especiais e fundos e programas	(542.655)	(1.063.909)	(466.987)	(1.059.422)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(6.725.992)	(13.155.661)	(4.869.006)	(9.190.635)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(2.348.044)	(2.529.252)	(157.927)	(251.067)
Total	**(48.092.343)**	**(84.018.530)**	**(30.615.808)**	**(53.844.463)**

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

a) Receitas de prestação de serviços

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Tesouro Nacional e administração de fundos sociais	**3.182.349**	**5.985.010**	**2.782.948**	**5.248.388**
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	1.999.674	3.903.141	1.771.786	3.463.630
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	71.312	128.650	58.174	109.419
Programa de Integração Social (PIS)	105.674	127.917	102.936	125.638
Loterias Federais	750.464	1.319.428	616.100	1.118.857
Financiamento Estudantil - (FIES)	154.409	282.359	108.001	203.162
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	35.190	73.695	40.950	84.792
Repasses Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	36.931	88.452	55.036	80.526
Seguro-desemprego	28.153	59.630	28.782	59.753
Outros	542	1.738	1.183	2.611
Rendas de cartões	784.390	1.515.419	649.518	1.244.907
Operações de crédito e garantias prestadas	980.183	1.820.146	799.158	1.677.081
Cobrança	324.838	637.623	310.206	591.474
Arrecadações	1.130.094	2.279.241	1.071.253	2.129.397
Fundos de investimentos e carteiras administradas	743.828	1.443.469	723.668	1.372.733
Conta-corrente	110.994	165.610	48.112	107.012
Programa de Transferência de Renda	180.091	363.112	188.344	365.151
Prestados a ligadas	280.959	567.072	309.211	572.678
Outros serviços	163.651	327.975	153.406	301.593
Total	**7.881.377**	**15.104.677**	**7.035.824**	**13.610.414**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

b) Rendas de Tarifas Bancárias

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Rendas de cartões	280.846	494.111	179.977	329.821
Operações de crédito e cadastro	461.185	876.678	384.382	726.608
Pacote de serviços	720.572	1.389.866	682.507	1.244.604
Contas de depósito	193.401	358.030	162.173	296.834
Transferência de recursos	90.428	165.614	69.519	133.076
Outras	8.212	15.344	5.738	10.575
Total	**1.754.644**	**3.299.643**	**1.484.296**	**2.741.518**

Nota 24 – Despesas com pessoal

INDIVIDUAL				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Proventos	(5.844.105)	(11.158.602)	(5.340.500)	(10.087.438)
Salários e proventos	(5.380.586)	(10.373.729)	(4.825.006)	(9.214.292)
Indenizações trabalhistas	(463.519)	(784.873)	(515.494)	(873.146)
Benefícios	(1.184.016)	(2.242.878)	(1.032.582)	(1.950.396)
Encargos sociais:	(2.213.869)	(4.279.364)	(1.923.719)	(3.682.118)
FGTS	(409.095)	(791.787)	(360.242)	(688.623)
Previdência social	(1.256.620)	(2.437.022)	(1.123.630)	(2.138.873)
Prev. complementar	(408.603)	(797.547)	(333.404)	(650.650)
Outros encargos	(139.551)	(253.008)	(106.443)	(203.972)
Outros	(98.748)	(189.405)	(115.878)	(206.677)
Total	**(9.340.738)**	**(17.870.249)**	**(8.412.679)**	**(15.926.629)**

CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Proventos	(5.845.044)	(11.160.290)	(5.341.142)	(10.088.685)
Salários e proventos	(5.381.525)	(10.375.417)	(4.825.648)	(9.215.539)
Indenizações trabalhistas	(463.519)	(784.873)	(515.494)	(873.146)
Benefícios	(1.184.016)	(2.242.878)	(1.032.582)	(1.950.395)
Encargos sociais:	(2.214.182)	(4.279.970)	(1.923.907)	(3.682.531)
FGTS	(409.157)	(791.902)	(360.282)	(688.709)
Previdência social	(1.256.787)	(2.437.335)	(1.123.742)	(2.139.120)
Prev. complementar	(408.668)	(797.690)	(333.425)	(650.699)
Outros encargos	(139.570)	(253.043)	(106.458)	(204.003)
Outros	(98.754)	(189.465)	(115.918)	(206.783)
Total	**(9.341.996)**	**(17.872.603)**	**(8.413.549)**	**(15.928.394)**

Nota 25 – Outras despesas administrativas

INDIVIDUAL				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comunicações	(355.285)	(685.214)	(336.120)	(631.977)
Manutenção e conservação de bens	(462.992)	(903.255)	(411.709)	(808.615)
Água e energia	(157.708)	(321.338)	(142.664)	(289.833)
Aluguéis e arrendamento de bens	(687.259)	(1.338.378)	(597.051)	(1.151.013)
Despesas de material	(84.601)	(187.853)	(101.154)	(199.300)
Processamento de dados	(656.528)	(1.230.373)	(539.015)	(1.079.804)
Promoções e relações públicas	(186.846)	(354.104)	(193.180)	(340.295)
Propaganda e publicidade	(284.976)	(516.746)	(310.517)	(453.706)
Serviços do sistema financeiro	(228.490)	(429.917)	(192.618)	(367.078)
Serviços de terceiros	(773.733)	(1.556.197)	(733.073)	(1.388.746)
Serviços especializados	(353.214)	(671.364)	(312.545)	(580.718)
Serviços de vigilância e segurança	(423.003)	(869.301)	(435.747)	(780.980)
Amortização	(324.398)	(648.601)	(289.393)	(577.724)
Depreciação	(427.628)	(825.651)	(308.112)	(591.556)
Outras	(204.028)	(379.556)	(206.870)	(383.113)
Total	**(5.610.689)**	**(10.917.848)**	**(5.109.768)**	**(9.624.458)**

CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comunicações	(355.285)	(685.214)	(336.120)	(631.977)
Manutenção e conservação de bens	(462.992)	(903.255)	(411.709)	(808.615)
Água e energia	(157.708)	(321.338)	(142.664)	(289.833)
Aluguéis e arrendamento de bens	(687.259)	(1.338.378)	(597.051)	(1.151.014)
Despesas de material	(84.601)	(187.853)	(101.154)	(199.301)
Processamento de dados	(656.528)	(1.230.373)	(539.015)	(1.079.804)
Promoções e relações públicas	(186.846)	(354.104)	(193.180)	(340.295)
Propaganda e publicidade	(284.976)	(516.746)	(310.517)	(453.705)
Serviços do sistema financeiro	(228.490)	(429.917)	(192.618)	(367.078)
Serviços de terceiros	(773.733)	(1.556.197)	(733.073)	(1.388.745)
Serviços especializados	(353.909)	(672.951)	(312.752)	(581.932)
Serviços de vigilância e segurança	(423.003)	(869.301)	(435.747)	(780.980)
Amortização	(324.398)	(648.601)	(289.393)	(577.725)
Depreciação	(427.628)	(825.651)	(308.112)	(591.556)
Outras	(204.089)	(379.709)	(206.968)	(383.837)
Total	**(5.611.445)**	**(10.919.588)**	**(5.110.073)**	**(9.626.397)**

Nota 26 – Outras receitas operacionais

INDIVIDUAL				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comissões e taxas s/ operações[1]	49.263	657.752	241.730	373.613
Comissões e taxas s/ operações - agente financeiro FGTS	2.158.346	3.917.835	2.144.953	4.610.817
Recuperação de despesas[2]	1.700.101	2.300.525	698.616	1.816.598
Reversão de outras provisões operacionais	1.336.851	2.284.986	1.237.700	2.084.740
Receitas de dividendos	669	7.230	2.926	4.904
Atualização de depósitos em garantia	377.399	706.439	293.666	531.159
Rendas de créditos específicos	35.450	66.444	27.359	48.599
Resultado com marcação a mercado hedge contábil	-	-	(330.383)	-
Receita de deságio na aquisição de royalties	1.349	77.530	89.724	134.560
Reversão de despesas - repactuação IHCD	-	-	193.283	193.283
Recuperação de despesas - PASEP/COFINS[3]	172.355	405.370	-	-
Outras receitas operacionais	422.466	798.970	309.170	426.808
Total	**6.254.249**	**11.223.081**	**4.908.744**	**10.225.081**

CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comissões e taxas s/ operações[1]	49.263	657.752	241.730	373.613
Comissões e taxas s/ operações - agente financeiro FGTS	2.158.346	3.917.835	2.144.953	4.610.817
Recuperação de despesas[2]	1.696.574	2.293.954	695.988	1.811.224
Reversão de outras provisões operacionais	1.336.851	2.284.986	1.237.700	2.084.739
Receitas de dividendos	59.996	77.642	50.793	62.451
Atualização de depósitos em garantia	377.399	706.439	293.666	531.159
Rendas de créditos específicos	35.450	66.444	27.359	48.598
Resultado com marcação a mercado hedge contábil	-	-	(330.383)	-
Receita de deságio na aquisição de royalties	1.349	77.530	89.724	134.560
Reversão de despesas - repactuação IHCD	-	-	193.283	193.283
Recuperação de despesas - PASEP/COFINS[3]	172.355	405.370	-	-
Outras receitas operacionais	419.924	789.501	309.282	424.051
Total	**6.307.507**	**11.277.453**	**4.954.095**	**10.274.495**

[1] Variação apresentada no exercício de 2014 refere-se essencialmente à repactuação de contrato da CAIXA com a EMGEA.

[2] Variação apresentada no 2º semestre de 2014 refere-se essencialmente à recuperação de despesas com perdas registradas por multiplicidade de concessões de financiamentos habitacionais com cobertura do FCVS (R$ 1.036.661).

[3] Recuperação de despesas com PASEP/COFINS decorrente da inclusão das despesas de juros com IHCD na base de cálculo, Lei nº 12.973/2014.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 27 – Outras despesas operacionais

Outras despesas operacionais possuem informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Outras", que apresenta o montante de R$ 379.505 no segundo semestre de 2014 e de R$ 822.931 no exercício de 2014, na demonstração consolidada.

INDIVIDUAL				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
FCVS a receber - provisão/ perdas	(352.683)	(545.486)	(390.592)	(765.161)
Obrigações com fundos e programas	(980.068)	(1.239.418)	(180.893)	(331.526)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(328.830)	(1.232.845)	(1.099.905)	(2.606.721)
Despesas com cartão	(742.429)	(1.298.523)	(579.512)	(1.035.228)
Despesas com loterias	(115.276)	(214.563)	(96.688)	(192.424)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(1.152.844)	(2.175.340)	(1.012.758)	(2.015.173)
FGTS - Arrecadação/ pagamento	(243.852)	(490.358)	(240.725)	(480.551)
Serviços automatizados	(147.950)	(282.354)	(124.097)	(229.886)
Alavancagem de negócios	(259.427)	(434.229)	(179.561)	(324.799)
Gestão financ. c/ fundo de previdência	-	(156.820)	(162.015)	(314.232)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(348.572)	(674.190)	(307.872)	(545.135)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(146.368)	(274.548)	(134.345)	(237.896)
Descontos de operações de crédito	(420.272)	(560.654)	(229.435)	(391.357)
Desp. com operações de fomento - atualização monetária	(157.176)	(244.930)	(65.863)	(96.396)
Despesas com títulos emitidos no exterior	(253.589)	(543.876)	97.624	14.977
Desp. provisões operacionais	(337.975)	(608.864)	(417.869)	(728.542)
Provisão para causas judiciais	(394.495)	(879.801)	(686.059)	(1.058.865)
Condenações judiciais	(106.372)	(209.520)	(48.297)	(101.632)
Benefícios sociais	(39.198)	(64.150)	(37.567)	(79.755)
Benefício pós-emprego	(419.290)	(838.586)	(533.428)	(885.420)
Outras	(378.563)	(821.983)	(326.170)	(571.577)
Total	**(7.325.229)**	**(13.791.038)**	**(6.756.027)**	**(12.977.299)**

Nota 28 – Resultado não operacional

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Receitas não operacionais	**103.823**	**208.984**	**225.334**	**411.780**
Lucro na alienação de valores e bens	37.373	80.608	126.131	180.658
Alienação de bens imóveis	11.078	24.626	13.925	99.279
Sobras de caixa não reclamadas	24.591	49.412	22.487	41.818
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	2.031	2.090	867	4.933
Multas e penalidades	18.334	36.908	19.374	33.014
Reversão perdas investim. permanentes avaliados p/ custo	2	2	36.503	40.862
Outras rendas não operacionais	10.414	15.338	6.047	11.216
Despesas não operacionais	**(432.583)**	**(823.634)**	**(230.285)**	**(431.430)**
Desvalorização de outros valores e bens	(67.248)	(76.640)	(9.183)	(12.869)
Indenizações por perdas e danos	(90.804)	(199.885)	(97.186)	(170.328)
Perdas em imóveis	(22.335)	(46.109)	(13.286)	(31.361)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(150.532)	(249.853)	(70.258)	(136.335)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(14.523)	(24.406)	(11.018)	(19.922)
Perdas em cartões de crédito	(45.612)	(78.640)	(20.793)	(41.042)
Perdas em investimentos permanentes avaliados p/ custo	(12.506)	(109.624)	(869)	(1.883)
Perdas de capital	(783)	(963)	(1)	(4.394)
Outras despesas não operacionais	(28.240)	(37.514)	(7.691)	(13.296)
Total	**(328.760)**	**(614.650)**	**(4.951)**	**(19.650)**

Nota 29 – Despesas tributárias

INDIVIDUAL				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Contribuição COFINS	(984.419)	(1.982.662)	(883.667)	(1.627.565)
PIS/PASEP	(159.968)	(322.183)	(143.596)	(264.479)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(270.052)	(503.845)	(248.118)	(471.501)
Despesas com IPTU	(4.523)	(57.718)	(3.729)	(52.198)
Outras	(21.566)	(25.544)	(2.858)	5.744
Total	**(1.440.528)**	**(2.891.952)**	**(1.281.968)**	**(2.409.999)**

CONSOLIDADO				
Descrição	2014		2013	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Contribuição COFINS	(989.899)	(1.988.188)	(886.618)	(1.630.554)
PIS/PASEP	(161.158)	(323.383)	(144.237)	(265.129)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(270.052)	(503.845)	(248.118)	(471.500)
Despesas com IPTU	(4.523)	(57.718)	(3.729)	(52.199)
Outras	(22.174)	(26.152)	(2.858)	5.739
Total	**(1.447.806)**	**(2.899.286)**	**(1.285.560)**	**(2.413.643)**

Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Ativos contingentes

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

Provisões e passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

(a) Risco Provável:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	31/12/2013	2014					31/12/2014
		Novas provisões	Atualização Monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento	
Fiscais (Nota 18 (b))	254.259	18.654	7.404	30.161	(144.216)	(2.298)	163.964
INSS	52.116	11.333	829	6.666	(51.276)	-	19.668
ISS	152.780	3.166	3.746	18.639	(74.306)	(1.545)	102.480
Outros	49.363	4.155	2.829	4.856	(18.634)	(753)	41.816
Cíveis (Nota 18 (e))	2.642.634	398.952	84.457	440.655	(770.529)	(221.140)	2.575.029
Perdas e danos	889.979	259.151	38.875	144.758	(349.208)	(150.862)	832.693
Poupança	729.129	71.980	6.055	226.375	(82.694)	(68.338)	882.507
Loterias	11.685	8.147	1.459	7.447	(13.240)	(24)	15.474
Crédito imobiliário	128.488	16.665	1.293	5.939	(42.868)	(1.484)	108.033
Contingenciamento do FGTS	883.353	43.009	36.775	56.136	(282.519)	(432)	736.322
Trabalhistas (Nota 18 (e))	3.086.733	565.294	89.388	976.586	(1.470.321)	(410.870)	2.836.810
Outras (Nota 18 (e))	52.599	18.615	-	-	(71.214)	-	-
Total	**6.036.225**	**1.001.515**	**181.249**	**1.447.402**	**(2.456.280)**	**(634.308)**	**5.575.803**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(i) Ações fiscais

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade ínsita a cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos referem-se a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se, neste tomo, as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, APIP e licença prêmio, cujos valores, reposicionados para 31 de dezembro de 2014, correspondem ao total de R$ 1.467.472 (31/12/2013 – R$ 1.416.310), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R$ 19.668 (31/12/2013 - R$ 52.116).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados. Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da Federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo cujo valor total, em 31 de dezembro de 2014, corresponde ao montante de R$ 556.402 (31/12/2013 - R$ 537.665). Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se no valor da provisão ora constituída de R$ 102.480 (31/12/2013 - R$ 152.780).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais a materialidade do débito de CSLL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologados no valor de R$ 7.054 (31/12/2013 - R$ 6.498), em referência a questões procedimentais sobre compensação de créditos efetivamente constituídos em DCTF, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(ii) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros. Em 31 de dezembro de 2014 constavam 56.802 processos trabalhistas provisionados, sendo aproximadamente 54.163 "não relevantes" e 2.639 "relevantes".

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disso, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(iii) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31 de dezembro de 2014 constavam 303.942 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 302.876 "não relevantes" e 1.066 "relevantes".

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do Governo Federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança. A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31 de dezembro de 2014, foi provisionado R$ 882.507 para estes processos. Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2014 para estes processos foi de R$ 736.322.

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Visando reduzir o litígio judicial em 2014, a CAIXA realizou 19.496 acordos processuais, diminuindo, consequentemente, os valores que seriam integralmente despendidos se persistisse a condenação judicial, além de oportunizar ao cliente uma rápida solução para o problema enfrentado. Além disso, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disso, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b) Risco possível

Com base na Resolução CMN nº 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Demandas Fiscais	5.512.106	4.778.552
Demandas Cíveis	1.318.151	1.086.235
Total	**6.830.257**	**5.864.787**

(i) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como polo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R$ 5.512.106, em 31 de dezembro de 2014 (31/12/2013 - R$ 4.778.552), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) O montante de R$ 76.303, refere-se a uma execução fiscal na qual o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação alega o não recolhimento, na época própria, da contribuição de natureza tributária, conforme apurado em notificação fiscal de lançamento de débito;

b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R$ 4.491.551, em 31 de dezembro de 2014 (31/12/2013 - R$ 4.367.141), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;

c) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R$ 199.801, em 31 de dezembro de 2014, com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

d) CSLL, no valor de R$ 147.465, em 31 de dezembro de 2014, relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

e) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R$ 218.672 (31/12/2013 – R$ 122.196), em 31 de dezembro de 2014, sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de "comunicação" para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(ii) Ações cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remota.

O montante de R$ R$ 1.318.151 classificado como probabilidade de perda possível, refere-se a uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(c) Composição dos depósitos judiciais:
Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Demandas Fiscais	9.317.717	8.475.837
Demandas Cíveis	738.601	666.706
Demandas Trabalhistas	2.569.258	2.148.050
Total	**12.625.576**	**11.290.593**

Nota 31 – Partes relacionadas

(a) Entidade Controladora
A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

(b) Partes Relacionadas
Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis, abaixo é apresentada a natureza do relacionamento da CAIXA com essas entidades:

Partes Relacionadas	
Entidade	**Relacionamento**
Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Controladora Direta
CAIXA Participações S.A. – CAIXAPAR[1]	Controlada Direta
CAIXA Seguros Holding S.A.[2]	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Banco PAN S.A.	
Capgemini S.A.	
Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF	Plano de Benefícios Pós-Emprego

[1] Transações realizadas com essa subsidiária integral são evidenciadas, por meio das eliminações, quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA, tendo em vista tratar-se da única entidade objeto de consolidação integral.

[2] Constituída com o objetivo de controlar as empresas do Grupo CAIXA Seguros é composta pelas entidades CAIXA Seguros Participações Societárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Administradora de Consórcios S.A., CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda. e Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A..

(c) Transações com partes relacionadas
As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.
Com relação às transações realizadas com o Tesouro Nacional e entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, por essa parte, a CAIXA optou pela isenção parcial a que se refere o item 26 do Pronunciamento Técnico CPC 05, apresentando os saldos das transações mais significativas. Basicamente, essas transações referem-se à concessão de empréstimos e financiamentos, prestação de serviços bancários de pagamento e/ou arrecadação e manutenção de contas de depósitos.
A CAIXA, além disso, mantém transações diversas com a CAIXA Seguros Holding, incluindo suas investidas, mencionadas no rodapé do quadro (b) – Partes Relacionadas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento. Com relação às transações realizadas com o Banco PAN, destaca-se, dentre outras, a manutenção de acordo operacional que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicações em depósitos interfinanceiros. Com a Capgemini, a CAIXA mantém contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio. A CAIXA mantém contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da FUNCEF.
O quadro a seguir apresenta os saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

	31/12/2014			
Descrição	**Controladora**	**Controladas em Conjunto**	**Outras Entidades**	**31/12/2013**
ATIVO:	**4.769.619**	**16.127.456**	**-**	**14.860.421**
Aplicações em dep. interfinanceiros:	**-**	**5.854.505**	**-**	**4.977.657**
Banco PAN	-	5.854.505	-	4.977.657
Rendas a receber:	**3.115.340**	**28.108**	**-**	**2.301.599**
STN – Tesouro Nacional	3.115.340	-	-	2.301.257
Caixa Seguros Holding S.A.	-	28.108	-	342
Operações de Crédito:	**902.094**	**-**	**-**	**-**
STN – Tesouro Nacional	902.094	-	-	-
Créditos adquiridos:	**-**	**10.244.843**	**-**	**7.581.165**
Banco PAN	-	10.244.843	-	7.581.165
Outros Créditos:	**752.185**	**-**	**-**	**-**
STN – Tesouro Nacional	752.185	-	-	-
PASSIVO:	**224.674**	**75.525**	**1.562**	**242.269**
Depósitos:	**181.221**	**10.951**	**1.562**	**171.758**
STN – Tesouro Nacional	181.221	-	-	158.625
Caixa Seguros Holding S.A.	-	10.951	-	11.680
FUNCEF	-	-	1.562	1.453
Repasses do país - instituições oficiais	**2.879**	**-**	**-**	**-**
STN - Tesouro Nacional	2.879	-	-	-
Obrigações diversas:	**40.574**	**64.574**	**-**	**70.511**
STN – Tesouro Nacional	40.574	-	-	36.867
Capgemini S.A.	-	64.574	-	33.644

Os quadros a seguir apresentam os saldos que compõem os resultados decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

	2014			2013
		2º Semestre		
Descrição	**Controladora**	**Controladas em Conjunto**	**Outras Entidades**	**2º Semestre**
RECEITAS:	**72.856**	**591.314**	**-**	**581.631**
Rendas de dep. interfinanceiros:	**-**	**310.355**	**-**	**189.228**
Banco PAN	-	310.355	-	189.228
Rendas de prestação de serviços:	**37.406**	**280.959**	**-**	**365.044**
STN – Tesouro Nacional	37.406	-	-	55.833
Caixa Seguros Holding S.A.	-	280.959	-	309.211
Outras receitas operacionais:	**35.450**	**-**	**-**	**27.359**
STN – Tesouro Nacional	35.450	-	-	27.359
DESPESAS:	**(2.025)**	**(221.654)**	**(34.428)**	**(225.204)**
Despesas administrativas – aluguéis:	**-**	**-**	**(34.428)**	**(14.449)**
FUNCEF	-	-	(34.428)	(14.449)
Outras despesas operacionais:	**(2.025)**	**(221.654)**	**-**	**(210.755)**
STN – Tesouro Nacional	(2.025)	-	-	(1.464)
Caixa Seguros Holding S.A.	-	-	-	-
Capgemini S.A.	-	(221.654)	-	(209.291)

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Descrição	2014 Exercício Controladora	Controladas em Conjunto	Outras Entidades	2013 31/12/2013
RECEITAS:	**156.225**	**1.167.966**	**-**	**1.000.174**
Rendas de dep. interfinanceiros:	**-**	**600.894**	**-**	**296.663**
Banco PAN	-	600.894	-	296.663
Rendas de prestação de serviços:	**89.781**	**567.072**	**-**	**654.912**
STN – Tesouro Nacional	89.781	-	-	82.234
Caixa Seguros Holding S.A.	-	567.072	-	572.678
Outras receitas operacionais:	**66.444**	**-**	**-**	**48.599**
STN – Tesouro Nacional	66.444	-	-	48.599
DESPESAS:	**(4.113)**	**(221.654)**	**(63.836)**	**(276.942)**
Despesas administrativas – aluguéis:	**-**	**-**	**(63.836)**	**(64.641)**
FUNCEF	-	-	(63.836)	(64.641)
Outras despesas operacionais:	**(4.113)**	**(221.654)**	**-**	**(212.301)**
STN – Tesouro Nacional	(4.113)	-	-	(3.010)
Caixa Seguros Holding S.A.	-	-	-	-
Capgemini S.A.	-	(221.654)	-	(209.291)

(d) Remuneração do pessoal-chave da administração
Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2014 2º semestre	Exercício	2013 2º semestre	1º Exercício
Benefícios de curto prazo	15.833	29.473	12.752	20.148
Proventos	12.214	22.342	9.321	14.858
Encargos Sociais	3.619	7.131	3.431	5.290

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Nota 32 – Benefícios a empregados

(a) Composição da provisão para benefícios a empregados
As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego. As provisões de curto prazo são direcionadas à liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde e auxílio/cesta alimentação sob responsabilidade da CAIXA.
Essas provisões são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Benefícios de curto prazo – natureza salarial" que apresenta o montante de R$ 2.315.831 (31/12/2013 – R$ 2.063.622) na demonstração consolidada. A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

Provisão para benefícios a empregados Descrição	31/12/2014(1)	31/12/2013(2)
Benefícios de curto prazo	2.789.534	2.488.533
Natureza salarial	2.315.402	2.063.252
Participação dos empregados no lucro	474.132	425.281
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	11.665.078	7.218.765
Saúde CAIXA (cálculo atuarial[1] (c.1))	9.346.949	6.211.755
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial[1] (c.2))	861.147	751.678
PREVHAB (cálculo atuarial(2) (c.3))	-	44.260
Planos de benefícios – Previdência Privada (cálculo atuarial(2) (c.4))	1.456.982	211.072
Total	**14.454.612**	**9.707.298**

(1) 31/12/2014 - Cálculos atuariais apresentados neste período foram desenvolvidos pela Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.
(2) 31/12/2013 - Cálculos atuariais apresentados neste período foram desenvolvidos pela Gama Consultores Associados.

(b) Benefícios de curto prazo:
As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença-prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis.

(c) Benefícios pós-emprego:
A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH). A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um desses planos:

(c.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS
O Saúde CAIXA é um programa instituído e administrado pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional.
Benefício concedido aos titulares optantes, empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, a PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS e respectivos dependentes inscritos. O custeio do plano, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de participação de 3,5% sobre a despesa com pessoal, incluindo encargos sociais. O beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais coparticipação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto de coparticipação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.
O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto, a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas, foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço. Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.
O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R$ 9.346.949 (31/12/2013 - R$ 6.211.755).
O PAMS é custeado com recursos da CAIXA, anualmente correspondente a 3,5% do valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas. É um formato financeiro em extinção e sua vigência se vincula às liminares judiciais pendentes de julgamento e ações judiciais.

(c.2) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação
Os benefícios do Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2014 a agosto de 2015 o valor do auxílio alimentação/refeição é de R$ 509,96 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta alimentação referente a setembro de 2014 a agosto de 2015 é de R$ 397,36 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.
O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R$ 861.147 (31/12/2013 – R$ 751.678).

(c.3) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB
Por força do Decreto nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, o Banco Nacional de Habitação – BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes das relações de trabalho dos empregados do referido banco.
Desta forma, a CAIXA administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH. Portanto, os valores dos benefícios pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(c.4) Plano de previdência – Previdência complementar

• REG/REPLAN

O plano, estruturado na modalidade de Benefício Definido, agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano (INPC/IBGE), com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de Benefícios oferecido pelo patrocinador.

O plano de benefícios REG/REPLAN assegura aos seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate. Para os participantes e assistidos que optaram pelo saldamento são previstos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual e pecúlio por morte.

• REB

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2%. Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo Plano é na modalidade de Contribuição Definida – CD é registrada a parte correspondente à CD, do total das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

Com a criação deste Plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 4 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

O plano de benefícios REB assegura aos seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual, pecúlio por morte, renda antecipada, portabilidade, resgate e outros.

• Novo Plano

O plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 1° de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento). O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O plano de benefícios Novo Plano assegura aos participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual, pecúlio por morte, portabilidade, resgate e outros.

(d) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego:

Quantidade de participantes dos planos

Descrição	2014			2013		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde Caixa (Incluindo Dependentes)	98.190	49.789	147.979	95.243	49.015	144.258
Auxílio e cesta alimentação (Aposentados e Pensionistas)	-	14.421	14.421	-	12.279	12.279
EX-PREVHAB (Aposentados e Pensionistas)	-	67	67	-	68	68
REG/REPLAN	28.532	34.913	63.445	28.872	34.775	63.647
REB	7.562	655	8.217	11.088	635	11.723
Novo Plano	88.465	3.856	92.321	83.359	3.634	86.993

(e) Avaliação atuarial dos planos de benefício

Em 2014, a empresa Deloitte Touche Tohmatsu foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta Alimentação, EX-PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio Alimentação, Cesta Alimentação e aos assistidos EX-PREVHAB.

(e.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em Outros Resultados Abrangentes.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais.

(e.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios devem ser definidas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados. Abaixo são apresentadas as principais premissas adotadas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA:

Principais premissas adotadas - financeiras e demográficas

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio e Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Taxa de juros de desconto atuarial anual[1]	12,80	12,02	12,80	12,02	12,77	12,02	12,80	12,02	12,79	12,02	12,80	12,02
Projeção de aumento anual dos salários	-	-	-	-	-	-	8,71	8,74	10,99	8,74	8,92	8,74
Projeção de aumento anual dos benefícios	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9
Taxa de inflação média anual	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9	6,19	5,9
Expectativa de retorno dos ativos do plano	-	-	-	-	12,77	12,02	12,80	12,02	12,79	12,02	12,80	12,02
Taxa de rotatividade[2]	Experiência FUNCEF	3,02	-	-	-	-	Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF	
Tábua de mortalidade[3]	RP 2000 (-20%)	AT 2000 M e AT 2000 F	RP 2000 (-20%)	AT 2000 M e AT 2000 F	RP 2000 (-20%)	AT 2000 M	RP 2000 (-20%)	AT 2000 M	RP 2000 (-20%)	AT 2000 M	RP 2000 M (-20%)	AT 2000 M AT 2000 F

[1] O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera, além da inflação levantada para o período (6,19%), a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

[2] As alterações de premissas financeiras e demográficas verificadas, consoante o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 33, justificam-se pela necessidade de que sejam consideradas as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego.

[3] Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,00% para 2015, 4,50% para 2016, 4,00% para 2017, 3,50% para 2018, 3,00% para 2019, 2,50% para 2020, 2,00% para 2021, 1,50% para 2022 e 1,00% a partir de 2023 inclusive.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(e.3) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial dos planos:

O valor presente da obrigação atuarial representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
VPOA[2] no início do exercício	(6.211.755)	(6.317.036)	(751.678)	(844.804)	(45.520)	(47.121)	(40.287.215)	(44.902.581)	(501.705)	(596.455)	(491.780)	(487.761)
Custo do serviço corrente	(400.434)	(352.180)	-	-	-	-	(3.648)	(30.577)	(1.303)	(2.186)	(37.648)	(44.032)
Custo de juros	(728.632)	(611.146)	(84.876)	(75.413)	(5.239)	(4.488)	(4.725.790)	(4.358.610)	(59.913)	(58.801)	(58.521)	(47.873)
Contribuições esperadas de participantes	-	-	-	-	-	-	(17.694)	-	(371)	-	(4.483)	-
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	(2.292.659)	784.486	(116.981)	82.387	(3.056)	2.435	1.283.417	7.164.152	302.163	149.530	1.101	78.527
Ajuste de experiência	(796.063)	-	(143.399)	-	(5.974)	(4.820)	(715.647)	(1.150.943)	304.633	25.011	(12.588)	(86.834)
Alterações premissas biométricas	(1.793.362)	(857.351)	(3.903)	(39.953)	174	-	(465.883)	161	(18.928)	(22.482)	(60.015)	(323)
Alterações premissas financeiras	296.766	1.641.837	30.321	122.340	2.744	7.255	2.464.947	8.314.934	16.458	147.001	73.704	165.684
Benefícios pagos pelo plano	286.531	284.121	92.388	86.152	3.871	3.655	1.948.985	1.840.401	6.573	6.207	9.912	9.360
VPOA[1] no final do exercício	**(9.346.949)**	**(6.211.755)**	**(861.147)**	**(751.678)**	**(49.944)**	**(45.519)**	**(41.801.945)**	**(40.287.215)**	**(254.556)**	**(501.705)**	**(581.419)**	**(491.779)**

VPOA[2] - Valor Presente da Obrigação Atuarial

(e.4) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos dos planos:

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do valor justo dos ativos dos planos:

Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
VJAP[2] no início do exercício	-	-	-	-	45.520	42.019	41.054.967	45.650.669	299.895	426.035	271.445	285.803
Receitas de juros	-	-	-	-	5.239	3.982	4.820.209	4.434.400	35.702	41.947	32.574	28.278
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	-	-	-	-	3.056	3.173	(4.775.300)	(7.223.118)	(65.609)	(162.582)	(22.711)	(41.742)
Contribuições do empregador	-	-	-	-	-	-	21.303	16.708	17	351	3.635	4.233
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	-	-	-	17.694	16.708	371	351	4.483	4.233
Benefícios pagos pelo plano	-	-	-	-	(3.871)	(3.655)	(1.948.985)	(1.840.401)	(6.573)	(6.207)	(9.912)	(9.360)
VJAP[1] no final do exercício	-	-	-	-	**49.944**	**45.519**	**39.189.888**	**41.054.966**	**263.803**	**299.895**	**279.514**	**271.445**

VJAP[2] - Valor Justo dos ativos do plano.

(e.5) Valor líquido do ativo/passivo dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial:

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados a valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente à obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo).

Valor líquido do ativo/(passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
VPOA[1] no final do período	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.147)	(751.678)	(49.944)	(45.519)	(41.801.945)	(40.287.215)	(254.556)	(501.705)	(581.419)	(491.779)
VJAP[2] no final do período	-	-	-	-	49.944	45.519	39.189.888	41.054.966	263.803	299.895	279.514	271.445
Superávit/ (déficit) do plano	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.147)	(751.678)	-	-	(2.612.057)	767.751	9.247	(100.905)	(301.905)	(110.167)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial[3]	-	-	-	-	-	-	1.306.028	-	-	100.905	150.952	110.167
Efeito do teto do Ativo[4]	-	-	-	-	-	-	-	(767.751)	(9.247)	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	**(9.346.949)**	**(6.211.755)**	**(861.147)**	**(751.678)**	-	-	**(1.306.029)**	-	-	**(100.905)**	**(150.953)**	**(110.167)**

VPOA[1] - Valor Presente da obrigação atuarial / VJAP[2] - Valor Justo dos ativos do plano

[3] Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela Banco.

[4] Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pelo Banco.

(e.6) Movimentação do (passivo) Ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(6.211.755)	(6.317.036)	(751.678)	(844.804)	-	(5.102)	-	-	(100.905)	(85.210)	(110.167)	(100.979)
Contribuições da empresa	-	-	-	-	-	-	21.303	16.708	17	351	3.635	4.233
Benefícios pagos diretamente pela empresa	286.531	284.121	92.388	86.153	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(1.129.065)	(963.326)	(84.876)	(75.413)	-	(505)	(3.648)	(15.288)	(13.408)	(10.613)	(50.622)	(24.022)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(2.292.660)	784.486	(116.981)	82.386	-	5.607	(1.323.684)	(1.420)	114.296	(5.433)	6.201	10.601
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	**(9.346.949)**	**(6.211.755)**	**(861.147)**	**(751.678)**	-	-	**(1.306.029)**	-	-	**(100.905)**	**(150.953)**	**(110.167)**

(e.7) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para exercício 2015:

(Despesa)/Receita esperadas – exercício 2015 – CPC 33 (R1)

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e Cesta Alimentação	REG/ REPLAN	REB	NOVO PLANO
Custo do serviço corrente líquido	(324.421)	-	(148.509)	(2.434)	(18.199)
Custo de juros líquidos	(1.176.939)	(115.421)	(165.714)	-	(19.197)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	(1.501.360)	(115.421)	(314.223)	(2.434)	(37.396)
Administração do plano	-	-	-	-	-
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	(1.501.360)	(115.421)	(314.223)	(2.434)	(37.396)

Pagamentos esperados – exercício 2015 – CPC 33 (R1)

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e Cesta Alimentação	REG/ REPLAN	REB	NOVO PLANO
Normais / Contribuições de Risco (REB) / Benefícios (Saúde CAIXA)	297.370	81.763	22.622	18	3.860
Extraordinários	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-
Total dos pagamentos esperados para o plano	**297.370**	**81.763**	**22.622**	**18**	**3.860**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(e.8) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:
O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)

Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCTR		Posição de
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	0,25%	- 0,25%	1,00%	1,00%	31/12/2013
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(1.137.524)	(1.216.680)	(1.157.980)	(1.196.800)	N/A	N/A	(1.374.507)	(1.018.301)	(1.176.940)
Valor presente das obrigações	(9.038.904)	(9.657.543)	(9.025.337)	(9.688.565)	N/A	N/A	(10.891.021)	(8.107.124)	(9.346.949)
Auxílio e Cesta Alimentação									
Custo dos juros	(112.970)	(117.843)	(113.454)	(117.463)	N/A	N/A	N/A	N/A	(115.421)
Valor presente das obrigações	(841.986)	(880.072)	(845.775)	(887.104)	N/A	N/A	N/A	N/A	(861.147)
EX-PREVHAB									
Custo dos juros	(5.994)	(6.220)	(6.084)	(6.082)	N/A	N/A	N/A	N/A	(6.083)
Valor presente das obrigações	(48.858)	(51.011)	(49.028)	(50.887)	N/A	N/A	N/A	N/A	(49.944)
REG/REPLAN									
Custo dos serviços	(135.157)	(149.817)	(142.830)	(154.449)	N/A	N/A	N/A	N/A	(148.509)
Custo dos juros	(4.958.412)	(5.238.125)	(5.145.032)	(5.202.394)	N/A	N/A	N/A	N/A	(165.714)
Valor presente das obrigações	(40.120.702)	(42.304.217)	(40.806.998)	(42.835.229)	N/A	N/A	N/A	N/A	(41.801.945)
REB									
Custo dos serviços	(2.728)	(2.170)	(2.270)	(2.610)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.434)
Custo dos juros	(31.469)	(31.272)	(24.019)	(31.626)	N/A	N/A	N/A	N/A	(32.526)
Valor presente das obrigações	(255.573)	(253.985)	(190.829)	(261.710)	N/A	N/A	N/A	N/A	(254.556)
NOVO PLANO									
Custo dos serviços	(20.078)	(16.508)	(17.117)	(19.360)	N/A	N/A	N/A	N/A	(18.199)
Custo dos juros	(75.999)	(69.590)	(72.776)	(75.533)	N/A	N/A	N/A	N/A	(72.631)
Valor presente das obrigações	(607.996)	(557.368)	(559.920)	(604.128)	N/A	N/A	N/A	N/A	(581.419)

HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos.

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo
A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputacional e socioambiental incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.
A gestão de riscos e de capital é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.
As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.
A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.
A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no sítio: http://www.caixa.gov.br, menu Sobre a CAIXA.

Gestão de Capital
A estrutura de gestão de capital, o processo de gerenciamento de capital e o processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP) encontram-se implementados na CAIXA em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11, com a Circular BACEN nº 3.547/11 e a Carta-Circular BACEN nº 3.685/14.
A CAIXA adota melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e recomendações do Comitê de Basileia e órgãos reguladores.
A gestão de capital tem como um de seus objetivos garantir a manutenção de capital suficiente para a execução de suas estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza de suas operações, a complexidade de produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.
Desta forma, a gestão de capital é realizada por meio de:
• Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição;
• Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
• Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
• Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;
• Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a Diretoria e para o Conselho de administração; e
• Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap).
Através desse gerenciamento a CAIXA controla e avalia a necessidade de capital para fazer frente aos riscos, avalia potenciais impactos, planeja metas através dos objetivos estratégicos e em observação às diretrizes do Conselho de Administração e busca a adoção prospectiva com aplicação de cenários de normalidade e estresse para verificar e planejar a composição e o seu consumo de capital.

Exigência de Capital Regulatório
O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar:

Cálculo da exigência de capital regulamentar

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Patrimônio de Referência – PR	**79.402.212**	**71.440.993**
Nível I	**59.237.192**	**59.518.914**
Capital Principal – CP	59.237.192	34.437.984
Patrimônio líquido	26.222.765	27.373.363
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	35.867.958	8.000.000
Ajustes prudenciais	(2.853.531)	(935.379)
Capital Complementar – CC	-	25.080.930
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	25.080.930
Nível II	**20.165.020**	**11.922.079**
Instrumentos de dívida subordinada autorizados conforme Resoluções CMN nº 3.444/2007 e 4.192/2013	18.554.433	11.922.079
Notas Subordinadas	1.370.226	-
Letras Financeiras	244.051	-
Letras Financeiras (dedução 20%)	(3.690)	-
Ativos ponderados pelo risco – RWA	**493.956.341**	**472.075.444**
Risco de crédito - RWACPAD	470.702.401	450.874.561
Risco de mercado – carteira de negociação - RWAMPAD	2.986.701	1.447.893
Taxa de juros – RWAJUR	1.985.813	1.447.893
Commodities – RWACOM	-	-
Ações – RWAACS	-	-
Câmbio – RWACAM	1.000.888	-
Risco operacional - RWAOPAD	20.267.239	19.752.990
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (RWA*0,11) - PRMR	**54.335.198**	**51.928.299**
Risco de mercado – carteira de não negociação - RBAN	**6.561.083**	**3.923.466**
Margem de capital (PR - PRMR - RBAN)	**18.505.932**	**15.589.228**
Índice de capital principal (CP / RWA)	**11,99%**	**7,30%**
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	**11,99%**	**12,61%**
Índice de Basileia (PR / RWA)	**16,07%**	**15,13%**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e acompanhamento do risco de crédito ocorre por meio da identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, dentre outros. Permite, dessa forma, a proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

As exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de Credit Scoring – CS ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira sofrem reavaliação periódica, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de Behavior Scoring – BS nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de rating nas demais.

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação, para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração, como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito. Essas revisões periódicas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no acompanhamento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece o conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a mensuração, controle, monitoramento e mitigação das exposições ao risco de mercado, visando minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na capacidade de geração de resultados e cumprimento dos objetivos estratégicos da CAIXA.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam assegurar menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

Na CAIXA, estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – Exponentially Weighted Moving Average, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos.

Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA.

São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e apli-

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

cados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

São utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

• Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

• Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e

• Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade[1]		
Fatores de Risco	31/12/2014	31/12/2013
PRE	8.546	12.905
Cupom IPCA	270	7
Cupom SELIC	-	-
Cupom TR	-	1
VaR com ED	8.816	12.913

(1) Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II - disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência - PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A estimação do PR compatível com o risco de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros é realizada por meio da metodologia EVE – Economic Value of Equity, em consonância com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.365/07 e os princípios do Acordo de Basiléia. O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento dos limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

Instrumentos Financeiros – Valor de mercado						
Descrição	Valor Contábil		Valor Marcado a Mercado		Valores a Pagar ou a Receber	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado - ATIVOS						
Aplicações em Depósitos						
Interfinanceiros	6.533.817	7.671.673	6.533.766	7.671.035	(51)	(638)
Aplicações em Operações						
Compromissadas	113.973.136	37.232.669	113.952.540	37.229.588	(20.596)	(3.081)
Títulos e Valores Mobiliários e						
Instr. Financ.	166.025.859	162.406.138	166.039.625	161.826.343	13.766	(579.795)
Títulos para negociação	101.697.936	98.741.794	101.697.936	98.741.794	-	-
Títulos disponíveis para venda	15.039.809	16.939.498	15.039.809	16.939.498	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	49.288.114	46.724.846	49.301.880	46.145.051	13.766	(579.795)
Operações de Crédito, Arrendam.						
Mercantil e Outros Créditos	594.754.777	488.024.608	556.953.867	475.469.738	(37.800.910)	(12.554.870)
Comercial	190.519.837	172.045.384	197.257.226	177.940.009	6.737.389	5.894.625
Habitação	339.838.641	270.392.302	311.713.400	259.412.788	(28.125.241)	(10.979.514)
Infraestrutura/Desenvolvimento	56.481.914	36.837.628	40.068.856	29.367.647	(16.413.058)	(7.469.981)
Outros Créditos	7.914.385	8.749.294	7.914.385	8.749.294	-	-
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – PASSIVOS						
Captações de Recursos	227.640.742	153.295.906	226.931.157	155.484.450	(709.585)	2.188.544
CDB/RDB	89.891.665	69.472.911	90.118.460	68.403.221	226.795	(1.069.690)
LCI LH	126.971.227	77.490.821	125.510.353	80.521.427	(1.460.874)	3.030.606
Obrigações por TVM no Exterior	10.777.850	6.332.174	11.302.344	6.559.802	524.494	227.628
Captação em Operações						
Compromissadas	172.769.884	116.574.390	172.755.223	116.570.767	(14.661)	(3.623)
Obrigações por empréstimos e						
repasses e Outras	180.008.939	141.593.461	130.600.029	113.389.821	(49.408.910)	(28.203.640)
Exterior	5.450.039	3.231.933	5.353.897	3.227.204	(96.142)	(4.729)
Tesouro	40.574	36.868	41.910	38.427	1.336	1.559
FGTS	145.033.444	132.732.425	108.353.417	102.947.269	(36.680.027)	(29.785.156)
BNDES	28.239.713	4.404.660	15.799.197	6.107.360	(12.440.516)	1.702.700
Depósitos não remunerados	1.245.169	1.187.575	1.051.608	1.069.561	(193.561)	(118.014)
Instrumento de Dívida elegível						
a capital	20.177.205	48.518.594	14.869.513	36.496.451	(5.307.692)	(12.022.143)

Determinação de valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.

b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do spread entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 31/12/2014 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(211.133)	(5.075.626)	(9.722.594)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(11.458)	(291.412)	(583.391)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(870.831)	(19.839.480)	(36.276.155)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(2.010)	(51.141)	(104.223)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como:

I - A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação de situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional é representado pela possibilidade de ocorrência perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal, mas exclui o estratégico e o reputacional.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar e controlar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional. Na CAIXA esta gestão está embasada em uma estrutura composta por três premissas básicas:

• Ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional, formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo segregado de auditoria;

• Processo de gerenciamento de Risco Operacional, composto pelas etapas de Identificação, Avaliação, Controle/Mitigação, Monitoramento e Reporte. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos; e

• Divulgação de informações de Risco Operacional, definida segundo o objetivo e público-alvo.

A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado. As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

Em atenção aos critérios contidos na Circular BACEN nº 3640/2013, foi desenvolvida uma ferramenta para realizar cálculo integrando as três abordagens previstas:

• Abordagem do Indicador Básico – BIA;

• Abordagem Padronizada Alternativa – ASA; e

• Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada - ASA2.

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA, metodologia adotada na CAIXA, segue os procedimentos definidos na Circular BACEN acima, para efetivar o cálculo da parcela dos ativos ponderados, relativa ao cálculo do capital requerido para o Risco Operacional.

Modelos Internos

O modelo interno de avaliação e alocação de capital para Risco Operacional é regido pela Resolução CMN nº 4193/13, Circular BACEN nº 3.647/13 e Circular BACEN nº 3.676/13. A CAIXA está desenvolvendo o seu modelo interno com base nas premissas previstas na Circu-

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

lar citada e em outros artigos e documentos de conhecimento comum do mercado. O modelo interno busca explicar a alocação de capital como parte de um grande e poderoso processo de gestão baseado em melhores práticas.

O modelo interno requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

• Dados internos de perdas operacionais – A base de dados de ocorrências de perdas operacionais internas deve ser composta com informações oriundas das áreas operacionais em consonância com as informações contábeis.

• Dados externos de perdas operacionais – A base de dados de ocorrências de perdas operacionais externas auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos com baixa frequência.

• Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos – Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta e que servirão como mitigadores da exposição ao risco operacional.

• Análise de cenários – Opiniões de especialistas e gestores que permitem representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

A interligação entre as atividades de identificação e análise e as de mitigação, monitoramento e controle reposicionam de forma proativa e preventiva a Gestão de Risco Operacional na CAIXA, permitindo que as entregas de soluções estejam prontas e sejam tempestivas para a Instituição.

As ações de monitoramento são objeto de atenção especial, tendo em vista que estas dão continuidade ao ciclo de gerenciamento e demonstram a efetividade desse gerenciamento, por meio dos índices de solidez e sustentabilidade da CAIXA.

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão das ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

O efetivo ciclo de gerenciamento do risco operacional completa-se com a mitigação e o controle dos eventos dessa categoria de risco, buscando conferir solidez e sustentabilidade à Instituição.

O controle operacional de produtos e serviços é realizado por meio de ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

As ações de mitigação do risco operacional são registradas em sistema corporativo visando a um melhor monitoramento de medidas preventivas, corretivas e aprimoramento da gestão de risco para que as falhas, caso ocorram, não se repitam, ou tenham as consequências financeiras reduzidas.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da CAIXA, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.

Outro elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa, resulta numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é o processo no qual são gerenciadas situações de crise, onde são necessárias tomadas de decisões urgentes e coordenadas, promovendo a alocação de recursos humanos e materiais para minimizar os possíveis impactos financeiros, operacionais e de imagem.

Ressalta-se a importância da adoção dessas ações principalmente com o objetivo de definir estratégias de atuação visando preservar a integridade física dos empregados e clientes da CAIXA, bem como do patrimônio da Instituição.

Numa situação de crise os procedimentos a serem seguidos são precedidos de orientação do Grupo de Gestão em entendimento com as áreas envolvidas, objetivando escolher a melhor alternativa possível, para que os impactos negativos sejam minimizados.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o Gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado, com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Como forma de disseminar internamente a cultura de Gerenciamento do Risco Operacional, encontram-se disponíveis dois cursos na Universidade Caixa, na Intranet da empresa, sendo um módulo Básico e outro Avançado. Nesta mesma linha, estão disponíveis manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão deste risco.

O relatório referente à estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional da CAIXA está disponível no endereço http://www.caixa.gov.br, menu Sobre a CAIXA.

Nota 34 – Outras informações

(a) Convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS

Visando à convergência das Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BrGaap) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o Conselho Monetário Nacional aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

• Resolução CMN n° 3.566/2008: CPC 01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos;

• Resolução CMN n° 3.604/2008: CPC 03 Demonstração do Fluxo de Caixa;

• Resolução CMN n° 3.750/2009: CPC 05 Divulgação sobre Partes Relacionadas;

• Resolução CMN n° 3.823/2009: CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;

• Resolução CMN n° 3.973/2011: CPC 24 Evento Subsequente;

• Resolução CMN n° 3.989/2011: CPC 10 Pagamento Baseado em Ações;

• Resolução CMN n° 4.007/2011: CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retific. de Erro;

• Resolução CMN n° 4.144/2012: CPC 00 Pronunciamento Conceitual Básico.

Os pronunciamentos CPC 00, CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 23, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que não divergem das normas emitidas pelo órgão regulador.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(b) Patrimônios líquidos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA:

PL de Fundos/Programas Sociais administrados		
Descrição	**31/12/2014**	**31/12/2013**
PIS[2]	28.674.573	28.415.317
FGTS[1]	75.023.898	62.978.979
FAR[1]	30.779.021	18.316.041
FDS[1]	1.143.187	1.190.819
FAS[1]	27.987	24.495
FGS[1]	269.910	137.246
FGHAB[1]	1.788.550	1.364.939
CCA[1]	63.776	45.725
CCAM[1]	28	21
FGCN[1]	4.755.903	3.941.813
FCE[1]	4	98
Total	142.526.837	116.415.493
FCVS[1]	(97.974.486)	(90.620.246)

[1] Posição em 31/12/2014 PL de novembro de 2014

[2] Posição em 31/12/2014 PL de dezembro de 2014

(c) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R$ 69.554 (31/12/2013 - R$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(d) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. Em consonância com o que estabelece a estrutura de gerenciamento de risco da CAIXA, não há necessidade de provisionamento para fazer frente a esse risco de crédito.

(e) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei nº 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA, na conta de "Obrigações diversas", no montante de R$ 186.651 (31/12/2013 – R$ 167.717).

(f) Lei nº 12.973/14

Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, objeto da conversão da Medida Provisória nº 627/13, que, dentre outras providências:

• Altera a legislação tributária federal relativa ao IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS, adaptando-a às normas contábeis pautadas nos padrões internacionais de contabilidade, com estabelecimento de ajustes para apuração dos referidos tributos;

• Revoga o Regime Tributário de Transição;

• Dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

Considerando os dispositivos atualmente vigentes, entendemos que não há impactos relevantes a serem reportados.

Jorge Fontes Hereda
Presidente

Alexsandra Camelo Braga
Vice-presidente interino

Fábio Lenza
Vice-presidente

Hermínio Basso
Vice-presidente interino

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

Jose Carlos Medaglia Filho
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Roberto Derzie de Santanna
Vice-presidente

Sérgio Pinheiro Rodrigues
Vice-presidente

Teotônio Costa Rezende
Vice-presidente interino

Marcos Brasiliano Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
SEGUNDO SEMESTRE DE 2014

Com fundamento nas disposições da Resolução CMN de 3.198, de 27.05.2004, e orientado pelo Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria da Caixa Econômica Federal (COAUD) desincumbiu-se, com independência, das atribuições e responsabilidades que lhe são conferidas.

Ao longo do segundo semestre de 2014, participou de reuniões com o Conselho Diretor e de todas as promovidas pelo Conselho de Administração. Manteve encontros, isolada ou conjuntamente, com diversas áreas da Empresa, emprestando ênfase, por força da natureza de suas atividades, aos debates e análises com as áreas de controle institucional, de gerenciamento de riscos, de contabilidade e tributos, de controladoria, de ouvidoria e com as equipes da auditoria interna e independente.

Nessas oportunidades, colheu informações, observações e diagnósticos a propósito de aspectos relevantes ou críticos, debateu ações de enfrentamento e oportunidades de aperfeiçoamentos, discutiu relatórios, planos e ações, formulou apontamentos, informou-se sobre o estágio das recomendações/determinações emanadas dos diversos órgãos externos e das várias instâncias de controle, cuidando, nesses ensejos, de conferir a consistência e a efetividade das respectivas atribuições.

Ademais, manteve-se em faixa de sintonia com os contextos regulatórios e econômicos e suas implicações para a CAIXA e atentou para os reflexos do novo modelo de gestão na dinâmica de atuação da Empresa.

Em razão das atividades desenvolvidas, o Comitê reuniu um acervo de informações que constitui a base de suas avaliações. Assim, sopesados os elementos coligidos, considerados os resultados das análises efetuadas e ponderadas as responsabilidades e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o COAUD conclui que:

i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA ostentam níveis

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

satisfatórios de efetividade, demandando, nada obstante, permanentes aperfeiçoamentos, de sorte a ajustá-los, em velocidade compatível com as transformações, ao porte e à maior complexidade operacional da Empresa;

ii) a atuação da auditoria interna revela iniciativas de aprimoramentos que visam mantê-la em linha com a crescente necessidade imposta pelo novo patamar alcançado pela CAIXA;

iii) em relação à auditoria externa, não foram identificadas situações que comprometam sua efetividade e independência; e

iv) as demonstrações contábeis, individual e consolidada, inclusive notas explicativas e parecer da auditoria independente, indicam terem sido elaboradas em consonância com as normas de regência e as melhores práticas adotadas no País, refletindo, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal em 31.12.2014.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2015.

José Carlos Monteiro Medeiros
Presidente

Adilson da Conceição Rocha
Membro

Arnaldo José Vollet
Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Caixa Econômica Federal – CAIXA ("CAIXA" ou "Instituição") e as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da CAIXA para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CAIXA. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Caixa Econômica Federal - CAIXA, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a nota 7(b) às demonstrações contábeis, que descreve que, em 31 de dezembro de 2014, a CAIXA (individual e consolidado) possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R$ 25.060 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R$ 11.328 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R$ 2.968 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R$ 16.700 milhões, em 31 de dezembro de 2014, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150, de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota 20(b) às demonstrações contábeis, que descreve que, em 31 de dezembro de 2014, a CAIXA (individual e consolidado) possui R$ 26.776 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, deduzidos de provisão para realização desses créditos no valor de R$ 1.586 milhões. O valor líquido de R$ 25.190 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar da atual estimativa da administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada em conjunto Banco Panamericano S.A. possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R$ 2.861 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro efetuado em 31 de dezembro de 2014, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Panamericano S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da CAIXA, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Guilherme Portella Cunha
Contador CRC-1RJ106036/O-5

Renata Zanotta Calçada
Contador CRC- 1RS062793/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER Nº 01/2015 – ATA Nº 673, DE 11/02/2015

Assunto: Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, Balancete Mensal, Estudo do Crédito Tributário e Execução Orçamentária da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL referentes ao exercício de 2014.

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, consoante o artigo 50 do Estatuto Social da Empresa, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28/03/2013, combinado com o artigo 163, incisos VI e VII da Lei nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, **examinou** as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, o Balancete Mensal, o Estudo do Crédito Tributário e a Execução Orçamentária da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, referentes ao Exercício de 2014. Com base nos documentos apresentados, na análise procedida em reuniões ocorridas mensalmente, no Relatório da Auditoria Interna e demais informações prestadas pela área, considerando o Parecer do Conselho de Administração, bem como o Parecer emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes, as observações dispostas em seu Relatório, sobretudo as ênfases, **o Conselho Fiscal opina no sentido de que as demonstrações contábeis, os atos administrativos e o Relatório da Administração refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa,** estando de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

ANELIZE LENZI RUAS DE ALMEIDA

LEONARDO SILVEIRA DO NASCIMENTO

LUIZ ROBERTO BEGGIORA

WILLIAM BAGHDASSARIAN

MANOEL CARLOS DE CASTRO PIRES
Presidente

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 18, Inciso X, alínea "f", do Estatuto da CAIXA, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, e alterado pelo Decreto nº 8.199, de 26 de fevereiro de 2014, tomando por base o Relatório do Comitê de Auditoria da CAIXA e o Parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., e considerando as recomendações do Conselho Fiscal, **aprovou** as Demonstrações Contábeis da Caixa Econômica Federal relativas ao exercício findo em 31/12/2014.

Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

FERNANDO FERRAZ RÊGO NEIVA
Conselheiro Representante dos Empregados
Titular

JORGE FONTES HEREDA
Conselheiro

LIANA DO RÊGO MOTTA VELOSO
Conselheira

MARIA FERNANDES CALDAS
Conselheira

RICARDO SORIANO DE ALENCAR
Conselheiro

MARDEN DE MELO BARBOZA
Presidente Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VICE-PRESIDÊNCIA DE FUNDOS DE GOVERNO E LOTERIAS

CIRCULAR N° 673, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Aprovar e divulgar o Manual de Orientação do sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial.

A Caixa Econômica Federal - CAIXA, na qualidade de Agente Operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso II, da Lei 8.036/90, de 11/05/1990, e de acordo com o Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684/90, de 08/11/1990, alterado pelo Decreto nº 1.522/95, de 13/06/1995, em consonância com a Lei nº 9.012/95, de 11/03/1995 e com o Decreto n° 8.373, de 11 de dezembro de 2014, Resolução n°1 do Comitê Gestor do ESocial, de 20 de fevereiro de 2015, publica a presente Circular.

1 Referente aos eventos aplicáveis ao FGTS, declara aprovado o Manual de Orientação do eSocial versão 2.0 (MOS) que define o leiaute dos arquivos que compõem o Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), e que deve o empregador, no que couber, observar as disposições deste manual.

2 A transmissão dos eventos se dará por meio eletrônico pelo empregador, por outros obrigados a ele equiparado ou por seu representante legal, com previsão, inclusive, de uso de módulo web personalizado, como condição de tratamento diferenciado a categorias específicas de enquadramento, a exemplo do Segurado Especial, Pequeno Produtor Rural, Empregador Doméstico, Micro e Pequenas Empresas e Optantes pelo Simples Nacional.

3 O padrão e a transmissão dos eventos é decorrente da publicação do Manual de Orientação do eSocial versão 2.0 (MOS) e seus anexos, a saber:

- Tabelas do eSocial;
- Regras de Validação;
- Leiaute do eSocial.

3.1 O acesso à versão atualizada e aprovada deste Manual estará disponível na Internet, nos endereços "www.esocial.gov.br" e "www.caixa.gov.br", opção "download".

4 Será observado o cronograma e prazo de envio definidos em Resolução do Comitê Gestor do eSocial, para a transmissão dos eventos aplicáveis ao FGTS, constantes do leiaute dos arquivos que compõem eSocial.

5 A prestação das informações pelo empregador ao FGTS, atualmente realizada por meio do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - SEFIP, será substituída pela transmissão dos eventos aplicáveis ao FGTS por meio do leiaute dos arquivos que compõem eSocial, naquilo que for devido.

5.1 As informações contidas nos eventos aplicáveis ao FGTS serão utilizadas pela CAIXA para consolidar os dados cadastrais e financeiros da empresa e dos trabalhadores, no uso de suas atribuições legais.

5.1.1 Por consequência, são de total responsabilidade do empregador quaisquer repercussões, no âmbito do FGTS, decorrentes de informações omitidas ou prestadas, direta ou indiretamente, por meio do eSocial.

5.2 As informações por meio deste leiaute deverão ser transmitidas até o dia 7 (sete) do mês seguinte ao que se referem.

5.2.1 É antecipado o prazo final de transmissão para o dia útil imediatamente anterior, quando não houver expediente bancário no dia 7 (sete).

6 Esta Circular CAIXA entra em vigor na data de sua publicação e revoga disposições contrárias, em especial, àquelas preconizadas na Circular CAIXA 657, de 04/06/2014.

FABIO FERREIRA CLETO
Vice-Presidente

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES
COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

DECISÃO DO COLEGIADO DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014

PARTICIPANTES

LEONARDO PORCIUNCULA GOMES PEREIRA - PRESIDENTE

ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES - DIRETORA

LUCIANA PIRES DIAS - DIRETORA

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS 26/2010

Reg. nº 8672/13

Relator: SGE

Trata-se de apreciação de propostas de Termo de Compromisso apresentadas por Diego Soares de Arruda e José de Jesus Afonso, Antônio Grisi Neto, Astério Vaz Safatle, Carlos Augusto Curiati Bueno, Didier Maurice Klotz e Marcelo Macedo Távora de Castro ("Proponentes"), no âmbito do Processo Administrativo Sancionador 26/2010, instaurado com o objetivo de apurar "eventual utilização de informações privilegiadas, em negócios realizados com ações de emissão da Agra Empreendimentos Imobiliários S.A., entre 23.04 e 31.10.08".

Os Proponentes foram responsabilizados por:

I - violação ao disposto no art. 13, caput e § 3º, da Instrução CVM 358/2002 ("Instrução 358"): Astério Vaz Safatle, à época, acionista de Agra Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Agra" ou "Companhia"), participante do acordo de acionistas e da operação de incorporação pela qual passava a Companhia, por negociar com ações de emissão da Agra utilizando-se de informações relevantes ainda não divulgadas ao mercado em 03.06.08, o que lhe garantiu vantagem no valor de R$8.714,40;

II - violação ao disposto no § 1º do art. 155 da Lei 6.404/1976 ("Lei 6.404") c/c o art. 13, caput e §§ 3º e 4º, da Instrução 358/02: Didier Maurice Klotz, à época, presidente do Conselho de Administração da Agra, participante do acordo de acionistas e da operação de incorporação pela qual passava a companhia, por negociar com ações de emissão da Agra no período em que estava pendente intenção de incorporação da Companhia e dentro do prazo de 15 dias anteriores à publicação do ITR em 30.07.08, o que lhe garantiu lucro no valor de R$815 mil;

III - violação ao disposto no § 4º do art. 155 da Lei 6.404 c/c o § 1º do art. 13 da Instrução 358:

a)Diego Soares de Arruda, por negociar ações de emissão da Agra, por intermédio da conta de sua mãe, com utilização de informação relevante ainda não divulgada ao mercado, o que lhe propiciou lucro no valor de R$1.071.808,78;

b)Antonio Grisi Neto, por negociar ações de emissão da Agra, em nome próprio e de seu irmão, com utilização de informação relevante ainda não divulgada ao mercado, o que lhe propiciou lucro no valor total de R$230.327,00;

c)José de Jesus Afonso, por negociar ações de emissão da Agra com utilização de informação relevante ainda não divulgada ao mercado, o que lhe propiciou lucro no valor de R$72.720,00;

d)Carlos Augusto Curiati Bueno, por negociar ações de emissão da Agra com utilização de informação relevante ainda não divulgada ao mercado, o que lhe propiciou lucro no valor de R$104.208,00; e

e)Marcelo Macedo Távora de Castro, por negociar ações de emissão da Agra com utilização de informação relevante ainda não divulgada ao mercado, o que lhe evitou a perda no valor de R$28.944,72.

Após negociação com o Comitê de Termo de Compromisso, os Proponentes apresentaram as seguintes propostas de celebração de Termo de Compromisso:

i) Astério Vaz Safatle - pagar à CVM o valor de R$14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais);

ii) Didier Maurice Klotz - pagar à CVM o valor de R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

iii) Diego Soares de Arruda - pagar à CVM a quantia de R$1.687.864,00 (um milhão, seiscentos e oitenta e sete mil, oitocentos e sessenta e quatro reais), a ser corrigido pelo IPCA desde agosto de 2008 até o mês imediatamente anterior ao efetivo pagamento;

iv) Antonio Grisi Neto - pagar à CVM a quantia de R$230.327,00 (duzentos e trinta mil, trezentos e vinte e sete reais);

v) José de Jesus Afonso - pagar à CVM a importância de montante de R$145.440,00 (cento e quarenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta reais), corrigido pelo IPCA a partir de junho de 2008 até o efetivo pagamento;

vi) Carlos Augusto Curiati Bueno - pagar à CVM o valor de R$75.260,00 (setenta e cinco mil, duzentos e sessenta reais); e

vii) Marcelo Macedo Távora de Castro - pagar à CVM o valor de R$14.472,36 (quatorze mil, quatrocentos e setenta e dois reais, trinta e seis centavos).

Em seu parecer o Comitê manifestou-se nos seguintes termos:

a) as quantias ofertadas, após a adesão dos Proponentes Diego Soares de Arruda e José de Jesus Afonso às contrapropostas do Comitê, são tidas como suficientes para desestimular a prática de condutas assemelhadas, bem norteando a conduta dos administradores de companhias abertas, razão pela qual a aceitação das propostas se afigura conveniente e oportuna; e

b) em que pesem os esforços despendidos com a abertura de negociação junto aos demais proponentes, esses não aderiram às contrapropostas de majoração do valor conforme aventadas pelo Comitê, sendo que os valores ofertados não se mostram adequados ao escopo do instituto de que se cuida, notadamente à sua função preventiva, razão pela qual a aceitação das propostas não se afigura conveniente nem oportuna.

O Colegiado, acompanhando o parecer do Comitê, deliberou, (i) por maioria, a aceitação das propostas de Termo de Compromisso apresentadas por Diego Soares de Arruda e José de Jesus Afonso, vencido o Presidente Leonardo Pereira, que considerou ser inoportuna e inconveniente a aceitação das propostas, à luz da gravidade das imputações atribuídas, e tendo em vista a necessidade de se aprofundarem as discussões sobre o assunto em questão; e (ii) por unanimidade, a rejeição das propostas apresentadas por Antônio Grisi Neto, Astério Vaz Safatle, Carlos Augusto Curiati Bueno, Didier Maurice Klotz e Marcelo Macedo Távora de Castro.

Os Termos de Compromisso deverão qualificar os pagamentos a serem efetuados como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas, e o prazo de trinta dias para a assinatura do Termo, contado da comunicação da presente decisão aos Proponentes. A Superintendência Administrativo-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento das obrigações assumidas pelos Proponentes.

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PROC. RJ2014/3456

Reg. nº 9079/14

Relator: SGE

Trata-se de apreciação de propostas de Termo de Compromisso apresentadas por João Freixo Pontes, SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. ("SLW") e Pedro Sylvio Weil (em conjunto, "Proponentes"), no âmbito do Processo Administrativo Sancionador SP2013/210, instaurado pela Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários - SMI.

Os Proponentes foram acusados:

a)João Freixo Pontes, por:

(i) intermediação irregular no mercado de valores mobiliários por pessoa não integrante do sistema de distribuição definido na norma do art. 15 da Lei 6.385/76 ("Lei 6.385"), sem a devida e necessária autorização desta Autarquia, exigida nos termos da regra do inciso III e parágrafo único do art. 16 da Lei 6.385, combinado com a norma do art. 3º da Instrução CVM 434/2006;

(ii) operação fraudulenta cursada no mercado de valores mobiliários, conforme vedação constante do item I e conceito constante do item II, "c", ambos da Instrução CVM 08/1979;

b)SLW, por permitir o exercício das atividades de mediação ou corretagem de valores mobiliários por pessoas não integrantes do sistema de distribuição definido na norma do art. 15 da Lei 6.385, em violação ao preceito da alínea "c", inciso I, do art. 13 da Instrução CVM 387/2003 ("Instrução 387"), combinado com a norma do art. 16, inciso III e parágrafo único, da Lei 6.385;

c)Pedro Sylvio Weil, na qualidade de diretor da SLW, por descumprimento do dever estampado na norma do parágrafo único do art. 4º da Instrução 387 e imposto aos diretores de corretoras responsáveis pelo cumprimento das normas da mesma Instrução, pela violação da norma da alínea "c", inciso I, do art. 13 da mesma Instrução.

Devidamente intimados, os Proponentes apresentaram as seguintes propostas:

i) João Freixo Pontes - pagar à CVM o valor de R$50.000,00 (cinquenta mil reais) para encerrar o processo; e

ii) a SLW e Pedro Sylvio Weil - "corrigir as irregularidades apontadas, reforçando ainda o monitoramento efetuado para impedir nova prática similar à descrita na peça acusatória".

Em linha com a manifestação da Procuradoria Federal Especializada junto à CVM, o Comitê de Termo de Compromisso concluiu pela existência de óbice legal à aceitação das propostas apresentadas, pelo não atendimento ao requisito inserto no §5º, art. 11, da Lei 6.385. Ademais, no entendimento do Comitê, as propostas mostram-se flagrantemente desproporcionais à natureza e à gravidade das acusações imputadas aos proponentes, além de inexistir ganho para a Administração Pública, em termos de celeridade e economia processual, visto que remanescem no processo outros quatro acusados que não apresentaram propostas de Termo de Compromisso.

O Colegiado deliberou, por unanimidade, acompanhando o parecer do Comitê, a rejeição das propostas de Termo de Compromisso apresentadas por João Freixo Pontes, SLW e Pedro Sylvio Weil.

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PROC. RJ2014/6913

Reg. nº 9103/14

Relator: SGE

Trata-se de apreciação de proposta de Termo de Compromisso apresentada por Carlos Osvaldo Pereira Hoff ("Proponente"), nos autos do Processo Administrativo Sancionador RJ2013/13355, instaurado pela Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria - SNC.

O Proponente, na qualidade de ex-sócio e ex-responsável técnico da Exacto Auditoria S.S., foi responsabilizado, quando do desenvolvimento dos trabalhos de auditoria sobre as demonstrações financeiras do exercício findo 31.12.2009 da Sultepa Construções e Comércio Ltda.:

(i)por ter deixado de aplicar os procedimentos de auditoria descritos nos itens 11.12.2.1 da NBC T 11.12; 11.4.1.3 a 11.4.1.5 da NBC T 11.4; 1.4.2 "c" da NBC P 1; 11.15.2.1 da NBC T 11.15; 11.2.6.7 da NBC T 11; 11.13.5.1, 11.13.5.4 e 11.13.6.1 da NBC T 11.13, caracterizando infração ao disposto no art. 20 da Instrução CVM 308/1999 ("Instrução 308"); e

(ii)pela não emissão de relatório circunstanciado contendo suas observações a respeito de deficiências ou ineficácia dos controles internos e dos procedimentos contábeis da entidade auditada, caracterizando infração ao disposto no inciso II do art. 25 da Instrução 308.

Devidamente intimado, o Proponente apresentou suas razões de defesa e proposta de Termo de Compromisso na qual se compromete a (i) cessar as práticas tidas como ilícitas no Processo; e (ii) pagar à CVM o montante de R$30.000,00 (trinta mil reais) em duas parcelas iguais e sucessivas.

No entendimento do Comitê de Termo de Compromisso uma proposta de Termo de Compromisso deve contemplar obrigação que venha a surtir importante e visível efeito paradigmático junto aos participantes do mercado de valores mobiliários, inibindo a prática de condutas assemelhadas. No caso em tela, a proposta mostra-se flagrantemente desproporcional à natureza e à gravidade das acusações imputadas ao proponente, razão pela qual entende que a aceitação da proposta não se afigura conveniente nem oportuna.

O Colegiado deliberou, por unanimidade, acompanhando o parecer do Comitê, a rejeição da proposta de Termo de Compromisso apresentada por Carlos Osvaldo Pereira Hoff.

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2013/6294

Reg. nº 9437/14

Relator: SGE

Trata-se de propostas de Termo de Compromisso apresentadas por Nilton Garcia de Araújo, Rowin Gustav Von Reininghaus, Roberto Villa Real Junior e Ernani Catalani Filho (em conjunto, "Proponentes"), nos autos do Processo Administrativo Sancionador RJ2013/6294, instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas - SEP.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Os Proponentes foram acusados:

I - Nilton Garcia de Araújo, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores - DRI da Companhia Docas de Imbituba ("Companhia"), pelo descumprimento:

a) do parágrafo único do art. 6º da Instrução CVM 481/2009, bem como do art. 6º, inciso I, c/c os arts. 14 e 19 da mesma Instrução, por não ter divulgado as informações previstas nos Anexos 14 e 19 da referida Instrução até a data da publicação do primeiro anúncio de convocação da assembleia;

b) do inciso II do § 3º do art. 24 da Instrução CVM 480/2009 ("Instrução 480"), por não ter atualizado o Formulário de Referência no prazo de sete dias úteis após alteração do capital social da companhia;

c) do inciso I do art. 30 da Instrução 480, por não ter encaminhado à CVM o edital de convocação da AGE realizada em 25.07.11 no mesmo dia de sua publicação;

d) do inciso V do art. 30 da Instrução 480, por não ter encaminhado à CVM a ata da reunião do conselho de administração realizada em 15.06.11 no prazo de sete dias úteis contados de sua realização;

II - Nilton Garcia de Araújo, Rowin Gustav Von Reininghaus, Roberto Villa Real Junior e Ernani Catalani Filho, na qualidade de membros do conselho de administração da Companhia, ao participarem da reunião realizada em 15.06.11, pelo descumprimento:

a) do § 7º do art. 170 da Lei 6.404/1976 ("Lei 6.404"), por não esclarecerem o critério adotado para determinar o preço de emissão das novas ações, deixando de justificar pormenorizadamente os aspectos econômicos que determinaram a sua escolha;

b) do § 7º do art. 171 da Lei 6.404, por não concederem aos acionistas da companhia o direito de concorrer às sobras na operação de aumento de capital; e

c) do § 1º do art. 256 da Lei 6.404, c/c o inciso II, alínea "b", deste mesmo artigo, por não elaborarem avaliação a preços de mercado na operação de aquisição da IEP - Imbituba Empreendimentos e Participações S.A.

Após negociações levadas a termo pelo Comitê de Termo de Compromissos, os Proponentes apresentaram propostas de Termo de Compromisso em que se comprometem:

i) Nilton Garcia de Araújo - regularizar todas as faltas que lhe foram imputadas na qualidade DRI da Companhia, em especial atualizar todas as informações previstas para constar no Formulário de Referência e enviar todas as atas de reuniões do conselho de administração realizadas; bem como pagar à CVM o montante de R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); e

ii) Rowin Gustav Von Reininghaus, Roberto Villa Real Junior e Ernani Catalani Filho - pagar à CVM o valor individual de R$100.000,00 (cem mil reais), perfazendo um montante total de R$300.000,00 (trezentos mil reais).

Para o Comitê, a aceitação das propostas se revela conveniente e oportuna, uma vez que as quantias ofertadas são tidas como suficientes para desestimular a prática de condutas assemelhadas, bem norteando a conduta dos administradores de companhias abertas, em atendimento à finalidade preventiva do instituto de que se cuida.

O Colegiado deliberou, por unanimidade, acompanhando o parecer do Comitê, a aceitação das propostas de Termo de Compromisso apresentadas pelos Proponentes. Os Termos de Compromisso deverão qualificar os pagamentos a serem efetuados como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas, e o prazo de trinta dias para a assinatura do Termo, contado da comunicação da presente decisão aos Proponentes. A Superintendência Administrativo-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento das obrigações assumidas pelos Proponentes.

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2013/12570

Reg. nº 9438/14

Relator: SGE

Trata-se de apreciação de proposta de Termo de Compromisso apresentada por Andre Bergstein ("Proponente"), nos autos do Processo Administrativo Sancionador RJ2013/12570, instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas - SEP.

Andre Bergstein, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores - DRI da companhia Gafisa S.A., foi acusado por não ter providenciado, diante do vazamento de informação, a divulgação tempestiva de fato relevante referente à venda da participação de 70% das ações de emissão de Alphaville Urbanismo S.A. para a AE Investimentos e Participações S.A., em descumprimento ao parágrafo único do art. 6º da Instrução CVM 358/2002 c/c o § 4º do art.157 da Lei 6.404/1976.

Depois de negociação com o Comitê de Termo de Compromisso, o Proponente apresentou proposta de Termo de Compromisso em que se compromete a pagar à CVM a quantia de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Para o Comitê, a aceitação da proposta se revela conveniente e oportuna, pois entende que o pagamento à autarquia no valor de R$200.000,00 (duzentos mil reais) é quantia tida como suficiente para desestimular a prática de condutas assemelhadas, bem norteando a conduta dos administradores de companhias abertas, em atendimento à finalidade preventiva do instituto de que se cuida.

O Colegiado deliberou, por unanimidade, acompanhando o parecer do Comitê, a aceitação da proposta de Termo de Compromisso apresentada por Andre Bergstein. O Termo de Compromisso deverá qualificar o pagamento a ser efetuado como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento da obrigação pecuniária assumida, e o prazo de trinta dias para a assinatura do Termo, contado da comunicação da presente decisão ao Proponente. A Superintendência Administrativo-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento da obrigação assumida pelo Proponente.

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2013/13240

Reg. nº 9439/14

Relator: SGE

Trata-se de apreciação de proposta de Termo de Compromisso apresentada por Cássio Elias Audi ("Proponente"), no âmbito do Processo Administrativo Sancionador RJ2013/13240, instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas - SEP.

Cássio Elias Audi, na qualidade de ex- Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Rossi Residencial S.A. ("Rossi" ou "Companhia") foi acusado por ter se utilizado de informação privilegiada na negociação de ações de emissão da Companhia entre 04.01.13 e 18.02.13, caracterizando infração ao disposto no § 1º do art. 155 da Lei 6.404/1976.

Devidamente intimado, o Proponente apresentou suas razões de defesa e proposta de celebração de Termo de Compromisso em que se compromete a pagar à CVM a importância de R$1.614.480,00 (um milhão, seiscentos e quatorze mil, quatrocentos e oitenta reais), correspondente ao dobro do suposto prejuízo evitado, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a partir de 18.02.13, data de última alienação das ações, até o seu efetivo pagamento.

O Comitê de Termo de Compromisso entende que, diante das características que permeiam o caso concreto e considerando a natureza e gravidade da acusação formulada, bem como precedentes com comparáveis características essenciais, o pagamento da quantia correspondente ao dobro do suposto prejuízo evitado com as negociações, ou seja, R$1.614.480,00 (um milhão, seiscentos e quatorze mil, quatrocentos e oitenta reais), atualizado pelo IPCA, a partir de 18.02.13, data da última alienação das ações, até seu efetivo pagamento, representa compromisso suficiente a desestimular a prática de condutas assemelhadas, bem como se mostra adequada ao instituto de que se cuida, sugerindo a aceitação da proposta ora formulada.

O Colegiado, por maioria, acompanhando o entendimento consubstanciado no parecer do Comitê, deliberou a aceitação da proposta de Termo de Compromisso apresentada por Cássio Elias Audi. Restou vencido o Presidente Leonardo Pereira, que considerou ser inoportuna e inconveniente a aceitação da proposta, à luz da gravidade das imputações atribuídas, e tendo em vista a necessidade de se aprofundarem as discussões sobre o assunto em questão. O Termo de Compromisso deverá qualificar o pagamento a ser efetuado como "condição para celebração do termo de compromisso".

O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento da obrigação pecuniária assumida, e o prazo de trinta dias para a assinatura do Termo, contado da comunicação da presente decisão ao Proponente. A Superintendência Administrativo-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento da obrigação assumida pelo Proponente.

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2014/2050

Reg. nº 9440/14

Relator: SGE

Trata-se de apreciação de proposta de Termo de Compromisso apresentada por José Gustavo de Souza Costa ("Proponente"), nos autos do Processo Administrativo Sancionador RJ2014/2050 instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas - SEP.

O Proponente, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores - DRI da CCX Carvão da Colômbia S.A. ("CCX Carvão" ou "Companhia"), foi acusado por divulgação intempestiva de fato relevante relativo à sua saída da Companhia, tendo em vista a ocorrência de vazamento de informação por meio de notícias veiculadas na mídia em 21, 23 e 24 de setembro de 2013 e a verificação de oscilação atípica na quantidade negociada das ações ordinárias de emissão da CCX Carvão no dia 24.09.13, em descumprimento ao parágrafo único do art. 6º da Instrução CVM 358/2002 c/c o art. 157, § 4º, da Lei 6.404/1976.

Devidamente intimado, o Proponente apresentou suas razões de defesa, bem como proposta de celebração de Termo de Compromisso em que se dispõe a pagar à CVM a importância de R$200.000,00 (duzentos mil reais).

Em sua manifestação, o Comitê de Termo de Compromisso consignou que é de notório conhecimento a apuração de fatos pela CVM sobre questões relacionadas ao grupo empresarial da qual a CCX Carvão faz parte e uma parcela desses fatos refere-se a questões de natureza informacional. Desse modo, o Comitê considera inoportuno celebrar acordo em um processo envolvendo justamente questões informacionais, ainda que os fatos narrados no caso em tela possam, eventualmente, ser considerados isolados das análises ora sob comento pela Autarquia.

No entendimento do Comitê, o efeito paradigmático de maior relevância e visibilidade junto à sociedade e, mais especificamente, junto aos participantes do mercado de valores mobiliários, dar-se-á por meio de um posicionamento do Colegiado da autarquia em sede de julgamento, sugerindo, assim, a rejeição da proposta de Termo de Compromisso apresentada por José Gustavo de Souza Costa.

O Colegiado deliberou, por unanimidade, acompanhando o parecer do Comitê, a rejeição da proposta de Termo de Compromisso apresentada pelo Proponente.

Na sequência, o Diretor Roberto Tadeu foi sorteado relator do PAS RJ2014/2050.

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2014/2314

Reg. nº 9441/14

Relator: SGE

Trata-se de apreciação de proposta de Termo de Compromisso apresentada por José Gustavo de Souza Costa ("Proponente"), nos autos do Processo Administrativo Sancionador RJ2014/2314, instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas - SEP.

José Gustavo de Souza Costa, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores - DRI da CCX Carvão da Colômbia S.A. ("CCX Carvão"), foi acusado:

a)pela falta de divulgação de fato relevante acerca da existência de tratativas para potencial alienação dos projetos de mineração de Cañaverales e Papayal, face à oscilação atípica registrada na cotação das ações emitidas pela CCX Carvão no dia 14.08.13, agravada pela entrega intempestiva ao Sistema IPE e por meio de Comunicado ao Mercado, em descumprimento ao parágrafo único do art. 6º da Instrução CVM 358/2002 ("Instrução 358") c/c o art. 157, § 4º, da Lei 6.404/76 ("Lei. 6.404"); e

b)pela ausência de divulgação imediata do fato relevante a respeito da ultimação dos termos do Memorando de Entendimentos relativo à venda dos projetos de mineração de Cañaverales e Papayal, tendo em conta a verificação de oscilações atípicas na cotação e na quantidade negociada das ações emitidas pela CCX Carvão durante o dia 13.09.13, bem como o vazamento, na imprensa, da conclusão do negócio, em descumprimento ao parágrafo único do art. 6º da Instrução 358 c/c o art. 157, § 4º, da Lei 6.404.

Devidamente intimado, o acusado apresentou suas razões de defesa, bem como proposta de celebração de Termo de Compromisso em que se dispõe a pagar à CVM a importância de R$200.000,00 (duzentos mil reais).

Em sua manifestação, o Comitê de Termo de Compromisso consignou que é de notório conhecimento a apuração de fatos pela CVM sobre questões relacionadas ao grupo empresarial da qual a CCX Carvão faz parte e uma parcela desses fatos refere-se a questões de natureza informacional. Desse modo, o Comitê considera inoportuno celebrar acordo em um processo envolvendo justamente questões informacionais, ainda que os fatos narrados no caso em tela possam, eventualmente, ser considerados isolados das análises ora sob comento pela Autarquia.

No entendimento do Comitê, o efeito paradigmático de maior relevância e visibilidade junto à sociedade e, mais especificamente, junto aos participantes do mercado de valores mobiliários, dar-se-á por meio de um posicionamento do Colegiado da autarquia em sede de julgamento, sugerindo, assim, a rejeição da proposta de Termo de Compromisso apresentada por José Gustavo de Souza Costa.

O Colegiado deliberou, por unanimidade, acompanhando o parecer do Comitê, a rejeição da proposta de Termo de Compromisso apresentada pelo Proponente.

Na sequência, a Diretora Ana Novaes foi sorteada relatora do PAS RJ2014/2314.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2015.
RITA DE CÁSSIA MENDES
Chefe

DECISÃO DO COLEGIADO DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

PARTICIPANTES

LEONARDO PORCIUNCULA GOMES PEREIRA - PRESIDENTE

ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES - DIRETORA

LUCIANA PIRES DIAS - DIRETORA

TERMO DE COMPROMISSO - EXCLUSÃO DE COMPROMITENTE - PAS RJ2012/8369

Reg. nº 9380/14

Relator: SGE

O Colegiado, em reunião de 18.11.14, deliberou a aceitação de proposta de celebração de Termo de Compromisso apresentada em conjunto por Manoel Felix Cintra Neto, Carlos Ciampolini, Luiz Masagão Ribeiro, Jair Ribeiro da Silva Neto, Antônio Geraldo da Rocha, Alain Juan Pablo Belda Fernandez, Alfredo Goeye Junior, Guilherme Affonso Ferreira e Walter Iorio ("Proponentes"), nos autos do Processo Administrativo Sancionador RJ2012/8369.

Em virtude do falecimento do Sr. Carlos Ciampolini, ocorrido no dia 28.02.14, comprovado através de atestado de óbito encaminhado à CVM, o Colegiado declarou extinta a punibilidade de tal Compromitente e determinou o arquivamento do presente processo em relação a ele.

O Colegiado reavaliou, ainda, a conveniência e oportunidade do Termo de Compromisso proposto pelos demais Proponentes, tendo decidido, diante das características específicas no caso, manter sua posição pela aceitação da proposta, nos termos aprovados em reunião de 18.11.14.

Portanto, com relação aos Proponentes remanescentes, ficou acordada a disponibilização, aos servidores da CVM, de Curso de Contabilidade Avançada - Padrões Contábeis IFRS/CPC, a ser ministrado pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI.

O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento da obrigação assumida, e o prazo de trinta dias para a assinatura do Termo, contado da comunicação da presente decisão aos Proponentes. A Superintendência Administrativo-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento da obrigação assumida pelos Proponentes.

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2013/8696

Reg. nº 9462/14

Relator: SGE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Trata-se de apreciação de propostas de Termo de Compromisso apresentadas por Alexandre Aparecido de Barros, Antonio Alvaro Rodrigues Frade, Antônio Carlos Conquista, Chiara Sonego Bolognesi, Manuela dos Santos Leitão, Paulo Cesar Rutzen, Ricardo Oliveira Azevedo, Ronaldo Marcelio Bolognesi e Teresa Rodrigues Cao ("Proponentes"), nos autos do Processo Administrativo Sancionador RJ2013/8696, instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas - SEP.

Os Proponentes foram responsabilizados, todos administradores da Multiner S.A., da seguinte forma:

I - Antonio Alvaro Rodrigues Frade, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores, pelo descumprimento ao art. 13 da Instrução CVM 480/2009, combinado com o art. 45 da mesma Instrução, pelo atraso e não envio de informações periódicas;

II - Paulo Cesar Rutzen:

a)na qualidade de Diretor Presidente, por descumprir o art. 176 e concorrer para o descumprimento dos arts. 132 e 133, todos da Lei 6.404/76 ("Lei 6.404"), por não ter feito elaborar as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31.12.11 e 31.12.12 até 3 meses após o encerramento desses exercícios;

b)na qualidade de conselheiro de administração, por descumprir o art. 132, c/c o art. 142, IV, da Lei 6.404, em razão da não convocação e realização, dentro do prazo previsto, das assembleias gerais ordinárias relativas aos exercícios sociais findos em 31.12.11 e 31.12.12;

III - Ronaldo Marcelio Bolognesi, Chiara Sonego Bolognesi e Manuela dos Santos Leitão, na qualidade de membros do Conselho de Administração, por descumprirem o art. 132, c/c o art. 142, IV, da Lei 6.404, em razão da não convocação e realização, dentro do prazo previsto, das assembleias gerais ordinárias relativas aos exercícios sociais findos em 31.12.11 e 31.12.12;

IV - Antônio Carlos Conquista e Teresa Rodriguez Cao, na qualidade de membros do Conselho de Administração, por descumprirem o art. 132, c/c o art. 142, IV, da Lei 6.404, em razão da não convocação e realização, dentro do prazo previsto, da assembleia geral ordinária relativa ao exercício social findo em 31.12.12; e

V - Ricardo Oliveira Azevedo e Alexandre Aparecido de Barros, na qualidade de membros do Conselho de Administração, por descumprirem o art. 132, c/c o art. 142, IV, da Lei 6.404, em razão da não convocação e realização, dentro do prazo previsto, da assembleia geral ordinária relativa ao exercício social findo em 31.12.11.

Após negociação com o Comitê de Termo de Compromisso, os Proponentes anuíram às contrapropostas de Termo de Compromisso sugeridas pelo Comitê, nos seguintes termos:

a) Manuela dos Santos Leitão e Antônio Carlos Conquista: assunção de obrigação pecuniária no valor de R$20.000,00 (vinte mil reais);

b) Antonio Alvaro Rodrigues Frade, Paulo Cesar Rutzen, Ronaldo Marcelio Bolognesi e Chiara Sonego: assunção de obrigação pecuniária no valor de, respectivamente, R$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), R$40.000,00 (quarenta mil reais), R$20.000,00 (vinte mil reais) e, também, R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Na visão do Comitê, a aceitação das propostas se revela conveniente e oportuna uma vez que, no seu entendimento, as quantias oferecidas são tidas como suficiente para desestimular a prática de condutas assemelhadas, bem norteando a conduta dos administradores de companhias abertas.

O Colegiado deliberou, por unanimidade, a aceitação das propostas de Termo de Compromisso apresentadas pelos Proponentes, acompanhando o entendimento consubstanciado no parecer do Comitê. O Termo de Compromisso deverá qualificar os pagamentos a serem efetuados como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas, e o prazo de trinta dias para a assinatura do Termo, contado da comunicação da presente decisão aos Proponentes. A Superintendência Administrativo-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento das obrigações assumidas pelos Proponentes.

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2014/2046

Reg. nº 9463/14

Relator: SGE

Trata-se de apreciação de proposta de Termo de Compromisso apresentada por Luiz Eduardo Falco Pires Correa ("Proponente") nos autos do Processo Administrativo Sancionador RJ2014/2046, instaurado pela Superintendência de Registro de Valores Mobiliários - SRE.

O Proponente foi acusado, na qualidade de Presidente da CVC Brasil Agência e Operadora de Viagens S.A., por ter se manifestado na mídia sobre oferta pública de distribuição de ações quando a mesma ainda se encontrava em curso (infração ao inciso IV do art. 48 da Instrução CVM 400/2003).

Após negociação com o Comitê de Termo de Compromisso, o Proponente apresentou proposta de Termo de Compromisso em que se compromete a pagar à CVM o valor de R$200.000,00 (duzentos mil reais).

Para o Comitê, a aceitação da proposta é conveniente e oportuna, representando compromisso suficiente para desestimular a prática de condutas assemelhadas, bem norteando a conduta dos administradores de companhias abertas.

O Colegiado deliberou, por unanimidade, a aceitação da proposta de Termo de Compromisso apresentada pelo Proponente, acompanhando o entendimento consubstanciado no parecer do Comitê. O Termo de Compromisso deverá qualificar o pagamento a ser efetuado como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento da obrigação pecuniária assumida, e o prazo de trinta dias para a assinatura do Termo, contado da comunicação da presente decisão ao Proponente. A Superintendência Administrativo-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento da obrigação pecuniária assumida pelo Proponente.

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2014/3624

Reg. nº 9464/14

Relator: SGE

Trata-se de apreciação de proposta de Termo de Compromisso apresentada por GWI Asset Management S.A. e seu diretor responsável pela administração de carteiras de valores mobiliários, Sr. Mu Hak You (em conjunto, "Proponentes"), nos autos do Processo Administrativo Sancionador RJ2014/3624, instaurado pela Superintendência de Relações com Investidores Institucionais - SIN.

Os Proponentes foram acusados, na qualidade, respectivamente, de gestora do GWI Leverage Fundo de Investimento em Ações e Diretor responsável pela administração de carteiras de valores mobiliários, por terem descumprido o limite de concentração por emissor estabelecido no regulamento do fundo (infração ao disposto no art. 65, inciso XIII, c/c os arts. 88, caput, e 65-A, inciso I, todos da Instrução CVM 409/2004).

Devidamente intimados, os acusados apresentaram suas razões de defesa, bem como proposta de celebração de Termo de Compromisso em que se dispõem a pagar à CVM a importância de R$60.000,00 (sessenta mil reais).

O Comitê de Termo de Compromisso concluiu, em linha com a manifestação da Procuradoria Federal Especializada junta à CVM - PFE/CVM, pela existência de óbice legal à aceitação da proposta conjunta apresentada, por não atendimento ao requisito inserto no inciso II, §5º, art. 11, da Lei nº 6.385/1976. Considerando o montante estimado do prejuízo suportado pelo fundo e o valor apresentado pelos acusados na proposta de Termo de Compromisso, entende o Comitê que a aceitação da proposta não se afigura conveniente nem oportuna.

O Colegiado, por unanimidade, acompanhando o entendimento exarado no parecer do Comitê, deliberou a rejeição da proposta conjunta de Termo de Compromisso apresentada pelos Proponentes.

Na sequência, a Diretora Luciana Dias foi sorteada como relatora do PAS RJ2014/3624.

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PROC. RJ2014/3919

Reg. nº 9465/14

Relator: SGE

Trata-se de apreciação de proposta de Termo de Compromisso apresentada em conjunto por Eurito de Freitas Druck, Maria Therezinha Druck Bastide, Noe Joel da Costa Oliveira, Paulo Antonio Schmidt, Paulo Sergio Viana Mallmann, Pedro Paulo Samoza dos Santos, Péricles Pereira Druck e Péricles de Freitas Druck, administradores da Companhia Habitasul de Participações ("Proponentes"), previamente à instauração de Processo Administrativo Sancionador pela Superintendência de Relações com Empresas - SEP, nos termos do art. 7º da Deliberação CVM 390/2001.

As supostas irregularidades dizem respeito à contratação de auditor independente sem observar o prazo de intervalo exigido, caracterizando infração ao art. 31 da Instrução CVM 308/1999.

Após negociação levada a efeito pelo Comitê de Termo de Compromisso, os Proponentes apresentaram proposta conjunta em que se comprometem a pagar à CVM o montante de R$200.000,00 (duzentos mil reais).

No entendimento do Comitê, a aceitação da proposta é conveniente e oportuna, representando compromisso suficiente para desestimular a prática de condutas assemelhadas, bem norteando a conduta dos administradores de companhias abertas.

O Colegiado deliberou, por unanimidade, a aceitação da proposta de Termo de Compromisso apresentada pelos Proponentes, acompanhando o entendimento consubstanciado no parecer do Comitê. O Termo de Compromisso deverá qualificar o pagamento a ser efetuado como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento da obrigação pecuniária assumida, e o prazo de trinta dias para a assinatura do Termo, contado da comunicação da presente decisão aos Proponentes. A Superintendência Administrativo-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento da obrigação assumida pelos Proponentes.

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PROC. RJ2014/5102

Reg. nº 9466/14

Relator: SGE

Trata-se de apreciação de proposta de Termo de Compromisso apresentada em conjunto por Gipar S.A., Itacatu S.A. e Ivan Müller Botelho, na qualidade de acionistas controladores, diretos e/ou indiretos, ou parte ligada a acionistas controladores da Energisa S.A. ("Energisa"); Ivan Botelho, também na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, e Mauricio Perez Botelho, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores ("Proponentes"), previamente à instauração de Processo Administrativo Sancionador pela Superintendência de Relações com Empresas - SEP, nos termos do art. 7º da Deliberação CVM 390/2001.

As supostas irregularidades dizem respeito à negociação de ações de emissão da Energisa, nos 15 dias anteriores à divulgação de informações trimestrais e anuais e de fatos relevantes, podendo caracterizar infração ao art. 13, caput e § 4º, da Instrução CVM 358/2002.

Após negociação com o Comitê de Termo de Compromisso, os Proponentes apresentaram proposta de Termo de Compromisso em que se comprometem a pagar à CVM o montante total de R$510.000,00 (quinhentos e dez mil reais).

Segundo o Comitê, a aceitação da proposta é conveniente e oportuna, representando compromisso suficiente para desestimular a prática de condutas assemelhadas, bem norteando a conduta de agentes de mercado em situação similar a da proponente.

O Colegiado deliberou, por unanimidade, a aceitação da proposta de Termo de Compromisso apresentada em conjunto pelos Proponentes, acompanhando o entendimento consubstanciado no parecer do Comitê. O Termo de Compromisso deverá qualificar o pagamento a ser efetuado como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento da obrigação pecuniária assumida, e o prazo de trinta dias para a assinatura do Termo, contado da comunicação da presente decisão aos Proponentes. A Superintendência Administrativo-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento da obrigação assumida pelos Proponentes.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2015.
RITA DE CÁSSIA MENDES
Chefe

DECISÃO DO COLEGIADO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

PARTICIPANTES

LEONARDO PORCIUNCULA GOMES PEREIRA - PRESIDENTE

ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES - DIRETORA

LUCIANA PIRES DIAS - DIRETORA

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2013/10172

Reg. nº 9488/14

Relator: SGE

Trata-se de apreciação de proposta de Termo de Compromisso apresentada por KPMG Auditores Independentes ("KPMG") e seu sócio e responsável técnico, Francesco Luigi Celso (em conjunto, "Proponentes"), nos autos Processo Administrativo Sancionador RJ 2013/10172, instaurado pela Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria - SNC.

Os Proponentes foram responsabilizados pela emissão de parecer de auditoria referente às demonstrações financeiras de 31.12.07 dos fundos (i) Diamante Fundo de Investimento - Multimercado - Crédito Privado; (ii) Coopmútuo Fundo de Investimento - Multimercado - Crédito Privado; e (iii) Bancoob Capital Fundo de Investimento - Multimercado, com inobservância do art. 20 da Instrução CVM 308/1999, por não terem respeitado os itens (a) 11.2.5.3, 11.2.5.5, 11.3.3.1 "a" e 11.3.3.2 da NBC T 11, aprovada pela Resolução CFC 820/1997; (b) 11.3.2.2 e 11.3.2.6 da NBC T 11.3, aprovada pela Resolução CFC 1024/2005; (c) 11.12.3.2 da NBC T 11.12, aprovada pela Resolução CFC 1029/2005; (d) 26 da NBC T 11 - IT - 05, aprovada pela Resolução CFC 830/1998; e (e) 36 "a", 37 e 56 da NPA 01 do IBRACON.

Após negociação com o Comitê de Termo de Compromisso, os Proponentes apresentaram proposta de celebração de Termo de Compromisso em que se comprometem a pagar conjuntamente à CVM o montante total de R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

Adicionalmente, Francesco Luigi Celso comprometeu-se a deixar de exercer, pelo prazo de dois anos, a contar da data da assinatura do Termo de Compromisso, excluindo-se dessa limitação as demais, a função/cargo de responsável técnico da KPMG em auditorias de companhias abertas e entidades integrantes do mercado de valores mobiliários. Nesse período de tempo, não emitirá ou assinará relatórios ou pareceres de auditoria relacionados a empresas no âmbito do mercado de valores mobiliários, submetidos à regulação e fiscalização da CVM, assumindo tal compromisso de forma irrevogável e irretratável. Não obstante, continuará cumprindo todas as regras de educação continuada previstas em normas aplicáveis ao(s) cargo(s)/função(ões) para os quais está e permanece credenciado.

O Comitê entendeu que, considerando as peculiaridades do presente caso, a nova proposta apresentada pelos proponentes é adequada à finalidade do instituto de que se cuida, desestimulando a prática de condutas assemelhadas e bem norteando a atuação dos participantes do mercado de valores mobiliários, revelando-se, assim, conveniente e oportuna sua aceitação.

O Colegiado deliberou, por unanimidade, aceitar a proposta de Termo de Compromisso apresentada em conjunto pelos Proponentes, acompanhando o entendimento do Comitê. O Termo de Compromisso deverá qualificar os pagamentos a serem efetuados como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas, e o prazo de trinta dias para a assinatura do Termo, contado da comunicação da presente decisão aos Proponentes. O Colegiado designou (a) a Superintendência Administrativo-Financeira - SAD, como responsável por atestar o cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas; e (b) a Superintendência de Normas Contábeis e Auditoria - SNC como responsável por atestar a obrigação não pecuniária.

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PROC. RJ2014/11294

Reg. nº 9489/14

Relator: SGE

Trata-se de apreciação de propostas de Termo de Compromisso apresentadas pelos Srs. Fernando Barbosa de Oliveira e Paulo Euclides Bonzanini ("Proponentes"), no âmbito do Processo Administrativo Sancionador 03/2012, instaurado visando à apuração de eventuais responsabilidades dos administradores do Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil"), em razão de possíveis irregularidades no repasse de recursos a agências de publicidade, no âmbito das ações de marketing e propaganda desenvolvidas pelo Fundo de Incentivo Visanet, no período de 2001 a 2005.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Os Proponentes foram acusados, na qualidade de Diretores de Varejo do Banco do Brasil, por não empregar a diligência requerida para o exercício de suas funções nos atos praticados no curso de seu mandato relacionados às Ações de Incentivo do Fundo Visanet, entre eles, as antecipações de recursos à agência DNA Propaganda Ltda. (infração ao art. 153 da Lei 6.404/76).

Devidamente intimados, os Proponentes apresentaram suas razões de defesa, bem como propostas de celebração de Termo de Compromisso em que se comprometem a pagar individualmente à CVM o valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

O Comitê de Termo de Compromisso entendeu, no caso concreto e em linha com a manifestação da Procuradoria Federal Especializada junto à CVM - PFE/CVM, que as propostas mostram-se flagrantemente desproporcionais à natureza e à gravidade das acusações imputadas aos Proponentes. Na visão do Comitê, o caso em tela demanda um pronunciamento norteador por parte do Colegiado em sede de julgamento, visando orientar as práticas do mercado em operações dessa natureza, especialmente com relação à atuação dos administradores de companhia aberta no exercício de suas atribuições, em estrita observância aos deveres e responsabilidades prescritos em lei.

O Colegiado, acompanhando o entendimento exarado no parecer do Comitê, deliberou a rejeição das propostas apresentadas pelos Proponentes.

CUMPRIMENTO DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2013/8699

Reg. nº 9114/14

Relator: SAD

Trata-se de apreciação de cumprimento das condições constantes no Termo de Compromisso celebrado pelos Srs. Braulio Afonso Morais, José Fernando Navarrete Pena e Simão Cirineu Dias, aprovado na reunião de Colegiado de 06.05.14, no âmbito do RJ2013/8699.

Baseado na manifestação da Superintendência Administrativo-Financeira - SAD, área responsável por atestar o cumprimento das cláusulas acordadas, de que os pagamentos previstos no Termo de Compromisso ocorreram na forma convencionada e de que não há obrigação adicional a ser cumprida, o Colegiado deliberou o arquivamento do PAS RJ2013/8699 por ter sido cumprido o Termo de Compromisso firmado pelos únicos acusados.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2015.
RITA DE CÁSSIA MENDES
Chefe

PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM.

I - Marcação de Sessão de Julgamento: nos termos do disposto nos artigos 27 a 36 e artigo 40, todos da Deliberação CVM nº 538, de 05.03.2008, comunicamos que serão realizadas as seguintes Sessões de Julgamento de Processos Administrativos Sancionadores, na data, horário e local abaixo mencionado.

Ficam desde já convocados os acusados e seus representantes, ou advogados, devidamente constituídos nos autos, para, querendo, comparecer à Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador e oferecer sustentação oral de sua defesa.

Eventuais alterações na presente pauta serão objeto de publicação no Diário Oficial da União.

PAS CVM nº RJ2013/10909 - ENEVA S.A.
Data:18.03.2015 - quarta-feira
Horário: 10h
Relatora: Diretora Luciana Dias
Procuradora: Luciana Silva Alves
Local: Rua Sete de Setembro, 111 - 34° andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
Objeto do processo: Apurar eventual responsabilidade de Eike Fuhrken Batista, na qualidade de Acionista Controlador da MPX Energia S.A., pelo descumprimento do art. 6º, parágrafo único, da Instrução 358/02.

Acusado	Advogado
Eike Fuhrken Batista	Kevin Michael Altit OAB/RJ 62.437

PAS CVM nº RJ2013/2400 - LLX LOGISTICA SA
Data: 18.03.201 - quarta-feira
Horário: 10h
Relatora: Diretora Luciana Dias
Procuradora: Cristiane Rodrigues Iwakura
Local: Rua Sete de Setembro, 111 - 34° andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
Objeto do processo: "Apurar eventual responsabilidade de Otavio de Garcia Lazcano, Eugenio Leite de Figueiredo, Claudio Dias Lampert, na qualidade de administradores da LLX Logística S.A. e Eike Fuhrken Batista, na qualidade de acionista controlador e administrador da LLX Logística S.A., por descumprimento do parágrafo único do art. 6º da Instrução CVM nº 358/02."

Acusados	Advogados
Eike Fuhrken Batista	Luiz Leonardo Cantidiano OAB/RJ n° 20.282
Otávio de Garcia Lazcano	Robson Goulart Barreto OAB/RJ n° 51.491
Eugênio Leite de Figueiredo	Carlos Barbosa Mello OAB/SP n° 147.705
Cláudio Dias Lampert	Carlos Barbosa Mello OAB/SP n° 147.705

PAS CVM nº RJ2014/2050 - CCX CARVÃO DA COLOMBIA S.A.
Data:18.03.2015 - quarta-feira
Horário:10h
Relator: Diretor Roberto Tadeu Antunes Fernandes
Procuradora: Cristiane Rodrigues Iwakura
Local: Rua Sete de Setembro, 111 - 34° andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
Objeto do processo: "Apurar eventual responsabilidade de José Gustavo de Souza Costa, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da CCX Carvão da Colômbia S.A., pelo descumprimento ao parágrafo único do art. 6º da Instrução CVM n.° 358/02, c/c o art. 157, § 4.°, da Lei n.° 6.404/76."

Acusado	Advogado
José Gustavo de Souza Costa	Dr. Luiz Leonardo Cantidiano OAB/RJ nº 20.282

PAS CVM nº RJ2013/7916 - OGX PETRÓLEO E GÁS PARTICIPAÇÕES S/A
Data: 18.03.2015 - quarta-feira
Horário: 15h
Relatora: Diretora Luciana Dias
Procuradora: Luciana Silva Alves
Local: Rua Sete de Setembro, 111 - 34° andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
Objeto do processo: "Apurar eventual responsabilidade de Roberto Bernardes Monteiro, na qualidade de administrador da OGX Petróleo e Gás Participações S.A. pelo descumprimento do art. 6º, parágrafo único, da Instrução 358/02 c/c art. 157, §4º da Lei 6404/76 e José Roberto Penna Chaves Faveret Cavalcanti, Luiz Eduardo Guimarães Carneiro, Paulo de Tarso Martins Guimarães, Reinaldo José Belotti Vargas, Aziz Ben Ammar e Eike Fuhrken Batista, na qualidade de administradores da OGX Petróleo e Gás Participações S.A., pelo descumprimento do art. 3º, §2º, da Instrução 358/02 c/c art. 157, §4º da Lei 6404/76."

Acusados	Advogados
Aziz Ben Ammar	Luiz Leonardo Cantidiano OAB/RJ 20.282
Eike Fuhrken Batista	Darwin Corrêa OAB/RJ 112.989
José Roberto Penna Chaves Faveret Cavalcanti	Nelson Eizirik OAB/RJ 38.730
Luiz Eduardo Guimarães Carneiro	Nelson Eizirik OAB/RJ 38.730
Paulo de Tarso Martins Guimarães	Nelson Eizirik OAB/RJ 38.730
Reinaldo José Belotti Vargas	Nelson Eizirik OAB/RJ 38.730
Roberto Bernardes Monteiro	Nelson Eizirik OAB/RJ 38.730

PAS CVM nº RJ2013/10321 - CCX CARVÃO DA COLOMBIA S.A.
Data: 18.03.2015 - quarta-feira
Horário: 15h
Relator: Diretor Roberto Tadeu Antunes Fernandes
Procuradora: Luciana Silva Alves
Local: Rua Sete de Setembro, 111 - 34° andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
Objeto do processo: "Apurar eventual responsabilidade de José Gustavo de Souza Costa, na qualidade de administrador da CCX Carvão da Colômbia S.A., por descumprimento ao parágrafo único do art. 6º da Instrução 358/02 c/c art. 157, §4º da Lei 6404/76, art. 3º, caput, da Instrução 358/02 c/c art. art. 157, §4º da Lei 6404/76, Leonardo Pimenta Gadelha, Eduardo Karrer, Samir Zraick, Aziz Ben Ammar, Luiz do Amaral de França Pereira, Rodolfo Tourinho Neto, na qualidade de administradores da CCX Carvão da Colômbia S.A., e Eike Fuhrken Batista, na qualidade de acionista controlador e administrador da CCX Carvão da Colômbia S.A., por descumprimento ao parágrafo único do art. 6º da Instrução 358/02 c/c art. 157, §4º da Lei 6404/76."

Acusados	Advogados
Leonardo Pimenta Gadelha	Dr. Luiz Felipe Gonçalves Cordeiro OAB/RJ nº 182.123
Eduardo Karrer	Dr. Luiz Felipe Gonçalves Cordeiro OAB/RJ nº 182.123
José Gustavo de Souza Costa	Dr. Luiz Leonardo Cantidiano OAB/RJ nº 20.282
Aziz Ben Ammar	Dr. Luiz Leonardo Cantidiano OAB/RJ nº 20.282
Samir Zraick	Dr. Nelson Laks Eizirik OAB/RJ nº 38.730
Luiz do Amaral de França Pereira	Dr. Nelson Laks Eizirik OAB/RJ nº 38.730
Rodolpho Tourinho Neto	Dr. Nelson Laks Eizirik OAB/RJ nº 38.730
Eike Fuhrken Batista	Dra. Juliana Montes Dal Sasso OAB/RJ nº 167.645

PAS CVM nº RJ2012/1542 - Metalgráfica Iguaçu S.A.
Data: 31.03.2015 (terça-feira)
Horário: 15h
Relator: Diretor Pablo Waldemar Renteria
Procuradora: Luciana Carvalho Gabriel Dayer
Local: Rua Sete de Setembro, 111 - 34° andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
Objeto do processo: Não envio, por parte da METALGRAFICA IGUAÇU S/A, de informações sobre reduções superiores a 5% nas participações dos acionistas Eurico de Avellar Kesselring e Merisa S/A no capital preferencial da empresa.

Acusado	Advogado
Rogério Paybrune St. Sève Marins	Dr. Alexandre Straiotto OAB/PR nº 26.330

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2015.
RITA DE CÁSSIA MENDES
Chefe

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
2ª SEÇÃO
1ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 301, Brasília, Distrito Federal.

Observação: Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 10 DE MARÇO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS
Relator: MARIA CLECI COTI MARTINS

1 - Processo nº: 16682.720152/2011-00 - Recorrente: TERMOPERNAMBUCO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

2 - Processo nº: 10880.722332/2011-03 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: EDUARDO DE SOUZA LEAO

3 - Processo nº: 13819.002027/2001-53 - Embargante: FABIO FERREIRA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

4 - Processo nº: 10680.726552/2012-35 - Recorrente: BERNARDO ANDRADE VALADARES GONTIJO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

5 - Processo nº: 10803.000078/2008-06 - Recorrente: FERNANDA CANELLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR

6 - Processo nº: 18471.001035/2008-41 - Recorrente: HOTEIS OTHON S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

7 - Processo nº: 10580.722176/2008-51 - Recorrente: WASHINGTON ARAUJO CARIGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

8 - Processo nº: 15983.000510/2010-18 - Recorrente: INSTITUTO SUP DE EDUCACAO SANTA CECILIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: DANIEL PEREIRA ARTUZO

9 - Processo nº: 10830.006239/2004-14 - Recorrentes: EDUARDO DE AVELLAR SERTORIO e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO E RECURSO VOLUNTÁRIO

10 - Processo nº: 10325.000977/2009-64 - Recorrente: ADILIA PEREIRA RODANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ANDRE RODRIGUES PEREIRA LIMA

11 - Processo nº: 19515.721822/2013-89 - Recorrente: NEW SKIES SATELLITES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 10 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS
Relator: MARIA CLECI COTI MARTINS

12 - Processo nº: 10580.729581/2011-04 - Recorrente: COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

13 - Processo nº: 13749.000339/99-17 - Embargante: DJALMA RODRIGUES DA SILVA FILHO e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: EDUARDO DE SOUZA LEAO

14 - Processo nº: 19515.001773/2007-16 - Recorrente: JAIRO MARCOS BAUM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

15 - Processo nº: 10830.006178/2006-49 - Recorrente: CLARICE SZPIGEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

16 - Processo nº: 10945.000763/2009-91 - Recorrente: ERMESINDA ZAMPIROLLI AGRIZZI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR

17 - Processo nº: 12448.735359/2011-92 - Recorrente: GILBERTO SAYAO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

18 - Processo nº: 10215.720090/2010-77 - Recorrente: ARGEMIRO REBOUCAS NOGUEIRA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: DANIEL PEREIRA ARTUZO

19 - Processo nº: 10540.720942/2013-87 - Recorrente: MARIO ZINATO SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

20 - Processo nº: 19515.721645/2013-31 - Recorrente: NELSON CORTONESI MARAMALDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ANDRE RODRIGUES PEREIRA LIMA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

21 - Processo nº: 10166.723701/2013-12 - Recorrente: OSVALDINO XAVIER DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

22 - Processo nº: 10830.722254/2011-24 - Recorrentes: ORLANDO RUFO GONZALEZ e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO E RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 11 DE MARÇO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MARIA CLECI COTI MARTINS

23 - Processo nº: 12448.735952/2011-39 - Recorrente: EMMANUEL ROSE HERMANN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

24 - Processo nº: 19515.000108/2010-19 - Recorrente: ARIAL HOROVITZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: EDUARDO DE SOUZA LEAO

25 - Processo nº: 10980.729348/2012-91 - Recorrentes: CIXARES LIBERO VARGAS e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO E RECURSO VOLUNTÁRIO

26 - Processo nº: 18471.001544/2006-10 - Recorrente: MARCELO DO RIO FARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR

27 - Processo nº: 10235.002282/2008-45 - Recorrente: ARTHUR DE LIMA TORRINHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

28 - Processo nº: 10580.720772/2009-88 - Recorrente: FRANCISCO DE OLIVEIRA BISPO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

29 - Processo nº: 10410.005839/2010-46 - Recorrentes: ANTONIO MARCIO BRITTO RAPOSO e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO E RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: DANIEL PEREIRA ARTUZO

30 - Processo nº: 10665.002947/2008-51 - Recorrente: MAURICIO ANTONIO DE LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

31 - Processo nº: 10410.006044/2009-11 - Recorrente: CARLOS GONZAGA BREDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ANDRE RODRIGUES PEREIRA LIMA

32 - Processo nº: 19515.002603/2010-54 - Recorrente: OSVALDO MENCARINI NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 11 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MARIA CLECI COTI MARTINS

33 - Processo nº: 10380.726153/2010-97 - Recorrente: CONSTRUTORA MARQUISE S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

34 - Processo nº: 10821.001104/2007-14 - Recorrente: LUIZ FRANCISCO DE ANDRADE MAIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: EDUARDO DE SOUZA LEAO

35 - Processo nº: 13896.005106/2008-70 - Recorrentes: COMPANHIA BRAS DE MEIOS DE PAGAMENTOS e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO E RECURSO VOLUNTÁRIO

36 - Processo nº: 13896.002922/2009-11 - Recorrentes: CIA BRASILEIRA DE MEIOS DE PAGAMENTO e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO E RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR

37 - Processo nº: 10875.001330/2005-08 - Recorrente: DECIO POMPEO JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

38 - Processo nº: 11080.721738/2010-68 - Recorrente: JOBENFARI ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDAA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: DANIEL PEREIRA ARTUZO

39 - Processo nº: 10660.001184/2009-51 - Recorrente: MARIA LUCIA MORAES RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

40 - Processo nº: 10660.001239/2009-23 - Recorrente: LUIZ GONZAGA RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: CARLOS ANDRE RODRIGUES PEREIRA LIMA

41 - Processo nº: 10280.722880/2009-70 - Recorrente: OZIEL RODRIGUES CARNEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

42 - Processo nº: 10280.722881/2009-14 - Recorrente: OZIEL RODRIGUES CARNEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 12 DE MARÇO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MARIA CLECI COTI MARTINS

43 - Processo nº: 19515.003247/2005-29 - Recorrentes: ALEXANDRE HUSNI e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO E RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: EDUARDO DE SOUZA LEAO

44 - Processo nº: 16682.721181/2011-81 - Recorrente: BP ENERGY DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR

45 - Processo nº: 13609.001444/2008-21 - Recorrente: ANTONIO AUGUSTO FLEURY TEIXEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: DANIEL PEREIRA ARTUZO

46 - Processo nº: 10855.002456/2006-19 - Recorrente: WANDERLEI RODRIGUES DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 12 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS

Relator: HEITOR DE SOUZA LIMA JUNIOR

47 - Processo nº: 16327.721757/2011-59 - Recorrente: BANCO VOTORANTIM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente

LUCIANA MOREIRA TELLES
Chefe de Secretaria

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 303, Brasília, Distrito Federal.

Observação: Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 10 DE MARÇO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS

Relator: NUBIA MATOS MOURA

1 - Processo nº: 11543.004646/2008-19 - Recorrente: CESAR ENRIQUE ROJAS CABALLERO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

2 - Processo nº: 10680.014340/2005-82 - Recorrente: CLEBER JOSE GODINHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ALICE GRECCHI

3 - Processo nº: 10660.720033/2007-34 - Recorrente: SIDERURGICA BARRA MANSA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

4 - Processo nº: 10660.720035/2007-23 - Recorrente: SIDERURGICA BARRA MANSA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JOAO BELLINI JUNIOR

5 - Processo nº: 13811.004872/2003-03 - Recorrente: ATLAS COPCO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

6 - Processo nº: 13896.001490/2001-65 - Recorrente: ATLAS COPCO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

7 - Processo nº: 13896.003600/2002-12 - Recorrente: ATLAS COPCO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LIVIA VILAS BOAS E SILVA

8 - Processo nº: 19515.000507/2002-61 - Recorrente: KELLY CHRISTINNE SALES OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

9 - Processo nº: 13888.001727/2002-98 - Recorrente: MARIO APARECIDO WENDEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

10 - Processo nº: 13884.004937/2003-59 - Recorrente: PEDRO IVES SIMO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

11 - Processo nº: 10665.000737/2009-17 - Recorrente: MURILO RIBEIRO REIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JOSE RAIMUNDO TOSTA SANTOS

12 - Processo nº: 11516.002678/2006-37 - Recorrente: FERNANDO DE QUEIROZ SCHERER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

13 - Processo nº: 19515.004725/2009-41 - Recorrente: SILVESTRE DE LIMA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 10 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS

Relator: NUBIA MATOS MOURA

14 - Processo nº: 10510.003568/2006-80 - Recorrente: JOSE PEREIRA DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

15 - Processo nº: 10783.720109/2008-16 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE SA SUCEDIDA POR FIBRIA CELULOSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ALICE GRECCHI

16 - Processo nº: 19515.003116/2005-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RIPASA S A CELULOSE E PAPEL - RECURSO DE OFÍCIO

Relator: JOAO BELLINI JUNIOR

17 - Processo nº: 11080.000231/2002-67 - Recorrentes: UNIMED PORTO ALEGRE SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO E RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LIVIA VILAS BOAS E SILVA

18 - Processo nº: 19515.000068/2003-78 - Recorrente: REGINA MARILIA PRADO MANSUR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

19 - Processo nº: 19515.000415/2002-81 - Recorrente: VANDERLEI RAMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

20 - Processo nº: 10950.003680/2005-51 - Embargante: DRF MARINGÁ-PR e Interessado: AGRO MERCANTIL VILA RICA LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

21 - Processo nº: 10166.722877/2011-87 - Recorrente: WILSON FERRO DE LARA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

22 - Processo nº: 10120.720855/2010-28 - Recorrente: TEREZINHA DUARTE PORTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

23 - Processo nº: 10183.720096/2006-82 - Recorrente: AGRO PECUARIA TOCANTINS LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JOSE RAIMUNDO TOSTA SANTOS

24 - Processo nº: 14751.002564/2009-45 - Recorrente: EDWILSON FABIO DE MELO BARROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

25 - Processo nº: 11060.002038/2009-75 - Recorrente: SOLON JONAS LONGHI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

26 - Processo nº: 11060.002314/2009-03 - Recorrente: SYDNEY HARTZ ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 11 DE MARÇO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS

Relator: NUBIA MATOS MOURA

27 - Processo nº: 10675.002749/2005-25 - Recorrentes: GILMAR ALVES CAMPOS e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO E RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ALICE GRECCHI

28 - Processo nº: 19515.001217/2008-21 - Recorrente: MARCELO BAPTISTA DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

29 - Processo nº: 10680.722554/2011-74 - Recorrente: CELIO COTA PACHECO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

30 - Processo nº: 10909.006221/2008-87 - Recorrente: BRUNO PERA DO AMARAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

31 - Processo nº: 10970.000200/2008-12 - Recorrente: ANTONIO ALVES PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JOAO BELLINI JUNIOR

32 - Processo nº: 10880.011827/2001-23 - Recorrente: RENDATEX INDUSTRIA DE RENDAS E TECIDOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

33 - Processo nº: 10580.006553/2002-16 - Recorrente: DURIT BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: LIVIA VILAS BOAS E SILVA

34 - Processo nº: 10070.001054/2002-92 - Recorrente: HEMATOLOGISTAS ASSOCIADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

35 - Processo nº: 10070.002309/2002-34 - Recorrente: HEMATOLOGISTAS ASSOCIADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI

36 - Processo nº: 11041.000335/2007-42 - Recorrente: FERNANDO JOSE AZEVEDO DA SILVA TAVARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

37 - Processo nº: 11080.006801/2007-37 - Recorrente: FELIPE JOSE BOABAID CAVALCANTE DE BARROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: JOSE RAIMUNDO TOSTA SANTOS

38 - Processo nº: 11060.002104/2009-15 - Recorrente: JANIO MORAIS SANTURIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

39 - Processo nº: 10670.001306/2004-86 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ADIRON RIBEIRO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

DIA 11 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS

Relator: NUBIA MATOS MOURA

40 - Processo nº: 10821.000644/2006-91 - Recorrente: AHMAD ALI SMIDI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

41 - Processo nº: 13312.000027/2010-19 - Recorrente: MARILHA HOLDING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ALICE GRECCHI

42 - Processo nº: 10980.015633/2007-64 - Recorrente: LUIZ PAULO RUAS LUCAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

43 - Processo nº: 11516.003410/2010-07 - Recorrente: ANTONIO PINHEIRO JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: JOAO BELLINI JUNIOR
44 - Processo nº: 10480.009666/2002-00 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO BANDEPE S.A. - RECURSO VOLUNTÁRIO
45 - Processo nº: 13819.002954/2001-73 - Recorrente: COLGATE-PALMOLIVE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: LIVIA VILAS BOAS E SILVA
46 - Processo nº: 10855.003085/2002-51 - Recorrente: METSO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
47 - Processo nº: 10855.003175/2003-22 - Recorrente: METSO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: ROBERTA DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI
48 - Processo nº: 16327.914171/2009-11 - Recorrente: UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
49 - Processo nº: 19515.000642/2005-50 - Recorrente: ARNALDO AZEVEDO NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: JOSE RAIMUNDO TOSTA SANTOS
50 - Processo nº: 10680.724709/2010-26 - Recorrente: EDUARDO RODRIGUES SAFAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
51 - Processo nº: 10680.724712/2010-40 - Recorrente: FERNANDA RODRIGUES SAFAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
52 - Processo nº: 11080.008990/2001-97 - Recorrente: RENATO ANTONIO SCHIRMER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 12 DE MARÇO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS
Relator: ALICE GRECCHI
53 - Processo nº: 11080.727766/2012-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SHAN BAN CHUN - RECURSO DE OFÍCIO
Relator: JOAO BELLINI JUNIOR
54 - Processo nº: 13804.000432/2002-87 - Recorrente: PROCOMP IND. ELETRONICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 12 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS
Relator: LIVIA VILAS BOAS E SILVA
55 - Processo nº: 10855.003086/2002-03 - Recorrente: SVEDALA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

JOSE RAIMUNDO TOSTA SANTOS
Presidente

LUCIANA MOREIRA TELLES
Chefe de Secretaria

1ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sala 502, Brasília, Distrito Federal.

Observação: Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 10 DE MARÇO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS
Relator: MARCELO VASCONCELOS DE ALMEIDA
1 - Processo nº: 16327.001142/2006-45 - Recorrente: COOP. DE E.C.M.S.F.C. SESC/SENAC S.P. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
2 - Processo nº: 11065.723042/2011-45 - Recorrente: INDUSTRIAL HAHN FERRABRAZ S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
3 - Processo nº: 10880.001935/96-88 - Recorrente: KIYOITI YONAMINE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
4 - Processo nº: 12326.002889/2010-56 - Recorrente: CESAR DA SILVA BORDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: MARCIO HENRIQUE SALES PARADA
5 - Processo nº: 10680.017002/2007-64 - Recorrente: TEREZINHA GEO RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
6 - Processo nº: 10850.721446/2012-66 - Recorrente: MARIA NEUZA PADUA DINIZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
7 - Processo nº: 10850.721447/2012-19 - Recorrente: MARIA NEUZA PADUA DINIZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
8 - Processo nº: 10825.000380/2007-17 - Recorrente: ARNALDO TOMIATI FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE
9 - Processo nº: 10830.009594/2003-56 - Recorrente: MARCIO FUNCIA SARMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
10 - Processo nº: 11080.000114/2009-70 - Recorrente: FERNANDO VICO DA CUNHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
11 - Processo nº: 10166.008758/2010-37 - Recorrente: BENEDITO FERNANDES PINTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relatora: TANIA MARA PASCHOALIN
12 - Processo nº: 10073.002657/2008-77 - Recorrente: ADAIL TOLEDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
13 - Processo nº: 10120.720254/2011-04 - Recorrente: LUIZ JESUS D AVILA MAGALHAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
14 - Processo nº: 10166.009842/2007-72 - Recorrente: FELICIO FERREIRA NEVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 10 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS
Relator: MARCELO VASCONCELOS DE ALMEIDA
15 - Processo nº: 13123.720059/2011-34 - Recorrente: VISCONDINO VIEIRA VISCONDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
16 - Processo nº: 10580.721979/2008-99 - Recorrente: ABILIO PINTO COUTINHO NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
17 - Processo nº: 10580.721981/2008-68 - Recorrente: ADAUCTO GONCALVES DE SALLES BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: MARCIO HENRIQUE SALES PARADA
18 - Processo nº: 10830.001838/2007-86 - Recorrente: IRACINO FRANCISCO BOMBARDI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
19 - Processo nº: 10830.723648/2011-08 - Recorrente: MANOEL FABIO PORTUGAL DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
20 - Processo nº: 10840.000548/2007-04 - Recorrente: ANTONIO PRIORE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
21 - Processo nº: 10860.721297/2011-35 - Recorrente: JOSE RODRIGUES DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
22 - Processo nº: 10930.003264/2008-33 - Recorrente: ADEMIR STIVANIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE
23 - Processo nº: 10875.003259/2001-66 - Recorrente: ESTEFANO MADJAROF e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
24 - Processo nº: 11516.003960/2010-18 - Recorrente: EDNA MARIA BOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
25 - Processo nº: 14041.000193/2008-92 - Recorrente: ANTONIO VENANCIO DA SILVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relatora: TANIA MARA PASCHOALIN
26 - Processo nº: 10183.721157/2010-13 - Recorrente: CARLOS EDUARDO SILVA E SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
27 - Processo nº: 10280.005605/2008-15 - Recorrente: ANTONIO VITORINO DE MORAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
28 - Processo nº: 10380.012347/2007-14 - Recorrente: FRANCISCO SILVIO GOMES DUARTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
29 - Processo nº: 10580.725537/2009-01 - Recorrente: JOSE ASSIS MOREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 11 DE MARÇO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS
Relator: MARCELO VASCONCELOS DE ALMEIDA
30 - Processo nº: 10218.720085/2007-39 - Recorrente: JOAO SOARES ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
31 - Processo nº: 10218.720086/2007-83 - Recorrente: JOAO SOARES ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
32 - Processo nº: 10218.720147/2007-11 - Recorrente: JOAO SOARES ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
33 - Processo nº: 10218.720560/2007-77 - Recorrente: JOAO SOARES ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: MARCIO HENRIQUE SALES PARADA
34 - Processo nº: 10950.002008/2007-18 - Recorrente: OSMAR CABRERA DE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
35 - Processo nº: 13819.002129/2008-45 - Recorrente: ATAILSON PEREIRA DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
36 - Processo nº: 13971.720624/2007-96 - Recorrente: IRMAOS BONA AGROPECUARIA LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
37 - Processo nº: 10845.721474/2011-71 - Recorrente: EVILTON ROBERTO GARCIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE
38 - Processo nº: 10735.720099/2007-11 - Recorrente: DANIEL MIGUEL KLABIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
39 - Processo nº: 11065.002672/2007-04 - Recorrente: DANIEL PETRY KEHRWALD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
40 - Processo nº: 11516.002373/2007-14 - Recorrente: EDEMIR SCHETZ VIEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relatora: TANIA MARA PASCHOALIN
41 - Processo nº: 10580.726365/2009-84 - Recorrente: ERIVALDO DA SILVA TELES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
42 - Processo nº: 10909.001104/2007-46 - Recorrente: ZELIA ROSA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
43 - Processo nº: 10930.003975/2005-65 - Recorrente: ANTONIO CARLOS PEREIRA ROLIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 11 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS
Relator: MARCELO VASCONCELOS DE ALMEIDA
44 - Processo nº: 10980.720449/2008-11 - Recorrente: ADILSON ALANO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
45 - Processo nº: 11618.720578/2011-13 - Recorrente: JOSE LEOPOLDO DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
46 - Processo nº: 12448.721495/2010-14 - Recorrente: CLODIO ALBERTO PASTRO SARZETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: MARCIO HENRIQUE SALES PARADA
47 - Processo nº: 10950.004177/2007-84 - Recorrente: HERTON NEITZKE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
48 - Processo nº: 11077.720116/2011-52 - Recorrente: JORGE AIRTON BRAGA DORNELES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
49 - Processo nº: 13766.000417/2007-47 - Recorrente: SERGIO PEREIRA DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
50 - Processo nº: 13807.001380/2002-36 - Recorrente: SANDRA REGINA DA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
51 - Processo nº: 15471.001555/2007-84 - Recorrente: CLAUDIO LUIZ GOIS DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE
52 - Processo nº: 10469.722778/2012-71 - Recorrente: VIVALDO BEZERRA DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
53 - Processo nº: 10183.002832/2008-89 - Embargante: DRF CUIABÁ-MT e Interessado: MOYSES NADAF NETO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
54 - Processo nº: 10840.002032/2007-96 - Embargante: MARIO LANIA DE ARAUJO e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Relatora: TANIA MARA PASCHOALIN
55 - Processo nº: 10935.003923/2006-20 - Recorrente: GILMAR JORIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
56 - Processo nº: 10935.007062/2009-00 - Recorrente: CIDEMAR LUIZ DALLA ZEN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
57 - Processo nº: 10945.000461/2009-12 - Recorrente: CLEIBIMAR APARECIDA MARTINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 12 DE MARÇO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS
Relator: CARLOS CESAR QUADROS PIERRE
58 - Processo nº: 18186.007768/2007-23 - Recorrente: ALICE DOS SANTOS FELICIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
59 - Processo nº: 13609.720484/2011-71 - Recorrente: CARLOS FRANCISCO BARCELOS VASCONCELOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 12 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS
Relator: MARCELO VASCONCELOS DE ALMEIDA
60 - Processo nº: 10240.006941/99-64 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SANDRA MARCIA DE SA PITANGUI - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

TANIA MARA PASCHOALIN
Presidente

LUCIANA MOREIRA TELLES
Chefe de Secretaria

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco 'J', Ed. Alvorada. CEP: 70.396-900. Brasília - DF - Telefone: (61)3412-7665.

Observação: Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 10 DE MARÇO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

1 - Processo nº: 10980.725291/2013-32 - Recorrente: PARANA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-07-23 00:00:00

Relator: ADRIANO GONZALES SILVERIO

2 - Processo nº: 11516.722502/2011-62 - Recorrente: SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-12-07 00:00:00

Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR

3 - Processo nº: 11516.002158/2007-13 - Recorrentes: FUND AMPARO PESQUISA E EXTENSAO UNIVERSI e FAZENDA NACIONAL - 2007-06-20 00:00:00

4 - Processo nº: 11516.004487/2007-91 - Recorrente: FUND AMPARO PESQUISA E EXTENSAO UNIVERSI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-10-10 00:00:00

5 - Processo nº: 10580.727709/2011-97 - Recorrente: SECRETARIA DA EDUCACAO-SEC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-07-13 00:00:00

Relator: MARCELO OLIVEIRA

6 - Processo nº: 15983.000160/2010-90 - Recorrente: SOCIEDADE VISCONDE DE S LEOPOLDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-04-07 00:00:00

7 - Processo nº: 35432.000910/2006-91 - Recorrente: SOCIEDADE VISCONDE DE S LEOPOLDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-30 00:00:00

8 - Processo nº: 15983.000159/2010-65 - Recorrente: SOCIEDADE VISCONDE DE S LEOPOLDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-04-07 00:00:00

9 - Processo nº: 15983.000161/2010-34 - Nome do Contribuinte: SOCIEDADE VISCONDE DE S LEOPOLDO - 2010-04-07 00:00:00

10 - Processo nº: 15983.000162/2010-89 - Nome do Contribuinte: SOCIEDADE VISCONDE DE S LEOPOLDO - 2010-04-07 00:00:00

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

11 - Processo nº: 11516.722769/2013-11 - Recorrente: MUTUA PRESTADORA DE SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-08-20 00:00:00

Relator: ADRIANO GONZALES SILVERIO

12 - Processo nº: 11060.724243/2012-91 - Recorrente: HOSPITAL DE CARIDADE DR ASTROGILDO DE AZEVEDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-11-29 00:00:00

13 - Processo nº: 11060.724244/2012-35 - Recorrente: HOSPITAL DE CARIDADE DR ASTROGILDO DE AZEVEDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-11-29 00:00:00

14 - Processo nº: 14485.000214/2007-70 - Recorrente: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-09-13 00:00:00

15 - Processo nº: 17546.000775/2007-03 - Recorrente: TETRA PAK LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-06-29 00:00:00

Relator: MARCELO OLIVEIRA

16 - Processo nº: 37322.004474/2006-00 - Recorrente: CADBURY BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-07-23 00:00:00

17 - Processo nº: 37322.004477/2006-35 - Recorrente: CADBURY BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-07-23 00:00:00

Relator: ADRIANO GONZALES SILVERIO

18 - Processo nº: 37324.002542/2007-59 - Recorrente: SOCIEDADE CAMPINEIRA DE EDUCACAO E INSTRUCAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-28 00:00:00

Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR

19 - Processo nº: 10140.720509/2011-92 - Recorrente: FIBRIA-MS CELULOSE SUL MATO-GROSSENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-04-27 00:00:00

20 - Processo nº: 18184.002689/2007-46 - Recorrentes: FIBRIA CELULOSE S/A e FAZENDA NACIONAL - 2007-12-14 00:00:00

DIA 10 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

21 - Processo nº: 13971.722393/2011-31 - Recorrente: PILLAR INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-10-21 00:00:00

Relator: ADRIANO GONZALES SILVERIO

22 - Processo nº: 37280.001971/2005-09 - Recorrente: GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CASA CIVIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-22 00:00:00

23 - Processo nº: 35464.004011/2006-90 - Recorrente: FIGUEIREDO FERRAZ CONSULTORIA E ENGENHARIA DE PROJETO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-07-25 00:00:00

Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR

24 - Processo nº: 11516.004461/2007-42 - Recorrentes: FUND AMPARO PESQUISA E EXTENSAO UNIVERSI e FAZENDA NACIONAL - 2007-10-09

25 - Processo nº: 14485.002753/2007-43 - Recorrente: INST ASSIST MEDICA SERV PUBLICO ESTADUAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-12-04 00:00:00

26 - Processo nº: 14485.002748/2007-31 - Recorrentes: INST ASSIST MEDICA SERV PUBLICO ESTADUAL e FAZENDA NACIONAL - 2007-12-04 00:00:00

27 - Processo nº: 13656.720148/2011-62 - Recorrente: G M COSTA PRESTADORA DE SERVICOS DE TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-03-18 00:00:00

28 - Processo nº: 15521.000098/2010-73 - Recorrente: FUNDACAO BENEDITO PEREIRA NUNES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-06-04 00:00:00

29 - Processo nº: 10945.721085/2011-18 - Recorrente: SAO MIGUEL DO IGUACU PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-11-18 00:00:00

30 - Processo nº: 12269.000052/2009-61 - Recorrente: FRIGORIFICO MERCOSUL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-01-20 00:00:00

31 - Processo nº: 10166.730785/2012-51 - Recorrente: UNIAO EDUCACIONAL DO PLANALTO CENTRAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-12-10 00:00:00

Relator: ADRIANO GONZALES SILVERIO

32 - Processo nº: 37169.005647/2002-95 - Recorrente: LULI INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-30 00:00:00

Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR

33 - Processo nº: 12267.000080/2008-17 - Recorrente: COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-02-13 00:00:00

34 - Processo nº: 12898.000368/2010-80 - Recorrente: COSAN COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-03-30 00:00:00

35 - Processo nº: 13839.005609/2008-20 - Recorrente: BIC BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-12-19 00:00:00

36 - Processo nº: 13839.005611/2008-07 - Recorrente: BIC BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-12-19 00:00:00

37 - Processo nº: 13839.005615/2008-87 - Recorrente: BIC BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-12-19 00:00:00

DIA 11 DE MARÇO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

38 - Processo nº: 15504.725890/2011-23 - Recorrente: SA ESTADO DE MINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-11-30 00:00:00

Relator: ADRIANO GONZALES SILVERIO

39 - Processo nº: 37280.002218/2006-11 - Recorrente: PROVINCIA BRASILEIRA DA CONGREGACAO DA MISSAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-10-26 00:00:00

40 - Processo nº: 37299.007475/2006-32 - Recorrente: METSO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-09-27 00:00:00

Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR

41 - Processo nº: 12259.000998/2008-65 - Nome do Contribuinte: MILLS DO BRASIL ESTRUTURAS E SERVICOS LTDA - 2008-11-10 00:00:00

42 - Processo nº: 11516.004467/2007-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FUND AMPARO PESQUISA E EXTENSAO UNIVERSI - 2007-10-09 00:00:00

Relator: MARCELO OLIVEIRA

43 - Processo nº: 37216.000782/2007-46 - Recorrente: INFOGLOBO COMUNICACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-28 00:00:00

Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR

44 - Processo nº: 36216.004077/2004-11 - Recorrente: BOMBRIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-21 00:00:00

45 - Processo nº: 10935.722426/2012-72 - Recorrente: GRUPO DE ABATE HALAL S/S LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-10-23 00:00:00

DIA 11 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS

Relator: WILSON ANTONIO DE SOUZA CORREA

46 - Processo nº: 10980.723139/2011-53 - Recorrente: WDL TEXTIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-06-14 00:00:00

47 - Processo nº: 10480.722252/2009-38 - Recorrente: UNIVERSIDADE CATOLICA DE PERNAMBUCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-10-20 00:00:00

48 - Processo nº: 10480.722251/2009-93 - Recorrente: UNIVERSIDADE CATOLICA DE PERNAMBUCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-10-20 00:00:00

49 - Processo nº: 10880.727063/2011-63 - Recorrente: VIVO PARTICIPACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-05-19 00:00:00

50 - Processo nº: 10980.722765/2013-94 - Recorrente: INSTITUTO CORPORE PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-04-23 00:00:00

51 - Processo nº: 35387.000566/2005-41 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA PAULISTA - COSIPA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-23 00:00:00

52 - Processo nº: 18050.005185/2008-84 - Recorrentes: BRASKEM S/A e FAZENDA NACIONAL - 2008-08-12 00:00:00

53 - Processo nº: 16682.721102/2012-12 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-11-19 00:00:00

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

54 - Processo nº: 12267.000186/2007-30 - Nome do Contribuinte: EXECUTIVE SERVICE SEG. E VIG. LTDA - 2007-12-27 00:00:00

Relator: WILSON ANTONIO DE SOUZA CORREA

55 - Processo nº: 10166.728876/2011-46 - Recorrente: JORLAN SA VEICULOS AUTOMOTORES IMPORTACAO E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-12-14 00:00:00

56 - Processo nº: 10166.728878/2011-35 - Recorrente: JORLAN SA VEICULOS AUTOMOTORES IMPORTACAO E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-12-14 00:00:00

57 - Processo nº: 10166.728906/2011-14 - Recorrente: JORLAN SA VEICULOS AUTOMOTORES IMPORTACAO E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-12-15 00:00:00

58 - Processo nº: 10166.728908/2011-11 - Recorrente: JORLAN SA VEICULOS AUTOMOTORES IMPORTACAO E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-12-15 00:00:00

Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR

59 - Processo nº: 15983.000938/2009-27 - Recorrente: INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCACAO SANTA CECILIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-11-05 00:00:00

60 - Processo nº: 11634.000269/2008-11 - Recorrentes: SERCOMTEL S/A TELECOMUNICACOES e FAZENDA NACIONAL - 2008-05-09 00:00:00

61 - Processo nº: 11634.000273/2008-80 - Recorrentes: SERCOMTEL S/A TELECOMUNICACOES e FAZENDA NACIONAL - 2008-05-09 00:00:00

Relator: WILSON ANTONIO DE SOUZA CORREA

62 - Processo nº: 10480.722253/2009-82 - Recorrente: UNIVERSIDADE CATOLICA DE PERNAMBUCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-10-20 00:00:00

63 - Processo nº: 16327.000648/2010-13 - Recorrente: BANCO IBI S.A. - BANCO MULTIPLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-06-23 00:00:00

64 - Processo nº: 16327.000649/2010-68 - Recorrente: BANCO IBI S.A. - BANCO MULTIPLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-06-23 00:00:00

65 - Processo nº: 16327.000650/2010-92 - Recorrente: BANCO IBI S.A. - BANCO MULTIPLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-06-23 00:00:00

DIA 12 DE MARÇO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WILSON ANTONIO DE SOUZA CORREA

66 - Processo nº: 16327.721423/2012-66 - Recorrente: BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-12-04 00:00:00

67 - Processo nº: 16327.721481/2012-90 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-12-14 00:00:00

Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR

68 - Processo nº: 10380.731692/2012-18 - Recorrente: FUNDACAO EDSON QUEIROZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-11-19 00:00:00

69 - Processo nº: 10380.731693/2012-54 - Recorrente: FUNDACAO EDSON QUEIROZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-11-19 00:00:00

Relator: CLEBERSON ALEX FRIESS

70 - Processo nº: 14337.000121/2009-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: EGON KOLLING - 2009-03-31 00:00:00

Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR

71 - Processo nº: 10845.001481/2007-77 - Nome do Contribuinte: MARIMEX DESPACHOS TRANSP SERV LTDA - 2007-06-29 00:00:00

72 - Processo nº: 10860.720132/2013-16 - Recorrente: SIMPRESS COMERCIO, LOCACAO E SERVICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-01-28 00:00:00

Relator: WILSON ANTONIO DE SOUZA CORREA

73 - Processo nº: 16327.721424/2012-19 - Recorrente: BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-12-04 00:00:00

DIA 12 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR

74 - Processo nº: 16327.001011/2009-19 - Recorrente: ITAU VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-09-25 00:00:00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

75 - Processo nº: 16327.001012/2009-55 - Recorrente: ITAU VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-09-25 00:00:00

76 - Processo nº: 16327.001013/2009-08 - Recorrente: ITAU VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-09-25 00:00:00

77 - Processo nº: 16327.001014/2009-44 - Recorrente: ITAU VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-09-25 00:00:00

78 - Processo nº: 16327.001017/2009-88 - Recorrente: ITAU VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-09-25 00:00:00

Relator: WILSON ANTONIO DE SOUZA CORREA

79 - Processo nº: 17546.000495/2007-97 - Nome do Contribuinte: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV - 2007-06-20 00:00:00

MARCELO OLIVEIRA
Presidente

LUIZ TREZZI NETO
Secretário

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco "J", Ed. Alvorada. CEP: 70.396-900. Brasília - DF - Telefone: (61)3412-7665.

Observação: Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 10 DE MARÇO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS

Relator: LIEGE LACROIX THOMASI

1 - Processo nº: 11634.720866/2011-61 - Recorrente: TRANSPORTADORA SOTRAN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-12-16 00:00:00

2 - Processo nº: 12045.000539/2007-14 - Recorrente: SERVIC CONSTRUTORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-11-26 00:00:00

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

3 - Processo nº: 13609.000205/2010-78 - Recorrente: HOSPITAL SAO JOAO DE DEUS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-02-08 00:00:00

4 - Processo nº: 13609.000206/2010-12 - Recorrente: HOSPITAL SAO JOAO DE DEUS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-02-08 00:00:00

5 - Processo nº: 10909.005029/2009-54 - Recorrente: SAK INDUSTRIA GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-12-16 00:00:00

6 - Processo nº: 14489.000043/2007-49 - Recorrente: TEL TRANSPORTES ESTRELA SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-29 00:00:00

Relator: ANDRE LUIS MARSICO LOMBARDI

7 - Processo nº: 11065.724752/2011-92 - Nome do Contribuinte: CALCADOS FURLANETTO LTDA - 2011-10-28 00:00:00

8 - Processo nº: 13864.720145/2013-35 - Recorrente: SADEFEM EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-08-22 00:00:00

9 - Processo nº: 14751.720193/2013-63 - Recorrente: LIDER LIMPEZA URBANA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-05-14 00:00:00

10 - Processo nº: 10670.720326/2011-89 - Recorrentes: IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS MERCES DE MONTES CLAROS e FAZENDA NACIONAL - 2011-03-14 00:00:00

Relator: JULIANA CAMPOS DE CARVALHO CRUZ

11 - Processo nº: 11634.720232/2011-17 - Nome do Contribuinte: CARLOS MARCO - TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - 2011-05-30 00:00:00

12 - Processo nº: 11634.720240/2011-55 - Recorrente: CARLOS MARCO - TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-06-01 00:00:00

Relator: LEONARDO HENRIQUE PIRES LOPES

13 - Processo nº: 13855.722109/2011-53 - Recorrente: RIZATTI & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-08-25 00:00:00

14 - Processo nº: 13855.722111/2011-22 - Recorrente: RIZATTI & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-08-25 00:00:00

15 - Processo nº: 19515.720378/2011-12 - Recorrentes: APPA SERVICE LTDA. e FAZENDA NACIONAL - 2011-06-10 00:00:00

16 - Processo nº: 10320.722790/2012-61 - Recorrente: COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHAO-CAEMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-10-12 00:00:00

DIA 10 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LIEGE LACROIX THOMASI

17 - Processo nº: 11522.001490/2007-73 - Recorrente: SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-07-09 00:00:00

18 - Processo nº: 10240.720601/2011-24 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA SA CERON e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-06-06 00:00:00

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

19 - Processo nº: 10680.721905/2011-20 - Recorrente: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE MINAS GERAIS - CODEMIG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-03-21 00:00:00

20 - Processo nº: 10680.721906/2011-74 - Recorrente: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE MINAS GERAIS - CODEMIG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-03-21 00:00:00

21 - Processo nº: 10680.721907/2011-19 - Recorrente: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE MINAS GERAIS - CODEMIG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-03-21 00:00:00

22 - Processo nº: 15563.000413/2010-76 - Recorrente: SUPERMERCADOS ALTO DA POSSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-11-18 00:00:00

23 - Processo nº: 15540.000048/2009-24 - Nome do Contribuinte: SECURITY LIFE SISTEMAS OPERACIONAIS LTDA - 2009-02-17 00:00:00

Relator: ANDRE LUIS MARSICO LOMBARDI

24 - Processo nº: 16832.000083/2010-64 - Nome do Contribuinte: ANDROMEDA CONSULTORIA TECNICA E REPRESENTACOES LTDA - 2010-01-27 00:00:00

25 - Processo nº: 16832.000084/2010-17 - Nome do Contribuinte: ANDROMEDA CONSULTORIA TECNICA E REPRESENTACOES LTDA - 2010-01-27 00:00:00

26 - Processo nº: 16832.000085/2010-53 - Recorrente: ANDROMEDA CONSULTORIA TECNICA E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-01-27 00:00:00

27 - Processo nº: 16832.000086/2010-06 - Nome do Contribuinte: ANDROMEDA CONSULTORIA TECNICA E REPRESENTACOES LTDA - 2010-01-27 00:00:00

Relator: JULIANA CAMPOS DE CARVALHO CRUZ

28 - Processo nº: 10980.722789/2011-81 - Recorrente: COTAM CIC INDUSTRIAL DE ALIMENTOS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-05-27 00:00:00

Relator: LEONARDO HENRIQUE PIRES LOPES

29 - Processo nº: 11080.735704/2012-12 - Recorrente: FUNDACAO MEDICA DO RIO GRANDE DO SUL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-12-04 00:00:00

30 - Processo nº: 10380.100675/2007-69 - Recorrente: J MACEDO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-12-28 00:00:00

31 - Processo nº: 10380.100676/2007-11 - Recorrente: J MACEDO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-12-28 00:00:00

32 - Processo nº: 19839.002868/2009-66 - Recorrente: CEMAPE TRANSPORTES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-05-04 00:00:00

33 - Processo nº: 35292.000178/2007-81 - Recorrente: METALURGICA SOLEDADE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-07-03 00:00:00

DIA 11 DE MARÇO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS

Relator: LIEGE LACROIX THOMASI

34 - Processo nº: 16095.000335/2008-11 - Recorrente: W21 CONSULTORIA INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-06-24

35 - Processo nº: 16095.000336/2008-66 - Recorrente: W21 CONSULTORIA INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-06-24

36 - Processo nº: 16095.000337/2008-19 - Recorrente: W21 CONSULTORIA INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-06-24 00:00:00

Relator: ARLINDO DA COSTA E SILVA

37 - Processo nº: 11516.722291/2012-49 - Recorrente: JOTUR AUTO ONIBUS E TURISMO JOSEFENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-08-21 00:00:00

38 - Processo nº: 11516.722298/2012-61 - Recorrente: JOTUR AUTO ONIBUS E TURISMO JOSEFENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-08-22 00:00:00

39 - Processo nº: 10980.720205/2013-03 - Recorrente: CEQUIPEL INDUSTRIA DE MOVEIS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-01-15 00:00:00

40 - Processo nº: 11020.722767/2013-02 - Recorrente: MARCOPOLO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-08-09 00:00:00

41 - Processo nº: 11040.720466/2012-17 - Recorrente: QUIP SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-04-09 00:00:00

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

42 - Processo nº: 18088.000739/2008-20 - Nome do Contribuinte: LENC LABORATORIO DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - 2008-12-17 00:00:00

43 - Processo nº: 18088.000742/2008-43 - Nome do Contribuinte: LENC LABORATORIO DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - 2008-12-17 00:00:00

44 - Processo nº: 15586.001475/2010-37 - Recorrente: Z & M COMERCIO E SERVICOS LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-10-28 00:00:00

45 - Processo nº: 15586.000846/2010-63 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-08-09 00:00:00

Relator: ANDRE LUIS MARSICO LOMBARDI

46 - Processo nº: 18186.000084/2007-09 - Recorrente: ROSSETTI CONSULTORIA DE MARKETING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-06-19 00:00:00

47 - Processo nº: 18186.000156/2007-18 - Recorrente: ROSSETTI CONSULTORIA DE MARKETING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-06-20 00:00:00

48 - Processo nº: 18186.000186/2007-16 - Recorrente: ROSSETTI CONSULTORIA DE MARKETING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-06-20 00:00:00

49 - Processo nº: 13118.000248/2007-80 - Nome do Contribuinte: JK RESENDE COM .DERIVADOS PETROLEO LTDA - 2007-11-05 00:00:00

Relator: JULIANA CAMPOS DE CARVALHO CRUZ

50 - Processo nº: 13971.721478/2012-83 - Recorrente: OBJETO BRASIL CONFECCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-05-21 00:00:00

Relator: LEONARDO HENRIQUE PIRES LOPES

51 - Processo nº: 11065.003715/2007-61 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-11-20 00:00:00

52 - Processo nº: 11853.001196/2007-10 - Recorrentes: SESI - SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA e FAZENDA NACIONAL - 2007-08-24 00:00:00

53 - Processo nº: 16095.720297/2012-01 - Recorrente: BINOTTO S/A LOGISTICA TRANSPORTE E DISTRIBUICAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-09-18 00:00:00

54 - Processo nº: 16095.720298/2012-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BINOTTO S/A LOGISTICA TRANSPORTE E DISTRIBUICAO - 2012-09-19 00:00:00

55 - Processo nº: 16095.720296/2012-59 - Recorrente: BINOTTO S/A LOGISTICA TRANSPORTE E DISTRIBUICAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-09-18 00:00:00

56 - Processo nº: 35096.000435/2005-30 - Recorrente: ORGANIZACOES UNIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-06-15 00:00:00

DIA 11 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LIEGE LACROIX THOMASI

57 - Processo nº: 10283.001118/2008-45 - Recorrente: EST.DO AMAZONAS ASSEMB.LEGISLATIVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-02-27 00:00:00

58 - Processo nº: 12269.000248/2008-74 - Recorrente: PURAS DO BRASIL SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-02-20 00:00:00

Relator: ARLINDO DA COSTA E SILVA

59 - Processo nº: 10803.720035/2012-19 - Recorrente: MB OSTEOS COM E IMP DE MATERIAL MEDICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-09-17 00:00:00

60 - Processo nº: 12259.003968/2009-91 - Recorrente: COMPANHIA PALMARES HOTEIS E TURISMO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-07-22 00:00:00

61 - Processo nº: 15504.726467/2013-11 - Recorrente: MINAS GERAIS SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-06-25 00:00:00

62 - Processo nº: 10166.723688/2012-11 - Recorrente: OCT VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-05-02 00:00:00

63 - Processo nº: 10166.723689/2012-57 - Recorrente: OCT VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-05-02 00:00:00

64 - Processo nº: 10166.723690/2012-81 - Recorrente: OCT VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-05-02 00:00:00

65 - Processo nº: 10166.723691/2012-26 - Recorrente: OCT VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-05-02 00:00:00

66 - Processo nº: 15504.728937/2012-91 - Recorrente: LOCALIZA RENT A CAR SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-09-25 00:00:00

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

67 - Processo nº: 11330.001196/2007-19 - Recorrente: COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-09-19 00:00:00

68 - Processo nº: 12267.000019/2008-70 - Recorrente: COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-01-22 00:00:00

69 - Processo nº: 14337.000061/2007-64 - Recorrente: SOCIEDADE CIVIL EDUCACIONAL MADRE CELESTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-07-23 00:00:00

Relator: ANDRE LUIS MARSICO LOMBARDI

70 - Processo nº: 10630.003883/2008-11 - Nome do Contribuinte: VAREJAO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - 2008-12-22 00:00:00

71 - Processo nº: 10680.008073/2007-76 - Nome do Contribuinte: SOARES E ALMEIDA LTDA - 2007-06-21 00:00:00

72 - Processo nº: 10580.005996/2008-85 - Recorrente: ALTERNATIVA TELECOMUNICACOES, INFORMATICA E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-05-15 00:00:00

Relator: JULIANA CAMPOS DE CARVALHO CRUZ

73 - Processo nº: 11080.722485/2010-40 - Recorrente: BANCO DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-28 00:00:00

Relator: LEONARDO HENRIQUE PIRES LOPES

74 - Processo nº: 18186.001193/2007-35 - Recorrentes: ABS ADVANCED BUSINESS SOLUTIONS LTDA. e FAZENDA NACIONAL - 2007-08-03 00:00:00

75 - Processo nº: 36202.002492/2007-23 - Recorrente: BRASFLEX TUBOS FLEXIVEISLTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-12-05 00:00:00 - 1.90.999 - OUTROS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

76 - Processo nº: 36624.010781/2005-73 - Recorrente: COMPANHIA ELDORADO DE HOTEIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-12-18 00:00:00

77 - Processo nº: 35462.000783/2006-72 - Recorrente: MOSTEIRO SAO GERALDO DE SAO PAULO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-11-29 00:00:00

78 - Processo nº: 10380.727733/2011-82 - Recorrente: MUNICIPIO DE ARATUBA - PREFEITURA MUNICIPAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-08-10 00:00:00

79 - Processo nº: 13858.000476/2009-58 - Recorrente: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE IGARAPAVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-11-10 00:00:00

80 - Processo nº: 13858.000478/2009-47 - Recorrente: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE IGARAPAVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-11-10 00:00:00

81 - Processo nº: 13858.000479/2009-91 - Recorrente: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE IGARAPAVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-11-10 00:00:00

DIA 12 DE MARÇO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS

Relator: LIEGE LACROIX THOMASI

82 - Processo nº: 10660.724068/2011-29 - Recorrente: ASSOCIACAO DE INTEGRACAO SOCIAL DE ITAJUBA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-09-15 00:00:00

83 - Processo nº: 10380.726498/2012-11 - Recorrente: MUNICIPIO DE FORTALEZA - CAMARA MUNICIPAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-06-01 00:00:00

Relator: ARLINDO DA COSTA E SILVA

84 - Processo nº: 10166.724065/2013-38 - Recorrente: M GARZON, EUGENIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-05-21 00:00:00

85 - Processo nº: 10580.725899/2013-70 - Recorrente: CONSTRUTORA ELOS ENGENHARIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-07-09 00:00:00

86 - Processo nº: 10920.003512/2009-46 - Recorrente: WOOD WORK DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-08-05 00:00:00

87 - Processo nº: 14094.000156/2007-88 - Recorrente: AGE TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-07-26 00:00:00

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

88 - Processo nº: 14337.000026/2007-45 - Nome do Contribuinte: INST PREV E ASSIST SERV DO EST DO PARA - 2007-06-28 00:00:00

89 - Processo nº: 10980.721417/2010-57 - Recorrente: SOCIEDADE EVANGELICA BENEFICENTE DE CURITIBA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-05-11 00:00:00

Relator: ANDRE LUIS MARSICO LOMBARDI

90 - Processo nº: 11516.000381/2008-07 - Recorrente: EXPRESSO ESTRELA CATARINENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-01-30 00:00:00

Relator: JULIANA CAMPOS DE CARVALHO CRUZ

91 - Processo nº: 16707.005180/2009-45 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-09-13 00:00:00

Relator: LEONARDO HENRIQUE PIRES LOPES

92 - Processo nº: 19311.720288/2011-18 - Recorrente: PREFEITURA MUN DA EST HIDROM DE MONTE ALEGRE DO SUL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-09-05 00:00:00

93 - Processo nº: 19311.720289/2011-62 - Recorrente: PREFEITURA MUN DA EST HIDROM DE MONTE ALEGRE DO SUL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-09-05 00:00:00

94 - Processo nº: 15563.720261/2011-11 - Recorrente: PETROPOLIS PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-11-18 00:00:00

DIA 12 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LIEGE LACROIX THOMASI

95 - Processo nº: 10384.003022/2010-06 - Recorrente: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CAMPINAS DO PIAUI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-23 00:00:00

96 - Processo nº: 11444.001833/2008-51 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-12-29 00:00:00

Relator: ARLINDO DA COSTA E SILVA

97 - Processo nº: 35464.001127/2007-58 - Recorrente: KUBA VIACAO URBANA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-06-05 00:00:00

98 - Processo nº: 35464.001128/2007-01 - Recorrente: KUBA VIACAO URBANA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-05-28 00:00:00

99 - Processo nº: 11516.723549/2012-24 - Recorrente: OLIVO S/A - PRODUTOS ELETRICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-12-17 00:00:00

100 - Processo nº: 35464.001130/2007-71 - Recorrente: KUBA VIACAO URBANA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-05-28 00:00:00

Relator: LUCIANA MATOS PEREIRA BARBOSA

101 - Processo nº: 10552.000406/2007-84 - Recorrente: SINARA REGINA DE QUADROS THOMAZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-30 00:00:00

102 - Processo nº: 15868.002359/2009-35 - Nome do Contribuinte: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE AURIFLAMA - 2009-11-13 00:00:00

Relator: ANDRE LUIS MARSICO LOMBARDI

103 - Processo nº: 13982.001055/2010-52 - Nome do Contribuinte: LUCRECIA ALIMENTOS LTDA - 2010-09-22 00:00:00

104 - Processo nº: 13982.001166/2010-69 - Recorrente: LUCRECIA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-10-11 00:00:00

Relator: JULIANA CAMPOS DE CARVALHO CRUZ

105 - Processo nº: 10218.720129/2011-15 - Recorrente: JACUNDA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-06-14 00:00:00

Relator: LEONARDO HENRIQUE PIRES LOPES

106 - Processo nº: 16004.720314/2012-74 - Recorrente: PINDORAMA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-06-08 00:00:00

107 - Processo nº: 16004.720315/2012-19 - Recorrente: PINDORAMA PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-06-08 00:00:00

LIEGE LACROIX THOMASI
Presidente

LUIZ TREZZI NETO
Secretário

3ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco 'J', Ed. Alvorada. CEP: 70.396-900. Brasília - DF - Telefone: (61)3412-7665.

Observação: Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 10 DE MARÇO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS

Relator: HELTON CARLOS PRAIA DE LIMA

1 - Processo nº: 12096.720011/2013-08 - Recorrente: INFRASITE ENGENHARIA DE TELECOMUNICOES LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-01-14 00:00:00

2 - Processo nº: 15504.726029/2013-44 - Recorrente: KOCH DO BRASIL PROJETOS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-06-12 00:00:00

3 - Processo nº: 18050.003338/2008-59 - Recorrente: INST BAH DE ORTOP E TRAUMATOLOGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-06-03 00:00:00

4 - Processo nº: 10640.720695/2013-91 - Recorrente: ITATIAIA MOVEIS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-03-15 00:00:00

5 - Processo nº: 18108.002312/2007-08 - Recorrente: CONSTRUTORA PLAZA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-12-20 00:00:00

Relator: EDUARDO DE OLIVEIRA

6 - Processo nº: 10660.721384/2013-19 - Recorrente: TUBOMINAS IND E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-05-29 00:00:00

7 - Processo nº: 10920.720214/2012-10 - Recorrente: TOPLAST INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE PLASTICO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-01-23 00:00:00

8 - Processo nº: 10920.720216/2012-17 - Recorrente: TOPLAST INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE PLASTICO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-01-23 00:00:00

9 - Processo nº: 15504.725812/2012-18 - Recorrente: TOTAL ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-06-15 00:00:00

Relator: OSEAS COIMBRA JUNIOR

10 - Processo nº: 10580.727947/2010-11 - Recorrente: STS SERVICO DE TRANSFUSAO DE SANGUE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-08-18 00:00:00

11 - Processo nº: 10580.727949/2010-19 - Recorrente: STS - SERVICO DE TRANSFUSAO DE SANGUE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-08-18 00:00:00

12 - Processo nº: 10580.727950/2010-35 - Recorrente: STS - SERVICO DE TRANSFUSAO DE SANGUE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-08-18 00:00:00

13 - Processo nº: 10580.727952/2010-24 - Recorrente: STS - SERVICO DE TRANSFUSAO DE SANGUE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-08-18 00:00:00

14 - Processo nº: 15504.731453/2012-20 - Recorrente: EMIVE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-12-04 00:00:00

15 - Processo nº: 15504.731460/2012-21 - Recorrente: EMIVE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-12-04 00:00:00

16 - Processo nº: 15956.720082/2013-13 - Recorrente: CORDOBA INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-02-20 00:00:00

17 - Processo nº: 11065.720506/2012-42 - Recorrente: DIRECT SECURITY SYSTEM LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-02-03 00:00:00

Relator: AMILCAR BARCA TEIXEIRA JUNIOR

18 - Processo nº: 10920.721790/2011-01 - Recorrente: CLAUDECIR JOSE EGER - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-09-01 00:00:00

19 - Processo nº: 10920.722445/2011-87 - Recorrente: CLAUDECIR JOSE EGER - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-11-03 00:00:00

20 - Processo nº: 10580.721705/2010-14 - Recorrente: R M CONTABILIDADE E ASSESSORIA S/C LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-02-25 00:00:00

21 - Processo nº: 10580.721707/2010-11 - Recorrente: R M CONTABILIDADE E ASSESSORIA S/C LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-02-25 00:00:00

22 - Processo nº: 10920.722907/2011-66 - Recorrente: COMERCIO DE MADEIRAS E TRANSPORTE EVANGELISTA LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-12-12 00:00:00

23 - Processo nº: 10920.722908/2011-19 - Recorrente: COMERCIO DE MADEIRAS E TRANSPORTE EVANGELISTA LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-12-12 00:00:00

Relator: GUSTAVO VETTORATO

24 - Processo nº: 10783.725441/2011-72 - Recorrente: EMEC - OBRAS E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-12-08 00:00:00

DIA 10 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS

Relator: HELTON CARLOS PRAIA DE LIMA

25 - Processo nº: 15504.724047/2013-91 - Recorrente: KTM ADMINISTRACAO E ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-04-16 00:00:00

Relator: EDUARDO DE OLIVEIRA

26 - Processo nº: 13603.722477/2013-25 - Recorrente: TRACBEL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-08-27 00:00:00

Relator: RICARDO MAGALDI MESSETTI

27 - Processo nº: 13971.721580/2012-89 - Recorrente: TEXFOR - TEXTIL FORNACE LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-05-25 00:00:00

28 - Processo nº: 13971.721587/2012-09 - Nome do Contribuinte: TEXFOR - TEXTIL FORNACE LTDA EPP - 2012-05-28 00:00:00

29 - Processo nº: 13971.721588/2012-45 - Nome do Contribuinte: TEXFOR - TEXTIL FORNACE LTDA EPP - 2012-05-28 00:00:00

Relator: OSEAS COIMBRA JUNIOR

30 - Processo nº: 10580.732604/2012-31 - Recorrente: TELEMEDICINA DA BAHIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-11-11 00:00:00

31 - Processo nº: 10580.727335/2010-29 - Recorrente: PREVDONTO ODONTO EMPRESA ASSISTENCIA ODONTOLOGICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-08-09 00:00:00

Relator: AMILCAR BARCA TEIXEIRA JUNIOR

32 - Processo nº: 13603.724043/2012-89 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-12-11 00:00:00

33 - Processo nº: 13603.724181/2012-68 - Recorrente: URB TOPO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-12-22 00:00:00

Relator: GUSTAVO VETTORATO

34 - Processo nº: 14033.000672/2010-22 - Recorrente: CONSTRUTORA RV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-30 00:00:00 - 4.90.999 - OUTROS

35 - Processo nº: 14033.000674/2010-11 - Recorrente: CONSTRUTORA RV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-30 00:00:00 - 4.90.999 - OUTROS

36 - Processo nº: 14033.000676/2010-19 - Recorrente: CONSTRUTORA RV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-30 00:00:00 - 4.90.999 - OUTROS

37 - Processo nº: 14033.000677/2010-55 - Recorrente: CONSTRUTORA RV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-30 00:00:00 - 4.90.999 - OUTROS

38 - Processo nº: 14033.000678/2010-08 - Recorrente: CONSTRUTORA RV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-30 00:00:00 - 4.90.999 - OUTROS

39 - Processo nº: 14033.000679/2010-44 - Recorrente: CONSTRUTORA RV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-30 00:00:00 - 4.90.999 - OUTROS

40 - Processo nº: 14033.000681/2010-13 - Recorrente: CONSTRUTORA RV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-30 00:00:00 - 4.90.999 - OUTROS

41 - Processo nº: 14033.000682/2010-68 - Recorrente: CONSTRUTORA RV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-30 00:00:00 - 4.90.999 - OUTROS

42 - Processo nº: 14033.000683/2010-11 - Recorrente: CONSTRUTORA RV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-30 00:00:00 - 4.90.999 - OUTROS

43 - Processo nº: 14033.000684/2010-57 - Recorrente: CONSTRUTORA RV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-30 00:00:00 - 4.90.999 - OUTROS

44 - Processo nº: 14033.000685/2010-00 - Recorrente: CONSTRUTORA RV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-30 00:00:00 - 4.90.999 - OUTROS

45 - Processo nº: 14033.000686/2010-46 - Recorrente: CONSTRUTORA RV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-30 00:00:00 - 4.30.930 - IRRF - OUTROS

46 - Processo nº: 14033.000687/2010-91 - Recorrente: CONSTRUTORA RV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-30 00:00:00 - 4.90.999 - OUTROS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

47 - Processo nº: 14033.000690/2010-12 - Recorrente: CONSTRUTORA RV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-30 00:00:00 - 4.90.999 - OUTROS
48 - Processo nº: 14033.000692/2010-01 - Recorrente: CONSTRUTORA RV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-30 00:00:00 - 4.90.999 - OUTROS
49 - Processo nº: 14033.000697/2010-26 - Recorrente: CONSTRUTORA RV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-30 00:00:00 - 4.90.999 - OUTROS
50 - Processo nº: 14033.000698/2010-71 - Recorrente: CONSTRUTORA RV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-30 00:00:00 - 4.90.999 - OUTROS
51 - Processo nº: 14033.000701/2010-56 - Recorrente: CONSTRUTORA RV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-30 00:00:00 - 4.90.999 - OUTROS
52 - Processo nº: 14033.000706/2010-89 - Recorrente: CONSTRUTORA RV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-30 00:00:00 - 4.90.999 - OUTROS
53 - Processo nº: 14033.000708/2010-78 - Recorrente: CONSTRUTORA RV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-07-30 00:00:00 - 4.30.930 - IRRF - OUTROS

DIA 11 DE MARÇO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS
Relator: HELTON CARLOS PRAIA DE LIMA
54 - Processo nº: 19311.000053/2010-25 - Recorrente: ALCIDES CICUTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-03-08 00:00:00
55 - Processo nº: 19311.000054/2010-70 - Recorrente: ALCIDES CICUTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-03-08 00:00:00
56 - Processo nº: 19311.000055/2010-14 - Recorrente: ALCIDES CICUTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-03-08 00:00:00
57 - Processo nº: 16641.000128/2010-48 - Recorrente: COOPERATIVA SUL RIO GRANDENSE DE LATICINIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-08-25 00:00:00
58 - Processo nº: 18050.003319/2008-22 - Recorrente: MULTIBEL UTIL E ELETROD LT SUS MM COM SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-06-03 00:00:00
Relator: EDUARDO DE OLIVEIRA
59 - Processo nº: 10580.726232/2011-22 - Recorrente: SYSDESIGN CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-06-06 00:00:00
60 - Processo nº: 15540.720234/2012-89 - Recorrente: UNIMED CABO FRIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-07-24 00:00:00
61 - Processo nº: 15586.720028/2013-23 - Recorrente: USINA PAINEIRAS SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-01-28 00:00:00
62 - Processo nº: 10803.720036/2012-63 - Recorrente: MB OSTEOS COM E IMP DE MATERIAL MEDICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-09-17 00:00:00
Relator: RICARDO MAGALDI MESSETTI
63 - Processo nº: 10670.721055/2012-60 - Recorrente: SOCIEDADE EDUCACIONAL UNIMAX LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-06-15 00:00:00
64 - Processo nº: 11634.720328/2012-58 - Recorrente: TRANSPORTADORA SOTRAN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-05-15 00:00:00
65 - Processo nº: 13864.720146/2013-80 - Recorrente: SADEFEM EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-08-22 00:00:00
66 - Processo nº: 14751.720234/2013-11 - Recorrente: RADIO E TELEVISAO O NORTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-06-21 00:00:00
67 - Processo nº: 10830.724923/2012-83 - Recorrente: GERMED FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-08-07 00:00:00
68 - Processo nº: 10830.724924/2012-28 - Recorrente: GERMED FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-08-07 00:00:00
69 - Processo nº: 18184.000095/2010-04 - Nome do Contribuinte: ADMINISTRADORA E CONSTRUTORA SOMA LTDA - 2010-09-13 00:00:00
Relator: OSEAS COIMBRA JUNIOR
70 - Processo nº: 15504.005319/2010-16 - Recorrente: EMCCAMP RESIDENCIAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-03-30 00:00:00
71 - Processo nº: 15504.005326/2010-18 - Recorrente: EMCCAMP RESIDENCIAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-03-30 00:00:00
72 - Processo nº: 15504.005327/2010-54 - Recorrente: EMCCAMP RESIDENCIAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-03-30 00:00:00
73 - Processo nº: 17546.001007/2007-69 - Recorrente: FRIGCPOS S. J. LTDA SUC FRIG MANT E OUT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-07-13 00:00:00
74 - Processo nº: 17546.001018/2007-49 - Recorrente: FRIGCPOS S. J. LTDA SUC FRIG MANT E OUT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-07-13 00:00:00
75 - Processo nº: 10830.011016/2008-94 - Recorrente: ROBERT BOSCH LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-10-28 00:00:00
Relator: AMILCAR BARCA TEIXEIRA JUNIOR
76 - Processo nº: 10410.721533/2010-31 - Recorrente: CARAJAS MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-11-11 00:00:00
77 - Processo nº: 10660.721032/2013-55 - Recorrente: CONSTRUTORA CHEREM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-04-24 00:00:00
78 - Processo nº: 10166.727034/2011-77 - Recorrente: BIG TRANS COMERCIAL DE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-10-06 00:00:00
79 - Processo nº: 10380.729666/2012-11 - Recorrente: CONCRETOPOLIS CONCRETO PREMOLDADO INDUSTRIAL DO NORDESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-09-13 00:00:00
80 - Processo nº: 14751.720235/2013-66 - Recorrente: RADIO E TELEVISAO O NORTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-06-21 00:00:00
81 - Processo nº: 15956.000020/2009-13 - Recorrente: USINA SANTA ADELIA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-01-05 00:00:00
Relator: GUSTAVO VETTORATO
82 - Processo nº: 10120.005844/2007-19 - Recorrente: LASA LAGO AZUL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-17 00:00:00
83 - Processo nº: 10120.005846/2007-16 - Recorrente: LASA LAGO AZUL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-17 00:00:00

DIA 11 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS
Relator: HELTON CARLOS PRAIA DE LIMA
84 - Processo nº: 12269.003663/2009-61 - Recorrente: MITRA COOPERATIVA DE TRABALHO NA AREA DA SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-07-29 00:00:00
85 - Processo nº: 12269.003664/2009-13 - Recorrente: MITRA COOPERATIVA DE TRABALHO NA AREA DA SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-07-29 00:00:00
86 - Processo nº: 12269.003665/2009-50 - Recorrente: MITRA COOPERATIVA DE TRABALHO NA AREA DA SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2009-07-29 00:00:00
87 - Processo nº: 16682.720294/2013-21 - Recorrente: RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-02-20 00:00:00
88 - Processo nº: 36624.006286/2005-60 - Recorrente: COMERCIAL QUINTELLA COM EXP S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-04-10 00:00:00
Relator: EDUARDO DE OLIVEIRA
89 - Processo nº: 18050.008669/2008-85 - Recorrente: SERVICO NACIONAL DE APREND INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-11-10 00:00:00
90 - Processo nº: 10920.720215/2012-64 - Recorrente: TOPLAST INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE PLASTICO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-01-23 00:00:00
Relator: RICARDO MAGALDI MESSETTI
91 - Processo nº: 13888.720194/2012-19 - Recorrente: TRANSPORTADORA PERDIGAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-01-24 00:00:00
92 - Processo nº: 15504.720615/2013-85 - Recorrente: PEDILAR - ASSISTENCIA PEDIATRICA E NEONATAL DOMICILIAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-01-22 00:00:00
93 - Processo nº: 18088.000710/2009-29 - Nome do Contribuinte: USINA ZANIN ACUCAR E ALCOOL LTDA - 2009-12-01 00:00:00
94 - Processo nº: 18088.000712/2009-18 - Nome do Contribuinte: USINA ZANIN ACUCAR E ALCOOL LTDA - 2009-12-01 00:00:00
95 - Processo nº: 18088.000713/2009-62 - Nome do Contribuinte: USINA ZANIN ACUCAR E ALCOOL LTDA - 2009-12-01 00:00:00
96 - Processo nº: 18088.000714/2009-15 - Nome do Contribuinte: USINA ZANIN ACUCAR E ALCOOL LTDA - 2009-12-01 00:00:00
Relator: OSEAS COIMBRA JUNIOR
97 - Processo nº: 18471.001545/2008-18 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-07-10 00:00:00
98 - Processo nº: 10580.100272/2007-63 - Recorrente: BOMPRECO BAHIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-09-06 00:00:00
99 - Processo nº: 10552.000076/2007-27 - Recorrente: BREAD S INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-08-02 00:00:00
100 - Processo nº: 10670.001651/2010-68 - Recorrente: HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO DE BRASILIA DE MINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-08-24 00:00:00
101 - Processo nº: 11052.001367/2010-31 - Recorrente: CUECAS DUOMO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-12-15 00:00:00
Relator: AMILCAR BARCA TEIXEIRA JUNIOR
102 - Processo nº: 10945.721384/2012-33 - Recorrente: COSTA OESTE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-10-02 00:00:00
103 - Processo nº: 10945.721387/2012-77 - Recorrente: COSTA OESTE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-10-02 00:00:00
104 - Processo nº: 10410.721534/2010-85 - Recorrente: CARAJAS MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-11-11 00:00:00
105 - Processo nº: 10410.721535/2010-20 - Recorrente: CARAJAS MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-11-11 00:00:00
106 - Processo nº: 12267.000342/2008-43 - Recorrente: MI MONTREAL INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-04-14 00:00:00
107 - Processo nº: 12915.001211/2008-00 - Recorrente: MONTEBELO HOTEIS E TURISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-09-23 00:00:00
108 - Processo nº: 12915.001212/2008-46 - Recorrente: MONTEBELO HOTEIS E TURISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-09-23 00:00:00
Relator: GUSTAVO VETTORATO
109 - Processo nº: 12898.000011/2010-00 - Recorrente: EDITORA GUANABARA KOOGAN S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-01-05 00:00:00
110 - Processo nº: 12898.000012/2010-46 - Recorrente: EDITORA GUANABARA KOOGAN S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-01-05 00:00:00

DIA 12 DE MARÇO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS
Relator: HELTON CARLOS PRAIA DE LIMA
111 - Processo nº: 16537.001429/2010-86 - Recorrente: IND.DE ARTEFATOS DE BORRACHA KP LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-09-20 00:00:00
112 - Processo nº: 11040.720639/2013-88 - Recorrente: JARBAS JESUS TEIXEIRA MARTINS - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-05-22 00:00:00
113 - Processo nº: 10640.723372/2013-59 - Recorrente: MUNICIPIO DE ERVALIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-09-20 00:00:00
114 - Processo nº: 10640.723371/2013-12 - Recorrente: MUNICIPIO DE ERVALIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-09-20 00:00:00
Relator: EDUARDO DE OLIVEIRA
115 - Processo nº: 19515.006156/2008-98 - Recorrente: UNIVERSO ONLINE S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-09-30 00:00:00
116 - Processo nº: 15504.022160/2008-71 - Recorrente: SUPERMIX CONCRETO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-12-22 00:00:00
Relator: RICARDO MAGALDI MESSETTI
117 - Processo nº: 15504.724371/2013-18 - Recorrente: TRANSPORTES NIQUINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-04-24 00:00:00
118 - Processo nº: 15504.725543/2012-81 - Recorrente: SAMARCO MINERACAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-06-05 00:00:00
119 - Processo nº: 15540.720159/2012-56 - Recorrente: COBRAVE COOPERATIVA BRASILEIRA DE PROFISSIONAIS EM VENDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-05-31 00:00:00
120 - Processo nº: 10283.000259/2008-41 - Recorrente: PLANAVE NAVEGACAO DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-01-16 00:00:00
Relator: OSEAS COIMBRA JUNIOR
121 - Processo nº: 10580.004691/2007-75 - Recorrente: CONSTRUTORA ERG LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-06-12 00:00:00
122 - Processo nº: 11474.000012/2007-69 - Recorrente: MARISOL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-05-28 00:00:00
Relator: AMILCAR BARCA TEIXEIRA JUNIOR
123 - Processo nº: 18088.720543/2012-31 - Recorrente: MARCHESAN IMPLEMENTOS E MAQUINAS AGRICOLAS TATU S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-10-23 00:00:00
124 - Processo nº: 11030.720979/2013-28 - Recorrente: MASTER ATS SUPERMERCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-05-10 00:00:00
Relator: GUSTAVO VETTORATO
125 - Processo nº: 12268.000573/2008-47 - Recorrente: TMT - MOTOCO DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-11-06 00:00:00
126 - Processo nº: 12268.000576/2008-81 - Recorrente: TMT - MOTOCO DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-11-06 00:00:00

DIA 12 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS
Relator: HELTON CARLOS PRAIA DE LIMA
127 - Processo nº: 13654.001283/2008-20 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-11-20 00:00:00
128 - Processo nº: 13654.001285/2008-19 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-11-20 00:00:00
Relator: EDUARDO DE OLIVEIRA
129 - Processo nº: 10920.720422/2012-19 - Recorrente: LUIZ CARLOS TONOLLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2012-02-02 00:00:00
Relator: RICARDO MAGALDI MESSETTI
130 - Processo nº: 10680.009783/2007-13 - Recorrente: ASSOC CEGOS LOUIS BRAILLE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-07-24 00:00:00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

131 - Processo nº: 14474.000253/2007-04 - Recorrente: ASS BEN EDC CUL C IR S J BATISTA E STA CAT S M e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-11-08 00:00:00
Relator: OSEAS COIMBRA JUNIOR
132 - Processo nº: 10680.723222/2010-26 - Recorrente: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COM DE BHTE R METROPOLITANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2010-09-14 00:00:00
133 - Processo nº: 10835.004584/2008-99 - Recorrente: RICCI MAQUINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-12-31 00:00:00
134 - Processo nº: 10620.000797/2007-86 - Recorrente: HOSPITAL IMACULADA CONCEICAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2007-10-02 00:00:00
Relator: AMILCAR BARCA TEIXEIRA JUNIOR
135 - Processo nº: 10140.720340/2013-32 - Recorrente: BRAZ PELI COMERCIO DE COUROS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-02-27 00:00:00
136 - Processo nº: 10945.720239/2013-16 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-02-14 00:00:00
137 - Processo nº: 10320.005624/2008-10 - Recorrente: MASP - MARANHENSE SERVICOS PROFISSIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2008-09-22 00:00:00
Relator: GUSTAVO VETTORATO
138 - Processo nº: 10580.727924/2011-98 - Recorrente: EREMITA BATISTA DE ARAGAO - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2011-07-19 00:00:00
139 - Processo nº: 11516.722422/2013-79 - Recorrente: EZATA COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - 2013-07-24 00:00:00

HELTON CARLOS PRAIA DE LIMA
Presidente

LUIZ TREZZI NETO
Secretário

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Em 26 de janeiro de 2015

Habilitação para exercer a atividade de distribuição e revenda de ECF.

Nº 33 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto na cláusula décima sétima do Convênio ICMS 09/09, de 03 de abril de 2009, torna público que está habilitado a exercer a atividade de distribuição e revenda de equipamentos Emissores de Cupom Fiscal (ECF) o seguinte estabelecimento:

DENOMINAÇÃO	CNPJ	ENDEREÇO
MARCELO CASELLATO ME	03.138.496/0001-52	AVENIDA FRANCISCO JOSE DE CAMARGO ANDRADE, 373, BAIRRO:JD.CHAPADÃO CAMPINAS/SP CEP: 13.070.055
PROMOVERDE COMERCIO E SERVICOS DE JARDINAGEM LTDA ME	18.607.414/0001-49	Rua Rua Almirante Rufino, 1191 Vila União, Fortaleza-CE CEP:60.420-070.

Em 26 de fevereiro de 2015

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 34 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:
1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
D. J. Automação Comercial Ltda - ME	05.481.336/0001-37	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0282015, nome: DJPDV, versão: 1.4.0, código MD-5: 81CD3B023232179E5993E97ADF531CBA *DJPDV
Daniel Breda Santos - ME	14.398.133/0001-72	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0392015, nome: Advanced, versão: 2.0, código MD-5: A5A52ED7A205E6FC4BC3551CE389915F *PDV

2. Centro Universitário Filadélfia - IFL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Econtabil Informática LTDA	05.350.853/0001-77	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número IFL0022015, nome: Econtabil PAF, versão: 6.2, código MD-5: 9661EC424DABF2167605342F11D268CD

3. Pontificia Universidade Católica de São Paulo - PSP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Comercial Zaragoza Imp. Exp. Ltda.	05.868.574/0001-08	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: PSP0042014, nome: Edaa, versão: 1.1.3, código MD-5: DABB7F7E30C741CED33BE2F9F00C9A2B

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 35 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:
1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Presence Tecnologia e Aplicativos Ltda	64.048.192/0001-99	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0342015, nome: Elbrus 7, versão: 7.4.0.4, código MD-5: 5E67EC34021217DD8571E26A6C65EEBB *ELBRUS7PAF
Avanço Informática Ltda	42.790.097/0001-23	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0412015, nome: Frente Avanço Windows, versão: 7.2.82 , código MD-5: F465AFACE338C6BC4E3E250A805B125D * FRENTEAVANCO
Avanço Informática Ltda	42.790.097/0001-23	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0422015, nome: Frente Avanço Linux, versão: 1.2.82, código MD-5: E34B895643A044888DCE3D7983D015AD * PDV
MC Tecnologia em Gestão Empresarial Ltda-ME	12.255.868/0001-11	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0222015, nome: PDV SISTEM (ECF), versão: 1.0, código MD-5: E2D84042FA09DFE4FFA7578D094BFA94 * PDVSISTEM
System One Automação Ltda ME	13.669.214/0001-05	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0272015, nome: FC, versão: 2.0.0, código MD-5: CCA7BB969C85D9B5C4CB79A09DF0FFC2 * SOFC

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Centro Universitário Filadélfia - IFL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
MGA SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA - ME	20.783.933/0001-00	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: IFL0032015, nome: MGA, versão: 1.0 , código MD-5: F1B3F8F894F429578C47F7FE02273812

3. Pontificia Universidade Católica de São Paulo - PSP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Polimport Comércio e Exportação Ltda	00.436.042/0047-52	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PSP0572014, nome: SIP , versão: 1.5.11.14 , código MD-5: 86c1aaa0a9609260addf4aa98799f274

4. Fundação Visconde Caiurú - FVC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
MAQSERVICE COM. E SERV. EM MAQ. REGISTRADORAS LTDA	23.532.237/0001-19	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: FVC0122015, nome: IO-PAF , versão: 5.0, código MD-5: 8527B593E7CE275719F4B1CAD3878464 IOPAF

Nº 36 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, torna público que na 235ª reunião extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 26 de fevereiro de 2015, foram celebrados os seguintes Convênios ICMS:

CONVÊNIO ICMS 7, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Altera o Convênio ICMS 46/2013, que autoriza o Estado de Pernambuco a conceder isenção do ICMS nas saídas internas de milho em grão destinadas a pequenos produtores agropecuários, bem como a agroindústrias de pequeno porte, para utilização no respectivo processo produtivo, promovidas pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e pelo Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco - CEASA/PE.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 235ª reunião extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 26 de fevereiro de 2015, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O caput da cláusula primeira do Convênio ICMS 46/13, de 12 de junho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Fica o Estado de Pernambuco autorizado a isentar as saídas internas de milho em grão promovidas:".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data de sua ratificação nacional, produzindo efeitos de 20 de fevereiro a 31 de dezembro de 2015.

Presidente do CONFAZ - Joaquim Vieira Ferreira Levy; Acre - Flora Valladares Coelho, Alagoas - Maurício Acioli Toledo, Amapá - Jucinete Carvalho de Alencar, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia, Distrito Federal - Leonardo Maurício Colombini Lima, Espírito Santo - Ana Paula Vitali Janes Vescovi, Goiás - Ana Carla Abrão Costa, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Paulo Ricardo Brustolin, Mato Grosso do Sul - Marcio Campos Monteiro, Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Pará - José Barroso Tostes Neto, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, Pernambuco - Márcio Stefani Monteiro, Piauí - Raimundo Neto de Carvalho, Rio de Janeiro - Julio César Carmo Bueno, Rio Grande do Norte - José Airton da Silva, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Kardec Jackson Santos Da Silva, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Renato Augusto Zagallo Villela Dos Santos, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Joaquim Carlos Parente Júnior.

CONVÊNIO ICMS 8, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Altera o Convênio ICMS 3/15, que autoriza o Estado do Maranhão e o Distrito Federal a dispensarem ou reduzirem multas, juros e demais acréscimos legais, e de conceder parcelamento de débitos fiscais, relacionados com o ICMS.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 235ª reunião extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 26 de fevereiro de 2015, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte:

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Fica alterado o § 2º da cláusula primeira do Convênio ICMS 3/15, de 3 de fevereiro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º O disposto no caput desta cláusula também se aplica aos parcelamentos em curso no Distrito Federal e, no Estado do Maranhão, desde que pagos na forma e prazos do inciso I ou do § 1º da cláusula terceira.".

Cláusula segunda Fica acrescido o parágrafo único à clausula sexta do Convênio ICMS 3/15, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O Distrito Federal poderá não aplicar o disposto no inciso III ou ampliar o prazo nele estabelecido.".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ - Joaquim Vieira Ferreira Levy; Acre - Flora Valladares Coelho, Alagoas - Maurício Acioli Toledo, Amapá - Jucinete Carvalho de Alencar, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia, Distrito Federal - Leonardo Maurício Colombini Lima, Espírito Santo - Ana Paula Vitali Janes Vescovi, Goiás - Ana Carla Abrão Costa, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Paulo Ricardo Brustolin, Mato Grosso do Sul - Marcio Campos Monteiro, Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Pará - José Barroso Tostes Neto, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, Pernambuco - Márcio Stefani Monteiro, Piauí - Raimundo Neto de Carvalho, Rio de Janeiro - Julio César Carmo Bueno, Rio Grande do Norte - José Airton da Silva, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Kardec Jackson Santos Da Silva, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Renato Augusto Zagallo Villela Dos Santos, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Joaquim Carlos Parente Júnior.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

RETIFICAÇÃO

No Ato COTEPE/PMPF nº 4, de 23 de fevereiro de 2015, publicado no DOU de 24 de fevereiro de 2015, Seção 1, páginas 14 e 15:
onde se lê:
" (...)

BA	3,3400	-	-	-	2,4500	1,9600	-	-	-
CE	3,0300	2,5000	3,3077	-	2,3200	-	-	-	-
RR	3,1650	2,8640	3,7989	7,3950	2,7960	-	-	-	-

(...)";
leia-se:
" (...)

*BA	3,4700	-	-	-	2,5400	1,9900	-	-	-
*CE	3,2500	2,7710	3,3077	-	2,5571	-	-	-	-
*RR	3,3600	3,0400	3,7989	7,3950	2,8700	-	-	-	-

(...)".

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

ATA DA 375ª SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO, REALIZADA NO 27 DE JANEIRO DE 2015

Ata da 375ª Sessão Pública de Julgamento, realizada no dia 27 de janeiro de 2015, cuja pauta foi publicada no Diário Oficial da União de 16 de janeiro de 2015, Seção 1, pág. 18, com divulgação nessa mesma data via Internet (http:// www4.bcb.gov.br/crsfn/Pautas/p20150127375.htm).

1 - LOCAL E HORÁRIO - 1º Subsolo (Auditório Dênio Nogueira), torre 4 do Edifício-Sede do Banco Central do Brasil, Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 3, Bloco B - Brasília (DF), às 14 horas.

2 - TRABALHOS - A sessão foi aberta às 14h30 e os trabalhos foram encerrados às 17h38, sob condução da Presidente, Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira, tendo como Secretário-Executivo Fabiano Costa Coelho e presentes os Procuradores representantes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional Dr. Claudio Teixeira da Silva, Dr. Euler Barros Ferreira Lopes e Dra. Luciana Miranda Moreira.

3 - QUORUM - Conselheiros: Adriana Cristina Dullius Britto, Ana Maria Melo Netto Oliveira, Antonio Augusto de Sá Freire Filho, Arnaldo Penteado Laudísio, Bláir Costa D'Avila, Bruno Meyerhof Salama, Flávio Maia Fernandes dos Santos, Francisco Papellás Filho, Francisco Satiro de Souza Junior, José Augusto Mattos da Gama e Julio Cesar Costa Pinto.

4 - Posse de Conselheiros - Foi anunciado o termo de posse -

de Antonio Augusto de Sá Freire Filho, para exercer a função de membro deste Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional no período de 19 de janeiro de 2015 a 18 de janeiro de 2017, na qualidade de conselheiro titular, como representante do Ministério da Fazenda - MF, designado que foi pela Portaria nº 30, de 7.1.2015 (publicada no DOU de 8.1.2015 - Seção 2, pág. 42), do Sr. Chefe de Gabinete, Substituto, do Ministro de Estado da Fazenda, no uso da competência conferida pelo Ministro de Estado da Fazenda.

5 - DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS

5.1 - Recursos sorteados para relator:

Recurso 13347 - RJ2006/4422 - I - Recorrentes: BI Agentes Autônomos de Investimento Ltda. (ex-WIN Assessoria e Consultoria Ltda.), C L F Administração e Finanças Ltda.-ME, Christiane Ferrari de Carvalho, Daniel Roberto Silveira de Paiva, Gustavo Coutinho Leite Flávio e Reinaldo Zakalski da Silva. Recorrida: CVM - II - Recorrente: CVM. Recorridos: BI Agentes Autônomos de Investimento Ltda. (ex-WIN Assessoria e Consultoria Ltda.), Fábio de Primo Bailão, Gustavo Coutinho Leite Flávio e Reinaldo Zakalski da Silva. Relator: Arnaldo Penteado Laudísio.

Recurso 13348 - 0901459676 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Sole do Brasil S.A. Telecomunicações e Comércio Exterior - em Falência. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho.

Recurso 13352 - 0801421191 - Recorrente: Banco Paulista S.A. Recorrido: Bacen. Relator: Nelson Alves de Aguiar Júnior.

Recurso 13356 - IA2005/20 - I - Recorrentes: AGF Assessoria e Participações Ltda., Um Investimentos S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (ex-Umuarama S.A. Corretora de Tí-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

tulos e Valores Mobiliários), Domenico Vommaro, Fabio de Lima Pereira, José Carlos Leonardo Goulart, Luiz Cláudio Pereira Gomes, Márcio Moreira Serrano, Maurício Saldanha de Luna Pedrosa e Robert de Souza Baptista. Recorrida: CVM - II - Recorrente: CVM. Recorrido: Fernando Luiz Sofia. Relator: Francisco Satiro de Souza Junior.

Recurso 13452 - 1001480828 - Recorrente: Itaendá Participações S.A. Recorrido: Bacen. Relatora: Adriana Cristina Dullius Britto.

Recurso 13481 - 0901455981 - Recorrente: Unimetro Empreeendimentos S.A. Recorrido: Bacen. Relator: Bruno Meyerhof Salama.

Recurso 13482 - 1101529222 - Recorrente: Paulista Containers Marítimos Ltda. - em Recuperação Judicial. Recorrido: Bacen. Relator: Flávio Maia Fernandes dos Santos.

Recurso 13484 - 1101536486 - Recorrente: Jofund S.A. Recorrido: Bacen. Relator: Nelson Alves de Aguiar Júnior.

Recurso 13665 - 1201548351 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Alman Patrimonial Empreendimentos Imobiliários Ltda. - ME. Relator: Bruno Meyerhof Salama.

Recurso 13683 - 1201540859 - Recorrente: Bacen. Recorrido: Banco Santander (Brasil) S.A. Relator: Francisco Satiro de Souza Junior.

Recurso 13718 - 1201554714 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Treviso Corretora de Câmbio S.A. Relator: Flávio Maia Fernandes dos Santos.

Recurso 13721 - 1201547114 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Torre Corretora de Câmbio Ltda. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho.

Recurso 13761 - 1201543389 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Advanced Corretora de Câmbio Ltda. Relator: Arnaldo Penteado Laudísio.

Recurso 13763 - 1201553926 - Recorrente: Bacen. Recorridas: Bancom Participações S.A. (ex-Bancom Sociedade Corretora de Câmbio S.A.) e Mundial Express Assessoria de Comércio Exterior S/S Ltda. - EPP. Relatora: Adriana Cristina Dullius Britto.

Recurso 13777 - 1201551720 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Dascam Corretora de Câmbio Ltda. Relator: Francisco Satiro de Souza Junior.

Recurso 13778 - 1201553495 - Recorrente: Bacen. Recorrida: B & T Consultoria e Serviços Ltda. Relator: Flávio Maia Fernandes dos Santos.

Recurso 13781 - 1201563170 - Recorrente: Bacen. Recorrido: Banco do Brasil S.A. Relatora: Adriana Cristina Dullius Britto.

Recurso 13784 - 1201559551 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Hoya Corretora de Valores e Câmbio Ltda. Relator: Arnaldo Penteado Laudísio.

Recurso 13786 - 1201552728 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Guitta Corretora de Câmbio Ltda. Relator: Nelson Alves de Aguiar Júnior.

Recurso 13787 - 1201553251 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho.

Recurso 13790 - 1201555813 - Recorrente: Bacen. Recorridas: Anthos Brasil Consultoria Ltda. e Cofra Latin America Ltda. Relator: Antonio Augusto de Sá Freire Filho.

Recurso 13793 - 1201562386 - Recorrente: Bacen. Recorrida: HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Relator: Arnaldo Penteado Laudísio.

Recurso 13797 - 1201548481 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Didier-Levy Associados Corretora de Câmbio S.A. Relatora: Adriana Cristina Dullius Britto.

Recurso 13820 - 1201552556 - Recorrente: Bacen. Recorrida: TOV Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Relator: Flávio Maia Fernandes dos Santos.

Recurso 14109 - 1401600219 - Recorrente: Ivan Carta. Recorrido: Bacen. Relator: Francisco Satiro de Souza Junior.

5.2 - Recursos sorteados para mesmo relator, por se tratar de assuntos semelhantes (conforme inciso IX, art. 5º, do Regimento Interno do CRSFN, aprovado pelo Decreto nº 1.935, de 20 de junho de 1996).

Recurso 13519 - 1201545509 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Number One Sociedade Corretora de Câmbio Ltda. Recurso 13520 - 1201546629 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Number One Sociedade Corretora de Câmbio Ltda. Recurso 13753 - 1201547113 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Number One Sociedade Corretora de Câmbio Ltda. Relator: Bruno Meyerhof Salama.

Recurso 13674 - 1201550856 - Recorrente: Bacen. Recorridos: Pinheiro Neto Advogados e T&S Falcão Comercial e Serviços de Consultoria Ltda. Recurso 13724 - 1201558195 - Recorrente: Bacen. Recorrido: Pinheiro Neto Advogados. Recurso 13802 - 1201550187 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Pinheiro Neto Advogados. Relator: Nelson Alves de Aguiar Júnior.

Recurso 13628 - 1201561662 - Recorrente: Bacen. Recorrida: T&S Falcão Comercial e Serviços de Consultoria Ltda. - EPP. Recurso 13629 - 1201561734 - Recorrente: Bacen. Recorrida: T&S Falcão Comercial e Serviços de Consultoria Ltda. - EPP. Relator: Flávio Maia Fernandes dos Santos.

6 - JULGAMENTO - Foi realizado o julgamento dos seguintes recursos constantes da Pauta de início mencionada, nestes termos:

Recurso 11411 - 16/02 - I - Recorrentes: Intra S.A. Corretora de Câmbio e Valores, Carlos Campanhã e João Augusto Pereira de Queiroz - Recursos improvidos - Multa pecuniária individual nos valores de R$ 100.000,00 (cem mil reais), R$ 10.000,00 (dez mil reais) e R$ 10.000,00 (dez mil reais), respectivamente. Base legal das penalidades: Lei nº 6.385/1976, art. 11, inc. II. Recorrida: CVM - II - Recorrente: CVM. Recorridos: Intra S.A. Corretora de Câmbio e Valores, Carlos Campanhã, Débora Gomes Capucci, Flamarion Josué Nunes, João Artur Schippinich, João Augusto Pereira de Queiroz e Roberto Siguer Nambu - Recurso improvido - Arquivamento confirmado. Assunto: Mercado de valores mobiliários - Realização de operação fraudulenta - Exercício irregular da atividade de mediação de valores mobiliários - Emissão de Ordens de Transferência de Ações anterior ao recebimento dos documentos necessários ao preenchimento das fichas cadastrais de clientes.

Recurso 13157 - RJ2008/12088 - Recorrente: AGENTE BR Sociedade Corretora de Câmbio Ltda.- em Falência - Recurso improvido - Multas pecuniárias (três) no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) cada uma, totalizando R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Base legal das penalidades: Lei nº 6.385/1976, art. 11, inc. II. Recorrida: CVM. Assunto: Mercado de Valores Mobiliários - Administração irregular de carteira - Funcionamento de clube de investimento sem o devido registro em bolsa de valores - Uso irregular de carimbos e assinaturas da autoridade reguladora com fins econômicos e visando a induzir investidores a erro.

Recurso 13374 - 0601348313 - Recorrentes: Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Militares, Polícia Civil e da Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Coopemg - Recurso improvido - Multa pecuniária no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais). Base legal da penalidade: Lei nº 4.595/1964, art. 44, § 2º; Elias Gomes da Costa e Luiz Gonzaga Ribeiro - Recursos improvidos - Inabilitação, por 3 (três) anos, em caráter individual, para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência de instituições na área de fiscalização do Banco Central do Brasil. Base legal das penalidades: Lei nº 4.595/1964, art. 44, § 4º; Luis Carlos Damasceno e Luiz Rodrigues Rosa - Recursos parcialmente providos - Multa pecuniária individual no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais). Base legal das penalidades: Lei nº 4.595/1964, art. 44, § 2º. Recorrido: Bacen. Assunto: Cooperativa de crédito - Gestão dos negócios em desacordo com os interesses da cooperativa - Descumprimento dos deveres legais e estatutários do Conselho Fiscal.

Recurso 13456-LD - 11893.000010/2009-09 - Recorrentes: Global Capital S.A. - Recurso improvido - Multa pecuniária no valor de R$ 85.160,30 (oitenta e cinco mil cento e sessenta reais e trinta centavos); André Kamkhaji e Moshe Kattan - Recursos improvidos - Multa pecuniária individual no valor de R$ 42.580,15 (quarenta e dois mil quinhentos e oitenta reais e quinze centavos). Base legal das penalidades: Lei nº 9.613/1998, art. 12, inc. II e § 2º, inc. IV. Recorrido: Coaf. Assunto: Descumprimento da obrigação de informar à autoridade supervisora operações enquadradas nos critérios de comunicação obrigatória.

Recurso 13462-LD - 11893.000074/2009-00 - Recorrentes: Sirius Fomento Mercantil Ltda., Hélida Monteiro Santos e Joaquim Martins dos Santos Filho - Recursos improvidos - Advertência em caráter individual e multa pecuniária, também individual, nos valores de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), R$ 30.000,00 (trinta mil reais) e R$ 30.000,00 (trinta mil reais), respectivamente. Base legal das penalidades: Lei nº 9.613/1998, art. 12, inc. I e inc. II, § 2º, inc. IV. Recorrido: Coaf. Assunto: Descumprimento da obrigação de informar à autoridade supervisora operações enquadradas nos critérios de comunicação obrigatória - Falta de controles internos para detectar operações que pudessem conter indícios de crimes.

Recurso 13470-LD - 0601355531 - Recorrente: Gustavo Durazzo - Recurso parcialmente provido - Inabilitação, por 1 (um) ano, para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência de instituições na área de fiscalização do Banco Central do Brasil e multa pecuniária no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais). Base legal das penalidades: Lei nº 9.613/1998, art. 12, inc. II, § 2º e inc. III, § 3º. Recorrido: Bacen. Assunto: Descumprimento sistemático do dever de comunicar às autoridades competentes operações que apresentavam indícios de ocorrência dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores.

Recurso 13471-LD - 0901464196 - Recorrentes: Prontur Turismo e Câmbio Ltda. e Pietro Kaschny Predebon - Recursos improvidos - Multa pecuniária individual nos valores de R$ 46.322,62 (quarenta e seis mil trezentos e vinte e dois reais e sessenta e dois centavos) e R$ 4.632,26 (quatro mil seiscentos e trinta e dois reais e vinte e seis centavos), respectivamente. Base legal das penalidades: Lei nº 9.613/1998, art. 12, inc. II. Recorrido: Bacen. Assunto: Ausência de comunicação às autoridades competentes de operações e situações que poderiam configurar indícios de ocorrência de crimes.

6.2 - CAPITAIS BRASILEIROS NO EXTERIOR - MEDIDA PROVISÓRIA nº 2.224/2001:

6.2.1 - Recursos de ofício improvidos - Irregularidades descaracterizadas - Arquivamento confirmado:

Recurso 13970 - 1201550540 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Cooper Standard Automotive Brasil Sealing Ltda. (ex-Cooper Standard Automotive Brasil Fluid Systems Ltda.).

Recurso 13986 - 1201570078 - Recorrente: Bacen. Recorrida: H R O Empreendimentos e Agro Pecuária Ltda. Recorrido: Bacen.

Recurso 14067 - 1301586767 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Citrícula Oliveira Ltda.

6.2.2 - Recursos voluntários improvidos - Irregularidades caracterizadas - Multa adequada aos limites da legislação vigente:

Recurso 13369 - 0901463779 - Recorrente: Maurício Montano Silva Meismith. Multa pecuniária no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Recorrido: Bacen.

Recurso 13695 - 0901466249 - Recorrente: Sérgio Simonsen. Multa pecuniária no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Recorrido: Bacen.

Recurso 13850 - 1301575046 - Recorrente: Raquel Fainstein. Multa pecuniária no valor de R$ 9.987,25 (nove mil novecentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos). Recorrido: Bacen.

Recurso 13896 - 1301583757 - Recorrente: Fausto Enrico Altrocchi. Multa pecuniária no valor de R$ 6.472,68 (seis mil quatrocentos e setenta e dois reais e sessenta e oito centavos). Recorrido: Bacen.

Recurso 13996 - 1301590974 - Recorrente: Orla Marítima da Ilha Supermercados Ltda. Multa pecuniária no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Recorrido: Bacen.

Recurso 14019 - 1301584537 - Recorrente: Boris Zampese. Multa pecuniária no valor de R$ 8.858,31 (oito mil oitocentos e cinquenta e oito reais e trinta e um centavos). Recorrido: Bacen.

Recurso 14034 - 1401595653 - Recorrente: Flint Ink do Brasil Ltda. (Ex-Flint Group Tintas de Impressão Ltda.). Multa pecuniária no valor de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais). Recorrido: Bacen.

7 - Recursos retirados de pauta:

a) por pedido de vista:

a.1) da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN):

Recurso 13465-LD - SP2007/033 - Recorrente: Bônus-Banval Participações Ltda. (ex-Bônus Banval Commodities Corretora de Mercadorias Ltda.) e Ricardo Marques de Paiva. Recorrida: CVM. Relator: Arnaldo Penteado Laudísio.

a.2) da Conselheira Adriana Cristina Dullius Britto:

Recurso 11408 - 16/03 - Recorrente: CVM. Recorridos: Banco Prosper S.A. - em Liquidação Extrajudicial, Crédit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. (ex-Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.), DC 1000 Consultoria Financeira Ltda. (ex-DC Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.), Estratégia Investimentos S.A. Corretora de Valores e Câmbio, FLPM Participações Ltda. (ex-Vail Empreendimentos e Participações Ltda.), Máxima S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários (ex-Stock S.A. Corretora de Câmbio e Valores), Um Investimentos S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (ex-Umuarama S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários), Alexandro Marcel, Domenico Vommaro, Eduardo Brenner, Eduardo Moraes de Carvalho, Fernando Opitz, José Luís Palhares Campos, Luiz Roberto de Souza Sampaio e Mordko Izaak Messer. Relator: Bruno Meyerhof Salama.

b) a pedido do Relator:

Recurso 13958 - 1201561446 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Sicad do Brasil Fitas Auto Adesivas Ltda. (sucessora de Comet Fitas Auto Adesivas S.A.). Relator: Adriana Cristina Dullius Britto.

8 - RECURSOS PENDENTES DE DEVOLUÇÃO:

Nos recursos abaixo indicados, já julgados pelo Conselho, aguarda-se a entrega de voto ou declaração de voto por conselheiro, para conclusão e divulgação dos correspondentes acórdãos:

Recurso 13223 (julgado na Sessão 371ª, 22.10.2014, aguardando entrega de voto do Conselheiro Francisco Satiro Souza Junior).

Recurso 13299 (julgado na Sessão 368ª, de 22.7.2014, aguardando entrega de voto do Conselheiro Nelson Alves de Aguiar Júnior).

Recurso 13288 (julgado na Sessão 372ª, 29.10.2014, aguardando entrega de voto do Conselheiro Nelson Alves de Aguiar Júnior).

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 375ª (trecentésima septuagésima quinta) Sessão Pública de Julgamento, às 17h38, pela Presidente, Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira, que lavrou e assinou esta Ata, depois de lida e aprovada pelos integrantes deste Órgão Colegiado.

Brasília, 26 de janeiro de 2015.
ANA MARIA MELO NETTO OLIVEIRA
Presidente do Conselho

FABIANO COSTA COELHO
Secretário-Executivo

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.550, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Aprova, para o exercício de 2015, o programa multiplataforma da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, da Declaração Final de Espólio e da Declaração de Saída Definitiva do País.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XVI do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.545, de 3 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o programa multiplataforma para preenchimento da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, da Declaração de Final de Espólio e da Declaração de Saída Definitiva do País, referentes ao exercício de 2015, ano-calendário de 2014 (IRPF2015), para uso em computador que possua máquina virtual Java (JVM) instalada, versão 1.7 ou superior.

Art. 2º O IRPF2015 é composto por:

I - 3 (três) versões com instaladores específicos, compatíveis com os sistemas operacionais Windows, Linux e MacOS X; e

II - 2 (duas) versões de uso geral para todos os sistemas operacionais instalados em computadores que atendam à condição prevista no art. 1º, sendo 1 (um) instalador e 1 (um) pacote contendo os arquivos do programa.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º A partir de 2 de março de 2015, o programa IRPF2015, de reprodução livre, estará disponível no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

Art. 4º As declarações geradas pelo programa IRPF2015 devem ser apresentadas no período de 2 de março a 30 de abril de 2015, pela Internet, mediante utilização do programa de transmissão Receitanet Java, disponível no sítio da RFB na Internet, no endereço referido no art. 3º.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.551, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, que dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e em virtude do art. 9º da Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1º O art. 14 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. .....

.....

II - pela entrega direta da documentação solicitada para a prática do ato no órgão de registro que celebrou convênio com a RFB, acompanhada do DBE ou do Protocolo de Transmissão.

....." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 19 de janeiro de 2015.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 16, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

EMENTA: Declaração de Operações com Cartões de Crédito (Decred).

Não deverão ser objeto de informação na Decred as operações efetuadas com cartões de compras emitidos por serviço social autônomo por não ser considerado administrador de cartão de crédito.

A utilização do cartão "private label", que deve ser restrita à aquisição de produtos e serviços junto aos seus estabelecimentos ou de empresas ligadas ao emitente, não se sujeita à entrega da Decred.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei n° 4.595, de 31 de dezembro de 1964; Instrução Normativa SRF nº 341, de 2003.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 374, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

EMENTA: LUCRO PRESUMIDO. VENDA DE SOFTWARE. PERCENTUAL APLICÁVEL.

A venda (desenvolvimento e edição) de softwares prontos para o uso (standard ou de prateleira) classifica-se como venda de mercadoria e o percentual para a determinação da base de cálculo do imposto é de 8% sobre a receita bruta.

A venda (desenvolvimento) de softwares por encomenda classifica-se como prestação de serviço e o percentual para determinação da base de cálculo do imposto é de 32% sobre a receita bruta.

Caso a consulente desempenhe concomitantemente mais de uma atividade, o percentual de presunção correspondente deve ser aplicado sobre o valor da receita bruta auferida em cada atividade.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto n.º 3.000, de 1999 - Regulamento do Imposto de Renda, artigos 518 e 519.

ASSUNTO: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

EMENTA: LUCRO PRESUMIDO. VENDA DE SOFTWARE. PERCENTUAL APLICÁVEL.

A venda (desenvolvimento e edição) de softwares prontos para o uso (standard ou de prateleira) classifica-se como venda de mercadoria e o percentual para a determinação da base de cálculo da contribuição é de 12% sobre a receita bruta.

A venda (desenvolvimento) de softwares por encomenda classifica-se como prestação de serviço e o percentual para determinação da base de cálculo da contribuição é de 32% sobre a receita bruta.

Caso a consulente desempenhe concomitantemente mais de uma atividade, o percentual de presunção correspondente deve ser aplicado sobre o valor da receita bruta auferida em cada atividade.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei n.º 9.249, de 1995, artigo 20 c/c artigo 15, § 1.º; artigo 15, § 2.º.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 80, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Transfere Pedidos de Restituição/Compensação-PER/DCOMP entre Unidades da 1ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 1ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 209, incisos III e IV, 300, 301 e § 1º do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n°203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Portaria SRRF01 nº 70, de 24 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1° Transferir da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Brasília para as Delegacias da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal relacionadas no Anexo Único desta portaria, as PER/DCOMPs constantes do referido Anexo, para fins de realizar as atividades relativas à análise de direito creditório, decisão sobre pedidos de restituição e declarações de compensação, bem como efetivação da compensação e execução de restituição.

Art. 2º Deverá constar o número e a data desta Portaria nos atos decisórios dela decorrentes.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ OLESKOVICZ

ANEXO ÚNICO

Número PerDcomp	DRF
40301908383101121304002 9	DRF - Cuiabá
34440371481401131704296 9	DRF - Dourados
06375685802808141354362 0	DRF - Goiânia
17520970652304141302550 2	DRF - Goiânia
42140837192208141303954 6	DRF - Goiânia
13194351882505111303090 7	DRF - Goiânia
22887511802007121357095 9	DRF - Goiânia
34917975331907121357309 9	DRF - Goiânia
38975854912007121357110 3	DRF - Goiânia
07423324810212101304509 6	DRF - Palmas
26394934222005141304087 8	DRF - Palmas

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720202/2015-62 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca BMW, modelo X3 DRIVE 2.8I, ano 2011, cor prata, chassi WBAWX5106CL775310, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 11/2460125-4, de 29/12/2011, pela Alfândega do Porto de Santos, de propriedade do Sr. Luis Ricardo Fernandez Restrepo, CPF : 701.418.801-12, para o Sr. José Luiz Marquez Barreto, CPF : 324.826.551-53.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

Declara NULO o Ato Declaratório Executivo nº 32, de 02 de setembro de 2014, publicado no DOU em 03.09.2014.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE - MS, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 302 e 303 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, declara:

Art. 1º NULO o Ato Declaratório Executivo nº 32, de 02 de setembro de 2014, publicado no Diário Oficial da União - DOU em 03.09.2014, o qual declarou NULA DE OFÍCIO a inscrição nº 16.802.998/0001-88 do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, em nome de Roberto Carlos de Oliveira Lima, por vício no ato cadastral, reconhecido pelo Parecer SACAT/DRF/CAMPO GRANDE Nº 524/13, tendo em vista a inobservância ao art. 33 §1º da IN RFB Nº 1470 de 30.05.2014.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produz efeitos retroativos à data da publicação do ADE.

FLÁVIO DE BARROS CUNHA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Declara nula a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE GOIÂNIA/GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 6º da Portaria nº 222/2012 (DOU 15/03/2011), e tendo em vista o disposto no § 2º, do artigo 33, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e face ao constante no processo administrativo nº 10120.720231/2015-15, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, por haver vício em sua constituição, a empresa denominada SINOMAR DOS SANTOS SILVERIO 88352790110, CNPJ nº 12.957.174/0001-26, desde a data 03/12/2010;

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos à data de abertura da empresa.

ADRIANA HANNUM RESENDE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE BELÉM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O Inspetor-Chefe da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Belém, no uso da competência atribuída pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, com alterações posteriores, e atendendo ao que consta no processo 10209.720037/2015-60, declara:

INSCRITA no registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro da 2ª Região Fiscal ILMA DE JESUS BARROS MACEDO, CPF 295.542.412-91.

SERGIO LUIZ NORONHA FRAIHA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Tornar sem efeito a publicação do Ato Declaratório Executivo nº 6, de 18 de fevereiro de 2015, publicado no Diário Oficial da União nº 34, de 20 de fevereiro de 2015, Seção 1, página 18.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO - RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a publicação do Ato Declaratório Executivo nº 6, de 18 de fevereiro de 2015, no Diário Oficial da União nº 34, de 20 de fevereiro de 2015, Seção 1, página 18, por se

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

tratar de competência da unidade jurisdicionante do domicilio tributário do contribuinte na condição de microempreendedor individual (MEI).

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDINEY CUBEIRO DOS SANTOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIO BRANCO

PORTARIA Nº 32, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Transfere atendimento por tempo indeterminado da IRF/Brasiléia/AC, para a DRF/RBO/AC.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIO BRANCO-AC, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º - Considerando a enchente que atingiu o municipio de Brasiléia/AC, transferir a partir de 23 de fevereiro de 2015, por tempo inderteminado, para a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Rio Branco/AC (DRF/RBO/AC), as competências da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Brasiléia/AC, estabelecidas no art. 224 no caput e incisos I a IV, combinado com o art. 225, ambos do Regimentto Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012.

Art. 2º - Convalidar os atos desta portaria a partir de 23 de fevereiro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diario Oficial da União.

TATIANA VIEIRA PEREIRA ROQUES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

Declara a baixa de ofício da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, que menciona, por ter sido constatada a "inexistência de fato" de pessoa jurídica que menciona.

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 224; inciso III do art. 302 e art..303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17.5.2012, e com base no art. 27, inciso II, alíneas "b", da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 13817.000475/2001-32, declara:

BAIXADA DE OFÍCIO, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda- CNPJ de nº 02.035.248/0001-13, da pessoa jurídica LIDU COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA, inexistente de fato, haja vista não ter sido localizada no endereço constante do supracitado Cadastro Nacional, bem como não terem sido localizados os integrantes do seu quadro societário, o seu representante no CNPJ e o seu preposto, conforme o disposto no artigo 27, inciso II, alínea "b", c/c o § 2º, do art. 29, da supracitada Instrução Normativa.

Ressalve-se que a pessoa jurídica que teve a inscrição baixada de ofício pode solicitar o seu restabelecimento mediante prova em processo administrativo de que, no caso, dispõe de patrimônio e capacidade operacional necessários à realização de seu objeto e de sua localização ou da localização dos integrantes do seu QSA, do seu representante no CNPJ ou do preposto, conforme disciplina do art. 29, §3º, Inciso II, da referida instrução normativa.

ERCÍLIA LEITÃO BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, que menciona, por não ter sido a mesma localizada no endereço constante do CNPJ.

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 224; inciso III do art. 302 e art..303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17.5.2012, e com base no art. 37, inciso II, c/c o art. 39, inciso II, §§ 2º e 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 (DOU de 3/6/2014), e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 10831.720044/2012-72, declara:

INAPTA, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda- CNPJ de nº 03.780.497/0001-04, da pessoa jurídica COSEJES-SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA - EPP, por não ter sido localizada no endereço constante do supracitado Cadastro Nacional, conforme o disposto no inciso II do artigo 37, da Instrução Normativa supracitada.

Ressalve-se que a regularização da situação da pessoa jurídica declarada inapta, conforme o artigo 39, § 4º, da referida Instrução Normativa, poderá ocorrer mediante alteração do seu endereço no CNPJ, na forma prevista nos arts. 12 a 14, ou restabelecimento de sua inscrição, conforme previsto no inciso I do § 1º do art. 32, da mesma Instrução Normativa, caso o seu endereço continue o mesmo constante do CNPJ.

ERCÍLIA LEITÃO BERNARDO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Declara nula a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, que menciona, por ter sido atribuído mais de um número de inscrição para o mesmo estabelecimento.

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, DE FORTALEZA-CE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 1º, da Portaria DRFB/FOR/CE nº 142, de 16 de julho de 2012, publicada no DOU de 17/07/2012, e com base no inciso I e parágrafos 1º e 2º, do artigo 33, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 (DOU de 03/06/2014), e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 13310.720.058/2014-25, declara:

NULA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ de número 12.463.691/0001-49, por haver sido atribuído mais de um número de inscrição no CNPJ para o mesmo estabelecimento de nome CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO DA COMARCA DE PEDRA BRANCA, inscrito no CNPJ sob o nº 05.674.106/0001-94.

Este Ato Declaratório Executivo produz efeitos a partir de 12/04/1989, conforme disciplina o parágrafo 2º, do artigo 33, da supracitada instrução normativa.

ERCÍLIA LEITÃO BERNARDO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2015

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n º 203, de 14 de maio de 2012, considerando o disposto no Art. 2º da Instrução Normativa RFB 976, de 7 de dezembro de 2009, com as alterações dadas pela Instrução Normativa nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010 e Instrução Normativa nº 1.048, de 29 de junho de 2010 e face ao que consta do processo nº10469.727030/2014-27, resolve:

Art. 1º - Conceder a inscrição no REGISTRO ESPECIAL instituído pela Lei nº 11.945, de junho de 2009 e alterações posteriores, ao contribuinte F CÂMARA DA COSTA - ME, CNPJ 21.352.461/0001-01, situado na Rua Presidente Sarmento, nº 1061, Alecrim, Natal/RN, que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, nas atividades de gráfica (GP), sob o número GP-04201/00112, e usuário (UP), sob o número UP-04201/00113.

Art. 2º - O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na Instrução Normativa RFB no 976/2009 e demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro, na forma do Artigo 7° da mesma Instrução Normativa.

Art. 3° - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AURÉLIO DE ALBUQUERQUE FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA DA CONQUISTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Declara nula a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da entidade que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA DA CONQUISTA, no uso da incumbência que lhe confere o inciso III do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e de acordo com o disposto nos arts. 47 e 33, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e com o constante no processo administrativo nº 10540.721287/2014-65, declara:

Art. 1º Nula, com efeitos retroativos ao dia 25/07/1999, a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob número 03.783.829/0001-04, em nome de PP - Partido Progressista (Diretório Municipal), por ter sido atribuída em multiplicidade com a inscrição número 01.444.931/0001-41.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ SILVA REIS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) .

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei no 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007 e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 15504.721075/2015-19, declara:

Art. 1º - Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), a empresa CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 17.185.786/0001-61, para a execução de obras civis do Projeto de Investimento em Infraestrutura no Setor de Transportes, denominado Programa de Capacitação Logística Norte S11D - CLN S11D, compreendendo o Ramal Ferroviário Sudeste do Pará, a Expansão de Ferro Carajás e a Ampliação do Terminal Ferroviário de Ponta da Madeira, de titularidade da Vale S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 33.592.510/0001-54, matrícula CEI nº 51.226.31739/71, com previsão de conclusão em abril/2015, aprovado pela Portaria nº 335, de 09 de setembro de 2014, do Ministério dos Transportes, publicada no Diário Oficial da União de 10 de setembro de 2014, Seção 1, páginas 111 e 112.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA - SACAT, no uso de suas atribuições previstas no art. 243 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012 e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica ESPÓLIO DE MARIA BATISTA CHVES - ME, CNPJ 26.167.684/0001-04, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora, no endereço: Avenida Barão do Rio Branco, n.º 372, bairro Manoel Honório, Juiz de Fora/MG, CEP 36045-120.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO BRANDÃO DE OLIVEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Declara o alfandegamento do estabelecimento que menciona e o autoriza a operar o regime aduaneiro especial de loja franca

A SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto na Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, o disposto na Portaria MF nº 112, de 10 de junho de 2.008 e tendo, ainda, em vista o que consta dos processos MF no 10715.720478/2015-41 declara:

Art. 1º Alfandegadas, a título permanente e em caráter precário, até 31 de dezembro de 2016, as unidades de vendas de lojas francas administradas por DUFRY DO BRASIL DUTY FREE SHOP LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.197.888/0001-50, localizadas no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim, em conformidade com o Contrato de Concessão de Uso de Área nº 02-2014/0001, firmado com a empresa Concessionária do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro S/A - RioGaleão:

a) Loja franca com 1.282,27 m², situada no Saguão de Desembarque Internacional, Eixos 31-39/E-G, TPS1, estabelecimento CNPJ 27.197.888/0002-31, código de recinto 7.91.61.01;

b) Loja franca com 493,15 m², situada no saguão de embarque internacional, Eixos 44-46/D-G, TPS1, estabelecimento CNPJ 27.197.888/0071-63, código de recinto 7.91.61.11-1;

c) Loja franca com 14,87 m² , situada no Mezanino Comercial, Eixos 43-44/E-F, TPS1, estabelecimento CNPJ 27.197.888/0070-82, código de recinto 7.91.61.12-0.

Art. 2º Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior ficam habilitados a operar o regime aduaneiro especial de loja franca, nos termos da Portaria MF nº 112, de 10 de junho de 2.008.

Art. 3º Os recintos em apreço ficarão sob a jurisdição da Alfândega do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antonio Carlos Jobim, que poderá estabelecer as rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao controle fiscal.

Art. 4º Cumprirá à autorizada ressarcir ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, instituído pelo Decreto - Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, adotando-se para este fim a sistemática estabelecida na Instrução Normativa SRF nº 180, de 24 de julho de 2002.

Art. 5º Os códigos de recinto supracitados foram atribuidos conforme estabelece a Instrução Normativa SRF nº 15, de 22 de fevereiro de 1991.

Art. 6º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ELIANA POLO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

Declara o alfandegamento do estabelecimento que menciona e o autoriza a operar o regime aduaneiro especial de loja franca

A SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto na Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, o disposto na Portaria MF nº 112, de 10 de junho de 2.008 e tendo, ainda, em vista o que consta dos processos MF no 10715.720478/2015-41 declara:

Art. 1º Alfandegadas, a título permanente e em caráter precário, até 31 de dezembro de 2016, as unidades de vendas de lojas francas administradas por DUFRY DO BRASIL DUTY FREE SHOP LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.197.888/0001-50, localizadas no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim, em conformidade com o Contrato de Concessão de Uso de Área nº 02-2014/0001, firmado com a empresa Concessionária do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro S/A - RioGaleão:

a) Loja franca com 1.293,30 m², situada no Saguão de Desembarque Internacional, Eixos 24-31/C-E, TPS2, estabelecimento CNPJ 27.197.888/0034-19, código de recinto 7.91.61.06;

b) Loja franca com 430,34 m², situada no saguão de embarque internacional, Eixos 26-29/C-D, TPS2, estabelecimento CNPJ 27.197.888/0032-57, código de recinto 7.91.61.05;

c) Loja franca com 23,14 m² , situada piso de embarque - Eixos 23-24/C-D, TPS2, estabelecimento CNPJ 27.197.888/0059-77, código de recinto 7.91.61.13-8.

Art. 2º Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior ficam habilitados a operar o regime aduaneiro especial de loja franca, nos termos da Portaria MF nº 112, de 10 de junho de 2.008.

Art. 3º Os recintos em apreço ficarão sob a jurisdição da Alfândega do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antonio Carlos Jobim, que poderá estabelecer as rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao controle fiscal.

Art. 4º Cumprirá à autorizada ressarcir ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, instituído pelo Decreto - Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, adotando-se para este fim a sistemática estabelecida na Instrução Normativa SRF nº 180, de 24 de julho de 2002.

Art. 5º Os códigos de recinto supracitados foram atribuidos conforme estabelece a Instrução Normativa SRF nº 15, de 22 de fevereiro de 1991.

Art. 6o - Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ELIANA POLO PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Declara o alfandegamento do estabelecimento que menciona e o autoriza a operar o regime aduaneiro especial de loja franca

A SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto na Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, o disposto na Portaria MF nº 112, de 10 de junho de 2.008 e tendo, ainda, em vista o que consta dos processos MF no 10715.720478/2015-41 declara:

Art. 1º Alfandegado, a título permanente e em caráter precário, até 29 de fevereiro de 2020, o depósito de loja franca administrado por DUFRY DO BRASIL DUTY FREE SHOP LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.197.888/0003-12, localizado no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim, Rua D s/n Parte, com área de 5.217,95 m², em conformidade com o Contrato de Concessão de Uso de Área nº 02-2014/0001, firmado com a empresa Concessionária do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro S/A - RioGaleão.

Art. 2º O recinto em apreço ficará sob a jurisdição da Alfândega do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antonio Carlos Jobim, que poderá estabelecer as rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao controle fiscal.

Art. 3º Cumprirá à autorizada ressarcir ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, instituído pelo Decreto - Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, adotando-se para este fim a sistemática estabelecida na Instrução Normativa SRF nº 180, de 24 de julho de 2002.

Art. 4º Ao recinto ora alfandegado atribui-se o código 7.91.77.02-6, conforme estabelece a Instrução Normativa SRF nº 15, de 22 de fevereiro de 1991.

Art. 5º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ELIANA POLO PEREIRA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO

No artigo 2º do Ato Declaratório Executivo ALF/RJO nº 02, de 20 de fevereiro de 2015, publicado na página 32 da Seção 1 da Edição do Diário Oficial da União (DOU) nº 36, de 24 de fevereiro de 2015:

Onde se lê:

"Art. 2º A presente autorização vigorará a partir da data de sua publicação até 15 de maio de 2015, conforme o disposto no art. 51, inc. III e § 1º, da IN RFB nº 1.361, de 2013."

Leia-se:

"Art. 2º A presente autorização vigorará pelo prazo de 6 (seis) meses, prorrogáveis automaticamente por mais 06 (seis) meses, em conformidade com o disposto no inciso I do art. 13 da IN RFB nº 1.361, de 2013."

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

A INSPETORA-CHEFE ADJUNTA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria ALF/SPO nº 548, de 26 de março de 2014, publicada no DOU de 11 de abril 2014, resolve:

1. Incluir no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros as seguintes inscrições:

CPF	NOME	PROCESSO
372.553.288-57	MARCOS PAULO MARCELINO SANTANA	10314.720530/2015-82

2. Incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros as seguintes inscrições:

CPF	NOME	PROCESSO
283.214.158-73	ROGERIO BORBA TURUGUET	10314.728578/2014-58
124.858.808-83	ELISABETE CORDEIRO SILVA FERREIRA	10314.720185/2015-87
212.881.298-40	CLEILSON PALACIO DE OLIVEIRA CHAVES	10314.720581/2015-12
339.689.748-08	PAULO HENRIQUE NOVAIS DE SOUZA	10314.720757/2015-28
063.596.588-79	ANDRE LUIZ MARTINS MORALLES	10314.720850/2015-32

3. Cancelar, no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, as seguintes inscrições, em virtude da inclusão dos interessados no Registro de Despachantes Aduaneiros:

CPF	NOME	PROCESSO
283.214.158-73	ROGERIO BORBA TURUGUET	10314.728578/2014-58
124.858.808-83	ELISABETE CORDEIRO SILVA FERREIRA	10314.720185/2015-87
212.881.298-40	CLEILSON PALACIO DE OLIVEIRA CHAVES	10314.720581/2015-12
339.689.748-08	PAULO HENRIQUE NOVAIS DE SOUZA	10314.720757/2015-28
063.596.588-79	ANDRE LUIZ MARTINS MORALLES	10314.720850/2015-32

4. Cancelar, no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, as seguintes inscrições, em virtude de renúncia expressa dos interessados:

CPF	NOME	PROCESSO
353.104.118-52	FELIPE DE ARAUJO ABRAHIM	10314.720917/2015-39

5. Cancelar, no Registro de Despachantes Aduaneiros, as seguintes inscrições, em virtude de renúncia expressa dos interessados:

CPF	NOME	PROCESSO
006.767.228-06	GLEISE GARCIA LUTIANO	10314.720851/2015-87

6. Aplicar a penalidade de cassação do Registro de Despachante Aduaneiro da seguinte inscrição, com base na Lei nº 10833/2003, artigo 76, inciso III, alínea "a" e no Decreto nº 6759/2009, artigo 735, incisos III, alínea "a", e II, alínea "e":

CPF	NOME	PROCESSO
197.033.928-49	EDUARDO FIGUEIREDO	12466.000663/2010-16

GEORGIA IBANEZ PAVARINI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA -SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 3º, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e face ao que consta no processo nº 13851.721564/2014-14, resolve:

Art. 1º Conceder registro especial para as atividades de produtor de bebidas, sob nº 08122/017, e engarrafador, sob nº 08122/018, ao estabelecimento matriz da empresa Santa Rufina Indústria e Comércio de Derivados de Cana de Açúcar LTDA. - ME, inscrita no CNPJ 04.314.838/0001-00, estabelecida na Rod SP 255 S/N KM 60,5 Fazenda São Sebastião - Caixa Postal 12 - Zona Rural - Américo Brasiliense/SP - Cep: 14.820-000, relativamente aos seguintes produtos:

Produto	Marca comercial	Capacidade do recipiente (ml)	Classificação fiscal
CACHAÇA	Sebastiana Carvalho	500ml	2208.40.00
CACHAÇA	Sebastiana Castanheira	500ml	2208.40.00
CACHAÇA	Sebastiana Blend	500ml	2208 40,00
CACHAÇA	Sebastiana Cristal	500ml	2208.4O.00
CACHAÇA	Faceira Extra Premium	700ml	2208.40.00
CACHAÇA	Faceira Premium	700 ml	2208.40.00
CACHAÇA	Faceira Edição Comemorativa	700ml	2208.40.00
CACHAÇA	Faceira Edição Especial	700ml	2208.40.O0
CACHAÇA	Sebastiana Carvalho	200ml	2208 40 00
CACHAÇA	Sebastiana Castanheira	200ml	2208 40.00
CACHAÇA	Sebastiana Blend	200ml	2208 40.00
CACHAÇA	Sebastiana Cristal	200ml	2208.40 00

Parágrafo único. A empresa fica obrigada a encaminhar a esta Delegacia cópia dos documentos das alterações ocorridas nos elementos constantes do art. 4º da IN SRF nº 504, de 2005, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua efetivação; a comunicar a produção de novos produtos, de nova marca comercial ou utilização de recipientes de capacidades diferentes daquelas constantes deste ato declaratório, bem assim a continuar atendendo a todos os requisitos que condicionaram a concessão do registro especial, sob pena de seu cancelamento, nos termos do art. 8º da IN SRF nº 1.432, de 2013.

Artigo 2º - Este ato declaratório entra em vigor e produz seus efeitos legais na data de sua publicação.

MARIA DE LOURDES MARTINS OLIVEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS
SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

Habilita a pessoa jurídica no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL - REDES) .

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - DRF EM CAMPINAS, no uso das atribuições prescritas no art. 314, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 17 de maio de 2012, com base no art. 1º, III, da Portaria de delegação de competência da DRF/Campinas Nº 22, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 23/02/2011, tendo em vista o disposto na Lei no 12.715/12, no Decreto nº 7921/13, na Instrução Normativa RFB Nº 1355/13 e considerando o que do processo 10830.724541/2014-11 consta, declara:

Art. 1° - HABILITADA no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL - REDES) a pessoa jurídica CPFL TELECOM S/A, inscrita no CNPJ sob o Nº 12.116.119/0001-03.

Art. 2° - Este ato declaratório executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA SCAFI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2015

Declara Baixada por Inexistência de Fato a Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM FRANCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 203 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF n. º 587, de 21 de Dezembro de 2010 e da competência que lhe confere o Art. 29 da IN RFB 1.470 de 30 de Maio de 2014, com suas alterações posteriores e tendo em vista o que consta no processo administrativo n.º 13855.721392/2011-37, declara:

Art. 1º A BAIXA POR INEXISTÊNCIA DE FATO, da pessoa jurídica a seguir identificada, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), a partir desta data, conforme Art. 27, II, b e Art. 29, §2º da IN SRF nº 1470/2014.

Nome: WILLIAM ASSAAD AL IBRAHIM - ME
CNPJ: 11.972.474/0001-11 e 11.972.474/0002-00
Motivo: Inexistência de fato.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO ALEXANDRE GRANDIZOLI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO
AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM COTIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

Declara nulidade de ato praticado perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

O CHEFE DA AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM COTIA, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso V do artigo 1° da Portaria DRF/OSA nº 140, de 26 de outubro de 2011, considerando o que consta do processo administrativo 13303.720018/2015-53, resolve:

Art. 1º Declarar, com fundamento no artigo 33, inciso II, § 1º e 2º, da IN-RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, a nulidade dos atos praticados nos registros do CNPJ nº 21.030.568/0001-25, em nome do contribuinte JOSE IVAN ALVES DE OLIVEIRA 80080502334, em razão da constatação de vício no ato cadastral.

Art. 2º O presente ADE produzirá efeito desde o termo inicial de vigência dos atos cadastrais aqui declarados nulos, que ocorreram em data de 13/09/2014, nos termos do que dispõe o § 2º, do artigo 33, da referida IN-RFB nº 1.470/2014.

RENATO MENDES A. F. DA SILVA

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Declara baixada inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SECAT, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inc. V do art. 1° da Portaria DRF/OSA n° 140, de 26/10/2011, publicada no DOU de 28/10/2011, considerando o que consta no processo administrativo 10882.720344/2015-07 e com fundamento nas alíneas a e c, do inc. II, do art. 27 e no § 2°, do art. 29, da IN-RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º BAIXADA DE OFÍCIO a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ de nº 01.259.277/0001-04, do HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL DE CARAPICUIBA, em função deste se encontrar com suas atividades paralisadas, cumulado com a não disponibilidade de patrimônio e capacidade operacional para a realização de seu objeto,

Art. 2º O contribuinte poderá, através de prova em processo administrativo, restabelecê-la, mediante comprovação de sua atividade e disponibilidade de patrimônio e capacidade operacional para a realização de seu objeto, conforme previsto no § 3° do art. 29 da já mencionada IN-RFB nº 1.470/2014.

Art. 3º O presente Ato Declaratório, baixando de ofício a inscrição no CNPJ, produzirá efeito na data de sua publicação.

CRISTINA ARAKAKI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Declara baixada inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SECAT, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inc. V do art. 1° da Portaria DRF/OSA n° 140, de 26/10/2011, publicada no DOU de 28/10/2011, considerando o que consta no processo administrativo 10882.720417/2015-52 e com fundamento nas alíneas a e c, do inc. II, do art. 27 e no § 2°, do art. 29, da IN-RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º BAIXADA DE OFÍCIO a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ de nº 06.968.461/0001-39, da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CARAPICUÍBA-SP, em função desta se encontrar com suas atividades paralisadas, cumulado com a não disponibilidade de patrimônio e capacidade operacional para a realização de seu objeto,

Art. 2º O contribuinte poderá, através de prova em processo administrativo, restabelecê-la, mediante comprovação de sua atividade e disponibilidade de patrimônio e capacidade operacional para a realização de seu objeto, conforme previsto no § 3° do art. 29 da já mencionada IN-RFB nº 1.470/2014.

Art. 3º O presente Ato Declaratório, baixando de ofício a inscrição no CNPJ, produzirá efeito na data de sua publicação.

CRISTINA ARAKAKI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Declara baixada inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SECAT, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inc. V do art. 1° da Portaria DRF/OSA n° 140, de 26/10/2011, publicada no DOU de 28/10/2011, considerando o que consta no processo administrativo 10882.720418/2015-05 e com fundamento nas alíneas a e c, do inc. II, do art. 27 e no § 2°, do art. 29, da IN-RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º BAIXADA DE OFÍCIO a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ de nº 44.892.388/0001-58, do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS, em função deste se encontrar com suas atividades paralisadas, cumulado com a não disponibilidade de patrimônio e capacidade operacional para a realização de seu objeto,

Art. 2º O contribuinte poderá, através de prova em processo administrativo, restabelecê-la, mediante comprovação de sua atividade e disponibilidade de patrimônio e capacidade operacional para a realização de seu objeto, conforme previsto no § 3° do art. 29 da já mencionada IN-RFB nº 1.470/2014.

Art. 3º O presente Ato Declaratório, baixando de ofício a inscrição no CNPJ, produzirá efeito na data de sua publicação.

CRISTINA ARAKAKI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Declara baixada inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SECAT, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inc. V do art. 1° da Portaria DRF/OSA n° 140, de 26/10/2011, publicada no DOU de 28/10/2011, considerando o que consta no processo administrativo 10882.720419/2015-41 e com fundamento nas alíneas a e c, do inc. II, do art. 27 e no § 2°, do art. 29, da IN-RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º BAIXADA DE OFÍCIO a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ de nº 44.892.693/0007-35, do MUNICÍPIO DE CARAPICUÌBA, em função deste se encontrar com suas atividades paralisadas, cumulado com a não disponibilidade de patrimônio e capacidade operacional para a realização de seu objeto,

Art. 2º O contribuinte poderá, através de prova em processo administrativo, restabelecê-la, mediante comprovação de sua atividade e disponibilidade de patrimônio e capacidade operacional para a realização de seu objeto, conforme previsto no § 3° do art. 29 da já mencionada IN-RFB nº 1.470/2014.

Art. 3º O presente Ato Declaratório, baixando de ofício a inscrição no CNPJ, produzirá efeito na data de sua publicação.

CRISTINA ARAKAKI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Declara baixada inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SECAT, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inc. V do art. 1° da Portaria DRF/OSA n° 140, de 26/10/2011, publicada no DOU de 28/10/2011, considerando o que consta no processo administrativo 10882.720421/2015-11 e com fundamento nas alíneas a e c, do inc. II, do art. 27 e no § 2°, do art. 29, da IN-RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º BAIXADA DE OFÍCIO a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ de nº 44.892.388/0002-39, do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS, em função deste se encontrar com suas atividades paralisadas, cumulado com a não disponibilidade de patrimônio e capacidade operacional para a realização de seu objeto,

Art. 2º O contribuinte poderá, através de prova em processo administrativo, restabelecê-la, mediante comprovação de sua atividade e disponibilidade de patrimônio e capacidade operacional para a realização de seu objeto, conforme previsto no § 3° do art. 29 da já mencionada IN-RFB nº 1.470/2014.

Art. 3º O presente Ato Declaratório, baixando de ofício a inscrição no CNPJ, produzirá efeito na data de sua publicação.

CRISTINA ARAKAKI

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 26 DE JANEIRO DE 2015

Concede à pessoa jurídica titular de projeto aprovado para implantação de obras de infra-estrutura no setor de energia habilitação para aderir ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 226 e 305), do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 18186.731.115/2014-98, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: TAMANDUÁ MIRIM 2 ENERGIA S.A
Nº Inscrição no CNPJ: 19.962.291/0001-27
Nome do projeto: EOL Tamanduá Mirim 2
Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria nº 294, de 23 de outubro de 2014 (DOU: 24/10/2014)
Setor de infraestrutura favorecido: energia
Prazo estimado da obra: 09/08/2014 a 1º/12/2017
Nº de matrícula CEI: 51.227.31221/73

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

REGINA COELI ALVES DE MELLO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede o registro ao benefício de suspensão do IPI, de que trata o art 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2202.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009 e o constante do processo administrativo nº 13807.725.961/2014-09, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada o registro ao benefício de suspensão do IPI, de que trata o art. 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e alterações posteriores.

Nome empresarial: BIOPET PRODUTOS PARA AINIMAIS LTDA

Nº Inscrição no CNPJ: 07.626.792/0001-53

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

REGINA COELI ALVES DE MELLO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL
SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Declara nula a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria DRF/CVL(PR) Nº 11, de 21 de fevereiro de 2011, e tendo em vista o disposto no § 2º, do artigo 33, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e face ao constante no processo administrativo nº 13923.720091/2013-66, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 09.640.276/0001-09, desde a data de sua abertura 20/01/2008, por haver sido atribuído mais de um número de inscrição no CNPJ para o mesmo estabelecimento do contribuinte PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO;

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos à data de abertura da empresa.

CLAIR MARCOS LARSEN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Declara inapta inscrição no CNPJ

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA - PR no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III do artigo 224, III e IX do artigo 302 e VI do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012 publicada no DOU de 17 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto no artigo 39, § 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, combinado com os artigos 81 § 5º e 82 da Lei nº 9430/1996 com redação dada pela Lei nº 11.941/09 e artigos 37, inciso II, 39, inciso II e 43, § 3º, inciso I, letra b da referida IN, declara:

Artigo 1º. Inaptas as inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) abaixo identificadas, por não terem sido localizadas no endereço constante do CNPJ, conforme constatado no respectivo processo administrativo fiscal.

Artigo 2º. Tributariamente ineficazes os documentos emitidos por estas empresas, a partir da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo.

CONTRIBUINTE	CNPJ	PROCESSO
EXECUTIVA SERVIÇOS PATRIMONIAIS LTDA - ME	06.156.739/0001-73	10980.723719/2014-93
FILEBRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARNES LTDA-EPP	11.177.973/0001-17	10980.720244/2015-64
JAIR LUIS PIOCZKOSKI - ME	04.514.271/0001-16	10980.720245/2015-17

ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Declara a baixa de oficio por inexistência de fato perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 224 e 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012 e cumprindo o que determina o parágrafo 2º do art. 29º da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30/05/2014, declara:

I - BAIXADA DE OFICIO, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, com os efeitos a partir da publicação deste ADE, a inscrição Nº 04.780.970/0001-08, da empresa MERCADO E AÇOUGUE D.L.E. LTDA, considerando o teor do processo nº 11516.721969/2012-76, em que foi constatada a inexistência de fato da pessoa jurídica, conforme alíneas "a" e "c" do inciso II, do artigo 27º da Instrução Normativa 1.470, de 30/05/2014.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Declara a baixa de oficio por inexistência de fato perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 224 e 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012 e cumprindo o que determina o parágrafo 2º do art. 29º da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30/05/2014, declara:

I - BAIXADA DE OFICIO, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, com os efeitos a partir da publicação deste ADE, a inscrição Nº 14.080.951/0001-22, da empresa AJX IMORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, considerando o teor do processo nº 10909.721261/2013-10, em que foi constatada a inexistência de fato da pessoa jurídica, conforme alíneas "a" e "c" do inciso II, do artigo 27º da Instrução Normativa 1.470, de 30/05/2014.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Declara a nulidade da inscrição perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica por vício no ato cadastral.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 224 e 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012 e cumprindo o que determina o parágrafo 1º do art. 33º da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30/05/2014, declara:

I - NULA, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, com os efeitos a partir da publicação deste ADE, a inscrição Nº 02.809.264/0001-, da empresa CASCAES & FRANCISCO LTDA, considerando o teor do processo nº 10882.001151/2002-21, em que foi constatada a existência de vício no ato cadastral da pessoa jurídica, conforme inciso II, do artigo 33º da Instrução Normativa 1.470, de 30/05/2014.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Declara a baixa de oficio por inexistência de fato perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 224 e 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012 e cumprindo o que determina o parágrafo 2º do art. 29º da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30/05/2014, declara:

I - BAIXADA DE OFICIO, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, com os efeitos a partir da publicação deste ADE, a inscrição nº 08.635.069/0001-01, da empresa ZANCKE SERVIÇO DE FORMAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA, considerando o teor do processo nº 11516.720324/2014-88, em que foi constatada a inexistência de fato da pessoa jurídica, conforme alíneas "a" do inciso II, do artigo 27º da Instrução Normativa 1.470, de 30/05/2014.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, situada à Av. Teporti, nº 876, Sala nº 10, Bairro Cordeiros, Itajaí/SC formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 300 (trezentos) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Unidade	Caixa	Marca comercial	Características do produto
300	50	Single Barrel Redesing.	Uísque americano, em caixas de 6 garrafas de 750ml, 47% GL idade até 8 anos.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

PORTARIA Nº 18, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Exclui pessoas jurídicas do REFIS

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência por três meses consecutivos ou seis alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo Refis, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000 - as pessoas jurídicas relacionadas no quadro abaixo, com efeitos a partir da data indicada, conforme despachos decisórios exarados nos processos administrativos a seguir indicados.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO	DT. EFEITO
82.709.734/0001-09	MAD TRANSPORTES LOGÍSTICA E ARMAZÉNS GERAIS LTDA - ME	11516.720554/2015-28	01/03/2015
83.651.208/0001-06	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA EXTRAÇÃO E DO BENEFICIAMENTO DO CARVÃO	11516.720553/2015-83	01/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Autoriza a utilização dos procedimentos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1361, de 21 de maio de 2013, para o caso que especifica.

A INSPETORA CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o disposto no artigo 48 da Instrução Normativa RFB nº 1361, de 21 de maio de 2013, e o que consta do processo administrativo nº 15165.720500/2015-41, declara:

Art. 1º Fica autorizada a utilização dos procedimentos diferenciados previstos no capítulo III, seção I, da Instrução Normativa RFB nº 1361, de 21 de maio de 2013, pela empresa Waiver Logística Brasil Ltda. - CNPJ/MF 08.726.359/0001-52, quando o local da primeira entrada dos bens no País for jurisdicionado pela Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Curitiba, para aplicação do regime especial de admissão temporária a bens destinados exclusivamente à competição esportiva internacional denominada "Mitsubishi Motors World Championship", que acontecerá entre os dias 07 e 16 de abril de 2014, na cidade de Florianópolis/SC.

Art. 2º A operação de que trata o art. 1º fica condicionada à liberação por outros órgãos da Administração Pública, quando se tratar de mercadoria sujeita a seu controle.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLÁUDIA REGINA LEÃO DO NASCIMENTO THOMAZ

EQUIPE ADUANEIRA 3

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros e cancelamento de inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiros..

A CHEFE DA EQUIPE ADUANEIRA 3 DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 e, pelos poderes delegados pela Portaria IRF/CTA nº 158, de 28 de novembro de 2014, resolve:

Art. 1º Inscrever no Registro de Despachantes Aduaneiros, com fundamento no art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, com automática exclusão do Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, JIANE CHRISTINA DOS SANTOS LIMA, CPF 703.744.149-04, processo nº 15165.720492/2015-32.

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MICHELI MITIKO MATSUNAGA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Altera o Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 136, de 10 de junho de 2013, atualizando relação de produtos constantes do Registro Especial de Bebidas, de Engarrafador, nº 10106/462.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 4º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.432,de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º O artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL 136, de 10 de junho de 2013, referente ao Registro Especial de Bebidas 10106/462, de engarrafador, no processo 13016.720109/2013-62 pertencente ao estabelecimento da empresa Natural Products Indústria Comércio e Serviços Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº 04.123.496/0002-22, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Chardonnay	Gran Legado	2204.21.00	Não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino	Gran Legado	2204.21.00	Não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Gran Legado	2204.21.00	Não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Gran Legado	2204.21.00	Não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Tannat	Gran Legado	2204.21.00	Não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut (Champenoise)	Gran Legado	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut (Charmat)	Gran Legado	2204.10.10	Não retornável	187 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut (Charmat)	Gran Legado	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Demi-Sec (Champenoise)	Gran Legado	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Demi-Sec	Gran Legado - Charmat	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Extra Brut	Gran Legado Omaggio	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Rosado Espumante Natural Brut (Champenoise)	Gran Legado	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Rosado Espumante Natural Brut (Charmat)	Gran Legado	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	Gran Legado	2204.10.90	Não retornável	187 ml
Vinho Moscatel Espumante	Gran Legado	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Produtos Elaborados e Engarrafados por Natural Products Indústria Comércio e Serviços Ltda - CNPJ 04.123.496/0001-41 - Bento Gonçalves(RS)				
Vinho Branco de Mesa Meio Seco Fino	Onorabile	2204.21.00	Não retornável	1.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Meio Seco Fino	Onorabile	2204.21.00	Não retornável	1.000 ml

."

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório DRF/CXL nº 185, de 27 de outubro de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 29 de outubro de 2014.

LUIZ WESCHENFELDER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Altera o Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 80, de 19 de dezembro de 2000, atualizando a relação de produtos constantes do Registro Especial de Bebidas, de Engarrafador, nº 10106/059.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 4º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º O artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 80, de 19 de dezembro de 2000, referente ao Registro Especial de Bebidas nº 10106/059, de engarrafador, no processo 13016.000423/99-51 pertencente ao estabelecimento da empresa Casa Valduga Vinhos Finos Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº 87.848.180/0001-44, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Descrição do Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Chardonnay	Arte	2204.29.11	Não retornável	3000ml
Vinho Branco Espumante Natural Demi Sec	Arte	2204.10.10	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Meio Seco Fino	Arte	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Meio Seco Fino	Arte	2204.29.11	Não retornável	3000ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino	Arte	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino	Arte	2204.29.11	Não retornável	3000ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino	Arte	2204.29.11	Não retornável	5000ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Arte Casa Valduga	2204.10.10	Não retornável	750ml
Vinho Rosado Espumante Natural Brut	Arte Casa Valduga	2204.10.10	Não retornável	750ml
Grappa Cabernet Sauvignon	Casa Valduga	2208.20.00	Não retornável	200ml
Grappa Chardonnay	Casa Valduga	2208.20.00	Não retornável	200ml
Grappa Prosecco	Casa Valduga	2208.20.00	Não retornável	500ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Marselan	Casa Valduga	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Tinto Licoroso Suave	Casa Valduga	2204.21.00	Não retornável	500ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Casa Valduga 130	2204.10.10	Não retornável	750ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Casa Valduga 130	2204.10.10	Não retornável	1500ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino	Casa Valduga Arinarnoa	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Casa Valduga Arte Boa Lembrança	2204.10.10	Não retornável	750ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Casa Valduga Arte Cabaret	2204.10.10	Não retornável	750ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Casa Valduga Beira Rio	2204.10.10	Não retornável	750ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Casa Valduga Beira Rio	2204.10.10	Não retornável	1500ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Casa Valduga Beira Rio Gran	2204.10.10	Não retornável	750ml
Brandy 10 anos	Casa Valduga Brandy 10 anos	2208.20.00	Não retornável	750ml
Brandy	Casa Valduga Brandy 15 anos	2208.20.00	Não retornável	60ml
Brandy	Casa Valduga Brandy 15 anos	2208.20.00	Não retornável	700ml
Brandy	Casa Valduga Brandy 20 anos	2208.20.00	Não retornável	700ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Casa Valduga Brut 25	2204.10.10	Não retornável	375ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Casa Valduga Brut 25	2204.10.10	Não retornável	750ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut Prosecco	Casa Valduga Brut Prosecco 12	2204.10.10	Não retornável	750ml
Vinho Rosado Espumante Natural Brut	Casa Valduga Brut Rose 25	2204.10.10	Não retornável	750ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Casa Valduga Búzios	2204.10.10	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Casa Valduga Cacau Show	2204.21.00	Não retornável	375ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Chardonnay Riesling	Casa Valduga Duetto	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon Merlot	Casa Valduga Duetto	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Pinot Noir Shiraz	Casa Valduga Duetto	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Pinot Noir Shiraz	Casa Valduga Duetto La Pergoletta	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Casa Valduga Estância Don Juan	2204.21.00	Não retornável	375ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Casa Valduga Estância Don Juan	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Branco Espumante Natural Extra Brut	Casa Valduga Gran	2204.10.10	Não retornável	750ml
Vinho Branco Espumante Natural Nature	Casa Valduga Gran	2204.10.10	Não retornável	750ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Chardonnay	Casa Valduga Gran Leopoldina	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino	Casa Valduga Gran Raízes	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Gewurztraminer	Casa Valduga Identidade	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino	Casa Valduga Identidade	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Pinot Noir	Casa Valduga Identidade	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Branco de Mesa Meio Seco Fino Chardonnay	Casa Valduga K	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Branco Espumante Natural Demi Sec	Casa Valduga K	2204.10.10	Não retornável	750ml
Vinho Rosado Espumante Natural Meio Seco	Casa Valduga K	2204.10.10	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Meio Seco Fino Cabernet Sauvignon	Casa Valduga K	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Casa Valduga Lajedo	2204.10.10	Não retornável	750ml
Vinho Branco Espumante Natural Demi Sec	Casa Valduga Lajedo	2204.10.10	Não retornável	750ml
Vinho Branco de Mesa Suave Fino	Casa Valduga Late Harvest	2204.21.00	Não retornável	370ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Chardonnay	Casa Valduga Leopoldina	2204.21.00	Não retornável	375ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Chardonnay	Casa Valduga Leopoldina	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Rosado de Mesa Seco Fino	Casa Valduga Leopoldina	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Casa Valduga Leopoldina	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Casa Valduga Maria V	2204.10.10	Não retornável	750ml
Vinho Branco de Mesa Suave Fino	Casa Valduga Naturelle	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Rosado de Mesa Suave Fino	Casa Valduga Naturelle Frizz	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Suave Fino	Casa Valduga Naturelle La Pergoletta	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Chardonnay	Casa Valduga Pátio Havana	2204.21.00	Não retornável	375ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Chardonnay	Casa Valduga Pátio Havana	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Meio Seco Fino Cabernet Sauvignon	Casa Valduga Piazzale	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Franc	Casa Valduga Raízes	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Casa Valduga Raízes	2204.21.00	Não retornável	375ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Casa Valduga Raízes	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Casa Valduga Raízes La Pergoletta	2204.21.00	Não retornável	187ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Sauvignon Blanc	Casa Valduga Raízes Sauvignon Blanc	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Casa Valduga RC Vips	2204.10.10	Não retornável	750ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Casa Valduga Sette 130	2204.10.10	Não retornável	750ml

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Vinho Branco Espumante Natural Brut	Casa Valduga Tango	2204.10.10	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Demi Sec Fino	Casa Valduga Vemaguet	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Lobos	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Mirá	2204.10.10	Não retornável	750ml
Vinho Branco Espumante Natural Demi Sec	Mirá	2204.10.10	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Suave Fino	Naturelle	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Storia	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Vinhateiros do Vale	2204.10.10	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino	Vinhateiros do Vale	2204.21.00	Não retornável	750ml
Produtos elaborados e engarrafados por Domno do Brasil Indústria e Comércio de Bebidas Ltda - CNPJ 09.276.690/0001-80 - Garibaldi(RS)				
Vinho Espumante Branco Moscatel	Casa Valduga	2204.10.90	Não retornável	375ml
Vinho Espumante Branco Moscatel	Casa Valduga	2204.10.90	Não retornável	750ml
Vinho Moscatel Espumante	Casa Valduga Cacau Show	2204.10.90	Não retornável	375ml
Vinho Moscatel Espumante	Casa Valduga Carmen Stefens	2204.10.90	Não retornável	187ml
Vinho Moscatel Espumante	Casa Valduga Naturelle Moscatel	2204.10.90	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Casa Valduga Raízes	2204.21.00	Não retornável	187ml
Produtos elaborados e engarrafados para Vallontano Vinhos Nobres Ltda. - CNPJ 03.256.279/0001-67 - Bento Gonçalves(RS)				
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino	Oriundi	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Chardonnay	Vallontano	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Rosado de Mesa Seco Fino Tempranillo	Vallontano	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Vallontano	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Vallontano	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Tannat	Vallontano	2204.21.00	Não retornável	750ml
Vinho Branco Espumante Natural Extra Brut	Vallontano LH Zanini	2204.10.10	Não retornável	750ml

."

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório DRF/CXL nº 25, de 13 de janeiro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2010.

LUIZ WESCHENFELDER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Altera o Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 66, de 26 de abril de 2012, atualizando a relação de produtos constantes do Registro Especial de Bebidas, de Engarrafador, nº 10106/289.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 4º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º O artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 66, de 26 de abril de 2012, referente ao Registro Especial de Bebidas nº 10106/289, de engarrafador, no processo 13016.000538/2010-77 pertencente ao estabelecimento da empresa Domno do Brasil Indústria e Comércio de Bebidas Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº 09.276.690/0001-80, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Descrição do Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Vinho Branco Espumante Natural Brut	. Nero	2204.10.10	Não retornável	187 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	. Nero	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Extra Brut	. Nero	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Rosado Espumante Natural Brut	. Nero	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	. Nero	2204.10.90	Não retornável	187 ml
Vinho Moscatel Espumante	. Nero	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Vinho Tinto Meio Seco Fino Cabernet Sauvignon	. Nero	2204.21.00	Não retornável	187 ml
Vinho Tinto Meio Seco Fino Cabernet Sauvignon	. Nero	2204.21.00	Não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon	. Nero	2204.21.00	Não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Dom Elizário	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	Dom Elizário	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Hórus	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Extra Brut	Hórus	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Demi-Sec	Hórus	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	Hórus	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Alto Vale	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Seco	Alto Vale	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Demi-Sec	Alto Vale	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Produtos produzidos, finalizados e engarrafados, sob encomenda, nas dependências de Domno do Brasil Industria e Comercio de Bebidas para :				
Casa Vinícola Pessin Ltda. - CNPJ 06.289.374/0001-55 - Veranópolis(RS)				
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Casa Pessin	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	Casa Pessin	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Casa Valduga Vinhos Finos Ltda. - CNPJ 87.848.180/0001-44 - Bento Gonçalves(RS)				
Vinho Espumante Branco Moscatel	Casa Valduga	2204.10.90	Não retornável	375ml
Vinho Espumante Branco Moscatel	Casa Valduga	2204.10.90	Não retornável	750ml
Vinho Moscatel Espumante	Casa Valduga Cacau Show	2204.10.90	Não retornável	375ml
Vinho Moscatel Espumante	Casa Valduga Carmen Stefens	2204.10.90	Não retornável	187ml
Vinho Espumante Moscatel	Casa Valduga Naturelle Moscatel	2204.10.90	Não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Casa Valduga Raízes	2204.21.00	Não retornável	187ml
Indústria Vinícola São Luiz Ltda. - CNPJ 90.084.609/0001-89 - Garibaldi(RS)				
Vinho Moscatel Espumante	Dom Naneto	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	Varanda	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Luiz Argenta Vinhos Finos Ltda. - CNPJ 06.936.036/0001-68 - Flores da Cunha(RS)				
Vinho Branco Espumante Natural Brut	A	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Rosado Espumante Natural Brut	A	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	A	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Luiz Argenta	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Rosado Espumante Natural Brut	Luiz Argenta	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	Luiz Argenta	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Vallontano Vinhos Nobres Ltda. - CNPJ 03.256.279/0001-67 - Bento Gonçalves(RS)				
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Vallontano	2204.10.10	Não retornável	375 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Vallontano	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Rosado Espumante Natural Brut	Vallontano	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	Vallontano	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Vinícola Almaúnica Ltda. - CNPJ 10.312.319/0001-06 - Bento Gonçalves(RS)				
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Almaúnica	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	Almaúnica	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Vinícola Barcarola Ltda. - CNPJ 06.882.108/0001-31 - Bento Gonçalves(RS)				
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Barcarola	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	Barcarola	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Vinícola Carlesso Ltda. - CNPJ 07.760.601/0001-41 - Garibaldi(RS)				
Vinho Espumante Moscatel	Carlesso	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Vinícola Cave de Pedra Ltda. - CNPJ 03.041.631/0001-47 - Bento Gonçalves(RS)				
Vinho Moscatel Espumante	Cave de Pedra	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Vinícola Gazzaro Ltda. - CNPJ 74.102.500/0001-70 - Flores da Cunha(RS)				
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Aldegheri	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Espumante Moscatel	Aldegheri	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Bepe	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Espumante Moscatel	Bepe	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Vinho Espumante Moscatel	Cave D'Marc	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	Cave Pericó	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Vinho Espumante Moscatel	Di Verita	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut (charmat)	Gazzaro	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Espumante Moscatel	Gazzaro	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Vinho Espumante Moscatel	Gazzaro	2204.10.90	Não retornável	187 ml
Vinho Espumante Moscatel	Girola	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Vinho Espumante Moscatel	Yone	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Santa Felicidade	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Espumante Moscatel	Santa Felicidade	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Vinho Espumante Moscatel	Quinta do Olivardo	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Vinho Espumante Moscatel	Quinta Moraes	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Vinícola Máximo Boschi Ltda. - CNPJ 05.112.169/0001-57 - Bento Gonçalves(RS)				
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Máximo Boschi	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	Máximo Boschi	2204.10.90	Não retornável	750 ml
Vinícola Torcello Ltda. - CNPJ 06.533.380/0001-06 - Bento Gonçalves(RS)				
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Torcello	2204.10.10	Não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	Torcello	2204.10.90	Não retornável	750 ml

."

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório DRF/CXL nº 228, de 04 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 05 de dezembro de 2014.

LUIZ WESCHENFELDER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O AUDITOR-FISCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, em exercício na delegacia da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/POA nº 091/2012, publicada no DOU de 16 de julho de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica relacionada no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do PAES ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo

dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre, situada na Avenida Loureiro da Silva, 445 - Central de Atendimento ao Contribuinte - CAC.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO RENI LINCKE
Chefe

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas jurídicas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do

§ 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação das pessoas jurídicas excluídas:

01.872.870/0001-13 - VESTFORTE INDUSTRIA E COMERCIO DO VESTUARIO LTDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 678, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Notas do Tesouro Nacional, série B, NTN-B, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 02.12.2014;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h30 às 12h00;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h30, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 03.12.2014;

V - data da liquidação financeira: 03.12.2014;

VI - data-base das NTN-B: 15.07.2000;

VII - critério de seleção das propostas: serão aceitas todas as propostas com cotações iguais ou superiores à cotação mínima aceita, a qual será aplicada a todas as propostas vencedoras;

VIII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

IX - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

X - quantidade para o público: até 800.000 de títulos, que serão distribuídos, a critério do Tesouro Nacional, entre os títulos listados abaixo;

XI - características da emissão:

a) Grupo I:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Taxa de juros (a.a.)	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)	Adquirente
NTN-B	760199	15.05.2019	6,0%	1.624	Até 500.000	1.000,000000	Público
NTN-B	760199	15.05.2023	6,0%	3.085	Até 500.000	1.000,000000	Público

b) Grupo II:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Taxa de juros (a.a.)	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)	Adquirente
NTN-B	760199	15.08.2030	6,0%	5.734	Até 300.000	1.000,000000	Público
NTN-B	760199	15.08.2040	6,0%	9.387	Até 300.000	1.000,000000	Público
NTN-B	760199	15.08.2050	6,0%	13.039	Até 300.000	1.000,000000	Público

Parágrafo único. Os cupons de juros das NTN-B poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizada cotação com quatro casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º Para fins de liquidação financeira do leilão, o valor nominal das NTN-B atualizado até a respectiva data de liquidação financeira mencionada no Art.1º, inciso V, a ser considerado para o cálculo dos preços unitários será:

Título	Código Selic	Data-base	VNA
NTN-B	760199	15.07.2000	2.490,203243

Art. 4º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 29, de 6 de fevereiro de 2013, que consistirá na aquisição de NTN-B com as características apresentadas abaixo, pela cotação de venda apurada na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 02.12.2014;

II - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

III - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 17h;

IV - data da liquidação financeira: 03.12.2014;

V - características da emissão:

a) Grupo I:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Taxa de juros (a.a.)	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)
NTN-B	760199	15.05.2019	6,0%	1.624	Até 100.000	1.000,000000
NTN-B	760199	15.05.2023	6,0%	3.085	Até 100.000	1.000,000000

b) Grupo II:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Taxa de juros (a.a.)	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)
NTN-B	760199	15.08.2030	6,0%	5.734	Até 60.000	1.000,000000
NTN-B	760199	15.08.2040	6,0%	9.387	Até 60.000	1.000,000000
NTN-B	760199	15.08.2050	6,0%	13.039	Até 60.000	1.000,000000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial, em cada grupo, se pelo menos 50% do volume ofertado no respectivo grupo for vendido ao público.

Art. 5º A quantidade de títulos a ser ofertada na operação especial a que se refere o art. 4º, corresponderá a 20% (vinte por cento) da quantidade ofertada ao público na oferta pública de que trata o art. 1º e obedecerá à mesma distribuição percentual verificada entre os títulos vendidos.

§ 1º. A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 8º do mencionado Ato Normativo, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

§ 2º. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 679, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de compra de Notas do Tesouro Nacional, série B, NTN-B, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - participantes da oferta pública de compra: restrita às instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010;

II - data do acolhimento das propostas e do leilão: 02.12.2014;

III - horário para acolhimento das propostas: de 11h30 às 12h00;

IV - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h30, por intermédio do Banco Central do Brasil;

V - data da liquidação financeira: 03.12.2014;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo OFDEALERS, nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas);

IX - quantidade para o público: até 150.000 de títulos, que serão distribuídos, a critério do Tesouro Nacional, entre os títulos listados abaixo;

Título	Código Selic	Data do vencimento	Taxa de juros (a.a.)	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)
NTN-B	760199	15.08.2030	6,0%	5.734	Até 150.000	1.000,000000
NTN-B	760199	15.05.2035	6,0%	7.468	Até 150.000	1.000,000000
NTN-B	760199	15.08.2040	6,0%	9.387	Até 150.000	1.000,000000
NTN-B	760199	15.05.2045	6,0%	11.121	Até 150.000	1.000,000000
NTN-B	760199	15.08.2050	6,0%	13.039	Até 150.000	1.000,000000

X - Para fins de liquidação financeira do leilão, o valor nominal das NTN-B atualizado até a respectiva data de liquidação financeira mencionada no Art.1º, inciso V, a ser considerado para o cálculo dos preços unitários será:

Título	Código Selic	Data-base	VNA
NTN-B	760199	15.07.2000	2.490,203243

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizada cotação com quatro casas decimais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 92, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras do Tesouro Nacional, LTN, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 19.02.2015;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h30 às 12h00;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h30, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 20.02.2015;

V - data da liquidação financeira: 20.02.2015;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)	Adquirente
LTN	100000	01.10.2015	223	10.000.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.07.2017	862	1.500.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.01.2019	1.411	2.500.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.07.2017	862	Até 1.800.000	1.000,000000	Bacen
LTN	100000	01.01.2019	1.411	Até 2.100.000	1.000,000000	Bacen

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, e do Ato Normativo Conjunto nº 30, de 30 de janeiro de 2015, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 29, de 6 de fevereiro de 2013, que consistirá na aquisição de LTN com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio de venda apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 19.02.2015;

II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 20.02.2015;

V - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)
LTN	100000	01.10.2015	223	2.000.000	1.000,000000
LTN	100000	01.07.2017	862	300.000	1.000,000000
LTN	100000	01.01.2019	1.411	500.000	1.000,000000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

Art. 4º A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 5º do Ato Normativo Conjunto nº 29, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 5º, § 1º, do Ato Normativo Conjunto nº 29, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 93, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Notas do Tesouro Nacional, série F, NTN-F, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 19.02.2015;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h30 às 12h00;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h30, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 20.02.2015;

V - data da liquidação financeira: 20.02.2015;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Taxa de juros (a.a.)	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)	Adquirente
NTN-F	950199	01.01.2021	10,0%	2.142	1.500.000	1.000,000000	Público
NTN-F	950199	01.01.2025	10,0%	3.603	2.000.000	1.000,000000	Público
NTN-F	950199	01.01.2025	10,0%	3.603	Até 1.600.000	1.000,000000	Bacen

Parágrafo único. Os cupons de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, e do Ato Normativo Conjunto nº 30, de 30 de janeiro de 2015, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 29, de 6 de fevereiro de 2013, que consistirá na aquisição de NTN-F com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio de venda apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - data da operação especial: 19.02.2015;

II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 20.02.2015;

V - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Taxa de juros (a.a.)	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)
NTN-F	950199	01.01.2021	10,0%	2.142	300.000	1.000,000000
NTN-F	950199	01.01.2025	10,0%	3.603	400.000	1.000,000000

§ 1º. Os cupons de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

§ 2º. Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

Art. 4º A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 5º do Ato Normativo Conjunto nº 29, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 5º, § 1º, do Ato Normativo Conjunto nº 29, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 102, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere o artigo 1º da Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, e com a Resolução CMN nº 4.063, de 12 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Cancelar 9.485 (nove mil quatrocentas e oitenta e cinco) Notas do Tesouro Nacional-Série "I" - NTN-I, conforme solicitação do Banco do Brasil S.A, agente financeiro para o PROEX, observando-se as características constantes da tabela abaixo:

Data de Resgate	Instituição Mandatária	Quantidade a ser cancelada
15/03/2015	BNDES	6.369
15/09/2015	BNDES	3.116
TOTAL		9.485

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 108, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras do Tesouro Nacional, LTN, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 26.02.2015;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h00 às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h00, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 27.02.2015;

V - data da liquidação financeira: 27.02.2015;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)	Adquirente
LTN	100000	01.04.2016	399	10.000.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.07.2017	855	2.000.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.01.2019	1.404	3.000.000	1.000,000000	Público
LTN	100000	01.07.2017	855	Até 2.000.000	1.000,000000	Bacen
LTN	100000	01.01.2019	1.404	Até 2.500.000	1.000,000000	Bacen

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, e do Ato Normativo Conjunto nº 30, de 30 de janeiro de 2015, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 29, de 6 de fevereiro de 2013, que consistirá na aquisição de LTN com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio de venda apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 26.02.2015;

II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 27.02.2015;

V - características da emissão:

Título	Código Selic	Data do vencimento	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)
LTN	100000	01.04.2016	399	2.000.000	1.000,000000
LTN	100000	01.07.2017	855	400.000	1.000,000000
LTN	100000	01.01.2019	1.404	600.000	1.000,000000

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial se pelo menos 50% do volume ofertado ao público for vendido.

Art. 4º A alocação da quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 5º do Ato Normativo Conjunto nº 29, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinqüenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 5º, § 1º, do Ato Normativo Conjunto nº 29, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA N° 110, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Homologar os resultados das ofertas de títulos públicos federais liquidados no decorrer do mês de dezembro de 2014:

Portaria	Data do leilão	Título	Tipo do leilão	Volta	Data de liquidação	Data de vencimento	Taxa aceita (%)	Qtde. aceita	Vol. fin. aceito (R$)	Qtde. p/ BACEN
678	02/12/2014	NTN-B	TRADICIONAL	1	03/12/2014	15/05/2019	5,8590	173.700	437.018.257,42	0
678	02/12/2014	NTN-B	TRADICIONAL	2	03/12/2014	15/05/2019	0,0000	0	0,00	0
678	02/12/2014	NTN-B	TRADICIONAL	1	03/12/2014	15/05/2023	5,9400	322.600	810.804.197,26	0
678	02/12/2014	NTN-B	TRADICIONAL	2	03/12/2014	15/05/2023	0,0000	0	0,00	0
678	02/12/2014	NTN-B	TRADICIONAL	1	03/12/2014	15/08/2030	5,9600	15.300	39.032.190,69	0
678	02/12/2014	NTN-B	TRADICIONAL	1	03/12/2014	15/08/2040	5,9899	15.000	38.178.588,36	0
678	02/12/2014	NTN-B	TRADICIONAL	1	03/12/2014	15/08/2050	6,0000	107.750	274.008.843,91	0
679	02/12/2014	NTN-B	COMPRA	1	03/12/2014	15/08/2030	0,0000	0	0,00	0
679	02/12/2014	NTN-B	COMPRA	1	03/12/2014	15/05/2035	0,0000	0	0,00	0
679	02/12/2014	NTN-B	COMPRA	1	03/12/2014	15/08/2040	0,0000	0	0,00	0
679	02/12/2014	NTN-B	COMPRA	1	03/12/2014	15/05/2045	0,0000	0	0,00	0
679	02/12/2014	NTN-B	COMPRA	1	03/12/2014	15/08/2050	0,0000	0	0,00	0
680	03/12/2014	NTN-B	TROCA	-	04/12/2014	15/05/2019	5,8900	38.700	97.293.989,68	0
680	03/12/2014	NTN-B	TROCA	-	04/12/2014	15/05/2023	5,9900	0	0,00	0
680	03/12/2014	NTN-B	TROCA	-	04/12/2014	15/08/2030	6,0400	104.246	264.009.463,67	0
680	03/12/2014	NTN-B	TROCA	-	04/12/2014	15/08/2040	6,0600	361.882	913.440.361,38	0
680	03/12/2014	NTN-B	TROCA	-	04/12/2014	15/08/2050	6,0800	1.533.872	3.858.647.802,23	0
685	04/12/2014	LTN	TRADICIONAL	1	05/12/2014	01/10/2015	12,4598	3.000.000	2.726.868.977,98	0
685	04/12/2014	LTN	TRADICIONAL	2	05/12/2014	01/10/2015	12,4505	371.469	337.649.097,46	0
685	04/12/2014	LTN	TRADICIONAL	1	05/12/2014	01/10/2016	12,5786	1.000.000	806.823.304,22	3.000.000
685	04/12/2014	LTN	TRADICIONAL	2	05/12/2014	01/10/2016	12,5652	174.261	140.597.835,77	0
685	04/12/2014	LTN	TRADICIONAL	1	05/12/2014	01/07/2018	12,4150	3.500.000	2.314.081.884,65	3.700.000
685	04/12/2014	LTN	TRADICIONAL	2	05/12/2014	01/07/2018	12,3994	693.534	458.541.276,10	0
686	04/12/2014	LFT	TRADICIONAL	1	05/12/2014	01/09/2020	0,0070	1.000.000	6.487.466.113,23	800.000
686	04/12/2014	LFT	TRADICIONAL	2	05/12/2014	01/09/2020	0,0038	30.897	200.443.180,50	0
695	11/12/2014	NTN-F	COMPRA	1	12/12/2014	01/01/2023	0,0000	0	0,00	0
695	11/12/2014	NTN-F	COMPRA	1	12/12/2014	01/01/2025	0,0000	0	0,00	0
696	11/12/2014	LTN	TRADICIONAL	1	12/12/2014	01/04/2015	12,0499	3.500.000	3.385.038.299,30	0
696	11/12/2014	LTN	TRADICIONAL	2	12/12/2014	01/04/2015	0,0000	0	0,00	0
696	11/12/2014	LTN	TRADICIONAL	1	12/12/2014	01/10/2016	12,6400	1.500.000	1.211.802.924,70	4.330.000
696	11/12/2014	LTN	TRADICIONAL	2	12/12/2014	01/10/2016	0,0000	0	0,00	0
696	11/12/2014	LTN	TRADICIONAL	1	12/12/2014	01/07/2018	12,6547	3.000.000	1.972.716.509,40	5.290.000
696	11/12/2014	LTN	TRADICIONAL	2	12/12/2014	01/07/2018	0,0000	0	0,00	0
697	11/12/2014	NTN-F	TRADICIONAL	1	12/12/2014	01/01/2021	12,6199	800.000	754.281.099,65	3.670.000
697	11/12/2014	NTN-F	TRADICIONAL	2	12/12/2014	01/01/2021	12,6127	25.366	23.916.367,97	0
697	11/12/2014	NTN-F	TRADICIONAL	1	12/12/2014	01/01/2025	12,6299	3.000.000	2.720.874.340,39	3.790.000
697	11/12/2014	NTN-F	TRADICIONAL	2	12/12/2014	01/01/2025	12,5945	50.000	45.347.905,65	0
709	16/12/2014	NTN-B	COMPRA	1	17/12/2014	15/08/2030	0,0000	0	0,00	0
709	16/12/2014	NTN-B	COMPRA	1	17/12/2014	15/05/2035	0,0000	0	0,00	0

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

709	16/12/2014	NTN-B	COMPRA	1	17/12/2014	15/08/2040	0,0000	0	0,00	0
709	16/12/2014	NTN-B	COMPRA	1	17/12/2014	15/05/2045	6,5000	23.500	55.067.687,86	0
709	16/12/2014	NTN-B	COMPRA	1	17/12/2014	15/08/2050	0,0000	0	0,00	0
721	18/12/2014	LTN	TRADICIONAL	1	19/12/2014	01/10/2015	12,8928	1.500.000	1.365.810.069,88	0
721	18/12/2014	LTN	TRADICIONAL	2	19/12/2014	01/10/2015	12,8751	134.491	122.459.441,46	0
721	18/12/2014	LTN	TRADICIONAL	1	19/12/2014	01/10/2016	13,0498	1.500.000	1.206.726.746,46	8.140.000
721	18/12/2014	LTN	TRADICIONAL	2	19/12/2014	01/10/2016	13,0486	150.113	120.763.581,44	0
721	18/12/2014	LTN	TRADICIONAL	1	19/12/2014	01/07/2018	13,0289	4.000.000	2.606.198.337,11	10.050.000
721	18/12/2014	LTN	TRADICIONAL	2	19/12/2014	01/07/2018	13,0206	750.168	488.771.648,33	0

PAULO FONTOURA VALLE

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS

PORTARIA Nº 109, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26 do ANEXO I do Decreto nº 7.482 de 16 de maio de 2011, tendo em vista o disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, no art. 1º, da Lei nº 11.533, de 25 de outubro de 2007, no art. 7º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, nos arts. 2º e 3º da Lei nº 12.348 de 15 de dezembro de 2010, no art. 6º da Lei nº 12.872, de 24 de outubro de 2013, e na Portaria STN nº 693, de 20 de dezembro de 2010, torna público:

Art. 1º Os valores da Receita Líquida Real (RLR) dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios a serem utilizados como base de cálculo dos pagamentos a serem efetuados no mês de março de 2015.

R$ 1,00

ESTADOS	R.L.R. MÉDIA MENSAL
ACRE	308.397.365,77
ALAGOAS	447.940.195,54
AMAPÁ	FALTAM DADOS
AMAZONAS	826.453.314,10
BAHIA	1.838.647.413,78
CEARÁ	FALTAM DADOS
DISTRITO FEDERAL	1.190.812.086,97
ESPÍRITO SANTO	895.734.978,93
GOIÁS	1.094.537.334,86
MARANHÃO	784.964.894,70
MATO GROSSO	792.099.038,31
MATO GROSSO DO SUL	556.120.947,54
MINAS GERAIS	3.237.581.980,27
PARÁ	1.174.119.891,31
PARAÍBA	560.616.185,88
PARANÁ	2.022.698.059,21
PERNAMBUCO	1.282.443.198,41
PIAUÍ	550.868.582,79
RIO DE JANEIRO	3.559.498.150,19
RIO GRANDE DO NORTE	583.416.834,34
RIO GRANDE DO SUL	1.957.881.376,91
RONDÔNIA	FALTAM DADOS
RORAIMA	189.915.069,53
SANTA CATARINA	1.356.025.143,47
SÃO PAULO	9.308.077.541,22
SERGIPE	488.414.815,80
TOCANTINS	425.709.635,97

R$ 1,00

MUNICÍPIOS	R.L.R. MÉDIA MENSAL
Apucarana/PR	FALTAM DADOS
Bacabal/MA	FALTAM DADOS
Bauru/SP	45.254.021,10
Blumenau/SC	45.447.883,64
Campina Grande/PB	FALTAM DADOS
Coelho Neto/MA	FALTAM DADOS
Cristalina/GO	FALTAM DADOS
Diadema/SP	57.220.586,29
Guarapuava/PR	FALTAM DADOS
Juazeiro/BA	FALTAM DADOS
Maringá/PR	53.564.760,71
Porto Seguro/BA	FALTAM DADOS
Rio de Janeiro/RJ	1.205.389.631,05
São Carlos/SP	33.110.803,04
São Paulo/SP	2.727.165.281,86
Umuarama/PR	FALTAM DADOS
Valinhos/SP	25.166.776,82

§ 1º A apuração da Receita Líquida Real dos Municípios se restringe àqueles que não foram relacionados no Anexo I ou no Anexo II da Portaria STN nº 693, de 20 de dezembro de 2010, e que possuem contrato de refinanciamento de dívidas firmado com a União, ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e/ou da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993.

§ 2º A situação "Faltam Dados" no campo do valor da Receita Líquida Real indica que o Município não apresentou a documentação necessária ao respectivo cálculo, conforme estabelece o contrato de refinanciamento de dívidas firmado com a União, ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001, e/ou da Lei nº 8.727, de 1993.

Art. 2º Fica mantido o cálculo das deduções do Fundo Estadual de Combate à Pobreza para a apuração da RLR do Estado do Rio de Janeiro até a apreciação pelo Supremo Tribunal Federal do pedido de esclarecimentos formulado por intermédio das Petições nº 53.262/2012 e nº 3.959/2014 da Advocacia-Geral da União.

Art. 3º As retificações dos valores da Receita Liquida Real das unidades da Federação, tendo em vista alterações nas apurações.

R$ 1,00

ALAGOAS			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
fev/15	55 de 29/01/15	444.530.678,52	444.531.027,35

R$ 1,00

Diadema/SP			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
fev/15	55 de 29/01/15	0,00	56.206.788,93

R$ 1,00

São Carlos/SP			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
fev/15	55 de 29/01/15	0,00	33.042.703,76

Art. 4º Os valores da Receita Líquida Real recalculados em função de medidas liminares concedidas em favor das unidades da Federação.

R$ 1,00

ESTADOS	R.L.R. MÉDIA MENSAL
BAHIA	1.793.345.722,57
GOIÁS	1.064.871.822,70
MATO GROSSO DO SUL	551.411.252,44
RIO DE JANEIRO	3.314.612.055,91

Art. 5º Esta Portaria tem efeitos financeiros para o mês de março de 2015.

EDUARDO COUTINHO GUERRA

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA N° 14, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
AM	Guajará	Inundações - 1.2.1.0.0	003/2015	02/02/15	59050.000186/2015-49
MG	Águas Vermelhas	Estiagem - 1.4.1.1.0	1278	28/01/15	59050.000180/2015-71
MG	Aricanduva	Estiagem - 1.4.1.1.0	04/2015	27/01/15	59050.000181/2015-16
MG	Jenipapo de Minas	Estiagem - 1.4.1.1.0	359/2015	23/01/15	59050.000182/2015-61
MG	José Gonçalves de Minas	Estiagem - 1.4.1.1.0	008/2015	04/02/15	59050.000183/2015-13
MG	Luislândia	Estiagem - 1.4.1.1.0	004/2015	27/01/15	59050.000178/2015-01
MG	Riacho dos Machados	Estiagem - 1.4.1.1.0	035	28/01/15	59050.000174/2015-14
MG	São Francisco	Estiagem - 1.4.1.1.0	004	23/01/15	59050.000188/2015-38
MG	Serranópolis de Minas	Estiagem - 1.4.1.1.0	719	04/02/15	59050.000177/2015-58
MG	Virgem da Lapa	Estiagem - 1.4.1.1.0	004/2015	03/02/15	59050.000176/2015-11

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 18, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Autoriza o empenho e a transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de Castanheira - MT.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no D.O.U., de 06 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Castanheira - MT, no valor de R$ 5.104.008,00 (cinco milhões, cento e quatro mil e oito reais), para a execução de obras de reconstrução de danos causados por inundações, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59050.000297/2013-93.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, Classificação orçamentária; PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Justiça

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

58ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO
REQUERIMENTO Nº 08700.003191/2013-09
Requerentes: Samsung Semiconductor, Inc. e outros
Advogados: Barbara Rosenberg, José Inácio Ferraz de Almeida Prado Filho e Lílian M. Monteiro Cintra de Melo
Impedido o Presidente do Cade, Vinícius Marques de Carvalho. Presidiu a Conselheira Ana Frazão.
Decisão: O Plenário, por unanimidade, homologou a proposta de Termo de Compromisso de Cessação, nos termos do Despacho nº 30/2015/PRESIDÊNCIA.

Brasília, 26 de fevereiro de 2015.
PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 26 de janeiro de 2015

Nº 236 - Ato de Concentração nº 08700.000439/2015-41. Requerentes: Clariant S.A., Companhia Brasileira de Bentonita Ltda. Advogados: Mario Roberto Villanova Nogueira, Bruno de Luca Drago, Paola Regina Petrozziello Pugliese. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 237 - Ato de Concentração nº 08700.005384/2014-85. Requerentes: Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda, Basf S/A, Bayer S.A., Cheminova Brasil Ltda, Chemtura Indústria Química do Brasil Ltda, Dow Agroscience Industrial Ltda, Du Pont do Brasil S.A, FMC Química do Brasil Ltda, Iharabras S/A - Indústrias Químicas, Isagro Brasil Comércio de Produtos Agroquímicos Ltda, ISK Biosciences do Brasil Defensivos Agrícolas Ltda, Adama Brasil S.A, Monsanto do Brasil Ltda, Nufarm Industria Química e Farmacêutica S.A, Sumitomo Chemical do Brasil Ltda, Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. Advogados: José Inácio Gonzaga Franceschini, Cristhiane Helena Lopes Ferrero e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 238 - Ato de Concentração nº 08700.000763/2015-60. Requerentes: J&F Investimentos S.A., Zetta Lighting S.A., Empresa Produtora de Energia Ltda., GasOcidente do Mato Grosso Ltda. e GasOriente Boliviano Ltda. Advogados: Maria Eugênia Novis, Beatriz Navarro Santos, Cristianne Saccab Zarzur, Lilian Barreira Spina e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 239 - Ato de Concentração nº 08700.011538/2014-78. Requerentes: Ecolab INC, Clariant S.A. Advogados: José Augusto Caleiro Regazzini, Marcelo Procóplo Cailiari e outros. Natureza da operação: Aquisição de ativos. Setor econômico envolvido: Produtos químicos para tratamento de água. Decido pela aprovação sem restrições.

EDUARDO FRADE RODRIGUES
Interino

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 489, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/17837 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa INFINITO VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 14.193.115/0001-54, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Carabinas calibre 38
80 (oitenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 504, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/407 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASAV COLEGIO NOSSA SENHORA MEDIANEIRA, CNPJ nº 92.959.006/0019-38 para atuar no Paraná.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 576, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2015

A COORDENADORA-GERALDE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/17897 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa HEATING COOLING TECNOLOGIA TERMICA LTDA, CNPJ nº 44.124.899/0001-20, para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 581, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/17285 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa PRUDENCIA VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 37.014.776/0001-70, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal em Goiás.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 602, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/12466 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SESP - SERVICOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 06.222.115/0001-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 150/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 624, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/401 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa UCSAL - UNIVERSIDADE CATOLICA DO SALVADOR, CNPJ nº 15.208.341/0001-24 para atuar na Bahia.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 640, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/17264 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OTIMIZA VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 02.221.859/0001-56, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 271/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 652, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/475 - DPF/JNE/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LUMINEX- INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE ALUMINIO LTDA, CNPJ nº 01.413.347/0001-29 para atuar no Ceará.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 665, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/651 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FORTAL SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.888.686/0001-00, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
6 (seis) Revólveres calibre 38
120 (cento e vinte) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 672, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/258 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESCUDO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 01.165.357/0001-92, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 364/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 696, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/471 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POLY VAC SA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS, CNPJ nº 43.655.612/0001-25 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 699, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/314 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ORPAN - ORGANIZACAO PANAMERICANA DE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 05.137.100/0001-88, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 316/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 709, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/515 - DPF/SOD/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOCIEDADE DE MELHORAMENTOS JARDIM GRANJA OLGA I, CNPJ nº 60.117.611/0001-46 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº 711, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/12764 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ULTRASERV ULTRA SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 03.296.543/0001-96, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 209/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 720, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/618 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PBS - PARÁ BRASIL SEGURANÇA ESPECIALIZADA LTDA ME , CNPJ nº 11.493.735/0001-10, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

75 (setenta e cinco) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 722, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/769 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa D'BORTOLI SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.005.899/0001-59, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Da empresa cedente TARGET SEGURANÇA TOTAL LTDA, CNPJ nº 04.454.198/0001-34:

7 (sete) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

126 (cento e vinte e seis) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 724, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/428 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASPAS-ASSOCIACAO DOS PROPRIETARIOS DE PASARGADA, CNPJ nº 03.760.219/0001-87 para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 380/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 726, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/514 - DPF/SOD/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOCIEDADE DE MELHORAMENTOS GRANJA OLGA III, CNPJ nº 01.621.479/0001-46 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 728, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/771 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

CONCEDER autorização à empresa RN SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 11.330.880/0001-80, sediada no Rio Grande do Norte, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

27 (vinte e sete) Revólveres calibre 38

298 (duzentas e noventa e oito) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 732, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/556 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0029-36, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 424/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 734, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/714 - DPF/CGE/PB, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BLACK FIRE SERVIÇO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA - ME, CNPJ nº 19.828.180/0001-22, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

2 (duas) Pistolas calibre .380

4 (quatro) Revólveres calibre 38

158 (cento e cinquenta e oito) Munições calibre 38

16032 (desesseis mil e trinta e duas) Espoletas calibre 38

1500 (um mil e quinhentos) Estojos calibre 38

1000 (um mil) Gramas de pólvora

1500 (um mil e quinhentos) Projéteis calibre 38

4000 (quatro mil) Espoletas calibre .380

1000 (um mil) Estojos calibre .380

1000 (um mil) Projéteis calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380, 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 735, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11196 - DPF/CAS/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa GPMRV SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 20.164.044/0001-64, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2657/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 737, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/18610 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUPORTE SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 67.803.726/0001-33, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 162/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 738, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/155 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JAVA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 03.394.369/0001-14, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 307/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 741, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/432 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HABITUAL SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 13.813.060/0001-75, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 265/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 745, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/793 - DPF/ANS/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ACADEMIA REAL DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 06.181.769/0001-30, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

31770 (trinta e uma mil e setecentas e setenta) Espoletas calibre 38

10886 (dez mil e oitocentos e oitenta e seis) Gramas de pólvora

39079 (trinta e nove mil e setenta e nove) Projéteis calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 747, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/17076 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa F. M. SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA., CNPJ nº 03.806.990/0001-48, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 281/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 749, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/14888 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEG VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.875.027/0001-41, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 332/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 750, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/130 - DPF/SJE/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RSP SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 11.078.254/0001-49, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 202/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 753, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/800 - DPF/CGE/PB, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BLACK FIRE SERVIÇO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA - ME, CNPJ nº 19.828.180/0001-22, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

15000 (quinze mil) Espoletas calibre 38

11640 (onze mil e seiscentos e quarenta) Gramas de pólvora

15000 (quinze mil) Projéteis calibre 38

5742 (cinco mil e setecentas e quarenta e duas) Espoletas calibre .380

5742 (cinco mil e setecentos e quarenta e dois) Projéteis calibre .380

3132 (três mil e cento e trinta e duas) Buchas calibre 12

50 (cinquenta) Quilos de chumbo calibre 12

3132 (três mil e cento e trinta e duas) Espoletas calibre 12

332 (trezentos e trinta e dois) Estojos calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 759, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/50 - DPF/SJE/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa DORIO-VIGILANCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI-EPP, CNPJ nº 20.971.423/0001-66, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 201/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 760, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/156 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRIMUS SERVICOS ESPECIALIZADOS DE SEGURANCA LTDA - EPP, CNPJ nº 16.950.839/0001-20, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 337/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 764, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/820 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa NORTE FORTE CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 17.337.530/0001-22, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5000 (cinco mil) Munições calibre .380

2000 (duas mil) Munições calibre 12

25000 (vinte e cinco mil) Munições calibre 38

35000 (trinta e cinco mil) Espoletas calibre 38

12985 (doze mil e novecentos e oitenta e cinco) Gramas de pólvora

34684 (trinta e quatro mil e seiscentos e oitenta e quatro) Projéteis calibre 38

6954 (seis mil e novecentas e cinquenta e quatro) Espoletas calibre .380

6354 (seis mil e trezentos e cinquenta e quatro) Projéteis calibre .380

3876 (três mil e oitocentas e setenta e seis) Buchas calibre 12

83 (oitenta e três) Quilos de chumbo calibre 12

3876 (três mil e oitocentas e setenta e seis) Espoletas calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 768, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/839 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CMACK - CENTRO DE FORMAÇÃO E APERÇOAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 07.386.675/0001-60, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

2000 (duas mil) Munições calibre .380

1500 (uma mil e quinhentas) Munições calibre 12

95000 (noventa e cinco mil) Espoletas calibre 38

10000 (dez mil) Estojos calibre 38

12000 (doze mil) Gramas de pólvora

95000 (noventa e cinco mil) Projéteis calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 33.151, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08350.041111/2014-11 - SR/DPF/MG, resolve:

Retificar o Alvará nº 4261, de 12 de novembro de 2014, publicado no D.O.U. em 14 de novembro de 2014, página 139, Seção 1, referente à empresa AGE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ N° 14.091.715/0001-01 de modo que:

Onde se lê: "AGE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME".

Leia-se: "AGE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME".

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 13, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 378, de 25 de fevereiro de 2015, Publicada no Diário Oficial da União de 26 de fevereiro de 2015, resolve:

TORNAR SEM EFEITO, por incorreção no ato de publicação, a Portaria SNJ nº 11, de 25 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 26 de fevereiro de 2015.

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS

DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08125.001976/2014-17 - PAOLA GISELA DIAZ

Processo Nº 08260.007916/2014-45 - ALICIA MARCELA VILLEGAS

Processo Nº 08310.005181/2014-82 - JUAN CRUZ LANZA CASTELLI, BAUTISTA LANZA CASTELLI, BENICIO LANZA CASTELLI e MARIA BALBASTRO GARCIA PINTO

Processo Nº 08505.041523/2014-41 - NANCY LORENA ROMERO CALJA

Processo Nº 08230.005192/2014-52 - MARCELO ALEJANDRO MILLAN

Processo Nº 08494.005294/2014-77 - MARCOS ARCHETTI

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08461.005842/2014-46 - MAGDALENA ARIANA MARCHI

Processo Nº 08507.000940/2014-13 - NORMA YASUDA TODA DE GALARZA

Processo Nº 08256.001737/2014-63 - LEILA LETICIA DULITSKY

Processo Nº 08460.012240/2014-55 - ERIKA ROMINA MARTINS

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08505.052847/2014-12 - JOSE LUIS ROMERO

Processo Nº 08494.006056/2014-89 - MARCELO LISANDRO LENSKI

Processo Nº 08460.005331/2014-34 - MARCELO BENJAMIN DELA VEGA

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08441.001889/2014-79 - JANETTE ARBIZA PAULO

Processo Nº 08441.002623/2014-43 - MARIA CRISTINA AQUINES FERNANDEZ

Processo Nº 08441.002625/2014-32 - CAROLINA ANA LYFORD PIKE SEGIRO

Processo Nº 08441.002628/2014-76 - CESAR BILKY GARCIA CUELLO

Processo Nº 08441.002631/2014-90 - ROSANA GIL FIGUEROA

Processo Nº 08438.000034/2014-80 - NEUVER ARIEL DUARTE GONZALEZ

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
Substituto

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

DESPACHOS DA DIRETORA
Em 20 de fevereiro de 2015

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, DEFIRO os pedidos de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas, em razão de que as mesmas atenderam aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 9.790:

I. ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA PRAÇA VICTOR CIVITA, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 14.359.896/0001-04 - (Processo MJ nº 08000.002787/2015-41);

II. ASSOCIAÇÃO PATRIMÔNIO NATURAL DO RIO DE JANEIRO, com sede na cidade de RIO DE JANEIRO, Estado do Rio de Janeiro - CGC/CNPJ nº 02.490.358/0001-75 - (Processo MJ nº 08000.001242/2015-17);

III. CENTRAL DE COMPRAS ASSOCIATIVA DE MATO GROSSO, com sede na cidade de TANGARÁ DA SERRA, Estado do Mato Grosso - CGC/CNPJ nº 21.623.059/0001-06 - (Processo MJ nº 08071.000328/2015-99);

IV. GRUPO DE APOIO AO PACIENTE REUMÁTICO DE RIBEIRÃO PRETO, com sede na cidade de RIBEIRÃO PRETO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 07.020.459/0001-04 - (Processo MJ nº 08000.002182/2015-50);

V. INSTITUTO CAMPO SOCIAL, com sede na cidade do RIO DE JANEIRO, Estado do Rio de Janeiro - CGC/CNPJ nº 21.168.479/0001-40 - (Processo MJ nº 08071.000428/2015-15);

VI. INSTITUTO DE RESGATE DE DIGNIDADE E CIDADANIA -IRDC, com sede na cidade de FORTALEZA, Estado do Ceará - CGC/CNPJ nº 21.072.007/0001-99 - (Processo MJ nº 08071.000352/2015-28);

VII. INSTITUTO DE TECNOLOGIA ASSISTENCIAL E CULTURAL - ITAC, com sede na cidade de VILA VELHA, Estado do Espírito Santo - CGC/CNPJ nº 06.105.884/0001-25 - (Processo MJ nº 08071.000426/2015-26);

VIII. INSTITUTO VITÓRIA VIDA NOVA, com sede na cidade de JUIZ DE FORA, Estado de Minas Gerais - CGC/CNPJ nº 12.405.862/0001-83 - (Processo MJ nº 08071.000327/2015-44);

IX. IPBIO - INSTITUTO DE PESQUISAS DA BIODIVERSIDADE, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 19.418.945/0001-56 - (Processo MJ nº 08071.000422/2015-48);

X. PARQUE IBIRAPUERA CONSERVAÇÃO, com sede na cidade de SÃO PAULO, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 20.173.552/0001-09 - (Processo MJ nº 08071.037629/2014-97);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XI. SANT'ANNA SOCIEDADE CIVIL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede na cidade de SÃO CAETANO DO SUL, Estado de São Paulo - CGC/CNPJ nº 20.922.109/0001-93 - (Processo MJ nº 08000.002534/2015-77).

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e na Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, e considerando o que consta nos Processos Administrativos, CANCELO, a pedido, a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público das entidades a seguir relacionadas:

I. INSTITUTO ANITA E JOSÉ DE CARVALHO SOBRINHO - PRÓ SEGUIR, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CGC/CNPJ nº 04.867.414/0001-73 (Processo MJ nº 08071.000479/2015-47).

II. ENTIDADE PROTETORA DOS ANIMAIS - EPA, com sede na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, CGC/CNPJ nº 13.990.397/0001-58 (Processo MJ nº 08071.000548/2015-12).

FERNANDA ALVES DOS ANJOS

PORTARIA Nº 23, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

Filme: BURNING LOVE 3 (Estados Unidos da América - 2012)
Produtor(es): Franny Baldwin
Diretor(es): Ken Marino
Distribuidor(es): PARAMOUNT HOME MEDIA DISTRIBUTION BRAZIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Comédia/Romance
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.002108/2015-33
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: BURNING LOVE 2 (Estados Unidos da América - 2012)
Produtor(es): Franny Baldwin
Diretor(es): Ken Marino
Distribuidor(es): PARAMOUNT HOME MEDIA DISTRIBUTION BRAZIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Comédia/Romance
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.002118/2015-79
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: CONTATOS - A GRANDE TRADUÇÃO DO FOTOJORNALISMO (CONTACT, França - 1990/2002)
Episódio(s): 01 A 12
Produtor(es): Arte France
Diretor(es): Vários
Distribuidor(es): BRETZ PRODUTORA DE VÍDEO LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.002690/2015-38
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: DÍVIDA DE HONRA (THE HOMESMAN, Estados Unidos da América / França - 2014)
Produtor(es): Europacorp
Diretor(es): Tommy Lee Jones
Distribuidor(es): ANTONIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFORNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Violência e Sexo
Processo: 08000.004258/2015-81
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: KINGSMAN - SERVIÇO SECRETO (KINGSMAN - THE SECRET SERVICE, Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): David Reid
Diretor(es): Matthew Vaughn
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Conteúdo Sexual , Violência Extrema e Drogas Lícitas
Processo: 08000.004664/2015-44
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: RENASCIDA DO INFERNO (THE LAZARUS EFFECT, Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Jason Blum/Luke Dawson/Matthew Kaplan
Diretor(es): David Gelb
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Ação/Terror
Tipo de Análise: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.004721/2015-95
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: O SÉTIMO FILHO (SEVENTH SON, Canadá / China / Reino Unido - 2014)
Produtor(es): Alysia Cotter/Jon Jashni
Diretor(es): Sergey Bodrov
Distribuidor(es): Columbia Tristar Buena Vista Films of Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Ação/Aventura/Fantasia
Tipo de Análise: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.004722/2015-30
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: UM JOVEM POETA (França - 2014)
Produtor(es): MLD Films
Diretor(es): Damien Manivel
Distribuidor(es): SUPO MUNGAM FILMS
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Comédia/Aventura
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.000066/2015-17
Requerente: SUPO MUNGAM FILMS LTDA. - ME

Conjunto de Episódios: NOTA 10 ESPECIAL (Brasil - 2014)
Episódio(s): 39
Produtor(es): Marcio Motokane
Diretor(es): Canal Futura
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Educação
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001386/2014-11
Requerente: Fundação Roberto Marinho

Programa: TIM MAIA (Brasil - 2014)
Produtor(es): Central Globo de Produção
Diretor(es): Luis Felipe Sá
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Musical
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas , Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.008082/2014-77
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

DESPACHO DO DIRETOR ADJUNTO
Em 25 de fevereiro de 2015

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014:

Despacho nº 117/2015/COCIND/DEJUS/SNJ
Processo MJ nº 08017.003183/2014-51
Programa: "THE BACHELOR - EM BUSCA DO GRANDE AMOR"
Emissora: TV Omega LTDA - Rede Tv!
Requerente: SET - Serviços Empresariais LTDA. EPP.

CONSIDERANDO que a emissora solicitou autoclassificação da obra como "não recomendado para menores de catorze anos" em 11 de setembro de 2014.

CONSIDERANDO que o monitoramento não identificou tendências de indicação que justificassem a classificação autoatribuída pela emissora, resolve indeferir o pedido de autoclassificação da obra, classificando-a como "não recomendado para menores de doze anos" por conter drogas lícitas e conteúdo sexual.

Despacho nº 118/2015/COCIND/DEJUS/SNJ
Processo MJ nº 08017.000513/2013-76
Filme: "FACÇÃO VERMELHA - ORIGENS"
Emissora: Rádio e Televisão Record S/A.
Requerente: SET - Serviços Empresariais LTDA. EPP.

CONSIDERANDO que a emissora solicitou autoclassificação da obra como "não recomendado para menores de dezesseis anos" em 18 de fevereiro de 2013.

CONSIDERANDO que o monitoramento não identificou tendências de indicação que justificassem a classificação autoatribuída pela emissora, resolve indeferir o pedido de autoclassificação da obra, classificando-a como "não recomendado para menores de catorze anos" por conter violência.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 61, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA , no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 87 da Constituição Federal, e de acordo com o disposto no art. 27 da Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, no Decreto de 1º de janeiro de 2015, e o que consta na Lei nº. 9.445, de 14 de março de 1997, regulamentada pelo Decreto nº. 7.077, de 26 de janeiro de 2010, no Anexo I, da Instrução Normativa nº 10, de 14 de outubro de 2011, e no Processo nº 00350.005129/2014-48, resolve:

Art. 1º Estabelecer a cota anual de óleo diesel atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras habilitadas à subvenção econômica nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras, referente ao período da data desta publicação a 31 de dezembro de 2015, conforme relação no Anexo I.

Art. 2º Habilitar a empresa para fornecimento de óleo diesel às embarcações pesqueiras integrantes do programa de subvenção econômica ao preço do óleo diesel, conforme relação no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

Anexo I

Frota Pesqueira em Operação no Estado Bahia - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS PESCADORES DO BAIXO SUL DA BAHIA- ABPESCA				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
CARLOS ANTONIO AVELAR 862.359.745-15	PONTA DA ILHA 2820055036	BA00185275	9.438,36	4.785,25
TOTAL	1		9.438,36	R$ 4.785,25

Frota Pesqueira em Operação no Estado Bahia - COLONIA DE PESCADORES Z-15 BA				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
ANTONIO CESAR XAVIER DA SILVA 972.752.045-68	FORÇA DO DESEJO 2810274835	BA00002964	11.535,78	5.848,64
ANTONIO COSTA 176.663.415-04	COSTA III 2810253358	BA00002816	11.011,42	5.582,79

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AUGUSTO LOMEU ROSARIO DA SILVA 971.516.025-53	AMIGO DO ORIENTE 2810230374	BA00002640	9.438,36	4.785,25
DJALMA SANTOS DE SOUSA 391.107.705-00	MEU BEM QUERER 2820057616	BA00003044	9.438,36	4.785,25
ELMO DESIDERIO PEREIRA 254.225.615-20	ARAUNA 2810249059	BA00002738	9.438,36	4.785,25
GERALDO JOSE DA HORA GONCALVES 136.595.705-59	BELMAR IV 2810244332	BA00002724	8.127,48	4.120,63
GERALDO JOSE DA HORA GONCALVES 136.595.705-59	CAVALEIRO DA LUA 2810265283	BA00002894	5.319,80	2.697,14
GERALDO JOSE DA HORA GONCALVES 136.595.705-59	DANY BEL III 2810251193	BA00028120	5.319,80	2.697,14
GERALDO JOSE DA HORA GONCALVES 136.595.705-59	DANY BEL VI 2810271402	BA00002936	37.753,45	19.141,00
GERALDO JOSE DA HORA GONCALVES 136.595.705-59	DANY BEL VII 2810271411	BA00002948	29.287,53	14.848,78
GERALDO JOSE DA HORA GONCALVES 136.595.705-59	FALCAO DOS MARES 2810232474	BA00002668	25.740,99	13.050,68
GERALDO JOSE DA HORA GONCALVES 136.595.705-59	LINDO PASTOR II 2810259691	BA00002878	6.304,95	3.196,61
GERALDO JOSE DA HORA GONCALVES 136.595.705-59	LINDO PASTOR IV 2810232687	BA00002676	11.326,04	5.742,30
GERALDO JOSE DA HORA GONCALVES 136.595.705-59	LINDO PASTOR VI 2810221839	BA00002570	20.249,58	10.266,54
GERALDO JOSE DA HORA GONCALVES 136.595.705-59	LITORANEA 2810230013	BA00002638	24.711,35	12.528,65
GILENO PEREIRA BORGES 376.667.385-87	VALEU NOSSA LUTA 2810249539	BA00002774	9.438,36	4.785,25
GREGORIO GONCALVES DOS SANTOS 254.089.505-06	ANDRADE 1810016959	BA00002104	24.120,26	12.228,97
GREGORIO GONCALVES DOS SANTOS 254.089.505-06	GONCALVES 2810243301	BA00002710	29.363,80	14.887,44
HAMILTON BELEM COSTA 459.143.115-00	LUZ BRILHANTE 2810227390	BA00002598	9.438,36	4.785,25
JAILTON BATISTA DE SOUZA 899.581.955-34	FLOR DO ORIENTE II 2810252114	BA00002808	9.438,36	4.785,25
JORGE DA HORA OLIVEIRA 165.608.845-20	MESTRE JORGE 2810269483	BA00002914	17.581,57	8.913,86
JORGE SANTOS SANTANA 076.450.315-49	NOVA AMIZADE 2810230650	BA00002654	39.326,51	19.938,54
JORGE SANTOS SANTANA 076.450.315-49	NOVA AMIZADE II 2810269947	BA00002928	29.363,80	14.887,44
JOSUE DOS SANTOS 474.067.805-59	ISABELLE 2818891043	BA00210109	10.487,07	5.316,94
JOSÉ FRANCO DOS SANTOS 370.855.305-53	JMC 2818889260	BA00003028	9.438,36	4.785,25
JOSÉ GUEDES CERQUEIRA FILHO 002.413.565-80	VERA 2810260150	BA00002880	41.948,28	21.267,78
JOÃO ALECIR DA HORA SANTOS 257.599.225-72	HOSINARA 2810269386	BA00002900	5.767,89	2.924,32
JURANDIR BRITO DOS SANTOS 370.856.465-00	JIRI E JULI 2818891167	BA00207858	9.438,36	4.785,25
LIOBINO GOMES SANTOS NETO 649.317.815-00	MAREJADA 2818895324	BA00208008	27.790,74	14.089,90
MANOEL AMPARO DA SILVA 908.054.965-72	J.M 2810261041	BA00048068	9.438,36	4.785,25
MERILZO BATISTA DOS SANTOS 682.483.345-20	AMOR DE MAE 2818891051	BA00208304	7.865,30	3.987,71
OSMAR CORREIA PEREIRA 257.592.305-06	FENOMENO 2810254656	BA00002828	8.127,48	4.120,63
PEDRO BATISTA DA SILVA FILHO 646.307.815-87	COM DEUS VENCEREI 2818891281	BA00048138	9.438,36	4.785,25
RAIMUNDO MAGALHÃES COSTA 176.725.385-00	COSTA II 2810247919	BA00180141	9.438,36	4.785,25
SALUSTIO PEDRO GOMES DOS SANTOS 561.721.095-53	VELHO AMIGO I 2818895642	BA00208066	44.570,05	22.597,01
VALDOMIRO DOS SANTOS MENEZES 968.403.745-72	BELDADE II 2810226598	BA00002584	9.438,36	4.785,25
VALTER SILVA DE AZEVEDO 021.681.905-93	RAFA E GUTO 2810286965	BA00048190	17.303,67	8.772,96
VALTER SILVA DE AZEVEDO 021.681.905-93	RIO UNA 2810197326	BA00002548	44.045,69	22.331,17
VALTER SILVA DE AZEVEDO 021.681.905-93	RIO UNA I 2810282668	BA00002986	44.045,69	22.331,17
VALTER SILVA DE AZEVEDO 021.681.905-93	RIO UNA II 2810228825	BA00002618	44.045,69	22.331,17
VALTER SILVA DE AZEVEDO 021.681.905-93	RIO UNA III 2810267880	BA00188995	17.303,67	8.772,96
VALTER SILVA DE AZEVEDO 021.681.905-93	RIO UNA IV 2810237930	BA00180137	41.948,28	21.267,78
TOTAL	42		804.953,97	R$ 408.111,65

Frota Pesqueira em Operação no Estado Pará - SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE PESCA E DAS EMPRESAS ARMADORAS E PRODUTORAS, PROPRIETARIAS DE EMBARCAÇÕES DE PESCA INDUSTRIAL DO ESTADO DO PARÁ -SINPESCA

NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
ICOARACI PESCADOS E EXPORTAÇÃO LTDA 05.923.634/0001-30	CARINHOSO I 0210162627	PA00000564	221.801,53	113.784,19
ICOARACI PESCADOS E EXPORTAÇÃO LTDA 05.923.634/0001-30	CHARMOSO III 1610056540	PA00104507	196.632,56	100.872,50
ICOARACI PESCADOS E EXPORTAÇÃO LTDA 05.923.634/0001-30	CHARMOZO 2210102995	PA00104519	170.414,89	87.422,84

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

N. Q. COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA 06.890.397/0001-10	MARANIL 4030059741	PA00001200	196.632,56	100.872,50
N. Q. COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA 06.890.397/0001-10	ORLA I 4030062041	PA00001468	196.632,56	100.872,50
N. Q. COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA 06.890.397/0001-10	ORLA II 0210270250	PA00000704	222.850,24	114.322,17
S. J. CAPTURA EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PESCADOS LTDA 07.491.717/0001-22	CORENAV I 1610042131	PA00000620	166.220,06	85.270,89
S. J. CAPTURA EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PESCADOS LTDA 07.491.717/0001-22	IPESCA IX 1610050444	PA00000860	196.632,56	100.872,50
S. J. CAPTURA EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PESCADOS LTDA 07.491.717/0001-22	IPESCA V 1610048814	PA00000874	224.423,30	115.129,15
S. J. CAPTURA EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PESCADOS LTDA 07.491.717/0001-22	IPESCA VII 1610049128	PA00000896	196.632,56	100.872,50
TOTAL	10		1.988.872,83	R$ 1.020.291,76

Frota Pesqueira em Operação no Estado Pará - SINDICATO DOS PEQUENOS E MEDIOS ARMADORES DE PESCA DOS ESTADOS DO PARA E AMAPA- SINDIPAM-PA-AP				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
ALYSSON MARTINS DE LIMA 809.579.193-87	ALYSSON 1630040304	PA00007140	39.617,82	20.323,94
CARLOS PAMPLONA DE MIRANDA 071.764.062-00	SÃO PEDRO DE SOURE 0210284480	PA00106995	5.762,59	2.956,21
CESAR AUGUSTO FIGUEIREDO DOS SANTOS 353.890.362-04	COMTE RAIMUNDO C 0210320991	PA00113484	16.567,45	8.499,10
CESAR AUGUSTO FIGUEIREDO DOS SANTOS 353.890.362-04	DEUS PROVERA II DE CHAVES 0210289929	PA00113314	6.482,92	3.325,74
CESAR AUGUSTO FIGUEIREDO DOS SANTOS 353.890.362-04	IATE DEUS PROVERÁ 0210187662	PA00096777	41.058,47	21.062,99
ELEONALDO BATISTA LIMA 760.623.412-49	VIRGEM DE NAZARÉ 0210986395	PA00102747	24.851,18	12.748,65
ELIAS DE SOUSA LOBATO 603.525.742-91	SÃO PEDRO EL 0210321288	PA00112270	41.058,47	21.062,99
JOÃO BATISTA SOUZA PINHEIRO 516.580.547-68	ANDRE PESCA I 0210301309	PA00006440	79.235,64	40.647,88
LUCIVALDA SENA MONTEIRO 117.448.712-72	ACOMPANHADO DE DEUS 0210258373	PA00107119	24.851,18	12.748,65
MAURILIO IVAN AMARANTE DE SANTIAGO FILHO 040.882.823-45	THAIRO 1610060059	PA00169921	41.058,47	21.062,99
SUZANA PATRICIA BARROSO BASTOS 404.396.403-00	ANNA LUISA I 0211004669	PA00200360	41.058,47	21.062,99
TOTAL	11		361.602,65	R$ 185.502,16

Frota Pesqueira em Operação no Estado Rio Grande do Norte - SINDICATO DA INDÚSTRIA DA PESCA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE -SINDIPESCA				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
RB ALIMENTOS DO MAR - EIRELI 17.247.892/0001-22	RB II 1820022439	RN00250295	30.889,19	15.753,49
TOTAL	1		30.889,19	R$ 15.753,49
Frota Pesqueira em Operação no Estado Rio Grande do Sul - SINDICATO DA INDUSTRIA DA PESCA, DOCES E CONSERVAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL-SINDIPESCA				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
ALTAMIRO DA HORA DA SILVEIRA 359.066.930-68	GLADIADOR X 4430057737	RS00005134	144.064,80	72.608,66
CHARLES ANTÔNIO POUZADA DA HORA 689.072.060-15	TATUIRA 4610070502	RS00147077	42.499,12	21.419,55
ERENILDO MOREIRA EBERSOL 643.221.730-04	GRANDE RIO II 4610072343	RS00039491	39.617,82	19.967,38
EWERTON LUIZ ALMEIDA DA SILVA 661.686.940-72	VENCEDOR III 4010080370	RS00039107	61.227,54	30.858,68
VALERIO RAMOS RODRIGUES 704.445.100-44	ROSA DO MAR 4650011248	RS00039397	39.617,82	19.967,38
TOTAL	5		327.027,10	R$ 164.821,66

Frota Pesqueira em Operação no Estado Santa Catarina - SINDICATO DA INDUSTRIA DA PESCA DE ITAJAI -SINDIPI				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
GABRIEL VAZ PIRES E OUTRO 376.220.569-87	COLUMBUS III 4430113611	SC00011119	194.010,79	96.636,78
JORGE SEIF 299.022.827-68	JORGE SEIF NETO I 4610096676	SC00011265	72.032,40	35.879,34
MARCELO DERUNGS EUZEBIO 015.808.279-69	JOB NETO 4430063354	SC00011297	96.163,25	47.898,92
RIOPESCA INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA 76.545.235/0001-20	RIOPESCA V 4410144189	SC00010945	110.167,20	54.874,28
ROLDAO VAZ PIRES 563.563.668-34	COLUMBUS X 4010046953	SC00011127	87.159,20	43.414,00
TOTAL	5		559.532,85	R$ 278.703,31

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Frota Pesqueira em Operação no Estado Santa Catarina - COLONIA DE PESCADORES Z-03 DE BARRA DO SUL				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
ADAUTO MOREIRA DA CONCEIÇÃO 838.488.949-04	ALVOREDO 4420208546	SC00047510	39.326,51	19.588,54
ALEXANDRE VERRILO 961.122.129-00	MAESTRO 4420209411	SC00057549	9.438,36	4.701,25
ANTÔNIO PEDRO DE BORBA 352.096.159-87	FLOR DA ILHA 4420181486	SC00047370	7.865,30	3.917,71
ASTI DOS SANTOS 286.190.050-49	CRISTINA VIII 4010243970	SC00075181	9.438,36	4.701,25
DEJAIR JOAO BORGES 027.311.409-33	BRAIAN 4420208422	SC00054177	3.961,78	1.973,36
EDUARDO JOSÉ CARVALHO 026.251.079-01	LJC 4420170603	SC00057215	11.535,78	5.745,97
GABRIELA CAROLINA DA SILVA 068.472.899-02	MAR DE PRATA 4420149345	SC00047404	8.643,89	4.305,52
GIVANILDO EDUARDO PAULY 019.548.419-30	GALEAO 4420207761	SC00055877	23.595,91	11.753,12
ISRAEL CUNHA 439.172.409-04	CARIBE II 4420198834	SC00172518	21.609,72	10.763,80
JOAO LUZIA JUNIOR 062.715.639-88	ANO SANTO II 4420169591	SC00120227	41.948,28	20.894,44
JOSÉ CONCEICAO FILHO 638.568.679-53	SONHO DOURADO 4420182881	SC00086836	23.595,91	11.753,12
JOSÉ SABINO 772.077.699-20	DOM JOSE 4420203561	SC00076059	23.595,91	11.753,12
LUIZ CARLOS MOREIRA 481.083.759-91	EL MATADOR 4430070725	SC00047574	9.438,36	4.701,25
MARILANE FERREIRA RAMOS 071.134.959-23	MJ 4420188278	SC00047608	2.621,77	1.305,90
MARIO CESAR DOS SANTOS 006.220.779-29	SANTISTA 4420182946	SC00091851	9.438,36	4.701,25
MÁRCIO DALLA VECCHIA 040.093.849-99	KAUA 4420206284	SC00047596	9.438,36	4.701,25
ORLANDINO DE SOUZA 557.804.159-00	TIO LANDO 4420173238	SC00047630	9.438,36	4.701,25
SEMEAO CASTANHO 050.774.169-23	GABI III 4420199911	SC00120701	5.767,89	2.872,99
THIAGO CABRAL MENDES 463.346.889-87	SAO THIAGO I 4420203331	SC00047658	9.438,36	4.701,25
WILSON HELIO GREIPEL 419.424.429-04	ORCA I 4420129646	SC00088644	11.535,78	5.745,97
TOTAL	20		291.672,96	R$ 145.282,30

Frota Pesqueira em Operação no Estado Santa Catarina - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA PESCA, DOS ARMADORES E DA AQUICULTURA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS E SUL CATARINENSE - SINPESCASUL				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
ANTÔNIO DOS REIS ZELINDRO 591.179.079-34	DONA ZEZA 4430116610	SC00009658	157.306,05	78.354,14
ANTÔNIO DOS REIS ZELINDRO 591.179.079-34	DONA ZEZA II 4410169475	SC00009660	152.062,52	75.742,34
TOTAL	2		309.368,57	R$ 154.096,48

Frota Pesqueira em Operação no Estado Santa Catarina - COLONIA DE PESCADORES Z08 DE PORTO BELO SC				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
JOÃO MIGUEL DA SILVA FILHO 459.073.079-00	YEMANJA II 4430115133	SC00068398	9.438,36	4.701,25
MAURINO JOÃO DA SILVA 375.255.739-72	ALESSANDRA IV 4430053359	SC00051185	7.923,56	3.946,73
TOTAL	2		17.361,93	R$ 8.647,98

Frota Pesqueira em Operação no Estado Sergipe - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE PESCADO DE PIRAMBU -A.P.P.P				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
ADRIANA DOS SANTOS 838.802.245-87	OSEIAS I 2210061873	SE00213735	31.461,21	15.950,83
JOSE RAIMUNDO FERREIRA 859.984.784-87	LETICIA VITORIA II 2210127670	SE00002190	36.704,74	18.609,31
JOSÉ PEREIRA DO NASCIMENTO 385.324.926-49	TATIANE 2610062087	SE00002330	31.461,21	15.950,83
TOTAL	3		99.627,17	R$ 50.510,97

Frota Pesqueira em Operação no Estado Sergipe - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE PIRAMBU-CONDEPI				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
ADALBERTO DOS SANTOS FILHO 149.403.885-49	RENATA 1810031192	SE00002118	62.922,42	31.901,67
ADALBERTO DOS SANTOS FILHO 149.403.885-49	UNIAO 2610063288	SE00002344	55.057,12	27.913,96
CONCEIÇÃO APARECIDA DALTRO DOS SANTOS 601.737.695-00	ITALO I 2610017448	SE00002328	31.461,21	15.950,83

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EDIANA BARBOSA DOS SANTOS 067.039.054-28	RANIERI 2410155910	AL00103071	62.922,42	31.901,67
EDIVANIA LIRA DA SILVA 039.154.834-43	SAMARA 2010080513	AL00151130	31.461,21	15.950,83
ELSE ALVES DE MORAIS SANTOS NETA 034.919.455-69	OTAVIO 2610079745	SE00002534	47.191,82	23.926,25
JORGEVAL DOS SANTOS 694.962.695-91	PEIXE MARINHO V 2610079214	SE00002518	31.461,21	15.950,83
JOSE ROBERTO DOS SANTOS 039.700.984-40	REAL MARITIMO 2420129130	AL00226516	36.704,75	18.609,31
JOSE ROBERTO DOS SANTOS 039.700.984-40	REAL MARITIMO II 2410149031	AL00226720	44.570,05	22.597,01
LUIS CUNHA BRAGA 590.169.575-53	OSASCO 2610075260	SE00002378	36.704,74	18.609,31
MARIA DE LOURDES GOMES 274.497.775-68	LETICIA VITORIA I 1620006073	SE00257371	47.191,82	23.926,25
RAIMUNDO MOACIR BARBOSA 355.745.503-34	SÃO JUDAS TADEU 2410126189	SE00002224	31.461,21	15.950,83
RONALDO BISPO DOS SANTOS 013.073.145-54	RONALDO X 2610108281	SE00213285	62.922,42	31.901,67
VALDIR GONCALVES GARCIA 878.669.275-53	YAMAR II 2210102685	SE00039631	31.461,21	15.950,83
TOTAL	14		613.493,60	R$ 311.041,25

Frota Pesqueira em Operação no Estado São Paulo - SINDICATO DOS ARMADORES DE PESCA DO ESTADO DE SÃO PAULO-SAPESP

NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de Fevereiro a Dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
FERNANDO ANTÔNIO MOTTA E OUTROS 883.974.088-00	GUARAU 4010145587	SP00004068	141.575,45	69.669,28
FERNANDO ANTÔNIO MOTTA E OUTROS 883.974.088-00	GUARUÇA 4010145595	SP00004076	141.575,45	69.669,28
FERNANDO ANTÔNIO MOTTA E OUTROS 883.974.088-00	IGARATA 4010216735	SP00004196	83.896,56	41.285,50
FERNANDO ANTÔNIO MOTTA E OUTROS 883.974.088-00	IGARAÇU I 4010216727	SP00004188	83.896,56	41.285,50
TOTAL	4		450.944,01	R$ 221.909,55

Anexo II

RAZÃO SOCIAL	CNPJ	UF DE CREDENCIAMENTO
MUNIZ E MONT ALVERNE AUTO POSTO M2 LTDA - EPP	10.651.210/0001-01	AP

Ministério da Previdência Social

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NORDESTE
EM RECIFE
GERÊNCIA EXECUTIVA - A - EM RECIFE

DESPACHOS

Processo nº 35204.002684/2008-38. Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação nº 46/2008. Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso X da Lei nº 8.666, de 21.06.1993. Interessada: Gerência Executiva do INSS em Recife. Assunto: Segundo Termo Aditivo de Prorrogação Contratual do imóvel situado na rua José Cândido Pessoa, 734, Bairro Novo, Olinda - Pernambuco, onde funciona à Agência da Previdência Social Olinda. Decisão: 1 - Tendo em vista a competência que me foi subdelegada através da PT/INSS/GEXREC/PE nº 15, de 24.02.2015, RECONHEÇO a despesa no valor total de R$ 446.400,00 (quatrocentos e quarenta e seis mil e quatrocentos reais), liquidáveis em 36 (trinta e seis) parcelas mensais de R$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais), correspondente ao pagamento do aluguel para o período de 26.02.2015 a 26.02.2018, em favor do Sr. Bráulio de Carvalho Reis, C.P.F./M.F. nº 066.258.604-25. 2 - Ao Sr. Gerente Executivo, solicitando ratificação do presente ato.

CARLOS ANTONIO ZEFERINO MARANHÃO
Chefe do Serviço de Administração

Ratifico o ato acima, nos termos do Artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993 e alterações posteriores e, ainda, DETERMINO a publicação conjunta dos atos no Diário Oficial da União, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição eficácia dos mesmos.

GEORGE SÓSTENES ANTUNES LIMA
Gerente Executivo

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Nº 99 - O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS 00300.000073/4619-87, sob o comando nº 392911190, resolve:

Art. 1º Aprovar o 2º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão celebrado entre a patrocinadora Arcelormittal Brasil S.A. (incorporadora da Arcelormittal Tubarão Comercial S.A.) e a Fundação de Seguridade Social da ArcelorMittal Brasil - FUNSSEST, na qualidade de administradora do Plano de Benefícios I - CNPB nº 1988.0019-19.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 100 - O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS 00300.000073/4619-87, sob o comando nº 392944225, resolve:

Art. 1º Aprovar o 2º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão celebrado entre a patrocinadora Arcelormittal Brasil S.A. (incorporadora da Arcelormittal Tubarão Comercial S.A.) e a Fundação de Seguridade Social da ArcelorMittal Brasil - FUNSSEST, na qualidade de administradora do Plano de Benefícios II - CNPB nº 1995.0003-29.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 101 - O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS 00300.000073/4619-87, sob o comando nº 392945178, resolve:

Art. 1º Aprovar o 2º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão celebrado entre a patrocinadora Arcelormittal Brasil S.A. (incorporadora da Arcelormittal Tubarão Comercial S.A.) e a Fundação de Seguridade Social da ArcelorMittal Brasil - FUNSSEST, na qualidade de administradora do Plano de Benefícios III - CNPB nº 1998.0028-29.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 102 - O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS 00004.400000/0629-93, sob o comando nº 389596934 e juntada nº 393728620, resolve:

Art. 1º Aprovar o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão da patrocinadora Abril Comunicações S.A. (incorporadora da patrocinadora Editora Abril S.A.) e a AbrilPrev - Sociedade de Previdência Privada, na qualidade de administradora do Plano de Benefícios da AbrilPrev - CNPB nº 1993.0008-11.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 103 - O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 00300.000016/6819-84, sob o comando nº 360701928 e juntada nº 393515211, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o estatuto do Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - FIOPREV, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 104 - O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 00004.400000/3834-94, sob o comando nº 374662349 e juntada nº 393678941, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o estatuto da Previndus - Associação de Previdência Complementar, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Saúde

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 132, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Defere readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

A SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Esta Portaria defere readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), nos seguintes termos:

I - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Três Pontas

CNPJ: 17.961.194/0001-94

Nome do Projeto: Continuidade e ampliação do atendimento de verificação e avaliação precoce de risco no desenvolvimento de bebês ao Transtorno do Espectro Autista pela APAE - TP.

SIPAR: 25000.157778/2014-24

Valor readequado: R$ 896.085,38 (oitocentos e noventa e sei mil, oitenta e cinco reais e trinta e oito centavos).

Resumo do Projeto: Continuar e ampliar o atendimento de verificação e avaliação precoce de risco no desenvolvimento de bebês ao Transtorno do Espectro Autista nas Microrregionais Três Pontas, Varginha e Poços de Caldas do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Portaria torna sem efeito as informações relativas ao projeto publicadas no inciso VIII do art. 1º da Portaria GAB/SE nº 1.117, de 3 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MENEZES

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

PORTARIA Nº 6.927, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

O CHEFE DE GABINETE INTERINO DA PRESIDÊNCIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria n.º 6.908, de 09 de fevereiro de 2015 e o art. 77, I, "b" da Resolução Normativa nº 197, de 16 de julho de 2009, nos termos do art. 12 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Delegar para a Secretária Geral da ANS o exercício das atribuições previstas no artigo 11-D e 83 da RN nº 197, de 2009.

Parágrafo único. A Secretária Geral não poderá subdelegar as atividades objeto da presente delegação.

Art. 2º A delegação objeto da presente Portaria se estabelece sem prejuízo do exercício, pela autoridade delegante, das atribuições ora delegadas.

LUIZ GUSTAVO MEIRA HOMRICH

NÚCLEO DA ANS BAHIA

DECISÕES DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O Chefe de Núcleo - NÚCLEO DA ANS BAHIA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 5953/2013 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

ANS	Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
	25772.014004/2013-98	UNIMED FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS DO CENTRO-OESTE E TOCANTINS	347361.	01.409.581/0001-82	Deixar de garantir cobertura para procedimento previsto em lei. Art, 12, II, da Lei 9656/98, com penalidade prevista no art. 77 da RN 124/2006.	35200 (TRINTA E CINCO MIL, DUZENTOS REAIS)
	25772.012768/2013-49	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS EMPREGADOS DO BANEB	315583.	15.215.452/0001-68	Encaminhar à ANS informações devidas contendo erros ou omissões. Art. 20, caput da Lei 9656/98, com penalidade prevista no art. 37 da RN 124/2006.	5000 (CINCO MIL REAIS)
	25772.000231/2012-55	SUL AMÉRICA SAÚDE COMPANHIA DE SEGUROS	005622.	60.831.427/0001-63	Deixar de cumprir a legislação referente à garantia dos benefícios de acesso e cobertura para consumidor exonerado ou demitido sem justa causa. Art. 30, §1º da Lei 9656/98, com penalidade prevista no art. 84 da RN 124/2006.	Improcedência. Anulação do AI nº 47875.
	25772.013698/2012-65	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	346659.	33.719.485/0001-27	Deixar de garantir cobertura para procedimento previsto em cláusula contratual. Art. 25 da Lei 9656/98, com penalidade prevista no art. 78 da RN 124/2006.	66000 (SESSENTA E SEIS MIL REAIS)
	25772.013368/2013-51	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	346659.	33.719.485/0001-27	Deixar de garantir cobertura para procedimento previsto em lei. Art, 12, II, da Lei 9656/98, com penalidade prevista no art. 77 da RN 124/2006.	88000 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
	25772.014213/2013-31	UNIMED SERGIPE - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	337668.	13.360.276/0001-22	Deixar de garantir cobertura para procedimento previsto em cláusula contratual. Art. 25 da Lei 9656/98, com penalidade prevista no art. 78 da RN 124/2006.	39600 (TRINTA E NOVE MIL, SEISCENTOS REAIS)
	25772.007839/2013-91	ASSOCIACAO DOS PROFESSORES UNIVERSITARIOS DA BAHIA	343129.	13.100.755/0001-00	Aplicar reajustes anuais e por mudança de faixa etária em desacordo com a regulamentação ou contrato. Arts. 15 e 25 da Lei 9656/98 com penalidades previstas nos arts. 57 e 61-A da RN 124/2006.	36000 (TRINTA E SEIS MIL REAIS)
	25772.001998/2014-63	UNIMED SERGIPE - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	337668.	13.360.276/0001-22	Deixar de garantir cobertura para procedimento previsto em lei. Art, 12, I, da Lei 9656/98, com penalidade prevista no art. 77 da RN 124/2006.	48000 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
	25772.015124/2013-11	MEDICAL HEALTH OPERADORA DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	337781.	52.565.587/0001-80	Deixar de garantir cobertura para procedimento previsto em lei. Art, 12, II, da Lei 9656/98, com penalidade prevista no art. 77 da RN 124/2006.	35200 (TRINTA E CINCO MIL, DUZENTOS REAIS)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25772.007795/2013-08	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Impedir ou restringir a participação de beneficiário em portabilidade. Arts 1º, 3º, XXIV, XXVIII e XXXII do art. 4º e II do art. 10 da Lei 9961/00, c/c art. 86, II, a, da RN nº 197/09, com penalidade prevista no art. 62-A da RN 124/2006.	50000 (CINQUENTA MIL REAIS)
25772.012589/2013-10	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de garantir cobertura para procedimento previsto em lei. Art, 12, II, da Lei 9656/98, com penalidade prevista no art. 77 da RN 124/2006.	88000 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25772.002590/2014-17	TERRAMAR ADMINISTRADORA DE PLANO DE SAUDE LTDA	412759.	03.773.153/0001-60	Deixar de cumprir a legislação referente à garantia dos benefícios de acesso e cobertura para consumidor exonerado ou demitido sem justa causa. Art. 30, §1º da Lei 9656/98, com penalidade prevista no art. 84 da RN 124/2006.	Improcedência. Anulação do AI nº 47901.

DANILO REBELO ALVES

NÚCLEO DA ANS PERNAMBUCO

DECISÕES DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

O Chefe de Núcleo - NUCLEO DA ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 5770 de 05/07/2013, pelo Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.003261/2013-75	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	312924	00.360.305/0001-04	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, II da Lei 9.656)	80000 (OITENTA MIL REAIS)

RICARDO FABIANO PONTE NUNES

A Chefe Substituta de Núcleo - NUCLEO DA ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 6875 de 29/01/2015, pelo Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.008526/2011-60	AMIL SAÚDE LTDA.	302872	43.358.647/0001-00	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656)	60000 (SESSENTA MIL REAIS)

CARLA CRISTINA DAS NEVES SIMÕES

NÚCLEO DA ANS RIO DE JANEIRO

DECISÕES DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

O(A) Chefe de Núcleo - NUCLEO DA ANS RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 137, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl. 42 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.841670/2011-35	AMIL ASSIST. MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de garantir a cobertura obrigatória para procedimento solicitado (Art.12, II da Lei 9.656/98)	Anulação do AI 55.070/Arquivamento
33902.701580/2011-11	GEAP AUTOGESTÃO EM SAÚDE	323080.	03.658.432/0001-82	Deixar de garantir cobertura obrigatória ao não realizar o reembolso integral dos honorários do anestesista (Art.12, II , "c" da Lei 9.656/98) e ao não autorizar a liberação da prótese solicitada (Art.12, II , "ce da Lei 9.656/98)	160.000,00 (CENTO E SESSENTA MIL REAIS)
33902.081811/2012-31	UNIMED-SÃO GONÇALO - NITERÓI - SOC.COOP.SERV.MED E HOSP LTDA	343731.	28.630.531/0001-87	Deixar de garantir a cobertura obrigatória para atendimento de urgência e emergência (Art.25 da Lei 9.656/98)	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
33902.083256/2012-81	QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.	417173.	07.658.098/0001-18	Ao impedir a participação de beneficiários com idade superior a 64 anos em seguro de saúde (Art.14 da Lei 9.656/98)	Anulação do AI 55.105/Arquivamento
33902.431481/2011-58	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Ao permitir a inclusão de benef. em cont. colet. por adesão sem condição de elegibilidade (Art. 25 da Lei 9.656/98 c/c art. 9º da RN 195/09) e por aplicar reajuste ao consum., em percentual super. ao autorizado pela ANS (Art.25 da Lei 9.656/98 c/c art. 8º da RN 171/08)	95.000,00 (NOVENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.063154/2012-40	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Por deixar de assegurar ao consumidor demitido, a manutenção da condição de beneficiário em plano coletivo (Art.30 da Lei 9.656/98)	Anulação do AI 56.760/Arquivamento
33902.418256/2012-15	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Deixar de garantir cobertura obrigatória ao não realizar o reembolso integral dos honorários do anestesista (Art.12, II , "c" da Lei 9.656/98)	Anulação do AI 53.592/Arquivamento
33902.446821/2011-45	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE	006246.	01.685.053/0001-56	Aplicar reajuste por mudança de faixa etária em desconformidade com a legislação (Art.15 da Lei 9.656/98)	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.457098/2013-91	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Deixar de garantir a cobertura obrigatória para procedimentos solicitados (Art.12, II da Lei 9.656/98)	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.013699/2012-21	ALLIANZ SAÚDE S/A	000515.	04.439.627/0001-02	Deixar de garantir cobertura obrigatória ao não realizar o reembolso integral dos honorários do anestesista (Art.25 da Lei 9.656/98)	54.000,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL REAIS)
33902.289927/2012-16	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Deixar de garantir a manutenção de beneficiário e sua família, por tempo indeterminado em plano de saúde, após aposentadoria do mesmo (Art.31, caput da Lei 9.656/98)	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
33902.089298/2012-26	QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.	417173.	07.658.098/0001-18	Por descumprir cláusula contratual que trata de rescisão (Art.25 da Lei 9.656)	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

33902.287412/2013-62	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Por postergar o início da vigência do plano coletivo por adesão, em desacordo com a legislação (Art.12, V da Lei 9.656/98)	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
33902.777255/2011-11	BRADESCO SAÚDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Deixar de garantir cobertura obrigatória ao não realizar o reembolso integral dos honorários de pneumologista (Art.12, II , "c" da Lei 9.656/98)	Anulação do AI 52.320/Arquivamento
33902.445085/2011-16	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Ao permitir a inclusão de benef. em cont. colet. por adesão, s/ comprov. de elegib.(Art. 25 da Lei 9.656 c/c art. 5º da RN 195); pelo envio de inform. incorretas acerca do pl. contratado por benef.(Art. 20 da Lei 9.656) e ao aplicar reaj. anual sup. ao teto estabelecido pela ANS (Art. 25 da Lei 9.656 c/c art. 8º da RN 171)	95.350,00 (NOVENTA E CINCO MIL, TREZENTOS E CINQUENTA REAIS)
33902.682719/2011-10	GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA	309222.	31.925.548/0001-76	Deixar de garantir a cobertura obrigatória para atendimento ambulatorial (Art.12, I da Lei 9.656/98)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.372839/2013-65	GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA	309222.	31.925.548/0001-76	Deixar de garantir a cobertura obrigatória para procedimento solicitado (Art.12, II, "e" da Lei 9.656/98)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.326489/2012-84	UNIMED NOVA FRIBURGO-SOC.CO-OP.SERV.MED.HOSP.LTDA.	335479.	29.135.795/0001-27	Aplicar reajuste ao consumidor sem previsão contratual (Art.15 da Lei 9.656/98)	27.000,00 (VINTE E SETE MIL REAIS)
33902.419680/2013-50	UNIMED BRASILIA COOP. DE TRAB. MÉDICO - EM LIQ. EXTRAJUDICIAL	353574.	00.510.909/0001-90	Deixar de garantir a cobertura obrigatória para procedimento solicitado (Art.12, II da Lei 9.656/98)	35.200,00 (TRINTA E CINCO MIL, DUZENTOS REAIS)
33902.404336/2014-47	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Ao promover a adaptação do contrato do beneficiário em desconformidade com a legislação (Art.35, §1º da Lei 9.656/98)	40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)
33902.404509/2014-27	GEAP AUTOGESTÃO EM SAÚDE	323080.	03.658.432/0001-82	Deixar de garantir a cobertura obrigatória para procedimento solicitado (Art.12, II da Lei 9.656/98)	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)

LEONARDO FICH

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA

DECISÕES DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

Ao Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 6.368 de 26/06/2014, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003 e alterações, dá ciência e intima às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

ANS Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.225452/2014-00	UNIODONTO DE JABOTICABAL COOPERATIVA ODONTOLÓGICA	340120.	00.390.564/0001-88	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Conduta tipificada no art. 35 da RN 124/06. Infração configurada.	10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
33902.230172/2014-13	DENTSY ODONTOLOGIA S/S LTDA.	414425.	03.113.408/0001-68	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Conduta tipificada no art. 35 da RN 124/06. Infração configurada.	20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

MARCUS TEIXEIRA BRAZ

DECISÕES DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Ao Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 6.368 de 26/06/2014, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003 e alterações, dá ciência e intima às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

ANS Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.293089/2012-85	BIO SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	402966.	03.123.146/0001-12	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Conduta tipificada no art. 35 da RN 124/06. Infração configurada.	5.000,00 (CINCO MIL REAIS)
33902.226516/2014-81	UNIODONTO SUL FLUMINENSE COOP DE TRAB ODONTOLOGICO LTDA	363171.	72.261.803/0001-00	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Conduta tipificada no art. 35 da RN 124/06. Infração configurada.	15.000,00 (QUINZE MIL REAIS)
33902.222993/2014-78	ASSIMEDE ASSISTÊNCIA MEDICA ESPECIALIZADA LTDA.	301906.	02.742.160/0001-31	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Conduta tipificada no art. 35 da RN 124/06. Infração configurada.	20.000,00 (VINTE MIL REAIS)
33902.236843/2014-41	LIMA - PLANO DE SAÚDE ODONTOLÓGICO LTDA	416827.	10.289.532/0001-44	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Conduta tipificada no art. 35 da RN 124/06. Infração configurada.	20.000,00 (VINTE MIL REAIS)
33902.412845/2013-62	DENTE CROSS LTDA.	415146.	02.191.761/0001-01	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Conduta tipificada no art. 35 da RN 124/06. Infração configurada.	20.000,00 (VINTE MIL REAIS)
33902.409027/2013-82	UNIODONTO DE CAMPINAS COOPERATIVA ODONTOLÓGICA	350494.	51.304.798/0001-04	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Conduta tipificada no art. 35 da RN 124/06. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
33902.222976/2014-31	SAUDE ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL LTDA.	300926.	60.538.436/0001-60	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Conduta tipificada no art. 35 da RN 124/06. Infração configurada.	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
33902.226694/2014-11	BENEPLAN PLANO DE SAUDE LTDA.	370363.	02.719.125/0001-00	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Conduta tipificada no art. 35 da RN 124/06. Infração configurada.	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
33902.225012/2014-44	COPI - CENTRO ODONTOLOGICO PITANGUEIRAS LTDA	335568.	57.506.792/0001-98	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Conduta tipificada no art. 35 da RN 124/06. Infração configurada.	40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)
33902.295275/2012-59	INÁCIO E SPANGHERO LTDA	415332.	07.260.668/0001-17	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Conduta tipificada no art. 35 da RN 124/06. Infração configurada.	40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)
33902.238277/2014-11	ODONTOPLANOS PLANOS ODONTOLOGICOS LTDA	418668.	16.526.992/0001-25	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Não envio das informações periódicas. Infração ao art. 20 da Lei 9.656/98. Conduta tipificada no art. 35 da RN 124/06. Infração configurada.	100.000,00 (CEM MIL REAIS)
33902.329989/2013-59	UNIMED DE DOURADOS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA	333662.	15.395.999/0001-92	N envio de inform periód - Demonst contáb, com respectivo parecer de auditoria independ. Inf aos arts. 20 e 22 da Lei 9.656/98, c/c item 6.3, do Capítulo I, do Anexo I da IN DIOPE n.° 09/07. Cond tipific no art. 35 da RN 124/06. Inf config.	ADVERTÊNCIA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

33902.205964/2009-84	UNIMED MONTE CARMELO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA.	343315.	64.325.228/0001-34	Ñ envio do comun ref ao reajuste de planos colet. Obrig prev no art. 20, caput, da Lei 9.656/98, c/c RN 99/05, c/c RN 128/06, c/c RN 129/06 c/c RN nº 156/07 e RN 171/08. Cond tipific art. 6º, inciso IV e no art. 34, da RN 124/06. Inexistência de infração.	ADVERTÊNCIA
33902.299065/2014-00	FRANCISCO XAVIER MENDES DE LIMA	-	CPF: 190.763.710-91	Encaminhamento de informação / documento falso. Procedência do auto de infração. Infração configurada.	SANÇÃO DE SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO POR 180 DIAS.
33902.633916/2013-69	HOSPITAL IMACULADA CONCEIÇÃO - AMHIC-SAUDE	330876.	16.881.161/0001-71	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Improcedência de Infração.	ARQUIVAMENTO
33902.651967/2013-72	SANTA CASA MISERICÓRDIA IRM. SR. DOS PASSOS DE UBATUBA	403580.	72.747.967/0001-42	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Improcedência de Infração.	ARQUIVAMENTO
33902.777710/2013-40	SERMEDE SERVIÇO MÉDICO E DENTÁRIO LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	342505.	28.553.121/0001-80	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Improcedência de Infração.	ARQUIVAMENTO
33902.633902/2013-45	SERMEDE SERVIÇO MÉDICO E DENTÁRIO LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	342505.	28.553.121/0001-80	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Infração configurada.	6.006,00 (SEIS MIL, SEIS REAIS)
33902.633947/2013-10	UNIMED VALENÇA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	407062.	42.047.191/0001-97	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Infração configurada.	8.100,00 (OITO MIL, CEM REAIS)
33902.633901/2013-09	VIDA & VIDA OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE LTDA	404993.	30.264.899/0001-10	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Infração configurada.	25.558,74 (VINTE E CINCO MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS)
33902.651986/2013-07	IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE VALENÇA	357227.	32.353.393/0001-03	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Infração configurada.	26.786,53 (VINTE E SEIS MIL, SETECENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA E TRES CENTAVOS)
33902.633951/2013-88	CLINICA ALVORADA DE SERVICOS MEDICOS LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	329266.	42.314.690/0001-01	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Infração configurada.	27.989,05 (VINTE E SETE MIL, NOVECENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E CINCO CENTAVOS)
33902.243821/2014-38	OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE SANTA GENOVEVA S/S LTDA - EM LIQUID EXTRAJUDIC	324809.	02.704.835/0001-58	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Infração configurada.	33.044,21 (TRINTA E TRES MIL, QUARENTA E QUATRO REAIS E VINTE E UM CENTAVOS)
33902.243819/2014-69	AMERICLINICAS ASSISTENCIA MEDICA HOSPITALAR LTDA.	375268.	60.723.236/0001-88	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Infração configurada.	34.332,63 (TRINTA E QUATRO MIL, TREZENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E SESSENTA E TRES CENTAVOS)
33902.745133/2013-27	VIDAPLAN SAÚDE LTDA. - EPP	344443.	00.864.888/0001-00	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Infração configurada.	44.710,74 (QUARENTA E QUATRO MIL, SETECENTOS E DEZ REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS)
33902.651977/2013-16	MULTI SAÚDE - ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR LTDA	402851.	02.026.403/0001-35	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Infração configurada.	44.955,79 (QUARENTA E QUATRO MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS)
33902.651962/2013-40	LAM OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE LTDA.- EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	360961.	03.227.640/0001-27	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Infração configurada.	57.281,68 (CINQUENTA E SETE MIL, DUZENTOS E OITENTA E UM REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS)
33902.633915/2013-14	PRONTOCLINICA E HOSPITAIS SAO LUCAS S/A	305626.	22.666.341/0001-33	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Infração configurada.	65.525,05 (SESSENTA E CINCO MIL, QUINHENTOS E VINTE E CINCO REAIS E CINCO CENTAVOS)
33902.633897/2013-71	POLICLINICA SÃO JOSÉ LTDA.-EPP	414638.	03.917.947/0001-50	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Infração configurada.	630.000,00 (SEISCENTOS E TRINTA MIL REAIS)
33902.633900/2013-56	ODONTOPLAN ODONTOLOGIA PLANEJADA S/C LTDA	404306.	51.894.483/0001-56	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Infração configurada.	630.000,00 (SEISCENTOS E TRINTA MIL REAIS)
33902.633913/2013-25	TK PLANO DE ASSISTENCIA ODONTOLOGICA S/C LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	404594.	03.013.887/0001-40	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Infração configurada.	630.000,00 (SEISCENTOS E TRINTA MIL REAIS)
33902.633930/2013-62	ASSOC ASSIT E EM DEF DOS DIREITOS DOS COM., IND. AUT. E TRAB EM GERAL - EM LIQUID EXTRAJUDIC	416304.	05.256.845/0001-66	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Infração configurada.	630.000,00 (SEISCENTOS E TRINTA MIL REAIS)
33902.633931/2013-15	ITALICA SAÚDE LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	320889.	01.560.138/0001-08	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Infração configurada.	630.000,00 (SEISCENTOS E TRINTA MIL REAIS)
33902.633952/2013-22	MEDICAL HEALTH OPER DE PLANOS DE ASSIST MED E ODONTOL LTDA - EM LIQUID EXTRAJUDIC	337781.	52.565.587/0001-80	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Infração configurada.	630.000,00 (SEISCENTOS E TRINTA MIL REAIS)
33902.651946/2013-57	ASSOC ASSIT E EM DEF DOS DIREITOS DOS COM., IND. AUT. E TRAB EM GERAL - EM LIQUID EXTRAJUDIC	416304.	05.256.845/0001-66	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Infração configurada.	630.000,00 (SEISCENTOS E TRINTA MIL REAIS)
33902.651956/2013-92	PREVODOCTOR OPERAD DE PLANOS PRIVADOS DE ASSISTENCIA ODONTOLOGICA LTDA.	412830.	02.859.709/0001-72	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Infração configurada.	630.000,00 (SEISCENTOS E TRINTA MIL REAIS)
33902.651960/2013-51	COIFE ODONTO - PLANOS ODONTOLOGICOS LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	320960.	67.165.464/0001-29	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Infração configurada.	630.000,00 (SEISCENTOS E TRINTA MIL REAIS)
33902.651972/2013-85	CDE - CENTRO DE DIAGNOSTICO ESPECIALIZADO LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	350095.	86.422.342/0001-15	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Infração configurada.	630.000,00 (SEISCENTOS E TRINTA MIL REAIS)
33902.651983/2013-65	TK PLANO DE ASSISTENCIA ODONTOLOGICA S/C LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	404594.	03.013.887/0001-40	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Infração configurada.	630.000,00 (SEISCENTOS E TRINTA MIL REAIS)
33902.651992/2013-56	ADMEDICO ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS A EMPRESA LTDA	384003.	42.780.759/0001-84	Portabilidade especial. Deixar de cumprir as regras para portab de carências. Obrig prev na Lei 9.961/00, art. 4°, inc XXXI c/c RN n° 186/09, art. 7°-A, §4°. Cond tipific na RN 124/06, art. 62-F. Infração configurada.	630.000,00 (SEISCENTOS E TRINTA MIL REAIS)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA

MARCUS TEIXEIRA BRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RDC Nº 8, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015(*)

Dispõe sobre a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998 e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos III e IV, do art. 15, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, inciso V e §§ 1º e 3º do art. 5º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, tendo em vista o disposto nos incisos III, do art. 2º, III e IV, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 1999, e o Programa de Melhoria do Processo de Regulamentação da Agência, instituído por Portaria nº 422, de 16 de abril de 2008, em reunião realizada em 05 de fevereiro de 2015, adota a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

Art. 1º Publicar a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS nº. 344, de 12 de maio de 1998, republicada no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 1999.

Art. 2º Estabelecer as seguintes modificações:

I. INCLUSÃO

1.1Lista "F2": 4-MEC (4- metiletilcatinona) ou 2-(etilamina)-1-(4-metilfenil)-propan-1-ona

1.2Lista "F2": 5F-AKB48 ou N-(1-adamantil)-1-(5-fluoropentil)indazol-3-carboxamida

1.3Lista "F2": AKB48 ou N-adamantil-1-pentilindazol-3-carboxamida

1.4Lista "F2": etilona (βk-MDEA) ou 1-(1,3-benzodioxol-5-il)-2-(etilamino)-1-Propanona

1.5Lista "F2": MDAI ou 5,6-Metilenodioxi-2-aminoindano

1.6Lista "F2": metiopropamina ou N-metil-1-tiofen-2-ilpropan-2-amina

1.7Lista "F2": pentedrona ou 2-(metilamino)-1-fenil-pentan-1-ona

II. EXCLUSÃO:

1.1 Lista "E": papaverina (inclusão do adendo 6)

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO I

MINISTÉRIO DA SAÚDE
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS SUJEITOS À VIGILÂNCIA SANITÁRIA
ATUALIZAÇÃO N. 42
LISTAS DA PORTARIA SVS/MS N.º 344 DE 12 DE MAIO DE 1998 (DOU DE 1/2/99)

LISTA - A1
LISTA DAS SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES
(Sujeitas a Notificação de Receita "A")

1. ACETILMETADOL
2. ALFACETILMETADOL
3. ALFAMEPRODINA
4. ALFAMETADOL
5. ALFAPRODINA
6. ALFENTANILA
7. ALILPRODINA
8. ANILERIDINA
9. BEZITRAMIDA
10. BENZETIDINA
11. BENZILMORFINA
12. BENZOILMORFINA
13. BETACETILMETADOL
14. BETAMEPRODINA
15. BETAMETADOL
16. BETAPRODINA
17. BUPRENORFINA
18. BUTORFANOL
19. CLONITAZENO
20. CODOXIMA
21. CONCENTRADO DE PALHA DE DORMIDEIRA
22. DEXTROMORAMIDA
23. DIAMPROMIDA
24. DIETILTIAMBUTENO
25. DIFENOXILATO
26. DIFENOXINA
27. DIIDROMORFINA
28. DIMEFEPTANOL (METADOL)
29. DIMENOXADOL
30. DIMETILTIAMBUTENO
31. DIOXAFETILA
32. DIPIPANONA
33. DROTEBANOL
34. ETILMETILTIAMBUTENO
35. ETONITAZENO
36. ETOXERIDINA
37. FENADOXONA
38. FENAMPROMIDA
39. FENAZOCINA
40. FENOMORFANO
41. FENOPERIDINA
42. FENTANILA
43. FURETIDINA
44. HIDROCODONA
45. HIDROMORFINOL
46. HIDROMORFONA
47. HIDROXIPETIDINA
48. INTERMEDIÁRIO DA METADONA (4-CIANO-2-DIMETILAMINA-4,4-DIFENILBUTANO)
49.INTERMEDIÁRIO DA MORAMIDA (ÁCIDO 2-METIL-3-MORFOLINA-1,1-DIFENILPROPANO CARBOXÍLICO)
50. INTERMEDIÁRIO "A" DA PETIDINA (4 CIANO-1-METIL-4-FENILPIPERIDINA)
51.INTERMEDIÁRIO "B" DA PETIDINA (ÉSTER ETÍLICO DO ÁCIDO 4-FENILPIPERIDINA-4-CARBOXILÍCO)
52.INTERMEDIÁRIO "C" DA PETIDINA (ÁCIDO-1-METIL-4-FENILPIPERIDINA-4-CARBOXÍLICO)
53. ISOMETADONA
54. LEVOFENACILMORFANO
55. LEVOMETORFANO
56. LEVOMORAMIDA
57. LEVORFANOL
58. METADONA
59. METAZOCINA
60. METILDESORFINA
61. METILDIIDROMORFINA
62. METOPONA
63. MIROFINA
64. MORFERIDINA
65. MORFINA
66. MORINAMIDA
67. NICOMORFINA
68. NORACIMETADOL
69. NORLEVORFANOL
70. NORMETADONA
71. NORMORFINA
72. NORPIPANONA
73. N-OXICODEÍNA
74. N-OXIMORFINA
75. ÓPIO
76.ORIPAVINA
77. OXICODONA
78. OXIMORFONA
79. PETIDINA
80. PIMINODINA
81. PIRITRAMIDA
82. PROEPTAZINA
83. PROPERIDINA
84. RACEMETORFANO
85. RACEMORAMIDA
86. RACEMORFANO
87. REMIFENTANILA
88. SUFENTANILA
89.TAPENTADOL
90. TEBACONA
91. TEBAÍNA
92. TILIDINA
93. TRIMEPERIDINA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros (exceto os isômeros dextrometorfano, (+)3-metoxi-N-metilmorfinan, e o Dextrorfano, (+) 3-hidroxi-N-metilmorfinan), das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros (exceto os isômeros dextrometorfano, (+)3-metoxi-N-metilmorfinan, e o Dextrorfano, (+) 3-hidroxi-N-metilmorfinan), das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) preparações à base de DIFENOXILATO, contendo por unidade posológica, não mais que 2,5 miligramas de DIFENOXILATO calculado como base, e uma quantidade de Sulfato de Atropina equivalente a, pelo menos, 1,0% da quantidade de DIFENOXILATO, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

3) preparações à base de ÓPIO, contendo até 5 miligramas de morfina anidra por mililitros, ou seja, até 50 miligramas de ÓPIO, ficam sujeitas a prescrição da RECEITA DE CONTROLE ESPECIAL, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

4) fica proibida a comercialização e manipulação de todos os medicamentos que contenham ÓPIO e seus derivados sintéticos e CLORIDRATO DE DIFENOXILATO e suas associações, nas formas farmacêuticas líquidas ou em xarope para uso pediátrico (Portaria SVS/MS n.º 106 de 14 de setembro de 1994 - DOU 19/9/94).

5) preparações medicamentosas na forma farmacêutica de comprimidos de liberação controlada à base de OXICODONA, contendo não mais que 40 miligramas dessa substância, por unidade posológica, ficam sujeitas a prescrição da RECEITA DE CONTROLE ESPECIAL, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

LISTA - A2
LISTA DAS SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES
DE USO PERMITIDO SOMENTE EM CONCENTRAÇÕES ESPECIAIS
(Sujeitas a Notificação de Receita "A")

1. ACETILDIIDROCODEINA
2. CODEÍNA
3. DEXTROPROPOXIFENO
4. DIIDROCODEÍNA
5. ETILMORFINA
6. FOLCODINA
7. NALBUFINA
8. NALORFINA
9. NICOCODINA
10. NICODICODINA
11. NORCODEÍNA
12. PROPIRAM
13. TRAMADOL

ADENDO:

1)ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) preparações à base de ACETILDIIDROCODEÍNA, CODEÍNA, DIIDROCODEÍNA, ETILMORFINA, FOLCODINA, NICODICODINA, NORCODEÍNA, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade de entorpecentes não exceda 100 miligramas por unidade posológica, e em que a concentração não ultrapasse a 2,5% nas preparações de formas indivisíveis ficam sujeitas prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA -SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".

3) preparações à base de TRAMADOL, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade não exceda 100 miligramas de TRAMADOL por unidade posológica ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".

4) preparações à base de DEXTROPROPOXIFENO, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade de entorpecente não exceda 100 miligramas por unidade posológica e em que a concentração não ultrapasse 2,5% nas preparações indivisíveis, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".

5) preparações à base de NALBUFINA, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade não exceda 10 miligramas de CLORIDRATO DE NALBUFINA por unidade posológica ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".

6) preparações à base de PROPIRAM, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, contendo não mais que 100 miligramas de PROPIRAM por unidade posológica e associados, no mínimo, a igual quantidade de metilcelulose, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula deverão apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".

LISTA - A3
LISTA DAS SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS
(Sujeita a Notificação de Receita "A")

1. ANFETAMINA
2. ATOMOXETINA
3. CATINA
4. CLOBENZOREX
5. CLORFENTERMINA
6. DEXANFETAMINA
7. DRONABINOL
8. FENCICLIDINA
9. FENETILINA
10. FEMETRAZINA
11. LEVANFETAMINA
12. LEVOMETANFETAMINA
13. LISDEXANFETAMINA
14. METILFENIDATO
15. MODAFINILA
16. TANFETAMINA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1 os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2 os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

LISTA - B1
LISTA DAS SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS
(Sujeitas a Notificação de Receita "B")

1. ALOBARBITAL
2. ALPRAZOLAM
3. AMINEPTINA
4. AMOBARBITAL
5. APROBARBITAL
6. BARBEXACLONA
7. BARBITAL
8. BROMAZEPAM
9. BROTIZOLAM

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. BUTALBITAL
11. BUTABARBITAL
12. CAMAZEPAM
13. CETAZOLAM
14. CICLOBARBITAL
15. CLOBAZAM
16. CLONAZEPAM
17. CLORAZEPAM
18. CLORAZEPATO
19. CLORDIAZEPÓXIDO
20. CLORETO DE ETILA
21. CLOTIAZEPAM
22. CLOXAZOLAM
23. DELORAZEPAM
24. DIAZEPAM
25. ESTAZOLAM
26. ETCLORVINOL
27. ETILANFETAMINA (N-ETILANFETAMINA)
28. ETINAMATO
29. FENOBARBITAL
30. FLUDIAZEPAM
31. FLUNITRAZEPAM
32. FLURAZEPAM
33. GHB - (ÁCIDO GAMA - HIDROXIBUTÍRICO)
34. GLUTETIMIDA
35. HALAZEPAM
36. HALOXAZOLAM
37. LEFETAMINA
38. LOFLAZEPATO DE ETILA
39. LOPRAZOLAM
40. LORAZEPAM
41. LORMETAZEPAM
42. MEDAZEPAM
43. MEPROBAMATO
44. MESOCARBO
45. METILFENOBARBITAL (PROMINAL)
46. METIPRILONA
47. MIDAZOLAM
48. NIMETAZEPAM
49. NITRAZEPAM
50. NORCANFANO (FENCANFAMINA)
51. NORDAZEPAM
52. OXAZEPAM
53. OXAZOLAM
54. PEMOLINA
55. PENTAZOCINA
56. PENTOBARBITAL
57. PINAZEPAM
58. PIPRADROL
59. PIROVARELONA
60. PRAZEPAM
61. PROLINTANO
62. PROPILEXEDRINA
63. SECBUTABARBITAL
64. SECOBARBITAL
65. TEMAZEPAM
66. TETRAZEPAM
67. TIAMILAL
68. TIOPENTAL
69. TRIAZOLAM
70. TRIEXIFENIDIL
71. VINILBITAL
72. ZALEPLONA
73. ZOLPIDEM
74. ZOPICLONA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) os medicamentos que contenham FENOBARBITAL, METILFENOBARBITAL (PROMINAL), BARBITAL e BARBEXACLONA, ficam sujeitos a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

3) Em conformidade com a Resolução RDC n.º 104, de 6 de dezembro de 2000 (republicada em 15/12/2000):

3.1. fica proibido o uso do CLORETO DE ETILA para fins médicos, bem como a sua utilização sob a forma de aerosol, aromatizador de ambiente ou de qualquer outra forma que possibilite o seu uso indevido.

3.2. o controle e a fiscalização da substância CLORETO DE ETILA, ficam submetidos ao Órgão competente do Ministério da Justiça, de acordo com a Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, Lei n.º 9.017, de 30 de março de 1995, Decreto n.º 1.646, de 26 de setembro de 1995 e Decreto n.º 2.036, de 14 de outubro de 1996.

4) preparações a base de ZOLPIDEM e de ZALEPLONA, em que a quantidade dos princípios ativos ZOLPIDEM e ZALEPLONA respectivamente, não excedam 10 miligramas por unidade posológica, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

5) preparações a base de ZOPICLONA em que a quantidade do princípio ativo ZOPICLONA não exceda 7,5 miligramas por unidade posológica, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

LISTA - B2

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS ANOREXÍGENAS

(Sujeitas a Notificação de Receita "B2")

1. AMINOREX
2. ANFEPRAMONA
3. FEMPROPOREX
4. FENDIMETRAZINA
5. FENTERMINA
6. MAZINDOL
7. MEFENOREX
8. SIBUTRAMINA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) excetua-se dos controles referentes a esta Lista, o isômero proscrito metanfetamina que está relacionado na Lista "F2" deste regulamento.

LISTA - C1

LISTA DAS OUTRAS SUBSTÂNCIAS SUJEITAS A CONTROLE ESPECIAL

(Sujeitas a Receita de Controle Especial em duas vias)

1.ACEPROMAZINA
2.ÁCIDO VALPRÓICO
3.AGOMELATINA
4.AMANTADINA
5.AMISSULPRIDA
6.AMITRIPTILINA
7.AMOXAPINA
8.ARIPIPRAZOL
9.ASENAPINA
10.AZACICLONOL
11.BECLAMIDA
12.BENACTIZINA
13.BENFLUOREX
14.BENZOCTAMINA
15.BENZOQUINAMIDA
16.BIPERIDENO
17.BUPROPIONA
18.BUSPIRONA
19.BUTAPERAZINA
20.BUTRIPTILINA
21.CANABIDIOL (CBD)
22.CAPTODIAMO
23.CARBAMAZEPINA
24.CAROXAZONA
25.CELECOXIBE
26.CETAMINA
27.CICLARBAMATO
28.CICLEXEDRINA
29.CICLOPENTOLATO
30.CISAPRIDA
31.CITALOPRAM
32.CLOMACRANO
33.CLOMETIAZOL
34.CLOMIPRAMINA
35.CLOREXADOL
36.CLORPROMAZINA
37.CLORPROTIXENO
38.CLOTIAPINA
39.CLOZAPINA
40.DAPOXETINA
41.DESFLURANO
42.DESIPRAMINA
43.DESVENLAFAXINA
44.DEXETIMIDA
45.DEXMEDETOMIDINA
46.DIBENZEPINA
47.DIMETRACRINA
48.DISOPIRAMIDA
49.DISSULFIRAM
50.DIVALPROATO DE SÓDIO
51.DIXIRAZINA
52.DONEPEZILA
53.DOXEPINA
54.DROPERIDOL
55.DULOXETINA
56.ECTILURÉIA
57.EMILCAMATO
58.ENFLURANO
59.ENTACAPONA
60.ESCITALOPRAM
61.ETOMIDATO
62.ETORICOXIBE
63.ETOSSUXIMIDA
64.FACETOPERANO
65.FEMPROBAMATO
66.FENAGLICODOL
67.FENELZINA
68.FENIPRAZINA
69.FENITOINA
70.FLUFENAZINA
71.FLUMAZENIL
72.FLUOXETINA
73.FLUPENTIXOL
74.FLUVOXAMINA
75.GABAPENTINA
76.GALANTAMINA
77.HALOPERIDOL
78.HALOTANO
79.HIDRATO DE CLORAL
80.HIDROCLORBEZETILAMINA
81.HIDROXIDIONA
82.HOMOFENAZINA
83.IMICLOPRAZINA
84.IMIPRAMINA
85.IMIPRAMINÓXIDO
86.IPROCLOZIDA
87.ISOCARBOXAZIDA
88.ISOFLURANO
89.ISOPROPIL-CROTONIL-URÉIA
90.LACOSAMIDA
91.LAMOTRIGINA
92.LEFLUNOMIDA
93.LEVETIRACETAM
94.LEVOMEPROMAZINA
95.LISURIDA
96.LITIO
97.LOPERAMIDA
98.LOXAPINA
99.LUMIRACOXIBE
100.MAPROTILINA
101.MECLOFENOXATO
102.MEFENOXALONA
103.MEFEXAMIDA
104.MEMANTINA
105.MEPAZINA
106.MESORIDAZINA
107.METILNALTREXONA
108.METILPENTINOL
109.METISERGIDA
110.METIXENO
111.METOPROMAZINA
112.METOXIFLURANO
113.MIANSERINA
114.MILNACIPRANO
115.MINAPRINA
116.MIRTAZAPINA
117.MISOPROSTOL
118.MOCLOBEMIDA
119.MOPERONA
120.NALOXONA
121.NALTREXONA
122.NEFAZODONA
123.NIALAMIDA
124.NOMIFENSINA
125.NORTRIPTILINA
126.NOXIPTILINA
127.OLANZAPINA
128.OPIPRAMOL
129.OXCARBAZEPINA
130.OXIBUPROCAÍNA (BENOXINATO)
131.OXIFENAMATO
132.OXIPERTINA
133.PALIPERIDONA
134.PARECOXIBE
135.PAROXETINA
136.PENFLURIDOL
137.PERFENAZINA
138.PERGOLIDA
139.PERICIAZINA (PROPERICIAZINA)
140.PIMOZIDA
141.PIPAMPERONA
142.PIPOTIAZINA
143.PRAMIPEXOL
144.PREGABALINA
145.PRIMIDONA
146.PROCLORPERAZINA
147.PROMAZINA
148.PROPANIDINA
149.PROPIOMAZINA
150.PROPOFOL
151.PROTIPENDIL
152.PROTRIPTILINA
153.PROXIMETACAINA
154.QUETIAPINA
155.RASAGILINA
156.REBOXETINA
157.RIBAVIRINA
158.RIMONABANTO
159.RISPERIDONA
160.RIVASTIGMINA
161.ROFECOXIBE
162.ROPINIROL
163.ROTIGOTINA
164.SELEGILINA
165.SERTRALINA
166.SEVOFLURANO
167.SULPIRIDA
168.SULTOPRIDA
169.TACRINA
170.TERIFLUNOMIDA
171.TETRABENAZINA
172.TETRACAÍNA
173.TIAGABINA
174.TIANEPTINA
175.TIAPRIDA

PROIBIDA A VENDA EM BANCA DE JORNAL E DA IMPRENSA NACIONAL

176.TIOPROPERAZINA
177.TIORIDAZINA
178.TIOTIXENO
179.TOLCAPONA
180.TOPIRAMATO
181.TRANILCIPROMINA
182.TRAZODONA
183.TRICLOFÓS
184.TRICLOROETILENO
185.TRIFLUOPERAZINA
186.TRIFLUPERIDOL
187.TRIMIPRAMINA
188.TROGLITAZONA
189.VALDECOXIBE
190.VALPROATO SÓDICO
191.VENLAFAXINA
192.VERALIPRIDA
193.VIGABATRINA
194.ZIPRAZIDONA
195.ZOTEPINA
196.ZUCLOPENTIXOL
ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

1.3 o disposto nos itens 1.1 e 1.2 não se aplica a substância canabidiol.

2) os medicamentos à base da substância LOPERAMIDA ficam sujeitos a VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA SEM RETENÇÃO DE RECEITA.

3) fica proibido a comercialização e manipulação de todos os medicamentos que contenham LOPERAMIDA ou em associações, nas formas farmacêuticas líquidas ou em xarope para uso pediátrico (Portaria SVS/MS n.º 106 de 14 de setembro de 1994 - DOU 19/9/94).

4) só será permitida a compra e uso do medicamento contendo a substância MISOPROSTOL em estabelecimentos hospitalares devidamente cadastrados junto a Autoridade Sanitária para este fim;

5) os medicamentos à base da substância TETRACAÍNA ficam sujeitos a: (a) VENDA SEM PRESCRIÇÃO MÉDICA - quando tratar-se de preparações farmacêuticas de uso tópico odontológico, não associadas a qualquer outro princípio ativo; (b) VENDA COM PRESCRIÇÃO MÉDICA SEM A RETENÇÃO DE RECEITA - quando tratar-se de preparações farmacêuticas de uso tópico otorrinolaringológico, especificamente para Colutórios e Soluções utilizadas no tratamento de Otite Externa e (c) VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA COM RETENÇÃO DE RECEITA - quando tratar-se de preparações farmacêuticas de uso tópico oftalmológico.

6) excetuam-se das disposições legais deste Regulamento Técnico as substâncias TRICLOROETILENO, DISSULFIRAM, LÍTIO (metálico e seus sais) e HIDRATO DE CLORAL, quando, comprovadamente, forem utilizadas para outros fins, que não as formulações medicamentosas, e, portanto não estão sujeitos ao controle e fiscalização previstos nas Portarias SVS/MS n.º 344/98 e 6/99.

LISTA - C2

LISTA DE SUBSTÂNCIAS RETINÓICAS

(Sujeitas a Notificação de Receita Especial)

1. ACITRETINA
2. ADAPALENO
3. BEXAROTENO
4. ISOTRETINOÍNA
5. TRETINOÍNA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) os medicamentos de uso tópico contendo as substâncias desta lista ficam sujeitos a VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA SEM RETENÇÃO DE RECEITA.

LISTA - C3

LISTA DE SUBSTÂNCIAS IMUNOSSUPRESSORAS

(Sujeita a Notificação de Receita Especial)

1. FTALIMIDOGLUTARIMIDA (TALIDOMIDA)

ADENDO:

1) ficam também sob controle, todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

LISTA - C4

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS ANTI-RETROVIRAIS

(Sujeitas a Receituário do Programa

da DST/AIDS ou Sujeitas a Receita de Controle Especial em duas vias)

1.ABACAVIR
2.AMPRENAVIR
3.ATAZANAVIR
4.DARUNAVIR
5.DELAVIRDINA
6.DIDANOSINA (ddI)
7.DOLUTEGRAVIR
8.EFAVIRENZ
9.ENFUVIRTIDA
10.ESTAVUDINA (d4T)
11.ETRAVIRINA
12.FOSAMPRENAVIR
13.INDINAVIR
14.LAMIVUDINA (3TC)
15.LOPINAVIR
16.MARAVIROQUE
17.NELFINAVIR
18.NEVIRAPINA
19.RALTEGRAVIR
20.RITONAVIR
21.SAQUINAVIR
22.TENOFOVIR
23.TIPRANAVIR
24.ZALCITABINA (ddc)
25.ZIDOVUDINA (AZT)

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) os medicamentos à base de substâncias anti-retrovirais acima elencadas, devem ser prescritos em receituário próprio estabelecido pelo Programa de DST/AIDS do Ministério da Saúde, para dispensação nas farmácias hospitalares/ambulatoriais do Sistema Público de Saúde.

3) os medicamentos à base de substâncias anti-retrovirais acima elencadas, quando dispensados em farmácias e drogarias, ficam sujeitos a venda sob Receita de Controle Especial em 2 (duas) vias.

LISTA - C5

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS ANABOLIZANTES

(Sujeitas a Receita de Controle Especial em duas vias)

1. ANDROSTANOLONA
2. BOLASTERONA
3. BOLDENONA
4. CLOROXOMESTERONA
5. CLOSTEBOL
6. DEIDROCLORMETILTESTOSTERONA
7. DROSTANOLONA
8. ESTANOLONA
9. ESTANOZOLOL
10. ETILESTRENOL
11. FLUOXIMESTERONA OU FLUOXIMETILTESTOSTERONA
12. FORMEBOLONA
13. MESTEROLONA
14. METANDIENONA
15. METANDRANONA
16. METANDRIOL
17. METENOLONA
18. METILTESTOSTERONA
19. MIBOLERONA
20. NANDROLONA
21. NORETANDROLONA
22. OXANDROLONA
23. OXIMESTERONA
24. OXIMETOLONA
25. PRASTERONA (DEIDROEPIANDROSTERONA - DHEA)
26. SOMATROPINA (HORMÔNIO DO CRESCIMENTO HUMANO)
27. TESTOSTERONA
28. TREMBOLONA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1 os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2 os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) os medicamentos de uso tópico contendo as substâncias desta lista ficam sujeitos a VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA SEM RETENÇÃO DE RECEITA.

LISTA - D1

LISTA DE SUBSTÂNCIAS PRECURSORAS DE ENTORPECENTES E/OU PSICOTRÓPICOS

(Sujeitas a Receita Médica sem Retenção)

1. 1-FENIL-2-PROPANONA
2. 3,4 - METILENDIOXIFENIL-2-PROPANONA
3. ACIDO ANTRANÍLICO
4. ÁCIDO FENILACETICO
5. ÁCIDO LISÉRGICO
6. ÁCIDO N-ACETILANTRANÍLICO
7. ALFA-FENILACETOACETONITRILO (APAAN)
8. DIIDROERGOTAMINA
9. DIIDROERGOMETRINA
10. EFEDRINA
11. ERGOMETRINA
12. ERGOTAMINA
13. ETAFEDRINA
14. ISOSAFROL
15. ÓLEO DE SASSAFRÁS
16. ÓLEO DA PIMENTA LONGA
17. PIPERIDINA
18. PIPERONAL
19. PSEUDOEFEDRINA
20. SAFROL

ADENDO:

1) ficam também sob controle, todos os sais das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

2) ficam também sob controle as substâncias: mesilato de diidroergotamina, TARTARATO DE DIIDROERGOTAMINA, maleato de ergometrina, TARTARATO DE ERGOMETRINA E tartarato de ergotamina.

3) excetua-se do controle estabelecido nas Portarias SVS/MS n.º344/98 e 6/99, as formulações não medicamentosas, que contém as substâncias desta lista quando se destinarem a outros seguimentos industriais.

4) óleo de pimenta longa é obtido da extração das folhas e dos talos finos da Piper hispidinervum C.DC., planta nativa da Região Norte do Brasil.

5) ficam também sob controle todos os isômeros ópticos da substância APAAN, sempre que seja possível sua existência.

LISTA - D2

LISTA DE INSUMOS QUÍMICOS UTILIZADOS

PARA FABRICAÇÃO E SÍNTESE DE ENTORPECENTES E/OU PSICOTRÓPICOS

(Sujeitos a Controle do Ministério da Justiça)

1. ACETONA
2. ÁCIDO CLORÍDRICO
3. ÁCIDO SULFÚRICO
4. ANIDRIDO ACÉTICO
5. CLORETO DE ETILA
6. CLORETO DE METILENO
7. CLOROFÓRMIO
8. ÉTER ETÍLICO
9. METIL ETIL CETONA
10. PERMANGANATO DE POTÁSSIO
11. SULFATO DE SÓDIO
12. TOLUENO

ADENDO:

1) produtos e insumos químicos, sujeitos a controle da Polícia Federal, de acordo com a Lei nº 10.357 de 27/12/2001, Lei n.º 9.017 de 30/03/1995, Decreto n.º 1.646 de 26/09/1995, Decreto n.º 2.036 de 14/10/1996, Resolução n.º 01/95 de 07/11/1995 e Instrução Normativa n.º 06 de 25/09/1997;

2) o insumo químico ou substância CLOROFÓRMIO está proibido para uso em medicamentos.

3) o CLORETO DE ETILA, por meio da Resolução n.º 1, de 5 de fevereiro de 2001, foi incluído na relação de substâncias constantes do artigo 1º da Resolução n.º 1-MJ, de 7 de novembro de 1995.

4) quando os insumos desta lista, forem utilizados para fins de fabricação de produtos sujeitos a vigilância sanitária, as empresas devem atender a legislação sanitária específica.

LISTA - E

LISTA DE PLANTAS PROSCRITAS QUE PODEM ORIGINAR SUBSTÂNCIAS

ENTORPECENTES E/OU PSICOTRÓPICAS

1. Cannabis sativa L..
2. Claviceps paspali Stevens & Hall.
3. Datura suaveolens Willd.
4. Erythroxylum coca Lam.
5. Lophophora williamsii Coult.
6. Papaver Somniferum L..
7. Prestonia amazonica J. F. Macbr.
8. Salvia Divinorum

ADENDO:

1) ficam proibidas a importação, a exportação, o comércio, a manipulação e o uso das plantas enumeradas acima.

2) ficam também sob controle, todas as substâncias obtidas a partir das plantas elencadas acima, bem como os sais, isômeros, ésteres e éteres destas substâncias.

3) a planta Lophophora williamsii Coult. é comumente conhecida como cacto peyote.

4) excetua-se do controle estabelecido nas Portarias SVS/MS n.º 344/98 e 6/99, a importação de semente de dormideira (Papaver Somniferum L.) quando, comprovadamente, for utilizada com finalidade alimentícia, devendo, portanto, atender legislação sanitária específica.

5) excetua-se dos controles referentes a esta lista a substância canabidiol, que está relacionada na lista "C1" deste regulamento.

6) excetua-se das disposições legais deste Regulamento Técnico a substância papaverina, bem como as formulações que a contenham, desde que estas não possuam outras substâncias sujeitas ao controle especial da Portaria SVS/MS nº 344/98.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

LISTA - F
LISTA DAS SUBSTÂNCIAS DE USO PROSCRITO NO BRASIL
LISTA F1 - SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES

1.	3-METILFENTANILA	ou	*N*-(3-METIL-1-(FENETIL-4-PIPERIDIL)PROPIONANILIDA
2.	3-METILTIOFENTANILA	ou	*N*-[3-METIL-1-[2-(2-TIENIL)ETIL]-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA
3.	ACETIL-*ALFA*-METILFENTANILA	ou	*N*-[1-(*ALFA*-METILFENETIL)-4-PIPERIDIL]ACETANILIDA
4.	ACETORFINA	ou	3-*O*-ACETILTETRAHIDRO-7-*ALFA*-(1-HIDROXI-1-METILBUTIL)-6,14-*ENDO*ETENO-ORIPAVINA
5.	*ALFA*-METILFENTANILA	ou	*N*-[1-(*ALFA*-METILFENETIL)-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA
6.	*ALFA*-METILTIOFENTANILA	ou	*N*-[1-[1-METIL-2-(2-TIENil)ETIL]-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA
7.	*BETA*-HIDROXI-3-METILFENTANILA	ou	*N*-[1-(*BETA*-HIDROXIFENETIL)-3-METIL-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA
8.	BETA-HIDROXIFENTANILA	ou	*N*-[1-(*BETA*-HIDROXIFENETIL)-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA
9.	CETOBEMIDONA	ou	4-*META*-HIDROXIFENIL-1-METIL-4-PROPIONILPIPERIDINA
10.	COCAÍNA	ou	ÉSTER METÍLICO DA BENZOILECGONINA
11.	DESOMORFINA	ou	DIIDRODEOXIMORFINA
12.	DIIDROETORFINA	ou	7,8-DIIDRO-7-*ALFA*-[1-(R)-HIDROXI-1-METILBUTIL]-6,14-*ENDO*-ETANOTETRAHIDROORIPAVINA
13.	ECGONINA	ou	(-)-3-HIDROXITROPANO-2-CARBOXILATO
14.	ETORFINA	ou	TETRAHIDRO-7-*ALFA*-(1-HIDROXI-1-METILBUTIL)-6,14-*ENDO*ETENO-ORIPAVINA
15.	HEROÍNA	ou	DIACETILMORFINA
16.	MDPV	ou	1-(1,3-BENZODIOXOL-5-IL)-2-(PIRROLIDIN-1-IL)-1-PENTANONA
17.	MPPP	ou	1-METIL-4-FENIL-4-PROPIONATO DE PIPERIDINA (ÉSTER)
18.	*PARA*-FLUOROFENTANILA	ou	4'-FLUORO-*N*-(1-FENETIL-4-PIPERIDIL])PROPIONANILIDA
19.	PEPAP	ou	1-FENETIL-4-FENIL-4-ACETATO DE PIPERIDINA (ÉSTER)
20.	TIOFENTANILA	ou	*N*-[1-[2-(TIENIL)ETIL]-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA

ADENDO:
1)ficam também sob controle:
1.1.todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.
1.2.todos os ésteres e derivados da substância ECGONINA que sejam transformáveis em ECGONINA E COCAÍNA.
LISTA F2 - SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

1.	(+) - LISÉRGIDA	ou	LSD; LSD-25; 9,10-DIDEHIDRO-*N,N*-DIETIL-6-METILERGOLINA-8*BETA*-CARBOXAMIDA
2.	2C-B	ou	4-BROMO-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
3.	2C-C	ou	4-CLORO-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
4.	2C-D	ou	4-METIL-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
5.	2C-E	ou	4-ETIL-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
6.	2C-F	ou	4-FLUOR-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
7.	2C-I	ou	4-IODO-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
8.	2C-T-2	ou	4-ETIL-TIO-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
9.	2C-T-7	ou	2,5-DIMETOXI-4-PROPILTIOFENILETILAMINA (2C-T-7)
10	**4-MEC**	**ou**	**4- METILETILCATINONA;** **2-(ETILAMINA)-1-(4-METILFENIL)-PROPAN-1-ONA**
11.	4-METILAMINOREX	ou	(±)-*CIS*-2-AMINO-4-METIL-5-FENIL-2-OXAZOLINA
12.	4-MTA	ou	4-METILTIOANFETAMINA
13.	**5F-AKB48**	**ou**	**N-(1-ADAMANTIL)-1-(5-FLUOROPENTIL)INDAZOL-3-CARBOXAMIDA**
14.	5-IAI	ou	2,3-DIHIDRO-5-IODO-1H-INDENO-2-AMINA
15.	25B-NBOMe	ou	2-(4-BROMO-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
16.	25C-NBOMe	ou	2-(4-CLORO-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
17.	25D-NBOMe	ou	2-(4-METIL-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
18.	25E-NBOMe	ou	2-(4-ETIL-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
19.	25H-NBOMe	ou	2-(2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
20	25I-NBOMe	ou	2-(4-IODO-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
21.	25N-NBOMe	ou	2-(4-NITRO-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
22.	25P-NBOMe	ou	2-(4-PROPIL-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
23.	25T2-NBOMe	ou	2-(4-TIOETIL-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
24.	25T4-NBOMe	ou	2-[4-(1-METIL-TIOETIL)-2,5-DIMETOXI-FENIL]-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
25.	25T7-NBOMe	ou	2-(4-TIOPROPIL-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
26.	**AKB48**	**ou**	**N-ADAMANTIL-1-PENTILINDAZOL-3-CARBOXAMIDA**
27.	AM-2201	ou	(1-(5-FLUOROPENTIL)-1H-INDOL-3-IL)-1-NAFTALENIL- METANONA
28.	BENZOFETAMINA	ou	*N*-BENZIL-*N*,*ALFA*-DIMETILFENETILAMINA
29.	BROLANFETAMINA	ou	DOB; (±)-4-BROMO-2,5-DIMETOXI-*ALFA*-METILFENETILAMINA
30.	BZP	ou	1-BENZILPIPERAZINA
31.	CATINONA	ou	(-)-(*S*)-2-AMINOPROPIOFENONA
32.	DET	ou	3-[2-(DIETILAMINO)ETIL]INDOL
33.	DMA	ou	(±)-2,5-DIMETOXI-*ALFA*-METILFENETILAMINA
34.	DMAA	ou	4-metilhexan-2-amina
35.	DMHP	ou	3-(1,2-DIMETILHEPTIL)-7,8,9,10-TETRAHIDRO-6,6,9-TRIMETIL-6*H*-DIBENZO[*B,D*]PIRANO-1-OL
36.	DMT	ou	3-[2-(DIMETILAMINO)ETIL] INDOL ; *N,N*-DIMETILTRIPTAMINA
37.	DOC	ou	4-CLORO-2,5-DIMETOXIANFETAMINA
38.	DOET	ou	(±)-4-ETIL-2,5-DIMETOXI-*ALFA*-METILFENETILAMINA
39.	DOI	ou	4-IODO-2,5-DIMETOXIANFETAMINA
40.	EAM-2201	ou	(1-(5-FLUOROPENTIL)-1H-INDOL-3-IL)-(4-ETIL-1-NAFTALENIL)-METANONA
41.	ERGINA	ou	LSA (AMIDA DO ÁCIDO D-LISÉRGICO)
42.	ETICICLIDINA	ou	PCE ; *N*-ETIL-1-FENILCICLOHEXILAMINA
43.	**ETILONA**	**ou**	**βk-MDEA; 1-(1,3-BENZODIOXOL-5-IL)-2-(ETILAMINO)-1-PROPANONA**
44.	ETRIPTAMINA	ou	3-(2-AMINOBUTIL)INDOL
45.	JWH 018	ou	1-NAFTALENIL-(1-PENTIL-1H-INDOL-3-IL)-METANONA
46.	JWH-071	ou	(1-ETIL-1H-INDOL-3-IL)-1-NAFTALENIL-METANONA
47.	JWH-072	ou	(1-PROPILINDOL-3-IL)NAFTALEN-1-IL-METANONA
48.	JWH-073	ou	NAFTALEN-1-IL(1-BUTILINDOL-3-IL) METANONA
49.	JWH-081	ou	4-METOXINAFTALEN-1-IL-(1-PENTILINDOL-3-IL) METANONA
50.	JWH-098	ou	(4-METOXI1-NAFTALENIL)(2-METIL-1- PENTIL-1H-INDOL-3-IL) METANONA
51.	JWH-122	ou	4-METILNAFTALEN-1-IL-(1-PENTILINDOL-3-IL) METANONA
52.	JWH-210	ou	4-ETILNAFTALEN-1-IL-(1-PENTILINDOL-3-IL) METANONA
53.	JWH-250	ou	2-(2-METOXIFENIL)-1-(1-PENTIL-1-INDOL-3-IL) ETANONA
54.	JWH-251	ou	2-(2-METILFENIL)-1-(1-PENTIL-1H-INDOL-3-IL) ETANONA
55.	JWH-252	ou	1-(2-METIL-1-PENTILINDOL-3-IL)-2-(2-METILFENIL) ETANONA
56.	JWH-253	ou	1-(2-METIL-1-PENTIL-1H-INDOL-3-IL)-2-(3-METOXI-FENIL) ETANONA
57.	MAM-2201	ou	(1-(5-FLUOROPENTIL)-1H-INDOL-3-IL](4-METIL-1-NAFTALENIL)-METANONA
58.	mCPP	ou	1-(3-CLOROFENIL)PIPERAZINA
59	**MDAI**	**ou**	**5,6-METILENODIOXI-2-AMINOINDANO**
60.	MDE	ou	*N*-ETIL MDA; (±)-*N*-ETIL-*ALFA*-METIL-3,4-(METILENEDIOXI)FENETILAMINA
61.	MDMA	ou	(±)-*N*,*ALFA*-DIMETIL-3,4-(METILENODIOXI)FENETILAMINA; 3,4 METILENODIOXIMETANFETAMINA
62.	MECLOQUALONA	ou	3-(*O*-CLOROFENIL)-2-METIL-4(3*H*)-QUINAZOLINONA
63.	MEFEDRONA	ou	2-metilamino-1-(4-metilfenil)-propan-1-ona
64.	MESCALINA	ou	3,4,5-TRIMETOXIFENETILAMINA
65.	METANFETAMINA		
66.	METAQUALONA	ou	2-METIL-3-*O*-TOLIL-4(3*H*)-QUINAZOLINONA
67.	METCATINONA	ou	2-(METILAMINO)-1-FENILPROPAN-1-ONA
68.	METILONA	ou	1-(1,3-BENZODIOXOL-5-IL)-2-(METILAMINO)-1- PROPANONA
69.	**METIOPROPAMINA**	**ou**	**N-METIL-1-TIOFEN-2-ILPROPAN-2-AMINA**
70.	MMDA	ou	5-METOXI-*ALFA*-METIL-3,4-(METILENODIOXI)FENETILAMINA
71.	MXE	ou	METOXETAMINA; 2-(ETILAMINO)-2-(3-METOXIFENIL)-CICLOHEXANONA
72.	PARAHEXILA	ou	3-HEXIL-7,8,9,10-TETRAHIDRO-6,6,9-TRIMETIL-6*H*-DIBENZO[*B,D*]PIRANO-1-OL
73.	**PENTEDRONA**	**ou**	**2-(METILAMINO)-1-FENIL-PENTAN-1-ONA**
74.	PMA	ou	*P*-METOXI-*ALFA*-METILFENETILAMINA
75.	PSILOCIBINA	ou	FOSFATO DIIDROGENADO DE 3-[2-(DIMETILAMINOETIL)]INDOL-4-ILO

EXEMPLAR DE ASSINANTE IMPRENSA NACIONAL

76.	PSILOCINA	ou	PSILOTSINA ; 3-[2-(DIMETILAMINO)ETIL]INDOL-4-OL
77.	ROLICICLIDINA	ou	PHP; PCPY ; 1-(1-FENILCICLOHEXIL)PIRROLIDINA
78.	SALVINORINA A	ou	Metil (2S,4aR,6aR,7R,9S,10aS,10bR)-9-acetoxi-2-(3-furil)-6a,10b-dimetil-4,10-dioxododecahidro-2H-benzo[f]isocromeno-7-carboxilato
79.	STP	ou	DOM ; 2,5-DIMETOXI-*ALFA*,4-DIMETILFENETILAMINA
80.	TENAMFETAMINA	ou	MDA; *ALFA*-METIL-3,4-(METILENODIOXI)FENETILAMINA
81.	TENOCICLIDINA	ou	TCP ; 1-[1-(2-TIENIL)CICLOHEXIL]PIPERIDINA
82.	TETRAHIDROCANNABINOL	ou	THC
83.	TMA	ou	(±)-3,4,5-TRIMETOXI-*ALFA*-METILFENETILAMINA
84.	TFMPP	ou	1-(3-TRIFLUORMETILFENIL)PIPERAZINA
85.	ZIPEPROL	ou	*ALFA*-(*ALFA*-METOXIBENZIL)-4-(*BETA*-METOXIFENETIL)-1-PIPERAZINAETANOL

ADENDO:
1) ficam também sob controle:
1.1.todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.
1.2. os seguintes isômeros e suas variantes estereoquímicas da substância TETRAHIDROCANNABINOL:
7,8,9,10-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol
(9R,10aR)-8,9,10,10a-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol
(6aR,9R,10aR)-6a,9,10,10a-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol
(6aR,10aR)-6a,7,10,10a-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol
6a,7,8,9-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol
(6aR,10aR)-6a,7,8,9,10,10a-hexahidro-6,6-dimetil-9-metileno-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol
2) excetua-se dos controles referentes a esta Lista, o isômero fentermina que está relacionado na Lista "B2" deste regulamento.
3) excetua-se dos controles referentes a esta lista a substância canabidiol, que está relacionada na Lista "C1" deste regulamento.
LISTA F3 - SUBSTÂNCIAS PRECURSORAS
1. FENILPROPANOLAMINA
ADENDO:
1) ficam também sob controle todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.
LISTA F4 - OUTRAS SUBSTÂNCIAS
1. ESTRICNINA
2. ETRETINATO
3. DEXFENFLURAMINA
4. FENFLURAMINA
5. LINDANO
6. TERFENADINA
ADENDO:
1) ficam também sob controle todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.
2) fica autorizado o uso de LINDANO como padrão analítico para fins laboratoriais ou monitoramento de resíduos ambientais, conforme legislação específica.

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 34, de 20-2-2015, Seção 1, página 24, com incorreção no original.

ARESTO Nº 40, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII e no § 1º do art. 5º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidir os recursos, a seguir especificados, conforme relação anexa, em conformidade com as deliberações aprovadas pela Diretoria Colegiada desta Agência em Reunião Ordinária Pública - ROP 015/2014 realizada em 18 de Setembro de 2014.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Empresa: Stream Ind. E Com. De produtos de Limpeza Ltda ME
CNPJ:58.829.433/001-34
Processo nº.: 25351.704164/2012-38
Expediente da Reconsideração de Indeferimento n.º: 0323033/13-3
Decisão: por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 017/2013 - Corec/GGSAN.
Empresa: Ecolab Química Ltda
CNPJ: 00.536.772/0001-42
Processo nº.: 25351.502824/2012-37
Expediente da Reconsideração de Indeferimento n.º: 0752721/13-7
Decisão: por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 04/2014 - Corec/GGSAN.
Empresa: Portomaggiore Indústria e Comércio de produtos Químicos Ltda - EPP.
CNPJ: 05.755.354/0001-60
Processo nº.: 25351.386578/2013-66
Expediente da Reconsideração de Indeferimento n.º: 0832812/13-9
Decisão: por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 08/2014 - Corec/GGSAN.

ARESTO Nº 41, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em Reunião Ordinária Pública - ROP 003/2015 realizado em 05 de fevereiro de 2014, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI e no § 2º do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII e no § 1º do art. 5º do Anexo I do Regimento Interno aprovado nos termos da Portaria nº 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 02 de junho de 2014, e em conformidade com a Resolução RDC nº 25, de 04 de abril de 2008 e Portaria nº 616, de 24 de abril de 2012, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, mantendo os termos da decisão recorrida, conforme relação anexa.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
CNPJ: 44.734.671/0001-51
Processo: 25351.184942/2014-82
Expediente do Recurso: 0402948/14-8

SUPERINTENDÊNCIA DE CORRELATOS E ALIMENTOS
GERÊNCIA-GERAL DE COSMÉTICOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 566, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

A Gerente-Geral Substituta de Cosméticos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições legais conferidas pela 1.726, de 21 de outubro de 2014, publicado no DOU de 23 de junho de 2014, tendo em vista o disposto no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014, e suas alterações, resolve:

Art. 1° Deferir os registros dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme decisão no Mandado de Segurança n.º 1000419-95.2015.4.01.3400, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ETHEL CARDOSO FREITAS

ANEXO

NOME DA EMPRESA AUTORIZAÇÃO
NOME DO PRODUTO E MARCA
COR E/OU TONALIDADE NUMERO DE PROCESSO NUMERO DE REGISTRO
LOCAL DE FABRICAÇÃO VENCIMENTO
DESTINAÇÃO PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO
GRUPO DO PRODUTO
EMBALAGEM PRIMÁRIA
EMBALAGEM SECUNDÁRIA
FORMA FÍSICA
ASSUNTO DA PETIÇÃO
RESTRIÇÃO DE USO
CONSERVAÇÃO
FW INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA 2.05163-2
LENÇOS UMEDECIDOS ISABABY ROSA
25351.607259/2014-61 2.5163.0062.001-1
BLUMENAU/SC 02/2020
COMERCIAL 24 MESES
PRODUTO DE LIMPEZA/HIGIENIZAÇÃO INFANTIL - GRAU 2
POTE DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LENÇO NÃO TECIDO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
25351.607259/2014-61 2.5163.0062.002-1
BLUMENAU/SC 02/2020
COMERCIAL 24 MESES
PRODUTO DE LIMPEZA/HIGIENIZAÇÃO INFANTIL - GRAU 2
BALDE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LENÇO NÃO TECIDO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
LENÇOS UMEDECIDOS ISABABY AZUL
25351.607260/2014-70 2.5163.0061.001-6
BLUMENAU/SC 02/2020
COMERCIAL 24 MESES
PRODUTO DE LIMPEZA/HIGIENIZAÇÃO INFANTIL - GRAU 2
REFIL
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LENÇO NÃO TECIDO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
25351.607260/2014-70 2.5163.0061.002-4
BLUMENAU/SC 02/2020
COMERCIAL 24 MESES
PRODUTO DE LIMPEZA/HIGIENIZAÇÃO INFANTIL - GRAU 2
REFIL
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LENÇO NÃO TECIDO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
25351.607260/2014-70 2.5163.0061.003-2
BLUMENAU/SC 02/2020
COMERCIAL 24 MESES
PRODUTO DE LIMPEZA/HIGIENIZAÇÃO INFANTIL - GRAU 2
BALDE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LENÇO NÃO TECIDO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM
25351.607260/2014-70 2.5163.0061.004-0
BLUMENAU/SC 02/2020
COMERCIAL 24 MESES
PRODUTO DE LIMPEZA/HIGIENIZAÇÃO INFANTIL - GRAU 2
POTE DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTÉM EMBALAGEM PRIMÁRIA
LENÇO NÃO TECIDO
2002 - Registro do Produto
RESTRIÇÃO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO INDICADOS NA ROTULAGEM

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO

RESOLUÇÃO-RE N° 567, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 131, de 31 de janeiro de 2014, publicada no D.O.U. de 3 de fevereiro de 2014, e a Portaria nº. 993, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

considerando o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o Laudo de Análise Fiscal inicial n.º 114.267702, tornado condenatório em razão da empresa não ter interposto perícia de contraprova, emitido pelo Laboratório Central de Saúde Pública Professor Gonçalo Moniz, que apresentou resultado insatisfatório no ensaio de análise de aspecto por ter sido verificado que a suspensão não estaria homogênea, com a formação de grumos e sedimentos de difícil separação após agitação dos frascos para o lote B13L0640 do medicamento MEBENDAZOL, 100 mg/5mL, suspensão oral, fabricado pela empresa Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A; e

considerando manifestação da empresa Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A, que informou à Anvisa o recolhimento do produto, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote B13L0640 (Val.: 11/2016) do medicamento MEBENDAZOL 100 mg/5mL, suspensão oral, fabricado por Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. (CNPJ: 05161069/0001-10).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º, na forma da Resolução-RDC nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HAGE CARMO

RESOLUÇÃO-RE N° 568, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 131, de 31 de janeiro de 2014, publicada no D.O.U. de 3 de fevereiro de 2014, e a Portaria nº. 993, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

considerando os arts. 12, 50, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da divulgação e comercialização dos produtos sem cadastro na Anvisa listados abaixo, pelo sítio de internet www.colter.com.br de propriedade da empresa Saúde em Equilíbrio Ltda., que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da divulgação e comercialização dos produtos listados abaixo, que apresentam alegação de efeitos terapêuticos, de embelezamento ou correção estética, fabricados pela empresa Saúde em Equilíbrio Ltda. (CNPJ: 01114658/0001-97), localizada na Rua Lindolfo Pasquali, 40 - Santa Felicidade - Curitiba - Paraná - Brasil - CEP: 82015-770, por não possuírem cadastro nesta Anvisa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bermuda Alta Anticelulite Infravermelho
Bermuda Alta Anticelulite Infravermelho Algodão Orgânico
Blusa Manga ¾ Anticelulite Infravermelho
Calça Corsário Emana Classic
Calça Fuseau Anticelulite Infravermelho
Calça Fuseau Anticelulite Power Modeladora
Calça Legging Anticelulite Infravermelho Cós Largo
Calcinha Alta Anticelulite Infravermelho Algodão Orgânico
Calcinha Anticelulite Infravermelho Algodão Orgânico
Cinta Abdominal Anticelulite Infravermelho
Cinta Abdominal Anticelulite Infravermelho
Corsário Anticelulite Light
Cotoveleira com Infravermelho Longo
Cueca com Infravermelho Longo Algodão Orgânico Power
Joelheira Fechada com Infravermelho
Luva Alternativa Infravermelho Longo
Macacão Anticelulite Infravermelho
Ombreira com Infravermelho Longo para LER-DORT
Pijama Infravermelho Longo Algodão Orgânico
Regata Dupla Emana Light
Regata Light Anticelulite
Regata Tradicional Classic Anticelulite
Top Cruzado Anticelulite Infravermelho
Top Decote Anticelulite Infravermelho
Tornozeleira com Infravermelho Longo

EDUARDO HAGE CARMO

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 2, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde relativa à proposta de incorporação no Sistema Único de Saúde da eritropoietina para o tratamento da doença falciforme com comprometimento renal nos autos do processo MS/SIPAR nº 25000.060079/2014-62 apresentado pela Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 26 de fevereiro de 2015

Nos Despachos do Secretário, de 21 de agosto de 2014, publicados no DOU nº 161, de 22 de agosto de 2014, Seção 1, páginas 53 a 61, exclui deste ato a publicação da seguinte empresa:

Ref.: Processo nº 25000.204027/2013-23

Interessado: MA CONDE DROGARIA LTDA - EPP

Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação das filiais discriminadas abaixo da empresa MA CONDE DROGARIA LTDA - EPP, CNPJ nº 16.758.545/0001-00, em MARILIA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

16.758.545/0004-44 ATIBAIA/ SP

16.758.545/0005-25 PIRACAIA/ SP

16.758.545/0006-06 ITATIBA/ SP

16.758.545/0008-78 OLIMPIA/ SP

Exclui e torna sem efeito o ato de publicação da seguinte empresa MA CONDE DROGARIA LTDA - EPP, no original DOU nº 161, de 22 de agosto de 2014, Seção 1, páginas 60 e 61.

2. Publique-se.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 19, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Altera o Anexo da Portaria nº 57/SGTES/MS, de 05 de dezembro de 2013, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 57/SGTES/MS, de 05 de dezembro de 2013, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÊIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO

PROCESSO	MÉDICO	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.218733/2013-52	MERCEDES FONSECA DIAZ	2200079	PI	SANTA FILOMENA

PORTARIA Nº 20, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Altera o Anexo da Portaria nº 171/SGTESMS, de 4 de junho de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 171/SGTESMS, de 4 de junho de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÊIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO

PROCESSO	MÉDICO	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.028208/2014-28	MAURICIO OMAR CARDOZO	3300218	RJ	NITERÓI

PORTARIA Nº 21, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Altera o Anexo da Portaria nº 171/SGTESMS, de 4 de junho de 2014, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 171/SGTESMS, de 4 de junho de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÊIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO

PROCESSO	MÉDICO	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.027589/2014-28	FLAVIA CAROL SCHMIDT	3300215	RJ	NITERÓI

PORTARIA Nº 22, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do médico intercambista desligado do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÊIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO

Nome	RNE/RG	RMS	Processo/SIPAR
YUNIOR MORENO AGUILERA	G0061516	1300441	25000.075164/2014-25

PORTARIA Nº 23, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Divulga a relação de profissionais desligados do Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica (PROVAB) 2013.2 e 2014.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013 e,

Considerando a Portaria Interministerial nº 2.087/MS/MEC, DE 1º de setembro de 2011, que institui o Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica (PROVAB);

Considerando a Portaria Interministerial nº 3.031/MS/MEC, de 26 de dezembro de 2012, que altera a Portaria Interministerial nº 2.087/MS/MEC, DE 1º de setembro de 2011;

Considerando os Editais SGTES/MS que regulamentam a adesão ao PROVAB: nº 35, de 26 de dezembro de 2012; nº 01, de 07 de janeiro de 2014; nº 58, de 06 de novembro de 2013; nº 59, de 06 de novembro de 2013 e respectivas alterações e retificações. Resolve:

Art.1º - Divulgar, na forma do Anexo I desta Portaria, a relação dos médicos desligados do PROVAB 2014 por motivo de descumprimento de regras editalícias referentes à especialização.

Art. 2º - Divulgar, na forma do Anexo II desta Portaria, a relação dos profissionais médicos que não obtiveram conceito satisfatório na segunda avaliação somativa do PROVAB 2014 .

Art3º - Divulgar, na forma do Anexo III desta Portaria, a relação dos profissionais médicos desligados do PROVAB 2014 a pedido do (a) participante do Programa.

Art 4º - Divulgar, na forma do Anexo IV desta Portaria, a relação de profissionais cirurgiões-dentistas e enfermeiros desligados do PROVAB 2013.2 por motivo de descumprimento de regras editalícias referentes a especialização..

Art 5º - Divulgar, na forma do Anexo V desta Portaria, a relação de profissionais cirurgiões-dentistas e enfermeiro desligados do PROVAB 2013.2 a pedido do (a) participante do Programa.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

Relação dos médicos desligados do PROVAB 2014 por motivo de descumprimento de regras editalícias referentes à especialização.

Nº	NOME	CPF
1	ADRIANO APARECIDO CORREIA DAMASCENO	07247051639
2	ARTHUR DE FREITAS FERREIRA	02189273129
3	BETINA DE ALBUQUERQUE NEUTZLING	00838053033
4	CELIA DIAS DE ALMEIDA COSTA	03670297669
5	CLERISSON DA SILVA PINHEIRO	89082508168
6	DEYBSON DE SOUZA RODRIGUES GOMES	08317530647
7	EDUARDO ANTONIO LIMA DA SOUSA	01744036314
8	EDUARDO JORGE FRASSY FEIJO	07249272470
9	ELCIMAR NEVES DE ARAUJO	59154535204
10	FILLIPE ESDRAS SILVA LUCIO	05778958420
11	FLAVIO CARVALHO DO VALLE FARIA	02542068160
12	FRANKLIN REGAZZONE PEREIRA LOPES	04675386466
13	GUILHERME BRANT MILLARD	03107539619
14	GUILHERME MESSIAS MENDES LIMA	07369821676
15	HENNRI SAVIO NOVAES ALVES MANICOBA	02509731548
16	JOAO VITOR ALMEIDA DE OLIVEIRA	08507922660
17	JOZIMARA RODRIGUES DA MATA	10509031617
18	LISIA MAYSA DE OLIVEIRA CASTELO BRANCO	03125798370
19	LUCAS ARTHUR CORDEIRO COSTA	01412420601
20	NEY DE OLIVEIRA CARVALHO FILHO	01065222483
21	RAISA COSTA CAFE DE OLIVEIRA	00051334321
22	RAMONN CHAVES DA SILVA RODRIGUES	07380851462
23	RAPHAEL GUEDES VIANA	09867522664
24	REBECA OLIVEIRA CAVALCANTI	03960288883
25	SALIME KAROLINY DE OLIVEIRA AMORIM	09924931700
26	TEOFILO ELPIDIO LOPES DO REGO	04278176414
27	TIAGO MENDES BOTEGA	03064488155

ANEXO II

Relação dos profissionais médicos que não obtiveram conceito satisfatório na segunda avaliação somativa do PROVAB 2014 .

Nº	NOME	CPF
1	ADRIANO APARECIDO CORREIA DAMASCENO	07247051639
2	AIRTON SALVIANO TEIXEIRA PRADO	73122432153
3	ALEXANDRE MIGLIANI DE CASTRO	02105796761
4	AMANDA DONATO CUNHA	05273743427
5	AMANDA LUTTGARDES ALMEIDA MAGALHAES	11283660709
6	ANA CAROLINE LAMAS DA SILVA	14092407700
7	ANDERSON LOPES DOS SANTOS	01679592556
8	ANDREIA FARIAS ALQUIMIM	06235971605
9	ANDRE PATRICIO BRASIL DE FIGUEIREDO	02469675367
10	ANNE NEGREIROS POVOA	07329689688
11	ANTONIO DOS SANTOS COSTA NETO	00827456506
12	ANTONIO PEREIRA GOVEIA FILHO	92543090363
13	ARTHUR LAZARO GIRAO GOMES DE LIMA DOS SANTOS	12420512790
14	BARBARA STEFANELLO FRANTZ	05188166992
15	BRUNO PADUA BARRETO	08142846632
16	BRUNO PEREIRA	08338054798
17	CAIO SILVA MOURA	99670631220
18	CAIO SOUZA BASTOS	03234429510
19	CAMILA DE ALBUQUERQUE MARQUES	06094032497
20	CARLOS MAGNO PEREIRA FILHO	01724985116
21	DANIEL FIALHO VITARELLI DE CARVALHO	07144756613
22	DANIEL NOBRE MAIA	01187529362
23	DANILO DE FRANCA VIRGINIO	05443518437
24	EDUARDO PINHEIRO GOIS FENIMAN	04131492938
25	EVERTON KOITI UNO	00952517906
26	FELIPE DE BRITO ROCHA	62783076349
27	FERNANDA SILVEIRA MORENO	04386723560
28	FERNANDO SILVA GOMES DE MENDONCA FILHO	01962953513
29	FRANCISCA AMANDA DE SOUZA MESQUITA	84785438215
30	GLEISON CAMARONI DE CAMARGO	69235759153
31	GUILHERME DE FREITAS BRAGA BORGES	01643179101
32	GUILHERME HENRIQUE CARDOSO RIEDEL DA COSTA	64029000363
33	GUSTAVO ULYSSES CAMARGO VASCONCELOS	87722216315
34	HENNRI SAVIO NOVAES ALVES MANICOBA	02509731548
35	HERNAN ORELLANA MARQUES	03070790151
36	ISABELLA DE ANDRADE ARRUDA	43684572349
37	ISOLDA VIANA	06699712608
38	IVAN MORENO FERREIRA DUCATTI	35671901804
39	JESSICA MOURA CARTAXO	06593589489
40	JOAO PAULO TAVARES FERREIRA	06232220609
41	JOAO PEREIRA BRINGEL NETO	80184863368
42	JONLUIS TEDESCO	81568592000
43	JOSE OTAVIO ALBERTIN GIANCOLI	34108236890
44	KARLA SOARES DE MIRANDA NOGUEIRA	03637368404
45	KEZIA APOLINARIO SOARES	08482158694
46	LARISSA DE ARAUJO CARNEIRO	03328844570
47	LEILIAN BEZERRA MATOS	02644880599
48	LETICIA DO NASCIMENTO REIS	02471245595
49	LIVIA PETRONE CARDOSO	33535181852
50	LUANA MACHADO GREBOS	04840724989
51	LUCIANA CHRISTIAN GOUVEIA BEZERRA	49237144334
52	LUDIMILA MELO CANGUSSU	08145870623
53	MAIRA TEIXEIRA BRAGA	01026334365
54	MARCO AURELIO PARRA MORALES	34461286894
55	MARIA JULIA ALMEIDA ROSTIROLLA	01845338057
56	MICHELE LAUXEN	00302734040
57	MURILO FERREIRA GUIMARAES PEIXOTO	01870353501
58	NATASHA FERNANDES SPINELLI	12134032782
59	NATASSIA WEBA MENDES DA SILVA	02566963304
60	PABLO ROGERS SOARES QUEIROZ	02068960346
61	PAULO HENRIQUE POGGIALI COSTA	07006633630
62	PAULO VITOR FURTADO RIBEIRO	02459318308
63	POLLYANA REIS ALVES	87267721168
64	RODOLFO JOSE SIQUEIRA DE OLIVEIRA	00958363579
65	RONALDO DE SOUZA OLIVEIRA FILHO	04637572975
66	SAVINA DAMASCENO GONCALVES CORDEIRO	60037400355
67	STEPHANNY ALINE NEVES PINTO	10369348613
68	SUZANNE MAMEDE ELEUTERIO PIO PEREIRA	02096221137
69	VIRGINIA AMORIM TAVARES	73129160159

ANEXO III

Relação dos profissionais médicos desligados do PROVAB 2014 a pedido do (a) participante do Programa.

Nº	NOME	CPF
1	ALAN DIEGO DE MENDONCA	37122751880
2	ALINE LETICIA KOZAK	06794465914
3	ANA CATARINA NUNES DE SANTANA	02879305560
4	ANDRE LUIZ MARTINS ASSUNCAO	10021624674
5	ANTONIO MONT'ALVERNE RANGEL FILHO	64232336320
6	BARBARA HELENA BERNARDES CABRAL	05702154440
7	CLARICE SEMIAO COIMBRA	08105435675
8	DIOGENES JOSE CRISTOVAM CALDEIRA	23072858810
9	FELIPE BAICERE SCHMIDT CARVALHO	01088383157
10	GLAUCIA REIS TORRENS	04415860907
11	IVAN MORENO FERREIRA DUCATTI	35671901804
12	IURY NASCIMENTO BRANDÃO	88585905204
13	JOSÉ WILLIAN FERREIRA LIMA JUNIOR	05325053442
14	LARISSA COSME CAIADO	11604288752
15	LARISSA DOS SANTOS E SILVA	00982511396
16	LUANA COBRA RIBEIRO DUARTE	08112527601
17	MANUELA JUSTI DE FARIAS	05789368956
18	MARCOS VINICIUS CALVELI CARVALHO FERREIRA	12382291745
19	MARILIA CARVALHO DE ANDRADE	05350893416
20	NATALIA BOLSON DOTTO	02121586008
21	NATASHIRA SOARES TORRES	00898100313
22	PAULA BALDISSERA TANSINI	07253327942
23	PATRICK CEZAR DE MEDEIROS AMORIM	06779772470
24	PEDRO IVO BITTENCOURT SANTANA	02534508539
25	RAFAEL BASTIANELLO JUNIOR	36324344843
26	RAQUEL CRUZ DE ALMEIDA	02752267517
27	RAQUEL FERREIRA VAZ	08987069630
28	THIAGO RIGUEIRA EGIDIO	07895718622

ANEXO IV

Relação de profissionais cirurgiões-dentistas e enfermeiros desligados do PROVAB 2013.2 por motivo de descumprimento de regras editalícias referentes a especialização.

Nº	NOME	CPF
1	EDUARDO ANTONIO LIMA DA SOUSA	01744036314
2	ELIZABETH ATAIDE LINHARES FROTA	00602209617
3	FRANKLIN REGAZZONE PEREIRA LOPES	04675386466
4	ISABELA PEREIRA LUSTOSA	02144705399
5	JOAO VITOR ALMEIDA DE OLIVEIRA	08507922660
6	REBECA OLIVEIRA CAVALCANTI	03960288883
7	TEÓFILO ELPÍDIO LOPES DO REGO	04278176414
8	CELIA DIAS DE ALMEIDA COSTA	03670297669
9	JOZIMARA RODRIGUES DA MATA	10509031617
10	LICIA MARA NASCIMENTO DE VASCONCELOS	89175930200

ANEXO V

Relação de profissionais cirurgiões-dentistas e enfermeiro desligados do PROVAB 2013.2 a pedido do (a) participante do Programa.

Nº	NOME	CPF
1	ANA CAROLINA VIEIRA ZAIDAN CABRAL	07479297696
2	ANA CLARA BATISTA MEDEIROS DE ASSIS	09031361470
3	BRUNA SALES URTIGA DE FARIAS	06099078401
4	DIEGO DA SILVA PEREIRA	01713105195
5	IRVING BONFIM MAGALHAES GUMES	03075144550
6	JOSANNY SIQUEIRA COSTA	00957866356
7	LUCIANNE FORTES MONTE SOARES	02223186351
8	MARIA APARECIDA BARBOSA DE SA	09825414650
9	MARIA ELISABETE GOMES ARRUDA	05390251431
10	MEYRIELLE ANDRADE LIMA	00794488528
11	NATALIA FERNANDES POLLO	38144821823
12	PAULO RICHARD COELHO SAMPAIO	26254697300
13	RODRIGO GARCIA BRAZ ANDRADE	09465704776
14	SANDRA SOARES	04518598989
15	SARA CABRAL SILVEIRA	03630664113
16	SILVIA ARAUJO DA SILVA	68583222304
17	ALINE ARAUJO DIAS NOVO	51903253268
18	ANA CRISTINA DA SILVA MAIA	73585882072
19	ANA PAULA DAFLON MACHADO ADAMO	25124182865
20	CARLA CAROLINA ALEXANDRINO VICENTE DA SILVA	06585489489
21	CAROLINA REINO SOBRAL	36841044851
22	CASSIA VALERIA CARNEIRO	82814112104

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

23	ELAINE DE SA FEITOSA	02031300571
24	ELINAY FRANCIELY ALVES DE ALMEIDA	01423342194
25	FLAVIA DO NASCIMENTO TEIXEIRA	13271197733
26	GABRIELLA MARTINS GONZAGA	02715975180
27	LARISSA NAYANE BRAZ DO NASCIMENTO	07791751402
28	LARYSSA KAROLYNE DA COSTA DANTAS	09029876409
29	LAURA DO VALE RESENDE	10347442676
30	LEILA GEORCELEI DE BRIZOLA PERDONSSINI	65543742053
31	LILIANE REGINA MADEIRA ALVES	08161444609
32	MARIANA MONTEIRO PEREIRA	03582346382
33	MAYZA GLYCIA PEREIRA DE MEDEIROS	05214365403
34	MICHELLI DARLI DIAS	30351528881
35	MONICA APARECIDA MARTINS SILVA AIRES	07555358638
36	NAIARA NADIELE COSTA BORGES	02788749163
37	NARA GOMES DA SILVA	06193615490
38	NATANNA DOS SANTOS CARDOSO	94770549253
39	NICELENA VALENTIM COSSA FERREIRA	28282462802
40	OSNAN COSTA DA SILVA	03734058554
41	POLLYANA CANEDO COELHO	03823336169
42	SANDRA SOARES	04518598989
43	VANESSA JESUS CAMPOS	04676195656

PORTARIA Nº 24, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Divulga relação complementar de médicos que concluíram o Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica (PROVAB), referente ao ano de 2013, e que estão aptos a utilizarem pontuação adicional de 10% nos processos seletivos de Residência Médica 2015.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE-SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e

Considerando a Portaria Interministerial nº 2.087/MS/MEC, de 1º de setembro de 2011, que institui o Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica (PROVAB) e respectivas alterações;

Considerando os Editais SGTES/MS de nº 35, de 26 de dezembro de 2012; nº 58, de 6 de novembro de 2013; nº 59, de 6 de novembro de 2013 e nº 01, de 7 de janeiro de 2014 e respectivas alterações e retificações, que regulamentam a adesão ao PROVAB;

Considerando os termos do Informe n° 4, de 3 de outubro de 2013, da Comissão Nacional de Residência Medica (CNRM), referente à Resolução n° 4 da CNRM/MEC 3/2011, de 16 de setembro de 2011, publicada no DOU n° 180, de 19 de setembro de 2011; e

Considerando a Portaria n° 53/SGTES/MS, de 28 de novembro de 2013, que estabelece diretrizes de monitoramento dos profissionais do PROVAB, matriculados nos cursos de especialização,

Considerando o Anexo III da Portaria n° 419/SGTES/MS, de 2 de dezembro de 2014, que relaciona os médicos que concluíram o Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica (PROVAB), referente ao ano de 2013, e que estão aptos a utilizarem pontuação adicional de 10% nos processos seletivos de Residência Médica, resolve:

Art. 1º Divulgar, na forma do Anexo I desta Portaria, a relação complementar dos médicos que concluíram o Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica (PROVAB), referente ao ano de 2013, e que estão aptos a utilizarem pontuação adicional de 10% nos processos seletivos de Residência Médica 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA

ANEXO I

Médicos que concluíram o Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica (PROVAB), referente ao ano de 2013, aptos a utilizarem pontuação adicional de 10% nos processos seletivos de Residência Médica 2015.

Nome Profissional	CPF Profissional
ALEXANDRE BATISTA DE ARRUDA	042.725.944-43
RODRIGO TENÓRIO GONÇALVES DA SILVA	036.277.584-20

PORTARIA Nº 25, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Divulga relação dos profissionais que concluíram o Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica (PROVAB), com conceito satisfatório referente a 2013.2 e 2014.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE-SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e

Considerando a Portaria Interministerial nº 2.087/MS/MEC, de 1º de setembro de 2011, que institui o Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica (PROVAB) e respectivas alterações;

Considerando os Editais SGTES/MS de nº 35, de 26 de dezembro de 2012; nº 58, de 6 de novembro de 2013; nº 59, de 6 de novembro de 2013 e nº 01, de 7 de janeiro de 2014 e respectivas alterações e retificações, que regulamentam a adesão ao PROVAB;

Considerando os termos do Informe n° 4, de 3 de outubro de 2013, da Comissão Nacional de Residência Medica (CNRM), referente à Resolução n° 3 da CNRM/MEC 3/2011, de 16 de setembro de 2011, publicada no DOU n° 180, de 19 de setembro de 2011 e alterada pela Resolução nº1, de 2 de janeiro de 2014, publicada no DOU Nº 2, de 3 de janeiro de 2014;

Considerando a Portaria n° 53/SGTES/MS, de 28 de novembro de 2013, que estabelece diretrizes de monitoramento dos profissionais do PROVAB, matriculados nos cursos de especialização, resolve:

Art. 1º Divulga, conforme Anexo I desta Portaria, relação dos médicos avaliados com conceito satisfatório no desenvolvimento das atividades do Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica (PROVAB), referente ao ano de 2014 e que estão aptos a utilizarem pontuação adicional de 10% nos processos seletivos de Residência Médica.

Art. 2º Divulga, conforme Anexo II desta Portaria, relação dos enfermeiros e cirurgiões-dentistas avaliados com conceito satisfatório no desenvolvimento das atividades do Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica (PROVAB), referente ao ano de 2013.2.

Art. 3º O certificado de conclusão do PROVAB 2013.2 e 2014 estará disponível na Plataforma Arouca, no seguinte endereço eletrônico: https://arouca.unasus.gov.br/plataformaarouca/Home.app

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA

ANEXO I

Médicos avaliados com conceito satisfatório no Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB), referente ao ano de 2014.

Nº	NOME	CPF
1	ABDIEL LEITE DE SOUZA	06247064438
2	ABRAAO FERREIRA DE SOUSA NETO	91850444315
3	ABYDA QUETTURA ALVES DE LIMA	06847403462
4	ACACIA MARIS DA COSTA ESTANISLAU	05100656603
5	ADA TELES MAIA	67138250363
6	ADAM MENDONCA DE OLIVEIRA	00738718343
7	ADAO SOARES ANTUNES NETO	01417007508
8	ADELMO FERNANDES DE FARIAS	04720639445
9	ADEMAR VIEIRA FILHO JUNIOR	00795209100
10	ADEMARIO ALMEIDA MARINHO JUNIOR	01518499198
11	ADERBAL BEZERRA MARTINS	83179062304
12	ADILSON JUNIOR PINTO GALVAO	01349785520
13	ADILSON PONTES DA ROCHA FILHO	01050886330
14	ADOLPHO DE AZEVEDO PINTO	05196209689
15	ADRIANA BANHOS CARNEIRO	03266708318
16	ADRIANA CARVALHO BEZERRA	69529140304
17	ADRIANA DUARTE MERGEL	01891850075
18	ADRIANA FERREIRA DA SILVEIRA	07461971603
19	ADRIANA FONSECA OLIVEIRA DE MELO	02294773560
20	ADRIANA MACARI	33208737840
21	ADRIANA MARIA RIBEIRO GODINHO	07130637935
22	ADRIANA NASCIMENTO ALVES DE BARROS	03511665566
23	ADRIANA PINHEIRO ALVES	62611739315
24	ADRIANA SUSANNE JALCIRA JEUNON	01170741444
25	ADRIANA VIEIRA	05343360947
26	ADRIANA XAVIER TAVARES	06646575401
27	ADRIANO BOTELHO SANTOS	03054754529
28	ADRIANO GUIMARAES REIS	02498277196
29	ADRIANO MARCELO NOVAIS FARIA	66067375591
30	AECIO DE ALBUQUERQUE LINS PORTO	04916600495
31	AFONSO DE CARVALHO NORA	01520463561
32	AFONSO HENRIQUE BEVILACQUA BALEEIRO DE LACERDA	07422740981
33	AFONSO POSSAMAI DELLA JUNIOR	07470063935
34	AGAPITO DE ARAUJO FEITOSA NETO	03100357329
35	AGASSI AMORIM ARRUDA	09612605645
36	AGUINALDO FREIRE ROCHA NETO	00818211318
37	AIDA CRISTINA LUNARDI BACCETTO	35635679803
38	AIRTON TORRES SALES	00432368396
39	AISAR MOHAMMAD JABER	00239758145
40	ALAIDE PINTO BESSA	00406739366
41	ALAN JOSE DE PAIVA RIBEIRO	07168689703
42	ALAN KARDEC ZICA	84130911600
43	ALAN LEAL DE MAGALHAES	03470878331
44	ALANA GABRIELA BATALHA DIOGENES	06124082489
45	ALANA MARIA VASCONCELOS PARENTE	05165758486
46	ALANA MEIRA SILVEIRA POTIGUARA	06561655451
47	ALANA SANTOS SALES	05571209429
48	ALANA SILVA MURTA	83991875500
49	ALANA ZUMBA MILO	08836826644
50	ALANDERSON SOUSA BASTOS	83018425391
51	ALANIA TALITA LEITE BARROS	06471195443
52	ALBERTO DALMACIO VILLALBA DE FARIA	72960159187
53	ALBERTO HENRIQUE DE OLIVEIRA	08228550626
54	ALBERTO RAFAEL BALIEIRO SILVA	06502753655
55	ALBERTO SANTIAGO MARQUES	02340245184
56	ALCEU CARDOSO GARCIA	06017259644
57	ALDI DE MIRANDA ROCHA NETO	01736362330
58	ALDO LUIZ MEES JUNIOR	06296517955
59	ALESSANDRA CRISTINA LUCIO CARRASCO	36905548880
60	ALESSANDRA FIRMINO DIOGENES	05095419416
61	ALESSANDRA SANTOS DA FONSECA	00534657508
62	ALESSANDRA SILVEIRA COLOMBI	05946406957
63	ALEX BERSOT BARBARIOLI	11952152747
64	ALEX BORGES CARVALHO	30812758811
65	ALEX SILVA DE GUSMAO	27979988809
66	ALEX TEIXEIRA PESSOA	02551281504
67	ALEXANDRE BARROS DE VASCONCELOS TEIXEIRA	03936734305
68	ALEXANDRE CAIADO FERREIRA PIRES	03681988129
69	ALEXANDRE JOSE PEREIRA DE LIMA	05279737429
70	ALEXANDRE MENDONCA DE BARROS JUNIOR	03131788100
71	ALEXANDRE MINORU TOME HORIUCHI	33025083875
72	ALEXANDRE RAMOS CAIADO FILHO	02612962131
73	ALEXANDRE TARDIN BARBIRATO	11438560745
74	ALEXANDRE VINICIUS DE OLIVEIRA SOUSA	08975737659
75	ALFREDO LOURENCO DA SILVA NETO	03615118413
76	ALI ZUHER HANDAR	04969130930
77	ALICE DA SILVA MACHADO	05860258712
78	ALINE ALENCAR GIONGO	03358533581
79	ALINE AMARAL MORAES	03277684105
80	ALINE AZEVEDO SOARES OLIVEIRA	08817554600
81	ALINE BACELAR ALVES	73424170178
82	ALINE CALEGARIO CREMASCO	12462875794
83	ALINE CRISTINA DA HORA PEREIRA	00888414560
84	ALINE DE OLIVEIRA TRAJANO	03119640360
85	ALINE DINIZ OLEGARIO DA LUZ	03440707431
86	ALINE DOS SANTOS	04998681966
87	ALINE FELIPE PERUCHI	10907222730
88	ALINE FIGUEREDO DE OLIVEIRA	06023667635
89	ALINE GARCIA GUERREIRO	65415310304
90	ALINE GUIMARAES GRANA	99954168249
91	ALINE LARISSA BATISTA BATISTI	97067024234
92	ALINE MARIA DE OLIVEIRA ROCHA	08341464446

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

93	ALINE MUZI DE CASTRO	10510865747
94	ALINE PALITOT SANTANA	02062173580
95	ALINE PORTELA MUNIZ	00231713320
96	ALINE SOARES DESSIMONI	00676759130
97	ALINE THEBIT BORTOLON	12450164740
98	ALINE VERAS CARNEIRO	01569539359
99	ALINNE FERNANDA AMARAL VERCOSA	04191973460
100	ALINNE GONCALVES BARBOSA DOS SANTOS	08355534425
101	ALINNE MOTA CAVALCANTE	95811770359
102	ALISSON ALEXANDRE SEVERO DE ARAUJO	06698721646
103	ALISSON MONTEIRO SALVADOR	07280986447
104	ALISSON RODRIGUES BOTELHO	06913347650
105	ALISSON VINICIUS PARIZOTTO	04407635924
106	ALIXANDRE DIAS BRAGA	90044282168
107	ALLAN DE AZEVEDO	03615139410
108	ALLAN FERREIRA DANTAS	03234834458
109	ALLAN RAFAEL DOS SANTOS TAVARES	92581773200
110	ALLAN RAMON SANTOS NASCIMENTO	04113038562
111	ALLAN SANTANNA DE FIGUEIREDO	02863046519
112	ALMIRO FRANCISCO LOPES	95327738191
113	ALVARO AUGUSTO DE SOUSA MOTA	08045044667
114	ALVARO FERDINANDO SCREMIN	04082189912
115	ALVARO SILVA ROMERO	51079313249
116	ALYNE ANDRADE LIMA	00794512500
117	ALYNE GOULART GONCALVES	05268839608
118	ALYSSON GARDANNY SOARES E SILVA	75329891353
119	AMANDA ALVES DE BRITO CORREA	02735739180
120	AMANDA ARAUJO DE MOURA	78953553253
121	AMANDA BANDEIRA DE OLIVEIRA	01438994303
122	AMANDA CORDEIRO CAMATA	11605245720
123	AMANDA CRISTINA BOHATCZUK PEREIRA	07284208996
124	AMANDA DA COSTA ROCHA	03560917328
125	AMANDA ELIS CARNIELLO	36574231841
126	AMANDA FARIAS MACHADO DE ANDRADE	08417674403
127	AMANDA FERREIRA NAZARETH	09328743630
128	AMANDA GONTIJO MELO FRANCO LUQUINE	08804046635
129	AMANDA KAREN ALVES CAVALCANTE	02435475365
130	AMANDA LAGHI SANDOVAL	36101014827
131	AMANDA MAFRA LIMA	04186787581
132	AMANDA MAFRA LIMA	04186787581
133	AMANDA PASSOS MARINIELO	01572952571
134	AMANDA SA DE ALMEIDA	06245329418
135	AMANDA SOARES RIBEIRO JORGE	02460859163
136	AMANDA VASCONCELOS FREITAS	02703113358
137	AMELBA CYNTHIA MESQUITA MOTA	02203550376
138	AMYR ZALNIERUKYNAS CAMILIO	36814614812
139	ANA BALBINA BRAZ DE OLIVEIRA	04773474440
140	ANA BEATRIZ OLIVEIRA GERMANO	04941819403
141	ANA CAMILLE RODRIGUES MORAIS DE FIGUEIREDO	01646424395
142	ANA CAROLINA DE OLIVEIRA PIERIN	07059561994
143	ANA CAROLINA FERNANDES ESPERANCA	01417280603
144	ANA CAROLINA HAMAMURA	31372857800
145	ANA CAROLINA MARTINS DE CASTRO CAMPOS	64608476300
146	ANA CAROLINA MOURAO TORELI	35339273857
147	ANA CAROLINA OLIVEIRA CAVALCANTE	03081712505
148	ANA CAROLINA PAIVA BOTELHO	08392916638
149	ANA CAROLINA VISCO COSTA DE ALMEIDA	01935256580
150	ANA CAROLINE PEREIRA DE FREITAS	03477574303
151	ANA CATARINA DE MORAES BARROS	04365468413
152	ANA CECILIA ARCANJO CARNEIRO	02700163338
153	ANA CECILIA CARDOSO DE SOUSA	09852942646
154	ANA CECILIA FERREIRA MONTEIRO	07672261606
155	ANA CECILIA LOPES DE LIMA	04559454469
156	ANA CECILIA RIBEIRO DA SILVA	01751244180
157	ANA CLARA NOBRE E AZEVEDO	12450032754
158	ANA CLAUDIA CAVALCANTE FONSECA	00986536369
159	ANA CLAUDIA CORREIA SANTOS DAS CHAGAS	06127120446
160	ANA CRISTINA CASTRO MUNDIM	02470947146
161	ANA CRISTINA MACEDO CARVALHO	08455284676
162	ANA FLAVIA FARIA DE CAMARGOS	01539182681
163	ANA FLAVIA MIRANDA LANDIN	01633387526
164	ANA GABRIELA CARDOSO FERRAZ	02723341119
165	ANA GABRIELA FERNANDES DA COSTA	08384838607
166	ANA ISABELLA DE OLIVEIRA	85711691287
167	ANA IZA GUTERRES MENDES	98079948372
168	ANA JULIA DE JESUS CANDEA	03337072305
169	ANA JULIA DELA BRUNA BRAND	06511866920
170	ANA KARINY BEZERRA DA SILVA	02877582302
171	ANA KARISSA DE MEDEIROS ALENCAR	01981592342
172	ANA KARLA VIDIGAL CARVALHO SELARES	01698053363
173	ANA LARA CARVALHO ANGELIM	04884714431
174	ANA LARISSA PEDROSA XIMENES	01799213390
175	ANA LETICIA MYLLA OLESKO	07232843933
176	ANA LINDAURA CALLOU AUGUSTO	00954246365
177	ANA LUCIA ARAUJO PEIXOTO	05860756747
178	ANA LUISA BERRUTTI ALEIXO	01492035009
179	ANA LUISA CARDOSO ROSA DA SILVA	37024812818
180	ANA LUIZA BORGES DE SA	36467220889
181	ANA LUIZA BOTELHO URTIGA	08161896410
182	ANA LUIZA DA COSTA BARBOSA	11716383706
183	ANA LUIZA GOMES HASS GONCALVES	91015880282
184	ANA LUIZA PESSOA DE RESENDE	02490438158
185	ANA LUIZA SA PINTO DA NOBREGA LUCENA	04366156300
186	ANA MARIA PERPEDIGNA DE AZEVEDO SIQUEIRA	05404588489
187	ANA MARTINS VIEIRA DA SILVA	00896056163
188	ANA PATRICIA MONTEIRO SILVA	02116240395
189	ANA PAULA ALMEIDA SERAFINI	01784899054
190	ANA PAULA ANKLAM	01570400032
191	ANA PAULA CALAZANS DA PAZ	12946067785
192	ANA PAULA CARVALHO DA SILVA	02190123003
193	ANA PAULA FABRES BEHRENSDORF	01961521008
194	ANA PAULA JACOB BASTOS	89247957249
195	ANA PAULA LACERDA	01635776686
196	ANA PAULA MEDEIROS SILVA	01631642669
197	ANA PAULA SANTOS SOUZA	06636161906
198	ANA PAULA SEDORKO	05923189909
199	ANA PAULA VIEIRA DE CARVALHO	93484291249
200	ANA REBECA SOARES MAIA	66626137387
201	ANA RIVIA SILVA JOVINO	02965300341
202	ANAIS IAMADA PEREIRA	34392038831
203	ANALUSA CANGUSSU LIMA	04245048638
204	ANANDA KARINE PONTES SANTOS	00993592350
205	ANANDA MANUELLY DA MOTA SANTOS	01333911327
206	ANDERSON CARLOS BRASIL VASCONCELOS	03502780323
207	ANDERSON DO AMARAL PEREIRA	01501318101
208	ANDERSON FERREIRA DE MORAES	01448241405
209	ANDERSON IESUS BRAGA SALES	08972504432
210	ANDERSON MARQUES ALADINO DOS SANTOS	33880393800
211	ANDERSON TOMOYUKI KOCHI	04781437966
212	ANDERSON ZESCHAU	04088917936
213	ANDIARA MELO MACIEL	88176576204
214	ANDRE ALENCAR LOBO	02760847306
215	ANDRE AUGUSTO FREIRE	08104531697
216	ANDRE BARBOSA PERPETUO	01383156638
217	ANDRE BOGEA ANCHIETA	00677665369
218	ANDRE CAMPANHA MINIKOWSKI	05764102928
219	ANDRE DA COSTA AGUIAR VENTURA	39534424811
220	ANDRE FELIPE CASTELO BRANCO BARBOSA	04959406402
221	ANDRE FILGUEIRA ABAGARO	00989343332
222	ANDRE GRANIERI DE OLIVEIRA ARAUJO	02829698100
223	ANDRE GUSTAVO BOMFA MIRANDA	06822527605
224	ANDRE LUIZ ALHO ALMEIDA	85245844249
225	ANDRE LUIZ BILIERI PAZIO	05764943990
226	ANDRE LUIZ FERREIRA DE BRITO	09836118667
227	ANDRE LUIZ FORATINI MERCIER	10486935701
228	ANDRE LUIZ PINHEIRO DE MENEZES	02113386305
229	ANDRE MELUZZI DOS REIS	00504146157
230	ANDRE PINTO CAVALCANTI	04814281439
231	ANDRE SERRA MOTA	00654243360
232	ANDRE SILVEIRA LOSS	12435375743
233	ANDRE VENTURA DA NOBREGA	05143487471
234	ANDRE VINICIUS MARTINS	36826745860
235	ANDRE YUJI ISHIGAKI	90879198249
236	ANDRE YURI FURLAN	34837238890
237	ANDREA BACELLAR SOARES DE ANDRADE	03352430535
238	ANDREA BECCO DE SOUZA	38180553353
239	ANDREA COELHO DE AQUINO	02546648578
240	ANDREA DE AFONSECA DIAS E SILVA	05837999655
241	ANDREA FREITAS MELO	07957225403
242	ANDREA HEUBEL GAGLIARDI	35734880809
243	ANDREA LENIR BASTOS PAIVA NERY	01509174575
244	ANDREA NUNES LIMA FRANCO	01449039383
245	ANDREA RODRIGUES LIMA	94903514234
246	ANDREIA DURVAL ROMUALDO	10691759782
247	ANDREIA SANTOS CARDOSO	07529363603
248	ANDREIA VILARINHO PRADO	03048860339
249	ANDRESSA BOCALON DOS ANJOS	00801184290
250	ANDRESSA BRASIL VASCONCELOS COSTA	02703888341
251	ANDRESSA MEDEIROS HOFFMANN	00681003022
252	ANDREZZA FILGUEIRA CAVALCANTE	06219095642
253	ANDREZZA MARQUES FERNANDES	07311169410
254	ANE TRENTO BURIGO	05743181942
255	ANELISE AGUIAR LIMA	01177414180
256	ANESIA ALVES PEREIRA	06691555600
257	ANGELA ALMEIDA MARQUES	06656294944
258	ANGELO MARCELO SCHWALBERT	01581749090
259	ANIELE FAGUNDES	00582366003
260	ANISIO DAVISSON CARDOSO CAVALCANTE	94836388368
261	ANNA CARLA OLIVEIRA BATISTA DA SILVA	01365934454
262	ANNA CAROLINA ALT MENDES	11479552712
263	ANNA CAROLINE RODRIGUES DE SOUZA MATOS	05146446482
264	ANNA CHRISTINA BRASILEIRO SILVA PACHECO	07613227448
265	ANNA KELLY KRISLANE DE VASCONCELOS PEDROSA	04357722365
266	ANNA PAULA CARDOSO MARTINS	08953934680
267	ANNA PAULA FACCO MATTIAZZI	01836032064
268	ANNA PAULA LEITE DOS SANTOS	11749527766
269	ANNA TERESA MOREIRA DE SOUSA E SILVA	09189829603
270	ANNAELISE BANDEIRA PEREIRA	05754503474
271	ANNE CAROLINE ADRIANA DA SILVA	07414511405
272	ANNE ELIZABETH FERRAZ DE ANDRADA	06860319461
273	ANNE KAROLINE COUTINHO BORGES	02191372180
274	ANNIE KAROLINE DE MELO BARRETO	06082166400
275	ANTONIO ALEXANDER LEITE SIMAO	65668766349
276	ANTONIO ANDRE ARCANJO ALVES MARTINS	02639168398
277	ANTONIO AUGUSTO SCHMITT JUNIOR	06833434913
278	ANTONIO CARLOS MOREIRA ALVES JUNIOR	02938607938
279	ANTONIO CLARET DA SILVEIRA JUNIOR	07006360641
280	ANTONIO EMANUEL SOARES VIEIRA	02985781582
281	ANTONIO FERNANDES SILVA E SOUSA NETO	02453165313
282	ANTONIO FLAVIO QUEIROZ DE OLIVEIRA	64711102353
283	ANTONIO LINHARES PONTES FILHO	01971800350
284	ANTONIO MAURO DA COSTA	55880274268
285	ANTONIO QUIBERVILE LAGO SILVA	02465307584
286	ANTONIO RAIMUNDO DUARTE DE SA	06080813459
287	ANTONIO RODRIGUES MORAES NETO	01499504381
288	ANTONIO RORIZ NETO	03848859343
289	ANTONIO SILAIDE DE ARAUJO JUNIOR	03372850394
290	ANTONIO VICENTE DA SILVA NETO	02723464385
291	ARANDA NAZARE COSTA DE ALMEIDA	82741492204
292	ARIADNE CAROLINA DE ASSIS	01796630110
293	ARIANA MARJORIE SILVA FERNANDES	00323530303
294	ARIANE MARTINS CAMPOS	12491955784
295	ARIANE RUBIN COCCO	01429290005
296	ARIELE CRISTINE PEREIRA	35480411837
297	ARISSA DE SOUZA SALES	52917282215
298	ARISTEU LOPES BARBOSA	01442632380
299	ARLETE NORONHA ARRAIS	03579045326
300	ARMANDO DE TOLEDO CABRAL	06759619633
301	ARMANDO LUIZ BASTOS BEZERRA	11376547759
302	ARMANDO MARQUES DE OLIVEIRA	06945954625
303	ARNALDO CASCARDO NETO	07421833439
304	ARON ISSAC SABINE PEREIRA BIRNBAUM	04687335403
305	ARTEMIS HILLARY PIRES GOMES DA SILVA	02414348151
306	ARTHUR LEOPOLDO HOFFMANN	03816548938
307	ARTHUR VELOSO PONTES	06649146404
308	ARTUR NOBREGA LUCENA LIMA DE MORAIS	05400131450

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

309	ASTHELLA DE MOURA BITTENCOURT	08817638617
310	ATAHUALPA LOPES DE OLIVEIRA	89434048320
311	ATHINA HETIENE DE OLIVEIRA IRINEU	36417218813
312	ATTILA RAPHAEL BARBOSA ARAUJO SOUZA DE OLIVEIRA ALVES	05442852473
313	AUDRIA KARINE BIGOLIN JUNG	00854696105
314	AUGUSTO DE AVELAR BREUNIG	01856018040
315	AURELIO CARVALHAIS	01188327194
316	AVA CRISTINA VIEGAS DE ALMEIDA	07568114651
317	AYMEE LUSTOSA NOGUEIRA E TORRES	04351123338
318	AYRTHON NEVES VALADARES JUNIOR	08490256640
319	BARBARA CHRISTINA BONINO PEREIRA PINTO	12444622766
320	BARBARA CRISTINA SANTANA MELLO	72894512287
321	BARBARA DE PAULA CIONI	06651332945
322	BARBARA DE SOUZA ANDRADE	08023160699
323	BARBARA DUARTE FERRAZ	08417003622
324	BARBARA FIGUEIREDO BASTOS	07417090664
325	BARBARA MARCIA ROCHA SOUSA	00809481383
326	BARBARA MARIA ALVES DA COSTA	07339112421
327	BARBARA MARTINS STEFANELO	01865467189
328	BARBARA PECANHA MAGLIANO	11520082770
329	BARBARA RIBEIRO CORREA	94997110230
330	BARBARA SAMPAIO LANDIM	04177859338
331	BARBARA STELZER LUPI	01408594030
332	BARBARA VASCONCELOS DA SILVA	11018005773
333	BEATRIZ ARRUDA MATHEOS DE LIMA	05464696474
334	BEATRIZ ASSED ESTEFAN MOSSO	05663486755
335	BEATRIZ AVILA VARGINHA DE MORAES E SILVA	11088716741
336	BEATRIZ CAVALCANTI BARROS	06518924497
337	BEATRIZ FERNANDES ROCHA	02698281332
338	BEATRIZ PACHECO HIRABARA	04804580905
339	BEATRIZ TAVARES GARCIA	04132776310
340	BERNARDO ANTONIO NEGREIROS MOTA	01472929489
341	BERNARDO RELVAS LUCAS	13001599790
342	BIA DE MELLO ALVIM	10408166657
343	BIANCA BORGES BUTTERBY	02731117109
344	BIANCA BORTOLUZZI CORREA	06706129950
345	BIANCA COSTA MARTINS DE SOUSA TOURINHO	62290770353
346	BIANCA DALL OGLIO HOFFMANN	05884077980
347	BIANCA FERREIRA FONTE	12407272757
348	BIANCA GONCALVES VARELLA BENJAMIM	10019143761
349	BIANCA LOPES NOGUEIRA	01585211028
350	BLENDA AVELINO SOARES	93681232253
351	BODIYABADUGE EMMANUEL MERVYN DAYA PERERA JUNIOR	03217635302
352	BRAUNER DE SOUZA CAVALCANTI	05838891408
353	BRENDA MARIA MAIA SGANZERLA	00395627273
354	BRENDA PAULA DA SILVA RODRIGUES	02704782130
355	BRENO CLASEN	04171007950
356	BRIGITTE MARIANNE ARRAES ARAUJO DE OLIVEIRA	47557818334
357	BRISA BOTELHO SILVA	02364473519
358	BRUNA ALVES DE ARRUDA	07394477428
359	BRUNA BINDA PLASTER	11578813786
360	BRUNA BURIGO	01779004079
361	BRUNA CAMPOS ZANIBONI	11063773709
362	BRUNA CHAVES NOBREGA	00998228494
363	BRUNA DE MAGALHAES MORAIS	03745044312
364	BRUNA DE MELO FRANCO MACHADO	70531951120
365	BRUNA EIRAS GHERARDI	12409509770
366	BRUNA ELIZABET ENGEL ZILKI	02099850119
367	BRUNA FERNANDES DINIZ NEIVA	36085562810
368	BRUNA GAGLIARDI	35061647831
369	BRUNA GOMES SILVA DE LIMA	01904733395
370	BRUNA GUERRA RECH	02127023005
371	BRUNA HOLANDA LUZ DO NASCIMENTO	01891877356
372	BRUNA KOCH BORGES	05535480932
373	BRUNA LAIS NASCIMENTO	83303308500
374	BRUNA LOPES FERRAZ DE AVELAR	03204380580
375	BRUNA LUNARDI DAL BELLO	05136509970
376	BRUNA MANETTI SENHORINHO	06641667928
377	BRUNA MARTINS LEAL	06648989980
378	BRUNA MOREIRA LIMA ROCHA	02717642366
379	BRUNA SILVA TELLES	13585257739
380	BRUNO AMORIM COELHO	02685541373
381	BRUNO ANDRADE PONTE	01002039304
382	BRUNO AQUINO MARCELINO	07283163662
383	BRUNO ARECO DE SOUZA	00629931194
384	BRUNO CESAR SOARES GOMES	05228791604
385	BRUNO DA SILVA TAVORA	10701732741
386	BRUNO DE ALMEIDA HUBNER	07234432620
387	BRUNO DE PINHO AMARAL	09035565614
388	BRUNO DE SOUZA RODRIGUES	07398071450
389	BRUNO EMMANUEL DA CUNHA TORRES	93307160168
390	BRUNO FERREIRA FIGUEIREDO	09032484680
391	BRUNO FERREIRA GONDIM	02848690151
392	BRUNO FERREIRA MARDINI	01504457099
393	BRUNO FREITAS CARDOSO	00158440137
394	BRUNO JOSE DE MENEZES ARAGAO	61862630372
395	BRUNO MALTEZ MIRAGLIA	07806983635
396	BRUNO MARTINI REZENDE	07300118607
397	BRUNO MIRANDA PEDRO	08632183699
398	BRUNO OLIVEIRA ISABELLA	00941288552
399	BRUNO PEREIRA ARAUJO	05160450670
400	BRUNO RAFAEL DA SILVA LIMA	00159679303
401	BRUNO RODRIGUES PARAHYBA	00384153305
402	BRUNO SFALSIN DE OLIVEIRA	05940104703
403	BRUNO SILTON CARLEIAL	02481323343
404	BRUNO SILVA NORONHA	05134987610
405	BRUNO TENORIO ROCHA	01375582445
406	BRUNO TERRA JUNHO	06699029690
407	BRUNO THALES PEREIRA DE OLIVEIRA	52555364234
408	BRUNO VIESA DISSENHA	06860612924
409	BRUNO VILACA TORRES PINTO	05992342451
410	CAIO BATALHA PEREIRA	01850071390
411	CAIO CESAR LEITE DE NEGREIROS	07010297908
412	CAIO CESAR SALES GARCIA	01534155503
413	CAIO CESAR SAMPAIO DE CASTRO NOLETO	66904960310
414	CAIO CESAR SIMPLICIO DUARTE	02073251382
415	CAIO FRANCISCO RODRIGUES DE ANCHIETA	36786635830
416	CAIO HENRIQUE TORRES SOUSA	03221464533
417	CAIO SILVEIRA LEITE ALVES SANTOS	03142174524
418	CAIO VITOR DOS SANTOS SOUSA	03994243343
419	CALEBE AGUIAR VIANA GONCALVES	00915641151
420	CAMELIA GRANDESO	35500918850
421	CAMILA ABDALLA ANTUNES CARDOSO	08973585622
422	CAMILA ALENCAR AMORIM	00361920318
423	CAMILA ALVES RIBEIRO	06792688479
424	CAMILA BARROS BRAGA MIRANDA	12678881725
425	CAMILA BIELER DA SILVA CUNHA	12430980746
426	CAMILA BRANCO LOBATO	99127326268
427	CAMILA BRAZ RODRIGUES DA SILVA	07523202624
428	CAMILA CAVALCANTE BOMFIM	06666491467
429	CAMILA COMIN	01065109083
430	CAMILA DA NOBREGA MEDEIROS SOARES	01460589416
431	CAMILA DE FREITAS CRUZ	03318860573
432	CAMILA DE OLIVEIRA BENTO	13411070781
433	CAMILA DE SOUZA BARROS	02172120340
434	CAMILA FAGUNDES BEZERRA	03768958531
435	CAMILA FARIAS MANGUEIRA	00837332303
436	CAMILA FERNANDA CUNHA DINIZ TAVARES	12455690741
437	CAMILA FERREIRA DA SILVA	05717603924
438	CAMILA FURTADO RODRIGUES	62541013353
439	CAMILA GUIMARAES SILVA DE OLIVEIRA	00294625259
440	CAMILA LEITE DA SILVEIRA	07542980602
441	CAMILA LUCENA PATRIOTA DE PONTES	08091924461
442	CAMILA MARIANO ORATHES	06291817993
443	CAMILA MARINHO ASSUNCAO	09513425681
444	CAMILA MARTINES MELLO	02214953124
445	CAMILA MENDES PATRICIO	06471542429
446	CAMILA MONTEIRO DAMASCENO	01490782184
447	CAMILA PATTAS MIRANDA	02210708508
448	CAMILA PRUDENTE PINHEIRO	91260833372
449	CAMILA QUITERIO DE CARVALHO	36958375866
450	CAMILA RODRIGUES SABOIA	00297427300
451	CAMILA ROTTA PEREIRA	81474989004
452	CAMILA SCHEFFEL	01115816055
453	CAMILA SILVA LEITE PINTO	12439661732
454	CAMILA TABATA CARDOSO TELES	03301548504
455	CAMILA TANIGUTI CORDEIRO VASCO	01768785139
456	CAMILA TRINDADE MARTINS LIRA	06589541485
457	CAMILA VIEIRA	08521553609
458	CAMILA VIOTO	35914667860
459	CAMILE BITTENCOURT SOARES	02561394581
460	CAMILLA FERREIRA GUIMARAES ALVES	02145314571
461	CAMILLA GABRIELA DE OLIVEIRA	01532024169
462	CAMILLA MARIANA ALBUQUERQUE GALDINO	07662601439
463	CAMILLA OLIVEIRA LIMA	02122173564
464	CAMILLE BRESOLIN POMPEU	05346845992
465	CARINE SOMBRA AGUIAR	02896789359
466	CARLA ANDREA PONTES STAUDINGER	06649981435
467	CARLA CARVALHO SILVA MARQUES	01486562507
468	CARLA CECILIA DE LIMA SERPA	07364536442
469	CARLA CERES AZEVEDO ARAUJO MELO MIRANDA	67057500300
470	CARLA CONCOLATO	80555977234
471	CARLA ESTER LESSA FARIAS DA SILVA	07142527781
472	CARLA HELFENSTEIN ZANARDO	02481163044
473	CARLA JANIEIRE RODRIGUES FIGUEIREDO	01990240305
474	CARLA MARIA SILVA BAETA	08468689629
475	CARLA PIRES VIEIRA DE OLIVEIRA	01937178323
476	CARLA RENATA GOMES BRITO	67302475334
477	CARLA SANTANA MARIANO CAMPOS SOBRAL	06796274482
478	CARLA SILVA NOBRE ROCHA PESSOA	99294656349
479	CARLA VALERIA ROCHA RAMOS	09016393706
480	CARLA VIRGINIA DE ANDRADE CHAVES	02606142381
481	CARLOS AUGUSTO LOPO OLIVEIRA	08130281678
482	CARLOS DANIEL VERAS DESCHAMPS	66791464372
483	CARLOS EDUARDO TEIXEIRA PERES	86301420144
484	CARLOS FREDERICO SANTANA REINALDO	66898544349
485	CARLOS RAFAEL DE SOUZA	31012365840
486	CARLOS SELHORST BARBOSA	01120642132
487	CAROLINA AGOSTINO REZENDE	09008154692
488	CAROLINA ALCANTARA BASTOS	03318911585
489	CAROLINA ANDRADE GUEDES DOS SANTOS	08803627669
490	CAROLINA ASHIHARA	34843764817
491	CAROLINA AZEVEDO DE ALCANTARA E SILVA	97831271368
492	CAROLINA BASTOS DEUSDARA	03506658344
493	CAROLINA DA FONSECA BARBOSA	07199476426
494	CAROLINA DE MENDONCA COSTA FERRINI	02501688120
495	CAROLINA DE OLIVEIRA CAVALCANTI ASSUMPCAO	07496229466
496	CAROLINA FINARDI BRUMMER	06630309944
497	CAROLINA LINS MASCARENHAS	11056803711
498	CAROLINA LOPES VICENTE BENDER	11307574718
499	CAROLINA LYRA BARREIRA CARNEIRO	02666037347
500	CAROLINA MORENO COSSI	73628280125
501	CAROLINA MURATORI CAVALCANTE	66759994353
502	CAROLINA NUNES BATISTA SANDIM	02156656193
503	CAROLINA PINTO LATGE	89124405272
504	CAROLINA RANGEL MARCKI	83880054053
505	CAROLINA ROCHA DE FARIA	08129103621
506	CAROLINA ROCHA TORRES	01150438029
507	CAROLINA RODRIGUES DE CARVALHO	08321586660
508	CAROLINA SANTOS DE OLIVEIRA	12048504701
509	CAROLINA SPERANDIO BRAGA	10210359633
510	CAROLINE AIRES DE SANTANA	01381540155
511	CAROLINE ALVES BELEM MORAIS	03973793310
512	CAROLINE BARBOSA LIMA	01543788360
513	CAROLINE BATTISTI	06196556908
514	CAROLINE CAMPOS MARTINS PIRES	05998607660
515	CAROLINE CARDOSO FERREIRA	07654969686
516	CAROLINE DE ALENCAR SANTANA	03401547305
517	CAROLINE DE OLIVEIRA COSTA	06574818664
518	CAROLINE DE OLIVEIRA MATSUURA	08592821630
519	CAROLINE DOS SANTOS LOPES FERNANDES	13009223706
520	CAROLINE EMMANUELLE LIMA SANTOS	02967810533
521	CAROLINE HALLAL REYDAMS	00867786094
522	CAROLINE HECK RODRIGUES	01491375086
523	CAROLINE MARQUES SILVA MOITA	13334196780

VEDADA A VENDA DE ASSINATURA E DA VENDA AVULSA NACIONAL

524	CAROLINE PEREIRA FIGUEIRA	36822761810
525	CAROLINE REHEM ECA GOMES	02636862560
526	CAROLINE ROCHA	00203791100
527	CAROLINN ALBUQUERQUE LOBAO	77536169272
528	CASSIA MANUELLA RAMOS DE BRITO LIMA	06936815430
529	CASSIA MARIA OLIVEIRA DE OLIVEIRA	95414517215
530	CASSIO LINS GIL DE FARIAS	08156452445
531	CASSIO RIBEIRO DOS SANTOS	00389352012
532	CATARINA NEVES PORTELLA LOPES	01924276526
533	CAUE CARDOSO DE OLIVEIRA	08940659635
534	CECILIA MONTEIRO SILVA	07387697469
535	CEILA BEATRIZ OLIVEIRA MENEZES	01894827538
536	CELSO JOSE CARNEIRO JUNIOR	07765111655
537	CESAR CUNHA BASTOLLA	81859007015
538	CHARLIENE DA SILVA VARAO	66335418134
539	CHEYENNE FERREIRA PEREIRA	13307850709
540	CHRISTIANI MARIA VERRI ALEXANDRE	03605535321
541	CHRISTIANO MONTENEGRO FONSECA	02523754401
542	CHRISTOFER MORAES BALEN	00764021001
543	CIBELE ALVES DE ARAUJO	01370095341
544	CIBELE MADSEN BUBA	31655288881
545	CIBELE MATSUURA DE OLIVEIRA	35016699844
546	CICERA NELLY DE ALENCAR CASTRO	01586756303
547	CICERO DIEGO SAMPAIO CABRAL	00323582370
548	CICERO SOARES DE MELO NETO	83984933568
549	CINARA CARNEIRO NEVES	61637432372
550	CINARA DE OLIVEIRA VIEIRA	05598360403
551	CINARA DE OLIVEIRA VIEIRA	05598360403
552	CINTHIA PUBLIO MARTINS	03098263571
553	CINTIA SILOTO GOULART FIGUEIREDO	36926632855
554	CIRO JOSE GONCALVES CARLOS REGO	04564358405
555	CLAINIJANE RAMALHO MOURATO	05474731418
556	CLARA DOS SANTOS LEAL COSTA	11932568794
557	CLARICE DE OLIVEIRA MARINHO	04561088407
558	CLARICE SILVA DE ABREU CUNHA	03147291510
559	CLARISSA MARIA DA SILVA OLIVEIRA	01199782530
560	CLARISSA MARIA MOTTA STOFFEL	12310525707
561	CLARISSA OLIVEIRA TELES	01562540343
562	CLARISSA PATIAS LENA	05454893935
563	CLARISSE LUISA STEFANI	00399451030
564	CLARISSE NOGUEIRA BARBOSA ALBUQUERQUE	00672449390
565	CLAUDIA CRISTINA STUDART LEAL	06172158473
566	CLAUDIA FABIANE SANTOS MARQUES	03079545524
567	CLAUDIA INACIO CARNEIRO	08464800690
568	CLAUDIA LOPES DA SILVA	05763535901
569	CLAUDIA MENDES MIRANDA	11012837777
570	CLAUDIA NUNES LOPES	00648311325
571	CLAUDIA NUNES PEIXOTO	92282210115
572	CLAUDIA OPOLSKI	02214522140
573	CLAUDIA ROBERTA DE MIRANDA	07103827664
574	CLAUDINEL MAGIO JUNIOR	92400019134
575	CLAUDIO ALAN OLIVEIRA DA ROSA	74810367215
576	CLAUDIO ALVES DE ALBUQUERQUE	07889052448
577	CLAUDIO EMMANUEL GONCALVES DA SILVA FILHO	07611077465
578	CLAUDIO SILVA GODOY	26134386812
579	CLAUDIO VINICIUS MENEZES DE BRITO	01315543524
580	CLEBERSON BORGES TENORIO GALDINO	06086279411
581	CLECIO DILMAR TEIXEIRA CARVALHO LOPES	08090808697
582	CLERTON TEIXEIRA LIMA	01394744390
583	CLEYDIANE DA COSTA MENDES	01849863385
584	CLOVIS CARDOSO DE PAIVA NETO	02173874381
585	CLOVIS DA SILVA MELO JUNIOR	82898707520
586	CRHISTIANE OLIVEIRA SILVA	05536764900
587	CRISH TATIANA COCA SUAZNABAR	01800705689
588	CRISTAL CARVALHO HAN	06342556490
589	CRISTIANE MAXIMO DA SILVA	92284230482
590	CRISTIANI VICENTINI	33233526881
591	CRISTIANO SCARTAZZINI	00046978046
592	CRISTIANO SOBRAL DE CARVALHO	02941920420
593	CRISTINA BERTOL BARBOSA	06937882912
594	CRISTINA LUIZA FERREIRA CUNHA	08244362618
595	CRISTINA SANDRI ROSSATO	05320421907
596	CRISTINE FERREIRA MARTINS	13476983706
597	CYNERAYLLY LEBA SARAIVA BESSA	00377340324
598	CYNTHIA CRISTINA ANTONIOL	12409240704
599	CYNTHIA YONE KUBOTA	04589029936
600	DAFNE GONCALVES DE LIMA CASTRO	51061007391
601	DAGOBERTO MOISES FEITOSA DO NASCIMENTO	78653177272
602	DAIANA DAMBROS FERLIN	06396446944
603	DAIANE ALVES DO NASCIMENTO	00678691061
604	DALMY PINHEIRO DE SOUSA	99601559353
605	DANDARA BITU DO NASCIMENTO	05403432426
606	DANDARA MEURER MISSIO	05539423950
607	DANDARA MOULIM PORTO	12083028767
608	DANIEL ANDRE DE OLIVEIRA MAGALHAES	11025175778
609	DANIEL CARLOS AMORIM GADELHA	06905348414
610	DANIEL CUNHA MENEZES	05993037431
611	DANIEL DE MENEZES CORTES BEZERRA	06086407436
612	DANIEL DE SOUZA OLIVEIRA	07390057408
613	DANIEL EDUARDO GARCIA BEZERRA	72380551200
614	DANIEL LOPES EMERENCIANO	06156164456
615	DANIEL MARTINS COSTA JAPPUR	01548754064
616	DANIEL OLIVEIRA ARAUJO	08513323667
617	DANIEL PAIS MARTINS DE MIRANDA	04252887305
618	DANIEL PINHEIRO LIMA	06900303633
619	DANIEL RIBEIRO DE SOUSA	03781901300
620	DANIEL RODRIGUES SILVA	03911364610
621	DANIEL SANTOS COSTA	11137431741
622	DANIEL TRINDADE E SILVA	64451690315
623	DANIEL VINICIUS OLIVEIRA KLIEMANN	94993203004
624	DANIELA AMSTALDEN CANTON	18819563851
625	DANIELA ANDRESSA SOUSA QUINTAO	06976656669
626	DANIELA CARVALHO DE SA	01304921670
627	DANIELA DE ALCANTARA DANTAS	04673144546
628	DANIELA FOMIN DE FREITAS	35728704883
629	DANIELA FURUZAWA RIBEIRO	34221078863
630	DANIELA ISABEL CEVALLOS ZAMBRANO	70133596451
631	DANIELA KOPHAL	05425895917
632	DANIELA REBELATTO	05878620928
633	DANIELA RESENDE MACHADO	08452545614
634	DANIELA YUMI KITASHIMA	01067969098
635	DANIELE DAMARES RODRIGUES DE SOUZA	06062560404
636	DANIELE DE GODOY MAGALHAES	04804652400
637	DANIELE MARTINS DE SA CARNEIRO	04890328424
638	DANIELE NOGUEIRA DE CARVALHO BARROS	06458503490
639	DANIELE SGUISSARDI DE OLIVEIRA	06502931936
640	DANIELE TOMAZINI TIROLLI	94557144268
641	DANIELI DIOVANA DADAN	05434779916
642	DANIELLA DE GODOI NASCIUTTI	84164034149
643	DANIELLA MARCIA MEDEIROS DE SOUSA	07257761450
644	DANIELLA MEIRA AQUINO	07034285608
645	DANIELLE BARCELLOS MORAIS	02959973380
646	DANIELLE CLAUDINO DE OLIVEIRA COSTA	00300817347
647	DANIELLE CRISTINA FILGUEIRA ALVES BATISTA	10040342611
648	DANIELLE LUZIARDI E SILVA MACHADO	37356452839
649	DANIELLE MOURAO MARTINS	00313091358
650	DANIELLE RUIZ MIYAZAWA	05278541903
651	DANIELY LANGA CARVALHO	12102701700
652	DANILA TOMICO NAKAYAMA	34681877859
653	DANILLA OTTONI SOUSA	08790179617
654	DANILLO ALMEIDA DE CARVALHO	82986371515
655	DANILO AGUIAR DE MELO	01784660507
656	DANILO BATISTA DE OLIVEIRA ABREU	01759092533
657	DANILO CARLONI DOS SANTOS	01746541113
658	DANILO DE ANDRADE LIMA	02946113396
659	DANILO DE ASSIS PEREIRA	01506219578
660	DANILO LIRA PORTELA	03166504397
661	DANILO LIRA PORTELA	03166504397
662	DANILO LUIZ BRANDAO REGIS	04288151546
663	DANILO LUIZ JACOBSEN	31141334879
664	DANILO MINUCELI VILVERT	05269866978
665	DANILO PEREIRA ANTUNES	84319151534
666	DANILO PEREIRA NETTO	00603046932
667	DANNER MACILIO SOUZA CONCEICAO	01617670529
668	DANNI WANDERSON NOBRE CHAGAS	02203559322
669	DANNILA RAMALHO MOURA	00410555355
670	DANTE ESCORCIO TAVARES SILVA	02488891177
671	DARIO GROSSI JUNIOR	08804074680
672	DARIO HART SIGNORINI	11191537781
673	DAVI DOS SANTOS ROMAO	13141495718
674	DAVI GREGORIO PITA	00298508354
675	DAVI LINS GRILO	11898167761
676	DAVI TAMAMARU DE SOUZA	05328676963
677	DAVID ALVES DE ALBUQUERQUE FILHO	02931703397
678	DAVID DE OLIVEIRA AGUIAR	02501349504
679	DAVID KARLOS MIRANDA MESQUITA	03477476395
680	DAVID TRONCOSO COSTA CHAVES	00527582140
681	DAVYSON SAMPAIO BRAGA	02099167370
682	DAYANNE ANGELICA DUARTE	02282570189
683	DAYSE GABRIELLE COSTA DOS SANTOS	07639565464
684	DAYSE SANTOS TIBURCIO	06680874475
685	DEBORA ALMEIDA ALVARENGA	70633975168
686	DEBORA BARROS VIEIRA COSTA	01792452365
687	DEBORA CAROLINA HENRIQUES GALENDE	83030115291
688	DEBORA LUIZA DA SILVA	09269962660
689	DEBORA MANICA ROCKENBACH	00594411009
690	DEBORA OLIVEIRA BRAGA MIZIARA	02485453101
691	DEBORA RODRIGUES PAES	78715687287
692	DEBORA SLAVIERO	01914501039
693	DEBORA WANDERLEY PASSOS	07390003499
694	DEBORAH CONCEICAO NOVITA FARIA JACQUET	31023048850
695	DEBORAH FISCHER	04220282904
696	DEBORAH SIMAO DIAS	02487038110
697	DEBORAH SUZANE SILVEIRA XAVIER	08299651654
698	DEBORAH TODESCHINI	02281987043
699	DEIVID ALAN PAULI	04230042981
700	DEIVID DONIZETE BORGES	36307594837
701	DEIVIDE DE SOUSA OLIVEIRA	03326582366
702	DEIVIS CASERES FINGER	00335520022
703	DEIVY FAEIRSTEIN	08423897419
704	DEMETRIUS SILVA DE SANTANA	02383996564
705	DEMOSTENES FERREIRA DE MEDEIROS NETO	07574278474
706	DENIS JOSE MOREIRA LEITE	01035922371
707	DENISE BORGES DE ANDRADE MENDANHA	02707297127
708	DENISE COVRE LORENZONI	78987326268
709	DENISE DIAS FERNANDES BEZERRA DA SILVA	07322106407
710	DENISE LINHARES PEREIRA	01744359164
711	DENISE MEDEIROS PONTES	03624445367
712	DENISE MORAES HORIY	36009640890
713	DENISE TEMOTEO DA ROCHA	04285083400
714	DENYSE SALES VELOSO ALBUQUERQUE	00831572396
715	DEYBSON GOMES PEREIRA	03592641581
716	DEYVERSON DIDIMO DE OLIVEIRA RIOS	74801546234
717	DEYVID BRIAN CAVALCANTE CARLOS DE CARVALHO	95351299100
718	DIANA ISABEL RAPOSO CRISTOVAO	06214229756
719	DIEGO ABREU MARQUES	67307876353
720	DIEGO ANDRADE DE CALDAS	99434806372
721	DIEGO ANDRADE LEAL	12407558723
722	DIEGO AUGUSTO BARBOSA DA SILVA	88780341268
723	DIEGO BASTOS TEIXEIRA	03331078530
724	DIEGO BRANDAO SIQUEIRA	00077149122
725	DIEGO CORDEIRO ELEUTERIO	08509577617
726	DIEGO DE SOUZA NUNES	03204415554
727	DIEGO E SILVA ALMEIDA	00678788308
728	DIEGO FONSECA CORDEIRO	01757866310
729	DIEGO GONCALVES OLIVEIRA SOUZA	01120337500
730	DIEGO HOLANDA BARBOSA	05468059495
731	DIEGO LEITE NOLASCO	00834091577
732	DIEGO LISBOA COTTA	01424897602
733	DIEGO LOPES E SILVA	81778694268
734	DIEGO OLIVEIRA DE MENDONCA	79160794291
735	DIEGO PEREIRA ALVES DE MORAES	00896851133
736	DIEGO RODOVALHO GUIMARAES	00799779105
737	DIEGO RODRIGO SZEREMETA DA SILVA	06639709970
738	DIEGO ROSSEMAN VIEIRA	06512709950
739	DIEGO SILVA DA ROCHA	01570984000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

740	DIEGO TAVARES RUFINO ALVES	05981563486
741	DILLAYS RAYDYLAYDE SILVA SIQUEIRA	01944627146
742	DIOGENES DIAS TEIXEIRA	08055082600
743	DIOGENES SOARES DA COSTA	01004688458
744	DIOGO AZEVEDO FREITAS	01236186141
745	DIOGO FARIAS CANTALIXTO	88295036220
746	DIOGO FERREIRA GUIMARAES	01514250608
747	DIOGO GONCALVES MARQUES LIMA	06492994426
748	DIOGO HIROSHI MIZUMOTO	06629992903
749	DIOGO IBARGOYEN RECH	01133484018
750	DIOGO VINICIUS DE MELO DESTRO	06055973910
751	DIONATANS RODRIGUES ZULIAN	05240748950
752	DONIZETE JUNIOR RODRIGUES	08366673600
753	DORGIVAL JOSE DE ARAUJO JUNIOR	05422853474
754	DORIS DAY FERREIRA CORREIA	54865077120
755	DOUGLAS ALMEIDA DE OLIVEIRA FILHO	02423857101
756	DOUGLAS DIAS TEIXEIRA	06253906607
757	DOUGLAS PINHEIRO BRILHANTE	03309011330
758	DOUGLAS RODRIGUES DE MACEDO	01882063376
759	DUANA PITTOL	05954869910
760	DYEGO FREDERICK SIMAO BARBOSA	00655118160
761	EBERSON DE ALCANTARA CRUZ	03078596303
762	EDER CHICARELI BALESTRI	06599417914
763	EDERSON OLIVEIRA DOS REIS	07410464747
764	EDESIA KAROLINNI ALVES DE FONTES QUEIROZ	05714462483
765	EDGARD KINDERMANN	01544356943
766	EDILANE PIRES PINHO	83917918587
767	EDILBERTO FERREIRA VERAS JUNIOR	66693667368
768	EDIVALDO ALMEIDA DE ARAUJO JUNIOR	07662228452
769	EDLANGELA ARAUJO DA SILVA VASCONCELOS	02774328470
770	EDMILSON BARBOSA NOGUEIRA NETO	00464679397
771	EDNA WEISHEIMER	01229887016
772	EDSON BULAMARQUE LOPES NETO	62866907353
773	EDSON CARVALHO LIMA	84732822304
774	EDSON GOMES SUZART	94468516534
775	EDSON KENJI TAKAKI JUNIOR	06535218988
776	EDUARDA COSTA ALVES	07389480475
777	EDUARDA LEMES DIAS	08739788628
778	EDUARDO ALCANTARA QUIDIGNO	35162515817
779	EDUARDO ALVARENGA JUNQUEIRA FILHO	08321123643
780	EDUARDO ALVES DOS SANTOS	24268143653
781	EDUARDO AUGUSTO PESSOA GOMES	01903653150
782	EDUARDO CESAR SCHERER	04439664946
783	EDUARDO CEZAR SILVA DOS SANTOS	82807191215
784	EDUARDO CORREA BARGIONA	09992921706
785	EDUARDO CORTE REAL LIRA	03831724466
786	EDUARDO DE LIMA MEDEIROS SILVA	02698144343
787	EDUARDO FELIPE DE CARVALHO CHAVES	04720823459
788	EDUARDO FERNANDES ANDRADE	05714026748
789	EDUARDO GOUVEA GOULART	01545926174
790	EDUARDO JOAQUIM DA LUZ ZANDONA	05895814905
791	EDUARDO JORGE LEMOS NEVES FILHO	07247059451
792	EDUARDO LAFAYETTE MONTEIRO	05793112448
793	EDUARDO MICK HARTER	02325228045
794	EDUARDO NEUMANN TAVARES	02195314044
795	EDUARDO NOBREGA CAMPOS	07357297438
796	EDUARDO PACKER WEISS	06111379925
797	EDUARDO RAMALHO DE SOUSA PIRES	08927905474
798	EDUARDO SOUZA SILVA VEIGA	90919513549
799	ELAINE FERNANDES ANDRADE TEIXEIRA	03120496332
800	ELAINE LIMA DE SOUZA	06901876459
801	ELAZIR BARBOSA MOTA	05870750741
802	ELENICE ANDRADE MILHOMEM	03464532321
803	ELIANA MENDES DE SOUZA OLIVEIRA	57205493587
804	ELIANE MACHADO DUTRA	06026912908
805	ELIANE YUKA KAGUEYAMA	04700912901
806	ELIDIA CRISTINA MORAES DAS CHAGAS	88469387200
807	ELIS JORDANA MENGARDA BIRON	01851695974
808	ELIS RAQUEL DA SILVA ARAUJO	02577960379
809	ELISA NOCCHI DE MELLO MOTTA	36948735894
810	ELISA OENNING	07430457932
811	ELISA ORTIZ CABRERA	01999646029
812	ELISSANDRA MELO LIMA	88761177253
813	ELLEN CHRYSTINE XAVIER DE ALMEIDA	02391599188
814	ELLEN DA ROSA TELES	05454745901
815	ELLENN VASCONCELOS PEREIRA	12413604723
816	ELLIS NEIDE ALVES CARNEIRO	56657862253
817	ELOISA GABRIELE GOMES DA COSTA	06738025408
818	ELTON ANDERSON ARAUJO DE CAVALCANTI	02651223336
819	EMANUELA BERNARDINO GALVAO	05778803494
820	EMANUELE MARTINS DE OLIVEIRA	00966714326
821	EMERSON DOS SANTOS PINTO	03176480555
822	EMILI AGUSTINI LOVATEL	01105304035
823	EMILIA VIANA DA ROCHA AGUIAR	04429422656
824	EMILIE KRUSCHEWSKY OLIVEIRA	00971866511
825	EMILIO SALVIANO NETO	03330616326
826	EMILLE ARAUJO CAVALCANTE	02513659309
827	EMMANUEL NASSER VARGAS ARAUJO DE ASSIS	10946901716
828	EMMILY DAIANE BUARQUE DE SANTANA	33963128801
829	ENEAS DANTAS DE QUEIROGA JUNIOR	03273827327
830	EPITACIO DE CARVALHO SANTOS FILHO	01706371314
831	ERGON LEMOS AMANCIO BARBOSA DANTAS	02797514432
832	ERIC VIEIRA LUNA MAYERHOFF	11664543716
833	ERICA FERREIRA MENESES	01956433139
834	ERICK BARBOSA RESZKA	71933875291
835	ERICK EANNES MOURA BRINGEL	00781523303
836	ERICK ENRICO CRISPIM CAVALCANTE	01940034345
837	ERICO FURTADO BRASIL DE CASTRO	95702431391
838	ERIKA CARDOSO SILVA	07403016408
839	ERIKA MARIA DO NASCIMENTO SA	99327970306
840	ERIKA MAYUMI FUKUDA DA SILVA	05736238993
841	ERIKA MOREIRA CARVALHO	06597845641
842	ERIKA RIBEIRO LEAO BEZERRA	05839155403
843	ERIKA VIVIANE SOARES ALVES	09072450647
844	ERIVELTON DE AZEVEDO LOPES	02078742120
845	ERLON COELHO MENDONCA	02113903300
846	ERMANCE FERNANDES PINHEIRO FILHO	05226404433
847	ERNESTO HIROYUKI IIDA	05273438977
848	ESAU LIMEIRA TAVARES	02192978359
849	ESTEFANIA CARDOSO TRINDADE LACERDA	01688370137
850	ESTELA LUIZA TEIXEIRA MUNIZ	84745380259
851	ESTEVAN ROSSETO DE SOUZA	12461529752
852	ESTHER GONCALVES DIOGO DE LIMA	05478680494
853	ETHIENE CABRAL DOS SANTOS IORIO GOMES	02963115709
854	ETHYENNE LACERDA MOREIRA	08179416496
855	ETIANNE ANDRADE ARAUJO	02182391304
856	EUCILENE KASSYA BARROS DE OLIVEIRA	02672547335
857	EURIANA TRAVAGIM BRIONE	28091412827
858	EURICO CARNEIRO DA SILVA LOURO	00690412371
859	EVALDO DA SILVA BARBOSA JUNIOR	01310033307
860	EVELISE VIEIRA FLORES	80825230268
861	EVELYN ANNY SONOBE FERREIRA DOS SANTOS	06407661960
862	EVELYN HOLANDA VASCONCELOS	07402330419
863	EVERSON CAMPOS DE QUEIROZ	90126386234
864	EVERTON ALAN DA SILVA DOMINGUES	01279987308
865	EVERTON COSTA BARROS	92920055372
866	EVERTON DAVID TAVARES VASCONCELOS	05760536435
867	EVERTON PIRES BATISTA	05580891431
868	EVERTON SANTOS OLIVEIRA	01480657166
869	EWANDRO BRAZ CONTARDI	06325192907
870	EYDER FIGUEIREDO PINHEIRO	01113258381
871	FABIA LAIS COTRIM FERNANDES	03191949577
872	FABIANA DE ARRUDA BASTOS	94923213272
873	FABIANA MARIA RIBEIRO DO NASCIMENTO	06702896476
874	FABIANA RIBEIRO COSTA	70350426287
875	FABIANE NUNES OLIVEIRA	07100232600
876	FABIANNE LORENA DE ANDRADE PEREIRA	78828384204
877	FABIANO DE MELO PEIXOTO	05965099606
878	FABIANO GUERRA SANCHES	09093883771
879	FABIO ANDRE ZANELLA	00868244066
880	FABIO CAMELO MOURAO	03624450360
881	FABIO COELHO NETO	73497193100
882	FABIO DE CARVALHO GARCIA	34664134860
883	FABIO EMMANUEL NEVES TEIXEIRA	08334253664
884	FABIO FIRMINO CHARAO TEODORO	92845185120
885	FABIO GAZZOLLA	05362714961
886	FABIO GONCALVES DE MATOS	08962997673
887	FABIO HENRIQUE QUEIROZ PEREIRA	04115253363
888	FABIO PERES SEVERO	01069508004
889	FABIO ROSA SILVA	04436929981
890	FABIO XAVIER PEREIRA	01993899502
891	FABIOLA DE SANTANA SOUZA	03340809593
892	FABIOLA DONATO LUCAS	08229545677
893	FABIOLA ONOFRE CAVALCANTI	07192784494
894	FABRICIO COSTA FERREIRA	01533105618
895	FABRICIO LEOCADIO RODRIGUES DE SOUSA	60021104379
896	FABRICIO MENEZES LEITE	08799084678
897	FABRICIO MOREIRA BATISTA AGUIAR	00718358309
898	FABRICIO VELOSO SOARES VIANA DE ABREU	02686329360
899	FAGNER CARDOSO FERRO	01363219413
900	FAGNER GOMIDES TORRES	07778784610
901	FAGNER GUESSER	00929284984
902	FARLLEY GOMES SILVESTRE DA SILVA	12335165747
903	FAUZER CURY OCHSENDORF	36842235812
904	FELICIA BENEVIDES PRAXEDES	96601418234
905	FELIPE AFRANIO SOUSA	07796845677
906	FELIPE ALEXANDRE VALGUEIRO DE CARVALHO	06946898400
907	FELIPE ANTONIO MOREIRA	08952206606
908	FELIPE AUGUSTO FERNANDES MARTINS	05148844442
909	FELIPE BARROS TEIXEIRA BASTO	05425862407
910	FELIPE BATISTA COSTA	01766574360
911	FELIPE BEDESCHI FARIA	10099043610
912	FELIPE DE CASTRO GUEDES	03693114340
913	FELIPE DE PAIVA ESCARIAO	04427163467
914	FELIPE FELIX ALVES	06612570610
915	FELIPE FERREIRA NEVES	10470013656
916	FELIPE FRANCA LAGOUDAKIS	13734109736
917	FELIPE GOMES DE MELLO CARVALHO	03722405343
918	FELIPE JESUS TEIXEIRA	03220505538
919	FELIPE MARQUES TOME	07794256690
920	FELIPE MARZULLO CABRAL	08168535685
921	FELIPE MORAIS LIMA	02438650311
922	FELIPE MOURA TEIXEIRA DE SOUZA	01162325364
923	FELIPE OTAVIO DE PAULA	06705137924
924	FELIPE PEREIRA GUIMARAES	07371938402
925	FELIPE PIZZOLATO	82800030020
926	FELIPE POZZEBON BORGES	00846860066
927	FELIPE QUEIROZ DE SOUZA	80359736300
928	FELIPE QUEIROZ PORTELA	86569619268
929	FELIPE RAMON GESSER CARDOSO	03926868996
930	FELIPE RAPHAEL BUGARIM BITTENCOURT	00569866103
931	FELIPE VIDAL SCHNEIDER GUIMARAES	05327379620
932	FELIPE ZANCAN ESPANHOL	01064432085
933	FELIPPE DOS SANTOS RIBEIRO	00438506340
934	FELLIPY MARTINS RAYMUNDO	04519649935
935	FERNANDA ALVES MONTEIRO	05876498955
936	FERNANDA ANTUNES FREITAS	06592205636
937	FERNANDA APARECIDA BETT RODRIGUES	04880423998
938	FERNANDA ARNS DE CASTRO	00558714960
939	FERNANDA AVILA	06890913973
940	FERNANDA BEATRIZ SILVEIRA CALDAS	07662194450
941	FERNANDA BORGES DIJIGOW	38376277804
942	FERNANDA BRAGA MONTEIRO	87006294215
943	FERNANDA CECILIA DE OLIVEIRA COSTA ATAIDE BRITO	96546395215
944	FERNANDA COELHO REZENDE	08144862660
945	FERNANDA CRISTINA CABRAL COELHO	05858914942
946	FERNANDA DE ALMEIDA BARRETO	01407568507
947	FERNANDA DE PAULA PIMENTA	01881931110
948	FERNANDA FURTADO GUIMARAES	12667393783
949	FERNANDA GOMES DE SIQUEIRA	11889986763
950	FERNANDA HERNANDES CINTRA	00421494107
951	FERNANDA KINCESKI PINA	05573390902
952	FERNANDA LOUREIRO PERILLO	07008955669
953	FERNANDA LOURENCO PRESTES	13337590705
954	FERNANDA MACHADO DE SOUSA LIMA	08471586673
955	FERNANDA MACHADO SCUDELER	35016596875

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

956	FERNANDA MARCIA DOS SANTOS LIMA DIDJURGEIT	04767809428
957	FERNANDA MARIA SANTANA NORBERTO	05821990424
958	FERNANDA MORELLI SALLUM	37299974835
959	FERNANDA NAVARINI QUEIROZ	02753271160
960	FERNANDA OLIVEIRA LOPES	08333003699
961	FERNANDA PACCINI ALVES GODOI	37476374851
962	FERNANDA REBOUCAS BOTELHO	08758818669
963	FERNANDA RECIO PROCACI FERREIRA	11729258794
964	FERNANDA RIOS BASTOS LUNA	00441071376
965	FERNANDA SILVA DA PAZ CASTRO	02602331538
966	FERNANDA SIMOES DOS SANTOS	33122053870
967	FERNANDA TAVARES DE ALCANTARA	02145267557
968	FERNANDA VOLPATO FRANCA	00966515129
969	FERNANDO AKIRA MAKIYAMA	04308287995
970	FERNANDO ANTONIO WILLINGTON FILHO	05929986908
971	FERNANDO ASSED GONCALVES	11054664773
972	FERNANDO CESAR FERREIRA	07082610602
973	FERNANDO CESAR FERREIRA CALISTRO	36063912851
974	FERNANDO DA SILVEIRA	01616419032
975	FERNANDO DE CASTRO GUIMARAES RIOS IGNACIO	02346187100
976	FERNANDO ERICK DAMASCENO MOREIRA	01428960120
977	FERNANDO FLECK	01064138055
978	FERNANDO HENRIQUE DE LIMA SA	00331403323
979	FERNANDO JOAQUIM DE OLIVEIRA	08295515730
980	FERNANDO JOSE CARVALHO SILVEIRA	04286142302
981	FERNANDO JOSE DE SOUSA	01629678619
982	FERNANDO KUPPER	04361658994
983	FERNANDO MARTINS PINTO	02194373195
984	FERNANDO MOREIRA DOS SANTOS	12375771796
985	FERNANDO NUNES COELHO	79814182672
986	FERNANDO NUNES DA SILVA	34734275866
987	FERNANDO RODRIGO CASTRUCHI KAMEI	06429941965
988	FERNANDO SEIJI SUZUKI	36973448895
989	FILIPE ANDERSON DE SOUZA FLORENTINO	01121750400
990	FILIPE ARESI AGUIAR	02060026377
991	FILIPE CANAL MOURA	11634141741
992	FILIPE CARVALHO DE LEMOS	02323906305
993	FILIPE CEZAR BERTASSONI DE SOUZA	06665866912
994	FILIPE DE JESUS PASSOS	02530617503
995	FILIPE FERRAZ DE SOUZA	06407388422
996	FILIPE GUSMAO ONOFRI GUIMARAES	01387333682
997	FILIPE HENRIQUE ALVES DA COSTA	05220633490
998	FILIPE OTAVIO CHAVES DUARTE	08616123610
999	FILIPE PATRICIO DE MELO E MEDEIROS	02950033407
1000	FILIPE PONTE DE SOUZA	04976095509
1001	FILIPE RAFAEL STUKER	00499324030
1002	FILLIPE DE ALMEIDA CARVALHO E SILVA	02210638542
1003	FLAVIA CAMPANTE MAGINA	09929752714
1004	FLAVIA DE OLIVEIRA LIMA	36867106846
1005	FLAVIA DIAS SILVEIRA	03228852300
1006	FLAVIA ESPER DAHY	06851130602
1007	FLAVIA FELIPE DARELA	06123766996
1008	FLAVIA HELENA HORACIO RIBEIRO	33984619804
1009	FLAVIA MOITA LIMA	35089486840
1010	FLAVIA REBELLO BYRRO	08290403666
1011	FLAVIA RODRIGUES DE FRANCA	07466151671
1012	FLAVIA RODRIGUES DIAS	00605984174
1013	FLAVIA RODRIGUES DO NASCIMENTO	04783953619
1014	FLAVIA SOUSA NASCIMENTO	02058535367
1015	FLAVIA TARGINO DE SOUZA CHAVES	04608167480
1016	FLAVIO ANDRADE AVELAR	07336169686
1017	FLAVIO COSTA CHAVES	04642460675
1018	FLAVIO GUIMARAES DE ABREU AZEVEDO	73065471191
1019	FLAVIO HENRIQUE VALICELLI	36984399807
1020	FLORA SOARES FREITAS	00209107383
1021	FRANCESCA DE SA FREIRE	06994297659
1022	FRANCIANE ROPELATTO	04519023947
1023	FRANCIANI FARIAS FERRAZ	01756533563
1024	FRANCINE ELIZA FACCIN	76050505004
1025	FRANCISCA DANIELE FERREIRA LOPES	02514384303
1026	FRANCISCA GIORDANA VASCONCELOS DE OLIVEIRA	03529539341
1027	FRANCISCA JORDANNA BARREIRA SILVA	02783089106
1028	FRANCISCA LUCIA DO ROSARIO DE SOUSA CORDEIRO	01852002301
1029	FRANCISCA PRISCILLA DUARTE DE FIGUEIREDO	99710331353
1030	FRANCISCO BRAZ ANASTACIO JUNIOR	97433594604
1031	FRANCISCO CESAR DE OLIVEIRA GONCALVES	00245210350
1032	FRANCISCO DAS CHAGAS OLIVEIRA NETO	00199655324
1033	FRANCISCO DE ASSIS PINTO CABRAL JUNIOR RABELLO	06373784401
1034	FRANCISCO DE SOUZA CARNEIRO RIBEIRO	03136101502
1035	FRANCISCO DENIS ARAGAO DE SOUZA	00319434389
1036	FRANCISCO EDMAR DE FREITAS FILHO	01058840304
1037	FRANCISCO FLAVIO BARBOSA	02855117348
1038	FRANCISCO FRITSCH MACHRY KRUM	01006823085
1039	FRANCISCO ISAIAS DA SILVA	05137088471
1040	FRANCISCO JULIO WERNER DOS SANTOS SIQUEIRA	01093089300
1041	FRANCISCO KAZUYOSHI KAMOGARI DE ARAUJO	05703105986
1042	FRANCISCO LOPES FREIRE NETO	76555747234
1043	FRANCISCO MAURO GUIMARAES COSTA FILHO	93395728315
1044	FRANCISCO MOL SOARES NETO	07987864692
1045	FRANCISCO ROBERTO DE ARAUJO NOGUEIRA	77466667368
1046	FRANCISCO ROBSON DA SILVA COSTA	01397815442
1047	FRANCISCO RONALDO MOURA FILHO	00998910341
1048	FRANCISCO TEODORO DE FARIA II	00375391169
1049	FRANCISCO TULIO DE OLIVEIRA CARVALHO	07539772492
1050	FRANCISCO XAVIER FERNANDES JUNIOR	05699364463
1051	FRANCISCO YURI PINTO DANTAS	00011828382
1052	FRANCYELLE DE CASSIA NAYANE DA ROCHA MESQUITA	01993821155
1053	FREDERICK BUTTS	00786673133
1054	FREDERICO AUGUSTO RAMOS DA SILVA	77595050430
1055	FREDERICO DE ASSIS SOARES	79743269568
1056	FREDERICO DE MENEZES FIGUEIREDO COUTO BEM	00848185307
1057	FREDERICO MONTEIRO DE OLIVEIRA	09789171625
1058	FREDERICO SHIMOYA BELEM	08417677690
1059	GABRIEL AURELIANO SERRANO	07890276400
1060	GABRIEL BRAGA DIEGUES SERVA	01111178445
1061	GABRIEL CARNEIRO VIEIRA	02490205137
1062	GABRIEL DAVID GARCIA CABRAL	00642600112
1063	GABRIEL DOS SANTOS CUNHA	04261923548
1064	GABRIEL FRIZON GREGGIANIN	03650870177
1065	GABRIEL GONCALVES DA SILVEIRA	01963057562
1066	GABRIEL LUIZ FIGUEIREDO CHIOZZO DE OLIVEIRA	01283451794
1067	GABRIEL OLIVEIRA BORGES GUEBA FARIA LOPES	12433956722
1068	GABRIEL RAVAZZI DOS SANTOS	03277487105
1069	GABRIEL VARJAO LIMA	02709992566
1070	GABRIEL VIEIRA SIMONELLI	07479712693
1071	GABRIELA ALBUQUERQUE FERNANDES NOBREGA	08382258450
1072	GABRIELA ALVES VASCONCELOS	83393293591
1073	GABRIELA BRAZ LEITE	01755246102
1074	GABRIELA CACCIOLARI CAPUTO	21843855810
1075	GABRIELA CARACIOLO NOVAES	07086939463
1076	GABRIELA CAROLINE DE PAULA ALCANTARA	94675872204
1077	GABRIELA CARVALHO SIMOES COELHO	07083699607
1078	GABRIELA COUTINHO GONDIM DA JUSTA	00795068360
1079	GABRIELA CRISTINA CARMONA HINOJOSA	86353020287
1080	GABRIELA DE AZEVEDO AMORIM	05683590469
1081	GABRIELA DE OLIVEIRA FERREIRA	08416570418
1082	GABRIELA DE PADUA ROCHA CORREA	08309155670
1083	GABRIELA FERNANDA DE ASSIS ALVES	07686427609
1084	GABRIELA FRAUCHES SOUZA LOVATTI	05780214719
1085	GABRIELA GONCALVES TEODORO E SILVA	06218705609
1086	GABRIELA GUAZZELLI	19786833830
1087	GABRIELA KIMIE ASEKA	06297186952
1088	GABRIELA LIRA NOBREGA	04308553466
1089	GABRIELA LOPES CARVALHO	03285522321
1090	GABRIELA LUSA VIAPIANA	01833649028
1091	GABRIELA MELGACO MIRANDA	02291211102
1092	GABRIELA MERCEDES ARGUELLO FRUTOS	84496576015
1093	GABRIELA NUNES OLIVEIRA	02053117176
1094	GABRIELA OLIVEIRA BRANDAO COUTO	02847746501
1095	GABRIELA PALHANO LAURO	07407546452
1096	GABRIELA PORTO FERREIRA	07243592651
1097	GABRIELA SILVEIRA MENICUCCI	02700740319
1098	GABRIELA SOARES BASTOS	01458550583
1099	GABRIELE PEREIRA ALMEIDA DA SILVA	12447507780
1100	GABRIELLA AMARAL DE PAULA	02444845110
1101	GABRIELLA APARECIDA MULINARI	05662359946
1102	GABRIELLA GADELHA SARMENTO	05732307494
1103	GABRIELLA MACEDO BARROS	01438487479
1104	GABRIELLA MELO FONTES SILVA	03329079533
1105	GABRIELLA SOUZA E SILVA	03277790126
1106	GABRIELLE CASTELO XIMENES ACCIOLY	03204173364
1107	GABRIELLE RIBEIRO SENA	04916756401
1108	GABRIELLY COLOMBO SIMOES	12067274708
1109	GABRIELY ISIDRO GUERRA	06726274424
1110	GABY MARIA CARVALHO DE FREITAS	08729427401
1111	GALTON LIMA DE LIMA	61340812215
1112	GARDENIA TEIXEIRA HOLANDA	96557869353
1113	GARDSON MARCELO FRANKLIN DE MELO	05556469474
1114	GAUTAMA CONSENTINO PIRES	05113196657
1115	GEISNER PRADO BRANCHER	05936585662
1116	GEIZEANE MORAIS DA CUNHA	94289700268
1117	GENETON ROMUALDO DE FRANCA	08920154465
1118	GENOLIVIA VIANA QUARTO	10781441765
1119	GEORGE AUGUSTO COELHO DE OLIVEIRA	96621605315
1120	GEORGE MORAIS DE AMORIM	00093488327
1121	GEORGES HANNA EL HOMSI	02703852150
1122	GERALDO MAGELLA VILLA NOVA MONTEIRO NETO	90347030378
1123	GERIEL BARBOSA DO VALE	88515486253
1124	GERMANNA MARIA LOPES JORGE ABREU	01709263385
1125	GERSON PEQUENO DE BRITO DIMPERIO	02415265152
1126	GIANA DENARDIN FRASSON	01025703022
1127	GILBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA	04874687407
1128	GILBERTO DINIZ DE OLIVEIRA SOBRINHO	07391369411
1129	GILBERTO EDER DE OLIVEIRA JUNIOR	05932461950
1130	GILBERTO RAMOS FROTA	09676299693
1131	GILBERTO RIBEIRO LEITE	11641451777
1132	GILCIMARA VALERIA MARTINS DA SILVA	01308051492
1133	GILMARA JESSICA ARCANJO SANTANA	06838088428
1134	GILMMAR MARQUES DA COSTA MELO	01339204452
1135	GIOVANA DELBONI	03099533750
1136	GIOVANNA REZENDE DA SILVA	10336085729
1137	GIOVANNE BOGARIN RIBEIRO	05139863910
1138	GIOVANNI GALENO DO NASCIMENTO SANTOS	06898260448
1139	GIOVANNI GRAZIANO DE SOUSA XAVIER	02110689340
1140	GISELA YSABEL PEREDA DIAZ	70228773199
1141	GISELI VIEIRA MACHADO MOLINA	32726663893
1142	GISELLE DRUMOND COTA	08962821630
1143	GISELLE HOMERO DA ROCHA	01789903025
1144	GISELLE LAURITZEN DUARTE	82397236591
1145	GIULIA MARIA GOMES DA SILVA	12174299720
1146	GIZELI FABIANA DE OLIVEIRA	82463034220
1147	GLAUCIA FRANCO DE SOUZA	70370940130
1148	GLAUCO TASHIRO	05349646990
1149	GLAUCUS FERNANDO VIEIRA NUNES	07205432669
1150	GLAUTON VINICIUS BARRETO SILVEIRA	70856230553
1151	GLEICIANNE GARCIA GADELHA	00463457366
1152	GLENDA BRAUER BONJARDIM DE SOUZA	03327273510
1153	GLORIA ELIZABETH BARRIENTOS SANCHEZ	54856620215
1154	GRACIELE SILVA FERREIRA	01634373600
1155	GRASIELE SOUZA FIGUEIREDO	03162506514
1156	GREICE SPINDLER CHAVES	00905138007
1157	GREYCE MARA RODRIGUES DE MEDEIROS	02053722100
1158	GUILHERME BARZOTTO TAGLIARI	05382201986
1159	GUILHERME BORGHINI PAZUELLO	33968170873
1160	GUILHERME BULHOES MARQUES DA SILVA	06914757410
1161	GUILHERME CARNEIRO AGUIAR	98627775320
1162	GUILHERME DA SILVA MELO	02307314148
1163	GUILHERME DE ASSIS MALERBA	00844397342
1164	GUILHERME DE MEDEIROS HOLANDA	02878938399
1165	GUILHERME FERREIRA DE ALMEIDA	02480286185
1166	GUILHERME FREDERICO WEEGE	06634477981
1167	GUILHERME GARCIA	04366765594
1168	GUILHERME GOMES RIBEIRO	08263506662
1169	GUILHERME GONTIJO	01499583150
1170	GUILHERME GUIMARAES SILVEIRA	07563174605
1171	GUILHERME HENRIQUE FONTANA	02197759159
1172	GUILHERME JAIRO LUIZ DA SILVA	02473427186
1173	GUILHERME MASSAO NOSO	05286340970
1174	GUILHERME MOIMAZ	33217251857
1175	GUILHERME MORAES KRUGER	02064666923
1176	GUILHERME MOURA DA COSTA	05931640673
1177	GUILHERME PUCCI STANGLER	00353117030
1178	GUILHERME RANDOLPHO TOLEDO	08047665685
1179	GUILHERME SARAIVA LEAL LOPES	00388784105
1180	GUILHERME SILVA MACHADO	88487520200
1181	GUILHERME TELL BENEVENUTO APOLINARIO	03642001629
1182	GUILHERME WOLF PIMENTEL	01731738021
1183	GUSTAVO AMARAL MODESTO	01187726192
1184	GUSTAVO ARANTES DE SOUZA	02477597167

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1185	GUSTAVO ARRAIS BASIL	13341139710
1186	GUSTAVO BARRA CARVALHO	72981032100
1187	GUSTAVO BIESDORF	05723263943
1188	GUSTAVO CARRARO BARBOSA	08477887683
1189	GUSTAVO DE ALMEIDA	00801530970
1190	GUSTAVO DE SOUZA CUSTODIO	05937392990
1191	GUSTAVO DUARTE ALVES	05318176445
1192	GUSTAVO FEITOSA DE SOUTO	04995417400
1193	GUSTAVO GASPARETTO BITTAR	09345107681
1194	GUSTAVO HENRIQUE CATARINO DE SOUSA	00197591345
1195	GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS ZANETTI	04483552996
1196	GUSTAVO HENRIQUE SOUZA ROCHA	08975033686
1197	GUSTAVO MELO DE ANDRADE LIMA	01510718613
1198	GUSTAVO MORALES CAMILO REIS	71285237153
1199	GUSTAVO OLIVEIRA PACHECO	11620131765
1200	GUSTAVO PAPA SOARES	09531780641
1201	GUSTAVO PEREIRA LIMA LANG	01023971046
1202	GUSTAVO RAMALHO DE OLIVEIRA	36618666805
1203	GUSTAVO REIS KRAMMER	00634715070
1204	GUSTAVO THADEU HYMER DE BRITO COSTA DOS SANTOS OLIVEIRA	02679306589
1205	GUSTAVO UZEDA MACHADO	03055561503
1206	GYANNA LIS VIEIRA DE OLIVEIRA	06193131450
1207	HALANNA COSTA CARDOSO DE OLIVEIRA	00529359308
1208	HALITA VIEIRA GALLINDO VASCONCELOS	36957660850
1209	HALLISSON THIAGO CORREIA DIAS	61458864391
1210	HALSIA SUIAMA FEITOSA GARCIA	07432794413
1211	HANNA CAROLINA CONSTANTINO TEODORO	01244741523
1212	HANNAH JONES GAMA	06075879463
1213	HARLLEY FLAVIO TRINDADE BATISTA	05264386650
1214	HEBE MARINA SANTOS MENDES	08742512654
1215	HEBER REIS TEIXEIRA DE AZEVEDO	00394176545
1216	HECTOR RODRIGO LAGES CONTASTI	00867693401
1217	HEITOR ANDRADE CESAR DE OLIVEIRA	05870384974
1218	HEITOR BERTONI ARAUJO E SILVA	01659603617
1219	HELENA SALGADO LOURO	11072634767
1220	HELIDA BARBOSA FARIA SILVA	01866881132
1221	HELIO DE SIMONE FAINSTEIN	10805574743
1222	HELIVELTON ROCHA AZEVEDO	02781481580
1223	HELLE NICE FARIA SANTOS ALVES HADDAD	12671102798
1224	HELLEN MARIE CASALI	01075811082
1225	HELOISA APARECIDA LACERDA E SILVA	06764537674
1226	HELOISA BRESSIANI	05406255908
1227	HELOISA FARIA DE OLIVEIRA	13669310762
1228	HELOISA QUEIROZ MANELLA	27780073858
1229	HELOISA RAMOS AGUIAR DE FREITAS	00506622100
1230	HELTON BENEVIDES SANTANA DE OLIVEIRA	01354958578
1231	HENRIQUE ALENCAR ALVES FERREIRA	70606730168
1232	HENRIQUE ALVES COSTA AFONSO	07247361662
1233	HENRIQUE ANTONIO DE LIMA E SILVA	06979832697
1234	HENRIQUE ANTONIO RAPOSO SILVA	07616827675
1235	HENRIQUE BORDIN SCHMIDT	01261263057
1236	HENRIQUE COELHO SILVA	02710798352
1237	HENRIQUE DIAS DE SOUZA	00191295213
1238	HENRIQUE DIRCKSEN MELO	04715205947
1239	HENRIQUE FERREIRA DE ARAUJO ANTUNES	06390148607
1240	HENRIQUE NUNES MACHADO	07185144671
1241	HENRIQUE PERISSATO MANGIALARDO	06179840938
1242	HENRIQUE PRESTES MIRAMONTES	36305873801
1243	HERICK NAKAYAMA NASCIMENTO	04149509921
1244	HERLANDERSON GUSTAVO PICCOLI	09299995761
1245	HERMANO LUCIO GOMES DE ASSIS FILHO	33861887886
1246	HERMIRIO PUBLIO DE BRITO VIANA	11067586504
1247	HEROS SOUZA COUTO JUNIOR	07694964669
1248	HEVILA MARIA GARCIA	02199334309
1249	HILDOMAR BATISTA DOS SANTOS	52295770378
1250	HILMA GIRAO MARQUES	01729824307
1251	HILTON AGUIAR CANUTO	02723382303
1252	HOLEAN FRANCISCO RODRIGUES COSTA	01835024343
1253	HOMERO DOS SANTOS NASCIMENTO JUNIOR	02470315182
1254	HUDSON JOSE MAGALHAES FIGUEIREDO	04284722492
1255	HUDSON ROCHA DE SOUZA	05486791690
1256	HUGO AIHARA HARAGUSHIKU	04249566919
1257	HUGO AURELIANO MACHADO JUNIOR	10534592708
1258	HUGO DE AMORIM OLIVEIRA	01387350420
1259	HUGO DE JESUS GALLO CAMINHA	76868915268
1260	HUGO JANUARIO PINTO DE SOUZA	06947122643
1261	HUGO RODRIGUES ROSA	33115768885
1262	HUGO SIQUEIRA ROBERT PINTO	02048721389
1263	IANA ANGELICA DIAS MEDEIROS	05286045464
1264	IARA DOS SANTOS PEREIRA LOPES	01741836158
1265	IARLEY PERON FARIA	06592018607
1266	IATAN REZENDE MENDONCA	01578885175
1267	IBERTSON HENRIQUE DE SOUSA JUVINO	65338065487
1268	ICARO AUGUSTO GODINHO	07262352610
1269	ICARO CAMPOS DUARTE	01763242323
1270	ICARO CARVALHO PIRES	98548875372
1271	ICARO DANTAS DE MELLO FONSECA	12429737701
1272	IDELMA TAVARES MORORO	00518988376
1273	IEDO AVELINO DIAS DA SILVEIRA	06558958686
1274	IEJI SANTOS LANDI	78898145500
1275	IGOR BANTIM BARBOSA	02116762332
1276	IGOR BRAGA NEDER	07484797677
1277	IGOR DE ABREU FERREIRA	01711772151
1278	IGOR DE OLIVEIRA MARTINS	53115538200
1279	IGOR FERREIRA BRITO HOLANDA	02178854389
1280	IGOR HARLEY FERNANDES DUTRA NEVES	03723722369
1281	IGOR LINHARES MESQUITA	02969230364
1282	IGOR LOGETTO CAETITE GOMES	01949601536
1283	IGOR NEVES SANTOS	03511942586
1284	IGOR NORONHA DE CARVALHO	60123365350
1285	IGOR RODRIGUES MOURAO	87723301391
1286	IGOR VASCONCELOS BARROS CRONEMBERGER	06822292616
1287	ILA GRAEBIN OLIVEIRA	01126138100
1288	ILANA MARQUES NOGUEIRA	07381415429
1289	ILLANA BEATRIZ RODRIGUES PAIVA DA ROCHA	07982625401
1290	ILSIANE BASTIANI	01435593030
1291	ILZEN CIBELE BEZERRA DE FARIAS	01440997489
1292	INARA DO NASCIMENTO MAGALHAES	01862728399
1293	INDIANA MOURA DA SILVA AZEVEDO	03359181581
1294	INDIANARA CRISTINI MULLER SCHNEIDER	05800166927
1295	INDIARA PENIDO	06691783654
1296	INGRID ALVES DA SILVA OLIVEIRA	03341182551
1297	INGRID CAROLINE BAIA DE SOUZA	88721558272
1298	INGRID COTTA	10891503773
1299	INGRID DE JESUS FERNANDES	01267131110
1300	INGRID LEAL LINS	06544684430
1301	INGRID MENEZES MARQUES	02597731588
1302	INGRID MUNIZ DE ALENCAR SAMPAIO	05400642462
1303	INGRID VANESSA DE SOUSA PEREIRA	08205673454
1304	IRIUS ARTHUR GONCALVES LUCIO BATISTA	07482546928
1305	ISA FELIX ADORNO	90997158115
1306	ISA FERREIRA GOMES BARRETO	03668403392
1307	ISAAC AMERICO OLIVEIRA	02779585552
1308	ISABELA ALMEIDA GANTOIS	07524036485
1309	ISABELA CRUVINEL MELO FRANCO CASTRO	09439452676
1310	ISABELA DE CARVALHO REDA	36896940867
1311	ISABELA FRANCA DIAS GOMES	07172784685
1312	ISABELA MACEDO ALVES	05879770435
1313	ISABELA MAGGIONI HOLZ	05849379703
1314	ISABELA MARIA SILVA	08322111681
1315	ISABELA PIMENTA XAVIER	01851154540
1316	ISABELA ROCHA DE LUCENA	01813411310
1317	ISABELA RODRIGUES BRANDAO	88137791353
1318	ISABELA SCARDUA FRIZZERA GONCALVES	83076123220
1319	ISABELA TORRES DE SA GUIMARAES	07130117699
1320	ISABELE ARAUJO TAVARES	00610536354
1321	ISABELLA BOTELHO FIGUEIREDO MATIAS	09752523641
1322	ISABELLA CRISTINA SIMAS DE AGUIAR	03435870176
1323	ISABELLA CRUZ NATALI	05141390721
1324	ISABELLA DRUMOND FIGUEIREDO	08781057601
1325	ISABELLA FRANCA PENA	07725699678
1326	ISABELLA FRANCO BASTOS	09187899663
1327	ISABELLA PAZ CARVALHO	64773744391
1328	ISABELLA RODRIGUES COSTA	05667583771
1329	ISABELLE DAMIAN PRUDENCIO	01440798958
1330	ISABELLE GUERRA VILAR	05754132476
1331	ISABELLE MARGUERITE SALAH REGO	03325726500
1332	ISADORA BODEVAN	00014614197
1333	ISADORA RODRIGUES DE ALMEIDA	08027829658
1334	ISIS MAYER	01835760040
1335	ISIS MUNIZ DE ALENCAR SAMPAIO	05400644406
1336	ISIS PINHEIRO BARRETO	03237248509
1337	ISIS SOARES ROBERTI	09051722648
1338	ISIS VASCONCELOS LIMA	01645071596
1339	ISMAR MIRANDA DE SENNA PEREIRA JUNIOR	05398857622
1340	ISTEFANY DAYANNA COSTA LIMA	02485918350
1341	ITALLO EPAMINONDAS DE QUEIROZ REGO	00501969365
1342	ITALO BRUNO SILVA FERREIRA	02643497503
1343	ITALO CESAR DE SOUZA RIBAMAR	02276549351
1344	ITALO EUGENIO ANDRADE FEITOSA	03515185330
1345	ITALO JORGE TENORIO LIRA	05992926445
1346	ITALO KAIO BEZERRA VASCONCELOS	06429144437
1347	ITALO LEONEL FERNANDES SILVA	00549695222
1348	ITAMAR CAUBY PEREIRA SOUTO JUNIOR	00243464541
1349	IUMY NAYARA SILVA DOS SANTOS	02615829335
1350	IURY MOTA DA SILVA	01420103326
1351	IVAN CAZNOK LIMA	06212631921
1352	IVAN CESAR TANAKA KUSSANO	06641343944
1353	IVAN FERREIRA REZENDE	09037440665
1354	IVAN GOMES RIOS	82781761249
1355	IVANA MARIA ONOFRI PEREIRA	07072528652
1356	IVANILSON SANTOS DA CRUZ	01747222577
1357	IVNA SILVEIRA SAMPAIO	04085759302
1358	IVO ALVES DE CAMPOS NETO	01796394556
1359	IVO TELES MELO ANDRADE	02859843574
1360	IZABEL AMELIA TIBURTINO CHAVES OLIVEIRA	05059999432
1361	IZABELA BARBOSA DE SOUZA OLIVEIRA	07934616694
1362	IZABELA CRISTINA SORIANO PIMENTEL	09304433738
1363	IZABELLE LUISE RODRIGUES DE QUEIROZ	06279875407
1364	IZABELLE PORDEUS FREITAS	07662574440
1365	IZADORA AZI DE AGUIAR	03364141533
1366	JAAZIEL ALVES DE MEDEIROS	01428202455
1367	JABSON DOS SANTOS FERREIRA	01529251559
1368	JACINTO MARCIANO DE BRITO SANTOS	79752659500
1369	JACKSON DANTAS NUNES FERNANDES JUNIOR	06136864460
1370	JACKSON DAVY DA COSTA LEMOS	00671497316
1371	JACQUELINE LUNA LOPES DE ALENCAR	11074497740
1372	JACQUELINE MAZZOTTI CAVALCANTI DA SILVA	03395726550
1373	JADIANA MACHADO TALMA	09881880661
1374	JADILANNE QUEILA PIMENTEL LEITE DE OLIVEIRA	01452582467
1375	JAIME COMAR FILHO	04583568916
1376	JAIRO ELCIO CARVALHO SILVA	03993880447
1377	JAMILE CARAMELLO ORTINS SAMPAIO	03785804504
1378	JAMILE CAROLINA VELASQUES FARIA	37047047840
1379	JAMILLE CAETANO DE SOUZA XAVIER	04232890556
1380	JAMILLY MIRELLE DE ALMEIDA FERREIRA	06747811470
1381	JAMIMA ALVES QUEIROZ	03551060517
1382	JANAINA DE ALMEIDA FURLAN	06378400970
1383	JANAINA HEZEL	04853483497
1384	JANAINA JACQUES	07010136998
1385	JANIVIA FERREIRA DE SA	00495229148
1386	JANNAINA DE FREITAS JORGE	03558469348
1387	JAQUELINE FREIRE SOARES	84173181515
1388	JAQUELINE GATTO DIAS	94095647272
1389	JAQUELINE RODRIGUES SIMAO	09096281659
1390	JAQUELINE ROSSI MARIM	13516872713
1391	JARDEL ROCHA FONSECA	06246097669
1392	JEAN BELTOSO SENA	04107751503
1393	JEANNE DAYSE DE MEDEIROS MATIAS	01237939470
1394	JEFFERSON DA SILVA FREITAS	00289044197
1395	JEFFERSON NUNES DE FREITAS	89031768391
1396	JEFFERSON SICKA	03548132936
1397	JEFFERSON TAVARES PEREIRA JUNIOR	03605266320
1398	JEFFERSON TENORIO DE FARIAS	07387620407

VERSÃO DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1399	JEMIMA SOMBRA BRAGA	02345760303
1400	JENNIFER DE MELO ROCHA	01186832339
1401	JESSICA ALVES DO VALE	09931050683
1402	JESSICA CARNIEL BELTRAMI	05284978986
1403	JESSICA CARNIEL BELTRAMI	05284978986
1404	JESSICA CAROLINA MATOS DALMEIDA SANTOS	02083936507
1405	JESSICA GOMES DUAILIBE BARROS	03261536322
1406	JESSICA GOULART PEREIRA	02723818373
1407	JESSICA MENDES COSTA	04021772316
1408	JESSIKA CAVALCANTE SILVA	01901535398
1409	JESSYCA MARQUES DOS SANTOS GALHARDO	07551772405
1410	JESSYKA MARTINS CARVALHO	03788690356
1411	JHANNA CORREA FAGUNDES	00959675086
1412	JHONATAN DE PAULA ARAUJO FERREIRA	07961127461
1413	JIMMY HALEX MENDES DO LAGO	02223580335
1414	JOANA RODRIGUES MARCZYK	00828889066
1415	JOAO ALEXANDRE ALVES DA SILVEIRA	04101198900
1416	JOAO ANTONIO SEVERINO MARTIN	36869062870
1417	JOAO CARLOS DIAS JUNIOR	00972778942
1418	JOAO CARLOS RUFINO E SILVA JUNIOR	00261049208
1419	JOAO DE OLIVEIRA CASTRO JUNIOR	67209459391
1420	JOAO FILIPE FURTADO VIANA	02721668390
1421	JOAO FILIPE NETO PEREIRA	06149990656
1422	JOAO FRANCESCO STRAPASSON	06288749958
1423	JOAO GUILHERME SOBREIRA MACHADO SALES	06529819410
1424	JOAO HENRIQUE LOFFI SCHMITT	03817478917
1425	JOAO HENRIQUE SPAGOLLA PONTELLO	05220428993
1426	JOAO IVO XAVIER ROCHA	02520286350
1427	JOAO JOSE PAVAO JUNIOR	83785302304
1428	JOAO KOSLOV NETO	06580307951
1429	JOAO LEONARDO DE ALENCAR SAMPAIO	02912622360
1430	JOAO LEONIDAS OLIVEIRA VASCONCELOS	07654119461
1431	JOAO LOPES DE BARROS FILHO	47579943468
1432	JOAO MACIEL ANGELO MATIAS CAVALCANTE	05305218497
1433	JOAO MADISON NOGUEIRA FILHO	01992042330
1434	JOAO MARCELO ROCHA RAMALHO	00046689362
1435	JOAO MARCOS CAMPOS FERREIRA	05913025784
1436	JOAO OTAVIO FERREIRA MEYER	08146982980
1437	JOAO OTAVIO SORRILHA BALADELI VIEIRA MARQUES	07297456942
1438	JOAO PAULO DE BORTOLLI	06523257932
1439	JOAO PAULO NUNES MAGALHAES DE OLIVEIRA	65062922372
1440	JOAO PAULO PINHEIRO DE ARAUJO	01727838360
1441	JOAO PAULO RAMOS GONCALVES	08478558640
1442	JOAO PEDRO MOREIRA DA SILVA GONCALVES	10707546680
1443	JOAO PEDRO TARNOSCHI BERNARDO	82929246200
1444	JOAO PEDRO TROMBETTA QUINTANS	05476796452
1445	JOAO PEREIRA MENDES JUNIOR	04199031430
1446	JOAO VICTOR DE ARAUJO SANTOS	01232189340
1447	JOAO VICTOR MELO EVANGELISTA	88867242334
1448	JOAO VICTOR ORLANDO ABDALLAH FILHO	01620828600
1449	JOAO VICTOR VIEIRA TAVARES	11818058723
1450	JOAO VITHOR ANDRADE BORGES DE LIMA	64561135391
1451	JOCELIO RAMALHO DA SILVA	05661566441
1452	JOCYELLE NASCIMENTO VIEIRA	85464708200
1453	JOEL GOMES DE LIMA	00239565185
1454	JOELSON DE SOUZA	00518471594
1455	JONAS DE CASTRO FILHO	05516157960
1456	JONAS PIENIZ PEREIRA	01732413010
1457	JONATHAS CARLOS DE LIMA	04773120479
1458	JORDANA PEDROSO CABRAL ROSA	72926007191
1459	JORIO ALMINO DE ALENCAR ARRAIS MOTA	02911395310
1460	JOSE ADRIANO BISPO CAVALCANTE	02179624328
1461	JOSE AIRTON DE ARAUJO	36904880368
1462	JOSE AIRTON LOPES FILHO	82629234304
1463	JOSE ALVIM COTTA CHAVES	02530373604
1464	JOSE AMERICO DE SOUSA JUNIOR	02741901333
1465	JOSE ANEL GUEVARA TORRES JUNIOR	87557088204
1466	JOSE ANTONIO TAVARES FACURY	03884948679
1467	JOSE AUGUSTO BALDOINO VALENTE	95472037115
1468	JOSE CARLOS FELIX DOS SANTOS JUNIOR	04902630460
1469	JOSE CELIO COSTA LIMA FILHO	00321855370
1470	JOSE CUSTODIO VIEIRA FILHO	07784359624
1471	JOSE EDUARDO FIDELIS CAMPOS COSTA	08505067606
1472	JOSE EDUARDO PIVARO MONTEIRO	32608070809
1473	JOSE FLORENCIO DE VASCONCELOS NETO	02858249377
1474	JOSE GERARDO GOMES PORTELA	42352169372
1475	JOSE GONZAGA LOPES	15369048649
1476	JOSE INACIO DE LUCENA NETO	00357948360
1477	JOSE IVAN RODRIGUES ARAGAO JUNIOR	02375107586
1478	JOSE JUSTO NETO JUNIOR	00266433324
1479	JOSE LINDEMBERG DA COSTA LIMA FILHO	00272462306
1480	JOSE LUIZ DE OLIVEIRA NETO	01484937694
1481	JOSE MARCIO BARCELOS COSTA JUNIOR	08665155694
1482	JOSE MARIA COSTA RASSY FILHO	65540441249
1483	JOSE MARIA DOS SANTOS JUNIOR	08766200636
1484	JOSE MAXWELL MEDEIROS SOUZA	07412236431
1485	JOSE OLIMPIO BARBOSA NETO	00635192322
1486	JOSE ORLEANS MENDES DE SOUSA	74779214300
1487	JOSE PEDRO REGO NETO	01104416131
1488	JOSE PEREIRA GUIMARAES JUNIOR	06268266676
1489	JOSE PERICLES MAGALHAES VASCONCELOS FILHO	03265109313
1490	JOSE PERON DI CASTRO ESCORSIN	04065943922
1491	JOSE SERGIO DO AMARAL MELLO NETO	07711407467
1492	JOSE TEIXEIRA CAVALCANTE DE SOUZA	01414865384
1493	JOSE VINICIUS DOS SANTOS	01547699167
1494	JOSE VITOR MENDES SOUSA	02916440313
1495	JOSE WILSON QUEIROS PARAGUASSU JAIME	02539433103
1496	JOSEANY CAMARGO SILVA	01449714102
1497	JOSENILSON ANTONIO DA SILVA	06132035427
1498	JOSENIR FRANCISCO DE SOUZA MEDEIROS	94621721291
1499	JOSIANE LILIAN DE SOUSA LIMA	86466844234
1500	JOSIANE OLIVIA LUNELLI	05059897940
1501	JOSIANI DOS SANTOS GARCEZ	00573711305
1502	JOSSANA FRANCA BARROSO	02378131143
1503	JOYCE BETTA SEVILHA	12446765785
1504	JOYCE ESPESCHIT DE MORAIS	08149571612
1505	JOYCE ROSA MOREIRA SILVEIRA	00945624310
1506	JOYCE TOLENTINO PHILIPPI	05358268936
1507	JUANA ZANCHETTA VIEIRA	11389406741
1508	JUAREZ DUARTE DE CARVALHO NETO	99558467391
1509	JULIA ALENCAR DE ANDRADE AQUINO	02999566360
1510	JULIA BARREIRA PEREA	03196659178
1511	JULIA CAMPOS DOS REIS GALVAO	08983660627
1512	JULIA CARNEIRO DA CUNHA	11924821745
1513	JULIA KANAAN RECUERO	01682501019
1514	JULIA MORAES MOTA	02561903303
1515	JULIA PAGUNG KIPPERT	96350687272
1516	JULIA REZENDE DUEK	35119335870
1517	JULIA TEIXEIRA LEITE PEREIRA	01441330089
1518	JULIA ZANATTA LAZZARIN	07462765918
1519	JULIANA ALVES DOS REIS SOBREIRA	01010831305
1520	JULIANA ALVES MARTINS DA SILVA	60035861339
1521	JULIANA ANGELE PESSOA DE OLIVEIRA	02959367383
1522	JULIANA ANTINARELLI NORBERTO DA SILVA	02164516125
1523	JULIANA BASTOS VILAS BOAS DE CARVALHO	01569973555
1524	JULIANA BERTAIOLLI DIRCKSEN PAGANELLI	05932532998
1525	JULIANA CARNEIRO CABRAL DOURADO	00621012181
1526	JULIANA CARVALHO REGINO DE BRITO	01687696381
1527	JULIANA DA CUNHA LOPES LUCIO	04999816423
1528	JULIANA DA SILVA FERREIRA	07480710402
1529	JULIANA DE ALMEIDA PARENTE	02699334332
1530	JULIANA DE CARVALHO VASCONCELOS	02748107357
1531	JULIANA DE DEUS E ALBUQUERQUE	00355388308
1532	JULIANA DE OLIVEIRA ALVES CALADO	06063982957
1533	JULIANA DE OLIVEIRA NUNES	02260843530
1534	JULIANA DENECKE MARINARI RODRIGUES	11923810766
1535	JULIANA FISS POTHIN	02623859027
1536	JULIANA FONTES SILVA	07867398600
1537	JULIANA GUIMARAES DE LIMA	62706632372
1538	JULIANA LAGE D ALMEIDA SANTOS	12432564782
1539	JULIANA LARISSA OLIVEIRA SANTOS	03331364541
1540	JULIANA MACEDO GUEDES CONCEICAO	08021330708
1541	JULIANA MAIA FARIAS	64934560378
1542	JULIANA MATOS DA SILVA	03501881576
1543	JULIANA MATOS PESSOA	91893801268
1544	JULIANA MESCHEDE DA SILVEIRA	95296689291
1545	JULIANA NAIR GONCALVES BARBOSA AMORIM	07371492480
1546	JULIANA NOBREGA MESQUITA	00097421154
1547	JULIANA OLIVIERI GORDILHO	05140233509
1548	JULIANA PATRICIA SANTOS DE OLIVEIRA	05160087907
1549	JULIANA PEREIRA DA SILVA	00991889029
1550	JULIANA PINA ZOZIMO	00945179405
1551	JULIANA RODRIGUES CASTELO BRANCO RADNAI	08004339476
1552	JULIANA RODRIGUES DIAS	70712204172
1553	JULIANA ROSSATTO	01914877080
1554	JULIANA SOARES CAETANO	09944002682
1555	JULIANA SOUSA ALCANTARA	09568390618
1556	JULIANA SOUZA DE SEIXAS	12248349769
1557	JULIANA TEIXEIRA DE SOUZA	02875911317
1558	JULIANA TEIXEIRA TOLEDO	00213779102
1559	JULIANA WERB	00919682081
1560	JULIANE SOARES DE OLIVEIRA VELOSO	06204696688
1561	JULIANO DA COSTA SILVEIRA CARLOS	11409529789
1562	JULIMAR PEREIRA DA SILVA	09204798637
1563	JULIO CESAR DE ALMEIDA	09201116616
1564	JULIO CESAR DE SOUZA	01165868180
1565	JULIO CESAR GARCIA DE ALENCAR	03717611313
1566	JULIO CESAR GONCALVES DA SILVA CARVALHO	04773096403
1567	JULIO CESAR YUHARA ZUCOLLI	06637997919
1568	JULIO FRAGA FONSECA	01732082154
1569	JULYNE ALBUQUERQUE SANDES	06286294430
1570	JUSCELINO MENDONCA DA SILVA JUNIOR	87737205268
1571	KAIO ALEXANDRE FERNANDES FERREIRA	06887807416
1572	KAIO DANILO LEITE DA SILVA ROCHA	62793918334
1573	KALLINE ESPINDOLA CAETANO GOMES	07046483426
1574	KAMILE ZIMMERMANN MACIEL	04722781931
1575	KAMILLA ANDRADE BORGES	03273115173
1576	KANDICE CARVALHO CAETANO	02858771510
1577	KAREN GABRIELA FREDDI ALVES	02482391121
1578	KARENN DA CRUZ SOUZA	12090277718
1579	KARILENA FERNANDES SOUZA	02641685507
1580	KARIN LAIBER PINHEIRO	12074418728
1581	KARINA CAMILLOZZI NOGUEIRA	11918781710
1582	KARINE BOMBARDELLI	01396905065
1583	KARINE CAROLINA VICENTE PEREIRA	23088350870
1584	KARINE EMANUELLE PACHECO DE ANDRADE	03042045528
1585	KARINE RABUSKE DOS SANTOS	04833699931
1586	KARINNY NATASHA SOUZA COUTINHO	03046330383
1587	KARLA ARAUJO NASCIMENTO DOS SANTOS	73851086287
1588	KARLA AUGUSTA CAVAGNINI	36965891874
1589	KARLA CAMILA RODRIGUES SILVA DE FREITAS MACEDO	08353338416
1590	KARLA CAMPOS BESCKOW	10361764600
1591	KARLA FALCAO DOS SANTOS	01847026311
1592	KARLA SIMONE DE AVELAR ROCHA	71057480282
1593	KATE MILLENA FERREIRA BARBOSA	06271914446
1594	KATHARINNE INACIO VAZ LAURIANO	03139358156
1595	KATHERINE DAL SOCHIO	00876158009
1596	KATIELE FERNANDA LARIOS	05808163978
1597	KEIKO MACEDO KITAYAMA	05184671471
1598	KEILHA DA SILVA ANDRADE	06102066480
1599	KEITTY KAROLINE DE MATOS VILLA	02538955106
1600	KELLENN VANESSA TAVARES SILVA	81299192220
1601	KELLY PIMENTA DE AVILA	10376591714
1602	KELLY ZAMIGNAM	00287823300
1603	KELSON FRANCISCO MALHEIROS	02817192419
1604	KELVA OLIVEIRA DE HOLANDA CAVALCANTI	03330286512
1605	KELVIA NUNES FEITOSA	02993735330
1606	KENIA ANDRIELE AMARAL FONSECA	08819333686
1607	KENNYA CALIXTO LAGOTTA LOPES	12420025709
1608	KENSELYN OPPERMANN	06082986970
1609	KESIANNE CHRISTINE DE OLIVEIRA MARINHO	35428888857
1610	KEULA ADRIANA LACERDA DE SOUZA	00631510141
1611	KIVIANE DE CARVALHO BATISTA	88311031215
1612	KLAUS KENNEDY SANTOS CAVALCANTE DE OLIVEIRA	03355865540
1613	KLAYNE MOURA TEIXEIRA DE SOUZA	02665430304
1614	KLEBERT AMORIM DE OLIVEIRA	72825740306

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1615	KLEISE ROSE DE OLIVEIRA BATISTA	01191761576
1616	KLEVIA NUNES FEITOSA	03013989335
1617	KLISSIA FERRACO MALANQUINI	13090295717
1618	KORELLY POTON FURIERI	10553742728
1619	LAECIO BARROS MACEDO JUNIOR	01310512370
1620	LAIANA DO CARMO ALMEIDA	02463266546
1621	LAILA BITTAR LANNA	08177601644
1622	LAINA SANTIAGO NONATO COSTA	84316519549
1623	LAINE CAROLINE VICENZI	00673944000
1624	LAIS BORGES CARVALHO DA CONCEICAO	67106420387
1625	LAIS DESIDERIO DE SOUZA	01064280552
1626	LAIS DO LIVRAMENTO MELLO	36864663841
1627	LAIS GOMES DE PAULA VICENTE DOS ANJOS	04541337584
1628	LAIS JUSSARA CRIADO	01172828121
1629	LAIS MELO BENINCA	10148933726
1630	LAIS SILVEIRA DUARTE	06857970661
1631	LAIS SOUSA PORTO	02305507542
1632	LAISA THALITA LEITE COSTA	00507339312
1633	LAISE ASSUNCAO	06305347646
1634	LAIZ JUNQUEIRA PIRES	13895944750
1635	LAIZE LUZIA ANDRADE LOURES	08942292658
1636	LAMYLYA FERREIRA FIGUEIREDO DE SA	07268887450
1637	LANNA AGDA FURTADO GOMES	96508159372
1638	LARA ARDENGHI NOGUEIRA	01851076050
1639	LARA GONCALVES OSTUZZI	00987157396
1640	LARA MACIEL DE FARIAS	01130143333
1641	LARA PICANCO MACEDO SCARPINI	08288401643
1642	LARA RAMOS PEREIRA	00745730124
1643	LARA SALES BIERMANN	02680453301
1644	LARISSA AZEVEDO SILVA	03585881548
1645	LARISSA BALMAS BARBIERI	12072417767
1646	LARISSA BERNARDO RIBEIRO	01799476308
1647	LARISSA BORGES RICHTER BOAVENTURA	02042493171
1648	LARISSA CAROLYNE FERREIRA DE LIMA	06414956414
1649	LARISSA CAVALCANTE DE LACERDA	36866924812
1650	LARISSA DE AGUIAR MARTINS	08775606682
1651	LARISSA DE CARVALHO SILVA	02463198109
1652	LARISSA DE REZENDE MIKAEL	99840766104
1653	LARISSA DEBORA MEURER	06414369985
1654	LARISSA DENADAI RAFFA DE SOUZA	01317708105
1655	LARISSA FERNANDES MOREIRA	08268733675
1656	LARISSA GUIMARAES DE ARAUJO	06903373454
1657	LARISSA HARUMI TANAKA	37784857845
1658	LARISSA LEMOS MEIRELES	03351736592
1659	LARISSA MARIA CAMELO GOMES	07487028496
1660	LARISSA MORO	11822625700
1661	LARISSA NASCIMENTO BOTELHO	12489065785
1662	LARISSA NUNES MARTINS DE SANTANA	08988508602
1663	LARISSA PINCERATO MASTELARO	37072051856
1664	LARISSA PINHEIRO MELO	02375143388
1665	LARISSA REMONTI BESSANI	05187430980
1666	LARISSA RIOS AGUIAR	02545007307
1667	LARISSA ROCHA DE ANDRADE	05245538407
1668	LARISSA RODRIGUES NEPOMUCENO	01880739305
1669	LARISSA SANTOS FRANCA	03393242520
1670	LARISSA SANTOS MAIA FERREIRA	06782206463
1671	LARISSA SOBRAL CAVALCANTI	06823585412
1672	LARISSA TIZIANE DE ALMEIDA PEREIRA	03107872547
1673	LARISSE GOMES FIGUEIREDO	02912271398
1674	LARISSE VIEIRA MENDES	02709692333
1675	LARYCE GALVAN	05473196900
1676	LARYSSA FONTES FONSECA DOS SANTOS	02169092366
1677	LARYSSA MANSO DE LIMA	07854112673
1678	LARYSSA PEREIRA ALVES	07547288464
1679	LAURA DAYANE MOREIRA DE JESUS	01625877161
1680	LAURA KLEIN	01193674085
1681	LAURA PEREIRA MARTINS	01222926342
1682	LAURA REGINA LOPES ZIMMERMANN	05954504903
1683	LAURA RIFFEL BITENCOURT	83231110068
1684	LAURA VIANNA WARWICK DE OLIVEIRA	92927572291
1685	LAURO BRUM BARBOSA	01234469022
1686	LAURO PEREIRA CABRAL JUNIOR	09364624696
1687	LAYLA COMEL CORSO	07783822908
1688	LAYLA MONTEIRO MENDES	05185053402
1689	LAYLA REGINA ZAMBENEDETTI BARONCELLO	01619726084
1690	LAYS ANSELMO MOREIRA	07454697950
1691	LAYS DALYA GAMA LIMA	02724350316
1692	LAYS SAMARA DA COSTA SILVA E SILVA	02534011359
1693	LEANDRO AUGUSTO ROCHA	07076006693
1694	LEANDRO BARRETO DE NOVAIS	02358290564
1695	LEANDRO BRITO FARIAS BOTELHO E SILVA	04076136500
1696	LEANDRO CARVALHO MOREIRA	72158816104
1697	LEANDRO DE ASSIS FREITAS	00852850301
1698	LEANDRO GIL DOS SANTOS MELLO	11305464702
1699	LEANDRO MAGNO COSTA FREIRE	04863980485
1700	LEANDRO MOREIRA PERES	34733374801
1701	LEANDRO NAKASHIMA	04815719900
1702	LEANDRO ODONE BERTELLI	71655816187
1703	LEANDRO SCREMIN CZEZACKI	06622019908
1704	LEANDRO TAZIMA	06783172910
1705	LEANDRO TIAGO DE OLIVEIRA	06048925603
1706	LEANDRO VASCONCELOS FIGUEIREDO	07907906610
1707	LEDNA BELO VILACA	98873580530
1708	LEIDIANE ILEILA NUNES	01636079660
1709	LELLIO CARLOS SILVA MOURA	02084585570
1710	LENNON DA COSTA SANTOS	09439369698
1711	LEO FELYPPE FERREIRA SAPPI	03166750320
1712	LEONAM SODRE SANTANA	00203196570
1713	LEONARDO ALMEIDA RIBEIRO	06276015610
1714	LEONARDO ARAUJO LINS	01683040317
1715	LEONARDO CABRAL COSTA	96871067353
1716	LEONARDO DE MAGALHAES MACHADO NOGUEIRA BAPTISTA	09032912666
1717	LEONARDO EVANGELISTA REGO	07464138406
1718	LEONARDO MORAES DE SOUZA	06548394925
1719	LEONARDO MOREIRA DE VASCONCELOS	04008838643
1720	LEONARDO OLIVEIRA SOARES	02203696583
1721	LEONARDO PIMENTEL FALCONE DE MELO	07381795400
1722	LEONARDO PINHEIRO DE AZEVEDO	01594756350
1723	LEONARDO RAMOS HELCIAS	00717705188
1724	LEONARDO ROCHA DE AVELAR	07166658401
1725	LEONARDO SANTOS CAVALCANTI GUERRA	04546621493
1726	LEONARDO SCHIOCHET	04116228974
1727	LEONARDO SOARES MARQUES	09570252626
1728	LEONARDO VERZA	00858415950
1729	LEONARDO VINICIUS LIRA DE MIRANDA RIBEIRO	05843876446
1730	LEONEL PEREIRA CARNEIRO	10094850755
1731	LEONEL RIBEIRO SILVA	08839724680
1732	LEONIDAS TAVARES SILVEIRA	07881986700
1733	LEONIDES ANTONIO DE FARIA NETO	01726416160
1734	LEONILLSON JOANH PAULLO VILARINHO BARBOSA	00304451320
1735	LEONY BATISTA DE PAULA	01455433152
1736	LEOPOLDO MARQUES D ASSUNCAO FILHO	03487968460
1737	LESLY ANNE BATISTA TAVARES	03370360390
1738	LETICIA DE FIGUEIREDO KAMIMURA	08904376610
1739	LETICIA FERREIRA BUENO	02851594109
1740	LETICIA HELENA DE SOUSA MARQUES	36126177886
1741	LETICIA JOANA CORSO	94589291053
1742	LETICIA MARY TOMITA	06203467952
1743	LETICIA MEZZONATO ALMEIDA PINTO	08761520608
1744	LETICIA MOREIRA FLORES MACHADO	00476286000
1745	LETICIA PEREIRA SANTOS	11885842783
1746	LETICIA SOUZA DUQUE	09226762678
1747	LEVY PAZ AGUIAR	03529224359
1748	LEYDIANE ARAUJO DE LIMA	05353496450
1749	LEYLIANA FAGUNDES SANTOS	07423751456
1750	LEYZEANE MARQUES DO NASCIMENTO	10821428675
1751	LIA MESQUITA LOUSADA	65648226349
1752	LIA NATALIA DIEHL	01845488024
1753	LIA NUNES BENEVIDES	02703176350
1754	LIANA DOTH RODRIGUES ALVES	02166432360
1755	LIANE SIQUEIRA FURTADO	93283350272
1756	LIDIA JACOB LOURES	07411342688
1757	LIDIANE SILVA CARVALHO	10164399623
1758	LIEGE CAROLINE IMMICH	98783734015
1759	LIGIA DIAS SIMOES	02370063327
1760	LILIAN CAROLLINA PEREIRA NOGUEIRA	06142016409
1761	LILIAN SCHARF PATEL	06879641997
1762	LILIANE BERNARDES DE OLIVEIRA	01188146300
1763	LILIANE MARTINS FURTADO	06061112637
1764	LILIANE SABOIA GURGEL	02694810365
1765	LINA POLIANA MORAES CAVALCANTE	71016490178
1766	LINCOLN MORAES DA FONSECA	76443710606
1767	LINDIANA DE SOUZA RAMOS	97507580563
1768	LINDOVAL MOREIRA BRANDAO FILHO	99532557172
1769	LINEU CASAGRANDE JUNIOR	05910503901
1770	LISA MIELKE DE OLIVEIRA	12441522779
1771	LISE RAMOS COSTA DOREA	03338719523
1772	LIVIA BARBOSA DA SILVA	05789550754
1773	LIVIA CARVALHO AZEVEDO	34783029865
1774	LIVIA DE OLIVEIRA COUTINHO	05040339640
1775	LIVIA FARIAS BARBOSA	95564128320
1776	LIVIA FERNANDES CRUZ	80988628104
1777	LIVIA FREITAS DE PAIVA	07901405600
1778	LIVIA GURGEL LINARD	01456844318
1779	LIVIA MARIA MESQUITA MORORO MUNIZ	02904821350
1780	LIVIA MATIDA GONTIJO	32025501870
1781	LIVIA MESQUITA ZYMAN	35056332836
1782	LIVIA PIRES PEIXOTO	11054978794
1783	LIVIA PRATA SANTOS OLIVEIRA	07748273600
1784	LIVIA RODRIGUES PEREIRA	13629748708
1785	LIVIA SCHMIDT DA SILVA SOUZA	12594425788
1786	LIVIA TAVARES LUCETTI BARRETO DIAS	01016239335
1787	LIVIUS BEZERRA TENORIO DE OLIVEIRA	00629972389
1788	LIZA RAFFAELLE FERREIRA CASTRO REGO	64106845334
1789	LIZANDRA KAROL BARBOSA NUNES	07829217440
1790	LIZZIA RABELO BARBOSA	02367739170
1791	LOHAN SULLIVAN RODRIGUES ALVES	01225026121
1792	LORENA ANGELO MUNIZ	07577838640
1793	LORENA APARECIDA SOARES PEDROSO	02983704173
1794	LORENA BARCELOS E SILVA	36928220813
1795	LORENA BOTELHO VERGARA	95744827234
1796	LORENA BRAGA BARBOSA RIBEIRO	01519973144
1797	LORENA BRANDAO PAVAN	12710201739
1798	LORENA COLARES MARANHAO	72142979220
1799	LORENA DASSIE CALENTE	12288386746
1800	LORENA DE OLIVEIRA MEYER NASCIMENTO	82803650525
1801	LORENA FIGUEIREDO PATRICIO	07597426429
1802	LORENA KARLA DE OLIVEIRA COSTA	36542961810
1803	LORENA LOPES DE ANDRADE	67053432300
1804	LORENA LUIZA MARIA NOGUEIRA FERNANDES	96034513200
1805	LORENA MACEDO DIOGENES	02902313373
1806	LORENA MICHELLE REIS DO CARMO	02757698524
1807	LORENA PITOMBEIRA SANDERS	01904758380
1808	LORENA SARAIVA DE ALENCAR	96705833300
1809	LORENA SERPA BRANDAO DE ANDRADE LIMA	06180098417
1810	LORENA VANNI REALI	00866603069
1811	LORENZO DE CARVALHO SAMPAIO ROCHA	06794619652
1812	LOUISE LAYSE DE OLIVEIRA FERREIRA	06489199432
1813	LOURDES THALITA MEYER DE ANDRADE CAVALCANTI	07653206492
1814	LUAN GUERRA SAMPAIO	09559668684
1815	LUAN MOURA HORTENCIO BASTOS	36995109805
1816	LUANA ALVES GARCIA	36838427842
1817	LUANA BEATRIZ MENDES PEREIRA VELOZO DINIZ	06213407669
1818	LUANA CORREA DE ANDRADE	01111373060
1819	LUANA DE SOUSA ARAUJO CARDOSO MARTINS	01035965348
1820	LUANA DOS REIS SILVA	78811481287
1821	LUANA EVANGELISTA SANTIAGO	08825855680
1822	LUANA MARIA ALBUQUERQUE ARAUJO DE SA	07538591494
1823	LUANA MILHOMEM DE CARVALHO	02011631106
1824	LUANA MURTA BRETAS	08106680681
1825	LUANA PRATES GARCIA	03188384513
1826	LUANA REIS PAIXAO	07314285608
1827	LUANA VELOSO DE MORAIS E SILVA	04750625400
1828	LUANE GOMES GONDIM DE SOUSA	02263511300
1829	LUCAS ALEXANDRE PEDROLLO SOLIMAN	96273496072
1830	LUCAS ARAUJO DOS SANTOS	03012630511

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1831	LUCAS AUGUSTO D AMORIM SILVA	85183164568
1832	LUCAS CAMPOS GARCIA	08836386652
1833	LUCAS CANDIDO DA SILVA	01044388196
1834	LUCAS CARNEIRO FURTADO	35034102870
1835	LUCAS CARREIRO DA SILVA	01164310160
1836	LUCAS CASOTTI PEREIRA DAS POSSES	11793042764
1837	LUCAS CHAVES LIMA	01949034356
1838	LUCAS CRUZ COSTA LEAL	02932160109
1839	LUCAS DE ALMEIDA SENA	11467435724
1840	LUCAS DE FARO RIBEIRO SANTOS	01045380580
1841	LUCAS DUILIO VIANA GONCALVES	01368847501
1842	LUCAS FERREIRA RIBEIRO	08086345696
1843	LUCAS GABRIEL GIMENEZ CABRERA	31932356878
1844	LUCAS GARCIA GOMES TIAGO DE SOUZA	01695796110
1845	LUCAS LOPES COELHO	08979404662
1846	LUCAS MANUEL RIBEIRO MOTA	03365937323
1847	LUCAS MARIANO SERRAO	12486395709
1848	LUCAS MARTINS FERREIRA	03595164164
1849	LUCAS MOREIRA ALVES	02298631328
1850	LUCAS PAGNAN GARROCINI	06147857908
1851	LUCAS PINHO BEZERRA	01225009383
1852	LUCAS RAPHAEL GONCALVES DE FARIAS	05494791475
1853	LUCAS RESENDE LUCINDA	09451280618
1854	LUCAS ZACCHE LOPES DE ANDRADE	01530648629
1855	LUCIANA DE ALMEIDA LOURES	06669673698
1856	LUCIANA DEOLINDO DA ROCHA	12874931730
1857	LUCIANA DINI GIANINI DE ALBUQUERQUE	36480785851
1858	LUCIANA GONZAGA DOS SANTOS	07982385699
1859	LUCIANA HELENA BENETTI	30778313840
1860	LUCIANA LENTZ PEREIRA	06657623992
1861	LUCIANA LENTZ PEREIRA	06657623992
1862	LUCIANA NETTO GONCALVES	00658319183
1863	LUCIANA NOBRE CHAVES	00346771358
1864	LUCIANA NUNES CARDOSO	80476325587
1865	LUCIANA OLIVEIRA SOUSA ALMEIDA CARDOSO	01939277302
1866	LUCIANA PIMENTEL FERREIRA	01252519125
1867	LUCIANA REZENDE DUARTE	10597807710
1868	LUCIANA RIGOLIN MAZONI ALVES	34158706858
1869	LUCIANA TAVARES GONDIM	00044174373
1870	LUCIANO FRANKLIN SEIXAS	00244069530
1871	LUCIANO OLIVEIRA ROSA DANTAS	03862400514
1872	LUCIANY VICTOR DE ANDRADE	01708676171
1873	LUCILA PEREIRA NEVES	00309041104
1874	LUCYMARIA BARROS DAL COL QUEIROZ	10855809701
1875	LUDGERO RIBEIRO FEITOSA FILHO	02988124361
1876	LUDIMILA BORGES MARTINS	02786296102
1877	LUDMILA ALVES MELGACO	09609525601
1878	LUDMILA GOMES DANTAS	07638458419
1879	LUDMILA SOUTO MONTENEGRO	04884270452
1880	LUDMILLA TOLENTINO ALVES DE OLIVEIRA	01378938178
1881	LUDNILANNE DE MOURA SANTOS	01817661329
1882	LUIS DANIEL LOPEZ VASQUEZ	99402254234
1883	LUIS FABRICIO MELO DA SILVA	62888285304
1884	LUIS FELIPE LOPES HONORATO	33980459870
1885	LUIS FERNANDO ALVES REIS	02580088148
1886	LUIS FERNANDO GUIMARAES	07173980640
1887	LUIS HENRIQUE AMORIM TEIXEIRA	06433906427
1888	LUIS HENRIQUE CARLINI SCASSIOTTI	08281921625
1889	LUIS HENRIQUE MENDONCA LOPES	01902063147
1890	LUIS HENRIQUE RODRIGUES RIBEIRO	08464174640
1891	LUIS RIBEIRO QUEIROS	96235128134
1892	LUISA BRITTO CESPEDES	05279104906
1893	LUISA GROBA BANDEIRA	02276669179
1894	LUISA LIMA AZEVEDO CARDOSO LOPES	10387859799
1895	LUISIANE KRZIZANSKI DOMINGUES	02120293040
1896	LUIZ ALISSON DE AQUINO GAUDENCIO	03605676308
1897	LUIZ ANTONIO MENDES NASCIMENTO JUNIOR	06346716697
1898	LUIZ BACELAR GUERREIRO NETO	83310762220
1899	LUIZ CARLOS KIYOSHI YANO	04222723886
1900	LUIZ EDUARDO DA PAZ LYRA	06695585407
1901	LUIZ EDUARDO FLORIO JUNIOR	31289262802
1902	LUIZ FERNANDO BRETAS	35698767807
1903	LUIZ FERNANDO MATOS DE GOES SIQUEIRA	33437271806
1904	LUIZ FERNANDO MUNARETO JUNIOR	05851618957
1905	LUIZ GUILHERME CARIELLO DELUNARDO	05991286663
1906	LUIZ GUSTAVO ESPANHOL	00005083060
1907	LUIZ HENRIQUE CORREA PALMA	00680343938
1908	LUIZ HENRIQUE SAITO	06637476943
1909	LUIZ HUMBERTO GUEDES ANDRADE	03163160590
1910	LUIZ MAIA DE FREITAS JUNIOR	04128617474
1911	LUIZ MANOEL DA COSTA NETO	02925987184
1912	LUIZ PAULO PORTELLA SILVA	02735174573
1913	LUIZ PAULO PRADO RODRIGUES PEREIRA	12693700736
1914	LUIZ RICARDO MARQUES PEIXOTO	02800467584
1915	LUIZ TEIXEIRA DE OLIVEIRA NETO	06972379407
1916	LUIZ TEIXEIRA DE OLIVEIRA NETO	06972379407
1917	LUIZA DE CASTRO FERNANDES	08922699604
1918	LUIZA MAILLO ASSED KIK	13090278707
1919	LUIZA RAMOS KELLY LESSA	12426231750
1920	LUIZA RENATA DOS SANTOS BARATA	00162508263
1921	LUIZA RESENDE SILVA	01525608665
1922	LUIZA ZANETTE DE CARVALHO	13627735730
1923	LUIZY MILLENE SILVA DO CARMO	01213631475
1924	LUKAS MOURA ALVES DE CARVALHO	02280219360
1925	LUMA MANFIO CANZIAN	02696668000
1926	LUYWKA LUCAS TOLENTINO	06536078497
1927	LUZE MENDES COELHO	80952712334
1928	LUZIA LAYLA RODRIGUES CARNEIRO	03331637378
1929	LUZITANE FARIAS SOARES	96369230359
1930	LYS FERREIRA DE CASTRO FARIAS	01721376321
1931	MACIELLY SOUZA SILVA	01643793551
1932	MACKSON BENEVIDES SILVA	03664441583
1933	MAGALI ANA SILVA RIBEIRO SANTOS	63072491534
1934	MAGNA VANESSA RODRIGUES DA SILVA	01334405409
1935	MAGNO NUNES COELHO	76374025687
1936	MAIANA ZANCHETTA SCHERER	02155248024
1937	MAIARA MENEZES REIS	06127361486
1938	MAICO MORAES OLIVEIRA	00115271376
1939	MAIKOW LUIZ DE ARAUJO	01320337635
1940	MAIRA ALVES BRAGA DE OLIVEIRA	01391989031
1941	MAIRA MALUF ESSELIN	32520027878
1942	MAIRA MARIA SA VASCONCELOS DE ALENCAR	05141136426
1943	MAISA BODEVAN	00014609193
1944	MAITE ALINE VIEIRA FERNANDES	36653734846
1945	MANFRYNI FREITAS DA CUNHA FIGUEIREDO	09047398645
1946	MANOEL MESSIAS PEREIRA DE SOUSA FILHO	02554955360
1947	MANUELA CONDE BASTOS	12430276739
1948	MANUELA DA SILVA	01833739019
1949	MANUELA LIMA DANTAS	02159936324
1950	MANUELA MARTINS COSTA	01990975003
1951	MANUELLE LARISSE BEZERRA BARBOSA	05396901470
1952	MARA GRAZIELE MACIEL SILVEIRA	00712908501
1953	MARCEL DE MACEDO PINTO	01687426325
1954	MARCEL SCHIAVINI	07377715936
1955	MARCELA BARBOSA DA SILVA	06875346664
1956	MARCELA CRISTINA PANTALEAO MARQUES	08171993656
1957	MARCELA FURTADO ROSA	11622998782
1958	MARCELA IELPO MEIRELLES MACHADO	12769600770
1959	MARCELA LEAO PETERSEN	01237197120
1960	MARCELA PINTO TEIXEIRA	34792280893
1961	MARCELA SILVA VIEIRA	07063993402
1962	MARCELA SOUZA GARCEZ	81893370500
1963	MARCELLA CABRAL DE SOUZA	12354450702
1964	MARCELLA FURST GONCALVES GUANABENS	01608862607
1965	MARCELLA GUIMARAES VIVAS BARRETTO	03495332537
1966	MARCELLA RIBEIRO RODRIGUES	07361720684
1967	MARCELLA VALENTE AMORIM PIRES DE MOURA	01653333324
1968	MARCELLE ROCHA DOS SANTOS	06638125931
1969	MARCELLE ROCHA SILVA	77307038234
1970	MARCELLO DE QUADROS RIBEIRO	05702823907
1971	MARCELLO HENRIQUE SILVEIRA	99092590100
1972	MARCELO BERNO MATTOS	12413226788
1973	MARCELO DA SILVA SIMOES	11116173760
1974	MARCELO HENRIQUE LIMA SOUSA	00835073459
1975	MARCELO MANTOVANI MARTINIANO DE AZEVEDO	18818630857
1976	MARCELO MAROZZIN	98790234049
1977	MARCELO PALIS ZAGO	37018619866
1978	MARCELO PALMEIRA SANTANA	09038593430
1979	MARCELO PARAIBA CAVALCANTI	02129836364
1980	MARCELO PARRINI ABDALLA GOMES	11202996752
1981	MARCELO PICCOLI	31067933840
1982	MARCELO TAVARES DE OLIVEIRA	62453920391
1983	MARCIA FARSURA DE OLIVEIRA	11650348754
1984	MARCIA NAYARA DA SILVA LEITE	07256077696
1985	MARCIO FRANCISCO DE SOUZA PAIVA	06070569407
1986	MARCIO GLEYDSON NOGUEIRA DE SA	04167157454
1987	MARCIO GREGOLIN	00608597171
1988	MARCIO MARTINS LOBO JARDIM	04857994488
1989	MARCIO RODRIGO DE MACEDO	06460282439
1990	MARCIO ROSA BARROS	03776412607
1991	MARCK GREGORIO PEREIRA TURIEL	89071107272
1992	MARCO AURELIO MEDEIROS DAVI	07700120439
1993	MARCO AURELIO MEZENCIO	00734194609
1994	MARCO AURELIO SANTOS SOARES	08959511692
1995	MARCO TULIO SOUSA SANDES	73395013120
1996	MARCONI MARTINS DUTRA	09005953616
1997	MARCOS ALVES NUNES	80768733553
1998	MARCOS ANTONIO BISPO	99387913520
1999	MARCOS ANTONIO GUERRA JUNIOR	00883923416
2000	MARCOS AURELIO PEDROSA FERNANDES	03351705522
2001	MARCOS BOMFIM DA COSTA SILVA	01639185542
2002	MARCOS DIOGENES BRAGA LEITE	00548469350
2003	MARCOS EYDER LEITE FRAGOSO	04392210480
2004	MARCOS FELIPE MARQUES	00735243107
2005	MARCOS FELIPE SALLA CORREA	02389032141
2006	MARCOS JUNQUEIRA DE ALMEIDA	09824512705
2007	MARCOS LEVY MACHADO BARBALHO VIANA	95263179391
2008	MARCOS MANENTE	96733314215
2009	MARCOS RODRIGO PEREIRA EISMANN	00131003275
2010	MARCOS VINICIOS ROLDAO PORTO	01562205633
2011	MARCUS GUALBERTO DE OLIVEIRA JUNIOR	09209452607
2012	MARCUS OLIVEIRA SILVA	01000317498
2013	MARCUS VINICIUS FERREIRA DUTRA	00748632158
2014	MARCUS VINICIUS LEITE NOGUEIRA	02425965335
2015	MARCUS VINICIUS REIS DE OLIVEIRA	07888631690
2016	MARCUS VINICIUS TORRES DIAS	07063518437
2017	MARDIO DOS SANTOS SILVA	02346115533
2018	MARIA AMELIA DANTAS GADELHA	01486362338
2019	MARIA BEATRIZ PEREIRA SANTOS DE ARAUJO	04694567446
2020	MARIA CARULINA MALAFAIA DE AQUINO GUARCONI	07170778610
2021	MARIA CLARA MEDEIROS CHACON	04532939488
2022	MARIA CLARA TOSTA GARRIDO	01803164514
2023	MARIA CLAUDIA SCHELINI	01458425177
2024	MARIA DE NAZARE OLIVEIRA SOUZA	00924070480
2025	MARIA DOBBIN CARNEIRO	05935589443
2026	MARIA EDUARDA DA ROCHA SANTOS SANTANA NEIVA	05144237304
2027	MARIA EDUARDA DE MORAES PONTUAL	06758749479
2028	MARIA ELIZA LEVANDOSKI	05863001984
2029	MARIA FERNANDA LEITE MEDEIROS	11288099746
2030	MARIA FERNANDA PICCOLI	05897000905
2031	MARIA FERNANDA VELOSO CHAVES FERREIRA	06940940480
2032	MARIA FERNANDA VON ATZINGEN PINTO	36917892858
2033	MARIA GABRIELA ORTIZ DE NORONHA	00898889952
2034	MARIA HELENA COUTINHO CANELA	06408738630
2035	MARIA ISABEL CARVALHO TOSELLO	36985487807
2036	MARIA ISABEL CUNHA SOUZA	07043371422
2037	MARIA ISABEL POMBINHO DOS SANTOS	04160189555
2038	MARIA ISABELA ALVES RAMOS	08450815606
2039	MARIA LARISSA VIEIRA GONCALVES	01526953382
2040	MARIA LIA PONTE FURLANI	01735598321
2041	MARIA LUIZA MARTINS TEIXEIRA	06888066940
2042	MARIA MIRELLY COSTA	02887821350
2043	MARIA RICHELLE RUFINO CECILIO	07107819461
2044	MARIA SILVANE DE FATIMA VIANA RANGEL	00888675364
2045	MARIA SILVESTRE DOMINGOS	62445138353
2046	MARIA TERESA MAYER VENTURA DA NOBREGA	07703029475

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA TERCEIROS

2047	MARIANA ALVES LEITE	10342947761
2048	MARIANA ANTUNES NUNES	01847699065
2049	MARIANA BARROS FALCAO DA PAIXAO	05447212413
2050	MARIANA BARROS MARCONDES	33970817854
2051	MARIANA BASTOS FARIA	03140818106
2052	MARIANA BERTASSI MAZUCATO	36820114800
2053	MARIANA BRAGA FALCAO	34336553831
2054	MARIANA COSTA LEITE	05919726466
2055	MARIANA CRUZ LIMA REIS	01670369633
2056	MARIANA DA SILVA RIBEIRO	94819726234
2057	MARIANA DE ALMEIDA BELO	10847272699
2058	MARIANA DE ALMEIDA CAMPOS	03954183560
2059	MARIANA DE ARAUJO FERREIRA	05355122442
2060	MARIANA DE LIMA LAPORTA	39904153876
2061	MARIANA DE PAIVA CAMARCO	02458477151
2062	MARIANA DINIZ DUARTE	06095890675
2063	MARIANA FARIA DE GODOI	08964745698
2064	MARIANA FERREIRA KIENAST	34638629806
2065	MARIANA FIGUEIREDO GONCALVES	01156931576
2066	MARIANA FIGUEIREDO GONCALVES	01156931576
2067	MARIANA GARCIA LOPES ARENA	36819285841
2068	MARIANA GEGENHEIMER BREMENKAMP	10935676783
2069	MARIANA GIANEI BELAN	00041925246
2070	MARIANA GOMES MOREIRA	02720808539
2071	MARIANA GRIEBELER ROCKENBACH	01315563045
2072	MARIANA IMBROISI DOS SANTOS	09857888607
2073	MARIANA JENSEN CUNHA	07083493901
2074	MARIANA KRELLING SALGADO	04353836986
2075	MARIANA LACERDA DE MELLO	01415403465
2076	MARIANA LIMA COELHO	02483486126
2077	MARIANA LOPES MENDES	09006029610
2078	MARIANA MACEDO DA COSTA	04188585358
2079	MARIANA MARQUES ALBUQUERQUE TEIXEIRA	05197434406
2080	MARIANA MARTINS FERREIRA VIANA	06727068496
2081	MARIANA MELLO BONILHA	01575248093
2082	MARIANA MENDES DA COSTA	02574809190
2083	MARIANA MENDES NUNES	06765110666
2084	MARIANA MIRANDA DE MENDONCA	08830367621
2085	MARIANA MONTEIRO GURJAO	06823515473
2086	MARIANA MOREIRA GARCEZ DORIA	10401922707
2087	MARIANA MOREIRA MORAES	09612633690
2088	MARIANA NOGUEIRA DE ALMEIDA ARAUJO	05311192461
2089	MARIANA NUNES PEREIRA	05616896799
2090	MARIANA NUNES SARAIVA	02211228348
2091	MARIANA PATRIOTA NAVILLE	35605659871
2092	MARIANA PINHEIRO XERFAN	96588152272
2093	MARIANA REIS LIPARIZI	01292798629
2094	MARIANA RODRIGUES CARDOSO	04574012498
2095	MARIANA SOARES DE CARVALHO	12425512713
2096	MARIANA SOARES SOUZA PIMENTA DE ALMEIDA	87583275687
2097	MARIANA VILELA DE CASTRO	02712488156
2098	MARIANA WENCIONECK COMERIO	12413628746
2099	MARIANA ZAIRA MORAES LIMA RIBEIRO	01377136302
2100	MARIANA ZAMPROGNO TEZZA	07452133919
2101	MARIANA ZANCANARO	00641848030
2102	MARIANE DE SOUZA ZAMPIERI	95014586287
2103	MARIANE MARTINS FERREIRA	02300352133
2104	MARIANE RODRIGUES WANDERLEY	00527403237
2105	MARIANNE ALICE DOS SANTOS	08310012675
2106	MARIELEN SCHNEIDER	02415297003
2107	MARILDA ALVES MOREIRA	56563221149
2108	MARILHA GABRIELA MARTINS PONTES	03252910128
2109	MARILIA BEZERRA MAGALHAES MARTINS	02191212301
2110	MARILIA CAMPOS BENITO	00890599050
2111	MARILIA CAROLINA DE PAULA ALMEIDA	38793141874
2112	MARILIA GABRIELA DA COSTA	01433574098
2113	MARILIA SIPRIANA RIBEIRO BORGES	02200977123
2114	MARILIO JOSE FLACH	00166393088
2115	MARINA BICALHO DE CASTRO	00566382130
2116	MARINA BOFF LORENZEN	02222952018
2117	MARINA CHAER BUCKER	01015718108
2118	MARINA CONSTANTE DUTRA	06149852938
2119	MARINA COSAC CARVALHO	01226235174
2120	MARINA DE FREITAS AGUIAR	01454157674
2121	MARINA FABIOLA RODOY BERTOL	05095885905
2122	MARINA FERRAZ GONTIJO SOARES	01751663159
2123	MARINA GONDIM AGUIAR	03601535343
2124	MARINA GUARESCHI BERIGO	02461688117
2125	MARINA MACELLARO	35857532809
2126	MARINA MADEIRA CASTELO BRANCO	03351812361
2127	MARINA MATUELLA	01773361023
2128	MARINA MAYARA BATISTA DO REGO	06740977429
2129	MARINA MONERAT OLIVEIRA	10754932699
2130	MARINA OLIVEIRA SILVA DE PAIVA	01496152131
2131	MARINA PACHECO COELHO	01517998069
2132	MARINA RAQUEL DUTRA	01974526127
2133	MARINA SHU FONG	35762104826
2134	MARINA SILVEIRA MENDES	02676511394
2135	MARINA TORQUATO QUEIROZ E SILVA	01080577475
2136	MARIO AURELIO BORGES FIDELIS	01356262180
2137	MARIO RICARDO PIMENTEL	01385154098
2138	MARIO ROBERTO TAVARES CARDOSO DE ALBUQUERQUE	00285796232
2139	MARJORIE RIBEIRO LOPES	03042836142
2140	MARLEY GUSTAVO CAVALCANTE GONCALVES	07181079425
2141	MARLON ROSSI DE CAMPOS	07855632611
2142	MARTINHA GILDA GOMES DE SOUSA	84269464372
2143	MARVEL FABER PELUCIO FALCAO JUNIOR	79897118268
2144	MARYELLE DE SOUZA CAMPOS	72768762172
2145	MATEUS BOZETTI LOPES	03351745150
2146	MATHEUS ANDRIGHETTI ROSSI	00974327093
2147	MATHEUS FERREIRA GERMANI	02403721077
2148	MATHEUS GURGEL SARAIVA	05687787402
2149	MATHEUS MENDES PIRES	04187484540
2150	MATHEUS PAIVA RIBEIRO	12385355779
2151	MATHEUS SANTANA PAES BARRETO	80647189534
2152	MAURICIO BEZERRA SALES	82791244387
2153	MAURICIO BORGES VASCONCELOS	00227349539
2154	MAURICIO CARDOSO RIBEIRO JUNIOR	01060991594
2155	MAURICIO CASSOL MUNARETO	05851623950
2156	MAURICIO DALA PAULA BERNARDES	06618876699
2157	MAURICIO GUSBERTI	05410245903
2158	MAURICIO HUMBERTO GONCALVES	90073991104
2159	MAURICIO MASCARENHAS BOAVENTURA	00715613588
2160	MAURICIO MELLO SANTOS	07028656993
2161	MAURICIO PINHEIRO DE ALENCAR	00998733385
2162	MAURO HENRIQUE BUGARIN ARAUJO	02278949101
2163	MAURO HENRIQUE TAVARES DIAS	07693330445
2164	MAURO PALMIRO	73406228100
2165	MAURO WILLIAN RIBEIRO DOMINGOS	08235726688
2166	MAXILENE PIRES MAIA BRITTO SANTOS	02197196596
2167	MAXMILLER DE LUCENA FURTADO	00536238359
2168	MAYALA MOURA VALENCA DE OLIVEIRA	09158026606
2169	MAYANE MAGALHAES SILVEIRA SOUZA	01345393547
2170	MAYARA ALVES MAIA	03290885305
2171	MAYARA CARDOSO SOUZA	01652694307
2172	MAYARA CARVALHO FORTES	02676596365
2173	MAYARA COELHO DE CASTRO E SILVA	01373618400
2174	MAYARA FURTADO ARAUJO	06487356484
2175	MAYARA HAMILKO DE BARROS	07085957905
2176	MAYARA MARIA COSTA DA SILVA	07443364490
2177	MAYARA NOGUEIRA CARDOSO	08619306499
2178	MAYARA RANGEL PICO DA CRUZ	38080275840
2179	MAYARA REIS DE OLIVEIRA	02357455020
2180	MAYLYNN STORTI	08041804667
2181	MAYRA ADELAIDE GOMES VELOSO	07168279645
2182	MAYRA HELENA CARDOSO LABRE	06378344965
2183	MAYRA MARTINS AGUIRRE	01549891189
2184	MAYRUF FRANCA SILVA	80756689104
2185	MAYUMI ARANTES YOSHINO	33362002889
2186	MEDEIA LEITE DE ANDRADE	07908740405
2187	MEIRE ANNE VIEIRA MOTA	01760178101
2188	MEIRELLES BARROS LIMA	00774317582
2189	MELCHISEDECK LEMOS NASCIMENTO	01938255542
2190	MELINA DE MOURA GONCALVES CAIXETA	01565181638
2191	MELINA DUARTE COSTA	00030700000
2192	MELINA FAYAD VIEIRA	07501171688
2193	MELINA VASSALO LAMEIRAO	11231139714
2194	MELINE IVONE OLIVEIRA CELESTINO	04119880508
2195	MELISSA ALMEIDA ANDRADE	03310358399
2196	MELISSA LITWIN ROCHA	08267970754
2197	METON MELO MACIEL	97456993220
2198	MHARCUS CARNEIRO VIEIRA	02160348333
2199	MIBILE DUTRA GOES	03374524583
2200	MICENO PINHEIRO TORRES NETO	93359837304
2201	MICHAELA LARISSA LOBO DE ANDRADE	02901180183
2202	MICHEL BAYOUTH PADIAL	06387612985
2203	MICHEL SALEIMAN ABOU SAAB	04580118944
2204	MICHEL SOUTO MAIOR PETRY	10470748770
2205	MICHELE RICI BATTAIOLA	34140799846
2206	MICHELLE CORTELETTI DA COSTA	13944481712
2207	MICHELLE LOUISE SICA DE ALMEIDA	00564018090
2208	MICHELLE RODRIGUES VERSIANI	07338009635
2209	MICHELLE THAIS WIRTTI JORGE	00552703109
2210	MICHELLI SOARES PEREIRA	01486423574
2211	MICHELLY DE ALMEIDA MOREIRA SALGADO	02681431964
2212	MIGUEL DE CASTRO SANTOS	09711524627
2213	MIGUEL GAGNO NUNES	09920132756
2214	MILENA AGUIAR DE FARIA	02469129109
2215	MILENA ALVES GUERRA DE ARAUJO	05481553481
2216	MILENA FRANCO REBELLO	02629228193
2217	MILENA LESSA ROCHA	02338995376
2218	MILENA MARIA DE MORAIS E SILVA	03939175412
2219	MILENA MELO OLIVEIRA	06118789410
2220	MILENA PINHEIRO DE MACEDO MARQUES	07406639686
2221	MILENA ROCHA PEIXOTO	02873957581
2222	MILENE DA SILVA ANTUNES	99243261053
2223	MILKA EUGENIA MONSALVES NILO	85893899520
2224	MILTON JOSE MEDINA DE SOUZA	11246625709
2225	MIRELI MARTINS DO NASCIMENTO	36192537810
2226	MIRELLA ALMEIDA DE OLIVEIRA	36601463825
2227	MIRELLA GUIDA	05877401750
2228	MIRELLA JIACOMETTI ARANTES MACHADO	02219726177
2229	MIRELLE FERREIRA SILVA	01661016642
2230	MIRNNA LOPES DE AQUINO	07202493411
2231	MOACI FERREIRA DE MORAIS JUNIOR	02930702370
2232	MOISES OLIVEIRA SCHOTS	05497255477
2233	MONALISA NOBRE BASTOS	03314671512
2234	MONICA ALVARES LEAO	02017956120
2235	MONICA LICE LEITE AIRES	01983581305
2236	MONICA MOURA DE SOUSA	06430978486
2237	MONICA ROCHA GARCIA	01810328560
2238	MONIQUE FREIRE DOS REIS	83849785220
2239	MONIQUE SIEBRA DE BRITO	01131777395
2240	MONNARA LUCIO DA SILVA BEZERRA	05400099467
2241	MONYA PASSOS SPANNER	60573619204
2242	MORGANA CAROLINA DE ARAUJO AGRES DE CARVALHO	07147396421
2243	MORGANA REGINA RODRIGUES	00371044030
2244	MURIEL LUCIA DE AGUIAR DIAS	07516346977
2245	MURILLO CRUZ MOURAO	10197700667
2246	MURILLO MENDES AQUINO	01661049656
2247	MURILLO RODRIGUES MORAIS	01943468540
2248	MURILO DUARTE CARMO	36910968832
2249	MURILO LACERDA MARTINS DE OLIVEIRA	00999163477
2250	MURILO VIEIRA MEIRELES	02676576178
2251	MYRCIARA MACEDO DE ALCANTARA	03220991106
2252	MYRELLA DASCANI LAZZARINI	10927250756
2253	MYRIAN LOPES ARRUDA CARNEIRO	00018891330
2254	NAARA ALETHEA AZAEL DE CASTRO	04053816548
2255	NADIA CAROLINA LIMA E LIMA	02725725356
2256	NADIA HELENA DE CASTRO QUADROS	84123559204
2257	NADIJANNE COELHO DA SILVA	05764723442
2258	NADJA MAGDALENA KOHLER DAL RI	00031637094
2259	NADJA PEREIRA PARENTE	05987886465
2260	NAIANA GOUVEIA DE MELO	00827540205
2261	NAIANA ORIA SOARES KERBAGE	02020275384
2262	NAIANA RIBEIRO BORGES	35265174877

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2263	NAIARA ANDRADE OLIVEIRA SANTOS	03370928507
2264	NAIARA DUARTE SANTIAGO	08966607616
2265	NAIARA FERNANDES COSTA	01731681593
2266	NAIARA RENEE BESERRA FREIRE	02192310366
2267	NAILY NEZINHO DO NASCIMENTO	01504898389
2268	NAIRA JULIANA SANTOS GOMES	94675864287
2269	NARA MADALENA CUNHA LOULA	03374808506
2270	NARDELL JOSE DA COSTA FREITAS	01434313310
2271	NARLA KARINE GALINDO DE ALBUQUERQUE	05964320465
2272	NASTASSJA CURY SALES	10209656735
2273	NATALI MARIANA CREMONESE	94659427234
2274	NATALIA ARRAIS COSTA	00768446333
2275	NATALIA ASSIS MOSINI	94678316272
2276	NATALIA BARROS DE MELO	01231075120
2277	NATALIA BRAGA PEDROSA	06999366675
2278	NATALIA CAROLINA SANTOS E SILVA	08345311601
2279	NATALIA CAVALCANTE MARQUES QUEIROZ	02009880188
2280	NATALIA CELI LIMA DE OLIVEIRA NEPOMUCENO	06123373404
2281	NATALIA CRISTINA GOMES DO AMARAL	05831079406
2282	NATALIA MARIANO CAVALCANTI	06523398404
2283	NATALIA MARTINS FALCAO	02541145390
2284	NATALIA MELLO DO VALE	06905124656
2285	NATALIA NOBRE DE ALENCAR	02382502371
2286	NATALIA PALMEIRA LEITE DE LIMA	05563228436
2287	NATALIA POVOA	33371980820
2288	NATALIA ROSSIN GUIDORIZZI	32442619814
2289	NATALIA SALGADO CARDOSO DOS SANTOS	07728961608
2290	NATALIA SANTOS BELISARIO	12437385703
2291	NATALIA SOUZA MEDEIROS	02493060180
2292	NATALIA TEREZA DA SILVA EVANGELISTA	04977331451
2293	NATALIE LUCAS FERNANDES	06820539967
2294	NATALINO CEZAR CLAUSEN	02820739903
2295	NATANA WERLE ROCHA	01744579016
2296	NATANNY MOREIRA ARAUJO	05520686408
2297	NATASHA MARQUES MOTA	02485608164
2298	NATASHA PEREIRA DE CARVALHO RODRIGUES	06100972450
2299	NATHALIA ANAISSI ROCHA PESSOA	00300827300
2300	NATHALIA BOBROWSKI RICHTER	01854636065
2301	NATHALIA BRANCO SCHWEITZER MENDES	07089209938
2302	NATHALIA CABO FACANHA	02615831313
2303	NATHALIA CAROLINE PEREIRA DA SILVA ROCHA	06416100410
2304	NATHALIA CORDEIRO BARBOSA	06962883463
2305	NATHALIA DE ALMEIDA MASTACHE	13411109742
2306	NATHALIA DE ALMEIDA VEIGA	12126506703
2307	NATHALIA DE ARAUJO SOUZA QUIRINO	01294843508
2308	NATHALIA DO EVANGELIO QUEIROZ GOMES	12234114780
2309	NATHALIA KRISHNA PEREIRA FONTENELE	01377047393
2310	NATHALIA MONTI ARONE	38360728828
2311	NATHALIA NEIVA DOS SANTOS	10316711616
2312	NATHALIA PARRODE MACHADO BARBOSA	01726160181
2313	NATHALIA VIEIRA RIBEIRO	07432040699
2314	NATHALIA VILLARINS PEDROSA	12270526775
2315	NATHAN LOPES PASTRO	04527664948
2316	NAURA VASCONCELOS ALVES NETA	01779006365
2317	NAYANA DE CARVALHO BRAGA	02416489399
2318	NAYANE BRAGA AIDAR	02984285123
2319	NAYANE DOS SANTOS PINTO	01085622398
2320	NAYANNE LAYS DOS SANTOS PEREIRA	02276423170
2321	NAYARA ABADE COTINGUIBA	01676424563
2322	NAYARA ARAUJO BARRETO DOS SANTOS	03101399530
2323	NAYARA BANDEIRA DE SA	51798115204
2324	NAYARA BEDETI DIAS	08527705613
2325	NAYARA CRISTINA MARINHO ARRABAL FERMINO	84688742215
2326	NAYARA FERREIRA SENA	08284080680
2327	NAYARA FONTINELLE SILVA	02356196390
2328	NAYARA HOTT DOS SANTOS	09260732654
2329	NAYARA QUEIROZ CARDOSO PINTO	07611461486
2330	NAYARA SOBREIRA BRAGA	01878877305
2331	NAYRON VELOSO RESENDE	07347384478
2332	NEIVA SOARES DA SILVEIRA	07970659705
2333	NELIO NEVES VEIGA JUNIOR	36104646824
2334	NELMA CARNEIRO DE ARAUJO	02698880554
2335	NELSON DE FIGUEIREDO NETO	32161189832
2336	NELSON EDUARDO GODOY JUNIOR	22234782805
2337	NELSON KLEBER UGALDE FERNANDES	45748853272
2338	NELSON SILVEIRA MATIAS	03480923348
2339	NERITON BARBOSA RAMOS	01151344176
2340	NESTOR TORRES MARINA	54966973287
2341	NICACIO DIEGER SILVA	09838060631
2342	NICHOLAS AUGUSTO CHAGAS SILVEIRA	03573221505
2343	NICOLE MARTUSCELLI DE ALMEIDA	07608298618
2344	NICOLE RAMALHO LUSTOSA	06994049671
2345	NICOLI ABRAO FASANELLA	36281718810
2346	NIKYALLAN SOARES RODRIGUES	10704961709
2347	NILZIANE MACIEL PEREIRA	03273087455
2348	NINA ROSA TENORIO LIRA	05943300414
2349	NOELLE CARREIRO DE BARROS MAIA CHAGAS	05048337409
2350	NOEMIA LOBATO SERRANO	09226772711
2351	NUBIA RAMOS GONCALVES	05288106770
2352	NYVIA MARIA BARROSO PORTELA	00042530350
2353	ODAIR MARANHO NETO	34617435859
2354	ODAIR RODRIGO RODRIGUES JUNQUEIRA FILHO	00646348175
2355	OLINDA KAROLLINE OLIVEIRA AVILA	02447972504
2356	OMAR ABOU EZZEDDINE	36426420808
2357	OMAR JOSE GOMEZ MIRANDA	23603813855
2358	OTACILIO RODRIGUES DE BARROS NETO	00287657108
2359	OTAVIANO OTTONI DA SILVA NETTO	89010779149
2360	OTAVIO LIBANORI BARBOSA	06080131960
2361	OTAVIO MICHEL JORGE BATISTA	02225228361
2362	OTTO AUGUSTO CORREA T CHAVES	06701287670
2363	OZAEINER ALVES DOS SANTOS	04863493495
2364	OZEAS BARBOSA CRUZ	03369797542
2365	PABLO JAIME DOS SANTOS	02232750183
2366	PALLOMA ANDRADE CAVALCANTE	07696548433
2367	PALOMA DA COSTA SOARES	10639593739
2368	PALOMA GOMES FRANCO	07513179425
2369	PALOMA PATRICIO DOS SANTOS DA CAMARA LIMA	05722994430
2370	PAMELA ISLANE MACHADO DE LIMA	89003594287
2371	PAMELA MOEMA POLICARPO BEZERRA	02092511319
2372	PAMELLA INDIRA DA SILVA OLIVEIRA	03341181580
2373	PATRICIA ALENCAR DE REZENDE	05783866741
2374	PATRICIA AMORIM GONCALVES	07728330608
2375	PATRICIA AZEVEDO DINIZ	01523594608
2376	PATRICIA CARVALHO DE ALMEIDA	12542152713
2377	PATRICIA CASTRO DOS SANTOS POVOA PONTIERI	84621940163
2378	PATRICIA DE PAULA EFFGEN	10793609720
2379	PATRICIA GOMES	00109160169
2380	PATRICIA GUERZET AYRES BASTOS	05883476716
2381	PATRICIA LAFETA COSTA	07948219609
2382	PATRICIA MAIA BRASIL	00272555304
2383	PATRICIA MONIQUE VILA NOVA PEREIRA	00683962523
2384	PATRICIA MORAES RESENDE DE JESUS	07951455601
2385	PATRICIA PEREIRA DE ALENCAR ARARIPE	90454960387
2386	PATRICIA PINHEIRO MONTALVAO	06627808927
2387	PATRICIA RAPHAELA PEREIRA FORTUNATO DE MIRANDA	04234972436
2388	PATRICIA SANTOS DIAS DE LACERDA	82565546220
2389	PATRICIA SILVA BRAGA	11236228766
2390	PATRICIA SOUZA DE PAULA	01458274454
2391	PATRICK AZEVEDO BARRETO	03339809305
2392	PATRICK OLIVARES	00721560903
2393	PAULA BARROSO VASCONCELOS	01448965675
2394	PAULA BERTOLLO MORAES	13073181776
2395	PAULA CARDOSO MENEZES	01632267500
2396	PAULA CAROLINA COSTA SOUZA	01760997510
2397	PAULA CAROLINE MATOS ALMEIDA	03392404586
2398	PAULA CRISTINA WITT	06114058909
2399	PAULA DOS SANTOS PORTO	07731074609
2400	PAULA FARIA RICCI	12677526700
2401	PAULA GRACA COUTO LEMOS	01576101100
2402	PAULA KARINA MACHADO DE OLIVEIRA	07389607483
2403	PAULA LORITE FRACASSO	01304942163
2404	PAULA MARIA DE BRITO E SILVA	01626532125
2405	PAULA SANTOS SILVA FONSECA	02810601500
2406	PAULA VIRGINIA TAVARES DO NASCIMENTO	02969725339
2407	PAULA WANNA PEREIRA MEIRELES GOMES	02519695331
2408	PAULO ANDRE ARAUJO ALVES	08726244470
2409	PAULO ANDRE FRANCELINO FIGUEIREDO	05869219400
2410	PAULO CESAR DE ARAUJO MACHADO	15585988808
2411	PAULO CESAR PEREIRA	06236969671
2412	PAULO DIOGO DE OLIVEIRA FERREIRA	06112756439
2413	PAULO EDUARDO UCHOA ALENCAR	00648013308
2414	PAULO FERNANDO BARBOSA DE CAMARGO ANDRADE	01449011101
2415	PAULO HENRIQUE MARTINS SILVA	02094555194
2416	PAULO HENRIQUE RODRIGUES	01167956117
2417	PAULO JOSE DE MACEDO FILHO	02104275318
2418	PAULO MARCOS DO NASCIMENTO	00989068102
2419	PAULO RICARDO BACELAR MACEDO	01899440569
2420	PAULO RICARDO RAMOS MENDONCA FILHO	02895690448
2421	PAULO TADEU BORTOT FILHO	08285874699
2422	PAULO VICTOR FORTES SAMPAIO	02687281190
2423	PEDRO ABRAHIM CHERUBINI	02197070061
2424	PEDRO ALBERTO GIL SODRE	03331845566
2425	PEDRO ANTONIO MARCELINO	05171698945
2426	PEDRO AUGUSTO IGNACIO SILVA	00749255129
2427	PEDRO AUGUSTO LOPES TITO	07998832630
2428	PEDRO AUGUSTO PARREIRA MONTEIRO	03741091170
2429	PEDRO AUGUSTO TEIXEIRA	01928459188
2430	PEDRO BARBOSA CORDEIRO NETO	03570022374
2431	PEDRO BRANDAO DE CASTRO	12431164713
2432	PEDRO CRESTO GARCIA	38212409899
2433	PEDRO EVARISTO MACHADO CUNHA	01723253154
2434	PEDRO FELIPE MYLLA BOSO	05452599916
2435	PEDRO FILIPE DE VASCONCELOS PESSANHA	07392258478
2436	PEDRO GOMES BARBOSA JUNIOR	36802624850
2437	PEDRO HAHN MONTEIRO DE SOUZA	06874714945
2438	PEDRO HENRIQUE AIRES CORREA	97636339153
2439	PEDRO HENRIQUE AMARAL RUAS	01261698614
2440	PEDRO HENRIQUE CAPOANI HILGERT	06039058978
2441	PEDRO HENRIQUE DE CARVALHO RODRIGUES	11251570704
2442	PEDRO HENRIQUE DE LIMA ABREU	00164673105
2443	PEDRO HENRIQUE FELIPE DE VASCONCELOS	02958407306
2444	PEDRO HENRIQUE FERNANDES NUNES	14055769792
2445	PEDRO HENRIQUE GOMES COSTA OLIVEIRA	07656023690
2446	PEDRO HENRIQUE SALES PONTES	02437847324
2447	PEDRO HENRIQUE VENTURA	01417623063
2448	PEDRO HUGO BEZERRA MAIA FILHO	00056734379
2449	PEDRO IVO DE OLIVEIRA GOUVEIA	01760229377
2450	PEDRO LOBO ALCANTARA NEVES	07316849665
2451	PEDRO LUIZ SILVA DIAS	08358280696
2452	PEDRO NICOLAU BRAGA TEIXEIRA	09003448655
2453	PEDRO PASSOS PIROPO	01115547569
2454	PEDRO PAULO CHEROTO DE REZENDE	10100146767
2455	PEDRO PAULO PEREIRA CAIXETA	08512864613
2456	PEDRO PAULO PRATA DA CRUZ	12664673785
2457	PEDRO REINA MAGALHAES	01479178594
2458	PEDRO SUYA COSTA VIEIRA	03323304357
2459	PEDRO WAGNER FONSECA PEDREIRA	00922215561
2460	PENELOPE CASSIA PINTO	07808731650
2461	PERRONY ZILBERG ABRANTES TRIGUEIRO	06092202417
2462	PETERSON DAVID SIQUEIRA	02153315409
2463	PHELLIPE PROENCE PEREIRA DE QUEIROZ	01448284562
2464	PHILIPE ALMEIDA SPOLTI	06957833941
2465	PHILIPE ENJI KAJISHIMA	12549811798
2466	PLINIO BRAGA LINHARES GARCIA	00924558326
2467	PLINIO PINTO MALVEIRA	01781585342
2468	POLIANA CAMURCA DA SILVA	84552735268
2469	POLIANA GONCALVES VITORINO MONTEIRO	06422117442
2470	POLIANA SAMPAIO OLIVEIRA	94805091215
2471	POLLIANE MIRANDA MOTA	07118233676
2472	POLLYANA OLIVEIRA BARBOSA	02758433516
2473	POLLYANE RAMOS CHAGAS	07922145608
2474	POLYANA PEREIRA MORAES MONTEIRO	04579947460
2475	POLYANA RAMOS BRASIL	07735536496
2476	POLYNE MORAES DE SOUZA	06548392981

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2477	PRICILA DE FREITAS BERENGUER	05619752488
2478	PRICILA SANGI	10840523777
2479	PRISCILA ABREU FERREIRA	11338327763
2480	PRISCILA CARDOZO SANTOS	12602830704
2481	PRISCILA CASTRO GONZAGA VIANA	07389301643
2482	PRISCILA DA SILVA DAFLON	07887293731
2483	PRISCILA DA SILVA TAGUTI	05086555957
2484	PRISCILA DE MELO VASCONCELOS JUST	07373037437
2485	PRISCILA DE SOUZA TOLEDO	01943372195
2486	PRISCILA FERREIRA CUNHA	07408906622
2487	PRISCILA JALFIM LUMBA	06110218464
2488	PRISCILA KARLA SOUSA RAMOS MAGALHAES	99867354320
2489	PRISCILA KARST PASSOS SOARES	01173323139
2490	PRISCILA LISBOA FIGUEIREDO	02858953546
2491	PRISCILA MACIEL SILVERIO ALVES	09757594695
2492	PRISCILA MARIA UCHOA PINTO	06185905442
2493	PRISCILA MICHELLE SANTOS COSTA	05580635435
2494	PRISCILA MOREIRA ALVARENGA BARBOSA	08769215600
2495	PRISCILA PINATO MATTOSO	50858262215
2496	PRISCILA SARTORETTO DAL MAGRO	01365660060
2497	PRISCILA SOARES SOUZA	08999199606
2498	PRISCILA SUEMI PEREIRA NAKASHIMA	07058962693
2499	PRISCILA TAVORA CAMPOS	00011117362
2500	PRISCILA TIBURTINO DE OLIVEIRA GOMES	05473521401
2501	PRISCILA TOLEDO CATEN	11734886773
2502	PRISCILLA ALVES PEREIRA	37163791828
2503	PRISCILLA AZEVEDO DE MORAIS CASTRO	07919030609
2504	PRISCILLA DE ALMEIDA CASTRO	02228857181
2505	PRISCILLA DUARTE PIMENTEL	11438901755
2506	PRISCILLA MAGALHAES PARREIRA DE CARVALHO	11131030788
2507	PRISCILLA MELO DE OLIVEIRA LIMA	07943543432
2508	PRISCILLA RIBEIRO MARQUES	00792448316
2509	PRISCILLA SILVA DE JESUS	03336311535
2510	PRISCYLLA CAMPOS BARBOSA	00858252120
2511	PRISCYLLA MARQUES XAVIER QUEIROZ	04315821497
2512	PRYSCILLA CANDIDA ANDRADE	07960402655
2513	PUAMMA TABIRA COSTA LOPES RAMOS	06123448439
2514	RACHEL DAHER VIEIRA MACHADO	02696076170
2515	RACHEL SINFITELI DA SILVA	14073680790
2516	RACQUEL ROLIM DUARTE	05726678419
2517	RAFAEL ABDALA BEICHER	02488069124
2518	RAFAEL ALEXANDRE FERNANDES DOS SANTOS QUEIROZ	07072578404
2519	RAFAEL ALMEIDA PASSOS SANTOS	03785392567
2520	RAFAEL ARAUJO GUARCONI	11808695755
2521	RAFAEL BEZERRA DE NEGREIROS LIMA	03605546366
2522	RAFAEL BORGES SALERA	01563639688
2523	RAFAEL BRAGHETTA JOAO	35215638802
2524	RAFAEL CAETANO DO AMARAL	05418912941
2525	RAFAEL CASAGRANDE SIMOES	05718407797
2526	RAFAEL CERQUEIRA OLIVEIRA	01399546511
2527	RAFAEL CHIARI RIBEIRO DOS SANTOS	33398457860
2528	RAFAEL CUNHA MATIUZZI	00121117081
2529	RAFAEL DA SILVA CUNHA	02720712345
2530	RAFAEL DA SILVA HOLANDA	01209822342
2531	RAFAEL DE MEDEIROS VASCONCELOS	06131622426
2532	RAFAEL DE OLIVEIRA CORDEIRO	08775041642
2533	RAFAEL DE OLIVEIRA MATOSO	08574822620
2534	RAFAEL DOS SANTOS BARNI	07445384910
2535	RAFAEL DUNCAN MEIRA TENORIO	05726680405
2536	RAFAEL FREDERICO PERES	36512997832
2537	RAFAEL FREIRE LUNA	92907962272
2538	RAFAEL GADENS	06684051988
2539	RAFAEL GOMES DE OLIVINDO	03091232328
2540	RAFAEL HENRIQUE SULSBACH	00392389975
2541	RAFAEL JAIME COIMBRA SANTOS	01258140110
2542	RAFAEL JOSE NALIO GROSSI	37273339873
2543	RAFAEL KAIBER DA SILVA	83766529072
2544	RAFAEL KLEIN	96952806091
2545	RAFAEL LEITE FREITAS	95060391272
2546	RAFAEL LOVATTI	05805962730
2547	RAFAEL MACHADO MENDES	02769503308
2548	RAFAEL NICOLA DE CASTRO	04068794944
2549	RAFAEL PINETTI QUEMELLI	05903660762
2550	RAFAEL PIRES GERALDINI	00552829110
2551	RAFAEL REIS PEREIRA	33440480828
2552	RAFAEL RIBEIRO DE ASSIS	09008146673
2553	RAFAEL RODRIGUES SILVA	07396496632
2554	RAFAELA ALMEIDA DA SILVA OLIVEIRA	01728638569
2555	RAFAELA CAROLINE CLARINDA MELO	05920026910
2556	RAFAELA FONSECA ALBUQUERQUE	04011335592
2557	RAFAELA FONSECA SOARES	06138973909
2558	RAFAELA JALES PEREIRA DINIZ	06518717432
2559	RAFAELA LOIOLA DE CARVALHO	00809759330
2560	RAFAELA MAGALHAES LEAL GOUVEIA	05893309421
2561	RAFAELA MENEZES SOUZA PESSOA	07987891401
2562	RAFAELA MIQUELARENA ESTEVES	00775661066
2563	RAFAELA MIRANDA PROTO PEREIRA	03497456179
2564	RAFAELA MOLENA	00850090164
2565	RAFAELA SAHB FREIRE	12075565724
2566	RAFAELLA ABRANTES DE MELO CARVALHO COELHO	12158365706
2567	RAFFAEL MEDEIROS ALVARENGA	00809457326
2568	RAFFANY PIRES BRAND	13041158795
2569	RAFIQUE CAROSO VAZ ALMEIDA	04176797509
2570	RAFTHON RIBEIRO RODRIGUES	02280408171
2571	RAIJA JAKLINE LEITE NORMANDO	70483531391
2572	RAIMUNDO MOREIRA DOS SANTOS NETO	02353818374
2573	RAISA ILENA CARANHAS FEITOZA	99718847200
2574	RAISA MENDES DE ARAUJO	02583729586
2575	RAISSA ALVES FELIPPE	13660001708
2576	RAISSA BLUMER ALBANEZI	31378934881
2577	RAISSA DA ROCHA LOPES	02466329336
2578	RAISSA DE LIMA GADELHA	05568267448
2579	RAISSA GABRIELA VIEIRA DA CAMARA BARROS	06467432444
2580	RAISSA MARIANNA VIANA DINIZ	04227070317
2581	RAISSA PEREIRA MODESTO JAQUES	07433837450
2582	RAISSA SILVA VIEIRA	07998452641
2583	RAISSA TEREZA CASSEB OLIVEIRA	51675218234
2584	RAMON ARAGAO COSTA LEAO DE OLIVEIRA	02868971563
2585	RAMON ROSA FACHETTI	09879409701
2586	RAMON VERAS PARENTE	00692852336
2587	RANGEL DE LIMA TAKENAWA	12429398737
2588	RANIERE NOBRE FONSECA	05140771403
2589	RAPHAEL ALEXANDRE HANNUM RESENDE	02333225157
2590	RAPHAEL CISNE TOMAZ	67086853372
2591	RAPHAEL DE MELLO RODRIGUES DA SILVA	10881431729
2592	RAPHAEL DE TOLEDO REMIGGI	01796471135
2593	RAPHAEL FRANZINI DOS SANTOS	13048416773
2594	RAPHAEL MACHADO REALI	00378530070
2595	RAPHAEL MOREIRA TEIXEIRA	05795641774
2596	RAPHAELA DE ALMEIDA LIMA	13778973703
2597	RAPHAELA MACHADO	09479217619
2598	RAPHAELLA CAMBRAIA FURTADO CAMPOS	07596638660
2599	RAQUEL BARRETO IBANEZ	06070672925
2600	RAQUEL CARVALHO DE SOUSA	76963187304
2601	RAQUEL FERREIRA LAVOR DE LACERDA	07721607400
2602	RAQUEL HOLANDA SALES	02149406322
2603	RAQUEL MONTEIRO DA SILVA LANNA	06941768690
2604	RAQUEL NOGUEIRA DE SOUSA PEIXOTO	01133995101
2605	RAQUEL PONTE LISBOA	01692545345
2606	RAUL FELIPE MALDONADO HERBAS	23324445809
2607	RAUL PEREIRA CHIARADIA	08073085607
2608	RAUL SAUNDERS UCHOA ALVES	02401651365
2609	RAVENA BASTOS BERNARDO	07390834498
2610	RAVENA LOPES DE SOUSA	03265159337
2611	RAYANA RIBEIRO DE SOUZA CARDOZO	03515408576
2612	RAYANNE MENDES GUERRA	02315678390
2613	RAYANNE MENDES GUERRA	02315678390
2614	RAYH FREITAS FERREIRA	02941463348
2615	RAYLI LAURO JENNYFER BRANDAO SALES	01750001314
2616	RAYSA DE MEDEIROS LOPES ALVES	01386009377
2617	RAYSA DE MEDEIROS LOPES ALVES	01386009377
2618	RAYSSA LACERDA MENDOZA REQUE	01681706393
2619	REBECA BELIZARIO SOARES	02990901329
2620	REBECA DE MENEZES SOBREIRA	00310193311
2621	REBECA DOS SANTOS VENTURA LOPES	03665080169
2622	REBECA SOARES DE OLIVEIRA	00925183385
2623	REBECCA DE AGUIAR CORDEIRO	02701207347
2624	REBECCA PAES DE ANDRADE SOUZA	05457545423
2625	RECIELLE CHAVES GOMES	77952227220
2626	REGIANE MATOS BATISTA	00814026273
2627	REGINA CELIA ALBUQUERQUE ROSSITER IVO DA MATA	03283222452
2628	REGIS CARLOS DE OLIVEIRA SOUSA	01605725331
2629	REGIS DE PAIVA BORGES	04023482650
2630	REMO GOMES GUERCIO	10351572686
2631	RENAN DOS SANTOS TORTAJADA	00979087970
2632	RENAN GONCALVES BESSA	00268628327
2633	RENAN GUIMARAES ASSUNCAO CAMPOS	06957062686
2634	RENATA ALVES DA SILVA	11026999774
2635	RENATA ANSELME DA SILVA	11237583799
2636	RENATA BERNARDI ROCHA DE FREITAS	09689471660
2637	RENATA CARDOSO MACHADO	00441111181
2638	RENATA COSTA DOS SANTOS	07389927470
2639	RENATA CRISTINA BARROS LEITE	07402974499
2640	RENATA DE OLIVEIRA GUSSO	06132046976
2641	RENATA DIAS GONCALVES	05361622478
2642	RENATA DOMINGUES	81255055200
2643	RENATA DUARTE GONCALVES	82250596387
2644	RENATA FELIX DA JUSTA	03349439306
2645	RENATA FORTES DOS SANTOS	11889339733
2646	RENATA FREIRE DE SOUZA	76635546200
2647	RENATA GONCALVES CUNHA	00407025103
2648	RENATA HELENA QUEIROZ FERREIRA	93404611268
2649	RENATA MARTINS DAYREL REZENDE	02683579195
2650	RENATA MENDES RODRIGUES OLIVEIRA	06670191626
2651	RENATA MENDONCA DE FIGUEIREDO	00262596210
2652	RENATA OLIVEIRA CARDOSO	01917414501
2653	RENATA SANYELLE ALVES DANTAS	02323883348
2654	RENATA TRINDADE GONCALVES	07076978679
2655	RENATA VALE SOARES FONSECA	00928714454
2656	RENATA WANDERLEY NOGUEIRA	77439058291
2657	RENATHA BARBOSA DA SILVA	09538059727
2658	RENATHA ROZZE DE AVILA SILVA	01187018600
2659	RENATO GUTHIERRE AMARAL NASCIMENTO	94986193287
2660	RENATO MACHADO DE ALMEIDA JUNIOR	07476327667
2661	RENATO MARTINS CATTA PRETA	63471213104
2662	RENATO MOREIRA BRETAS	12683624760
2663	RENATO PASSOS DE SOUZA CARDOSO	03511496519
2664	RENATO RODRIGUES VIANA	06112193442
2665	RENY WANE VIEIRA DOS SANTOS	69511284215
2666	RENYER DOS SANTOS GONCALVES	99879905253
2667	RHUAN ANTONIO DE PAULA SILVEIRA E SILVA	02496688156
2668	RHUANA SILVA MEDRADO	03579687190
2669	RIANNE FREITAS DE ARAUJO	00346921341
2670	RICARDO ARANHA MAGALHAES	01397475676
2671	RICARDO BEZERRA WALRAVEN	01690006307
2672	RICARDO CARDOSO MARQUES	05876399973
2673	RICARDO FONSECA LOPES FILHO	10989829758
2674	RICARDO JOAO FIDELIS DE ARAUJO	07366870412
2675	RICARDO MORENO NOGUEIRA	83974962549
2676	RICARDO PINTO MARINHO	82298122504
2677	RICARDO ZAIBAK CASTRO	01293236160
2678	RILDO ALENCAR DE ARAUJO PRIMO	05754035438
2679	RINALDO CICERO ANGELIM ARAUJO	77017781368
2680	RITA KARINE VERAS GOMES DE MELLO	07699845412
2681	ROBERIO CUNTO XAVIER	02702917330
2682	ROBERTA AMELIA DE BRITO REBELO	06885226459
2683	ROBERTA CORREIA RIBEIRO FERREIRA DE MIRANDA	02604198428
2684	ROBERTA CRISTIANE DE CASTRO SOARES	04319807642
2685	ROBERTA CRISTINA MORAIS CAMELO PESSOA	03957439400
2686	ROBERTA DONATO LOPES MOSS	52359751204
2687	ROBERTA FERNANDA FERNANDES FORMIGA	01462363431
2688	ROBERTA KELLY MENEZES AMORIM	87277107349
2689	ROBERTA LESSA RIBEIRO	60051875381
2690	ROBERTA NAYRA TAVARES MAIA	00487411323
2691	ROBERTO ALVES DE OLIVEIRA	01057518042
2692	ROBERTO DANZI JUNIOR	29690294806

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2693	ROBERTO DINIZ SIMOES DE MEDEIROS SEGUNDO	04912414450
2694	ROBERTO FABBRO SALSMAN	38683769844
2695	ROBERTO FERNANDES NICOLA	00838636055
2696	ROBERTO LIVIO ALVES GIFONI	61908126353
2697	ROBERTTA SOARES MIRANDA FERNANDES ZANDONA	09211361613
2698	ROBSON ALECRIM ROCHA	04596091498
2699	RODOLFO FURTADO DIAS RODRIGUES	00669942170
2700	RODOLFO GUIA MUREB	11256555770
2701	RODOLFO RAGNOLLI PEREZ	37030910885
2702	RODOLFO SOARES VIANA	03377557520
2703	RODOLPHO MASCARENHAS E SILVA SANTOS	01934944505
2704	RODRIGO ALMEIDA LIBERATO	86534130220
2705	RODRIGO AMORIM DE MORAES PEREZ	06808053464
2706	RODRIGO ANDRADE DA SILVA	01644362511
2707	RODRIGO ANDRADE DE MEDEIROS	06214244470
2708	RODRIGO ASSUNCAO IZZO	34432902809
2709	RODRIGO BARONI DE CARVALHO	08438028713
2710	RODRIGO BARROS SOUSA	99753197349
2711	RODRIGO BORGO	39793525878
2712	RODRIGO CAMARGO VASCONCELOS	02493848330
2713	RODRIGO CARDOSO SANTOS	21667119877
2714	RODRIGO CASECA DOS SANTOS	00960917977
2715	RODRIGO DANTAS DE ANDRADE	04423036452
2716	RODRIGO DE ARAGAO CARVALHO	05465919493
2717	RODRIGO DE CARVALHO VERAS	01769755357
2718	RODRIGO DE MELO BARROS	07056624464
2719	RODRIGO DORS SAKATA	05543422946
2720	RODRIGO FIRMINO SILVANO	02548133990
2721	RODRIGO FREITAS DA COSTA	00573471312
2722	RODRIGO LANDIM PRUTCHANSKY	02945744333
2723	RODRIGO LUIS TALARICO	36880089879
2724	RODRIGO MACEDO DE PADUA	02537650301
2725	RODRIGO PELEGRINI	02658649924
2726	RODRIGO PIZZINI DE SOUZA	06299703601
2727	RODRIGO POLI OKAMOTO	32747072878
2728	RODRIGO RENY BRAGA RIBEIRO	06879558402
2729	RODRIGO SANTANA DE SOUZA	03016577500
2730	RODRIGO SANTOS MEIRELLES DA SILVA	10774365722
2731	RODRIGO SANTOS ROSEIRA	01909804517
2732	RODRIGO SILVERIO DIAS	26871154876
2733	RODRIGO TEODORO GOMES DE PAIVA	09465785750
2734	RODRIGO TIBURCIO BRUNO FROTA	96414278300
2735	RODRIGO VIANA DOS SANTOS	01467035378
2736	RODRIGO VIEIRA DA SILVA	00404698670
2737	ROGER DUARTE DA PAZ	05004538611
2738	ROGERIO SILVA SANTOS	00856265110
2739	ROGERIO VALE ESTANISLAU	00449716139
2740	ROMENIA FERNANDA LEITE	01644624656
2741	ROMERSON BRITO MESSIAS	05333133689
2742	ROMULO CAVALCANTE SERPA	05376239900
2743	ROMULO EMANUEL FREITAS PINTO	78715083349
2744	ROMULO PILONI PARREIRA	01245638130
2745	RONALD ERNESTO CAGLIARI COSTA	12449918728
2746	RONALDO LINO DOS REIS	95632751953
2747	RONALDO VIEIRA FILHO	02531281100
2748	RONAN ARAUJO GARCIA	02266585118
2749	RONEI LEITE FERRER	01364742330
2750	ROOSEVELT CHAVES PAULO	07008292457
2751	ROSA MARIA SILVA SOARES	05287654421
2752	ROSALIA COUTINHO ROCHA	01638979642
2753	ROSANA CALDEIRA MONTE	07628821669
2754	ROSANA GUIMARAES RODRIGUES ALVES	02287824146
2755	ROSEMBERG BESERRA SILVEIRA	03591502332
2756	ROSSANA FONSECA CASIMIRO	03800617323
2757	ROSSANA TORREAO VIANA DE MELO	06991541460
2758	RUANA ALVAREZ FONTENELE	03605533388
2759	RUANNER RONANN MARQUES DURAES	03120811114
2760	RUBEN JOSE DE ARAUJO BARBOSA JUNIOR	02689627582
2761	RUTH AUGUSTA FERREIRA CASTRO	08654144670
2762	SABRINA DRAGO VLASSIS	01040908047
2763	SABRINA FONSECA CARDOSO	07454654630
2764	SABRINA FREIBERGER DELL ANTONIA	05406280937
2765	SABRINA MARIA LEITE DA SILVA	00973563443
2766	SAIMON BOCA SANTA	05833859905
2767	SALENA SILVA SOUZA	02254012312
2768	SAMANTHA LAZZAROTTO CORREIA LIMA	00013119052
2769	SAMELLA CAVALCANTI MONTEIRO	07421953418
2770	SAMIA DUARTE JORGE BEZERRA SIMAO	05925499417
2771	SAMILA BOAVENTURA DE ARAUJO	02494622140
2772	SAMILLE NOGUEIRA BANDEIRA	02202585389
2773	SAMIRA GRACIELLE PINHEIRO CUTRIM BARBOSA	02714875343
2774	SAMIRA OLIVEIRA SILVEIRA	94693196215
2775	SAMUEL DE MORAIS TAVARES	01605481360
2776	SAMUEL MARINS FILISBINO	02853722112
2777	SAMUEL MONTENEGRO PEREIRA	00378424394
2778	SAMUEL VERTER MARINHO UCHOA LOPES	00568800303
2779	SANDALA CRISTINA FERNANDES SILVEIRA	07006361613
2780	SANDRA MARA CAETANO MORAES	00745704123
2781	SANDRA RAQUEL LOPEZ	60284327336
2782	SARA AMARAL TAIRA	36958582810
2783	SARA ARAUJO DE PAULA	01088761100
2784	SARA CONCEICAO ALENCAR TAVARES	01367829496
2785	SARA CRISTINA GAIO DA SILVA	05736290995
2786	SARA LENOIR MENDES	08142848686
2787	SARA RIBEIRO FERRARI	10602255732
2788	SARA VAILANT SA PRADO CARREIRO	11607052750
2789	SARAH COSTA ARAUJO	03139072341
2790	SARAH DE ANDRADE GONCALVES	12040928774
2791	SARAH RIBEIRO BACHA BUSTAMANTE	02494269199
2792	SARAH STOFFEL DAL RI	01851719075
2793	SAULO ALVERNE MELO	03163572359
2794	SAULO ARAUJO TEIXEIRA	02727147392
2795	SAULO COSTA MARTINS	09724085686
2796	SAULO MUSSE DIB	03368857509
2797	SAVIO EDER DOS REIS	08982915699
2798	SCHEILA KOHLS ANDRZEJEWSKI	01414544154
2799	SEBASTIAO COELHO DE SOUSA	01044941316
2800	SEBASTIAO PIMENTA DE MORAES NETO	08593095682
2801	SERGIO FABRICIO ALENCAR DE ALBUQUERQUE	02623038333
2802	SERGIO RENATO ARAUJO FREITAS	08046141640
2803	SERGIO RICARDO DE ANDRADE PIMENTEL	06947152470
2804	SESIA WANDERLEY QUININO	05917307407
2805	SHAIANE GAZZI	01460700031
2806	SHEYLA SIMONY TEIXEIRA CORREIA	06923759455
2807	SHEYLA TUANNY DALMOLIN ROSA	06947602939
2808	SIANE PRADO LIMA SOUZA	72764066287
2809	SIDNEY ZOGHBI CRUZ	99440199253
2810	SILAS DE ARAUJO COSTA	03024428550
2811	SILVANA MARIA RAPOSO SALAZAR	07430206425
2812	SILVIA BRENDA ARAUJO RODRIGUES	93583028287
2813	SILVIA ROCHELLE SOARES MENEZES	02072755301
2814	SILVIA SALES SOUZA	08329983625
2815	SIMAO TKATCHUK JUNIOR	01795926104
2816	SIMONE ARTUS DETTENBORN	01017665052
2817	SOCRATES RIOS ARAUJO	96319364149
2818	SORAYA XIMENE CARVALHO BATISTA	08287648670
2819	STEFANE DOS SANTOS DE JESUS	01821248350
2820	STEFANI BERTOLUCCI ESTEVAM FERREIRA	94858721604
2821	STEFANIE SIQUEIRA MARTINS DE MORAES	12411940769
2822	STEFFANIE FERRARI RODRIGUES	00287724077
2823	STEICY MAISA DE OLIVEIRA RIBEIRO	05849960988
2824	STELA SANTOS DE ALENCAR	07837027604
2825	STELA SUCUPIRA CAVALCANTI	84780592372
2826	STELLA MARIS OSMO MARDEGAN	32494925827
2827	STEPHANIE BRAGA MARTINS BORGES	00657780146
2828	STEPHANIE CHAGAS FEITOSA	04819601555
2829	STEPHANIE DO NASCIMENTO CAMARA	01850289344
2830	STEPHANIE SANDER WESTPHALEN	02349050009
2831	STEPHANIE SUZANNE DE OLIVEIRA SCOTT	01478727314
2832	SUELANI ALVES BEZERRA	02517387362
2833	SUELEN CAROLINE MOREIRA CASTRO CHAVES	02158883596
2834	SUELEN MARTINS TORRES	00321866142
2835	SUELENN MAGALHAES MENESES	01745201319
2836	SULAMITA SHIZUKO OKAYAMA	01015045944
2837	SURYA RODRIGUES SOUZA	93752857153
2838	SUSSENE DARWICH CASTRO DE SOUZA GOES	98133535204
2839	SUWYANNY MARY DE SOUSA BEZERRA	00600081303
2840	SUZANA BAETA FIGUEIREDO ANDRE	11543220762
2841	SUZANA BASTOS TINOCO DE OLIVEIRA	13024208798
2842	SYLVAN SILVA SOARES	03920088409
2843	SYLVIA MARILIA AQUINO DO BU	05224399424
2844	SYLVIA MARINA SOARES LEMOS	06476446908
2845	SYLVIA SOUSA PIRES	02714359175
2846	SYLVIO CREMON RADUAN MIGUEL	36665847802
2847	TABATA DE OLIVEIRA	02240240008
2848	TABATA PASSOS FERREIRA	07489241677
2849	TADEU JOSE FONTENELE LEITE CAMPOS	03514598398
2850	TAIANE MEDEIROS TERRA	02698694173
2851	TAIANE RIGO CASSARO	10464508754
2852	TAIANNY MELCA ARAUJO TORRES	05100295406
2853	TAINA ROCHA BARRETO	03324832586
2854	TAINA TEIXEIRA VIANA	03267167507
2855	TAIS GREGOLIN	06216874993
2856	TAIS SCARLET TEIXEIRA BARBOSA	02839724324
2857	TAISA FERNANDES LEMOS REIS	09786162609
2858	TAISSA MORELLATO BASSO	01299392008
2859	TALES JOSE CORREA DE ALMEIDA	09293932601
2860	TALES SPINOLA RODRIGUES DOS SANTOS	36658281807
2861	TALIA DE MOURA SOUSA	05707483489
2862	TALINE CARVALHO DOS SANTOS	02496784112
2863	TALITA ALANA SECHIM DELPUPO	09341976790
2864	TALITA DE AQUINO CESAR FIGUEIREDO	05549150492
2865	TALITA LOPES SILVA	00542534037
2866	TALITA MOROZ LEITE	72853530191
2867	TALITA PIRES OLIVEIRA	02417299127
2868	TALITA VASCONCELOS MOURA ARAUJO	02714939333
2869	TALITA VIANA DE OLIVEIRA	01046953311
2870	TALLYS RANIER DANTAS ROCHA	07284267496
2871	TAMARA BRANDAO DE ANDRADE	73822485268
2872	TAMARA DE OLIVEIRA ROCHA	04311660561
2873	TAMARA INACIO DA SILVA	05005637648
2874	TAMARA PRICYLLA GUANABARA TEIXEIRA	01920469184
2875	TAMATA TARCILA SOARES DE SOUSA	00781364310
2876	TAMILLYS BATISTA DE FIGUEREDO ANDRADE	06627073463
2877	TAMIRES LEITE SANTANA	07382374424
2878	TAMIRES RAFAELE DOS SANTOS	07438996441
2879	TAMIRYS GUIMARAES ANDRADE DE MELO	07967456416
2880	TAMISES MELO SIQUEIRA	02739928300
2881	TAMYRES FANNY BUTIKOFER INIGUEZ	35374386808
2882	TARCILLA LEAL TEIXEIRA	02019190524
2883	TARSILA DOS SANTOS LESSA	02631442598
2884	TARSSIUS CAPELO CANDIDO	06702197624
2885	TASSIA GABRIELLE PONTE CARNEIRO SOARES	01719213305
2886	TASSIA SALGADO SOARES	92601715200
2887	TATIANA CLARA SALES DOS REIS	88274004272
2888	TATIANA MARIA MACHADO MOUTINHO	00833309250
2889	TATIANA PASSOS DA COSTA VEIGA	02274357374
2890	TATIANA RIBEIRO MENDES	02513647556
2891	TATIANA RORIZ LOPES	01176816608
2892	TATIANA TAVARES CARDOSO	51766612253
2893	TATIANE BRANDAO SANTANA	79279465287
2894	TATIANE CRISTINA MARQUES	33091843823
2895	TATIANE DE SOUZA FERNANDES	02012695116
2896	TATIANE SOUZA OLIVEIRA	06411824657
2897	TATIANY TIEMI YAMAMOTO	06629543947
2898	TENNYSON MATIAS CAVALCANTE	02746924579
2899	TEODOMIRO RAMALHO RANGEL	06986720467
2900	TEOFILO ALVARENGA NETTO	01411421116
2901	TEOFILO VANOMARK CHAVES BEZERRA	04799915452
2902	TERESA MONTE DE HOLLANDA FERNANDES	05162686433
2903	THABATA COSTA DE MORAES	12673608796
2904	THAIS ALMEIDA CUNHA	09108519641
2905	THAIS BARELLA	01066448078
2906	THAIS BOLOGNA FLORA	36834403841
2907	THAIS CANDIDA BORGES	06308861642
2908	THAIS CHAVES BELISARIO	10510707750

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2909	THAIS DE OLIVEIRA FERREIRA	08364353624
2910	THAIS FAVARETTO GARBIN	06101219950
2911	THAIS HELENA OTTO DA SILVA	03477719980
2912	THAIS MARIA CARNEIRO COSTA	84182091515
2913	THAIS MENDES RODRIGUES	07877407645
2914	THAIS MENEZES DO NASCIMENTO	83909141587
2915	THAIS MOURA ARTIOLI	36046960894
2916	THAIS PAULA TEIXEIRA DOS REIS	02839376539
2917	THAIS QUEIROZ MAHON DE GUSMAO	04781565450
2918	THAIS ROTTINI	00845986112
2919	THAISA ANGELICA MEDEIROS DE PONTES	32433497884
2920	THAISA DE FATIMA ALMEIDA ROCHA	00660304554
2921	THAISA SIQUEIRA MODESTO GONCALVES	36824257800
2922	THAISE CARDOSO GOMES	94781281249
2923	THAISE FEDERIZZI	01409132030
2924	THAIZ DURAES SILVA	01904846165
2925	THALES ELANO BEZERRA COUTINHO	01356973361
2926	THALES JOSE DELFRARO CARMO	07611369679
2927	THALIANE FILARDI DE OLIVEIRA	01439716544
2928	THALITA ALVARENGA FERRADOSA PAULA	36460108862
2929	THALITA BARBOSA GONZALEZ	00571840205
2930	THALITA BRITO DANTAS	60035818328
2931	THALITA CRISTINE FERNANDES LUCAS	12697627707
2932	THALITA ESPOSITO SIMAO	03141196125
2933	THALITA FREITAS EVANGELISTA	96225440372
2934	THALITA MAYARA XAVIER DE OLIVEIRA	06603174430
2935	THALITA ZANES MAIO BANDEIRA	00054239290
2936	THALITTA VIEIRA SILVA FERREIRA	01943608300
2937	THALLES SABINO MENDANHA	02212189125
2938	THALYSSA LORENNA BARBOSA GALDINO DE LIRA	07373418406
2939	THALYTA VERAS ANDRADE	01275672329
2940	THAMARA CRISTINA FERREIRA ANTES	06498518979
2941	THAMARA NATHALLYA NONATO PAIVA OLIVEIRA	05220532464
2942	THAMIRES BALDO CORDEIRO	36842226821
2943	THANIA MARIA RODRIGUES FIGUEIREDO	94705321391
2944	THAYANA PESSOA DOS SANTOS	93483376291
2945	THAYANNE KELLY MUNIZ SILVA	01538540304
2946	THAYLLA MAYBE BEDINOT DA CONCEICAO	04403501907
2947	THAYNA LIMA MARTINS	66744083368
2948	THAYS CHRISTINA XAVIER BONFIM LUGLI	95744339191
2949	THAYS GOMES SANTOS	08952070607
2950	THAYS MEIRELES DOS SANTOS	02905318376
2951	THAYS NERI ANDRADE	02483265383
2952	THEREZA DE OLIVEIRA MOTTA	02876845555
2953	THIAGO ALVES MATOSO	08412349652
2954	THIAGO COSTA DE OLIVEIRA	02542681538
2955	THIAGO DA SILVA CARUCA BRIGIDO	02144758590
2956	THIAGO FABRICIO PEREIRA DE ALMEIDA	01348273682
2957	THIAGO HENRIQUE ABRAO BERTHOLINI	36039249838
2958	THIAGO HENRIQUE CERQUEIRA BARBOSA	06629194675
2959	THIAGO JANSEN NUNES	01372824359
2960	THIAGO JOSE BARBOSA DE SOUSA	07682147423
2961	THIAGO JOSE SAMPAIO DE LACERDA	08467288426
2962	THIAGO MENESES DE CARVALHO	03187237517
2963	THIAGO MORAIS NOGUEIRA	89842308391
2964	THIAGO NOGUEIRA ALVES	01888248122
2965	THIAGO REIS COELHO PIRES	96971738349
2966	THIAGO ROCHA COSTA LIMA	04276767385
2967	THIAGO SILVA ARANTES	06322264630
2968	THIAGO SOSSAI	34737491845
2969	THIAGO THRONICKE RIBEIRO MARAN	01597834106
2970	THIAGO TOTI AMARO DA SILVA	80478441215
2971	THIAGO WILLIAM BARRETO	00887726321
2972	THIANA VILASBOAS DE ARAUJO	03444516584
2973	THIELLE MARIA VASKE	02527755038
2974	THOMAZ CORREA DE OLIVEIRA	00432282327
2975	THOMAZ MACHADO DA SILVA	62597035387
2976	THYAGO GOMES DE MORAIS	05039902484
2977	THYARA AYANA PRESOTTO	95190716287
2978	TIAGO DE OLIVEIRA SILVA	01002748380
2979	TIAGO JOSE CANALI	06010069920
2980	TIAGO MONTEIRO DE ALMEIDA	60000001384
2981	TIAGO SANTANA SANTOS QUEIROZ	02337279570
2982	TIAGO SUZUKI GODOY	37066470877
2983	TIAGO TURCI RIBEIRO	31180952880
2984	TIARA SOUZA MAGALHAES	01642346594
2985	TICIANA MARTINS DOS SANTOS	07329604798
2986	TIRZA PIMENTEL RAMOS	79210309553
2987	TULIO CEZAR DE SOUZA BERNARDINO	08718069673
2988	TULIO VICTOR DE REZENDE	01705542107
2989	TULLIO SAMPAIO PONTES GRANGEIRO TELES	06747967488
2990	UADSON SILVA BARRETO	00722113501
2991	UANA SHELE TELES CAVALCANTE	00748853324
2992	UBIRATAN GALDINO PEREIRA	07388369406
2993	ULIMA RATES DUETE	96181419349
2994	ULISSES MEIRELES FILGUEIRAS FILHO	00613619331
2995	VAGNER BONANNI NUNES	11360271732
2996	VALDECI COITINHO DE OLIVEIRA	55778798768
2997	VALDERI MOURA DE CARVALHO JUNIOR	01781942390
2998	VALDIRENE SILVA SIQUEIRA	08872045622
2999	VALERIA CATARINE NUNES BORBOREMA	08254918600
3000	VALERIA SOUZA GOMES	01025612302
3001	VALESCA DE SOUZA UEOKA	89095006204
3002	VALTER ARAUJO RODRIGUES JUNIOR	98467093153
3003	VALTER TRIGUEIRO DA COSTA NETO	08926489450
3004	VANESSA ASFURA PINTO RIBEIRO	08421279416
3005	VANESSA CAROLINE ALMEIDA DIAS	04074842564
3006	VANESSA CARVALHO FREITAS	03353181504
3007	VANESSA DOMICIANO DE SOUZA	01117202143
3008	VANESSA FEITOSA QUARESMA DE CARVALHO	03726506357
3009	VANESSA FREGONAZZI TAVARES	10901033790
3010	VANESSA GDLA	06616723950
3011	VANESSA HOLANDA DE SANT ANNA	05886826408
3012	VANESSA IMAMURA PICOLI	06154570961
3013	VANESSA MARIA LUCENA AUGUSTO LIMA	00551726369
3014	VANESSA MARTINS BARCELOS	09008141604
3015	VANESSA NOGUEIRA ALMEIDA	12853521737
3016	VANESSA PINTO MACIEL	96960191220
3017	VANESSA RIBEIRO DO SACRAMENTO	03841633510
3018	VANESSA SANTOS DO NASCIMENTO	08342118401
3019	VANESSA TIMBO CANAMARY	02200264321
3020	VERONICA CARVALHO GUTIERRES	01502078082
3021	VERONICA FARIA QUEIROZ DIAS	36214234865
3022	VERONICA SALGADO NOGUEIRA	02209311519
3023	VERONICA TAVARES ARAGAO	02912781329
3024	VICENTE PONTES CARVALHO JUNIOR	02173800345
3025	VICTOR AUGUSTO LEITE GIORGENON	36881526890
3026	VICTOR BECHARA DE CASTRO	13103734778
3027	VICTOR BERIBA MAGALHAES	04286665585
3028	VICTOR CABRAL RIBEIRO	00271875194
3029	VICTOR EMMANUEL DE SOUSA FERREIRA	63694158391
3030	VICTOR GUIMARAES SAMPAIO	02720147370
3031	VICTOR HUGO REVERTE DE ALENCAR	36945517861
3032	VICTOR MELO DINIZ	05206108499
3033	VICTOR NOBREGA QUINTAS COLARES	07278879477
3034	VICTOR RAMIRES REYNAUX BORBA	03897294427
3035	VICTOR RODAMILANS SANJUAN	02154373577
3036	VICTOR TERRA PORFIRIO	08677029664
3037	VINICIUS ALEXANDRE MASCHIO HERRMANN	01739102037
3038	VINICIUS AUGUSTO SILVA E SANTOS	06480412630
3039	VINICIUS BATISTA AMARAL	07938112607
3040	VINICIUS BENICIO DE OLIVEIRA	04992588948
3041	VINICIUS CAETANO DE FARIA	06786608671
3042	VINICIUS DINIZ OLIVEIRA E XAVIER	07208834660
3043	VINICIUS EVARISTO CORREIA	01658605101
3044	VINICIUS FERNANDO DE SOUZA MALAFAIA	10524289751
3045	VINICIUS MARTINS VALOIS	02627789392
3046	VINICIUS PARADA COSTA SILVA	00555217540
3047	VINICIUS RAUBER JONER	00522908080
3048	VINICIUS RIBEIRO MENEGAZZO	04336727902
3049	VIRGINIA ARAUJO MARQUES	00553703145
3050	VIRGINIA CAVALCANTI E SILVA	11621695751
3051	VIRGINIA COSTA DE MOURA	07045274483
3052	VIRGINIA COSTA DE MOURA	07045274483
3053	VITOR CARVALHO LIMA HOLANDA	01592598358
3054	VITOR MENDES LEITE	01638749566
3055	VITOR SOARES DA SILVA LESSA	12421590701
3056	VITOR TEIXEIRA HOLANDA	01349594342
3057	VITORIA DE CARVALHO BACELAR	04295607371
3058	VIVIAN SAMPAIO SILVA	03347385551
3059	VIVIAN SPANEMBERG MACUGLIA	96048867034
3060	VIVIANE CRISTINE PEREIRA MARQUES CAMPELO	94709211272
3061	VIVIANE FERNANDES DE CASTRO RODRIGUES	07429388671
3062	VIVIANE GONCALVES FURTADO	80529224291
3063	VIVIANE QUEIROZ DE OLIVEIRA MAIA	07559786685
3064	VIVIANE RIBEIRO DE OLIVEIRA	07657538635
3065	VIVIANNE BEZERRA LENZZI	00985144319
3066	WAGNER DE ALMEIDA SANTA ROSA JUNIOR	10487943775
3067	WAGNER DE MELO FALCAO	04772841407
3068	WAGNER TITTON	01056049090
3069	WALDEMIR FEITOSA DE ALBUQUERQUE LIMA FILHO	04072617377
3070	WALKIRIA REGIA FERREIRA SOUSA DE SA	03569526305
3071	WALKIRIA RODRIGUES DE FREITAS	70452768187
3072	WALKYRIA YURI DE SOUZA LIMA HARA	07834407740
3073	WALTER FLAUSINO FIDELES JUNIOR	01086897196
3074	WANESSA BARBOSA CALLADO	05265322469
3075	WANESSA GOMES RIBEIRO	02303587131
3076	WANESSA NEVES STIVAL	00004346122
3077	WANIA ELIZA DE ALMEIDA	08541260666
3078	WEDYLA VIEIRA DE SANTANA	04861995418
3079	WELLINGTON SOUTO MAIOR FLORENCIO	07124841402
3080	WENDEL JOSE ITIGY DE PAIVA	34051590836
3081	WENDEL SCHRAMM PETRUCIO	90078969204
3082	WENDER GONCALVES MOURA	09019000608
3083	WERNER DOS SANTOS COPATTO COSTA	09835966621
3084	WESCLEY BRAGA ROCHA	01324394331
3085	WESLEY CARVALHO VAZ	02428375571
3086	WESLEY PINHEIRO DE FRANCA	07203022420
3087	WILFREDO NUNEZ CARDENAS	23583226879
3088	WILIAN PIRES DE OLIVEIRA JUNIOR	71286608104
3089	WILIANE KARLA VENTURA NOGUEIRA	02866120469
3090	WILLIAM IVAN MIYASATO	00279171188
3091	WILLIAN YOSHINORI KAWAKAMI	07032678920
3092	WILSON MACHADO SILVERIO JUNIOR	08352497600
3093	WLALDIANE KASSIA BANDEIRA BARROS	60221899340
3094	WYARA TALITA CARVALHO DE FREITAS	99437767149
3095	WYRON RODRIGUES DE OLIVEIRA	97184969391
3096	YAN SANTOS LEONELLO	03378396547
3097	YANA EUGENIO DE OLIVEIRA	01734832169
3098	YANDRA SHERRING EINECKE	78582539215
3099	YANNE ARAGAO FELIX	06429876454
3100	YNNAIANA NAVARRO DE LIMA SANTANA	08304074486
3101	YOLANDA MELO ANDRADE RODRIGUES DE ALBUQUERQUE	01368560393
3102	YUKA ARAUJO CAROLINO	01420839330
3103	YURI MARTINS WRAGUE	01000986063
3104	YURI NOBREGA ROCHA	02694822371
3105	YURI VIEIRA MATIAS	01420128310
3106	YURI YUSEFFE MEDEIROS ASSUNCAO	93328389334
3107	YVES DAMON GONCALVES FEITOSA	00354113330
3108	YWAK CAMPOS POMPEU	03977892380

ANEXO II

Enfermeiros e cirurgiões-dentistas avaliados com conceito satisfatório no Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB), referente ao ano de 2014.

Nº	NOME	CPF
1	ACACIA GABRIELA CARNEIRO BARBOSA	04602283586
2	ACIR HENRIQUE TRUPPEL	48553301915
3	ADAILENE SOUZA SILVA	02107737312
4	ADRIANA AMORIM MAIA	66712190363
5	ADRIANA DIAS DO CARMO	01186543140
6	ADRIANA NEIVA SANTOS	03347823680
7	ADRIANA PEREIRA DUARTE	02517438617
8	ADYLA NYELLE DE MATOS VILELA	07334859448

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9	AGLAIR SUELLI MENDES	03043625145
10	AILA MAROPO ARAUJO	06365765401
11	AKLA PATRICIA BELARMINO DA SILVA	02403159360
12	ALAN HENRIQUE DE LAZARI	07452634969
13	ALANA RAABE CARVALHO ROCHA	04224536501
14	ALANNA FERRAZ SILVA	06575794408
15	ALANNA MICHELLA OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE	07699681479
16	ALBECI SILVA ALVES SEGUNDO	03730676318
17	ALDA DAS CANDEIAS ALVES SANTANA	02894081561
18	ALEJANDRO VARGAS NETO	01868912027
19	Aleksandra Diniz Montanher	26668962858
20	ALESANDRA GARCIA MARQUES	69708991015
21	ALESSA PACHECO DE FARIAS	06724519489
22	ALESSANDRA DA SILVA XAVIER	02569085405
23	ALESSANDRA MALUF DE NOVAIS	72719672149
24	ALESSANDRA MARIA DE SOUSA PASSOS	81148968415
25	Alessandra Neres Bento de Souza	00170346129
26	ALESSANDRA PEREIRA DE JESUS	07856716681
27	ALESSANDRA RODRIGUES FERREIRA	80006973191
28	Alessandra Teixeira Nunes	09009905462
29	ALEXANDRE BATISTA BANDEIRA	27475179850
30	ALEXANDRE SANTOS CARVALHO	01993713778
31	ALEXSANDRA DE SOUZA ANDRADE DE LIMA	98359576220
32	ALIAN ARAUJO DA NOBREGA	07422879475
33	ALINE BEZERRA MARTINS	01409592464
34	aline cerqueira cavalcante amorim	11386329703
35	ALINE CORREIA SALOMAO	06065930989
36	ALINE FAGUNDES DA CUNHA	06487974900
37	ALINE FREITAS PARAISO MARTINS	01387721500
38	ALINE LOPES LEITE	38294420840
39	ALINE MEIRE ALVES DE OLIVEIRA	00760974128
40	ALINE MENEZES CARREIRA	09371437740
41	ALINE RAYANNE PEREIRA LOPES	73836915120
42	ALINE RODRIGUES BANDEIRA	08159039441
43	ALINE SANTOS COSTA	08895832426
44	ALINE VALES NOGUEIRA	01009683500
45	ALINY PEREIRA DA SILVA	07803061630
46	ALISSON QUEIROZ SILVA	08629344601
47	ALLANA FERREIRA MONTEIRO	11488289743
48	Allana pessanha da silva vizella	11783890738
49	AMALIA SOARES DA PAZ	06556003450
50	AMANDA BANDEIRA PIMENTEL	12583539701
51	AMANDA BORGES DA SILVA	07450255448
52	AMANDA CAROLINE ZIEMER	07292624995
53	AMANDA COSTA BATISTA	09703234682
54	AMANDA DE ARAUJO ROMERA	08190416456
55	AMANDA MARCELA SANTOS BARBOSA	08025970418
56	AMANDA MOREIRA E SILVA	02986644104
57	AMANDA SORCE MOREIRA	38980763859
58	AMAURI FONSECA MATIAS DOS SANTOS	67219535520
59	ANA ANGELICA DE FREITAS NOGUEIRA DA SILVA	03570648362
60	ANA BARBARA CARLOS PAIVA	06016244406
61	ANA BETTY DOS SANTOS XAVIER FELINTO	05321633460
62	ANA CAROLINA DA GRACA FAGUNDES	30116897848
63	ANA CAROLINA DIAS DE OLIVA	08942257666
64	ANA CAROLINE ARAUJO CAMPOS	00649772261
65	ANA CAROLINE DA SILVA RIBEIRO	82459860544
66	ANA CLAUDIA ALVES RIBEIRO	04907044682
67	ANA CLAUDIA GOIS COLLI	89324307215
68	ANA CRISTINA MONTEIRO DA SILVA	61406139220
69	ANA ELISA RODRIGUES	06449254939
70	ANA IZABEL BEZERRA CAVALCANTE	49566245300
71	ANA JOELMA GALVAO CAVALCANTI	67040110482
72	ANA LUCIA FERREIRA DE ANDRADE	92231888491
73	ANA LUISA DIAS	05066458948
74	ANA LUIZA CARDOSO ALVES	96080000253
75	ANA LUIZA COSTA SILVA DE OMENA	07260108479
76	ANA LUIZA HOMEM DEL REI	02337470520
77	ANA MARIA MOURA DE SOUZA	01230885501
78	ANA MARIA WILBERT DE SOUZA	97592277034
79	ANA PAULA ALVES DE SIQUEIRA	41817679813
80	ANA PAULA BARBOSA DE BRITO	04130765124
81	Ana Paula de Oliveira Rocha Trassante	01837839050
82	ANA PAULA FINCKLER	03156403911
83	ANA PAULA GOMES BEROLA	02030868566
84	ANA PAULA LARA	84407778687
85	ANA PAULA PIMENTEL DOS ANJOS	00018499210
86	Ana Paula Ramos Machado	91638771553
87	ANA PAULA RECH	08022107913
88	ANA PRISCILA ELEODORO ROSA	39651241888
89	ANA QUELMA JANSEN SILVA	91687012334
90	ANA REGILA TELES PIRES	02694885373
91	ANAILLA ESPINDOLA LEITE RIBEIRO	12348974746
92	ANALIA DE OLIVEIRA VIEIRA	04152586508
93	ANALICE EUGENIA SOARES PEREIRA	05603179481
94	ANDERSON DOS SANTOS SILVA	81036671534
95	ANDRE LUCAS DALMEIDA LYRIO DOS SANTOS	02274279551
96	ANDRE RICARDO BEZERRA	97584800491
97	ANDREA CRISTINA DE LIMA ARAUJO	00216528488
98	ANDREIA DI RENZO VILARINHO	86352156134
99	ANDREIA ELIAS VIEIRA	97478440100
100	ANDREIA FERREIRA PAULO	13826203810
101	ANDREIA LESNIK	02944881035
102	ANDRESSA BALEEIRO DA SILVA	02725194563
103	ANDRESSA IGNACIO AGUIAR	13783516730
104	ANDRESSA WANESSA GOMES GALENO	04226205308
105	ANELISE SARSO PINHEL	36663780808
106	ANELISE SILVA CAIRES	03499603560
107	ANGELA CASTRO DA SILVA	96479116291
108	ANGELA MARIA DE LIMA NEVES	39261913172
109	ANGELA RODRIGUES DE MIRANDA	31344300880
110	ANGELI PENA GALVAO	87539225220
111	ANGELICA CRISTINA DE SOUZA	06925822669
112	ANGELICA FENALTI DOS SANTOS	01835687024
113	Angelica Rocha Lourenço Liszkievich	04141204935
114	ANIVALDO DA COSTA ANTUNES JUNIOR	08414915426
115	ANNA CAROLINE DE SOUSA LISBOA	01366415396
116	ANNA CLAUDIA LEAL BORGES	93756011100
117	ANNA DEBORA ARRUDA DE SOUSA	02726396305
118	ANNA PAULA FURTADO RODRIGUES	00958958173
119	ANNE CRISTINE MOTA LIMA	04589806681
120	ANTONIA CLAUDIA NASCIMENTO BARBOSA	95326740397
121	ANTONIA JULIANA MICAELE NOGUEIRA TORRES	08104945408
122	ANTONIA TAYLA BEZERRA PONTES	03803035317
123	ANTONIO CARLOS PITZER HAUBRICH	09311809705
124	ANTONIO ELKSON DE MACEDO SOUSA	04185529325
125	AQUILES GOMES CELINO	12346102725
126	ARISTOCLES BATISTA PESSOA JUNIOR	02600974385
127	ARTEMISA FERNANDA MOURA FERREIRA	05644033422
128	ARTHUR BRANDAO FERREIRA	96250240268
129	ARTHUR NUNES RIOS VICENTE	03918863557
130	ARY CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR	13348089700
131	AUCILENE ALMEIDA DE SOUSA	77631919372
132	AUREA REGINA DE ALMEIDA MATIAS	02004791136
133	BARBARA DUARTE NERIS	37481970807
134	BARBARA EFFGEN SILVA	13493446721
135	BEATRIZ SANTANA DE SOUZA LIMA	02326220510
136	BEATRIZ SCHEMBERG DE OLIVEIRA	90653211953
137	BENEDITO MEDEIROS DA SILVA NETO	60043398308
138	BETANIA DE SOUSA NUNES	83102078168
139	BETIMEIRE NUNES BITENCOURT DE OLIVEIRA	00125246030
140	BLLEDSONN ALVES FERREIRA	07301999402
141	BRENA LARISSA ANDRADE MARTINS	04187026592
142	BRENA LUCIA SILVA VALENÇA	08216370458
143	BRENNA MARIA SAMPAIO MENDES	02673212361
144	BRICIO DOUGLAS DE OMENA	05451775451
145	BRUNA ALESSANDRA COSTA E SILVA	98987461220
146	BRUNA ALVES DA SILVA FERREIRA	02691303144
147	BRUNA CRISTINA PASSARELI ROCHA	35310414878
148	BRUNA DE SOUZA MARQUES	41280701811
149	BRUNA DIANELLE FREITAS RABELLO	05626325492
150	BRUNA HACKBART FARIAS	02072055075
151	BRUNA KEPE SILVEIRA	32745768832
152	BRUNA LETICIA DE SOUZA FREIRE	07305689467
153	BRUNA LIMA DE CARVALHO	03427656390
154	BRUNA MARINHO DOS SANTOS	05599214540
155	BRUNA OLIVEIRA REIS	08829536644
156	BRUNA VIEIRA MARQUES	02292966379
157	BRUNA VIEIRA RABELLO ALCARA	07818138919
158	BRUNNA OLIVEIRA LIMA	02623725500
159	BRUNO ALEXANDER VALE DE ARAUJO	06936762484
160	BRUNO DA SILVA MESQUITA	04947618493
161	BRUNO OLIVEIRA DUARTE MARINHO	07592564467
162	BRUNO SABOIA XIMENES	64242471300
163	CAMILA CARVALHO VIANA	12952844720
164	CAMILA OLIVEIRA BARBOSA	01413992366
165	CAMILA PINHEIRO BECCO	02323058380
166	CAMILA RIBEIRO DA SILVA	05741751997
167	CAMILA SANTOS BARROS	02094107361
168	CAMILA TIEMI SAITO	08184489978
169	CAMILLA RAMOS SILVA	07206989950
170	CANDIDA CLARICE TAVARES	03236045361
171	CARINA MAXIMO DA ROCHA	08731117619
172	Carine Alves Nascimento	13056884730
173	CARLA TAVARES DE CAMPOS	10395437660
174	CARLISE TEREZINHA VOGT	93668236020
175	CARLOS CICERO BEZERRA NOBRE	04001484390
176	CARLOS JOSE SOARES MORAES JUNIOR	07738481420
177	CARLOS LUCIO COSTA CARNEIRO	00602145627
178	CARMEM CINTRA DE OLIVEIRA TAVARES	03305889314
179	Caroline Carvalho Villar de Moraes	04869496488
180	Caroline Mendes de Andrade	07071866414
181	CAROLINE TELES FIGUEIREDO	97263621304
182	CASSIA CONCEICAO LOBATO CUNHA	51196310297
183	CASSIA MARIA GOMES LIMA	00679394222
184	CASSYA KARLLA MARIA DA SILVA FREITAS	06407562473
185	CECILIA FERNANDA GARCIA DE LACERDA	08528046605
186	CELINA MAGALHAES DIAS CARVALHO FILHA	04208154306
187	CELSO ROBERTO NUNES LOUREIRO SOBRAL	05503731441
188	CINTHIA MACEDO PINHEIRO	01880216396
189	CINTHIA PEREIRA DA SILVA	02818894140
190	CLARIANA CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE	06003468467
191	CLAUDIA FABRIANY TAVARES DE BARROS E SILVA	81148992472
192	CLAUDIA RAYANNA SILVA MENDES	02349294307
193	CLAUDIANE ARAUJO DA SILVA	07706810429
194	CLAUDILENE FERNANDES DA SILVA AMARAL	02928277684
195	CLAUDIO PAULO PEREIRA DE ASSIS	08032097465
196	CLEDIA MARIA PINTO	30915448858
197	CLEICIELI REZENDE	07830764956
198	CLEIDE VEIGA ALVES	13536045863
199	CLENIA ROSANI DA COSTA SALDANHA DA GAMA DE PAIVA COELHO	04749857769
200	COSME HENRIQUE MOULIN	10303770732
201	CRISTIANE COSTA FERREIRA	10449456722
202	CRISTIANE GOMES FREITAS CAMPANATTI	05507255717
203	Cynthia Venancio de Souza	06283066950
204	DAIANA CRISTINA PEREIRA SANTANA	03713179590
205	DAIANA DE ARAUJO SANTANA	02510748548
206	DAIANE CRISTINA MORETTI	07159203917
207	DAIANNE CRISTINA OLIVEIRA ALMEIDA	04214907302
208	DALVA PRINCIPE BARCALA DIAS DA ROSA	03396725794
209	DANIEL FERNANDES FALCAO	03381223380
210	DANIELA DA SILVA ALENCAR	04685160509
211	DANIELA DE SORDI RAMOS	27261039870
212	DANIELA KELLY VELOSO	03610677392
213	DANIELA MEURER	03305508965
214	DANIELA NUNES NOGUEIRA	04829538538
215	DANIELE ALVES MONTEIRO	01447779401
216	DANIELE DA SILVA RODRIGUES	03673976176
217	DANIELE SANTOS DE CARVALHO	11590385705
218	DANIELI CRISTINE DA COSTA RIBEIRO	06736037689
219	DANIELLA ALBINO DA SILVA CARVALHO	05283297586
220	DANIELLA MARTINS FERREIRA	00618575308
221	DANIELLE ALENCAR ARARIPE SOUZA	61628085215
222	DANIELLE BRANDAO DA CRUZ	05308242640
223	DANIELLE FERREIRA E SILVA	57228051300

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

224	DANIELLE KARINE CUNHA	07546771684
225	DANIELLE MELO CORDEIRO	62453394304
226	DANIELLE POSSIDONIO CARDOSO	60035164379
227	DANIELLY REJANE DOS SANTOS FRANCA	06436113630
228	DANIELY MONTEIRO CRUZ	01838833064
229	DANILA PACHECO DA SILVA	02757534335
230	DANILO CLEBER NUNES DE LIMA	08267155406
231	DARDIANY TAINA SILVA DOS SANTOS	02820868541
232	DARLENE BARBOSA DE ALMEIDA	02793050520
233	DAVI SILVA CARVALHO CURI	03542359580
234	DAYSE MEDEIROS BEZERRA	05690354490
235	DEBORA DE SOUSA COSTA	10596339739
236	DEBORA GUIMARAES CAVALCANTE	01690824310
237	DEBORA OLIVEIRA DA SILVA	64418251391
238	DEBORA PATRICIA SOUZA DUARTE	02157699376
239	DEBORA SANTOS SODRE	95122273553
240	DEBORA TAYNA GOMES QUEIROZ	05972583410
241	DEBORAH CURVELO DE FARIAS	01141649403
242	DEISE FERREIRA RIGAUD DE SANTANA NASCIMENTO	82921121549
243	DEISE TORRES ALMONDE	07505716670
244	DELMARY BORGES	08481593656
245	DENISE DE LEAO MENDES	91696615291
246	DENISE FERREIRA DA SILVA	28628153810
247	DENISE GIACHETTO PRADELLA	03760306900
248	DENYSON SANTANA PEREIRA	03147880508
249	DIANA LEITE BATISTA	06041165433
250	DIANNE SUERDA GOMES PEREIRA	03766309307
251	DIEGO DUTRA	04736438479
252	DIEGO GIBSON PRAXEDES MARTINS	00751447358
253	DILIANE BARROSO MADEIRA	08935895601
254	DIOGENES DE OLIVEIRA SILVA	03347043596
255	DIONIZIO PEREIRA DE OLIVEIRA NETO	16769784882
256	DIRLEI SCHEFFER DE CASTILHO	81161093915
257	DUMARA CRISTINA COLTTS	02425702911
258	EDENIA FERREIRA OLEGARIO	92952321434
259	EDIAN BARBOSA DA COSTA	01791233198
260	EDIANI ARAUJO DE BRITO	71245111191
261	EDILEIDE FOLHA GONCALVES	89370716149
262	EDIMAR OLIVEIRA MENESES	02443587371
263	Edjancley Teixeira de Lima	04943895409
264	EDNA RODRIGUES SILVA	92653057115
265	ELAINE CARLA CAMPOS FERREIRA	04076012445
266	ELAINE CRISTINA CORREIA DE ARAUJO	03133289438
267	ELAINE CRISTINA SOUSA DOS SANTOS	93596243220
268	ELAN JOSE DE LIMA	04410373480
269	ELANNA BATISTA BARBOSA DOS SANTOS	52917509287
270	ELIAKIM MEDEIROS ALVES DE ARAUJO	01375160451
271	ELIANE DA MOTTA CARDOSO	93965524020
272	Eliane Regina de Oliveira Albuquerque	57375852391
273	ELISANGELA CZEKALSKI DE ARAUJO	04599806455
274	ELISEU GOMES LUCENA	02949986323
275	ELISMAR PEREIRA TEIXEIRA	19346144831
276	ELIZABETH CRISTINA MARINHO GOMES	08137392416
277	ELIZANA RIBEIRO PAIVA	09162823680
278	ELIZANGELA MARTINS MAIA	03851365445
279	ELLEN CARLA CARLETO	09919674613
280	ELLEN MARA DA SILVA AUGUSTO	01665079622
281	ELMA PINTO VIEIRA	95205390263
282	ELOINA QUELES SILVA SOUZA	94282560649
283	ELOYSE MENDES FACIOLA XERFAN	93629869220
284	EMANUELA CARLA DOS SANTOS	05276198926
285	EMANUELA GILMARA SANTOS SILVA	06815134466
286	EMANUELLA DE CASTRO MARCOLINO	07651502477
287	EMANUELLA LOPES LEMOS	05053281351
288	EMANUELLY VIEIRA PEREIRA	04278540329
289	EMERSON DOS ANJOS SILVA	21655177885
290	EMERSON GONÇALVES DE SOUZA	89817184153
291	EMILIA KATIANE TEIXEIRA MACIEL	03789759430
292	EMILLY DA SILVA ARAUJO	07732334400
293	EMILLY SOUZA MARQUES	07712496404
294	ENEIDE DOS SANTOS DUDA	01388016575
295	ERIKA DOS SANTOS OLIVEIRA	81029403104
296	ESIANA NASCIMENTO GUIMARAES	03061714499
297	ESTER GOMES RUIZ	33699666468
298	EURÍPEDES PEREIRA LISBOA	25115960249
299	EVALDO LUIS FOGACA	19494894855
300	EVANERES DE SANTANA SANTOS	62980548553
301	EVELIN FERREIRA DA SILVA	03015778463
302	Eveline Marcela Pereira Lima	07662404447
303	EVELINE MONTEIRO LIMA	05180607302
304	EVELYN KETRYN RIBEIRO HILLESHEIM	06512489900
305	EVILSON MACIEL DANTAS	85188972468
306	EXPEDITO GOMES CABRAL FILHO	00966766393
307	FABIA LUANNA LEITE SIQUEIRA MENDES SANTOS	04801222536
308	FABIA MARIA GONCALVES PEREIRA	08273619478
309	FABIANA BARBOSA OLIVEIRA	06233413443
310	FABIANA BERTIN	07366067938
311	FABIANA CAVALCANTE DA SILVA	03102255400
312	FABIANA MARIA RODRIGUES LOPES DE OLIVEIRA	00865706417
313	FABIANA MORAIS SILVA DE ALMEIDA	07199887647
314	FABIANA OLIVEIRA DE ARAUJO	09531821771
315	FABIANE FERREIRA DE SOUZA	06074793450
316	FABIANE REGINA COELHO FONTANELLA PEREIRA	32975869827
317	FABIANE VALERIA RESK MAKLOUF CORREA	65939514200
318	FABIO GABRIEL DE HOLANDA NOBREGA	06210766439
319	FABRICIA BORSATTO DOS SANTOS	04517011941
320	FABRICIA XAVIER DOMINGUES	04180719509
321	FABRINA PEREIRA RIBEIRO	93879628220
322	FELIPE ADOLFO VIGARANI	07792365999
323	FELIPE DE CASTRO FELICIO	12739575718
324	FERNANDA ALINE BORGES	02644598141
325	FERNANDA ALVES DE OLIVEIRA	03084354197
326	Fernanda Aragona da Costa	07040434911
327	FERNANDA DE AMORIM FERREIRA	09011208633
328	FERNANDA DE JESUS ALMEIDA	09352630718
329	FERNANDA DE SOUZA CUNHA	06042156659
330	FERNANDA DINIZ FARIAS	06492943430
331	FERNANDA LIMA DE CARVALHO	03513405480
332	FERNANDA POLIANA CANDIDO ROCHA GONCALVES	06973776604
333	FERNANDA RAFAELLY DO CARMO	04511064407
334	FERNANDA RODRIGUES PRADO DE OLIVEIRA	26810605835
335	FERNANDA SOARES PESSANHA	11828946745
336	FERNANDO LEONARDO VIEIRA RODRIGUES	02298669309
337	FERNANDO SOARES MELO	02059194300
338	FLAVIA CARVALHO RIBEIRO MORAIS DA CRUZ	07785770743
339	FLAVIA GASPAR EMERICK	03572503973
340	FLAVIA PEREIRA GONCALVES DA SILVA	01260636569
341	FLAVIA RAMOS DE SOUZA DULTRA	03408125597
342	FLAVIANA JUNIA SANTOS	09943852690
343	FLAVIO AUGUSTO LOBATO DA SILVA	00389648302
344	FLAVIO HENRIQUE DA SILVA MONTE	98622331253
345	Flávio Martinez da Silva	35250170811
346	FLÁVIO PEREIRA MORAIS	09122865470
347	FRANCIANE DOS SANTOS LIMA	05712460440
348	FRANCIEDI ALVES DE CARVALHO	13317962453
349	FRANCIELI FRANSOZI	05825372903
350	FRANCIELLE ALVES BARBOSA	10826418635
351	FRANCIELLE BENDLIN ANTUNES	02345611065
352	FRANCIELLY BESTEL	07560428959
353	FRANCIENE GORETTI AVELINO DINIZ	03513542470
354	FRANCILENE NUNES OLIVEIRA DE MELO	02517999309
355	FRANCIMAURA PEREIRA DE SOUSA	00962563110
356	FRANCINEIDE CAMPOS DE SA	06786955630
357	FRANCISCA ADRIANA ANACLETO DE SOUSA	06278792419
358	FRANCISCA BRUNA ARRUDA ARAGAO	00984887326
359	FRANCISCA ELIANE SILVA DOS SANTOS	00616889160
360	FRANCISCA IVETE ALVES DA SILVA	91302919334
361	FRANCISCA MAEDYA FERNANDES CRUZ	00122119312
362	FRANCISCA MICHELLE MARQUES RODRIGUES	01878149377
363	FRANCISCO LEANDRO PEREIRA	02257311345
364	FRANCISLENE DE JESUS LOPES	02466160323
365	FRANCO JUAN BRAGA	02535979357
366	FRANSUELIO FELIX DO NASCIMENTO	07472448478
367	GABRIEL MAGALHAES CAIRO	00618326502
368	GABRIELA DE ALMEIDA BARBOSA	00676383254
369	GABRIELA MEURER	00478874006
370	GABRIELA MODES SANCHEZ	01003030050
371	GABRIELA POLLA ALBUQUERQUE	05647016960
372	GABRIELLA LACERDA MAGALHAES	09149029622
373	GABRIELLA ROCHA DOS SANTOS	12640615793
374	GABRIELLE APARECIDA SOARES GARCIA	39857309895
375	GABRIELLE BARROSO DE AGUIAR REINALDO	67316697334
376	GEOVANE BOMFIM DASILVA LIMA	02752358580
377	GERALDO JAILTON PEREIRA DA SILVA	03977575309
378	GERLANE CAITANO DE SOUZA	05915567401
379	GERMANA BARRETO GONDIM CURSINO	83861505304
380	GERVANIA PEREIRA GIGANTE	01521291543
381	GIANE LUNA DA SILVA	03624734474
382	GILVANIA MARCIA SAMPAIO MATOS	91621631320
383	GIOVANA VALENTE DE OLIVEIRA	30821581880
384	GIRLENE FERREIRA FEITOSA	95224270391
385	GISELE MOREIRA CARNEIRO MUNIZ	01211805735
386	GISELE PEREIRA BARROS	00749620196
387	GISELIA SILVA SANTOS NEVES	02294655524
388	GISELY DE OLIVEIRA SOARES	13946112773
389	gisneilandia dirley cordeiro	00932605478
390	GLAUCIENI DOS SANTOS VIANA	98762028553
391	Glaudston Silva de Paula	12221744721
392	GLEICY VALENTE PRESTES	91617227234
393	GLENDA CRISTINA OLIVEIRA DOS SANTOS	30904116875
394	GLEYCIANE CRISTHINNA OLIVEIRA SILVA	00270535128
395	GLEYCIANY GONCALVES SILVA JESUS	02664108123
396	Glícia Maria Ferreira Matos	05910254421
397	GRACIELLE PINHO E SILVA	01257840665
398	GRAZIELA DA SILVA PEREIRA	07389767766
399	GRAZIELLA LEONTINA DA CUNHA OLOPES	18563037803
400	GRECIANNI VAZ DE LIMA	06537266602
401	GREICILEIDE DOS REIS BRAGA	93865317200
402	GREICY MARILIA SENA TEIXEIRA FERREIRA	88543170206
403	GREYCE OENNING BAGGIO	04492677925
404	GUILHERME DE JESUS SOUZA SIRINO	03953353373
405	GUILHERME RODRIGO ALMEIDA URCINO	00653795190
406	GUTEMBERG ALVES PIRES	05081182478
407	GYLMARA MAIA BARRETO	06845857407
408	HANNAH SULENE ALMEIDA DUARTE	88382311334
409	HEDJA MARIA TEIXEIRA DA SILVA	01095281402
410	HEITOR EULALIO DANTAS SANTOS	03212188332
411	HELANE DA NOBREGA FERNANDES	05625146438
412	HELAYNE CRISTINA LEMOS DA SILVA	04149098360
413	HELEN DARIS DE OLIVEIRA ARAUJO	04250426777
414	HELENA DOEGE	06979928961
415	HELLEN SIQUEIRA DE LIMA SOUZA	06481989442
416	Henrique Cesca	02302749006
417	HERMINA ROSA DE OLIVEIRA FREITAS	87446731168
418	HIGINO BELO PEREIRA	12187992268
419	HILARIO HENRIQUE SIDRIM MOURA DE FIGUEIREDO	05958125460
420	HOSANA CRISTINA SOARES CUTRIM	93125429315
421	HUDSON OLIVEIRA SILVA	02908622300
422	HUGO BERNARDINO FERREIRA DA SILVA	03935314574
423	IALANA SILVA SANTOS	03325459544
424	IARA DE LIMA FAGUNDES ROQUE	01425065678
425	IGOR MUNIZ DE MENDONCA	11086303750
426	ILANA ROSA GONCALVES NOBRE	99207990253
427	ILANE MARIA DO NASCIMENTO SALES	01985799340
428	ILLANA DE ALMEIDA OLIVEIRA SANTOS	00943948576
429	INDIRA CATIUSKA MENDONCA DE OLIVEIRA	00543677273
430	INDIRA DOS SANTOS SILVA	01438267436
431	INGRID DE OLIVEIRA JORGE	01691703656
432	INGRID DI ANGELIS SOUSA E RIOS	02823716130
433	INGRID GOIS FILGUEIRA	06740544409
434	INGRID NASCIMENTO LOPES	10232056617
435	INGRID PUJOL HANZEN	82700710053
436	IONARA HOLANDA DE MOURA	02804649326
437	IRANEI OLIVEIRA NERY PINHEIRO	31570119520
438	IRLA MORAIS AMARANTE	60043516360
439	ISABELA DE SENNA LISBOA	68536895500

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

440	ISABELA VELOSO DOURADO CUNHA	09764512631
441	ISABELLA DE RESENDE HENRIQUES	11859778720
442	ISABELLE DA COSTA GOES	04388971375
443	ISABELLY GUEDES LUCENA	00770960456
444	ISAMAR NOEMIA DE FREITAS	01280504463
445	ISMAEL DOS SANTOS MUNIZ	00139849009
446	ITALA LAIS RODRIGUES COELHO	01668829339
447	IVANA MIRANDA OLIVEIRA	83204130525
448	IZABEL TORRES MELO	99248409334
449	JACIARA CRISTINA XAVIER RAMOS	03371150100
450	JACIARA QUERCIA PEREIRA MIRANDA	05650230471
451	JACIARA VILSELIA PACIFICO	07700964920
452	JACQUELINE MATHEUS LOPES	01188386522
453	JACQUELINE PEREIRA DE FREITAS	03278300424
454	JADIEL FELLIPE SANTANA SANTOS	03688793560
455	JAMILE FILGUEIRAS BOMFIM	65472012368
456	JAMILLE SARAIVA DE SOUSA	61331015391
457	JANAINA APARECIDA DA SILVA	23153338817
458	JANAINA COSTA CARNEIRO	81965290310
459	JANAINA JORDAO DA SILVA	00218742045
460	JANAINY GARCEIS RODRIGUES	02694510132
461	JANE LETICIA NASCIMENTO SILVA	08689170448
462	JANINE ISABEL SILVA BRANCO	05534115947
463	JANNINE TEIXEIRA SORIANO GOMES	06775351470
464	JAQUELINE ANDREIA DE AGUIAR SOUZA	78680700649
465	JAQUELINE APARECIDA DA SILVA RODRIGUES	04491795673
466	JAQUELINE DE OLIVEIRA FARIA	37984970874
467	JAQUELINE LUCENA ANDRADE	38980251874
468	JAQUELINE RODRIGUES GONCALVES	06954990922
469	JARDEL ARAUJO DE OLIVEIRA	02171544333
470	JEAN AUGUSTO HENN	01299917089
471	JEFSON SANTOS CHAVES	93897502534
472	JEISA FIGUEIRA ANJOS PINHEIRO	01013169255
473	Jennifer Sanzya Silva de Araújo	01467170402
474	JESSIANE DA SILVA CAVALCANTE	02567357351
475	JESSICA ABREU ARAGAO	13494809755
476	JESSICA AKEMY CARDOSO DE OLIVEIRA	00788504282
477	JESSICA ARAUJO DA CUNHA	04332506316
478	JESSICA DAIANE DE OLIVEIRA	10843106603
479	JESSICA DO NASCIMENTO LAMPERT	02067109090
480	JESSICA VILELA SILVA	08982268642
481	JESSYCA DE LIMA COSTA	03631046316
482	JESSYCA MARIANE ARAUJO DE SOUZA	40558660894
483	JESSYKA MACEDO MENDES	12143145705
484	JHONNATHAS DANTAS DOS SANTOS	02846506337
485	JIMMY WILLY NOGUEIRA FONTENELE	01885052375
486	JOAMILSON PEREIRA GEDEON	52746917300
487	JOANA LEMKUHL	06073254962
488	JOANE RODRIGUES PAZ	07509963664
489	JOANE VASCONCELOS DE ARAUJO	09570981466
490	JOAO BOSCO CARACIOLO BATISTA JUNIOR	06083622476
491	JOAO LAUREANO ANTUNES	01569720690
492	JOARLENE DE MOURA SOARES	00763875341
493	Jocielli Trajano Vasconcelos	02216102199
494	JOEL DA SILVA DAVID	04363759909
495	JOEL OLIVEIRA BARRETO	04824338336
496	JOEL TARNOVSKI	04882106906
497	JOELSON VELOSO DE ALMEIDA	93121008668
498	JOELZA CENI GUIDOTTI PINTO	02229570005
499	JOICE SOUZA SANTOS	04171253560
500	JOICY ALVES ILARIO	00281524173
501	JONAIR TEODORO VIEIRA	10364187662
502	JONAS HRENTCHECHEN FARIAS	04232648933
503	JOSE AIRTON DOS SANTOS FILHO	05060371344
504	JOSE ALBERTO DE SOUZA	98646060004
505	JOSE ANDRADE DE SOUSA FILHO	03846613355
506	JOSE JANAILTON DE LIMA	93481543387
507	JOSEANE OLIVEIRA BRAGA	03229200519
508	JOSENILDA LOPES MIRANDA	60272635553
509	JOSINEIDE PEREIRA SANTOS	01799656543
510	JOSY GUIMARAES SOUZA	05236888492
511	JOSY MARIA DE FRANCA DIAS	05631207460
512	JOUBER MATEUS DOS SANTOS ACIOLE	01628485523
513	JOYCE ANDRADE DA SILVA	05304095421
514	JOYCE ARAUJO GONCALVES	10228782716
515	JOZETE ALVES DE CARVALHO	02649133376
516	Jucelia Salgueiro Nascimento	05779899444
517	JULIA ANDREZA SEABRA	05889841912
518	JULIA SPEROTTO FLORES	00544236009
519	JULIANA AGUIAR COSTA	99269759334
520	juliana alice de oliveira ventorini	00844460052
521	JULIANA ARAUJO DA SILVA SIMOURA	04524839569
522	JULIANA BARBOSA DO NASCIMENTO	08930301479
523	JULIANA BARRETTO ALMENDRO	40951330829
524	JULIANA DA SILVA SANTOS	38107796870
525	JULIANA DIAS LESQUEVES	07241957776
526	JULIANA NASCIMENTO JOSA	00793292506
527	JULIANA PAZUCH	02213973024
528	JULIANA PEREIRA DA SILVA	82040680187
529	JULIANA ROSA CARVALHO FERREIRA	83949240500
530	JULIANA SOUZA ALVES	03147999580
531	JULIANE REMOWICZ DA LUZ	04867884901
532	JUSSARA SOUZA BARBOSA	09067822604
533	KALLINE SILVA DE MORAIS	08685528445
534	KAMILA THAYANE BANDEIRA ARAUJO	08144517482
535	KAMILLA ABRANTES NOBRE SOARES	05867331407
536	KAREN ELOAR CARLOS DOURADO	03016702509
537	KARINA MARTINS PEREIRA	08612185661
538	Kariny Kelly de Oliveira Maia	08207342412
539	KARLA CRUZ COUTINHO	03523329132
540	KARLA HELENA DE MOURA ANDRADE	03026038407
541	KAROLAINE CECILIO	04183101140
542	KAROLINE CARVALHO SIGLER	12172086746
543	KASSIA KATARINE DE LIMA GOMES	07388486461
544	Katarina Santana Fontes	00928025594
545	KATIA FERNANDES NOVELLI FREITAS	28298885880
546	KATIA KARINNE DOS SANTOS ANDRADA DANTAS	08655968404
547	KATTIANNA RODRIGUES DE ALMEIDA	07173483425
548	KATTIANY PEREIRA MARQUES	08313124679
549	KEILA CORDIBELI ANDRE	05419497999
550	KELIDA PINHEIRO ALMEIDA	86020943372
551	KELLY CHRISTINA MACHADO VIEIRA	03283472130
552	KELLY CRISTINA ABIGAIL DA SILVA DE SOUZA	05344941706
553	KELVYA ABREU SILVA	01482139367
554	KENNYA SOARES LIMA	05833130603
555	KENY GLORIA DE SOUZA	65895061168
556	KEYLA JEANY DE ARAUJO FELIX	94961140325
557	KEZIA FRANCISCA DE MIRANDA COELHO	00877456151
558	KEZIA NOGUEIRA DA COSTA	01822003377
559	KLARA COELHO BARKER	02912223156
560	LAELIA MACEDO CARVALHEDO	04159167390
561	LAIANA CRISTINA COSTA SANTOS	10029692636
562	LAIANE SILVA SOUZA	03334812596
563	LAIRA RENATA LEMOS SANTOS	03672237590
564	LAIS CABRAL DE MELO	13614429725
565	LAIS FAGUNDES DA SILVA MARTINS	03296678310
566	LAIS FARIAS SOUZA	02240213540
567	LAIS FLAVIA DUARTE E SILVA	07720096436
568	LAIS OLIVEIRA ANSELMO RABHA	05816845756
569	LAIS ROSA DE MEDEIROS CABRAL	01524077151
570	LAIS SANTOS ARAUJO	09067860611
571	LAIS SOARES	02935624157
572	LAIS TAILLA SANTOS CARDOSO	02690344556
573	LAISE ALENCAR LEITE	05119123406
574	LAISE FELIX DOS SANTOS	02018142500
575	LANA MARIA MIRANDA RIBEIRO	02247620361
576	LARESSA FRANCIELLI DORTA DE SOUZA	02768847100
577	Larissa Araujo Queiroz	03386703518
578	LARISSA DE CASTRO MAGALHAES	88312496220
579	LARISSA HELENA DE SOUZA FREIRE ORLANDI	06638537962
580	LARISSA LEITE PEREIRA	62877089304
581	Larissa Lima Simões	03071204140
582	LARISSA PAULA VIEIRA	06775394608
583	LARISSA SANTOS DE OLIVEIRA	06295295908
584	LARISSE SALES FERNANDES	04419315377
585	LAURA FARRAPES DE OLIVEIRA	01298443229
586	LAURA SABRINNA SILVA MOURA	00058727310
587	LAUREANE REBOUÇAS MACHADO FERREIRA	02962618316
588	LAUREM PAZ SALBÉGO	01563260000
589	LAYSA KATARINA ALVES VIEIRA GONCALVES	08709322418
590	LAYSE DA SILVA ESTEVAM	07685699400
591	Layse Mayane Silva Nascimento	07707767446
592	LAZARO MARINHO TORRES	74588745204
593	LEANDRO ALEXANDRE MARQUES DE FREITAS	00654845336
594	Leandro Bulhões de Lemos Moraes	05487138478
595	Lediane Alves Muniz	03223489355
596	LEILA CHRISTIANE LIMA CARNEIRO BATISTA	07063586432
597	LEILA DE PAULA SOUZA SANTOS	85826103191
598	LEILA OLIVEIRA RODRIGUES DE ALMEIDA	81192002172
599	LEONARDO AGABIO MATTER BETTIM	97580031000
600	LEONIDAS RIBEIRO DOS SANTOS	59153326172
601	LETICIA DE SOUZA DEFACIO	37932084865
602	LEUDA ALVES DE ALMEIDA	00056490135
603	LEYNE MINELLY NAZARIO DE OLIVEIRA	08433334484
604	LIANA MARIA DA SILVA	02476186325
605	LICIA ALENE ALVES DA SILVA	02991371552
606	LICIA ALMEIDA PEREIRA LANDIM	65938852315
607	LIDIANE CARDOSO DE SOUZA	01290474575
608	LIDIANE SANTOS SOARES	01608431118
609	LIDIANE SILVA SENA	10670526746
610	LILIAN CEDRO FARIA DINIZ	81457693615
611	LILIAN DE FATIMA SOUSA LIMA	02667394313
612	LILIAN GOMES ROSSI SANCANARI	34006178816
613	LILIANE PEREIRA SOARES	01296369676
614	LINDAURA CAMILA RODRIGUES DOS SANTOS	02997337500
615	LISANDRA CASTELLI BAKK	17077207897
616	LISIANNE EULINA MACHADO FARIAS	05601108471
617	LISLEY FRANCA DE SOUZA BARROSO	06769734427
618	LIVINA LETICIA COSTA DE ARAUJO	02211771327
619	LIZANDRA CHANE	04803479992
620	LOIANY GUIOMAR MALHEIRO GOMES	02679211367
621	LORENA COUTINHO CAVALCANTI DE LIMA	07443141432
622	LORENA ESMERALDA NASCIMENTO CELESTE	02105932533
623	LORENA FORTUNATO RODRIGUES DE OLIVEIRA	10655736697
624	Lorena Onofre Silva	02361044544
625	LORENA SILVA ARAUJO	02617865550
626	LORENA TALITA OLIVEIRA BASTOS	04948172324
627	LUANA DUARTE RODRIGUES	09736446727
628	LUANA SANTOS NUNES	96383291220
629	LUANNA PINHEIRO DE FREITAS	03454470340
630	LUCAS DE PAIVA DIAS	07561220669
631	LUCAS SANTANA SANTOS	02785078594
632	LUCAS VINICIUS BULHOES RIBEIRO	03890466559
633	LUCELIA GRAYCE PIRES BARBOSA DA SILVA	97114510268
634	LUCELIA SILVEIRA PEREIRA	05308838488
635	LUCIA DIAS BARBOSA D VRIES	82646015615
636	Lucia Naomi Yamamoto	28680890898
637	LUCIANA ALVES DA SILVA COSTA	02418917444
638	LUCIANA ALVES PEREIRA DA SILVA	02418917444
639	LUCIANA CONCEICAO DE MATOS MENEZES	80158005520
640	LUCIANA DA SILVA	03135966461
641	LUCIANA DIB LOPES	02087424764
642	LUCIANA FELIX DE OLIVEIRA	10698659740
643	LUCIANA FILGUEIRA LIMA	29091859822
644	LUCIANA KARLA DE MELO MADRUGA NAVARRO	02634375409
645	LUCIANA MARIA CELESTINO	10356718751
646	LUCIANA MONTEIRO BELENS	82824819553
647	LUCIANA PONTES DE MIRANDA LIMA	00848472470
648	LUCIANA WILBERT SANTOS	71292284900
649	LUCIANE CAVALCANTE TEIXEIRA	31456073320
650	LUCIANE LUZIA MENDES	69490007153
651	LUCIARA BARBOSA DE AZEVEDO	05831401499
652	LUCIARA GERINA DE OLIVEIRA	07522317908
653	LUCIELE PEREIRA DA SILVA	00280472145
654	LUCIENE SOUZA DE JESUS	67521126572
655	LUCYNARA BARROS ROCHA	00925654337
656	LUILSON DE JESUS BRANDAO	99724235220
657	LUIS GUSTAVO PEDROTTI TORTINI	01572436050
658	LUIZ BINICIO DOS REIS	08433565613
659	LUIZ CARLOS ALVES JUNIOR	08445304410
660	LUIZA CRISTINA DOS SANTOS GASPARINIO	01570310637

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

661	LUIZA DE MARILAC GOMES AMORIM	63888190363
662	LURDES GONCALVES DE JESUS	44303386120
663	LUZIA OLIVEIRA DA SILVA	87192306134
664	LUZINEIDE LOPES DE OLIVEIRA	46394460125
665	LYCIA MARIA VASCONCELOS LIMA	07709936482
666	LYDIA LAIGNIER SCHUEROFF	96100575272
667	MADSON NELLIO BARBOSA DE CARVALHO	03985488460
668	MAIARA FERREIRA DE AZEVEDO	36123094807
669	MAIL MORAIS DE SOUSA	93810229172
670	MAIRA CAIRES ROCHA	01632482576
671	MAIRA CATHERINE DE NEGREIROS LEITAO	01397554460
672	MAISA MACIEL SA BERGE	01708435301
673	MANUELA KALED	07720931998
674	MARA GLEYCE DA SILVA OLIVEIRA	01851016317
675	MARA JULIETTE DE OLIVEIRA LIMA SANTOS	05211238524
676	MARCELA BEATRIZ AGUIAR MOREIRA	02077613530
677	MARCELA RODRIGUES CARDOSO	73047082200
678	MARCELE GONCALVES DA SILVA	11021272728
679	MARCELO ALVES FERREIRA	03443279651
680	MARCELO DE MATTOS MARCAL	07231049729
681	MARCELO JULIANO MORETTO	27152924813
682	MARCELO MANFRENATO	17029265831
683	MARCIA HAIDEE MAGALHAES GUEDES	01770103392
684	Márcia Mendes Pimentel	06443894430
685	MARCIA PONTES ALVES	65069994204
686	MARCUS JOSE DA SILVA	07509926629
687	MARGARETE GONCALVES DE SOUZA	28536074884
688	MARIA AIRTES DIAS ROLIM	63730464353
689	MARIA APARECIDA DA SILVA TORRES	25321290857
690	MARIA CAROLINA DA SILVA ESCOBAR ELEUTERIO	14359477708
691	MARIA CLARICE FERREIRA DE SOUZA	49888552104
692	MARIA CLEUBA ARAUJO FREIRE NETA	96661330325
693	MARIA CRISTINA DA SILVA GAYOSO	29087520425
694	MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS OLIVEIRA MATOS	02140484541
695	MARIA DA PIEDADE ALBUQUERQUE	60003752399
696	MARIA DE FATIMA GUERRA GONCALVES DA SILVA	01025873459
697	MARIA DELCIA DE OLIVEIRA SILVA	68962835568
698	MARIA DO SOCORRO SALES DE VASCONCELOS SILVA	96759623304
699	MARIA DOS REIS SILVA NETA	01369151160
700	MARIA EDNA TEIXEIRA	05739436729
701	MARIA EMILIA PESSOA DA SILVA	18347444404
702	MARIA ESTELA PEGORARO	14943528856
703	MARIA GORETTI ALVES BERNARDO	70544522400
704	MARIA JUSCINAIDE HENRIQUE ALVES	04283637335
705	MARIA MICAELE DA CONCEICAO DANIEL	01449446345
706	MARIA NATHALIA GOMES DA COSTA	08948638432
707	MARIA ZILVANEIDE DE PAULA LIMA	66597927249
708	MARIANA ARAUJO DA SILVA	01601546505
709	MARIANA FERNANDES PEREIRA	03547203333
710	MARIANA FURTADO RODRIGUES	66358787349
711	MARIANA NEPOMUCENO GIRON	09907950718
712	MARIANA OLIVEIRA BARBOSA	05883619410
713	MARIANA SANTOS ALVES PEREIRA	05588645979
714	MARIELE FELIPE DASSOLER	06011418902
715	MARILDA DE MATTOS	85857521904
716	MARILENE DE FREITAS CORREA	56883129200
717	MARILIA COSTA SILVA	09401609608
718	MARILIA FLOR CHAVES DOS SANTOS	04773476494
719	MARINA DO NASCIMENTO	35139151871
720	MARINA FIDELIS OLIVEIRA	13397357764
721	MARINA MEDEIROS CARVALHO	04088105133
722	MARINA NASCIMENTO DE MORAES	08426169422
723	MARINA REINHOLZ DE ASSIS	13465324781
724	MARINA XAVIER SANTIAGO TORRES	03739608323
725	MARINE SOARES NERY	01752621522
726	MARISA MITSUE MIHARA SUGAWARA	82546940600
727	MARISTELA DOS SANTOS	13389681817
728	MARISTELA SOARES DA COSTA	07756256980
729	MARISTELIA FREIRE RIBEIRO	96560282104
730	MARLA DANIELLE DE OLIVEIRA LIMA SANTOS	03333309513
731	MARLA MANOELA SILVA E SILVA	04208065125
732	MARLECI DE OLIVEIRA PONTES	91126533904
733	MARLES JOZEDI SOUZA DE MORAES	06953958405
734	MARLON RIBEIRO CARDOSO	00812910273
735	Martha Priscila Dantas de Lima	06792417440
736	MARTHA REGINA DA SILVA BRITO	03125453399
737	MATHEUS DE MORAES REGLY	12403022748
738	MAYANA DE MOURA SANTOS	03386842550
739	MAYARA ARAGAO DE LIRA GOMES	07374374488
740	MAYARA COSTA GARCIA	04581168902
741	MAYARA FERREIRA MIRANDA	01082130567
742	MAYARA KELLY MOURA FERREIRA	04323590369
743	MAYRA DE CASTRO ARROIO	37130100800
744	MAYRA LUCIA PINEL	03896583670
745	MEIRYANE REIS CRUZ SOARES	00659361329
746	Melry Angela Barbosa de Oliveira	03403002306
747	MELWLIRENE FERREIRA BARROS	01028033311
748	MICHELA SILVEIRA LIDORA	03546880900
749	MICHELL ALENCAR ALVES CORREIA	05362021419
750	MICHELL PEREIRA COELHO	12820995748
751	MICHELLE ALVES DE CARVALHO	06987074437
752	michelle cristiane de oliveira	32374185877
753	MICHELLY DE CASTRO ALMEIDA	83814612353
754	MICHELY DE OLIVEIRA SILVA	60021061386
755	MILENA CANDIDA TIMOTEO DE ALENCAR	04320119436
756	Milena Mercês Damasceno	04169640527
757	MILIAN RUTH DE CARVALHO FARIAS	01533677506
758	MIRELE ALVES DE LIMA CONCEICAO	82760438520
759	MIRELLA SHAYANNE BARBOSA VITAL	06581023469
760	Miria Holanda Albuquerque	84875755368
761	MIRIAN CRISTIAN RUFINO	00888013140
762	MOARA MEDEIROS SOARES	02795102331
763	MOEMA MARIA SA CAVALCANTI AIRES FURTADO	04966084369
764	MOEMA ZARANZA DE SOUSA	81413335349
765	MOISES SILVA MARTINS	25926483808
766	MONICA APARECIDA GOMES	01441275550
767	MONICA CARDOSO DA MATTA	01482097508
768	MONICA RAMOS TENORIO	04997090476
769	MONICA SANTIAGO ROUCAS	02999940742
770	MYCAELA SAMELA GOMES DE FREITAS DINIZ	09475543600
771	NAGILA DE CARVALHO PINTO	91011558220
772	NAIARA MARTINS E SILVA OLIVEIRA	61699810320
773	NAIARA SANTOS CID FIRMINO	38403777817
774	NANCI DO NASCIMENTO MARTINS FILHA	78411068587
775	NATALIA ADRIELE HENRIQUE FREITAS	02904840141
776	NATALIA COSTA SALGUEIRO	06843644414
777	NATALIA DE TOLEDO SILVERIO	06934014600
778	NATALIA GOMES GRACILIANO	05287671431
779	NATALIA MARIA DOS REIS	35085109805
780	NATALIA MARIA FRANCA BATISTA CIPRIANO	02726995357
781	NATALIA MIRANDA MONTEIRO	96175745272
782	NATALIA SOTERO MACHADO	07383554450
783	NATALIA TEIXEIRA FERNANDES	09061463483
784	NATALIANE DO NASCIMENTO COLARES	00345506316
785	NATALLY FREITAS DA SILVA	37866169810
786	NATASSIA LOPES CUNHA	01370155344
787	NATHALIA FURTADO TOCANTINS ALVARES	88334260253
788	NATHANA HELLOARA VIEIRA LOPES	03545625176
789	NAYARA CRISTINA RABELO BANDEIRA	02704829381
790	Nayara dos Santos Araújo	03484598158
791	NAYARA GADELHA DE OLIVEIRA	07166807423
792	NAYARA GONCALVES TEODORO LEMES	03712325118
793	NAYARA NATACHA DE SOUSA PEREIRA	39176072800
794	NAYARA PIMENTA DE SOUZA	07846634674
795	NAYLA MAGALHAES FERRAZ DE LIMA	07991743438
796	NEILA DENISE SANTIAGO RABELO OLIVEIRA	64773671220
797	NEIRIELEN FRANCISCO DA SILVA	07678161611
798	NEIVA PATRICIA FERNANDES MARREIRA	95314911272
799	NELMA REIS SANTOS DE ARAUJO	01043006559
800	NIAGARA MORENO CARDOSO LEITE	03132567566
801	NIARA VIANA DA ROCHA	00629712395
802	NILMA PEREIRA LEITE	02920945661
803	NIURA MASSARIO DOS SANTOS	00900200065
804	NIVALDO OLIVEIRA SILVA	05775941411
805	NUBIA MARA MATTOS	06638158945
806	OLIMPIA CRISTINA DA SILVA BERNARDES CORREA	27585332866
807	OLIVIA GABRIELLY LARANJEIRA SILVA	06603853418
808	OLIVIA TEIXEIRA BRANDAO	05277931597
809	ORQUIDEIA DE CASTRO UCHOA MOURA	04618179341
810	PAMELA CERQUEIRA ROCHA	10403629748
811	PAMELA RIOLI RIOS BUSSINGUER	00619147385
812	PAMELA SAMPAIO OLIVEIRA	94709122253
813	PAMELLA PRISCILLA DA SILVA RANGEL	07887505933
814	PAOLA FERNANDES LEMES	09484553656
815	PAOLLA ALGARTE FERNANDES	37778874806
816	PATRICIA BERNARDO DANTAS	03502629340
817	PATRICIA BOY DE QUEIROZ	22445310822
818	PATRICIA CANDIDA DO MONTE FERREIRA	00365433578
819	PATRICIA CAVALCANTI COSTA	04021289402
820	PATRICIA DANIELE DOS SANTOS SILVA	06975559414
821	Patricia dos Santos Amorim	61083003534
822	PATRICIA JORGE FROIS	01441749608
823	PATRICIA PORFIRIO DE LIMA	22597911829
824	PATRICIA RIBEIRO RODRIGUES	93150024234
825	PATRICIA SHIRLEY ALVES DE SOUSA	04109508312
826	PATRICIA SILVA BARROSO	22644041830
827	PAULA AMORIM DE MIRANDA	03835051350
828	PAULA CRISTIANE GOMES FERREIRA	07402640442
829	PAULA FERNANDA TENORIO VICTOR	09733270490
830	PAULA HOANA MORAES FONSECA BARBOSA	97205672287
831	PAULA PABLINE MOREIRA DOS SANTOS	01861903103
832	PAULA XAVIER SANTOS DE SANTANA	82835292500
833	PAULO ELIEZER DE OLIVEIRA MOREIRA	91663431272
834	PAULO FRANCISCO PAIXAO DE SOUZA	04783976589
835	PAULO HENRIQUE QUEIROZ DE OLIVEIRA	09217330469
836	PAULO VICTOR DE QUEIROZ FREITAS	05471309375
837	PEDRO BEZERRA DE LIMA NETO	07467260407
838	PHILLIP LUCAS RICARDO PEREIRA	07721653436
839	POLIANA CINTIA DE OLIVEIRA DUARTE	04178902571
840	POLIANA GALDINO DE OLIVEIRA	05155802520
841	POLIANA ROCHA SOUZA	00770883524
842	POLIANE MACHADO DE MELO PAIVA FONSECA	07081576613
843	POLLYANA KARINAE DE MORAIS WANDERLEY	04649609402
844	POLLYANA NERI MENDES	03131623527
845	POLLYANNA RODRIGUES	03895074403
846	POLYANA DE CASSIA DE ARAUJO FARIAS	00405346182
847	POLYANA NEVES DE ASSUNCAO	03344225588
848	PRICILLA XAVIER DE ALENCAR	03320742183
849	PRISCILA ALVES DA SILVA	06759641485
850	PRISCILA BERKENBROCK CIRICO	07995155905
851	PRISCILA CARDOSO DA SILVA	06819519664
852	PRISCILA CAVALCANTI DA SILVA	04104955493
853	PRISCILA CRISTINE TANAKA SANCHES	35627768886
854	PRISCILA DE GODOY KLAGENBERG	06002409912
855	PRISCILA DE SOUSA PEREIRA	05212656303
856	PRISCILA MANZOLI	04439861938
857	PRISCILA MARTHA MARTINS	36270761840
858	PRISCILA PUDELCO	06889347900
859	PRISCILLA DA SILVA FERNANDES	07729906465
860	PRISCILLA DE SANTANA CARVALHO	03750067538
861	PRISCILLA MACEDO PINTO	00812244516
862	PRISCILLA VALADARES GALHARDO	03017881113
863	RAFAEL CARVALHO NASCIMENTO	04410746502
864	RAFAEL JOSE PIO BARBOSA TEIXEIRA	02932878301
865	RAFAEL PETITINGA ARAUJO	03431463550
866	RAFAELA BARBOSA DA SILVA	07942872475
867	RAFAELA GUIMARAES DE ANDRADE	06563367496
868	RAFAELA MARQUES VIEIRA DA SILVA	04342012430
869	RAFAELA PRIMA DE LUCENA	06777816445
870	RAFAELLA BRANDAO DIAS	00230604501
871	RAFAELLA PEREIRA DE SALES	03270910371
872	RAIANNE FREITAS SOUZA	04346925570
873	RAILENE MEIDA SILVA DOS SANTOS	74976842215
874	RAIMUNDO ARAUJO FONTENELE JUNIOR	02458417337
875	RAIMUNDO HENRIQUE GOMES LEITE	72507063220
876	RAISSA SOARES DE LIMA	04151751513

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

877	RAIZA OLIVEIRA MELO CICERI	07521981901
878	RAIZA SORELLI SILVA GOMES	09415689463
879	RAMILLA CAISA RODRIGUES LUCENA	03044800374
880	RAMON SILVA BARRETO	88474763134
881	RAQUEL BORGES SERRA	02757957309
882	RAQUEL DE SOUZA SILVA	03127333560
883	Raquel Lopes Bonisson Silva	01392632684
884	RAQUEL MIGNONI	07204251903
885	RAYSA GOMES COELHO DA PAZ	08426657494
886	RAYSSA NAFTALY MUNIZ PINTO	07567277409
887	REBECCA ASSUNCAO SILVA	02764744307
888	Rebecca Julião de Oliveira	08154278405
889	REGIANE DE AZEVEDO ELIAS PEREIRA	04369082714
890	REJANE DE MELO	03232633641
891	RENATA DANDOLINI	04883398986
892	Renata Glaucia Barros da Silva Lopes	94394865204
893	RENATA LOPES FREIRE	26297550883
894	RENATA LUIZA MARTINS DE LIMA BRANCI	09465106798
895	RENATA MACIEL FREIRE DE AZEVEDO	02724253469
896	RENATA MAGALHAES AMORIM	10665628730
897	Renata Ucha Teixeira	00134563000
898	RENATA VICENTINI FUKAHORI SIMONE	06067024900
899	RENATHA RODRIGUES TAVARES	01557086605
900	RITA CRISTINA SILVA DO NASCIMENTO	12584687780
901	RITA DE CASSIA BARBOSA QUARESMA	39632946200
902	RITAMARA QUIONHA REGINALDO	00076000036
903	ROBERTA DE ARAUJO LIMA	10212303759
904	ROBERTA FRANCA DE MELLO	02509945939
905	ROCHELLES SPADER PRUDENCIO	06997129986
906	ROCILDA DE SOUZA DA COSTA	96747102215
907	RODRIGO TELES DE OLIVEIRA	04762528307
908	ROSA DALILA FONTANEZ	06607854982
909	ROSALIA MARIA TEIXEIRA DE MELO	05453598484
910	ROSALIA RIBEIRO MARINHO	07404224489
911	ROSANA SOARES LOPES	79743609687
912	ROSANGELA CARDOSO DA PAZ	00848193407
913	ROSELY FERNANDA ENDLICH	10238217701
914	Rosemary Neves dos Santos Duarte	97564583487
915	ROSENDA GABRIELA GONCALVES	02711820327
916	ROSIANE ALVES FIRMINO	91273170997
917	ROSINEIDE GOES MACEDO	91991420404
918	ROSSINI ALVES VARGES	03393514547
919	RUBIA VIEIRA DA LUZ	02115137507
920	RUTH FERREIRA DE CASTRO	86857029253
921	SABRINA BARIA RIBEIRO	34503753851
922	SABRINA REZENDE BRAGA	03644256608
923	SAMANTHA CARVALHO DE LACERDA	05237899471
924	SAMANTHA LIZIDATI	29696441851
925	SAMARA BROCA BISOGNIN	01344450075
926	SAMARA CANDIDO DE JESUS	39488372877
927	SAMARA COSTA FERNANDES	89395026200
928	SAMARA ROCHA DOS SANTOS SANTANA	04168624544
929	SAMIA NUNES DE MELO	00400634538
930	SAMMA CHRISTINNE RABELO MARTINS	09775957656
931	SANDRA MAURA DE SOUZA	04686907608
932	SARA BORCHARDT	13447194731
933	SARA RAIZA DINIZ NASCIMENTO	03144590304
934	SARILLA CARVALHO CORDEIRO	02581651385
935	SERGIO ROBERTO COSTA MAIA	15785432234
936	SEVERINO BANDEIRA DE ALMEIDA NETO	00899770339
937	SHEILLA KAROLINA FERREIRA DA SILVA	08626402619
938	SHELLSI MIRANDA SANTOS	00002560569
939	SHERLENE MACHADO DE OLIVEIRA	01166624331
940	SHIRLEY KEILA SANTOS DA SILVA	31315856840
941	SILVANA DA SILVA MELLO	12732941735
942	SILVIA ADRYA MARTINS FRANCO MOTTA	02157109323
943	SILVIANE LEMOS FONSECA	00127142240
944	SILVIO CESAR TONETTI MOURISCO	29063934874
945	SIMONE DA CUNHA SIMAO	05980774645
946	SIMONE DE FATIMA DA SILVA SANTOS	00475561104
947	SIMONE DE SOUSA ALMEIDA	74760629300
948	SIMONE FIGUEIREDO FREITAS	02153810507
949	SOFIA VASCONCELOS CARNEIRO	03511314348
950	SOLANGE CUNHA DE CARVALHO	38333848249
951	SOLANGE RODRIGUES DA SILVA	02292876469
952	SORAIA GOMES DOS SANTOS	01414254407
953	SORAYA DA SILVA PAZ	03507790319
954	STEPHANIE ALVES DE ALMEIDA	06081466418
955	SUELI CRISTINA DE OLIVEIRA SILVEIRA	05402111413
956	SUELI DA SILVA CASTRO	56371799568
957	SUELLEN SOMBRA DA ROCHA	65338138387
958	SULINA SARAIVA DA FRANCA	44321074304
959	SUSANE DE ARAUJO KISHI	04110365562
960	SUZETE PONZIO DE AZEVEDO	22004658827
961	SUZIANE SHYRLE DE LIMA NUNES	07703711403
962	SWIENNY CARNEIRO DE SOUSA	05414454485
963	TAHISA CARLA BOAVENTURA DA CUNHA	08891301671
964	TAIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	10501666630
965	TAILON DE OLIVEIRA SILVA	03496909366
966	Tainá Faustino Mafra	14190839701
967	TAIS MANUELA SOUZA ROCHA	03403760588
968	TAISA CAROLINA TODERO	01315514001
969	TALITA HORTENCIO TEIXEIRA	11614608709
970	TALYTA SOARES SILVA	06985595685
971	TAMARA CORTE	02752063008
972	TAMARA DILMA DA SILVA	05388458997
973	TAMI SILVA NUNES	84228571549
974	TAMINE GABRIELE ANDRADE DA SILVA AFONSO	34875244819
975	TAMIRES DOS SANTOS NAVARRO	03320336517
976	TANISE RAMOS	01464017000
977	TARCIANNO FERREIRA LIMA	09037460429
978	TASSIANA HELENA VILELA FERREIRA	03044768543
979	TATIANA DE FATIMA NUNES	72494239320
980	TATIANA FAGUNDES BRAGANCA	08367040708
981	TATIANA VILLAIN BITENCOURT	02645011950
982	TATIANE PEDROSA DUTRA DE ALMEIDA	98887556415
983	TATYANA MARIA CARVALHO PEREIRA FARIAS	05142184440
984	TAYNARA ALMEIDA ARRUDA	04158745136
985	TAYRON CARNEIRO DE SOUZA	03696698350
986	TERESINHA DE JESUS SEPULVEDA SALES	04199292314
987	TEREZA COELHO DE ANDRADE DA SILVA	50459139134
988	TEREZA CRISTINA LEMES LACERDA	02571141147
989	THAIS APARECIDA DE MORAES	31081388803
990	THAIS APARECIDA GONCALVES	31154461874
991	THAIS CRISTINA SILVEIRA DOS SANTOS	37388889850
992	THAIS GARCIA RAYMOND	52933385287
993	THAIS HETIERRE ABREU MONTEIRO	90664582249
994	THAIS KAWANE NUNES	06223854960
995	THAMYRES TEIXEIRA CAVALCANTI	06459327440
996	THANMIRYS MAIARA FERREIRA DOS SANTOS	08661059488
997	THAWANYA GONCALVES GUIMARAES RIBEIRO	00791391914
998	THAYNA SAMILLA DOS SANTOS	08793982488
999	THAYRES OLIVEIRA SARAIVA SANTIAGO	07385564402
1000	THAYS POPPI MOREIRA FARIA	39500572850
1001	THAYSA KELLY SOUSA	09608158486
1002	THAYSE VALERIA NASCIMENTO DA SILVA	00032401264
1003	THIAGO AMORIM SALGUEIRO	92758940272
1004	THIAGO AUGUSTUS ALMEIDA SILVA	04843413402
1005	THIAGO FONSECA BARROS	60013131303
1006	THIAGO MARCELINO SODRE	02079512501
1007	THIASKARA RAMILE CALDAS LEITE	02129983316
1008	THILDEN RICHARDSON VIEIRA PEREIRA	09802579645
1009	TIAGO AGUIAR PINALI	09099982640
1010	TIAGO SOUSA PAIVA	00352513012
1011	TIRZA MARIS BRUNETO GARCIA	07247243970
1012	VAGNER RODRIGO GROLLE	00880692901
1013	VALERIA NAZARE ROCHA	08230049610
1014	VALLESKA FERNANDES FIGUEIREDO	07590956988
1015	VANDERLENE STECANELLA	67169198991
1016	VANESSA APARECIDA FREITAS CARVALHO	07829463646
1017	VANESSA ARAGAO PELISSARI	13659692743
1018	VANESSA CRUZ SANTOS	00116535580
1019	VANESSA DAS DORES DA SILVA	07092516455
1020	VANESSA LEANDRO DO NASCIMENTO	07415694422
1021	VANESSA MEIRA MAIA	03223553541
1022	VANESSA PEREIRA DA SILVA	05201894429
1023	VANESSA PEREIRA DE ASSIS CAMPOS	08994596682
1024	VERA KAMYLLA MENEZES DO ROSARIO	95832343204
1025	VERALUZA VIEIRA DE LIMA OLIVEIRA	78267714120
1026	VERONICA FONTOURA MENDES RIVEIRO	01020257032
1027	victor antonio da silva paiva	04539317318
1028	VIRGINIA NOGUEIRA LAFETA	08481208680
1029	VITOR LUCIO NOGUEIRA SALES	96926643687
1030	VITOR VENANCIO PIRES CARVALHO LIMA	03636548107
1031	VIVIANE ANTUNES CHAGAS GOZZO	06411409838
1032	VIVIANE CAVALCANTI DE TORRES	05169056435
1033	VIVIANE DOS SANTOS SUHET	33041497832
1034	VIVIANE GALLON MENDONCA	01581646011
1035	VIVIANE LIMA NUNES	02724579305
1036	VIVIANE MAYARA ROCHA	07211420600
1037	VIVIANE SOUSA DE OLIVEIRA	07671355984
1038	WALDEMIR GONCALVES DE ABRANTES	05265235493
1039	WALKIRIA JESSICA ARAUJO SILVEIRA	01783074329
1040	WALTER BORGES LEAL FILHO	01807894304
1041	WANDRA CAMILA PENAFORTE DA SILVA	02726910386
1042	WANILDA BARBOSA DOS SANTOS	96595876604
1043	WARLEN MARQUES SILVA	86862910159
1044	WERUSKA ALVES MARTINS EUGENIO	03061886192
1045	WEVERTON LEANDRO DIMARTINI DE MORAES	30420919880
1046	WILDIN DA SILVA RODRIGUES	05266624418
1047	WILIANY DA SILVA MESQUITA	85649830363
1048	WILKER SILVA ALVES	95238816200
1049	WILLIAM GILVANDER PASSOS	14542248860
1050	WILLIAM VIEIRA DE CARVALHO	08936440721
1051	WILLIANA LUNA RODRIGUES	03322038165
1052	WILTON SOUZA REGO NETTO	07371496477
1053	WLADENISE CAVALCANTE DE AQUINO	79733026387
1054	YASMIN REIS DOS SANTOS	07088363640
1055	YASMINE SORAYA MARINHO DE LIMA	02247142362
1056	YOLANDA CARDOSO VIEIRA	06701956424
1057	ZELLIZIANY ARAUJO DOCA OLIVEIRA	02735166392
1058	ZENILDA BARBOSA ALVES	00984025367
1059	ZIBEILDE FERREIRA BORGES	91078970572
1060	ZILDA DONIZETTI GONCALVES MOCATTO	64132170900

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 25 de fevereiro de 2015

Nº 276 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher a NOTA Nº 40/2015/CONJUR/CGCE, invocando seus fundamentos como razão desta decisão para cumprir a sentença exarada no bojo da ação judicial nº 1614-11.2010.4.01.3400, em trâmite na 8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, tornando sem efeito o ato publicado no Diário Oficial da União de 23 de janeiro de 2009, que homologou à RÁDIO FM MANIA LTDA. o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada para a localidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Concorrência nº 037/2001-SSR/MC (Processo nº 53710.000592/2001-17).

RICARDO BERZOINI

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 1.314, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Processo nº 53000.031585/2009, COLUMBIA FM LTDA - FM - Ibiporã/PR - Canal 211 - Autoriza a utilização de equipamento transmissor.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 1.315, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Processo nº 53000.096374/2006, TV ESPLANADA DO PARANÁ LTDA - RTV-Prim - Siqueira Campos/PR - Canal 10 - Autoriza a utilização de equipamento transmissor.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 1.316, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Processo nº 53516.006088/2014, FUNDAÇÃO VALENTIN BRUZON - TV - Ivaiporã/PR - Canal 53E - Autoriza novas características técnicas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 1.317, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Processo nº 53000.009893/2012, RÁDIO CULTURA SUL FM LTDA - FM - São Mateus do Sul/PR - Canal 253 - Autoriza novas características técnicas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO DO GERENTE

Ficam os (as) Interessados (as) abaixo relacionados (as), notificados da aplicação da sanção de MULTA/ADVERTÊNCIA, em conformidade com o artigo 173, inciso I e II, da Lei n.º 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos indicados, e da ocorrência do trânsito em julgado, conforme art. 82, inciso IX da Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, (N.º DO PROCESSO, ENTIDADE, CIDADE/UF, CPF/CNPJ, SANÇÃO, ENQUADRAMENTO LEGAL, N.º DO DESPACHO, DATA DO DESPACHO.):

53524.005705/2013; CARLOS BATISTA DE NOVAIS; Várzea da Palma/MG; 066.256.756-01; R$2.392,08; Art.17, do RUER, c/c art.163, da LGT; 4955, 25/09/2014.

53524.001927/2013; FUNDAÇÃO BOM DESPACHO; Bom Despacho/MG; 02.580.559/0001-63; ADVERTÊNCIA; Item 5.2.1.1 do RTFM; 6556, 28/11/2014.

LEGENDA:

RUER - Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001.

RTFM - Regulamento Técnico para emissoras de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHOS DO GERENTE

Nos termos do art. 82, VIII, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612 de 29/04/2013, publica-se o não provimento dos recursos interpostos nos processos abaixo relacionados:

Processo	Despacho nº	Nome	CPF /CNPJ	Data
53504.010582/2011	29/2015	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTISTICO DE ORLÂDIA	02.827.552/0001-01	06/01/2015
53504.005125/2012	19/2015	EZEQUIEL DE MELO	068.720.928-58	05/01/2015

EVERALDO GOMES FERREIRA

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO RIO JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 1.326, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Expede autorização à EXXONMOBIL QUIMICA LTDA, CNPJ nº 60.860.673/0002-24 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Gerente

ATO Nº 1.329, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) COMANDO DA AERONAUTICA, CNPJ nº 00.394.429/0048-74 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 662, DE 28 DE JANEIRO DE 2015

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) TELEVISAO CABO BRANCO LTDA, CNPJ nº 08.843.575/0001-88 associada à autorização para exploração do Serviço AUXILIAR RADIODIF.- REPORTAGEM EXTERNA, na localidade de João Pessoa - PB, até 11 de Janeiro de 2030.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 1.244, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

Autoriza a SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA E ASSISTÊNCIA PARA REABILITAÇÃO CRANIOFACIAL- SOBRAPAR, a fazer uso temporário de Recursos de Numeração da série 0500 para recebimento de chamadas telefônicas e respectivo registro da intenção de doação, nas condições estabelecidas no Processo nº 53500.003263/2015-91.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 1.442, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.037734/2012-52, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de SÃO ROQUE/SP, o canal 52 (cinquenta e dois), correspondente à faixa de frequência de 698 a 704 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA BRITO DE AVILA

PORTARIA Nº 1.488, DE 8 DE OUTUBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.015526/2012-01, resolve:

Art. 1º Consignar à TV STUDIOS DE JÁU LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de DUARTINA/SP, o canal 52 (cinquenta e dois), correspondente à faixa de frequência de 698 a 704 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA BRITO DE AVILA

PORTARIA Nº 1.512, DE 20 DE JANEIRO DE 2015

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº53000.018558/2009-54, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO NAZARÉ DE COMUNICAÇÃO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de RIO BRANCO/AC, o canal 57 (cinquenta e sete), correspondente à faixa de frequência de 728 a 734 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA BRITO DE AVILA

PORTARIA Nº 1.750, DE 20 DE JANEIRO DE 2015

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.021573/2011-02, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO ANHANGUERA DE ARAGUAÍNA LTDA., autorizada a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de LUZINÓPOLIS/TO, o canal 25 (vinte e cinco), correspondente à faixa de frequência de 536 a 542 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA BRITO DE AVILA

PORTARIA Nº 2.047, DE 20 DE JANEIRO DE 2015

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.030871/2011-85, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizada a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de LONDRINA/PR, o canal 55 (cinquenta e cinco), correspondente à faixa de frequência de 716 a 722 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA BRITO DE AVILA

PORTARIA Nº 2.057, DE 20 DE JANEIRO DE 2015

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.064192/2010-29, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Chapecó/SC, o canal 57 (cinquenta e sete), correspondente à faixa de frequência de 728 a 734 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA BRITO DE AVILA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DESPACHOS DA SECRETÁRIA

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Capítulo I, art. 1º da Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade aos recursos das entidades executantes dos Serviços de Radiodifusão Comunitária, listadas em anexo.

ANEXO

UF	LOCALIDADE	ENTIDADE	Nº DO PROCESSO	RECURSO	DATA
PB	Puxinanã	Associação Comunitária de Radiodifusão de Puxinanã	53000.060740/2013-94	Conhecido e não provido	24/01/15

Em 25 de fevereiro de 2015

Nº 72 - A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, tendo em vista o disposto no § 3º, art.1º do Edital nº 35, de 5 de setembro de 2014, e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade aos requerimentos recebidos na sessão pública realizada em Recife/PE, para coleta de pedidos referentes à autorização para execução do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, acompanhados dos respectivos números de protocolo, conforme relação disponível no sítio eletrônico do Ministério das Comunicações: www.mc.gov.br.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 838, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar a Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.009426/2011	Associação Comunitária Cativa	RADCOM	Rio Brilhante	MS	Multa	342,08	Alterar o valor da multa aplicada por meio da Portaria DEAA nº 481, de 16/10/12, publicada no DOU de 19/10/12.	Portaria DEAA n° 838, de 24/2/2015	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013

JOÃO PAULO SARAIVA DE ANDRADE

PORTARIA Nº 3.091, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar a Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.065486/2011	Rádio e Televisão Educativa do Paraná TVE	TVE	Curitiba	PR	Multa	923,61	Alterar o valor da multa aplicada por meio da Portaria DEAA nº 17, de 7/2/12, publicada no DOU de 9/2/12.	Portaria DEAA n° 3091, de 19/2/2015	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013

JOÃO PAULO SARAIVA DE ANDRADE

PORTARIA Nº 3.277, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria nº 657, de 17 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 20 de maio de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar as Entidades abaixo relacionadas as penalidade de multa

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.033122/2013	Rádio Cidade de Caratinga Ltda	FM	Caratinga	MG	Multa	2.133,33	Alínea "b" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações, Atribuir 4 pontos em razão da prática da citada infração	Portaria DEAA n° 3277, de 24/2/2015	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013

JOÃO PAULO SARAIVA DE ANDRADE

DESPACHO DO DIRETOR
Em 19 de fevereiro de 2015

Nº 791 - O DIRETOR DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade a reconsideração da entidade abaixo relacionada:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso
53000.065486/2011	Rádio e Televisão Educativa do Paraná TVE	TVE	Curitiba	PR	Receber o pedido de reconsideração para torná-lo prejudicado

JOÃO PAULO SARAIVA DE ANDRADE

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO DA DIRETORA
Em 16 de janeiro de 2015

Nº 66 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53000.001951/2002-32, resolve:

Retificar a Nota Técnica nº 1029/2014/GTCO/DEOC/SCE-MC, que aprovou o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da MR RADIOFUSÃO LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias no município de Turiaçu-MA, utilizando a frequência 1470 kHz , classe C, de forma a substituir a informação da altura da torre de "30 m" por "54 m", nos termos da Nota Técnica nº 761/2015/SEI-MC.

DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 39, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 12, 19 e 20, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e o que consta do Processo nº 48000.001897/2014-29, resolve:

Art. 1º Aprovar as Diretrizes da Sistemática a serem aplicadas na realização do Leilão de Fontes Alternativas, de 2015, previsto na Portaria MME nº 563, de 17 de outubro de 2014, conforme definidas no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá publicar, como adendo ao Edital do Leilão de Fontes Alternativas, de 2015, Detalhamento da Sistemática prevendo:

I - a aceitação de propostas para três produtos na modalidade por disponibilidade de energia elétrica:

a) um PRODUTO BIOMASSA 2016, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2016;

b) um PRODUTO BIOMASSA 2017, com início de suprimento em 1º de julho de 2017; e

c) um PRODUTO EÓLICA 2017, com início de suprimento em 1º de julho de 2017;

II - a comercialização de energia elétrica proveniente dos seguintes empreendimentos:

a) EMPREENDIMENTO A BIOMASSA EXISTENTE: central de geração de energia elétrica existente a partir de biomassa com Custo Variável Unitário - CVU igual a zero, que ofertará energia elétrica no PRODUTO BIOMASSA 2016;

b) EMPREENDIMENTO A BIOMASSA NOVO: nova central de geração de energia elétrica a partir de biomassa com CVU igual a zero, que ofertará energia elétrica no PRODUTO BIOMASSA 2016 ou no PRODUTO BIOMASSA 2017; e

c) EMPREENDIMENTO EÓLICO: central de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica, que ofertará energia elétrica no PRODUTO EÓLICA 2017;

III - a negociação no Leilão de percentual mínimo a ser destinado ao mercado regulado, nos termos do art. 3º da Portaria MME nº 563, de 2014.

Art. 2º Os agentes de distribuição deverão apresentar as Declarações de Necessidade para o Leilão de Fontes Alternativas, de 2015, previsto na Portaria MME nº 563, de 2014, até o dia 20 de março de 2015, na forma e modelo a serem disponibilizados no endereço eletrônico do Ministério de Minas e Energia, no sítio www.mme.gov.br.

§ 1º As Declarações de Necessidade deverão ser apresentadas para atendimento à totalidade do mercado dos agentes de distribuição a partir de:

I - 2016; e

II - 2017.

§ 2º As Declarações de Necessidade de que trata o § 1º, incisos I e II, deverão estar discriminadas e contemplar:

I - o montante de reposição de que trata o art. 24, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; e

II - demais necessidades para atendimento à totalidade do mercado, de que trata o art. 24, § 3º, do Decreto nº 5.163, de 2004.

§ 3º Para fins de celebração dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR será executado o rateio dos lotes negociados no Leilão, observado o critério de prioridade de atendimento ao montante de reposição, disposto no art. 24, §§ 4º e 5º, do Decreto nº 5.163, de 2004.

§ 4º As Declarações de Necessidade, uma vez apresentadas pelos agentes de distribuição, serão consideradas irrevogáveis e irretratáveis e servirão para posterior celebração dos respectivos CCEAR.

§ 5º Os agentes de distribuição de energia elétrica localizados nos Sistemas Isolados deverão apresentar a Declaração de Necessidade, desde que a data prevista para recebimento de energia seja igual ou posterior à data prevista da entrada em operação comercial da interligação ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

Art. 3º O art. 9º da Portaria MME nº 563, de 17 de outubro de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º .....

.....

§ 7º Para fins de participação no Leilão, o empreendedor poderá, por sua conta e risco, alterar junto à EPE a informação quanto ao acesso do empreendimento ao SIN indicado no ato do Cadastramento a que se refere o art. 4º, no prazo de vinte dias, contados da data de publicação da Nota Técnica de definição dos quantitativos da capacidade de escoamento de energia elétrica, de que trata o § 6º.

....." (NR)

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BRAGA

ANEXO

DIRETRIZES DA SISTEMÁTICA PARA O LEILÃO DE FONTES ALTERNATIVAS, DE 2015

Art. 1º O presente Anexo estabelece as Diretrizes da Sistemática para o Leilão de Fontes Alternativas, de 2015, previsto na Portaria MME nº 563, de 17 de outubro de 2014.

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES E ABREVIAÇÕES

Art. 2º Aplicam-se ao presente Anexo os termos técnicos e expressões, cujos significados, exceto onde for especificado em contrário, correspondem às seguintes definições:

I - EPE: Empresa de Pesquisa Energética;

II - ACL: Ambiente de Contratação Livre;

III - ACR: Ambiente de Contratação Regulada;

IV - AGENTE CUSTODIANTE: instituição financeira responsável pelo recebimento, custódia e eventual execução das GARANTIAS DE PARTICIPAÇÃO;

V - ÁREA DE REDE: área da REDE ELÉTRICA onde se encontram uma ou mais SUBÁREAS e LINHAS DE TRANSMISSÃO;

VI - CAPACIDADE: capacidade de escoamento de energia elétrica de uma SUBESTAÇÃO, de uma SUBÁREA DE REDE ou de uma ÁREA DE REDE, expressa em MW, calculada nos termos das DIRETRIZES e da Nota Técnica Conjunta do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e da EPE, de acordo com o art. 9º, § 2º, da Portaria MME nº 563, de 2014;

VII - CAPACIDADE DE ESCOAMENTO DA REDE: capacidade de escoamento de energia elétrica da REDE ELÉTRICA, considerando a CAPACIDADE das SUBESTAÇÕES, das SUBÁREAS DE REDE e das ÁREAS DE REDE, expressa em MW, nos termos das DIRETRIZES, da Nota Técnica Conjunta do ONS e da EPE e da Nota Técnica do ONS, previstas no art. 9º, §§ 2º e 6º, da Portaria MME nº 563, de 2014;

VIII - CCEAR: Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, constante no EDITAL;

IX - CEC: Valor Esperado do Custo Econômico de Curto Prazo, expresso em Reais por ano (R$/ano), calculado pela EPE, conforme metodologia estabelecida por aquela Empresa, na Nota Técnica anexa ao EDITAL para EMPREENDIMENTO cuja energia é negociada nos PRODUTOS DISPONIBILIDADE, correspondente ao custo econômico no Mercado de Curto Prazo - MCP, resultante das diferenças mensais apuradas entre o despacho efetivo do EMPREENDIMENTO e sua GARANTIA FÍSICA, para este efeito, considerada totalmente contratada, correspondente ao valor esperado acumulado das liquidações do MCP, feitas com base no Custo Marginal de Operação - CMO, sendo estes limitados ao Preço de Liquidação de Diferenças - PLD mínimo e máximo, conforme valores vigentes estabelecidos pela ANEEL, função também do nível de inflexibilidade do despacho do EMPREENDIMENTO e do Custo Variável Unitário - CVU;

X - COMPRADOR: agente de distribuição de energia elétrica PARTICIPANTE do LEILÃO;

XI - COP: Valor Esperado do Custo de Operação, expresso em Reais por ano (R$/ano), calculado pela EPE conforme metodologia por ela estabelecida, em Nota Técnica anexa ao EDITAL, para EMPREENDIMENTO cuja energia é negociada nos PRODUTOS POR DISPONIBILIDADE, correspondente à somatória para cada possível cenário, do CVU multiplicado pela diferença entre a geração do EMPREENDIMENTO em cada mês de cada cenário, e a inflexibilidade mensal, multiplicado pelo número de horas do mês em questão; sendo zero para EMPREENDIMENTOS com CVU igual a zero;

XII - CVU: Custo Variável Unitário, valor expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh), necessário para cobrir todos os custos operacionais do EMPREENDIMENTO;

XIII - DECREMENTO: valor expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh) que, subtraído do PREÇO CORRENTE em uma determinada RODADA, representará o PREÇO DE LANCE para a RODADA subsequente;

XIV - DETALHAMENTO DA SISTEMÁTICA: documento adendo ao EDITAL, que detalha os procedimentos das DIRETRIZES DA SISTEMÁTICA e sua aplicação a cada LEILÃO específico, nos termos das DIRETRIZES;

XV - DIRETRIZES: Diretrizes do Ministério de Minas e Energia para realização do LEILÃO;

XVI - DIRETRIZES DA SISTEMÁTICA: conjunto de regras que definem o mecanismo do LEILÃO, conforme estabelecido, nos termos do presente Anexo, pelo Ministério de Minas e Energia;

XVII - EDITAL: documento, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que estabelece as regras do LEILÃO;

XVIII - EMPREENDIMENTO: central de geração de energia elétrica apta a participar do LEILÃO, conforme condições estabelecidas nas DIRETRIZES, no EDITAL, nas DIRETRIZES DA SISTEMÁTICA e no DETALHAMENTO DA SISTEMÁTICA;

XIX - EMPREENDIMENTO A BIOMASSA: central de geração de energia elétrica a partir da biomassa com CVU igual a zero;

XX - EMPREENDIMENTO A BIOMASSA EXISTENTE: EMPREENDIMENTO A BIOMASSA existente, que ofertará energia elétrica no PRODUTO BIOMASSA 2016;

XXI - EMPREENDIMENTO A BIOMASSA NOVO: novo EMPREENDIMENTO A BIOMASSA que ofertará energia elétrica no PRODUTO BIOMASSA 2016 ou no PRODUTO BIOMASSA 2017;

XXII - EMPREENDIMENTO EÓLICO: central de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica, que ofertará energia elétrica no PRODUTO EÓLICA 2017;

XXIII - ENERGIA HABILITADA: montante de energia habilitada pela ENTIDADE COORDENADORA, associada a um EMPREENDIMENTO;

XXIV - ENTIDADE COORDENADORA: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que terá como função exercer a coordenação do LEILÃO, nos termos do art. 19 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

XXV - ENTIDADE ORGANIZADORA: entidade responsável pelo planejamento e execução de procedimentos inerentes ao LEILÃO, por delegação da ANEEL;

XXVI - ETAPA: ETAPA INICIAL, ETAPA UNIFORME ou ETAPA DISCRIMINATÓRIA;

XXVII - ETAPA DISCRIMINATÓRIA: período para submissão de LANCES pelos PROPONENTES VENDEDORES para quantidades de LOTES definidas ao término da ETAPA UNIFORME;

XXVIII - ETAPA INICIAL: período para submissão de LANCES pelos PROPONENTES VENDEDORES para classificação por ordem crescente de PREÇO DE LANCE, considerando a CAPACIDADE DE ESCOAMENTO DA REDE;

XXIX - ETAPA UNIFORME: período para submissão de LANCES pelos PROPONENTES VENDEDORES ao PREÇO DE LANCE;

XXX - FATOR DE REFERÊNCIA: parâmetro inserido no SISTEMA, pelo REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, que será utilizado para determinação das OFERTAS DE REFERÊNCIA de cada PRODUTO;

XXXI - GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO: valor a ser aportado junto ao AGENTE CUSTODIANTE pelos PARTICIPANTES, conforme definido no EDITAL;

XXXII - GARANTIA FÍSICA: quantidade máxima de energia e potência, definida pelo Ministério de Minas e Energia, que poderá ser utilizada pelo EMPREENDIMENTO para comercialização por meio de contratos, definida na barra do gerador ou no ponto de conexão ao Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme Portaria do Ministério de Minas e Energia;

XXXIII - ICB: Índice de Custo Benefício, valor calculado pelo SISTEMA, expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh), que se constituirá no PREÇO DE LANCE para os PRODUTOS POR DISPONIBILIDADE;

XXXIV - LANCE: ato irretratável e irrevogável, praticado pelo PROPONENTE VENDEDOR, que consiste de:

a) na PRIMEIRA FASE:

1. oferta de quantidade de LOTES na primeira RODADA da ETAPA UNIFORME;

2. confirmação de LOTES nas demais RODADAS das ETAPAS UNIFORMES; e

3. RECEITA FIXA, na ETAPA DISCRIMINATÓRIA;

b) na SEGUNDA FASE:

1. oferta de quantidade de LOTES e RECEITA FIXA, na ETAPA INICIAL;

c) na TERCEIRA FASE:

1. confirmação de LOTES nas RODADAS das ETAPAS UNIFORMES; e

2. RECEITA FIXA, nas ETAPAS DISCRIMINATÓRIAS;

XXXV - LANCE VÁLIDO: LANCE aceito pelo SISTEMA;

XXXVI - LASTRO PARA VENDA: montante de energia disponível para venda no LEILÃO expresso em LOTES, associado a um determinado EMPREENDIMENTO, limitado à GARANTIA FÍSICA do EMPREENDIMENTO subtraída do MONTANTE DE CONSUMO INTERNO E PERDAS NA REDE BÁSICA, à ENERGIA HABILITADA e à GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO aportada, conforme condições estabelecidas no EDITAL;

XXXVII - LEILÃO: processo licitatório para compra de energia elétrica, regido pelo EDITAL e seus documentos correlatos;

XXXVIII - LINHA DE TRANSMISSÃO: conjunto de estruturas, cabos condutores, isoladores e acessórios destinados ao transporte de energia elétrica entre SUBESTAÇÕES, integrante da REDE ELÉTRICA e que pode ser acessada por um ou mais EMPREENDIMENTOS que se conectam ao SIN;

XXXIX - LOTE: unidade mínima da oferta de quantidade associada a um determinado EMPREENDIMENTO que pode ser submetida na forma de LANCE na ETAPA UNIFORME, expresso em Megawatt médio (MW médio), nos termos do EDITAL;

XL - LOTE ATENDIDO: LOTE que esteja associado a um PREÇO DE LANCE igual ou inferior ao PREÇO CORRENTE na ETAPA UNIFORME ou que seja necessário para o atendimento da QUANTIDADE DEMANDADA DA PRIMEIRA FASE na ETAPA DISCRIMINATÓRIA da PRIMEIRA FASE ou da QUANTIDADE DEMANDADA DO PRODUTO na ETAPA DISCRIMINATÓRIA da TERCEIRA FASE;

XLI - LOTE EXCLUÍDO: LOTE retirado da competição por decisão do PROPONENTE VENDEDOR, durante a ETAPA UNIFORME;

XLII - LOTE NÃO ATENDIDO: LOTE que esteja associado a um PREÇO DE LANCE superior ao PREÇO CORRENTE nas ETAPAS UNIFORMES ou que não seja necessário para o atendimento da QUANTIDADE DEMANDADA DA PRIMEIRA FASE na ETAPA DISCRIMINATÓRIA da PRIMEIRA FASE ou da QUANTIDADE DEMANDADA DO PRODUTO na ETAPA DISCRIMINATÓRIA da TERCEIRA FASE;

XLIII - MONTANTE DE CONSUMO INTERNO E PERDAS NA REDE BÁSICA: quantidade de ENERGIA que não poderá ser comercializada no LEILÃO, expressa em LOTES, definida pelo PROPONENTE VENDEDOR por sua conta e risco, para contemplar, quando couber, consumo interno do EMPREENDIMENTO e estimativa de perdas elétricas na Rede Básica até o centro de gravidade do submercado, nos termos das Regras de Comercialização;

XLIV - NÚMERO DE VÃOS: número de entradas de linha ou conexões de transformadores disponíveis no barramento da SUBESTAÇÃO, considerando a disponibilidade física para acesso, conforme estabelecido na Nota Técnica Conjunta do ONS e da EPE, de que trata o art. 9º, § 2º, da Portaria MME nº 563, de 2014;

XLV - OFERTA DO PRODUTO: oferta de energia elétrica proveniente dos EMPREENDIMENTOS para os quais os PROPONENTES VENDEDORES estejam aptos a ofertarem energia elétrica

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

nos PRODUTOS, conforme disposto no EDITAL, nas DIRETRIZES DA SISTEMÁTICA e no DETALHAMENTO DA SISTEMÁTICA;

XLVI - OFERTA DE REFERÊNCIA DO PRODUTO: quantidade de LOTES calculada pelo SISTEMA a partir do FATOR DE REFERÊNCIA a ser aplicado às QUANTIDADES DEMANDADAS DOS PRODUTOS nas ETAPAS UNIFORMES;

XLVII - OFERTA MÍNIMA: montante mínimo de LOTES associado ao EMPREENDIMENTO, que deverá ser ofertado pelo PROPONENTE VENDEDOR, obtido a partir da GARANTIA FÍSICA, nos termos das DIRETRIZES, com arredondamento;

XLVIII - ONS: Operador Nacional do Sistema Elétrico;

XLIX - PARÂMETROS DE DEMANDA: parâmetros inseridos no SISTEMA pelo REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA que serão utilizados para determinação das QUANTIDADES DEMANDADAS DOS PRODUTOS nas ETAPAS UNIFORMES;

L - PARTICIPANTES: são os COMPRADORES e os PROPONENTES VENDEDORES;

LI - POTÊNCIA: potência habilitada, no caso de EMPREENDIMENTO A BIOMASSA NOVO e EMPREENDIMENTO EÓLICO, ou potência qualificada, no caso de EMPREENDIMENTO A BIOMSSA EXISTENTE, nos termos da Habilitação ou Qualificação Técnica realizada pela EPE, expressa em MW;

LII - POTÊNCIA INJETADA: máximo valor de potência exportado pelo EMPREENDIMENTO para o ponto de conexão, expressa em MW;

LIII - PREÇO CORRENTE: valor, expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh), associado aos LANCES VÁLIDOS praticados no LEILÃO;

LIV - PREÇO INICIAL: valor definido pelo Ministério de Minas e Energia, expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh), para cada PRODUTO;

LV - PREÇO DE LANCE: valor, expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh), correspondente à submissão de novos LANCES;

LVI - PREÇO DE VENDA FINAL: é o valor, expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh), que constará nas cláusulas comerciais dos CCEAR;

LVII - PRIMEIRA FASE: período de definição dos PROPONENTES VENDEDORES com EMPREENDIMENTOS A BIOMASSA participantes no PRODUTO BIOMASSA 2016 que sagrar-se-ão VENCEDORES do LEILÃO;

LVIII - PROPONENTE VENDEDOR: PARTICIPANTE apto a ofertar energia elétrica no LEILÃO, nos termos do EDITAL e do DETALHAMENTO DA SISTEMÁTICA;

LIX - PRODUTO: energia elétrica negociada no LEILÃO, que será objeto de CCEAR diferenciado por tipo de fonte energética nos termos do EDITAL, do DETALHAMENTO DA SISTEMÁTICA e em DIRETRIZES;

LX - PRODUTO BIOMASSA 2016: PRODUTO POR DISPONIBILIDADE, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2016;

LXI - PRODUTO BIOMASSA 2017: PRODUTO POR DISPONIBILIDADE, com início de suprimento em 1º de julho de 2017;

LXII - PRODUTO POR DISPONIBILIDADE: energia elétrica objeto de CCEAR na modalidade por disponibilidade;

LXIII - PRODUTO EÓLICA 2017: PRODUTO POR DISPONIBILIDADE, com início de suprimento em 1º de julho de 2017;

LXIV - QUANTIDADE ATENDIDA DA PRIMEIRA FASE: montante de energia elétrica, expresso em número de LOTES, calculado na PRIMEIRA FASE;

LXV - QUANTIDADE DECLARADA: montante de energia elétrica, expressa em Megawatt médio (MW médio) com três casas decimais, individualizada por COMPRADOR, nos termos das Declarações de Necessidades dos agentes de distribuição;

LXVI - QUANTIDADE DECLARADA DA PRIMEIRA FASE: QUANTIDADE DECLARADA para 1º de janeiro de 2016;

LXVII - QUANTIDADE DECLARADA DA TERCEIRA FASE: QUANTIDADE DECLARADA para 1º de julho de 2017;

LXVIII - QUANTIDADE DECLARADA DE REPOSIÇÃO DA PRIMEIRA FASE: montante de reposição declarado para 1º de janeiro de 2016, nos termos das DIRETRIZES;

LXIX - QUANTIDADE DECLARADA DE REPOSIÇÃO DA TERCEIRA FASE: montante de reposição declarado para 1º de julho de 2017, nos termos das DIRETRIZES;

LXX - QUANTIDADE DECLARADA INCREMENTAL DA PRIMEIRA FASE: montante incremental declarado para 1º de janeiro de 2016, nos termos das DIRETRIZES;

LXXI - QUANTIDADE DECLARADA INCREMENTAL DA TERCEIRA FASE: montante incremental declarado para 1º de julho de 2017, nos termos das DIRETRIZES;

LXXII - QUANTIDADE DEMANDADA DA PRIMEIRA FASE: montante de energia elétrica, expresso em número de LOTES, calculado na primeira RODADA da ETAPA UNIFORME da PRIMEIRA FASE;

LXXIII - QUANTIDADE DEMANDADA DA TERCEIRA FASE: montante de energia elétrica, expresso em número de LOTES, calculado na primeira RODADA da ETAPA UNIFORME da TERCEIRA FASE;

LXXIV - QUANTIDADE DEMANDADA DO PRODUTO: montante de energia elétrica, expresso em número de LOTES, alocado a cada PRODUTO;

LXXV - RATIFICAÇÃO DE LANCE: período de ratificação de LANCES que poderá ocorrer ao término da TERCEIRA FASE, nas SUBESTAÇÕES em que o NÚMERO DE VÃOS da SUBESTAÇÃO seja inferior ao total de EMPREENDIMENTOS classificados na TERCEIRA FASE;

LXXVI - RECEITA FIXA - RF: valor, expresso em Reais por ano (R$/ano), inserido pelo PROPONENTE VENDEDOR quando da submissão de LANCE em PRODUTO DISPONIBILIDADE e que, de sua exclusiva responsabilidade, deverá abranger, entre outros:

a) o custo e remuneração de investimento (taxa interna de retorno);

b) os custos de conexão ao Sistema de Distribuição e Transmissão;

c) o custo de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição;

d) os custos fixos de Operação e Manutenção - O&M;

e) os custos de seguro e garantias do EMPREENDIMENTO e compromissos financeiros do PROPONENTE VENDEDOR; e

f) tributos e encargos diretos e indiretos;

LXXVII - REDE ELÉTRICA: LINHAS DE TRANSMISSÃO, SUBESTAÇÕES e instalações associadas que pertençam à Rede Básica, inclusive de fronteira, Demais Instalações de Transmissão - DIT e Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada - ICG, nos termos das DIRETRIZES e da Nota Técnica Conjunta do ONS e da EPE, de que trata o art. 9º, § 2º, da Portaria MME nº 563, de 2014;

LXXVIII - REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA: pessoa(s) indicada(s) pelo Ministério de Minas e Energia;

LXXIX - RODADA: período para submissão de LANCES pelos PROPONENTES VENDEDORES e para processamento pelo SISTEMA;

LXXX - SEGUNDA FASE: período de definição dos EMPREENDIMENTOS classificados para a TERCEIRA FASE por ordem de PREÇO DE LANCE, considerando a CAPACIDADE DE ESCOAMENTO DA REDE;

LXXXI - SISTEMA: sistema eletrônico utilizado para a realização do LEILÃO, mediante o emprego de recursos de tecnologia da informação e disponibilizado pela Rede Mundial de Computadores;

LXXXII - SUBÁREA DE REDE: subárea da REDE ELÉTRICA onde se encontram uma ou mais SUBESTAÇÕES e LINHAS DE TRANSMISSÃO;

LXXXIII - SUBESTAÇÃO: instalação da REDE ELÉTRICA cadastrada como ponto de acesso por meio do qual um ou mais EMPREENDIMENTOS se conectam ao SIN;

LXXXIV - TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE: período durante o qual os PROPONENTES VENDEDORES poderão submeter os seus LANCES para validação pelo SISTEMA em cada RODADA do LEILÃO;

LXXXV - TERCEIRA FASE: período de definição dos PROPONENTES VENDEDORES classificados na SEGUNDA FASE que sagrar-se-ão VENCEDORES do LEILÃO; e

LXXXVI - VENCEDOR: PROPONENTE VENDEDOR que tenha energia negociada no LEILÃO.

CAPÍTULO II

DAS CARACTERÍSTICAS DO LEILÃO

Art. 3º As Diretrizes da Sistemática dos Leilões de que trata o presente Anexo possuem as características definidas a seguir.

§ 1º O LEILÃO será realizado via SISTEMA, mediante o emprego de recursos de tecnologia da informação e comunicação via Rede Mundial de Computadores - internet.

§ 2º São de responsabilidade exclusiva dos representantes dos PROPONENTES VENDEDORES a alocação e a manutenção dos meios necessários para a conexão, o acesso ao SISTEMA e a participação no LEILÃO, incluindo, mas não se limitando a eles, meios alternativos de conexão e acesso a partir de diferentes localidades.

§ 3º O LEILÃO será composto de três fases, as quais se subdividem da seguinte forma:

I - PRIMEIRA FASE:

a) ETAPA UNIFORME: período no qual os PROPONENTES VENDEDORES poderão, a cada RODADA, submeter LANCES, para o PRODUTO BIOMASSA 2016, com quantidades associadas ao PREÇO DE LANCE da RODADA; e

b) ETAPA DISCRIMINATÓRIA: período iniciado após a ETAPA UNIFORME, onde há submissão de um único LANCE, para o PRODUTO BIOMASSA 2016, com PREÇO DE LANCE associado à quantidade de LOTES classificada na etapa anterior;

II - SEGUNDA FASE:

a) ETAPA INICIAL: período no qual os PROPONENTES VENDEDORES poderão submeter um único LANCE, para cada EMPREENDIMENTO, para o PRODUTO BIOMASSA 2017 e para o PRODUTO EÓLICA 2017, com quantidade de LOTES e RECEITA FIXA tal que o PREÇO DE LANCE seja igual ou inferior ao PREÇO INICIAL do PRODUTO, para classificação por ordem crescente de PREÇO DE LANCE, considerando a CAPACIDADE DE ESCOAMENTO DA REDE;

III - TERCEIRA FASE:

a) ETAPA UNIFORME: na qual os PROPONENTES VENDEDORES, classificados na SEGUNDA FASE considerando a CAPACIDADE DE ESCOAMENTO DA REDE, poderão submeter, a cada RODADA, LANCES com confirmação de LOTES associados ao PREÇO DE LANCE da RODADA; e

b) ETAPA DISCRIMINATÓRIA: período iniciado após a ETAPA UNIFORME, no qual há submissão de um único LANCE com PREÇO DE LANCE associado à quantidade de LOTES classificada na etapa anterior.

§ 5º Ao término da TERCEIRA FASE poderá ocorrer RATIFICAÇÃO DE LANCES.

§ 6º Toda inserção dos dados deverá ser auditável.

§ 7º Durante a configuração do LEILÃO, sua realização e após o seu encerramento, o Ministério de Minas e Energia, a EPE, a ENTIDADE COORDENADORA e a ENTIDADE ORGANIZADORA deverão observar o disposto no art. 5º, § 2º, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, com relação a todas as informações do LEILÃO, excetuando-se o PREÇO CORRENTE e a divulgação do resultado estabelecida no art. 8º.

§ 8º Iniciado o LEILÃO, não haverá prazo para o seu encerramento.

§ 9º O LEILÃO poderá ser temporariamente suspenso em decorrência de fatos supervenientes, a critério da ENTIDADE COORDENADORA.

§ 10. A ENTIDADE COORDENADORA poderá alterar, no decorrer do LEILÃO, o TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE, mediante comunicação via SISTEMA aos PROPONENTES VENDEDORES.

§ 11. Durante o LEILÃO, o LANCE deverá conter as seguintes informações:

a) identificação do PROPONENTE VENDEDOR;

b) identificação do EMPREENDIMENTO;

c) quantidade de LOTES;

d) PREÇO DE LANCE durante a ETAPA INICIAL e as ETAPAS DISCRIMINATÓRIAS; e

e) a RECEITA FIXA requerida pelo PROPONENTE VENDEDOR.

§ 12. Para cada EMPREENDIMENTO, o somatório dos LOTES ofertados deverá respeitar, cumulativamente, o limite correspondente:

I - ao LASTRO PARA VENDA; e

II - à quantidade de LOTES ofertada no LANCE anterior, a partir da segunda RODADA da ETAPA UNIFORME da PRIMEIRA FASE ou da primeira RODADA da ETAPA UNIFORME da TERCEIRA FASE.

§ 13. No cálculo do LASTRO PARA VENDA será descontado da GARANTIA FÍSICA o MONTANTE DE CONSUMO INTERNO E PERDAS NA REDE BÁSICA.

§ 14. Na definição do MONTANTE DE CONSUMO INTERNO E PERDAS NA REDE BÁSICA, o PROPONENTE VENDEDOR deverá considerar, quando couber, o consumo interno da usina e as perdas elétricas até o centro de gravidade, sob pena de sujeitar-se às sanções decorrentes da apuração de insuficiência de lastro para venda de energia e potência, nos termos das Regras e Procedimentos de Comercialização, e à eventual redução dos montantes contratados nos CCEAR.

§ 15. O PREÇO DE LANCE será representado pelo ICB e calculado a partir da seguinte expressão:

$$ICB = \frac{RF}{QL * l * 8760} + \frac{COP + CEC}{GF * 8760}$$

Onde:

ICB - expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh);

RF - RECEITA FIXA, expressa em Reais por ano (R$/ano), observado o disposto no § 16;

QL - quantidade de LOTES ofertados;

l - valor do LOTE em Megawatt médio (MW médio);

COP - Valor Esperado do Custo de Operação, expresso em Reais por ano (R$/ano), sendo zero para EMPREENDIMENTOS com CVU igual a zero;

CEC - Valor Esperado do Custo Econômico de Curto Prazo, expresso em Reais por ano (R$/ano);

GF - GARANTIA FÍSICA, expressa em Megawatt médio (MW médio); e

8760 - número de horas por ano.

§ 16. O PREÇO DE LANCE e a RECEITA FIXA, independentemente da quantidade de LOTES ofertados, são de responsabilidade exclusiva do PROPONENTE VENDEDOR.

§ 17. Em caso de empate de PREÇOS DE LANCE nas ETAPAS DISCRIMINATÓRIAS da PRIMEIRA FASE e da TERCEIRA FASE, o desempate será realizado pela ordem crescente do montante ofertado e, caso persista o empate, por meio de seleção randômica.

CAPÍTULO III

DA CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA

Art. 4º A configuração do SISTEMA será realizada conforme definido a seguir.

§ 1º a ENTIDADE ORGANIZADORA validará no SISTEMA, antes do início do LEILÃO, os seguintes dados:

I - o PREÇO INICIAL para cada PRODUTO;

II - as GARANTIAS DE PARTICIPAÇÃO aportadas pelos PARTICIPANTES, com base em informações fornecidas pelo AGENTE CUSTODIANTE; e

III - o TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE.

§ 2º O REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA validará no SISTEMA, antes do início do LEILÃO, os seguintes dados:

I - o DECREMENTO das ETAPAS UNIFORME;

II - o FATOR DE REFERÊNCIA;

III - os PARÂMETROS DE DEMANDA; e

IV - a QUANTIDADE DECLARADA.

§ 3º O REPRESENTANTE DA EPE validará no SISTEMA, antes do início do LEILÃO:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

I - o valor correspondente à GARANTIA FÍSICA, expresso em Megawatt médio (MW médio), para cada EMPREENDIMENTO;

II - o valor correspondente à POTÊNCIA, expresso em MW, para cada EMPREENDIMENTO;

III - o valor correspondente à POTÊNCIA INJETADA, expresso em MW, para cada EMPREENDIMENTO A BIOMASSA NOVO;

IV - o CEC, para cada EMPREENDIMENTO;

V - o COP, para cada EMPREENDIMENTO;

VI - a SUBESTAÇÃO de conexão de cada EMPREENDIMENTO ao SIN;

VII - a CAPACIDADE de cada SUBESTAÇÃO, expressa em MW;

VIII - o NÚMERO DE VÃOS de cada SUBESTAÇÃO, expresso em número inteiro positivo;

IX - a SUBÁREA DE REDE onde se encontra cada SUBESTAÇÃO;

X - a CAPACIDADE de cada SUBÁREA DE REDE, expressa em MW;

XI - a ÁREA DE REDE onde se encontra cada SUBÁREA DE REDE; e

XII - a CAPACIDADE de cada ÁREA DE REDE, expressa em MW.

§ 4º A inserção dos dados estabelecida no § 3º, incisos VI, VII, VIII, IX, X e XI deverá ser realizada nos termos das DIRETRIZES, da Nota Técnica Conjunta do ONS e da EPE e da Nota Técnica do ONS, previstas no art. 9º, §§ 2º e 6º, da Portaria MME nº 563, de 2014.

§ 5º O representante da ENTIDADE COORDENADORA validará no SISTEMA, antes do início do LEILÃO, os valores correspondentes à ENERGIA HABILITADA (em LOTES) de cada EMPREENDIMENTO.

§ 6º Das informações inseridas no SISTEMA serão disponibilizadas aos PROPONENTES VENDEDORES:

I - o LASTRO PARA VENDA do(s) seu(s) respectivo(s) EMPREENDIMENTO(S);

II - a POTÊNCIA do(s) seu(s) respectivo(s) EMPREENDIMENTO(S);

III - a SUBESTAÇÃO na qual o EMPREENDIMENTO disputará CAPACIDADE na SEGUNDA FASE, para o PRODUTO BIOMASSA 2017 e para o PRODUTO EÓLICA 2017;

IV - o PREÇO INICIAL do PRODUTO;

V - o PREÇO CORRENTE; e

VI - o DECREMENTO.

CAPÍTULO IV

DA PRIMEIRA FASE DO LEILÃO

Art. 5º A PRIMEIRA FASE, de definição dos VENCEDORES do PRODUTO BIOMASSA 2016, será realizada conforme disposto a seguir.

§ 1º A PRIMEIRA FASE terá as seguintes características gerais:

I - na PRIMEIRA FASE do LEILÃO, o SISTEMA aceitará LANCES exclusivamente para o PRODUTO BIOMASSA 2016; e

II - na PRIMEIRA FASE do LEILÃO, concorrerão no PRODUTO BIOMASSA 2016 os PROPONENTES VENDEDORES aptos a ofertar energia proveniente de EMPREENDIMENTOS A BIOMASSA EXISTENTES ou EMPREENDIMENTOS A BIOMASSA NOVOS.

§ 2º A ETAPA UNIFORME será realizada conforme disposto a seguir:

I - a ETAPA UNIFORME terá as seguintes características:

a) para cada RODADA da ETAPA UNIFORME, o SISTEMA disponibilizará o PREÇO DE LANCE e dará início ao TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE;

b) cada RODADA será encerrada por decurso do TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE ou em um minuto após todos os PROPONENTES VENDEDORES inserirem seus LANCES, o que ocorrer primeiro;

c) o MONTANTE DE CONSUMO INTERNO E PERDAS NA REDE BÁSICA será definido pelo PROPONENTE VENDEDOR na primeira RODADA da ETAPA UNIFORME;

d) na primeira RODADA da ETAPA UNIFORME o LANCE corresponderá à oferta de quantidade de LOTES, que deverá:

1. ser menor ou igual ao LASTRO PARA VENDA; e

2. ser maior ou igual à OFERTA MÍNIMA;

e) a partir da segunda RODADA da ETAPA UNIFORME o LANCE corresponderá à confirmação ou à exclusão da totalidade de LOTES associada a cada EMPREENDIMENTO, conforme LANCE da primeira RODADA; e

f) os LOTES não ofertados serão considerados como LOTES EXCLUÍDOS e não poderão ser submetidos em LANCES nas RODADAS e etapas seguintes;

II - na primeira RODADA da ETAPA UNIFORME, o PREÇO CORRENTE será igual ao PREÇO INICIAL do PRODUTO;

III - encerrado o TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE da primeira RODADA da ETAPA UNIFORME, o SISTEMA:

a) realizará o cálculo da QUANTIDADE DEMANDADA DA PRIMEIRA FASE; e

b) encerrará o PRODUTO BIOMASSA 2016, sem contratação de energia, caso a quantidade ofertada seja igual a zero;

IV - o cálculo da QUANTIDADE DEMANDADA DA PRIMEIRA FASE será realizado da seguinte forma:

$$(1)\ QDPF = \min\left[\frac{QTDECPF}{l}; \left(\frac{QTOPF}{PDPF}\right)\right]$$

$$(2)\ ORPF = QDPF * FRPF$$

Onde:

QDPF = QUANTIDADE DEMANDADA DA PRIMEIRA FASE, expressa em LOTES;

QTDECPF = QUANTIDADE DECLARADA DA PRIMEIRA FASE, expressa em MW médio;

QTOPF = somatório das quantidades ofertadas na primeira RODADA da ETAPA UNIFORME da PRIMEIRA FASE, expresso em LOTES;

PDPF = PARÂMETRO DE DEMANDA da PRIMEIRA FASE, expresso em número racional positivo maior que um, com três casas decimais;

l - valor do LOTE em MW médio;

ORPF = OFERTA DE REFERÊNCIA da PRIMEIRA FASE, expressa em LOTES; e

FRPF = FATOR DE REFERÊNCIA da PRIMEIRA FASE, expresso em número racional positivo com três casas decimais;

V - após o cálculo estabelecido no inciso IV, será iniciada a segunda RODADA da ETAPA UNIFORME;

VI - a partir da segunda RODADA da ETAPA UNIFORME:

a) o PREÇO CORRENTE será igual ao PREÇO DE LANCE da RODADA anterior; e

b) o PREÇO DE LANCE será igual ao PREÇO CORRENTE da RODADA subtraído do DECREMENTO;

VII - ao término de cada RODADA da ETAPA UNIFORME, o SISTEMA comparará a quantidade total ofertada do PRODUTO BIOMASSA 2016 com a OFERTA DE REFERÊNCIA DA PRIMEIRA FASE, resultando em uma das seguintes situações:

a) se a quantidade total ofertada do PRODUTO BIOMASSA 2016 for maior ou igual que a OFERTA DE REFERÊNCIA DA PRIMEIRA FASE, o SISTEMA iniciará uma nova RODADA; ou

b) se a quantidade total ofertada do PRODUTO BIOMASSA 2016 for menor que a OFERTA DE REFERÊNCIA DA PRIMEIRA FASE, o SISTEMA concluirá a ETAPA UNIFORME, dando início à ETAPA DISCRIMINATÓRIA da PRIMEIRA FASE, conforme inciso VIII;

VIII - na ocorrência do disposto no inciso VII, alínea "b", o SISTEMA retornará à RODADA anterior, resgatando os LANCES VÁLIDOS daquela RODADA para iniciar a ETAPA DISCRIMINATÓRIA da PRIMEIRA FASE.

§ 3º A ETAPA DISCRIMINATÓRIA da PRIMEIRA FASE será realizada conforme disposto a seguir:

I - os PROPONENTES VENDEDORES deverão submeter LANCE de RECEITA FIXA que resulte em um ICB igual ou inferior ao menor valor entre o PREÇO CORRENTE e o PREÇO DE LANCE relativo ao seu último LANCE VÁLIDO, para a quantidade de LOTES ofertada na penúltima RODADA da ETAPA UNIFORME;

II - caso um PROPONENTE VENDEDOR não submeta LANCE nessa etapa, o SISTEMA considerará a RECEITA FIXA correspondente ao último LANCE VÁLIDO do PROPONENTE VENDEDOR;

III - a ETAPA DISCRIMINATÓRIA da PRIMEIRA FASE será finalizada por decurso do TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE ou em um minuto após todos os PROPONENTES VENDEDORES inserirem seus LANCES, o que ocorrer primeiro;

IV - o PREÇO CORRENTE da ETAPA DISCRIMINATÓRIA da PRIMEIRA FASE será igual ao:

a) PREÇO CORRENTE da última RODADA da ETAPA UNIFORME, ou seja, o PREÇO DE LANCE da penúltima RODADA da ETAPA UNIFORME; ou

b) PREÇO INICIAL do PRODUTO, na hipótese de ocorrer uma única RODADA na ETAPA UNIFORME;

V - encerrado o TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE da ETAPA DISCRIMINATÓRIA da PRIMEIRA FASE, o SISTEMA classificará os LOTES por ordem crescente de PREÇO DE LANCE, qualificando-os como LOTES ATENDIDOS ou LOTES NÃO ATENDIDOS, com base na QUANTIDADE DEMANDADA do PRODUTO BIOMASSA 2016;

VI - os LOTES relativos ao LANCE que complete a QUANTIDADE DEMANDADA do PRODUTO BIOMASSA 2016 serão integralmente classificados como LOTES ATENDIDOS, mesmo que isso faça com que a quantidade de LOTES ATENDIDOS ultrapasse a QUANTIDADE DEMANDADA para o PRODUTO BIOMASSA 2016;

VII - o SISTEMA calculará a QUANTIDADE ATENDIDA DA PRIMEIRA FASE que será equivalente ao total de LOTES ATENDIDOS na ETAPA DISCRIMINATÓRIA da PRIMEIRA FASE; e

VIII - a QUANTIDADE ATENDIDA DA PRIMEIRA FASE será contratada no PRODUTO BIOMASSA 2016.

§ 4º Para fins de celebração dos CCEAR será executado rateio dos LOTES ATENDIDOS de que trata o § 3º, inciso VI, com base na QUANTIDADE DECLARADA DE REPOSIÇÃO DA PRIMEIRA FASE e na QUANTIDADE DECLARADA INCREMENTAL DA PRIMEIRA FASE de cada COMPRADOR, observado o critério de prioridade de atendimento à QUANTIDADE DECLARADA DE REPOSIÇÃO DA PRIMEIRA FASE.

§ 5º A QUANTIDADE DECLARADA DE REPOSIÇÃO DA PRIMEIRA FASE de cada COMPRADOR não atendida na PRIMEIRA FASE será adicionada à QUANTIDADE DECLARADA DE REPOSIÇÃO DA TERCEIRA FASE do respectivo COMPRADOR.

§ 6º A QUANTIDADE DECLARADA INCREMENTAL DA PRIMEIRA FASE de cada COMPRADOR não atendida na PRIMEIRA FASE será adicionada à QUANTIDADE DECLARADA INCREMENTTAL DA TERCEIRA FASE do respectivo COMPRADOR.

§ 7º Após o término da ETAPA DISCRIMINATÓRIA da PRIMEIRA FASE, ou, caso ocorra o disposto no § 2º, inciso III, alínea "b", o SISTEMA dará início à SEGUNDA FASE.

CAPÍTULO V

DA SEGUNDA FASE DO LEILÃO

Art. 6º A SEGUNDA FASE do LEILÃO será realizada conforme definido a seguir.

§ 1º A SEGUNDA FASE terá as seguintes características gerais:

I - na SEGUNDA FASE do LEILÃO, o SISTEMA aceitará LANCES exclusivamente para o PRODUTO BIOMASSA 2017 e para o PRODUTO EÓLICA 2017;

II - na SEGUNDA FASE do LEILÃO, concorrerão no PRODUTO BIOMASSA 2017 os PROPONENTES VENDEDORES aptos a ofertar energia proveniente de EMPREENDIMENTOS A BIOMASSA NOVOS;

III - na SEGUNDA FASE do LEILÃO, concorrerão no PRODUTO EÓLICA 2017 os PROPONENTES VENDEDORES aptos a ofertar energia proveniente de EMPREENDIMENTOS EÓLICOS;

IV - na SEGUNDA FASE DO LEILÃO a avaliação concomitante das propostas no PRODUTO BIOMASSA 2017 e no PRODUTO EÓLICA 2017 dar-se-á por ordem crescente de PREÇO DE LANCE, considerando a CAPACIDADE DE ESCOAMENTO DA REDE; e

V - a SEGUNDA FASE será constituída de uma ETAPA INICIAL.

§ 2º A ETAPA INICIAL da SEGUNDA FASE será realizada conforme disposto a seguir:

I - nesta etapa os PROPONENTES VENDEDORES ofertarão apenas um LANCE para cada EMPREENDIMENTO;

II - o LANCE na ETAPA INICIAL corresponderá à oferta de:

a) quantidade de LOTES, que deverá ser:

1. menor ou igual ao LASTRO PARA VENDA; e

2. maior ou igual à OFERTA MÍNIMA;

b) RECEITA FIXA, à qual estará associado PREÇO DE LANCE menor ou igual ao PREÇO INICIAL do PRODUTO;

III - o MONTANTE DE CONSUMO INTERNO E PERDAS NA REDE BÁSICA será definido pelo PROPONENTE VENDEDOR na ETAPA INICIAL;

IV - os LOTES não ofertados na ETAPA INICIAL serão considerados como LOTES EXCLUÍDOS e não poderão ser submetidos em LANCES nas ETAPAS seguintes;

V - a ETAPA INICIAL será finalizada por decurso do TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE;

VI - encerrado o TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE da ETAPA INICIAL, o SISTEMA classificará os LANCES associados aos EMPREENDIMENTOS que disputam o acesso ao SIN por ordem crescente de PREÇO DE LANCE, considerando a CAPACIDADE DE ESCOAMENTO DA REDE;

VII - para a classificação dos LANCES associados aos EMPREENDIMENTOS de que trata o inciso VI, o SISTEMA:

a) classificará os LANCES associados aos EMPREENDIMENTOS de cada SUBESTAÇÃO por ordem crescente de PREÇO DE LANCE tal que o somatório da POTÊNCIA dos EMPREENDIMENTOS EÓLICOS e da POTÊNCIA INJETADA dos EMPREENDIMENTOS A BIOMASSA NOVOS seja menor ou igual à CAPACIDADE da SUBESTAÇÃO;

b) classificará os LANCES associados aos EMPREENDIMENTOS de todas as SUBESTAÇÕES de cada SUBÁREA DE REDE por ordem crescente de PREÇO DE LANCE tal que o somatório da POTÊNCIA dos EMPREENDIMENTOS seja menor ou igual à CAPACIDADE da SUBÁREA DE REDE; e

c) classificará os LANCES associados aos EMPREENDIMENTOS de todas as SUBÁREAS DE REDE de cada ÁREA DE REDE por ordem crescente de PREÇO DE LANCE tal que o somatório da POTÊNCIA dos EMPREENDIMENTOS seja menor ou igual à CAPACIDADE da ÁREA DE REDE;

VIII - em caso de empate de PREÇOS DE LANCE na ETAPA INICIAL, o desempate será realizado conforme os seguintes critérios:

a) pela ordem crescente de POTÊNCIA;

b) caso persista o empate pelo critério previsto na alínea "a", pela ordem decrescente do montante ofertado, em LOTES; e

c) caso persista o empate pelo critério previsto na alínea "b", por seleção randômica;

IX - os LANCES associados aos EMPREENDIMENTOS que não forem classificados na ETAPA INICIAL, nos termos dos incisos VI, VII e VIII, serão considerados LOTES EXCLUÍDOS e não poderão ser submetidos em LANCES nas etapas seguintes;

X - após o término da ETAPA INICIAL, o SISTEMA procederá da seguinte forma:

a) encerrará o LEILÃO, sem contratação de energia, caso não haja qualquer EMPREENDIMENTO classificado na ETAPA INICIAL nos termos dos incisos VI e VII; e

b) dará início à TERCEIRA FASE, caso contrário.

CAPÍTULO VI

DA TERCEIRA FASE DO LEILÃO

Art. 7º A TERCEIRA FASE, de definição dos VENCEDORES do PRODUTO BIOMASSA 2017 e do PRODUTO EÓLICA 2017, será realizada conforme disposto a seguir.

§ 1º Na TERCEIRA FASE do LEILÃO o SISTEMA aceitará LANCES para o PRODUTO BIOMASSA 2017 e para o PRODUTO EÓLICA 2017, nos quais concorrerão os PROPONENTES VENDEDORES com a submissão de LANCES associados aos EMPREENDIMENTOS classificados na SEGUNDA FASE.

§ 2º A ETAPA UNIFORME da TERCEIRA FASE será realizada conforme disposto a seguir:

I - as primeiras RODADAS das ETAPAS UNIFORMES do PRODUTO BIOMASSA 2017 e do PRODUTO EÓLICA 2017 serão iniciadas simultaneamente;

II - para cada RODADA da ETAPA UNIFORME, o SISTEMA disponibilizará o PREÇO DE LANCE e dará início ao TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - cada RODADA será encerrada por decurso do TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE ou em um minuto após todos os PROPONENTES VENDEDORES inserirem seus LANCES, o que ocorrer primeiro;

IV - na primeira RODADA da ETAPA UNIFORME:

a) o PREÇO CORRENTE de cada PRODUTO será igual ao maior PREÇO DE LANCE dentre os LANCES associados aos EMPREENDIMENTOS do PRODUTO classificados na SEGUNDA FASE;

b) o PREÇO DE LANCE de cada PRODUTO será calculado mediante a aplicação do DECREMENTO sobre o PREÇO CORRENTE do PRODUTO; e

c) o LANCE corresponderá à confirmação ou à exclusão, ao PREÇO DE LANCE, da totalidade de LOTES associada a cada EMPREENDIMENTO, conforme LANCE da ETAPA INICIAL da SEGUNDA FASE;

V - os LOTES não ofertados na primeira RODADA UNIFORME serão considerados como LOTES EXCLUÍDOS e não poderão ser submetidos em LANCES nas RODADAS e ETAPAS seguintes;

VI - o PROPONENTE VENDEDOR terá o LANCE submetido automaticamente pelo SISTEMA nas RODADAS da ETAPA UNIFORME em que o PREÇO DE LANCE do PRODUTO seja superior ou igual ao PREÇO DE LANCE do LANCE associado ao EMPREENDIMENTO, submetido na ETAPA INICIAL da SEGUNDA FASE do LEILÃO;

VII - encerrado o TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE da primeira RODADA da ETAPA UNIFORME, o SISTEMA:

a) realizará o cálculo da QUANTIDADE DEMANDADA DO PRODUTO e da OFERTA DE REFERÊNCIA para cada PRODUTO; e

b) encerrará o PRODUTO, sem contratação de energia, caso a quantidade ofertada seja igual a zero;

VIII - o cálculo da QUANTIDADE DEMANDADA DO PRODUTO e da OFERTA DE REFERÊNCIA de cada PRODUTO, de que trata o inciso VII, alínea "a", será realizado da seguinte forma:

$$(1)\ QDTF = \min\left[\frac{QTDECTF}{1} + \max\left(\frac{QTDECPF}{1} - QAPF;0\right);\left(\frac{QTOTF}{PD_1}\right)\right]$$

$$(2)\ QTOTF = QOPB + QOPE$$

(3) Se QOPB ≤ QOPE:

$$(A)\ QDPB = \min\left[QDTF * \max\left(\frac{QOPB}{QTOTF};PD_2\right);\left(\frac{QOPB}{PD_1}\right)\right]$$

$$(B)\ QDPE = \max\left\{QDTF * \min\left[\frac{QOPE}{QTOTF};(1-PD_2)\right];(QDTF - QDPB)\right\}$$

(4) Se QOPB > QOPE:

$$(A)\ QDPB = \max\left\{QDTF * \min\left[\frac{QOPB}{QTOTF};(1-PD_2)\right];(QDTF - QDPE)\right\}$$

$$(B)\ QDPE = \min\left[QDTF * \max\left(\frac{QOPE}{QTOTF};PD_2\right);\left(\frac{QOPE}{PD_1}\right)\right]$$

$$(5)\ ORPB = QDPB * FRTF$$

$$(6)\ ORPE = QDPE * FRTF$$

$$(7)\ 1 < FRTF < PD_1$$

$$(8)\ 0 \le PD_2 \le 1{,}0$$

Onde:

QAPF = QUANTIDADE ATENDIDA DA PRIMEIRA FASE, nos termos do art. 5º, § 3º, inciso VII, expressa em LOTES;

QDTF = QUANTIDADE DEMANDADA DA TERCEIRA FASE, expressa em LOTES;

QTDECPF = QUANTIDADE DECLARADA DA PRIMEIRA FASE, expressa em MW médio;

QTDECTF = QUANTIDADE DECLARADA DA TERCEIRA FASE, expressa em MW médio;

QTOTF = somatório das quantidades ofertadas na primeira RODADA da ETAPA UNIFORME da TERCEIRA FASE, expresso em LOTES;

PD_1 = PARÂMETRO DE DEMANDA 1, expresso em número racional positivo maior que um e com três casas decimais;

PD_2 = PARÂMETRO DE DEMANDA 2, expresso em número racional não negativo menor ou igual a um e com três casas decimais, sendo zero quando não houver negociação do(s) PRODUTO BIOMASSA 2017;

QOPB = OFERTA DO PRODUTO BIOMASSA 2017, expressa em LOTES, sendo zero quando não houver negociação do PRODUTO;

QOPE = OFERTA DO PRODUTO EÓLICA 2017, expressa em LOTES, sendo zero quando não houver negociação do PRODUTO;

QDPB = quantidade demandada do PRODUTO BIOMASSA 2017, expressa em LOTES;

QDPE = quantidade demandada do PRODUTO EÓLICA 2017, expressa em LOTES;

ORPB = OFERTA DE REFERÊNCIA do PRODUTO BIOMASSA 2017, expressa em LOTES;

ORPE = OFERTA DE REFERÊNCIA do PRODUTO EÓLICA 2017, expressa em LOTES; e

FRTF = FATOR DE REFERÊNCIA da TERCEIRA FASE, expresso em número racional positivo com três casas decimais;

IX - após o cálculo estabelecido no inciso VIII, será iniciada a segunda RODADA da ETAPA UNIFORME;

X - a partir da segunda RODADA da ETAPA UNIFORME:

a) o PREÇO CORRENTE de cada PRODUTO será igual ao PREÇO DE LANCE da RODADA anterior, para o respectivo PRODUTO;

b) o PREÇO DE LANCE de cada PRODUTO será calculado mediante a aplicação do DECREMENTO sobre o PREÇO CORRENTE do PRODUTO; e

c) o LANCE corresponderá à confirmação ou à exclusão, ao PREÇO DE LANCE, da totalidade de LOTES associada a cada EMPREENDIMENTO, conforme LANCE da ETAPA INICIAL da SEGUNDA FASE;

XI - ao término de cada RODADA da ETAPA UNIFORME, o SISTEMA comparará a quantidade total ofertada do PRODUTO com a OFERTA DE REFERÊNCIA DO PRODUTO, resultando em uma das seguintes situações:

a) se a quantidade total ofertada do PRODUTO for maior ou igual que a OFERTA DE REFERÊNCIA DO PRODUTO, o SISTEMA iniciará uma nova RODADA; ou

b) se a quantidade total ofertada do PRODUTO for menor que a OFERTA DE REFERÊNCIA DO PRODUTO, o SISTEMA concluirá a ETAPA UNIFORME, dando início à ETAPA DISCRIMINATÓRIA da TERCEIRA FASE, conforme inciso XIII;

XII - enquanto perdurar o previsto no inciso XI, alínea "a", o SISTEMA continuará com as RODADAS da ETAPA UNIFORME, sendo o novo PREÇO DE LANCE calculado mediante a aplicação do DECREMENTO sobre o PREÇO CORRENTE;

XIII - na ocorrência do disposto no inciso XI, alínea "b", o SISTEMA retornará à RODADA anterior, resgatando os LANCES VÁLIDOS daquela RODADA para iniciar a ETAPA DISCRIMINATÓRIA da TERCEIRA FASE.

§ 3º A ETAPA DISCRIMINATÓRIA da TERCEIRA FASE será realizada conforme disposto a seguir:

I - os TEMPOS PARA INSERÇÃO DE LANCE das ETAPAS DISCRIMINATÓRIAS da TERCEIRA FASE do PRODUTO BIOMASSA 2017 e do PRODUTO EÓLICA 2017 serão iniciados simultaneamente;

II - os PROPONENTES VENDEDORES deverão submeter LANCE de RECEITA FIXA que resulte em um ICB igual ou inferior ao menor valor entre o PREÇO CORRENTE e o PREÇO DE LANCE relativo ao seu último LANCE VÁLIDO, para a quantidade de LOTES ofertada na penúltima RODADA da ETAPA UNIFORME;

III - caso um PROPONENTE VENDEDOR não submeta LANCE nessa etapa, o SISTEMA considerará a RECEITA FIXA correspondente ao último LANCE VÁLIDO do PROPONENTE VENDEDOR;

IV - a ETAPA DISCRIMINATÓRIA da TERCEIRA FASE será finalizada por decurso do TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE ou em um minuto após todos os PROPONENTES VENDEDORES inserirem seus LANCES, o que ocorrer primeiro;

V - o PREÇO CORRENTE da ETAPA DISCRIMINATÓRIA da TERCEIRA FASE será igual ao PREÇO CORRENTE da última RODADA da ETAPA UNIFORME;

VI - encerrado o TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE da ETAPA DISCRIMINATÓRIA da TERCEIRA FASE, o SISTEMA classificará os LOTES por ordem crescente de PREÇO DE LANCE, qualificando-os como LOTES ATENDIDOS ou LOTES NÃO ATENDIDOS, com base na QUANTIDADE DEMANDADA de cada PRODUTO;

VII - os LOTES relativos ao LANCE que complete a QUANTIDADE DEMANDADA do PRODUTO serão integralmente classificados como LOTES ATENDIDOS, mesmo que isso faça com que a quantidade de LOTES ATENDIDOS ultrapasse a QUANTIDADE DEMANDADA para o PRODUTO;

VIII - ao término da RODADA DISCRIMINATÓRIA o SISTEMA calculará o número de EMPREENDIMENTOS cujos LANCES foram classificados como LOTES ATENDIDOS, e procederá da seguinte forma:

a) dará início à RATIFICAÇÃO DE LANCE para cada SUBESTAÇÃO em que o NÚMERO DE VÃOS da SUBESTAÇÃO seja inferior ao total de EMPREENDIMENTOS cujos LANCES foram classificados como LOTES ATENDIDOS; e

b) encerrará o LEILÃO, caso não se verifique o disposto na alínea "a" em qualquer SUBESTAÇÃO;

IX - ao ratificar o LANCE, o PROPONENTE VENDEDOR expressa sua concordância em, por sua conta e risco, utilizar conexão compartilhada, nos termos das DIRETRIZES;

X - os LOTES associados aos LANCES que não forem ratificados pelos PROPONENTES VENDEDORES serão considerados como LOTES NÃO ATENDIDOS; e

XI - ao término da ETAPA DISCRIMINATÓRIA da TERCEIRA FASE de todos os PRODUTOS o SISTEMA encerrará o LEILÃO.

§ 4º Para fins de celebração dos CCEAR será executado rateio dos LOTES ATENDIDOS de que trata o § 3º, inciso VII, observado o § 3º, inciso X, com base na QUANTIDADE DECLARADA DE REPOSIÇÃO DA TERCEIRA FASE e na QUANTIDADE DECLARADA INCREMENTAL DA TERCEIRA FASE de cada COMPRADOR, observado o critério de prioridade de atendimento à QUANTIDADE DECLARADA DE REPOSIÇÃO DA TERCEIRA FASE.

CAPÍTULO VII

DO ENCERRAMENTO, DIVULGAÇÃO DO RESULTADO E CELEBRAÇÃO DOS CCEAR

Art. 8º O encerramento do LEILÃO, a divulgação do resultado e a celebração dos CCEAR dar-se-ão conforme disposto a seguir.

§ 1º Observadas as condições de habilitação estabelecidas pela ANEEL, os LOTES ATENDIDOS ao término do LEILÃO implicarão obrigação incondicional de celebração do respectivo CCEAR, entre cada um dos COMPRADORES e VENCEDORES, com base nos LOTES ATENDIDOS e na respectiva RECEITA FIXA, para EMPREENDIMENTO cuja energia seja negociada nos PRODUTOS DISPONIBILIDADE.

§ 2º Após o encerramento do certame o SISTEMA, conforme DETALHAMENTO DA SISTEMÁTICA, executará:

I - o rateio dos LOTES ATENDIDOS na PRIMEIRA FASE e na TERCEIRA FASE negociados por PRODUTO para fins de celebração dos respectivos CCEAR entre cada VENCEDOR e todos os COMPRADORES na proporção dos montantes negociados e das QUANTIDADES DEMANDADAS, respectivamente; e

II - o rateio da RECEITA FIXA para fins de celebração dos respectivos CCEAR entre os COMPRADORES, na proporção das QUANTIDADES DEMANDADAS, para EMPREENDIMENTOS cuja energia seja negociada nos PRODUTOS DISPONIBILIDADE.

§ 3º Para fins de celebração dos CCEAR será executado o rateio dos LOTES ATENDIDOS de que trata o § 2º, inciso I, observado o critério de prioridade de atendimento ao montante de reposição disposto no art. 5º, § 4º, e no art. 7º, § 4º.

§ 4º O resultado divulgado imediatamente após o término do certame poderá ser alterado em função do processo de habilitação promovido pela ANEEL, conforme previsto no EDITAL.

PORTARIA Nº 40, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 12, 19 e 20 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e o que consta no Processo nº 48000.002417/2014-47, resolve:

Art. 1º O art. 3º da Portaria MME nº 653, de 11 de dezembro de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

.....

§ 2º Excepcionalmente, os empreendedores que pretenderem propor a inclusão de projetos de empreendimentos de geração termelétrica no Leilão "A-5", de 2015, deverão protocolar na EPE, até as 12 horas do dia 10 de março de 2015, os documentos de comprovação da disponibilidade de combustível para a operação contínua, previstos no art. 5º, § 3º, inciso VII, da Portaria MME nº 21, de 2008.

§ 3º Exclusivamente para o Leilão "A-5", de 2015, a EPE poderá habilitar tecnicamente os empreendimentos hidrelétricos e os empreendimentos de geração termelétrica, para os quais não sejam apresentadas:

I - a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDH, emitida pelo órgão competente, para empreendimentos hidrelétricos ou, quando pertinente, a outorga de uso da água para empreendimentos termelétricos; ou

II - a Licença emitida pelo órgão ambiental competente em conformidade com a legislação ambiental, de que tratam o art. 5º, § 3º, incisos XI e XII, e § 4º, alíneas "b" e "c", da Portaria MME nº 21, de 2008.

§ 4º A Habilitação Técnica será considerada condicional e perderá a validade na hipótese de os documentos previstos no § 3º não serem protocolados na EPE nos prazos a seguir, ou se a documentação apresentada implicar alteração dos dados e das características técnicas do projeto habilitado:

I - até as 12 horas do dia 10 de março de 2015, para os seguintes empreendimentos:

a) Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH, Usinas Hidrelétricas - UHE com potência inferior ou igual a 50 MW, projetos de ampliação de PCH ou de UHE existentes, ou aqueles empreendimentos previstos no art. 2º, § 7º -A, da Lei nº 10.848, de 2004; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) empreendimentos termelétricos;

II - até as 12 horas do dia 23 de abril de 2015, para Usina Hidrelétrica - UHE com potência superior a 50 MW." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas, no art. 1º da Portaria MME nº 12, de 29 de janeiro de 2015, as alterações relativas ao art. 3º, § 2º, da Portaria MME nº 653, de 11 de dezembro de 2014.

EDUARDO BRAGA

PORTARIA Nº 41, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o que consta no Processo nº 48000.000130/2015-63, e considerando

que cabe ao Ministério de Minas e Energia zelar pelo equilíbrio conjuntural e estrutural entre a oferta e a demanda de energia elétrica no País;

que constituem princípios e objetivos da Política Energética Nacional preservar o interesse nacional, identificar soluções mais adequadas para o suprimento de energia elétrica nas diversas Regiões do País e promover o uso racional dos recursos energéticos disponíveis;

a importância da maximização do uso de todos os recursos energéticos existentes no Sistema Interligado Nacional - SIN, de forma a se preservar os níveis de armazenamentos de segurança dos principais reservatórios;

a necessidade de garantir o atendimento às cargas de Manaus até a entrada em operação da Usina Termelétrica Mauá III, conforme Nota Técnica do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS (NT-0011/2015 - ONS);

que qualquer redução de geração térmica no Munícipio de Manaus implicaria em aumento de importação do restante do SIN, comprometendo os recursos passíveis de serem armazenados e/ou gerados nas demais Regiões; e

a avaliação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE sobre a matéria, e homologação do assunto em sua 152ª Reunião realizada em 4 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1º Reconhecer, de forma excepcional e temporária, a necessidade de permanência da geração atualmente disponível do Parque de Usinas Termoelétricas, localizadas na Região de Manaus, Estado do Amazonas, inclusive as provenientes de contratos de locação, pelo prazo de até doze meses, podendo ser interrompida mediante aviso prévio de sessenta dias.

Parágrafo único. A Eletrobras Amazonas Distribuidora de Energia S.A. será a responsável pela prorrogação dos Contratos de Locação, bem como pelas obrigações decorrentes da contabilização e liquidação da energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Art. 2º Os custos fixos e variáveis associados à geração de energia elétrica de que trata o art. 1º deverão ser aprovados e autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

§ 1º A cobertura dos custos de que trata o caput se dará no âmbito da contabilização da CCEE e observará os limites de eficiência e custo definidos pela ANEEL.

§ 2º Poderá ser utilizado o encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, decorrentes da geração despachada independentemente da ordem de mérito, por restrição de operação no âmbito do SIN, conforme previsto no art. 59 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.

§ 3º Excepcionalmente, as Centrais Geradoras de que trata o caput do art. 1º não estarão sujeitas:

I - ao pagamento de eventual Custo de Despacho Adicional previsto na Resolução do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 3, de 6 de março de 2013;

II - ao Rateio de Inadimplência no Mercado de Curto Prazo, resultante do Processo de Contabilização da Geração de Energia Elétrica realizada no âmbito da CCEE, nos termos desta Portaria.

Art. 3º A ANEEL, CCEE, o ONS e os agentes envolvidos deverão tomar as providências necessárias para a aplicação do disposto nesta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BRAGA

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 5.066, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.002378/2010-13. Interessado: PCH Capão Alto Geração de Energia S.A. Objeto: Autoriza a PCH Capão Alto Geração de Energia S.A. a implantar e explorar a PCH Capão Alto, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica (PIE), com 10.000 kW de Potência Instalada e 9.969 kW de Potência Líquida, localizada no rio Vacas Gordas, municípios de Capão Alto e Campo Belo do Sul, no estado de Santa Catarina. Prazo da outorga: Trinta anos. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 5.068, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005489/2014-13. Interessada: Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A. - EOL Carnaúbas Objeto: (i) Declarar de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Interessada, a área de terra necessária à implantação da Linha de Transmissão 69 kV Carnaúbas - Touros. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 5.069, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.002393/2014-95. Interessado: STC - Sistema de Transmissão Catarinense. Objeto: Autoriza a Serra do Paracatu Transmissora de Energia S.A - SPTE a realizar reforços na Subestação Pirapora 2. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 24 de fevereiro de 2015

Nº 457 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo n° 48500.000510/2015-67, decide determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, com base nos valores constantes da Nota Técnica n° 14/2015-SRM/ANEEL, de 22/1/2015: (i) realize a recontabilização dos montantes das Receitas Fixas recebidas pela UTE Bioenergética Vale do Paracatu - BEVAP até o presente, com vistas à devolução dos valores percebidos a maior; (ii) adeque os valores de Receita Fixa a serem percebidos pelo agente; e, (iii) adote o modelo de termo aditivo ao respectivo Contrato de Energia de Reserva - CER, anexo à referida Nota Técnica.

Nº 458 - DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria, os incisos XVIII e XX, do art. 3º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e o que consta nos autos do Processo nº 48500.004626/2009-27, decide autorizar o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, até junho de 2015, a celebrar com qualquer agente habilitado para importação e/ou exportação de energia elétrica, a contratação do uso do sistema de transmissão, juntamente com o uso das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas a interligações internacionais, por meio de contratos de no mínimo um dia, sendo vedada a celebração de mais de um contrato por semana.

Nº 459 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005800/2011-73, decide (i) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. em face do Auto de Infração nº 168/2012-SFE, de 18/12/2012, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento; e, por conseguinte, (ii) estabelecer penalidade de advertência para as Não Conformidades N.4 e N.12; e (iii) fixar penalidade de multa para as Não Conformidades N.3, N.5 e N.10 no valor total de R$ 953.573,51 (novecentos e cinquenta e três mil quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos), valor este que deverá ser recolhido com os acréscimos legais.

Nº 463 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e considerando o que consta do Processo nº 48500.000195/2014-97, decide conhecer do recurso para negar-lhe provimento, mantendo inalterado o constante no Despacho nº 1.842/SMA-ANEEL, de 17 de julho de 2014.

Nº 469 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002068/2013-41, decide conhecer o recurso hierárquico interposto pela empresa PD CASE Informática Ltda., CNPJ nº 38.519.484/0001-52, para, no mérito, negar-lhe provimento, confirmando a Decisão nº 77/2014-SLC/ANEEL, que aplicou à recorrente sanção administrativa na forma de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ANEEL por 6 (seis) meses a contar da publicação desta decisão no Diário Oficial da União, com fundamento na Cláusula 17.4.5 do Contrato nº 19, de 22 de fevereiro de 2010, e art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de fevereiro de 2015

Nº 485 - Processo nº 48500.003703/2001-11. Interessado: PCH Jacaré S.A. Decisão: Aprovar o Projeto Básico da PCH Jacaré, localizada no rio Guanhães, integrante da sub-bacia 56, bacia do Atlântico Leste, no município de Dores de Guanhães, estado de Minas Gerais.

Nº 486 - Processo nº 48500.001622/2000-51. Interessado: PCH Fortuna II S.A. Decisão: Aprovar o Projeto Básico da PCH Fortuna II, localizada no rio Corrente Grande, integrante da sub-bacia 56, bacia do Atlântico Leste, nos municípios de Guanhães e Virginópolis, estado de Minas Gerais.

Nº 487 - Processo nº 48500.002575/2009-07. Interessado: Coplasa Açúcar e Álcool Ltda.. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga da ampliação da UTE Coplasa em 40.000 kW, cadastrada no Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.AI.SP.030395-0.01, localizada no município de Planalto, estado de São Paulo.

Nº 488 - Processo nº 48500.001619/2000-46. Interessado: PCH Dores de Guanhães S.A. Decisão: Aprovar o Projeto Básico da PCH Dores de Guanhães, localizada no rio Guanhães, integrante da sub-bacia 56, bacia do Atlântico Leste, no município de Dores de Guanhães, estado de Minas Gerais.

Nº 489 - Processo nº 48500.003697/2001-10. Interessado: PCH Senhora do Porto S.A. Decisão: Aprovar o Projeto Básico da PCH Senhora do Porto, localizada no rio Guanhães, integrante da sub-bacia 56, bacia do Atlântico Leste, no município de Dores de Guanhães, estado de Minas Gerais.

Nº 490 - Processos nºs 48500.006385/2014-18. Interessado: Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. Decisão: (i) autorizar a UHE Cachoeira Caldeirão, outorgada por meio do Contrato de Concessão nº 01/2013-MME, de 29 de maio de 2013, à Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 17.200.920/0001-56, a conectar-se, de forma provisória, ao Módulo I da SE Ferreira Gomes, sob responsabilidade da empresa Ferreira Gomes Energia S.A.; (ii) os custos de implantação e remoção das instalações provisórias são de responsabilidade da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.; (iii) definir o seguinte cronograma referente a conexão definitiva: (iii.a) apresentação do projeto das instalações do acesso definitivo para a aprovação da ANEEL até setembro de 2015 e (iii.b) conclusão das instalações para conexão definitiva no Módulo II da SE Ferreira Gomes até abril de 2017; (iv) determinar que a Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. atenda às condições de operação definidas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, por meio da Carta ONS - 0785/200/2014, bem como outras diretrizes a serem estabelecidas pelo Operador.

Nº 491 - Processo nº 48500.006630/2005-71. Interessado: São Sebastião Energia Ltda. Decisão: Alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da PCH Doido, cadastrada sob o CEG PCH.PH.TO.031244-4.01, localizada nos municípios de Dianópolis e Novo Jardim, no estado de Tocantis.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de fevereiro de 2015

Nº 478 - Processos nº: 48500.001786/2014-81 e 48500.001787/2014-26. Interessada: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Decisão: homologar, nos termos do art. 16 do Regulamento Conjunto para Compartilhamento de Infraestrutura entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo, aprovado pela Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura e respectivos Primeiros Aditivos celebrados individualmente pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. com a TDKOM Informática Ltda. e a Smart Voip Telecomunicações Ltda. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de fevereiro de 2015

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos a seguir para início de operação em teste a partir do dia 27 de fevereiro de 2015.

Nº 479 - Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessado: Ponte Queimada Energia S.A. Usina: CGH Ponte Queimada. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 500 kW cada, totalizando 1.000 kW. Localização: Município de Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais.

Nº 480 - Processo nº 48500.002175/2012-99. Interessado: Santa Helena Energias Renováveis S.A. Usina: EOL Santa Helena. Unidades Geradoras: UG1 a UG11, totalizando 29.700 kW. Localização: Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.

Nº 481 - Processo nº 48500.002776/2012-00. Interessado: Santa Maria Energias Renováveis S.A. Usina: EOL SM. Unidade Geradora: UG1 a UG11, totalizando 29.700 kW. Localização: Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.

As íntegras destes despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de fevereiro de 2015

Nº 482 - Processo nº: 48500.000775/2015-65. Interessada: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf Decisão: I - anuir ao pedido da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF para prestação de contra-garantia, por meio de garantia corporativa, em favor de obtenção de fiança bancária para viabilizar a emissão de debêntures pela sociedade de Propósito Específico - SPE Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns perante o BTG Pactual, no montante de até R$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), com vigência até 2027, ressaltando que a Chesf não poderá utilizar os direitos emergentes e ativos vinculados às suas respectivas concessões para eventualmente quitar essas obrigações; e II - estabelecer que a Interessada deve: (i) apresentar à ANEEL a documentação comprobatória da aplicação dos recursos financeiros captados em até 60 (sessenta) dias, após o término da utilização dos recursos; e (ii) disponibilizar em arquivo para fiscalização a posteriori da ANEEL a planilha de controle da execução da avença.

Nº 483 - Processo nº 48500.006009/2014-23. Interessada: CEB Distribuição S.A. Decisão: anuir ao pedido da Interessada para prorrogação do prazo para a constituição de garantias, autorizadas pelo Despacho nº 4.457, de 17/11/2014, em 90 (noventa) dias, a contar de 16 de fevereiro de 2015.

Nº 484 - Processo nº: 48500.006710/2009-85. Interessada: Light Serviços de Eletricidade S.A. Decisão: Anuir à minuta do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Comodato nº 021.210.001.003, a ser firmado entre a Interessada e a Sra. Analice Lisboa Ferreira, para prorrogação do prazo do referido contrato até 1º de abril de 2018.
A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 492 - Processo nº: 48500.000588/2015-81. Interessada: Energest S.A. Decisão: anuir ao pedido de anuência da Interessada para firmar os Contratos de Prestação de Serviços de Operação com a Santa Fé Energia S.A., no valor mensal de R$ 9.284,47 (nove mil, duzentos e oitenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), e com a Pantanal Energética Ltda., no valor mensal de R$ 18.568,95 (dezoito mil, quinhentos e sessenta e oito reais e noventa e cinco centavos), tendo prazos de vigência de 4 (quatro) anos. A íntegra do Despacho encontra-se nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 25 de fevereiro de 2015

Nº 477 - Processo: 48500.006396/2014-06. Interessados: agentes de distribuição de energia elétrica com aniversário contratual em março de 2015. Decisão: Fixar a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) para os interessados. A íntegra deste Despacho estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

A DIRETORA-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições legais, e com base na Resolução de Diretoria nº 141, de 25 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1º O último parágrafo introduzido pelo art. 1º da Resolução ANP nº 64, de 05 de dezembro de 2014, passa a ser designado pelo ordinal 4º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§4º Para os casos de parcelamento, o período de tempo igual ou superior a dois anos da condenação será contabilizado a partir da data da homologação do pedido de parcelamento do débito."

Art. 2º Ficam alterados o caput do art. 3º e o seu §1º da Resolução ANP nº 64, de 05 de dezembro de 2014, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 3º As condenações definitivas cujo cumprimento integral das penas pecuniárias se dê até o dia 13 de abril de 2015, incluindo as penalidades cumpridas anteriormente à data de publicação desta Resolução, serão desconsideradas para fins de reincidência."

"§1º Nos casos de parcelamento das penas pecuniárias, as condenações definitivas serão desconsideradas para fins de reincidência desde que o pedido de parcelamento seja homologado até o dia 27 de fevereiro de 2015, esteja em vigor e em situação regular quanto aos pagamentos das parcelas."

Art. 3º O penúltimo e o último artigos da Resolução ANP nº 64, de 05 de dezembro de 2014, designados pelos ordinais 8º e 9º passam a ser designados pelo ordinal 9º e o numeral 10, respectivamente, e passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º A aplicação da pena de perdimento por falta de segurança do produto, estabelecida pelo artigo 11, inciso II, da Lei nº 9.847/1999, ocorrerá quando:

I - a falta de segurança for verificada no produto; ou

II - as condições de armazenamento do produto, incluindo as instalações de armazenamento e os recipientes, o tornarem inseguro."

"Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União."

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 26 de fevereiro de 2015

Nº 245 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/RS0168303	ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS EDITH GUIOMAR LTDA.	06.954.851/0009-07	CAPAO DA CANOA	RS	48610.013154/2014-13
PR/PA0138266	ALVES & AMORIM COMERCIO LTDA - ME	09.567.276/0001-20	RUROPOLIS	PA	48610.006263/2013-01
PR/RS0169266	ANA CLEILA JULIANI	17.132.254/0001-66	BOSSOROCA	RS	48610.001700/2015-54
PR/BA0168912	ANTONIO DOS SANTOS NEVES	16.500.965/0001-83	VARZEDO	BA	48610.000553/2015-03
PR/MG0168426	AUTO POSTO ACESSO NORTE LTDA.	04.382.905/0003-96	JUIZ DE FORA	MG	48610.013674/2014-26
PR/SP0169245	AUTO POSTO ARVORE DA RADIAL LTDA	21.683.063/0001-60	SAO PAULO	SP	48610.001699/2015-68
PR/SP0168304	AUTO POSTO JARDIM ITALIA DE VOTUPORANGA LTDA.	17.254.762/0001-17	VOTUPORANGA	SP	48610.013277/2014-54
PR/SP0167705	AUTO POSTO MONET LTDA	20.710.409/0001-09	SAO PAULO	SP	48610.012378/2014-16
PR/MG0168727	CINQUENTAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	04.224.679/0005-87	CAPETINGA	MG	48610.000139/2015-96
PR/MA0157023	D. A. CRUZ & CIA LTDA- ME	19.040.116/0001-82	SENADOR ALEXANDRE COSTA	MA	48610.005579/2014-59
PR/BA0129643	DL-ROSA COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	16.885.409/0001-72	JEQUIRICA	BA	48610.000336/2013-43
PR/PE0168907	E CELESTINO DA SILVA JUNIOR	18.217.460/0001-31	BOM JARDIM	PE	48610.000549/2015-37
PR/AM0169017	E T COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA - ME.	84.488.279/0001-94	MANAUS	AM	48610.000817/2015-11
PR/MG0169105	J C S PRODUTOS DE PETROLEO LTDA - EPP	21.235.828/0001-07	UBERLANDIA	MG	48610.001294/2015-20
PR/GO0168768	J J COMBUSTIVEIS LTDA - ME	19.440.470/0001-02	GOIANESIA	GO	48610.000505/2015-15
PR/PB0168751	LEANDRO CARDOSO DE OLIVEIRA	16.366.391/0001-00	BOM SUCESSO	PB	48610.000255/2015-13
PR/CE0169305	MN COMERCIAL DE COMBUSTIVEL LTDA EPP	18.413.007/0001-09	MORADA NOVA	CE	48610.001921/2015-22
PR/PR0168665	PASSIONE COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	19.715.502/0001-27	CURITIBA	PR	48610.000013/2015-11
PR/BA0160942	PORTAL PETRÓLEO COMÉRCIO E DERIVADOS LTDA.	07.121.761/0001-40	ENCRUZILHADA	BA	48610.007679/2014-10
PR/BA0168503	POSTO DE COMBUSTIVEIS IBIAJARA LTDA	08.953.892/0002-38	NOVO HORIZONTE	BA	48610.013857/2014-41
PR/RS0168915	POSTO DE COMBUSTIVEIS LINDOLFO COLLOR LTDA	21.298.066/0001-80	LINDOLFO COLLOR	RS	48610.000721/2015-52
PR/MA69127	POSTO FRIENDS LTDA - ME	14.173.138/0001-05	VIANA	MA	48610.001470/2015-23
PR/MA0169229	POSTO HELENA LTDA - EPP.	21.547.938/0001-04	SANTA INES	MA	48610.001525/2015-03
PR/BA0168284	POSTO JARDIM IMPERIAL LTDA	21.442.050/0001-07	LUIS EDUARDO MAGALHAES	BA	48610.013372/2014-58
PR/MA0168425	POSTO PARIS LTDA	20.333.203/0001-07	SAO LUIS	MA	48610.013681/2014-28
PR/PB0156763	POSTO TRÊS LAGOAS COMERCIO E DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - ME	16.403.510/0001-40	JOAO PESSOA	PB	48610.005185/2014-09
PR/GO0166462	POSTO 5.5 LIMITADA	02.211.749/0015-09	RIO VERDE	GO	48610.010666/2014-28
PR/SP0167837	REDE SUPER PETRO DERIVADOS DE PETROLEO LTDA.	19.058.043/0001-56	LEME	SP	48610.012563/2014-01
PR/PR0169073	TIC POSTO LTDA	75.635.573/0005-14	CURITIBA	PR	48610.001229/2015-02
PR/RS0168930	TRANSDENARDI TRANSPORTE E COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA ME	14.689.993/0001-65	SANTANA DO LIVRAMENTO	RS	48610.000855/2015-73

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 83, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, com base na Portaria ANP n.º 170, de 26 de novembro de 1998 e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.010000/2008-21, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO, com CNPJ nº 02.709.449/0049-01, autorizada a operar temporariamente os dutos, abaixo relacionadas, situados no Complexo Industrial e Portuário Governador Eraldo Gueiros - Suape, interligando a Refinaria Abreu e Lima (RNEST) ao Porto de Suape, no município de Ipojuca, Estado de Pernambuco:

Tabela I - Características principais dos dutos

Duto (Produto)	Nº Dutos	Diâmetro	Extensão Total (km)	Extensão Enterrada (km)	Início	Fim
OCREF / GOPK	01	24"	8,9	6,7	RNEST	PGL 2
Diluente	01	12"	8,9	6,7	RNEST	PGL 2

Art. 2º Esta Autorização não contempla os braços de carregamento/descarregamento de OCREF/GOPK, que serão objeto de nova Autorização por parte desta Agência quando devidamente comissionados.

Art. 3º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 4º A Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO deverá apresentar à ANP, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada do protocolo de solicitação de renovação deste licenciamento junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua renovação.

Art. 5º Esta autorização está valida até 31 de dezembro de 2015.

Art. 6º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ANA BEATRIZ STEPPLE DA SILVA BARROS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AUTORIZAÇÃO Nº 84, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 322, de 05 de novembro de 2012,

Considerando a Resolução ANP nº 33/2005 e o Regulamento Técnico ANP nº 05/2005, que dispõem sobre a admissibilidade de despesas qualificadas como Pesquisa e Desenvolvimento, visando o cumprimento da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural; e

Considerando o que consta do(s) processo(s) de nº 48610.011189/2014-18, 48610.011183/2014-41, 48610.011184/2014-95 e 48610.011181/2014-51 torna público o seguinte ato:

Art. 1ºConceder autorização prévia para o concessionário Petrogal Brasil S.A., CNPJ 03.571.723/0001-39, realizar investimentos enquadrados no item 8.2 do Regulamento Técnico ANP nº 05/2005 para execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de interesse do setor de petróleo e seus derivados e gás natural, no projeto, instituição e respectivo valor, conforme anexo.

Art. 2º A presente autorização prévia é concedida com base em valores estimados, cabendo ao concessionário verificar a coerência dos custos apresentados na proposta, bem como daqueles custos efetivamente incorridos com os custos usualmente praticados no mercado para bens e serviços de mesma natureza.

Art. 3ºCompete ao concessionário acompanhar, no desenvolvimento do projeto, as condições contidas no respectivo plano de trabalho, em especial no que se refere aos objetivos, resultados esperados, prazos e valor total estimado.

Art. 4ºAs receitas auferidas em aplicações financeiras feitas com os recursos repassados no âmbito do projeto contratado junto a Instituições credenciadas devem ser revertidas para uso em atividades coerentes com o respectivo plano de trabalho, fazendo parte da prestação de contas e estando sujeitas a fiscalização por parte da ANP.

Parágrafo único: Em caso de não utilização, as receitas devem ser devolvidas, devendo ser contabilizadas como saldo a ser investido, como parte da obrigação de investimentos do Concessionário.

Art. 5ºO concessionário deverá apresentar, quando do encaminhamento dos Relatórios Demonstrativos Anuais, os dados referentes aos valores contratados e a execução efetiva do projeto até a data de referência do Relatório Demonstrativo, cotejando com aqueles apresentados no respectivo plano de trabalho, objeto da presente autorização.

Art. 6ºNos termos do item 10 do Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, as despesas previstas nesta autorização, para efeito de cumprimento da Cláusula de Pesquisa e Desenvolvimento, estão sujeitas à análise técnica da ANP, quando da apresentação dos Relatórios Demonstrativos Anuais e da documentação de comprovação dos resultados obtidos.

Art. 7ºO concessionário deverá usar a logomarca da ANP, acompanhada da expressão "Compromisso com Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento", em todo material de divulgação relacionado ao projeto, objeto da presente autorização prévia.

Art. 8ºEsta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ELIAS RAMOS DE SOUZA

ANEXO

Nº do Projeto	*Título*	*Instituição / Unidade de Pesquisa*	*Valor (R$)*	*Item de Enquadramento*
GALP-02	Avaliação dos efeitos da injeção de CO2 na estabilidade in-situ dos asfaltenos	Universidade Tiradentes / NUESC - Núcleo de Estudos em Sistemas Coloidais	342.038,68	8.2.3
GALP-08	Seleção de materiais para dutos em águas profundas	UFRJ / Labcorr - Laboratório de Corrosão	637.806,39	8.2.3
GALP-09	Durabilidade de componentes de Sistemas de Amarração para uso em águas profundas: experimentação e modelagem - DSAm	UnB / Grupo de Fadiga, Fratura e Materiais da Faculdade de Tecnologia	1.400.307,05	8.2.3
GALP-10	Estudo Sistemático da Corrosão de Diferentes Aços Passíveis de Serem Utilizados nas Instalações de P&G Presentes nos Campos do Pré-Sal.	UFRJ / LNDC- Laboratório de Ensaios Não Destrutivos Corrosão e Soldagem	1.279.510,65	8.2.3

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 87, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Altera o art. 46 da Portaria nº 541, de 18 de dezembro de 2014.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL-DNPM, no uso da competência que lhe confere o art. 17 da Estrutura Regimental do DNPM, aprovada pelo Decreto nº 7.092, de 2 de fevereiro de 2010, e o art. 93 do Regimento Interno do DNPM, aprovado pela Portaria do Ministro de Minas e Energia nº 247, de 8 de abril de 2011;

Considerando que houve alteração do início de vigência da Portaria nº 541, de 18 de dezembro de 2014, definida para 02 de março de 2015, conforme Portaria nº 67, de 28 de janeiro de 2015, e que não houve tempo hábil para a adaptação dos sistemas informatizados do DNPM e a revisão de procedimentos necessárias ao cumprimento das novas disposições, resolve:

Art. 1º O art. 46 da Portaria nº 541, de 18 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"*Art. 46. Esta Portaria entra em vigor no dia 01 de junho de 2015 e aplica-se aos processos em andamento no DNPM observadas as fases em que se encontram*."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 23/2015

Fase de Autorização de Pesquisa

Torna sem efeito a caducidade do alvará de pesquisa-TAH(651)

872.901/2013-CLEOFAS GONÇALVES GUSMÃO- Publicado DOU de 26/01/2015

OSMAR ALMEIDA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 81/2015

Fase de Autorização de Pesquisa

Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)

861.033/2010-KYMERA MINE MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA- Alvará n°13.604/2010 - Cessionario:860.081/2015-Daniela Lobo Machado- CPF ou CNPJ 008.064.431-70

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

861.440/2010-VERA LÚCIA INÁCIA DA CRUZ- Cessionário:C A da Cruz Eireli- CPF ou CNPJ 15.616.813/0001-88- Alvará n°738/2011

861.441/2010-VERA LÚCIA INÁCIA DA CRUZ- Cessionário:C A da Cruz Eireli- CPF ou CNPJ 15.616.813/0001-88- Alvará n°15.852/2010

Fase de Licenciamento

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)

862.748/2008-CLEVES ARAUJO BARBOSA- Cessionário:João Cordeiro Vasco- CNPJ 149.962.511-15- Registro de Licença n°227/2010- Vencimento da Licença: Indeterminado

Fase de Requerimento de Lavra

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

860.838/1988-SAFRA MINERAÇÃO, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Alvará n° 1.488/1990 - Cessionário: Goiascal Mineração e Calcário Ltda- CNPJ 01.413.855/0001-07

860.839/1988-SAFRA MINERAÇÃO, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Alvará n° 1.464/1990 - Cessionário: Goiascal Mineração e Calcário Ltda- CNPJ 01.413.855/0001-07

861.426/2007-OSMAR FRANCISCO MARTINS- Alvará n° 4.804/2009 - Cessionário: Catalana Ind. e Com. de Artefatos de Cimento e Const. Ltda- CNPJ 36.829.356/0001-80

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 1/2015

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
853.075/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.087/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.088/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.089/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.090/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.091/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.092/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.093/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.094/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.095/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.096/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.097/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.098/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.099/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.100/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.101/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.102/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.103/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.104/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.105/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.106/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.107/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.108/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.109/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.110/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.111/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.112/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.113/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.114/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.115/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.116/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.117/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.118/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.119/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.120/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.121/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.122/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.123/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.124/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.125/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA
853.126/1993-DAVI FERREIRA DA SILVA

RELAÇÃO Nº 24/2015

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
850.561/1994-ANTÔNIO JOSÉ TAVAREZ DA LUZ
850.841/1994-ANTÔNIO JOSÉ TAVAREZ DA LUZ
850.842/1994-ANTÔNIO JOSÉ TAVAREZ DA LUZ
850.851/1994-ANTÔNIO JOSÉ TAVAREZ DA LUZ
850.853/1994-ANTÔNIO JOSÉ TAVAREZ DA LUZ
850.854/1994-ANTÔNIO JOSÉ TAVAREZ DA LUZ
850.855/1994-ANTÔNIO JOSÉ TAVAREZ DA LUZ
850.856/1994-ANTÔNIO JOSÉ TAVAREZ DA LUZ
850.857/1994-ANTÔNIO JOSÉ TAVAREZ DA LUZ
850.858/1994-ANTÔNIO JOSÉ TAVAREZ DA LUZ
850.859/1994-ANTÔNIO JOSÉ TAVAREZ DA LUZ
850.861/1994-ANTÔNIO JOSÉ TAVAREZ DA LUZ
850.863/1994-ANTÔNIO JOSÉ TAVAREZ DA LUZ
852.200/1994-IVAM SOUSA BARBOSA
855.198/1994-JOÃO EVANGELISTA FERREIRA
855.199/1994-JOÃO EVANGELISTA FERREIRA
855.201/1994-JOÃO EVANGELISTA FERREIRA
855.202/1994-JOÃO EVANGELISTA FERREIRA
855.203/1994-JOÃO EVANGELISTA FERREIRA
855.204/1994-JOÃO EVANGELISTA FERREIRA
855.205/1994-JOÃO EVANGELISTA FERREIRA
855.206/1994-JOÃO EVANGELISTA FERREIRA
855.213/1994-JOÃO EVANGELISTA FERREIRA
855.214/1994-JOÃO EVANGELISTA FERREIRA
750.256/1995-ANTÔNIO JOSÉ TAVAREZ DA LUZ
750.257/1995-ANTÔNIO JOSÉ TAVAREZ DA LUZ
750.289/1995-ANTÔNIO JOSÉ TAVAREZ DA LUZ
752.790/1996-ANTÔNIO JOSÉ TAVAREZ DA LUZ
752.791/1996-ANTÔNIO JOSÉ TAVAREZ DA LUZ
752.792/1996-ANTÔNIO JOSÉ TAVAREZ DA LUZ
850.688/2012-VILSON GONÇALVES
850.689/2012-VILSON GONÇALVES
850.865/2012-VALDEMIR DE MELO JUNIOR
850.866/2012-VALDEMIR DE MELO JUNIOR
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
854.768/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°
854.780/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°
854.784/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°
854.786/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°
854.788/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°
854.789/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°
854.790/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°
854.791/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°
854.792/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°
854.792/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°
854.793/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°
854.793/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

751.852/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°
751.853/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°
751.854/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°
751.855/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°
751.856/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°
751.857/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°
751.858/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°
751.859/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°
751.860/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°
751.861/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°
751.862/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°
751.863/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°
751.864/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°
751.865/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°

RELAÇÃO Nº 25/2015

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
850.627/1991-THEODORO MAURICIO DE OLANDA-OF. N°
850.628/1991-THEODORO MAURICIO DE OLANDA-OF. N°
854.785/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°
854.787/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°
852.867/1995-LUIS RODRIGUES DA SILVA-OF. N°
852.869/1995-LUIS RODRIGUES DA SILVA-OF. N°
852.871/1995-LUIS RODRIGUES DA SILVA-OF. N°
852.873/1995-LUIS RODRIGUES DA SILVA-OF. N°
852.874/1995-LUIS RODRIGUES DA SILVA-OF. N°
852.875/1995-LUIS RODRIGUES DA SILVA-OF. N°
857.809/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.810/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.811/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.812/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.863/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.864/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.865/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.866/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.867/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.869/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.870/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.871/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.873/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.874/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.875/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.876/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.877/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.878/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.879/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.880/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.881/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.882/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.883/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.884/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.885/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.886/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.887/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.888/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.889/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.890/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.892/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.893/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.894/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.895/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.896/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.897/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.898/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
857.899/1995-RAIMUNDO NONATO DA SILVA TAVARES-OF. N°
751.866/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°
751.867/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°
751.868/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°
751.869/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°
751.870/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°
751.871/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°
751.872/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°
751.874/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°
751.875/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°
751.876/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°
751.877/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°
751.884/1996-JOSÉ ALVARO DE MELO-OF. N°

RELAÇÃO Nº 26/2015

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
850.629/1991-THEODORO MAURICIO DE OLANDA-OF. N°
850.630/1991-THEODORO MAURICIO DE OLANDA-OF. N°
850.630/1991-THEODORO MAURICIO DE OLANDA-OF. N°
850.631/1991-THEODORO MAURICIO DE OLANDA-OF. N°
853.136/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.137/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.140/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.141/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.142/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.144/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.145/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.146/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.147/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.149/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.150/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.152/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.157/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.159/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.160/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.161/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.163/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.164/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.165/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.166/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.167/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.168/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.169/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.170/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.171/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
857.503/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.504/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.505/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.506/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.507/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.508/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.509/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.510/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.511/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.512/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.513/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.514/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.515/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.516/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.517/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.518/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.520/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.521/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.522/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.523/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.524/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.525/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.526/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.527/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.528/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.529/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.530/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.531/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.532/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.533/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°
857.534/1995-DEOVANDSKI SKIBINSKI-OF. N°

RELAÇÃO Nº 27/2015

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
854.453/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
854.454/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
854.455/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
854.456/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
854.457/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
854.458/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
854.459/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
854.460/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
854.461/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
854.462/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
854.463/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
854.464/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
854.465/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
854.466/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
854.467/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
854.468/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
854.469/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
854.470/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
854.471/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
854.472/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
854.473/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
854.474/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
854.475/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
854.476/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
854.477/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
854.478/1993-JOÃO IVAN BEZERRA D'ALMEIDA-OF. N°
853.172/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.173/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°
853.174/1994-CLAUDIO ATILIO MORTARI-OF. N°

THIAGO MARQUES DE ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 40/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
848.415/2011-SERGIO SARQUIS ATTIE
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
848.324/2011-MINERAÇÃO MILLENIUM LTDA-OF. N°049/2015
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
848.164/2006-VON ROLL DO BRASIL LTDA -Alvará N°10026/2006
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
848.353/2008-VOTORANTIM METAIS S.A
848.354/2008-VOTORANTIM METAIS S.A
848.557/2010-VALDIR LIMA DA SILVA
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
848.644/2008-BBO BRAZIL BANK OF OPPORTUNITIES DE PARTICIPAÇÃO LTDA - AI N°414/2014
848.108/2011-BP BRAZIL PROJECTS EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA EPP - AI N°502/2014
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
848.065/2005-MONT GRANITOS S/A-OF. N°153/2015
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
848.150/1996-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°156/2015
848.151/1996-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°156/2015
848.152/1996-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°156/2015
848.274/1996-E.H ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°148/2015
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
848.274/1996-E.H ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°147/2015
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
848.095/2005-CERÂMICA UNIÃO LTDA ME-OF. N°152/2015
848.292/2010-CONSTRUTORA LUIZ COSTA LTDA-OF. N°150/2015
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

848.095/2005-CERÂMICA UNIÃO LTDA ME-OF. N°151/2015

848.292/2010-CONSTRUTORA LUIZ COSTA LTDA-OF. N°149/2015

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

848.094/2014-M L DA C FERNANDES ME-Registro de Licença N°05/2015 de 25 de fevereiro de 2015-Vencimento em 01/04/2017

848.136/2014-FRANCISCO SALES DA SILVA-Registro de Licença N°06/2015 de 25 de fevereiro de 2015-Vencimento em 23/04/2017

848.196/2014-MAURICIO DANTAS ARAUJO LIMA-Registro de Licença N°07/2015 de 25 de fevereiro de 2015-Vencimento em 11/06/2021

848.307/2014-LUILSON FERREIRA MARINHO-Registro de Licença N°8/2015 de 25/02/2015-Vencimento em 14/10/2016

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 40, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 815.424/1993, resolve:

Art. 1° Outorgar à PISOFORTE REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA, concessão para lavrar ARGILA REFRATÁRIA, no(s) Município(s) de MELEIRO/SC, numa área de 48,73ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 28°53'14,277"S/49°35'15,907"W; 28°53'14,276"S/49°35'07,418"W; 28°53'15,251"S/49°35'07,418"W; 28°53'15,251"S/49°35'06,126"W; 28°53'17,362"S/49°35'06,126"W; 28°53'17,362"S/49°35'03,764"W; 28°53'18,142"S/49°35'03,764"W; 28°53'18,141"S/49°34'56,937"W; 28°53'20,025"S/49°34'56,937"W; 28°53'20,025"S/49°34'54,169"W; 28°53'22,559"S/49°34'54,168"W; 28°53'22,559"S/49°34'51,031"W; 28°53'23,858"S/49°34'51,031"W; 28°53'23,858"S/49°34'48,891"W; 28°53'26,229"S/49°34'48,890"W; 28°53'26,229"S/49°34'46,639"W; 28°53'30,581"S/49°34'46,639"W; 28°53'30,582"S/49°34'56,382"W; 28°53'27,236"S/49°34'56,383"W; 28°53'27,236"S/49°34'59,557"W; 28°53'23,890"S/49°34'59,557"W; 28°53'23,890"S/49°34'59,261"W; 28°53'23,565"S/49°34'59,261"W; 28°53'23,565"S/49°34'58,892"W; 28°53'23,078"S/49°34'58,892"W; 28°53'23,078"S/49°34'58,708"W; 28°53'22,753"S/49°34'58,708"W; 28°53'22,753"S/49°34'59,077"W; 28°53'22,396"S/49°34'59,077"W; 28°53'22,396"S/49°34'59,335"W; 28°53'22,136"S/49°34'59,335"W; 28°53'22,136"S/49°34'59,520"W; 28°53'21,943"S/49°34'59,520"W; 28°53'21,943"S/49°35'01,033"W; 28°53'39,863"S/49°35'01,032"W; 28°53'39,863"S/49°35'18,178"W; 28°53'45,651"S/49°35'18,178"W; 28°53'45,651"S/49°35'23,264"W; 28°53'44,591"S/49°35'23,264"W; 28°53'44,591"S/49°35'26,102"W; 28°53'42,827"S/49°35'26,102"W; 28°53'42,827"S/49°35'27,609"W; 28°53'41,041"S/49°35'27,609"W; 28°53'41,041"S/49°35'29,085"W; 28°53'35,356"S/49°35'29,085"W; 28°53'35,357"S/49°35'25,375"W; 28°53'32,596"S/49°35'25,375"W; 28°53'32,596"S/49°35'18,178"W; 28°53'31,245"S/49°35'18,178"W; 28°53'31,245"S/49°35'16,170"W; 28°53'29,348"S/49°35'16,170"W; 28°53'29,348"S/49°35'13,860"W; 28°53'19,279"S/49°35'13,860"W; 28°53'19,279"S/49°35'15,890"W; 28°53'14,277"S/49°35'15,907"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 2673,0m, no rumo verdadeiro de 67°35'59"995 SW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 28°52'41,200"S e Long. 49°33'44,700"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 230,0m-E; 30,0m-S; 35,0m-E; 65,0m-S; 64,0m-E; 24,0m-S; 185,0m-E; 58,0m-S; 75,0m-E; 78,0m-S; 85,0m-E; 40,0m-S; 58,0m-E; 73,0m-S; 61,0m-E; 134,0m-S; 264,1m-W; 103,0m-N; 86,0m-W; 103,0m-N; 8,0m-E; 10,0m-N; 10,0m-E; 15,0m-N; 5,0m-E; 10,0m-N; 10,0m-W; 11,0m-N; 7,0m-W; 8,0m-N; 5,0m-W; 5,9m-N; 41,0m-W; 551,7m-S; 464,6m-W; 178,2m-S; 137,9m-W; 32,6m-N; 76,9m-W; 54,3m-N; 40,8m-W; 55,0m-N;40,0m-W; 175,0m-N; 100,5m-E; 85,0m-N; 195,0m-E; 41,6m-N; 54,4m-E; 58,4m-N; 62,6m-E; 310,0m-N;55,0m-W; 154,0m-N.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 41, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.370/2008, resolve:

Art. 1° Outorgar à A. D. SOVINSKI & SOVINSKI LTDA. ME, concessão para lavrar DIABÁSIO, no(s) Município(s) de IMBAÚ/PR, numa área de 48,08ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 24°26'49,800"S/50°46'32,898"W; 24°26'54,675"S/50°46'32,898"W; 24°26'54,674"S/50°46'11,596"W; 24°26'57,900"S/50°46'11,596"W; 24°26'57,900"S/50°46'13,300"W; 24°27'10,900"S/50°46'13,300"W; 24°27'10,900"S/50°46'11,595"W; 24°27'10,925"S/50°46'11,595"W; 24°27'10,926"S/50°46'32,898"W; 24°27'06,050"S/50°46'32,898"W; 24°27'06,051"S/50°46'47,100"W; 24°26'49,800"S/50°46'47,100"W; 24°26'49,800"S/50°46'32,898"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 24°26'49,800"S e Long. 50°46'32,898"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 150,0m-S; 600,0m-E; 99,3m-S; 48,0m-W; 400,0m-S; 48,0m-E; 0,8m-S; 600,0m-W; 150,0m-N; 400,0m-W; 500,0m-N; 400,0m-E.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR
Secretário

PORTARIA Nº 42, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.453/2002, resolve:

Art. 1° Outorgar à MINERADORA BARREIRO RICO LTDA, concessão para lavrar ARGILA, no(s) Município(s) de RIO CLARO/SP, numa área de 15,20ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°27'40,267"S/47°35'46,428"W; 22°27'40,267"S/47°35'53,780"W; 22°27'42,871"S/47°35'53,780"W; 22°27'42,871"S/47°36'03,049"W; 22°27'40,920"S/47°36'03,049"W; 22°27'40,920"S/47°36'12,633"W; 22°27'37,669"S/47°36'12,633"W; 22°27'37,669"S/47°36'11,234"W; 22°27'33,443"S/47°36'11,233"W; 22°27'33,443"S/47°36'03,049"W; 22°27'34,415"S/47°36'03,049"W; 22°27'34,415"S/47°35'56,229"W; 22°27'35,553"S/47°35'56,229"W; 22°27'35,553"S/47°35'48,883"W; 22°27'36,853"S/47°35'48,883"W; 22°27'36,853"S/47°35'46,428"W; 22°27'40,267"S/47°35'46,428"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 454,0m, no rumo verdadeiro de 82°05'00"022 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°27'42,300"S e Long. 47°35'30,700"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 210,2m-W; 80,1m-S; 265,0m-W; 60,0m-N; 274,0m-W; 100,0m-N; 40,0m-E; 130,0m-N; 234,0m-E; 29,9m-S; 195,0m-E; 35,0m-S; 210,0m-E; 40,0m-S; 70,2m-E; 105,0m-S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 43, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.297/1994, resolve:

Art. 1° Outorgar à F ANDREIS NETO, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de ALTO PARAÍSO/PR, numa área de 33,71ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 23°24'16,891"S/53°49'28,042"W; 23°24'18,516"S/53°49'28,042"W; 23°24'18,516"S/53°49'26,986"W; 23°24'20,141"S/53°49'26,986"W; 23°24'20,141"S/53°49'25,999"W; 23°24'21,767"S/53°49'25,999"W; 23°24'21,767"S/53°49'25,048"W; 23°24'23,392"S/53°49'25,048"W; 23°24'23,392"S/53°49'23,992"W; 23°24'25,180"S/53°49'23,992"W; 23°24'25,180"S/53°49'22,900"W; 23°24'27,000"S/53°49'22,900"W; 23°24'27,000"S/53°49'23,041"W; 23°24'28,950"S/53°49'23,041"W; 23°24'28,950"S/53°49'24,450"W; 23°24'30,738"S/53°49'24,450"W; 23°24'30,738"S/53°49'25,859"W; 23°24'32,201"S/53°49'25,859"W; 23°24'32,201"S/53°49'27,267"W; 23°24'33,989"S/53°49'27,267"W; 23°24'33,989"S/53°49'28,676"W; 23°24'35,776"S/53°49'28,676"W; 23°24'35,776"S/53°49'30,085"W; 23°24'37,564"S/53°49'30,085"W; 23°24'37,564"S/53°49'31,494"W; 23°24'39,677"S/53°49'31,494"W; 23°24'39,677"S/53°49'32,903"W; 23°24'41,595"S/53°49'32,903"W; 23°24'41,595"S/53°49'34,664"W; 23°24'42,570"S/53°49'34,664"W; 23°24'42,570"S/53°49'36,425"W; 23°24'43,383"S/53°49'36,425"W; 23°24'43,383"S/53°49'38,186"W; 23°24'44,163"S/53°49'38,186"W; 23°24'44,163"S/53°49'39,947"W; 23°24'44,975"S/53°49'39,947"W; 23°24'44,975"S/53°49'41,709"W; 23°24'45,625"S/53°49'41,709"W; 23°24'45,625"S/53°49'44,174"W; 23°24'45,983"S/53°49'44,174"W; 23°24'45,983"S/53°49'45,935"W; 23°24'47,446"S/53°49'45,935"W; 23°24'47,445"S/53°49'47,696"W; 23°24'48,421"S/53°49'47,696"W; 23°24'48,421"S/53°49'49,281"W; 23°24'46,795"S/53°49'49,281"W; 23°24'46,795"S/53°49'49,739"W; 23°24'45,170"S/53°49'49,739"W; 23°24'45,170"S/53°49'50,197"W; 23°24'43,545"S/53°49'50,197"W; 23°24'43,545"S/53°49'50,655"W; 23°24'41,919"S/53°49'50,655"W; 23°24'41,919"S/53°49'51,148"W; 23°24'40,294"S/53°49'51,148"W; 23°24'40,294"S/53°49'51,676"W; 23°24'38,669"S/53°49'51,676"W; 23°24'38,669"S/53°49'52,169"W; 23°24'37,043"S/53°49'52,169"W; 23°24'37,043"S/53°49'52,662"W; 23°24'35,418"S/53°49'52,662"W; 23°24'35,418"S/53°49'53,120"W; 23°24'34,118"S/53°49'53,120"W; 23°24'34,118"S/53°49'51,007"W; 23°24'33,630"S/53°49'51,007"W; 23°24'33,631"S/53°49'48,893"W; 23°24'33,175"S/53°49'48,893"W; 23°24'33,143"S/53°49'48,678"W; 23°24'33,143"S/53°49'47,132"W; 23°24'32,916"S/53°49'47,132"W; 23°24'32,827"S/53°49'46,530"W; 23°24'32,493"S/53°49'46,017"W; 23°24'32,493"S/53°49'45,019"W; 23°24'32,005"S/53°49'45,019"W; 23°24'32,006"S/53°49'42,906"W; 23°24'31,193"S/53°49'42,906"W; 23°24'31,193"S/53°49'41,849"W; 23°24'29,654"S/53°49'41,849"W; 23°24'29,568"S/53°49'41,733"W; 23°24'29,568"S/53°49'40,792"W; 23°24'28,866"S/53°49'40,792"W; 23°24'28,430"S/53°49'40,208"W; 23°24'28,430"S/53°49'40,088"W; 23°24'28,340"S/53°49'40,088"W; 23°24'27,815"S/53°49'39,383"W; 23°24'28,267"S/53°49'39,383"W; 23°24'28,268"S/53°49'37,094"W; 23°24'28,755"S/53°49'37,094"W; 23°24'28,755"S/53°49'35,333"W; 23°24'28,444"S/53°49'35,333"W; 23°24'28,695"S/53°49'34,567"W; 23°24'28,268"S/53°49'34,349"W; 23°24'28,268"S/53°49'33,924"W; 23°24'27,429"S/53°49'33,924"W; 23°24'27,258"S/53°49'33,837"W; 23°24'26,967"S/53°49'33,510"W; 23°24'26,967"S/53°49'32,515"W; 23°24'26,085"S/53°49'32,515"W; 23°24'25,667"S/53°49'32,045"W; 23°24'25,667"S/53°49'31,106"W; 23°24'24,834"S/53°49'31,106"W; 23°24'24,367"S/53°49'30,580"W; 23°24'24,367"S/53°49'29,698"W; 23°24'23,584"S/53°49'29,698"W; 23°24'23,151"S/53°49'29,209"W; 23°24'20,744"S/53°49'28,634"W; 23°24'20,663"S/53°49'29,169"W; 23°24'20,141"S/53°49'29,169"W; 23°24'20,141"S/53°49'30,226"W; 23°24'19,491"S/53°49'30,226"W; 23°24'19,491"S/53°49'31,106"W; 23°24'18,353"S/53°49'31,106"W; 23°24'18,353"S/53°49'30,050"W; 23°24'17,541"S/53°49'30,050"W; 23°24'17,541"S/53°49'28,993"W; 23°24'16,891"S/53°49'28,993"W; 23°24'16,891"S/53°49'28,042"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 23°24'16,891"S e Long. 53°49'28,042"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 50,0m-SW 00°00'00"000; 30,0m-NE 90°00'00"000; 50,0m-SW 00°00'00"000; 28,0m-NE 90°00'00"000; 50,0m-SW 00°00'00"000; 27,0m-NE 90°00'00"000;5 0,0m-SW 00°00'00"000; 30,0m-NE 90°00'00"000; 55,0m-SW 00°00'00"000; 31,0m-NE 90°00'00"000; 56,0m-SW 00°00'00"000; 4,0m-SW 90°00'00"000; 60,0m-SW 00°00'00"000; 40,0m-SW 90°00'00"000; 55,0m-SW 00°00'00"000; 40,0m-SW 90°00'00"000; 45,0m-SW 00°00'00"000; 40,0m-SW 90°00'00"000; 55,0m-SW 00°00'37"503; 40,0m-SW 90°00'00"000; 55,0m-SW 00°00'00"000; 40,0m-SW 90°00'00"000; 55,0m-SW 00°00'00"000; 40,0m-SW 90°00'00"000; 65,0m-SW 00°00'00"000; 40,0m-SW 90°00'00"000; 59,0m-SW 00°00'00"000; 50,0m-SW 90°00'00"000; 30,0m-SW 00°00'00"000; 50,0m-SW 90°00'00"000; 25,0m-SW 00°00'00"000; 50,0m-NW 89°59'18"747; 24,0m-SW 00°00'00"000; 50,0m-SW 90°00'00"000; 25,0m-SW 00°00'00"000; 50,0m-SW 90°00'00"000; 20,0m-SW 00°00'00"000; 70,0m-SW 90°00'00"000; 11,0m-SW 00°00'00"000; 50,0m-SW 90°00'00"000; 45,0m-SW 00°00'00"000; 50,0m-SW 90°00'00"000; 30,0m-SW 00°00'00"000; 45,0m-SW 90°00'00"000; 50,0m-NE 00°00'00"000; 13,0m-SW 90°00'00"000; 50,0m-NE 00°00'00"000; 13,0m-SW 90°00'00"000; 50,0m-NE 00°00'00"000; 13,0m-SW 90°00'00"000; 50,0m-NE 00°00'00"000; 14,0m-SW 90°00'00"000; 50,0m-NE 00°00'00"000; 14,0m-SW 90°00'00"000; 50,0m-NE 00°00'00"000; 13,0m-SW 90°00'00"000; 50,0m-NE 00°00'00"000; 60,0m-NE 90°00'00"000; 15,0m-NE 00°00'00"000; 60,0m-NE 90°00'00"000; 14,0m-NE 00°00'00"000; 6,2m-NE 80°54'08"714; 43,9m-NE 90°00'00"000; 7,0m-NE 00°04'55"085; 17,3m-NE 80°55'07"974; 17,8m-NE 54°48'47"793; 28,3m-NE 90°00'00"000; 15,0m-NE 00°00'00"000; 60,0m-NE 90°00'00"000; 25,0m-NE 00°00'00"000; 30,0m-NE 90°00'00"000; 47,3m-NE 00°00'00"000; 4,2m-NE 50°56'20"176; 26,7m-NE 90°00'00"000; 21,6m-NE 00°00'00"000; 21,3m-NE 51°02'01"923; 3,4m-NE 90°00'00"000; 2,8m-NE 00°00'00"000; 25,7m-NE 51°02'40"059; 13,9m-SW 00°00'00"000; 65,0m-SE 89°59'28"267; 15,0m-SW 00°00'00"000; 50,0m-NE 90°00'00"000; 9,6m-NE 00°00'00"000; 23,1m-SE 70°26'34"724; 14,5m-NE 25°05'00"938; 12,1m-NE 90°00'00"000; 25,8m-NE 00°00'00"000; 5,8m-NE 25°06'23"206; 12,9m-NE 46°07'50"487; 28,2m-NE 90°00'00"000; 27,2m-NE 00°00'00"000; 18,5m-NE 46°06'56"104; 26,7m-NE 90°00'00"000; 25,6m-NE 00°00'00"000; 20,7m-NE 46°06'48"051; 25,1m-NE 90°00'00"000; 24,1m-NE 00°00'00"000; 19,2m-NE 46°08'17"437; 75,8m-NE 12°25'37"896; 15,4m-NW 80°43'17"026; 16,1m-NE 00°00'00"000; 30,0m-SW 90°00'00"000; 20,0m-NE 00°00'00"000; 25,0m-SW 90°00'00"000; 35,0m-NE 00°00'00"000; 30,0m-NE 90°00'00"000; 25,0m-NE 00°00'00"000; 30,0m-NE 90°00'00"000; 20,0m-NE 00°00'00"000; 27,0m-NE 90°00'00"000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 44, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 846.973/1995, resolve:

Art. 1° Outorgar à AMARAL MINERAÇÃO LTDA, concessão para lavrar GRANITO, no(s) Município(s) de SÃO MAMEDE/PB, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 06°52'34,948"S/37°01'27,161"W; 06°52'34,948"S/37°01'10,875"W; 06°53'07,500"S/37°01'10,875"W;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

06°53'07,500"S/37°01'27,161"W; 06°52'34,948"S/37°01'27,161"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 4710,0m, no rumo verdadeiro de 75°30'59"997 NE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 06°53'13,300"S e Long. 37°03'55,700"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 500,0m-E;1000,0m-S;500,0m-W;1000,0m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 45, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 844.221/2012, resolve:

Art. 1° Outorgar à MINERAÇÃO PORTOBELLO LTDA, concessão para lavrar ARGILA, no(s) Município(s) de TEOTÔNIO VILELA/AL, numa área de 79,65ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 09°54'35,773"S/36°19'39,977"W; 09°54'35,773"S/36°19'20,375"W; 09°54'45,013"S/36°19'20,375"W; 09°54'45,013"S/36°19'11,506"W; 09°54'49,246"S/36°19'11,506"W; 09°54'49,246"S/36°19'08,581"W; 09°54'55,878"S/36°19'08,581"W; 09°54'55,878"S/36°19'11,691"W; 09°55'19,877"S/36°19'11,691"W; 09°55'19,877"S/36°19'24,775"W; 09°55'30,463"S/36°19'24,775"W; 09°55'30,463"S/36°19'29,763"W; 09°55'16,396"S/36°19'29,763"W; 09°55'16,396"S/36°19'24,764"W; 09°55'12,813"S/36°19'24,764"W; 09°55'12,813"S/36°19'21,736"W; 09°55'06,614"S/36°19'21,736"W; 09°55'06,614"S/36°19'24,843"W; 09°55'00,389"S/36°19'24,843"W; 09°55'00,389"S/36°19'29,670"W; 09°54'54,245"S/36°19'29,670"W; 09°54'54,245"S/36°19'34,704"W; 09°54'48,580"S/36°19'34,704"W; 09°54'48,580"S/36°19'39,977"W; 09°54'35,773"S/36°19'39,977"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 09°54'35,773"S e Long. 36°19'39,977"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 597,2m-E; 283,9m-S; 270,2m-E; 130,1m-S; 89,1m-E; 203,8m-S; 94,7m-W; 737,4m-S; 398,6m-W; 325,3m-S; 152,0m-W; 432,2m-N; 152,3m-E; 110,1m-N; 92,2m-E; 190,5m-N; 94,7m-W; 191,3m-N; 147,1m-W; 188,8m-N; 153,4m-W; 174,1m-N; 160,6m-W; 393,5m-N.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 46, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 846.393/2002, resolve:

Art. 1° Outorgar à Extração de Areia São Miguel Ltda., concessão para lavrar Areia, no Município de São Miguel de Taipu, Estado da Paraíba, numa área de 39,53ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 07°11'23,400"S/35°11'10,500"W; 07°11'24,214"S/35°11'10,500"W; 07°11'24,214"S/35°11'12,456"W; 07°11'25,841"S/35°11'12,456"W; 07°11'25,841"S/35°11'13,759"W; 07°11'28,120"S/35°11'13,759"W; 07°11'28,120"S/35°11'15,226"W; 07°11'30,399"S/35°11'15,226"W; 07°11'30,399"S/35°11'16,693"W; 07°11'32,677"S/35°11'16,693"W; 07°11'32,677"S/35°11'18,160"W; 07°11'34,630"S/35°11'18,160"W; 07°11'34,630"S/35°11'20,115"W; 07°11'36,584"S/35°11'20,115"W; 07°11'36,584"S/35°11'21,419"W; 07°11'38,862"S/35°11'21,419"W; 07°11'38,862"S/35°11'23,049"W; 07°11'40,815"S/35°11'23,049"W; 07°11'40,815"S/35°11'24,515"W; 07°11'42,768"S/35°11'24,516"W; 07°11'42,768"S/35°11'26,145"W; 07°11'44,722"S/35°11'26,145"W; 07°11'44,722"S/35°11'27,449"W; 07°11'46,675"S/35°11'27,449"W; 07°11'46,675"S/35°11'28,753"W; 07°11'48,791"S/35°11'28,753"W; 07°11'48,790"S/35°11'30,220"W; 07°11'51,232"S/35°11'30,220"W; 07°11'51,232"S/35°11'31,523"W; 07°11'53,348"S/35°11'31,523"W; 07°11'53,348"S/35°11'32,664"W; 07°11'56,440"S/35°11'32,664"W; 07°11'56,440"S/35°11'33,642"W; 07°12'02,951"S/35°11'33,642"W; 07°12'02,951"S/35°11'34,946"W; 07°12'12,553"S/35°11'34,946"W; 07°12'12,553"S/35°11'36,413"W; 07°12'28,178"S/35°11'36,413"W; 07°12'28,178"S/35°11'35,109"W; 07°12'42,827"S/35°11'35,110"W; 07°12'42,827"S/35°11'39,673"W; 07°11'59,044"S/35°11'39,672"W; 07°11'59,044"S/35°11'37,716"W; 07°11'52,534"S/35°11'37,716"W; 07°11'52,534"S/35°11'36,250"W; 07°11'47,326"S/35°11'36,249"W; 07°11'47,326"S/35°11'33,968"W; 07°11'43,094"S/35°11'33,968"W; 07°11'43,094"S/35°11'32,012"W; 07°11'40,490"S/35°11'32,012"W; 07°11'40,490"S/35°11'29,731"W; 07°11'37,886"S/35°11'29,731"W; 07°11'37,886"S/35°11'26,471"W; 07°11'35,932"S/35°11'26,471"W; 07°11'35,932"S/35°11'25,167"W; 07°11'33,328"S/35°11'25,167"W; 07°11'33,328"S/35°11'23,864"W; 07°11'31,212"S/35°11'23,864"W; 07°11'31,212"S/35°11'21,582"W; 07°11'29,585"S/35°11'21,582"W; 07°11'29,585"S/35°11'20,278"W; 07°11'23,400"S/35°11'20,278"W; 07°11'23,400"S/35°11'16,693"W; 07°11'20,145"S/35°11'16,693"W; 07°11'20,145"S/35°11'13,759"W; 07°11'23,400"S/35°11'13,759"W; 07°11'23,400"S/35°11'10,500"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 07°11'23,400"S e Long. 35°11'10,500"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 25,0m-S; 60,0m-W; 50,0m-S; 40,0m-W; 70,0m-S; 45,0m-W; 70,0m-S; 45,0m-W; 70,0m-S; 45,0m-W; 60,0m-S; 60,0m-W; 60,0m-S; 40,0m-W; 70,0m-S; 50,0m-W; 60,0m-S; 45,0m-W; 60,0m-S; 50,0m-W; 60,0m-S; 40,0m-W; 60,0m-S; 40,0m-W; 65,0m-S; 45,0m-W; 75,0m-S; 40,0m-W; 65,0m-S; 35,0m-W; 95,0m-S; 30,0m-W; 200,0m-S; 40,0m-W; 295,0m-S; 45,0m-W; 480,0m-S; 40,0m-E; 450,0m-S; 140,0m-W; 1345,0m-N; 60,0m-E; 200,0m-N; 45,0m-E; 160,0m-N; 70,0m-E; 130,0m-N; 60,0m-E; 80,0m-N; 70,0m-E; 80,0m-N; 100,0m-E; 60,0m-N; 40,0m-E; 80,0m-N; 40,0m-E; 65,0m-N; 70,0m-E; 50,0m-N; 40,0m-E; 190,0m-N; 110,0m-E; 100,0m-N; 90,0m-E; 100,0m-S; 100,0m-E.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 47, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 860.466/2009, resolve:

Art. 1° Outorgar à Mineração Rio do Sal Ltda., concessão para lavrar Calcário, no Município de Padre Bernardo, Estado de Goiás, numa área de 48,54ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 15°28'29,665"S/48°05'01,104"W; 15°28'34,045"S/48°05'01,104"W; 15°28'34,045"S/48°04'44,330"W; 15°28'35,996"S/48°04'44,330"W; 15°28'35,996"S/48°04'27,555"W; 15°28'34,369"S/48°04'27,555"W; 15°28'34,369"S/48°04'14,491"W; 15°28'40,951"S/48°04'14,491"W; 15°28'40,951"S/48°04'26,230"W; 15°28'52,568"S/48°04'26,230"W; 15°28'52,568"S/48°04'36,213"W; 15°28'45,051"S/48°04'36,213"W; 15°28'45,051"S/48°04'42,571"W; 15°28'39,896"S/48°04'42,571"W; 15°28'39,896"S/48°05'00,704"W; 15°28'40,432"S/48°05'00,704"W; 15°28'40,432"S/48°05'12,454"W; 15°28'29,665"S/48°05'12,454"W; 15°28'29,665"S/48°05'01,104"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 15°28'29,665"S e Long. 48°05'01,104"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 134,7m-S; 500,0m-E; 60,0m-S; 500,0m-E; 50,0m-N; 389,4m-E; 202,3m-S; 349,9m-W; 357,1m-S; 297,6m-W; 231,1m-N; 189,5m-W; 158,5m-N; 540,5m-W; 16,5m-S; 350,2m-W; 331,0m-N; 338,3m-E.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 48, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 820.476/1979, resolve:

Art. 1° Fica retificada a concessão de lavra outorgada pela Portaria nº 072, de 27.03.1991, publicada no Diário Oficial da União de 28.03.1991, de que é titular Geocal Mineração Ltda., para lavrar Dolomito, Filito e Quartzito, no Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, numa área de 35,24ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 23°23'53,939"S/46°55'21,358"W; 23°24'08,566"S/46°55'21,358"W; 23°24'08,566"S/46°55'49,287"W; 23°24'05,705"S/46°55'49,287"W; 23°24'05,705"S/46°55'49,146"W; 23°24'03,852"S/46°55'49,146"W; 23°24'03,852"S/46°55'48,794"W; 23°23'53,938"S/46°55'48,793"W; 23°23'53,939"S/46°55'21,358"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 23°23'53,939"S e Long. 46°55'21,358"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 450,0m-S; 793,0m-W; 88,0m-N; 4,0m-E; 57,0m-N; 10,0m-E; 305,0m-N; 779,0m-E.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.95)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 49, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 805.057/1971, resolve:

Art. 1° Fica retificada a concessão de lavra outorgada pela Portaria nº 437, de 29.11.1995, publicada no Diário Oficial da União de 30.11.1995, de que é titular Geocal Mineração Ltda., para lavrar Dolomito, Filito e Quartzito, no Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, numa área de 19,96ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 23°23'57,349"S/46°55'48,794"W; 23°24'03,688"S/46°55'48,794"W; 23°24'03,688"S/46°55'49,146"W; 23°24'05,541"S/46°55'49,146"W; 23°24'05,541"S/46°55'52,668"W; 23°24'06,678"S/46°55'52,668"W; 23°24'06,678"S/46°55'56,190"W; 23°24'07,848"S/46°55'56,190"W; 23°24'07,848"S/46°55'59,712"W; 23°24'08,986"S/46°55'59,712"W; 23°24'08,986"S/46°56'03,234"W; 23°24'10,124"S/46°56'03,234"W; 23°24'10,124"S/46°56'06,756"W; 23°24'11,196"S/46°56'06,756"W; 23°24'11,196"S/46°56'10,454"W; 23°24'12,366"S/46°56'10,454"W; 23°24'12,366"S/46°56'13,061"W; 23°24'03,785"S/46°56'13,060"W; 23°24'03,785"S/46°56'05,488"W; 23°23'57,349"S/46°56'05,488"W; 23°23'57,349"S/46°55'48,794"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 23°23'57,349"S e Long. 46°55'48,794"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 195,0m-S; 10,0m-W; 57,0m-S; 100,0m-W; 35,0m-S; 100,0m-W; 36,0m-S; 100,0m-W; 35,0m-S; 100,0m-W; 35,0m-S; 100,0m-W; 33,0m-S; 105,0m-W; 36,0m-S; 74,0m-W; 264,0m-N; 215,0m-E; 198,0m-N; 474,0m-E.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.95)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 85, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.005125/2014-25, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada EOL Cabeço Vermelho II, de titularidade da empresa Gestamp Eólica Cabeço Vermelho II S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.024.516/0001-83, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, autorizado por meio da Portaria MME nº 345, de 17 de julho de 2014, é alcançado pelo art. 4º, inciso I, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de junho de 2014 e são de exclusiva responsabilidade da Gestamp Eólica Cabeço Vermelho II S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Gestamp Eólica Cabeço Vermelho II S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01	Nome Empresarial Gestamp Eólica Cabeço Vermelho II S.A.			02	CNPJ 20.024.516/0001-83
03	Logradouro Avenida Doutor Silvio Bezerra de Melo			04	Número 464-A
05	Complemento Sala 15	06	Bairro Centro	07	CEP 59390-000
08	Município Lagoa Nova	09	UF Rio Grande do Norte	10	Telefone (84) 3219-6491
11	DADOS DO PROJETO				
Nome do Projeto	EOL Cabeço Vermelho II (Autorizada pela Portaria MME nº 345, de 17 de julho de 2014 - Leilão nº 10/2013-ANEEL).				
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica denominada EOL Cabeço Vermelho II, compreendendo: I - dez Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 20.000 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/138 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 138 kV, com cerca de dezessete quilômetros de extensão, Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação João Câmara III, de propriedade da Extremoz Transmissora do Nordeste S.A. - ETN.				
Período de Execução	De 1º/6/2017 a 1º/1/2018.				
Localidade do Projeto [Município/UF]	Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.				
12	PRESIDENTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA				
Nome: José Antônio Orue Mera.				CPF: 010.968.439-78.	
Nome: Anderson Ferreira Penha.				CPF: 026.275.524-65.	
Nome: Ana Karina Neres da Silva.				CPF: 030.916.674-80.	
13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	82.534.000,00.				
Serviços	17.828.500,00.				
Outros	1.092.500,00.				
Total (1)	101.455.000,00.				
14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	75.546.000,00.				
Serviços	16.319.000,00.				
Outros	1.000.000,00.				
Total (2)	92.865.000,00.				

PORTARIA Nº 86, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.005930/2014-59, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de Santo Antônio, de titularidade da empresa Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.135.652/0001-40, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, autorizado por meio da Portaria MME nº 506, de 19 de setembro de 2014, é alcançado pelo art. 4º, inciso I, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de dezembro de 2014 e são de exclusiva responsabilidade da Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01	Nome Empresarial Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A.			02	CNPJ 20.135.652/0001-40
03	Logradouro Rua Real Grandeza			04	Número 274
05	Complemento	06	Bairro Botafogo	07	CEP 22281-036
08	Município Rio de Janeiro	09	UF Rio de Janeiro	10	Telefone (21) 2537-6479
11	DADOS DO PROJETO				
Nome do Projeto	EOL Ventos de Santo Antônio (Autorizada pela Portaria MME nº 506, de 19 de setembro de 2014 - Leilão nº 10/2013-ANEEL).				
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de Santo Antônio, compreendendo: I - quatorze Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 28.000 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/230 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de trinta e seis quilômetros de extensão, Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à futura Subestação Gentio do Ouro 230 kV.				
Período de Execução	De 1º/9/2014 a 31/12/2017.				
Localidade do Projeto [Município/UF]	Município de Itaguaçu da Bahia, Estado da Bahia.				
12	REPRESENTANTES, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA				
Nome: José Luiz Oliveira de Aguiar.				CPF: 330.737.757-49.	
Nome: Marcus Vinicius do Nascimento.				CPF: 221.977.616-68.	
Nome: Maria Inês Dressler.				CPF: 537.017.980-87.	
13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	98.853.144,00.				
Serviços	16.418.160,00.				
Outros	11.955.324,00.				
Total (1)	127.226.628,00.				
14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	89.709.228,18.				
Serviços	14.899.480,20.				
Outros	11.955.324,00.				
Total (2)	116.564.032,38.				

PORTARIA Nº 87, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.005465/2014-56, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada EOL Vila Pará I, de titularidade da empresa Usina de Energia Eólica Vila Pará I S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.318.451/0001-89, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, autorizado por meio da Portaria MME nº 445, de 28 de agosto de 2014, é alcançado pelo art. 4º, inciso I, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de julho de 2014 e são de exclusiva responsabilidade da Usina de Energia Eólica Vila Pará I S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Usina de Energia Eólica Vila Pará I S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01	Nome Empresarial Usina de Energia Eólica Vila Pará I S.A.			02	CNPJ 20.318.451/0001-89
03	Logradouro Avenida Rio Branco			04	Número 571
05	Complemento Sala 305	06	Bairro Cidade Alta	07	CEP 59025-906
08	Município Natal	09	UF Rio Grande do Norte	10	Telefone (21)2221-7190
11	DADOS DO PROJETO				
Nome do Projeto	EOL Vila Pará I (Autorizada pela Portaria MME nº 445, de 28 de agosto de 2014 - Leilão nº 10/2013-ANEEL).				
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica denominada EOL Vila Pará I, compreendendo: I - dez Unidades Geradoras de 3.000 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Elevadora de 12/230 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de cinquenta e cinco quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Mossoró II, de propriedade Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf.				
Período de Execução	De 30/6/2017 a 30/4/2018.				
Localidade do Projeto [Município/UF]	Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte.				
12	REPRESENTANTES, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA				
Nome: Robert David Klein.				CPF: 056.185.937-00.	
Nome: Ricardo Barros de Vasconcelos Lima.				CPF: 051.049.494-35.	
Nome: Natália Sens Fedrigo.				CPF: 057.015.359-08.	
Nome: Amandio Ferreira dos Santos.				CPF: 015.152.683-49.	
13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	99.674.907,76.				
Serviços	13.219.185,24.				
Outros	2.778.600,40.				
Total (1)	115.672.693,40.				
14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	90.983.657,90.				
Serviços	12.172.636,98.				
Outros	2.778.600,40.				
Total (2)	105.934.895,28.				

PORTARIA Nº 88, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º da Portaria MME nº 310, de 12 de setembro de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.005478/2014-25, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Solar Fotovoltaica denominada UFV Fontes Solar II, de titularidade da empresa Enel Soluções Energéticas Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.303.676/0001-10, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput possui a Licença Ambiental de Instalação nº 01.14.09.004836-8, de 15 de setembro de 2014, da Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH, do Estado de Pernambuco, sendo alcançado pelo art. 1º da Portaria MME nº 310, de 12 de setembro de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de agosto de 2014 e são de exclusiva responsabilidade da Enel Soluções Energéticas Ltda., cuja razoabilidade foi atestada pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Art. 3º A Enel Soluções Energéticas Ltda. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01	Nome Empresarial Enel Soluções Energéticas Ltda.			02	CNPJ 18.303.676/0001-10
03	Logradouro Praça Leoni Ramos			04	Número 01
05	Complemento 5º Andar, Bloco 02	06	Bairro São Domingos	07	CEP 24210-205
08	Município Niterói	09	UF Rio de Janeiro	10	Telefone (21) 2206-5600
11	DADOS DO PROJETO				
Nome do Projeto	UFV Fontes Solar II (Licença de Instalação nº 01.14.09.004836-8-CPRH/PE, de 15 de setembro de 2014).				
Descrição do Projeto	Central Geradora Solar Fotovoltaica denominada UFV Fontes Solar II, compreendendo: I - dezoito mil, duzentos e quarenta Módulos Fotovoltaicos de 0,31 kWp, e seis Inversores de 833,33 kW, totalizando 5.000 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Linha de Transmissão de 34,5 kV, com aproximadamente dois quilômetros de extensão, interligando a UFV Fontes Solar II ao Barramento da Subestação Tacaratu 34 kV/230 kV, compartilhada com as EOL Pau Ferro, EOL Pedra do Gerônimo e EOL Tacaicó.				
Período de Execução	De 1º/9/2014 a 1º /7/2015.				
Localidade do Projeto [Município/UF]	Município de Tacaratu, Estado de Pernambuco.				
12	REPRESENTANTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA				
Nome: Marcio Teixeira Trannin.			CPF: 037.369.307-98.		
Nome: Thiego Ferreira Bello.			CPF: 104.781.987-28.		
Nome: Elço Goes de Assis.			CPF: 028.058.327-36.		
13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	16.200.000,00.				
Serviços	5.800.000,00.				
Outros	2.100.000,00.				
Total (1)	24.100.000,00.				
14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	15.700.000,00.				
Serviços	5.600.000,00.				
Outros	2.000.000,00.				
Total (2)	23.300.000,00.				

PORTARIA Nº 89, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.000219/2015-99, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.980, de 16 de dezembro de 2014, de titularidade da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. - ETAU, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.063.249/0001-60, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput é alcançado pelo art. 4º, inciso III, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de dezembro de 2014 e são de exclusiva responsabilidade da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. - ETAU, cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. - ETAU deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em operação comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01	Nome Empresarial Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. - ETAU			02	CNPJ 05.063.249/0001-60
03	Logradouro Praça XV de Novembro			04	Número 20
05	Complemento Sala 602 (Parte)	06	Bairro/Distrito Centro	07	CEP 20010-010
08	Município Rio de Janeiro	09	UF RJ	10	Telefone (21) 2212-6067
11	DADOS DO PROJETO				
Nome do Projeto	Reforços na Subestação Lagoa Vermelha 2 (Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.980, de 16 de dezembro de 2014).				
Descrição do Projeto	Reforços em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica, relativos à Subestação Lagoa Vermelha 2, compreendendo: I - complementação da Infraestrutura do Módulo Geral, com a instalação de um Módulo de Infraestrutura de Manobra em 230 kV; II - complementação da Infraestrutura do Módulo Geral, com a instalação de um Módulo de Infraestrutura de Manobra em 138 kV; III - complementação da Infraestrutura do Módulo Geral, com a ampliação do Sistema de Serviços Auxiliares existente e construção de nova Casa de Comando; IV - instalação de um Módulo de Conexão 230 kV, Arranjo Barra Dupla a Quatro Chaves, para o segundo Banco de Autotransformadores Monofásicos 230/138 kV, de 3x50 MVA a ser instalado; V - instalação do segundo Banco de Autotransformadores Monofásicos 230/138 kV, de 3x50 MVA; e VI - instalação de um Módulo de Conexão 138 kV, Arranjo Barra Principal e Transferência, para o segundo Banco de Autotransformadores Monofásicos 230/138 kV, de 3x50 MVA a ser instalado.				
Período de Execução	De 24/12/2014 a 24/12/2016.				
Localidade do Projeto [Município/UF]	Município de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul.				
12	REPRESENTANTES, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA				
Nome: Márcio Augusto Vasconcelos Nunes.			CPF: 316.283.207-10.		
Nome: Nelson Gravino.			CPF: 216.028.320-72.		
Nome: Márcio Augusto Vasconcelos Nunes.			CPF: 316.283.207-10.		
Nome: Luiz Carlos de Andrade.			CPF: 696.385.517-04.		
13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	14.041.200,85.				
Serviços	5.445.322,59.				
Outros	569.226,60.				
Total (1)	20.055.750,04.				
14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	12.839.274,05.				
Serviços	4.979.203,00.				
Outros	520.500,78.				
Total (2)	18.338.977,83.				

PORTARIA Nº 90, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 337, de 30 de setembro de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo nº 48000.002187/2014-16, resolve:

Art. 1º Definir em 0,59 MW médios o montante de garantia física de energia da Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH Cachoeira do Fagundes, com potência instalada de 0,92 MW, de titularidade da empresa Asset Allocation Assessoria e Participações Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.788.070/0001-32, localizada no Ribeirão Fundo, Municípios de Antônio Carlos e Barbacena, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. O montante de garantia física de energia da CGH Cachoeira do Fagundes refere-se ao Ponto de Conexão da Usina. Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da CGH Cachoeira do Fagundes poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

GABINETE DA MINISTRA

DESPACHO DO CHEFE DE GABINETE
Em 26 de fevereiro de 2015

O SUBSTITUTO EVENTUAL DO CHEFE DE GABINETE DA MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria MDS Nº 133 de 24 dezembro de 2014, e pela Portaria SE/MDS Nº 74 de 26 de fevereiro de 2015, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no § 4º, art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve abrir prazo de quinze dias para a manifestação da sociedade civil, no sítio www.mds.gov.br, referente ao seguinte processo:

Nome da entidade: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA - CIEE

CNPJ: 61.600.839/0001-55

Município: São Paulo/SP

Processo nº: 71010.003357/2009-15 (volumes I, II, III e IV)

JOSÉ DIRCEU GALÃO JUNIOR

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 110, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Objeto: Consulta Pública. Requisitos Gerais do Programa de Rotulagem Ambiental Tipo III - Declaração Ambiental de Produto (DAP).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º Disponibilizar, no sitio www.inmetro.gov.br, as propostas de textos da Portaria Definitiva e dos Requisitos Gerais do Programa de Rotulagem Ambiental Tipo III - Declaração Ambiental de Produto (DAP).

Art. 2º Declarar aberto, a partir da data de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, o prazo de 60 (sessenta) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas referentes aos textos propostos.

Art. 3º Informar que as críticas e sugestões deverão ser encaminhadas no formato da planilha modelo, contida na página http://www.inmetro.gov.br/legislacao/, preferencialmente em meio eletrônico, e para os seguintes endereços:

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dconf

Divisão de Regulamentação Técnica e Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac

Rua da Estrela n.º 67 - 3º andar - Rio Comprido

CEP 20.251-900 - Rio de Janeiro - RJ, ou

E-mail: dipac.consultapublica@inmetro.gov.br

§ 1º As críticas e sugestões que não forem encaminhadas de acordo com o modelo citado no caput serão consideradas inválidas para efeito da consulta pública e devolvidas ao demandante.

§ 2º O demandante que tiver dificuldade em obter a planilha no endereço eletrônico mencionado acima, poderá solicitá-la no endereço físico ou no e-mail, elencados no caput.

Art. 4º Estabelecer que, findo o prazo fixado no artigo 2º, o Inmetro se articulará com as entidades que manifestaram interesse na matéria para a indicação de representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 5º Publicar esta Portaria de Consulta Pública no Diário Oficial da União, quando iniciará a sua vigência.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 27, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

Considerando que, no âmbito da metrologia legal, os fabricantes e importadores que não possuírem portaria de aprovação de modelo para os instrumentos de medição, relacionados no artigo 2º da Portaria Inmetro n.º 585, de 01 de novembro de 2012, deverão ser considerados em condições equivalentes àqueles detentores de modelos aprovados;

Considerando a determinação prevista no mesmo diploma legal de revogar as portarias de aprovação de modelo concedidas para instrumentos de medição e dispositivos que não são passíveis de apreciação técnica de modelo - ATM pelo Inmetro, de acordo com o artigo 3º da Portaria Inmetro n.º 585/2012; e

Considerando o constante do processo Inmetro nº 52600.047836/2014, resolve:

Revogar as Portaria Inmetro/Dimel nº 0230, de 09 de setembro de 2010, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 703, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados na reunião ordinária realizada em 10/02/2015.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 267, de 24 de outubro de 2013, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados na reunião ordinária realizada em 10/02/2015.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SILVA VIEIRA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.004236/2014-10
Proponente: Associação Desportiva Classista do Grupo Schaeffler
Título: O Brasil no Mundial do Trabalhador 2015
Registro: 2SP141432014
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 62.685.854/0001-06
Cidade: Sorocaba UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 968.726,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3987 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 22580-0
Período de Captação até: 31/12/2015
ANEXO II
1 - Processo: 58701.009739/2013-92
Proponente: Prefeitura Municipal de São Pedro do Butiá
Título: Ginásio Esportivo
Valor aprovado para captação: R$ 301.139,59
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0679 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 21136-2
Período de Captação até: 31/12/2015

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 58701.002668/2014-88

No Diário Oficial da União nº 237, de 8 de dezembro de 2014, na Seção 1, página 107 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 672/2014, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação: R$ 848.200,71, leia-se: Valor aprovado para captação: R$ 844.744,27.

Processo Nº 58701.002572/2014-10

No Diário Oficial da União nº 237, de 8 de dezembro de 2014, na Seção 1, página 107 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 672/2014, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2864 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 51442-X, leia-se Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4625 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 18518-3.

Processo Nº 58701.002740/2014-77

No Diário Oficial da União nº 248, de 23 de dezembro de 2014, na Seção 1, página 114 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 680/2014, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação: R$ 2.919.966,74, leia-se: Valor aprovado para captação: R$ 2.916.040,19.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXTINTOS

PORTARIA Nº 124, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXTINTOS, A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DA SECRETARIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 9º, incisos V e IX, e §§ 1º a 3º, o art. 6º, do inciso I, e o art. 5º, incisos I e II, do Anexo I ao Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, resolvem:

Art. 1º Fica delegada aos Superintendentes de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nos Estados do Acre, do Amapá, de Roraima e de Rondônia e ao Coordenador-Geral de Órgãos Extintos no Rio de Janeiro, no âmbito de suas respectivas circunscrições, a competência do Departamento de Órgãos Extintos da Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para praticar os seguintes atos de gestão relativos aos servidores, militares, empregados, aposentados e beneficiários de pensão dos extintos Territórios Federais do Acre, do Amapá, de Roraima e de Rondônia, e do antigo Distrito Federal:

I - quanto ao quadro civil dos extintos Territórios Federais:

a) readaptação, reversão e recondução;

b) exoneração a pedido ou vacância em razão de falecimento ou posse em outro cargo inacumulável;

c) emissão de certidões e declarações relativas à vida funcional;

d) execução do pagamento;

e) registro e controle dos dados financeiros e cadastrais individuais;

f) progressão funcional e avaliação de desempenho;

g) cumprimento de decisão judicial, depois de ouvido o órgão jurídico competente nos respectivos Estados;

h) incorporação de quintos, décimos e vantagens pessoais;

i) fixação de jornada de trabalho;

j) enquadramento, reenquadramento e reposicionamento;

k) concessão de aposentadoria e pensão, bem como a remessa dos processos administrativos relativos a tais atos ao Tribunal de Contas da União, para registro;

l) concessão de licenças, afastamentos, férias, gratificações, indenizações, demais auxílios e adicionais, inclusive o noturno e os de insalubridade, de periculosidade e de atividades penosas;

m) registros funcionais e averbação de tempo de serviço e de contribuição;

n) recadastramento de aposentados e beneficiários de pensão, na forma da legislação vigente;

o) edição mensal do Boletim de Pessoal, com os atos relacionados neste inciso, que deverá ser encaminhado ao Departamento de Órgãos Extintos da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Estado ou Município ao qual os servidores estão cedidos, até o dia 10 (dez) do mês subsequente; e

p) apuração de irregularidades mediante sindicância e/ou processo administrativo disciplinar, incluindo o julgamento e a aplicação das penalidades, na forma da lei, exceto quando se tratar dos servidores pertencentes à Carreira de Policial Civil.

II - quanto ao quadro militar de responsabilidade da União:

a) pagamento de soldo, adicionais, gratificações, auxílios, ajuda de custo, diárias, passagens, transporte, bem como dos proventos de inatividade e de pensões militares, observadas as disposições da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, e demais leis federais aplicáveis;

b) cumprimento de decisão judicial, depois de ouvido o órgão jurídico competente nos respectivos Estados;

c) concessão de passagem aérea para tratamento de saúde, conforme previsto no inciso III do § 1º do art. 32 da Lei nº 10.486, de 2002;

d) autorização prévia de pagamento de despesas originadas de participação dos militares em cursos obrigatórios para o desenvolvimento na carreira militar;

e) recadastramento de militares na reserva, reformados e beneficiários de pensão, na forma da legislação vigente; e

f) a publicação no Diário Oficial da União dos atos de transferência para a reserva e/ou reforma remunerada e de concessão de pensão militar, realizados pelo Comando-Geral da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiro Militar dos respectivos Estados, bem como a remessa dos processos administrativos relativos a tais atos ao Tribunal de Contas da União - TCU, para apreciação.

Art. 2º Fica delegada aos Superintendentes de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nos Estados do Acre, do Amapá, de Roraima e de Rodônia a competência do Departamento de Órgãos Extintos da Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para instruir, analisar e decidir a respeito de processos administrativos que versem sobre direitos e deveres dos servidores, aposentados e beneficiários de pensão, desde que haja orientação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) sobre a matéria.

Art. 3º Fica delegada ao Coordenador-Geral de Gestão de Estatutários do Departamento de Órgãos Extintos da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a com-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

petência do Diretor do Departamento de Órgãos Extintos da Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para autorizar:

I - a cessão dos servidores dos extintos Territórios Federais do Acre, do Amapá, de Roraima e de Rondônia; e

II - os pagamentos das ações judiciais em sistema específico, observadas as orientações do órgão central do SIPEC.

Art. 4º O pagamento de despesas de exercícios anteriores aos servidores oriundos dos extintos Territórios Federais do Acre, do Amapá, de Roraima e de Rondônia, inclusive os da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar desses extintos Territórios Federais e do antigo Distrito Federal, deverá obedecer às disposições constantes da Portaria Conjunta nº 2, de 30 de novembro de 2012, da Secretaria de Gestão Pública e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 1º Para efeitos de instrução, análise, autorização e desbloqueio sistêmico de pagamentos de despesas de exercícios anteriores relativos aos servidores de que trata esta Portaria, ficam os Superintendentes de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nos Estados do Amapá, do Acre, de Rondônia e de Roraima e o Coordenador-Geral de Órgãos Extintos no Rio de Janeiro equiparados aos dirigentes de recursos humanos.

§ 2º O desbloqueio sistêmico deverá observar o limite estabelecido no parágrafo único do art. 5º da Portaria Conjunta nº 2, de 2012, da Secretaria de Gestão Pública e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 5º Ficam delegadas aos Superintendentes de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nos Estados do Acre, do Amapá, de Roraima e de Rondônia as competências da Diretoria de Administração da Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para, no âmbito de sua circunscrição e observada a legislação pertinente:

I - realizar processos de licitação e celebrar os respectivos contratos;

II - realizar a contratação nas hipóteses de inexigibilidade ou dispensa de licitação;

III - realizar a execução orçamentária e financeira;

IV - fiscalizar e atestar a execução dos serviços contratados;

V - adquirir materiais e serviços;

VI - locar bens móveis e imóveis;

VII - executar e administrar as atividades de apoio à administração de pessoal, de material, de patrimônio e de outros serviços gerais;

VIII - planejar, executar e acompanhar as atividades relativas à administração, manutenção e segurança predial, obras e serviços de engenharia, instalações prediais, serviços de transportes, limpeza e conservação, segurança, telecomunicações, documentação e informação;

IX - acompanhar e controlar os custos praticados pelas empresas de telefonia, e de energia elétrica, água e esgoto, bem como o exato cumprimento dos contratos; e

X - inspecionar equipamentos, elevadores, instalações e serviços de reparo, manutenção e conservação dos sistemas de energia convencional, estabilizada e emergencial, aterramento, para-raios, circuito fechado de televisão e sonorização operacional.

Art. 6º Ficam delegadas aos Superintendentes de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nos Estados do Acre, do Amapá, de Roraima e de Rondônia as competências da Diretoria de Planejamento e Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para, no âmbito de sua circunscrição e observada a legislação pertinente;

I - providenciar a atualização de dados nos sistemas de informações organizacionais do Governo Federal, no que se refere ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e

II - executar e administrar as atividades de protocolo e arquivo.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO AKIRA CHIBA
Diretor do Departamento de Órgãos Extintos

ANA CLÉCIA SILVA GONÇALVES DE FRANÇA
Diretora de Administração

CILAIR RODRIGUES DE ABREU
Diretor do Departamento de Planejamento e Gestão

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA

PORTARIA NORMATIVA Nº 1, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015(*)

Altera a Portaria Normativa nº 4, de 6 de julho de 2012.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 26 do Anexo I ao Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, e considerando o disposto no art. 91 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art.1º A Portaria Normativa nº 4, de 6 de julho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º.....

.....

§4º A licença de que trata o caput será autorizada:

I - pelo Secretário Executivo ou autoridade equivalente, no caso de órgãos setoriais do SIPEC; ou

II - pelo dirigente máximo da autarquia ou fundação, no caso de órgãos seccionais." (NR)

"Art. 2º-A Excepcionalmente, o Ministro de Estado poderá autorizar a concessão de licença para tratar de interesses particulares, hipótese em que não se aplica o disposto nos §§1º e 2º do art. 2º desta Portaria Normativa.

Parágrafo único. Para os fins de que trata o caput, o requerimento do interessado, com justificativa, será dirigido ao:

I - Secretário Executivo ou à autoridade equivalente, se o servidor for vinculado a órgão setorial; ou

II - dirigente máximo do órgão ou entidade, se o servidor for vinculado a órgão seccional." (NR)

"Art. 4º O servidor que esteja usufruindo a licença para tratar de interesses particulares observará os deveres, impedimentos e vedações da legislação aplicável ao conflito de interesses." (NR)

"Art. 4º-A Fica vedada a delegação e subdelegação das competências de que trata esta Portaria Normativa." (NR)

Art. 2º Fica revogado o art. 5º da Portaria Normativa nº 4, de 6 de julho de 2012.

Art. 3º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

(*) Republicada por por saído no Diário Oficial da União nº 38, de 26 de fevereiro de 2015, Seção 1, página 73, com incorreção no original.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 21, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

A SECRETÁRIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único do Decreto-lei 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público para fins de utilização na atividade portuária, os imóveis da União classificados como terrenos de marinha e acrescidos, portanto propriedade da União por força constitucional, situados na área do Estuário de Santos, defronte ao porto organizado, no local denominado Sítio Boa Vista, totalizando 796.274,84m2, cadastrados sob dois registros imobiliários patrimoniais (RIPs), objeto dos processos 04977.002260/2011-02 e apensos, descritos à seguir:

a)RIP: 7071.0104050-60, com 551.529,78m2, referente à área de mangue, matriculado sob o nº 75.722, ficha 01 a 03, do Livro nº 2, do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos.

b)RIP: 7071.0104049-26, com 244.745,06 m2, referente à área seca, matriculado sob o nº 75.721, ficha 001, do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos.

Art. 2º Os imóveis descritos no art. 1º, são de interesse público na medida em que serão destinados à utilização na atividade portuária em ato conjunto da Secretaria de Portos da Presidência da República e da Secretaria do Patrimônio da União.

Parágrafo único. Os espaços físicos em águas públicas, contíguos aos terrenos descritos no art. 1º, estão disponíveis para a atividade portuária e terão seu dimensionamento e uso estabelecidos nos respectivos projetos.

Art. 3º A SPU/SP dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição, ao Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CASSANDRA MARONI NUNES

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

PORTARIA Nº 1, DE 20 DE JANEIRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, NO ESTADO DE SERGIPE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, inciso III, alínea "b", da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c o artigo 64, §3º, do Decreto-Lei nº 9.760/46 e os elementos que integram o processo 04906.000236/2014-15, resolve:

Art. 1º - Autorizar a cessão de uso Gratuito ao Estado de Sergipe do imóvel da União, localizado no perímetro frontal só Museu da Gente Sergipana, situado na Avenida Ivo do Prado, nº 398, Centro, Município de Aracaju/Sergipe, constituído por espaço físico em águas públicas, no Rio Sergipe, com área total de 2.465,38m² ou 0,246538 há de acrescido de marinha, cadastrado sob o RIP nº 3105 0116960-80, destinado à implantação de Projeto de Instalação Artística Permanente, voltada para a valorização de aspectos da cultura sergipana.

Art. 2º - O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se a execução de Projeto de Instalação Artística Permanente, tratando-se de uma intervenção urbana voltada para a valorização de aspectos da cultura sergipana, contemplando com a construção de um pier no Rio Sergipe e instalação de esculturas representativas dos grupos folclóricos sergipanos.

Art. 3º - O início das obras está vinculado a liberação do licenciamento ambiental, que será concedido pelo órgão ambiental competente, que ficará a cargo do Cessionário.

Art. 4º - Esta portaria não autoriza a ampliação do projeto apresentado na Superintendência do Patrimônio da União em Sergipe.

Art. 5º - A presente cessão terá vigência por um prazo de 20 (vinte) anos, a contar data da assinatura do correspondente contrato de cessão, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência da União Federal,

Art. 6º - O CESSIONÁRIO (ESTADO DE SERGIPE) ficará responsável pela manutenção das esculturas dos grupos folclóricos, das esculturas diversas instaladas, do pier, dos equipamentos instalados, como bancos, jardinagem, bem como pela limpeza e iluminação do perímetro cedido.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TEÓFILO MELO DA SILVA

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 26 de fevereiro de 2015

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho,constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0078/2015 de 19/02/2015, 0083/2015 de 24/02/2015 e 0084/2015 de 25/02/2015, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 76 - Resolução Normativa, de 03/05/2007:

Processo: 46094000344201511 Empresa: ASSOCIACAO SOCIAL E ESPORTIVA SADA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: juan pablo moreno mosquera Passaporte: AO088659 Mãe: claudia milena mosquera perea Pai: carlos henrique moreno valencia; Processo: 46094000304201561 Empresa: OESTE FUTEBOL CLUBE Prazo: 11 Mês(es) Estrangeiro: henry raul quiñonez diaz Passaporte: 1721507917 Mãe: esmeralda rogélia quiñonez diaz Pai: desconhecido; Processo: 46094000500201535 Empresa: APUCARANA SPORTS CLUBE Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: Hamilton Alexander Acuña Rubiano Passaporte: AM669852 Mãe: Yaneth Rubiano Pai: Pedro Acuña.

Temporário - Com Contrato - RN 98 - Resolução Normativa, de 14/11/2012:

Processo: 47039001431201512 Empresa: COMITE ORGANIZADOR DOS JOGOS OLIMPICOS RIO 2016 Prazo: até 31/12/2016 Estrangeiro: KAREN ANNE MACASKILL Passaporte: LA650470 Mãe: Beverley Anne MacAskil Pai: Phillip Angus MacAskill; Processo: 47039001434201548 Empresa: COMITE ORGANIZADOR DOS JOGOS OLIMPICOS RIO 2016 Prazo: até 31/12/2016 Estrangeiro: NADIIA LITUCHA Passaporte: ER933827 Mãe: Lidiia Litucha Pai: Viktor Lituchyi.

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 47039000885201568 Empresa: YAMAHA MOTOR DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TAKETOSHI TAKABAYASHI Passaporte: TH1835869 Mãe: Fumiko Takabayashi Pai: Tatsuma Takabayashi; Processo: 47039000895201501 Empresa: AUDI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDER STOCKMANN Passaporte: CCR4TCLRX Mãe: RICARDA STOCKMANN Pai: MARTIN STOCKMANN; Processo: 47039000906201545 Empresa: AUDI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MELIKHAN TORAMAN Passaporte: CH1HZNPLF Mãe: ARIFE TORAMAN Pai: HIKMET TORAMAN; Processo: 47039001296201505 Empresa: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KEIJI MATSUKI Passaporte: TK2991799 Mãe: MIYOKO MATSUKI Pai: KATSUMI MATSUKI; Processo: 46094000056201558 Empresa: WARNER MUSIC BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TANIA-IANIRE FERNANDEZ BERZOSA Passaporte: AAC852781 Mãe: MARIA PAZ BERZOSA VICENTE Pai: FRANCISCO EDUARDO FERNANDEZ GOBERNA; Processo: 47039012378201496 Empresa: CAMORIM SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Simon den Hollander Passaporte: NPK2KLH26 Mãe: Louise Bakker Pai: Simon den Hollander; Processo: 46094000053201514 Empresa: NGS - NEW GENERATION SERVICES INFRAESTRUTURAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JORGE MANUEL CAMARATE DE JESUS Passaporte: M678003 Mãe: MARIA DA NAZARE DOS SANTOS CAMARATE DE JESUS Pai: DANIEL FILIPE MATIAS DE JESUS; Processo: 46094000045201578 Empresa: PANIFICADORA LEONESA LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TIAGO FILIPE RIBEIRO FERREIRA Passaporte: N322456 Mãe: ROSA MARIA FERREIRA DA SILVA RIBEIRO Pai: JOSE LUIS DIAS FERREIRA; Processo: 46094000366201572 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TSUYOSHI INOUE Passaporte: TH2970287 Mãe: KAZUE INOUE Pai: YUTAKA INOUE; Processo: 46094000367201517 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AKIHISA ICHINO Passaporte: TH2028675 Mãe: MICHIYO ICHINO Pai: MASATO ICHINO; Processo: 46094000022201563 Empresa: YASUDA MARITIMA SEGUROS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TADASHI UEKI Passaporte: TK0744353 Mãe: HISAMI UEKI Pai: MOTOO UEKI; Processo: 47039013970201596 Empresa: CHERY BRASIL IMPORTACAO, FABRICACAO E DISTRIBUICAO DE VEICULOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TAO JI Passaporte: E34185528 Mãe: AIFANG SHEN Pai: CHANGCHENG JI; Processo: 47039014052201584 Empresa: CHEC ENGENHARIA DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JIANGBO HE Passaporte: P01402284 Mãe: YULAN WANG Pai: JIANHUA HE; Processo: 47039014057201515 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SZE MING NG Passaporte: 790203186 Mãe: YIU YUK CHENG DE NG Pai: KAM TIN NG; Processo: 47039014076201533 Empresa: DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Robert David Ellis Passaporte: 467270113 Mãe: Margaret Joan Pai: Robert Jerry Ellis; Processo: 47039014103201578 Empresa: VAN GOGH CHOPERIA & PIZZARIA LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: GIL ANDRÉ DA CRUZ SIMÃO Passaporte: M379683 Mãe: CELIA MARIA DOS SANTOS CRUZ DO CANTO SIMÃO Pai: JOAQUIM LUIS NICO DA PONTE SIMÃO CRUZ; Processo: 47039014193201505 Empresa: PROINLOSA SERVICOS DE CONSULTORIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARC SAGRERA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONDE Passaporte: AAD098496 Mãe: MARIA CARMEN CONDE ARDANUY Pai: JAIME SAGRERA PÉREZ; Processo: 47039000049201583 Empresa: STORA ENSO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: jeffery alan wright Passaporte: 224868073 Mãe: mary jean wright Pai: jamesgary wright; Processo: 47039000067201565 Empresa: STRUNOR CONSTRUCOES DE FACHADAS E ESTRUTURAS, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JORGE LANA ALGORTA Passaporte: BB032880 Mãe: MARIA BEGOÑA ALGORTA ASTORQUIZA Pai: RICARDO LANA HUARTE; Processo: 47039000088201581 Empresa: ELECTROLUX DO BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GIORGIO BARATELLA Passaporte: YA0561188 Mãe: MARIA MANZINELLO Pai: LUCIANO BARATELLA; Processo: 47039000106201524 Empresa: VECTOR SOFTWARE FACTORY DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GONZALO NUÑES CAMACHO Passaporte: AAI627003 Mãe: FLOR DE LIS CAMACHO ZANCADA Pai: FRANCISCO JOSÉ NÚÑES LLORENTE; Processo: 47039000116201560 Empresa: HAY DO BRASIL CONSULTORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOÃO DIOGO CASTELO BRANCO MOITA Passaporte: N083812 Mãe: JOÃO ALEXANDRE FERNANDES MOITA Pai: SANDRA MARIA RODRIGUES CASTELO BRANCO; Processo: 47039000179201516 Empresa: UNIVERSO VERDE AGRONEGOCIOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XUE QIULEI Passaporte: E33571207 Mãe: QIPING CHEN Pai: LIZHONG XUE; Processo: 46094000424201568 Empresa: RIB NORSAFE SERVICOS TECNICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LASSE HARALD KLEIVANE Passaporte: 30733034 Mãe: Synnove Kleivane Pai: Sigmund Kleivane; Processo: 46094000436201592 Empresa: PALFINGER KOCH MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JARLE OLDE Passaporte: 30231943 Mãe: MAGLI OLDE Pai: JOHANNES OLDE; Processo: 47039000419201582 Empresa: SANOFI-AVENTIS FARMACEUTICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIANA HERRERA MEDINA Passaporte: G13765419 Mãe: MARIA GUADALUPE MEDINA ORTEGA Pai: PEDRO HERRERA OBREGON; Processo: 47039000420201515 Empresa: OMNI TRADE BRASIL REVESTIMENTOS METALICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCO ANTONIO DIAS FIDALGO Passaporte: M406179 Mãe: Maria Manuela Pinto Fidalgo Pai: Manuel Dias Fidalgo; Processo: 47039000483201563 Empresa: SEIL DO BRASIL CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHOONHAN BAE Passaporte: GJ0626377 Mãe: GIBOK JEONG Pai: SEOKGI BAE; Processo: 47039000484201516 Empresa: SEIL DO BRASIL CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAECHAN JANG Passaporte: M48013492 Mãe: BOKNIM LEE Pai: YEONGCHAE JANG; Processo: 47039000504201541 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Daisuke Ogata Passaporte: TL0002501 Mãe: Fumie Ogata Pai: Toshinori Ogata; Processo: 47039000509201573 Empresa: SANY IMPORTACAO E EXPORTACAO DA AMERICA DO SUL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LIN ZHU Passaporte: G35009965 Mãe: WANG XIAOQING Pai: ZHU ENDE; Processo: 47039000515201521 Empresa: UNISCO COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA - ME Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: DONGIN KIL Passaporte: M02132790 Mãe: OC HEE KIM Pai: JU KAN KIL; Processo: 47039000548201571 Empresa: OBLATOS DE MARIA IMACULADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAISEN BELL Passaporte: 440818469 Mãe: Emma Jan Overcash Bell Pai: John Charles Bell; Processo: 47039000560201585 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VITALY SHCHERBIN Passaporte: 530420704 Mãe: OLGA SHCHERBINA Pai: ALEXANDER SHCHERBIN; Processo: 47039000576201598 Empresa: NAANDAN JAIN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA IRRIGACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EYAL PELSMAN Passaporte: 21726516 Mãe: Rahel Pelsman Pai: Enriko Pelsman; Processo: 47039000582201545 Empresa: MOL FILMES E PRODUCOES EIRELI - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JULIA ISABELLE KLAUER Passaporte: C5J87RX6F Mãe: Isabelle Elizabeth Peaucellier-Klauer Pai: Wolfgang Klauer; Processo: 47039000585201589 Empresa: KUMHO ELECTRIC POWER DO BRASIL INSTALACOES ELETRICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KANGMIN KIM Passaporte: M74173018 Mãe: JAEEUN SON Pai: PALJUN KIM; Processo: 47039000591201536 Empresa: KUMHO ELECTRIC POWER DO BRASIL INSTALACOES ELETRICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DOYOUN WOO Passaporte: M40140757 Mãe: BUNJO AN Pai: DONGYEONG WOO; Processo: 47039000602201588 Empresa: SEIL ENG CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HYUNGKWON NOH Passaporte: M14190863 Mãe: GYEONGJEOM MIN Pai: BONGSUK NOH; Processo: 47039000703201559 Empresa: PORTO5 INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HELDER MIGUEL DA SILVA MOTA Passaporte: N391465 Mãe: MARIA CELESTE PINHO GOMES DIAS DA SILVA Pai: MANUEL AUGUSTO DA SILVA MOTA; Processo: 47039000711201503 Empresa: CALZEDONIA BRASIL COMERCIO DE MODA E ACESSORIOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GIULIA FERRARI Passaporte: YA4777883 Mãe: ROSSANA MAZZONI Pai: GIANCARLO FERRARI; Processo: 47039000720201596 Empresa: KUMYANG BRASIL INSTALACOES ELETRICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YONGJIN CHO Passaporte: GK2116630 Mãe: PANYEO KANG Pai: JUHUI CHO; Processo: 47039000777201595 Empresa: REPSOL SINOPEC BRASIL SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD LLEWELLYN LOLLEY Passaporte: 707031230 Mãe: JOAN BOWEN JAMES Pai: DAVID ROBERT LOLEY; Processo: 47039000780201517 Empresa: INSERTEC-DEDINI LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TOMAS JAVIER MAESO MARTIN Passaporte: AAI713307 Mãe: ANTONIA MARTIN PORTELA Pai: JOSÉ MARIA MAESO LOPEZ; Processo: 47039000796201511 Empresa: LAFARGE BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PATRÍCIO FRANCISCO ALVES Passaporte: N485130 Mãe: MARIA ISABEL HORTA FRANCISCO Pai: ANTONIO ANTUNES ALVES; Processo: 47039000811201521 Empresa: SOENERGY - SISTEMAS INTERNACIONAIS DE ENERGIA S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GUILLERMO TORRES ACOSTA Passaporte: AO346063 Mãe: DOLORES ACOSTA CORTES Pai: CARLOS ALFONSO TORRES GARZON; Processo: 47039000845201516 Empresa: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARINE FRANCE THERESE BILAUT Passaporte: 10A145208 Mãe: NATHALIE FRANCE CELINE JEANNE MOULIN Pai: EDMOND BILLAUT; Processo: 47039000849201502 Empresa: BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZIYING CHEN Passaporte: PE0361032 Mãe: Shunying Li Pai: Ming Chen; Processo: 47039000871201544 Empresa: SENER ENGENHARIA E SISTEMAS S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUAN BRAULIO IBARRECHE GARITAONANDIA Passaporte: AAI333070 Mãe: María Garitaonandia Ilardia Pai: Braulio Ibarreche Arriaga; Processo: 47039000876201577 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLUWASEUN OPEYEMI ENIOLORUNDA Passaporte: A05282725 Mãe: MODUPE OMONIYUN ENIOLORUNDA Pai: OLUSEYI OMONIYI ENIOLORUNDA; Processo: 47039000879201519 Empresa: GLOBAL EPROCURE SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROSALBA DEL CONSUELO ARZATE VALENZUELA Passaporte: G10079061 Mãe: CONSUELO VALENZUELA VILLEGAS Pai: ENRIQUE ARZATE GARCIA; Processo: 47039000888201500 Empresa: PORSCHE CONSULTING LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GUIDO JAVIER ANTEZANA RODRIGUEZ Passaporte: C73W95Z5H Mãe: ANA MARIA RODRIGUEZ VALDEZ Pai: CARLOS GUIDO ANTEZANA ESPINOZA; Processo: 47039000891201515 Empresa: PRATT & WHITNEY CANADA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gabriel Estebanez Passaporte: 460217471 Mãe: Ana Mayra Estebanez Pai: Manuel Antonio Estebanez; Processo: 47039000894201559 Empresa: KIMBERLY -CLARK BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIA DEL MAR ANIDOS ARRIBAS Passaporte: AAI520528 Mãe: BRIGITTE JOSEPH MARIE LEIJDER Pai: UGO JEAN GEORGES BRIGODE; Processo: 47039000897201592 Empresa: HILTI DO BRASIL COMERCIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLIVIER ESTEVES Passaporte: 13BC78155 Mãe: HELENA MARIA DA SILVA RODRIGUES Pai: CARLOS ALBERTO ALVES ESTEVES; Processo: 47039000905201509 Empresa: UON CONSULTORIA TECNICA LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: MICHEL DEWERBE Passaporte: H248148 Mãe: ANA MARIA MONIZ ALFARO CARDOSO DEWERBE Pai: LUC RENÉ DEWERBE; Processo: 47039000907201590 Empresa: BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TIANXIN XUE Passaporte: PE0241219 Mãe: Yunying Zeng Pai: Tuegui Xue; Processo: 47039000909201589 Empresa: BANCO J. P. MORGAN S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JONATHAN JAMES SAMWAYS Passaporte: 511096608 Mãe: JANET ADA OLIVE SAMWAYS Pai: ARCHIBALD HAROLD FRANK SAMWAYS; Processo: 47039000913201547 Empresa: SCANIA BANCO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HALİL GÜL Passaporte: U02920114 Mãe: NEVIN GÜL Pai: ZEKI GÜL; Processo: 47039000914201591 Empresa: JULIANA RODRIGUES MENDONCA PEREIRA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GERRYSA TAN ASUELO Passaporte: EC0741037 Mãe: ELSA MAYORES TAN Pai: GERARDO LADIANA ASUELO; Processo: 47039000918201570 Empresa: ANTONIO JOSE MANSUR Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOECELYN DALIPE VICENTE Passaporte: EB2539978 Mãe: ROMANITA ALECTO DALIPE Pai: JAIME BAYLON VICENTE; Processo: 47039000923201582 Empresa: NASSER FARES Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOCELLI DIMORA LEE Passaporte: EB9707429 Mãe: ERLINDA DIMORA Pai: ROGELIO LEE; Processo: 47039000931201529 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GURUPANDIAN SOUNDARAPANDIAN Passaporte: J6234406 Mãe: ANNA PUSHPAM Pai: SOUNDARA PANDIAN; Processo: 47039000936201551 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CATHERINA CAROLIN DANIEL Passaporte: CG9F7PN6X Mãe: Johanna Emilie Hildegard Lehr Pai: Gerhard Georg Lehr; Processo: 47039000957201577 Empresa: EBANX LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PRITAMKUMAR NAROTAMKUMAR BOHRA Passaporte: J1636112 Mãe: Manju Narotamkumar Bohra Pai: Narotamkumar Bohra; Processo: 47039000965201513 Empresa: COMERCIO DIGITAL BF LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AMILCAR ALEJANDRO ZAMBRANO GUEVARA Passaporte: 055880576 Mãe: OBDULIA INES JOSEFINA QUEVARA DE ZAMBRANO Pai: AMILCAR ALFREDO ZAMBRANO GARCIA; Processo: 47039000975201559 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO DE PAULA RAUL ALDAO YALLONARDO Passaporte: 042702500 Mãe: ITALIA AZUCENA DEL CARMEM YALLONARDO DE ALDAO Pai: RAUL DE JESUS ALDAO COUSINO; Processo: 47039000972201515 Empresa: ESCOLA DAS NACOES CENTRO DE EDUCACAO E CULTURA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREW THOMAS MATHIE Passaporte: QI286172 Mãe: Joan Ethel Isabel Scandrett Pai: Gordon Robert Mathie; Processo: 47039000973201560 Empresa: ESCOLA DAS NACOES CENTRO DE EDUCACAO E CULTURA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NICOLE TAMARA FURUTANI Passaporte: QM819749 Mãe: Leslie Dorothy Image Pai: Anthony Clifton Furutani; Processo: 47039001063201502 Empresa: B J BOUWMAN & CIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jens Krümpel Passaporte: C7J1R1X5P Mãe: Theresia Krümpel Pai: Josef Krümpel; Processo: 47039001005201571 Empresa: BM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES SPE S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDOUARD FICHET Passaporte: 06AC33128 Mãe: SOLANGE THIBAUDAULT Pai: CHARLES EDOUARD FICHET; Processo: 47039001014201561 Empresa: BRASTURINVEST INVESTIMENTOS TURISTICOS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS ANDRE PESTANA SOTERO GOMES Passaporte: N095034 Mãe: Celestina Maria Pereira Pestana Sotero Gomes Pai: Luis Manuel Neves Sotero Gomes; Processo: 47039001119201511 Empresa: EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARMANDO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA Passaporte: L909647 Mãe: OLGA FERNANDA DA CONCEICAO AUGUSTO SILVA Pai: ARMANDO VENTURA VIEIRA DA SILVA; Processo: 47039001056201501 Empresa: CONCESSIONARIA AEROPORTO RIO DE JANEIRO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEPHAN MATTHIAS SCHWOLGIN Passaporte: C9FZ1132X Mãe: ROSEMARIE SCHWOLGIN Pai: ARMIN FRITZ ALBERT SCHWOLGIN; Processo: 47039001071201541 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EMERSON ONG YU Passaporte: EB6352882 Mãe: MARILOU YAP ONG Pai: DICKSON NEMENZO YU; Processo: 47039001082201521 Empresa: ATMOSFERA GESTAO E HIGIENIZACAO DE TEXTEIS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ETIENNE ABEL PERRIN - GOURON Passaporte: 08AX87195 Mãe: Goutagny Brigitte Pai: Perrin-Gouron Bernard; Processo: 47039001084201510 Empresa: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIGI FIERRO Passaporte: AA0514224 Mãe: Maria Angelina Vasile Pai: Eldo Fierro; Processo: 47039001095201508 Empresa: GIVAUDAN DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Diego Martin Ares Passaporte: AAA260938 Mãe: Alicia Susana Caldeias Pai: Raul Luis Ares; Processo: 47039001101201519 Empresa: SOMAGUE ENGENHARIA S.A. DO BRASIL Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nuno Alexandre da Fonseca Bucho Passaporte: M900480 Mãe: Rosa Maria da Fonseca Duque Bucho Pai: António Feio Bucho; Processo: 47039001102201563 Empresa: TRANSBIAGA - TRANSPORTES USABIAGA DO BRASIL SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Francisco Javier Jimenez Lapeña Passaporte: AAH375174 Mãe: Elisa Lapeña Ruiz Pai: José Angel Jimenez Ladrón; Processo: 47039001114201598 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLIVIER PIERRE MICHEL LOICQ Passaporte: 09AK67145 Mãe: MONIQUE YVETTE FERNANDE GÉRARD Pai: YVES JOSEPH FERDINAND LOICQ; Processo: 47039001125201578 Empresa: EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: José Leite Fernandes Passaporte: L934375 Mãe: Maria da Glória Ribeiro Leite Pai: Manuel da Silva Fernandes; Processo: 47039001118201576 Empresa: TELEFONICA BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JONATHAN ALEXANDERS BRAVO LEON Passaporte: A2671876 Mãe: LINA EYQUEL LEON MACIAS Pai: TOMAS LIBORIO BRAVO REYES.

Temporário - Sem Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 47039001556201534 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Isidro Ramón Reyes Passaporte: E212825 Mãe: José Ramón Reyes Pai: Tomasa Ávila.

Temporário - Sem Contrato - RN 35 - Resolução Normativa, de 28/09/1999:

Processo: 47039001503201513 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alain, René, Alexandre Bottey Passaporte: 14DL27166.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 47039010699201456 Empresa: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: QIANGBO ZHANG Passaporte: G25371139; Processo: 47039013689201472 Empresa: MTU DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: MARTIN ROBERT HALLER Passaporte: C9VVJOMXT; Processo: 47039000803201585 Empresa: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAKU KANDA Passaporte: TH5791257; Processo: 47039000994201585 Empresa: ENGINEERING DO BRASIL S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MASSIMILIANO MURRONE Passaporte: YA4018377; Processo: 47039011402201470 Empresa: ALFA LAVAL LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: CHRISTIAN THOMSEN Passaporte: 206261769; Processo: 47039011405201411 Empresa: ALFA LAVAL LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: POUL ERIK MONDRUP ANDREASSEN Passaporte: 202681054; Processo: 47039011648201441 Empresa: NEW ACCESS SOFTWARE BANCARIOS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PHUC LUONG Passaporte: X2621484; Processo: 47039013683201403 Empresa: MTU DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: YEISON JAVIER KRATOFIL Passaporte: C9T32VJRN; Processo: 47039013884201401 Empresa: CXC GLOBAL ASSESSORIA EMPRESARIAL DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LAURENS RAY WILLIAMS II Passaporte: 213597905; Processo: 47039013900201457 Empresa: GDBR INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES QUIMICOS E DE BORRACHA LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: TSUYOSHI OYAMA Passaporte: TK6046903; Processo: 46094000116201532 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: YUJI KAMADA Passaporte: TH3087410; Processo: 46094000381201511 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KOJI WATANABE Passaporte: TR2020631; Processo: 46094000380201576 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KEISUKE NAGASAKI Passaporte: TR2745151; Processo: 46094000382201565 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NORIYUKI KURAOKA Passaporte: TR2741489; Processo: 46094000384201554 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HIDETOSHI KONNO Passaporte: TK4206406; Processo: 46094000383201518 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHUICHI KOERA Passaporte: TR2965095; Processo: 47039000154201512 Empresa: MODEC SERVICOS DE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL AGUADO FARAON Passaporte: EB6878172; Processo: 47039000168201536 Empresa: CISCO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LAURENT AUBERT Passaporte: GK821179; Processo: 47039000233201523 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DIONISIO JR. TUMAMBING UMALI Passaporte: EB3884759; Processo: 46094000406201586 Empresa: CAMPUS MANAGEMENT BRASIL COMERCIO DE SOFTWARES EDUCATIVOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Shashank Mishra Passaporte: 1395744; Processo: 47039000297201524 Empresa: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GAGAN KUMAR KISHORE Passaporte: H7462017; Processo: 47039000337201538 Empresa: MILVENTOS DO BRASIL ENERGIA RENOVAVEL LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jose Celerino López Castiñeira Passaporte: AAI210870; Processo: 46094000144201550 Empresa: MARINE POWER SERVICOS E REPAROS NAVAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHANNES HUBERT MARIA SCHERMER Passaporte: NSHHK83B3; Processo: 46094000139201547 Empresa: MARINE POWER SERVICOS E REPAROS NAVAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KEVIN HENRI BAKKER Passaporte: NN41R9D28; Processo: 46094000141201516 Empresa: MARINE POWER SERVICOS E REPAROS NAVAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KJELL ARNE OMDAL MATHISEN Passaporte: 25627464; Processo: 46094000138201501 Empresa: MARINE POWER SERVICOS E REPAROS NAVAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD DAVID BANNING Passaporte: 706680958; Processo: 46094000143201513 Empresa: MARINE POWER SERVICOS E REPAROS NAVAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERTUS WILHELMUS VAN DEN HEUVEL Passaporte: NND84H5R4; Processo: 47039000379201579 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARVIN ANDAL SARMIENTO Passaporte: EB7082496; Processo: 47039000388201560 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GHERDY GATDULA AMADA Passaporte: EB9284199; Processo: 47039000444201566 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANCESCO PASSAFINI Passaporte: YA5880783; Processo: 47039000456201591 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GIACOMO GRIECI Passaporte: YA2201360; Processo: 47039000460201559 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GERARDO MAGRI Passaporte: AA6044676; Processo: 47039000476201561 Empresa: MHI TRANSPORTATION SYSTEMS BRASIL LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MASANORI MURATA Passaporte: TH0448732; Processo: 47039000478201551 Empresa: LANIK DO BRASIL ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO CAMPOS MARTIN Passaporte: AAC140301; Processo: 47039000593201525 Empresa: LANIK DO BRASIL ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IGNACIO CAMPOS MARTIN Passaporte: AAJ277152; Processo: 47039000486201505 Empresa: MHI TRANSPORTATION SYSTEMS BRASIL LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HIROKI OTSUJI Passaporte: TH8130653; Processo: 47039000521201588 Empresa: INBOBE EMPREENDIMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE LUIZ MARTINEZ CADENAS Passaporte: AAG260688; Processo: 47039000604201577 Empresa: COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERACAO Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HIROFUMI TAKENOUCHI Passaporte: TH4218693; Processo: 47039000609201508 Empresa: COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERACAO Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RYOHEI YAMAMOTO Passaporte: MS9272015; Processo: 47039000637201517 Empresa: EMEPH STEEL DO BRASIL LTDA - EPP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JIMMY ALEXANDER MOYA ALARCON Passaporte: AAE344428; Processo: 47039000636201572 Empresa: SANY IMPORTACAO E EXPORTACAO DA AMERICA DO SUL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LIANG ZHAONAN Passaporte: G50999324; Processo: 47039000699201529 Empresa: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PRASHANT KUMAR VARSHNEY Passaporte: H7765107; Processo: 47039000721201531 Empresa: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL ROBERT JARDEN Passaporte: 441871285; Processo: 47039000762201527 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUNGCHUL KIM Passaporte: M33920452; Processo: 47039000774201551 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SUNG HYUN BAEK Passaporte: M13002036; Processo: 47039000801201596 Empresa: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HIROYUKI TAKAHASHI Passaporte: TH6445005; Processo: 47039000805201574 Empresa: BMW DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHKUMBIM BERISHA Passaporte: 85269332; Processo: 47039000814201565 Empresa: BMW DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALFRED BERTHOLD LAHMER Passaporte: CH1HF34K2; Processo: 47039000815201518 Empresa: SARENS BRASIL LOCACAO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVID MICHAEL COPSON Passaporte: 504007665; Processo: 47039000816201554 Empresa: SARENS BRASIL LOCACAO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAMIE LEE WILCOX Passaporte: 527649031; Processo: 47039000817201507 Empresa: FIVES DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FREDERIC PIERRE BAUDUIN Passaporte: 14P62401; Processo: 47039000818201543 Empresa: SARENS BRASIL LOCACAO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KRIS ARTHUR MARIA COLMAN Passaporte: EK201487; Processo: 47039000819201598 Empresa: SARENS BRASIL LOCACAO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT ANDREW FRASER Passaporte: 652364235; Processo: 47039000820201512 Empresa: SARENS BRASIL LOCACAO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TOM KERREMANS Passaporte: EK213324; Processo: 47039000821201567 Empresa: SARENS BRASIL LOCACAO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDDY HENDRIK MARIA CORNELIS JONGENEELEN Passaporte: BK84F6143; Processo: 47039000822201510 Empresa: SARENS BRASIL LOCACAO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LAWRENCE IRVINE KNIGHT Passaporte: 761301921; Processo: 47039000823201556 Empresa: SARENS BRASIL LOCACAO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DIRK COPPENS Passaporte: EJ214524; Processo: 47039000824201509 Empresa: SARENS BRASIL LOCACAO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICHIE JOHN GUNDAYAO FERRER Passaporte: EB2605508; Processo: 47039000825201545 Empresa: I M S DO BRASIL SUPORTE E ASSISTENCIA TECNICA EM EQUIPAMENTOS SIDERURGICOS LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: JOACHIM HEINRICH LINDEMANN Passaporte: C6XZXTPW8; Processo: 47039000826201590 Empresa: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YVES GERARD CERRUTI - BROGLIA Passaporte: 09PD84175; Processo: 47039000828201589 Empresa: BMW DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREAS JOHANN WIDHOPF-STOLZE WIDHOPF Passaporte: CFGN98W09; Processo: 47039000831201501 Empresa: ASIA TRADE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEN LIN Passaporte: PE0111171; Processo: 47039000833201591 Empresa: ASIA TRADE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WANG DOU Passaporte: PE0111168; Processo: 47039000836201525 Empresa: ASIA TRADE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZHIGANG JIAN Passaporte: P01581160; Processo: 47039000847201513 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GONZALO ALONSO MUNOZ ZEGARRA Passaporte: 6340023; Processo: 47039000850201529 Empresa: PMC AUTOMOTIVA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Alessandro Giovannini Passaporte: YA4900671; Processo: 47039000852201518 Empresa: PMC AUTOMOTIVA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Anto Grgic Passaporte: 160827002; Processo: 47039000854201515 Empresa: PMC AUTOMOTIVA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Francesco Catalano Passaporte: YA6386816; Processo: 47039000855201551 Empresa: TOYO DO BRASIL - CONSULTORIA E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHAIWAT NEN-IEM Passaporte: AA3549698; Processo: 47039000858201595 Empresa: PMC AUTOMOTIVA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Giovanni Cambai Passaporte: AA6067715; Processo: 47039000860201564 Empresa: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GANG GUO Passaporte: E17304172; Processo: 47039000862201553 Empresa: PMC AUTOMOTIVA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Giovanni Rossi Passaporte: YA5642778; Processo: 47039000864201542 Empresa: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RUI SHAO Passaporte: G39273407; Processo: 47039000863201506 Empresa: PMC AUTOMOTIVA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Marco Di Cosmo Passaporte: YA6284531; Processo: 47039000866201531 Empresa: PMC AUTOMOTIVA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Stefano Vittorio Attilio Milone Passaporte: YA6912116; Processo: 47039000869201575 Empresa: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUANGBO WANG Passaporte: G40509277; Processo: 47039000872201599 Empresa: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHAO ZHANG Passaporte: E11177946; Processo: 47039000877201511 Empresa: TOYO DO BRASIL - CONSULTORIA E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANAN SRIVIJAN Passaporte: AA2965284; Processo: 47039000882201524 Empresa: TOYO DO BRASIL - CONSULTORIA E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AMPAI MAHAVICHIEN Passaporte: T966248; Processo: 47039000889201546 Empresa: TOYO DO BRASIL - CONSULTORIA E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SOMPORN UDOMSRI Passaporte: AA1846238; Processo: 47039000890201571 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARTIN HUBERT LIPINSKI Passaporte: CFYTKKH8W; Processo: 47039000908201534 Empresa: INTERNATIONAL LOGGING DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VINCENT NEIL MASSINGHAM Passaporte: 517724585; Processo: 47039000904201556 Empresa: CAPITAL CONSULTING SERVICOS TECNICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KENJIE CAMARCE CAMPAT Passaporte: EB6373644; Processo: 47039000915201536 Empresa: SCANTECH OFFSHORE DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DARREN JOHN MCCOWAN Passaporte: 099121998; Processo: 47039000921201593 Empresa: TOYO DO BRASIL - CONSULTORIA E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SOMMAI BUTPATSA Passaporte: 0448025; Processo: 47039000926201516 Empresa: TOYO DO BRASIL - CONSULTORIA E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PRADID KAEWKERD Passaporte: L960507; Processo: 47039000933201518 Empresa: TOYO DO BRASIL - CONSULTORIA E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jongjet Krua-aita Passaporte: AA2967488; Processo: 47039000934201562 Empresa: TOYO DO BRASIL - CONSULTORIA E CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Yingyot Khamkhoon Passaporte: AA1844577; Processo: 47039000937201504 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAINER ANTON BARTL Passaporte: CFYV247HR; Processo: 47039000950201555 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Miguel Angel Gonzalez Jimenez Passaporte: G15181983; Processo: 47039000962201580 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SIMON NEIL HUNTER Passaporte: 517993982; Processo: 47039000974201512 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL DAVID MIDDLETON Passaporte: 529317433; Processo: 47039000980201561 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAUL JONATHAN HOLVEY Passaporte: 209282993; Processo: 47039000981201514 Empresa: SERIS - SERVICOS TECNICOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BENEDETTO CERULLO Passaporte: YA6316279; Processo: 47039000988201528 Empresa: ENGINEERING DO BRASIL S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ADA TASSONI Passaporte: YA4383006; Processo: 47039001016201551 Empresa: AK OPERACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LAURO GUTIERREZ VILLARUEL Passaporte: EB2824104; Processo: 47039001018201540 Empresa: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEX BRESCIA Passaporte: YA6654763; Processo: 47039001022201516 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL ENRIQUE PENA CACHO Passaporte: 6167992; Processo: 47039001024201505 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPH IPSEN Passaporte: C1C2PHV6N; Processo: 47039001031201507 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALMA YSELA KING Passaporte: 490098784; Processo: 47039001037201576 Empresa: JENTECH DO BRASIL CONSTRUTORA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JONG WOON LEE Passaporte: M52449779; Processo: 47039001040201590 Empresa: AK OPERACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZULKEFLI BIN ABU HASAN Passaporte: A25970630; Processo: 47039001050201525 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SERHII HAVRYLEI Passaporte: ET726785; Processo: 47039001053201569 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VITALII TESLENKO Passaporte: EH169450; Processo: 47039001062201550 Empresa: CEGELEC LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Anthony Raymond Georges Bourg Passaporte: 09PI79046; Processo: 47039001065201593 Empresa: CEGELEC LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MOURAD BELHADI Passaporte: 06A105896; Processo: 47039001068201527 Empresa: CEGELEC LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROMAIN PIERRE RAPHAEL PALAZ Passaporte: 11CV14983; Processo: 47039001072201595 Empresa: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SVEN GUSTAF MAGNUS INGELMAN Passaporte: 82906344; Processo: 47039001077201518 Empresa: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KJELL ROBERT MATTIAS LAVÉN Passaporte: 82950169; Processo: 47039001080201531 Empresa: LM WIND POWER DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE ANGEL REGUEIRO MOYANO Passaporte: AAI71534; Processo: 47039001089201542 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEPHAN KARL FINK Passaporte: CFXWMTLK8; Processo: 47039001090201577 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: OLIVER ZEPP Passaporte: C232XGH2L; Processo: 47039001092201566 Empresa: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FLORIAN LOIPERSBERGER Passaporte: CF0Z4LR2P; Processo: 47039001094201555 Empresa: PRUMO ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MIGUEL PINTO RICARDO Passaporte: L877634; Processo: 47039001097201599 Empresa: GE HEALTHCARE DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WEI LI Passaporte: E00916749; Processo: 47039001107201596 Empresa: SUNGARD DO BRASIL SERVICOS DE INFORMATICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BRAN SIMONS Passaporte: NVIFFJ9H5; Processo: 47039001126201512 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JORGE LUIS SALAZAR Passaporte: AAC497050; Processo: 47039001127201567 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAMON ROMERO Passaporte: 13192942N; Processo: 47039001128201510 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAUL ERNESTO GARCIA Passaporte: AAB674800; Processo: 47039001129201556 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO ARIEL LUCENA Passaporte: AAB068573; Processo: 47039001130201581 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SILVIO DAMIAN OLAZAR Passaporte: AAB851224; Processo: 47039001132201570 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FEDERICO DANIEL FLORES Passaporte: 30398977N; Processo: 47039001133201514 Empresa: GRANITE SERVICES INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JORGE DAVID BALLEJOS Passaporte: 28612166N; Processo: 47039001144201502 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ASAITHAMBI PERIYASAMY Passaporte: K5160971; Processo: 47039001149201527 Empresa: POSCO ENGE-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MINOH CHO Passaporte: M64438414; Processo: 47039001151201504 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHIL-KONG KWEON Passaporte: M29596561; Processo: 47039001152201541 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JONG-SUP YOON Passaporte: M43065729; Processo: 47039001153201595 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MOOYOUL KIM Passaporte: M54029593; Processo: 47039001154201530 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BYOUNGIK KONG Passaporte: M18828849; Processo: 47039001155201584 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHANG HONG PARK Passaporte: M90328303; Processo: 47039001156201529 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KI-CHAE HWANG Passaporte: M86039339; Processo: 47039001158201518 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL RUFINO BATIC-BATIC Passaporte: EC1399374; Processo: 47039001157201573 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SUCKCHAN MO Passaporte: M53210862; Processo: 47039001160201597 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NG XINGFU Passaporte: E4817867E; Processo: 47039001164201575 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDER STROTTCHEN Passaporte: C6XZPTF18; Processo: 47039001189201579 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MAX ELMER CASTELLANO CURASMA Passaporte: 6551337; Processo: 47039001188201524 Empresa: HEINEN & HOPMAN DO BRASIL - EQUIPAMENTOS E SERVICOS NAVAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VENKATA RAMANA GOLLAVILLI Passaporte: H8854671; Processo: 47039001190201501 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERTO FELIPE VELA RODRIGUEZ Passaporte: 6516582; Processo: 47039001193201537 Empresa: MARPOSS APARELHOS ELETRONICOS DE MEDICAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALBERTO MARANI Passaporte: YA6890698; Processo: 47039001194201581 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WACNER JHON CUELLAR HUAMAN Passaporte: 6289399; Processo: 47039001196201571 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JACINTO EUCLIDES ARIAS FIGUEROA Passaporte: 6551485; Processo: 47039001201201545 Empresa: MARPOSS APARELHOS ELETRONICOS DE MEDICAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VINCENZO PALOMBA Passaporte: YA6912800; Processo: 47039001202201590 Empresa: MARPOSS APARELHOS ELETRONICOS DE MEDICAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEFANO PERRONE Passaporte: YA4294888; Processo: 47039001221201516 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ADAM DANNY CHRISTIE Passaporte: 517888172; Processo: 47039001218201501 Empresa: SKF DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Adan Vazquez Torres Passaporte: G11727852; Processo: 47039001225201502 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAN PETER DUGAS Passaporte: 136094087; Processo: 47039001227201593 Empresa: SKF DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Jose Guadalupe Alonso Passaporte: G11534164; Processo: 47039001237201529 Empresa: ALPITEL BRASIL IMPLANTACOES DE SISTEMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VINCENZO ANNUNZIATA Passaporte: YA0519608; Processo: 47039001240201542 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Damian Mikolaj Wilk Passaporte: EF2177006; Processo: 47039001239201518 Empresa: SKF DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Julio Cesar Martinez Moyeda Passaporte: G14996969; Processo: 47039001247201564 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Tadeusz Szymon Borcuch Passaporte: AP9150165; Processo: 47039001245201575 Empresa: SKF DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Brian Robert Morphis Passaporte: 522399212.

Temporário - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 47039001003201581 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KEIGO KURITA Passaporte: TH3676305 Mãe: TAMIKO KURITA Pai: YASUSHI KURITA.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006 (Alínea ANTIGA):

Processo: 46094000333201522 Empresa: ASSOCIACAO PRO-DANCA Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: AMOS BEN TAL Passaporte: NPF1R92D1; Processo: 46094000332201588 Empresa: ASSOCIACAO PRO-DANCA Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: PATRICK CHARLES DELCROIX Passaporte: 14DR33603; Processo: 46094000335201511 Empresa: DUETO PRODUCOES E PUBLICIDADES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Daniel Mikael Wold Passaporte: 30102514 Estrangeiro: JOEL ERIC CHRISS Passaporte: 452015065 Estrangeiro: Jarle Vespestad Passaporte: 30075350 Estrangeiro: Sigurd Hole Passaporte: 26828872 Estrangeiro: Tord Gustavsen Passaporte: 29921509; Processo: 46094000337201519 Empresa: MICHAEL MUSATTI Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ASHER SWISSA Passaporte: 10952066; Processo: 46094000334201577 Empresa: DUETO PRODUCOES E PUBLICIDADES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: BENNIE MAUPIN Passaporte: 447612182 Estrangeiro: BILLY R HARPER Passaporte: 424152108 Estrangeiro: Cecil Leroy McBee Passaporte: 421723791 Estrangeiro: Christopher Daniel Mees Passaporte: 450144622 Estrangeiro: David Weiss Passaporte: 468419491 Estrangeiro: Donald Ray Brown Passaporte: 406524576 Estrangeiro: Ralph Peterson Jr. Passaporte: 488385393 Estrangeiro: Samuel Charles Tolliver Passaporte: 435003696; Processo: 47039001444201583 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANDREW MICHAEL BARRON Passaporte: 488689632 Estrangeiro: CHRISTOPHER MATTHEW MOON Passaporte: 466830445 Estrangeiro: DYLAN ROADIE WOLF KERBRAT Passaporte: 443673319 Estrangeiro: EAMONN DOMINIC MC KIERNAN Passaporte: 450330677 Estrangeiro: GABRIEL HILLEL NOEL Passaporte: 425049611 Estrangeiro: ISOM DAVID INNIS Passaporte: 472543079 Estrangeiro: JAMES EMLYN LAWRENSON Passaporte: 099267286 Estrangeiro: JARRET JEREMY ERLICHMAN Passaporte: 488161413 Estrangeiro: JEREMY WILLIAM NIELSEN Passaporte: 420426939 Estrangeiro: JOHN MICHAEL PICARD JR Passaporte: 505922221 Estrangeiro: MARK ANDREW PONTIUS Passaporte: 217300879 Estrangeiro: MARK DEREK FOSTER Passaporte: 488694846 Estrangeiro: PHILLIP BRUCE DANYEW Passaporte: 505914121 Estrangeiro: RYAN PHILIP GEORGE Passaporte: 439310312 Estrangeiro: SCOTT CLIFFORD CADWALLADER Passaporte: 452366811 Estrangeiro: SEAN MICHAEL CIMINO Passaporte: 475467449 Estrangeiro: SOPHIE ELIZABETH REEVES Passaporte: 506258290 Estrangeiro: THOMAS CALCATERRA Passaporte: 438185243; Processo: 46094000331201533 Empresa: INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO CULTURAL Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: AVGUST AMONOV Passaporte: 750439588; Processo: 46094000573201527 Empresa: J.J.B.R. CINE VIDEO E EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BRUCE TIMOTHY BERNE Passaporte: 530408289 Estrangeiro: GORDON MC CHESNEY SMITH Passaporte: 460283237 Estrangeiro: MATTHEW TILY MITCHELL Passaporte: 221633482 Estrangeiro: Oscar Noriega Passaporte: 478492673; Processo: 46094000330201599 Empresa: DUETO PRODUCOES E PUBLICIDADES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HANS DIETER GLAWISCHNIG Passaporte: 482533729 Estrangeiro: HENRY COLE RIOS Passaporte: 426636799 Estrangeiro: LUIS EDGARDO PERDOMO Passaporte: 486358850 Estrangeiro: Mariah Constance Wilkins Passaporte: 493024409 Estrangeiro: Miguel A. Zenon Passaporte: 488984962; Processo: 47039001500201580 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: BRADLEY JOSEPH WILK Passaporte: 506258146 Estrangeiro: DOUGLAS RICHARD GOODMAN Passaporte: 506022063 Estrangeiro: GIOVANNI DANTE GASPARETTI Passaporte: BYK84KKP2 Estrangeiro: JAMES MICHAEL CORBIN Passaporte: 445004196 Estrangeiro: JEFF GEORGE SCHROEDER Passaporte: 222202912 Estrangeiro: JOHN JOSEPH CHIDLEY Passaporte: 506258350 Estrangeiro: KEVIN WAYNE LEMOINE Passaporte: 471184417 Estrangeiro: LARRY UPTON Passaporte: 504888775 Estrangeiro: MARK AUGUST STOERMER Passaporte: 488817130 Estrangeiro: MICHAEL WILLIAM OOR Passaporte: 506256540 Estrangeiro: PETER MARK LEWIS Passaporte: 446990636 Estrangeiro: ROBERT LEE PARKER Passaporte: 113546968 Estrangeiro: RODNEY DALE JOHNSON Passaporte: 488168152 Estrangeiro: WLLIAM PATRICK CORGAN Passaporte: 488720184; Processo: 47039001443201539 Empresa: LUCAS DA SILVA RODRIGUES SIMARRO 08359831610 Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDRE ERIAN Passaporte: GM666347 Estrangeiro: CORY WAYNE WILSON Passaporte: GM355592 Estrangeiro: JOHN ROBERT KING CAMPBELL Passaporte: HB823659 Estrangeiro: STEVEN MOROTTI Passaporte: HB823657 Estrangeiro: TERRENCE JAMES MCAULEY-PERRIGO Passaporte: QC580842; Processo: 46094000553201556 Empresa: LILIAN MARIA AMARAL BARRETTO - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JACEK LASZCZKOWSKI Passaporte: EH0537215; Processo: 46094000554201509 Empresa: LILIAN MARIA AMARAL BARRETTO - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Annemarie Suzanne Kremer Passaporte: NND34K158; Processo: 46094000552201510 Empresa: LILIAN MARIA AMARAL BARRETTO - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: KAY ALEXANDER STIEFERMANN Passaporte: C1TL7FG80; Processo: 46094000551201567 Empresa: BRASUCA PRODUCOES ARTISTICAS CULTURAIS E DE EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Brendan James BROSE Passaporte: 450882014 Estrangeiro: Denfield Berrisford JONES Passaporte: 507717363 Estrangeiro: Gary Joseph WALTON II Passaporte: 512743383 Estrangeiro: HASHIM LINCOLN OMARI RUSSEL Passaporte: 499726918 Estrangeiro: Jeffrey Glen ALLGROVE Passaporte: 485202574 Estrangeiro: Lloyd Edward McDONALD Passaporte: 217407797 Estrangeiro: MICHAEL D HYDE Passaporte: 445012085 Estrangeiro: Winston George MATTHEWS Passaporte: 495742776; Processo: 46094000548201543 Empresa: INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO CULTURAL Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ROBERTO MINGARINI Passaporte: YA3951802; Processo: 47039001464201554 Empresa: EDELMAN DO BRASIL CONSULTORIA E COMUNICACAO LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: EDWARD WILLIAM STEPHEN Passaporte: 513914625 Estrangeiro: HAI DANG DAO Passaporte: 800978536 Estrangeiro: OWEN ROBERT CRAVEN-GRIFFITHS Passaporte: 461841859 Estrangeiro: SIMON COMPTON RAWLINSON Passaporte: 518934297; Processo: 47039001461201511 Empresa: EDELMAN DO BRASIL CONSULTORIA E COMUNICACAO LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JEREMIAH EDWARD REYNOLDS Passaporte: 505786896 Estrangeiro: LAUREN JANE BROWN Passaporte: 080105328 Estrangeiro: SANDRA CLARK THOMSON Passaporte: 510710367; Processo: 46094000549201598 Empresa: AYMBERE PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: Emma Catherine Tramposch Passaporte: 447878479 Estrangeiro: Guillermo Gomez Peña Passaporte: E10365562 Estrangeiro: Jessica Faith Ballinger Passaporte: 500202529 Estrangeiro: Saul Garcia Lopez Passaporte: G01556569; Processo: 47039001460201576 Empresa: LIBERATION MUSIC COMPANY PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANDREW MICHAEL ROSE Passaporte: 457916953 Estrangeiro: ARMAN MAJIDI Passaporte: 483727822 Estrangeiro: CHRISTOPHER RAWSON Passaporte: GB263339 Estrangeiro: CRAIG CHRISTOPHER SETARI Passaporte: 422060998 Estrangeiro: DREW EDMUNDSON SORIA Passaporte: 458772656 Estrangeiro: GEORGE EDWARD SCHMITZ Passaporte: 443581828 Estrangeiro: JESSE DEAN BARNETT Passaporte: 445001473 Estrangeiro: JOSHUA SMITH JAMES Passaporte: 438185232 Estrangeiro: LAURENS MARTIN HANSZOON KUSTERS Passaporte: NY0KHL1R3 Estrangeiro: LOUIS PIERRE KOLLER Passaporte: 441137280 Estrangeiro: MICHAEL JASON FULLAM Passaporte: 488542480 Estrangeiro: PIERRE MICHEL KOLLER Passaporte: 428347527; Processo: 47039001427201546 Empresa: 24BIT MANAGEMENT PRODUCOES MUSICAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANASTASIIA TOPOLSKA Passaporte: ER356289; Processo: 47039001428201591 Empresa: 24BIT MANAGEMENT PRODUCOES MUSICAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHARLES TROY PIERCE Passaporte: 505865719; Processo: 46094000571201538 Empresa: ASSOCIACAO ORQUESTRA PRO MUSICA DO RIO DE JANEIRO Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DOMENICO NORDIO Passaporte: YA0295551; Processo: 47039001512201512 Empresa: ASSOCIACAO SOCIEDADE DE CULTURA ARTISTICA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: EMILIA KISSIN Passaporte: 504043202 Estrangeiro: EVGENY KISSIN Passaporte: 507358347 Estrangeiro: FELIPPE ANDREAS SILVESTRE Passaporte: 513513600; Processo: 47039001498201549 Empresa: ASSOCIACAO SOCIEDADE DE CULTURA ARTISTICA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANNETTE CONSTANCE JULIA VON HEHN Passaporte: C3JTK1K07 Estrangeiro: STEFAN HEINEMEYER Passaporte: C3FL84F14 Estrangeiro: THOMAS PETER PAUL HOPPE Passaporte: C3HZZ5YTL; Processo: 47039001494201561 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AFAMEFUNA OBINNA MICHAEL UDEORJI Passaporte: 513562201 Estrangeiro: BRENT DOUGLAS LIND Passaporte: 452015390 Estrangeiro: BRYAN DANIEL HARRINGTON SCHECKEL Passaporte: 479077600 Estrangeiro: CHAD MASSIE TAYLOR Passaporte: 471220475 Estrangeiro: CHRISTOPHER PAUL HARTZ Passaporte: 039322988 Estrangeiro: DONALD MC KINLEY GLOVER II Passaporte: 455152517 Estrangeiro: DUSTIN WAYNE MILLER Passaporte: 444291617 Estrangeiro: GEORGE CHRISTIAN LINCOLN Passaporte: 489384383 Estrangeiro: JAMAL OLORI Passaporte: 494866526 Estrangeiro: KENNETH HOWARD WILLIAMS Passaporte: 039349007 Estrangeiro: LUDWIG TOMAS EMIL GORANSSON Passaporte: 84101524 Estrangeiro: LYNETTE MARIE WILLIAMS Passaporte: 429277676 Estrangeiro: RAYMOND LIANG SUEN Passaporte: 488023412 Estrangeiro: ROBERT WILLIAM BARR Passaporte: 307178205 Estrangeiro: STEPHEN CHRISTOPHER GLOVER Passaporte: 491803164 Estrangeiro: THOMAS JOHN DRAYTON Passaporte: 039734911 Estrangeiro: WILLIAM ROBERT DOLL III Passaporte: 511428585; Processo: 46094000555201545 Empresa: LATITUDE - MERCURY EVENTOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANDREW INGRAHAM BRINK Passaporte: 483343964 Estrangeiro: ANDREW THOMAS BRENNAN Passaporte: 511347867 Estrangeiro: BERNHARD KUGLER Passaporte: C78YXP1HH Estrangeiro: DIMITRIOS DASKALEAS Passaporte: AK3155977 Estrangeiro: DIRK KLOIBER Passaporte: C4G46426X Estrangeiro: DONALD LOUIS HAMZIK Passaporte: 488905383 Estrangeiro: JAN ERIC DAVID CHRISTOFER FREITAG Passaporte: C6XTRVJLT Estrangeiro: JEFFREY ALLEN LAFLER Passaporte: 221196115 Estrangeiro: JEFFREY LEE HAIR Passaporte: 457256882 Estrangeiro: JOSEPH GERALD DE MAIO Passaporte: 517700531 Estrangeiro: KARL LOGAN Passaporte: 215970219 Estrangeiro: LOUIS MARULLO Passaporte: 488898443 Estrangeiro: LUKÁS KOBERNA Passaporte: 40321208 Estrangeiro: MANOEL CRISTIANO DE ARRUDA Passaporte: YB134157 Estrangeiro: MANUEL ATTILA ROSENAU Passaporte: C2WG3FG2H Estrangeiro: MARK PAUL TWIDELL Passaporte: 707328932 Estrangeiro: PAUL MICHAEL CLARCK Passaporte: 460084474 Estrangeiro: PAUL MICHAEL JOHN CLARCK Passaporte: 507282980 Estrangeiro: RAINER HÄNSEL Passaporte: 446804960 Estrangeiro: TAMIR BRENNER Passaporte: 20674648.

Temporário - Sem Contrato - RN 71 - Resolução Normativa, de 05/09/2006:

Processo: 47039001435201592 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HEIKO HOOGE Passaporte: C79V3Z14M Estrangeiro: MARIA JOHANNA DR. CLAUSS Passaporte: C0HYYC0P6 Estrangeiro: MONIKA DR. STEINHOF Passaporte: CH2FGY43R; Processo: 47039001612201531 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: FREDERIC SCHEPSKY Passaporte: C7397C47Y Estrangeiro: KATRIN DR KNICKMEIER Passaporte: C1PKG4W95; Processo: 47039001622201576 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDER HOFMANN Passaporte: C5HKNF2F5 Estrangeiro: ANNA BARBARA NITHACK GEB. LANDSPERGER Passaporte: CG62MWNCW Estrangeiro: BIRGIT VOLBERG Passaporte: C771TV3P6 Estrangeiro: CHRISTINE BETTY FRIEDA DR. REINKE-KUNZE GEB. REINKE Passaporte: C1VMXYHVP Estrangeiro: DIETMAR NEITZKE Passaporte: C9KR5Y3JX Estrangeiro: JEAN LOUIS JOSEPH IMBS Passaporte: 11AP98656 Estrangeiro: MARC ELLERMANN Passaporte: C6L4VZY6P Estrangeiro: ULRIKE SCHLEIFENBAUM Passaporte: C1TL12GFN; Processo: 47039001651201538 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTHONY MENEZES Passaporte: M6289379 Estrangeiro: HARLINGTONH SAMIR MARTINEZ MARTINEZ Passaporte: E046538 Estrangeiro: IZVAN DOURADO Passaporte: G6772577 Estrangeiro: NGUYEN THANH PHU CUONG Passaporte: B5957611 Estrangeiro: SANDEEP BRITO FERNANDES Passaporte: J 3369593 Estrangeiro: SANIL HASHIM Passaporte: K 5996941 Estrangeiro: YAUW VIRGIE BUDIMAN Passaporte: A6792981; Processo: 47039001697201557 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANNA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RAE REEMSNYDER Passaporte: 427964264 Estrangeiro: BASIM ABDELNOUR Passaporte: 425439062 Estrangeiro: CHARLES EDWARD CARLINI Passaporte: 496439202 Estrangeiro: CHERYL ANN RUCKER MC QUEEN Passaporte: 039803620 Estrangeiro: CONSTANTINO GOTANGCO ZAPANTA Passaporte: 488713153 Estrangeiro: HARRY EARL MC QUEEN Passaporte: 217126106 Estrangeiro: KATHRYN CLARK CHILDERS Passaporte: 222533944 Estrangeiro: LOUIS R MAZZONE Passaporte: 474507387 Estrangeiro: MICHAEL NGUYEN Passaporte: GC466141 Estrangeiro: RAFAEL TALAVERA Passaporte: 440262862 Estrangeiro: RICHARD PUCCI Passaporte: GC644588 Estrangeiro: SARAH KATHLEEN HAYES Passaporte: 488571004; Processo: 47039001706201518 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WOLFGANG DR. WENZEL Passaporte: C2F3PHXJP Estrangeiro: YVONNE HAPPE Passaporte: C3J76VK35.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 46094007521201409 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RIHO RANDI Passaporte: KB0275559; Processo: 46094000078201518 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHN JAMES MACLEOD Passaporte: 099177961; Processo: 46094000128201567 Empresa: BRATEXCO - REPRESENTACOES E SERVICOS EM ENERGIA LTDA Prazo: até 31/12/2015 Estrangeiro: ARISTEO DIVERSON CRUZ Passaporte: EB7778446; Processo: 46094000132201525 Empresa: BRATEXCO - REPRESENTACOES E SERVICOS EM ENERGIA LTDA Prazo: até 31/12/2015 Estrangeiro: STIG REITE Passaporte: 30749044; Processo: 46094000120201509 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ULRIK JOHANSEN Passaporte: 208026963; Processo: 47041000037201518 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/11/2016 Estrangeiro: Paul William Annable Passaporte: QD566723; Processo: 47041000038201554 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/11/2016 Estrangeiro: Arjen De Vries Passaporte: GA926757; Processo: 47041000040201523 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/11/2016 Estrangeiro: Gerald Gordon Dunbar Passaporte: GL830674; Processo: 46094000362201594 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 29/12/2016 Estrangeiro: OWEN DAVID ROSS Passaporte: 511316094; Processo: 46094000363201539 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER MARTINEZ CHAPELA Passaporte: AAC588305; Processo: 46094000361201540 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 02/02/2016 Estrangeiro: MECISLOVAS DAUJOTIS Passaporte: 23787193; Processo: 47041000156201562 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 09/05/2015 Estrangeiro: Nitin Vasantrao Darvankar Passaporte: M4513779 Estrangeiro: Vikas Jaibhagwan Agarwal Passaporte: G8149178; Processo: 47041000157201515 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 25/05/2015 Estrangeiro: Nupur Khurana Passaporte: L5882728 Estrangeiro: VIPIN BALACHANDRAN Passaporte: G5957403; Processo: 46094000425201511 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 07/05/2015 Estrangeiro: ANTONIE GERARDUS WILLEMSTEIN Passaporte: BTHH8DR48 Estrangeiro: AUKE RIJPKEMA Passaporte: NYC2H7BD3 Estrangeiro: BRONNO VAN DER HOLT Passaporte: NVRHD64P8 Estrangeiro: HENDRIK ANTHONIE BOESCHOTEN Passaporte: BLP1F4988 Estrangeiro: MARC LEOPOLD MAGDALENA WOGINGER Passaporte: BMD4JCL39 Estrangeiro: MARCIN JOZEF GAC Passaporte: EC3285921; Processo: 46094000059201591 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA Prazo: até 08/03/2016 Estrangeiro: ALVIN DELGADO CONSUS Passaporte: EC2598764; Processo: 46094000408201575 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PETER ALBERT APPLEFORD Passaporte: 500943192; Processo: 46094000409201510 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GORDON JAMES SELLAR Passaporte: 502018460; Processo: 46094000410201544 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JENNIFER MAHON Passaporte: 517788602; Processo: 46094000477201589 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 30/12/2016 Estrangeiro: HENRIK JESS MOELLER Passaporte: 207504803; Processo: 46094000478201523 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLE BIRGER CHRISTIANSEN Passaporte: 206076888; Processo: 47041000397201510 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 09/05/2015 Estrangeiro: Dhaval Pravinbhai Khetani Passaporte: H3135812; Processo: 47041000398201556 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 09/05/2015 Estrangeiro: Mayur Hirji Devaliya Passaporte: G6232179; Processo: 47041000458201531 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 28/03/2015 Estrangeiro: MARIA BRENDA FACIANE Passaporte: 506217618; Processo: 47041000466201587 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 28/05/2015 Estrangeiro: GRAEME JOHN ALEXANDER MACDOUGALL Passaporte: 099030512; Processo: 47041000485201511 Empresa: PARAGON OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: até 25/04/2016 Estrangeiro: Lester Joseph Breaux Passaporte: 135821414; Processo: 47041000491201561 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: John Paul Smith Passaporte: 099156810; Processo: 47041000494201502 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: SVEIN NARVE URKEDAL Passaporte: 25767452; Processo: 47041000499201527 Empresa: UP OFFSHORE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BENNY PIUS GONSALVES Passaporte: H4956158; Processo: 47041000512201548 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Clifford Selim Hernando Passaporte: EB3201917 Estrangeiro: Kevin Jay Lijauco Casano Passaporte: EC3134259; Processo: 47041000521201539 Empresa: CPMAIS SERVICOS DE CONSULTORIA EM MEIO AMBIENTE LTDA Prazo: até 08/03/2016 Estrangeiro: WALTER CLARK MAXWELL III Passaporte: 215725922; Processo: 47041000526201561 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 03/10/2016 Estrangeiro: ANASTACIO VALLES MESIONA Passaporte: EB8755060 Estrangeiro: Aldwin Cesar Vitalis Florentino Passaporte: EB1707762 Estrangeiro: Allan Delos Reyes Ampong Passaporte: EB9634395 Estrangeiro: Apolinar Caballero Guara Passaporte: EB8895881 Estrangeiro: Arnold Botin Canar Passaporte: EB6159500 Estrangeiro: Carymar Jimeno Bisnar Passaporte: EC0670801 Estrangeiro: Francis Pineda Bolivar Passaporte: EC1386563 Estrangeiro: Harry Jumalon Arcay Passaporte: EC2274076 Estrangeiro: Idelfonso Trimor Marticio Passaporte: EC0551447 Estrangeiro: Marlon Bathan Vergara Passaporte: EC3126592 Estrangeiro: Michael Cano Pereyras Passaporte: EB6647607 Estrangeiro: Orlando Asuncion Unida Passaporte: EC1039604 Estrangeiro: Raymond Tesara Gonzales Passaporte: EB1885903 Estrangeiro: Roberto Adonay Garcia Passaporte: EB9745919 Estrangeiro: Roy Posadas Cacho Passaporte: EC0340842 Estrangeiro: Teddy Rodel Rada Ranada Passaporte: EB2316433 Estrangeiro: Valerio De Los Reyes Dimayuga Passaporte: EB6854445; Processo: 47041000531201574 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: George Petcu Passaporte: 12491849; Processo: 47041000534201516 Empresa: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: até 20/11/2015 Estrangeiro: ARMANDO RAFAEL ALEMAN TRAVIESO Passaporte: I534666; Processo: 47041000538201596 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 27/09/2016 Estrangeiro: Edwin Estrecho Briones Passaporte: EC1133036 Estrangeiro: Jason Labampa Salvador Passaporte: EB8429512; Processo: 47041000535201552 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/07/2015 Estrangeiro: Rama Rao Pappu Passaporte: H2471231; Processo: 47041000537201541 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jamie Eric Presly Passaporte: 109920841; Processo: 47041000536201505 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/07/2016 Estrangeiro: Dexter Rosana Salon Passaporte: EB7222755; Processo: 47041000539201531 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Hassan Moutabia Passaporte: WG7637316; Processo: 47041000546201532 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 31/07/2015 Estrangeiro: BRADLEY ROWLAND PITCHER Passaporte: 099044758 Estrangeiro: GRAHAM JOHN HOLMES Passaporte: 521574416 Estrangeiro: MARTIN JOE EASTIN Passaporte: 501421005 Estrangeiro: MELVYN TRUTZENBACH Passaporte: 099044759; Processo: 47041000540201565 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Arnaud Sybe Meindert Sonnema Passaporte: NY1DBCB10; Processo: 47041000541201518 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/08/2015 Estrangeiro: Dennise Michael Clotario Wood Passaporte: EB6324403; Processo: 47041000542201554 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Rachid Lamane Passaporte: EM114097; Processo: 47041000544201543 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NICOLAS FEUILLY Passaporte: 08AT36801 Estrangeiro: NICOLAS FRANÇOIS MICHEL BREUILLE Passaporte: 10AR54224; Processo: 47041000545201598 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/05/2015 Estrangeiro: Hilario Brase Arcallana Passaporte: EB5140615; Processo: 47041000543201507 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIGI CARRARA Passaporte: YA1563772; Processo: 47041000547201587 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/09/2015 Estrangeiro: Victor Seño Abular Passaporte: EB1697339; Processo: 47041000549201576 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/04/2015 Estrangeiro: Van Louis Bertoldo Nalo Passaporte: EC2225427; Processo: 47041000548201521 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/09/2016 Estrangeiro: Danny Boy Villaruel Babiera Passaporte: EB8762512; Processo: 47041000550201509 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Richard Seamus Anderson Passaporte: LB0043115; Processo: 47041000556201578 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: até 31/01/2017 Estrangeiro: David John Cruickshank Passaporte: 517898942; Processo: 47041000551201545 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/08/2015 Estrangeiro: NICANOR JR. PILI GONZALES Passaporte: EB4019213; Processo: 47041000552201590 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 12/09/2015 Estrangeiro: Nikolaos Verveniotis Passaporte: AI1112393; Processo: 47041000554201589 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jim Sadioa Esteban Passaporte: EB7095397; Processo: 47041000553201534 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/08/2015 Estrangeiro: Jan Valentine De La Cruz Alba Passaporte: EC2942989; Processo: 47041000555201523 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BARRY PATRICK DOHERTY Passaporte: PC2521131; Processo: 47041000557201512 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 12/09/2015 Estrangeiro: Sergey Boyko Passaporte: 712684690; Processo: 47041000558201567 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Diarmuid O Crowley Passaporte: PW2705353; Processo: 47041000559201510 Empresa: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Frederik Hendrik Lombard Passaporte: M00002948; Processo: 47041000562201525 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 28/05/2015 Estrangeiro: ALISTAIR CRAIG SLOAN Passaporte: 520848336 Estrangeiro: MICHAEL CHRISTOPHER MURRAY Passaporte: 652104280; Processo: 47041000560201536 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 12/09/2015 Estrangeiro: Andrey Kudyashov Passaporte: 711816944 Estrangeiro: Oleg Chuprunov Passaporte: EE409849; Processo: 47041000561201581 Empresa: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL GORDON DALE Passaporte: 435285608; Processo: 47041000564201514 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 28/06/2016 Estrangeiro: MATTHIJS FLORIS VAN DER MOER Passaporte: BD5H562P0; Processo: 47041000563201570 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Russel Bautista Viernes Passaporte: EC1812947; Processo: 47041000565201569 Empresa: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IVO GIACONI Passaporte: YA7077017; Processo: 47041000566201511 Empresa: M&S CERNAMBI SUL OPERACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HIKARU SOGABE Passaporte: TH8946964; Processo: 47041000567201558 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IOANNIS TSOUMAS Passaporte: AI1697627; Processo: 47041000568201501 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 01/09/2016 Estrangeiro: MARLAW ESCOBAR ISIDRO Passaporte: EC1860160 Estrangeiro: RENE HUFANO EBREO Passaporte: EB3265220; Processo: 47041000569201547 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEFAN AURELIAN NEACSU Passaporte: 051722758; Processo: 47041000570201571 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SERGEI MIKHEEV Passaporte: 715297754; Processo: 47041000571201516 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ronald James Scantlebury Passaporte: 511260918; Processo: 47041000572201561 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Michael Anthony O Rourke Passaporte: LB0036513; Processo: 47041000573201513 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: John Nelson Powell Passaporte: 407915781; Processo: 47041000575201502 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Francesco Bertella Passaporte: YA2605784; Processo: 47041000576201549 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 09/05/2015 Estrangeiro: Anand Vardhan Kaushik Passaporte: G0261504; Processo: 47041000577201593 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 27/11/2016 Estrangeiro: Henreich Mission Delda Passaporte: EB9876325; Processo: 47041000579201582 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 12/09/2015 Estrangeiro: Francisco So Gemino Passaporte: EB3076274 Estrangeiro: Roland Alipio Cocamas Passaporte: EB8259752 Estrangeiro: Wilfredo Reloza Fernandez Passaporte: EB2365261; Processo: 47041000578201538 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TOMMASO GIOJA Passaporte: YA1841378; Processo: 47041000584201595 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 12/09/2015 Estrangeiro: Oleg Voziyan Passaporte: EE808499 Estrangeiro: Oleksandr Arinich Passaporte: EM134542; Processo: 47041000586201584 Empresa: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHN FREDERICK DAVIES Passaporte: 505687202; Processo: 47041000585201530 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: até 06/02/2017 Estrangeiro: Ajai Chauhan Passaporte: F6430363; Processo: 47041000587201529 Empresa: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VIOREL MAZILU Passaporte: 15395933; Processo: 47041000588201573 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 31/07/2015 Estrangeiro: GORAN MUSULIN Passaporte: 061384468 Estrangeiro: TROY LOGAN PRENTICE Passaporte: BA387015; Processo: 47041000590201542 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Marcin Lukasz Skierka Passaporte: EG2756781; Processo: 47041000589201518 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/04/2015 Estrangeiro: Immanuel Caminade Camiring Passaporte: EB6389011; Processo: 47041000591201597 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/08/2016 Estrangeiro: Andrii Bobrov Passaporte: ER034826; Processo: 47041000592201531 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 12/09/2015 Estrangeiro: Feb Obani Narboneta Passaporte: EB5156948; Processo: 47041000593201586 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gunnar Andreasen Passaporte: 206121937; Processo: 47041000594201521 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Nikita Cherepanov Passaporte: 643091301; Processo: 47041000595201575 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/03/2015 Estrangeiro: Evangelos Katsianos Passaporte: AI2142929; Processo: 47041000596201510 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VASILEIOS PORTOKALIS Passaporte: AH2911719; Processo: 47041000604201528 Empresa: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: até 20/11/2015 Estrangeiro: JACINTO LAZARO LAGO HERNANDEZ Passaporte: G011314 Estrangeiro: JOSE ANGEL CONSTA ALCOLEA Passaporte: I430645; Processo: 47041000597201564 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIKHAIL LALETIN Passaporte: 71 7685721 Estrangeiro: OLEG TATSYUK Pas-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

saporte: 71 0773628 Estrangeiro: ROWEL BOHOL NOYNAY Passaporte: EB2172742; Processo: 47041000598201517 Empresa: PPB DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 02/12/2016 Estrangeiro: JANUSZ WLADYSLAW CHOCHOWSKI Passaporte: EE3418936; Processo: 47041000600201540 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 26/12/2015 Estrangeiro: HAO WANG Passaporte: P01725767 Estrangeiro: JOEL ILAGAN ALEJANDRO Passaporte: EB5622839; Processo: 47041000603201583 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SERGE YVES MARCEL TOURNIAIRE Passaporte: 14AL46534; Processo: 47041000605201572 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 31/12/2015 Estrangeiro: WILLIAM TERENCE JARMAIN Passaporte: 099138270; Processo: 47041000606201517 Empresa: DRACARES APOIO MARITIMO E PORTUARIO LTDA Prazo: até 04/02/2016 Estrangeiro: EMIL EINEBAERHOLM LIHAUG Passaporte: 26236568; Processo: 47041000607201561 Empresa: OOG-TKP PRODUCAO DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Pawel Mateusz Jazgar Passaporte: EG6429902; Processo: 47041000613201519 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 28/03/2015 Estrangeiro: MASON DEAN DAVIDSON Passaporte: 523245510; Processo: 47041000614201563 Empresa: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADAM GORDON DRINKELL Passaporte: M8528056; Processo: 47041000615201516 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 03/10/2016 Estrangeiro: Anna Elizabeth Annelieke Van Der Swaluw Jansen Passaporte: NY06R3K38 Estrangeiro: Anthony Warner Kroes Passaporte: NU5443J28 Estrangeiro: Casper Marc Aalders Passaporte: NVH09J0D6 Estrangeiro: Cornelis van Leeuween Passaporte: NNDK52RP4 Estrangeiro: Dirk van der Plas Passaporte: NTJPC99R1 Estrangeiro: Huig Zwaan Passaporte: NRPD88D01 Estrangeiro: Huig van Duijn Passaporte: BU34PLCJ5 Estrangeiro: Jan Robert Visser Passaporte: NU4JBC4F6 Estrangeiro: Jeffrey Zuiddam Passaporte: NX4C7H3J4 Estrangeiro: Johannes Stephanus Lucardie Passaporte: BU2JFFD74 Estrangeiro: Marcel Richard Meupelenberg Passaporte: NXRC0RRH8 Estrangeiro: Meindert de Haan Passaporte: NY2CR0521 Estrangeiro: Roy Wilmer Jongejan Passaporte: BC5FRJ2R8 Estrangeiro: Teun Johan Planteijdt Passaporte: NU64JR452 Estrangeiro: Tjomme Reinsma Passaporte: BE06H1CL0 Estrangeiro: Willem Jacob Teekman Passaporte: NU1P482J8; Processo: 47041000617201505 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Kevin William Stapf II Passaporte: 445705241; Processo: 47041000618201541 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jovanie Bacalso Rabadon Passaporte: EB9938133 Estrangeiro: Reynante Maglaway Perlas Passaporte: EB9936106 Estrangeiro: Sanny Rufin Patalinghug Passaporte: EB6763710; Processo: 47041000619201596 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Josip Beros Passaporte: 163922485; Processo: 47041000620201511 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHN THOMAS BAUGUS Passaporte: 437735680; Processo: 47041000621201565 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 27/09/2016 Estrangeiro: Miko Heil Passaporte: NVCLD3FH1; Processo: 47041000622201518 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/06/2015 Estrangeiro: Karl Paolo Balofiños Dote Passaporte: EB5056605; Processo: 47041000623201554 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Luthando Jonase Passaporte: 459764867; Processo: 47041000624201507 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 27/11/2016 Estrangeiro: Enrico Barbuco Zamora Passaporte: EB88007283; Processo: 47041000625201543 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: Jonathan Charles Martin Passaporte: 464697972; Processo: 47041000626201598 Empresa: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Kenneth Morrison Keith Passaporte: 099073095; Processo: 47041000627201532 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 28/03/2015 Estrangeiro: CALUM ROBERT JAMES MUIR Passaporte: 510782502; Processo: 47041000628201587 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ranie Humabon Cagampang Palac Passaporte: EC1930512 Estrangeiro: Rogelio Jr. Cortez Santos Passaporte: EB1862415; Processo: 47041000629201521 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Rufino Adame Abraham Passaporte: EC0238238; Processo: 47041000630201556 Empresa: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT THEODORE GOWEN Passaporte: 217216909; Processo: 47041000631201509 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: John Jaymer Espinosa Santos Passaporte: EB7418172; Processo: 47041000632201545 Empresa: PETRODIN SERVICOS MARITIMOS E PETROLEO LTDA - ME Prazo: até 11/09/2015 Estrangeiro: RENE GUMBAN CAMPOS Passaporte: EB9047148; Processo: 47041000633201590 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: David Arthur Smith Passaporte: 652897049 Estrangeiro: John Burnet De Wet Passaporte: 471321228 Estrangeiro: Mohd Hafiz Bin Razali Passaporte: A24248488 Estrangeiro: Richard Timothy Martin Passaporte: 511212110; Processo: 47041000634201534 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jomari Fernandez Ferrer Passaporte: EB4680712 Estrangeiro: Ranie Repancol Tadeo Passaporte: EB2113808; Processo: 47041000637201578 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Lukasz Marcin Borowiak Passaporte: EH8245754; Processo: 47041000636201523 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: Joseph Emmanuel Garcia Regalario Passaporte: EC0706550; Processo: 47041000638201512 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gilbert Cahinde Suarez Passaporte: EC3135959; Processo: 47041000639201567 Empresa: ALLSEAS BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO DE DUTOS LTDA. Prazo: até 31/07/2015 Estrangeiro: DAVOR HORVAT Passaporte: 119805371 Estrangeiro: Glovine Serdom Anak Senin Passaporte: K33034061 Estrangeiro: SHADLER LEE ADKINSON Passaporte: 488090067 Estrangeiro: VADIM BAKSEJEV Passaporte: 21002442 Estrangeiro: WALTER GRANT FLETCHER Passaporte: 492988561; Processo: 47041000640201591 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/11/2016 Estrangeiro: Dhaval Narendra Shah Passaporte: BA733715; Processo: 47041000642201581 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/11/2016 Estrangeiro: James Francis John Embanks Passaporte: GB672377; Processo: 47041000645201514 Empresa: BCH ENERGY DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER BRYAN NEWSON Passaporte: 508662069; Processo: 47041000643201525 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/11/2016 Estrangeiro: Michael Coffin Passaporte: GA907455; Processo: 47041000647201511 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Stefanache Anghelina Passaporte: 052723930; Processo: 47041000646201569 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/06/2015 Estrangeiro: Graham Anthony Rosette Passaporte: N0083181; Processo: 47041000650201527 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/01/2017 Estrangeiro: Stefan Rosu Passaporte: 13171037; Processo: 47041000651201571 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/11/2016 Estrangeiro: Paul Larkin Passaporte: GA941109; Processo: 47041000652201516 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/11/2016 Estrangeiro: Keith Samuel Greene Passaporte: GB612886; Processo: 47041000653201561 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLAN CORNEILIOUS SISK Passaporte: LB0034524; Processo: 47041000655201550 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/09/2015 Estrangeiro: Benjie Paloma Garciano Passaporte: EB9954814; Processo: 47041000656201502 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/11/2016 Estrangeiro: Corey John Herritt Passaporte: QD525000; Processo: 47041000658201593 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/06/2015 Estrangeiro: Glenn Maza Agondez Passaporte: EB2584095; Processo: 47041000659201538 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: Dag Viken Passaporte: 26952757; Processo: 47041000661201515 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JEREMIE ALAIN MARIE SANS Passaporte: 12AD22006 Estrangeiro: RADU ROMICA SURUGIU Passaporte: 050771348 Estrangeiro: STEWART WILLIAM CURSITER Passaporte: 509257704; Processo: 47041000660201562 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/11/2016 Estrangeiro: Maxim Lizotte Passaporte: GC938089; Processo: 47041000662201551 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: Adam Culley Passaporte: 307919949; Processo: 47041000664201541 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/11/2016 Estrangeiro: Bradley Delaney Passaporte: GA918260; Processo: 47041000672201597 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIOS KASMAS Passaporte: AH4737342; Processo: 47041000677201510 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Tom Evans Passaporte: 522769991; Processo: 47041000671201542 Empresa: PETRODIN SERVICOS MARITIMOS E PETROLEO LTDA - ME Prazo: até 11/09/2015 Estrangeiro: MACIEJ ANDRZEJ MALAJ Passaporte: EA4325640; Processo: 47041000673201531 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DMYTRO STOIANOV Passaporte: EA172017 Estrangeiro: Oleksandr Grechukhin Passaporte: EK517324; Processo: 47041000674201586 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/06/2015 Estrangeiro: Ashley Justin Joseph Soopramanian Passaporte: N0064799; Processo: 47041000675201521 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 06/05/2016 Estrangeiro: Robert Jaso Portuguez Passaporte: EB2910390; Processo: 47041000676201575 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sergiy Muzychenko Passaporte: EX002194; Processo: 47041000679201517 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 01/09/2016 Estrangeiro: Daniel Farrell Passaporte: GA956248; Processo: 47041000678201564 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/07/2015 Estrangeiro: Arjun Singh Passaporte: F9624212; Processo: 47041000680201533 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 27/09/2016 Estrangeiro: Petrus Johannes van Voorthuysen Passaporte: BGJF554R8; Processo: 47041000681201588 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IOANNIS KOKARAKIS Passaporte: AH4417194; Processo: 47041000687201555 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/09/2015 Estrangeiro: Wojciech Jan Krystofiak Passaporte: 30373582; Processo: 47041000688201508 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 12/09/2015 Estrangeiro: Arnulfo Ubongen Suero Passaporte: EB8286860 Estrangeiro: Leonardo Cayetano Delos Santos Passaporte: EB4411537 Estrangeiro: Marino Llemit Tadlip Passaporte: EB9876147; Processo: 47041000689201544 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/09/2015 Estrangeiro: Esteban Romero Lopez Passaporte: G08675136.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 47039000079201590 Empresa: GE OIL & GAS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KATHLEEN PATRICIA FINN Passaporte: 306981281; Processo: 47039000141201543 Empresa: DOW BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KARI PAULINE LESPERANCE Passaporte: 457583606; Processo: 47039000685201513 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BLANCA MENDEZ KALKACH Passaporte: G16462270; Processo: 47039014016201511 Empresa: MAKITA DO BRASIL FERRAMENTAS ELETRICAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HIROKI ANDO Passaporte: TK9071217; Processo: 47039000680201582 Empresa: GMS MANAGEMENT SOLUTIONS CONSULTORIA BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FERNANDO GARCIA COLMENERO Passaporte: AAF542171; Processo: 47039000783201542 Empresa: BANCO SOCIETE GENERALE BRASIL S.A. Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: CAMELIA PETRE Passaporte: 14CA90327; Processo: 47039000788201575 Empresa: ITAU UNIBANCO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHERYL ENAYATI Passaporte: 305966443; Processo: 47039000846201561 Empresa: BENTELER COMERCIAL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: AMIR WAHBE Passaporte: C7JNVVVNW; Processo: 47039000892201560 Empresa: HITACHI SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: NAOYUKI HASHIMOTO Passaporte: TH6486534; Processo: 47039000903201510 Empresa: ITAU UNIBANCO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DIOGO PINHO E MELO PEGO GUEDES Passaporte: M369132; Processo: 47039000919201514 Empresa: EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SÉRGIO PEDRO CARDOSO DA SILVA Passaporte: M923593; Processo: 47039000920201549 Empresa: EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICARDO MIGUEL DA COSTA MARQUES PIMENTEL Passaporte: M312622; Processo: 47039000958201511 Empresa: SOJITZ DO BRASIL S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AYAKO KARASHIMA Passaporte: TR1571573; Processo: 47039000969201500 Empresa: TELEFONICA BRASIL S.A. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: VENDULA PECKOVÁ Passaporte: 38583916; Processo: 47039000993201531 Empresa: MITSUI SUMITOMO SEGUROS S.A. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: YUSUKE SANO Passaporte: TK4875186.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 47039001540201521 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: AKIL ALI THOMPSON Passaporte: 488265507 Estrangeiro: ANTHONY FAIL Passaporte: 801503014 Estrangeiro: CHARLES EDWARD JONES II Passaporte: 422045401 Estrangeiro: CHRISTOPHER STORR Passaporte: 099120680 Estrangeiro: DAVID CHRISTOPHE ROCHER Passaporte: 12AI19145 Estrangeiro: HARRISON RICHARD STOKER Passaporte: 521113815 Estrangeiro: JOCELYN EVE STOKER Passaporte: 099167555 Estrangeiro: JONATHAN ALLEN JOSEPH Passaporte: 444595107 Estrangeiro: JOSE ARMANDO GOLA Passaporte: 427235180 Estrangeiro: LENA PEREZ GARCIA Passaporte: 047910936 Estrangeiro: MICHELLE ROSE JOHN Passaporte: 519506908 Estrangeiro: PETER SEBASTIAN INNACONE Passaporte: 425719931 Estrangeiro: PETER WILLIAM MACKAY Passaporte: 517782712 Estrangeiro: RICARDO CORTEZ JORDAN JR Passaporte: 452686875 Estrangeiro: SHARON MAGDALENE WHITE Passaporte: 099260443 Estrangeiro: SIMON JOHN WILLESCROFT Passaporte: 099167489 Estrangeiro: TRAVIS MICHAEL WALAT Passaporte: 428980330; Processo: 47039001667201541 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BARRY STOCK Passaporte: QJ948960 Estrangeiro: BRADLEY JAMES BEAUDRIE WALST Passaporte: QH785366 Estrangeiro: BRUCE ALAN PENDLETON Passaporte: 483783484 Estrangeiro: CHRISTIAN LUKE ZAKOOR Passaporte: GB250619 Estrangeiro: COLIN DARREL SNORTLAND Passaporte: GM661390 Estrangeiro: DANIEL ROSENOER Passaporte: GF045242 Estrangeiro: ERIC DANIEL MC CALLISTER Passaporte: 465672861 Estrangeiro: JEFFREY LYNN CHACE JR Passaporte: 516756836 Estrangeiro: MATTHEW JEAN PAUL WALST Passaporte: 6F135296 Estrangeiro: MICHAEL FILSINGER Passaporte: GB815053 Estrangeiro: MICHELLE MARIE MUNZ Passaporte: 039732295 Estrangeiro: NEIL CHRISTOPHER SANDERSON Passaporte: GF527486 Estrangeiro: SHAWN MICHAEL HAMM Passaporte: 462839218 Estrangeiro: TREVOR GILCHRIST Passaporte: GI516810; Processo: 47039001501201524 Empresa: EDELMAN DO BRASIL CONSULTORIA E COMUNICACAO LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALISTAIR COOKE Passaporte: 308851078 Estrangeiro: GARY MORGAN Passaporte: 528088720 Estrangeiro: KATE BONNEY Passaporte: 501278622 Estrangeiro: LOUISE ANNE COOKE Passaporte: 800284342 Estrangeiro: MARTIN JOHN McCORMICK Passaporte: 800904276 Estrangeiro: ROBERT THOMAS HENDERSON Passaporte: 507862754 Estrangeiro: STEPHEN PILKINGTON JONES Passaporte: 801536162 Estrangeiro: STEVEN PETER WESTWATER Passaporte: 511482479; Processo: 47039001469201587 Empresa: MARCELORUOCCO PRODUCOES CULTURAIS EIRELI - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BENJAMIN SKYLER KANE Passaporte: 308050966 Estrangeiro: CHRISTOPHER ERIC DAVE Passaporte: 488166862 Estrangeiro: ISAIAH SHARKEY Passaporte: 446772846 Estrangeiro: JASON WILLIAM BARBER Passaporte: 493899348 Estrangeiro: KEYON KARIM HARROLD Passaporte: 482534076 Estrangeiro: NICHOLUS GERARD McNACK Passaporte: 508316722; Processo: 47039001467201598 Empresa: MARCELORUOCCO PRODUCOES CULTURAIS EIRELI - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AARON STEIN PARKS Passaporte: 473993404 Estrangeiro: COURTNEY TORA HAWKES Passaporte: 306992768 Estrangeiro: GREGORY MELVIN HUTCHINSON Passaporte: 422076214 Estrangeiro:

IMPRENSA NACIONAL

JOSHUA SHEDROFF Passaporte: 481797754 Estrangeiro: MATTHEW LINDSAY PENMAN Passaporte: LA276772 Estrangeiro: PAUL ALEXANDER BOOTHE Passaporte: 483760828; Processo: 47039001486201514 Empresa: MARIA JOSE SILVA DE MEDEIROS - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Antonio Gil Casas Passaporte: AAD319260 Estrangeiro: Borja Barrueta Del Rio Passaporte: AAK084243 Estrangeiro: Carlos Campon Brugada Passaporte: AAJ340989 Estrangeiro: Carlos Fajardo Gomez de Salazar Passaporte: AAJ350827 Estrangeiro: Fabrizio Scarafile Passaporte: YA7162482 Estrangeiro: JORGE ABNER DREXLER Passaporte: C4WFGT6FK Estrangeiro: Jesus Martos Castillo Passaporte: AAK084242 Estrangeiro: MATIAS CELLA Passaporte: AAB258707 Estrangeiro: Mariano Roque Albero Miralbell Passaporte: AAK058587 Estrangeiro: Martin Maximino Garcia Leiton Passaporte: AAG996616 Estrangeiro: Santiago Cañada Valverde Passaporte: AAD575173 Estrangeiro: Sebastian Merlin Passaporte: AAB861222; Processo: 47039001677201586 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BENJAMIN CHARLES HOBBS Passaporte: 540685854 Estrangeiro: DUSTIN BRETT SNYDER Passaporte: 463602017 Estrangeiro: ERIC MATTHEW CANNATA Passaporte: 473187118 Estrangeiro: FRANCOIS COMTOIS Passaporte: GF998272 Estrangeiro: JACOB JOHN TILLEY Passaporte: 706503294 Estrangeiro: JOSHUA MICHAEL SCHREIBEIS Passaporte: 455054678 Estrangeiro: MATTHEW ERIC PAYNE Passaporte: 477720804 Estrangeiro: PAYAM REZA DOOSTZADEH Passaporte: 471363364 Estrangeiro: SAMEER GADHIA Passaporte: 500223822 Estrangeiro: STUART LAURENCE BERK Passaporte: 481625232; Processo: 47039001535201519 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CARLOS LUIS DONOHUE Passaporte: 488623794 Estrangeiro: CHRISTOPHER LAIRD LEACOCK Passaporte: BA008241 Estrangeiro: ERIC A HAMILTON Passaporte: 473272929 Estrangeiro: Garyne Nicolas Passaporte: 488379901 Estrangeiro: Jared Scott Pettinato Passaporte: 456569536 Estrangeiro: KYLE JAMES KEGAN Passaporte: 487332163 Estrangeiro: LEIGHTON PAUL WALSH Passaporte: 506021812 Estrangeiro: MATTHEW LITTLEJOHN Passaporte: 488170004 Estrangeiro: MERCEDES ANTOINETTE VIRGIL Passaporte: 488972256 Estrangeiro: MICHAEL EDMUND KENT Passaporte: 506376364 Estrangeiro: RENEE DANIELLE BRODEUR Passaporte: 214344363 Estrangeiro: Steven James Bradley Passaporte: 488591620 Estrangeiro: Thomas Wesley Pentz Passaporte: 488165340; Processo: 47039001526201528 Empresa: 24BIT MANAGEMENT PRODUCOES MUSICAIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Marc Rosaire Houle Passaporte: GB273331; Processo: 47039001544201518 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALEJANDRO SEDANO CERVANTES Passaporte: G12916286 Estrangeiro: ALEJO MARIANO SARQUISSE Passaporte: 32123861 Estrangeiro: FULVIO CAMACHO MARTINEZ Passaporte: G15888194 Estrangeiro: ISMAEL FUENTES DE GARAY Passaporte: G15755152 Estrangeiro: JACOBO VELAZQUEZ GUTIERREZ Passaporte: G10575991 Estrangeiro: JONATHAN GUZMAN TOLEDO Passaporte: G15757168 Estrangeiro: JUAN FRANCISCO AYALA GONZALEZ Passaporte: G16022342 Estrangeiro: JULIO CESAR ARELLANO ORTA Passaporte: G15711889 Estrangeiro: MIGUEL ANGEL HUIDOBRO PRECIADO Passaporte: G13986405 Estrangeiro: MIGUEL MARQUEZ DE LA VEGA RAMIREZ Passaporte: G13749440 Estrangeiro: RANDY CLIFFORD EBRIGHT Passaporte: 486968817 Estrangeiro: RICARDO ACASUSO CAMPOY Passaporte: G15551626 Estrangeiro: TOMAS GUIDO MORENO Passaporte: AAB325275; Processo: 47039001543201565 Empresa: ENTOURAGE PRODUCOES E EVENTOS LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: QUINTEN VAN DEN BERG Passaporte: BK142BH73 Estrangeiro: TIM DE VRIES Passaporte: NPJD08143; Processo: 47039001548201598 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AMANDA ROSE WITMAN Passaporte: 105110786 Estrangeiro: BRYAN ANDREW WICKMANN Passaporte: 467763807 Estrangeiro: DALE WILLIAM STEWART Passaporte: M00097087 Estrangeiro: JASON RICHARD FEDELE Passaporte: 426336551 Estrangeiro: JOHN STEPHEN HUMPHREY Passaporte: 431420370 Estrangeiro: KURT WILLIAM SCHNECK Passaporte: 422084999 Estrangeiro: MATTHEW TED MASON Passaporte: 505817586 Estrangeiro: MICHAEL THOMAS MC GEE Passaporte: 488138589 Estrangeiro: SCOTT WALKER PRICE Passaporte: 466440798 Estrangeiro: SHAUN MORGAN WELGEMOED Passaporte: M00083387; Processo: 47039001661201573 Empresa: OPUS ENTRETENIMENTOS LTDA Prazo: 45 Dia(s) Estrangeiro: ANGUS HARVEY LITTLE Passaporte: N2936558 Estrangeiro: ASHLEY CRAIG NEWSOME Passaporte: 465821384 Estrangeiro: EMMA MARIE KING Passaporte: PT3709498 Estrangeiro: GUIDO MANDOZZI Passaporte: 510661470 Estrangeiro: IAN JAMES VINCENT Passaporte: LH527551 Estrangeiro: JAMES OLIVER MORRIS Passaporte: 507455137 Estrangeiro: LOUISE DURAND Passaporte: PD5201376 Estrangeiro: MICHAEL DENIS ROBERTS Passaporte: 520198717 Estrangeiro: MICHAEL PATRICK O'LEARY Passaporte: 651919998 Estrangeiro: MICHAEL RICHARD LANDIS Passaporte: 502168589 Estrangeiro: OMARI TYRONE WILLIAM JOSEPH CARTER Passaporte: 111876052 Estrangeiro: PAUL ADRIAN EMERY Passaporte: 099022006 Estrangeiro: PENELOPE JEAN WENDTLANDT Passaporte: CGC56T109 Estrangeiro: PHILIP MICHAEL BATCHELOR Passaporte: 099066149 Estrangeiro: RAFFAELLA MASCIA Passaporte: YA3159264 Estrangeiro: SHAE JAMES CARROLL Passaporte: 304616756 Estrangeiro: SIMON CAUGHEY WATTS Passaporte: LH572711 Estrangeiro: STEPHEN McNICHOLAS Passaporte: 761301898 Estrangeiro: STEVEN MARK DRAPER Passaporte: 099177840; Processo: 47039001557201589 Empresa: ASSOCIACAO CULTURAL CORPO RASTREADO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: PIERRE-OLIVIER BOULANT Passaporte: 14CK79356; Processo: 47039001558201523 Empresa: ASSOCIACAO CULTURAL CORPO RASTREADO Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YOAV BAREL Passaporte: 20624269; Processo: 47039001562201591 Empresa: GUILHERME SALLES SANTIAGO PRODUCAO DE EVENTOS - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: KEVIN STEPHEN BAIRD Passaporte: 510530300 Estrangeiro: MATTHEW SAMUEL HALLIDAY Passaporte: 510616751; Processo: 47039001565201525 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TIMUR MARTYNOV Passaporte: 650067257; Processo: 47039001650201593 Empresa: ARTE RUMO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JOHANNES EDVIN NÄSTESJÖ Passaporte: 87210372 Estrangeiro: MARTHA KATER Passaporte: 10AY49065 Estrangeiro: VASCO MIGUEL TRILLA GOMES DOS SANTOS Passaporte: M406372; Processo: 47039001643201591 Empresa: ZEROPONTODOIS ENTRETENIMENTO LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AUSTIN PAUL SCHROEDER Passaporte: 457282363 Estrangeiro: DEBORAH JEANETTE KLEIN Passaporte: 493039216 Estrangeiro: ENAS MAHIR BARKHO Passaporte: 446964201 Estrangeiro: ERIC LANCE CORREA Passaporte: 526275818 Estrangeiro: JULIO ROSARIO GONZALEZ Passaporte: 506257979 Estrangeiro: LOUIS MARIO FREESE Passaporte: 483737657 Estrangeiro: ROBERT KENNETH DENSON Passaporte: 422061013 Estrangeiro: SENEN ANTONIO REYES Passaporte: 483719784 Estrangeiro: TAYLOR WRIGHT TUMBLESON Passaporte: 471188162; Processo: 47039001664201515 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CESAR STEVE ALVARADO Passaporte: 308544605 Estrangeiro: CHRISTOPHER TORRES Passaporte: 480419433 Estrangeiro: DILLON COLLIER ANDERSON Passaporte: 505440695 Estrangeiro: KAREN GABRIELA HERNANDEZ Passaporte: 511003294 Estrangeiro: STEVE HIROYUKI AOKI Passaporte: 505842954; Processo: 47039001755201542 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AUGUSTUS FIGARO NISO UNGERHAMILTON Passaporte: 463523217 Estrangeiro: BEREND EDO BRONGERS Passaporte: BKPH8K678 Estrangeiro: CAMERON DAVID KNIGHT Passaporte: 210284874 Estrangeiro: DAVID ROBERT SAMWELL Passaporte: 511112459 Estrangeiro: GALE ROISIN CLAYDON Passaporte: 503638917 Estrangeiro: JACK RAYMOND HUGHES Passaporte: 508470438 Estrangeiro: JASON FEARNLEY Passaporte: 510653458 Estrangeiro: JEREMY LLOYD LECHTERMAN Passaporte: 105871525 Estrangeiro: JOE JEROME NEWMAN Passaporte: 209972131 Estrangeiro: LANCE JEFFREY REYNOLDS Passaporte: 422095422 Estrangeiro: LAUREN RUTH SIMON Passaporte: 436739583 Estrangeiro: MAARTEN JAN MAIETTE COBBAUT Passaporte: EJ674870 Estrangeiro: RONALD SHARPLESS II Passaporte: 423249283 Estrangeiro: THOMAS STUART GREEN Passaporte: 505492803; Processo: 47039001735201571 Empresa: T4F ENTRETENIMENTO S.A. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DILLON HART FRANCIS Passaporte: 442168958 Estrangeiro: MICHAEL ANDREW FINN Passaporte: 450217654 Estrangeiro: RYAN CHRISTOPHER NASH Passaporte: 426665082 Estrangeiro: SAORI HANAMURE Passaporte: 479171876.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 47039000668201578 Empresa: CBC INDUSTRIAS PESADAS S A Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KAZUMICHI MAKINO Passaporte: TK1585181 Mãe: MICHI MAKINO Pai: AKIRA MAKINO; Processo: 47039000733201565 Empresa: AVGUST CROP PROTECTION IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: IULIIA KAVERINA Passaporte: 750222876 Mãe: Victoria Andreyanova Pai: Yury Andreyanov; Processo: 47039000735201554 Empresa: SIDERURGICA LATINO-AMERICANA S/A - SILAT Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DANIEL FELIPE RIVEIRO Passaporte: AAD381773 Mãe: MARIA CONSUELO RIVEIRO REY Pai: MANUEL FELIPE FREIJEIRO; Processo: 47039000739201532 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: MYONG KOOK JIN Passaporte: M21896468 Mãe: SOON HEE KIM Pai: JEOM SOO JIN; Processo: 47039000773201515 Empresa: HWASHIN FABRICANTE DE PECAS AUTOMOTIVAS BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: BYUNG WOOK SUH Passaporte: M34771009 Mãe: SUN DAL KIM Pai: SANG SIK SUH; Processo: 47039000785201531 Empresa: SIAMP BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE VALVULAS PARA LOUCA SANITARIA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: LUIS ALONSO CASILLAS Passaporte: AAI917223 Mãe: MARÍA EMILIA CASILLAS PÉREZ Pai: LUIS ALONSO ALONSO; Processo: 47039000802201531 Empresa: REICHLE & DE-MASSARI BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: PAULO ALEXANDRE FERREIRA DE CAMPOS Passaporte: M888715 Mãe: MARIA SALETE FERREIRA DE MOURA Pai: MANUEL MOURA DE CAMPOS; Processo: 47039000813201511 Empresa: SUZLON ENERGIA EOLICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: MALMARUGAN KOTHANDARAMAN Passaporte: G8386358 Mãe: KOTHANDARAMAN RUKMANI Pai: MANICKAM KOTHANDARAMAN; Processo: 47039000838201514 Empresa: MARTIFER CONSTRUCOES BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PAULO JORGE GONÇALVES MOURÃO Passaporte: N275218 Mãe: Emilia de Deus Gonçalves Mourão Pai: Jorge Valentim Botelho Mourão; Processo: 47039000840201593 Empresa: TEMPO MULTIASISTENCIA GESTAO DE REDE LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JAIME LINIERS GOROSTIZAGA Passaporte: AAE994246 Mãe: ALICIA GOROSTIZAGA NAVARRO Pai: TOMAS LINIERS BERNABEU; Processo: 47039000861201517 Empresa: CATERPILLAR BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: DESMOND JAMES MILLS Passaporte: 488688386 Mãe: WALTER MILLS Pai: SHEILA MARIE MILLS; Processo: 47039000874201588 Empresa: HMC SERVICOS MARITIMOS DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ROGIER CRISTIAN KOENE Passaporte: NU58D9482 Mãe: Anna Alida Koel Pai: Johan Gerard Koene; Processo: 47039000917201525 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: DONG CHEOL BAEK Passaporte: M83918532 Mãe: JEONGOK JUNG Pai: SINHWAN BAEK; Processo: 47039000929201550 Empresa: OASIS ATLANTICO CEARA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANTÓNIO MARIA TORRES CARNEIRO PACHECO Passaporte: H662144 Mãe: ANA MARIA MENDONÇA SOBRAL TORRES CARNEIRO PACHECO Pai: ANTÓNIO MÁRIA VIANA CARNEIRO PACHECO; Processo: 47039001004201526 Empresa: FURUKAWA INDUSTRIAL SA PRODUTOS ELETRICOS Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: SATOSHI KOYANAGI Passaporte: TH5713950 Mãe: SETSUKO KOYANAGI Pai: TOSHIO KOYANAGI; Processo: 47039001008201512 Empresa: COMERCIO DE VEICULOS TOYOTA TSUSHO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HIROSHI KITAHARA Passaporte: MZ1041671 Mãe: MICHIE KITAHARA Pai: SADAJI KITAHARA; Processo: 47039001023201552 Empresa: DYTECH TECALON INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTOPECAS S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: SHIGEO KIMATA Passaporte: TH7592303 Mãe: EIKO KIMATA Pai: KAZUO KIMATA; Processo: 47039001067201582 Empresa: MITSUBISHI CORPORATION DO BRASIL S/A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: TAKESHI HORIKOMI Passaporte: TZ 0.850.324 Mãe: TOSHIKO HORIKOMI Pai: KAZUTOSHI HORIKOMI; Processo: 47039001078201562 Empresa: MITSUI & CO. (BRASIL) S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: KEN ITABASHI Passaporte: TZ0551701 Mãe: KUMIKO ITABASHI Pai: KAZUO ITABASHI; Processo: 47039001100201574 Empresa: SAMSUNG C&T DO BRASIL CONSTRUTORA LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JONGGU KIM Passaporte: SC4013270 Mãe: JONG RYE PARK Pai: KYONGSUK KIM; Processo: 47039001110201518 Empresa: SHARP BRASIL COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ARTIGOS ELETRONICOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TAKEO KAN Passaporte: TH9315828 Mãe: ETSUKO KAN Pai: SHINGO KAN; Processo: 47039001106201541 Empresa: MULTIGRAIN S.A. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DAISUKE SHIMOMURA Passaporte: MT0716280 Mãe: MIDORI SHIMOMURA Pai: FUMIO SHIMOMURA; Processo: 47039001131201525 Empresa: SOCIEDADE COMERCIAL TOYOTA TSUSHO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SHUJI MITO Passaporte: TZ0451190 Mãe: KYOKO MITO Pai: SABURO MITO; Processo: 47039001231201551 Empresa: MINDRAY DO BRASIL - COMERCIO E DISTRIBUICAO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LINFENG YUAN Passaporte: G58552982 Mãe: SHENGQIN SONG Pai: JIANGUO YUAN; Processo: 47039001216201511 Empresa: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: O BONG KWEON Passaporte: M43527711 Mãe: YONG SOON KIM Pai: YEONG JIN KWEON; Processo: 47039001220201571 Empresa: BOMCOBRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA PETROLEO E GAS S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: ZENGHUI HAO Passaporte: G34819034 Mãe: SHULANG SUN Pai: ZHENYUE HAO.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso II):

Processo: 46094007349201485 Empresa: RIOBOO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Vanessa Haro Ramos Passaporte: G05879757 Mãe: Pai: Não informado; Processo: 47039014129201516 Empresa: OXITEC DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GLEN JONATHAN SLADE Passaporte: 801682069 Mãe: Cynthia Eleanor Slade (née Kay) Pai: Robert Walter Ernest Slade; Processo: 47039001122201534 Empresa: BARGA BRASIL PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GREGORIO MARIA BURILLO ZUBELDIA Passaporte: AAD782839 Mãe: MARIA ROSARIO MARAVILLAS Pai: JOSE FRANCISCO; Processo: 47039001123201589 Empresa: BARGA BRASIL PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSE JAVIER BURILLO ZUBELDIA Passaporte: AAK091152 Mãe: MARIA ROSARIO MARAVILLAS Pai: JOSE FRANCISCO.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 8°):

Processo: 47039014065201553 Empresa: VALE S.A. Prazo: até 31/05/2015 Estrangeiro: JENNIFER ANNE MAKI Passaporte: BA779245 Mãe: DOROTHY MARGARET MAKI Pai: WILLIAM ARVI EDMUND MAKI.

Permanente - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 47041000574201550 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Erik Alois Geluk Passaporte: BYRLP71F7.

Permanente - Sem Contrato - RN 84 - Resolução Normativa, de 10/02/2009:

Processo: 47039009257201467 Empresa: BEIJING GRAFICA SERVICOS DE MANUTENCAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WEIMIN WANG Passaporte: G39133948; Processo: 47039009255201478 Empresa: ARCO COMERCIO DE CONFECCOES E ACESSORIOS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: QINGFENG WANG Passaporte: G30196368; Processo: 47039012076201418 Empresa: FEIYUE YAMATA DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LINGFEI HUANG Passaporte: G38360038; Processo: 46094007403201492 Empresa: B3 ESPORTES E DIVERSOES AQUATICAS LTDA. - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Jess Smergel Krog Passaporte: 207592088; Processo: 46094007362201434 Empresa: RIODAVE IMOVEIS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DAVID MAURICE EVE Passaporte: 13AI43084; Processo: 46094007443201434 Empresa: VENTURA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PAOLO FACILE Passaporte: E977307; Processo: 46094000386201543 Empresa: CAT-B INCORPORADORA E ADMINISTRADORA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOAN ORIOL PEIX Passaporte: AAF664059; Processo:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

47039013929201510 Empresa: WANSHUN COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YISHENG YANG Passaporte: G47915716; Processo: 47039014060201521 Empresa: VITORIA COMERCIAL PRESENTES LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BINGQING HUANG Passaporte: E31216466; Processo: 46094000370201531 Empresa: GOLDEN GIFT ARTIGOS DE ARMARINHO LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YAN WANG Passaporte: G25496301; Processo: 47039000205201514 Empresa: RAINHA MARIA COMERCIO DE ROUPAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JIANXIA WANG Passaporte: G30150875; Processo: 46094000493201571 Empresa: WESH ENGENHARIA LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GERMANO PEDRO DENIS HENRIQUES Passaporte: M469509; Processo: 47039001096201544 Empresa: MASSTIN ENGENHARIA E INSTALACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANGEL LUIS MARTIN GONZALEZ Passaporte: PAA207380; Processo: 47039001224201550 Empresa: AL SALAM STUD CRIACAO DE CAVALOS LTDA. - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ADITIYAN UMESH KUMAR SELVARATNAM Passaporte: N1883430; Processo: 47039001232201504 Empresa: ALLURE OTICA COMERCIAL LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PEDRO CHUN Passaporte: LA1011662; Processo: 47039001255201519 Empresa: A.M.A. RESTAURANTE LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PIERRE NOEL JEAN RENE ANQUIER Passaporte: 12CH11492; Processo: 47039001257201508 Empresa: A.M.A. RESTAURANTE LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BENOIT RENAUD PHILIPPE MATHURIN Passaporte: 10CY57865; Processo: 47039001281201539 Empresa: CAPELLO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: STEFANO CAPELLO Passaporte: YA5934572; Processo: 47039001283201528 Empresa: CAPELLO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MASSIMO CAPELLO Passaporte: YA2158034.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: MOTOO UCHIYAMA a exercer concomitantemente o cargo de membro do Conselho de Administração na TERLOGS TERMINAL MARITIMO LTDA, Processo: 46094.007101/2014-14, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.002930/2014-19.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: MOTOO UCHIYAMA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na NBRA COMERCIAL LTDA - ME, Processo: 46094.007170/2014-28, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.002930/2014-19.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: MATTHIAS SCHUPP a exercer concomitantemente o cargo de Presidente na JJGC INDÚSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS DENTARIOS S.A, Processo: 46094.007220/2014-77, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.027188/2013-65.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: HIROKI TOKO a exercer concomitantemente o cargo de Membro do Conselho de Administração na ECOGEN BRASIL SOLUCOES ENERGETICAS S.A, Processo: 47039.000193/2015-10, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.004837/2014-68.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro : MIKE JANSE a exercer concomitantemente o cargo de Membro do Conselho de Administração na DE LAGE LANDEN PARTICIPACOES LTDA, Processo: 47039.000574/2015-07, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.007927/2014-19.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza a Estrangeira: ANA SERRANO OÑATE a exercer concomitantemente o cargo de Vice Presidente de Exploração na STATOIL DO BRASIL LTDA, Processo: 47039.012665/2014-04, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.007457/ 2014-85.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: PAAL EITRHEIM a exercer concomitantemente o cargo Presidente na STATOIL DO BRASIL LTDA, Processo: 47039.012666/2014-41, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.004107/2014-67.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro ELIAS CAMACHO OLEGO a exercer concomitantemente o cargo de Administrador na MHAC EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA, Processo: 47039.012966/2014-20, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.012964/2014-31.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: GOH KEE BOON ALVIN a exercer concomitantemente o cargo Representante Legal na SINGAPORE AIRLINES CARGO PTE LTD, Processo: 47039.013136/2014-10, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.025794/2013 -46.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: SEBASTIEN DURCHON a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na COMERCIAL DE ALIMENTOS CARREFOUR LTDA, Processo: 47039.013959/2015-26, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.005816/2014-60.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: SEBASTIEN DURCHON a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na BREPA COMERCIO E PARTICIPACAO LTDA, Processo: 47039.013963/2015-94, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.005816/2014-60.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: SEBASTIEN DURCHON a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na IMOPAR PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO IMOBILIARIA LTDA, Processo: 47039.013965/2015-83, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.005816/2014-60.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: HOKUTO HANDA a exercer concomitantemente o cargo Presidente na CHIYODA DO BRASIL REPRESENTACOES LTDA, Processo: 47039.013698/2014-63, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.007579/2014-71.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza, provisoriamente, enquanto perdurar a ação penal, o senhor JAMES ALFRED GARRAWAY, filho de GARRAWAY GOUGBE ROSANA e de GARRAWAY ROY, a exercer atividade profissional no Brasil, conforme decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0000209-86.5014.403.6004 da 1ª Vara Federal de Corumbá/MS.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 47039013684201440 Empresa: LA BUFALINA INDUSTRIA E COMERCIO DE LATICINIOS LTDA - EPP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LAURA LA FRANCESCA Passaporte: YA6711842; Processo: 47039013951201560 Empresa: LDBW APOIO OPERACIONAL LTDA - EPP Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: IGNACIO ALONSO MARTIN PORTUGUES Passaporte: AAI085215; Processo: 47039014099201548 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CLAUDE;ROBERT STEINMETZ Passaporte: 08CP26023; Processo: 47039000896201548 Empresa: COMERCIO DE SALGADOS E DOCES YAN GUOLING LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHEN YONGFU Passaporte: E05516400; Processo: 47039001703201576 Empresa: DOM LUIS LATICINIOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Nuno Miguel Miranda Barroso Passaporte: N256756; Processo: 47039000131201516 Empresa: SOLVENTO SERVICOS DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS E REDES EOLICAS LTDA - ME Prazo: até 15/10/2015 Estrangeiro: Carlos Bernal Lopez Passaporte: AAH688220; Processo: 47039000945201542 Empresa: ALFA LAVAL LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: JOHNNY MIKAEL JENSEN Passaporte: 204918078; Processo: 47041000012201514 Empresa: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARILD OLE JOHANNESSEN Passaporte: 29113266 Estrangeiro: ARNE PETTER JENSEN Passaporte: 30759586 Estrangeiro: BJARNE OLSEN Passaporte: 28767424 Estrangeiro: HARALD TOEMMERDAL Passaporte: 30629893 Estrangeiro: KRZYSZTOF JERZY KELM Passaporte: EF1827223; Processo: 47041000041201578 Empresa: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADAM ANDRUSZKIEWICZ Passaporte: EE 5366118 Estrangeiro: ADAM ARASIMOWICZ Passaporte: EA 3923115 Estrangeiro: MARIUSZ MACIEJ DOBRZYNSKI Passaporte: EB9470658 Estrangeiro: MICHAL WALDEMAR KORDULA Passaporte: AT5415967 Estrangeiro: PAWEL BURKACKI Passaporte: AL6360486; Processo: 47041000105201531 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ioannis Gerontakis Passaporte: AI1774676 Estrangeiro: Ioannis Mavrakis Passaporte: AH4773108; Processo: 47039013894201438 Empresa: VAMARO BRASIL CONSTRUCOES E IMOBILIARIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MANUEL MARTINS DA COSTA Passaporte: M724918; Processo: 47039013898201416 Empresa: VAMARO BRASIL CONSTRUCOES E IMOBILIARIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JORGE TIAGO NORBERTO VAZ Passaporte: M703076; Processo: 47039013901201400 Empresa: VAMARO BRASIL CONSTRUCOES E IMOBILIARIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FRANCISCO RODRIGUES VAZ Passaporte: M444237.

ALDO CÂNDIDO COSTA FILHO

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 34 de 20/02/2015, Seção 1, p. 43, Processo: 47039.000745/2015-90, onde se lê: Estrangeiro: JOHANNES GERARDUS VAN DER GRAFF, leia-se: Estrangeiro: JOHANNES GERARDUS VAN DER GRAAF.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 28 de 10/02/2015, Seção 1, p. 95, Processo: 47039.000165/2015-01, onde se lê: Passaporte: YA4233314, leia-se: Passaporte: YA4283314.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 28 de 10/02/2015, Seção 1, p. 95, Processo: 47039.000082/2015-11, onde se lê: Mãe: MA. TERESA GOMEZ TOLEDO; Pai: FERNANDO ENRIQUE CAMPOS ESCOBAR, leia-se: Mãe: MARIA TEREZA GOMES DE CAMPOS; Pai: FERNANDO CAMPOS ESCOBAR.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 25 de 05/02/2015, Seção 1, p. 74, Processo: 47039.000145/2015-21, onde se lê: Mãe: DAVID PAUL VONDERHAAR; Pai: LISA MARIE VONDERHAAR, leia-se: Mãe: LISA MARIE VONDERHAAR; Pai: DAVID PAUL VONDERHAAR.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 28 de 10/02/2015, Seção 1, p. 95, Processo: 47039.000165/2015-01, onde se lê: Mãe: LUCIO ABATE; Pai: EVA MARIA ABATE, leia-se: Mãe: EVA MARIA BLUMEL ABATE; Pai: LUCIO ABATE.

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 25 de fevereiro de 2015

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento à decisão judicial proferida no Processo Judicial 0000975-76.2014.5.10.0018 pelo juízo da 18ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com fundamento no art. 27 da Portaria 326, publicada no DOU em 11 de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o Pedido de Registro do sindicato abaixo relacionado, em observância ao art. 51 da Portaria 326/2013:

Processo	46211.005099/2013-84
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Comunicação de Pouso Alegre e Região
CNPJ	18.210.881/0001-30
Fundamento	NT 223/2015/CGRS/SRT/MTE

Tendo em vista os termos da decisão judicial exarada nos autos do Processo 004614-87.2011.5.12.00390019, em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e na Nota Técnica 214/2015/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR a Alteração Estatutária ao Sindicato dos Condutores de Veículos e Trabalhadores nas Empresas de Logística e de Transporte de Carga e Passageiros de Blumenau/SC - SINTROBLU, Processo 46305.001075/2011-45, CNPJ 83.092.817/0001-64, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores Condutores de veículos rodoviários (motoristas de ciclomotor, motoneta, motocicleta, triciclo, quadriciculo, automóvel, microônibus, ônibus, caminhonete, camionete, caminhão, caminhão-trator, reboque ou semi-reboque, trator de rodas, trator de esteira e trator misto) utilizados para o transporte de cargas ou passageiros, inclusive motocicletas, motoboys, motofretista: Trabalhadores em empresas de logística, trabalhadores nas empresas de transporte rodoviário de cargas, trabalhadores nas empresas de transporte rodoviário de cargas próprias, trabalhadores em empresas de transporte rodoviário de passageiros (urbano, de turismo, de fretamento, intermunicipais, interestaduais e internacionais), trabalhadores cobradores, despachantes, fiscais, bilheteiros, mecânicos, borracheiros, eletricistas, ferreiros, latoeiros, pintores e conferentes de cargas, escriturários e pessoal de administração, bem como motoristas de caminhão basculante, caminhão guincho ou plataforma de resgate, caminhão munk e demais empregados que operam veículos automotores, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Doutor Pedrinho, Gaspar, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó, no estado de Santa Catariana.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e na Nota Técnica 215/2015/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária ao SINDESPI - Sindicato dos empregados desenhistas técnicos, artísticos, industriais, copistas projetistas técnicos e auxiliares de Piracicaba, Processo 46259.007302/2010-68, CNPJ 54.009.345/0001-35, para representar a Categoria Profissional dos Empregados, desenhistas técnicos, artísticos, industriais, copistas projetistas técnicos e auxliares-integrante do 2º grupo - trabalhadores em empresas de difusão cultural artísticas - do plano da confederação nacional dos trabalhadores em estabelecimentos de educação cultural, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Águas de São Pedro, Agudos, Alambari, Alumínio, Americana, Américo Brasiliense, Analândia, Anhembi, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Araraquara, Araras, Arealva, Areias, Areiópolis, Bariri, Barra Bonita, Bauru, Boa Esperança do Sul, Bocaina, Bofete, Boituva, Boracéia, Borebi, Botucatu, Brotas, Capela do Alto, Capivari, Cerquilho, Cesário Lange, Charqueada, Conchal, Conchas, Cordeirópolis, Corumbataí, Descalvado, Dobrada, Dois Córregos, Dourado, Elias Fausto, Engenheiro Coelho, Gavião Peixoto, Guareí, Ibaté, Ibiúna, Igaraçu do Tietê, Iperó, Ipeúna, Itaju, Iracemápolis, Itapetiningua Itapuí, Itirapina, Itu, Jaú, Jumirim, Laranjal Paulista, Leme, Lençóis Paulista, Limeira, Mairinque, Matão, Mineiros do Tietê, Mombuca, Nova Europa, Nova Odessa, Pardinho, Pederneiras, Pereiras, Piracicaba, Pirassununga, Porangaba, Porto Feliz, Porto Ferreira, Pratânia, Quadra, Rafard, Ribeirão Bonito, Rio Claro, Rio das Pedras, Saltinho, Salto, Salto de Pirapora, Santa Bárbara D'oeste Santa Cruz da Conceição, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Gertrudes, Santa Lúcia, Santa Maria da Serra, São Carlos, São Manuel, São Pedro, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tatuí, Tietê, Torre de Pedra, Torrinha, Trabiju, Votorantim, no Estado de São Paulo. Para fins de anotação no CNES, resolve ainda DETERMINAR a exclusão dos municípios de Águas de São Pedro, Agudos, Alambari, Alumínio, Américo Brasiliense, Analândia, Anhembi, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Araraquara, Araras, Arealva, Areias, Areiópolis, Bariri, Barra Bonita, Bauru, Boa Esperança do Sul, Bocaina, Bofete, Boituva, Boracéia, Borebi, Botucatu, Brotas, Capela do Alto, Cerquilho, Cesário Lange, Charqueada, Conchal, Conchas, Cordeirópolis, Corumbataí, Descalvado, Dobrada, Dois Córregos, Dourado, Elias Fausto, Engenheiro Coelho, Gavião Peixoto, Guareí, Ibaté, Ibiúna, Igaraçu do Tietê, Iperó, Ipeúna, Itaju, Itapetiningua Itapuí, Itirapina, Itu, Jaú, Jumirim, Laranjal Paulista, Leme, Lençóis Paulista, Mairinque, Matão, Mineiros do Tietê, Mombuca, Nova Europa, Nova Odessa, Pardinho, Pederneiras, Pereiras, Pirassununga, Porangaba, Porto Feliz, Porto Ferreira, Pratânia, Quadra, Ribeirão Bonito, Saltinho, Salto, Salto de Pirapora, Santa Cruz da Conceição, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Gertrudes, Santa Lúcia, Santa Maria da Serra, São Carlos, São Manuel, São Pedro, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tatuí, Tietê, Torre de Pedra, Torrinha,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Trabiju, Votorantim, da representação do SINDESP - Sindicato dos Empregados Desenhistas Técnicos, Artísticos Industriais, Capistas, Projetistas Técnicos e Auxiliares do Estado de São Paulo, CNPJ 62.660.741/0001-56, Carta Sindical L047 P095 A1968, conforme determina o art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e na Nota Técnica 216/2015/CGRS/SRT/MTE, resolve: ARQUIVAR a Impugnação 46000.004122/2013-07, com fundamento no art. 19 da Portaria 326/2013 e, por conseguinte, DEFERIR o Registro Sindical ao SINDICON-VALE/PB - Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores Têxteis da Indústria de Fios e Tecelagem da Região do Vale do Piancó e das Cidades de Princesa Isabel, São José de Princesa, Juru, Água Branca, Manaíra, Imaculada e Tavare, CNPJ 13.682.229/0001-03, Processo 46224.001992/2011-20, para representar a Categoria dos Trabalhadores Têxteis da Indústria de Fios e Tecelagem, com abrangência Intermunicipal e base Territorial nos Municípios de Água Branca, Boa Ventura, Bonito de Santa Fé, Catingueira, Conceição, Coremas, Curral Velho, Diamante, Emas, Ibiara, Igaracy, Itaporanga, Juru, Manaíra, Nova Olinda, Olho D'água, Piancó, Princesa Isabel, Santa Inês, Santana dos Garrotes, São José de Caiana, São José de Princesa e Tavares, no Estado da Paraíba, consoante o art. 25, inciso III, da Portaria 326/2013. Para fins de ANOTAÇÃO no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve excluir da representação do sindicato: A) Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem em Geral no Estado da Paraíba, CNPJ 08.608.002/0001-70, Processo 24280.001649/90-19, excluindo a Categoria dos Trabalhadores Têxteis da Indústria de Fios e Tecelagem nos municípios de Água Branca, Boa Ventura, Bonito de Santa Fé, Catingueira, Conceição, Coremas, Curral Velho, Diamante, Emas, Ibiara, Igaracy, Itaporanga, Juru, Manaíra, Nova Olinda, Olho D'água, Piancó, Princesa Isabel, Santa Inês, Santana dos Garrotes, São José de Caiana, São José de Princesa e Tavares, no Estado da Paraíba, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e na Nota Técnica 217/2015/CGRS/SRT/MTE, resolve ARQUIVAR a impugnação 46000.007069/2014-79, nos termos do art. 19 da Portaria 326/21013; e DEFERIR o registro sindical ao SINDIPÚBLICOS - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Oliveira/MG, Processo 46211.012204/2012-51, CNPJ 10.971.008/0001-59, para representar a categoria dos servidores públicos municipais no município de Oliveira/MG. E para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), resolve EXCLUIR a categoria dos servidores públicos municipais, no município de Oliveira/MG, da representação dos seguintes sindicatos: a) SINTRAM - Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e das Regiões Centro e Oeste do Estado de Minas Gerais (impugnante), processo de pedido de registro sindical 24000.003774/90-07, CNPJ 20.931.218/0001-77; b) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil (encontrado na pesquisa de conflito), processo de pedido de registro sindical 24000.004348/89-11, CNPJ 33.721.911/0001-67.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e na Nota Técnica 218/2015/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro sindical ao Sindicato das Empresas de Tecnologia da Informação do Estado do Rio Grande do Norte - SETIRN, Processo 46217.005346/2012-10, CNPJ 15.235.388/0001-87, para representar a categoria DAS EMPRESAS QUE PRESTAM SERVIÇOS COM A CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS - CNAE COMPOSTAS DOS CÓDIGOS E SUBCÓDIGOS DE NÚMEROS: 6190-6/01 (ACESSO À INTERNET POR PROVEDORES DA INTERNET; SERVIÇOS DE PROVEDORES DA INTERNET; SERVIÇOS DE PROVEDORES DA INTRANET; SERVIÇOS DE PROVEDORES DE ACESSO À REDE DE TELECOMUNICAÇÕES); 6190-6/02 (PROVEDORES DE VOZ SOBRE PROTOCOLO INTERNET- VOIP; VOZ SOBRE IP - VOIP); 620 (6201-5/00 - DESENVOLVIMENTO DE BANCO DE DADOS SOB ENCOMENDA; CRIAÇÃO, CONFIGURAÇÃO DE SOFTWARE DE BANCO DE DADOS SOB ENCOMENDA; SERVIÇOS DE DESENHO DE PÁGINAS PARA A INTERNET - WEB DESIGN; DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO INFORMÁTICO SOB ENCOMENDA; DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E MODELAGEM DE BANCO DE DADOS SOB ENCOMENDA; FORNECIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR DESENVOLVOLVIDOS SOB ENCOMENDA; SERVIÇOS DE EDIÇÃO DE SITE; SERVIÇOS DE EDIÇÃO DE SOFTWARE SOB ENCOMENDA; SERVIÇOS DE EDIÇÃO ON LINE DE BANCO DE DADOS; SERVIÇOS DE CONFECÇÃO, DESENVOLVIMENTO, CRIAÇÃO DE PÁGINAS NA INTERNET; SERVIÇOS DE CONFECÇÃO, DESENVOLVIMENTO, CRIAÇÃO DE PORTAIS NA INTERNET; ATIVIDADES DE PROGRAMAÇÃO COM O USO DE LINGUAGENS DE PROGRAMAÇÃO; SERVIÇOS DE PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS INFORMÁTICOS SOB ENCOMENDA; ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS DE BANCO DE DADOS SOB ENCOMENDA; ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA; DOCUMENTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, PRODUÇÃO DE PROGRAMAS DE INFORMÁTICA SOB ENCOMENDA; ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS DE INFORMÁTICA SOB ENCOMENDA; SERVIÇOS DE CONFECÇÃO, DESENVOLVIMENTO, CRIAÇÃO DE SITES NA INTERNET; DESENVOLVIMENTO, PRODUÇÃO, CRIAÇÃO DE SOFTWARE DE BANCO DE DADOS SOB ENCOMENDA; PRODUÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE SOB ENCOMENDA; SERVIÇOS DE TRADUÇÃO DE SOFTWARE; WEB DESIGN; 6202-3/00 - SERVIÇOS DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZÁVEIS; SERVIÇOS DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE CUSTOMIZÁVEL; DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZÁVEIS; LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZÁVEIS; DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE INFORMÁTICA CUSTOMIZÁVEIS; LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE INFORMÁTICA CUSTOMIZÁVEIS; DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE CUSTOMIZÁVEIS; LICENCIAMENTO DE SOFTWARE CUSTOMIZÁVEIS; REPRESENTAÇÃO DE SOFTWARE CUSTOMIZÁVEIS; 6203-1/00 -DESENVOLVIMENTO DE JOGOS DE COMPUTADOR PARA TODAS AS PLATAFORMAS; LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NÃO-CUSTOMIZÁVEIS; DESENVOLVIMENTO, PRODUÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NÃO-CUSTOMIZÁVEIS; LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE INFORMÁTICA NÃO-CUSTOMIZÁVEIS; DESENVOLVIMENTO, PRODUÇÃO DE PROGRAMAS DE INFORMÁTICA NÃO-CUSTOMIZÁVEIS; REPRESENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE INFORMÁTICA NÃO-CUSTOMIZÁVEIS; DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS OPERACIONAIS; DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE NÃO-CUSTOMIZÁVEIS; LICENCIAMENTO DE SOFTWARE NÃO-CUSTOMIZÁVEIS; 6204-0/00 - ASSESSORIA EM SOFTWARE, PROGRAMAS DE INFORMÁTICA; ASSESSORIA PARA COMPRA E INSTALAÇÃO DE PERIFÉRICOS; ASSESSORIA, CONSULTORIA EM INFORMÁTICA; ASSESSORIA, CONSULTORIA EM SISTEMAS DE INFORMÁTICA; CONSULTORIA EM ANÁLISE DE SISTEMAS; CONSULTORIA EM HARDWARE E SOFTWARE; CONSULTORIA EM INFORMÁTICA; CONSULTORIA EM PROGRAMAS DE COMPUTADOR; CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO; SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA EM INFORMÁTICA; CUSTOMIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR; CUSTOMIZAÇÃO DE SOFTWARE; ASSESSORIA EM HARDWARE; CONSULTORIA EM HARDWARE; DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS PARA INSTALAÇÕES DE REDE; ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARE, PROGRAMAS DE INFORMÁTICA, SOB ENCOMENDA; ASSESSORIA EM SOFTWARE, PROGRAMAS DE INFORMÁTICA; 6209-1/00 - SERVIÇOS DE APOIO NA CONFIGURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, INSTALAÇÃO E USO DE APLICATIVOS INFORMÁTICOS; SERVIÇOS DE APOIO A CLIENTES CONFIGURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICAS; SERVIÇOS DE APOIO A CLIENTES HELP-DESK; SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE PROGRAMAS DE INFORMÁTICA; SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE SOFTWARE; SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE INFORMÁTICA; SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SISTEMAS INFORMÁTICOS; MANUTENÇÃO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO; RECUPERAÇÃO DE PANES INFORMÁTICAS; SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE DADOS, ARQUIVOS; SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE PANES EM PROGRAMAS DE INFORMÁTICA; SERVIÇOS DE SEGURANÇA EM INFORMÁTICA, ANTIVÍRUS, CRIPTOGRAFIA, AUTENTICAÇÃO, DETECÇÃO DE HACKERS; SERVIÇOS DE SEGURANÇA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO; SUPORTE TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO); 6311-9/00 (ALUGUEL DE HORA EM COMPUTADOR; GESTÃO DE BANCO DE DADOS DE TERCEIROS; PRODUÇÃO DE LISTAGENS, TABULAÇÕES, CONSULTAS BANCO DE DADOS; GESTÃO E OPERAÇÃO DE BANCOS DE DADOS DE TERCEIROS; SERVIÇOS DE COMPARTILHAMENTO DE COMPUTADORES; SERVIÇOS DE CPD; SERVIÇOS DE DIGITAÇÃO DE DADOS PARA PROCESSAMENTO; DIGITALIZAÇÃO PARA ENTRADA DE DADOS; SERVIÇOS DE ENTRADA DE DADOS PARA PROCESSAMENTO; SERVIÇOS DE ESCANEAMENTO PARA ENTRADA DE DADOS; SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM DE DADOS NA INTERNET; SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM DE PÁGINAS, SITES - WEB HOSTING; SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET - WEB HOSTING; USO COMPARTILHADO DE INSTALAÇÕES INFORMÁTICAS; GESTÃO E OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE TERCEIROS; SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS; SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO E ARMAZENAMENTO DE MÍDIA ELETRÔNICA; SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO E GUARDA DE DOCUMENTOS NA FORMA ELETRÔNICA; SERVIÇOS DE TRANSCRIÇÃO DE DADOS PARA PROCESSAMENTO; TRATAMENTO DE DADOS PARA PROCESSAMENTO; WEB HOSTING; SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM DE SITES); 8219/9/99 (SERVIÇO DE CONFERÊNCIA DE TEXTOS DIGITADOS POR TERCEIROS; SERVIÇOS DE DIGITAÇÃO DE FATURAS, DOCUMENTOS, CARNÊS; SERVIÇO DE DIGITAÇÃO DE TEXTOS); 8599-6/03 (AULAS DE INFORMÁTICA; ENSINO, CURSO DE COMPUTADOR; ENSINO, CURSO DE INFORMÁTICA; ENSINO, CURSO DE MICROCOMPUTADOR; ENSINO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E ACESSO À INTERNET); 9329-8/04 (ACESSO À INTERNET PARA JOGOS EM REDE; CYBER CAFÉ COM PREDOMINANCIA DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS ELETRÔNICOS E ACESSO À INTERNET; SERVIÇOS DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS NO COMPUTADOR; LAN HOUSE COM ACESSO À INTERNET PREDOMINANTEMENTE PARA JOGOS EM REDE); e 9511 (REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE INFORMÁTICA; SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM COMPUTADORES; SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA; SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM MICROCOMPUTADORES; REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO DE CAIXAS ELETRÔNICOS DE BANCOS; REPARO, CONSERTO DE COMPUTADORES; REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES, REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICO CONEXO; CONSERTO, REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA; REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS; MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS EMISSORES DE CUPOM FISCAL; CONSERTO, REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS; ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM MÁQUINA COPIADORA, XEROGRÁFICA, FOTOSTÁTICA; CONSERTO, REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO DE MÁQUINA DE CARTÃO DE CRÉDITO; REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO DE MICROCOMPUTADORES; CONSERTO, REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO DE SCANNERS; SERVIÇOS DE SUPORTE E MANUTENÇÃO DE HARDWARE, INCLUSIVE UPGRADE; REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO DE TERMINAIS DE AUTO-ATENDIMENTO DE BANCOS), com abrangência estadual e base territorial no estado do Rio Grande do Norte.

Com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de abril de 2013 e na Nota Técnica 219/2015/CGRS/SRT/MTE, resolvo ARQUIVAR a impugnação 46000.006418/2011-92 e 46000.007463/2013-26, nos termos do artigo 18, III, da Portaria 326/2013; e DEFERIR o Registro Sindical ao SITRAMMESTAGE - Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Santa Gertrudes, Processo 46382.000416/2011-42, CNPJ 11.875.840/0001-14, para representar a Categoria Profissional diferenciada dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral, nos termos da Lei 12.023/2009, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Cordeirópolis, Corumbataí, Engenheiro Coelho e Santa Gertrudes, no Estado de São Paulo, conforme art. 25, II, Portaria 326/2013 e RESOLVO excluir da representação do SINTRAPORT, CNPJ 58.202.441/0001-56, Processo 46000.001668/93-39, a categoria dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral nos municípios de Cordeirópolis, Corumbataí, Engenheiro Coelho e Santa Gertrudes, e ainda excluir da representação do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Rio Claro, CNPJ 46.958.609/0001-79, Processo 24445.003090/88-26, a categoria dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral no município de Cordeirópolis, conforme determina o art. 30 da Portaria 326/2013.

Em 26 de fevereiro de 2015

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 33, inciso II c/c o art. 30 da Portaria 326/13 e na Nota Técnica 134/2015/CIS/CGRS/SRT/MTE, resolve SUSPENDER o registro sindical do SINTICOM - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e Mobiliário de Campinas, CNPJ 46.058.160/0001-92. A SUSPENSÃO permanecerá até que a entidade envie novo estatuto social exatamente nos termos atuais da sua categoria e base territorial, as quais o sindicato detém junto ao MTE e que se verifica no seu cadastro ativo no CNES.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 33, inciso II c/c o art. 30 da Portaria 326/13 e na Nota Técnica 136/2015/CIS/CGRS/SRT/MTE, resolve SUSPENDER o registro sindical do SINFAC - NCO - SC - Sindicato das Sociedades de Fomento Mercantil da Região Norte e Centro Oeste do Estado de Santa Catarina, CNPJ 81.160.152/0001-53. A SUSPENSÃO permanecerá até que a entidade envie novo estatuto social exatamente nos termos atuais da sua categoria e base territorial, as quais o sindicato detém junto ao MTE e que se verifica no seu cadastro ativo no CNES.

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA

PORTARIA Nº 1, DE 29 DE JANEIRO DE 2015

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, considerando à análise proferida no processo nº. 46204.005852/2013-21 homologa nos termos dos artigos 1º e 4º da Portaria de nº 2, de 25/5/06, da Secretaria de Relações do Trabalho, o Plano de Carreira do Corpo Docente da FACS SERVIÇOS EDUCACIONAIS S/A CNPJ 13.526.884/0001-64.

ISA MARIA LÉLIS COSTA SIMÕES

PORTARIA Nº 2, DE 29 DE JANEIRO DE 2015

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, considerando à análise proferida no processo nº. 46281.000568/2014-26 homologa nos termos dos artigos 1º e 4º da Portaria de nº 2, de 25/5/06, da Secretaria de Relações do Trabalho, o Plano de Carreira do Corpo Docente da FACULDADE PITÁGORAS DE FEIRA DE SANTANA CNPJ 07.659.308/0001-92.

ISA MARIA LÉLIS COSTA SIMÕES

PORTARIA Nº 3, DE 29 DE JANEIRO DE 2015

A SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, considerando à análise proferida no processo nº. 46204.005214/2014-91 homologa nos termos dos artigos 1º e 4º da Portaria de nº 2, de 25/5/06, da Secretaria de Relações do Trabalho, o Plano de Carreira do Corpo Docente da FACULDADE DO SUL CNPJ 14.793.478/0001-20.

ISA MARIA LÉLIS COSTA SIMÕES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 1, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O CONSULTOR JURÍDICO JUNTO AO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e pelo Regimento Interno da Consultoria Jurídica - RICJ, aprovado pela Portaria/MT nº 250, de 31 de outubro de 2012; e

CONSIDERANDO que a delegação de competência é um dos princípios fundamentais da Administração Federal (art. 6º, IV, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967);

CONSIDERANDO que os serviços que compõem a estrutura central de direção da Administração Federal devem permanecer liberados das rotinas de execução e das tarefas de mera formalização de atos administrativos, para que possam concentrar-se nas atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle (art. 10, § 2º, do Decreto-Lei nº 200/67);

CONSIDERANDO que a delegação de competência é instrumento de desconcentração administrativa e assegura maior rapidez e objetividade às decisões (art. 11 do Decreto-Lei nº 200/67);

CONSIDERANDO a conveniência da delegação, nos termos do art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e a possibilidade conferida pelo inciso VI do art. 21 do RICJ; resolve:

Art. 1.º Delegar ao Coordenador-Geral Jurídico de Assuntos Judiciais da Consultoria Jurídica junto ao Ministério dos Transportes a competência para:

I - promover o atendimento aos pedidos de informações formulados pelos órgãos da Advocacia-Geral da União; e

II - prestar subsídios para a defesa da União em juízo e orientar os órgãos do Ministério a respeito do exato cumprimento de decisões judiciais.

Parágrafo único. No exercício das competências delegadas, o Coordenador-Geral Jurídico de Assuntos Judiciais poderá solicitar manifestação jurídica das demais Coordenações-Gerais sempre que a matéria litigiosa reclamar análise mais detida de questões a elas cometidas pelo RICJ.

Art. 2º Ressalvada autorização expressa do Consultor Jurídico, a presente delegação NÃO abrange:

I - as ações que envolvam matérias inéditas, assim consideradas as que ainda não tenham sido objeto de manifestação jurídica conclusiva, devidamente aprovada por despacho do Consultor Jurídico;

II - as ações previamente classificadas como relevantes pelo Consultor Jurídico e as potencialmente capazes de afetar, em âmbito regional ou nacional, a execução dos programas sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes.

III - os pareceres em proposta de acordo ou transação para terminar litígio; e

IV - as orientações para cumprimento de decisões judiciais que visem à inclusão em folha de pagamento, à reclassificação ou equiparação de servidores públicos, ou à concessão de aumento ou extensão de vantagens, ou à liberação de recursos.

§ 1º A vedação prevista no inciso IV deste artigo não se aplica quando a decisão for relativa ao pagamento ou liberação de recurso em montante igual ou inferior ao teto fixado para as requisições de pequeno valor, nos termos do art. 17, § 1º, da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.

§ 2º Não são consideradas inéditas as matérias objeto de parecer ou súmula do Advogado-Geral da União, emitidos nos termos dos arts. 40, 41 e 43 da Lei Complementar nº 73/93.

Art. 3º Delegar competência aos Advogados da União em exercício na Coordenação-Geral Jurídica de Assuntos Judiciais para, observadas as disposições legais e regulamentares, prestar os subsídios necessários à defesa da União em juízo, nos termos solicitados pelos órgãos do contencioso da Advocacia-Geral da União, nas situações em que haja manifestação conclusiva desta Consultoria Jurídica, ressalvados os casos e as exceções previstos no artigo anterior.

Art. 4º As manifestações adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado (art. 14, § 3º, da Lei nº 9.784/99).

Art. 5º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revoga-se a Ordem de Serviço nº 1, de 1º de junho de 2010.

RAFAEL MAGALHÃES FURTADO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 2, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O CONSULTOR JURÍDICO JUNTO AO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e pelo Regimento Interno da Consultoria Jurídica - RICJ, aprovado pela Portaria/MT nº 250, de 31 de outubro de 2012; e

CONSIDERANDO que a delegação de competência é um dos princípios fundamentais da Administração Federal (art. 6º, IV, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967);

CONSIDERANDO que os serviços que compõem a estrutura central de direção da Administração Federal devem permanecer liberados das rotinas de execução e das tarefas de mera formalização de atos administrativos, para que possam concentrar-se nas atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle (art. 10, § 2º, do Decreto-Lei nº 200/67);

CONSIDERANDO que a delegação de competência é instrumento de desconcentração administrativa e assegura maior rapidez e objetividade às decisões (art. 11 do Decreto-Lei nº 200/67);

CONSIDERANDO a conveniência da delegação, nos termos do art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e a possibilidade conferida pelo inciso VI do art. 21 do RICJ; resolve:

Art. 1.º Fica delegada ao Coordenador-Geral Jurídico de Assuntos Administrativos, ao Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Transportes e ao Coordenador-Geral Jurídico de Legislação de Pessoal da Consultoria Jurídica junto ao Ministério dos Transportes a competência para aprovar as manifestações jurídicas da respectiva Coordenação.

Art. 2.º Ressalvada a autorização expressa do Consultor Jurídico, a presente delegação NÃO abrange:

I - as matérias previamente classificadas como relevantes pelo Consultor Jurídico;

II - as manifestações jurídicas que tratem de interesse previamente manifestado pelo Ministro de Estado dos Transportes;

III - as potencialmente capazes de afetar, em âmbito regional ou nacional, a execução dos programas sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes.

Art. 3º As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta Ordem de Serviço e considerar-se-ão editadas pelo delegado (art. 14, § 3º, da Lei nº 9.784, de 1999).

Art.4 º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL MAGALHÃES FURTADO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

RESOLUÇÃO Nº 4.613, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Aprova a 6ª Revisão Ordinária, a 7ª Revisão Extraordinária e o Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio - TBP da Rodovia BR 393/RJ, trecho Div. MG/RJ - Entr. BR - 116 (DUTRA), explorado pela Rodovia do Aço S.A.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DAL - 087, de 19 de fevereiro de 2015, no que consta dos Processos nºs 50505.015066/2014-03, 50515.047604/2014-00 e 50500.117871/2014-11;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo VI, Cláusulas 6.26 a 6.42, do Contrato de Concessão firmado com a Rodovia do Aço S.A., relativo ao Edital nº 007/2007; e

CONSIDERANDO o comunicado ao Ministério da Fazenda, em cumprimento à Portaria MF nº 118, de 17 de maio de 2002, resolve:

Art. 1º Aprovar a 6ª Revisão Ordinária, que altera a Tarifa Básica de Pedágio - TBP de R$ 3,17123 para R$ 3,16292, com um decréscimo de 0,26% (vinte e seis centésimos por cento).

Art. 2º Aprovar a 7ª Revisão Extraordinária, que altera a Tarifa Básica de Pedágio - TBP de R$ 3,16292 para R$ 3,27014, com um acréscimo de 3,39% (três inteiros e trinta e nove centésimos por cento).

Art. 3º Aprovar o Reajuste que indicou o acréscimo percentual de 6,41% (seis inteiros e quarenta e um centésimos por cento), correspondente à variação do IPCA no período, com vista à recomposição tarifária;

Art. 4º Alterar, em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, antes do arredondamento, de R$ 4,52263 para R$ 5,03792, com um acréscimo de 11,39% (onze inteiros e trinta e nove centésimos percentuais), levando-se em consideração os efeitos financeiros da 6ª Revisão Extraordinária, autorizada pela Resolução nº 4.386, de 29 de agosto de 2014.

Art. 5º Alterar, na forma da tabela anexa, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada após arredondamento, de R$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) para R$ 5,00 (cinco reais e cinquenta centavos), nas praças de pedágio P1, em Paraíba/RJ, P2, em Sapucaia/RJ e P3, em Barra do Piraí/RJ, com um acréscimo de 11,11% (onze inteiros e onze centésimos percentuais positivos).

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor a partir de zero hora do dia 05 de março de 2015.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

ANEXO

TABELA DE TARIFAS
Praças P1, P2 e P3

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1	5,00
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2	10,00
3	Automóvel e caminhonete com semi-reboque	3	Simples	1,5	7,50
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	Dupla	3	15,00
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2	10,00
6	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	4	Dupla	4	20,00
7	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	5	Dupla	5	25,00
8	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	6	Dupla	6	30,00
9	Motocicletas, motonetas, bicicletas motorizadas e triciclos	2	Simples	0,5	2,50

RESOLUÇÃO Nº 4.620, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Altera o inc. VII, do Art. 1º, da Resolução nº 4.515, de 19 de dezembro de 2014.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso V do art. 25 da Resolução nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009, fundamentada no Voto DAL - 095, de 25 de fevereiro de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.027542/2014-71, resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução ANTT nº 4.515, de 19 de dezembro de 2014, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º...

...

VII - Alteração da TBP conforme quadro abaixo a partir da zero hora do dia 1º de janeiro de 2021, representando um acréscimo de 1,89% (um inteiro e oitenta e nove por cento);"

QUADRO DE TARIFA BÁSICA (TB)								
Categoria	1	2	3	4	5	6	7	8
dez/19	2,96959	5,93918	8,90877	11,87836	14,84795	17,81754	4,45438	5,93918
dez/20	3,02579	6,05157	9,07736	12,10315	15,12894	18,15472	4,53868	6,05157

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELIBERAÇÃO Nº 71, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 001, de 15 de janeiro de 2015, e no que consta do Processo n. 50515.100259/2013-51, delibera:

Art. 1º Autorizar a construção de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-116/PR, no km 094+850m, na Pista Sul, em São José dos Pinhais/PR, de interesse da Bel Fix Importação Ltda.

Art. 2º Na construção e conservação do referido acesso, a Bel Fix Importação Ltda. deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Litoral Sul S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A Bel Fix Importação Ltda. não poderá iniciar a construção do acesso, objeto desta Deliberação, antes de assinar, com a Autopista Litoral Sul S/A, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Litoral Sul S/A deverá encaminhar, à Unidade Regional de São Paulo - URSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A Bel Fix Importação Ltda. assumirá todo o ônus relativo à construção, à manutenção e ao eventual remanejamento do acesso, responsabilizando-se por eventuais problemas disso decorrentes, que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A Bel Fix Ltda. deverá concluir a obra de construção do acesso no prazo de 90 (noventa) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a Bel Fix Ltda. verifique a impossibilidade de conclusão da obra de construção do acesso no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Litoral Sul S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes de seu esgotamento, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de novo prazo.

Art. 7º Caberá à Autopista Litoral Sul S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente ao acesso.

Art. 8º A Bel Fix Importação Ltda. deverá apresentar, à URSP e à Autopista Litoral Sul S/A, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Deliberação tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Bel Fix Importação Ltda. abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Revogar a Deliberação n 144, de 04 de julho de 2014.

Art. 11. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

RETIFICAÇÃO

no Artigo 3º da Portaria n.º 034/2015/SUINF/ANTT, de 13 de fevereiro de 2015, publicada no DOU nº 33, de 19.2.2015, seção 1, página 48, onde se lê:"...20 (vinte) dias..." leia-se:"...30 (trinta) dias..."

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 36, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 158/2010, alterada pela Deliberação nº 038 de 22/02/2013, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta do Processo nº 50500.294173/2014-20, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação do Projeto de Interesse de Terceiros - PIT abaixo relacionado, com impacto na malha ferroviária concedida, conforme o extrato do contrato e com base na análise do respectivo processo.

Parágrafo único: Esta autorização não dispensa o solicitante ou a Concessionária da emissão de licenças, dispensas e certificações que se fizerem necessárias, no que couber e, conforme sua responsabilidade, junto aos respectivos órgãos competentes nas esferas municipal, estadual ou federal.

MRS Logística S.A.
1.Processo: 50500.294173/2014-20
Nota Técnica: 06/GPFER/SUFER/2015
Projeto: PIT - Travessia subterrânea de adutora de água no km 589+007, no município de Mário Campos/MG.
Interessado: Odebrecht Ambiental - Manso S/A.
Concessionária: MRS Logística S.A.
Contrato n°: TAI nº 016/2014, assinado em 13/10/2014.
Tipo de Contrato: Não oneroso
Valor da parcela anual: Não se aplica
Tipo de reajuste: Não se aplica
Alíquota sobre a Receita líquida de atividade autorizada: Não se aplica
Início: Após a autorização da ANTT
Final: Coincidente com a vigência do Contrato de Concessão

Art. 2º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 3º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT cópia dos aditivos, se houver, formalizado com o terceiro interessado, em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 37, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 158/2010, alterada pela Deliberação nº 038 de 22/02/2013, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e com o que consta do Processo nº 50500.029104/2013-66, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 60, de 24 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 29 de maio de 2013, que teve seu texto alterado, resultando na Portaria nº 67/2013, que autorizou a implantação de passagem em nível de veículo no Km 109+584m, no trecho Paranaguá - Curitiba, no município de Curitiba/PR, pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, na malha ferroviária da América Latina Logística Malha Sul S.A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 38, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 158/2010, alterada pela Deliberação nº 038 de 22/02/2013, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e com o que consta do Processo nº 50500.174455/2013-21, resolve:

Art. 1º Retifica a Portaria nº 168, de 20 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2013, com o intuito de tornar sem efeito a autorização concedida para implantação do Projeto de Interesse de Terceiro no âmbito do Processo nº 50500.174455/2013-21 que autorizou a execução da obra de implantação de passagem inferior de veículo no Km 251+797m, no trecho Iguaçu - Uvaranas, no município de Ponta Grossa/PR, pela Prefeitura de Ponta Grossa, na malha ferroviária da América Latina Logística Malha Sul S.A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 39, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 158/2010, alterada pela Deliberação nº 038 de 22/02/2013, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e com o que consta do Processo nº 50500.147532/2010-27, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 125, de 04 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2013, que autorizou a implantação de travessia subterrânea de água no Km 113+440m, no trecho Pinhais - Engenheiro Bley, no município de Curitiba/PR, pela Companhia de Habitação Popular de Curitiba - COHAB, na malha ferroviária da América Latina Logística Malha Sul S.A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 40, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 158/2010, alterada pela Deliberação nº 038 de 22/02/2013, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e com o que consta do Processo nº 50500.151786/2013-92, resolve:

Art. 1º Retifica a Portaria nº 117, de 15 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 23 de outubro de 2013, com o intuito de tornar sem efeito a autorização concedida para implantação do Projeto de Interesse de Terceiro no âmbito do Processo nº 50500.151786/2013-92 que autorizou a execução da obra de implantação da travessia subterrânea de gás no Km 4+500m, no município de Ponta Grossa/PR, pela Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS, na malha ferroviária da América Latina Logística Malha Sul S.A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 41, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 158/2010, alterada pela Deliberação nº 038 de 22/02/2013, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta do Processo nº 50510.028998/2014-39, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação do Projeto de Interesse de Terceiros - PIT abaixo relacionado, com impacto na malha ferroviária concedida, conforme o extrato do contrato e com base na análise do respectivo processo.

Parágrafo único: Esta autorização não dispensa o solicitante ou a Concessionária da emissão de licenças, dispensas e certificações que se fizerem necessárias, no que couber e, conforme sua responsabilidade, junto aos respectivos órgãos competentes nas esferas municipal, estadual ou federal.

Ferrovia Centro-Atlântica - FCA
1.Processo: 50510.028998/2014-39
Nota Técnica: 198/GPFER/SUFER/2014
Projeto: PIT - Passagem superior de veículos no km 262+663, no município de Campinas/SP.
Interessado: Concessionária Rota das Bandeiras S.A.
Concessionária: FCA.
Contrato n°: 009/FCA/2014
Tipo de Contrato: Oneroso
Valor da parcela anual: R$ 8.025,12
Tipo de reajuste: Anual
Alíquota sobre a Receita líquida de atividade autorizada: 10%
Início: Após a autorização da ANTT
Final: Coincidente com a vigência do Contrato de Concessão

Art. 2º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 3º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT cópia dos aditivos, se houver, formalizado com o terceiro interessado, em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 42, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 158/2010, alterada pela Deliberação nº 038 de 22/02/2013, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e com o que consta do Processo nº 50500.143255/2013-26, resolve:

Art. 1º Retifica a Portaria nº 103, de 04 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 09 de setembro de 2013, com o intuito de tornar sem efeito a autorização concedida para implantação do Projeto de Interesse de Terceiro no âmbito do Processo nº 50500.143255/2013-26 que autorizou a execução da obra de implantação da travessia subterrânea de esgoto no Km 333+562,50m, no trecho Itirapina - Panorama, no município de Bauru/SP, pelo Departamento de Água e Esgoto de Bauru, na malha ferroviária da América Latina Logística Malha Paulista S.A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 194, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL INTERINO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 21, inciso IV, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 5765, de 27 de abril de 2006, publicado no D.O.U de 28/04/2006, e o artigo 124, incisos IV e V, e Parágrafo único, do Regimento Interno do DNIT, aprovado pela Resolução nº 10, de 31 de Janeiro de 2007, do Conselho de Administração, publicada no D.O.U de 26/02/2007, Resolução nº 18, de 21 de janeiro de 2015, do Conselho de Administração, publicada no D.O.U de 22/01/2015, tendo em vista o constante no processo n° 50600.038478/2014-25, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º CRIAR o Acesso ao porto de Pelotas na malha Rodoviária Federal como integrante da BR-392/RS, conforme aprovação da Diretoria Colegiada, por meio do Relato nº 021/2015-DPP, incluído na ata nº 04/2015, do dia 12/02/2015.

Art. 2º O acesso, descrito no artigo anterior, deverá ser cadastrado na Rede Rodoviária do Sistema Nacional de Viação - Divisão em Trechos, da forma a seguir:

Código: 392BRS9040;
Local de Início: Entr. BR-392;
Local de Fim: Porto de Pelotas - Acesso;
Extensão: 3,0 km;
Situação: PLA;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADAILTON CARDOSO DIAS

PORTARIA Nº 200, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL INTERINO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 21, inciso III e Parágrafo único, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 5765, de 27 de abril de 2006, publicado no D.O.U de 28/04/2006, e o artigo 124, e Parágrafo único, do Regimento Interno do DNIT, aprovado pela Resolução nº 10, de 31 de Janeiro de 2007, do Conselho de Administração, publicada no D.O.U de 26/02/2007, e Resolução nº 18, de 21 de janeiro de 2015, do Conselho de Administração, publicada no D.O.U de 22/01/2015 e tendo em vista o contido no processo nº 50609.000700/2014-37, resolve:

Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, uma área de terras e benfeitorias abrangida pela faixa de domínio projetada da Rodovia BR-476/PR. Trecho: Div. SP/PR (Cabeceira Norte da Ponte s/ Rio Ribeira) - Ponte Domício Scaramella; Subtrecho: Div. SP/PR (Cabeceira Norte da Ponte s/ Rio Ribeira) - Entr.. BR-116 (Curitiba Acesso Norte/Atuba); Segmento: km 0,00 - 122,40; Extensão: 122,40 km; Código do SNV: 476BPR0030 a 476BPR0055, em conformidade com o Projeto Executivo de Engenharia para contenção de encosta e estabilização de taludes na BR-476/PR, aprovado pela Comissão instituída pela Superintendência Regional do DNIT, no Estado do Paraná, conforme Termo, datado de 05/12/2013, que consta do processo administrativo n° 50609.000747/2011-58, e de acordo com os desenhos PEET-1438/14 ao PEET-1452/14, que ficam depositados no Arquivo técnico do DNIT.

ADAILTON CARDOSO DIAS

Conselho Nacional do Ministério Público

PAUTA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2015

Dia: 10/03/15
Hora: 14:00 horas
Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público - Setor de Administração Federal Sul Quadra 2, Lote 3 - Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação da Ata da 4ª Sessão Ordinária (24/02/2015).

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 18/11/2013

2) Processo: 0.00.000.001328/2012-95 (Pedido de Providências)
Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Advogados: Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior - OAB/DF nº 16.275; Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior - OAB/PA nº 3.259; Rafael Barbosa de Castilho - OAB/DF nº 19.979; Bruno Matias Lopes - OAB/DF nº 31.490; Roberta Franco de Souza Reis Pinto - OAB/DF nº 26.060
Assunto: Requer a realização de auditoria e inspeção nos sistemas de escuta e monitoramento denominado "Guardião", adquiridos por órgãos do Ministério Público Estadual e Federal, bem como a análise dos respectivos processos de licitação e aquisição, condições de uso e sua aplicabilidade.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior
Cons. Alessandro Tramujas Assad
Cons. Jarbas Soares Júnior

Pedido de Vista em 03/02/2014

3) Processo: 0.00.000.001441/2011-90 (Pedido de Providências)
Requerente: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT
Interessados: Carlos Eduardo de Azevedo Lima - Vice-Presidente da ANPT
Sebastião Vieira Caixeta - Presidente da ANPT
Assunto: Consoante Recomendação constante dos relatórios de inspeção deste Conselho Nacional, acerca da necessidade de diminuir a disparidade de recursos humanos constatada entre os ramos do Ministério Público da União, requer providências que garantam a alocação dos recursos orçamentários, para que seja alcançado um critério de proporcionalidade no provimento dos cargos e funções criados pela Lei nº 1.321/2010.
Relator(a): Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 30/07/2014

4) Processo: 0.00.000.001130/2013-92 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
Requerente: Osório Pacheco Alves Filho
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Alegação de excesso injustificado de prazo por parte do Ministério Público Federal, em manifestar-se quanto ao Inquérito 465/STJ, que trata de esquema de corrupção envolvendo a Administração Pública do Estado do Pará.
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior
Origem: Pará
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 06/10/2014

5) Processo: 0.00.000.000394/2011-67 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Almino Afonso
Assunto: Proposta de Resolução, com vistas a estabelecer instruções para o cumprimento da Lei Federal n.º 11.767, de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação à busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

6) Processo: 0.00.000.000328/2012-78 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre o Código de Ética no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Alessandro Tramujas Assad
Cons. Jarbas Soares Júnior
Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

7) Processo: 0.00.000.001096/2013-56 (Recurso Interno)
Recorrente: Henrique Franco Cândia/Promotor de Justiça
Advogado: Luís Marcelo B. Giummarresi - OAB/MS nº 5.119
Recorrido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Revisão de Processo Disciplinar.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Mato Grosso do Sul
Vista: Cons. Alexandre Berzosa Saliba

8) Processo: 0.00.000.001310/2013-74 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Recomendação que revoga a Recomendação CNMP n° 16, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público como órgão interveniente no processo civil.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior
Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior

Pedidos de Vista em 17/11/2014

9) Processo: 0.00.000.000225/2014-70 (Processo Administrativo Disciplinar) (Apenso: Processo CNMP n.º 0.00.000.000465/2013-93)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Alexandre Berzosa Saliba

10) Processo: 0.00.000.001285/2014-18 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Antônio Pereira Duarte
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a criação de uma Comissão Temporária de Preservação da Memória Institucional do Ministério Público.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior
Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

Pedido de Vista em 27/01/2015

11) Processo: 0.00.000.001151/2014-99 (Processo Administrativo Disciplinar) (Apenso: Processo CNMP n.º 0.00.000.001250/2012-17)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Advogado: Aristides Junqueira Alvarenga - OAB/DF n.º 12.500
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Trabalho da 10ª Região.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Alexandre Berzosa Saliba

Pedidos de Vista em 28/01/2015

12) Processo: 0.00.000.001449/2013-18 (Embargos de Declaração)
Embargante: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo.
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior
Origem: Amazonas
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

13) Processo: 0.00.000.000539/2014-72 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Rodrigo Fernandes Cruz Humberto
Advogado: Ricardo César Mandarino Barreto - OAB/DF n° 34.716
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Assunto: Requer o controle de supostas irregularidades na prova oral do concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado do Paraná, bem como que seja concedida ao candidato a pontuação mínima para aprovação no mencionado certame. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior
Origem: Paraná
Vista: Cons. Alessandro Tramujas Assad

14) Processo: 0.00.000.000574/2014-91 (Pedido de Providências) (Apenso: Processo CNMP n.º 0.00.000.000575/2014-36)
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará - SISEMPPA
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Requer o imediato cumprimento do artigo 36, da Lei n.º 5.810/94, promovendo, por antiguidade, os servidores do Ministério Público do Estado do Pará, referente ao período de 2011/2013.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Pará
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Pedidos de Vista em 10/02/2015

15) Processo: 0.00.000.001000/2012-79 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Alega irregularidades em terceirização de serviços no Ministério Público do Estado do Ceará. Requer que seja determinado prazo para realização de concurso público e providências para criação de novos cargos, bem como concessão de medida liminar, a fim de que seja determinada a sustação de procedimento administrativo, que implique em prorrogação de contratos de terceirização. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Ceará
Vista: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior

16) Processo: 0.00.000.001393/2012-11 (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho)
Requerente: Hugo Cavalcanti Melo - Procurador de Justiça/PE
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Requer o cumprimento, por parte do Ministério Público do Estado de Pernambuco, da Resolução CNMP n° 09/2006, que dispõe sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros do Ministério Público, bem como o pagamento da Parcela Autônoma de Estabilidade Financeira, por não compreender o valor do subsídio, conforme a referida Resolução.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Pernambuco
Vista: Presidente

17) Processo: 0.00.000.000519/2014-00 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Jailson Lima da Silva - Deputado Estadual/SC
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Requer a averiguação de supostas irregularidades no valor dos subsídios pagos aos membros do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, os quais extrapolam o teto remuneratório.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Santa Catarina
Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior
Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

18) Processo: 0.00.000.001509/2014-83 (Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público)
Requerentes: Fernando Ferreira dos Santos - Promotor de Justiça/PI
Leida Maria de Oliveira Diniz - Promotora de Justiça/PI
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Requer a devolução dos autos do Procedimento Investigatório Preliminar n° 09/2014 a 35ª Promotoria de Justiça de Teresina, bem como que se considere arguido o impedimento do Subprocurador-Geral de Justiça e de todos os Procuradores de Justiça do Estado do Piauí para a condução do referido Procedimento. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Piauí
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Pedidos de Vista em 24/02/2015

19) Processo: 0.00.000.001352/2012-24 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Ailton José da Silva - Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis - Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan - Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar - ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima - Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti - Vice-Presidente da ANPR
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

20) Processo: 0.00.000.000989/2013-84 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Advogado: Rafael da Cás Maffini - OAB/RS n.º 44.404
Assunto: Pedido de Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº PR.00035.00497/2011-2, que tramitou no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

21) Processo: 0.00.000.001501/2013-36 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros - Presidente do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Alessandro Tramujas Assad

22) Processo: 0.00.000.001438/2014-19 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Alexandre Berzosa Saliba
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução nº 20, de 28 de maio de 2007, que regulamenta o art. 9º, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 e o art. 80, da Lei 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, o controle externo da atividade policial.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
Vista: Presidente

Processos Remanescentes

Incluído na pauta da 20ª Sessão Ordinária (02/12/2013)

23) Processo: 0.00.000.000837/2013-81 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Almino Afonso Fernandes
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina o funcionamento dos plantões na primeira instância das diversas unidades do Ministério Público, nos horários de inocorrência de expediente forense.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 10ª Sessão Ordinária (19/05/2014)

24) Processo: 0.00.000.000140/2014-91 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Requer que seja verificado, junto ao Ministério Público do Trabalho, se o estabelecimento do prazo de vinte e nove dias nos editais de convocação de membros do Parquet teria como finalidade o pagamento de diárias como outra forma de recebimento de remuneração.
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior
Origem: Distrito Federal

25) Processo: 0.00.000.000141/2014-36 (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho) (Apenso: Processo CNMP n.º 0.00.000.001372/2013-86)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Visa analisar a expedição do Edital nº 1/2014, da Procuradoria Geral do Trabalho, de teor idêntico àquele cuja nulidade foi declarada por este Conselho Nacional, nos autos do procedimento nº 0.00.000.001372/2013-86.
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 16ª Sessão Ordinária (18/08/2014)

26) Processo: 0.00.000.000235/2013-24 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Almino Afonso Fernandes
Assunto: Proposta de Resolução que proíbe a subvenção de entidades privadas com fins lucrativos aos congressos, seminários, simpósios, encontros jurídicos e culturais e eventos similares realizados, promovidos ou apoiados pelo Ministério Público e suas Escolas Oficiais, com participação dos seus membros.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal

27) Processo: 0.00.000.000356/2014-57 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Marcelo Ferra de Carvalho
Assunto: Proposta de Resolução, que altera a Resolução CNMP n° 23/2007, regulamentando os art. 6°, inciso VII, e art. 7°, inciso I, da Lei Complementar n° 75/93 e os art. 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei n° 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 19ª Sessão Ordinária (06/10/2014)

28) Processo: 0.00.000.000800/2014-34 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Visa apurar o exercício cumulativo de funções de membro do Ministério Público do Estado do Ceará (Relatório de Inspeção, item 3.9.15.1).
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal

29) Processo: 0.00.000.001157/2014-66 (Consulta)
Requerente: Regina Lúcia de Almeida Rocha - Procuradora-Geral de Justiça/MA
Assunto: Apresenta consulta acerca de situações que possam caracterizar eventual nepotismo no Ministério Público.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho - Presidente da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Origem: Maranhão

Incluído na pauta da 20ª Sessão Ordinária (03/11/2014)

30) Processo: 0.00.000.000704/2014-96 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a agilização dos processos de adoção e destituição do poder familiar no âmbito do Ministério Público dos Estados.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 22ª e da 23ª Sessões Ordinárias (1º/12/2014)

31) Processo: 0.00.000.001282/2014-76 (Revisão de Processo Disciplinar) (Apenso: Processo CNMP n.º 0.00.000.000417/2009-19)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal
Interessado: Membro do Ministério Público Federal
Advogado: Fernando Bessa Vieira - OAB/DF n.º 15.078
Assunto: Revisão do Processo Disciplinar nº 1.00.001.00117/2011-99-MPF e sua avocação, para que passe a tramitar diretamente perante o Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 1ª Sessão Ordinária (27/01/2015)

32) Processo: 0.00.000.000756/2011-10 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Assunto: Visa apurar a legalidade de pagamentos de vantagens pessoais feitos pelo Ministério Público do Estado da Paraíba, em período posterior à entrada em vigor da Lei Complementar nº 058/2003 (Relatório de Inspeção do Ministério Público do Estado da Paraíba - fls. 200).
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal

33) Processo: 0.00.000.000036/2013-16 (Embargos de Declaração)
Embargante: Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou improcedente Procedimento de Controle Administrativo, este, sob a relatoria do Conselheiro Leonardo de Farias Duarte.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Rio de Janeiro

34) Processo: 0.00.000.001601/2013-62 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Alexandre Monteiro Venditte - Promotor de Justiça/PA
Advogado: Heitor Regina - OAB/SP n.° 9.882

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Requer o controle da decisão exarada no Procedimento n.° 035/2012/CPJ, pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Pará, a qual suspendeu os subsídios de membro da mencionada unidade ministerial, que se encontra legalmente em licença para tratamento de saúde, bem como a suspensão do PAD n.° 061/2013-MP/CGMP, instaurado em face do mesmo membro. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Pará

35) Processo: 0.00.000.000049/2014-76 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Flávio Teixeira de Abreu Júnior - Promotor de Justiça/PI
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Requer a apuração do valor da indenização devida a membros e servidores do Ministério Público do Estado do Piauí, que utilizam carro próprio em deslocamentos a serviço da instituição, bem como a retificação dos valores das diárias pagas, assegurando o mesmo valor ou valor proporcional aos subsídios a todos os membros do mencionado *Parquet*. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Piauí

36) Processo: 0.00.000.000132/2014-45 (Inspeção)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Assunto: Inspeção no Ministério Público do Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad
Origem: Distrito Federal

37) Processo: 0.00.000.000133/2014-90 (Inspeção)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal no Estado de Sergipe
Assunto: Inspeção no Ministério Público Federal no Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad
Origem: Distrito Federal

38) Processo: 0.00.000.000134/2014-34 (Inspeção)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Trabalho no Estado de Sergipe
Assunto: Inspeção no Ministério Público do Trabalho no Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad
Origem: Distrito Federal

39) Processo: 0.00.000.001196/2014-63 (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho) (Apenso: Processo CNMP n.º 0.00.000.000272/2013-32)
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia - AMPEB
Advogado: Manoel Pinto - OAB/BA n.° 11.024
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Requer o cumprimento da decisão proferida nos autos do Processo CNMP n° 0.00.000.000272/2013-32, que determinou ao Ministério Público do Estado da Bahia o pagamento aos aposentados e pensionistas da parcela autônoma de equivalência, do período de setembro de 1994 a setembro de 2001.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Bahia

40) Processo: 0.00.000.001531/2014-23 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Visa apurar inércia por parte da 7ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES, na análise de notícias de fato, conforme constatado em inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal

41) Processo: 0.00.000.001545/2014-47 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Visa apurar inércia por parte da 3ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES, na análise de notícias de fato, conforme constatado em inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal

42) Processo: 0.00.000.001569/2014-04 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Jarbas Soares Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que altera o § 4° do art. 2°, da Resolução CNMP n.° 23/2007.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal

43) Processo: 0.00.000.000006/2015-71 (Procedimento Interno de Comissão)
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Assunto: Realização de visita técnica no Estado do Pará, em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão da Infância e Juventude.
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior - Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal

44) Processo: 0.00.000.000007/2015-16 (Procedimento Interno de Comissão)
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Assunto: Realização de visita técnica no Estado de Santa Catarina, em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão da Infância e Juventude.
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior - Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal

45) Processo: 0.00.000.000008/2015-61 (Procedimento Interno de Comissão)
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Assunto: Realização de visita técnica no Estado do Espírito Santo, em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão da Infância e Juventude.
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior - Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal

46) Processo: 0.00.000.000009/2015-13 (Procedimento Interno de Comissão)
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Assunto: Realização de visita técnica no Estado do Rio de Janeiro, em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão da Infância e Juventude.
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior - Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 3ª Sessão Ordinária (10/02/2015)

47) Processo: 0.00.000.001809/2013-81(Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Gino Martins Borges Bastos - Promotor de Justiça/ES
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Requer que seja decretada nula e desconstituída a decisão proferida pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Espírito Santo, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n° 28336/2012, a qual sancionou, por maioria, membro da mencionada unidade ministerial à pena de advertência.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Espírito Santo

48) Processo: 0.00.000.000397/2014-43 (Recurso Interno)
Recorrente: Rafael de Araújo Gomes - Procurador do Trabalho/SP
Recorrido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal

49) Processo: 0.00.000.000540/2014-05 (Consulta)
Requerente: Geder Luiz Rocha Gomes - Procurador-Geral de Justiça Adjunto/BA
Assunto: Consulta realizada pelo Procurador-Geral de Justiça Adjunto do Estado da Bahia, acerca do alcance da aplicação da Resolução CNMP nº 01/2005, diante do conteúdo da Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Bahia

50) Processo: 0.00.000.001291/2014-67 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Revisão do Processo Disciplinar nº 004/2013-CGMP, que tramitou no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Rio Grande do Norte

51) Processo: 0.00.000.001423/2014-51 (Recurso Interno)
Recorrente: Ênderson Flávio Costa Lima
Recorrido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Recurso interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Piauí

52) Processo: 0.00.000.001552/2014-49 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Alberto Loreno Fracasso; Everaldo Mazieira; Marcio Junji Hayashida; Rogério Dobrzanski; Thiago Stanley Gurski
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Paraná
Assunto: Visa apurar a regularidade de ato administrativo da Procuradoria da República no Município de Pato Branco/PR, que impõe aos servidores o desempenho de plantão criminal à margem de qualquer regulamentação ou contrapartida mediante banco de horas.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Paraná

53) Processo: 0.00.000.001576/2014-06 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, em apurar supostas irregularidades em processo licitatório para contratação de profissionais da saúde no Município de Jaraguá do Sul.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Santa Catarina

Incluídos na pauta da 4ª Sessão Ordinária (24/02/2015)

54) Processo: 0.00.000.001095/2013-10 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP n° 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de intercepções telefônicas, e dá outras providências.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

55) Processo: 0.00.000.001698/2013-11 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Evelyn Rebelo dos Santos
Louise Francine Moren Tavares
Marcela Alencar Leite Rodrigues
Advogado: Alexandre Friderichs Luzzi - OAB/AM nº 7.933
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Requer o controle de ato do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, que homologou o resultado final do Concurso para o provimento dos cargos de servidores daquela instituição, em especial o de Agente Técnico Jurídico, de modo que possam ser corrigidas as provas discursivas das requerentes e possibilitada a inclusão de seus nomes na lista de candidatos habilitados no caso de possível reclassificação. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Amazonas

56) Processo: 0.00.000.000354/2014-68 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Emenda Regimental que altera o art. 41, da Resolução CNMP n° 92/13, determinando a obrigatoriedade de notificação eletrônica às chefias das unidades ministeriais, no âmbito do CNMP.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal

57) Processo: 0.00.000.000359/2014-91 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que modifica a Resolução CNMP n° 73/2011 e estabelece limites objetivos para a atividade de magistério por membros do Ministério Público da União e dos Estados.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

58) Processo: 0.00.000.000470/2014-87 (Embargos de Declaração)
Embargante: Dirceu Dresch

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que acolheu a preliminar de incompetência do CNMP, determinando o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Santa Catarina

59) Processo: 0.00.000.000543/2014-31 (Pedido de Providências)
Requerente: Christiano Baía Fernandes de Araujo - Promotor de Justiça/RN
Assunto: Requer providências de alteração do art. 7°, da Resolução CNMP n° 14/06, que cria regras gerais de concursos públicos realizados pelos Ministérios Públicos.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Rio Grande do Norte

60) Processo: 0.00.000.000879/2014-01 (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho) (Apenso: Processo CNMP n.º 0.00.000.001795/2010-53)
Requerente: Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo
Interessado: Gerson Correia de Jesus - Presidente do SINDIPÚBLICOS
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Requer o cumprimento da decisão proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo CNMP n° 0.00.000.001795/2010-53, que apurava denúncia veiculada em publicação jornalística acerca de irregularidades na contratação de empresa terceirizada no âmbito do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Espírito Santo

61) Processo: 0.00.000.000903/2014-02 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
Assunto: Proposta de Resolução que altera o art. 2°, caput e § 1°, da Resolução CNMP n° 73/2011, para permitir que membros do Ministério Público Brasileiro possam exercer o magistério, cumulativamente com suas funções ministeriais, em municípios de sua Comarca ou circunscrição de lotação.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

62) Processo: 0.00.000.001106/2014-34 (Proposição)
Proponentes: Conselheiro Esdras Dantas de Souza
Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Emenda Regimental que visa alterar o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, no tocante ao pedido de sustentação oral nas sessões deste Conselho.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal

63) Processo: 0.00.000.001107/2014-89 (Proposição)
Proponentes: Conselheiro Esdras Dantas de Souza
Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Emenda Regimental que visa alterar o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, no tocante ao momento processual adequado para o oferecimento de rol de testemunhas, pelo processado, no processo administrativo disciplinar.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal

64) Processo: 0.00.000.001281/2014-21 (Processo Administrativo Disciplinar)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
Advogados: Francisco das Chagas Rebêlo Júnior - OAB/PI n.º 3.518/02
Ricardo Ilton Correia dos Santos - OAB/PI n.º 3.047/98
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar em face de membro do Ministério Público do Estado do Piauí.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Distrito Federal

65) Processo: 0.00.000.001524/2014-21 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou improcedente Procedimento de Controle Administrativo e declarou, de ofício, a nulidade dos editais nº 16/2014, 22/2014 e 25/2014, determinando que outros sejam expedidos.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Piauí

66) Processo: 0.00.000.001568/2014-51 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a criação de Carteira de Identidade Especial para os Conselheiros do CNMP e padronização da Carteira de Identidade de Membro do Ministério Público dos Estados.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

67) Processo: 0.00.000.001601/2014-43 (Recurso Interno) (Apenso: Processo CNMP n.º 0.00.000.000673/2012-10)
Recorrente: Eduardo Canavarros de Arruda
Recorrido: Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Pedido de Providências.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Santa Catarina

Processos desta Sessão (10/03/2015)

68) Processo: 0.00.000.001151/2013-16 (Embargos de Declaração)
Embargante: Associação Piauiense do Ministério Público - APMP
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou parcialmente procedente Procedimento de Controle Administrativo, para reconhecer o direito ao recebimento retroativo das diferenças devidas aos membros titulares que faziam jus à diferença de subsídio e à gratificação de exercício cumulativo, mas não as receberam conjuntamente, desde 1º de agosto de 2011.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Piauí

69) Processo: 0.00.000.001266/2013-01 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul
Assunto: Visa apurar, junto ao Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, sobrepreço nas execuções das obras das Promotorias de Justiça de Chapadão do Sul e Bela Vista.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Mato Grosso do Sul

70) Processo: 0.00.000.001785/2013-61 (Processo Administrativo Disciplinar) (Apenso: Processo CNMP n.º 0.00.000.000371/2012-33)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar em face de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

71) Processo: 0.00.000.000020/2014-94 (Recurso Interno)
Recorrente: Haroldo Carneiro Rastoldo
Recorrido: Membros do Ministério Público do Estado de Tocantins
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado de Tocantins.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Tocantins

72) Processo: 0.00.000.000917/2014-18 (Embargos de Declaração)
Embargante: Douglas Fabiano de Melo
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que negou provimento a Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Pedido de Providências.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal

73) Processo: 0.00.000.001283/2014-11 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Roberto Gomes Ferreira
Interessados: Instituto Búzios
Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado da Bahia
Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes - EDUCAFRO
Francisco de Assis - Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos - FAECID
Advogado: Flávia Santos do Bonfim - OAB/RJ n.º 12.4100
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Requer a suspensão do concurso para provimento dos cargos de Promotor de Justiça Substituto do Ministério Público do Estado da Bahia, de edital promovido em 02/09/2014, até que seja superada a questão da legalidade e constitucionalidade das vagas destinadas às cotas raciais.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Bahia

74) Processo: 0.00.000.001447/2014-18 (Embargos de Declaração)
Embargante: José Carlos Paes - Desembargador do Tribunal de Justiça/RJ
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que negou provimento a Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Rio de Janeiro

75) Processo: 0.00.000.001498/2014-31 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Esdras Dantas de Souza
Assunto: Proposição que visa recomendar a observância da Instrução Normativa nº 02/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, nas contratações de serviços, continuados ou não, pelos órgãos do Ministério Público.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal

76) Processo: 0.00.000.001523/2014-87 (Recurso Interno)
Recorrente: Douglas Renato F. Graciani
Recorrido: Ministério Público do Estado do Mato Grosso
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Pedido de Providências.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Mato Grosso

77) Processo: 0.00.000.001734/2014-10 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Marcos Tibério Castelo Aires - Corregedor-Geral do Estado do Ceará
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Requer a reforma da decisão exarada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Ceará, que deliberou pela não aplicação do seu novo Regimento Interno no julgamento das promoções designadas para o próximo dia 16/12/2014. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Ceará

78) Processo: 0.00.000.000026/2015-42 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Mauro Viveiros - Corregedor-Geral do Estado do Mato Grosso
Requerido: Ministério Público do Estado do Mato Grosso
Assunto: Pedido de revisão do Processo Disciplinar GEDOC n° 000090-024/2013, que tramitou no âmbito do Ministério Público do Estado do Mato Grosso.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Mato Grosso

79) Processo: 0.00.000.000106/2015-06 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Interessado: Aldo Clemente de Araújo Filho - Presidente do SINDSEMP/RN
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Requer a suspensão dos efeitos das Portarias n.° 3509/2013-PGJ e 2877/2014-PGJ, para impedir o desconto em folha dos servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte sem o prévio processo administrativo. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Rio Grande do Norte

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PLENÁRIO

ACÓRDÃO DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014

PROCESSO: RECURSO INTERNO NO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 647/2013-64
RELATOR: CONSELHEIRO ALEXANDRE SALIBA
REQUERENTE: EDMILSON WESLEY FRANCO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
EMENTA RECURSO INTERNO. PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS. CLÁUSULA DE BARREIRA. LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE PROVAS DISCURSIVAS. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE PRINCÍPOS CONSTITUCIONAIS E DE NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS. INOCORRÊNCIA NO CASO CONCRETO. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DA JUSTIÇA FEDERAL. DESPROVIMENTO.

1. O Decreto n? 3.298/99 não deixa espaço para dúvidas no que se refere ao fato de que os portadores de necessidades especiais participarão dos concursos públicos em igualdade de condições com os demais candidatos.

2. No tocante à Administração Pública Federal, as normas pertinentes regulam a matéria de maneira clara, assegurando o direito de o portador de necessidade especial figurar em lista própria de classificação, sem permitir, contudo, que as condições do concurso sejam diferentes, no tocante aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3. No concurso em questão, em que o limitador do número de provas discursivas a serem corrigidas é aplicado tanto ao candidatos portadores de necessidades especiais quanto aos demais, não se vislumbra violação ao termos do Decreto n° 3.298/99, ou mesmo aos princípios constitucionais que regem a matéria.

4. As cláusulas de barreira, que limitam o número de provas discursivas a serem corrigidas, estão inseridas no juízo de oportunidade e conveniência da Administração, que não precisa manter no certame, desnecessariamente, um grande número de candidatos sem possibilidade de aprovação final, reduzindo, de maneira eficiente, a tarefa de correção inútil de provas discursivas.

5. Recurso conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, à unanimidade, em conhecer do presente recurso interno para, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o presente.

ALEXANDRE SALIBA
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015

RD N° 0.00.000.000749/2014-61
REQUERENTE: PRISCILA MARIA PEREIRA CORREA DA FONSECA E OUTROS
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATOR: CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
EMENTA - RECURSO INTERNO EM RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL. ATUAÇÃO DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DENTRO DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO. INCOMPETÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, à unanimidade, em negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto do Relator.

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
Relator

DECISÕES DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU EXCESSO DE PRAZO Nº 0.00.000.000128/2015-68
REQUERENTE: WILSON FERREIRA SANTOS
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

(...)

Ante o exposto, determino o arquivamento da presente representação, após as providências de estilo pela Coordenadoria de Processamento de Feitos, nos termos do art. 43, inc. IX, "a", do RICNMP. Comunique-se ao requerente.

MARCELO FERRA DE CARVALHO
Conselheiro Relator

PROCESSO: RIEP Nº 0.00.000.001455/2014-56
RELATOR: CONSELHEIRO ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
REQUERENTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

(...)

Diante do exposto, constatada a regularidade da atuação da 4ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Paulista/PE e diante da comprovada movimentação do procedimento objeto da presente RIEP, determino o arquivamento dos autos pela perda de seu objeto, com fundamento no art. 43, inciso IX, alínea "b", do RICNMP.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Conselheiro Relator

PROCESSO: PP Nº 0.00.000.001424/2014-03
RELATOR: CONSELHEIRO ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
REQUERENTE: SALIM CARVALHO JARDIM
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

(...)

Ante o exposto, constatada a regularidade da atuação ministerial e diante da ausência de ato passível de controle por este Conselho Nacional, decido pela inexistência de qualquer providência a ser adotada, determinando o arquivamento deste Pedido de Providências nº 0.00.000.001424/2014-03, com fundamento no art. 43, inciso IX, alínea "c", do RICNMP.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Conselheiro Relator

PROCESSO: PCA Nº 0.00.000.001732/2014-21
RELATOR: ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
REQUERENTE: MARCONI DE CARVALHO SAFATLE
REQUERIDO:MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

(...)

Ante o exposto, demonstrada a incompatibilidade da pretensão do requerente com o Enunciado nº 08 deste Conselho Nacional e a manifesta improcedência da alegação do requerente, determino o arquivamento do presente Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.001732/2014-21, com fundamento no art. 43, inciso IX, alíneas "b" e "d", do RICNMP.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Conselheiro Relator

PP N° 0.00.000.000858/2014-88
REQUERENTE: FLÁVIO ROBERTO DOS SANTOS
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO

DECISÃO

(...)

Desta forma, considerando-se todas as informações trazidas aos autos, não há se falar em inércia dos membros do Ministério Público.

Em razão do exposto, determino o arquivamento do feito por perda de objeto e por não conter providência a ser adotada. (Art. 431, IX, b e c, do RICNMP). Publique-se. Intime-se.

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
Conselheiro Relator

PROCESSO: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 756/2014-62
RELATOR: CONSELHEIRO ALEXANDRE SALIBA
REQUERENTE: MARIA DE ANDRADA JURUBEBA
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

(...)

Em face do exposto, tendo em vista o disposto no Enunciado CNMP nº 06, bem como em razão da própria incompetência para apreciar atos já submetidos e referendados pelo Poder Judiciário, determino o ARQUIVAMENTO deste Pedido de Providências, com base no artigo 43, inciso IX, alíneas "c" e "d", do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

ALEXANDRE SALIBA
Conselheiro Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 107, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

Alterar parcialmente a estrutura organizacional do Ministério Público do Trabalho, no âmbito da Procuradoria Geral do Trabalho.

A VICE-PROCURADORA-GERAL DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria PGT nº 372, de 14/9/2007,

Considerando a necessidade de adequar a estrutura organizacional do Ministério Público do Trabalho, no âmbito da Procuradoria Geral do Trabalho, definida pela Portaria n° 253, de 25/08/2004, publicada no Diário Oficial da União de 27/08/2004, e alterada pelas Portarias nº 497, de 10/12/2008; 111, de 23/03/2009; 158 de 23/04/2009, 216 de 10/06/2009, 209 de 19/05/2010, 255 de 29/06/2010, 265 de 02/07/2010, 521 de 19/11/2010, 529 de 23/11/2010, 55 de 10/02/2011, 129 de 16/03/2011, 137 de 16/03/2011, 149 de 21/03/2011, 246 de 05/05/2011, 315 de 10/6/2011, 402 de 12/08/2011, 116 de 26/03/2012, 217 de 21/05/2012, 241 de 04/06/2012, 292 de 02/07/2012, 344 de 24/07/2012, 357, de 1º/8/2012, 367, de 6/8/2012, 380, de 13/8/2012, 302, de 30/04/2013, 525, de 4/7/2013, 74, de 19/2/2014, 177, de 7/4/2014, 247, de 30/4/2014, 277, de 13/5/2014, 407, de 2/7/2014, 595 de 26/09/2014 ,637, de 10/10/2014, 803, de 17/12/2014 e 43, de 27/01/2015, resolve:

Art. 1º - Alterar parcialmente, a contar de 1º/2/2015, a estrutura organizacional do Ministério Público do Trabalho, no âmbito da Procuradoria Geral do Trabalho, na forma descriminada no anexo.

ELIANE ARAQUE DOS SANTOS

Anexo

SITUAÇÃO ANTERIOR			NOVA SITUAÇÃO		
Nº de Funções	Denominação	Código	Nº de Funções	Denominação	Código
PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO			PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO		
1	Procurador-Geral do Trabalho	S/função	1	Procurador-Geral do Trabalho	S/função
2	Assessor Nível III	CC 03	2	Assessor Nível III	CC 03
	.....			.....	
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		
1	Diretor	CC 05	1	Diretor	CC 05
1	Assistente Nível III	FC 03			
2	Assistente Nível I	FC 01			
				Assessoria Técnica	
			1	Chefe	FC 03
			2	Assistente Nível I	FC 01
	Seção de Apoio Administrativo			Seção de Apoio Administrativo	
1	Chefe	CC 01	1	Chefe	CC 01
	Secretaria Administrativa			Secretaria Administrativa	
1	Chefe	FC 03	1	Chefe	FC 03

	Seção de Controle da Estrutura Administrativa do MPT			Seção de Controle da Estrutura Administrativa do MPT	
1	Chefe	CC 01	1	Chefe	CC 01
	.....			.....	
	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO			DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
1	Diretor	CC 05	1	Diretor	CC 05
1	Assessor Nível III	CC 03	1	Assessor Nível III	CC 03
1	Assessor Nível I	CC 01	1	Assessor Nível I	CC 01
1	Assistente Nível II	FC 02	1	Assistente Nível II	FC 02
	Núcleo de Conformidade de Registros de Gestão			Núcleo de Conformidade de Registros de Gestão	
1	Chefe	FC 03	1	Chefe	FC 03
	Secretaria Administrativa			Secretaria Administrativa	
1	Chefe	FC 02	1	Chefe	FC 02
	Assessoria Técnica			Assessoria Técnica	
1	Chefe	CC 02	1	Chefe	CC 02
	Assessoria de Planejamento e Gestão			Assessoria de Planejamento e Gestão	
1	Chefe	CC 01	1	Chefe	CC 01
	Assessoria Jurídica			Assessoria Jurídica	
1	Chefe	CC 04	1	Chefe	CC 04
2	Assessor Nível I	CC 01	2	Assessor Nível I	CC 01
	.....			.....	
	COORDENAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMONIO			COORDENAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMONIO	
1	Chefe	CC 03	1	Chefe	CC 03
	Setor de Classificação e Catalogação				
1	Chefe	FC 02			
	Seção de Compras			Seção de Compras	
1	Chefe	CC 01	1	Chefe	CC 01
	Setor de Compras			Setor de Aquisições	
1	Chefe	FC 02	1	Chefe	FC 02
	Núcleo de Cotação Eletrônica			Núcleo de Cotação Eletrônica	
1	Chefe	FC 03	1	Chefe	FC 03
	Seção de Patrimônio			Seção de Patrimônio	
1	Chefe	CC 01	1	Chefe	CC 01
	Setor de Inventário e Avaliação			Setor de Inventário e Avaliação	
1	Chefe	FC 02	1	Chefe	FC 02
	Setor de Controle e Avaliação			Setor de Controle e Avaliação	
1	Chefe	FC 02	1	Chefe	FC 02
	Seção de Almoxarifado			Seção de Almoxarifado	
1	Chefe	CC 01	1	Chefe	CC 01
	Setor de Distribuição de Material			Setor de Distribuição de Material	
1	Chefe	FC 02	1	Chefe	FC 02
				Setor de Classificação e Catalogação	
			1	Chefe	FC 02

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 191ª SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 3 DE MARÇO DE 2015

Hora: 9 horas.

Local: Sala de reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho - Setor Comercial Sul, Quadra 09, Lote C, Torre A, Edifício Parque Cidade Corporate, 12º Andar, Sala 1223, Asa Sul, Brasília, DF.

1ª Parte - Expediente.

a) - Aprovação da ata da 190ª sessão ordinária.

b) - Comunicados e Proposições:

1 - Presidente do CSMPT.

2 - Secretaria do CSMPT.

3 - Conselheiros.

c) - Comunicados:

1 - Corregedoria do MPT.

2 - Ouvidoria do MPT.

2ª Parte - Ordem do Dia.

I - Processo(s) com vista(s) regimental(is).

01 - Processo CSMPT nº 08130.005158/2010.

Interessada: Corregedoria do MPT.

Assunto: Processo administrativo disciplinar.

Advogada: Célia Regina Narciso dos Santos, OAB/AL nº 4.681.

Relator: Conselheiro José Neto da Silva.

Revisora: Conselheira Eliane Araque dos Santos.

Decisão anterior: Após votarem os Conselheiros Relator e Revisora, acolhendo a prescrição da pretensão punitiva da administração, pediram vista regimental conjunta as Conselheiras Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano e Sandra Lia Simón. Os demais Conselheiros aguardam. O acusado Procurador do Trabalho Cássio de Araújo Silva fez sustentação oral. CSMPT, 187ª Sessão Ordinária, 07/10/2014.

Decisão anterior: Renovaram pedido de vista regimental as Conselheiras Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano e Sandra Lia Simón. CSMPT, 188ª Sessão Ordinária, 04/11/2014.

Decisão anterior: Renovaram pedido de vista regimental as Conselheiras Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano e Sandra Lia Simón. CSMPT, 189ª Sessão Ordinária, 02/12/2014)

Decisão anterior: Renovaram pedido de vista regimental as Conselheiras Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano e Sandra Lia Simón. CSMPT, 190ª Sessão Ordinária, 03/02/2015.

02 - Processo CSMPT nº 08130.000121/2013.

Interessado: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT.

Assunto: Requer implementação de programa de atenção à saúde de Membros e Servidores do MPT.

Relator: Conselheiro Otavio Brito Lopes.

Revisor: Conselheiro Antonio Luiz Teixeira Mendes.

Decisão anterior: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, à unanimidade, adiou o julgamento do feito para próxima sessão. Ausente, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Ronaldo Curado Fleury. CSMPT, 189ª Sessão Ordinária, 02/12/2014).

Decisão anterior: Pediram vista regimental sucessiva os Conselheiros Eliane Araque dos Santos e Ronaldo Curado Fleury. CSMPT, 190ª Sessão Ordinária, 03/02/2015.

II - Outros processos desta Sessão.

03 - Processo CSMPT nº 2.00.000.005913/2013-34.

Interessado: Erik de Souza Oliveira - Procurador do Trabalho.

Assunto: Acompanhamento de estágio probatório.

Relator: Ronaldo Curado Fleury.

Revisora: Eliane Araque dos Santos.

04 - Processo CSMPT nº 2.00.000.005993/2014-22

Interessada: Rosângela Rodrigues Dias de Lacerda - Procuradora do Trabalho.

Assunto: Verificação do cumprimento das exigências do artigo 11 da Resolução nº 75/2008, referente ao afastamento para elaboração de tese de doutorado.

Relator: Conselheiro José Neto da Silva.

Revisora: Conselheira Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano.

05 - Processo CSMPT nº 2.00.000.000583/2014-10

Interessada: Renata Nunes Fonseca Stehling - Procuradora do Trabalho.

Assunto: Verificação do cumprimento das exigências do artigo 11 da Resolução nº 75/2008, referente ao afastamento para o VII Curso Avanzado en Derecho del Trabajo para Postgrauados da Universidade de Sevilla.

Relatora: Conselheira Sandra Lia Simón.

Revisor: Conselheiro José Neto da Silva.

06 - Processo CSMPT nº 2.00.000.000067/2015-33.

Interessada: Lorena Vasconcelos Porto - Procuradora do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para proferir palestras no Congresso de Direito do Trabalho em Bogotá, Colômbia.

Relator: Conselheiro Antonio Luiz Teixeira Mendes.

Revisora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

07 - Processo CSMPT n° 2.04.000.018758/2014-58.

Interessado: Noedi Rodrigues da Silva - Procurador do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para participar do curso de aperfeiçoamento "Direito do Trabalho: entre evolução histórica e comparação", a ser realizado em Roma/Itália.

Relator: Conselheiro Antonio Luiz Teixeira Mendes.

Revisor: Conselheiro Otavio Brito Lopes

08 - Processo CSMPT n° 2.09.000.000125/2015-98.

Interessada: Andrea Nice Silveira Lino Lopes - Procuradora do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para participar do curso de aperfeiçoamento "Direito do Trabalho: entre evolução histórica e comparação", a ser realizado em Roma/Itália.

Relator: Conselheiro José Neto da Silva.

Revisora: Conselheira Eliane Araque dos Santos.

09 - Processo CSMPT n° 2.09.000.000598/2015-95.

Interessado: Luercy Lino Lopes - Procurador Regional do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para participar do curso de aperfeiçoamento "Direito do Trabalho: entre evolução histórica e comparação", a ser realizado em Roma/Itália.

Relator: Conselheiro Ronaldo Curado Fleury.

Revisora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

10 - Processo CSMPT nº 2.00.000.030145/2014-38

Interessado: Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Proposta de alteração da Resolução CSMPT N° 85/2009 (Regimento Interno do CSMPT).

Relator: Conselheiro Ronaldo Curado Fleury.

Revisor: Conselheiro José Neto da Silva.

11 - Processo CSMPT nº 2.00.000.006637/2013-21.

Proponentes: Ivana Auxiliadora Mendonça Santos e José Alves Pereira Filho - Subprocuradores-Gerais do Trabalho.

Assunto: Proposta de anteprojeto de Resolução que regulamenta a convocação de Procurador Regional do Trabalho para substituição de Subprocurador-Geral do Trabalho.

Relatora: Conselheira Eliane Araque dos Santos.

Revisor: Conselheiro Antonio Luiz Teixeira Mendes.

12 - Processo CSMPT n° 2.02.000.003593/2015-75.

Interessada: Cláudia Regina Lovato Franco - Procuradora do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para participar do curso de aperfeiçoamento "Direito do Trabalho: entre evolução histórica e comparação", a ser realizado em Roma/Itália.

Relator: Conselheiro Antônio Luiz Teixeira Mendes.

Revisor: Conselheiro Maurício Correia de Mello.

13 - Processo CSMPT n° 2.24.000.000367/2015-75.

Interessado: Gustavo Magalhães de Paula Gonçalves - Procurador do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para elaboração de tese de doutorado em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da USP.

Relator: Conselheiro Otavio Brito Lopes.

Revisor: Conselheiro Maurício Correia de Mello.

14 - Processo CSMPT n° 2.02.000.003220/2015-02.

Interessada: Giselle Alves de Oliveira - Procuradora do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para elaboração de dissertação no curso de mestrado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Relator: Conselheiro Otavio Brito Lopes.

Revisor: Conselheiro José Neto da Silva.

15 - Processo CSMPT n° 2.02.000.003804/2015-70.

Interessada: Marisa Regina Murad Legaspe - Procuradora Regional do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para participar do curso de aperfeiçoamento "Direito do Trabalho: entre evolução histórica e comparação", a ser realizado em Roma/Itália.

Relatora: Conselheira Sandra Lia Simón.

Revisora: Conselheira Eliane Araque dos Santos.

16 - Processo CSMPT n° 2.17.000.001465/2015-64.

Interessada: Ana Lúcia Coelho de Lima - Procuradora do Trabalho

Assunto: Requerimento de afastamento para participar do curso de aperfeiçoamento "Direito do Trabalho: entre evolução histórica e comparação", a ser realizado em Roma/Itália.

Relator: Conselheiro José Neto da Silva.

Revisor: Conselheiro Maurício Correia de Mello.

17 - Processo CSMPT n° 2.12.000.000301/2015-04.

Interessada: Daniela da Silva Elbert - Procuradora do Trabalho

Assunto: Requerimento de afastamento para participar do curso de aperfeiçoamento "Direito do Trabalho: entre evolução histórica e comparação", a ser realizado em Roma/Itália.

Relatora: Conselheira Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano.

Revisora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

18 - Processo CSMPT nº 2.00.000.044012/2014-49

Interessado: Antônio de Oliveira Lima - Procurador do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para participar de Curso de Formação no Centro de Treinamento da OIT, em Turim - Itália.

Relator: Conselheiro José Neto da Silva.

Revisor: Conselheiro Ronaldo Curado Fleury.

19 - Processo CSMPT nº 2.00.000.032181/2013-55 - (CHAMAMENTO À ORDEM).

Interessada: Corregedoria do MPT (Corregedor-Geral - Dr. Manoel Orlando de Melo Goulart).

Assunto: Chamamento do feito à ordem quanto a ausência de decisão relativa à redação original do § único, do artigo 3º, da Resolução nº 107/2012. (Assunto original: Proposta de alteração da Resolução nº 107, de 04/09/2012).

Relatora: Conselheira Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano.

Revisor: Conselheiro Ronaldo Curado Fleury.

Decisão anterior: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, com modificações propostas pelos Conselheiros, aprovar e editar a Resolução CSMPT nº 114, de 4/2/2014, que acrescenta e altera dispositivos na Resolução nº 107, de 4/9/2012, do CSMPT, que dispõe sobre o Regimento Interno da Corregedoria do MPT. Quanto ao conteúdo do art. 9º, o Conselheiro José Neto da Silva ficou vencido, por entender que, da forma como redigido, afrontaria a autonomia do Suplente do Corregedor-Geral do MPT, que ostenta a condição de substituto legal. Ausente, momentânea e justificadamente, o Presidente Luís Antônio Camargo de Melo. CSMPT, 180ª sessão ordinária, 04/02/2014.

Decisão anterior: Vista regimental ao Conselheiro Otavio Brito Lopes. CSMPT, 186ª sessão ordinária, 02/09/2014.

Decisão anterior: Renovou pedido de vista regimental o Conselheiro Otavio Brito Lopes. CSMPT, 187ª Sessão Ordinária, 07/10/2014.

Decisão anterior: Após a devolução da vista regimental do Conselheiro Otavio Brito Lopes, determinou-se o encaminhamento dos autos à Conselheira Relatora. (CSMPT, 188ª Sessão Ordinária, 04/11/2014).

Decisão anterior: Retirado de pauta, a pedido da Conselheira Relatora. (CSMPT, 190ª Sessão Ordinária, 03/02/2015).

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

LUÍS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO
Presidente do Conselho

CRISTINA APARECIDA RIBEIRO BRASILIANO
Conselheira Secretária

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 85, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

INQUÉRITO CIVIL n.° 001260.2014.20.000/2
INVESTIGADO: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA
TEMA(s): TEMAS: 01.01.01. - Acidente de Trabalho Típico ou por Equiparação, 01.01.09. - EPI e EPC - Equipamentos de Proteção Individual ou Coletiva, 06.01.01. - Assédio Moral, 09.14.01. - Alimentação do Trabalhador, 09.14.02. - Atraso ou não ocorrência do Pagamento, 09.14.08. - Vale-Transporte, 09.14.09. - Outras Hipóteses de Irregularidades Relacionadas com Remuneração ou Benefícios, Especificação: contracheque fornecido muito tempo após o pagamento e o salário é pago a menor, 09.17. - OUTROS TEMAS, Especificação: restrição temporária à liberdade de ir e vir no intervalo intrajornada

O Ministério Público do Trabalho, por seu PROCURADOR DO TRABALHO, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República; arts. 5º, inciso III, alínea "e", 6º, inciso VII, alíneas "c" e "d", e art. 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93; e art. 8º da Lei 7.347/85;

Considerando a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública em defesa dos direitos sociais constitucionalmente garantidos no âmbito das relações de trabalho;

Considerando a notícia de fato emergente das peças informativas existentes nos autos, relacionas aos temas: TEMAS: 01.01.01. - Acidente de Trabalho Típico ou por Equiparação, 01.01.09. - EPI e EPC - Equipamentos de Proteção Individual ou Coletiva, 06.01.01. - Assédio Moral, 09.14.01. - Alimentação do Trabalhador, 09.14.02. - Atraso ou não ocorrência do Pagamento, 09.14.08. - Vale-Transporte, 09.14.09. - Outras Hipóteses de Irregularidades Relacionadas com Remuneração ou Benefícios, Especificação: contracheque fornecido muito tempo após o pagamento e o salário é pago a menor, 09.17. - OUTROS TEMAS, Especificação: restrição temporária à liberdade de ir e vir no intervalo intrajornada, resolve:

1) Instaurar inquérito civil para apuração dos fatos em toda a sua extensão;

2) Designar o servidor Diego Silva Nunes para atuar como secretário;

RAYMUNDO LIMA RIBEIRO JUNIOR

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

EXTRATO DE PAUTA (ORDINÁRIA)

Sessão prevista para 03/03/2015, às 15h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

000.617/2011-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Geraldo Antonio de Queiroz Mauricio; Márcio Fortes de Almeida; Mário Muller Ramborger; Sheda das Graças Lima Ferraz; Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do RS (OCERGS); Vicente Joaquim Bogo
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - Mapa
Advogado constituído nos autos: não há.

003.704/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Alex José Batista
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cidade Ocidental - GO
Advogados constituídos nos autos: Mozarto Machado (OAB/GO 12.985), Hyulley Machado (OAB/GO 18.481) e Adriana Vargas Mariano (OAB/GO 27.545).

003.824/2012-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Centro Social de Valorização da Família; Renata Freitas de Azevedo Costa; Suleima Fraiha Pegado
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Pará
Advogado constituído nos autos: não há.

005.943/2011-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Leonel Ribeiro; Claudenir de Meira Mendes; José Carlos da Silva; Luciano Cardoso de Medeiros; Messias de Lima; Raquel Fernandes da Costa; Wilson Augusto de Deus
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais - DR/MG
Advogado constituído nos autos: não há.

006.232/2010-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Clara Fontoura de Lima; Daniel Fontoura de Lima; Jade Vasconcelos Parmeggiani; Juliara Fontoura de Lima; Julio Geraldo Medeiros de Lima; Luana Vasconcelos Parmeggiani; Marta Amaro Vasconcelos
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

007.368/2012-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Associação de Educação, Cultura, Proteção e Defesa do Consumidor, Contribuinte e Meio Ambiente do Br; José Frutuoso de Castro; Suleima Fraiha Pegado
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Pará
Advogado constituído nos autos: não há.

007.690/2012-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Núcleo de Ação Para O Desenvolvimento Sustentável; Suleima Fraiha Pegado; Thomas Adalbert Mitschein
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Pará
Advogado constituído nos autos: não há.

011.127/2011-2
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Alexsandro Dias do Nascimento; Americo Raimundo Pocai Mendes; Coenco Consultoria Engenharia e Comercio Ltda; Célio Renato da Silveira; Elisabeta Balbinot; Lucineide de Jesus Lopes; Mickey Yuji Katsuragawa; Nilma Lima da Silva; Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari - RO; Superintendência Estadual da Funasa Em Rondônia; Zenilda Renier Von-rondon
Interessado: Congresso Nacional
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Espigão D'oeste - RO;
Advogado constituído nos autos: não há.

011.876/2008-6
Natureza: Aposentadoria
Responsável: Reinaldo Szydloski
Interessados: Cícero Gomes da Silva; Divaldo Alves Rios; Eduardo Sebastião Chaves Filho; Francisco Soares de Souza; Francisco das Chagas Carneiro; Genário Justino dos Santos; Israel Mariano da Silva; Ivan Ferreira de Albuquerque; João Crisóstomo de Oliveira Melo; José Antonio Soares Campos; José Eduardo Abreu de Oliveira; Manuel de Oliveira Frade; Michel Sallum Filho; Pedro Iranildo Grangeiro Filgueira; Reinaldo Szydloski; Sebastião José de Souza Almeida; Severino Barbosa de Farias; Ubiratan Alves de Lima; Valtomy Floriano Pereira
Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

020.085/2014-1
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2013
Responsáveis: Antonio César Lazzare, Manoel das Dores Mendes, Augusto Jorge Simões e Silva; Maria Eliza Gadelha e Rejane Maria Lemos Santos;
Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento No Estado do Acre
Advogado constituído nos autos: não há.

020.522/2014-2
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Governo do Distrito Federal - GDF
Advogado constituído nos autos: não há.

020.761/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Eliana Machado Costa; Eloiza dos Santos Trindade; José Mário de Vasconcelos; Liege Ribeiro Soares; Maria Dagmar da Silva; Maria Helena Silva Lima; Maria Ismar Sousa Silva; Maria José Rodrigues de Sousa; Maria Sonia dos Santos Barreto; Maria de Lourdes Martins Soares; Ruty Maria Franco Costa; Suelen Barreto Almeida; Tamara Barreto Almeida
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Piauí
Advogado constituído nos autos: não há.

022.839/2013-5
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2012
Responsáveis: Antonio Domingos dos Santos Macedo; Antonio Rodrigues Melo; Fausto Sousa Costa; Gislene Ferreira Bezerra; Jair Vieira Tannús Júnior; José Luiz do Carmo Soeiro; Luiz Augusto de Oliveira Mochel; Marcia Araujo Van Der Boor; Maria de Fátima Oliveira Chaves
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Maranhão
Advogado constituído nos autos: não há.

029.458/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Brunhilde Hoppen Streit; Carlos Ernani Kolb; Cedulia Nery Kerber; David Pelizzaro Dominguez; Ilda Santos de Miranda; Ilda dos Santos
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Porto Alegre/RS - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

030.701/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Estevam Nogueira da Silva
Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

Ministro BENJAMIN ZYMLER

000.798/2015-0
Natureza: Representação
Responsável: Carlos Roberto Pupin
Interessado: Ideorama Comunicações Ltda. - Epp
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Maringá - PR
Advogado constituído nos autos: Daniela Tereza Cavagnari (OAB/PR 60.294)

003.407/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Alberto Maia; Carlos Alberto Seifert; Claudio Blum; Gustavo Horta Leoni; Jose Carlos Almeida da Silva
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

003.430/2014-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Laura Maria Guimarães Moreira; Ruth da Silva Clapp; Valdinea Pessanha do Nascimento
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

007.193/2003-1
Natureza: Tomada de Contas - Exercício: 2002
Responsáveis: Ernedite Gadelha Cavalcante; Francisco Martins Ferreira; Jair Araújo Facundes; Jair Vieira da Silva; Josimar Antonia Mourão Nascimento; Josoé Alves de Albuquerque; Lelis Gonçalves Souza; Manoel Correia de Paiva; Manuel Tancredo Rodrigues Barbosa Sobrinho; Marco Antonio Cunha Cotta; Mark Yshida Brandão; Michela Melo de Albuquerque Lima; Nagilene Marques Dourado; Pedro Francisco da Silva; Selmar Saraiva da Silva Filho
Órgão: Justiça Federal - Seção Judiciária/AC - TRF-1
Advogado constituído nos autos: não há.

007.597/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Arthur Felipe Muller Neto; Joao Carlos Vieira Benjamin
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

008.813/2013-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Jose Pereira da Silva
Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Advogado constituído nos autos: não há.

011.214/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Paulo Jose Schiavon Zanetti; Pedro Luiz Sanfelice
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

013.692/2014-3
Natureza: Representação
Interessado: Rita Pereira de Albuquerque
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Sergipe
Advogado constituído nos autos: não há.

016.535/2014-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alciclea de Paula Dias Martins; Alciclea de Paula Dias Martins; Alciclea de Paula Dias Martins; Aurila Melo da Silva; Elesbao Clares de Oliveira; Francisca Neide de Freitas; Francisca Sousa Lima; Francisco Milvio Bezerra Holanda; Francisco Wilson Arcanjo de Souza; Helladio de Vasconcellos Ferreira Junior; Heloisa Maria de Almeida Said; Hildejones Domingos de Souza
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

017.204/2014-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Associação Comercial e Industrial de Santo André - Acisa; Associação de Prevenção, Atendimento Com Deficiência de Ribeirão Pires; Geraldo Gonçalves Pires; Lair Moura Sala Malavila Jusevicius; Luís Antônio Paulino; Nassim Gabriel Mehedff; Saul Gelman; Stilacafe - Sind. dos Trab. Nas Ind. de Laticínios, do Açúcar e de Torrefação e Moagem de Café; Walter Barelli
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

018.619/2014-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jose Manoel do Nascimento
Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia
Advogado constituído nos autos: não há.

019.440/2014-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adalgisa Lordão Barboza; Anderson Nogueira Passos; Andre de Castro Pereira Macedo; Eduardo Koehler de Moura; Elian Cristina da Silva Santos; Jean Miguel Formiga de Alencar; João Luis Gonçalves Ferreira; Katia Kummer; Marcelo Claudino da Costa Silva; Michele do Vale Nascimento
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
Advogado constituído nos autos: não há.

024.317/2014-4
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2013
Responsáveis: Fabio de Alencar Almeida; Fanice Lopes de Souza; Francisco de Assis Ferreira Guimarães; Maria Ines Belém da Silva
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amazonas
Advogado constituído nos autos: não há.

025.385/2009-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Girlene Martins; Maria Heloisa Fonseca
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

025.471/2013-9
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2012
Responsável: Pedro Luiz Carneiro de Mendonça
Órgão: Embaixada do Brasil Em Pretória - Mre
Advogado constituído nos autos: não há.

026.523/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Darlene Paiva Amorim Guedes de Oliveira; Manoel Jose de Araujo; Maria do Livramento de Oliveira
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado da Paraíba
Advogado constituído nos autos: não há.

026.620/2014-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Elza Cruz Silva; Francisca Juliana Catarina Vital; Leonice Machado Gaviao; Margareth de Andrade Figueira Lopes; Maria Aparecida de Souza; Rute Neves Lanzioti; Sonia Beatriz Pinto de Freitas
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

026.867/2014-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Diego Torres dos Santos; Diego Torres dos Santos; Vera Regina Torres dos Santos; Vera Regina Torres dos Santos
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

026.884/2014-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aldenora Moraes Lima; Honorinda dos Santos Petruccele; Maria Nilza Valentim; Maria do Egito Fernandes da Luz; Sandra Lucia Severino da Silva; Waldemar Francisco Sales
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
Advogado constituído nos autos: não há.

026.977/2014-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Daniel Ferreira; Eda Corrêa Lassance Cunha; Edmar Barreto Solon de Mello; Helenice da Costa Silva; Luci de Azevedo Peixoto Rocha; Maria Auxiliadora Costa Velho; Maria Nazaré dos Santos; Marina Pereira Pessanha; Olga Livia Pinto de Oliveira; Samuel Mari de Oliveira; Vera Lucia Rodrigues Lopes
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

027.035/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Helena Lucia Nora e Silva; José Roberto Gonçalves
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

027.222/2014-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Gilberto de Arêa Leão
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Piauí
Advogado constituído nos autos: não há.

027.342/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Ivaneide Matos da Silva
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
Advogado constituído nos autos: não há.

028.193/2012-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ciro Marcos Rosa
Órgão/Entidade: Ministério da Previdência Social
Advogado constituído nos autos: não há.

028.927/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Elenice Guerreiro Barbosa; Jorge Danilo Magalhaes Faria; Jorge Danilo Magalhães Faria; Luiz Antonio Knopp; Luiz Antonio Knopp; Neide Lindaura da Silva; Vera Maria de Lima Umpierre Schroeder
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina
Advogado constituído nos autos: não há.

028.932/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aroldo Araujo Leite; Dulcinéa Nascimento Barbosa; Flávio Pinto Valadares; Getúlio Inácio de Sena; Hildeberto Hildalécio Leal da Silva; João Barroso Neto; João Moysés de Oliveira Filho; Luzimar Borba Santana; Luzimar Borba Santana
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado da Bahia
Advogado constituído nos autos: não há.

028.934/2014-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Margarida Costa Pinto de Almeida; Antonio Felici; Dergon Nassif Junior; Jose Antonio Miziara Yunes; João Milton Fortes Furtado; Maria Regina Amorim Fermino; Sonia Maria Sykora
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

029.048/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Fatima Maria Campelo Noronha; Olindete de Freitas Dias; Suelia Maria Cavalcante Neres
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

029.050/2014-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Clovis Otavio Paschoal Guerra; Clovis Otávio Paschoal Guerra
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

029.532/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Laudilino Abreu; Luzdelmar Castro Bulhões; Maria Helena Mota; Maria Regina Pereira Ramos; Milton Cantanhede
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão
Advogado constituído nos autos: não há.

030.065/2010-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Ricardo Winter
Entidade: Fundação Universidade de Brasília
Advogado constituído nos autos: não há.

030.726/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adilson Ramalho Santos; Arlita Maria da Cruz Brito; Cândido Fonseca da Silva; Ester Vidal de Ataíde Santos; Francisco de Assis de Paula Pereira; Geraldo José Soares; Geraldo Silverio da Silva; Jacinto Monteiro dos Santos; Marciano José dos Santos; Mário Pires dos Santos; Paulo Carlos Fernandes; Paulo de Campos Xavier; Rosaria de Fatima Rodrigues de Souza Santos; Rômulo Sávio Mourão
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

030.728/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Vicente Correa da Mota; Welington Ferreira de Assunção
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

030.729/2014-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Almiro da Costa Moura; Fernando Silva Guilhon; Joacy Saraiva Ayres; João Evangelista Lopes Silva
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão
Advogado constituído nos autos: não há.

030.774/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Noe Pacheco da Silveira; Osvaldino de Avila Valadão
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

030.913/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Sebastião Carlos Pereira
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Espírito Santo
Advogado constituído nos autos: não há.

030.919/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Gerssi Borges de Lima; Delfina Ferrarini; Edite Iracema Gzik; Lucy Vieira Cavazzani; Zalfran Bollauf Trindade
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

030.923/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Silvio Romero Vasconcelos Antunes
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

030.929/2014-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jussara Santos de Campos; Katia Maria Nobrega da Silva; Laise da Mota Amaral Ferreira; Leni Silos Pereira da Cruz; Liane Rangel de Moraes Vieira; Liane de Albuquerque Bottino; Lindamar Mello da Silva; Lisanias Bernardes dos Santos; Lizette Maria de Souza Leony; Lola Crispel Chueke; Luci Gonçalves Dias; Lucia Helena Soares Gomes; Luiz Adolpho da Silva Maia; Luiz Sergio Cardoso da Silva; Léa de Carvalho Nascimento; Manoel da Silva Raymundo; Marcia de Souza Lavourinha Pinto; Maria Carmem dos Santos; Maria da Graca Serra Serpa; Maria da Penha da Conceicao
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

030.939/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Maria Molan; Cassio Cesar Alfano; Clesia Sales Ferreira; Irene Lopes Bono; Irma Aparecida Urias; Jose Francisco de Camargo Botelho; Luiz Outa; Maria Fatima de Morais Torricelli
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

030.970/2014-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Enock Martins de Jesus; José Luiz de França Carneiro; José Raimundo Valeriano Teles Filho; Sidnei Alves Bessa; Valter Costa; Vera Maria Oliveira da Silva
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa Na Bahia
Advogado constituído nos autos: não há.

030.975/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Firmino Correia de Araujo; Antonio Urbano Pinto; Carlos Magno de Cerqueira Albergaria; Edson Ferreira Lopes; Ipojucan Oliveira da Silva; Jorge Jose Albergaria da Silva
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Advogado constituído nos autos: não há.

030.977/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alice Quintino da Silva; Ana Maria Gomes Lourenço; Aurea Moreira Marins; Ione Carneiro Guedes Cezar; Jose Bernardino Carneiro; Maria Angela Alves Arteaga; Maria Maiby Aquino França; Marli Guedes de Almeida Nunes; Sebastiao Celio Rodrigues da Cunha
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado de Goiás
Advogado constituído nos autos: não há.

030.979/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adgine Ferreira Dantas; Antonio Maksud Hanna; Antônio Augusto Pacheco Guerra; Antônio Fernando Pinto Marques Rodrigues; Elizabeth Cunha Alves da Cunha; Lúcia Maria de Castro Rodrigues; Marta Maria Maia Melo; Raimundo Rui Pereira de Siqueira
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Pará
Advogado constituído nos autos: não há.

030.982/2014-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luis Roberto Guapyassu Trovão; Luis Roberto de Melo Bendelá; Luiz Antonio Fernandes Caseira; Luiz Carlos Facklam; Luiz Carlos da Silva; Luiz Carlos da Silva; Luiz Cesar Lima Giorelli; Luiz Fernando Gonçalves Euzebio; Luiz Fernando Guimarães da Silva Porto; Luiz Jose de Mello; Luiz Paulo Antonio Ferreira Netto; Luiza Helena Moreira de Sousa Farias; Manacio Jose da Silva; Marcelo Galdino Badia Campos; Marcia Chavantes; Marcia Mathias Coculillo; Marcio Barbosa de Oliveira; Marcos Carneiro da Cunha; Marcus Herrera Rodrigues de Almeida; Márcio Kleber Pereira Torreão da Costa
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

030.996/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Benetida da Paixão Macedo; Eduardo Vergara Miguel
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

031.012/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Hamilton Costa Abreu; João Moreira dos Santos
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão
Advogado constituído nos autos: não há.

031.025/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aila Maria Pereira Vidal; Albertina Pereira dos Santos; Alvaro Carneiro de Souza; Antônio José Guedes de Souza; Bernardo dos Santos Holanda; Ednacir Ferreira Nunes; Enilde Monteiro Vieira; Erival Alves Aranha; Hausblene Silveira Nunes; Helena Monteiro da Silva Pereira
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Pará
Advogado constituído nos autos: não há.

031.069/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Edilson de Sousa Bezerra; Manoel Benedito Lisboa Pinheiro
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Pará
Advogado constituído nos autos: não há.

031.409/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Tania Maria Oliveira da Silva
Órgão: Ministério da Saúde
Advogado constituído nos autos: não há.

031.423/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria do Carmo Campelo Torres
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

031.447/2014-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Jose Armando de Sousa; Lucia Vieira da Fonseca Barreira; Maria do Livramento Holanda Sabino; Sonia Maria Carneiro de Mesquita
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

031.452/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Leoni May Cabral
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina
Advogado constituído nos autos: não há.

031.490/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Arlinda Maria de Aguiar; Walter Pontes de Brito
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba
Advogado constituído nos autos: não há.

031.526/2014-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Valdemiro Dedes Ferreira
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amazonas
Advogado constituído nos autos: não há.

031.537/2014-6
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Luiz Vanderlei Lago
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

031.727/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Dulcinea Soares de Azevedo; Guiomar Thomaz da Silva; Ildete de Carvalho Pereira; Jurema de Oliveira Moura; Laura de Jesus dos Santos; Maria da Glória Soares Cabral; Nadir Regina Titton Parigot de Souza; Nazareth da Conceição Silveira; Norme Candida Cordeiro da Silva; Nyrce Corsino Domingues
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

031.757/2014-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Geneceuda Gomes Lima Verde; Maria Elisa Pinheiro; Maria Glébia Regis Torres; Maria Macedo Coutinho; Tereza Rodrigues Nunes
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

031.777/2014-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Durvalino Cintra
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás
Advogado constituído nos autos: não há.

031.778/2014-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Anna Fernandes de Andrade; Antonio Fernandes de Oliveira; Elizabeth Antunes Nogueira Rodrigues; Gilda Alves Arume; Lucy de Albuquerque Lima; Maria Auxiliadora Lima Pereira; Maria Madalena da Silva; Maria de Lourdes da Silva Gomes; Regina Galdino da Silva; Vicenssa Sobrinho Cunha
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

031.792/2014-6
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Maria das Dores Lira de Sousa
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado da Paraíba
Advogado constituído nos autos: não há.

031.797/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Alice Barbosa Gonçalves
Órgão/Entidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado
Advogado constituído nos autos: não há.

032.088/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alberto Pessoa Leite; Augusto Cesar Cecilio de Figueiredo; Claudete Carvalho Cunha; Creusa Maria da Mata Alves; Jose Paula Neves Filho; Luiz Alberto Ferreira de Assis; Maria Helena Albernás; Maria de Fátima Pessoa; Rita de Souza Ribeiro; Walter de Souza Lobato
Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações
Advogado constituído nos autos: não há.

032.110/2014-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Edilma Maria dos Santos; Francisco dos Santos Queiroz
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado da Bahia
Advogado constituído nos autos: não há.

032.117/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Dolores Miranda Rocha; Maria Margarida Soares Bastos; Maria do Carmo Freitas da Silva; Miguel de Nazaré Sousa Pinheiro; Nicanor Avelino Sousa; Nivaldo José Ferreira Bandeira; Ocimar Corrêa Castelo Branco de Lima; Paulo Roberto Lopes Cardoso; Pedro Fabiano de Souza Pinto; Raimundo de Moraes Machado
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Pará
Advogado constituído nos autos: não há.

033.065/2014-4
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Advogado constituído nos autos: não há.

033.741/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Luciano Vassilon da Silva
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Goiás - DR/GO
Advogado constituído nos autos: não há.

033.849/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Ivonildes Antunes Ribeiro
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Advogado constituído nos autos: não há.

033.850/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Acelino Filho; Antonio Alexandre de Sousa; Cleomar Gomes Fiuza; Ednasio Ferreira dos Santos; Ednasio Ferreira dos Santos; Elizabete Aragao de Almeida; Jose Aldenilson Martins; Liduina Maria Silveira de Oliveira; Maria Lucia Barbosa Ribeiro; Maria Socorro Nogueira Torres
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

033.857/2014-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Edilson Fernandes da Silva; Irene Said Adad Alencar
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Piauí
Advogado constituído nos autos: não há.

033.877/2014-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Elvécio Francisco de Miranda
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Goiás
Advogado constituído nos autos: não há.

033.886/2014-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Adonias Oliveira de Souza
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Acre
Advogado constituído nos autos: não há.

033.930/2014-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aidil Leao Tavares; Edvaldo Paulo dos Santos
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

033.932/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Jaselma Mendes do Nascimento; Victor Gabriel Mendes Soares; Wellington Gomes Pereira
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba
Advogado constituído nos autos: não há.

033.935/2014-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Abraao Firmino Lemos; Amos Firmino de Lemos; Irla Danielle da Silva; Italo Rossy da Silva; Linalda Maria da Silva Patriota; Luciana Maria da Silva; Simone Firmino Lemos
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há.

033.944/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Lúcia de Carvalho Ramos Netto; Geralda Rabelo de Miranda; Iêda de Carvalho Ramos Netto; João José de Oliveira; Maria Edwiges Moreira Costa; Maria Elza Barboza Ramos de Vasconcelos; Maria Juracy Barros dos Reis; Maria de Deus Vaz Vercoza Araujo; Miriam de Jesus Pinheiro Soares; Raimunda da Silva Carvalho; Zélia dos Santos
Órgão: Ministério das Comunicações
Advogado constituído nos autos: não há.

033.947/2014-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Dilson Gomes Camacho; Guilherme Gustavo Francisco Miguel Capudi; Ilda Pires Belfort; Maria Auxiliadora Jesus do Nascimento; Maria Medeiros Braga Fernandes; Maria da Glória Ramalho; Nasseb Bauab; Natalia Mendes de Castro; Teresa de Jesus Mendes; Vera Lúcia Guimarães Dantas Maciel; Ângela Chagas de Souza
Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações
Advogado constituído nos autos: não há.

033.965/2014-5
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Arnildo Roque Konzen; Arzelinda Rodrigues Farias
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

034.062/2014-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ivan Carlos Delabona
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR
Advogado constituído nos autos: não há.

034.066/2014-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Caroline Macedo Arantes Bizoni
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais - DR/MG
Advogado constituído nos autos: não há.

034.096/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Abelardo Nascimento; Anete Lima Aguiar; Cesario Francisco dos Santos; Joao Alberto Gurgel; Jose Alves da Silva; Jose Alves da Silva; Vitaliano Alves da Silva Filho
Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
Advogado constituído nos autos: não há.

034.098/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Deusdedt Siqueira Nogueira
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Piauí
Advogado constituído nos autos: não há.

034.126/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Joao Barbosa Piresde Paula Pessoa; Jose Cavalcante da Costa; Jose Sanderval Pinheiro Coelho
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

034.144/2014-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Anna Soeki; Antônia Ferreira da Silva; Djalma Alves de Souza; Helena Avenoso de Souza; Helia Juventina de Andrade; Iria Parise; Maria Abadia Batista da Silva; Maria José da Costa Brasil; Paulo Affonso Pires
Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações
Advogado constituído nos autos: não há.

034.154/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Felipe Nunes Walmsley
Entidade: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
Advogado constituído nos autos: não há.

034.164/2014-6
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Alzira Balbina de Jesus
Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Advogado constituído nos autos: não há.

034.168/2014-1
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Manoel Lessa
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
Advogado constituído nos autos: não há.

034.181/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Egidio Pereira de Lima
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado da Bahia
Advogado constituído nos autos: não há.

034.183/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Augusto Ferreira Santos Laborda
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Advogado constituído nos autos: não há.

034.184/2014-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Jessica Rodrigues Cavalcante
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

034.188/2014-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonio de Carvalho Rocha Neto; Mara Melo Machado
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

034.189/2014-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Ana Maria e Silva Carvalho
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão
Advogado constituído nos autos: não há.

034.190/2014-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Iza Dias Moreira; Maria Izabel Provenza Otoni de Miranda
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

034.191/2014-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Anna Gabriela Freitas da Silva; Armando Peres Ribeiro; Helena Alencar de Mello; Josefa Maria de Quadros Gomes
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Pará
Advogado constituído nos autos: não há.

034.194/2014-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Celso Nabor dos Santos Paz; Joao Antonio de Matos; Jose Menas Salazar Monteiro; Miriacir Coutinho
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

034.195/2014-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Nanete da Conceição Costa
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

003.416/2014-3
Natureza: Monitoramento
Responsável: Antônio Correa Neto, ex-Presidente do FNDE
Unidades: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Prefeitura Municipal de Salgado/SE
Advogado constituído nos autos: não há

004.240/2013-8
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Unidade: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS
Advogado constituído nos autos: não há.

011.409/2014-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Gladimir Valério Guimarães Baranoski
Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Advogado constituído nos autos: não há

011.585/2003-8
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2002
Responsáveis: Carlos Souza de Figueiredo e outros
Unidade: Fundo de Investimento da Amazônia
Advogados constituídos nos autos: Allan Oliveira Bezerra (OAB/PA nº 12.592), Bruno Damasceno (OAB/PA nº 14.310) e Pedro Thaumaturgo Soriano de Mello Filho (OAB/PA nº 14.665)

018.523/2014-5
Natureza: Representação
Responsável: Sebastião Pereira Primo
Representante: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
Unidade: Prefeitura Municipal de Riacho dos Cavalos/PB
Advogado constituído nos autos: não há

030.733/2014-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Soares de Oliveira Neto e outros
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Goiás
Advogado constituído nos autos: não há.

030.893/2013-5
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2012
Responsáveis: Abram Abe Szajman e outros
Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (Sebrae/SP)
Advogado constituído nos autos: Antônio de Jesus da Silva (OAB/SP 130.495) e outros

032.094/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Eduvirges de Fátima Mendes; Tereza Alves Vieira
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

032.097/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ângelo Sanches Biscaino e outros
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

032.182/2013-9
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
Unidade: Prefeitura Municipal de Coronel Barros/RS
Advogado constituído nos autos: Clairton Walter (OAB/RS 34.002)

032.192/2014-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Irani Raimunda da Silva Azeredo; Luiz Ulisses Elmaes Bittencourt
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há

034.642/2014-5
Natureza: Representação
Representantes: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e Ministério Público de Contas do Distrito Federal (MP/TCU)
Unidade: Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)
Advogado constituído nos autos: não há

Ministro BRUNO DANTAS

007.689/2012-8
Natureza: Representação
Responsáveis: Benigno Pontes de Araújo; DR Projetos e Construções Ltda.; EMS Empresa de Manutenção Serviços e Construção Ltda.; Hazen Engenharia Ltda.; Deczon Farias da Cunha; José Roberto Marcelino Pereira; KM Construções e Incorporações Ltda.; Luzikenyo Louis Monteiro Veloso; Pedro Gomes Pereira; Rafael Fernandes de Carvalho Junior; Renato Luis Ribeiro; Rio Norte Construções Ltda.
Interessado: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo - PB
Advogado constituído nos autos: não há.

010.356/2005-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Agostinho Celso Zanelo de Aguiar e outros
Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

010.835/2003-8
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2002
Responsáveis: Airton Teles de Mendonca; Alberto Gomes Morais; Antonio Carlos Cruz de Oliveira; Antonio Machado Bastos; Antonio Maximo da Silva Filho; Carlos Alberto de Moreira Sarmento; Carlos Roberto de Oliveira; Clodoaldo Pinto Filho; Deuzedir Martins; Edson Chagas; Edson Moreira Cavalcante; Elias Alexandre Assed; Emerson Valgueiro de Morais; Eneida Coelho Monteiro; Felipe Daruich Neto; Francisco Fernando de Figueiredo Lopes; Francisco Xavier de Mendonca Junior; Francisco de Assis Leme Franco; Francisco de Paula Magalhães Gomes; Haroldo Augusto Novis Mata; Helio Cavalcante Reis; Ismar Portela Santos; Joao Alberto Sautchuk; Joao Augusto Teixeira Loureiro; Joao Bosco Lobo; Joir Soares Viana; Jose Gomes Machado; Jose Humberto do Prado Silva; Jose Narcelio Marques Sousa; Jose Olimpio Maia Neto; Jose da Silva Tiago; José Elcio Santos Monteze; José Luiz Diogo Reis; José Osmando Vieira Lima; José Wanks Meireles Sales; José de Castro Neto; João Manoel da

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Silveira; João Silvio Cerqueira Monteiro; Leônidas Soriano Caldas Neto; Luiz Francisco Silva Marcos; Luziel Reginaldo de Souza; Maciste Granha de Mello Filho; Manoel Nazareth Sant Anna Ribeiro; Marcos Aurelio Pegado Cortez; Miguel Dario Ardissone Nunes; Nilson Celso Machado; Osmar do Carmo; Paulino Talarico Correa; Paulo Roberto Oliveira Neuenschwander; Paulo Sérgio Oliveira Passos; Paulo de Tarso Magalhães Cavalcanti; Renso Luige Salvador; Roberto Schwansee Ribas; Rodrigo Mendes Ferraz; Rogério Gonzales Alves; Romerito Gonçalves Valadão; Rommel Mello Cruz; Roosevelt Patriota Cota; Salviano Santos Filho; Sebastião de Abreu Ferreira; Teresa Valdy Reto; Vicente Celestino Paes de Castro; Wagner Pereira Moura; Wellington Lins de Albuquerque; Wildjan da Fonseca Magno; Wilson Delage
Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Advogado constituído nos autos: Pedro Eloi Soares (OAB/RJ 52.318, OAB/DF 1586-A).

016.420/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Elisabete Silva Fernandes e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
Advogado constituído nos autos: não há.

016.508/2014-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alberto Rafael Cordiviola e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
Advogado constituído nos autos: não há.

016.511/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aiçar Chaul e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
Advogado constituído nos autos: não há.

016.513/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aide Francisca da Costa Chagas e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

016.520/2014-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Andrea Sell Dyminski e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

016.521/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Dulce Machado Bueno e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

018.765/2007-0
Natureza: Tomada de Contas - Exercício: 2006
Responsáveis: Adriana Karla Nunes Barbuio e outros
Órgão/Entidade: Secretaria Executiva do Ministério da Saúde
Advogado constituído nos autos: não há.

021.845/2014-0
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Advogado constituído nos autos: não há.

025.024/2014-0
Natureza: Representação
Responsável: Jose Carlos Marques Aguiar Junior
Interessado: Ed Produtora LTDA - ME
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Advogado constituído nos autos: não há.

028.696/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: João José Stupp
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Advogado constituído nos autos: não há.

030.239/2014-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abílio Angelo da Costa Neto e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Advogado constituído nos autos: não há.

031.502/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Luzia Emiliana da Silva
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Advogado constituído nos autos: não há.

031.520/2014-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Fiamma Letícia Braga Albuquerque e Maria Marieta Menezes de Sousa
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

032.103/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Benedito Berto de Oliveira e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

033.649/2014-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Nilson Andrade dos Santos; Jose Rodrigo Santos Silva; Joseilton Santos de Souza; Karina Ribeiro da Silva; Katia Ferreira de Albuquerque; Kenny Talysson dos Santos Hora; Larissa Valeska do Nascimento Santos; Laura Reis e Silva; Leandro Alves de Sant Anna; Lidia dos Santos Pereira; Liliane Scoto da Silva; Lucianderson Fernandes de Moraes; Luziane Moreira dos Santos; Marcel Felipe Gomes Resende; Marcio Fernando Nunes Sales; Marco Antonio Pereira Querol; Marcos Ernesto Andrade Melo; Marcos Fabio Farias Souza; Maria Angela Amilivia Tarnowski; Maria da Conceição de Jesus Farias
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Advogado constituído nos autos: não há.

033.652/2014-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Wilsonita de Melo Ubirajara
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Advogado constituído nos autos: não há.

033.657/2014-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Guilherme de Castro Pena e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Advogado constituído nos autos: não há.

033.658/2014-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lucas Massote de Melo Leite e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Advogado constituído nos autos: não há.

033.677/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Altair Gustavo Krentz
Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar
Advogado constituído nos autos: não há.

033.705/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo Vinícius Mota e Silva e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

033.708/2014-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Arthur da Silva Gomes
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Advogado constituído nos autos: não há.

033.712/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sávio Moita Pinheiro e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
Advogado constituído nos autos: não há.

033.714/2014-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leonel dos Santos Silva e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

033.718/2014-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alana Cristina Bezerra de Medeiros e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Advogado constituído nos autos: não há.

033.724/2014-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Wanderley da Silva Pontes e Werner Kleyson da Silva Soares
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Advogado constituído nos autos: não há.

033.729/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo Alvarez Alves e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

033.731/2014-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Ferreira de Souza Aguiar e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há.

033.821/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Elio Barbosa e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

033.824/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Bruno Otto Mewes
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Advogado constituído nos autos: não há.

033.835/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Vera Lúcia Curci Ferreira Marques
Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar
Advogado constituído nos autos: não há.

033.839/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Vera Lucia Maia Mendonça
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

033.843/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ilma Hiroko Higuti
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

033.884/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Vicente Alves de Souza
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

033.897/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Jenifer Rodrigues; Zenilda Rodrigues
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Advogado constituído nos autos: não há.

033.911/2014-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Claudia Regina Batista Silva e Erenil Galdino da Silva
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

033.912/2014-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Feliciana Marcolina dos Santos
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Advogado constituído nos autos: não há.

033.922/2014-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Elizabeth Maria Oliveira da Fonseca
Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar
Advogado constituído nos autos: não há.

033.962/2014-6
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Sylvia Torres da Motta
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há.

033.973/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Jeanne Deneriaz Bessa
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas
Advogado constituído nos autos: não há.

033.983/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rosa Maria Martins Carvalho Dutra
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Pampa
Advogado constituído nos autos: não há.

033.985/2014-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Almeida da Silva Santos
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
Advogado constituído nos autos: não há.

034.000/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jefferson Wellington Santos da Cruz e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há.

034.004/2014-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Sannah Mohamad Birani
Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia
Advogado constituído nos autos: não há.

034.007/2014-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Bruno de Oliveira Cortez
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

034.017/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Taffarel Brant Ribeiro
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Advogado constituído nos autos: não há.

034.049/2014-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Raquel Augusta Amorim de Castro
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

034.054/2014-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Renato Felismino da Silva
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há.

034.057/2014-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marco Aurélio da Silva
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

034.069/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Barbara Wosnjuk Calaca Barbosa
Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

034.077/2014-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jorge Luiz Gardin
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

034.100/2014-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Adelino dos Santos
Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

034.105/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: João Luiz Constante de Moraes e Luiz Gonzaga da Conceicao
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre
Advogado constituído nos autos: não há.

034.107/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Gonçalves Pinheiro e Antônio Gonçalves Pinheiro
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Advogado constituído nos autos: não há.

034.109/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco da Silva Valente
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Advogado constituído nos autos: não há.

034.153/2014-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Maria Vilany Mangueira
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande
Advogado constituído nos autos: não há.

034.169/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alda da Costa Barros e Andreza Nayara da Costa Barros
Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

034.170/2014-6
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Anair Marques Vieira
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

034.172/2014-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Rita Maria da Silva Barbosa
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Advogado constituído nos autos: não há.

034.176/2014-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Maria Deiva Leite e Silva
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

034.177/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Leonor Lima de Castro
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

034.180/2014-1
Natureza: Pensão Civil
Interessado: José Marques Guimarães Neto
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

034.770/2014-3
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Advogado constituído nos autos: não há.

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

001.443/2015-1
Natureza: Representação
Interessado: Poder Judiciário
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de João Neiva - ES
Advogado constituído nos autos: não há.

007.029/2013-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Helenito Barreto Pinto
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Parecis - RO
Advogado constituído nos autos: não há.

011.347/2005-2
Natureza: Prestação de Contas Simplificada - Exercício: 2004
Responsáveis: Antonia Dalvani Marques Mota; Antonio Cleber Uchoa Cunha; Antônio Wilson de Pinho; Francisco de Assis Barreto; Gotardo Gomes Gurgel Junior; Jesus Peres; Joao Porto Guimaraes; José Ramos Torres de Melo Filho; Osvaldo Alves Dantas; Sergio de Souza Alcantara
Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Ceará
Advogado constituído nos autos: Luiz Carlos Braga de Figueiredo (OAB/DF 16010).

024.491/2010-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Juraci Maria dos Santos; Waldemar de Mello Guimaraes
Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

030.118/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cristiane Carmelo; Maria Goretti Borges Silva
Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Sergipe
Advogado constituído nos autos: não há.

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

003.092/2012-7
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Suely Alcaraz Magalhães.
Órgão: Sexta Região Militar - Comando do Exército.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.507/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Laci Dias Camargo; Moises Evaristo Guerra; Ramon Barbosa dos Santos.
Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

003.620/2012-3
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Suleima Fraiha Pegado (ex-Secretária Executiva do Trabalho e Promoção Social do Estado do Pará)
Unidade: Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção Social do Estado do Pará, atual Secretaria de Estado, Trabalho e Renda do Estado do Pará
Advogados constituídos nos autos: Luana Tainah Rodrigues de Mendonça (OAB/DF 28.949) e João da Costa Mendonça (OAB/TO 1.128)
Interessado em sustentação oral:
Luana Tainah Rodrigues de Mendonça (OAB/DF 28.949), em nome de Suleima Fraiha Pegado

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

001.670/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessado: Ministério da Saúde.
Responsável: Iran do Lago Ferreira.
Entidade: Prefeitura Municipal de Colinas do Sul - GO.
Advogado constituído nos autos: não há.

002.120/2011-9
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: Alcides Soares de Souza; Alexandre Lima; Clodoaldo Rodrigues da Costa Junior; Edeijavá Rodrigues Lira; Fundação de Gestão e Inovação; Gilberto Batista de Lima; Lauro Morhy (024.287.841-53); Sandra Regina Carneiro da Silva; Soraya de Almeida Leda; Timothy Martin Mulholland.
Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
Advogados constituídos nos autos: Luiz Daniel Rodrigues Carvalho (OAB/DF 11.797), Breno Luiz Moreira Braga de Figueiredo (OAB/DF 26.291), Paulo José Machado Corrêa (OAB/DF 14.515), Amanda Corrêa (OAB/DF 27.247), Átila Santos Ávila (OAB/GO 21.871), Metuzelá Rodrigues de Souza (OAB/GO 23.454), Marisvaldo Paiva de Menezes (OAB/DF 29.518) - Procurações (docs. 46, 57, 62, 66, 72 e 96).

002.422/2007-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Interessados: Dner - 11° Distrito Rodoviário Federal (extinto); Ministério dos Transportes (vinculador)
Responsáveis: Alter Alves Ferraz; Benedito José da Silva; Francisco Campos de Oliveira; Gilton Andrade Santos; Khalil Mikhail Malouf.
Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes
Advogados constituídos nos autos: Pedro Elói Soares (OAB/DF 1586-A), Patrick Alves Costa (OAB/MT 7.993-B)

004.000/2012-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Interessados/Responsáveis:Interessados: Caixa Econômica Federal; Ministério do Esporte
Responsáveis: Bellarmino de Oliveira Barros; Geraldo Francisco de Morais; Helaine Coutinho Cardoso; José Antônio Lima Ferreira.
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Brejo Grande do Araguaia - PA.
Advogados constituídos nos autos: Tatiane Alves da Silva, OAB/DF 26.438; Kelly Cristiane Marques, OAB/DF 21.193; Jailton Zanon da Silveira, OAB/RJ 77.366; Guilherme Lopes Mair, OAB/DF 32.261; Murilo Facari Roberto, OAB/DF 22.934; Iuri Batista de Oliveira, OAB/DF 14.066

015.791/2014-9
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessado: Ministério do Turismo.
Responsável: Ney Gonçalves de Sousa.
Entidade: Prefeitura Municipal de Caldas Novas - GO.
Advogado constituído nos autos: não há.

Ministro BENJAMIN ZYMLER

005.364/2013-2
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: Associação Brasileira do Novilho Precoce; Constantino Ajismato Junior.
Entidade: Associação Brasileira do Novilho Precoce de São Paulo (ABNP/SP)
Advogado constituído nos autos: Michel Saliba Oliveira (OAB/DF 24.694)

006.420/2013-3
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: Centro de Educaçao e Formaçao de Carapicuiba; Paulina Gonçalves Dias; Vagner Carrara; Vicente Eudes Lemos Alves.
Entidade: Centro de Educação e Formação de Carapicuíba/SP (CEFC).
Advogado constituído nos autos: não há.

006.648/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Interessado: Lenise Grando Goldner
Advogado constituído nos autos: Pedro Maurício Pita Machado, OAB/RS nº 24.372, Fabrízio Costa Rizzon, OAB/SC nº 19.111

018.595/2010-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Interessado: Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional
Responsáveis: Rosemiro Rocha Freires; Município de Santana/AP e Mega Construções Ltda..
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santana - AP.
Advogados constituídos nos autos: Benedita Dias de Andrade (OAB/AP 993); Sandra Regina Martins Maciel Alcântara (OAB/AP 599); Adailes Aguiar Lima (OAB/AP 2154);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

019.274/2011-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Construtora Trimetal Ltda. e Vicente Arouche Santos.
Entidade: Município de São Vicente Ferrer - MA e Ministério do Esporte.
Advogados constituídos nos autos: Constâncio Pinheiro Sampaio (OAB/MA 5.672) e Ajalmar Rego da Rocha Filho (OAB/MA 7075-A e OAB/PI 3813)

023.778/2014-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Acacio Azevedo Rosa; Adna Costa Santos; Alairton Marques Tadim; Alexandre Santana; Jaqueline Sales; Maira Mendonca Fontes; Marcelo Ramos Sampaio; Patrick Lincool Ferreira Penido; Walter Alexandre Nunes; Wanessa de Cassia Molica.
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais - DR/MG.
Advogado constituído nos autos: não há.

024.473/2013-8
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Recorrente: Lúcio Leonir Casagrande.
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Praia Grande - SC.
Advogado constituído nos autos: Glauco Melo Elias (OAB/SC 7345)

025.172/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniely Daiany Franz; Danilo Rogerio Diniz; Davi Avila Oliveira de Pontes; David Alberto Stocker Pagani; Eder Braz de Souza; Elton Balbo; Julio Cesar Loureiro; Leonardo Iury Varela; Maicon Rodrigo Kracke; Valtair Rodrigues da Silva.
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR.
Advogado constituído nos autos: não há.

026.053/2008-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Hospital Cristo Redentor SA. - MS
Responsáveis: Carlos Garcia Cademartori; Ericson Sfredo; Gasparita Clarete Mariu Lodeyro; Ilidio Jose Theisen; Improtec Comércio de Material Cirúrgico Ltda.; Jorge Affonso Silveiro Schreiner; Ladimir Kosciuk; Marivaldo da Silva; Mauro de Oliveira Lucas; Márcio Carlos Seelig; Rover Pedro Borba; Sayonara Goretti Mariu Lodeyro
Advogado constituído nos autos: não há.

031.776/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: João Cordeiro Leite; Maria de Souza Teixeira da Fonseca; Mercia Frota Lobo; Reginaldo Dantas Cavalcante.
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará.
Advogado constituído nos autos: não há.

033.476/2014-4
Natureza: Representação.
Representante: Osvaldo Alves Saldanha, atual Prefeito de Lucélia - SP.
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Lucélia - SP.
Advogado constituído nos autos: não há.

033.928/2014-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Dalva Montalvao Nunes; Edmea Almeida Vasconcelos da Cruz; Edvaldino Rodrigues Sena; Elialciria Fernandes Correia da Silva; Evaneide Santana Silva; Felipe Vinicius de Carvalho Oliveira; Geovana Alves da Silva; Gilka Lobo Mendes; Jandiara de Melo Lima; Jessica Vitoria de Carvalho Oliveira; Jose Canuto dos Santos; Jose Ribeiro de Brito; Maria Florenice de Carvalho Oliveira; Tulio Eugenio de Carvalho Oliveira; Vinicius Fernandes Correia da Silva.
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia.
Advogado constituído nos autos: não há.

033.963/2014-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alzira Cafe de Souza Santos; Haydee Lagares Sampaio Rego; Ivanil Santos Ribeiro; Josilda Gomes da Conceicao Sant'ana; Luiz Carlos Santos; Maria Cristina Santos; Tereza Maria Pimentel da Silveira.
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia.
Advogado constituído nos autos: não há.

036.333/2011-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Antônia Maria Carneiro de Menezes; Francisco Emiliano Ribeiro de Menezes; Jose Augusto Oliveira da Silva; Paulo de Tarso Sousa Feitosa.
Entidade: Prefeitura Municipal de João Lisboa - MA.
Advogados constituídos nos autos: Enoque Cavalcante de Albuquerque (OAB/MA 8.345) e Patrícia Coutinho Cavalcante Albuquerque (OAB/MA 11.480).

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

002.757/2013-3
Natureza: Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
Recorrente: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia
Interessado: Sérgio Correa Braga
Unidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia
Advogado constituído nos autos: não há

006.637/2014-0
Natureza: Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
Recorrente: Aline França de Abreu
Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Advogado constituído nos autos: Fabrizio Costa Rizzon (OAB/RS nº 47.867)

010.053/2002-4
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2001
Responsáveis: Genésio Bernardino de Souza (Diretor-Geral no período de 1/1/2010 a 28/2/2001); Jaime Santos Freitas Pacheco (Diretor-Geral no período de 23/3/2001 a 24/7/2001); Rogério Gonzales Alves (Diretor Executivo no período de 3/4/2001 a 31/12/2001); Alderico Jefferson da Silva Lima (Diretor-geral no período de 28/2/2001 a 23/3/2001)
Unidade: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (em extinção)
Advogado constituído nos autos: Érica Bastos da Silveira Cassini OAB/DF 16.124

010.297/2010-3
Natureza: Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial)
Embargante: Jeanne Barbosa de Souza Carvalho (ex-Secretária Municipal de Saúde)
Unidade: Prefeitura Municipal de São Desidério/BA
Advogado constituído nos autos: Ícaro Henrique Pedreira Rocha (OAB/BA nº 35.644)

012.366/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Luís Eduardo Colombo dos Santos (prefeito), Mario Augusto Lopes Moyses (ex-secretário-executivo do Ministério do Turismo) e Rubens Portugal Bacellar (ex-diretor de gestão interna do Ministério do Turismo)
Unidade: Prefeitura Municipal de Bagé/RS
Advogado constituído nos autos: não há

014.347/2006-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Joel Pereira, ex-prefeito; Regina da Silva Müller, ex-tesoureira; Whyldson Luís Corrêa de Souza Mendes, ex-sócio-administrador da empresa contratada Goulart & Mendes Ltda., liquidada judicialmente; e Município de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT
Unidade: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT
Advogados constituídos nos autos: José Wanderley Bezerra Alves (OAB/MS 3.291), Antônio Ferreira Júnior (OAB/MS 7.862), Gustavo Marques Ferreira (OAB/MS 7.863), Andressa Santana Arce (OAB/MS 11.724), Derci de Sousa Rezende (OAB/MS 12.506), Leonardo Fonseca Araújo (OAB/MS 11.779), Margareth Calderaro Guedes de Oliveira Fortes (OAB/MS 10.776), Vanessa Rossati Spence (OAB/MS 9.472) e Jair Franco de Carvalho (OAB/MT 4.129-B)

015.003/2006-8
Natureza: Monitoramento em Processo de Aposentadoria
Interessados: Antônia Rodrigues Simões, Cícera Ferreira Araújo, Cinia Cabral, Ivany Farias Lima, José dos Santos, José dos Santos, Maria Cleodice dos Santos, Maria Izabel Santos de Moraes, Maria Vera Sousa, Maria Vieira da Gama, Maria Zenaide Rodrigues dos Santos, Maria das Graças Guarilha da Cunha, Maria de Fátima Nunes, Maria do Socorro Ramos Oliveira, Meorgio Lima de Almeida, Nelma Dantas Pereira, Raimundo da Silva Guimarães, Rosa Maria de Lima Ribeiro, Valdenia Ferreira Lima Castro, Valentina Machado de Melo e Zenaide Mariano Melo
Responsável: Joelia Silva Santos (ex-chefe da Divisão de Convênios do NEMS em Sergipe)
Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Sergipe
Advogado constituído nos autos: não há

030.308/2007-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Femina Produções Artísticas Ltda., Luana Fernandes Leite (sócia) e Maria Leilany Fernandes Leite (sócia falecida)
Unidade: Agência Nacional do Cinema (Ancine)
Advogado constituído nos autos: não há.

Ministro BRUNO DANTAS

010.195/2013-0
Natureza: Aposentadoria
Entidade: Universidade Federal de Itajubá (Unifei).
Interessado: Carlos Augusto de Alcantara Gomes.
Advogado constituído nos autos: não há.

010.205/2013-6
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão (FUFMA).
Interessadas: Maria Virginia Moreira Guilhon e Maria de Jesus Silva Nogueira.
Advogado constituído nos autos: não há.

012.096/2012-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São José do Sabugi/PB
Responsável: José Derci de Medeiros
Interessado: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - Ministério do Turismo - Mtur
Advogado constituído nos autos: não há.

019.766/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidades: Universidade Federal do Piauí (UFPI); Fundação de Desenvolvimento e Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão do Piauí (Fundape-PI)
Responsáveis: Gilberto Leal Serra e Silva; Herbert Brandão Lago
Advogado constituído nos autos: não há

024.957/2012-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Caixa Econômica Federal
Responsável: Marcelo Antônio Matesco
Advogado constituído nos autos: não há

025.721/2012-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Malta - PB
Responsáveis: Ajácio Gomes Wanderley; Marcos Produções Ltda. Me
Interessado: Ministério do Turismo
Advogado constituído nos autos: José Leonardo de Souza Lima Júnior - OAB/PB 16.682

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

010.258/2013-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Município de Tabatinga/AM
Responsáveis: Raimundo Nonato Batista de Souza, ex-Prefeito; Adelma de Oliveira Rodrigues, ex-Coordenadora Municipal do Programa de DST/HIV/Aids
Advogado constituído nos autos: Ademar Lins Vitorio Filho (OAB/AM 5.269)

020.879/2012-1
Natureza: Tomada de contas especial
Unidade: Município de Icó/CE
Responsáveis: Francisco Leite Guimarães Nunes e Conter - Construções e Serviços Técnicos Ltda.
Advogado constituído nos autos: Daniel Teófilo de Souza (OAB/CE 16.252)

031.559/2013-1
Natureza: Tomada de contas especial
Unidade: Município de Indiaroba/SE.
Responsável: João Eduardo Viegas Mendonça de Araújo.
Advogado constituído nos autos: não há.

032.747/2014-4
Natureza: Representação
Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Representante: Georges Emmanuel Kiametis
Advogado constituído nos autos: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

001.681/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Morpará/BA
Responsável: Felisberto Almeida Filho
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Advogado constituído nos autos: não há

002.969/2011-4
Natureza: Aposentadoria.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.
Interessado: Márcio Arnaldo Guimarães Lois.
Advogado constituído nos autos: não há

003.277/2014-3
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).
Órgão/Entidade: Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana - BA.
Responsáveis: Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana - BA; Walter Francisco de Oliveira
Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS.
Recorrente: Walter Francisco de Oliveira.
Advogado constituído nos autos: Nina Paula Costa de Oliveira Brito (OAB/BA 38.875) e Joane Lima Santos (OAB/BA 44.029) e outros.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

010.415/2014-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Ribeira do Amparo/BA
Responsável: Marcello da Silva Britto
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
Advogado constituído nos autos: não há

010.834/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Ilhéus/BA
Responsável: Newton Lima Silva
Interessado: Ministério da Justiça (MJ)
Advogado constituído nos autos: Fabiano Almeida Resende (OAB/BA 18942 e OAB/DF 20541)

012.960/2013-6
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB/BA)
Responsáveis: Misael Lopes da Cunha; Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB/BA); Carpedelly Comércio de Máquinas Têxteis Ltda.; Cellton - Ilma Rosa de Souza; Cleriston de Matos Freitas; Adm. Ind. e Comércio e Serviços Ltda.; Wal Color Produtos Têxteis Ltda.
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).
Advogado constituído nos autos: Gabriel Arcanjo de Oliveira Neto (OAB/BA 17.209) e outro e José Carlos Giussio (OAB/SP 84403) - peças 24, p. 5, e 26, p. 5.

Em 26 de fevereiro de 2015
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário

2ª CÂMARA

EXTRATO DE PAUTA (ORDINÁRIA)
Sessão prevista para 03/03/2015, às 16h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro AUGUSTO NARDES

000.059/2013-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Ester de Paula de Araújo; Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental - Ibeg; Jucilene Oliveira da Silva; Silvana Pereira Gomes da Silva
Órgão/Entidade: Governo do Estado do Amapá
Advogado constituído nos autos: não há.

025.056/2010-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Santos de Lima; Andreine Ludwig
Órgão/Entidade: Hospital Cristo Redentor S.A. - MS
Advogado constituído nos autos: não há.

029.041/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Altair Francisco Valgoi
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Chapecó/SC - Inss/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

029.042/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Maria Ivonete Santos; Maria Jose da Silva
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - João Pessoa/PB - Inss/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

030.092/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Providência Lopes da Costa
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Turismo
Advogado constituído nos autos: não há.

030.103/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Avanzil de Oliveira Rodrigues Luiz
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss em São Paulo/Norte
Advogado constituído nos autos: não há.

030.109/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Artur Koch
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Porto Alegre/RS - Inss/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

030.110/2014-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Angelica Fugikava Palma
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Marília/SP - Inss/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

030.111/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Benedita Maria Mendes Machado; Celia Regina dos Santos Camargo; Maria Estela Morete Garcia; Marli Rossatti de Paula
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Sorocaba/SP - Inss/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

030.115/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Cassimiro de Lima; José Costa Filho; Maria Rosária de Morais Passos; Maria Tereza de Fátima; Orlando Araújo Henriques; Roseneide Freire Alvarenga
Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores .
Advogado constituído nos autos: não há.

030.389/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Serpa Vertematti; Ana Paula dos Santos Moraes; Anna Carolina Gloria Figueiredo; Cassio Douglas Paradellas; Claudia Adriane da Silva; Claudia Daniele Pestana Barbosa; Cristiana Gabriel Fontenelle; Cristiane Ramiro Palhares; Daniele Veloso de Araújo Silva; David de Barros Ferreira; Elisanja Maria Rodrigues; Elisângela Eugênio Costa; Erica Luana Lisboa Bastos; Fabiano Freitas da Cunha; Gilmar Schmoeller; Hamilton David da Cruz; Herbert Marra Leal; Jordanio Geraldo da Silva; Joziene Aparecida de Carvalho; Lara Luiza Damasceno Freitas; Lorena Goncalves Medeiros; Luciana Shicasho Sabino; Luis Carlos Teixeira de Carvalho; Luiz Anonio Emmel; Marilia Rosa de Oliveira Cordeiro; Marise Machado de Oliveira; Mary Lúcia França Rabelo Soares; Natalia Rosa da Costa; Rafael Bernardes Gonçalves; Salmo Caetano de Oliveira; Selma Camila dos Reis; Silvio Claudio Ortigosa; Simone Mendes da Silva Tenorio Oliveira; Tais Rodrigues do Nascimento Rangel
Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado constituído nos autos: não há.

030.433/2014-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Airam Clemente Torres de Araújo; Alana Prisco Cardoso de Aguiar; Aline Carvalho Machado de Oliveira; Aline Falcão Ferreira Santos; Aline França Mendonça de Matos; Alvaro Calazans de Souza Neto; Amanda Barbosa Carvalho Teixeira de Mello; Anderson Oliveira Santos; Carlos Bernardo Schroder; Carlos Francisco do Nascimento Neto; Carlos de Souza Serravalle Júnior; Clarissa Nilo de Magaldi; Cybele Remó Leite; Damine Mascarenhas da Cruz; Danilo Dantas Teles; Danilo Gonçalves Gaspar; Danilo Vale de Oliveira; Denise Santos Oliveira; Elias Freire Barros Junior; Elisa Macedo Lessa; Fernanda Alamino do Amaral; Fernanda Maiara dos Santos Silva; Fernando Antonio Boaventura Cerqueira; Flávia Muniz Martins; Herica Wanessa Buzatto; Jaqueline Argolo Santos; Jeane de Souza Argolo; Jose Edson da Costa; Juliana Brito Maia; Juliana Marinho Oki; Jôse Ribeiro dos Santos; Katia Cheim Pereira Galvão; Lara Paes Barreto Vieira; Laís Oliveira Mascarenhas Santos; Lise Nery Mota; Lorena Barreto de Lima da Silva; Lorena Góes Sampaio; Luana Gama Mota; Luana Vanessa Gonçalves Ribeiro; Luiza Barreto Braga Fidalgo; Luznard de Sá Cardoso; Marcia Miguez Gonzalez; Maria Beatriz Batista Ferreira; Mariana Souza Magalhães; Marilu de Cassia Ceratti; Marja Emile de Oliveira Gonçalves; Marluce Nascimento dos Anjos Lino; Nathalia Christine Gadêlha Gaspar; Nellie Juliana Montalvan Rabanal; Priscila Maria Souza Aragão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
Advogado constituído nos autos: não há.

030.438/2014-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandro Souza Couto; Caio Augusto de Oliveira; Paula Mendonça Lins
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO
Advogado constituído nos autos: não há.

030.440/2014-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Edvaldo Bezerra Pereira Júnior; Emanoel Quintela Carvalho; Everley Linhares; Gean Carlo Vila Lobus; Getulio Ezequiel Martins Mendes; Jucimar de Almeida Mendes; Juliana Kopp Born; Julio Rafael Buhl de Azevedo; Kaio Cesar Oliveira Santos; Kalenus Pires da Nobrega; Luiz Fernando Klahold; Mike Wesley Blunk; Rodrigo Rabadan de Oliveira
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região/PR
Advogado constituído nos autos: não há.

030.442/2014-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carolina Basilio Santos; Cleverson Leandro dos Santos; Daniele Caiuana Grapiglia Cezar; Emmanuel Diogenes de Amorim; Francielly de Aguiar Traslatti; Joni Josselito Johann
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Advogado constituído nos autos: não há.

030.445/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Ribeiro Visconti; Alexandre Takechi Utida; Amélia Massae Takahashi; Ana Carolina Alves Simões Abelha; Ana Luísa Cosenso Andaló; Analuíza Souto Meira Policarpo; André Luis Tomadão; André Quirino Pereira; Andréa Barretto Lemos; Angélica Costa Mesquita; Ariane de Oliveira Saraiva; Bruna Guimarães Nunes dos Santos; Bruna Regina Fukuyama; Bruno Costa da Motta; Caio Gonzalez de Babo; Camila Utzumi; Camilla de Oliveira Borges; Carla Daniela Kakuta; Carlos José Fernandes Rêgo; Carolina Francheschini Rosa de Faria; Caroline de Paula Gomide; Cristiane Bueno Marques; Cristiane Paula da Silva Galperin; Cristina Squinca da Silva Ferreira; Daniel Rodrigo Ferreira Martins; Daniela Bastos Moutinho e Silva; Danilo Henrique Deszczynski; Danilo Vilela Rodrigues; Danúbio de Carvalho; Denise Bazzoni Franco; Diego Araujo Spinola; Diego de Souza Costa; Déborah Christine Borba Fassbender Garcia; Décio Leite da Fonsêca Neto; Edilaine Lins Gouveia; Eduardo Nahas Gabarra; Eduardo Quagliato; Eduardo dos Santos Rocha; Felippe Sammarco Fernandes Pinto; Fernanda Moreira Lopes; Fernando Viegas Fernandes; Flávia Fonseca Parreira Storti; Francisco Erik da Silva; Fábio Maciel Prado; Gabriel Gomes Lourenço; Glenda Laís de Oliveira; Guilherme Affonso dos Reis; Guilherme Monteiro Topan; Guilherme Vitoriano Avancini; Ágata Bruning de Sousa Schlender
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Advogado constituído nos autos: não há.

030.447/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ivan Carlos Cardoso
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES
Advogado constituído nos autos: não há.

030.488/2014-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alline Pierre dos Santos Medeiros; Davi Araújo do Nascimento; Helomara Fabíola Rodrigues da Silva; Silah de Norões Milfont; Tiago Teixeira Rodrigues
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN
Advogado constituído nos autos: não há.

030.489/2014-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Altecir Bertuol Junior; Andressa Nicole Vitalis; Bruno Aleixo Cotta; Fernanda Azevedo Lima; Mauella Carvalho Souza; Neilor Paulo Masson; Sandi Cristina Fernandes Moreira Senna; Vera Lúcia de Lima
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT
Advogado constituído nos autos: não há.

030.703/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Maria Barcele Bernardes; Maria Valderez Kraievski Teixeira
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Campo Grande/MS - Inss/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

030.762/2014-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Anete Pereira Câmara; Angela Sanchez; Benedita Moreira Vitor; Benedito Ferraz de Araujo
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Taubaté/SP - Inss/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

030.943/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Maria Jose Ibanes do Amaral; Sonia Maria Borges
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do Inss - São Paulo/SP - Inss/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

031.010/2014-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Oriom Sabino Pereira; Vera Maria Faraco
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Criciúma/SC - Inss/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

031.019/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Eliane Bacellar dos Santos Pereira
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Salvador/BA - Inss/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

031.020/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Dina Maria Prenzler
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss São Bernardo do Campo/SP - Inss/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

031.323/2014-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adilson Cabral de Souza; Décio Leite da Fonsêca Neto
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Advogado constituído nos autos: não há.

031.380/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Beatriz Terra de Lima
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Passo Fundo/RS - Inss/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

031.381/2014-6
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Sebastiao Genaro
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Anápolis/GO - Inss/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

031.395/2014-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Lazara Onelia Nogueira da Fonseca
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Campinas/SP - Inss/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

031.659/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Teresa Creonisia de Carvalho Terror
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do Inss - Teresina/PI - Inss/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

031.739/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Hercilia de Carvalho Trentin
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Araçatuba/SP - Inss/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

031.804/2014-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Afonso Celso Coutinho do Nascimento
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Turismo
Advogado constituído nos autos: não há.

032.169/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Danilo de Castro Lima
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP
Advogado constituído nos autos: não há.

032.170/2014-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Clerinson Luis de Oliveira Dias; Rhodney Cezar Moré
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região/PR
Advogado constituído nos autos: não há.

032.198/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Jose da Silva
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Advogado constituído nos autos: não há.

032.317/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Salete de Souza Martins
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Porto Alegre/RS - Inss/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

032.506/2014-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alain Teixeira da Cruz; Andrea Almeida Quevedo
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC
Advogado constituído nos autos: não há.

032.507/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aneliya Konstantinova Toneva; Cassio Brognoli Selau; Giuliano Motta; Igor Leonardo Medeiros dos Santos; Jeferson Leandro Milani; Neimer Bosco Filipin; Paulo Pereira Muzell Junior; Rafael Campos Serra Domingues; Renan Portela Tito; Tamara de Santana Teixeira Buriti; Tatiana Salinas Macias; Yasmine de Amorim Fernandes
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC
Advogado constituído nos autos: não há.

033.337/2014-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexsandro Cabral dos Santos; Brunella Muniz de Lima; Juliana Oliveira de Araújo
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES
Advogado constituído nos autos: não há.

033.662/2014-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aleandro Flores da Silva; Alex Timoteo Rodrigues Reis; Ana Carolina Ferreira Felipe; Brenda Paula Mendes; Daniela Cristina Soares Goulart; Dilene Bortoletto; Eleuza Sousa de Oliveira; Fernanda Moraes Righi; Glaucia Thaise Coimbra dos Santos; Guilherme Gonçalves Vieira; Karolina Nadur Del Carlo; Karyne Borges Calegari; Lazaro Jose Batista; Luciana Franco de Souza; Marcus Tulio Garcia Sirineu; Maria Eduarda de Sá Bueno; Rodrigo Muniz de Souza; Sirlene Lucia Vieira; Sue Ellen Sales de Oliveira
Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado constituído nos autos: não há.

033.687/2014-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Francisco Barbosa de Almeida
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO
Advogado constituído nos autos: não há.

033.690/2014-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Barbara Didiane Neto Luz; Daniel Santos Rouge Moderno; Emmannuela Freitas de Caldas; Fernanda Gonçalves Bizzarro; Guilherme Paleari Venial; Rafhael Vicente Vilaça
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
Advogado constituído nos autos: não há.

033.693/2014-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Adriano de Sousa Leão
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP
Advogado constituído nos autos: não há.

033.694/2014-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Souza Garcia; Cion Ayres do Nascimento; Daniel Manasses Dallagassa; Eric Henrique da Silva Alves; Igor Brito Farias; José Irineu dos Santos Junior; Kelly Laskavski; Lorenssa Milanezi de Siqueira; Maria Helena Franco Martins Alves; Mariah Lahude Salim Petry; Priscila Basilio Minikoski Aldinucci; Renato Celso Moreira Filho; Túlio Habib Silva Câmera; Ursula Lais Pires Pimenta; Élio Richardson Dutra da Silva
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região/PR
Advogado constituído nos autos: não há.

033.696/2014-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Teresa Pacheco Muggiati; Andre Miglioli Donato; Caio Almeida Vital; Camila Gomes Machado Martins; Camila de Lacerda Boura; Diego Borges Loureiro; Diego Laso Fonseca; Diogo Muniz Vogas Valença; Edmilson Masruha Junior; Fabio Fiorotti de Souza; Fernando Benitez Ribeiro; Flavia Belinger Bittencourt; Gustavo Oliveira Arantes; Helena Pereira de Carvalho; Jessica Ferreira Coury; Jorge Jose da Fonseca Filho; Leandro Arenare; Lucas Fontes Santana; Mariela Cunha de Oliveira; Thalita Martins Freitas
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Advogado constituído nos autos: não há.

033.698/2014-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Souza Alves; Alessandro Souza Couto; Alice Assumpção de Araujo; Allan Albertazzi Fróes Moreira; Ana Paula Suitsu de Sá; Antonio Heraldo Vieira de Melo Mota; Arianne Áddana Ambrosio Santiago; Ayrom Francklin Müller de Campos; Bruna Becare Barbosa; Bruno da Silva Rangel Cruz Ribeiro; Carlos Eduardo Buzan Larica; Clarissa Pereira Alves de Miranda Ramalho; Cristine Maia de Assunção; Daniel Gomes Braga Monte; Danielle Kind Eleutério; Danilo Mont' Alegre Sousa Porto; Diego Calasans Amorim de Almeida; Douglas Suetsugo Mitsuse; Ednilson Francisco dos Santos Júnior; Edson Senda
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Advogado constituído nos autos: não há.

033.700/2014-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabiana Ferreira Lopes Uchida; Felipe Miranda de Oliveira; Felipe Silva Nascimento; Flavia André Carbonieri; Flavia Calefo Matiazzo; Gabriel Peres Ferreira; Gabriela Almeida Costa; Gilson Cesar dos Santos; Guilherme de Lima Abreu; Hernan Gonçalves Sandres; Ingrid Varejão Guerzet; Jefferson Serafim Ascaneo; José Ricardo Conti; Juliana Salbego Bitencourte Hecht; Júlio César da Silva Monteiro; Lais Valeriano Amorim; Larissa Nogueira Muzzi Domiciano; Laura Britto Pereira de Aguiar; Leandro Cherque Pinto; Érika Simões Dias
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Advogado constituído nos autos: não há.

033.701/2014-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luciana Maria Cavalcante Fon do Nascimento; Lucineide Santiago de Souza; Luiz Henrique Falcão Carrilho; Maisa Borges e Silva; Marcos Henrique Takashi Toyoda; Mariana Mathias Soares; Melissa Pessotti Taveira Stefani; Natália Cardoso Afonso; Paula Filizzola Carabetti Carreiro; Paula Mayoral Pedroso da Silva; Pedro Henrique Ferreira da Silva; Rafael Fernandes Chaves; Raissa Oliveira Massula Carvalho de Mello; Rebecca Huber Magalhães Maia; Renata Andressa de Almeida Bauer Rodrigues da Cunha; Rosa Aparecida Petrin; Sérgio Maia Raulino; Talita Manuela Spieler; Tatiana Carneiro da Cunha Costa; Tatiana Rysevas Guerra
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Advogado constituído nos autos: não há.

033.704/2014-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Gelin Domenico; Aline Novo Ruiz Franco; Andre Nardoni; Andrea Barreto Sodre Leal; Augusto Silva Lopes; Diego Lacerda Cabral; Jose Thiago Saraiva Matos da Luz; Julia Cantanhede Flores; Maciel Bassani Sparrenberger; Raphael Hiroshi Silva Murata; Renato Lopes Guedes Pinto; Rosane dos Reis; Thais Silva Oliveira Lima; Valeria da Silva Augusto de Oliveira
Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho
Advogado constituído nos autos: não há.

033.739/2014-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adilson Bizzetto; Cassia Regine Pasquini
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS
Advogado constituído nos autos: não há.

033.773/2014-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Celita Maria Dilli
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Chapecó/SC - Inss/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

033.775/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Joaquim Freitas Pereira; Jose Manoel Marques Rodrigues Brandão; Lucinda Chaves Nina Vivas; Luiz Coimbra da Silva; Luiza Helena Silva da Luz; Manoel Benedito Benjamim Pinheiro; Maria Consuelo Pessoa dos Santos; Maria Elizabeth Lima Mendes da Silva; Maria Helena Ferreira; Maria de Nazare Souza Araújo
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Belém/PA - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

033.776/2014-8
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Maria Pedrita dos Santos; Maria Sueli Alencar dos Anjos; Maria Vicencia de Oliveira; Marlene Machado Barros
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Belém/PA - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

033.778/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Carmela Finger Bertolin; Elena Maria Forgiarini Balem; Maria Terezinha Mueller; Marlene Calixto Pires
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Santa Maria/RS - Inss/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

033.804/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Zuleika Maria Caldeira
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Belo Horizonte/MG - Inss/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

033.860/2014-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Alves Nunes de Castro
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do Inss - Teresina/PI - Inss/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

033.903/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Joaldo José de Lima Melo; Joanderson José de Lima Melo; Joathas José de Lima Melo; Lucimar Bernardo de Lima Melo
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Caruaru/PE - Inss/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

033.918/2014-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Carmem Elizabeth Costa Gonçalves
Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores .
Advogado constituído nos autos: não há.

033.925/2014-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: José Carlos Pizarro Barata Silva
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Advogado constituído nos autos: não há.

034.075/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Joao Evangelista Leite da Costa
Órgão/Entidade: Coordenadoria Estadual do Dnocs no Piauí
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

016.973/2013-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Gilberto Berguio Martin; Prefeitura Municipal de Cambé - PR
Órgão/Entidade: Município de Cambé - PR.
Advogado constituído nos autos: Josiane Ribeiro dos Santos Brito (OAB/PR 40955)

020.778/2014-7
Natureza: Monitoramento
Interessado: SECEXPE
Órgão/Entidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf)
Advogado constituído nos autos: não há.

021.528/2013-6
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2012
Responsáveis: Allan Kardec Duailibe Barros Filho; Florival Rodrigues de Carvalho; Helder Queiroz Pinto Junior; Magda Maria de Regina Chambriard
Órgão/Entidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)
Advogado constituído nos autos: não há.

021.652/2006-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Aparecido Antonio; Marita Aparecida Leonel de Menezes; Posto do Bosque Ltda
Órgão/Entidade: Controladoria-geral da União; Superintendência Regional do Incra no Estado de Goiás
Advogados constituídos nos autos: Elcio Berquó Curado Brom (OAB/GO 12.000), Eney Curado Brom Filho (OAB/GO 14.000), Wander Lúcia Silva Araújo (OAB/GO 11.026), Antônio Augusto Berquó Curado Brom (OAB/GO 17.471), Angélica Berquó Camelo (OAB/GO 19.380), Eneyda Berquó Curado Brom (OAB/GO 26.370), Melina Lobo Dantas (OAB/GO 16.010), D'Artagnan Vasconcelos (OAB/GO 26.123) e Hélio França de Almeida (OAB/GO 8.512)

025.610/2010-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Helenice Barbosa Figueiredo; Ivo Rocha; Maria Valdelice da Purificação
Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia
Advogado constituído nos autos: não há.

028.276/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adalgisa Barroso Fernandes; Adalgisa Barroso Fernandes; Claudio de Souza Aguiar; Djanira Coutinho de Carvalho; Fernando Gomes da Fonseca; Ildivanio Batista da Costa; Inalda Maria Chaves Dias; Jaci de Sousa Martins; Leila Costa de Sousa; Maria Auxiliadora Soares de Lima; Maria Farias dos Santos; Maria das Graças Silva Ladeira; Maria do Carmo Carneiro; Mônica Florence Fiuza; Neonilia Gaudeda Nepomuceno; Regina Clara da Costa Silva; Rosangela da Silva Fernandes de Araújo; Waldeck Ferreira de Araújo
Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Advogado constituído nos autos: não há.

029.260/2013-2
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2012
Responsáveis: Francisco das Chagas Marques Ferreira; José Roberto de Moraes Rego Paiva Fernandes Júnior; José da Costa Carvalho Neto; Luis Hiroshi Sakamoto; Luiz Armando Crestana; Marcelino da Cunha Machado Neto; Marcos Aurélio Madureira da Silva; Nélisson Sérgio Hoewell; Pedro Mateus de Oliveira; Ricardo de Paula Monteiro; Ronaldo Ferreira Braga; Sérgio Gonçalves de Miranda; Telton Elber Correa
Órgão/Entidade: Companhia Energética do Piauí (Cepisa)
Advogado constituído nos autos: não há.

031.438/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonieta Maria Morelli Cizotto; Jorge Luis Pinheiro Leite; Lucas Mazzanatti Felinger; Nicanor Gomes Leite; Veronica Petri Cunha
Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
Advogado constituído nos autos: não há.

031.795/2014-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Carola Camargo Martins; Celia Maria Ranzini de Sant Anna; Cremilda Carneiro Lucas; Maria das Graças da Silva Soares; Odicleia Varella Maia; Tereza Norma Melo Teixeira
Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Advogado constituído nos autos: não há.

Ministra ANA ARRAES

000.194/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Iltamar de Araujo Pereira.
Unidade: município de Junco do Maranhão - MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

000.216/2014-3
Natureza: Representação
Recorrente: Copy Center Comércio de Produtos de Informática.
Unidade: Ibama - Superint. Estadual/ES - MMA.
Advogado constituído nos autos: Rodrigo Alves Roselli (OAB/ES 015.687)

000.434/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Jorge Manoel da Silva.
Unidade: Município de Delta/MG.
Advogado constituído nos autos: não há.

001.957/2014-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Marilda Petrus Melles.
Unidade: município de São Sebastião do Paraíso - MG.
Advogado constituído nos autos: não há.

002.517/2015-9
Natureza: Representação.
Interessado: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.
Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.
Advogado constituído nos autos: não há.

006.183/2009-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Sergio Beserra da Fontoura; Edemar Hanusch; Joao Carlos Garcia; Jose Francisco Mallmann; Jose Moacir Sales Tavares; Luiz de Gonzaga Cavalcante Pinto; Raimundo Lima de Carvalho; Sergio Fideles Brasil Fontoura; Sergio Roldan de Oliveira; Vicente Chelotti; Waldemir Leal da Silva.
Unidade: Departamento de Polícia Federal.
Advogado constituído nos autos: não há.

006.888/2013-5
Natureza: Representação
Interessado: Ministério Público da União.
Unidade: Presidência da República - Secretaria de Comunicação Social.
Advogado constituído nos autos: não há.

007.055/2013-7
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrente: Gilca Ribeiro Starling Diniz.
Unidade: Fundação Universidade de Brasília.
Advogado constituído nos autos: não há.

007.511/2014-0
Natureza: Monitoramento
Responsáveis: Magno Pires da Silva e Cassandra Maroni Nunes.
Unidade: Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Espírito Santo - SPU/ES.
Advogado constituído nos autos: não há.

010.066/2013-6
Natureza: Representação
Responsável: município de Cururupu - MA.
Interessado: Ministério Público do Estado do Maranhão.
Unidade: município de Cururupu - MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

011.812/2014-1
Natureza: Representação
Representante: SCM-Sistemas Consultoria & Métodos Ltda..
Unidade: Município de Teófilo Otoni/MG.
Advogado constituído nos autos: não há.

013.762/2014-1
Natureza: Reforma
Interessados: Ademario Dias de Araujo; Antonio Luiz da Silva; Ayrton de Medeiros Cabral; Ely Pereira Fraga; Ivan Araujo de Souza; Renan Tavares da Silva; Verano Silva Maciel; Walter Mathias Filho
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

013.957/2014-7
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Aidil Oliveira Pinto; Aidê Oliveira Pinto; Alda Oliveira Pinto; Aldaci Rita Oliveira Pinto; Ana Cristina Pinto de Carvalho; Ana Maria Corrêa Rosa; Angela Maria Corrêa Rosa; Angelica Maria Corrêa Rosa; Avani Pinto da Silveira; Eliene Silva Anunciação da Cruz; Lenilda de Souza; Lenira de Sousa; Leonice de Souza Lima; Lêda Silva Anunciação da Cruz; Moema Silva Anunciação da Cruz; Priscila dos Santos Smith Pereira; Regina Vilma Guilliod Fagury Corrêa; Rosa Virginia Guilliod Fagury Barros; Rosangela Maria Corrêa Rosa; Régia Vânia Guilliod Fagury; Solange da Cruz Guimarães; Sonia Regina Silva Capochim; Soraya Nascimento Argenta; Valéria Firmo França; Vera Lucia Ferreira Barbosa; Vera Maria Joppert Carneiro de Mendonça; Virginia Ferreira Barbosa.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

013.958/2014-3
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Angela da Cruz Mina; Aparecida Heloisa da Cruz Mina Teixeira; Carla Ardigo; Carlene Ardigo; Carli Ardigo; Carlota Ardigo; Cleide Ferreira de Noronha e Souza; Clemilda Agripino Ferreira; Cléa Agripino Ferreira; Darla Carina Ardigo; Denise Baptista da Luz Martins; Elza Baptista da Luz; Fatima da Luz Gomes; Gislainde Barbara da Silva; Helena Batista da Luz; Higina Baptista da Luz; Jaqueline Simões da Silva; Lucia Avelar Pancracio; Lucia Maria Pancracio de Luna; Lucidalva Maria Avelar Pancrácio Pereira; Luciene Avelar Pancrácio Sodré; Lucimar Avelar Pancrácio; Luciola Maria Avelar Pancrácio Falcão; Marcia de Oliveira Moreira; Maria de Jesus Oliveira Moreira; Marina Baptista da Luz Costa; Monique Bezerra Bernard; Regina Baptista da Luz; Regina da Penha Pereira Ardigo; Silvia Barbosa Cunha Navarro; Simone Barbosa Cunha; Valmira Oliveira da Silva; Vinícius Pereira Ardigo.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

013.959/2014-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alexandra Carla Santos de Lima; Carmem Gomes Faria; Claudinéa Quintão Nascimento de Medeiros; Denise Pinheiro da Silva; Denise Raquel de Lima Costa; Doralice Vasques Cardoso; Edneia Alves Cardoso Faria; Euzânia Sampaio de Oliveira Francisco; Ivana Suely Caetano do Nascimento; Jaqueline Prata de Castro; Jeane da Conceiçaão Prata; Jucineyde Prata de Menezes; Jussara da Conceição Prata; Laura da Conceição Prata; Maria Aparecida de Andrade Santiago; Rosana Cristina Caetano do Nascimento; Solange Moreira Cardoso de Carvalho; Zenilza Sampaio de Oliveira.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

013.960/2014-8
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Lucia Soares da Silva; Ana Paula Coelho Cardozo; Anair Araujo Leonardo de Souza; Analia da Silva Araujo Correia; Analice da Silva Araujo; Benedita da Cruz Araujo; Eliane Ferreira da Silva; Erminia da Silva Araujo Pinto; Francisca Silva de Oliveira; Genezia de Araujo Espindola; Genivaldo Leal Castello Branco; Glória Regina Coelho Cardozo; Greci Keli Cardoso Ferreira; Helena da Silva Melo Araujo; Hilda Regina Coelho Cardozo; Hildenê Ferreira Coelho Cardoso; Ingrid Cardozo Ferreira; Janair da Cruz Araujo; Jayra da Cruz Araujo; Juceleide Maria de Almeida e Silva; Júnadi Maria de Almeida Silva; Lys Costa do Nascimento Falcão; Maria Juceli de Almeida Silva; Maria da Silva Araujo; Mirian Tiana Soares da Silva; Queitte Cardozo Ferreira; Quiteria da Silva Araujo; Rosana da Silva Araujo; Sandra Valeria Viana Gonçalves; Silvana Oliveira de Araújo; Suzana Silva de Oliveira Pinto.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

013.961/2014-4
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Anai de Souza Ferreira; Angelica de Souza Ferreira da Silva; Debora de Souza Ferreira Manoel; Dilma dos Santos Rocha; Elizabeth Santos da Rocha; Flávia Forain Rocha; Francisca Ferreira de Morais dos Santos; Josete dos Santos Torres; Kathia Nazarena Sant'anna Lima; Kátia Cristina Siqueira; Lucia Macedo dos Santos; Lucia Maria Xavier da Silva; Lucila Moura Silva; Lucimar Xavier Moreira; Margaret da Rocha Santana; Maria Amélia de Souza Ferreira; Nair Barros Silva; Simone da Rocha Moura; Valeria Ferreira dos Santos Toledo.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

013.963/2014-7
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Cristina Teixeira de Carvalho Tavares; Deyse Ilane Frauches dos Santos Dias; Elizabeth Maciel Tavares; Gleyce Jane Frauches dos Santos; Ivaneth Tavares de Lima Gondin da Fonseca; Janete Maciel Tavares; Katya Cileny 0liveira Barbosa; Katya Cileny Oliveira Barbosa; Laira Nazare Souza Paiva da Silva; Laura Antonia Afonso Pinho; Leda Sousa Paiva Henriques; Leonai Souza de Andrade Ribas; Leonaide Sousa de Andrade; Leonete Souza de Andrade Silva; Liana Souza de Andrade; Lucia Souza Paiva; Luciene Souza Paiva da Silva; Marcia Bezerra de Menezes Machado; Marcia Ferreira da Silva; Maria Carmem Bezerra de Menezes; Marinalves Maciel Tavares; Paula Maciel Tavares de Lima; Rosangela Freire Marques; Shirleny Oliveira Barbosa da Costa; Sonia Maria Afonso de Pinho; Suzana Maciel Tavares.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

014.301/2006-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Olavo Nery Corsatto.
Unidade: Senado Federal.
Advogado constituído nos autos: não há.

015.873/2013-7
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público Federal.
Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

016.463/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Celso Gonçalves Corrêa; Fernanda Nasaré de Oliveira; Fátima Maria Pereira Lima; Inez Ribeiro Costa; Jorge Vieira da Conceição; João Sebastião da Silva; Juracy Antonio Ribeiro; Lucio Bernardo da Silva; Luiz Henrique Siqueira de Sá.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

017.111/2010-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Karl Roberto de Almeida Meyer Heeren; Jeany Azevedo Gomes; Luiz Francisco Monteiro de Barros Filho; Marcos Cesar Lopes da Rosa; Maria Aparecida Barbosa Orro; Maria da Salete da Silva Farias; Maria de Fatima Diniz Seixas; Vera Lucia Candido Rodrigues; Wagner Ferreira Frazao.
Unidade: Controladoria-Geral da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

017.194/2014-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Gelson Cordeiro de Oliveira.
Unidade: município de Capelinha - MG.
Advogado constituído nos autos: não há.

017.629/2014-4
Natureza: Reforma
Interessados: Anisio Borba; Luiz Fernando Ferreira da Silva; Valdo Hermen Martins Souza.
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

017.631/2011-4
Natureza: Representação
Interessadas: Fundação Nacional de Saúde e Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Saúde.
Unidades: Fundação Nacional de Saúde - Funasa e Ministério da Saúde.
Advogado constituído nos autos: não há.

017.638/2014-3
Natureza: Reforma
Interessados: Amaury Nunes do Amaral; Carlos Alberto do Vale; Marcia Maria Souza de Albuquerque; Paulo de Camargo; Rodolfo de Oliveira Segabinaze.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

017.658/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo Marques da Silva.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

017.786/2014-2
Natureza: Reforma
Interessados: Clidenor Moreira de Araujo; Dario Luiz Guimaraes Nogueira; Raymundo Leite; Raymundo Leite; Vicente de Paula Lima Barros.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

018.370/2014-4
Natureza: Representação
Representante: município de Jenipapo dos Vieiras - MA.
Unidade: município de Jenipapo dos Vieiras - MA.
Advogado constituído nos autos: Karla Milhomem da Silva (OAB/MA 10.332)

018.467/2014-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Centro de Cultura Negra do Maranhão - CCN/MA e Ana Amélia Bandeira Barros.
Unidade: Centro de Cultura Negra do Maranhão - CCN/MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

018.823/2014-9
Natureza: Reforma
Interessados: Francisco Leite de Andrade; Francisco Leite de Andrade.
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

020.213/2014-0
Natureza: Reforma
Interessados: Alexander Bozi Barcelos; Antonio Carlos Rodrigues; Antonio Carlos de Souza; Aurino Fonseca Tavares; Hamilton Batista da Silva; Joaquim João de Oliveira; José Mauricio Couto; João Bosco e Silva; Juarez Gonçalves.
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

020.320/2014-0
Natureza: Representação.
Unidade: município de São Pedro da Água Branca - MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

021.695/2014-8
Natureza: Representação
Representante: Alvo Eventos Ltda. ME.
Unidade: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - SAE/PR.
Advogado constituído nos autos: Huilder Magno de Souza (OAB 18.444/DF).

021.811/2014-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Benedito Ferreira Pires Segundo.
Unidade: Município de Alto Alegre do Maranhão/MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

022.646/2014-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Marilene Leite Acioli Lopes; Marilene Martins da Silva dos Santos; Marilia da Costa Barbosa; Mary Nazare da Cunha Cardoso; Mauricio Martins da Silva; Nadia Brilhante da Cunha Gomes; Neide Gomes da Cunha Silva; Neusa Brilhante de Oliveira Cunha; Neyde Costa de Oliveira; Nice Carla da Cunha Marques; Sandra Maria Soares de Lima; Suzana da França Reis.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

023.878/2013-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Raimundo Alves Costa Filho.
Unidade: Município de Loreto/MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

024.172/2014-6
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2013
Responsáveis: Antonio Reginaldo Pontes Lima Junior; Marcos Nunes de Miranda.
Unidade: Diretoria de Hidrografia e Navegação - Comando da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

024.320/2014-5
Natureza: Representação.
Representante: Aldy Equipamentos e Serviços Ltda..
Unidade: Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA) - Comando da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

024.493/2014-7
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Edna Cordeiro da Penha; Elizete Sena Gomes; Flávia Ferreira de Oliveira; Francimillyan Jarleide Lima de Mendonça; Geralda Maria de Souza; Glaucia Gazolla Barbosa; Katia da Costa Barbosa; Livia Thais Castellano Cardoso; Luiz Gustavo Godinho Silva; Marcia Rodrigues Gonçalvesda Silva; Margarete Sena Gomes dos Santos; Maria Jandira da Conceicao; Maria de Lourdes Mendonça de Santana; Marícia Rodrigues Gonçalves da Silva; Patricia Gomes dos Santos; Rudiglai Pucinelli Cardoso; Saad Suely Celeste de Lyrio; Telma de Cassia dos Santos de Oliveira; Terezinha de Jesus Amorim Costa; Terezinha dos Santos Silva.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

024.494/2014-3
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alaide Rodrigues da Silva; Allan Patrick da Costa Monteiro; Ana Lucia Rocha de Queiroga; Andréa Moraes de Vasconcellos; Diana Fernandes de Abreu; Elizabeth de Vasconcellos Guarize; Grace Kelly Fernandes da Rocha; Janete de Medeiros Gonçalves dos Santos; Jussara Moraes de Medeiros; Luci Nunes de Lima; Maristela Bernardo de Oliveira Monteiro; Odilamar Rodrigues Fernandes; Odilena Rodrigues Fernandes Chaves; Priscila Aparecida Rodrigues Fernandes; Sheyla da Penha Gomes; Valéria Cristina Fernandes da Rocha.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

024.732/2014-1
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Fernando Colares Sousa; Antonio Luiz Alves do Nascimento; Arnon Lima Barbosa; Carlos Pereira de Lima; Edson Rocha de Siqueira Gê; Francisco Carlos Teles; Jose Edilson de Oliveira; Jose de Oliveira Alves; Marcos Roza de Abreu; Severino Tomaz Silva.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

026.168/2013-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Eliezer da Silveira Azevedo; José Geraldo Amorim Pereira; Laercio Lucio de Oliveira.
Unidade: município de Peri Mirim - MA.
Advogado constituído nos autos: José Henrique Cabral Coaracy (OAB/MA 912).

026.878/2014-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Angela Maria Barbosa Ferreira Stohler; Conceição Rodrigues Domingos; Eliza Capella Moreira; Inez Mascote Barral; Ivoni Almeida da Silva Castro; Lucas Mauricio dos Santos Almeida; Maria Lení Cardozo Costa; Marilia Figueiredo Batista; Ottilia Maria Bezerra do Nascimento; Ottilia Maria Bezerra do Nascimento; Vera Lucia dos Santos Almeida; Yolanda Holanda da Costa.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

027.076/2014-8
Natureza: Reforma
Interessados: Dorgival Bazilio Rodrigues; Durval Moreira dos Santos Pires; Edilson Volotão Santos; Edino Francisco Carlos Pascinho; Edmar Schuenck; Edson Alves Miranda; Edson Gomes de Moura; Edson Luiz da Silva; Eduardo Augusto da Silva Costa; Écio Rosa Ferreira.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

027.081/2014-1
Natureza: Reforma
Interessados: Jorge Moreira Ramos; Jorge Nunes Cardoso; Jorge Sebastiao Buccazio; Jose Augusto de Souza Rocha; Jose Carlos Goncalves da Silva; Jose Eduardo da Silva Anselmo; José Amauri Costa Lira; José Augusto da Silva Gomes; José Deusimar Sousa; José do Amparo Marcico Ribeiro.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

027.086/2014-3
Natureza: Reforma
Interessados: Nilton Martins de Castro; Oldeci Nobre de Moura; Orlando Avelar Soares; Osmar Nunes das Neves; Paulo Pereira dos Santos; Paulo Roberto Esteves; Paulo Thadeu de Souza Alves; Pedro Antonio Alves Ribeiro; Pedro Oliveira Alcântara.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

027.111/2014-8
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Adriana Alves de Lima; Adriana Gomes Moreira; Ana Paula Mesquita Avila; Andréa Cristina Sousa dos Santos Brasil; Carla Cristina Cabral de Avila; Carla Danielle Gomes Moreira; Catia Cabral de Avila; Celidene da Cruz Alves Barreto; Claudia Sousa dos Santos; Dalvaci Tiburcio da Silva; Dalziza Cabral de Melo; Denise da Cruz Santos; Fabio Luiz Mesquita Avila; Luiza Inacio de Souza; Marcia Valeria Tiburcio da Silva Alexandre; Maria Luiza Bertulini Roberge de Queiroz; Maria Luiza Rezende Coelho; Maria da Conceição Alves de Oliveira; Maria de Fatima Tiburcio da Silva; Maria de Fátima Alves de Lima Viterbo; Maria de Lourdes Alves de Lima Mello; Marluce de Britto Machado; Nathalia Juliana Gomes Moreira; Patricia Alves de Lima; Saionara da Cruz Santos; Teresinha de Jesus Mesquita Matos; Valeria da Cruz Santos; Victor Hugo Gomes Moreira.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

027.117/2014-6
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alice Valente Martins; Amara Jose do Carmo Silva; Carmem Maria de Albuquerque; Fabiana Cascardo Miranda; Fabricio Nascimento Bruno Cascardo; Flavia Nascimento Bruno Cascardo; Francisca Ferreira; Leni da Silva Cunha; Leny de Carvalho; Liliane Reis de Jesus; Lissana Cristina Reis da Costa Bogado; Maria Davina Gomes de Vasconcellos; Mariluce Nascimento de Sousa; Paula Cristina da Costa Monteiro; Rejane Cristina da Costa Santos; Sebastiana dos Anjos Marques.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

027.198/2014-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aparecida Moyses da Silva Torres; Izabel Rosa de Oliveira Mascarenhas; Jurema Melo Falcão; Maria de Lourdes Lima Beserra; Mary Aurea Lavigne de Melo; Valdeci Diniz da Silva.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

027.324/2014-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alba Azevedo de Souza; Ana Monteiro de Azevedo Sodré; Delicia Almeida de Oliveira Azevedo; Flodalira Silva Methzer; Isabel Ferreira dos Santos; Jandyra Pereira da Costa; Kleber de Azevedo Sodré; Maria Dilza Anchieta Gonzaga; Nancy Raymundo Monteiro; Vera Lucia Rodrigues Baptista.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

027.326/2014-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adelina Tavares da Silva; Benedita Rosa da Silva Folgosa; Luzia Conceição de Andrade; Marcelo Tavares da Silva; Marina de Souza Menezes; Nair de Lima Miranda; Valdenice Maria de Azevedo Quintes.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

027.328/2014-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Karolina Marques Moriel Tavares; Clarisse Fernandes de Paiva; Edith Gonçalves do Nascimento; Juracy Chirighine Ricci; Juventina Maria da Conceição Torres; Karina Marques Moriel Tavares; Maria Aparecida Barbosa de Barros; Maria do Socorro Costa da Silveira; Marlene Pinheiro Gagliano; Rodinéa Lourenço Nogueira; Rosaria Moriel Tavares.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

027.330/2014-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Anadir Chaves da Silva; Celina Mariana de Oliveira Silva; Etelvina Elita Beserra da Silva; Lucimar Imbiriba de Moraes; Maria Dovirgem de Araujo Netto; Maria da Conceição Bezerra Dantas; Marli Silva Santos; Ruth Teixeira de Paula.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

027.333/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adailton Cosme Barros da Silva; Alandir dos Santos Motta; Ana Barros da Silva; Daisy Dias Ferreira; Eliel Gomes Falcão; Isabelle Christine da Silva Santos; Jorge Gonzaga Ramos; Maria José Marinho Vieira; Maria José Marinho Vieira; Maria Lucia Sá de Figueira; Rosa Almeida Pires.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

027.337/2014-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aldith Terezinha de Queiroz Costa Sousa; Bruno Pereira dos Santos; Izolina de Oliveira e Silva Pereira; Jane Selma dos Santos; Juliana de Araujo Ferreira; Luciene de Araujo Ferreira; Maria José Xavier Brandão Araujo; Rosenil Rocha da Silva; Valdecy Batista da Silva Oliveira; Zander Leone de Araujo Ferreira.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

027.340/2014-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Davi Rodrigues Coral; Lucy de Miranda Nepomuceno; Maria José Dias Xavier; Maria José Falcão; Merci Vieira de Siqueira Ribeiro; Nize Leite Peixoto; Olimpia Ferreira da Silva.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

028.709/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Albano Dias Cunha; Elmir Ribeiro de Sousa; Itamar Rodrigues de Souza; Maria da Penha Berco; Paulo Roberto; Roberto Alves do Nascimento.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

028.922/2014-0
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Andre Luiz Correa de Sa; Gilson Martins de Brito; Luis Henrique Seixas; Luiz Renato Portilho Cavalcante; Rodolpho Cupello; Sueli Corrêa; Vinicius Santini Calaça Gomes.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

029.034/2014-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Deize de Mattos Santos; Elaine dos Santos Mattos; Ester Matos de Oliveira; Hilda Reis dos Santos; Idette Macedo de Souza; Ilza Macedo do Nascimento; Jaciara de Souza Gonçalves; Jurema Guedes Tonietto; Lucia Zulmira Guedes Rosa; Maria das Graças Rodrigues Costa; Sheila de Souza Gonçalves Veneza; Shirly Gonçalves Bagaria; Sonia de Mattos Cardoso; Suely Atuanira Gonçalves; Suely Luzia Faillace.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

029.036/2014-3
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Maria Diniz Borba Villaça; Carolina Barbosa Villaça; Edinea Augusto de Jesus Bastos; Elisangela Marques Bastos; Elizabeth Marques Bastos de Souza; Eneida Zeidan Vicente; Ivone Assunção Almeida; Maria Lucia de Carvalho Ribeiro; Marilia Barbosa Villaça Cavalcanti; Marluce de Souza Ribeiro; Neide Moura Travassos; Rosangela de Oliveira Zeidan; Vilsa Barreto.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

029.091/2009-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Cleonice Pereira dos Santos.
Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
Advogado constituído nos autos: Fabiano Carvalho dos Santos (OAB/DF 26.507).

029.158/2013-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Darcy Santos Ferreira; Emiliano Ferreira Filho; Laura de Assis Rosa; Serguem Jessui Machado da Silva; Visão Mundial.
Unidade: Ministério da Integração Nacional.
Advogado constituído nos autos: não há.

029.396/2014-0
Natureza: Representação
Representante: Município de São Vicente Ferrer/MA.
Unidade: Município de São Vicente Ferrer/MA.
Advogado constituído nos autos: Frederico de Sousa Almeida Duarte (OAB/MA 11.681)

030.093/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Rosane Pereira Ferreira.
Unidade: Escola Superior de Guerra.
Advogado constituído nos autos: não há.

030.134/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Bernadete Martins de Menezes.
Unidade: Advocacia-geral da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

030.188/2014-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abraão Gabriel Vieira da Silva; Adailson Silva Ribeiro; Adalberto dos Santos; Adalto Coelho de Rezende Sobrinho; Adeilto José da Silva Júnior; Adonai de Souza Maltez; Adson Alves Barbosa; Afonso Rafael Ferreira Dias; Ailton Cezar Gonçalves Laranja; Airton Baptista da Silva; Airton Costa de Carvalho; Aislan Gomes de Franca; Alan Ferreira Costa; Alan Santos Ferreira; Albino da Silva dos Santos; Alcides Rodrigues dos Santos Neto; Alex Barreto de Souza; Alex Ferreira dos Santos Lopes; Alex Luiz de Sousa Silva Santos; Alex Xavier de Oliveira; Alexandre Gonçalves da Silva Junior; Alexandre Santos de Andrade Anacleto; Alexandre Sousa Correia dos Santos; Alexandre Souza Santos; Alexandre Sá Costa; Alexandre da Silva Cabral Júnior; Alexandre de Miranda Oliveira; Alexandre de Souza Silva; Alexsander Nunes Domingos; Alexsandro Madureira Gomes; Alexsandro da Silva Leal; Alisson Elias da Silva; Alisson Gomes dos Santos; Alisson Luiz Gonzaga Corrêa; Allan Gonçalves Osorio Gregorio; Allan Guimarães Tenório; Allan Miranda de Freitas; Allan Silva de Carvalho Sousa; Allef Conceição Rangel; Alvaro Vitor de Melo Borges; Alídio Gonçalves Oliveira Júnior; Anderson Cleyton da Silva do Rêgo; Anderson França Duque de Moura; Anderson Gomes Santana; Anderson Silva Ferraz do Nascimento; Anderson Thadeu Santos da Silva; Anderson da Silva Costa; André Felipe Moraes Rocha; André de Abreu Nascimento; Állan Codorniz Marques.
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

030.190/2014-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caio Anderson dos Santos Ramos; Caio Augusto Saraiva Tadeu; Caio Augusto da Quintã Lobo; Caio César de Souza Felipe Carvalho; Caio Fernando de Sena Goncalves; Caio Filipe Silva de Carvalho; Caio Kohlbach Reis; Caio Leal Ferreira; Caio Salvo de Faria; Caique Bragança Machado; Caique Freitas de Souza; Cairo Henrique Domingues; Carlo Gabriel Cardoso da Silva Santos; Carlos Alexandre de Almeida Silva; Carlos Augusto Ferreira Gomes Junior; Carlos Eduardo José Oliveira; Carlos Eduardo Oliveira de Carvalho; Carlos Eduardo Pereira de Oliveira Junior; Carlos Gonçalves de Lima; Carlos Luiz de Pinho Jorge; Carlos Michael da Silva; Carlos Renato Leal; Carlos Rodrigo Vitorino Ciscoto; Carlos Uriel Araujo Santos; Cassiano Arcanjo Pimentel; Caíque Vieira de Oliveira; Celso Rodolfo de Oliveira Pereira; Cesar Augusto Mascarenhas de Azevedo; Charles Laisson dos Nascimento Cordeiro; Charles Sales Mendes; Charliton Adarlan França da Rocha; Christopher da Conceição Teles; Cicero Jesualdo Rodrigues Melo; Clair de Oliveira Santos Fonsceca; Claudson de Oliveira Silva; Cleiton da Silva Dias; Cláudio Marcio do Nascimento Marques; Cristian Antonio Carvalho Lobato; Cristian Bispo; Cristiano Alberto Freire da Silva; Cristiano Oliveira da Silva; Cícero Francisco da Silva Filho; Cícero José dos Santos Neto; Daivison Augusto Luz; Daivyson Luis Cabral de Souza; Daniel Andorphi Ferreira; Daniel Braga da Silva; Daniel Cardoso da Silva; Daniel Carlos Gonçalves Baptista; Daniel da Silva Luiz.
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

030.198/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Julio Cesar Silva de Oliveira; Julyo Cesar Ventura Teixeira; Júnio Soares de Freitas; Kaique Carvalho Marinho; Kallype Matheus Gonçalves Bispo de Assumpção; Kaynan Almeida Rocha; Kelton da Costa de Souza; Kelvelin Santos de Santana; Kelvyn Costa Ramos Farias; Laercio Henrique da Silva Moreira; Laionel Levid Feitosa dos Santos; Lamerque José da Silva; Laurivaldo Caripuna Gomes; Leandro Alves Rodrigues; Leandro Karany Lyra da Rocha; Leandro Luiz Almeida da Silva; Leandro Ramos Oliveira; Leandro Soares da Costa; Leandro da Silva Gomes; Leonam Oliveira Teles de Andrade; Leonam de Lima Fontes; Leonardo Andrade da Silva; Leonardo Bomfim de Jesus; Leonardo Corrêa Ferreira; Leonardo Escossia Oliveira; Leonardo Jacinto Ribeiro; Leonardo Lopes de Oliveira; Leonardo Luiz de Negreiros Freire; Leonardo Macedo Santos; Leonardo Mateus de Lemos Ramos; Leonardo Paes Alves; Leonardo Pereira Rodrigues da Silva; Leonardo Pereira de Jesus Xavier; Leonardo Silva Gonçalves de Lima; Leonardo Soares da Mó; Leonardo Tavares da Fonseca Oliveira; Leonardo Vicente dos Santos Gervasio; Leonardo Vidal Monteiro; Leonardo da Conceição Oliveira; Leonardo dos Santos França; Levy Gomes Dantas; Leyvisson de Oliveira Maciel de Farias; Lincoln Alves Araujo; Lincon Alexandre da Silva; Lohan Reis Paula de Mello; Loren Borges Conde; Luan Bandeira do Ó; Luan Dantas Pinheiro; Luan Silva de Matos; Luan Teixeira Pereira.
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

030.201/2014-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luiz Guilherme de Castro Fortunato; Luiz Henrique Cantão; Luiz Henrique Machado de Souza; Luiz Paulo Gomes da Costa; Luiz Ramos Bomfim Junior; Luiz Romário Anacleto de Araújo; Luiz Wagner de Souza Damasceno; Lutermiro Junior Martins Rocha; Magnum Richelly Silva Rêgo; Maicon Claus Moura Belloti; Maicon Gervaso Pires; Manoel Coelho Neto; Marcelo Davi Paula de Faria; Marcelo Dias de Lima; Marcelo Falcão de Souza; Marcelo Felismino de Souza; Marcelo Henrique Marques Maia; Marcelo da Silva Ferreira Filho; Marcio Costa de Lima Junior; Marcio Santos Borges; Marco Arthur Oliva Grudzin Braga; Marco Aurélio Egídio Prado; Marco Aurélio de Souza Soares; Marcos Antonio Moreira Branco Junior; Marcos Antonio da Silva Júnior; Marcos Douglas Calazans; Marcos Paulo Cavalcante da Silva; Marcos Paulo Freitas Duarte; Marcos Paulo de Carvalho Junior; Marcos Paulo de Oliveira Coutinho; Marcos Santos de Santana; Marcos Vinicius Potier Conninck; Marcos Vinicius Rocha da Silva; Marcos Vinícius de Castro Silva; Marcos William da Silva Lopes; Marcus Vinicius da Silva Marques; Marcus Vinícius Dantas Robaina; Marllon Carlos Araujo de Carvalho; Marllon de Souza Freitas; Marlon George Pereira Bernardes; Marlon Moises Ribeiro Castellano; Marlon Xavier Nogueira; Mateus Ramos da Paixão; Matheus Alves de Souza; Matheus Carlos Cordeiro Ribeiro; Matheus da Paz Silveira; Matheus da Silva Pereira; Matheus de Freitas Soares; Matheus de Oliveira Quintanilha; Mário Lúcio Marques Gonçalves.
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

030.206/2014-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tiago Martins Fernandes; Tiago Pereira Farias Cerdeira; Tiago Pereira dos Santos; Tiago Prudêncio; Tino Marcos Lima dos Santos; Tobias Assunção Paula; Tulio Ribeiro Nunes Menezes; Uallas Corrêa da Silva; Valdeir da Silva Farias; Valdeir de Jesus Gomes; Valdenilson Rabelo Dias; Valmir Fernandes da Silva Júnior; Valmir de Paula Alves Junior; Vicente Tiago Ferreira Corrêa; Victor Cesar Santos Bastos; Victor Hugo Alves de Carvalho; Victor Hugo Correia do Nascimento; Victor Hugo da Silva; Victor Orion Koyama Machado; Victor de Oliveira Moura; Vinicius Lourenço Magalhães; Vinicius Maia de Andrade; Vinicius Medeiros Alves; Vinicius Tavares de Oliveira; Vinícius Fonseca Carvalhal; Vinícius Ramos Esteves; Vinícius Rangel de Oliveira; Vinícius da Silva Gomes; Vinícius da Silva Pereira; Vitor Helton Pessoa Dias; Vitor José da Silva Vaz; Vitor Rafael Martins Silva; Vitor Torres de Oliveira; Vivaldo Gomes de Andrade Filho; Volney Pimentel da Silva; Walber Viana Gomes da Silva; Waldemilze Romário Oliveira Castro; Wallace Duarte Pinto da Silva; Walter Guerra Netto; Wander Flavio Pereira Pessoa; Wanderson da Cruz Alves; Warlley Sancler Rodrigues da Silva; Washington da Silva Maciel; Welington Judicael da Silva; Welington Marques Moraes Junior; Welington Pinto Cartaxo; Wellerson Camelo Braga; Welligton de Souza Ribeiro Mata; Wellington de Amorim Vieira; Wemerson Souza Teles.
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

030.217/2014-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Gomes Ribeiro; Adriana Gonçalves da Silva Nascimento; Adriana Saboia Gruber; Afonso Brazolino Eleutério; Alan Frazão de Morais; Alessandro Silva Ribeiro de Araujo; Alexandre Lourenço da Silva; Alexandre Noronha Toledo; Amanda Ribeiro Brandao; Ana Cristina Silva Campos; Andre Augusto Mouco Valente; Andre Felipe Ramalho Maciel; Andre Luiz Luna Messias; Andre da Silva Batista; Andreia Sousa Azevedo; Andreia Verdelio; Anne de Sousa Evers; Antonio Luiz Silva Filho; Antonio Valter Martins; Arnaldo Luis Andrade Sales; Artur Araujo Santos; Barbara Carvalho Bruno; Beatriz Albuquerque Correa Lima Amiden; Beatriz Penna Camacho de Moraes Carvalho; Bruna Maria Machado Ramos Serednicki; Bruna de Melo Coelho; Bruno Barbosa Godinho; Caio Cunha Cestari; Carla Rejane Elias Dutra; Carla Vanessa Trombini de Oliveira; Carlos Roberto Gigliotti Junior; Carlos Wallace Brito Soca; Cassia de Souza Mota; Celso Martins Serrão; Cid Machado Vieira; Claudia Tatiane da Silva Costa; Constancia Maria Andrade; Daniel Dantas Prazeres Amorim; Daniel Ito Isaia; Daniela Netto Meriano; Danilo Ferreira de Sousa; David Medeiros Rizel Santana; Decio Ciappini Junior; Deise Lopes Correa; Denilson Alves Vianna; Derilson de Lisboa Mello Filho; Diego da Silva Lourenço; Diogo Luis da Silva; Edgar Bruno Monteiro; Edina Mariel Girardi.
Unidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A.
Advogado constituído nos autos: não há.

030.332/2014-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abner de Oliveira Freitas; Achiles de Souza Ventilari Filho; Ademilson Rodrigues Lima Junior; Adilson Fábio Napolião da Silva; Adriana de Fátima Diniz Souza; Adriano de Almeida Oliveira; Adrielle Raonic Dias da Silva Gomes; Adriene Rodrigues da Silva Pinto; Adélia Cind Santos de Barros; Aislan Felipe Alves Lemos; Alan Johnson Souza da Conceição; Alayne Inacia Ladislau da Silva; Alessandra Alves Fernandes; Alessandra Lima de Mesquita; Alessandra de Jesus Sena da Rocha; Alex Divino dos Santos; Alex Felipe Carbos de Oliveira; Alex Rodrigues Miranda; Alexandra Pereira dos Santos; Alexandre Carvalho Menezes; Aline Bispo da Silva; Aline Cairo Fassini; Aline Caldas Balbino da Silva; Aline Colares dos Santos; Aline Maria Alves Barbosa; Aline Martins de Oliveira Honorato; Aline Pereira da Silva; Aline Sabiele de Oliveira Pinto; Aline de Souza Carvalho; Aline do Nascimento Barbosa Santana; Allan Medeiros Cardoso; Amanda Freire da Silveira; Amanda Gulinelli Victor da Silva; Amanda Rocha de Queiroz Amorim; Ana Beatriz

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ribeiro da Silva; Ana Caren Pinheiro da Silva; Ana Caroline Barcelos da Silva; Ana Catarina Nunes Nogueira; Ana Paula Alves Martins; Ana Paula da Silva Oliveira; Analia Tainá de Farias Teixeira; Ananda Larissa Pereira Soares; Anderson Mangueira Lima; Andressa Mara de Oliveira Rezende; Andressa Rodrigues Martins da Silva; André Fellipe de Oliveira Nicodemo; André Luiz Cassiano do Nascimento; André Luiz Gomes Matias; André Luiz Rodrigues Lomba; Andréa Marcela da Rocha.
Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

030.336/2014-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Vasconcelos da Silva Marques; Fernandino Sales dos Santos Junior; Fernando Guimarães Costa; Filipe Marques Ventura dos Santos; Fillipe Clever Silva de Azevedo; Flavio Silva dos Santos; Flávia Carolina dos Santos de Oliveira Rodrigues; Flávia Dias Rocha Tavares; Flávia Jordão Machado; Flávia Soares Fernandes; Francielle da Silva Motta; Francisca Maiara Lima do Nascimento; Francisca Rosana dos Santos; Freddy Stanley Santana Corrêa; Gabriel Duarte Ferreira; Gabriel Rocha de Alvarenga Ribeiro; Gabriela Barbosa Moreira; Gabriela Teles da Silva; Gabriela da Silva Saturnino; Gabriele Bayer dos Santos; Geisa Paulino da Silva; Gerson José Alves Júnior; Getúlio Cesar Moura do Amaral; Geysa Carla Xavier dos Santos; Ghilbert Tito Pereira dos Santos; Gian Faria Malheiros; Gisele Santos Figueiredo; Gisele da Costa Pinto; Giselle Almeida Bonini; Giselle Carvalho Pereira; Giuliana Kelly de Aguiar Fontenelle; Glaucilene Oliveira de Santana; Gleice Kelly Correa de Melo; Gleicy Marques Ferreira da Costa; Gleidson Álisson de Santana; Gleyciele dos Santos Lima; Gláucia das Neves Teixeira; Gregory Pinto Guimarães; Guilherme Gonzalez de Oliveira; Guilherme Pires de Oliveira; Guilherme Salgueiro Santana; Guilherme Santhiago Rangel; Géssica Virgilio Almeida; Hainer Campolina Stehling; Hallan Hiroshi da Silva Gomes; Hellen Cristina da Silva Ferreira; Hellen Ribeiro de Azevedo; Heloisa dos Santos Rocha; Heloise Eloi da Rosa; Heloya de Souza Cruz.
Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

030.340/2014-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Karla Soares de Lima Pereira; Karoline Silveira Cancellas; Karolinne do Nascimento; Karolyne Vitoria Dias Coelho; Kayan Soares Araujo Farias; Keli Paula da Silva Costa; Klément Paolo dos Santos da Silva; Laamek Nunes Ferraz; Laiane Rodrigues da Silva; Larissa Cunha de Oliveira; Larissa Gonçalves de Andrade; Larissa Guedes Mafra de Oliveira; Larissa Monteiro de Almeida Ramos; Larissa Nunes Lopes; Larissa Pinheiro Clemente; Larissa Tito Alves; Larissa de Araujo Lima; Larissa dos Santos Correia; Laura Aparecida da Silva Machado; Layane Pereira Pessanha Marques; Laís Correia Ferreira; Laís Medeiros Siqueira Carvalho; Laíza Soares Becima Viana; Leandro Barbosa; Leidivane Lima do Nascimento; Lenon Maiolino da Silva; Leonardo Antônio Pereira Mendonça; Leonardo Bastos Silva Vitoria; Leonardo Cardoso Moreira; Leonardo Felipe Menezes dos Santos; Leonardo Soares Araújo; Leonardo Tadeu Silva do Carmo; Leonardo Vieira da Rosa; Leticia Beiriz Duarte; Leticia Cristina Modafari Rodrigues; Leticia da Silva Lima; Letícia Costa da Silva; Letícia das Chagas Oliveira; Letícia dos Santos de Oliveira; Lilian Acioly Gonçalves; Lilian da Silva Mancuso; Lisandro Rodrigo Silva de França; Livia Vanessa Barbosa Cavalcante; Lohane Cabral de Elça; Lorena Pires Fernandes; Lorran César dos Santos; Lorrayne Costa Loio; Luana Alves Pinto; Lícia Maria Bento Sampaio; Lídia Maria Félix Mendes.
Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

030.341/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luana Costa Praxedes da Silva; Luana Vitoriano da Silva; Lucas Henriques Martins; Lucas Marcos da Silva; Lucas da Silva Pontes; Lucas de Araujo Barrozo Romão da Silva; Luciane Vargas Terra; Lucineia Ramos Chagas; Ludmila Pereira de Carvalho; Luis Felipe Braz Gonçalves; Luis Paulino dos Santos Filho; Luisbergue Marinho Raquel Dantas; Luiz André Attayde da Silva; Luiz Antônio de Jesus Santos Junior; Luiz Eduardo Nunes Leite Filho; Luiz Felipe de Oliveira Valentim; Luiz Fernando Pereira de Melo; Luiz Ozorio Rodrigues da Silva; Luiza Fraga Santos; Magno Santana Ribeiro; Maiara Ferreira da Silva; Maiquel Candido Silveira Almeida; Marcela Elis dos Santos Monteiro; Marcella Ássimos das Neves Silva; Marcelle Meira Pessoa da Silva; Marcelo Santos de Oliveira Filho; Marcia Cristina Mangia; Marcio Santos Abraão Leça; Marcos Vinicius Higino da Silva; Marcus Vinicius de Jesus Silva Miranda; Maria Aparecida Pereira Lustosa; Maria Carolina Nascimento Silva Pinto; Maria Eduarda Santos Pais Figueiredo; Mariana Cristina Oliveira da Silva; Mariana Dantas da Costa Viana; Mariana Elias Maranhão dos Santos; Mariana Fernandes da Silva; Mariana da Silva Paulo Bastos; Mariana de Miranda Gonçalves; Mariane Rosane Batista; Marina Gonçalves dos Santos Corrêa; Mateus Augusto Coelho Queiroz Pinto; Matheus Batista Damasceno; Matheus Henrique de Castro Santana; Matheus Marques Cordeiro; Matheus Pinto da Silva; Matheus Ribeiro Moreira; Matheus da Silveira Fernandes; Mauricio Artur dos Santos Souza; Márcia Priscila Casimiro de Freitas.
Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

030.343/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Priscila Pereira de Lacerda; Priscila Stellet Pereira; Priscila Tavares França; Priscilla Batista Cunha Santos; Priscilla Freitas Martins Pereira; Priscilla Mesquita da Silva; Priscilla de Carvalho Brilhante; Priscilla de Souza Pinheiro; Queila Nazaré Mendes de Oliveira; Rafael Alexandre dos Santos; Rafael Azevedo Leitão; Rafael Rodrigues Bernardo; Rafael Ueslei Santos Silva; Rafaela de Souza Marriel; Rafaelly dos Santos Lima da Silva; Raiane Márcia Lêdo Lima; Raiane Soares Pereira; Raiane de Andrade Reis; Ramon Luiz Duarte Lettré; Ranieli Barbosa de Souza; Raphael Moraes Vale Simith; Raphael Nunes da Silva; Raphael Oliveira Sena; Raphael Schetino de Souza; Raphael da Cruz Vance; Raquel Glória Lopes de Albuquerque; Raquel Perrota Pioli Anjo; Raquel dos Santos Nascimento; Rayana Bruna da Silva; Rayana da Silva Rangel; Rayane Marcelina Monteiro; Rayane Pereira dos Santos; Rayani Germano Veniali; Rayani Nogueira Vieira; Rayanne Santos da Silveira; Renan Moreira dos Santos; Renata Ruas de Oliveira Sampaio; Renata de Oliveira Moura Corrêa; Renato Ribeiro Martins de Jesus; Ricardo Pereira Ramos Junior; Richard Alexandre Garcia da Silva; Rildo Cardoso Matsuda; Roberta dos Santos Silva; Rodrigo Albuquerque Marques Pinto; Rodrigo Almeida dos Santos; Rodrigo Augusto da Costa Monteiro; Rodrigo Fernandes de Mello; Rodrigo Jamar Sant'anna; Rodrigo Santos Chagas; Roger Luiz Firmino.
Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

030.345/2014-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thaiane Silva Abreu; Thailan Cristina Marques da Silva; Thainara Cristiane Grangeia Dias; Thainá Castro Gomes; Thais Mota Batista Teixeira; Thais Ramos Negreiro; Thaiza da Silva e Silva; Thaizar Albuquerque dos Santos; Thaize Raphaella Chaves da Silva; Thalita Albuquerque de Paiva; Thamara Cardoso Barbosa; Thamiris Carneiro Nunes; Thamiris de Oliveira Santos; Thamyres Morais da Silva; Thayane Barbosa Ferreira; Thayara Ferreira de Oliveira; Thays Pereira da Silva; Thayssa Corrêa de Oliveira; Thaís Batista Queiroz Martins; Thaís Moreira de Matos; Thaís de Cristo Menezes; Thiago Santos Lemos; Thiago Wichan Loureiro; Thiago da Rocha Teixeira; Thuane da Silva Eusébio; Tiago Martins Mesquita; Ueliton Cassio Neto Silva; Ursula Ohana da Silva Alves; Valber Bomfim Vazes; Valeria da Silva; Valessa Brito de Jesus Singelo de Albuquerque; Valquíria Santiago de Moraes; Valterdan Guilhermino de Campos Filho; Valéria Manuella Silva de Carvalho; Vanessa Guimarães da Silva; Vanessa Martins Costa de Oliveira; Vanessa Mesquita Vera Cruz; Vanessa Ramos Costa; Vanessa Santos Silva de Souza; Vanessa Silveira Costa da Silva; Vanessa de Freitas Paiva; Vera Lucia Dionisio Barbosa Silva; Verônica Cristina Alves da Silva Vieira; Verônica Fortes Brantt Martins; Vinicius Farias Gonçalves dos Santos; Vinicius Gevergi de Andrade; Vinicius Luiz Alves; Vinícius Braga Veiga Ribeiro; Vinícius Leal de Oliveira; Vinícius de Assis Bastos.
Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

030.357/2014-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Batista da Silva Nascimento; Alessandra Gouveia da Silva; Alisson Fernando dos Santos Romeiro; Bruno da Silva Santos; Erika Leticia Paulo de Almeida; Evandro Santa Ana; Hudson Matheus Silveira da Silva; Ian Bortolotti Gomes; Jairo de Almeida Silva; Jean Cleber Pessanha dos Santos; Jefferson Neves Pereira; Jhonatan Seilhe Sobral; Karynne Airam; Marizete de Paula Santos da Silva; Mauricio Mecier dos Santos; Pablo Rosa de Menezes; Rafael Aquino de Mesquita; Rafael Coutinho Pinto; Renan Moura de Oliveira; Roberto Cardoso Costa; Rodrigo Campos; Ronaldo Silva Ferreira; Thiago da Silva Amaral; Tob Rodrigues de Albuquerque.
Unidade: Empresa Gerencial de Projetos Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

030.655/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alderino Jose Barros de Seixas; Ana Celia Souza da Silva; Antonio Ferreira dos Reis; Antonio Francisco Lima Bastos; Carlos Alberto Pio; Carlos Antonio Soares; Carlos Fernando Nobre Ferreira; Cleide Pires Barreto; Dalvanir Augusta de Assis Franco; Emirene Fonseca dos Santos; Francisco Bento de Araujo; Francisco Jonathas Macedo Brandão; Gilson Nascimento da Cunha; Gracinda Ferreira Lima de Araujo; Humberto Joaquim de Morais; Ivanita Brandão; Jair Barreto dos Santos; Jehovana Stemler de Oliveira; Jose Azambuja Santana dos Anjos; Juarez Ferreira de Aquino.
Unidade: Controladoria-Geral da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

030.658/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Varluce Ferreira Ramalho; Vera Lucia Diniz do Nascimento Dantas; Vilma Rocha da Silveira; Virginia Aparecida de Morais; Waldilea Soares Rodrigues; Zeni Maria Rodrigues Kapp; Zita Maria Porto Fiuza; Zuleide Souza Rocha.
Unidade: Controladoria-geral da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

030.690/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Deise Moura Ferreira Amorim; Elzi Rejane Abrahão da Silva.
Unidade: Caixa de Construção de Casas Para o Pessoal da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

030.795/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Nilton Vasconcellos Pereira; Octaviano Manoel dos Santos Filho; Paulino Coelho dos Santos; Paulo Mathias da Costa; Paulo Roberto Marins; Pedro Franco; Pedro Luiz Gonçalves Leonardo; Roberto Ferreira Tardelli; Sergio Luis Raposo; Solange Tostes; Valdenir de Oliveira; Waldyr Henrique de Lima Rocha.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

030.838/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Elisabeth da Silva Santos; Lindalva Viana Machado; Maria Jose Silva.
Unidade: Hospital das Forças Armadas.
Advogado constituído nos autos: não há.

030.950/2014-7
Natureza: Representação
Representante: Emannuel da Cunha Santos Aroso Neto, Prefeito.
Unidade: Município de Alto Alegre do Maranhão/MA.
Advogado constituído nos autos: Carlos José Luna dos Santos Pinheiro (OAB/MA 7.452)

031.032/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Alberto de Alcântara; João Luiz Silva; Omar Campos Telles.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.034/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Edite Naponuceno das Neves; Gilberto Teles Coutinho; Maria do Céu Aquino de Almeida.
Unidade: Ministério da Defesa.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.081/2014-2
Natureza: Reforma
Interessados: Ademar de Barros Ferreira; Agnaldo José Dias; Alberto Antonio de Souza; Alicio Ferreira; Altomir de Sousa Cunha; Angelo Zacarias; Antonio Fernandes dos Santos; Antonio Gomes das Neves; Antonio Gurgel de Carvalho; Antonio de Almeida.
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.087/2014-0
Natureza: Reforma
Interessados: Joemar Siqueira Gama; Jorge Augusto Marques; Jorge Carlos Nascimento da Silva; Jorge José Gomes de Sant'anna e Silva; José Carlos da Paixão; José Carlos da Rocha Alves; José Cláudio Amaral de Oliveira; José Eustáquio da Silva Filho; José Guilherme Turano Bastos Ferreira; José Henrique de Menezes.
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.088/2014-7
Natureza: Reforma
Interessados: José Hugo da Silva Carvalho; José Marcos de Macedo; José Mauricio Batista da Silva; José Menezes de Castro; José Roberto da Silva; Lucival Rodrigues de Souza Santos; Luiz Carlos Aguiar Siqueira; Luiz Figueiredo Filho; Manoel Joaquim Seixas Pinheiro; Mario Angelo Lyra Nevares.
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.089/2014-3
Natureza: Reforma
Interessados: Mario Sandoval; Mauricio Jorge Rodrigues dos Santos; Milton Paiva da Silva; Monasés Rafael; Neemias Marques Vianna; Orlando Cid Almeida Tocantins; Osmar de Oliveira Lima; Osvaldo Honório dos Santos; Paulo Bartolo Espindola; Paulo Carvalho Ali.
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.091/2014-8
Natureza: Reforma
Interessados: Sebastião Lemes da Cunha; Tabajara da Rocha Galvão.
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

031.173/2014-4
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Adair Patrocinio Laurindo; Adaneuza Pamplona Coelho; Dalva Hermann Fernandes da Cruz; Isa Magalhães Mendes da Silva; Maria da Gloria Pamplona; Patricia Ursula Chaves Pinheiro Coutinho; Paulina Geraldina da Conceição Laranja; Rosangela Cristina Santos Batista; Rosangela Torres de Moura; Severina da Silva Oliveira; Solivan Cristina Chaves Pinheiro da Silva; Zilda dos Santos Borges.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.181/2014-7
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Altidema Augusta Balmant Trindade; Danielle da Silva Matos; Elide Maria Alves; Juan Barberá Filho; Karla Veronicados Reis Medeiros; Leonor Marmo Fernandes; Maria Helena Baptista da Silva; Maria Helena dos Santos Costa; Maria Josefa Conceição Alves; Maria da Graça Crispim; Sandra Lúcia Capistrano Morato; Valéria da Silva Lemos.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.182/2014-3
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Adriana Rangel Silva Besada; Andressa Souza Fonseca; Anna Maria Sarmento da Silva; Aracy Angelim da Costa; Bruna Filgueiras Santos Fonseca; Carina Velasco dos Santos; Elson Jacinto Nascimento de Oliveira; Elson Jacinto Nascimento de Oliveira; Fátima Cristina Barroso Evangelista; Gracie Maria Nascimento Moreira; Graça Maria Nascimento de Oliveira; Jaciane Aguiar de Oliveira; Jaciele Aguiar de Oliveira; Jacielma Aguiar de Oliveira; Jacira de Aguiar; Magda Martins Poeta; Maria do Carmo dos Santos Marques; Marinalva Santana Beldel; Patricia Rangel da Silva; Rosalia Rangel da Silva Barreto.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.200/2014-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan Silva Bispo; Alexandre Barbosa Cavalcanti; Amarildo Vieira Soares; Ana Carolina Lucas dos Santos de Albuquerque; Ana Carolina Soares de Amorim; Daniel Ramos Araujo; David Alves de Souza; Edilon Rodrigues dos Santos; Elionar Araujo Gonçalves; Erley Ramos Rocha; Fabiana Yuka Fujimoto; Fabiola Braga Riquero; Fabricio Ribeiro Matos; Fernanda Emmerick Neves; Flavio Teixeira da Silva Morais; Gabriel Conte Correa; Gizelle de Jesus Silva Nobrega; Igor Vinicius Silva Pirola; Iuri Bauler Pereira; Ivan Kooiti Camargo Nakamura.
Unidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.201/2014-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jackeline Souza Natividade John; Jair Luiz da Silva Junior; Jefferson Parreira dos Santos; Jessica Moura Lopes Viana; Joao Augusto Cordeiro Junior; Joao Batista Pereira; Joyce de Carvalho Vieira; Kleber dos Santos Brandao; Lais Silva de Mello; Leonardo Portilho Fernandes de Oliveira; Luciano Franco de Sa Junior; Luiz Antonio da Silva; Lumi Kihara; Marcella Cunha Barros; Marcia Carvalho Junqueira; Marcio Amendola de Oliveira; Marcio Moura de Castro; Mariana Teixeira Vieira; Mariana de Carvalho Ferreira; Marlon Neville Fernandes dos Santos.
Unidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.256/2014-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Kleiton de Mello Romão.
Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.694/2014-4
Natureza: Reforma
Interessado: Paulo Alves da Nóbrega.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.746/2014-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Claudete Novaes Pereira da Silva; Ivone da Silva Maione; Izaura Rocha de Oliveira; Maria Celia Valois Gonçalves; Maria de Lourdes Oliveira dos Santos; Marisa Rosa Cristovão da Silva; Marlene de Assis Lacerda Marinho; Neusa da Conceição Nunes Gomes; Walkiria Dantas Targino.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.815/2014-6
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Denize Dornelles Dantas; Geni Maria dos Santos; Lucia Rebecchi Denys Pereira; Maria das Dores Gondim Santos; Zilda Pereira Carriço.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.944/2014-0
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público Militar - 2º Ofício da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro.
Unidade: Centro de Instrução Almirante Wandenkolk - CIAW.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.994/2014-8
Natureza: Reforma
Interessados: Abilio Alves de Almeida; Aderson Dantas de Oliveira; Alexandre Bispo Filho; Andrelino de Araujo Rodrigues; Angelo da Silva; Antonio Carlos Ribeiro Gaspar; Antonio Henrique Lins; Antonio Marcelino de Medeiros; Antonio da Silva Vilaça; Antonio de Pádua Melão.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.995/2014-4
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Vieira Amaral; Arnaldo Rodrigues de Souza; Ary Bentes Tavares; Benedito da Graça Oliveira; Carlos Alberto Moreira Maia; Cesar Roberto dos Santos Marrocos; Claudio Nazário da Silva; Delmario Reis dos Santos; Dinelson de Oliveira; Edmilson Nazian da Costa.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.996/2014-0
Natureza: Reforma
Interessados: Edson dos Santos Gonçalves; Elson da Silva Pereira; Erasmo Carlos de Santana; Evandro Cantalego Bastos; Florisvaldo Pereira Silva; Francisco Alberto da Silva; Francisco Aronax Almeida e Silva; Francisco Jurandi de Oliveira; Genildo Silva; George de Oliveira.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.998/2014-3
Natureza: Reforma
Interessados: Jose Augusto Pinheiro; Jose Barbosa da Silva; Jose Ricardo Teixeira Martins; Jose da Silva Leal; José Raimundo Borges Ribeiro; José de Almeida Nunes; Lucidio Leodovino de Arruda; Lucivaldo Garcia dos Santos; Luis Marcus Freire Avelar; Luiz Carlos de Souza Soares.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

032.081/2014-6
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Adriana Lopes dos Santos; Adriana de Araujo Larangeira; Andréa Larangeira Abdalla; Cleide Lopes dos Santos Estephanin; Elisabeth dos Santos Tavares; Estelita Oliveira dos Santos; Fatima Regina de Farias; Geiza Guimarães; Isa Luz Lima; Joana D`arc dos Santos Xavier Gil; Margareth dos Santos Gil; Maria Anita Lima de Oliveira de Figueiredo; Maria Dolores de Lima Cosmo; Maria Ledice Pereira Gouveia; Maria das Dores Barros da Silva; Márcia Angélica Santos Barbosa Pinheiro; Natasha Sales do Nascimento; Regina Lucia de Araujo Moreira; Renata Basilio de Farias.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

032.085/2014-1
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Eldarez de Vasconcelos Cavalcante Figueiredo da Silva; Eldnarez de Vasconcelos Cavalcante Ramos; Elzarez Cavalcante da Rocha; Juarita Giordano Cavalcante; Leda Cristina Santos Oliveira Utumi; Leda Cristina Santos Oliveira Utumi; Leila Cristina Santos Oliveira das Chagas; Licia Cristina Santos Oliveira Padua; Ligia Cristina Santos Oliveira Notorio; Lilian Cristina Santos Oliveira Reis.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

032.201/2014-1
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Edinéte Silveira Sobrinho; Iracema Tavares da Cunha.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

032.319/2014-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Gervita Maria Santana Borges.
Unidade: Tribunal de Contas da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

032.349/2011-4
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2010
Responsáveis: Adriana Mendes Oliveira de Castro; Antônio Carlos Alff; Antônio Flávio Salgado; Antônio Vicente dos Santos; Caio Cezar Bonilha Rodrigues; Carlos Alberto Afonso; Cezar Santos Alvarez; Demi Getschko; Denis Sant Anna Barros; Fatima Maria Carleial Cavaleiro; Geraldo Jair Vieira Segatto; Jorge da Motta e Silva; Loreni Fracasso Foresti; Lorival Souza da Silva; Manoel Elias Moreira; Rafael Rodrigues Alves da Rocha; Roberto Pinto Martins; Rogério Santanna dos Santos; Ronaldo Dutra de Araújo.
Recorrentes: Telecomunicações Brasileiras S.A.; Agência Nacional de Telecomunicações.
Unidade: Telecomunicações Brasileiras S.A.
Advogado constituído nos autos: Diego Vasconcelos Costa (OAB/DF 32339)

033.010/2014-5
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Daniele El-jaick Bentes de Souza Chenu; Irene Gonçalves Reis Croes; Jorgete Cardoso da Silva; Maria Ivonete Batista; Maria Joseleide da Rocha; Maria das Graças Rocha Cardoso; Maria de Fátima Xavier Berutti; Martha Calil Freitas e Alvarez; Mercedes Calil Freitas e Alvarez; Olinda Margarida Teixeira; Waldira Lima da Conceição.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

033.014/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Suzana de Andrade Chaves.
Unidade: Advocacia-Geral da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

033.413/2014-2
Natureza: Representação
Unidade: Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR).
Representante: Defender Conservação e Limpeza Ltda.
Advogado constituído nos autos: não há.

033.565/2014-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aderson de Lima Calazans; Alexandre Marques Bento; Ana Cecilia Boaventura Reyes; Antonia Rafaela Benevides Pinto; Bruno Nardelli Maranhao; Cintia Aparecida de Nadai Schunk; Clara Ferreira Cerqueira Pinto; Danielle Oliveira Andrade; Danielle Pascoal Soares Eller; Denis de Queiroz Braz; Diego Rodrigues da Silveira; Eduardo Pacheco Cruz Silva; Eduardo Pio da Silva; Fernando Maeda da Silva; Flavio Sergio Gomes de Morais; Gustavo Sena de Lima; Gustavo Teixeira Soares; Jean Ricardo Schmidt; Joao Carlos Cherini; Joao Carlos Rezende Noronha.
Unidade: Agência Nacional de Aviação Civil.
Advogado constituído nos autos: não há.

033.566/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Humberto Borges Junior; Leandro Santos Grapiuna; Lucienne Soares Tavares; Marcela Braga Anselmi; Marcelo Augusto Curado Fleury Teixeira; Marcos Paulo dos Santos; Marilia Nunes Fernandes; Mauro Sergio do Vabo Motta Junior; Milton Teixeira de Lima; Pedro de Alcantara Silva; Rodrigo Epaminondas da Silva.
Unidade: Agência Nacional de Aviação Civil.
Advogado constituído nos autos: não há.

033.608/2014-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claudio Leite de Carvalho; Mariana Silva de Sousa.
Unidade: Empresa Gerencial de Projetos Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

033.743/2014-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Leonardo Moulin Penido de Oliveira.
Unidade: Advocacia-geral da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

033.756/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Tereza Maranhão de Oliveira; Zacarias Vitorino Baião.
Unidade: Controladoria-geral da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

033.810/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alice Marlene dos Santos; Amaro Sebastião Concebida Filho; Antonio Alves de Britto Filho; Cleber Bastos; Eliane Cotrim Amaral; Elisabete Santana Melo; José Aprigio da Silva; José Bento da Silva; Luiz Carlos Ferreira Antunes; Magno Jaques Alves Galvão.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

033.812/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Valter Aniceto Dias; Vilma de Sousa Oliveira.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

033.861/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Carolina Cavalcante Neves; Elodi Fatima Antunes da Silva; Joaquim Mansueto Moreira; Lucia Carmen Teixeira Gonçalves; Maria Cristina Souza de Lima; Mariza Bellorio; Natan Antonio de Souza; Nicildo Rodrigues da Silva; Raquel Pereira de Brito; Revalino de Sousa Maia.
Unidade: Advocacia-geral da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

033.862/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Silvino Everton Diniz Soares.
Unidade: Advocacia-Geral da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

033.881/2014-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Raimundo Isaias Cantanhede e Silvia Dias Cerdeira.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

033.908/2014-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonio Bruno da Silva; Clovis Pinto Ferreira; Gisele Mendonça Américo; Gleison Mendonça Américo; Joana Alves D'almeida; Maria Celia Pinheiro dos Santos; Maria Ferreira Santos; Maria Zuila Santos de Oliveira; Nadir Cristina Mendonça Américo; Neusa Silva da Rocha; Oneide Lira da Silva; Vera Lucia de Almeida Albuquerque.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

033.909/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria de Jesus Rabelo da Cunha; Nazaré Gomes de Moraes; Rosita dos Santos.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

033.916/2014-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Corina Garonce Dias Ferreira.
Unidade: Hospital das Forças Armadas.
Advogado constituído nos autos: não há.

033.957/2014-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antônio Luís Gomes Silva; Eliane de Araújo Silva; Eucenira Angelo Rocha; Geiza Gomes Silva; Ivone Gabriela Vieira Lima; Maria Joana Ribeiro Campos; Maria José Leandro Vieira; Rosa Maria de Souza Tenorio; Valdete Conceição da Silva; Vera Lucia Souza de Abreu.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

033.981/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Meira Campos; Arthur Oliveira Souza Junior; Bruno Bastos Neves; Cassia Vita de Avila; Charles Lopes Alves Barreto; Daniel Perfeito Hesketh; Dinamares Reimao Cardona; Jeann Fabricio Bezerra de Melo; Joao Paulo Soares Coelho; Leandro da Rocha Moreira; Maria de Fatima Veloso Cantanhede; Patricia Gomes de Lima; Regis Levino de Oliveira; Thais Cavalcanti de Melo.
Unidade: Agência Nacional de Aviação Civil.
Advogado constituído nos autos: não há.

033.997/2014-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Giliarde José da Costa; Rosilene Honoria Silva; Vandercleison Souza das Virgens.
Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

034.097/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Abel Arthur Arno Roeder; José Machado; Plácido Rocha.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

034.230/2014-9
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Abigail Maria Guimaraes; Ana Maria Vieira; Dejanira da Silva Alexandre; Gilda Santos de Almeida; Lydia Nascimento dos Santos; Maria Luiza Gomes Bittencourt; Maria da Conceição Garcia Soares; Maria de Lourdes Teixeira Sampaio; Neuza Gonçalves Nunes; Vera Lucia de Mendonça Souza; Werley Coutinho Bittencourt.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

034.231/2014-5
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Norma Sampaio de Mello.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

034.251/2014-6
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Aimee Villares Lima de Brito; Alexsandra de Moura Rocha; Amanda de Moura Rocha; Ana Lúcia de Moura Rocha; Antonio Raimundo Campos de Oliveira; Denise Gomes Santos; Edileia Carvalho Batista; Edinair Batista Teixeira; Edineia Maria Batista Ramos; Edma Carvalho Batista; Edna Maria Batista Leite; Ednamar Batista Monteiro; Elda Maria Batista; Elza Carvalho Batista dos Santos; Helga Kretzschmar de Magalhães; Iana Cristina Adour dos Santos; Jacy Medina dos Santos; Joana D'arc de Moura Rocha; Jucy Aparecida Neiva de Magalhães; Lilia Marcia Theodoro de Brito; Lilian Barbara Vieira de Mello Affonso; Luciana Gomes Santos; Maria José de Moura Rocha; Maria Lucia Moraes Lehwing; Marta Verônica Campos de Oliveira; Martina da Encarnação Oliveira; Sandra Maria Conceição Campos de Oliveira; Semiramis Kuellez Oliveira de Jesus; Solange Gomes Santos; Tânia Regina Adour dos Santos; Wanda Barros de Vasconcellos.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

034.254/2014-5
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Leopoldina Barbosa Guedes; Maria Socorro Araujo Correia.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

034.304/2014-2
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessada: Eliete Maria da Conceição Silva.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

034.309/2014-4
Natureza: Reforma
Interessados: Ataide Bazílio do Nascimento; Bismarck Gomes Souza; Braz Domingos Milhorance; Carlos Alberto Ferreira dos Santos; Carlos Augusto da Silva Santos; Clovis Batista dos Santos; David da Conceição Martins; Douradames Bernardino da Silva; Dulcemar Pereira Araújo; Décio da Silva Ferreira.
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

034.310/2014-2
Natureza: Reforma
Interessados: Edilson Lopes Araújo; Edmar Dantas Bastos; Edvaldo Amado da Fonseca Filho; Elcival Mendes Luiz; Fernando Celso Gonçalves Pio; Francisco Cândido Pereira; Francisco Euqueres Leite; Francisco Gouvêa Paiva; Francisco Pereira de Lucena; Genildo Batista de Oliveira.
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

034.314/2014-8
Natureza: Reforma
Interessados: Reginaldo Dionisio Santos; Reginaldo Felipe Nery; Ricardo Abbate; Roberto Menezes de Oliveira; Roberval de Arruda Ferreira; Rufon José Mendes; Samuel Olimpio Pereira; Severino Ribeiro da Silva; Ubiraci José dos Santos; Ubirajara do Nascimento Rocha.
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

034.315/2014-4
Natureza: Reforma
Interessados: Ubirajara Santos Andrade Figueredo; Usiel de Sousa; Valdenir Santos da Costa Reis; Vitor Carlos Villa Forte Gomes da Silva; Walcy Borges; Walter Tecídio Junior; William Lemos Nobrega; William dos Santos.
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

034.329/2014-5
Natureza: Reforma
Interessados: Alberto Carvalho de Souza; Alcino Duarte de Carvalho; Aldo José Ramos da Silva; Amaro Luiz da Silva Leonardo; André Luiz Menezes da Silva; Antonio Carlos Nunes da Silva; Antonio Rodrigues Ventura; Antônio Haroldo Fernandes Pinto; Carlos Henrique da Silva; Carlos da Conceição.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

034.330/2014-3
Natureza: Reforma
Interessados: Carlos Santos de Oliveira; Celso Wandemberg; Charles Wiliam dos Santos; Claudio Rodrigues Cruz; Claudio de Souza; Clodoaldo Ferreira Moura; Clovis Pereira do Amaral; Dorival Ferreira Silva; Dorivan Batista; Edson Bernardo Silva Costa.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

034.333/2014-2
Natureza: Reforma
Interessados: Josuél Pedra da Silva; José Jorge Francino da Silva; José Luiz Ventura da Silva; José Mota de Alencar Filho; José Raimundo Lima de Abreu; José Sebastião Aquino dos Santos; José Silvestre de Lima; Juarez Gonçalves Bezerra; Laercio de Oliveira Lopes; Loreto Torres Coronel.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

034.334/2014-9
Natureza: Reforma
Interessados: Luiz Carlos Rodrigues de Souza; Luiz Carlos Rufino da Silva; Manoel José do Rosário Maia; Marcos Antonio Vieira Pereira; Marcos Aurelio de Albuquerque Marques; Misael Barbosa da Silva; Onilson Vitorio; Paulo Antonio da Silva; Paulo Gustavo de Oliveira; Paulo Sérgio Dias.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

034.335/2014-5
Natureza: Reforma
Interessados: Pedro José Altoé Neto; Pedro Lima de Aguiar; Pedro Luiz Jerônimo Borges; Pedro Santos Cruz; Raimundo Nonato Silva; Ramão Pereira de Oliveira; Reginaldo Baptista Souza; Reginaldo da Rosa Pereira; Reinaldo Barbosa de Oliveira; Roberto Gomes de Figueiredo.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

041.244/2012-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Elson de Souza Montes.
Unidade: município de Buritis/RO.
Advogado constituído nos autos: não há.

043.374/2012-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: município de Tanguá/RJ.
Unidade: município de Tanguá/RJ.
Advogado constituído nos autos: não há.

Ministro VITAL DO RÊGO

005.982/2010-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alessandra Bezerra Carvalho Pereira; Antonieta de Almeida Marinho; Maria Edleuza dos Santos; Neuza Maria Sales dos Santos; Paulo Henrique Bezerra Carvalho Pereira; Regina Célia Santos de Azevedo.
Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.
Advogado constituído nos autos: não há.

013.205/2011-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Odete de Araujo Melo.
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/MEC).
Advogado constituído nos autos: não há.

019.213/2014-0
Natureza: Prestação de Contas (Exercício: 2013)
Responsáveis: Ana Beatriz Lisboa; Marco Aurélio Milken Tosta; Alexandre Silva Rampazzo.
Órgão: Coordenação Regional da Funai de Campo Grande/MS.
Advogado constituído nos autos: não há.

019.697/2011-2
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Ivan Lopes Júnior
Entidade: Prefeitura Municipal de Assu/RN.
Advogado constituído nos autos: não há.

020.955/2010-3
Natureza: Prestação de Contas (Exercício: 2009)
Responsáveis: Ademaldo Marques das Neves; Aldina Emília da Silva Ramos; Ângela Maria da Silva Jardim; Antônio David; CHC Táxi Aéreo Ltda.; Dirce Moura de Amorim; Evanice Camargo Cardoso; Helvio Francer de Moraes; João Filomeno de Andrade; Lauriel Francisco da Silva; Lourinilce Tadeu Barros Ferreira; Luisa Silva Campos; Lurdes Fernandes Rosa; Marco Antônio Stangherlin; Maria Inez Rieira; MJB Comércio de Equipamentos Eletrônicos e Gestão de Pessoal Ltda.; Nilton Gonçalves de Miranda; Raul Dias de Moura; Rosivaldo Clementino da Luz; Violeta Maria da Silva.
Entidade: Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde em Mato Grosso - (Core/Funasa/MT), atual Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso (Suest/MS)
Advogado constituído nos autos: Adilio Henrique da Costa (OAB 26.651/DF); Antônio Carlos de Souza (OAB 3.608-B/MT); Gilmar Viana Mourato (OAB 30.584/GO); João Batista dos Anjos (OAB 6.658/MT); Melchior Fülber Caumo (OAB 9.918/MT); Márcio Rogério Paris (OAB 7.526/MT); e Rosangela Piva Mourato (OAB 12.504/MT).

022.279/2013-0
Natureza: Prestação de Contas (Exercício: 2012)
Responsáveis: Antônio Lídio de Mattos Zambon; Carmen Isabel Gatto; Cláudia Pereira Dutra; Cláudia Veloso Torres do Amaral; Clélia Brandão Alvarenga Craveiro; Erika Pisaneschi; Fábio Meirelles Hardman de Castro; Joiran Medeiros da Silva; José Vicente de Freitas; Macaé Maria Evaristo dos Santos; Martinha Clarete Dutra dos Santos; Mauro José da Silva; Viviane Fernandes Faria; Walter Borges dos Santos Filho.
Órgão: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC).
Advogado constituído nos autos: não há.

027.726/2011-8
Natureza: Prestação de Contas (Exercício: 2010)
Responsáveis: Carlos Frederico Vergné de Carvalho; Carlos Luiz Barroso Júnior; Faustino Barbosa Lins Filho; Flávio Pereira Nunes; Francisco Danilo Bastos Forte; José Raimundo Machado dos Santos; Patrícia Valeria Vaz Areal; Sheila da Silva Rezende; Valteir Lopes Pereira; Wanderley Guenka.
Entidade: Fundação Nacional de Saúde (Funasa/MS).
Advogado constituído nos autos: não há.

031.292/2011-9
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Entidade: Universidade Federal da Paraíba (UFPB/MEC).
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

032.566/2011-5
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Albertino de Souza Carvalho; Alexandra Maria Rosas Pereira da Silva Prado; Fundação Universidade Federal do Amazonas; Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões; Hedinaldo Narciso Lima; Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves; Maria do Perpétuo Socorro de Lima Verde Coelho; Márcia Perales Mendes Silva; Sheila Furtado Farias; Valdelário Farias Cordeiro.
Entidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas.
Advogado constituído nos autos: não há.

035.126/2012-4
Natureza: Prestação de Contas (Exercício: 2011)
Responsáveis: Márcia Perales Mendes Silva, Albertino de Souza Carvalho, Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda, Valdelário Farias Cordeiro, Rosana Cristina Pereira Parente, Selma Suely Baçal de Oliveira, Cícero Augusto Mota Cavalcante, Maria Hermengarda de Oliveira Junqueira, Maria Hercília Tribuzy de Magalhães Cordeiro, José Nasser, João Francisco Beckman Moura, Francisco Benedito Gaspar de Melo, Lourivaldo Rodrigues de Souza.
Entidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas.
Advogado constituído nos autos: não há.

037.509/2012-8
Natureza: Prestação de Contas (Exercício: 2011)
Responsáveis: Antônio Carlos Ribeiro Garrido Iglesias; Asterio Kiyoshi Tanaka; Diogenes Pinheiro; José da Costa Filho; Luiz Pedro San Gil Jutuca; Malvina Tania Tuttman; Nuria Mendes Sanchez; Wanise Lins Guanabara.
Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio/MEC).
Advogado constituído nos autos: não há.

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

000.265/2014-4
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE/PE.
Órgão/Entidade: Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco - Sara/PE.
Advogado constituído nos autos: não há.

001.506/2014-5
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Elisabete dos Santos Barros.
Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

008.866/2005-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Margarida de Castro Chagas; Ary Abreu dos Santos; Dilce Maria Herdy; Dulce Maria Wellisch Rebecchi; Francisco Monken; Gleds Costa Ribeiro da Fonseca; Gleice Rockert; Hilvia Lopes da Cruz Vaz; Isabel dos Santos Silva Ribeiro Pereira; Jorginete Rattes Peralta; José Carlos de Figueiredo Fernandes; Julieta de Moura Palha; Maria Alice Lago Cansanção; Maria Eliane de França; Maria José Cerqueira; Natia Maria Campos Perna; Neuza Terezinha Schaustz; Sandra Moreira Martins; Sueli Geraldes Ferreira e Silva; Vera Lúcia Pinheiro dos Santos; Veronica de Oliveira Santos.
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/RJ.
Advogado constituído nos autos: não há.

008.897/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Geraldo Medeiros de Freitas; Lillian Alcoba Ruiz.
Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

009.909/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Antonio Sousa Martins Filho.
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Caroebe/RR.
Advogado constituído nos autos: não há.

011.144/2012-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Joelma de Morais Santos, Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Amapá.
Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Amapá - SRTE/AP.
Advogado constituído nos autos: não há.

014.498/2008-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Roberto Gonçalves Alves.
Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF.
Advogado constituído nos autos: não há.

016.159/2013-6
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Jessy Alves Pinheiro; Leila Gama Camara.
Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

023.960/2007-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Albert Cardoso Figueiredo; Almira Martins Alves Onofre; Anadilce Borba de Bettio; Andreza Cristina Barbosa de Souza; Bruno Cesar Gallina de Rezende; Celeste Rezende; Danielle Moreira Barbosa; Edna Morbeck do Nascimento; Elizabete Moreira Barbosa; Esthefany Bianca Santana Soares; Fernando de Bettio; Giulia Louize Camargo; Ivamar Reis Soares; Josefa Cardoso Figueiredo; Juamira de Jesus Francisco; Leonardo Jose Silva de Oliveira; Luiz Matheus Silva de Oliveira; Luiza Maria Alves Nunes; Maria de Fatima Melo Oliveira; Maria de Jesus Guedes Bandeira; Mariluce Lúcio Cavalcante; Sebastiana Deize de Oliveira; Yolanda da Rosa Thomaz.
Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF.
Advogado constituído nos autos: não há.

027.186/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Barbara Farias de Araújo; Gloria Garcia Pinto; Humberto Amorim de Jesus; Lucena Vasconcellos Gitirana Guimarães; Maria Julia Barrozo Wenderosck; Maria de Lourdes; Nadyr Cardia da Graça; Pâmela Cristina da Silva; Talita Silva Gomes; Tatiane Helena de Jesus.
Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

027.259/2014-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alzira Simões Furtado; Amilta do Nascimento Silva; Carlos Damasio Muniz; Elço Damasio Muniz; Hilda Damasio; Luciana Damasio Muniz.
Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

027.266/2014-1
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Anna Maria Machado Coelho e Eva Machado Dini.
Órgão/Entidade: Terceira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

029.015/2014-6
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Jurema Ramos Cardoso; Lucia Lenita da Silva Cavalcanti Florencio; Lucia Maria da Silva Pereira Simermann; Magali Hoefel Lau Cardoso; Marcella Macedo Cavalcanti; Maria Adely de Almeida Violante; Maria Angelica Carvalho de Almeida; Maria Auxiliadora Carvalho de Almeida; Maria Lenice Carvalho de Almeida; Maria Leonor Carvalho de Almeida; Maria Leticia Carvalho de Almeida; Marlene Thomaz Faria; Marly Baeta Ribeiro Cavalcanti; Marylene Lau de Lucena; Neyde Duarte Carneiro Monteiro; Suely de Andrade Tocantins.
Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

029.016/2014-2
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Adriana Maria Pessanha Pereira; Anaysa Maria Pereira Siqueira; Gilza Lyra Monsores Jatoba; Gilzete Lyra Monsores Monteiro; Giselle Lyra Monsores Domingues Gonçalves; Helena Roubaud Batalha; Ina Mariano da Silva; Isa Mariano Macedo; Ivany Mariano Silva; Marcia dos Santos Lapa; Monica dos Santos Lapa; Orlanda Leite Vieira; Simone Lopes Correa; Wilna Alves dos Santos; Yacy Luiza Alves Albuquerque.
Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

029.022/2014-2
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Maria Reis Schreider; Daniela Cristina Novais de Souza Farias; Eliane Navarro Lins de Morais; Igna Maria Lins Rodrigues; Juliana Toledo Navarro Lins; Léa Penna Eberle; Maria Helena Reis Silvino; Maria José Carvalho; Miriam Cristina Novais de Souza; Nellie Renault Adib; Rosane Helena de Abreu; Rossely Mara de Abreu; Waldemira Mesquita Cascelli.
Órgão/Entidade: Quarta Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

029.026/2014-8
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Adriana Hilario dos Santos Batista; Amanda Sulino da Silva; Ana Lucia Hilario dos Santos; Andely Pessoa Araujo; Edjane dos Santos Farias Dantas; Edneuza Euza dos Santos Farias; Estelita Leite da Silva; Jane Cleide Hilario Caminha; Juçara Ferreira Vieira; Loide Edneuza dos Santos Farias; Luisa da Silva Reis; Maria Aparecida Machado Gonçalves; Maria Aparecida da Costa Araujo; Maria Goreth de Araujo; Maria Veronica de Araujo Fagundes; Maria de Fatima Soares Araujo; Maria do Carmo Araujo Braga; Maria do Socorro Albuquerque Araujo; Maria do Socorro da Silva Reis; Nilma Acioman Hilario da Cunha; Rosilda Gonçalves da Costa; Rosinha Gonçalves da Costa; Rosita Gonçalves da Costa Bezerra; Terezinha Gonçalves da Costa; Walcemira da Silva Reis; Waldenira Reis Albuquerque; Walmira da Silva Reis; Wilma dos Reis Bonfim.
Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

030.502/2014-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Gianfranco Greco da Silva.
Órgão/Entidade: 6º Regimento de Cavalaria Blindado - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.052/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Mariza de Azevedo.
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.093/2014-0
Natureza: Reforma
Interessados: Alcebiades Moura da Silva; Alceu Estanganeli; Alcides Vieira Ibiapina; Alcindo Pericles Oliveira da Silva; Alcione Barbosa Pereira; Aldo José Amaro; Alessandro dos Santos; Alex Antonio Corrêa Soeiro Quintão; Alexandre Damião Franken Fiuza; Alexandre Gonçalves Duarte.
Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.095/2014-3
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Carlos Ribeiro Nunes; Antonio Marcelino da Silva; Antonio Miguel Athanázio; Antonio Rafael Sousa da Silva; Antonio Sidenei dos Santos; Antonio de Souza Peres; Antônio Ferreira Sobrinho; Aristides Nepomuceno; Arley Cabreira; Ary Gonçalves Guerra.
Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.103/2014-6
Natureza: Reforma
Interessados: Djalmo de Lima Conde e Edecenio Jaques.
Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.110/2014-2
Natureza: Reforma
Interessado: Etelvino Lise.
Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.111/2014-9
Natureza: Reforma
Interessado: Eterno Leonardo Moreira dos Santos.
Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.119/2014-0
Natureza: Reforma
Interessados: Geraldo Antonio da Silva e Geraldo de Magella.
Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.125/2014-0
Natureza: Reforma
Interessados: Irade Pacheco; Iren de Menezes Paim e Ismar Pereira Braga.
Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.142/2014-1
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Albertina Guerra Amaral; Ana Amelia Bandeira de Mello Rezende; Ana Claudia Aleixo da Victoria; Glaucia Regina Ferreira de Souza; Lucia Regina Ferreira de Souza; Luciane Oliveira Farias de Souza; Maracy Oliveira de Farias; Maria Beatriz Bandeira de Mello Lima; Maria Lucia Bandeira de Mello Tinoco; Mariayda Pereira Faria; Marivone Oliveira dos Santos; Olivia Motta Scisinio Dias; Patricia Paula de Souza Roque; Suzani Oliveira Farias; Tania Mara Oliveira de Farias; Tereza Deborah Maria Infante de Jesus Breves Beiler; Tereza Eugenia Maria Infante de Jesus Breves Beiler; Ycla Farias de Souza.
Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.149/2014-6
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Armia Soares de Oliveira Bhorer; Carolina Duarte Cabral; Lea Lopes de Oliveira; Luiza Maria Oliveira dos Santos; Margareth da Silva Catharino; Maria Cecilia Futuro Bittencourt; Maria Cristina Futuro Bittencourt; Naira Sandra Tavares Marinho; Natalia Duarte Cabral; Rosalina Fatima de Oliveira Barros; Rosangela Mendes de Oliveira; Roseli Antunes Soares.
Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

031.152/2014-7
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Andréa de Souza Pereira Leite; Angela de Souza Pereira; Araçari José Teixeira; Dalva de Oliveira Correa Brolezze; Elaine Cristina Salles da Silva; Eliana de Campos Rodrigues; Iacy José de Salles; Ignez Rodrigues da Silva; Iára Salles Farias; Marilene Oliveira de Paula Arruda; Márcia de Campos Rodrigues; Simone Regina Steinkirch de Souza; Tânia Mara Moss Souza Fraga; Érika Antunes Santa Cruz.
Órgão/Entidade: Segunda Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.159/2014-1
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Carla Adriana Machado Wachholz; Edila Gouveia de Mattos; Josefa Carvalho Bezerra; Neide Maria Pereira Vaz; Neusa Maria Pereira de Azevedo; Nilzete Pereira Vaz; Zuleica Terezinha Peres Moura.
Órgão/Entidade: Sexta Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.165/2014-1
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Aline Aparecida Santos Lima Ramos; Ana Luzia Domingues de Souza; Anatalia Rocha Martins; Claudia Cristina Echeverria; Delmira Oviedo Barbosa; Dilma Sutil Lima; Elizabeth Miranda Lima Dornelles; Elizabeth do Carmo Ribeiro Teixeira Valenzuela; Elvira Ferreira Rocha; Emilia Ferreira da Rocha; Eunice da Costa Rodrigues; Francisca Marileide da Silva; Iracy Pimenta Mariano; Iracy da Silva Pereira de Almeida; Jurema de Fatima Ribeiro Teixeira; Jussara das Graças Ribeiro Teixeira; Luciana Oviedo Ajala; Marinalva Patricio de Lima Domingues; Paulina Fuchs Oviedo; Ramona Oviedo; Suely Sanches Lima.
Órgão/Entidade: Nona Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.168/2014-0
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Aureli Alves Barbosa; Irany Ribeiro dos Santos; Maria Dalva Gomes da Silva Barbosa; Solange Bertin de Lacerda; Sonia Luzia de Assis.
Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.187/2014-5
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Aldeci Carvalho de São José; Aldenice Cousseiro de Carvalho Filha; Aldenice de Miranda Cousseiro; Lindinalva Vieira da Silva Carvalho; Lucimar da Anunciação Gomes; Margarida Martins S. Machado; Maria Geny Cruz Barbosa; Maria Lucia Valente Astolpho; Maria da Graça Fernandes dos Passos; Maria da Penha Santos Pereira; Neusa da Costa Plaisant; Rosane Land Botelho Machado; Rosemary Abreu Barbosa; Rosimar da Anunciação Cruz; Rozilda da Anunciação Cruz; Vera Maria Fernandes Ricciardi.
Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.188/2014-1
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Antonia Eva Oliveira de Lima; Aurélia Rebouças de Mendonça; Camila Coutinho Brito Torres; Cassia Valeria S. Mendes; Cinthia Coutinho Brito; Deise Marçal Mendes dos Reis; Denise de Jesus Marçal Mendes; Joana D'arc Rebouças de Mendonça Fontes; Lia Dalva Coelho da Silva; Marly Thurler Paes; Neusa Carvalho da Silva; Regina Celia Santos; Yara de Barros Cezar.
Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.713/2014-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Elisete Amaral dos Santos; Francisca Silva Moreira; Ilza Martins Pereira; Jayme Martinspereira; Luzia Botelho Benholiel Lopes da Silva; Maria Vicente Silva de Oliveira; Marlene Antunes Passagem; Onelia de Moura Neves; Zely Vieira de Oliveira.
Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.761/2014-3
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Dirce de Araujo Netto; Ilva Mendes; Maria Helena Santos da Paz; Maria Irabeny Barbosa Sansoni; Maria Izabel Santos da Paz; Maria Osvaldina Monteiro Nunes; Maria da Conceição de Oliveira Guedes; Maria da Gloria Nunes Soares; Neuza Morelli da Silva; Rachel Geraldina de Carvalho Carlos; Raimunda Edina da Silva.
Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.886/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ivaldo Medeiros Silva; Jaime Ribeiro Diniz; Jair Ponce Filho; Jairo Sousa Chaves; Janio Aires Rodrigues Junior; Jeremias dos Santos Souza; Jesiel Cardoso; Jhonatas Santin; Jhonathan Chellry Pereira; Joao Barbosa da Silva Neto.
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Advogado constituído nos autos: não há.

031.888/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jorge Silva dos Santos; Jose Almir de Jesus Santos; Jose Carlos Souza Rezende; Jose Hamilton da Silva Nunes; Jose Jorge de Arruda Costa; Jose Waldir de Souza; Juliano Pereira dos Santos; Juliano de Mello; Kelson Guedes de Souza; Klebsom Araujo Silva.
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Advogado constituído nos autos: não há.

033.634/2014-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Chuman Santana; Rafael Lopes de Paulo; Rafael Santos Souza; Raphael Felipe de Sales; Raphael Oliveira de Souto; Raphael da Silva Onofre; Rodrigo Almir Arakaki Hermelino; Rodrigo Lako; Rodrigo Pinheiro dos Santos; Rodrigo Silva da Costa; Samuel de Lima Coutinho; Sérgio Augusto Bolsok de Barros; Thiago Lima Alexandrino da Silva; Victor Borges do Nascimento; Victor Hugo Silva dos Santos; Vinícius Faffe da Costa; Vitor Bruno Saar Costa; Wallace Perestrelo; Washington Alves Silva Filho; Weslei Lucas Espindola.
Órgão/Entidade: 12º Grupo de Artilharia de Campanha - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

033.661/2014-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcio Henrique Sacramento Silva; Marineia Soares de Abreu; Mateus Alves de Oliveira; Olivia Marta Ribeiro da Silva; Renato Cesar Rodrigues da Motta; Ricardo Anunciação; Robson Oliveira Conrado.
Órgão/Entidade: Indústria de Material Bélico do Brasil - Imbel.
Advogado constituído nos autos: não há.

034.781/2014-5
Natureza: Representação
Representante: Valdeci José da Silva, Prefeito.
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Belém de Maria/PE.
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro AUGUSTO NARDES

023.221/2012-7
Natureza: Tomada de Contas Especial (convertida de Representação)
Unidade: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras/RJ - Hospital Eufrásia Teixeira Leite
Responsáveis: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras/RJ - Hospital Eufrásia Teixeira Leite; Odyr Virgílio de Oliveira; Renan Ribeiro de Jesus; Venon Ponto Legal Comercio e Serviços Ltda.
Advogado constituído nos autos: Arnaldo Pereira da Rocha, OAB/RJ 45010 (peças 14 e 37).

027.374/2008-5
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Unidade: Município de Maragogipe/BA.
Recorrente: Município de Maragogipe/BA.
Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS
Advogado constituído nos autos: Targino Machado Pedreira Neto (OAB/BA 26.199).

030.720/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Curitiba/PR - INSS/MPS
Interessados: Elizabeth Maria da Silva Gondin; Hildegard Maria Leitner; Maria Helena dos Santos Correia; Maria do Carmo Martins de Souza; Marisa de Campos Franceschi Moraes
Advogado constituído nos autos: não há

030.756/2014-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Marília/SP - Inss/MPS
Interessados: Eloisa Ferraz Felizardo; Regina Maria Manzano Mendes; e Ronaldo Matachana Gonzalez de Moura.
Advogado constituído nos autos: não há

030.760/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Sorocaba/SP - INSS/MPS
Interessados: Marco Lucio Mazzaro; Marineia Aparecida Pinheiro Camargo
Advogado constituído nos autos: não há

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

000.590/2012-6
Natureza: Representação
Entidade: Município de Delmiro Gouveia (AL)
Interessado: Roosevelt Patriota Cota, Superintendente Estadual da Fundação Nacional de Saúde em Alagoas
Responsáveis: Marcelo Silva de Lima e Israel Ferraz Alves
Advogados: Felipe Medeiros Nobre (OAB/AL nº 5679)

003.550/2013-3
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
Interessados: Giuliana Martins Moura; Maria de Fatima Martins Moura; Rennan Felipe Martins Moura
Advogado constituído nos autos: não há.

014.893/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Pará
Responsável: Paulo Elcidio Chaves Nogueira
Interessados: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional - Sedurp-pa; Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Pará
Advogados constituídos nos autos: Georges Chedid Abdulmassih Júnior (OAB/PA nº 8008), Chedid Georges Abdulmassih (OAB/PA nº 9678), Vanessa Neris Brasil Monteiro (OAB/PA nº 13.300), Taís Rodrigues Becker (OAB/PA nº 13.758), Moreno Távora (OAB/PA nº 14.417), Michele da Silva Magalhães (OAB/PA nº 15.043), Marília Gabriela de Fátima do Amaral Machado (OAB/PA nº 13.117), Priscila da Paz Nascimento (OAB/PA nº 14.644) e João da Costa Mendonça (OAB/TO n° 1.128).

015.578/2006-6
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2005
Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
Exercício: 2005
Recorrentes: Isac Almeida de Medeiros; Marcelo de Figueiredo Lopes; Rômulo Soares Polari.
Interessado: Universidade Federal da Paraíba
Advogados constituídos nos autos: Carlos Neves Dantas Freire (OAB/DF nº 2.666); Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF n° 10.969); Claudismar Zupiroli (OAB/DF n° 12.250); Luiz Carlos Sigmaringa Seixas (OAB/DF 814); Roberto Cruz Couto (OAB/RJ n° 19.329); Ricardo Penteado de Freitas Borges (OAB/SP n° 92.770); Marcelo Certain Toledo (OAB/SP n° 158.313); Idmar de Paula Lopes (OAB/DF n° 24.882); Rodrigo Muguet da Costa (OAB/RJ nº 124.666); Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ nº 141.195); Juliana de Souza Reis Vieira (OAB/RJ n° 121.235); Daniele Farias Dantas de Andrade (OAB/RJ nº 117.360); Ingrid Andrade Sarmento (OAB/RJ n° 109.690); Marta de Castro Meireles (OAB/RJ n° 130.114); André Uryn (OAB/RJ n° 110.580); Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ n° 121.685); Maria Cristina Bonelli Wetzel (OAB/RJ n° 124.668); Rafaella Farias Tuffani de Carvalho (OAB/RJ n° 139.758); Thiago de Oliveira (OAB/RJ n° 122.683); Marcos Pinto Correa Gomes (OAB/RJ nº 81.078) e Maria do Carmo Marques Araújo (OAB/PB nº 8767).

021.165/2013-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Departamento de Órgãos Extintos - DEPEX/SE/MP
Interessados: Avani Torres Queiroz de Oliveira; Jandira Lucena Gomes; Kyola Maria Martins de Medeiros; Maria José Mendes dos Santos; Maria Sobral Lima de Menezes
Advogado constituído nos autos: não há.

023.077/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Piçarra - PA
Responsáveis: Focon Construção Comércio e Representação Ltda.; Milton Pereira de Freitas
Interessado: Ministério da Saúde
Advogado constituído nos autos: Diogo Negrão Raiol Ferreira (OAB/PA nº 15.917).

025.669/2006-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Responsáveis: Brasilia Motors Ltda.; Josefina Valle de Oliveira Pinha; Marco Antônio Marques de Oliveira; Rogerio Amado Barzellay; Wilhiam Antônio de Melo
Interessado: RJ Projetos e Empreendimentos Ltda
Advogado constituído nos autos:

028.200/2009-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Tribunal Superior Eleitoral
Responsáveis: Carlos Alberto da Silva; Celson Carlos Batista de Oliveira; Jorge Luiz Pereira Bordon; Jose Antonio Alves Carneiro; Jose Rodrigues Alves; Patricia Helena Matheus da Silva Oliveira
Interessado: Tribunal Superior Eleitoral
Advogado constituído nos autos: não há.

033.400/2011-3
Natureza: Recurso de Reconsideração em Prestação de Contas - Exercício: 2010
Unidade jurisdicionada: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional no Espírito Santo - Sesi-DR/ES
Recorrentes: Lucas Izoton Vieira; Solange Maria Nunes Siqueira
Advogado constituído nos autos: Carlos Augusto da Motta Leal - OAB/ES 5875 (procuração à peça 21); Christiano Dias Lopes Neto - OAB/ES 8358 (procuração à peça 50)

Ministra ANA ARRAES

002.151/2011-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: Movimento de Resgate, Ação e Cidadania e espólio de Regina Corrêa Sarti.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Unidade: Movimento de Resgate, Ação e Cidadania.
Advogado constituído nos autos: Vanusa Vidal Zenha (OAB/RJ 87.433)

017.774/2011-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: Construtora Lamounier Ltda. EPP; Zózimo Wellington Chaparral Ferreira.
Unidade: município de Barra do Garças - MT.
Advogado constituído nos autos:: Mauro Gomes Piauí (OAB/MT 6.633-A), Vitor Eduardo Tavares de Oliveira (OAB/DF 31.598), Lázaro Roberto Souza Prado (OAB/MT 8.793-A), Alessandra Kelly Chaves Sbrissa (OAB/MT 8.936) e Luciana do Vale Mascarenhas (OAB/GO 19.638).

018.797/2011-3
Natureza: Representação.
Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO.
Responsáveis: Cloreni Matt e José Rivaldo de Oliveira,
Unidade: Município de Santa Luzia D'Oeste - RO.
Advogado constituído nos autos: não há.

Ministro VITAL DO RÊGO

017.740/2008-5
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).
Embargante: Vera Lúcia Rebouças Lyra.
Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Bahia.
Advogado constituído nos autos: Tarcísio Menezes (OAB/BA 15.857), Iuri Mattos de Carvalho (OAB/BA 16.741).

026.909/2011-1
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Maria Rinaldi Carvalho Venâncio.
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.
Advogado constituído nos autos: Vitor Carvalho Miranda (OAB/MG 110.193).

028.510/2010-0
Natureza: Pedido de Reexame.
Recorrente: Arilton José Viana.
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina - UFS.
Advogado constituído nos autos: Greice Milanese Sônego Osório (OAB/SC 15.200).

028.928/2011-3
Natureza: Embargos de Declaração (Representação)
Embargante: Estaleiro Brasfels Ltda.
Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Advogado constituído nos autos: José Guilherme Berman (OAB/RJ 119.454) e André Macedo de Oliveira (OAB/DF 15.014).

030.501/2014-8
Natureza: Admissão.
Interessado: Jose Vicente Pereira Carneiro.
Órgão: Defensoria Pública da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

000.448/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de São Miguel do Tocantins/TO.
Responsável: Jesus Benevides de Sousa Filho, ex-Prefeito.
Advogado constituído nos autos: Maurício Cordenonzi, OAB/TO 2.223-B.

016.221/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: José Manoel Mendes e Federação Carnavalesca de Pernambuco.
Entidade: Federação Carnavalesca de Pernambuco.
Advogado constituído nos autos: não há.

018.531/2014-8
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: Antônio Pohkroc Krahô ; Nilton José dos Reis Rocha; União das Aldeias Krahô.
Entidade: União das Aldeias Krahô - KAPEY.
Advogado constituído nos autos: não há.

021.253/2013-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: José Severino Ramos de Souza.
Entidade: Município de Gameleira - PE.
Advogado constituído nos autos: não há.

024.568/2013-9
Natureza: Embargos de Declaração.
Embargante: Sonia Maria Martins Pereira.
Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro - TRE/RJ.
Advogada: Juliana Martins dos Reis Ribeiro, OAB/GO 23.238.

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

000.315/2012-5
Natureza: Representação.
Interessados: João Fernando Alves Costa e Antônio Raimundo de Santana.
Entidade: Município de Jiquiriçá/BA.
Advogado constituído nos autos: não há.

000.641/2015-4
Natureza: Representação.
Unidade: Comando da 12ª Região Militar.
Interessada: A. Chaves Coimbra.
Advogado constituído nos autos: não há.

003.391/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Caapiranga - AM
Responsáveis: Antônio José Marques; Marcicleia de Araujo Castro
Interessado: Diretoria-executiva do Fundo Nacional de Saúde
Advogado constituído nos autos:

005.413/2013-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão: Instituto de Tecnologia Pesquisa e Cultura da Amazônia - Itec
Responsáveis: Carlos Alberto Araújo da Rocha
Interessado: Ministério do Turismo
Advogado constituído nos autos: não há.

008.108/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Beruri/AM.
Responsável: Alcimar Bezerra Moraes.
Advogado constituído nos autos: não há.

009.492/2001-3
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2000.
Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro.
Responsáveis: Alex Fernandes Nonato; Alfredo Carlos Orphão Lobo; Álvaro Soares de Franca; Ana Júlia de Oliveira Ramos; Antônio Carlos Godinho Fonseca; Antônio Carlos de Vasconcellos Lorang; Armando Mariante Carvalho Junior; Aurélio Barvik; Carlos Alberto da Silva Alves; Carlos Eduardo Vieira Camargo; Cesar Luiz Leal Moreira da Silva; Clélio José de Oliveira Júnior; Demóstenes Silva Fonseca; Eleonora Fuhrmeister Serau; Estener Sorato da Silva; Geraldo Diorio Filho; Geraldo de Oliveira Rezende; Heitor Francisco Hubner; Ivo Barbosa da Silva; João Alziro Herz da Jornada; Jonas Cavalcante; Jorge Luiz Seewald; José Autran Teles Macieira; José Joaquim Vinge; Jose Martins de Lima; Joseph Brais; José Roberto Barbosa da Silva; Julio Sergio Mirilli de Souza; Luciléia Batista Pereira; Luis Carlos Pereira dos Santos; Luiz Fernandes da Silva; Luiz Fernandes da Silva; Marcelo Silveira Martins; Marco Antônio de Souza; Marco Antônio Albuquerque de Araújo Lima; Marcos Antônio de Almeida; Maria Emília Goulart de Araújo; Maurício Moreira de Carvalho; Misael Roque Alcides; Munir Cosac Junior; Neusa Gonçalves Vieira; Nilton Gonçalves Vieira; Raul Machareth Godinho; Regina Celia Rodrigues da Silva; Ricardo Barcelos da Nobrega; Ricardo Dirceu Pereira Sales; Ricardo Leopoldo de Menezes; Ricardo de Oliveira; Rita de Cassia Tudinho dos Santos Ribeiro; Roberto Luiz de Lima Guimarães; Roselene da Silva; Sergio Brun; Sulamita Bushatsky; Tânia Cevolo Gonçalves; Ubiratan Andrade Teixeira; Valdir Rodrigues; Vitoria Policarpo Fernandes dos Reis; Waldemar Pires Ribeiro.
Advogado constituído nos autos: não há.

010.334/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Nova Olinda do Norte/AM.
Responsável: Sebastião Rodrigues Maciel.
Advogado constituído nos autos: não há.

018.545/2014-9
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsável: Francisco Antônio Cardoso Mota.
Entidade: Município de Icó/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

022.102/2013-2
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Arraial/PI.
Responsável: Eulália Lúcia da Silva Alves Santos.
Advogado constituído nos autos: Willamy Alves dos Santos (OAB/PI nº 2.011).

Em 26 de fevereiro de 2015
ELENIR TEODORO GONCALVES DOS SANTOS
Subsecretária

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ACORDÃOS

PROCESSO: 0500745-41.2012.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO QUIRINO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. TRABALHO RURAL. APOSENTADORIA POR IDADE. DESCARACTERIZAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO ESPECIAL. VALORAÇÃO DAS PROVAS. MATÉRIA DE FATO. REEXAME DE PROVA. INADMISSIBILIDADE. QUESTÃO DE ORDEM N. 22 E SÚMULA 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Cuida-se de incidente de uniformização movido pela parte autora em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte que, dando provimento ao recurso do INSS, reformou a sentença da primeira instância para indeferir o benefício de aposentadoria rural por idade.
1.1. Segundo argumenta a parte autora o acórdão recorrido estaria em desacordo com a jurisprudência dominante do SJT e da TNU. Como fundamento de seu pleito, indica os seguintes paradigmas: STJ. RESP 553755 / CE; RECURSO ESPECIAL. 2003/0115593-6. DJ DATA: 16/02/2004 PG: 00333. Relator(a): Min. LAURITA VAZ; Pedido de Uniformização, Processo 20067295012026-9, Rel. Juiz Federal Edílson Pereira Nobre Júnior, Data da decisão: 13/08/2007; STJ - AgRg no Ag: 1361956 PR 2010/0195605-2, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 12/06/2012, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/06/2012; TNU, Relator: JUIZ FEDERAL EDILSON FERREIRA NOBRE, Data de Julgamento: 13/08/2007, Turma Nacional de Uniformização; STJ - AgRg no AREsp: 329930 PB 2013/0113964-6, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 13/08/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 20/08/2013; STJ. AgRg no REsp 939.191/SC, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 11.09.2007, DJ 07.04.2008 p. 1
1.2. Incidente inadmitido na origem, mas remetido a esse Colegiado por força de agravo. Em exame de admissibilidade de competência do Exmo. Ministro Presidente desta Corte, o agravo foi provido e o incidente de uniformização admitido.
2. Para admissão do incidente de uniformização, a parte recorrente deve demonstrar a existência de divergência entre decisões sobre questões de direito material proferida por Turmas Recursais de diferentes regiões ou contrariedade com súmula ou jurisprudência dominante do STJ ou da própria TNU (art. 14, §2º, da Lei 10.259/01).
2.1. Consoante preconiza a Súmula 42 da TNU, o incidente não se presta à revaloração do conjunto probatório, tampouco se destina ao reexame de questões cujas básicas fáticas e jurídicas não se assemelhem às indicadas nos respectivos paradigmas. Do mesmo modo, o incidente é incabível quando não houver demonstração da divergência.
2.2. Examinando os paradigmas invocados pela recorrente, observa-se que, nos dois primeiros, o fundamento jurídico adotado no paradigma não diverge daquele preconizado no acórdão recorrido. Com efeito, o acórdão não negou vigência às declarações de empregador ou sindicato de trabalhadores rurais (STJ. RESP 553755), tampouco aos certificados de cadastrais do imóvel rural (PEDILEF 20067295012026-9).
2.2. Por outro lado, não há similitude fático-jurídica com o paradigma referente à solução pro misero, eis que o acórdão recorrido não negou vigência ao instituto, nem fez qualquer pronunciamento sobre o tema (STJ AgRg no Ag: 1361956).
2.3. Destarte, em relação aos três primeiros paradigmas invocados, o autor não se desincumbiu do ônus de demonstrar a existência de divergência, tampouco de similitude fático-jurídica. Neste cenário, incide, na hipótese, a Q. O. 22 desta Turma Nacional ("é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
3. No tocante à questão da atividade urbana para descaracterização da condição de segurado especial (PEDILEF 200670950017235 e STJ AgRg no AREsp: 329930), o incidente não merece ser conhecido posto inexistir divergência com o paradigma indicado.
3.1. Com efeito, o acórdão recorrido não afastou a condição de segurado especial pela só circunstância de o autor ter desempenhado trabalho urbano. Em outras palavras, a existência de trabalho urbano não foi o único fundamento para o indeferimento do pedido autoral. Na verdade, o benefício foi negado em função do conjunto de circunstâncias evidenciadas nos autos, as quais foram consideradas inaptas para demonstrar a indispensabilidade do labor rurícola como fonte de subsistência do núcleo familiar.
3.2. Merece destaque o seguinte trecho do voto-ementa do Relator:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EMENTA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO. JUIZADOS ESPECIAIS. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL EXISTENTE. PROVA TESTEMUNHAL CONVINCENTE. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. PROVIMENTO DO RECURSO.
- A aposentadoria por idade rural será concedida aos segurados do Regime Geral de Previdência Social, que, cumprida a carência legal, completarem sessenta anos de idade, se homem, ou cinquenta e cinco, se mulher.
- Para receber aposentadoria por idade na condição de segurado especial, o segurado deve comprovar o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício (Lei n.º 8.213/91, art. 143).
- A demonstração da condição de rurícola depende de início de prova material, não podendo ser deferido o benefício em razão de prova meramente testemunhal (Súmula n.º 149 do STJ).
- Tem se pacificado a jurisprudência, inclusive do próprio STJ, no sentido de que não se exige exclusividade da atividade rural, bastando que a mesma seja essencial ao sustento do segurado e à de sua família.
- No caso em tela, a documentação apresentada aos autos, bem como os depoimentos pessoal e testemunhal não foram convincentes e hábeis a convencer que a parte autora realmente exerceu a atividade rurícola durante o período exigido de carência em regime de economia familiar, merecendo prosperar, portanto, o recurso do INSS. (grifei)
- A melhor exegese do art. 11, § 9°, III, da Lei nº 8.213/91 é no sentido de que, se o exercício de atividade remunerada fora do campo se der pelo prazo de até 120 dias por ano civil, não há descaracterização da qualidade de segurado especial do trabalhador, sendo desnecessário maiores digressões a respeito da influência do labor urbano sobre a condição de segurado especial. Isso não significa, contudo, que todo afastamento superior a 120 ao ano implique automaticamente a descaracterização da condição de segurado especial. Nesses casos, há que se perquirir se o afastamento representou ruptura definitiva do trabalhador em relação ao campo, o que não é o caso dos autos.
- Sentença reformada.
- Provimento do recurso.
3.3. Nessa condições, merece destaque a Questão de Ordem nº. 13 da TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
3.4. Com base na análise do conjunto fático-probatório, o acórdão recorrido, entendeu que o autor não comprovou, mediante provas idôneas, os requisitos legais necessários à percepção da aposentadoria rural pretendida. Reitere-se que não fora unicamente a existência de trabalho urbano o fundamento da negativa do pleito autoral, mas sobretudo o resultado valorativo do conjunto probatório.
3.5. Em suma, o critério jurídico adotado no acórdão recorrido não diverge a jurisprudência da TNU, sendo inaplicável ao caso a Súmula 41 da TNU ("a circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto").
3.6. Ressalte-se que essa análise essencialmente fática e de valoração do conjunto probatório compete soberanamente às instâncias ordinárias, não competindo a TNU, que não é instância revisora, vindicar o juízo de valor subjacente. Incidência da Súmula 42 da TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
4. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Brasília, 11 de dezembro de 2014.

Juiz BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Relator

PROCESSO: 0504263-05.2013.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: GILSON FERNANDO DINIZ MELO
PROC./ADV.: CARLOS HENRIQUE F COSTA
OAB: AL-3747
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

EMENTA

Trata-se de Incidente de Uniformização Nacional, suscitado pela parte autora, em face de acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de Alagoas, que manteve a sentença que julgara improcedentes seus pedidos, por seus próprios fundamentos, o qual pretende a equiparação entre o valor do auxílio alimentação recebido e o valor fixado e pago pelo Tribunal de Contas da União, bem como, o pagamento da diferença destes valores.
Sustenta o Suscitante que o acórdão prolatado pela Turma Recursal de origem divergiu do entendimento adotado pela 1ª Turma Recursal de Santa Catarina, paradigma que trouxe à colação.
É o relatório.
O incidente, com efeito, merece ser conhecido, uma vez que demonstrada a divergência entre os julgados. Verifica-se, in casu, a similitude fática e jurídica ente o acórdão recorrido e o trazido a cotejo para embasar a divergência visando ao conhecimento do presente pedido.
No mérito, sem razão o Suscitante. Prima facie, infere-se da leitura da Constituição da República que a mesma veda, expressamente, em seu artigo 37, XIII, a equiparação de espécies remuneratórias, em que pese a Carta política vacilar na utilização do vocábulo remuneração, empregado vezes com certa ambiguidade.
Entendo que, não obstante vigorasse o artigo 39, § 1º, da Constituição, em sua redação original, revogado pela Emenda Constitucional nº 19/98, ainda assim a isonomia ali prevista seria relativa ao vencimento, não à remuneração, institutos diversos. Dispõe o artigo 40, da Lei 8.112/90: "Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei". E o artigo 41, do mesmo diploma legal, tratando da remuneração, o que para alguns trata-se de vencimentos: "Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei." Vantagens essas nas quais inclui-se o auxílio alimentação, descaracterizando suposta natureza salarial, eis que não remunera o servidor e, sim, o indeniza.
Desta forma, dada a natureza indenizatória do auxilio alimentação e sapiente que cada Poder tem autonomia e competência para fixar a remuneração de seus servidores, ao Judiciário não cabe interferir nos critérios utilizados pelo administrador, salvo por comprovada ilegalidade, não lhe competindo, eis que não possui função legislativa, alterar os parâmetros de reajustamento ou definir a periodicidade da atualização da referida vantagem, sob pena de afronta ao principio da separação dos poderes (CF/88, art. 2°), atribuição esta de cada órgão sob a forma de poder discricionário, ato do qual refoge ao âmbito desta Corte a análise, como se extrai do resumo do julgado pelo E. STJ, Terceira Seção, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, no MS 5968 / DF, DJ 15/03/1999 p. 90:
ILEGITIMIDADE PASSIVA, MANDADO DE SEGURANÇA, MINISTRO DE ESTADO, MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO, INEXISTENCIA, ATO ADMINISTRATIVO OMISSIVO, HIPOTESE, FALTA, ATUALIZAÇÃO, VALOR, AUXILIO, CRECHE, PRE-ESCOLA, CARACTERIZAÇÃO, ATO DISCRICIONARIO, IMPOSSIBILIDADE, PODER JUDICIARIO, APRECIAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO, VIOLAÇÃO, PRINCIPIO, SEPARAÇÃO DOS PODERES. INCOMPETENCIA, STJ, APRECIAÇÃO, MANDADO DE SEGURANÇA, ATO DE AUTORIDADE, BACEN, HIPOTESE, DESCONTO, SALARIO, VALOR, PAGAMENTO A MAIOR, AUXILIO, CRECHE, PRE-ESCOLA. (grifos nossos)
Corroborando, recentemente, com relação ao pedido de equiparação do valor do auxílio alimentação recebido pelos servidores do Poder Judiciário da União de Primeiro Grau e o valor fixado e pago pelo CNJ, Tribunais Superiores e Tribunal de Justiça Federal do Distrito Federal, decidiu esta Turma Nacional de Uniformização, nos autos do PEDILEF nº 0502844-72.2012.4.05.8501, julgado em 12/06/2013 e com trânsito em julgado de 05/07/2013:
ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS DA JUSTIÇA FEDERAL. AUXÍLIOALIMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO COM SERVIDORES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, DO CNJ E DO TJDF. ISONOMIA.
1. O acórdão recorrido reconheceu direito de servidor público federal da Justiça Federal de 1º e 2º graus em receber auxílio-alimentação com o mesmo valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. O fundamento central da decisão foi a isonomia entre servidores ocupantes de mesmo cargo.
2. O acórdão paradigma da 4ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, em contrapartida, considerou que a isonomia assegurada pelo art. 41, § 4º, da Lei nº 8.112/90 refere-se tão somente aos vencimentos, não tendo pertinência com a indenização de alimentação determinada por mera norma administrativa e custeada pelo órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício.
3. Está demonstrada divergência jurisprudencial em relação a questão de direito material. O acórdão paradigma teve a autenticidade demonstrada com a indicação da URL que permite acesso na internet à fonte do julgamento.
4. O art. 41, § 4º, da Lei nº 8.112/90 somente garante isonomia de vencimentos, de forma que não serve de fundamento para estabelecer equiparação de auxílio-alimentação, verba com natureza indenizatória.
5. O art. 37, XIII, da Constituição Federal proíbe a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
6. A Súmula nº 339 do STF enuncia que "Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". O auxílio-alimentação não tem natureza de vencimentos, mas as razões da súmula são mesmo assim aplicáveis para repelir a revisão do valor dessa vantagem com fundamento na isonomia. Em matéria de vantagens de ser7. O Supremo Tribunal Federal recentemente decidiu em agravo regimental em recurso extraordinário interposto contra acórdão da Turma Recursal do Rio Grande do Norte ser impossível majorar o valor de auxílio-alimentação sob fundamento de isonomia com servidores de outro órgão: "EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. REAJUSTE DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO DE VENCIMENTOS POR DECISÃO JUDICIAL SOB O FUNDAMENTO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA: SÚMULA N. 339 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO" (RE-AgR 670974, Segunda Turma, Rel. CÁRMEN LÚCIA, DJ 10/10/2012).
8. Uniformizado o entendimento de que não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.
9. Incidente provido para reformar o acórdão recorrido, julgando improcedente a pretensão da parte autora.
10. O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011. (PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501. Juiz Federal Relator Rogério Moreira Alves).
Ademais, o pedido de equiparação entre os valores recebidos a título de auxílio-alimentação entre os servidores esbarra no óbice da Súmula 339/STF, in verbis:
"Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia."
Pelo exposto, voto por CONHECER DO PEDILEF E NEGAR-LHE PROVIMENTO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer e negar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Juiz WILSON WITZEL
Relator

PROCESSO: 5001184-28.2013.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ÁLVARO WISSEL
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

EMENTA

Trata-se de Incidente de Uniformização Nacional (anexo 28), suscitado pela parte ré, em face de acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de Santa Catarina (anexo 24), que manteve a sentença que julgara procedente o pedido de servidor do Poder Judiciário da União de Primeiro Grau, o qual pretende a equiparação entre o valor do auxílio pré escolar recebido e o valor fixado e pago pelo CNJ, Tribunais Superiores e Tribunal de Justiça Federal do Distrito Federal, bem como, o pagamento da diferença destes valores, até janeiro de 2012, quando foram igualados.
A Sentença de procedência de 1º grau foi mantida, por maioria de votos e pelos seus próprios fundamentos, pela Turma Recursal, compartilhando dos fundamentos extraídos da sentença prolatada nos autos da ação de nº 5000160-72.2012.404.7209/SC e fazendo uma interpretação sistemática da lei, sob o argumento de que, obedecendo às disposições infraconstitucionais, estabelecer valores diferenciados a servidores de cargos ou atribuições iguais do mesmo Poder violaria o princípio da isonomia: "ao estabelecer critérios para a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório, tais como a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira, os requisitos para a investidura e as peculiaridades dos cargos, o constituinte derivado impôs ao legislador ordinário a necessidade de observância ao princípio da proporcionalidade, que se materializa na garantia constitucional do devido processo legal - em sua dimensão substantiva ou material (substantive due process of law) - , inserta no artigo 5º, inciso LIV, da Constituição Federal. E a atuação legislativa fora do vetor da proporcionalidade não encontra fundamento de validade na Constituição, pois afronta o princípio do devido processo legal substantivo (...)É de se notar, portanto, que a Administração até poderia fazer valer a prerrogativa legal e fixar o Auxílio Pré-Escolar em conformidade com o custo de vida de cada cidade ou região. Mas seu critério teria de ser uniforme para todos os servidores do Poder Judiciário da União, disciplinados que são pela mesma lei (Lei nº 11.416, de 15.12.2006) e regime jurídico, de forma que os iguais fossem tratados igualmente e os desiguais, desigualmente, na medida em que se desigualassem, para se usar a antiga e ainda vigente noção aristotélica de igualdade. Do contrário, incidirse-ia, e incide-se no caso concreto, em inconstitucional discriminação."
Sustenta o Suscitante que o acórdão prolatado pela Turma Recursal de origem divergiu do entendimento adotado pela 1ª Turma Recursal do Ceará, paradigma que trouxe à colação, segundo o qual "adota r. entendimento diverso em face de precedente dessa c. Turma Nacional: "...", a saber, o PEDILEF nº 0502844-72.2012.4.05.8501.
Alega, ainda, que "o AUXÍLIO-PRÉ-ESCOLA consubstancia uma ajuda ao servidor público federal em exercício, para, apenas, mitigar seu dispêndio com a educação dos filhos menores (natural/adotado) e dependente (menor sob guarda) desde o nascimento até o mês em que completar 05 (cinco) anos de idade ou excepcional com idade mental até 05 (cinco) anos. Nesse sentido, a Lei de nº 8.213 de 1991, prevê em seu corpo os denominados auxílio-doença e auxílio-acidente, assim como a Lei nº 8.112, de 1990, estatui, em seu artigo 226, o auxílio-funeral, e nos artigos 196 e 229, o auxílio natalidade e o auxílio reclusão, respectivamente. Assim, percebe-se, que no ordenamento jurídico vigente, existem espécies variadas de auxílio que, independentemente da nomenclatura, se assemelham em relação a sua natureza auxiliar. Isto é, as espécies de auxílio acima apontadas não têm a finalidade de suprir as necessidades correspondentes, mas sim de minorar os gastos efetuados pelo segurado, servidor público ou

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

dependente. Uma vez estabelecida a natureza suplementar do auxílio em tela, imprescindível examinar o argumento, usualmente ventilado, acerca do caráter indenizatório dessa prestação".
É o relatório.
O incidente, com efeito, merece ser conhecido, uma vez que demonstrada a divergência entre os julgados. Verifica-se, in casu, a similitude fática e jurídica ente o acórdão recorrido e o trazido a cotejo para embasar a divergência visando ao conhecimento do presente pedido.
No mérito, com razão o Suscitante. Prima facie, infere-se da leitura da Constituição da República que a mesma veda, expressamente, em seu artigo 37, XIII, a equiparação de espécies remuneratórias, em que pese a Carta política vacilar na utilização do vocábulo remuneração, empregado vezes com certa ambiguidade.
Entendo que, não obstante vigorasse o artigo 39, § 1º, da Constituição, em sua redação original, revogado pela Emenda Constitucional nº 19/98, ainda assim a isonomia ali prevista seria relativa ao vencimento, não à remuneração, institutos diversos. Dispõe o artigo 40, da Lei 8.112/90: "Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei". E o artigo 41, do mesmo diploma legal, tratando da remuneração: "Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei." Vantagens essas nas quais inclui-se o auxílio pré escola, descaracterizando suposta natureza salarial, eis que não remunera o servidor e, sim, o indeniza.
Desta forma, dada a natureza indenizatória do auxilio pré escola e sapiente que cada Poder tem autonomia e competência para fixar a remuneração de seus servidores, ao Judiciário não cabe interferir nos critérios utilizados pelo administrador, salvo por comprovada ilegalidade, não lhe competindo, eis que não possui função legislativa, alterar os parâmetros de reajustamento ou definir a periodicidade da atualização da referida vantagem, sob pena de afronta ao principio da separação dos poderes (CF/88, art. 2º), atribuição esta de cada órgão sob a forma de poder discricionário, ato do qual refoge ao âmbito desta Corte a análise, como se extrai do resumo do julgado pelo E. STJ, Terceira Seção, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, no MS 5968 / DF, DJ 15/03/1999 p. 90:
ILEGITIMIDADE PASSIVA, MANDADO DE SEGURANÇA, MINISTRO DE ESTADO, MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO, INEXISTENCIA, ATO ADMINISTRATIVO OMISSIVO, HIPOTESE, FALTA, ATUALIZAÇÃO, VALOR, AUXILIO, CRECHE, PRE-ESCOLA, CARACTERIZAÇÃO, ATO DISCRICIONARIO, IMPOSSIBILIDADE, PODER JUDICIARIO, APRECIAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO, VIOLAÇÃO, PRINCIPIO, SEPARAÇÃO DOS PODERES. INCOMPETENCIA, STJ, APRECIAÇÃO, MANDADO DE SEGURANÇA, ATO DE AUTORIDADE, BACEN, HIPOTESE, DESCONTO, SALARIO, VALOR, PAGAMENTO A MAIOR, AUXILIO, CRECHE, PRE-ESCOLA. (grifos nossos)
Corroborando, recentemente, com relação ao pedido de equiparação do valor do auxílio alimentação recebido pelos servidores do Poder Judiciário da União de Primeiro Grau e o valor fixado e pago pelo CNJ, Tribunais Superiores e Tribunal de Justiça Federal do Distrito Federal, decidiu esta Turma Nacional de Uniformização, nos autos do PEDILEF nº 0502844-72.2012.4.05.8501, julgado em 12/06/2013 e com trânsito em julgado de 05/07/2013:
ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS DA JUSTIÇA FEDERAL. AUXÍLIOALIMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO COM SERVIDORES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, DO CNJ E DO TJDF. ISONOMIA.
1. O acórdão recorrido reconheceu direito de servidor público federal da Justiça Federal de 1º e 2º graus em receber auxílio-alimentação com o mesmo valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. O fundamento central da decisão foi a isonomia entre servidores ocupantes de mesmo cargo.
2. O acórdão paradigma da 4ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, em contrapartida, considerou que a isonomia assegurada pelo art. 41, § 4º, da Lei nº 8.112/90 refere-se tão somente aos vencimentos, não tendo pertinência com a indenização de alimentação determinada por mera norma administrativa e custeada pelo órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício.
3. Está demonstrada divergência jurisprudencial em relação a questão de direito material. O acórdão paradigma teve a autenticidade demonstrada com a indicação da URL que permite acesso na internet à fonte do julgamento.
4. O art. 41, § 4º, da Lei nº 8.112/90 somente garante isonomia de vencimentos, de forma que não serve de fundamento para estabelecer equiparação de auxílio-alimentação, verba com natureza indenizatória.
5. O art. 37, XIII, da Constituição Federal proíbe a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
6. A Súmula nº 339 do STF enuncia que "Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". O auxílio-alimentação não tem natureza de vencimentos, mas as razões da súmula são mesmo assim aplicáveis para repelir a revisão do valor dessa vantagem com fundamento na isonomia. Em matéria de vantagens de ser7. O Supremo Tribunal Federal recentemente decidiu em agravo regimental em recurso extraordinário interposto contra acórdão da Turma Recursal do Rio Grande do Norte ser impossível majorar o valor de auxílio-alimentação sob fundamento de isonomia com servidores de outro órgão: "EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. REAJUSTE DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO DE VENCIMENTOS POR DECISÃO JUDICIAL SOB O FUNDAMENTO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA: SÚMULA N. 339 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO" (RE-AgR 670974, Segunda Turma, Rel. CÁRMEN LÚCIA, DJ 10/10/2012).
8. Uniformizado o entendimento de que não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.
9. Incidente provido para reformar o acórdão recorrido, julgando improcedente a pretensão da parte autora.
10. O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011. (PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501. Juiz Federal Relator Rogério Moreira Alves).
Ademais, o pedido de equiparação entre os valores recebidos a título de auxílio-alimentação entre os servidores esbarra no óbice da Súmula 339/STF, in verbis:
"Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia."
Pelo exposto, voto por CONHECER DO PEDILEF E LHE DAR PROVIMENTO, para I) fixar a tese da impossibilidade da equiparação entre os valores de auxílio pré escola percebidos em diferentes Tribunais e II) julgar improcedente o pedido autoral.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer e dar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Juiz WILSON WITZEL
Relator

PROCESSO: 5003369-39.2013.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: HERMES CECCHETTI
PROC./ADV.: RODOLFO ACCADROLLI NETO
OAB: RS-71 787
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

EMENTA

Trata-se de agravo contra inadmissão de incidente de uniformização nacional, suscitado pela parte autora, em face de acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. Inadmitido o incidente pela Turma de origem, foi requerida, tempestivamente, a submissão da admissibilidade à Presidência desta Turma Nacional nos termos do art. 7º, VI do RI/TNU.
A matéria ventilada e a ser verificada no presente caso é a possibilidade de concessão do benefício previdenciário de aposentadoria por tempo de contribuição reconhecendo, para tal, períodos trabalhados nas lides campesinas, em regime de economia familiar, intercalados com pequenos períodos de atividade urbana.
Verifica-se, de plano, a similitude fática ente o acórdão recorrido (anexos 60/62), mantendo a sentença de parcial procedência de 1º grau (anexo 34), por seus próprios fundamentos - sob o argumento de que, a partir de junho de 1975, a atividade agrícola passou a ser desenvolvida de forma alternada com o labor urbano, o que descaracteriza, no caso, o labor em regime de economia familiar - e os trazidos a cotejo para embasar a divergência, proferidos pela 1ª Turma Recursal de Tocantins (anexo 70). As questões são congêneres em sua substância, cujos deslindes da causa se deram em contexto probatório análogo.
Em uma primeira análise, adentrando no mérito, necessário se faz perquirir se há início de prova material, conforme exigido pelas súmulas n.º 14 e 34 desta Corte, que dispõe, respectivamente, que "Para a concessão de aposentadoria rural por idade, não se exige que o início de prova material, corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício", bem como "Para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar".
Compulsando os autos, percebe-se que a exigência legal em relação ao início de prova material, visando ao reconhecimento dos períodos rurais laborados de 01.08.1975 a 28.02.1978 e de 01.06.1978 a 30.04.1980, foi atendida, como reconhecido pelo próprio juízo sentenciante (fl. 06 da Sentença), haja vista os documentos acostados, como a certidão emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Casca/RS, atestando que, em 09.12.1959, seu pai adquiriu um lote rural de 25 hectares, localizado no interior; certidão do INCRA, indicando que seu genitor esteve nele inscrito durante os anos de 1965 a 1992, na condição de proprietário de imóvel rural localizado no interior; declaração firmada pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Palma, informando que o autor estudou na Escola Municipal Francisco Manuel da Silva, localizada na Linha Castro Alves, na Comunidade de São Miguel, interior daquele município, durante os anos de 1962 a 1969; certificado de dispensa de incorporação, datado de 04.03.1974, qualificado como agricultor e notas fiscais comprovando a comercialização da emitidas em nome de seu pai, nos anos de 1978, 1979 e 1980 (anexo 4), bem como, a colheita de depoimentos, que declararam ser o Autor trabalhador campesino no período por ele indicado.
Desta forma, consubstanciado na documentação anteriormente citada, tenho que comprovado o início de prova material como de fato foi reconhecido pela sentença, não sendo o caso aqui de se reanalisar o conjunto probatório, mas tão somente a questão fática comprovada nos autos para fins de adequação da tese jurídica que deve prevalecer.
Resta saber se o afastamento do Autor de suas atividades agrícolas, no período supracitado, alternando-as com pequenos vínculos empregatícios urbanos, representou ruptura definitiva em relação ao campo, o que, muito embora somente possa ser avaliado diante das especificidades de cada caso concreto, diante de um reexame do material probatório, entendo possível fixar uma premissa jurídica para ser observada em casos congêneres, viabilizando o conhecimento e julgamento do presente Incidente.
No caso concreto, verifico que ao Autor não quebrou o vínculo com o trabalho campesino, porquanto afastado por pouco mais de três meses. Ocorre que, não se podendo olvidar que a norma que rege a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural tem caráter assistencial, visto, entre outras benesses, não exigir do segurado o pagamento de contribuições, certamente, ao criá-la, o legislador objetivou "favorecer" os trabalhadores rurais, tendo inclusive reduzido a idade de aposentação para os mesmos. É certo que, não tendo o escopo de exercer a atividade comercial como principal, que a intercalação do labor campesino com curtos períodos de trabalho não rural não afasta a condição de segurado especial do Requerido. O trabalhador rural deve, como o fez, comprovar o efetivo trabalho rurícola para a subsistência do grupo familiar, ainda que de forma descontínua, mas basilar e contemporâneo aos fatos alegados.
Por fim, de acordo com a jurisprudência da TNU, ao qual me filio, a descontinuidade da atividade rural admitida pela legislação é aquela que não representa um rompimento total e imutável do rurícola no que concerne às ocupações com a lavoura. Nesse sentido, apontam-se os seguintes precedentes: PEDILEF 2007.82.01.501836-6, DOU 15/06/2012; PEDILEF 0004050-20.2004.4.02.5050, DOU 27/04/2012; PEDILEF 2007.83.05.500279-7, DOU 20/04/2012.
Pelo exposto, voto por CONHECER DO PEDILEF E LHE DAR PROVIMENTO, reconhecendo os períodos de 01.08.1975 a 28.02.1978 e de 01.06.1978 a 30.04.1980 como laborados na agricultura, em regime de economia familiar, averbando-os para fins previdenciários.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer e dar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Juiz WILSON WITZEL
Relator

PROCESSO: 5012440-14.2012.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GERALDO GOMES DA SILVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

EMENTA

Trata-se de incidente de uniformização nacional, suscitado pela parte ré, em face de acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Paraná, cujo objeto é a verificação se são repetíveis os valores recebidos por força de tutela antecipada em demanda previdenciária e posteriormente revogada.
A Sentença de parcial procedência de 1º grau (anexo 59), concedendo o benefício previdenciário aposentadoria por invalidez à parte autora e determinando seu imediato pagamento, mantendo a decisão que deferiu a antecipação dos efeitos da tutela, foi reformada pela Turma Recursal (anexo 78), por falta de interesse de agir da ora Requerida, tendo em vista que, à época do requerimento administrativo, esta não apresentava a moléstia alegada no presente feito, decisão que, outrossim, desobrigou-a "de devolver os valores já recebidos, por serem irrepetíveis as prestações de natureza alimentar, bem como dado o recebimento de boa-fé, eis que a concessão imediata do benefício foi feita em virtude de decisão judicial".
Suscitado o Pedido de Uniformização pela autarquia Ré (anexo 92), foi sustentado pelo Recorrente que o acórdão prolatado pela Turma Recursal de origem divergiu do entendimento adotado em decisão proferida no Recurso Especial nº 1.384.418 - SC (2013/0032089-3), pela 1ª Seção do STJ.
É o relatório.
Ab initio, verifica-se a similitude fática ente o acórdão recorrido e o trazido a cotejo para embasar a divergência visando ao conhecimento do presente pedido, proferido pelo Superior Tribunal de Justiça (Recurso Especial nº 1.384.418/SC - DJe: 30/08/2013). As questões são congêneres em sua substância e o deslinde da causa se deu em contextos probatórios análogos.
Identifico, ao adentrar no mérito, que o pagamento realizado por força judicial, e que o INSS pretende ver restituído, foi decorrente de decisão suficientemente motivada, em que pese precária, sendo indiscutível, outrossim, a boa-fé do Autor, bem como, o caráter social em questão.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ademais, a decisão impugnada que à cassação da decisão antecipatória empresta os efeitos ex nunc, malgrado haver posições antagônicas, alinhava-se com a jurisprudência dominante pelo STJ, pela Terceira Seção e pelas Turmas que a compõem firmada à época em que prolatada, no sentido de que não estão sujeitos à repetição dos valores referentes a benefícios previdenciários recebidos de boa-fé o segurado hipossuficiente, em razão de tutela antecipada posteriormente revogada. Invoco, para fundamentar esta posição, a corroboração de alguns precedentes:
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. TUTELA ANTECIPADA. REVOGAÇÃO. DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS EM RAZÃO DA MEDIDA ANTECIPATÓRIA. DESNECESSIDADE. BOA-FÉ DO SEGURADO. HIPOSSUFICIÊNCIA. NATUREZA ALIMENTAR DO BENEFÍCIO. I - É incabível a devolução pelos segurados do Regime Geral da Previdência Social de valores recebidos por força de decisão judicial antecipatória dos efeitos da tutela, posteriormente revogada. II - Entendimento sustentado na boa-fé do segurado, na sua condição de hipossuficiente e na natureza alimentar dos benefícios previdenciários. Aplicação da Súmula 83/STJ. Agravo regimental desprovido (AgRg no Ag 1138706/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2009, DJe de 03/08/2009).
AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO PARADIGMA. RECONSIDERAÇÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA. I - Não há divergência a ser sanada na via dos presentes embargos, se a decisão apontada como dissonante foi posteriormente reconsiderada. PREVIDENCIÁRIO. TUTELA ANTECIPADA. REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DE VALORES. DESNECESSIDADE. BOA-FÉ DO SEGURADO. HIPOSSUFICIÊNCIA. NATUREZA ALIMENTAR DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. SÚMULA 168/STJ. APLICAÇÃO. II - Na espécie, cuida-se da irrepetibilidade dos valores recebidos de boa-fé por segurado hipossuficiente, em razão de tutela antecipada posteriormente revogada. Entendimento conforme à orientação jurisprudencial desta e. Corte Superior. Aplicação da Súmula nº 168/STJ. Agravo regimental desprovido (AgRg nos EREsp 993.725/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 05/12/2008, DJe de 02/02/2009).
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TUTELA ANTECIPADA. REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER ALIMENTAR DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. RESERVA DE PLENÁRIO. INAPLICABILIDADE. MATÉRIA NOVA. DISCUSSÃO. NÃO-CABIMENTO. PRECLUSÃO. 1. Em razão do princípio da irrepetibilidade ou da não-devolução dos alimentos, bem como o caráter social em questão, é impossível a restituição dos valores recebidos a título de antecipação da majoração do benefício previdenciário, posteriormente cassada. 2. "Decidida a questão sob o enfoque da legislação federal aplicável ao caso, inaplicável a regra da reserva de plenário prevista no artigo 97 da Constituição da República." (AgRg no REsp 1.055.893/RS, JANE SILVA - Desembargadora Convocada do TJ/MG -, DJ de 08/09/2008.) 3. Em sede de regimental, não é possível inovar na argumentação, no sentido de trazer à tona questões que sequer foram objeto das razões do recurso especial, em face da ocorrência da preclusão. 4. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1058348/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 25/09/2008, DJe de 20/10/2008).
AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA.BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. NATUREZA ALIMENTAR. IRREPETIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 83 DA SÚMULA DESTA CORTE SUPERIOR DE JUSTIÇA. 1. Não se conhece de recurso especial fundado na violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, quando o recorrente, em suas razões, não define nem demonstra em que consistiu a omissão alegada. 2. É firme o constructo doutrinário e jurisprudencial no sentido de que os benefícios previdenciários têm natureza alimentar, sendo, portanto, irrepetíveis. 3. "Não se conhece do recurso especial, pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida." (Súmula do STJ, Enunciado nº 83). 4. Agravo regimental improvido (AgRg nos EDcl no REsp 991.079/RS, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2007, DJe de 22/04/2008).
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE.DESCONTOS NO BENEFÍCIO. CARÁTER ALIMENTAR. RESTITUIÇÃO DOS VALORES. IMPOSSIBILIDADE. Uma vez reconhecida a natureza alimentar dos benefícios previdenciários, descabida é a restituição requerida pela Autarquia, em razão do princípio da irrepetibilidade dos alimentos. Recurso provido (REsp 627.808/RS, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2005, DJ de 14/11/2005)
PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. DESNECESSIDADE. VERBAS DE NATUREZA ALIMENTAR. PRINCÍPIO DAIRREPETIBILIDADE. MENOR SOB GUARDA. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. EXCLUSÃO DO ROL DE DEPENDENTES. ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELO ART. 16 , § 2º DA LEI 8.213 /91.1. Nos casos de verbas alimentares, surge tensão entre o princípio da vedação ao enriquecimento sem causa e o princípio da irrepetibilidade dos alimentos, fundado na dignidade da pessoa humana (art. 1º , III , da CF). Esse confronto tem sido resolvido,nesta Corte, pela preponderância da irrepetibilidade das verbas de natureza alimentar recebidas de boa-fé pelo segurado.2. A fundamentação trazida no recurso tratou-se de questão de índole constitucional, portanto, incabível de apreciação no âmbito do recurso especial, sob pena de usurpação de competência do STF.3. Após as alterações trazidas pelo art. 16 , § 2º da Lei nº 8.213 /91, não é mais possível a concessão da pensão por morte ao menor sob guarda, sendo também inviável a sua equiparação ao filho de segurado, para fins de dependência.4. Agravos regimentais improvidos. (AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL AgRg no REsp 1352754 SE 2012/0235426-4 Data de publicação: 14/02/2013)
Ressalto que, neste caso em particular, quando o beneficiário vê-se diante de posterior indeferimento de sua pretensão e fruído tendo antecipadamente o direto material invocado, não há que se vislumbrar a inexistência da boa fé objetiva, vista a legítima confiança, ou mesmo a justificada expectativa, que o Suscitado adquiriu como legais os valores recebidos, e que os mesmos passaram a integrar definitivamente o seu patrimônio. O requisto subjetivo relativo à percepção, pelo segurado, no sentido de juridicamente estar legitimado a receber tais quantias, ao meu ver, e neste caso peculiar, reitero, acarreta o cumprimento do objetivo, assegurando o beneficiário quanto à definitividade da incorporação do patrimônio recebido via tutela antecipatória, mesmo porque, à época quando prolatada a decisão antecipatória, a jurisprudência em quase toda sua totalidade entendia pela irrepetibilidade de tais valores.
A decisão guerreada que julga irrepetíveis os valores com fundamento na natureza alimentar dos benefícios previdenciários não nega, tampouco, vigência a dispositivo legal, a saber, o art. 115, II e § único, da Lei n. 8.213/9, pelo contrário, integra-o ao ordenamento jurídico, dando contornos razoáveis a sua aplicabilidade, em homenagem, sobretudo, aos princípios da boa fé e da dignidade da pessoa humana (art. 1º, I, da CF).
Por fim, indispensável não esquecer que as verbas pagas e recebidas de boa fé têm nítido caráter alimentar, recebidas para suprir as necessidades do segurado e de sua família. É o entendimento firmado pela Súmula 51 desta Corte, nos seguintes termos:
"Os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento."
Concebo, diante do exposto, não ser razoável determinar a devolução das parcelas recebidas por força da tutela judicial antecipada, e posteriormente revogada pela mudança do entendimento de parte da jurisprudência até então incontroverso, devendo-se privilegiar o princípio da irrepetibilidade dos alimentos, não estando obrigado o titular do direto patrimonial de caráter alimentar a restituir ao Erário tais valores.
Por tais razões, voto por CONHECER DO PEDILEF E LHE NEGAR PROVIMENTO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer e negar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Juiz WILSON WITZEL
Relator

PROCESSO: 2004.81.10.022745-5
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: SEVERINO PEREIRA DE LEMOS
PROC./ADV.: FRANCISCO EVANDRO FERNANDES DE ALMEIDA
OAB: CE-8340
PROC./ADV.: ANTONIO GERALDO LEITE
OAB: CE-11873
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN

EMENTA

Trata-se de novo recurso de uniformização em face de acórdão que valorou as provas produzidas para descaracterizar a qualidade de segurado especial como trabalhador rural.
A matéria ventilada e a ser verificada no presente caso é a possibilidade de o exercício de atividade urbana intercalada impedir ou não a concessão de benefício previdenciário de trabalhador rural.
A Sentença de procedência de 1º grau foi reformada pela Turma Recursal, sob o argumento de que os documentos trazidos pela autarquia ré descaracterizaram a condição de rurícola do Autor, tendo em vista vínculo urbano em anotação no CNIS.
É o relatório.
É certo, ab initio, que este Incidente, apesar de parecer tangenciar, adentra na esfera do reexame de prova e seu julgamento exige, em verdade, não mera fixação de uma premissa jurídica que deve ser observada para casos congêneres, porquanto a conclusão extraída pelo julgador não pode ser afastada sem nova dissecação do material probatório.
Envolvendo o Pedido de Uniformização de Lei Federal, a princípio, a interpretação a ser aplicável quanto às provas necessárias a fim de caracterizar o segurado especial rural, objetivando a fruição do benefício previdenciário de aposentadoria por idade, conforme previsto na Lei nº 8.213/91 e, ainda que esta Corte possa proceder ao exame da correta valoração do conjunto probatório colacionado aos autos, no sentido de dar uma nova qualificação jurídica às provas produzidas e analisadas pela Turma Recursal de origem, tenho que isso importa, no presente caso, em reapreciação da matéria probatória, circunstância, dessa forma, que inviabiliza seu conhecimento e julgamento. Não há como refazer, portanto, a análise da prova, que, neste caso, já foi realizada duas vezes. A tese, já consolidada por esta TNU, foi preservada, e os longos períodos de trabalho urbano foram valorados pelo órgão julgador de origem como indicativos da impossibilidade de reconhecimento do trabalho rural. Rever este entendimento caracterizará reexame das provas, e não revaloração jurídica das mesmas, para fins de fixação da tese jurídica a ser uniformizada ou preservação da tese já pacificada.
Resta aplicável, assim, a Súmula 42 deste Tribunal nacional, visto que não teria como desconstituir ou confirmar a decisão recorrida sem abordar a valoração dos fatos e da prova dos autos, conferindo-lhe novo valor, o que equivale a reexaminar o material probatório da lide, Súmula esta que nos diz:
"Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."
Assim, voto por NÃO CONHECER DO PEDILEF por incidirem as Questão de Ordem 42.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Juiz WILSON WITZEL
Relator

PROCESSO: 5012473-89.2012.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JULIANA DE PAULA SANTOS
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

EMENTA

Trata-se de Incidente de Uniformização Nacional, suscitado pela parte ré, em face de acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de Santa Catarina, que manteve a sentença que julgara procedente o pedido de servidor do Poder Judiciário da União de Primeiro Grau, o qual pretende a equiparação entre o valor do auxílio pré escolar recebido e o valor fixado e pago pelo CNJ, Tribunais Superiores e Tribunal de Justiça Federal do Distrito Federal, bem como, o pagamento da diferença destes valores, até janeiro de 2012, quando foram igualados.
A Sentença de procedência de 1º grau foi mantida, por maioria de votos e pelos seus próprios fundamentos, pela Turma Recursal, compartilhando dos fundamentos extraídos da sentença prolatada nos autos da ação de nº 5000160-72.2012.404.7209/SC e fazendo uma interpretação sistemática da lei, sob o argumento de que, obedecendo às disposições infraconstitucionais, estabelecer valores diferenciados a servidores de cargos ou atribuições iguais do mesmo Poder violaria o princípio da isonomia.
Sustenta o Suscitante que o acórdão prolatado pela Turma Recursal de origem divergiu do entendimento adotado pela 1ª Turma Recursal do Ceará, paradigma que trouxe à colação.
É o relatório.
O incidente, com efeito, merece ser conhecido, uma vez que demonstrada a divergência entre os julgados. Verifica-se, in casu, a similitude fática e jurídica ente o acórdão recorrido e o trazido a cotejo para embasar a divergência visando ao conhecimento do presente pedido.
No mérito, com razão o Suscitante. Prima facie, infere-se da leitura da Constituição da República que a mesma veda, expressamente, em seu artigo 37, XIII, a equiparação de espécies remuneratórias, em que pese a Carta política vacilar na utilização do vocábulo remuneração, empregado vezes com certa ambiguidade.
Entendo que, não obstante vigorasse o artigo 39, § 1º, da Constituição, em sua redação original, revogado pela Emenda Constitucional nº 19/98, ainda assim a isonomia ali prevista seria relativa ao vencimento, não à remuneração, institutos diversos. Dispõe o artigo 40, da Lei 8.112/90: "Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei". E o artigo 41, do mesmo diploma legal, tratando da remuneração: "Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei." Vantagens essas nas quais inclui-se o auxílio pré escola, descaracterizando suposta natureza salarial, eis que não remunera o servidor e, sim, o indeniza.
Desta forma, dada a natureza indenizatória do auxilio pré escola e sapiente que cada Poder tem autonomia e competência para fixar a remuneração de seus servidores, ao Judiciário não cabe interferir nos critérios utilizados pelo administrador, salvo por comprovada ilegalidade, não lhe competindo, eis que não possui função legislativa, alterar os parâmetros de reajustamento ou definir a periodicidade da atualização da referida vantagem, sob pena de afronta ao principio da separação dos poderes (CF/88, art. 2°), atribuição esta de cada órgão sob a forma de poder discricionário, ato do qual refoge ao âmbito desta Corte a análise, como se extrai do resumo do julgado pelo E. STJ, Terceira Seção, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, no MS 5968 / DF, DJ 15/03/1999 p. 90:
ILEGITIMIDADE PASSIVA, MANDADO DE SEGURANÇA, MINISTRO DE ESTADO, MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO, INEXISTENCIA, ATO ADMINISTRATIVO OMISSIVO, HIPOTESE, FALTA, ATUALIZAÇÃO, VALOR, AUXILIO, CRECHE, PRE-ESCOLA, CARACTERIZAÇÃO, ATO DISCRICIONARIO, IMPOSSIBILIDADE, PODER JUDICIARIO, APRECIAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO, VIOLAÇÃO, PRINCIPIO, SEPARAÇÃO DOS PODERES. INCOMPETENCIA, STJ, APRECIAÇÃO, MANDADO DE SEGURANÇA, ATO DE AUTORIDADE, BACEN, HIPOTESE, DESCONTO, SALARIO, VALOR, PAGAMENTO A MAIOR, AUXILIO, CRECHE, PRE-ESCOLA. (grifos nossos)
Corroborando, recentemente, com relação ao pedido de equiparação do valor do auxílio alimentação recebido pelos servidores do Poder Judiciário da União de Primeiro Grau e o valor fixado e pago pelo

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CNJ, Tribunais Superiores e Tribunal de Justiça Federal do Distrito Federal, decidiu esta Turma Nacional de Uniformização, nos autos do PEDILEF nº 0502844-72.2012.4.05.8501, julgado em 12/06/2013 e com trânsito em julgado de 05/07/2013:
ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS DA JUSTIÇA FEDERAL. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO COM SERVIDORES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, DO CNJ E DO TJDF. ISONOMIA.
1. O acórdão recorrido reconheceu direito de servidor público federal da Justiça Federal de 1º e 2º graus em receber auxílio-alimentação com o mesmo valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. O fundamento central da decisão foi a isonomia entre servidores ocupantes de mesmo cargo.
2. O acórdão paradigma da 4ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, em contrapartida, considerou que a isonomia assegurada pelo art. 41, § 4º, da Lei nº 8.112/90 refere-se tão somente aos vencimentos, não tendo pertinência com a indenização de alimentação determinada por mera norma administrativa e custeada pelo órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício.
3. Está demonstrada divergência jurisprudencial em relação a questão de direito material. O acórdão paradigma teve a autenticidade demonstrada com a indicação da URL que permite acesso na internet à fonte do julgamento.
4. O art. 41, § 4º, da Lei nº 8.112/90 somente garante isonomia de vencimentos, de forma que não serve de fundamento para estabelecer equiparação de auxílio-alimentação, verba com natureza indenizatória.
5. O art. 37, XIII, da Constituição Federal proíbe a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
6. A Súmula nº 339 do STF enuncia que "Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". O auxílio-alimentação não tem natureza de vencimentos, mas as razões da súmula são mesmo assim aplicáveis para repelir a revisão do valor dessa vantagem com fundamento na isonomia. Em matéria de vantagens de ser7. O Supremo Tribunal Federal recentemente decidiu em agravo regimental em recurso extraordinário interposto contra acórdão da Turma Recursal do Rio Grande do Norte ser impossível majorar o valor de auxílio-alimentação sob fundamento de isonomia com servidores de outro órgão: "EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. REAJUSTE DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO DE VENCIMENTOS POR DECISÃO JUDICIAL SOB O FUNDAMENTO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA: SÚMULA N. 339 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO" (RE-AgR 670974, Segunda Turma, Rel. CÁRMEN LÚCIA, DJ 10/10/2012).
8. Uniformizado o entendimento de que não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.
9. Incidente provido para reformar o acórdão recorrido, julgando improcedente a pretensão da parte autora.
10. O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011. (PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501. Juiz Federal Relator Rogério Moreira Alves).
Ademais, o pedido de equiparação entre os valores recebidos a título de auxílio-alimentação entre os servidores esbarra no óbice da Súmula 339/STF, in verbis:
"Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia."
Pelo exposto, voto por CONHECER DO PEDILEF E LHE DAR PROVIMENTO, para I) fixar a tese da impossibilidade da equiparação entre os valores de auxílio pré escola percebidos em diferentes Tribunais e II) julgar improcedente o pedido autoral.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer e dar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Juiz WILSON WITZEL
Relator

PROCESSO: 5011193-83.2012.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SILVIO KOEHN
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

EMENTA

Trata-se de Incidente de Uniformização Nacional (anexo 13), suscitado pela parte ré, em face de acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de Santa Catarina (anexo 25), que manteve a sentença que julgara procedente o pedido de servidor do Poder Judiciário da União de Primeiro Grau, o qual pretende a equiparação entre o valor do auxílio pré escolar recebido e o valor fixado e pago pelo CNJ, Tribunais Superiores e Tribunal de Justiça Federal do Distrito Federal, bem como, o pagamento da diferença destes valores.
A Sentença de procedência de 1º grau foi mantida, por maioria de votos e pelos seus próprios fundamentos, pela Turma Recursal, e fazendo uma interpretação sistemática da lei, sob o argumento de que, obedecendo às disposições infraconstitucionais, estabelecer valores diferenciados a servidores de cargos ou atribuições iguais do mesmo Poder violaria o princípio da isonomia: "É de se notar, portanto, que a Administração até poderia fazer valer a prerrogativa legal e fixar o Auxílio Pré-Escolar em conformidade com o custo de vida de cada cidade ou região. Mas seu critério teria de ser uniforme para todos os servidores do Poder Judiciário da União, disciplinados que são pela mesma lei (Lei nº 11.416, de 15.12.2006) e regime jurídico, de forma que os iguais fossem tratados igualmente e os desiguais, desigualmente, na medida em que se desigualassem, para se usar a antiga e ainda vigente noção aristotélica de igualdade. Do contrário, incidir-se-ia, e incide-se no caso concreto, em inconstitucional discriminação.."
Sustenta o Suscitante que o acórdão prolatado pela Turma Recursal de origem divergiu do entendimento adotado pela 1ª Turma Recursal do Ceará, paradigma que trouxe à colação.
Alega, ainda, que "o AUXÍLIO-PRÉ-ESCOLA consubstancia uma ajuda ao servidor público federal em exercício, para, apenas, mitigar seu dispêndio com a educação dos filhos menores (natural/adotado) e dependente (menor sob guarda) desde o nascimento até o mês em que completar 05 (cinco) anos de idade ou excepcional com idade mental até 05 (cinco) anos. Nesse sentido, a Lei de nº 8.213 de 1991, prevê em seu corpo os denominados auxílio-doença e auxílio-acidente, assim como a Lei nº 8.112, de 1990, estatui, em seu artigo 226, o auxílio-funeral, e nos artigos 196 e 229, o auxílio natalidade e o auxílio reclusão, respectivamente. Assim, percebe-se, que no ordenamento jurídico vigente, existem espécies variadas de auxílio que, independentemente da nomenclatura, se assemelham em relação a sua natureza auxiliar. Isto é, as espécies de auxílio acima apontadas não têm a finalidade de suprir as necessidades correspondentes, mas sim de minorar os gastos efetuados pelo segurado, servidor público ou dependente. (...) Uma vez estabelecida a natureza suplementar do auxílio em tela, imprescindível examinar o argumento, usualmente ventilado, acerca do caráter indenizatório dessa prestação".
É o relatório.
O incidente, com efeito, merece ser conhecido, uma vez que demonstrada a divergência entre os julgados. Verifica-se, in casu, a similitude fática e jurídica ente o acórdão recorrido e o trazido a cotejo para embasar a divergência visando ao conhecimento do presente pedido.
No mérito, com razão o Suscitante. Prima facie, infere-se da leitura da Constituição da República que a mesma veda, expressamente, em seu artigo 37, XIII, a equiparação de espécies remuneratórias, em que pese a Carta política vacilar na utilização do vocábulo remuneração, empregado vezes com certa ambiguidade.
Entendo que, não obstante vigorasse o artigo 39, § 1º, da Constituição, em sua redação original, revogado pela Emenda Constitucional nº 19/98, ainda assim a isonomia ali prevista seria relativa ao vencimento, não à remuneração, institutos diversos. Dispõe o artigo 40, da Lei 8.112/90: "Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei". E o artigo 41, do mesmo diploma legal, tratando da remuneração: "Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei." Vantagens essas nas quais incluise o auxílio pré escola, descaracterizando suposta natureza salarial, eis que não remunera o servidor e, sim, o indeniza.
Desta forma, dada a natureza indenizatória do auxilio pré escola e sapiente que cada Poder tem autonomia e competência para fixar a remuneração de seus servidores, ao Judiciário não cabe interferir nos critérios utilizados pelo administrador, salvo por comprovada ilegalidade, não lhe competindo, eis que não possui função legislativa, alterar os parâmetros de reajustamento ou definir a periodicidade da atualização da referida vantagem, sob pena de afronta ao principio da separação dos poderes (CF/88, art. 2°), atribuição esta de cada órgão sob a forma de poder discricionário, ato do qual refoge ao âmbito desta Corte a análise, como se extrai do resumo do julgado pelo E. STJ, Terceira Seção, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, no MS 5968 / DF, DJ 15/03/1999 p. 90:
ILEGITIMIDADE PASSIVA, MANDADO DE SEGURANÇA, MINISTRO DE ESTADO, MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO, INEXISTENCIA, ATO ADMINISTRATIVO OMISSIVO, HIPOTESE, FALTA, ATUALIZAÇÃO, VALOR, AUXILIO, CRECHE, PRE-ESCOLA, CARACTERIZAÇÃO, ATO DISCRICIONARIO, IMPOSSIBILIDADE, PODER JUDICIARIO, APRECIAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO, VIOLAÇÃO, PRINCIPIO, SEPARAÇÃO DOS PODERES. INCOMPETENCIA, STJ, APRECIAÇÃO, MANDADO DE SEGURANÇA, ATO DE AUTORIDADE, BACEN, HIPOTESE, DESCONTO, SALARIO, VALOR, PAGAMENTO A MAIOR, AUXILIO, CRECHE, PRE-ESCOLA. (grifos nossos)
Corroborando, recentemente, com relação ao pedido de equiparação do valor do auxílio alimentação recebido pelos servidores do Poder Judiciário da União de Primeiro Grau e o valor fixado e pago pelo CNJ, Tribunais Superiores e Tribunal de Justiça Federal do Distrito Federal, decidiu esta Turma Nacional de Uniformização, nos autos do PEDILEF nº 0502844-72.2012.4.05.8501, julgado em 12/06/2013 e com trânsito em julgado de 05/07/2013:
ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS DA JUSTIÇA FEDERAL. AUXÍLIOALIMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO COM SERVIDORES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, DO CNJ E DO TJDF. ISONOMIA.
1. O acórdão recorrido reconheceu direito de servidor público federal da Justiça Federal de 1º e 2º graus em receber auxílio-alimentação com o mesmo valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. O fundamento central da decisão foi a isonomia entre servidores ocupantes de mesmo cargo.
2. O acórdão paradigma da 4ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, em contrapartida, considerou que a isonomia assegurada pelo art. 41, § 4º, da Lei nº 8.112/90 refere-se tão somente aos vencimentos, não tendo pertinência com a indenização de alimentação determinada por mera norma administrativa e custeada pelo órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício.
3. Está demonstrada divergência jurisprudencial em relação a questão de direito material. O acórdão paradigma teve a autenticidade demonstrada com a indicação da URL que permite acesso na internet à fonte do julgamento.
4. O art. 41, § 4º, da Lei nº 8.112/90 somente garante isonomia de vencimentos, de forma que não serve de fundamento para estabelecer equiparação de auxílio-alimentação, verba com natureza indenizatória.
5. O art. 37, XIII, da Constituição Federal proíbe a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
6. A Súmula nº 339 do STF enuncia que "Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia". O auxílio-alimentação não tem natureza de vencimentos, mas as razões da súmula são mesmo assim aplicáveis para repelir a revisão do valor dessa vantagem com fundamento na isonomia. Em matéria de vantagens de ser7. O Supremo Tribunal Federal recentemente decidiu em agravo regimental em recurso extraordinário interposto contra acórdão da Turma Recursal do Rio Grande do Norte ser impossível majorar o valor de auxílio-alimentação sob fundamento de isonomia com servidores de outro órgão: "EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS. REAJUSTE DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO DE VENCIMENTOS POR DECISÃO JUDICIAL SOB O FUNDAMENTO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA: SÚMULA N. 339 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO" (RE-AgR 670974, Segunda Turma, Rel. CÁRMEN LÚCIA, DJ 10/10/2012).
8. Uniformizado o entendimento de que não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.
9. Incidente provido para reformar o acórdão recorrido, julgando improcedente a pretensão da parte autora.
10. O Presidente da TNU poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24/10/2011. (PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501. Juiz Federal Relator Rogério Moreira Alves).
Ademais, o pedido de equiparação entre os valores recebidos a título de auxílio-alimentação entre os servidores esbarra no óbice da Súmula 339/STF, in verbis:
"Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia."
Pelo exposto, voto por CONHECER DO PEDILEF E LHE DAR PROVIMENTO, para I) fixar a tese da impossibilidade da equiparação entre os valores de auxílio pré escola percebidos em diferentes Tribunais e II) julgar improcedente o pedido autoral.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer e dar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Juiz WILSON WITZEL
Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0500371-28.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSÉ EVARISTO DA COSTA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

EMENTA

Trata-se de agravo contra inadmissão de incidente de uniformização nacional, suscitado pela parte autora, em face de acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte. Inadmitido o incidente pela Turma de origem, foi requerida, tempestivamente, a submissão da admissibilidade à Presidência desta Turma Nacional nos termos do art. 7º, VI do RI/TNU.
A matéria ventilada e a ser verificada no presente caso é a possibilidade de se reconhecer a atividade de vigilante como especial após o Decreto 2.172/97, especificamente como tempo especial o período de trabalho do Suscitante compreendido entre 30/09/2004 a 28/01/2009.
Ocorre que esta Corte já uniformizau o entendimento de que, a partir de 05/03/1997, quando iniciou a vigência do Decreto nº 2.172/97, não cabe reconhecimento de condição especial de trabalho por presunção de periculosidade decorrente de enquadramento na categoria profissional de vigilante. Neste sentido:
PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. VIGILANTE ARMADO. PERICULOSIDADE. POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO ATÉ O DECRETO 2.172/97. PRECEDENTES DA TNU. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. "A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto n. 53.831/64" (Súmula n. 26 da TNU). 2. O referido decreto regulamentador, segundo a jurisprudência pacífica tanto da TNU quanto do STJ, teve vigência até a edição do Decreto n. 2.172/97, de 5-3-1997, quando as atividades perigosas deixaram de ser consideradas especiais, devendo haver, para sua configuração, a efetiva exposição a agentes nocivos. Aliás, a jurisprudência desta TNU se consolidou no sentido de que entre a Lei nº 9.032, de 28.04.1995, e o Decreto nº 2.172, de 05.03.1997, é admissível a qualificação como especial da atividade de vigilante, eis que prevista no item 2.5.7 do anexo ao Decreto nº 53.831, de 1964, cujas tabelas vigoraram até o advento daquele, sendo necessária a prova da periculosidade (mediante, por exemplo, prova do uso de arma de fogo). 3. O uso de arma não está previsto nos anexos posteriores a 1997 como sendo situação configuradora de exposição a agente nocivo, não sendo o caso de caracterização da atividade especial. Com efeito, no período posterior ao citado Decreto nº 2.172, de 05.03.1997, o exercício da atividade de vigilante deixou de ser previsto como apto a gerar a contagem em condições especiais. 4. Neste sentido: "PREVIDENCIÁRIO. VIGILANTE. PERÍODO POSTERIOR AO ADVENTO DA LEI Nº 9.032, DE 1995. PROVA. USO DE ARMA DE FOGO. DECRETO Nº 2.172, DE 1997. TERMO FINAL. EXCLUSÃO DA ATIVIDADE DE GUARDA, ANTERIORMENTE PREVISTA NO DECRETO Nº 53.831, DE 1964. NÃO PROVIMENTO DO INCIDENTE. 1. Incidente de uniformização oferecido em face de sentença (mantida pelo acórdão) que reconheceu como especial, até 14.10.1996, o tempo de serviço prestado pelo autor na função de vigilante 2. Esta Turma Nacional, através do enunciado nº 26 de sua súmula de jurisprudência, sedimentou o entendimento de que "A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto n. 53.831/64". Mediante leitura do precedente desta TNU que deu origem à súmula (Incidente no Processo nº 2002.83.20.00.2734-4/PE), observa-se que o mesmo envolvia situação na qual o trabalho de vigilante fora desempenhado entre 04.07.1976 e 30.09.1980. 3. O entendimento sedimentado na súmula desta TNU somente deve se estender até a data em que deixaram de viger as tabelas anexas ao Decreto nº 53.831, de 1964, é dizer, até o advento do Decreto nº 2.172, de 05.03.1997. 4. A despeito de haver a Lei nº 9.032, de 28.04.1995, estabelecido que o reconhecimento de determinado tempo de serviço como especial dependeria da comprovação da exposição a condições prejudiciais à saúde ou à integridade física, não veio acompanhada da regulamentação pertinente, o que somente veio a ocorrer com o Decreto nº 2.172, de 05.03.1997. Até então, estavam a ser utilizadas as tabelas anexas aos Decretos 53.831, de 1964, e 83.080, de 1979. A utilização das tabelas de tais regulamentos, entretanto, não subtraía do trabalhador a obrigação de, após o advento da citada Lei nº 9.032, comprovar o exercício de atividade sob condições prejudiciais à saúde ou à integridade física. 5. Com o Decreto nº 2.172, de 05.03.1997, deixou de haver a enumeração de ocupações. Passaram a ser listados apenas os agentes considerados nocivos ao trabalhador, e os agentes assim considerados seriam, tão-somente, aqueles classificados como químicos, físicos ou biológicos. Não havia no Decreto nenhuma menção ao item periculosidade e, menos ainda, ao uso de arma de fogo. 6. Compreende-se que o intuito do legislador - com as Leis nº 9.032, de 1995, e 9.528, de 1997 - e, por extensão, do Poder Executivo - com o Decreto mencionado - tenha sido o de limitar e reduzir as hipóteses que acarretam contagem especial do tempo de serviço. Ainda que, consoante vários precedentes jurisprudenciais, se autorize estender tal contagem a atividades ali não previstas (o próprio Decreto adverte que "A relação das atividades profissionais correspondentes a cada agente patogênico tem caráter exemplificativo"), deve a extensão se dar com parcimônia e critério. 7. Entre a Lei nº 9.032, de 28.04.1995, e o Decreto nº 2.172, de 05.03.1997, é admissível a qualificação como especial da atividade de vigilante, eis que prevista no item 2.5.7 do anexo ao Decreto nº 53.831, de 1964, cujas tabelas vigoraram até o advento daquele, sendo necessária a prova da periculosidade (mediante, por exemplo, prova do uso de arma de fogo). No período posterior ao citado Decreto nº 2.172, de 05.03.1997, o exercício da atividade de vigilante deixou de ser previsto como apto a gerar a contagem em condições especiais. 8. No caso 'sub examine', porque desfavorável a perícia realizada, é de ser inadmitido o cômputo do tempo de serviço em condições especiais. 9. Pedido de uniformização improvido. (TNU, PEDILEF 200570510038001, Rel. Juíza Federal Joana Carolina, DOU 24/5/2011). 5. Incidente conhecido e parcialmente provido para permitir a conversão da atividade especial de vigilante armado até 5-3-1997. (PEDILEF 05028612120104058100. Relator Juiz Federal Antônio Fernando Schenkel do Amaral e Silva. DOU 02/05/2014 Seção 1, Páginas 93/167)
Ademais, o pedido de uniformização não poderia, doutra forma, ser conhecido pois demandaria, necessariamente, o reexame de provas, providência inviável em sede de uniformização de jurisprudência.
Restaria aplicável, assim, a Súmula 42 deste Tribunal nacional, visto que não teria como desconstituir ou confirmar a decisão recorrida sem abordar a valoração dos fatos e da prova dos autos, conferindo-lhe novo valor, o que equivale a reexaminar o material probatório da lide, Súmula esta que nos diz:
"Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."
Assim, voto por NÃO CONHECER DO PEDILEF.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Juiz WILSON WITZEL
Relator

PROCESSO: 0504969-46.2012.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: DORISLANIA RODRIGUES DA SILVA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
OAB: CE-9436
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

EMENTA

Trata-se de recurso em que a Parte recorrente pretende fazer prevalecer a seguinte tese:
Ocorre que o recurso à esta Corte exige a demonstração de divergência sobre interpretação de direito material, nos termos do art. 14 da Lei 10.259, e no presente caso o que se pretende é ver prevalecer o critério subjetivo de valoração da prova testemunhal, o que é inviável.
Também não demonstrou a Parte recorrente qual o dispositivo legal de direito material pretende fazer a unificação da interpretação.
Assim, voto por NÃO CONHECER DO PEDILEF.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Juiz WILSON WITZEL
Relator

PROCESSO: 0503685-67.2012.4.05.8501
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): COSME DOS SANTOS
PROC./ADV.: MIGUEL ÂNGELO BARBOSA DE LIMA
OAB: SE-3 348
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

EMENTA

Trata-se de agravo contra inadmissão de incidente de uniformização nacional, suscitado pela parte ré, em face de acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de Sergipe. Inadmitido o incidente pela Turma de origem, foi requerida, tempestivamente, a submissão da admissibilidade à Presidência desta Turma Nacional nos termos do art. 7º, VI do RI/TNU, cujo objeto é a verificação se são repetíveis os valores recebidos por força de tutela antecipada - em demanda previdenciária - posteriormente revogada.
A Sentença de improcedência de 1º grau (anexo 26) foi reformada pela Turma Recursal (anexo 30), reconhecendo, como especial, o período laborado por ela não aquiescido, até a data do requerimento administrativo, qual seja, de 06/03/1997 a 07/11/2007, em cujo interstício houve o exercício da atividade de vigilante com uso de arma de fogo, condenando o INSS a conceder o benefício de aposentadoria especial à parte autora e, de ofício, antecipando os efeitos da tutela.
Suscitado o Pedido de Uniformização pela autarquia Ré (anexo 33), decisão de admissibilidade determinou que se aguardasse julgamento do Incidente nº 0500701-10.2012.4.05.8502 para aplicação da concepção da Turma Nacional de Uniformização, nos termos do art. 15, §2º e seguintes, da Resolução nº 22/2008, do Conselho da Justiça Federal (anexo 36), quando, afinal, foi uniformizado o entendimento de que a partir de 05/03/1997, data em que se deu início a vigência do Decreto nº 2.172/97, não cabe reconhecimento de condição especial de trabalho por presunção de periculosidade decorrente de enquadramento na categoria profissional de vigilante. Encaminhados os autos novamente ao Juiz relator, nova decisão por este proferida (anexo 45) constatou que o acórdão não estava em consonância ao firmado na TNU, razão pela qual, por questão de segurança jurídica, devido o seu caráter uniformizador, aplicou ao caso o entendimento desta Corte, declarando, por fim, que os valores recebidos a título de antecipação de tutela são irrepetíveis, porquanto têm natureza alimentar e foram recebidos de boa-fé.
Suscitado novo Incidente (anexo 47), foi sustentado pelo Recorrente que o acórdão prolatado pela Turma Recursal de origem divergiu do entendimento adotado pelo E. STJ, no Recurso Especial nº 1.384.418 - SC, segundo o qual fica constatado que há o dever de o segurado da Previdência Social devolver valores de benefício previdenciário recebidos por força de antecipação de tutela (art. 273 do CPC), posteriormente revogada, malgrado a jurisprudência do STJ ter se fundamentado, historicamente, no princípio da irrepetibilidade dos alimentos para isentar os segurados do RGPS de restituir tais valores obtidos, construção derivada da aplicação do citado princípio em Ações Rescisórias julgadas procedentes para cassar decisão rescindenda que concedeu benefício previdenciário, que, por conseguinte, adveio da construção pretoriana acerca da prestação alimentícia do direito de família, jurisprudência esta que evoluiu ao cuidar da devolução de valores percebidos indevidamente por servidores públicos (quando a Administração interpreta erroneamente uma lei).
Nesta última interpretação, foi considerando não apenas o caráter alimentar da verba, mas também a boa-fé objetiva envolvida in casu, qual seja, legítima confiança ou justificada expectativa, que o beneficiário adquire, de que valores recebidos são legais e de que integraram em definitivo o seu patrimônio, situação, segundo entendimento construído no citado recurso, divergente da atual, porquanto, vista a evolução, do ponto de vista objetivo, inviável falar na percepção, pelo segurado, da definitividade do pagamento recebido via tutela antecipatória, não havendo o titular do direito precário como pressupor a incorporação irreversível da verba ao seu patrimônio.
Alega, ainda, que, "consoante a dicção dos artigos 273, § 2 º, 475-O, do CPC, e 115, da Lei 8.213/91, é devida a restituição de valores recebidos por força de antecipação de tutela que restou revogada, independentemente de qualquer indagação acerca da existência de qualquer animus doloso. A imposição retira sua fonte de validade de uma lei formal, que, como tal, deve ser respeitada, pois tem presunção de legitimidade. (Princípio da Legalidade, contido no artigo 5º, II, da CF/88)".
É o relatório.
Ab initio, verifica-se a similitude fática ente o acórdão recorrido e o trazido a cotejo para embasar a divergência visando ao conhecimento do presente pedido, proferido pelo Superior Tribunal de Justiça (Recurso Especial nº 1.384.418/SC - DJe: 30/08/2013). As questões são congêneres em sua substância e o deslinde da causa se deu em contextos probatórios análogos.
Identifico, ao adentrar no mérito, que o pagamento realizado por força judicial, e que o INSS pretende ver restituído, foi decorrente de decisão suficientemente motivada, em que pese precária, sendo indiscutível, outrossim, a boa-fé do Autor, bem como, o caráter social em questão.
Ademais, a decisão impugnada que à cassação da decisão antecipatória empresta os efeitos ex nunc, malgrado haver posições antagônicas, alinha-se com a jurisprudência dominante pelo STJ, pela Terceira Seção e pelas Turmas que a compõem firmada à época em que prolatada, no sentido de que não estão sujeitos à repetição dos valores referentes a benefícios previdenciários recebidos de boa-fé o segurado hipossuficiente, em razão de tutela antecipada posteriormente revogada. Invoco, para fundamentar esta posição, a corroboração de alguns precedentes:
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. TUTELA ANTECIPADA. REVOGAÇÃO. DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS EM RAZÃO DA MEDIDA ANTECIPATÓRIA. DESNECESSIDADE. BOA-FÉ DO SEGURADO. HIPOSSUFICIÊNCIA. NATUREZA ALIMENTAR DO BENEFÍCIO. I - É incabível a devolução pelos segurados do Regime Geral da Previdência Social de valores recebidos por força de decisão judicial antecipatória dos efeitos da tutela, posteriormente revogada. II - Entendimento sustentado na boa-fé do segurado, na sua condição de hipossuficiente e na natureza alimentar dos benefícios previdenciários. Aplicação da Súmula 83/STJ. Agravo regimental desprovido (AgRg no Ag 1138706/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2009, DJe de 03/08/2009).
AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO PARADIGMA. RECONSIDERAÇÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA. I - Não há divergência a ser sanada na via dos presentes embargos, se a decisão apontada como dissonante foi posteriormente reconsiderada. PREVIDENCIÁRIO. TUTELA ANTECIPADA. REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DE VALORES. DESNECESSIDADE. BOA-FÉ DO SEGURADO. HIPOSSUFICIÊNCIA. NATUREZA ALIMENTAR DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. SÚMULA 168/STJ. APLICAÇÃO. II - Na espécie, cuida-se da irrepetibilidade dos valores recebidos de boa-fé por segurado hipossuficiente, em razão de tutela antecipada posteriormente revogada. Entendimento conforme à orientação jurisprudencial desta e. Corte Superior. Aplicação da Súmula nº 168/STJ. Agravo regimental desprovido (AgRg nos EREsp 993.725/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 05/12/2008, DJe de 02/02/2009).
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TUTELA ANTECIPADA. REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER ALIMENTAR DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. RESERVA DE PLENÁRIO. INAPLICABILIDADE.

VEDADA A IMPRESSÃO NÃO ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MATÉRIA NOVA. DISCUSSÃO. NÃO-CABIMENTO. PRECLUSÃO. 1. Em razão do princípio da irrepetibilidade ou da não-devolução dos alimentos, bem como o caráter social em questão, é impossível a restituição dos valores recebidos a título de antecipação da majoração do benefício previdenciário, posteriormente cassada. 2. "Decidida a questão sob o enfoque da legislação federal aplicável ao caso, inaplicável a regra da reserva de plenário prevista no artigo 97 da Constituição da República." (AgRg no REsp 1.055.893/RS, JANE SILVA - Desembargadora Convocada do TJ/MG -, DJ de 08/09/2008.) 3. Em sede de regimental, não é possível inovar na argumentação, no sentido de trazer à tona questões que sequer foram objeto das razões do recurso especial, em face da ocorrência da preclusão. 4. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1058348/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 25/09/2008, DJe de 20/10/2008).
AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECJAL. PREVIDENCIÁRIO. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA.BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. NATUREZA ALIMENTAR. IRREPETIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 83 DA SÚMULA DESTA CORTE SUPERIOR DE JUSTIÇA. 1. Não se conhece de recurso especial fundado na violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, quando o recorrente, em suas razões, não define nem demonstra em que consistiu a omissão alegada. 2. É firme o constructo doutrinário e jurisprudencial no sentido de que os benefícios previdenciários têm natureza alimentar, sendo, portanto, irrepetíveis. 3. "Não se conhece do recurso especial, pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida." (Súmula do STJ, Enunciado nº 83). 4. Agravo regimental improvido (AgRg nos EDcl no REsp 991.079/RS, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2007, DJe de 22/04/2008).
PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE.DESCONTOS NO BENEFÍCIO. CARÁTER ALIMENTAR. RESTITUIÇÃO DOS VALORES. IMPOSSIBILIDADE. Uma vez reconhecida a natureza alimentar dos benefícios previdenciários, descabida é a restituição requerida pela Autarquia, em razão do princípio da irrepetibilidade dos alimentos. Recurso provido (REsp 627.808/RS, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2005, DJ de 14/11/2005)
PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. DESNECESSIDADE. VERBAS DE NATUREZA ALIMENTAR. PRINCÍPIO DAIRREPETIBILIDADE. MENOR SOB GUARDA. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. EXCLUSÃO DO ROL DE DEPENDENTES. ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELO ART. 16 , § 2º DA LEI 8.213 /91.1. Nos casos de verbas alimentares, surge tensão entre o princípio da vedação ao enriquecimento sem causa e o princípio da irrepetibilidade dos alimentos, fundado na dignidade da pessoa humana (art. 1º , III , da CF). Esse confronto tem sido resolvido,nesta Corte, pela preponderância da irrepetibilidade das verbas de natureza alimentar recebidas de boa-fé pelo segurado.2. A fundamentação trazida no recurso tratou-se de questão de índole constitucional, portanto, incabível de apreciação no âmbito do recurso especial, sob pena de usurpação de competência do STF.3. Após as alterações trazidas pelo art. 16 , § 2º da Lei nº 8.213 /91, não é mais possível a concessão da pensão por morte ao menor sob guarda, sendo também inviável a sua equiparação ao filho de segurado, para fins de dependência.4. Agravos regimentais improvidos. (AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL AgRg no REsp 1352754 SE 2012/0235426-4 Data de publicação: 14/02/2013)
Ressalto que, neste caso em particular, quando o beneficiário vê-se diante de posterior indeferimento de sua pretensão e fruído tendo antecipadamente o direto material invocado, não há que se vislumbrar a inexistência da boa fé objetiva, vista a legítima confiança, ou mesmo a justificada expectativa, que o Suscitado adquiriu como legais os valores recebidos, e que os mesmos passaram a integrar definitivamente o seu patrimônio. O requisto subjetivo relativo à percepção, pelo segurado, no sentido de juridicamente estar legitimado a receber tais quantias, ao meu ver, e neste caso peculiar, reitero, acarreta o cumprimento do objetivo, assegurando o beneficiário quanto à definitividade da incorporação do patrimônio recebido via tutela antecipatória, mesmo porque, à época quando prolatada a decisão antecipatória, a jurisprudência em quase toda sua totalidade entendia pela irrepetibilidade de tais valores.
A decisão guerreada que julga irrepetíveis os valores com fundamento na natureza alimentar dos benefícios previdenciários não nega, tampouco, vigência a dispositivo legal, a saber, o art. 115, II e § único, da Lei n. 8.213/9, pelo contrário, integra-o ao ordenamento jurídico, dando contornos razoáveis a sua aplicabilidade, em homenagem, sobretudo, aos princípios da boa fé e da dignidade da pessoa humana (art. 1º, I, da CF).
Por fim, indispensável não esquecer que as verbas pagas e recebidas de boa fé têm nítido caráter alimentar, recebidas para suprir as necessidades do segurado e de sua família. É o entendimento firmado pela Súmula 51 desta Corte, nos seguintes termos:
"Os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento."
Concebo, diante do exposto, não ser razoável determinar a devolução das parcelas recebidas por força da tutela judicial antecipada, e posteriormente revogada pela mudança do entendimento de parte da jurisprudência até então incontroverso, devendo-se privilegiar o princípio da irrepetibilidade dos alimentos, não estando obrigado o titular do direto patrimonial de caráter alimentar a restituir ao Erário tais valores.
Por tais razões, voto por CONHECER DO PEDILEF E LHE NEGAR PROVIMENTO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer e negar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Juiz WILSON WITZEL
Relator

PROCESSO: 2013.51.51.001449-9
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: JOSINALDO SILVA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
PROC./ADV.: GEORGE AUGUSTO CARVANO
OAB: RJ-85 014
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

EMENTA

Trata-se de agravo contra inadmissão de incidente de uniformização nacional, suscitado pela parte autora, em face de acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Inadmitido o incidente pela Turma de origem, foi requerida, tempestivamente, a submissão da admissibilidade à Presidência desta Turma Nacional nos termos do art. 7º, VI do RI/TNU.
Na inicial, o Autor pede a condenação em danos materiais e morais. Não houve comprovação para fins de indenização de danos materiais, conforme ficou consignado na sentença e no acórdão da Turma Recursal. Quanto aos danos morais o fundamento é tão somente o extravio da correspondência, pela falha do serviço, que serve de fundamento para o dano, cuja comprovação e avaliação da repercussão devem ser objeto de valoração das provas pelas instâncias ordinárias.
Na sentença às fls. 44, consta o seguinte:
Nesse sentido, nada há nos autos que confirme cabalmente a versão apresentada pela parte autora, no sentido de ter enviado os objetos que mencionou, nem recibo de envio que diga claramente o objeto postado.
Embora a ECT responda objetivamente pelos danos que cause, e conquanto possa-se discutir se o valor declarado tem ou não influência na indenização, o pressuposto para que se esmiúce tais temas à guisa de decisão a respeito é a prova do dano, que não houve.
(...)
Sobre o dano moral concluiu o magistrado sentenciante, fls. 45:
"Ressalte-se ser bastante desproporcional o sentimento diante da perda do objeto, principalmente se considerado não haver qualquer prova de se tratar do objeto mencionado na petição inicial. Porém, ainda que seja verdadeira a alegação que não restou provada nos autos, questiona-se: o que tornaria o bem extraviado tão especial a ponto de desencadear lesão de natureza moral, além de patrimonial?
Com efeito, o atraso na entrega do objeto pode ser considerado mero aborrecimento, não devendo ser compensado por reparação moral. Quanto ao objeto não entregue, o ressarcimento da quantia paga pelo serviço ou uma indenização tarifada por tabelas da União Postal Internacional seria o que poderia ser deferido, não havendo prova do valor da mercadoria, que hipoteticamente seria possível até que não tivesse valor econômico algum a ser indenizado, se considerados termos significativos. A falta de entrega também não pode ser considerada causa de lesão moral, já que fazer o contrário significaria estabelecer em cada contrato de entrega pela ECT uma cláusula penal altíssima, e mesmo de previsão impossível quanto ao seu limite, dado o fato de que nunca se tem certeza quanto ao arbitramento da quantia respectiva.
No acórdão as fls. 73 e 74 ambas as teses foram devidamente julgadas e não acolhidas, seguindo orientação desta TNU no PEDILEF nº 200785005001080, in verbis:
EMENTA: "PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DANO MATERIAL. DANO MORAL. CORREIOS. EXTRAVIO DE CORRESPONDÊNCIA. CONTEÚDO OU VALOR NÃO DECLARADOS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ÔNUS DA PROVA DA PARTE AUTORA. INDENIZAÇÃO APENAS NO VALOR DA POSTAGEM. PEDIDO PARCIALMENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Ainda não havendo jurisprudência dominante do STJ sobre a matéria de direito material discutida, mas apenas um acórdão da 3ª Turma daquela Corte (REsp nº 730.855/RJ), o pedido não é conhecido em relação à jurisprudência do STJ, embora seja conhecido em virtude de divergência entre o acórdão recorrido e a jurisprudência da Turma Regional de Uniformização da 1ª Região (Proc. nº 2006.30.00.7001-0). 2. Não cabe pedido de uniformização para fins de afastamento da multa de 1% fixada nos termos do parágrafo único do art. 538 do CPC, por se tratar de questão meramente processual. 3. A responsabilidade dos correios pelo extravio de correspondência é objetiva, motivo pelo qual havendo comprovação do extravio de correspondência com conteúdo ou valor não declarados, há direito a indenização por dano material no valor da postagem, nos termos do disposto no art. 31 do Decreto 83.858/1979. 4. Porém, somente haverá direito a indenização por danos materiais e morais em valor superior ao valor da postagem se a parte autora comprovar o conteúdo e o valor da correspondência. 5. Pedido parcialmente provido para fins de retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado mediante exame da prova", (PEDILEF 200785005001080, JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, TNU - Turma Nacional de Uniformização, 29/09/2009).
A questão jurídica, portanto, foi bem avaliada e, corretamente, o recurso de uniformização, inadmitido, conforme decisão às folhas 97 e 98, haja vista que pretende o Recorrente revolver a matéria fática sobre a valoração do dano moral, o que é vedado perante esta Corte uniformizadora, conforme já assentado no art. 14 da Lei 10.259/01.
Resta aplicável, assim, a Súmula 42 deste Tribunal nacional, visto que não teria como desconstituir ou confirmar a decisão recorrida sem abordar a valoração dos fatos e da prova dos autos, o que equivale a reexaminar o material probatório da lide, Súmula esta que nos diz:
"Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."
Diante do exposto, com a devida vênia, voto por NÃO CONHECER DO PEDILEF por incidir a Súmula 42 da TNU.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Juiz WILSON WITZEL
Relator

PROCESSO: 0519681-47.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO NUNES DE FREITAS
PROC./ADV.: CÍCERO MÁRIO DUARTE PEREIRA
OAB: CE12564
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

EMENTA

Trata-se de agravo contra inadmissão de incidente de uniformização nacional, suscitado pela parte autora, em face de acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Ceará. Inadmitido o incidente pela Turma de origem, foi requerida a submissão da admissibilidade à Presidência desta Turma Nacional nos termos do art. 7º, VI do RI/TNU.
A matéria ventilada e a ser verificada no presente caso é a possibilidade de se conceder o benefício de auxílio doença ao Suscitante.
A Sentença de procedência de 1º grau foi reformada pela Turma Recursal, sob o argumento de que a parte autora não atendeu ao requisito qualidade de segurado.
Sustenta o Suscitante que o acórdão prolatado pela Turma Recursal de origem divergiu do entendimento adotado pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em relação à possibilidade da espondiloartrose lombar, moléstia da qual é portador, ser determinante para assegurar o direito ao benefício pleiteado. Junta, outrossim, acórdãos da 3ª e 5ª Regiões para confrontar a tese da Turma Recursal prolatora do acórdão recorrido no que concerne ao período de graça e, ainda, outros três acórdãos (TRF's da 3ª, 4ª e 5ª Regiões) cujos teores versam acerca da contingência da ausência de anotação de novo contrato de trabalho na CTPS ser admitida, pela jurisprudência, como comprovação da situação de desemprego para fins de manutenção da qualidade de segurado.
É o relatório.
É certo, ab initio, que a Lei 10.259/2001, no seu art. 14, prevê a possibilidade de Pedido de Uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões de direito material proferidas por Turmas Recursais da mesma Região, entre Turmas Recursais de regiões diversas ou entre decisão de Turma Recursal e súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Assim sendo, inexiste previsão legal de uniformização entre julgados de Turmas Recursais e de Tribunal Regional Federal, não podendo os mesmos ser utilizados como paradigmas no presente Incidente nacional.
Ademais, o presente pedido adentra na esfera do reexame de prova e seu julgamento exige, em verdade, não mera fixação de uma premissa jurídica que deve ser observada para casos congêneres, circunstância, dessa forma, que inviabiliza seu conhecimento e julgamento. Tenho, pra mim, que a conclusão extraída pelo julgador não pode ser afastada sem nova dissecação do material probatório, qual seja, a análise se o Requerente detinha a qualidade de segurado quando surgiu a patologia. Pois exige averiguar quando se deu início.
O próprio Juiz de primeiro grau aduz em sua sentença: "O ponto chave para a resolução da lide reside na análise das provas trazidas aos autos pela autora, com a finalidade de convencimento deste Juízo, no que diz respeito ao direito à concessão do benefício. Sem afastar, no entanto, outros aspectos a serem examinados". E segue: "Segundo o laudo pericial, a manifestação da enfermidade data de 23/02/2011. No entanto, o autor juntou nos autos exame médico comprovando a sua enfermidade na data de 14/06/2010, conforme doc.7 página 3 (...) Vê-se, portanto, que a lesão de que padece o autor veio a ocorrer por volta de 14/06/2010, quando este ainda possuía a qualidade de segurado da previdência social, uma vez que detinha 24 meses de período de graça".
Por seu turno, a Turma Recursal de origem diverge do Magistrado sentenciante para reformar a sentença, afirmando que, "Segundo o laudo pericial judicial, a parte autora é portadora de espondilodiscopatia lombar desde 23/2/2011. O perito afirmou que esta condição impede o requerente de desempenhar atividades que o submetam a esforço físico intenso com sobrecarga de peso sobre a região dorsal e abdominal. Considera, entretanto, que esta limitação não é suficiente para incapacitá-lo para o exercício de sua profissão habitual (mestre de obras). (...) Não há nos autos nenhum documento médico que indique que ele apresentava algum tipo de limitação física em data anterior à relatada no laudo judicial. O exame que repousa no anexo 7, página 3, não indica que o requerente já era portador da enfermidade indicada no laudo ou mesmo que estava incapacitado para o trabalho. Assim, permanece a conclusão do perito no sentido de que a enfermidade teve início apenas em 23/2/2011 (...)Dessa forma, admitindo-se que o requerente faz jus à prorrogação prevista no Art. 15, §2º, da Lei 8.213/1991 (desemprego), sua qualidade de segurado seria mantida até no máximo outubro de 2010, data ainda anterior à eclosão da incapacidade laborativa, motivo pelo qual não há direito ao benefício buscado".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Vê-se, portanto, que as conclusões extraídas basearam-se em análise das provas acostadas aos autos. A primeira, em laudo fornecido pelo próprio Suscitante e, a segunda, em exame determinado pelo Juízo.
Resta aplicável, caso ultrapassado o entendimento anterior, destarte, a Súmula 42 deste Tribunal nacional, porquanto não teria como desconstituir ou confirmar a decisão recorrida sem abordar a valoração dos fatos e da prova dos autos, conferindo-lhe novo valor, o que equivale a reexaminar o material probatório da lide, que nos diz:
"Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."
Assim, voto por NÃO CONHECER DO PEDILEF.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Juiz WILSON WITZEL
Relator

PROCESSO: 5022160-10.2014.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: RUTH MARA DE FREITAS
PROC./ADV.: MARIA ADIR MESSA TORRES
OAB: RS-43371
PROC./ADV.: JÚLIO CÉSAR MELLO DA SILVA
OAB: RS-72934
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

EMENTA

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora (anexo 66), pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul (anexo 59).
Ab initio, verifica-se a similitude fática ente o acórdão recorrido e o trazido a cotejo para embasar a divergência visando ao conhecimento do presente pedido. As questões são congêneres em sua substância e o deslinde da causa se deu em contextos probatórios análogos.
A matéria ventilada e a ser verificada no presente caso é a possibilidade de se considerar as condições pessoais e sócio-econômicas, a fim de conceder o benefício assistencial previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, em cujo núcleo familiar a renda per capta seja superior a ¼ do salário mínimo, e se eventual incapacidade total e temporária pode gerar direito ao mesmo.
A Sentença de procedência de 1º grau foi reformada pela Turma Recursal sob o argumento de que a parte autora não se enquadraria no conceito legal de pessoa portadora de deficiência, bem como, de que a renda per capta do núcleo familiar seria superior a ¼ do salário mínimo, cuja subsistência da família é garantida com a quantia que seu marido percebe a título de aposentadoria, no valor de R$ 616,21. Revogou, outrossim, a tutela deferida.
Realizado o relatório, passo à analise do cerne do incidente.
Quanto à temporariedade da incapacidade, o entendimento perfilhado por esta Corte é no sentido de que o magistrado, ao analisar as provas dos autos sobre as quais formará sua convicção, e deparando-se com laudos que atestem incapacidade temporária, deve levar em consideração as condições pessoais da parte requerente para a concessão de benefício assistencial. Malgrado não ser a incapacidade total e definitiva, pode ser considerada como tal quando assim o permitirem as circunstâncias sócio-econômicas do Requerente, ou na medida em que este não possuir condições financeiras de custear tratamento especializado. Mesmo porque o critério de definitividade não fora adotado pelo § 2º, do art. 20, da Lei 8.742/93, e um dos pressupostos para a manutenção do benefício assistencial é a avaliação periódica a cada dois anos. A transitoriedade da incapacidade, portanto, não é óbice à sua concessão A respeito:
VOTO - EMENTA -INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. LOAS. INCAPACIDADEPARCIAL E/OU TEMPORÁRIA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Pedido de concessão de benefício assistencial. 2. Sentença de improcedência do pedido ao argumento de que o laudo médico elaborado durante a instrução processual atestou que, embora tenha constatado que a parte autora encontra-se incapacitada parcial e temporariamente de exercer a sua atividade laborativa habitual a céu aberto, podendo trabalhar, como gari, em locais não expostos diretamente ao sol, uma vez que é acometida de epilepsia, do tipo grande mal (CID 10 - G 45) há 4 anos,"a doença ainda deve ser considerada como reversível dado ao seu início relativamente recente". O prognóstico deve ser considerado como favorável, haja vista que em muitos casos o uso do medicamento anti-convulsivante pode impedir definitivamente a ocorrência das crises comiciais. A sentença considerou que o problema não impede o autor de ter potencial laborativo, havendo possibilidade de exercer algumas das atividades laborais que lhe garantam sustento. 3. Manutenção da sentença pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte ao argumento de que Laudo médico, conquanto reconheça ser o segurado portador de epilepsia, é categórico em concluir pela ausência de incapacidade total para o exercício de atividade laborativa, sendo possível o controle da patologia através da via medicamentosa não obstando a inserção do autor no mercado de trabalho. Quanto ao critério da renda, diante da ausência de incapacidade o acórdão considerou a análise irrelevante. 4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. 5. Alegação de que o acórdão é divergente do entendimento da Turma Nacional de Uniformização, destacando que a transitoriedade da incapacidade não é óbice à concessão do benefício assistencial. 6. É entendimento desta TNU que a incapacidade para fins de benefício assistencial não deve ser entendida como aquela que impeça a parte autora de exercer quaisquer atividades laborais de forma total e permanente, até porque a própria redação original do art. 20 da LOAS não fazia essa restrição. Nesse sentido: "PREVIDENCIÁRIO. LOAS. INCAPACIDADE PARCIAL ETEMPORÁRIA. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. PRECEDENTES DA TNU. 1. "O art. 20 da Lei n° 8.742/93 não impõe que somente a incapacidade permanente, mas não a temporária, permitiria a concessão do benefício assistencial, não cabendo ao intérprete restringir onde a lei não o faz, mormente quando em prejuízo do necessitado do benefício e na contramão da sua ratio essendi, que visa a assegurar o mínimo existencial e de dignidade da pessoa." (PEDILEF 200770530028472, Rel. JUIZ FEDERAL MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, Data da Decisão 13/09/2010, DOU 08/02/2011, SEÇÃO 1). 2. Esta Eg. TNU também já assentou que "a transitoriedade da incapacidade não é óbice à concessão do benefício assistencial, visto que o critério de definitividade da incapacidade não está previsto no aludido diploma legal. Ao revés, o artigo 21 da referida lei corrobora o caráter temporário do benefício em questão, ao estatuir que o benefício 'deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem'". (PEDILEF n° 200770500108659 - rel. Juiz Federal OTÁVIO HENRIQUE MARTINS PORT - DJ de 11/03/2010). 3. "Resta assente que este conceito de capacidade para a vida independente não está adstrito apenas às atividades do dia-a-dia, vez que não se exige que o(a) interessado(a) esteja em estado vegetativo para obter o Benefício Assistencial. Dele resulta uma exigência de se fazer uma análise mais ampla das suas condições pessoais, familiares, profissionais e culturais do meio em que vive para melhor avaliar a existência ou não dessa capacidade". (PEDILEF 200932007033423, Rel. JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO, Data da Decisão 05/05/2011, Fonte/Data da Publicação DOU 30/08/2011). 4. Pedido conhecido e improvido. (PEDILEF 00138265320084013200, JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, DOU 09/03/2012.)".7. A reiteração desse posicionamento culminou na edição da Súmula 29, a qual prevê que "para os efeitos do art. 20, § 2º, da Lei n. 8.742, de 1993, incapacidade para a vida independente não é só aquela que impede as atividades mais elementares da pessoa, mas também a impossibilita de prover ao próprio sustento", bem como o verbete nº 48, editado já sob a égide da nova redação do art. 20 da LOAS, a qual assevera que "a incapacidadenão precisa ser permanente para fins de concessão do benefício assistencial de prestação continuada".8. Diante dessas considerações, o voto é por conhecer e dar parcial provimento ao presente incidente, para reafirmar o entendimento desta TNU de que a incapacidade laboral para fins de benefício assistencial não necessita ser total e permanente, devendo os autos retornar à Turma Recursal de origem para adequação do julgado. (PEDILEF 05086016420094058400, Relator JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA, Data Decisão 27/06/2012, DOU 13/07/2012)
Quanto à questão da miserabilidade, recentemente o Supremo Tribunal Federal, em sede de julgamento de recursos representativos da controvérsia (RE nº 567.985/MT e RE 580.963/PR), pela sistemática da repercussão geral, pacificou sua jurisprudência e declarou, incidenter tantum, a inconstitucionalidade do § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93, e do parágrafo único do art. 34 da Lei nº 10.741/03 (Estatuto do idoso).
Ressalte-se que não foi alcançado, naquela Sessão, o quórum de 2/3 para modulação dos efeitos da decisão, no sentido de que os preceitos impugnados tivessem validade até 31/12/2015, como requerido pela Advocacia Geral da União, portanto, os efeitos das referidas declarações de inconstitucionalidade serão ex tunc.
A respeito do tema, confira-se:
Benefício de prestação continuada: tutela constitucional de hipossuficientes e dignidade humana - 11
O Plenário, por maioria, negou provimento a recursos extraordinários julgados em conjunto - interpostos pelo INSS - em que se discutia o critério de cálculo utilizado com o intuito de aferir-se a renda mensal familiar per capita para fins de concessão de benefício assistencial a idoso e a pessoa com deficiência, previsto no art. 203, V, da CF - v. Informativo 669. Declarou-se a inconstitucionalidade incidenter tantum do § 3º do art. 20 da Lei 8.742/93 ["Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família ... § 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo"] e do parágrafo único do art. 34 da Lei 10.741/2003.
RE 567985/MT, rel. orig. Min. Marco Aurélio, red. p/ o acórdão Min. Gilmar Mendes, 17 e 18.4.2013. (RE-567985)
RE 580963/PR, rel. Min. Gilmar Mendes, 17 e 18.4.2013.(RE-580963)
Benefício de prestação continuada: tutela constitucional de hipossuficientes e dignidade humana - 12
Prevaleceu o voto do Min. Gilmar Mendes, relator do RE 580963/PR. Ressaltou haver esvaziamento da decisão tomada na ADI 1232/DF - na qual assentada a constitucionalidade do art. 20, § 3º, da Lei 8.742/93 -, especialmente por verificar que inúmeras reclamações ajuizadas teriam sido indeferidas a partir de condições específicas, a demonstrar a adoção de outros parâmetros para a definição de miserabilidade. Aduziu que o juiz, diante do caso concreto, poderia fazer a análise da situação. Destacou que a circunstância em comento não seria novidade para a Corte. Citou, no ponto, a ADI 223 MC/DF (DJU de 29.6.90), na qual, embora declarada a constitucionalidade da Medida Provisória 173/90 - que vedava a concessão de medidas liminares em hipóteses que envolvessem a não observância de regras estabelecidas no Plano Collor -, o STF afirmara não estar prejudicado o exame pelo magistrado, em controle difuso, da razoabilidade de outorga, ou não, de provimento cautelar. O Min. Celso de Mello acresceu que, conquanto excepcional, seria legítima a possibilidade de intervenção jurisdicional dos juízes e tribunais na conformação de determinadas políticas públicas, quando o próprio Estado deixasse de adimplir suas obrigações constitucionais, sem que isso pudesse configurar transgressão ao postulado da separação de Poderes.
RE 567985/MT, rel. orig. Min. Marco Aurélio, red. p/ o acórdão Min. Gilmar Mendes, 17 e 18.4.2013. (RE-567985)
RE 580963/PR, rel. Min. Gilmar Mendes, 17 e 18.4.2013.(RE-580963)
Benefício de prestação continuada: tutela constitucional de hipossuficientes e dignidade humana - 13
O Min. Gilmar Mendes aludiu que a Corte deveria revisitar a controvérsia, tendo em conta discrepâncias, haja vista a existência de ação direta de inconstitucionalidade com efeito vinculante e, ao mesmo tempo, pronunciamentos em reclamações, julgadas de alguma forma improcedentes, com a validação de decisões contrárias ao que naquela decidido. Enfatizou que a questão seria relevante sob dois prismas: 1º) a evolução ocorrida; e 2º) a concessão de outros benefícios com a adoção de critérios distintos de 1/4 do salário mínimo. O Min. Luiz Fux considerou que, nos casos em que a renda per capita superasse até 5% do limite legal em comento, os juízes teriam flexibilidade para conceder a benesse, compreendido como grupo familiar os integrantes que contribuíssem para a sobrevivência doméstica. No tocante ao parágrafo único do art. 34 do Estatuto do Idoso, o Min. Gilmar Mendes reputou violado o princípio da isonomia. Realçou que, no referido estatuto, abrira-se exceção para o recebimento de dois benefícios assistenciais de idoso, mas não permitira a percepção conjunta de benefício de idoso com o de deficiente ou de qualquer outro previdenciário. Asseverou que o legislador incorrera em equívoco, pois, em situação absolutamente idêntica, deveria ser possível a exclusão do cômputo do benefício, independentemente de sua origem.
RE 567985/MT, rel. orig. Min. Marco Aurélio, red. p/ o acórdão Min. Gilmar Mendes, 17 e 18.4.2013. (RE-567985)
RE 580963/PR, rel. Min. Gilmar Mendes, 17 e 18.4.2013.(RE-580963)
Benefício de prestação continuada: tutela constitucional de hipossuficientes e dignidade humana - 15
Por fim, não se alcançou o quórum de 2/3 para modulação dos efeitos da decisão no sentido de que os preceitos impugnados tivessem validade até 31.12.2015, consoante requerido pela Advocacia-Geral da União. Votaram pela modulação os Ministros Gilmar Mendes, Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Celso de Mello. O Min. Gilmar Mendes rememorou a inconstitucionalidade por omissão relativamente ao art. 203, V, da CF e afirmou a razoabilidade do prazo proposto. Obtemperou que devolver-se-ia ao Legislativo a possibilidade de conformar todo esse sistema, para redefinir a política pública do benefício assistencial de prestação continuada, a suprimir as inconstitucionalidades apontadas. A Min. Rosa Weber adicionou ser salutar que o Supremo, ainda que sem sanção, indicasse um norte temporal. O Min. Luiz Fux ressaltou que o STF, em outras oportunidades, já exortara o legislador para que ele cumprisse a Constituição. O Min. Celso de Mello esclareceu que o objetivo seria preservar uma dada situação, visto que, se declarada, pura e simplesmente, a inconstitucionalidade, ter-se-ia supressão do ordenamento positivo da própria regra. Criar-se-ia, dessa maneira, vazio legislativo que poderia ser lesivo aos interesses desses grupos vulneráveis referidos no inciso V do art. 203 da CF. Em divergência, votaram contra a modulação os Ministros Teori Zavascki, Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa (Presidente) e Dias Toffoli. Este último apenas no que se refere ao RE 580963/PR. O Min. Teori Zavascki mencionou que, se o Supremo fixasse prazo, deveria também estabelecer consequência pelo seu descumprimento. O Min. Ricardo Lewandowski observou que o postulado da dignidade humana não poderia ficar suspenso por esse período e o que o STF deveria prestigiar a autonomia do Congresso Nacional para fixar a própria pauta. O Presidente sublinhou que estipular prazo ao legislador abalaria a credibilidade desta Corte, porque, se não respeitado, a problemática retornaria a este Tribunal. O Min. Marco Aurélio abstivera-se de votar sobre esse tópico, pois não concluíra pela inconstitucionalidade dos dispositivos. O Min. Dias Toffoli não se manifestou no RE 567985/MT, porquanto impedido.
RE 567985/MT, rel. orig. Min. Marco Aurélio, red. p/ o acórdão Min. Gilmar Mendes, 17 e 18.4.2013. (RE-567985)
RE 580963/PR, rel. Min. Gilmar Mendes, 17 e 18.4.2013.(RE-580963).
Entende esta corte na mesma linha de raciocínio, qual seja, que o magistrado deve levar em consideração as condições pessoais da parte requerente, em análise de miserabilidade, para a concessão de benefício assistencial. O critério econômico de ¼ do salário-mínimo não é absoluto, não devendo ser óbice, por si só, à sua concessão A respeito:
PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. PORTADOR DE DEFICIÊNCIA. PRETENSÃO DE AFASTAMENTO DA RENDA PER CAPITA SUPERIOR A ¼ DO SALÁRIO-MÍNIMO COMO ÚNICO CRITÉRIO PARA AFERIÇÃO DAMISERABILIDADE. RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 567.985/MT. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20 DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal da Paraíba, a qual negou provimento ao recurso da parte autora, mantendo pelos próprios e jurídicos fundamentos a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, ao argumento de que a renda per capita é superior a ¼ do salário-mínimo vigente. 2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto tempestivamente pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. 3.

IMPRENSA NACIONAL
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
VEDADA A VENDA A TERCEIROS

Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento da Turma Recursal do Mato Grosso (processo 2008.36.00.700052-6, Rel. Juíza Federal Adverci Rates Mendes de Abreu), bem como do STJ (REsp nº 868.600/SP, Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA), segundo os quais o critério econômico de ¼ do salário-mínimo não é absoluto. 4. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos remetidos a esta Turma Nacional após Agravo. 5. O Douto Subprocurador-Geral da República oficiante nesta TNU apresentou parecer no sentido do provimento do Incidente, para ver reconhecido o direito do requerente ao benefício assistencial pretendido. 6. Verifico inexistir a necessária similitude fático-jurídica entre o julgado do STJ e o acórdão recorrido. Isso porque naquele é admitida a utilização de outros meios de prova quando a renda per capita ultrapassa o limite de ¼ do salário-mínimo, sem ser tal análise, todavia, uma imposição, mas sim uma faculdade do julgador. E esse entendimento tem sido o adotado por este Colegiado, ex vi, PEDILEF nº 0511565-82.2008.4.05.8200 (Relator: Juiz Federal Janílson Bezerra de Siqueira, D.O.U:23/06/2013) e PEDILEF nº 0509039-71.2010.4.05.8201 (Relatora: Juíza Federal Ana Beatriz Vieira da Luz Palumbo, D.O.U: 16/08/2013). 7. Entretanto, com relação ao paradigma da Turma Recursal de Mato Grosso refaço a leitura de outrora (pois já decidi no sentido de que o julgado citado não impõe obrigatoriedade de se analisar outros meios de prova), e reconheço a divergência jurisprudencial que autoriza o conhecimento do Incidente. Deveras, o acórdão trazido como paradigma disciplina que "(...) não obstante a renda per capita auferida ser superior ao limite estabelecido na LOAS, nossa jurisprudência é farta no sentido da concessão do benefício para pessoas cuja renda seja superior ao máximo exigido, uma vez que deve ser considerada para fins de averiguação do estado de miserabilidade toda a estrutura social em que está inserido o postulante do benefício" (grifei), e o acórdão recorrido considerou apenas a questão de renda, a despeito de haver produzido prova oral (não valorada em tempo algum). Encontra-se, pois, configurado o dissídio jurisprudencial: o juiz é obrigado a analisar a miserabilidade por outros elementos existentes nos autos quando a renda per capita supera o limite do artigo 20, §3º,da Lei nº 8.742/93? 8. Tendo em vista os princípios elementares do Processo Civil, poder-se-ia responder pela negativa. Deveras, o sistema processual pátrio consagra o princípio da persuasão racional do Juiz, também conhecido como o princípio da livre convicção motivada, com o que o magistrado forma livremente o seu convencimento (artigos 131 e 461, do CPC). Os professores das Arcadas da Universidade de São Francisco/USP em obra clássica (CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. GRINOVER, Ada Pelegrini. DINAMARCO, Cândido Rangel. "Teoria Geral do Processo", 24ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008, p. 73), lecionam que esse princípio "regula a apreciação e avaliação das provas existentes nos autos, indicando que o juiz deve formar livremente sua convicção. Situa-se entre o sistema da prova legal e o julgamento secundum conscientiam". 9. Contudo, o recente julgamento do Recurso Extraordinário nº 567.985/MT, que teve como Relator para acórdão o Ministro Gilmar Mendes, de repercussão geral, onde o Supremo Tribunal Federal declarou incidenter tantum a inconstitucionalidade do §3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93, incita nova reflexão e manifestação deste Colegiado Uniformizador a respeito do tema. 10. Entendo não ser aceitável a não valoração das provas constantes nos autos e fundamentar a procedência ou improcedência da demanda apenas em critério quantitativo de renda que foi declarado inconstitucional pelo Excelso Tribunal em repercussão geral. E isso justamente porque o nosso sistema não é o da tarifação de provas, e tampouco permite o julgamento de forma livre e arbitrária, mas sim o de princípio da persuasão racional, conforme alhures exposto. 11. Assim, diante da nova análise a respeito da matéria, levada a efeito no mencionado Recurso Extraordinário nº 567.985/MT, de onde copio trecho significativo, "Verificou-se a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro), a miserabilidade da parte, para fins de concessão do LOAS,deverá levar em consideração todo o quadro probatório apresentado pela parte e não unicamente o critério legal constante do §3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93, repita-se, agora havido por inconstitucional pela Augusta Corte pátria, mercê da progressão social e legislativa. 12. Incidente de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para firmar o entendimento de que há a necessidade de valoração das provas produzidas nos autos para a aferição da miserabilidade mesmo quando a renda per capita seja superior a ¼ do salário mínimo, posto não ser este o critério único para aferição da miserabilidade. Retornem os autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado conforme a premissa jurídica ora fixada. (PEDILEF 05042624620104058200 JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE, DOU 10/01/2014 PÁG. 121/134) Grifos Nossos

Pelo exposto, CONHEÇO do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora e DOU-LHE PROVIMENTO, para julgar procedente o pedido autoral, determinar o INSS a implantar o benefício em epígrafe desde a data do requerimento administrativo (17/06/2009), bem como, a pagar a importância referente às parcelas devidas desde a supracitada data, de acordo com o entendimento da TNU. Os valores devidos devem ser corrigidos monetariamente com base no Manual de Orientação de Procedimentos de Cálculos na Justiça Federal.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer e dar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Juiz WILSON WITZEL
Relator

PROCESSO: 5057317-05.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TANIA MARIA VILAGRAN DA CUNHA
PROC./ADV.: THOMAZ DOS SANTOS ORTIS NETO
OAB: -
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL WILSON JOSÉ WITZEL

EMENTA

Trata-se de agravo contra inadmissão de incidente de uniformização nacional, suscitado pela parte autora, em face de acórdão de Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. Inadmitido o incidente pela Turma de origem, foi requerida, tempestivamente, a submissão da admissibilidade à Presidência desta Turma Nacional nos termos do art. 7º, VI do RI/TNU.
A matéria ventilada e a ser verificada no presente caso é a possibilidade de se reconhecer, para fins previdenciários, com os correlatos efeitos jurídicos daí decorrentes, vínculos urbanos a partir de cópias da CTPS, vínculos esses não constantes do CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais).
A parte autora junta aos autos (anexo 1, documento 5), como comprovante de vínculo empregatício para fins de concessão do benefício previdenciário aposentadoria por idade, ou auxílio doença, de acordo com a exordial (anexo 1, documento 2), cópia de sua CTPS.
A aposentadoria por idade fora indeferida administrativamente por "falta de período de carência - inicio de atividade antes 24/07/91, sem a perda da qualidade do segurado (...) mas não atingiu a tabela progressiva" (anexo 1, documento 4).
Audiência realizada (anexo 13) e acostado aos autos resumo dos documentos para cálculo do tempo de contribuição (anexo 17).
Contesta o INSS (anexo 20) pela improcedência do pedido autoral, porquanto não teria a parte autora carência necessária para o deferimento do benefício.
A Sentença de procedência de 1º grau (anexo 23) foi mantida, por seus próprios fundamentos, pela Turma Recursal (anexos 52/53), sob o argumento de que foram preenchidos os requisitos necessários para a concessão da aposentadoria, quais sejam, idade mínima - implementado em 2007 - e, no caso concreto, tendo em vista que a filiação da Autora ao RGPS se deu em momento anterior à edição da Lei n° 8.213/91, a comprovação do recolhimento de 156 contribuições mensais - 108 reconhecidas pelo INSS mais o período de 15.12.2003 a 17.03.2008, conforme registro na CTPS da Segurada, totalizando 160 contribuições.
Sustenta o Recorrente (anexo 58) que o acórdão prolatado pela Turma Recursal de origem divergiu do entendimento adotado por Turma Recursal da Subseção Judiciária do Estado de Goiás - Processo nº 2008.35.00.702518-2 e por decisão proferida por esta Corte no processo nº 2006.38.00.737352-9, segundo os quais, "não deve ser a CTPS tomada como prova plena, podendo ser exigido do segurado o fornecimento de outros elementos de informação que atestem a existência do vínculo", ainda, "na manifesta impossibilidade de serem ofertados novos documentos, deve ser aberta a possibilidade de ser produzida prova testemunhal.".
É o relatório.
É certo, ab initio, que os paradigmas invocados para fundar o Pedido de Uniformização são imprestáveis para tal desiderato, pois decidem, no primeiro, julgar prejudicado o Recurso para determinar a realização de audiência de instrução e julgamento a fim de oferecer à parte a produção de prova testemunhal e, o proferido por esta Turma, pelo conhecimento do Incidente, tendo em vista que a anotação constante da CTPS decorre de sentença homologatória trabalhista, tornando despiciendo tecer maiores considerações sobre suas inutilidades, caso de ser aplicada a Questão de Ordem 22 da TNU: "É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma" (Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006).
Superada a questão supracitada, entendendo esta Corte pelo conhecimento e julgamento, e adentrando no mérito, tenho que a conclusão extraída pelo julgador pode ser firmada sem nova dissecação do material probatório, ainda que tangencie a esfera do reexame, fixando, desde já, premissa jurídica que deve ser observada para casos congêneres: a possibilidade de se reconhecer vínculos empregatícios a partir e tão somente de registros em CTPS.
De acordo com a jurisprudência desta Corte há muito pacificada, bem como, por outros Tribunais Superiores, os registros constantes na CTPS do trabalhador revestem-se de presunção de veracidade relativamente aos parâmetros dos vínculos empregatícios nela anotados, insuficiente a mera falta de registros de tais empregos no CNIS para elidir aquela presunção. Com efeito, presumem-se verdadeiras as anotações em CTPS, salvo havendo prova de fraude. E o ônus de provar a fraude recai sobre o INSS, pois, consabido, o ônus é de quem alega o fato apto a afastar a presunção juris tantum. É quem se incumbe, portanto, de realizar a prova. O registro de vínculo empregatício na carteira profissional da Autora substancia prova material plena da prestação de serviços no período retratado e a simples alegação de ausência de informação no CNIS não se presta para afastar sua eficácia probatória, tampouco, ou muito menos, é garantia de que a respectiva anotação de emprego em CTPS é fraudulenta.
De se anotar, outrossim, que a CTPS da Autora não apresenta rasuras, emendas, não há nela campos ilegíveis ou mesmo fora extraviada, temas estes não abordados pela Ré, ora Suscitante, cujos vínculos, mesmo em tais situações, poderiam ser comprovados com base em outros dados concretamente aferíveis, como uma declaração ou a transcrição de um testemunho.
Ainda que, como diz o Recorrente, trate-se apenas de presunção relativa, a ele então cabia desconstituí-la, o que não fez. Ao recusar validade à anotação na CTPS, sob fundamento da inexistência de confirmação no CNIS, tem-se que pressupôs a má-fé do segurado, atribuindo-lhe suposição de ter fraudado o documento. Repudia a jurisprudência mera suspeita de fraude, meras conjecturas. Ademais, como princípio geral do direito, há a presunção de boa-fé. A deficiência da base de dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais é notória, além de ser criação recente, razão pela qual não congloba a integralidade de informações relativas aos vínculos de filiação previdenciária de forma eficiente, sobretudo quanto às relações de emprego muito antigas.
Além do mais, houve audiência, presentes o INSS e a parte autora, oportunidade de produção de provas para infirmar tais anotações, nada sendo requerido, nesta direção, pela autarquia previdenciária.
Por fim, não se pode exigir do segurado forma diversa para comprovar seu tempo de contribuição. Por lei, não lhe cabe preservar, para se acautelar quanto à expectativa de aposentadoria e com o propósito de comprovar tempo de serviço, outros documentos além da sua CTPS, que sempre bastou por si mesma para tal finalidade.
Portanto, inexistindo qualquer defeito formal que comprometa a fidedignidade das anotações da CTPS, goza a mesma de presunção relativa de veracidade, formando prova suficiente de tempo de serviço para fins previdenciários, ainda que o vínculo empregatício não tenha registro no CNIS.
Diante de tudo, entendo cabível a aplicação da Questão de Ordem 22 da TNU, que diz:
"É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.(Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006).
E se assim este Colegiado não entender, concebo ainda ser o caso da incidência da Questão de Ordem 24 da TNU, in verbis:
"Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia. (Aprovada na 5ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, dos dias 13 e 14.09.2010)."
Pelo exposto, voto por NÃO CONHECER DO PEDILEF por incidir as Questões de Ordem 22 e 24 da TNU que, acaso superadas, ainda seria o caso de CONHECER E LHE NEGAR PROVIMENTO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Juiz WILSON WITZEL
Relator

PROCESSO: 0511652-33.2011.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ALMIRA DE LOURDES MARANHÃO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE NÃO CONSTATADA EM EXAME PERICIAL. MATÉRIA DE FATO. PECULIARIDADES DE CADA CASO. REEXAME DE PROVAS. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA N. 42 DA TNU. INCAPACIDADE PREEXISTENTE. CONDIÇÕES PESSOAIS E SOCIAIS. IRRELEVÂNCIA PARA O DESLINDE DA CAUSA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Sentença de improcedência do pedido de restabelecimento do benefício auxílio-doença ou de sua conversão em aposentadoria por invalidez, mantida, por seus próprios fundamentos, pela Turma Recursal da Paraíba, por entender que a sentença recorrida baseou-se em laudo de perito médico oficial (evento 13), o qual goza da confiança do Juízo.
2. Interposição de incidente de uniformização pela parte autora, sob a alegação de que o acórdão recorrido, ao não considerar as particularidades da patologia apresentada pela autora, bem como a atividade habitual exercida por ela e suas condições pessoais, erroneamente, não reconheceu o preenchimento dos requisitos para a obtenção do benefício. Aduz que tal posicionamento diverge da jurisprudência dominante da Turma Recursal do Mato Grosso que, em caso semelhante, levou em consideração as condições pessoais da segurada.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3. Incidente não admitido na origem, sob o fundamento de que (1) o acórdão apresentado como paradigma apresenta matéria fática distinta da apreciada no caso em questão, não configurando a necessária divergência com súmula ou jurisprudência dominante do STJ, das Turmas de Uniformização e/ou de Turmas Recursais ou, (2) a análise da pretensão recursal implica volver matéria fática, o que figura como incompatível com a via eleita.
4. Interposto Agravo, nos termos do RITNU, o d. Presidente do Colegiado determinou a distribuição do recurso, vieram-me os autos conclusos.
5. O incidente de uniformização, todavia, não merece ser conhecido.
6. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.
7. De fato, é entendimento desta Corte Uniformizadora que as condições pessoais e sociais devem ser sopesadas pelo julgador no caso concreto, no que tange à concessão de benefícios por incapacidade de um modo geral. Isso, contudo, não importa necessariamente na conclusão de que tais condições devam preponderar sobre outros requisitos imprescindíveis à concessão do benefício previdenciário.
8. No caso destes autos o fundamento utilizado pelo relator do acórdão, por si só, já seria suficiente para afastar a concessão do benefício postulado, uma vez que, a despeito da limitação apresentada pela recorrente, ele entendeu que não havia incapacidade alguma para a atividade habitualmente exercida pela segurada, restrita ao âmbito doméstico. Confira-se pois o seguinte excerto:
(...) "A conclusão do perito é de que existe limitação da capacidade laboral do(a) autor(a), de caráter permanente.
Observa-se que quando o fator etário está associado a limitações laborais para o exercício de atividades que demandam força física ou destreza, tem este juízo feito interpretação sistemática para concluir a existência de incapacidade laboral quando o segurado não possui alternativas de modo de execução de seu mister ou quando o restante da capacidade laboral não lhe dá condições de prover o seu sustento mediante a percepção de rendimentos suficientes. Porém, este entendimento não se aplica ao caso da doméstica do seu próprio lar, como é a autora, posto que a mesma pode adequar suas atividades domésticas à sua deficiência, já que apresenta apenas limitação."(...)
Cumpre observar que tal conclusão foi baseada na prova pericial produzida nos autos, sendo vedado a este Colegiado revalorar tais provas para exarar conclusão diversa, nos termos da Súmula nº 42.
9. Ademais não é possível vislumbrar nenhuma semelhança fática ou jurídica entre o presente caso e aquele de que trata o aresto trazido como paradigma. Isto porque, do exame acurado das provas dos autos, percebe-se que a recorrente é portadora de sequelas de paralisia infantil, sendo que a limitação funcional existe desde a infância. Por tais razões, ainda que a recorrente tenha obtido administrativamente o benefício de auxílio-doença, é inexorável a conclusão de que, sendo tais limitações antecedentes ao ingresso no RGPS, seria o caso de aplicação da norma inserta no parágrafo único do art. 59 e § 2º do art. 42 da Lei nº 8.213/91, donde se concluir que a concessão se deu mediante erro da Administração.
10. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização não conheceu do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do juiz federal relator.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Juiz PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Relator

PROCESSO: 0005516-65.2008.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: MARIA ARLLINDA DE CARVALHO
PROC./ADV.: JOSÉ GERVÁSIO DA CUNHA
OAB: RR 368
PROC./ADV.: VALDENOR ALVES GOMES
OAB: RR-618
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. PARADIGMAS. PREQUESTIONAMENTO NECESSÁRIO. QO N. 10 DA TNU. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURIDICA. REEXAME DE PROVAS. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA N. 42 DA TNU. QO N. 22. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Trata-se de incidente de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão da Turma Recursal de Roraima que, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de pensão por morte sob os seguintes fundamentos:
"O único documento apresentado pela recorrida para comprovar que seu companheiro exercia atividade rurícola é sua certidão de nascimento (dele) em que consta a profissão de seu pai (dele) como lavrador. Ora, tendo o de cujus falecido com 65 anos, penso não ser razoável aceitar sua certidão de nascimento como início de prova material de sua atividade laborativa.
(...)
Outro ponto que não restou efetivamente demonstrado refere-se ao fato da autora não ter apresentado qualquer documento que comprove ser a mesma casada com o de cujus, ou que viviam em união estável.
Todo o julgado está ancorado em apenas um único depoimento testemunhal, seja relativo à atividade rural, seja relativo à união estável, o que entendo se mostra inservível para dar provimento à concessão do benefício pleiteado."
2. Aduz a recorrente, em síntese, que o acórdão recorrido diverge do entendimento do STJ e do TRF 3ª Região, ao que parece, no tocante aos documentos aceitos como início de prova material.Alega, também, que houve equívoco da Turma de origem que, segundo diz, teria analisado as provas para verificar a qualidade de segurada da requerente (possível beneficiária) e não do falecido (possível instituidor do benefício).
3. Incidente não admitido na origem por impossibilidade de revolvimento de matéria fática (Súm. 42 da TNU), tendo sido distribuído a esta relatoria pela via do agravo.
4. O incidente de uniformização, com efeito, não merece ser conhecido.
5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.
6. Os acórdãos de Tribunal Regional Federal, contudo, não servem de paradigma para o incidente conforme precedentes deste Colegiado: "1. Acórdãos paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não se prestam a autorizar caracterização de divergência apta a autorizar o conhecimento do incidente de uniformização. [...]." (TNU, PEDILEF 200772510014642, Rel. Juíza Federal Simone dos Santos Lemes Fernandes, DOU 01/06/2012).
7. Da análise dos paradigmas trazidos à colação, verifico que eles apresentam realidade fático-jurídica distinta da observada no caso em exame. De acordo com o acórdão hostilizado, a recorrente apresentou como prova fática para comprovação da qualidade de segurado do instituidor somente a certidão de nascimento do companheiro. Por sua vez, o REsp 847.687/GO trata de pensão oriunda de morte de preso sob custódia, dividida entre companheira e filhos, o AGA 200701802821 trata da impossibilidade de se verificar os requisitos para a antecipação de tutela, ao AGREsp 200701921510 e ao AGA 200701160076 foi negado seguimento sem motivação exposta na ementa apresentada e, por fim, o REsp 200502067758 cuida de reconhecimento da união estável, em que afirma o STJ que a apreciação da condição de companheira e de sua dependência econômica ensejariam reexame de matéria fática.
8. Os demais julgados trazidos a guisa de demonstração da divergência (ARs 2005/0176875-5 e 1997/0083044-6) consideraram como razoável início de prova material a escritura pública em que o companheiro aparece como lavrador e a certidão de casamento do pretenso instituidor da pensão. No caso sob análise a recorrente sustenta que havia outros documentos válidos nos autos, quais sejam, certidão de casamento em que consta a profissão de lavrador do marido , o título eleitoral do falecido, a certidão de óbito e o recibo de compra e venda de propriedade rural. Além das provas mencionadas não constarem dos autos, ficou expressamente consignado no acórdão recorrido que o conteúdo probatório se restringiu à certidão de nascimento do falecido, documento demasiadamente frágil e não contemporâneo, portanto inapto para servir de prova da alegada condição de segurado especial, sobretudo quando corroborado por uma única testemunha.
9. Ademais, qualquer insurgência sobre a apreciação de provas ou o eventual equívoco da Turma de origem na análise da qualidade de segurado da requerente, e não do falecido companheiro, deveria ter sido objeto de embargos de declaração. A irresignação da recorrente não foi enfrentada pelo aresto impugnado e sem a oposição dos embargos pertinentes não houve prequestionamento da matéria. A propósito esta TNU tem entendimento consolidado nos termos da Questão de Ordem nº 10: "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido."
10. Sem razão a recorrente até mesmo ao asseverar em trecho do recurso que o acórdão impugnado "é fundamentado como se a requerente não preenchesse a qualidade de segurada rural, por ter vínculo empregatício, inclusive, após a data do óbito de seu companheiro." Não vislumbro em nenhum ponto do acórdão impugnado menção alguma à comprovação da qualidade de segurada, seja especial ou urbana, da recorrente.
11. No mais, observo que a pretensão do incidente se atém à reanálise das provas constantes dos autos, medida incabível em sede de pedido de uniformização. Ainda que, no campo da hipótese, o entendimento do magistrado não fosse o mais correto sob o ponto de vista jurídico, não caberia a este Colegiado modificar o decisum, haja vista que a sua competência é restrita à uniformização da aplicação da lei federal e limitada ao campo do direito material, não podendo jamais oficiar como corte de apelação.
12. Nesse passo, considerando que não houve prequestionamento da matéria, que não há divergência entre os julgados e que a pretensão recursal exige o reexame da matéria fática, inadmissível se torna o conhecimento do presente incidente de uniformização, nos termos da Súmula nº 42 da TNU e Questões de Ordem nº 10 e 22 .
13. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização não conheceu do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do juiz federal relator.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Juiz PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Relator

PROCESSO: 0014342-30.2005.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LEONARDO LIMA DOS SANTOS
PROC./ADV.: DAZIO VASCONCELOS
OAB: SP-133791
PROC./ADV.: EZEQUIEL GONÇALVES DE SOUSA
OAB: SP-251801
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. AUXÍLIO-RECLUSÃO. OMISSÃO. ENQUADRAMENTO NO CONCEITO DE "BAIXA RENDA". ÚLTIMO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO EFETIVAMENTE APURADO. DEVOLUÇÃO À TURMA DE ORIGEM PARA ANÁLISE DO CONTEÚDO PROBATÓRIO. NECESSIDADE. EMBARGOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS.
1. Trata-se de embargos de declaração opostos em face de acórdão desta Turma Nacional de Uniformização que conheceu e deu provimento aos embargos de declaração interpostos pela parte autora, firmando a tese de que "para a concessão de auxílio-reclusão deverá ser levada em conta a renda do preso no momento da prisão, consubstanciada em seu último salário de contribuição, ressalvada da hipótese em que a última remuneração tenha sido atípica, na qual se admite outros meios de prova quanto ao enquadramento no conceito de "baixa renda"."
2. Alega o recorrente, em síntese, que o acórdão embargado merece esclarecimentos, tendo em vista que não deixou claro "se restou provido com a concessão do benefício ou se restou provido apenas para determinar a devolução dos autos à Origem para adequação/retratação de acordo com a tese firmada." Aproveita para solicitar o julgamento do mérito do pedido inicial pela TNU, por entender não existir controvérsia sobre os fatos.
3. Os embargos, de fato, merecem acolhimento.
4. Os embargos declaratórios são cabíveis quando "na sentença ou acórdão houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida", segundo o disposto no artigo 48 da Lei 9.099/1995, aplicável aos Juizados Especiais Federais.
5. No caso sob exame, observo que não houve direcionamento por parte deste Colegiado sobre a continuidade do enredo processual. Contudo, também noto que a apreciação do pedido com base na premissa já assentada pela TNU demandaria reanálise do conjunto fático-probatório constante dos autos, o que esbarra na Súmula nº 42 e enseja a aplicação da Questão de ordem nº 20:
Se a Turma Nacional decidir que o incidente de uniformização deva ser conhecido e provido no que toca a matéria de direito e se tal conclusão importar na necessidade de exame de provas sobre matéria de fato, que foram requeridas e não produzidas, ou foram produzidas e não apreciadas pelas instâncias inferiores, a sentença ou acórdão da Turma Recursal deverá ser anulado para que tais provas sejam produzidas ou apreciadas, ficando o juiz de 1º grau e a respectiva Turma Recursal vinculados ao entendimento da Turma Nacional sobre a matéria de direito.
6. Pelo exposto, ACOLHO os presentes embargos de declaração para acrescentar texto do Acórdão que acolheu os embargos anteriormente apresentados (Sessão de 11/09/2014) o seguinte item:
"15. De consequência, empresto aos presentes embargos efeitos infringentes, para conhecer e dar parcial provimento ao incidente de uniformização, determinando o retorno dos autos à Turma de origem para que profira novo julgamento com base nas diretrizes assentadas na fundamentação supra."
É como voto.

ACÓRDÃO

A Turma acolheu os Embargos de Declaração para conhecer e dar parcial provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Juiz PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Relator

PROCESSO: 0046934-76.2009.4.02.5151
ORIGEM: Turma Recursal Seção Judiciária do Rio de Janeiro
REQUERENTE: EDISON VARELLA DA COSTA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. RESTABELECIMENTO DO AUXÍLIO-SUPLEMENTAR. CUMULAÇÃO COM APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. APOSENTADORIA CONCEDIDA APÓS A EDIÇÃO DA MP 1596-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

14/1997. PEDIDO ALTERNATIVO DE INCLUSÃO DO VALOR DO AUXÍLIO-SUPLEMENTAR NO CÁLCULO DA APOSENTADORIA. TEMA CONTROVERTIDO NÃO APRECIADO PELA TURMA RECURSAL DE ORIGEM. INTELIGÊNCIA DAS QUESTÕES DE ORDEM Nº 13 E 35 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
1. Sentença de procedência do pedido de restabelecimento do auxílio-suplementar por acidente de trabalho, a contar de sua cessação, autorizando a cumulação com a aposentadoria por tempo de contribuição.
2. O acórdão da 2ª Turma Recursal do Rio de Janeiro reformou a sentença ao fundamento de que, em consonância com o entendimento do STJ, a cumulação dos benefícios somente é possível se a "a aposentadoria for concedida depois da Lei 8.213/91 e antes da vigência da MP nº 1596-14/97, se o segurado já mantinha o benefício auxílio-acidente." Como a aposentadoria do recorrente foi deferida em 29/10/2007, ele não faria jus ao recebimento de forma simultânea.
3. A parte autora apresenta Incidente de uniformização com base em duas teses:
1ª. a data de início do auxílio-suplementar dele é anterior à Lei 8.213/91, que permitia a acumulação dos benefícios, "de modo que ainda que a aposentadoria tenha sido deferida após a alteração legislativa restritiva, certo é que deve persistir o seu direito à acumulação, nos termos do regime vigorante à data da concessão do auxílio acidente". Para comprovação de suas alegações apresenta julgado do STJ (REsp 1068145 - DJe 09/03/2009), no sentido de que a cumulação de benefícios é possível se a lesão que ensejou a concessão do auxílio-suplementar/acidente ocorreu antes do advento da referida MP.
2ª. traz à colação outro julgado do STJ (REsp 1296673) que caminha em sentido oposto ao primeiro paradigma, ao afirmar que a cumulação é devida se a lesão incapacitante e a aposentadoria ocorreram antes da vigência da MP 1596-14/97, in verbis:
"A jurisprudência remansosa do Superior Tribunal de Justiça evoluiu no sentido de que somente é possível a cumulação de auxílio-acidente com aposentadoria se a lesão incapacitante, geradora do auxílio-acidente, e a concessão do jubilamento forem anteriores às alterações legislativas antes referidas."
Com esta tese o recorrente, na realidade, quer subsidiar um pedido alternativo formulado na inicial para que o valor do auxilio-suplementar seja utilizado na base de cálculo da aposentadoria de que é titular, com alicerce no seguinte trecho do julgado em destaque:
"Ressalto que, independentemente da conclusão a que se chegue sobre o tema, não há prejuízo, em tese, ao segurado. Isso porque, a partir da alteração legal acima, ficou estabelecido que o auxílio-acidente será computado no cálculo da aposentadoria. É o que impõe o art. 31 da Lei 8.213/1991, com a redação dada pelas normas modificadoras acima mencionadas:
Art. 31. O valor mensal do auxílio-acidente integra o salário-de-contribuição, para fins de cálculo do salário-de-benefício de qualquer aposentadoria, observado, no que couber, o disposto no art. 29 e no art. 86, § 5º."
4. O incidente foi inadmitido na origem e remetido a esta Relatoria pela via do agravo.
5. Sobre o primeiro pedido do recorrente, observo que o fundamento que o sustenta não traduz o entendimento atual do STJ, conforme expresso claramente no segundo julgado trazido à colação. Observo, também, que o acórdão impugnado foi conduzido no mesmo sentido do posicionamento já firmado pela TNU em caso análogo, senão vejamos:
"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. AUXÍLIO-ACIDENTE. CUMULAÇÃO. LESÃO INCAPACITANTE OCORRIDA ANTES DA EDIÇÃO DA LEI N. 9.528/97 E INÍCIO DA APOSENTADORIA POSTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO DO STJ EM PROCESSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. RESP N. 1.296.673/MG. INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Pedido de restabelecimento de auxílio-acidente concedido em 26.04.1979 e cancelado administrativamente em 17.01.2008 em razão da concessão de benefício de aposentadoria por tempo de contribuição. 2. Sentença de improcedência do pedido, ao argumento de que a aposentadoria fora concedida após a edição da Lei nº 9.528/97 que passou a vedar a cumulação deste benefício com auxílio-acidente. 3. Manutenção da sentença pela 2ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 46 da Lei nº 9.099/95. 4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. 5. Alegação de que o acórdão é divergente da jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual não haveria óbice à cumulação pretendida desde que a moléstia que gerou o auxílio-acidente tenha eclodido antes da vigência da Lei nº 9.528/97. 6. Inadmissão do incidente pela Presidência da Turma Recursal de origem. 7. Pedido de reconsideração na forma do RITNU. 8. Entendo que o incidente reúne os pressupostos a sua admissão. 9. Quanto ao mérito, como demonstrou o recorrente, o STJ vinha entendendo que nos casos em que a patologia que deu causa ao auxílio-acidente tivesse ocorrido antes da edição da Lei nº 9.528/97 seria possível a cumulação deste com aposentadoria. Esse também vem sendo o entendimento adotado por esta Turma Nacional de Uniformização, conforme os PEDILEF 2008.72.52.004566-4 e 2007.72.95.009444-5, dentre outros. 10. Todavia, o STJ, em julgamento em 22.08.2012, no representativo de controvérsia do REsp 1.296.673/MG, assim decidiu: "(...) A acumulação do auxílio-acidente com proventos de aposentadoria pressupõe que a eclosão da lesão incapacitante, ensejadora do direito ao auxílio-acidente, e o início da aposentadoria sejam anteriores à alteração do art. 86, §§ 2º e 3º, da Lei 8.213/1991"(...) 11. Voto no sentido de afirmar nesta Turma Nacional de Uniformização o novel entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que a cumulação de auxílio-acidente com aposentadoria somente é possível quando a eclosão da lesão incapacitante que ensejou aquele primeiro benefício e o início daquele segundo tenham ocorrido antes da alteração do art. 86 da Lei nº 8.213/91 pela Lei nº 9.528/97. 12. Incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e improvido, nos termos acima. 13. Sugiro ao eminente Presidente desta Turma que imprima, ao resultado desse julgamento, a sistemática prevista no art. 7º, VII, 'a', do RITNU."(PEDILEF 200871600026933, Juiz Federal ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA, DJ 26/10/2012)
6. No que concerne ao segundo tema controverso, não vislumbro possibilidade de conhecimento do incidente. O aresto da Turma de origem não se manifestou sobre a possibilidade de inclusão do valor relativo ao auxílio-suplementar no cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição, esbarrando, assim, o conhecimento do recurso na Questão de Ordem nº 35: "O conhecimento do pedido de uniformização pressupõe a efetiva apreciação do direito material controvertido por parte da Turma de que emanou o acórdão impugnado".
7. Verificado, pois, que (1) o argumento atinente à possibilidade de cumulação do auxílio-suplementar com a aposentadoria concedida após a edição da MP 1596-14/97 já foi superado pelo STJ e pela TNU e (2) o cômputo do valor mensal do mencionado auxílio para fins de cálculo do salário-de-benefício da aposentadoria não foi objeto nem de manifestação pela Turma Recursal de origem, nem de embargos de declaração que propiciasse o prequestionamento, o não conhecimento do incidente é medida que se impõe, nos moldes das Questões de Ordem n. 13 e 35 da TNU.
8. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização não conheceu do incidente de uniformização, nos termos do voto do juiz federal relator.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Juiz PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Relator

PROCESSO: 0000035-26.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RECLAMANTE: ANA SUELY DE ARAÚJO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
OAB: PB-4007
RECLAMADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECLAMADO(A): TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS

EMENTA

SEGURIDADE SOCIAL. RECLAMAÇÃO. ARGUIÇÃO DE NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AO ENTEDIMENTO DA TNU. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. REANÁLISE DO ACÓRDÃO PELA TURMA DE ORIGEM SEGUNDO OS PARÂMETROS DEFINIDOS PELO STF NO JULGAMENTO DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS - REPERCUSSÃO GERAL Nº 567.985/MT E 580.963/PR. CONDIÇÕES PESSOAIS ANALISADAS. APRECIAÇÃO COMO MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. RECLAMAÇÃO IMPROCEDENTE.
1. Trata-se de Reclamação dirigida a este Colegiado por Ana Suely de Araújo, em face de acórdão da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, após o julgamento do RE nº 567.985 pelo STF, manteve o acórdão proferido em todos os seus termos, ao que aduz, deixando de apreciar as condições pessoais e sociais a fim de caracterizar a situação de miserabilidade da autora, em dissonância do entendimento já consolidado na TNU:
"(...) não é razoável o afastamento do estado de miserabilidade a partir do auxílio econômico voluntário, eventual e incerto que se aufira de terceiros, familiares ou não, em evidente esvaziamento do conteúdo do conceito legal de família(...)"
2. Nestes termos requer que seja determinada à Turma de origem a aplicação do entendimento desta Corte, proferido no PEDILEF 200670950034798, de Relatoria do Juiz Federal João Carlos Mayer Soares. Se assim não for possível, solicita o recebimento da presente reclamação como mandado de segurança, para que a autoridade impetrada preste as informações que entender pertinentes.
3. Por força da Questão de Ordem nº 16 da TNU, a reclamação tem sido admitida, por analogia do art. 13 da Lei 8.038/90, com o propósito de fazer valer a autoridade das decisões desta Corte Nacional de Uniformização.
4. No cumprimento do desiderato de promover a aplicação uniforme da legislação federal compete à TNU, em princípio, estabelecer as premissas jurídicas sobre as quais se assentarão o julgamento da questão posta, remetendo à Turma Recursal de origem a tarefa de adequar o seu julgamento às premissas estabelecidas.
5. Em recente decisão proferida no Processo nº 0000004-06.2014.4.90.0000 (Relator do voto-vista Juiz Federal José Henrique Guaracy Rebelo), este Colegiado traçou diretrizes sobre a admissibilidade da Reclamação, consoante se destaca:
"12.1 Cabe reclamação na TNU:
12.1.1. Para a manutenção de sua competência (invadida);
12.1.2. Para restaurar o respeito à autoridade das suas decisões desobedecidas; restrita esta hipótese à desobediência de decisões tomadas nos autos da lide subjetiva (originária) a que se refere à reclamação, isto é, contra pronunciamento judicial proferido no mesmo processo em que prolatada a decisão reclamada;
12.1.3. Contra a negativa da Turma em proceder à confirmação ou adaptação do acórdão recorrido, conforme o caso, nos processos a ela devolvidos pelo Presidente da TNU versando sobre questão já julgado pela TNU, pelo STJ em incidente de uniformização ou recurso repetitivo e pelo STF em regime de repercussão geral (art. 7º, VII, a do Regimento Interno da TNU);
12.1.4. Contra a decisão do presidente de Turma Recursal ou Juiz Coordenador das Turmas que se nega a encaminhar à TNU os autos de incidente na hipótese da interposição tempestiva do agravo nos próprios autos (art. 15, § 4º do Regimento Interno da TNU - RITNU) contra decisão que nega seguimento, na origem, ao Pedido de Uniformização.
6. No caso sob exame nota-se que a TR/RN, ao proceder à adequação do julgado aos novos parâmetros escorados no julgamento dos Recursos extraordinários nº 567.985-RGMT E 580.963-RG/PR, de repercussão geral, concluiu:
"Todavia, em que pese os parâmetros estabelecidos pela Suprema Corte, verifica-se, à luz dos elementos probatórios presentes nos autos, que a unidade familiar a qual pertence a parte autora não ostenta as vestes de miserabilidade, não lhe sendo devido o benefício assistencial pleiteado"
7. Não se pode afirmar que o referido acórdão tenha deixado de obervar as premissas jurídicas fixadas pelo STF e por este Colegiado, ao contrário, cuidou de analisar as condições pessoais da requerente para chegar à conclusão de que ele não fazia jus ao benefício pleiteado. Entendimento diverso, a meu juízo, jogaria por terra o princípio do livre convencimento fundado na prova dos autos, assim como os princípios norteadores dos Juizados Especiais, como os da celeridade e da informalidade, ao obrigar o julgador a se pronunciar sobre todas as questões suscitadas pelas partes, por mais irrelevantes que fossem para o julgamento da causa.
8. Ademais, uma análise detida do último acórdão proferido pela Turma de origem, leva-nos a concluir que o não prosseguimento do incidente de uniformização apresentado na origem ocorreu por fator de ordem processual. Ao que se depreende, a Turma de origem ao receber o incidente, por cautela, sobrestou seu andamento para aguardar o pronunciamento do STF nos REs nº 567.985/MT e 580.963/PR. De posse da orientação da Suprema Corte e aplicando suas diretrizes, a Turma, em sede de juízo de retratação, reapreciou o pedido autoral e manteve sua improcedência diante das condições pessoais verificadas nas provas dos autos. Desse novo acórdão a recorrente interpôs agravo, não conhecido pela Turma de origem, ao argumento de que:
"1. O Supremo Tribunal Federal já firmou orientação no sentido de ser incabível a interposição de agravo de instrumento contra decisão que aplica entendimento fixado em sede de repercussão geral (...) Isso porque a turma recursal, ao cumprir o disposto no art. 543-B, § 3º, do CPC, exerce atribuição própria. A decisão, nesse caso, tem natureza diversa daquela que inadmite o pedido de uniformização ou o recurso extraordinário.
3.Tal raciocínio também se aplica aos agravos dirigidos à TNU, pois os sobrestamento do pedido de uniformização nacional é determinado pelo próprio colegiado de uniformização quando há repercussão geral, para que o feito seja reapreciado à luz da orientação consolidada pelo STF acerca da material. Ademais, o agravo previsto no art. 15, § 4º, do RITNU se refere à inadmissão preliminar do incidente, hipótese diversa da ora verificada (...)."
9. Verifico, portanto, que o presente pedido não se amolda a nenhum dos casos em que se admite o pedido de Reclamação neste Colegiado.
10. Quanto ao pedido alternativo, em tese, apenas cabe mandado de segurança quando a decisão apontada como ato coator se revelar teratológica ou materializar negativa de prestação jurisdicional. Precedentes: Mandados de Segurança nºs. 8-14.2012.4.90.0000, Rel. Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, DOU 1º.6.2012; 9-96.2012.4.90.0000, Relª Juíza Federal Vanessa Vieira de Mello; 11-66.2012.4.90.0100, Rel. Juiz Federal Adel Américo de Oliveira; 14-21.2012.4.90.0000, Juiz Federal Janilson Bezerra de Siqueira, estes três últimos julgados na Sessão 27.6.2012. Não há previsão legal de competência correcional sobre os atos judiciais ou não praticados pelos juízes federais membros das Turmas Recursais no exercício da sua atividade judicante (precedente PEDILEF 00000624320134900000, Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, DOU 17/01/2014), razão que impede a apreciação do mandado de segurança, por não se tratar de meio processual adequado.
11. Por tudo isso, salvo melhor juízo deste Colegiado, hei por bem julgar improcedente a reclamação proposta, ao mesmo tempo em que indefiro a inicial do pretenso mandado de segurança.

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização julgou improcedente a Reclamação, nos termos do voto-ementa do juiz federal relator.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Juiz PAULO ERNANE MOREIRA BARROS
Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÕES(*)

PROCESSO: 5009617-77.2011.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ELZIRA VERISSIMO DE JESUS CAVALHEIRO
PROC./ADV.: ILMAR MATTES
OAB: RS-37923

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração, o qual ora recebo como agravo, interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo autor, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
A discussão nos autos versa sobre a incidência de imposto de renda sobre juros de mora decorrentes de benefícios previdenciários pagos em atraso.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual incide imposto de renda sobre os juros moratórios vinculados a verbas de natureza previdenciária, por sua natureza remuneratória.
É, no essencial, o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se em análise no Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial n. 1.470.443/PR, afetado sob o rito dos repetitivos. Confira-se:
"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. REGRA FERAL DE INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA, MESMO EM SE TRATANDO DE VERBA INDENIZATÓRIA. ART. 16, CAPUT E PARÁGRADO ÚNICO DA LEI 4.506/64. CASO DE JUROS DE MORA DECORRENTES DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PAGOS EM ATRASO."
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, no Recurso repetitivo acima referido.
Ante o exposto, determino a restituição dos autos à origem para aguardar o deslinde da controvérsia pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 6 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

(*) Republicado por ter saído no Diário Oficial da União, seção 1, página 160, no dia 20/02/2015 com incorreção no original.

PROCESSO: 0040872-98.2010.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ANITA PLACIDINA FERREIRA DE CAMPOS
PROC./ADV.: IVO LOPES CAMPOS FERNANDES OAB: SP-95647

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.
A Turma de origem manteve a sentença que julgou procedente o pedido inicial de declaração de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios sobre verbas trabalhistas.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual os juros de mora têm caráter acessório, podendo em sua essência serem de natureza indenizatória ou remuneratória, a depender da natureza jurídica da verba tida por principal.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não esclareceram o caráter da verba principal em que incidirá o juros moratórios, nos seguintes termos:
"Por sua vez, os juros de mora destinam-se à recomposição do patrimônio do credor em razão do retardamento no pagamento de determinada parcela da dívida, uma vez que aquele esteve privado da utilização do capital no período em que o pagamento deveria ter sido adimplido e sua efetiva realização.
A conseqüência pelo prejuízo resultante do inadimplemento é o pagamento de juros ao credor, independente de comprovação dos prejuízos, constituindo uma presunção legal em favor do credor, conforme previsão do art. 404 do Código Civil.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0040869-46.2010.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): NELSON YUTI SHIBUYA
PROC./ADV.: IVO LOPES CAMPOS FERNANDES OAB: SP-95647

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.
A Turma de origem manteve a sentença que julgou procedente o pedido inicial de declaração de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios sobre verbas trabalhistas.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual os juros de mora têm caráter acessório, podendo em sua essência serem de natureza indenizatória ou remuneratória, a depender da natureza jurídica da verba tida por principal.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não esclareceram o caráter da verba principal em que incidirá o juros moratórios, nos seguintes termos:
"Por sua vez, os juros de mora destinam-se à recomposição do patrimônio do credor em razão do retardamento no pagamento de determinada parcela da dívida, uma vez que aquele esteve privado da utilização do capital no período em que o pagamento deveria ter sido adimplido e sua efetiva realização.
A conseqüência pelo prejuízo resultante do inadimplemento é o pagamento de juros ao credor, independente de comprovação dos prejuízos, constituindo uma presunção legal em favor do credor, conforme previsão do art. 404 do Código Civil.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0036855-19.2010.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): HAYDÉE ALVES CARDOSO DINIZ
PROC./ADV.: IVO LOPES CAMPOS FERNANDES OAB: SP-95647

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.
A Turma de origem manteve a sentença que julgou procedente o pedido inicial de declaração de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios sobre verbas trabalhistas.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual os juros de mora têm caráter acessório, podendo em sua essência serem de natureza indenizatória ou remuneratória, a depender da natureza jurídica da verba tida por principal.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não esclareceram o caráter da verba principal em que incidirá o juros moratórios, nos seguintes termos:
"Por sua vez, os juros de mora destinam-se à recomposição do patrimônio do credor em razão do retardamento no pagamento de determinada parcela da dívida, uma vez que aquele esteve privado da utilização do capital no período em que o pagamento deveria ter sido adimplido e sua efetiva realização.
A conseqüência pelo prejuízo resultante do inadimplemento é o pagamento de juros ao credor, independente de comprovação dos prejuízos, constituindo uma presunção legal em favor do credor, conforme previsão do art. 404 do Código Civil.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0034993-13.2010.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): NEIDE DE OLIVEIRA GIOVANINI
PROC./ADV.: IVO LOPES CAMPOS FERNANDES OAB: SP-95647

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.
A Turma de origem manteve a sentença que julgou procedente o pedido inicial de declaração de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios sobre verbas trabalhistas.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual os juros de mora têm caráter acessório, podendo em sua essência serem de natureza indenizatória ou remuneratória, a depender da natureza jurídica da verba tida por principal.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não esclareceram o caráter da verba principal em que incidirá o juros moratórios, nos seguintes termos:
"Por sua vez, os juros de mora destinam-se à recomposição do patrimônio do credor em razão do retardamento no pagamento de determinada parcela da dívida, uma vez que aquele esteve privado da utilização do capital no período em que o pagamento deveria ter sido adimplido e sua efetiva realização.
A conseqüência pelo prejuízo resultante do inadimplemento é o pagamento de juros ao credor, independente de comprovação dos prejuízos, constituindo uma presunção legal em favor do credor, conforme previsão do art. 404 do Código Civil.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500243-86.2013.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ RIBAMAR VIEIRA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO OAB: CE-6004
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade/restituição de contribuição para PSS sobre a pontuação de Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST que ultrapassar aquela a ser incorporada em sua aposentadoria/pensão, ao fundamento de que "sujeitam-se, em rigor, à incidência tributaria da referida exação fiscal, ainda que porventura não repercutam financeiramente na composição da renda mensal de futuros benefícios previdenciários" em razão dos princípios da contributividade, da solidariedade, do equilíbrio financeiro e atuarial e outros.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso comporta provimento.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intime-se
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502504-36.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ NILO PIRES DE MENDONÇA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO OAB: CE-6004
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade/restituição de contribuição para PSS sobre a pontuação de Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST que ultrapassar aquela a ser incorporada em sua aposentadoria/pensão, ao fundamento de que "sujeitam-se, em rigor, à incidência tributária da referida exação fiscal, ainda que porventura não repercutam financeiramente na composição da renda mensal de futuros benefícios previdenciários" em razão dos princípios da contributividade, da solidariedade, do equilíbrio financeiro e atuarial e outros.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso comporta provimento.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intime-se
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0056135-73.2010.4.03.6301
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): SUELI ZUCCO CAMPOS
PROC./ADV.: IVO LOPES CAMPOS FERNANDES OAB: SP-95647

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.
A Turma de origem manteve a sentença que julgou procedente o pedido inicial de declaração de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios sobre verbas trabalhistas.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual os juros de mora têm caráter acessório, podendo em sua essência serem de natureza indenizatória ou remuneratória, a depender da natureza jurídica da verba tida por principal.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não esclareceram o caráter da verba principal em que incidirá o juros moratórios, nos seguintes termos:
"No mérito, observo que o art. 404 do Código Civil atribui natureza indenizatória aos juros de mora, inclusive quando eles decorrerem de sentença judicial, independentemente da natureza do principal. Portanto, a percepção de juros de mora não configura fato gerador de imposto sobre a renda."
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000757-21.2009.4.03.6317
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: VALMIR AMORA DE SENA
PROC./ADV.: VAGNER GOMES BASSO OAB: SP-145382
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.
A Turma de origem manteve a sentença que julgou procedente o pedido inicial de declaração de inexigibilidade da incidência do imposto sobre os juros moratórios sobre verbas trabalhistas.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual os juros de mora têm caráter acessório, podendo em sua essência serem de natureza indenizatória ou remuneratória, a depender da natureza jurídica da verba tida por principal.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não esclareceram o caráter da verba principal em que incidirá o juros moratórios.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001596-97.2011.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): CELSO SEBBEN
PROC./ADV.: LUCIDIO LUIZ CONZATTI OAB: RS-19 697
PROC./ADV.: DIEGO DINON BUFFON OAB: RS-78368

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que anulou a sentença na qual havia sido pronunciada a decadência.
Ao anular a decisão de primeiro grau e determinar nova instrução processual, o órgão de origem consignou que não se transcorreu o prazo decadencial, tendo em vista que em 04/11/02 não houve indeferimento administrativo, e sim o agendamento do pedido de revisão perante o INSS.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506917-65.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA FRANCINETE DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
PROC./ADV.: TATIELI CORTÊS TEIXEIRA OAB: RN-9002
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, pronunciou a prescrição.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que a relação jurídica seria de trato sucessivo, o que afasta a prescrição do fundo de direito, em sentido oposto ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503208-22.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: EDINEUBA MARIA BARBOSA
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
PROC./ADV.: TATIELY CORTES TEIXEIRA OAB: RN-9002
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, pronunciou a prescrição.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto a acórdão vergastado realizou distinguish em relação à tese albergada pelos paradigmas acostados, nos seguintes termos:
"2. Julgando Incidente sobre a matéria, o STJ firmou o entendimento de que não prescreve o fundo do direito, mas apenas as parcelas anteriores ao quinquênio que antecede o ajuizamento da ação (Pet 7154/RO). Referido julgado diz respeito unicamente ao cômputo do prazo prescricional, aplicando ao caso o Enunciado 85 da súmula daquela Corte, não tratando do direito aos percentuais de antecipação da URP de abril e maio de 1988."
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501090-95.2012.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE REQUERENTE: ANTONIO FRANCISCO DE PAIVA
PROC./ADV.: FRANCISCO GETULIO DE OLIVEIRA ANDRADE OAB: RN-5128
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido, pela ocorrência da decadência do direito de pleitear a revisão de benefício previdenciário.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto a Turma de origem julgou em desacordo com a jurisprudência desta Turma Recursal.
Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502246-84.2013.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: DAMIRYS MAX DE SOUZA
PROC./ADV.: MARCIEL ANTONIO DE SALES OAB: RN-9883
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O acórdão recorrido modificou a sentença, para rejeitar o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado especial do de cujus.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506323-78.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: DALGIMAR BESERRA DE MENEZES
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO OAB: CE-6004
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de reajuste salarial de 13,23%, em decorrência de ter sido este o índice aplicado ao maior reajuste concedido por ocasião da edição da Lei nº 10.698/03, que majorou o salário de todo o funcionalismo público federal em R$ 59,87, a título de Vantagem Pecuniária Individual - VPI, sob o fundamento de que tal vantagem não possui o caráter de revisão geral.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, notadamente quando ao(s) paradigma(s) da Turma Recursal do Distrito Federal que retrata(m) o pedido de incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos da parte autora decorre de revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, de que trata o art. 37, X, da CF/88, promovida pelas Leis 10.697/2003 e 10.698/2003, em sentido oposto ao acórdão vergastado, que assentou que a Vantagem Pecuniária Individual - VPI, instituída pela Lei 10.698/2003, não possui o caráter de revisão geral.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0517196-40.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FERNANDO BENTO
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO OAB: CE-6004
REQUERIDO(A): DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de reajuste salarial de 13,23%, em decorrência de ter sido este o índice aplicado ao maior reajuste concedido por ocasião da edição da Lei nº 10.698/03, que majorou o salário de todo o funcionalismo público federal em R$ 59,87, a título de Vantagem Pecuniária Individual - VPI, sob o fundamento de que tal vantagem não possui o caráter de revisão geral.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, notadamente quando ao(s) paradigma(s) da Turma Recursal do Distrito Federal que retrata(m) o pedido de incorporação do percentual de 13,23% aos vencimentos da parte autora decorre de revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, de que trata o art. 37, X, da CF/88, promovida pelas Leis 10.697/2003 e 10.698/2003, em sentido oposto ao acórdão vergastado, que assentou que a Vantagem Pecuniária Individual - VPI, instituída pela Lei 10.698/2003, não possui o caráter de revisão geral.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0520854-54.2013.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO FREITAS DA SILVA
PROC./ADV.: PAULIANNE ALEXANDRE TENÓRIO OAB: PE 20.070
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.
O acórdão recorrido modificou a sentença, para acolher o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que restou demonstrada a incapacidade do requerido.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501707-52.2012.4.05.8308
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: WILSON ALVES DOS SANTOS (REPRESENTADO)
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.
Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504059-07.2012.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: GENÉSIA GONÇALVES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA.. OAB: PE-573-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.
Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0515137-32.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: IVONE DA ROCHA GUIMARÃES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.
Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002592-51.2013.4.04.7202
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: NOEMI TEREZINHA SORGATTO
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
No caso, a parte requerente busca a revisão da aposentadoria por tempo de contribuição concedida, ao fundamento de que não deveria ter incidido fator previdenciário por se tratar de aposentadoria especial, mormente porque se trata de exercício do magistério.
É, no essencial, o relatório.
Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador, posto que demonstrada divergência em relação à condição de atividade especial do professor, com a concessão de aposentadoria especial e consequente não incidência do fator previdenciário no cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002282-48.2013.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: VERA LUCIA DA MAIA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
No caso, a parte requerente busca a revisão da aposentadoria por tempo de contribuição concedida, ao fundamento de que não deveria ter incidido fator previdenciário por se tratar de aposentadoria especial, mormente porque se trata de exercício do magistério.
É, no essencial, o relatório.
Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador, posto que demonstrada divergência em relação à condição de atividade especial do professor, com a concessão de aposentadoria especial e consequente não incidência do fator previdenciário no cálculo da aposentadoria por tem-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

po de contribuição.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5010207-57.2011.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELIS REGINA DUARTE DA SILVA
PROC./ADV.: VIVIAN VIEIRA ALBRECHT OAB: RS-47180
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O acórdão recorrido modificou a sentença, para rejeitar o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a dependência econômica entre a autora e o de cujus.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004558-43.2013.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MÁRIA AMABILE SERAFIN BERNAL
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
No caso, a parte requerente busca a revisão da aposentadoria por tempo de contribuição concedida, ao fundamento de que não deveria ter incidido fator previdenciário por se tratar de aposentadoria especial, mormente porque se trata de exercício do magistério.
É, no essencial, o relatório.
Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador, posto que demonstrada divergência em relação à condição de atividade especial do professor, com a concessão de aposentadoria especial e consequente não incidência do fator previdenciário no cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500860-94.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA BATISTA DE LIMA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de condenação da Universidade do Rio Grande do Norte à implantação, em seu vencimento, do reajuste no percentual de 13,23%, com efeitos financeiros retroativos a maio de 2003.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0521838-29.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de condenação da Universidade do Rio Grande do Norte à implantação, em seu vencimento, do reajuste no percentual de 13,23%, com efeitos financeiros retroativos a maio de 2003.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5016691-84.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): KIMBERLY LAUANI MONTEIRO SHIMINOSKI REP. LEGAL ALANA DIENE MONTEIRO
PROC./ADV.: GRAZIELLY PALINGER ANDROCHECHEN OAB: PR-30434
PROC./ADV.: JOSEANE A. SILVA OAB: PR-57100
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de auxílio-reclusão, sob o fundamento de que restou preenchido o requisito socioeconômico.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou ser a renda do recluso instituidor inferior àquela disposta no art. 5º, da Portaria MPS 142, de 11/04/2007.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500727-15.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA NOGUEIRA LIMA
PROC./ADV.: RAMON FERNANDES RODRIGUES OAB: CE-14553
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.
Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001177-43.2012.4.04.7016
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NIVALDO PEREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: ROSIMEIRE DA SILVA OAB: PR-55662
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, reformando a sentença, extinguiu o processo sem resolução de mérito tendo em vista o pedido de desistência da parte autora.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso comporta provimento.
Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000734-35.2011.4.04.7014
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDSON JOSE JOMEK
PROC./ADV.: VALTUIR LEAL GRITEN OAB: PR-42398
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que manteve a sentença que extinguiu o processo sem resolução de mérito tendo em vista o pedido de desistência da parte autora.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso comporta provimento.
Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5012831-72.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOÃO MARIA PEREIRA DE CASTRO
PROC./ADV.: MARCO ANTÔNIO DE A. CAMPANELI OAB: PR-8 445
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: JOSÉ CARLOS MARTINS PEREIRA OAB: PR-12599
PROC./ADV.: LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO OAB: RS-12820
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

rejeitou o pedido de indenização por danos morais, sob o fundamento de que não houve violação à dignidade do autor.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Esta TNU, no julgamento do PEDILEF 0509568-67.2013.4.05.8013, firmou orientação no sentido de que "a espera em fila de banco por tempo superior ao previsto em lei municipal não gera, por si só, dano moral. O aborrecimento, transtorno, decorrente do fato é evidente, ninguém há de discutir, mas inexiste qualquer ofensa à dignidade da pessoa humana, humilhação, constrangimento etc. Não havendo dano moral,não há o que ser indenizado."
No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que o mero incômodo suportado pelo requerente em fila bancária não abalou sua esfera moral, inexistindo aborrecimentos que tenham ultrapassado os limites toleráveis.
Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
Inviável a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal, para se aferir a ocorrência ou não de dano moral, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0519649-78.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANIBAL JESUINO DE LIMA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de condenação da Universidade do Rio Grande do Norte à implantação, em seu vencimento, do reajuste no percentual de 13,23%, com efeitos financeiros retroativos a maio de 2003.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002586-44.2013.4.04.7202
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INEDIR DALLA CORTE
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
No caso, a parte requerente busca a revisão da aposentadoria por tempo de contribuição concedida, ao fundamento de que não deveria ter incidido fator previdenciário por se tratar de aposentadoria especial, mormente porque se trata de exercício do magistério.
É, no essencial, o relatório.
Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador, posto que demonstrada divergência em relação à condição de atividade especial do professor, com a concessão de aposentadoria especial e consequente não incidência do fator previdenciário no cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002219-23.2013.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARGARET NEERMANN DA ROCHA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
No caso, a parte requerente busca a revisão da aposentadoria por tempo de contribuição concedida, ao fundamento de que não deveria ter incidido fator previdenciário por se tratar de aposentadoria especial, mormente porque se trata de exercício do magistério.
É, no essencial, o relatório.
Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador, posto que demonstrada divergência em relação à condição de atividade especial do professor, com a concessão de aposentadoria especial e consequente não incidência do fator previdenciário no cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002286-85.2013.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARIVONE MAES
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
No caso, a parte requerente busca a revisão da aposentadoria por tempo de contribuição concedida, ao fundamento de que não deveria ter incidido fator previdenciário por se tratar de aposentadoria especial, mormente porque se trata de exercício do magistério.
É, no essencial, o relatório.
Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador, posto que demonstrada divergência em relação à condição de atividade especial do professor, com a concessão de aposentadoria especial e consequente não incidência do fator previdenciário no cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000753-91.2013.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARIA ELISA GALON GOBI
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK. OAB: SP-263146
REQUERENTE: OTILIA ROSA DE PIERI
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
REQUERENTE: ROSELENA REINERT BERTOLOTTO
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
REQUERENTE: SANDRA MARIA DE ANDRADE BRUGINI BRITTO
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
REQUERENTE: SILRLEI REECK TAVARES
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.
No caso, a parte requerente busca a revisão da aposentadoria por tempo de contribuição concedida, ao fundamento de que não deveria ter incidido fator previdenciário por se tratar de aposentadoria especial, mormente porque se trata de exercício do magistério.
É, no essencial, o relatório.
Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador, posto que demonstrada divergência em relação à condição de atividade especial do professor, com a concessão de aposentadoria especial e consequente não incidência do fator previdenciário no cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5018477-62.2014.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GILNEI TATSCHI FILHO
PROC./ADV.: LUCIO CAZZUNI MATTES OAB: RS-74368
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de recebimento de pensão por morte no período de 18.10.2003 (data do óbito do segurado instituidor do benefício) até 02.04.2007 (data do início do benefício recebido pelo autor).
Sustenta a parte ora requerente a não ocorrência do prazo prescricional contra menor absolutamente incapaz na data do óbito do segurado, bem como alega que o prazo prescricional quinquenal começa a fluir, contra relativamente incapaz, a partir da data em que este completar dezesseis anos de idade.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso comporta provimento.
Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502435-40.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LIANA DE FIGUEIREDO MENDES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de condenação da Universidade do Rio Grande do Norte à implantação, em seu vencimento, do reajuste no percentual de 13,23%, com efeitos financeiros retroativos a maio de 2003.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0519742-41.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANTONIO NEVES DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de condenação da Universidade do Rio Grande do Norte à implantação, em seu vencimento, do reajuste no percentual de 13,23%, com efeitos financeiros retroativos a maio de 2003.
É, no essencial, o relatório.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0517505-34.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LEONARDO FLAMARION MARQUES CHAVES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de condenação da Universidade do Rio Grande do Norte à implantação, em seu vencimento, do reajuste no percentual de 13,23%, com efeitos financeiros retroativos a maio de 2003.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5013063-87.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERENTE: LUCIANA PAOLA DE SOUZA LAGUNAS
PROC./ADV.: GERALDO TABORDA NASSAR OAB: PR-44211
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ré, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de desconstituição do débito previdenciário, referente ao período que a autora recebeu valor de benefício previdenciário de maneira indevida, ao fundamento de se tratar de verba alimentar recebida de boa-fé.
É, no essencial, o relatório.
A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento no seguinte sentido:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela
Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.
[...]
5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.
6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.
7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância."
(PEDILEF 2011.70.54.000676-2, Rel. Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, julgado pela TNU em 07/05/2014)
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0521829-67.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: TEREZA NEUMA DE CASTRO DANTAS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de condenação da Universidade do Rio Grande do Norte à implantação, em seu vencimento, do reajuste no percentual de 13,23%, com efeitos financeiros retroativos a maio de 2003.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502320-19.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: CONCEIÇÃO DE MARIA LINS DA COSTA MARINHO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de condenação da Universidade do Rio Grande do Norte à implantação, em seu vencimento, do reajuste no percentual de 13,23%, com efeitos financeiros retroativos a maio de 2003.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0519951-10.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES SOARES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de condenação da Universidade do Rio Grande do Norte à implantação, em seu vencimento, do reajuste no percentual de 13,23%, com efeitos financeiros retroativos a maio de 2003.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502406-87.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCA DAS CHAGAS BEZERRA DE QUEIROZ
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de condenação da Universidade do Rio Grande do Norte à implantação, em seu vencimento, do reajuste no percentual de 13,23%, com efeitos financeiros retroativos a maio de 2003.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502294-21.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOÃO VARELA PEREIRA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de condenação da Universidade do Rio Grande do Norte à implantação, em seu vencimento, do reajuste no percentual de 13,23%, com efeitos financeiros retroativos a maio de 2003.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0502412-94.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ITAMAR SANTANA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de condenação da Universidade do Rio Grande do Norte à implantação, em seu vencimento, do reajuste no percentual de 13,23%, com efeitos financeiros retroativos a maio de 2003.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0519633-27.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: GERALDO VALTER DE ARAÚJO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de condenação da Universidade do Rio Grande do Norte à implantação, em seu vencimento, do reajuste no percentual de 13,23%, com efeitos financeiros retroativos a maio de 2003.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500842-73.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: GENARIO FREIRE DE LIMA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de condenação da Universidade do Rio Grande do Norte à implantação, em seu vencimento, do reajuste no percentual de 13,23%, com efeitos financeiros retroativos a maio de 2003.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509016-71.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: EZILDA PAULA DE MEDEIROS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de condenação da União à implantação, em seu vencimento, do reajuste no percentual de 13,23%, com efeitos financeiros retroativos a maio de 2003.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0519716-43.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS BORGES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de condenação da Universidade do Rio Grande do Norte à implantação, em seu vencimento, do reajuste no percentual de 13,23%, com efeitos financeiros retroativos a maio de 2003.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001380-38.2012.4.04.7005
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARCIA REGINA SILVINO ZENERE
PROC./ADV.: ANDREIA APARECIDA AGUILAR DE SOUZA OAB: PR-33265

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de auxílio-reclusão, sob o fundamento de que restou preenchido o requisito socioeconômico.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais, consignou que o recluso se encontrava na condição de desempregado quando do encarceramento.
Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008924-26.2011.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): AGUIDA IVONE GENTILE
PROC./ADV.: ANDRÉ BENEDETTI DE OLIVEIRA OAB: PR-31245

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença integrativa, declarou a irrepetibilidade de valores recebidos pela autora, sob o argumento de que as verbas foram recebidas de boa fé, ocorrendo erro administrativo.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento no sentido do aresto combatido:
"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.
1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela
Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.
[...]
5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.
6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.
7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância."
(PEDILEF 2011.70.54.000676-2, Rel. Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio, julgado pela TNU em 07/05/2014)
O acórdão de origem, portanto, alinha-se ao entendimento desta TNU.
Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."
Alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal, para verificar a ocorrência ou ausência da má fé, não se torna possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507227-17.2012.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MÁRCO ANTÔNIO DA SILVA
PROC./ADV.: BRUNO BAPTISTA OAB: PE19.805
PROC./ADV.: ALEXANDRE DE VASCONCELOS OAB: PE-20304
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão que negou provimento ao agravo manejado em face de decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, nos termos do art. 7º, VII, c, do RITNU.
Nas razões do agravo, sustenta a requerente, em síntese, que o incidente satisfaz os requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da matéria pela TNU.
Requer, assim, o provimento do recurso.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não comporta conhecimento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Com efeito, a Resolução CJF 163, de 9/11/11, alterou a redação do art. 34 do RITNU (Resolução 22/08), afastando a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:
Art. 34. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.
Outrossim, conforme dispõe o art. 7º, § 1º, do RITNU, com a redação dada pela Resolução 163/11, é irrecorrível o julgado que nega seguimento ao incidente de uniformização, bem como reforma a decisão de inadmissão do incidente de uniformização quando o recorrente demonstrar o equívoco no qual incidiu o prolator e quando o pedido de uniformização for interposto contra acórdão em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, proferido pelo Presidente da TNU, nas hipóteses previstas nas alíneas c e d do inciso VII do art. 7º.
Dessa forma, ante a aplicação imediata da norma superveniente, princípio geral norteador do direito intertemporal processual, deve-se, em matéria recursal, observar a legislação vigente ao tempo da publicação da decisão.
Nesse contexto, tendo a referida resolução sido publicada em 14/11/11, o seu texto é plenamente aplicável ao caso dos autos, uma vez que a publicação da decisão ora agravada ocorreu em data posterior.
Cumpre consignar, por fim, que o pedido de uniformização foi inadmitido em virtude do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade, o que torna inviável o seu exame.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília,12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0519629-87.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ISAU GERINO VILELA DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de condenação da Universidade do Rio Grande do Norte à implantação, em seu vencimento, do reajuste no percentual de 13,23%, com efeitos financeiros retroativos a maio de 2003.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0519841-11.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: VITAL PINTO FERREIRA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de condenação da Universidade do Rio Grande do Norte à implantação, em seu vencimento, do reajuste no percentual de 13,23%, com efeitos financeiros retroativos a maio de 2003.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0519718-13.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de condenação da Universidade do Rio Grande do Norte à implantação, em seu vencimento, do reajuste no percentual de 13,23%, com efeitos financeiros retroativos a maio de 2003.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503487-32.2013.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: PEDRO BEZERRA FILHO
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO OAB: CE-6004
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade/restituição de contribuição para PSS sobre a pontuação de Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE que ultrapassar aquela a ser incorporada em sua aposentadoria/pensão, ao fundamento de que "sujeitam-se, em rigor, à incidência tributaria da referida exação fiscal, ainda que porventura não repercutam financeiramente na composição da renda mensal de futuros benefícios previdenciários" em razão dos princípios da contributividade, da solidariedade, do equilíbrio financeiro e atuarial e outros.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso comporta provimento.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intime-se
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501864-33.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUIZ GOMES DA COSTA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO OAB: CE-6004
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade/restituição de contribuição para PSS sobre a pontuação de Gratificação de Desempenho da Carreira Previdenciária, da Saúde e do Trabalho - GDPST que ultrapassar aquela a ser incorporada em sua aposentadoria/pensão, ao fundamento de que "sujeitam-se, em rigor, à incidência tributaria da referida exação fiscal, ainda que porventura não repercutam financeiramente na composição da renda mensal de futuros benefícios previdenciários" em razão dos princípios da contributividade, da solidariedade, do equilíbrio financeiro e atuarial e outros.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso comporta provimento.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intime-se
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503328-89.2013.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOÃO BANDEIRA NETO
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO OAB: CE-6004
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade/restituição de contribuição para PSS sobre a pontuação de Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE que ultrapassar aquela a ser incorporada em sua aposentadoria/pensão, ao fundamento de que "sujeitam-se, em rigor, à incidência tributaria da referida exação fiscal, ainda que porventura não repercutam financeiramente na composição da renda mensal de futuros benefícios previdenciários" em razão dos princípios da contributividade, da solidariedade, do equilíbrio financeiro e atuarial e outros.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso comporta provimento.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intime-se
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506919-35.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO RODRIGUES SCIPIÃO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, limitou o direito à percepção da gratificação de desempenho, GDATEM, no mesmo patamar do que é recebido pelos servidores que ainda estão na atividade, à data de vigência do seu decreto regulamentar 7.133/2010.
Sustenta a parte ora requerente que o acórdão merece reforma uma vez que somente deve se considerar qual é o patamar da respectiva gratificação a partir da Portaria individualizada de cada órgão que regulamentou o Decreto ou ainda após conclusão do primeiro ciclo de avaliação, e não a partir do decreto regulamentar 7.133/2010.
É, no essencial, o relatório.
Não prospera a irresignação.
Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0535513-78.2007.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ARNALDO LOPES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte autora contra decisão que acolheu os embargos anteriormente opostos para determinar o retorno dos autos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado no STJ (PET 9.059/RS).
A parte autora alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão, ao não se manifestar quanto aos embargos de declaração apresentados por ela, tendo em vista que apenas fora julgado os embargos interpostos pela parte ré.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Apresentada impugnação.
É, no essencial, o relatório.
Razão assiste à parte embargante.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
No caso vertente, há indícios de equívoco no acórdão recorrido e da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, acolho os embargos para sanar o vício apontado e, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001408-70.2012.4.04.7016
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): JOÃO PEREIRA
PROC./ADV.: JALCEMIR DE OLIVEIRA BUENO OAB: PR-31193

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que manteve a sentença para reconhecer como especiais os períodos laborados com exposição ao agente nocivo ruído.
É, no essencial, o relatório.
Razão assiste à parte requerente.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501820-47.2014.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANTONIO RICARDO DE ALBUQUERQUE
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de condenação da União à implantação, em seu vencimento, do reajuste no percentual de 13,23%, com efeitos financeiros retroativos a maio de 2003.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001401-95.2014.4.04.7214
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: LINDAMIR KOLLER
PROC./ADV.: LORAINE SZOSTAK OAB: SC-22781
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença de parcial procedência, julgou procedente o pedido de revisão do salário de benefício do auxílio-doença, de acordo com o art. 29, II, da Lei 8.213/91, e improcedente o pedido de revisão da aposentadoria por invalidez, com base no art. 29, §5º, da Lei 8.213/91.
É, no essencial, o relatório.
Razão assiste à parte requerente.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5007598-18.2013.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INES DIAS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL OAB: BB-00000

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que rejeitou o pedido de indenização por dano moral à parte autora, decorrente de travamento da porta giratória na Caixa Econômica Federal do município de Canoas/RS.
É, no essencial, o relatório.
Razão assiste à parte requerente.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500244-12.2011.4.05.8308
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: RONILDE GONÇALVES DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL OAB: BB-00000

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, modificando a sentença, rejeitou o pedido de indenização por dano moral à parte autora, decorrente de subtração de dinheiro ocorrida dentro da agência bancária.
É, no essencial, o relatório.
Razão assiste à parte requerente.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.
Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000632-41.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARGARETE BORGES DE BORGES
PROC./ADV.: FÁBIO STEFANI OAB: RS-46571
PROC./ADV.: PRISCILA ZAMBERLAN OAB: RS-75 260
PROC./ADV.: DANIELE C. KRÜGER OAB: RS-65850
PROC./ADV.: LARISSA F. M. LONGO OAB: RS-57 388

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão, oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, concedeu valor integral de gratificação ao servidor aposentado.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que "o cálculo da gratificação deve observar a proporcionalidade em que foi concedida a aposentadoria", em sentido oposto ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0517823-94.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROMUALDO LEOCÁDIO DE MACEDO
PROC./ADV.: RODRIGO MUNIZ DE BRITO GALINDO OAB: PE-20 860

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, concedeu valor integral de gratificação ao servidor aposentado.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que "o cálculo da gratificação deve observar a proporcionalidade em que foi concedida a aposentadoria", em sentido oposto ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5060951-43.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARLENE RODRIGUES DE ABREU
PROC./ADV.: JOAQUIM FAVRETTO OAB: RS-53590

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, reconheceu o pagamento de gratificação de desempenho até a conclusão do ciclo que avaliou o desempenho dos servidores ativos.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que o termo final da referida paridade coin-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

cide com o início do ciclo relativo à primeira avaliação comprovadamente implementada, em sentido oposto ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5053911-10.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JOSE LEONI
PROC./ADV.: CLÁUDIA FREIBERG OAB: RS-55832

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão, oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que, reformando a sentença, concedeu valor integral de gratificação ao servidor aposentado.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que "o cálculo da gratificação deve observar a proporcionalidade em que foi concedida a aposentadoria", em sentido oposto ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5015580-13.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ALMIRA ZORAIDA PEREIRA
PROC./ADV.: TATIANA COELHO OAB: SC-23641
PROC./ADV.: MARCELA BRASCA FERREIRA OAB: SC-26405

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, reconheceu o pagamento de gratificação de desempenho até a conclusão do ciclo que avaliou o desempenho dos servidores ativos.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que o termo final da referida paridade coincide com o início do ciclo relativo à primeira avaliação comprovadamente implementada, em sentido oposto ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5012925-53.2013.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ALTAMIRO DE ANDRADE
PROC./ADV.: TATIANA COELHO OAB: SC-23641

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, reconheceu o pagamento de gratificação de desempenho até a conclusão do ciclo que avaliou o desempenho dos servidores ativos.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que o termo final da referida paridade coincide com o início do ciclo relativo à primeira avaliação comprovadamente implementada, em sentido oposto ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003604-07.2012.4.04.7115
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CLAUDIR ANTONIO AVER
PROC./ADV.: CARLOS FRANCISCO BÜTTENBENDER OAB: RS-34 966
PROC./ADV.: PAULO RODRIGO PETRY DA SILVAOAB: RS-76564

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão, oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que, reformando a sentença, concedeu valor integral de gratificação ao servidor aposentado.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que "o cálculo da gratificação deve observar a proporcionalidade em que foi concedida a aposentadoria", em sentido oposto ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501712-97.2009.4.05.8302
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA MARISA DA SILVA
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE 20.418

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.
O acórdão recorrido modificou a sentença, para acolher o pedido de aposentadoria por idade, sob o fundamento de que restou atendido o requisito da carência.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500224-31.2014.4.05.8303
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A): ADERBAL FERREIRA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE 20.418

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco, que anulou a sentença na qual havia sido extinto o processo sem resolução de mérito.
Ao anular a decisão de primeiro grau e determinar nova instrução processual, o órgão de origem consignou que a existência de acordo em Ação Civil Pública em que o autor, embora representado por entidade, não figure em um dos polos da demanda, não impede o ajuizamento de ação individual que trate da mesma matéria, permanecendo o interesse em agir.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500306-93.2013.4.05.8304
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO MARTINS VIEIRA
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE 20.418

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que manteve a sentença na qual foi julgado procedente o pedido formulado na inicial.
Ao manter a decisão, o órgão de origem consignou que a existência de acordo em Ação Civil Pública em que o autor, embora representado por entidade, não figure em um dos polos da demanda, não impede o ajuizamento de ação individual que trate da mesma matéria, permanecendo o interesse em agir.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509312-05.2014.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO FERREIRA COUTINHO JUNIOR
PROC./ADV.: DENNIS NUNES OAB: PE-28 760

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que manteve a sentença na qual foi julgado procedente o pedido formulado na inicial.
Ao manter a decisão, o órgão de origem consignou que a existência de acordo em Ação Civil Pública em que o autor, embora representado por entidade, não figure em um dos polos da demanda, não impede o ajuizamento de ação individual que trate da mesma matéria, permanecendo o interesse em agir.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0003725-17.2010.4.03.6308
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: SEBASTIAO ANTONIO FEITOSA
PROC./ADV.: ANDRE RICARDO DE OLIVEIRA OAB: SP-172851
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, pois considerou que a incapacidade laborativa apresentada pela parte autora é preexistente ao seu reingresso ao RGPS.
Sustenta a parte ora requerente que a decisão da Turma de origem é contrária ao entendimento de turma recursal de outra região, no sentido de que se o INSS indeferiu o requerimento da recorrente sob alegação de "inexistência da incapacidade", ou como no caso dos autos "perícia médica desfavorável", esse fato, por si só, já afasta a tese de que a incapacidade é preexistente.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5027421-14.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JUÍZO DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE RIO GRANDE - RS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença acolheu o pedido de equiparação dos ativos e inativos no que tange ao pagamento da gratificação de desempenho GDPST.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) situações análogas a da citada gratificação no que tange à proporcionalidade no do benefício recebido pelo inativo, em contrariedade ao que consignou o acórdão recorrido.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5014157-61.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): JOSÉ WEICHEL DA SILVA
PROC./ADV.: FÁBIA RAMOS BARLETTE OAB: RS-31108

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
Sustenta a parte agravante que o acórdão atacado diverge da jurisprudência da Turma Recursal no tocante à pontuação a ser considerada no período que vai de julho/2008 a dezembro/2008 para a GDAA, arguindo que " não cabe o pagamento, no valor correspondente a 100 pontos, no período que mediou a publicação da MP 441/2008, convertida na Lei 11.907/2009, e a conclusão do 1º ciclo de avaliação prevista na Lei 10480/2002, em sua atual redação, prevalecendo o entendimento da Turma Recursal do Ceará".
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da suscitada divergência.
Verifica-se que o acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência da Turma Recursal do Ceará com relação à pontuação relativa a GDAA relativa ao período entre julho/2008 e dezembro/2008.
Ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000027-72.2013.4.04.7119
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): ONI LOPES DA SILVEIRA
PROC./ADV.: MÁRCIA BENTO GEHING OAB: RS-16 010

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de condenação ao pagamento das Gratificações Desempenho GDATA e GDPGTAS também aos servidores inativos.
Sustenta a requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ no sentido de que a proporcionalidade da aposentadoria também deve ser observada para o cálculo da gratificação de desempenho.
É, no essencial, o relatório.
Assiste razão à parte requerente.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o acórdão recorrido parece, em uma análise perfunctória, dissentir da jurisprudência do STJ, segundo a qual o cálculo das diferenças de GDATA e GDPGTAS devem observar a proporcionalidade em que foi concedida a aposentadoria do servidor.
Ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5042710-84.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): ALICE MARIA DOS SANTOS PANIZZI
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA OAB: RS-23021

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de condenação ao pagamento das Gratificações Desempenho GDATA e GDPST também aos servidores inativos.
Sustenta a requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ no sentido de que a proporcionalidade da aposentadoria também deve ser observada para o cálculo da gratificação de desempenho.
É, no essencial, o relatório.
Assiste razão à parte requerente.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o acórdão recorrido parece, em uma análise perfunctória, dissentir da jurisprudência do STJ, segundo a qual o cálculo das diferenças de GDATA e GDPST devem observar a proporcionalidade em que foi concedida a aposentadoria do servidor.
Ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0007717-90.2009.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: OLGA BERALDO DA SILVA MARTINHO
PROC./ADV.: NILTON MORENO OAB: SP 175057
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de reajuste formulado na inicial, sob o fundamento de que o benefício da autora não foi limitado pelo teto previdenciário.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
O acórdão recorrido está de acordo com o entendimento do STF que, no julgamento do RE 564.354/SE, em sede de repercussão geral, assim decidiu:
"DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada. 2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional. 3. Negado provimento ao recurso extraordinário".
(Recurso Extraordinário n. 564.354/SE Rel. Ministra Carmem Lúcia, Tribunal Pleno, DJe de 14.2.11 - grifo nosso)
Resta inviável a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal de origem, no sentido de que o benefício previdenciário não foi limitado pelo teto geral de previdência, diante da necessidade de revisão de provas dos autos. Incidência do óbice contido na Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0511078-55.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DAS GRAÇAS FERNANDES ROSAS
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
No caso, a parte requerente busca "que o presente pedido de uniformização seja conhecido e provido, a fim de que seja reformado o acórdão prolatado pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte, para julgar improcedente a pretensão do Recorrido, uniformizando, consequentemente, todos os julgamentos no sentido de ser ilegal a percepção, pelo Professor Adjunto, de proventos iguais ao de Professor Titular, sob pena de indevida progressão ou ascensão funcional sem a prévia aprovação em concurso público".
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Com efeito, observa-se que enquanto o acórdão vergastado entendeu que a requerida fazia jus a diferenças salariais tendo em vista a mudança na forma de crescimento na carreira no magistério superior dentro da instituição requerente, mantendo-se a sua base salarial, o acórdão paradigma se firmou no sentido de que "o acesso ao cargo de Professor Titular, por ser isolado, exige prévia aprovação em concurso público, sendo vedada a simples progressão funcional, nos termos dos arts. 37, II, e 206, V, da Constituição Federal, ainda que para efeito de aposentadoria".
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília,13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0507716-45.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CÉLIA MONTEIRO BEZERRA DE MELO
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
PROC./ADV.: TATIELY CORTES TEIXEIRA OAB: RN-9002
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
No caso, a parte requerente busca "que o presente pedido de uniformização seja conhecido e provido, a fim de que seja reformado o acórdão prolatado pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte, para julgar improcedente a pretensão do Recorrido, uniformizando, consequentemente, todos os julgamentos no sentido de ser ilegal a percepção, pelo Professor Adjunto, de proventos iguais ao de Professor Titular, sob pena de indevida progressão ou ascensão funcional sem a prévia aprovação em concurso público".
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Com efeito, observa-se que enquanto o acórdão vergastado entendeu que a requerida fazia jus a diferenças salariais tendo em vista a mudança na forma de crescimento na carreira no magistério superior dentro da instituição requerente, mantendo-se a sua base salarial, o acórdão paradigma se firmou no sentido de que "o acesso ao cargo de Professor Titular, por ser isolado, exige prévia aprovação em concurso público, sendo vedada a simples progressão funcional, nos termos dos arts. 37, II, e 206, V, da Constituição Federal, ainda que para efeito de aposentadoria".
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília,13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0510674-67.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA NATILDE DA SILVA LIMA
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
PROC./ADV.: TATIELI CORTÊS TEIXEIRA OAB: RN-9002
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pagamento de valores supostamente devidos em decorrência de acordos coletivos referentes a correções de complementação do benefício de aposentadoria.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de Fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0510730-03.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCA MARIA DE OLIVEIRA BARBOSA
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
PROC./ADV.: TATIELI CORTÊS TEIXEIRA OAB: RN-9002
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pagamento de valores supostamente devidos em decorrência de acordos coletivos referentes a correções de complementação do benefício de aposentadoria.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de Fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0515704-20.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: AZENETH ALVES MACIEL DA SILVA
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
PROC./ADV.: TATIELY CORTES TEIXEIRA OAB: RN-9002
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pagamento de valores supostamente devidos em decorrência de acordos coletivos referentes a correções de complementação do benefício de aposentadoria.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de Fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0510769-97.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSÉ FERNANDES LOPES
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
PROC./ADV.: TATIELY CORTES TEIXEIRA OAB: RN-9002
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pagamento de valores supostamente devidos em decorrência de acordos coletivos referentes a correções de complementação do benefício de aposentadoria.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de Fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504312-49.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO GASPAR
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pagamento de valores supostamente devidos em decorrência de acordos coletivos referentes a correções de complementação do benefício de aposentadoria.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de Fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0513252-37.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: OMAR ALVES LEITE
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
PROC./ADV.: TATIELI CORTÊS TEIXEIRA OAB: RN-9002
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pagamento de valores supostamente devidos em decorrência de acordos coletivos referentes a correções de complementação do benefício de aposentadoria.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de Fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0059470-08.2007.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ARI DE GOUVEIA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.
O acórdão recorrido modificou a sentença, para acolher o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que restou atendido o requisito da carência.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se
Brasília, 18 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004283-19.2012.4.04.7111
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GELCI DA SILVA DETTMER
PROC./ADV.: ZILÁ MARIA DOS SANTOS SILVEIRA OAB: RS-42238
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurada especial da autora.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não estar comprovado o exercício da atividade campesina em regime de economia familiar durante determinado período.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500059-29.2014.4.05.9840
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: SEVERINO PEDRO DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, o qual, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de aplicação do percentual de 13,23%, devido em virtude de a revisão geral de salários, realizada pelas Leis 10.697/2003 e 10.698/2003, que concederam reajuste diferenciado para os servidores públicos, ao instituírem o percentual de 1% acrescido do abono de R$ 59,87 (cinquenta e nove reais, oitenta e sete centavos).
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) juntado(s) decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000949-52.2013.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NORMA CONTIN PASUCH
PROC./ADV.: MAURICIO LUCENA PRÉVIDE OAB: RS-50934
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.
O acórdão recorrido afastou a sentença, para rejeitar o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que não restou atendido o requisito da carência.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se
Brasília, 18 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500430-04.2012.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: EDINIZ DAS GRAÇAS OLIVEIRA
PROC./ADV.: GEORGE ANTONIO DE OLIVEIRA VERAS OAB: RN- 312
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
O acórdqão recorrido modificou a sentença, para rejeitar o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado especial do de cujus.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se
Brasília, 18 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501196-23.2013.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA VERÔNICA MAIA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB: RN-560-A
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.
O acórdão recorrido modificou a sentença, para rejeitar o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado especial do de cujus.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se
Brasília, 18 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001603-64.2012.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANA LUCIA FURTADO MACEDO
PROC./ADV.: JAIR ALBERTO MAYER OAB: RS 23.244
REQUERIDO (A): UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pagamento cumulativo de adicional de insalubridade com a gratificação de raio-X.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5045344-53.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): CARMELITA QUARTIERO TRAJANO
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA OAB: RS-23021
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de condenação ao pagamento da Gratificação de Desempenho GDPST também aos servidores inativos.
Sustenta a requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ no sentido de que a proporcionalidade da aposentadoria também deve ser observada para o cálculo da gratificação de desempenho.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o acórdão recorrido parece, em uma análise perfunctória, dissentir da jurisprudência do STJ, segundo a qual o cálculo das diferenças de GDPST deve observar a proporcionalidade em que foi concedida a aposentadoria do servidor.
Ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509387-69.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: EDUARDO PINTO DA SILVA
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
PROC./ADV.: TATIELY CORTES TEIXEIRA OAB: RN-9002
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, não reconheceu o pedido de averbação do requerente do período em que laborou no magistério superior como atividade especial, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501902-52.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: NORMANDO CARNEIRO DA SILVA
PROC./ADV: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
PROC./ADV: TATIELY CORTES TEIXEIRA OAB: RN-9002
REQUERIDO (A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, não reconheceu o pedido de averbação do requerente do período em que laborou no magistério superior como atividade especial, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0514574-92.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ALMIR DA COSTA DANTAS
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, não reconheceu o pedido de averbação do requerente do período em que laborou no magistério superior, compreendido entre 02/03/1971 a 09/06/1980, ao fundamento de não terem sido preenchidos os requisitos exigidos para que fosse considerado como atividade especial.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506923-72.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: NEIDMAR DA MATA
PROC./ADV.: ANDREIA DE ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-419
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, não reconheceu o pedido de averbação do requerente do período em que laborou no magistério superior, compreendido entre 01/03/1979 a 28/04/1995, ao fundamento de não terem sido preenchidos os requisitos exigidos para que fosse considerado como atividade especial.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0513522-27.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS OLIMPIO CABRAL
PROC./ADV.: TATIELY CORTES TEIXEIRA OAB: RN-9002
PROC./ADV.: ANDREIA DE ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-419
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, não reconheceu o pedido de averbação do requerente do período em que laborou no magistério superior, compreendido entre 15/03/79 a 28/04/95, ao fundamento de não terem sido preenchidos os requisitos exigidos para que fosse considerado como atividade especial.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008498-59.2012.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANTONIO DANELLI
PROC./ADV.: HEITOR VICENTE ORO OAB: RS-35976
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de aposentadoria por inalidez ao requerente, que teria sido cancelada em razão do exercício de mandato de vereador.
Alega, o recorrente, que os valores auferidos como vereador podem ser cumulados com a aposentadoria por invalidez.
É, no essencial, o relatório.
Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).
Com efeito, observa-se que os paradigmas colacionados, ao contrário das instâncias de origem, de fato consideram possível a cumulação do salário recebido pelo exercício de mandato político com benefícios previdenciários. Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de fevereiro de 2015.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

ATOS ORDINATÓRIOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao embargado para resposta:

PROCESSO: 5009877-17.2012.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE: VILMAR MOTA COUTINHO
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
OAB: DF-5939
PROC./ADV.: LÚCIO FERNANDES FURTADO
OAB: RS-65084
EMBARGADO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5015687-76.2012.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE: ELPIDIO ERNITO ZIMMER
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
OAB: DF-5939
PROC./ADV.: LÚCIO FERNANDES FURTADO
OAB: RS-65084
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5004154-39.2011.4.04.7114
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE: ANUAR WILI DOS REIS
PROC./ADV.: MÁRCIA MARIA PIEROZAN
OAB: RS-44061
EMBARGADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 5007445-13.2012.4.04.7114
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE: MARLENE SELTENREICH
PROC./ADV.: MÁRCIA MARIA PIEROZAN
OAB: RS-44061
EMBARGADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0526607-44.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
EMBARGANTE: LÁURA MARIA LEITE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO(A):CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
OAB: BB-0000000

PROCESSO: 0033134-14.2009.4.01.3500
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
EMBARGANTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO(A):MARY APARECIDA ARAÚJO ME
PROC./ADV.: SAULO HILÁRIO DA SILVA ARAÚJO
OAB: GO-20343

PROCESSO: 0503997-92.2011.4.05.8302
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
EMBARGANTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO(A):JOÃO CANDIDO DA COSTA
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
OAB: PE 20.418

PROCESSO: 0027325-25.2009.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
EMBARGANTE: JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0062997-94.2009.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
EMBARGANTE: ARARIPE DE COL
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0512222-78.2009.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
EMBARGANTE: JÁCILENE CARNEIRO DE LIMA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 5002347-20.2011.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE: LUIZ SONEGO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0518938-73.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE: MÔNICA JACQUELINE DE CARVALHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO(A):INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

PROCESSO: 5023574-38.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE: ELDIR MACHADO DE ALMEIDA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0508480-49.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
EMBARGANTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
EMBARGADO(A):ALEXANDRE CARLOS DE ALBUQUERQUE FARIAS
PROC./ADV.: ADÍLIA DANIELLA NÓBREGA FLOR
OAB: PB-17228

PROCESSO: 0518894-34.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
EMBARGANTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO(A): EDIVAN SOARES DE MELO
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
OAB: PE 20.418

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 1.926, DE 30 DE JANEIRO DE 2015

Aprova o Regulamento da V Gincana Nacional de Economia - 2015.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei 6.021, 03 de janeiro de 1974, Lei 6.537, de 19 de junho de 1978, e tendo em vista o que consta no Processo nº 16.858/2015; CONSIDERANDO a atribuição de contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica, conferida pelo art. 7º alínea 'a' da Lei nº 1411/51; CONSIDERANDO a necessidade de estimular a integração entre as Instituições de Ensino de Ciências Econômicas, os estudantes de Economia e os Conselhos Regionais de Economia; CONSIDERANDO o que foi deliberado durante a 662ª Sessão Plenária Ampliada do Conselho Federal de Economia, realizada nos dias 30 e 31 de janeiro de 2015, em Brasília-DF, resolve:

Art. 1º Aprovar o anexo Regulamento da V Gincana Nacional de Economia - 2015, instituída pela Resolução nº 1.854, de 10 de junho de 2011. Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAULO DANTAS DA COSTA
Presidente do Conselho

ANEXO

REGULAMENTO DA V GINCANA NACIONAL DE ECONOMIA - 2015

Seção I - DOS OBJETIVOS

Art. 1º O Conselho Federal de Economia promoverá a V Gincana Nacional de Economia - 2015 na cidade de Curitiba/PR, em parceria com os Conselhos Regionais de Economia, com os seguintes objetivos: I - estimular a integração entre as Instituições de Ensino de Ciências Econômicas e seus alunos de Economia; II - desenvolver e aplicar os conceitos econômicos, conciliando a prática com a teoria; III - possibilitar aos participantes uma simulação na administração restrita de variáveis macroeconômicas; IV - proporcionar envolvimento dos estudantes de Economia com as atividades dos Conselhos Regionais de Economia.

Seção II - DA PARTICIPAÇÃO

Art. 2º A competição se destina a estudantes de graduação em Ciências Econômicas, regularmente matriculados em instituições de ensino superior dos Estados Brasileiros credenciados pelo MEC - Ministério da Educação, não havendo limitações relativas a período ou idade. § 1º Um mesmo participante não poderá integrar mais de uma equipe. § 2º Os participantes de curso a distância serão considerados como alunos inscritos da unidade da Federação de seu domicílio, devendo comprovar a circunstância, quando solicitado. Art. 3º Poderão participar da V Gincana Nacional de Economia - 2015 os estudantes vencedores das Gincanas Regionais de Economia, atendidos os seguintes critérios: I - os Conselhos Regionais de Economia - CORECON deverão inscrever até 3 (três) duplas de estudantes de Instituições de Ensino distintas, vencedoras das Gincanas realizadas nos seus respectivos estados; II - caso não tenha sido realizada a Gincana Regional, os CORECON poderão selecionar até 3 (três) duplas de estudantes de Instituições de Ensino distintas para inscrição na Gincana Nacional; III - em caso de desistência justificável de algum participante, durante o período da inscrição, a faculdade deverá substituir por outra dupla de estudantes, nas mesmas condições mencionadas para os demais; IV - os integrantes das duplas deverão estar matriculados na mesma instituição de ensino. Art. 4º Os Conselhos Regionais de Economia poderão inscrever gratuitamente as duplas de estudantes pelo site http://www.cofecon.org.br/gincana/, mediante preenchimento completo do formulário e Termo de Aceite para Inscrição. § 1º A inscrição efetuada no site acarreta confirmação de participação das duplas na Gincana, sendo que, na hipótese de ausência da dupla representante devidamente inscrita no site, a instituição de ensino arcará com eventuais despesas relacionadas com a garantia de reserva de hospedagem. § 2º Os participantes autorizam a cessão de seus dados cadastrais ao Conselho Federal de Economia e aos Conselhos Regionais de Economia para utilização em futuras ações referentes à Gincana, assim como cedem seus direitos e autorizam a veiculação de seus nomes, voz e imagem de forma gratuita para a divulgação da competição, por tempo indeterminado, tanto no Brasil quanto no exterior. § 3º As duplas participantes se comprometem em representar o seu Estado na grande final de cada Edição da Gincana Nacional de Economia. § 4º Caso necessário, será disponibilizada às equipes declaração de participação para ser apresentada na instituição de ensino ou no local de trabalho, desde que formalmente solicitada. Art. 5º A participação na V Gincana Nacional de Economia - 2015 implica necessariamente no aceite integral e irrevogável de todos os termos, condições e cláusulas do presente Regulamento. Art. 6º É vedada a participação na competição de qualquer empregado, estagiário ou terceirizado que mantenha vínculo profissional com o Sistema Cofecon/Corecon, assim como professores e coordenadores. Art. 7º Todos os participantes terão isenção de taxa na obtenção de registro como estudante junto ao seu respectivo Conselho Regional de Economia durante a realização da Gincana, devendo, para efetivação do registro, serem cumpridos os requisitos estabelecidos pela legislação pertinente e apresentados os documentos previstos. Art. 8º A participação na Gincana não implica em nenhum recolhimento de taxa de inscrição ou qualquer outra taxa de participação, desde que a equipe compareça ao evento, observado o disposto no § 1º do artigo 4º deste Regulamento.

Seção III - DOS JOGOS

Art. 9º A competição se dará por meio de dois jogos simulados em sistema multimídia envolvendo elementos de política econômica, macroeconomia, conhecimentos de economia em geral e mercado financeiro com ênfase na questão cambial, estimulando os participantes ao aprofundamento no estudo das mencionadas disciplinas. §1º O primeiro jogo consiste em disputa visando conseguir agregar o maior valor possível a investimentos no mercado financeiro de câmbio, com a compra e venda de moedas estrangeiras. §2º O segundo jogo consiste em encontrar soluções de problemas econômicos entre equipes por partida, que envolvam situações como: aumento da taxa de juros, inflação, valorização da moeda, entre outros. §3º Os jogos exercitam conceitos e mecanismos básicos que facilitam o entendimento do que acontece na conjuntura da economia brasileira, a partir do lançamento do Plano Real no âmbito macroeconômico, da política econômica, e de mercado cambial, sendo que as relações básicas destacadas são aquelas que vinculam notícias econômicas nacionais e internacionais sobre o mercado cambial, assim como aquelas relacionadas com o balanço de pagamentos, a dívida externa, a taxa de cambio e a inflação por um lado, e as contas do governo, a taxa de juros, o investimento e o desempenho do Produto Interno Bruto por outro. §4º Os jogos se desenvolvem em uma conjuntura de curto prazo, onde não se fazem sentir de forma destacada as reformas estruturais que em muitos casos seriam indispensáveis para dar novo impulso a uma economia. §5º A competição ocorrerá em dois dias com fases que poderão ser classificatórias e/ou eliminatórias. Art. 10. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Economia providenciarão a divulgação deste regulamento junto às Instituições de Ensino Superior dos Estados Brasileiros credenciados pelo MEC - Ministério da Educação. Art. 11. Todos os documentos e orientações necessárias para a preparação das equipes nas Instituições de Ensino estarão disponíveis para download no site da Gincana http://www.cofecon.org.br/gincana/, além das informações contendo as instruções de uso do software relacionadas à competição. Art. 12. O suporte será prestado pelo Setor de Informática do Conselho Federal de Economia, por meio do e-mail gincana@cofecon.org.br ou pelo telefone (61) 3208-1802, no horário das 9h às 18h. Art. 13. A instalação e utilização do software são de responsabilidade da Instituição de Ensino participante cabendo ao Conselho Federal de Economia fornecer todas as informações e orientações necessárias para auxiliar no esclarecimento de eventual dificuldade. Art. 14. O Conselho Federal de Economia não se responsabiliza pela indevida utilização do software ou eventual prejuízo ocorridos na instalação, sendo necessária a leitura do manual do software e a aceitação do termo de utilização antes de proceder à instalação.

Seção IV - DA COMPETIÇÃO

Art. 15. A V Gincana Nacional de Economia - 2015 ocorrerá na cidade de Curitiba, Paraná, e terá o seguinte cronograma geral: I - inscrições até 21 de agosto de 2015; II - período da competição: 10 e 11 de setembro de 2015. Art. 16. O número de fases, as escolas participantes, os nomes dos alunos, os horários das partidas, os critérios de classificação e eventual composição de chaves dependerão da quantidade de inscrições. Parágrafo Único. Cada fase terá regras próprias que deverão ser cumpridas por todos os participantes. Art. 17. O Conselho Federal de Economia disponibilizará os equipamentos necessários à realização dos jogos, oferecendo condições para todas as equipes. Art. 18. A disponibilização de equipamentos prevista no artigo anterior visa preservar o princípio da isonomia a todas as equipes participantes. Art. 19. Não haverá espaço para torcida ou visitantes no local da competição, sendo os dados dos jogos disponibilizados no site da Gincana ao final de cada fase.

Seção V - DAS DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E DESLOCAMENTO

Art. 20. Cada Conselho Regional de Economia providenciará transporte e hospedagem em hotel próximo ao local do evento para as equipes participantes. Art. 21. O Conselho Federal de Economia providenciará alimentação durante o período da competição para todas as equipes participantes, desde que informados os nomes dos representantes, até um dia após a data prevista para confirmação das inscrições. Art. 22. As despesas com alimentação fora do horário da competição deverão ser custeadas pela faculdade, alunos participantes, apoiadores ou entidade representativa que se proponha a custear.

Seção VI - DAS PREMIAÇÕES

Art. 23. Os integrantes das equipes vencedoras receberão os seguintes prêmios: I - 1º lugar: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) para cada estudante, no total de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais); II - 2º lugar: R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) para cada estudante, no total de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais); III - 3º lugar: R$ 600,00 (seiscentos reais) para cada estudante, no total de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais). Art. 24. Serão entregues também aos participantes e às Instituições de Ensino certificados de participação na Gincana em cerimônia de encerramento dos jogos e comemoração dos vencedores.

Seção VII - DAS PENALIDADES

Art. 25. Serão desclassificadas as equipes que: I - tentarem invadir e/ou violar os sistemas do jogo ou tentarem, de qualquer forma, adulterar os resultados de equipes na competição; II - por si ou por seus integrantes, agirem de forma inadequada, irresponsável, desrespeitosa ou antiética em relação às demais equipes, colegas e interlocutores da Coordenação da Gincana e do Conselho Federal de Economia, bem como aquelas que deixarem de comparecer em qualquer das partidas; III - não apresentarem, quando solicitados, os comprovantes de matrícula de todos os seus componentes, ou quaisquer outros documentos eventualmente necessários para atestar a veracidade das informações e o preenchimento das condições exigidas para participação no jogo.

Seção VIII - DA COMISSÃO ORGANIZADORA E JULGADORA

Art. 26. Será constituída uma Comissão Organizadora e uma Comissão Julgadora para a edição da V Gincana Nacional de Economia - 2015, a serem coordenadas por um membro do Plenário do Conselho Federal de Economia. Art. 27. Caberá à Comissão Julgadora o recebimento, análise e solução de ocorrências apresentadas pelos competidores, à luz do edital deste regulamento. Art. 28. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora e/ou Comissão Julgadora, cujas decisões, nos termos desta Resolução, são soberanas e irrecorríveis. Art. 29. Este regulamento é o documento oficial da V Gincana Nacional de Economia - 2015 para todos os fins e efeitos de direito, o qual deverá prevalecer caso sejam verificadas divergências entre as informações constantes nos sites, nos manuais, nos regulamentos específicos ou nos materiais de divulgação.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

DECISÃO Nº 19, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Autoriza Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e Especiais ao Orçamento para o exercício de 2015, no valor de R$ 4.020.000,00.

A Presidente do Conselho Federal de Enfermagem COFEN, em conjunto com a Segunda-Secretária da Autarquia, nos termos do estatuído na Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, tendo em vista o que consta na letra b, inciso VII, do art.22, c/c com o inciso XIII, do art.25, do Regimento Interno do COFEN, aprovado pela Resolução COFEN nº 421/2012, de 15 de fevereiro de 2012;

Considerando o constante do capítulo V Dos Créditos Adicionais artigos

40 a 46, e seus parágrafos e incisos, da Lei 4.320/64;

Considerando o constante do capítulo IV Dos Créditos Adicionais artigos 87 a 90 do regulamento da Administração Financeira e Contábil do Sistema Cofen e

Conselhos Regionais, aprovado pela Resolução COFEN 340/2008;

Considerando a necessidade de adequar o Orçamento para o corrente exercício às novas políticas da administração, suplementando algumas dotações orçamentárias, para suporte das despesas que serão ordenadas;

Considerando a urgência na adoção de providências na esfera orçamentária e financeira;

Considerando, ainda, a faculdade delegada ao Presidente do COFEN, constante no inciso XV, do artigo 25, do Regimento Interno da Autarquia, no inciso I do artigo 24 da Resolução 340/2008 em conjunto ao artigo 4º da Decisão COFEN 291/2014;

Considerando, por último, o que consta ao Orçamento para o presente exercício, nos Quadros Demonstrativos, decide:

Art. 1º. Autorizar as Aberturas de Créditos Adicionais Suplementares e Especiais no valor de R$4.020.000,00 (Quatro milhões e vinte mil reais).

Art. 2º. Os recursos existentes disponíveis para ocorrer a cobertura dos créditos alterados , são os provenientes de:

a) Anulação de despesas no valor de R$4.020.000,00 (Quatro milhões e vinte mil reais), nos termos preceituados no artigo 43, parágrafo 1º inciso III da Lei 4.320/1964.

Art. 3º Ficam fazendo parte integrante da presente Decisão o quadro demonstrativo da Despesa modificado em face da presente decisão.

Art. 4º O valor do orçamento para o corrente exercício, em face das alterações ora aprovadas, não altera do valor de R$ 85.049.278,14 (Oitenta e cinco milhões, quarenta e nove mil, duzentos e setenta e oito reais e quatorze centavos).

Art. 5º. A presente Decisão produzirá efeitos na data de sua assinatura, independente da publicação na imprensa oficial.

IRENE C. A. FERREIRA
Presidente do Conselho

SÍLVIA MARIA NERI PIEDADE
Segunda-Secretária

RETIFICAÇÃO

No ato publicado no DOU de 26/02/2015, seção 1, pág.76 onde se lê: RESOLUÇÃO Nº 470, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015; leia-se: RESOLUÇÃO Nº 471, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 451, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Dispõe sobre o estágio curricular obrigatório em Terapia Ocupacional.

O Plenário do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, nos termos das normas contidas no artigo 5º, inciso II, da Lei Federal nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e da Resolução-COFFITO nº 413, de 19 de janeiro de 2012, em sua 251ª Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 13 de janeiro de 2015, no Plenário do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO), deliberou:

Considerando ser o estágio um ato educativo supervisionado, desenvolvido em diversos cenários de práticas, no contexto de ar-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ticulação ensino-serviço, no ambiente de trabalho e que visa à formação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em Instituições de Ensino Superior (IES);

Considerando que o estágio visa ao aprendizado, à aquisição de competências e habilidades próprias da especificidade da atividade profissional, bem como da vivência da prática multi, inter e transdisciplinar à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do acadêmico para o trabalho e para a vida cidadã;

Considerando que o estágio curricular obrigatório é parte integrante do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e cujo cumprimento da carga horária se constitui como requisito obrigatório para a formação do acadêmico e obtenção do diploma;

Considerando que o estágio curricular obrigatório deverá estar em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em Terapia Ocupacional, dos projetos pedagógicos do curso e da Lei n° 11.788, de 25 de setembro de 2008, resolve:

CAPÍTULO I

Art. 1º O estágio curricular obrigatório deverá ter supervisão/preceptoria direta de terapeuta ocupacional e supervisão/orientação por docente terapeuta ocupacional vinculado às IES com carga horária específica para esta atividade, estando ambos devidamente registrados no Sistema COFFITO/CREFITOs.

Parágrafo único. Preceptor e orientador terão funções e cargas horárias diferenciadas, definidas previamente pela IES em parceria com a instituição concedente do estágio.

Art. 2º A IES e os serviços de Terapia Ocupacional que oferecerem estágios curriculares obrigatórios deverão apresentar, no máximo até 30 dias após o início do estágio, ao CREFITO de sua circunscrição os seguintes documentos dos serviços de Terapia Ocupacional:

I - Cópia da Declaração de Regularidade de Funcionamento (DRF) da unidade concedente, em caso de empresas, ou do Certificado de Registro de consultórios ou outros empreendimentos ligados ao exercício da Terapia Ocupacional que não são constituídos como empresa, ambos emitidos pelo CREFITO de sua circunscrição, segundo a Resolução-COFFITO nº 37, de 31 de agosto de 2007, e Resolução-COFFITO nº 8, de 20 de fevereiro de 1978;

II - Relação nominal dos supervisores/orientadores docentes da IES responsáveis pelo estágio;

III - Relação nominal dos supervisores/preceptores terapeutas ocupacionais da unidade concedente e suas respectivas escalas de trabalho, bem como o nome do responsável técnico;

IV - Cópia do Termo de Convênio, incluindo o plano de atividade dos estágios.

Art. 3º Para o estágio curricular obrigatório deverá ser respeitada a relação de 1 (um) docente supervisor/orientador terapeuta ocupacional para até 6 (seis) estagiários e de 1 (um) terapeuta ocupacional supervisor/preceptor para até 3 (três) estagiários, a fim de orientar e supervisionar em todos os cenários de atuação.

§ 1º Em casos de não existência de terapeutas ocupacionais no setor ou na instituição concedente do estágio, o docente/supervisor vinculado à IES deverá cumprir o papel de preceptor atendendo à relação numérica do Artigo 3º.

§ 2º Os novos cursos em cidades que apresentem número reduzido de terapeutas ocupacionais nos serviços ou que não apresentem condições para atingir a relação docente/supervisor/estagiário proposta no artigo 3º desta resolução terão o prazo de até 2 (dois) anos após a formatura da primeira turma para atingir a relação proposta, mediante a análise e aprovação da Comissão de Desenvolvimento e Educação do COFFITO, a ser solicitada pela IES no máximo até 6 (seis) meses antes do início da primeira turma de estágios obrigatórios.

Art. 4º O terapeuta ocupacional que receber alunos estrangeiros para realização de estágio curricular obrigatório deverá orientá-los no cumprimento das Leis, Portarias e Resoluções vigentes no Brasil, bem como do termo de convênio de cooperação entre a unidade concedente e a IES.

Art. 5º A unidade concedente deverá indicar terapeuta ocupacional supervisor/preceptor do seu quadro de pessoal que tenha formação ou experiência profissional específica na área de conhecimento do estágio.

CAPÍTULO II

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art. 6º Os serviços de Terapia Ocupacional e as IES deverão ofertar estágios com materiais, recursos adequados e equipamentos de proteção individual para proporcionar ao acadêmico atividades de ensino/aprendizagem técnico-científicas, sócio-políticas e culturais, garantindo a qualidade da assistência terapêutica ocupacional.

Art. 7º Os serviços de Terapia Ocupacional que oferecem estágios deverão, no ato da fiscalização, manter à disposição todos os documentos que comprovem a relação de estágio.

Art. 8º Os estágios curriculares obrigatórios deverão cumprir a Resolução-COFFITO nº 415, de 19 de maio de 2012, e Resolução-COFFITO n° 425, de 8 de julho de 2013.

Art. 9º A presença de estagiários em todos os campos de atuação da Terapia Ocupacional não modifica os parâmetros assistenciais dos profissionais lotados nos serviços.

Art. 10. O estagiário, em todos os campos de atuação da Terapia Ocupacional, deverá estar devidamente identificado por meio de crachá, de porte obrigatório, e fornecido pela IES quando não houver crachá oficial cedido pela concedente.

Art. 11. Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do COFFITO.

Art. 12. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho

CÁSSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Diretor-Secretário

RESOLUÇÃO Nº 452, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Dispõe sobre o estágio NÃO obrigatório em Terapia Ocupacional.

O Plenário do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, nos termos das normas contidas no artigo 5º, inciso II, da Lei Federal nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e da Resolução-COFFITO nº 413, de 19 de janeiro de 2012, em sua 245ª Reunião Ordinária, realizada no dia 29 de agosto de 2014, no Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Oitava Região (CREFITO-8), deliberou:

Considerando ser o estágio um ato educativo supervisionado desenvolvido nos diversos cenários de práticas, no contexto de articulação ensino-serviço, no ambiente de trabalho e que visa à formação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em Instituições de Ensino Superior (IES);

Considerando que o estágio visa ao aprendizado; à aquisição de competências e habilidades próprias da especificidade da atividade profissional, bem como da vivência da prática multi, inter e transdisciplinar e da contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do acadêmico para o trabalho e para a vida cidadã;

Considerando que o estágio curricular não obrigatório deverá estar em conformidade com os projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Terapia Ocupacional e com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008;

Considerando que os estágios em Terapia Ocupacional respondem a regulamentações específicas, pois envolvem assistência responsável sob preceitos éticos, legais e procedimentos técnicos adequados às necessidades de Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura, Justiça e Segurança Pública da população;

Considerando que o estágio não obrigatório é aquele desenvolvido somente como atividade opcional, segundo a avaliação e determinação das instâncias colegiadas do curso ou por outras normativas da IES, em conformidade com o projeto pedagógico do curso, não substituindo ou complementando a carga horária regular e obrigatória, resolve:

CAPÍTULO I

Art. 1º O estágio curricular não obrigatório poderá ser desenvolvido apenas pelo acadêmico que esteja regularmente matriculado em IES, cursando no mínimo o sexto período ou terceiro ano do curso, em conformidade com o inciso II do art. 7º da Resolução-COFFITO nº 139, de 28 de novembro de 1992, respeitando a jornada de até 30 horas semanais.

Art. 2º O estágio curricular não obrigatório deverá ter supervisão direta pelo terapeuta ocupacional da unidade concedente e acompanhamento do terapeuta ocupacional docente da IES, sendo ambos corresponsáveis pelo estágio junto ao CREFITO da região no que concerne à fiscalização do exercício profissional, em conformidade com a legislação da profissão e da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 3º Os serviços de Terapia Ocupacional que oferecerem estágio curricular não obrigatório deverão apresentar ao CREFITO de sua circunscrição, antecipadamente:

I - Cópia do termo de compromisso entre a unidade concedente/acadêmico/IES;

II - Cópia da Declaração de Regularidade de Funcionamento (DRF) da unidade concedente, em caso de empresas, ou do Certificado de Registro de consultórios ou outros empreendimentos ligados ao exercício da Terapia Ocupacional que não são constituídos como empresa, ambos emitidos pelo CREFITO de sua circunscrição, segundo a Resolução-COFFITO nº 8, de 20 de fevereiro de 1978, e a Resolução-COFFITO nº 37, de 31 de agosto de 2007;

III - O número de vagas, nas respectivas áreas de atuação, oferecidas para estágio;

IV - Relação nominal dos terapeutas ocupacionais das unidades concedentes e suas respectivas escalas de trabalho, bem como o nome do responsável técnico.

Art. 4º O terapeuta ocupacional que receber alunos estrangeiros para realização de estágio curricular não obrigatório deverá orientá-los no cumprimento das Leis, Portarias e Resoluções vigentes no Brasil, bem como do termo de convênio de cooperação entre a unidade concedente e a IES.

Art. 5º A unidade concedente deverá indicar terapeuta ocupacional supervisor/preceptor do seu quadro de pessoal que tenha formação ou experiência profissional específica na área de conhecimento do estágio.

Parágrafo único. O atendimento do previsto no caput do artigo 5º pressupõe a apresentação de documentos comprobatórios.

Art. 6º O número máximo de estagiários em relação ao número de terapeutas ocupacionais das entidades concedentes deverá atender às seguintes proporções, em conformidade com a Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre os estágios:

I - de 1 (um) a 5 (cinco) terapeutas ocupacionais: até 1 (um) estagiário;

II - de 6 (seis) a 10 (dez) terapeutas ocupacionais: até 2 (dois) estagiários;

III - de 11 (onze) a 24 (vinte quatro) terapeutas ocupacionais: até 5 (cinco) estagiários;

IV- acima de 25 (vinte cinco) terapeutas ocupacionais: até 25% (vinte por cento) de estagiários do número total de terapeutas ocupacionais.

§ 1º Cada terapeuta ocupacional da unidade concedente, supervisor/preceptor de estágio, poderá orientar e supervisionar até 2 (dois) estagiários.

§ 2° Para efeito desta Resolução considera-se como quadro de pessoal o conjunto de terapeutas ocupacionais prestadores de serviços existentes na entidade concedente do estágio.

§ 3º Na hipótese de a entidade concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

§ 4º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do caput deste artigo resultar em fração, esta deverá ser arredondado para o número inteiro imediatamente inferior.

CAPÍTULO II

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art. 8º As entidades concedentes deverão ofertar estágios com instalações, materiais e recursos adequados e equipamentos de proteção individual para proporcionar ao acadêmico, atividades de ensino/aprendizagem técnico-científicas, sócio-políticas e culturais, garantindo a qualidade da assistência terapêutica ocupacional.

Art. 9º Os serviços de Terapia Ocupacional que oferecem estágios deverão, no ato da fiscalização, manter à disposição todos os documentos que comprovem a relação de estágio.

Art. 10. Os estágios não obrigatórios deverão cumprir a Resolução-COFFITO nº 415, de 19 de maio de 2012, e a Resolução-COFFITO nº 425, de 8 de Julho de 2013.

Art. 11. A presença de estagiários nos serviços de Terapia Ocupacional em qualquer nível de atenção à Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura, Justiça e Segurança Pública não modifica os parâmetros assistenciais dos profissionais lotados no referido serviço.

Art. 12. O estagiário, nos serviços de Terapia Ocupacional, independentemente do nível de atenção à Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura, Justiça e Segurança Pública, deverá ser cadastrado no CREFITO de sua circunscrição, sendo isso de responsabilidade dos profissionais da concedente e da IES que acompanham o estágio.

§ 1º O CREFITO fará o cadastro do acadêmico e a IES fornecerá o crachá de identificação, de porte obrigatório, quando não houver crachá oficial cedido pela concedente.

§ 2º O estagiário deverá estar devidamente identificado por meio de crachá durante seus atendimentos.

§ 3º O crachá de que trata a presente Resolução e que consta no anexo I, à disposição no sítio www.coffito.org.br, terá a dimensão de 8,5 X 5,5 cm, fundo branco e trará as seguintes informações:

Frente:

a) Denominação: ESTAGIÁRIO DE TERAPIA OCUPACIONAL (em caixa-alta), cor vermelha e fonte ARIAL, tamanho 16 (dezesseis);

b) Foto 2x2 recente;

c) Nome completo do acadêmico, na cor preta, fonte ARIAL, tamanho 14 (catorze);

d) Logomarca de Identificação da Instituição de Ensino Superior (IES) e do CREFITO de sua circunscrição.

Verso:

a) Tipo sanguíneo e fator RH do acadêmico, em caixa-alta, e fonte número 16;

b) Nome e contato telefônico da seguradora contratada pela IES, em caixa-alta, e fonte número 16;

c) Telefone do curso de Terapia Ocupacional da IES, em caixa-alta, e fonte número 16.

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do COFFITO.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho

CÁSSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Diretor-Secretário

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

MODELO DO CRACHÁ
FRENTE

ESTAGIÁRIO DE TERAPIA OCUPACIONAL		FOTO 2x2
NOME DO ESTAGIÁRIO		
LOGO IES		LOGO CREFITO

VERSO

TIPO SANGUÍNEO E FATOR RH (EM CAIXA-ALTA E FONTE Nº 16) NOME E CONTATO TELEFÔNICO DA SEGURADORA (EM CAIXA-ALTA E FONTE Nº 16) TELEFONE DO CURSO/IES (EM CAIXA ALTA E FONTE Nº 16)

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 1, de 10 de outubro de 2014, publicada no DOU nº 225, de 20 de novembro de 2014, Seção 1, pág. 108, onde se lê: "[...] § 1º A reunião ordinária será convocada pelo Presidente do COFFITO, mediante apresentação prévia da pauta de reunião. § 2º A reunião extraordinária é convocada pelo Presidente do COFFITO [...]", leia-se [...] § 1º A reunião ordinária será convocada pelo Presidente do CREFITO-14, mediante apresentação prévia da pauta de reunião. § 2º A reunião extraordinária é convocada pelo Presidente do CREFITO-14 [...].

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 114, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

A Presidente do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais. CONSIDERANDO o que preceitua o artigo 4º da Resolução CRCRJ 434/2013, de 31 de outubro de 2013, que aprovou o orçamento para o exercício financeiro de 2014, que permite ajuste ao orçamento até o limite de 30% (trinta por cento); resolve:

Art.1º Aprovar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do CRCRJ, de R$ 410.270,08 (quatrocentos e dez mil, duzentos e setenta reais e oito centavos), constante do Processo Interno 2014/000056.

VITÓRIA MARIA DA SILVA

PORTARIA Nº 12, DE 15 DE JANEIRO DE 2015

A Presidente do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais. CONSIDERANDO o que preceitua o artigo 4º da Resolução CRCRJ 449/2014, de 27 de outubro de 2014, que aprovou o orçamento para o exercício financeiro de 2015, que permite ajuste ao orçamento até o limite de 30% (trinta por cento); Resolve:

Art.1º Aprovar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do CRCRJ, de R$ 6.709,64 (seis mil, setecentos e nove reais e sessenta e quatro centavos), constante do Processo Interno 2015/000007.

VITÓRIA MARIA DA SILVA

PORTARIA Nº 37, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2015

A Presidente do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais. CONSIDERANDO o que preceitua o artigo 4º da Resolução CRCRJ 449/2014, de 27 de outubro de 2014, que aprovou o orçamento para o exercício financeiro de 2015, que permite ajuste ao orçamento até o limite de 30% (trinta por cento); Resolve:

Art.1º Art.1º: Aprovar o Remanejamento de Dotações ao orçamento do CRCRJ, de R$ 18.700,00 (dezoito mil e setecentos reais), constante do Processo Interno 2015/000007.

VITÓRIA MARIA DA SILVA

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

Aprova as contas do CRM/MS do Exercício de 2014

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, e CONSIDERANDO o que foi decidido na Assembléia desta data (20.02.15); CONSIDERANDO as previsões contidas nos arts. 23 a 25 da Lei Federal 3268/57; CONSIDERANDO a aprovação, nesta data, das contas da Diretoria Executiva do CRM/MS do exercício de 2014, pela assembleia geral dos médicos e pela Comissão de Tomada de Contas do CRM/MS, resolve:

Art. 1º - Fica aprovada, em votação unânime, a prestação de contas da Diretoria Executiva do CRM/MS do exercício de 2014, conforme foram apresentadas, detalhadas e justificadas nesta assembléia geral dos médicos inscritos na referida autarquia. Art. 2º - Revogam-se eventuais disposições em contrário, entrando em vigor esta Resolução na data de sua publicação.

ALBERTO CUBEL BRULL JÚNIOR
Presidente do Conselho

EXEMPLAR DE ASS

http://www.in.gov.br

e-mail: ouvidoria@in.gov.br



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015022700216

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.